PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 1

ESTADO DO PARANÁ

e-protocolo

DIGITAL

Órgão Cadastro:	CCTG	**Protocolo:**	**Vol.:**
Em:	05/10/2018 14:23	**15.417.176-2**	**1**

Interessado 1: PALCO PARANÁ
Interessado 2: -
Assunto: PCTO **Cidade:** CURITIBA / PR
Palavras chaves: PRESTACAO DE SERVICO
Nº/Ano Documento: 14/2018 **Origem:** CCTG/PALCOPR
Complemento: CONTRATAÇÃO EMPRESA DE BENEFÍCIOS PARA FUNCIONÁRIOS.

Código TTD: -

Para informações acesse: www.eprotocolo.pr.gov.br/consultapublica

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 2

PALCO PARANÁ

MEMORANDO 14/2018 – DIAFI	
DA	DIAFI
PARA	DIPRE
ASSUNTO	Contratação Empresa de Benefícios para Funcionários
EXPEDIENTE	Interno
DATA	05/10/2018

À DIPRE.

Visando cumprir com as finalidades administrativas elencadas pela Lei Estadual nº 18.831/2014, o Serviço Social Autônomo PALCOPARANÁ, na figura de sua Diretoria Administrativa, identifica a necessidade de contratação de empresa especializada na prestação do serviço de vale-alimentação para os seus colaboradores, visando cumprir também com as determinações das Convenções Coletivas impostas pelo Sindicato SENALBA, a qual este serviço social estará vinculado.

MOTIVAÇÃO: Atendendo o que dispõe a lei 8666/1993, tendo em vista que o dispêndio mensal referente Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento, implantação e administração de benefício alimentação aos servidores, vimos por meio deste encaminhar processo de Licitação via pregão eletrônico. Levando-se em conta o que determina a Convenção Coletiva proposta pelo SECRASO-PR/SENALBA-PR, os funcionários do Palcoparaná tem direito ao beneficio de vale alimentação no montante de R$ 15,00 ao dia, para jornadas superiores a 4 horas trabalhadas. Considerando uma média de 20 dias uteis mensais, calcula-se um montante de R$ 24.000,00 (vinte a quatro mil reais) referente a estimativa de 80 cartões magnéticos de vale alimentação, para um quadro funcional proposto já para o ano de 2019. O Palcoparaná conta atualmente com o quadro funcional de 53 funcionários, com estimativa mensal de no valor de R$ 15.900,00 (quinze mil e novecentos reais).

A empresa deverá fornecer os créditos de vale alimentação em cartão magnético próprio, conforme descrito no termo de referencia.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 3

PALCO PARANÁ

TERMO DE REFERÊNCIA: Foi elaborado um Termo de Referencia que faz parte do Edital de Licitação Pregão Eletrônico conforme anexo.

Houve uma pesquisa prévia, junto as empresas que disponibilizam este serviço, através de consulta via site e e-mails trocados, para levantamento dos custos iniciais.

Foram consultadas previamente três empresas. Sodexo, VR e Ticket.

Em anexo encaminho o Mapa de Cotação referente a esta pesquisa, assim como os e-mails trocados.

PRAZOS LOCAIS E ENTREGA DOS SERVIÇOS: Os serviços serão prestados cumprindo-se, mensalmente, crédito nos cartões de refeição de cada funcionário.

CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO: Além de ser obrigada a atender a proposta enviada, a empresa interessada deverá:

(I) apresentar contrato social e última alteração;

(II) apresentar certidões que comprovem sua regularidade com o fisco, federal, estadual, municipal, com a CEF/FGTS, com a Justiça do Trabalho;

(III) demais exigências constantes no termo de referencia

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA: na qualidade de Diretora Administrativa e Financeira, declaro haver disponibilidade orçamentária para a contratação que se pretende no prazo especificado.

O Palcoparaná tem um Contrato de gestão assinado junto ao Governo do Estado do Paraná, com interveniência do Centro Cultural Teatro Guaíra. Esse Contrato disponibiliza os recursos ao Palcoparaná através da dotação orçamentária 05132.5132.13.392.15.4448.

Para atendimento de tal demanda, solicito encaminhamento do edital de pregão eletrônico a comissão de licitação do Centro Cultural Teatro Guaíra para que nos auxilie na licitação de tal serviço, conforme termo de colaboração firmado

Atenciosamente

Nicole Lemanczyk

PALCOPARANÁ

Diretora Administrativa e Financeira.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 4

PALCO PARANÁ

O **SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ**, a seguir denominado **PALCOPARANÁ**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos de interesse coletivo, inscrita no CNPJ nº 25.298.788/0001-95, com sede e foro na Capital do Estado do Paraná, sita à Rua XV DE Novembro, 971, Centro, Curitiba/PR, por intermédio de seu Pregoeiro, torna público que promoverá licitação na modalidade **"PREGÃO ELETRÔNICO" - Nº 001/2018 – "MENOR PREÇO" (MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO EM PORCENTAGEM)**, a fim de Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento, implantação e administração de benefício alimentação aos servidores do **SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ**, que possibilitem a aquisição de gêneros alimentícios através da rede de estabelecimentos credenciados na forma definida na legislação do Ministério de Trabalho e Emprego que regulamenta o PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador, conforme descrito no Anexo I, que faz parte integrante deste Edital, através de cartão magnético, para contrato de 12 meses, renováveis anualmente de acordo com art.103, inciso II da Lei 15.608/2007.

A presente licitação será processada e julgada com fundamento na Constituição do Estado do Paraná, art. 27, XXI, nas disposições contidas na Lei Complementar n° 123/06, na Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto n° 3.931/01, na Lei Estadual n° 15.608/07, no Decreto Estadual nº 6.252/06, bem como, subsidiariamente e no que couberem, pelas normas contidas neste EDITAL e seus anexos, que dele fazem parte integrante, e pelas normas específicas do objeto licitado.

1. DA ABERTURA

1.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, no dia 10/11/2018, às 09:00 horas, no sistema de Pregão Eletrônico, por meio da INTERNET, na página www.licitacoes-e.com.br, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases.

1.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro, servidor do Centro Cultural Teatro Guaíra, por força do Termo de Cooperação assinado entre o PALCOPARANÁ e esta Autarquia, mediante a inserção e monitoramento de dados geradores ou transferidos para o sistema "Licitações - e" do Banco do Brasil (www.licitacoes-e.com.br).

2. DO OBJETO

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 5

2.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento, implantação e administração de benefício alimentação aos empregados do PALCOPARANÁ, com a provisão de créditos em cartões magnéticos, que possibilitem a aquisição de gêneros alimentícios através da rede de estabelecimentos credenciados, na forma definida na legislação do Ministério de Trabalho e Emprego que regulamenta o PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador, conforme descrito no Anexo I, parte integrante deste Edital.

3. RECURSOS FINANCEIROS:

3.1. A presente despesa correrá à conta dos recursos orçamentários do Centro Cultural Teatro Guaíra, alocados na PALCOPARANÁ por força do contrato de gestão assinado com o Estado do Paraná (denominação dada pela Lei nº 18.381, de 15/12/2014), por intermédio do Centro Cultural Teatro Guaíra.

3.2. Para atendimento ao pagamento para este contrato contamos com a dotação orçamentária disponibilizada através do Orçamento do Projeto Atividade nº4448 – Gerenciamento do Contrato de Gestão com Palcoparaná, dotação 05132.5132.13.392.15.4448.

4. PRAZO DE INÍCIO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1. Os Cartões Magnéticos Alimentação deverão ser entregues no local de trabalho do beneficiário, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da assinatura do contrato, pela licitante vencedora do Pregão.

5. DA PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar da presente licitação, empresas que estejam regularmente estabelecidas no País, cujo ramo e finalidade de atuação sejam pertinentes ao objeto licitado por este EDITAL, que satisfaçam integralmente às exigências nele estabelecidas.

5.2. Não será admitida a participação de interessados que se encontrem sob as seguintes condições:

5.2.1. Que estejam constituídos sob a forma de consórcios e cooperativas.

5.2.2. Que estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária para participarem de licitação, imposta pela Administração Pública, no âmbito Estadual ou por qualquer órgão da Administração Pública, motivada pelas hipóteses previstas no

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 6

art. 7º da Lei nº 10.520/02 e no art. 87, inciso III da Lei nº 8.666/93.

5.2.3. Que tenham sido declarados inidôneos por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, nas hipóteses do art. 87, inciso IV da Lei n.º 8.666/93.

5.2.4. Que estejam em dissolução, liquidação, concordata, processo de falência ou recuperação judicial, nos termos da nova Lei de Falências (Lei nº 11.101/05, art. 52, II);

5.2.5. Que, direta ou indiretamente, mantenham sociedade ou participação com servidor ou dirigente ligado a qualquer um dos órgãos envolvidos no processo em análise.

5.2.5.1. Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, financeira ou trabalhista

5.2.6. . Que estejam em situação irregular perante a Fazenda Pública, em qualquer esfera da Administração, perante o INSS e o FGTS.

5.3. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos do EDITAL e da sua habilitação sujeitará o licitante às sanções previstas neste EDITAL.

6. DA RETIRADA DO EDITAL

6.1. Os interessados em participar da presente licitação poderão obter o EDITAL e seus Anexos, pela Internet, acessando o endereço Eletrônico www.licitacoes-e.com.br ou pelo endereço: administrativo@palcoparana.org

7. DO REGULAMENTO OPERACIONAL

7.1. O licitante deverá observar as datas e horários limites previstos para a realização de todos os atos da licitação.

7.2. Todas as referências de tempo no Edital, nos Avisos, no decorrer da Sessão Pública, nos registros do sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame, observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF.

7.3. O licitante, ao acessar a sala de disputa, visualizará o melhor lance ofertado, o seu lance e a relação dos lances. O Sistema apresentará apenas o melhor lance (Lance Ofertado) de cada autor da proposta. Para o autor, da proposta, visualizar essas informações deverá clicar no botão "Detalhes Disputa" que estará disponível no canto superior direito da tela, quando o lote estiver em disputa.

7.4. O tempo normal de disputa será fixado, controlado e encerrado pelo pregoeiro. Logo após, a disputa entrará na fase randômica e poderá ser encerrada a qualquer momento.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 7

7.5. Os autores das propostas, a qualquer momento, depois de finalizados os lotes da licitação, poderão registrar seus questionamentos para o pregoeiro via Sistema, para cada lote disputado. Essa opção estará disponível até o momento que o pregoeiro declarar o fornecedor vencedor do lote.

8. DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS DO PREGOEIRO

8.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições e competências nos termos do art. 48 da Lei Estadual 15.608/2007, a saber:

a) Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;

b) Responder as questões formuladas pelos interessados, relativas ao certame;

c) Abrir as propostas de preço;

d) Analisar a aceitabilidade das propostas;

e) Desclassificar propostas, motivadamente;

f) Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;

g) Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;

h) Declarar o vencedor;

i) Adjudicar o objeto da licitação ao vencedor;

j) Receber, examinar e decidir os recursos;

k) Elaborar a Ata da sessão pública;

l) Encaminhar o processo à autoridade competente para homologar e autorizar a contratação;

m) Encaminhar o processo devidamente instruído, após parecer jurídico, à autoridade competente para apuração de irregularidades praticadas no processo licitatório, visando à eventual aplicação de penalidades previstas na legislação.

n) Responder, auxiliado pela equipe de apoio, os questionamentos formulados pelos licitantes para cada lote disputado, sendo que todas as mensagens constarão no histórico dos Detalhes da Disputa;

o) Solicitar, quando necessário, contraproposta ao fornecedor que apresentou o melhor lance por meio de Sistema, em "contraproposta" enquanto o lote estiver arrematado.

p) Para declarar um ME ou EPP vencedora da disputa, o Pregoeiro verificará a regularidade fiscal da ME ou EPP e havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado a ME ou EPP prazo de 05 (cinco) dias úteis para

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 8

a devida regularização. Assim, a declaração do vencedor no Sistema será efetivada somente após essa verificação visto que, declarado o vencedor, o Sistema abre a opção para recurso.

p.1) Na hipótese da não habilitação de ME ou EPP, voltará à condição de primeira classificada a empresa autora da proposta de menor preço originalmente apresentada na sala de disputa. Para tanto, o Pregoeiro reclassificará a empresa fornecedora que ofertou o melhor lance, originalmente em sala de disputa, e demais porventura desclassificados, sobre o argumento da Lei Complementar n.º 123/06.

9. DA APLICABILIDADE DA LEI COMPLEMENTAR N.º 123/2006. DIREITO DE PREFERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO PARA AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

9.1. Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, de acordo com o Art. 44 § 1º e § 2º da Lei Complementar 123/2006.

9.2. Entende-se por empate aquela situação em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a proposta melhor classificada.

9.3. A ME ou EPP melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta após o encerramento da segunda fase de lances, e terá o prazo máximo de 5 (cinco) minutos a contar do registro da convocação e de acordo com o horário de Brasília registrado no sistema, sob pena de preclusão.

9.4. No caso de valores idênticos apresentados pelas microempresas e empresa de pequeno porte que se encontrarem nos intervalos estabelecidos no item "12.1" deste edital, será valido aquele que for oferecido antes, de acordo com a marcação do tempo e do horário identificados pelo sistema eletrônico.

9.5. A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada arrematante do certame, situação em que será declarado vencedor em seu favor o objeto licitado;

9.6. Não ocorrendo a situação prevista no parágrafo anterior, serão convocados as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item "12.1" deste edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito, na forma do inciso II do Art. 45 da Lei Complementar 123/2006;

9.7. Para exercício do direito de preferência, as licitantes que se enquadrem nesses regimes já estarão identificadas pelo sistema, a partir da informação cadastral inserida

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 9

no licitacoes-e, no campo de "identificação do tipo de segmento" da empresa.

9.8. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, com o fechamento do tempo randômico pelo Sistema, haverá procedimento automático de identificação de possível "empate ficto", ou seja, a existência de lances de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) classificados no intervalo de até 5% (cinco por cento) de valores superiores ao valor do lance da empresa melhor classificada, sendo esta uma empresa de regime normal ou tradicional.

9.9. Se o sistema identificar a existência de "empate", habilitará para o Pregoeiro a opção "Convocar", que permitirá a convocação da empresa nessa condição para exercer seu direito de preferência, no prazo de 5 (cinco) minutos mediante oferta de novo lance, inferior ao menor lance registrado para o lote. Durante esse período, apenas a empresa convocada poderá registrar novo lance.

9.10. O prazo estabelecido é decadencial e, não havendo manifestação da empresa, o sistema verifica se há outra empresa em situação de "empate ficto", e realizará o chamado de forma automática, para as providências descritas no subitem anterior.

9.11. Não identificada a situação de "empate", o sistema emitirá mensagem, permitindo ao Pregoeiro dar encerramento à disputa do lote.

9.12. Todos esses procedimentos acontecerão na sala de disputa e as respectivas informações estarão disponíveis para os demais participantes do pregão e também para todos os interessados.

9.13. De acordo com o Art. 43 da Lei Complementar 123, de 14/12/2006, as microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.14. De acordo com art. 43, § 1°da Lei Complementar 123, de 14/12/2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame.

9.15. A não regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 154 da Lei Estadual n° 15.608/2007 e do art. 81 da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 10

10. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

10.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o presente EDITAL.

10.2. Os pedidos de esclarecimentos, dúvidas ou informações, deverão ser encaminhados por meio eletrônico, via internet, através de e-mail administrativo@palcoparana.org e, obrigatoriamente, informar o e-mail do interessado, pelo qual lhe serão enviados os esclarecimentos solicitados.

10.3. Serão anexadas ao processo de licitação as cópias das mensagens enviadas aos licitantes.

10.4. O memorial da impugnação deverá ser protocolado no Serviço Social Autônomo Paraná Projetos, ou enviada via correio aos cuidados da Pregoeira.

10.5. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório.

10.6. Caberá ao PREGOEIRO, auxiliado pela equipe de apoio e pelo órgão licitante, decidir a impugnação ao EDITAL.

10.7. Qualquer modificação que sobrevier ao EDITAL, em consequência das decisões das impugnações que afetem a formulação das propostas, será definida e publicada nova data para realização do certame.

11. DO PREÇO MÁXIMO

11.1. A disputa dar-se-á através da menor taxa de administração em porcentagem, sendo a taxa máxima de administração de 1,00% (um) por cento, sobre o crédito mensal médio de R$ 24.000,00 (vinte a quatro mil reais) referente a estimativa de 80 cartões magnéticos de vale alimentação (crédito médio de R$ 300,00 por cartão, considerando-se 20 dias trabalhados), totalizando o valor máximo mensal a ser pago pela PALCOPARANÁ de R$ 24.240,00 (vinte e quatro mil, duzentos e quarenta reais), após aplicação da taxa máxima de administração de 1,00 % (um por cento). A quantidade de cartões magnéticos será atualizada de acordo com as regras do subitem 9.1 do Anexo I. O Palcoparaná conta atualmente com o quadro funcional de 53 funcionários, com estimativa mensal de no valor de R$ 15.900,00 (quinze mil e novecentos reais), com valor total, considerando a taxa administrativa de 1% , de R$ 16.059,00 (dezesseis mil e cinquenta e nove reais)

11.1.1.Não será admitida taxa de administração negativa, ou seja, a proponente deverá limitar a sua proposta a 0%, ou seja, isenção da taxa de administração.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 11

11.2. A despesa com objeto da presente licitação estimada para a vigência contratual de 12 meses, tendo em vista o valor mensal médio de R$ 24.240,00 (vinte e quatro mil e duzentos reais) mensais, atingindo o valor de R$ 290.880,00 (duzentos e noventa mil, oitocentos e oitenta reais), para os 80 cartões magnético, observado o inciso 11.1, acima

11.3. A proposta deverá conter o objeto e o preço, bem como estar em conformidade com as exigências contidas neste EDITAL e seus anexos.

11.4. O PREGOEIRO verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste EDITAL e seus anexos.

11.5. Todas as propostas classificadas serão consideradas para lances na fase de disputa e ordenadas por valor, de forma crescente.

11.5.1.As propostas de preços terão validade de 90 (noventa) dias.

11.6. Vigência Contratual:

11.6.1.O prazo de vigência do contrato decorrente deste procedimento inicialmente será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, prorrogado por acordo de ambas as partes em consonância com a legislação em vigor.

12. DO CREDENCIAMENTO, DOS CÓDIGOS DE ACESSO E DA PARTICIPAÇÃO

12.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas junto às Agências do Banco do Brasil S.A., sediadas no país.

12.2. Os licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor do sistema eletrônico, no prazo mínimo de 03 (três) dias úteis antes da data de realização do pregão.

12.2.1.As informações para o acesso ao Pregão Eletrônico podem ser obtidas no site www.licitacoes-e.com.br, na opção “Acesso Identificado”.

12.2.2.A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer Pregão Eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou em virtude de sua inabilitação perante o cadastro de fornecedores.

12.2.3.O uso e o sigilo da senha de acesso pelo licitante são de sua exclusiva responsabilidade, bem como, qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante.

12.3. O credenciamento do licitante e de seu representante legal no sistema

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 12

eletrônico implica a responsabilidade legal pelos seus atos praticados e a capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico

13. DO ENVIO DAS PROPOSTAS INICIAIS

13.1. As Propostas de Preços poderão ser enviadas a partir das 9h00 do dia 10/11/2018, pelo sistema eletrônico disponível no sítio www.licitacoes-e.com.br, podendo os licitantes substituí-las ou excluí-las até a data e hora definidas para a abertura da sessão pública, quando, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

13.2. A proposta deverá conter o objeto e o preço, bem como, estar em conformidade com as exigências contidas neste edital e seus anexos.

13.3. O registro do recebimento da proposta deverá ser impresso e anexado ao processo licitatório como comprovante de entrega.

13.4. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

13.5. Todas as propostas classificadas serão consideradas para o oferecimento dos lances na fase de disputa e serão ordenadas por valor, de forma crescente.

13.6. A proposta de preços deverá ter validade de 60 (sessenta) dias.

13.7. O descritivo da proposta deverá conter as especificações técnicas do objeto, a fim de permitir a identificação e a marca do mesmo, bem como todos os seus recursos, nos termos técnicos mínimos exigidos para este certame, bem como o preço unitário do item e, se distinto, o preço arrematado pelo lote.

13.8. Serão de responsabilidade exclusiva do contratado todos os custos, tributos, encargos e contribuições que incidam ou venham a incidir sobre o fornecimento ou sobre o objeto do contrato.

14. DOS LANCES

14.1. A partir do horário e dia previsto no sistema de Pregão Eletrônico, a sessão pública será aberta por comando do pregoeiro, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

14.2. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecidos neste edital.

14.3. O licitante/proponente será responsável por todas as transações que forem

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 13

efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances, oferecidos durante a fase de disputa, sob pena de em não o fazendo serem aplicadas as penalidades previstas neste edital e na legislação regente dos procedimentos licitatórios.

14.4. Os licitantes e/ou seus representantes, deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances.

14.5. Aberta a etapa de competitividade/oferecimento dos lances, a proposta inicial de menor valor, será considerada como primeiro lance, podendo os licitantes encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

14.6. Caberá ao licitante remeter, exclusivamente por meio eletrônico, até o horário limite para acolhimento de propostas a sua proposta de preços bem como acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

14.7. Os lances de cada proponente deverão ser, obrigatoriamente, inferiores ao preço da sua proposta inserida no sistema, independentemente do menor valor já ofertado e registrado no sistema, conforme Art. 63 § 3º da Lei Estadual n.º 15.608/2007.

14.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

14.9. Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do autor dos lances.

14.10. A primeira etapa de lances da sessão pública, disputada em tempo normal, será encerrada pelo Pregoeiro. Neste momento o sistema informa o encerramento normal da disputa, o valor da menor proposta, e também disponibiliza aviso intermitente alertando sobre o encerramento da disputa a qualquer momento – ("tempo randômico").

14.11. Após o aviso de fechamento transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente, determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual, será automaticamente encerrada a recepção de lances.

14.12. Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta, diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como, decidir sobre sua aceitação.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 14

14.13. Imediatamente após o encerramento da etapa de lances, o sistema informará a proposta de menor preço ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

14.14. Ocorrendo eventual desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, caso o sistema eletrônico permaneça acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

14.15. Concluído o tempo randômico, o sistema encerra a disputa, informa sobre o tempo transcorrido, o valor da menor proposta e identifica o licitante arrematante.

15. DA HABILITAÇÃO

15.1. O classificado, detentor da melhor proposta, após o encerramento da disputa deverá, no prazo improrrogável de 03 (dias) úteis, apresentar os documentos originais relacionados no Anexo III, salientando que os demais classificados, obedecida a ordem de classificação, somente serão chamados à apresentação de seus documentos de habilitação se o classificado com o menor preço for inabilitado:

15.2. As declarações deverão ser assinadas pelo representante legal da empresa, e poderão ser objeto de diligências do pregoeiro e equipe de apoio, nos termos do § 3º do art. 85, da lei 15.608/2007.

15.3. Será declarado inabilitado e desclassificado o licitante que deixar de atender a alguma exigência deste Edital ou apresentar declaração ou documentação que não preencham os requisitos legais.

15.4. Os vícios, de ordem formal serão analisados e julgados pelo Pregoeiro, nos estritos termos art. 85 da Lei 15.608/2007, podendo ser saneados e corrigidos, se não infringirem a nenhuma norma legal ou disposição constante deste edital ou, ainda, se o licitante puder satisfazer as demais exigências editalícias no prazo fixado por este instrumento convocatório.

15.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital, ficando ciente, desde já o declarante que sua proposta será desclassificada e as irregularidades apuradas no competente processo administrativo a ser instaurado pelo pregoeiro e equipe de apoio.

16. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

16.1. Para o julgamento e classificação das propostas, nesta licitação, será adotado o critério de MENOR PREÇO - VALOR GLOBAL (LOTE ÚNICO), sendo

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 15

desclassificadas as propostas com valor acima do máximo definido em Edital para o lote único, assim como as propostas que preverem valores superiores para qualquer um dos itens descritos no Termo de Referência e, ainda, as que não atenderem os requisitos do Edital e de seus anexos. O PROPONENTE DEVE, OBRIGATORIAMENTE, O ITEM INTEGRANTE DO LOTE EM VALOR IGUAL OU INFERIOR AO DISCRIMINADO NO TERMO DE REFERÊNCIA.

16.2. Consoante o art. 89 da Lei Estadual nº 15.608/07, as propostas com valor global ou valor unitário superior ao limite estabelecido - (preço máximo e preço por item) -, bem como as propostas com preços inexequíveis, assim considerados como preços nos quais os licitantes não demonstrem serem viáveis, através de documentação que comprove serem fundados em custos de insumos coerentes com os praticados pelo mercado e em coeficientes de produtividade compatíveis com a execução do objeto do contrato, e ainda, aqueles preços que não atenderem as normas desse edital. Todos os proponentes que se enquadrarem nestas disposições terão suas propostas desclassificadas.

16.2.1.O Pregoeiro poderá sanear as propostas que se enquadrarem no item 16.2 de acordo com a regra constante do art. 85, no § 2º da Lei Estadual 15.608/2007.

16.3. A classificação e o julgamento das propostas são atos exclusivos do Pregoeiro, podendo desclassificar as propostas em desacordo com este Edital ou ainda, que se revelarem manifestamente inexequíveis, por fatos comprovados durante o processo de seleção, ou por motivo superveniente somente conhecido após a declaração de vencedor operada pelo Pregoeiro no sistema eletrônico.

16.4. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, se o licitante desatender às exigências da fase de habilitação ou se houver recusa da primeira classificada em confirmar sua proposta, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta, ou lance que atenda às normas do edital.

16.5. Ocorrendo as situações previstas no item anterior, o pregoeiro poderá negociar com o licitante posteriormente classificado para que seja obtido preço melhor.

16.6. No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas de caráter formal que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, adotando-se o mesmo critério estabelecido no item 16.4 retro escrito.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 16

16.7. Não serão aceitos valores cotados com mais de 02 (duas) casas decimais após a vírgula.

16.8. Após a análise da proposta de menor preço, comprovado o atendimento às exigências fixadas neste edital e aos requisitos da habilitação, o licitante será declarado vencedor.

17. DOS RECURSOS

17.1. Qualquer licitante poderá, após a declaração do vencedor da disputa, pelo pregoeiro, manifestar a intenção de recorrer, via Sistema, de forma motivada, em campo próprio do sistema.

17.2. O sistema aceitará as manifestações de intenção de recurso no prazo de 24 horas após a declaração do licitante vencedor.

17.3. Ao recorrente será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

17.4. Os recursos, razões e contrarrazões deverão ser protocolados na sede do PALCOPARANÁ, nos prazos previstos neste Edital.

17.5. A falta de manifestação quanto à intenção de recorrer, nos termos do item 18.1, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.

17.6. O acolhimento de recurso administrativo, interposto nos estritos termos da legislação e consoante aos dispositivos deste edital, importará tão somente na invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento nos termos do §7º do art. 94 da lei 15.608/2007.

17.7. Os recursos referentes às fases de habilitação e julgamento de propostas não terão efeito suspensivo, o tendo nos demais casos em que houver razões de interesse público, desde que devidamente justificadas e fundamentadas pela Pregoeira.

17.8. A interposição de recurso devidamente motivado, por qualquer licitante, inclusive aquele que, porventura venha a ser desclassificado antes da disputa, ocorrerá somente após declarado vencedor pelo Pregoeiro.

18. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

18.1. Verificada a aceitabilidade da proposta de menor preço, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor e decididos os recursos, a pregoeira adjudicará o

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 17

objeto e encaminhará o procedimento licitatório à autoridade competente para homologação.

18.2. A adjudicação de lote, com recurso interposto, só poderá ser realizada pela Autoridade Competente.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS - PENALIDADES:

19.1. - O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às seguintes sanções administrativas:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 05 (cinco) anos.

II - As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item anterior poderão ser aplicadas ao adjudicatório e ao contratado, cumulativamente com a multa.

III - Advertência será aplicada por conduta que prejudique o andamento do procedimento de licitação e de contratação.

IV - A multa, de 0,1% (zero vírgula um por cento) até 1% (um por cento) sobre o valor total do lote no qual participou, será aplicada a quem:

a) retardar ou impedir o andamento do procedimento licitatório

b) não mantiver sua proposta

c) apresentar declaração falsa

d) deixar de apresentar documento na fase de saneamento

e) apresentar documento falso;

f) de forma injustificada, deixar de assinar o contrato ou instrumento equivalente;

g) foi advertido e reincidiu pelo(s) mesmo(s) motivo(s).

V - A multa, de 1% (um por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor do faturamento mensal, será aplicada por atraso injustificado na execução dos contratos de prestação de serviços continuados ou de fornecimento parcelado de bens.

VI - A multa, de 0,1% (zero vírgula um por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, será aplicada no caso de inexecução total ou parcial do contrato.

VII - A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (dois) anos, será aplicada a

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 18

participante que:

a) recusar-se injustificadamente, após ser considerado adjudicatário, a assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração;

b) não mantiver sua proposta;

c) abandonar a execução do contrato;

d) incorrer em inexecução contratual.

VIII - A declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, será aplicada a quem:

a) fizer declaração falsa na fase de habilitação;

b) apresentar documento falso;

c) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o procedimento;

d) afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

e) agir de má-fé na relação contratual, comprovada em procedimento específico;

f) tenha sofrido condenação judicial definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

g) demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em especial infrações à ordem econômica definidos na Lei Federal nº 8159/91;

h) tenha sofrido condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei. IX - A autoridade máxima do órgão ou entidade é a autoridade competente para impor a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, bem como a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

X - Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com a Administração ou da declaração de inidoneidade:

a) às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

b) as pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no inciso anterior.

XI - Todas as penalidades descritas neste contrato somente serão efetivamente

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 19

aplicadas após instauração de regular processo administrativo com o exercício da ampla defesa e o cumprimento do princípio constitucional do contraditório.

XII - Após decisão definitiva proferida no processo administrativo, as multas aplicadas deverão ser recolhidas à conta da CONTRATANTE no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação, sob pena de seu valor ser descontado da garantia do contrato ou do documento de cobrança, na ocasião do pagamento, podendo, ainda, ser exigida judicialmente.

XIII - Nos casos não previstos neste contrato e no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observados, de forma subsidiária, as disposições da Lei Estadual nº 15608/2007 e Lei nº 8666/1993.

XIV - Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no cadastro de licitantes do Estado.

20. DA INSTRUMENTALIZAÇÃO DO CONTRATO

20.1. Será formalizado mediante contrato, de acordo com o modelo constante do Anexo VI, pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado mediante aditamento, a critério do PALCOPARANÁ, observados os limites legais estabelecidos pela Lei de Licitações.

20.2. A adjudicatária será convocada para, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da respectiva convocação, assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nas Leis Federal e Estadual de Licitações.

20.3. Esgotado o prazo estipulado no subitem "20.2" sem aposição das correspondentes assinaturas no instrumento formal do contrato, presumir-se-á desistência da licitante vencedora de celebrar o contrato.

20.4. A não assinatura do contrato por desistência, inclusive presumida, da licitante vencedora, ou por motivo a ela atribuído, acarretará as seguintes consequências:

20.4.1. Perda de todos os direitos da licitante vencedora com relação à adjudicação do objeto da presente licitação e aplicação das sanções legais cabíveis por descumprimento total da obrigação assumida;

20.4.2. Convocação das licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, sendo o contrato celebrado com a licitante que aceitar a contratação em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada – inclusive quanto ao preço, atualizado;

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 20

20.4.3. A licitante remanescente que não aceitar a contratação nas mesmas condições propostas pelo primeiro adjudicatário, inclusive quanto ao prazo e preço, não se aplicam as disposições do subitem "20.4".

20.5. Decorridos 60 (sessenta) dias da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

21.1. A contratada obriga-se:

21.1.1. Fornecer suporte técnico para solução de eventuais problemas constatados pela Contratante;

21.1.2. Assegurar aos usuários o crédito mensal eletrônico, bem como, o funcionamento do sistema online, com a possibilidade de contato telefônico por meio de SAC, de forma gratuita e 24h por dia;

21.1.3. Substituir, obrigatoriamente, os cartões que apresentarem qualquer tipo de defeito, sem qualquer ônus ou custo adicional ao PALCOPARANÁ ou a seu beneficiário;

21.1.4. Responsabilizar-se pelos danos ou prejuízos que venha causar ao PALCOPARANÁ ou a seus empregados, por ação ou omissão própria em razão dos serviços ora contratados;

21.1.5. Ter obrigatoriamente em sua rede conveniada estabelecimentos comerciais nas localidades indicadas nos itens 3.1.5 do Anexo I (Termo de Referência), mantendo, nos referidos estabelecimentos, em locais de fácil visualização, a indicação de adesão por meio de placas, selos identificadores, adesivos ou qualquer outro meio de identificação;

21.1.6. Providenciar o credenciamento de outros estabelecimentos, caso ocorra a alteração da rede conveniada, de forma a garantir o padrão de qualidade e atendimento, em número suficiente de estabelecimentos, durante todo o Contrato, inclusive quando solicitado pelo PALCOPARANÁ, se constatadas irregularidades no estabelecimento conveniado, tais como: má qualidade da alimentação e falta de higiene;

21.1.7. Garantir a qualidade de sua rede conveniada, fiscalizando as instalações internas e externas dos estabelecimentos conveniados, condições de higiene, bem como a qualidade da alimentação servida, de acordo com as determinações contidas no PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador) e demais legislações aplicáveis à espécie;

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 21

21.1.8. Cumprir rigorosamente a legislação no âmbito federal, estadual e municipal com relação ao objeto da prestação dos serviços;

21.1.9. Indicar preposto para acompanhamento dos serviços, e esclarecimentos de questões advindas do objeto contratado, isso com atendimento direto e personalizado;

21.1.10. Disponibilizar central de atendimento (24h) com serviços de comunicação de perda, roubo, extravio ou dano, bloqueio e desbloqueio e solicitação de 2ª (segunda) via de cartão magnético e/ou eletrônico e senha;

21.1.11. A Contratada permitirá o acúmulo de créditos e disponibilizará os valores remanescentes dos respectivos cartões enquanto durar a vigência do contrato;

21.1.12. O início da vigência contratual está estipulado para 01/12/2018, podendo o PALCOPARANÁ designar outra data para tanto caso o certame não reste concluído até a referida data;

21.1.13. Garantir a execução dos serviços contratados, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente, responsabilizando-se diretamente pelos serviços contratados, observando a Portaria nº 03. de 01/03/2002 do Ministério do Trabalho e Emprego ou quaisquer outros que venham a substituí-los, alterá-los ou complementá-los;

21.1.14. Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução dos serviços contratados;

21.1.15. Pagar diretamente aos estabelecimentos credenciados os valores correspondentes aos valores fornecidos, não havendo qualquer responsabilidade solidária do PALCOPARANÁ na hipótese da Contratada deixar de cumprir suas obrigações perante aqueles estabelecimentos;

21.1.16. Disponibilizar para o PALCOPARANÁ, sistema próprio para pedidos de créditos mensais, solicitação de emissão dos cartões, no prazo de 5 (cinco) dias corridos da assinatura do Contrato. Este sistema deverá possibilitar também o acompanhamento dos pedidos e consulta via WEB;

21.1.17. Manter sigilo quanto às informações dos empregados do PALCOPARANÁ contidas no banco de dados da Contratada;

21.1.18. Manter, durante toda a execução deste Contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação/qualificação na fase da licitação, mantendo atualizadas junto ao SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ as provas de sua adimplência com a Seguridade Social (Certidão Negativa de Débitos – CND), bem como da quitação de impostos e outros gravames que incidam sobre a atividade do contrato sob pena de

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 22

suspensão dos pagamentos a que tiver direito.

21.2. Informar à Administração sobre a ocorrência de fatos que possam interferir, direta ou indiretamente, na entrega a ser efetuada

21.3. Informar e manter atualizado(s) o(s) número(s) de telefone e/ou endereço eletrônico (e- mail), bem como nome da pessoa autorizada para contatos que se fizerem necessários por parte da Administração

21.4. Os contatos de que trata o item anterior serão formalizados pelo licitante, não sendo permitido ao licitante alegar qualquer impedimento que o desonere de cumprir com as obrigações deles decorrentes.

21.5. Prestar todas e qualquer diligencia solicitada pela contratante.

21.6. Os contatos, de que trata o item anterior, serão sempre efetivados por escrito sendo que as comunicações entre Administração e licitante vencedora comporão pasta própria no SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ.

21.7. Treinar gratuita e adequadamente, sempre que necessário, os servidores designados pelo SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ, Divisão Administrativa, para a completa execução e acompanhamento do objeto deste edital.

21.8. Supervisionar os serviços, através de pessoal próprio e especializado.

21.9. Fornecer o sistema de controle.

21.10. A licitante se obriga, por seus sócios, diretores, gerentes e empregados e prepostos, a manter absoluto sigilo dos dados e informações a que tiver acesso em decorrência dos serviços prestados, durante a execução e após o encerramento do contrato, respondendo integralmente perante a contratante pelos danos decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, sem prejuízo das demais sanções contratuais e legais cabíveis, inclusive criminais, reservando exclusivamente a contratante o direito de utilização e divulgação dos trabalhos elaborados.

22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

22.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 8.666/93, são obrigações da CONTRATANTE:

22.1.1. Exercer a fiscalização dos produtos e serviços por servidores especialmente designados e documentar as ocorrências havidas;

22.1.2. Proporcionar à CONTRATADA as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratados;

22.1.3. Prestar aos funcionários da CONTRATADA todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados;

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO Fls. 23 INTEGRADO DO ESTADO

22.1.4. Efetuar o pagamento a licitante vencedora, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

22.1.5. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo;

22.1.6. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

22.2. A CONTRATADA será remunerada pela Taxa de Administração proposta que será aplicada sobre o valor dos créditos da fatura mensal.

22.3. O valor de crédito médio para cada Cartão Magnético Alimentação com uso de senha para inicio do contrato será de R$ 300,00 (trezentos reais), sendo este valor composto do valor do beneficio por dia, estipulado atualmente no montante de R$ 15,00, conforme Convenção Coletiva proposta pelo SECRASO/SENALBA-PR, multiplicado pelo dias uteis dentro do mês. Para o cálculo médio, estipulou-se 20 dias uteis.

22.4. O valor atual médio de R$ 300,00 (trezentos reais), para cada cartão magnético, será reajustado em conformidade com o que determina a Convenção Coletiva proposta pelo SECRASO-PR / Senalba-PR

23. DO PAGAMENTO

23.1. O pagamento referente ao objeto desta licitação será efetuado pelo SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento da fatura/nota fiscal. O pagamento será realizado por meio de boleto bancário

23.2. O pagamento será efetivado via sistema eletrônico até a data do vencimento, à ordem do favorecido, no banco, agência e conta designados, ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, não podendo ser imposta qualquer espécie de multa moratória ou juros moratórios por demora de até 3 (três) dias úteis que ultrapassar a data do vencimento, após a data da referida Ordem Bancária, se a mesma foi emitida tempestivamente;

23.3. Na Taxa de Administração de serviços que constitui a única e completa remuneração para os serviços objeto deste contrato, estão computados todos os custos e despesas, nada mais podendo a CONTRATADA, pleitear a título de pagamento, reembolso ou remuneração em razão do contrato, de sua celebração e cumprimento.

23.4. O CNPJ constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta, sob pena de não ser efetuado o pagamento.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 24

23.5. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe tenha sido imposta pelo órgão contratante, em decorrência de penalidade ou inadimplência, nos termos da legislação vigente e dos termos deste EDITAL.

23.6. Os documentos de cobrança serão apresentados ao SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ, em 2 (duas) vias de igual teor, inclusive da Nota Fiscal, e deverão conter as seguintes informações: números do contrato, órgão usuário, identificação do responsável pelo recebimento; data do vencimento; descrição do fornecimento.

23.7. O SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ deverá se manifestar quanto à correção ou não dos documentos de cobrança em até 3 (três) dias úteis a partir da data de sua apresentação.

23.8. Os documentos de cobrança que contiverem incorreções serão devolvidos à origem, reiniciando- se o procedimento previsto no subitem acima, a partir da data de reapresentação do documento corrigido.

23.9. O SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ rejeitará no todo ou em parte, produtos em desacordo com o contratado.

23.10. O pagamento, mediante emissão de qualquer ordem bancária, será realizado desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias;

23.11. A critério da Contratante poderá ser utilizado o valor contratualmente devido para cobrir dívidas de responsabilidade da Contratada, para com a Contratante, relativas a multas que lhes tenham sido aplicadas em decorrência da irregular execução contratual ou para ressarcimento de eventuais danos ocasionados e assumidos pela Contratada;

23.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, por culpa da Contratante, o valor devido gera à Contratada, o direito à atualização financeira desde a data final do período de adimplemento até a data do efetivo pagamento, tendo como base a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional, pro rata tempore-die, de forma não composta, devendo os cálculos dos encargos, de cada mês, serem feitos utilizando-se a taxa do mês anterior ao da apuração desses encargos, em conformidade com o artigo 406 da Lei nº 10.406/02 - Código Civil;

23.13. A Nota Fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 25

de habilitação e das propostas de preços.

23.14. Será retiro na fonte o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), bem assim a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e a Contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos efetuados, utilizando-se as alíquotas previstas para o objeto desta licitação, conforme Instrução Normativa SRF nº 1234/2012

24. DA REVISÃO CONTRATUAL

24.1. Havendo necessidade de revisão contratual por eventos imprevisíveis, caso fortuito ou força maior, com vistas a restabelecer o equilíbrio econômico- financeiro do contrato, após a devida comprovação pelo interessado, a revisão poderá ser feita mediante aditamento contratual, obedecendo- se o disposto no artigo 112 da Lei n.º 15.608/07.

24.2. RECOMPOSIÇÃO/ ATUALIZAÇÃO DE PREÇOS:

24.2.1. O preço unitário dos cartões poderá ser alterado para mais, em decorrência da norma do subitem 22.4, sendo, contudo mantido o percentual da taxa de administração vencedora do procedimento licitatório.

24.2.2. Na hipótese de solicitação de revisão de taxa de administração pela CONTRATADA, esta deverá demonstrar a quebra de equilíbrio econômico- financeiro do contrato, por meio de apresentação de planilha (s) detalhada (s) de custos seguindo a mesma metodologia da planilha apresentada para assinatura do contrato e documentação correlata, notas fiscais de aquisição de produtos e/ou matérias - primas, etc) que comprovem que a contratação tornou-se inviável nas condições inicialmente avençadas.

24.2.3. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela CONTRATANTE, esta deverá comprovar o rompimento do equilíbrio econômico- financeiro do contrato, em prejuízo da Administração;

24.2.4. É facultado à contratante realizar pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos anteriores, a decisão quanto a revisão de preços solicitadas pela contratada.

24.2.5. A eventual autorização de revisão dos preços contratuais será concedida após a análise técnica e jurídica da contratante, porém contemplará as entregas realizadas a partir da data do efetivo desequilíbrio da equação econômico- financeira apurada no processo administrativo.

Os novos preços serão considerados somente após autorizados pela autoridade

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 26

competente.

24.2.6. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a contratada não poderá suspender o fornecimento e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes;

24.2.7. A contratante deverá, quando autorizada a revisão dos preços, lavrar Termo Aditivo com os preços revisados e emitir nota de empenho complementar, inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos fornecimentos realizados após o desequilíbrio da equação econômica financeira.

25. FISCALIZAÇÃO

25.1. O contrato será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação do SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ.

25.2. A ação fiscalizadora será realizada pelo Setor de Administrativo do SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ, que se reserva no direito de rejeitar no todo ou em par te o serviço prestado s e ele estiver em desacordo com o estabelecido no contrato.

25.3. A fiscalização será exercida no interesse da Administração, não excluindo nem reduzindo a responsabilidade da CONTRATADA perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na sua ocorrência, não implicará em co-responsabilidade do SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ ou de seus agentes e prepostos.

25.4. Toda a correspondência referente ao Contrato, exceto as de rotina, deverão ser feitas por ofício e na hipótese da CONTRATADA se negar a assinar o recebimento será feita através de carta, enviada pelo correio, registrada, considerando-se feita à comunicação para todos os efeitos.

26. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

26.1. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação ou da aquisição objeto do presente edital.

26.2. É facultado ao PREGOEIRO ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a com vistas a esclarecer a instrução do processo.

26.3. Todas as questões omissas, concernentes aos procedimentos do presente certame licitatório serão dirimidas pelo Pregoeiro, auxiliado pela Equipe de apoio

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 27

26.4. Havendo necessidade, O SERVIÇO SOCIAL PALCOPARANÁ poderá prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para a abertura da sessão pública.

26.5. Reserva- se à autoridade competente, o direito de revogar no todo ou em parte a presente licitação, visando preservar o interesse público; devendo anulá-la por ilegalidade, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe no art. 49 da Lei 8.666/93.

26.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

26.7. Todas as questões omissas concernentes a esta Licitação e a execução de seu objeto serão dirimidas pelo PREGOEIRO, auxiliado pela Equipe de apoio.

26.8. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

26.9. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

26.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia e incluir-se- á o do vencimento.

26.11. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nelas contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Os licitantes intimados para prestarem quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo PREGOEIRO, que não poderá exceder a 05(cinco) dias úteis a contar do recebimento da respectiva intimação, sob pena de desclassificação/inabilitação, após regular notificação e exercício do contraditório.

26.12. O desatendimento a exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

26.13. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

26.14. Quaisquer informações e dúvidas poderão ser obtidas diretamente com o

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 28

Pregoeiro.

26.15. As dúvidas de caráter técnico-legal na interpretação dos termos deste Edital deverão ser suscitadas por escrito, ao Pregoeiro, para os esclarecimentos necessários, até 02 (dois) dias úteis antes da data do recebimento das propostas.

26.16. Não serão atendidas solicitações formuladas após o prazo estabelecido, salvo se ocorrer fato superveniente.

26.17. As dúvidas a serem dirimidas por telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informal.

26.18. A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito a contratação do objeto licitado.

26.19. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital, será o Foro da Seção Judiciária de Curitiba, no que se refere a qualquer ação ou medida judicial originada ou referente a esta licitação.

26.20. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Estado.

26.21. A participação do licitante nesta licitação implica a aceitação de todos os termos deste EDITAL.

26.22. A contratada não poderá utilizar, sem a prévia e expressa autorização, o nome da contratante, ou sua qualidade de contratada.

26.23. A licitante vencedora se responsabilizará por seus empregados, prepostos, herdeiros e sucessores, por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que, a qualquer título venha causar ao SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ ou a terceiros, em decorrência da execução do fornecimento, objeto desta licitação desde que comprovada a sua responsabilidade, ficando também responsável por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, acidentários, civis, tributários e comerciais, bem como pela contratação de seguros e fretes em decorrência do fornecimento objeto desta Licitação.

26.24. Todas as questões omissas concernentes a esta licitação e a execução de seu objeto serão dirimidas, pelo Pregoeiro e pela Comissão de Licitação do SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ

26.25. A ata oficial somente terá validade quando o objeto já estiver adjudicado. A ata gerada imediatamente após o término da disputa contém somente os dados informativos e necessários o Pregoeiro para classificação e declaração de vencedor não se constituindo documento de adjudicação e/ou homologação, ato este privativo

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 29

da autoridade que instaurou o certame.

26.26. Para todos os efeitos legais, os Anexos integram este Edital, à estes ficando vinculadas as propostas vencedoras.

26.27. O licitante/proponente que deixar de atualizar e/ou informar endereços, telefones, correios eletrônicos para ser comunicado dos atos procedimentais deste certame, não poderá alegar desconhecimento destes atos e tampouco usar a ausência de comunicação como argumento de recursos administrativos.

26.28. O licitante deverá fazer constar no campo específico a marca e outras características, quando o item assim o exigir, conforme indicado no Anexo I.

26.29. Como requisito para participação no pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento, anuência e atendimento às exigências prevista no Edital e de sua habilitação. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos do Edital e da sua habilitação sujeitará o licitante às sanções previstas no item 16 deste Edital.

26.30. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro.

26.31. A participação do licitante nesta licitação implica a aceitação de todos os termos deste Edital.

27. DOS ANEXOS

27.1. Integram este EDITAL os seguintes documentos anexos:

ANEXO I – Termo de referência;

ANEXO II – Modelo da Proposta

ANEXO III – Exigências para Habilitação

ANEXO IV- Modelo de Declaração de não utilização de mão de obra de menores e de inexistência de fato impeditivo;

ANEXO V - Modelo de Declaração de cumprimento ao Decreto n.º 6.252/06;

ANEXO VI - Declaração de EPP e ME;

ANEXO VII - Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação;

ANEXO VIII - Modelo de Minuta de Contrato

CURITIBA, 11 de outubro de 2018

Equipe de Apoio

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 30

PALCO PARANÁ

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. ESPECIFICAÇÕES DO OBJ ETO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento, implementação e administração de benefício alimentação aos servidores do SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ, que possibilitem a aquisição de gêneros alimentícios "in natura" através de rede de estabelecimentos credenciados, na forma definida na legislação do Ministério de Trabalho e Emprego que regulamenta o PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A contratação do gerenciamento dos créditos de alimentação se faz necessário em atendimento a benefício concedido aos colaboradores no Acordo Coletivo de Trabalho - ACT 2016/2017 firmado com sindicatos laborais que representam as categorias profissionais dos empregados da Instituição, bem como, em observância à legislação trabalhista.

3. ESPECIFICAÇÕES

3.1. Os serviços a serem contratados serão prestados com as seguintes características e especificações:

3.1.1. O benefício alimentação será fornecido através de cartões eletrônicos /magnéticos em PVC, com sistema de controle de saldo e senha numérica pessoal e intransferível, para validação das transações eletrônicas, através de sua digitação em equipamento POS/PDV ou similar pelo usuário/servidor no ato da aquisição dos gêneros alimentícios nos estabelecimentos credenciados.

3.1.2. Os cartões eletrônico-magnéticos alimentação deverão ser entregues personalizados com nome do usuário, razão social da contratante e numeração de identificação sequencial.

3.1.3. Os cartões eletrônico-magnéticos alimentação deverão ser entregues em envelope lacrado, com manual básico de utilização e bloqueados. O desbloqueio dos cartões deverá ser feito através de central de atendimento telefônico.

3.1.4. Os cartões eletrônico-magnéticos alimentação deverão possibilitar a utilização do benefício alimentação convênio pelos servidores do SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ na aquisição de gêneros alimentícios "in natura", em ampla e abrangente rede de estabelecimentos afiliados (Hipermercados,

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 31

Supermercados, Mercados, Mercearias, Açougues, Frutarias, Peixarias, Padarias, etc), de acordo com o definido na legislação que regulamenta o PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador.

3.1.5. A rede deverá possuir no mínimo (1) um estabelecimento credenciado em 60% dos municípios a seguir relacionados, e, para Curitiba, no mínimo 5 (cinco) redes de Supermercado, Hipermercado e congêneres.

Municípios	Municípios	Municípios
Apucarana	Medianeira	Ivatuba
Arapongas	Missal	Mandaguaçu
Cambira	Ramilandia	Mandaguari
Faxinal	Santa Terezinha de Itaipu	Marialva
Jandaia do Sul	São Miguel do Iguaçu	Maringá
Marumbi	Serranópolis do Iguaçu	Paiçandu
Rio Bom	Ampere	Presidente Castelo Branco
Almirante Tamandaré	Barracão	Santo Inácio
Campina Grande do Sul	Bela Vista da Caroba	Sarandi
Campo Magro	Bom Jesus do Sul	Antonina
Colombo	Capanema	Guaraqueçaba
Itaperuçu	Francisco Beltrão	Guaratuba
Pinhais	Marmeleiro	Matinhos
Piraquara	Perola do Oeste	Paranaguá
Quatro Barras	Pinhal de São Bento	Alto Paraná
Rio Branco do Sul	Planalto	Cruzeiro do Sul
Tunas do Paraná	Pranchita	Guairaca
Agudos do Sul	Realeza	Inaja
Araucária	Salgado Filho	Jardim Olinda
Balsa Nova	Santa Izabel do Oeste	Nova Esperança
Campo Largo	Santo Antonio do Sudoeste	Paraiso do Norte
Contenda	Vere	Paranavaí
Fazenda Rio Grande	Boa Esperança	São Carlos do Ivaí
Lapa	Goioere	Tamboara
Rio Negro	Janiópolis	Terra Rica
São Jose dos Pinhais	Juranda	Uniflor
Tijucas do Sul	Moreira Sales	Chopinzinho

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 32

PALCO PARANÁ

Assis Chateaubrian	Ubirata	Clevelândia
Formosa do Oeste	Candoi	Coronel Domingos Soares
Jesuitas	Foz do Jordão	Coronel Vivida
Nova Aurora	Goioxim	Honorio Serpa
Tupassi	Guarapuava	Itapejara do Oeste
Araruna	Pinhão	Mangueirinha
Barbosa Ferraz	Reserva do Iguaçu	Palmas
Campina da Lagoa	Ibaiti	Pato Branco
Campo Mourão	Siqueira Campos	São João
Corumbatai do Sul	Tomazina	Saudade do Iguaçu
Engenheiro Beltrão	Fernandes Pinheiro	Boa Ventura de São Roque
Fenix	Guamiranga	Laranjal
Iretama	Inacio Martins	Mato Rico
Luiziana	Irati	Nova Tebas
Nova Cantu	Prudentópolis	Palmital
Peabiru	Rio Azul	Pitanga
Quinta do Sol	Arapua	Santa Maria do Oeste
Roncador	Ariranha do Ivaí	Carambei
Boa Vista da Aparecida	Candido de Abreu	Castro
Braganey	Grandes Rios	Imbituva
Cafelândia	Ivaipora	Ivai
Capitão Leonidas Marques	Jardim Alegre	Palmeira
Cascavel	Lunardelli	Ponta Grossa
Catanduvas	Manoel Ribas	Porto Amazonas
Ceu Azul	São João do Ivaí	Tibagi
Guaraniaçu	São Pedro do Ivaí	Curiuva
Ibema	Abatia	Imbau
Iguatu	Barra do Jacaré	Ortigueira
Lindoeste	Cambara	Reserva
Santa Lucia	Joaquim Tavora	Telemaco Borba
Três Barras do Paraná	Ribeirão Claro	Entre Rios do Oeste
Cianorte	Santo Antonio da Platina	Guaira
Indianápolis	Diamante do Sul	Marechal Candido Rondon
Rondon	Laranjeiras do Sul	Mercedes
São Manoel do Paraná	Marquinho	Nova Santa Rosa

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 33

Tapejara	Porto Barreiro	Palotina
Assai	Quedas do Iguaçu	Pato Bragado
Bandeirantes	Rio Bonito do Iguaçu	Santa Helena
Congonhinhas	Virmond	São Jose das Palmeiras
Cornélio Procópio	Marilena	Toledo
Itambaraca	Nova Londrina	Cruzeiro do Oeste
Jataizinho	Planaltina do Paraná	Icaraima
Leopolis	Porto Rico	Ivate
Santa Mariana	Querência do Norte	Maria Helena
Santo Antonio do Paraíso	Santa Cruz do Monte Castelo	Nova Olimpia
São Jeronimo da Serra	Santa Izabel do Ivaí	São Jorge do Patrocinio
São Sebastião da Amoreira	Cambé	Umuarama
Sertaneja	Florestópolis	Alto Paraiso
Curitiba	Ibipora	Antonio Olinto
Boa Esperança do Iguaçu	Londrina	Bituruna
Cruzeiro do Iguaçu	Porecatu	Cruz Machado
Dois Vizinhos	Prado Ferreira	Paulo Frontin
Nova Esperança do Sudoeste	Rolândia	São Mateus do Sul
Nova Prata do Iguaçu	Tamarana	União da Vitória
Salto do Lontra	Atalaia	Arapoti
Foz do Iguaçu	Florida	Jaguariaiva
Itaipulandia	Iguaraçu	Salto do Itararé
Wenceslau Braz	Senges	

3.1.6. O vencedor da licitação, terá um prazo de 60 dias após assinatura do contrato, para credenciar no mínimo 1 (um) estabelecimento no restante dos municípios em que não possuem estabelecimentos credenciados.

3.1.7. O reembolso às empresas credenciadas será efetuado pontualmente, sob inteira responsabilidade da Contratada, independentemente da vigência do contrato, ficando claro que a Contratante não responderá solidária nem subsidiariamente por esse reembolso.

3.1.8. Poderão ser exigidas cópias dos convênios celebrados com os referidos estabelecimentos a critério da Contratante.

3.1.9. A contratada deverá manter, nas empresas credenciadas e/ou afiliadas à sua

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 34

rede, indicação de adesão por meio de placas, selos identificadores ou adesivos.

3.1.10. Os cartões eletrônico-magnéticos alimentação deverão ser entregues no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data da solicitação pela contratante. A Segunda via do cartão eletrônico alimentação será entregue no mesmo prazo e sem ônus para contratante.

3.2. A contratada, quando solicitado pela contratante, deverá disponibilizar relatórios gerenciais com as seguintes informações mínimas:

3.2.1. Nome do usuário, número do cartão, data e valor do crédito concedido;

3.2.2. Quantidade de cartões eletrônicos/magnéticos alimentação reemitidos por usuário.

3.3. Deverá ser disponibilizado os seguintes serviços para os usuários:

3.3.1. Consulta de saldo dos cartões eletrônicos;

3.3.2. Consulta de rede via "web";

3.3.3. Comunicação de perda, roubo, extravio ou dano através de central telefônica;

3.3.4. Solicitação de Segunda via de cartão eletrônico e senha através de central telefônica;

3.3.5. No caso da contratada utilizar "off line" deverá ser disponibilizado pela contratada terminais para recarga, consulta saldo, troca de senha, onde o número de funcionários justifique, em locais a serem indicados pela contratante.

3.4. A contratada deverá disponibilizar uma Central de Atendimento.

3.5. A contratada deverá manter representante na região à disposição do SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ para solução de situações diversas que possam ocorrer ao longo do contrato.

3.6. A contratada deverá dispor de central de atendimento telefônico para atendimento do contratante.

3.7. Serão exigidas providências imediatas quanto à correção das deficiências apontadas pela Contratante, em relação à execução dos serviços contratados.

3.8. A quantidade de cartões eletrônico-magnéticos alimentação é de até 80 (oitenta) com valor de crédito mensal médio de R$ 300,00 (trezentos reais) por cartão, totalizando R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) de benefícios, que poderá ser reduzida, mês a mês, na medida em que empregados da PALCOPARANÁ forem desligados do quadro funcional.

3.9. Os pagamentos referentes aos benefícios e mais a taxa de administração, serão realizados no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da respectiva fatura à CONTRATANTE.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 35

3.10. A empresa vencedora do certame licitatório deverá isentar a taxa de emissão do cartão magnético, bem como a taxa de reemissão do mesmo, em caso de perda, roubo, furto ou dano.

3.11. À CONTRATANTE, dez dias antes da data da efetivação do crédito nos cartões magnéticos, que deverão ocorrer sempre no 5º (quinto) dia útil de cada mês, encaminhará uma listagem atualizada dos beneficiários que receberão estes benefícios naquele mês.

4. LOCAIS DE ENTREGA

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ, Rua XV de Novembro, 971 Centro – Curitiba/PR - 80.060-000

5. PRAZO DO CONTRATO

5.1. O contrato será celebrado pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado mediante aditivo, a critério do PALCOPARANÁ, observados os limites legais estabelecidos pela Lei de Licitações.

6. ACOMPANHAMENTO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

6.1. O funcionário do setor administrativo ficará responsável pela conferência do recebimento, controle da qualidade e prazos do serviço entregue.

7. PESQUISA DE PREÇO:

7.1. A disputa dar-se-á através da menor taxa de administração em porcentagem, sendo a taxa máxima de administração de 1,00% (um) por cento, sobre o crédito mensal médio de R$ 24.000,00 (vinte a quatro mil reais) referente a estimativa de 80 cartões magnéticos de vale alimentação (crédito médio de R$ 300,00 por cartão, considerando-se 20 dias trabalhados, com crédito diário no montante de R$ 15,00), totalizando o valor máximo mensal a ser pago pela PALCOPARANÁ de R$ 24.240,00 (vinte e quatro mil, duzentos e quarenta reais), após aplicação da taxa máxima de administração de 1,00 % (um por cento). A quantidade de cartões magnéticos será atualizada de acordo com as regras do subitem 9.1 do Anexo I do Edital de Pregão Presencia 01/2018. O Palcoparaná conta atualmente com o quadro funcional de 53 funcionários, com estimativa mensal de no valor de R$ 15.900,00 (quinze mil e novecentos reais), com valor total, considerando a taxa administrativa de 1% , de R$ 16.059,00 (dezesseis mil e cinquenta e nove reais)

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 36

7.1.1. Não será admitida taxa de administração negativa, ou seja, a proponente deverá limitar a sua proposta a 0%, ou seja, isenção da taxa de administração.

7.2. A despesa com objeto da presente licitação estimada para a vigência contratual de 12 meses, tendo em vista o valor mensal médio de R$ 24.240,00 (vinte e quatro mil e duzentos reais) mensais, atingindo o valor de R$ 290.880,00 (duzentos e noventa mil, oitocentos e oitenta reais), para os 80 cartões magnético, observado o inciso 11.1, do Edital de Pregão Presencia 01/2018

8. PARCELAMENTO DO PROJETO

8.1. A despesa com objeto da presente licitação estimada para a vigência contratual de 12 meses, tendo em vista o valor mensal médio de R$ 24.240,00 (vinte e quatro mil e duzentos reais) mensais, atingindo o valor de R$ 290.880,00 (duzentos e noventa mil, oitocentos e oitenta reais), para os 80 cartões magnético.

9. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO SELETIVO

9.1. Para a apresentação da proposta, a empresa concorrente deverá observar as condições previstas neste Termo de Referência, e atender o que dispõe o edital de licitação

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A contratada obriga-se:

10.1.1. Disponibilizar os créditos contratados a cada funcionário cadastrado até o 5º dia útil de cada mês;

10.1.2. Fornecer suporte técnico para solução de eventuais problemas constatados pela Contratante;

10.1.3. Assegurar aos usuários o crédito mensal eletrônico, bem como, o funcionamento do sistema online, com a possibilidade de contato telefônico por meio de SAC, de forma gratuita e 24h por dia;

10.1.4. Substituir, obrigatoriamente, os cartões que apresentarem qualquer tipo de defeito, sem qualquer ônus ou custo adicional ao PALCOPARANÁ ou a seu beneficiário;

10.1.5. Responsabilizar-se pelos danos ou prejuízos que venha causar ao PALCOPARANÁ ou a seus empregados, por ação ou omissão própria em razão dos serviços ora contratados;

10.1.6. Ter obrigatoriamente em sua rede conveniada estabelecimentos comerciais

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 37

nas localidades indicadas nos itens 3.1.5 deste Termo, mantendo, nos referidos estabelecimentos, em locais de fácil visualização, a indicação de adesão por meio de placas, selos identificadores, adesivos ou qualquer outro meio de identificação;

10.1.7. Providenciar o credenciamento de outros estabelecimentos, caso ocorra a alteração da rede conveniada, de forma a garantir o padrão de qualidade e atendimento, em número suficiente de estabelecimentos, durante todo o Contrato, inclusive quando solicitado pelo PALCOPARANÁ, se constatadas irregularidades no estabelecimento conveniado, tais como: má qualidade da alimentação e falta de higiene;

10.1.8. Garantir a qualidade de sua rede conveniada, fiscalizando as instalações internas e externas dos estabelecimentos conveniados, condições de higiene, bem como a qualidade da alimentação servida, de acordo com as determinações contidas no PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador) e demais legislações aplicáveis à espécie;

10.1.9. Cumprir rigorosamente a legislação no âmbito federal, estadual e municipal com relação ao objeto da prestação dos serviços;

10.1.10. Indicar preposto para acompanhamento dos serviços, e esclarecimentos de questões advindas do objeto contratado, isso com atendimento direto e personalizado;

10.1.11. Disponibilizar central de atendimento (24h) com serviços de comunicação de perda, roubo, extravio ou dano, bloqueio e desbloqueio e solicitação de 2ª (segunda) via de cartão magnético e/ou eletrônico e senha;

10.1.12. A Contratada permitirá o acúmulo de créditos e disponibilizará os valores remanescentes dos respectivos cartões enquanto durar a vigência do contrato;

10.1.13. O início da vigência contratual está estipulado para 01/12/2018, podendo o PALCOPARANÁ designar outra data para tanto caso o certame não reste concluído até a referida data;

10.1.14. Garantir a execução dos serviços contratados, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente, responsabilizando-se diretamente pelos serviços contratados, observando a Portaria nº 03. de 01/03/2002 do Ministério do Trabalho e Emprego ou quaisquer outros que venham a substituí-los, alterá-los ou complementá-los;

10.1.15. Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução dos serviços

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 38

contratados;

10.1.16. Pagar diretamente aos estabelecimentos credenciados os valores correspondentes aos valores fornecidos, não havendo qualquer responsabilidade solidária do PALCOPARANÁ na hipótese da Contratada deixar de cumprir suas obrigações perante aqueles estabelecimentos;

10.1.17. Disponibilizar para o PALCOPARANÁ, sistema próprio para pedidos de créditos mensais, solicitação de emissão dos cartões, no prazo de 5 (cinco) dias corridos da assinatura do Contrato. Este sistema deverá possibilitar também o acompanhamento dos pedidos e consulta via WEB;

10.1.18. Manter sigilo quanto às informações dos empregados do PALCOPARANÁ contidas no banco de dados da Contrata

10.1.19. Manter, durante toda a execução deste Contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação/qualificação na fase da licitação; mantendo atualizadas junto ao SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ as provas de sua adimplência com a Seguridade Social (Certidão Negativa de Débitos – CND), bem como da quitação de impostos e outros gravames que incidam sobre a atividade do contrato sob pena de suspensão dos pagamentos a que tiver direito.

10.1.20. Informar à Administração sobre a ocorrência de fatos que possam interferir, direta ou indiretamente, na entrega a ser efetuada.

10.1.21. Informar e manter atualizado(s) o(s) número(s) de telefone e/ou endereço eletrônico (e- mail), bem como nome da pessoa autorizada para contatos que se fizerem necessários por parte da Administração.

10.1.22. Os contatos de que trata o item anterior serão formalizados pelo licitante, não sendo permitido ao licitante alegar qualquer impedimento que o desonere de cumprir com as obrigações deles decorrentes.

10.1.23. Prestar todas e qualquer diligencia solicitada pela contratante.

10.1.24. Informar à Administração sobre a ocorrência de fatos que possam interferir, direta ou indiretamente, na entrega a ser efetuada.

10.1.25. Informar e manter atualizado(s) o(s) número(s) de telefone e/ou endereço eletrônico (e- mail), bem como nome da pessoa autorizada para contatos que se fizerem necessários por parte da Administração.

10.1.26. Os contatos de que trata o item anterior serão formalizados pelo licitante, não sendo permitido ao licitante alegar qualquer impedimento que o desonere de cumprir com as obrigações deles decorrentes.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 39

10.1.27. Prestar todas e qualquer diligencia solicitada pela contratante.

10.1.28. Os contatos, de que trata o item anterior, serão sempre efetivados por escrito sendo que as comunicações entre Administração e licitante vencedora comporão pasta própria no SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ.

10.1.29. Treinar gratuita e adequadamente, sempre que necessário, os servidores designados pelo SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ, Divisão Administrativa, para a completa execução e acompanhamento do objeto deste edital.

10.1.30. Supervisionar os serviços, através de pessoal próprio e especializado.

10.1.31. Fornecer o sistema de controle.

10.1.32. A licitante se obriga, por seus sócios, diretores, gerentes e empregados e prepostos, a manter absoluto sigilo dos dados e informações a que tiver acesso em decorrência dos serviços prestados, durante a execução e após o encerramento do contrato, respondendo integralmente perante a contratante pelos danos decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, sem prejuízo das demais sanções contratuais e legais cabíveis, inclusive criminais, reservando exclusivamente a contratante o direito de utilização e divulgação dos trabalhos elaborados.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 8.666/93, são obrigações da CONTRATANTE:

11.1.1. Exercer a fiscalização dos produtos e serviços por servidores especialmente designados e documentar as ocorrências havidas;

11.1.2. Proporcionar à CONTRATADA as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratados;

11.1.3. Prestar aos funcionários da CONTRATADA todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados;

11.1.4. Efetuar os pagamentos devidos;

11.1.5. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo;

11.1.6. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

11.1.7. A CONTRATADA será remunerada pela Taxa de Administração proposta que será aplicada sobre o valor dos créditos da fatura mensal.

11.1.8. O valor de crédito médio para cada Cartão Magnético Alimentação com uso

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 40

de senha para inicio do contrato será de R$ 300,00 (trezentos reais).

11.1.9. O valor atual médio de R$ 300,00 (trezentos reais), para cada cartão magnético, será reajustado em conformidade com o que determina a Convenção Coletiva proposta pelo SECRASO-PR / Senalba-PR

12. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

12.1. A inexecução total ou parcial dos serviços ensejará a rescisão contratual ou ajuste celebrado.

12.2. Qualquer circunstância de rescisão contratual deverá ser formalmente motivada.

12.3. Inexistindo a formalização por escrito de contrato celebrado, integra a contratação de fato contratação de empresa prestadora de serviços de gerenciamento de benefício em cartões magnéticos, para a disponibilização de créditos de natureza alimentar pelo PALCOPARANÁ de o simples ato de expedição da Ordem de Serviço, observadas as disposições deste Termo de Referência.

12.4. Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria Executiva do PALCOPARANÁ, com base nos comandos legais, regulamentos e normas técnicas que disciplinam a questão.

13. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

13.1. Menor Preço

14. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. Para atendimento ao pagamento para este contrato contamos com a dotação orçamentária disponibilizada através do Orçamento do Projeto Atividade nº 5132.13392154.448, emitido em 26/10/2016.

Curitiba, 22 setembro de 2018

Nicole Lemanczyk

Diretora Administrativa Financeira.

PALCOPARANÁ

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 41

PALCO PARANÁ

ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO 01/2018

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

Curitiba, de de 2018

.

Ao Serviço Social Autônomo PALCOPARANNÁ ,
Rua Sete de Setembro 5739
Curitiba–PR

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO LIC 01/2018

Prezados Senhores:
Apresentamos, a seguir, nossa proposta de preço, base OUTUBRO 2018, elaborada em conformidade com as especificações contidas no edital em referência:

1. OBJETO, ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS E PREÇO PROPOSTO- LOTE UNICO

VALOR GLOBAL(VG) = R$ xxx,xx (xxxx reais e xx centavos) Sendo VG =

Valor Mensal de Créditos (VMC)	Nº de funcionários (NF)	Meses (12)	Taxa Administrativa (TA)

TOTAL = (VMC x NF x 12) + (TA x NF x 12)

Obs: A taxa de administração deverá ser inferior 1%. Não será admitida taxa de administração negativa, ou seja, a proponente deverá limitar a sua proposta a 0%, ou seja, isenção da taxa de administração

2. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO
Fls. 42
INTEGRADO DO ESTADO

O prazo de validade da presente proposta é de 60 (sessenta) dias contados da data da disputa.

3. IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

Nome ou razão social:
CNPJ/MF nº:
Endereço completo (logradouro, nº, bairro, cidade, Estado):
Fone/Fax Endereço eletrônico:
Nome do representante da empresa indicado para contato:
Cargo:
Fone/Fax E-mail:

A presente proposta foi elaborada com estrita observância às exigências do edital do Pregão Eletrônico em referência e seus anexos, e foram consideradas os custos diretos e indiretos inclusive frete, tributos e/ou taxas, impostos e etc.
O prazo de entrega do serviço será de no máximo 5 dia útil, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço, pela contratada, conforme as condições descritas neste Edital.

(nome da proponente e nome/RG/assinatura de seu representante legal ou de seu procurador

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 43

PALCO PARANÁ

ANEXO III

PREGÃO ELETRÔNICO 01/2018

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

O licitante arrematante deverá encaminhar ao Serviço Social Autônomo PALCOPARANÁ no prazo máximo de 3 dias úteis após o encerramento da disputa, com a finalidade de comprovar a habilitação jurídica, a qualificação técnica, a qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art.7º da Constituição Federal os seguintes documentos:

1. PROPOSTA:

1.1 - Planilha de custos com especificação detalhada e preço unitário, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, contendo, no máximo duas casas após a vírgula (anexo II).

2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

2.1 - Apresentar um dos documentos a seguir, de acordo com o regime jurídico da proponente:

a) registro comercial, no caso de empresa individual;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores.

A comprovação do Ato Constitutivo em vigor poderá ser feita mediante apresentação do Contrato Social, ou do Estatuto, acompanhado de todas as alterações posteriores, se houver, ou pelo Contrato Consolidado acompanhado das alterações posteriores, se houver ou, ainda, pela Certidão Simplificada da Junta Comercial.

3. REGULARIDADE FISCAL:

3.1 - Apresentar os documentos a seguir, em plena validade na data de abertura da licitação:

a) prova de regularidade para com a fazenda federal, mediante apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 44

b) prova de regularidade para com a fazenda estadual ou do Distrito Federal, mediante apresentação Certidão Negativa de Débitos com os Tributos e Contribuições Estaduais ou do Distrito Federal do domicílio da licitante;

c) prova de regularidade para com a fazenda municipal, mediante apresentação Certidão Negativa de Débitos com os Tributos e Contribuições Municipais (exceto Imobiliários) do domicílio da licitante;

d) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) expedido pela Caixa Econômica Federal;

e) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral ou prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ/MF da licitante;

f) prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, na forma da Lei Federal nº 12.440/11.

4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

4.1 - Certidão Negativa de Falência, ou Certidão Negativa de Insolvência Civil e/ou Execução Patrimonial Concursal, expedida pelo cartório distribuidor do domicílio da proponente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias anteriores da data fixada para abertura do presente Pregão.

4.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação econômico-financeira da empresa que será extraída do balanço patrimonial, mediante cálculo dos seguintes índices:

Índice de liquidez Corrente (ILC) igual ou superior a 1,0 (um) apurado pelo quociente:

$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Índice de liquidez Geral (ILG) igual ou superior a 1,0 (um) apurado pelo quociente:

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a longo prazo}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a longo prazo}}$$

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 45

Grau de endividamento(GE) igual ou inferior a 0,80[1] (zero virgula oitenta) apurado pelo quociente:

GE= Passivo Circulante + Exigível a longo prazo
Ativo Total

a) O cálculo dos índices deverão ser apresentados pela proponente por meio de declaração assinada por responsável pela empresa e pelo contador.

5. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal

5.1 - Declaração firmada pela proponente de que não possui, em seu quadro funcional, menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e nem menor de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos catorze anos (modelo do Anexo IV).

6. DOCUMENTO COMPLEMENTAR

6.1 - Declaração de que se encontra desimpedida de participar da licitação, obrigando-se ainda, a declarar, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo da habilitação (modelo do Anexo IV).

6.2 - Declaração de cumprimentos dos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade sócio-ambiental, de acordo com o Decreto nº 6252 de 22 de Março de 2006 (anexo V).

6.3 - Declaração de enquadramento no regime de microempresa ou empresa de pequeno porte de acordo com Modelo (Anexo VI) quando cabível.

---

[1] A exigência no edital de indicadores contábeis para análise da capacidade econômica dos participantes se faz pela necessidade de aferir a dependência econômica da empresa perante o capital de terceiros. Visto que na medida em que essa relação se aproxima, ou seja, o montante de capital próprio e de terceiro passa a ser equivalente (índice de endividamento igual a 1), a saúde da empresa está comprometida. No caso de fornecimento de cartão alimentação, a insolvência da empresa levaria ao colapso absoluto do serviço contratado: a empresa não poderia pagar os estabelecimentos cadastrados, o que deixariam de aceitar o cartão, prejudicando os funcionários beneficiados. Portanto de acordo com decisões proferidas pelo TC-SP (TC 002525/989-01 e 003210.989.14-01) em objetos de gerenciamento de vale-alimentação, determinou-se um índice de 0,80 devido à realidade das empresas desse segmento.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 46

PALCO PARANÁ

ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO 01/2018

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ARTIGO 27, INCISO V, DA LEI Nº 8.666/93

DECLARAÇÃO

A (empresa) ,inscrita no CNPJ/MF sob o nº , participante do Pregão Eletrônico 01/2018, declara para os devidos fins, sob as penas da Lei, que:

1) não utiliza mão de obra direta ou indireta de menor de 18 (dezoito) anos para realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determinação constitucional e Lei nº 9.854/99;

2) inexistem fatos impeditivos para a habilitação desta empresa na presente licitação e não pesa contra a mesma declaração de inidoneidade expedida por Órgão da Administração Pública, estando ciente da obrigatoriedade de declarar a ocorrência de fatos supervenientes, conforme art. 32, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

, de de 2018.

(nome da proponente e
nome/RG/assinatura de seu representante legal ou de seu procurador)

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 47

PALCO PARANÁ

ANEXO IV
PREGÃO ELETRÔNICO 01/2018

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DECRETO ESTADUAL nº 6252/2006

DECLARAÇÃO

*A (empresa)*_____,inscrita no CNPJ/MF sob o nº_____, participante do Pregão Eletrônico **01/2018**, declara para os devidos fins, sob as penas da Lei, que:

1) Atende e subordina-se aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade sócio- ambiental, previstos no Decreto Estadual nº 6252, 22/03/2006 e nas demais normas legais de proteção ao meio ambiente.

_____, de_____de 2018.

_____
(nome da proponente e
nome/RG/assinatura de seu representante legal ou de seu procurador)

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 48

PALCO PARANÁ

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARAÇÃO

A (empresa) _____,inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, Inscrição Estadual nº _____, com sede localizada no endereço _____, por intermédio de seu representante legal Sr(a) _____, RG _____, CPF _____, declara, sob sanções administrativa cabíveis e sob as penas da lei, ser (microempresa de pequeno porte nos termos da legislação em vigor, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no parágrafo 4º do Artigo 3º da Lei Complementar nº123/06.

1) ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER ACOMPANHADA DA CERTIDÃO EXPEDIDA PELA JUNTA COMERCIAL, conforme artigo 8º da Instrução Normativa nº103 de 30/04/2007 - DNRC - Departamento Nacional de Registro no Comercio.

, de de 2018.

(nome da proponente e
nome/RG/assinatura de seu representante legal ou de seu procurador)

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 49

PALCO PARANÁ

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO: 001/2018

TIPO: MENOR PREÇO

REGIME DE CONTRATAÇÃO: MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

A Empresa_____, devidamente inscrita no CNPJ sob nº.

_____, com sua sede à (endereço completo), por seu representante legal o (a) Sr (a)

_____, portador (a) do RG nº._____, e do CPF nº._____ em conformidade com o disposto no art. 4º, inciso VII, da Lei nº. 10.520/02 DECLARA que está apta a cumprir plenamente todos os requisitos habilitatórios exigidos no Edital que rege o certame acima indicado.

Local e data

Assinatura do declarante

Papel Timbrado da Empresa

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 50

PALCO PARANÁ

ANEXO VII

MINUTA DO CONTRATO

Contrato para fornecimento de Vale Alimentação aos Funcionários do SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ e a xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx vencedora do Pregão Eletrônico nº 001/2018,

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 25.298.788/0001-95, com sede na Rua XV de Novembro, 971, Centro, Curitiba, Paraná, Cep: 80.060-000, neste ato devidamente representado pelo sua Diretora Presidente, em pleno exercício de seu mandato e funções, **Nicole Barão Raffs de Medeiros**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG. n°. 5.425.636-1 SSP/PR e CPF sob n°. 020.621.669-66, residente e domiciliado nesta Capital, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **xxxxxxxxxxxx,** estabelecida na rua xxxxxxxxxxx, nº xxx, xxxxxx, Curitiba/PR, inscrita no CNPJ sob nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, legalmente representada por **xxxxxxxxxxxxxx**, brasileiro/a, estado civil, portador da cédula de identidade nº xxxxxxxxx/PR e do CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, residente e domiciliado em Curitiba/PR, daqui por diante denominada simplesmente **CONTRATADA** firmam o presente **Contrato de Serviços de Gerenciamento de Créditos em cartão alimentação,** tudo em conformidade com as especificações previamente estabelecidas no Termo de Referência do processo 13.915.452-5/2017, em decorrência de Pregão Eletrônico e proposta da Contratada, os quais desde já ficam fazendo parte integrante e inseparável desse instrumento, independentemente de transcrição, o qual obedece o preceituado pela Lei Federal nº. 8.666, de 21/06/1993 e suas alterações introduzidas posteriormente, bem como pela Lei Estadual 15.608/2007 e demais dispositivos que regem a matéria, mediante as cláusulas e condições abaixo descritas.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 51

PALCO PARANÁ

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTE CONTRATO

O fornecimento do Vale Alimentação, obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como as disposições constantes dos documentos adiante enumerados, que compõem o processo de Pregão Presencial e que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato:

- Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018 com todos os seus Anexos ;
- Proposta e documentos que a acompanham, firmados pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto o fornecimento de Vale Alimentação, através de créditos mensais em cartões magnéticos, para funcionários da CONTRATANTE, de acordo com as condições e especificações constantes do Edital do Pregão Eletrônico 01/2018 e conforme proposta comercial da empresa datada de.... /..... /.....

CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

a) Creditar até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, os valores correspondentes aos 80 (oitenta) cartões com tarjas magnéticas, ou a quantidade existente no mês da efetuação do crédito, conforme subitem 3.8 do Anexo I Edital de Pregão Eletrônico, referente aos vales alimentação, no valor mensal médio de R$ 300,00 (trezentos reais) cada um, variando de acordo com os dias trabalhados, sendo creditados R$ 15,00, de acordo com Convenção Coletiva proposta pelo SECRASO/SENALBA, por dias trabalhados.

b) Fornecer à CONTRATANTE nota fiscal/fatura dos valores provisionados mais taxa de administração, conforme alínea “a” acima.

c) Contar com uma rede de estabelecimentos que estejam integrados ao Sistema oferecido pela CONTRATADA, adaptando-se às necessidades da CONTRATANTE, em todos os municípios, conforme item 3.1.5 do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico 01/2018 .

d) Assegurar aos usuários do Sistema Vale Alimentação, atendimento satisfatório, através dos estabelecimentos integrantes da rede;

e) Reembolsar os estabelecimentos credenciados, no tocante ao valor do benefício contido nos cartões utilizados, na forma ajustada entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA;

f) Personalizar os cartões magnéticos a serem fornecidos, com fundo de segurança,

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 52

código, nome da empresa fornecedora e compradora, valor em algarismos e validade;

g) Entregar os cartões dos Vale Alimentação no local previamente ajustado pela parte CONTRATANTE;

h) As características dos cartões (formato, impressão, e outras), pertencem exclusivamente à CONTRATADA, cabendo-lhe o direito de alterá-las ou substituí-las segundo seus critérios, sem qualquer consulta à CONTRATANTE, desde que, obedeça aos critérios do item f da presente cláusula;

i) Manter a segurança nos sistemas de impressão, processamento e circulação dos Vales Alimentação;

j) Não ocorrendo o crédito nos cartões no prazo previsto no item "a" da cláusula Terceira, a CONTRATADA pagará multa de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do montante a ser suprido nos cartões magnéticos.

k) Manter atualizadas junto ao PALCOPARANÁ as provas de sua adimplência com a Seguridade Social (Certidão Negativa de Débitos – CND), bem como da quitação de impostos e outros gravames que incidam sobre a atividade do contrato sob pena de suspensão dos pagamentos a que tiver direito.

l) Proceder e atuar segundo proposta formulada no Pregão Eletrônico nº 001/2018 que com toda a documentação inserida, fazem parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

a) Encaminhar a CONTRATADA lista mensal dos beneficiários conforme subitem 11.1.3 do Anexo I;

b) Efetuar o pagamento do valor correspondente aos cartões magnéticos fornecidos pela CONTRATADA, no prazo de 05 (cinco) dias após o recebimento da nota fiscal/fatura descrita na alínea "b" da CLÁUSULA TERCEIRA;

c) Ocorrendo atraso no cumprimento do item anterior, a CONTRATANTE pagará o principal acrescido da correção oficial vigente à época;

d) A CONTRATANTE não se responsabiliza por falsificações, adulteração e outros que venham a ocorrer com os referidos cartões.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE DO GERENCIAMENTO

A CONTRATANTE gerenciará o presente contrato, através do Setor de Administrativo

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 53

Cumpridas as obrigações contratuais dispostas neste instrumento e no edital do Pregão Eletrônico 01/2018, o pagamento será efetuado pela CONTRATANTE em até 05 (cinco) dias após a data do protocolo de entrega da Nota Fiscal, devidamente atestada pela fiscalização competente.

Parágrafo Primeiro: O CNPJ/MF constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta, sob pena de não ser efetuado o pagamento.

Parágrafo Segundo: Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que tenha sido imposta à CONTRATADA pela CONTRATANTE, em decorrência de penalidade ou inadimplência, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo Terceiro: O pagamento somente será realizado mediante apresentação de comprovantes de não existência de débitos com a Previdência, FGTS e certidões negativas de débitos referentes a Fazenda Federal, Estadual e Municipal.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor aproximado de R$ 24.240,00 (vinte e quatro mil, duzentos e quarenta reais) correspondentes aos créditos médio de R$ 300,00 (trezentos reais) em 80 cartões magnéticos ou a quantidade existente no mês respectivo, mais taxa administrativa de 1%, de acordo com o subitem 11.1 do Anexo I e mais a taxa de administração da proposta vencedora do pregão eletrônico 01/2018.

Parágrafo Primeiro: Conforme edital do Pregão Eletrônico 01/2018, o valor dos créditos poderá ser alterado por informação da CONTRATANTE, na forma do subitem 22.4. do Edital de Licitação.

Parágrafo Segundo: Na hipótese de revisão de valor dos benefícios creditados aos funcionários da Contratante, a taxa de administração deverá ser mantida, alterando-se somente o valor dos créditos e consequentemente o valor que couber à contratada em decorrência da taxa de administração será proporcionalmente alterado.

CLÁUSULA OITAVA – DOS PRAZOS DE ENTREGA

Obriga-se a CONTRATADA a efetuar a entrega dos cartões magnéticos personalizados em até 30 (trinta) dias após a assinatura dos contratos e fornecer os créditos mensais correspondentes ao objeto da licitação em até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, conforme o subitem 3.11. do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 54

01/2018.

CLÁUSULA NONA – ASSINATURA DO CONTRATO

I- O contratado terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da convocação, para retirar a ordem de compra (ou documento equivalente) e/ou contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo contratado durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Contratante

II - Sempre que o primeiro classificado não atender à convocação, nos termos referidos no item anterior, é facultado à Administração, dentro do prazo e condições estabelecidas, convocar os remanescentes, observada a ordem de classificação das propostas, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições estabelecidas no § 9°do Ar t. 22 da Lei Estadual n°15.608/07, ou revogar a licitação.

IV - O contratado deverá estar em dia com a Fazenda do Estado do Paraná, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e com o Instituto de Seguridade Social, mantendo essa condição de regularidade durante toda a execução do contrato, sob pena de rescisão unilateral pela Administração Pública.

V - Independentemente de transcrição, farão par te integrante do contrato as instruções contidas neste Edital, os documentos nele referenciados, além da proposta apresentada pelo vencedor do certame e a respectiva ATA.

VI - Serão de responsabilidade exclusiva do contratado todos os custos, tributos, encargos e contribuições que incidam ou venham a incidir sobre o fornecimento ou o objeto do contrato.

VII - A recusa injustificada do primeiro classificado em retirar a ordem de compra (ou documento equivalente) dentro do prazo estabelecido, sujeitará o licitante à aplicação das sanções administrativas previstas na Cláusula Décima deste Edital.

VIII A Administração poderá, até o momento da emissão da Ordem de Compra (ou documento equivalente) ou da assinatura do instrumento contratual, desistir da contratação do objeto proposta, no seu todo ou em parte, sem que caibam quaisquer direitos ao licitante vencedor.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

O não cumprimento das obrigações contratuais ensejará a aplicação das seguintes sanções, independentemente de outras previstas em lei:

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 55

I – Advertência;

II – Multas por inadimplência contratual: de mora de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso e compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da licitação por inadimplência total ao pactuado e ainda nos casos previstos no art. 152 – incisos I a III da lei 15.608/07.

III – Suspensão temporária do direito de licitar, de contratar com a Administração e, se for o caso, descredenciamento no CLE/SEAP, pelo prazo de até 02 (dois) anos, nos termos do art. 154 e seus incisos da Lei Estadual n.º 15.608/2007 ou enquanto perduram os motivos determinantes da punição.

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, após regular processo administrativo, onde fica garantido o direito a defesa e o exercício do amplo contraditório, conforme previsto no inciso V e VI a seguir descrito, V - As penalidades previstas nos incisos I, II, III e IV serão aplicadas mediante processo administrativo, pela autoridade competente responsável pela instauração e homologação do certame, garantindo-se o contraditório e ampla defesa ao interessado.

VI – Todas as penalidades descritas neste contrato somente serão efetivamente aplicadas após a instauração de regular Processo Administrativo com o exercício da ampla defesa e o cumprimento do princípio constitucional do contraditório.

VII - As penalidades acima previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente.

VIII - As multas aplicadas deverão ser recolhidas à conta da CONTRATANTE no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação, podendo o seu valor ser descontado do documento de cobrança, na ocasião de seu pagamento.

IX - As multas, quando não recolhidas ou descontadas no prazo descrito no item anterior deste contrato sofrerão reajuste pelo Índice Geral do Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas (IGPM/FGV).

X - Além das multas estabelecidas, a CONTRATANTE poderá recusar os bens, se sua prestação não estiver de acordo com o exigido na descrição do objeto deste contrato e demais documentos que o compõem, e não for corrigida imediatamente.

XI - A ocorrência ensejadora da recusa em aceitar os bens pela CONTRATADA pode constituir motivo para aplicação do disposto nos incisos III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, sem prejuízo das demais sanções previstas neste edital.

XII - As sanções poderão ser relevadas nas hipóteses de não cumprimento das

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 56

obrigações por motivo de caso fortuito e de força maior, devidamente justificados e comprovados.

XIII - Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Cadastro de Licitantes do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS CASOS DE RESCISÃO

O inadimplemento, por parte da CONTRATADA, das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato as segurará à CONTRATANTE, nos termos da Seção V, do Capítulo III da Lei nº 8.666/93 em sua atual redação, o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação por escrito, através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento.

Parágrafo Primeiro: Fica a critério do representante da CONTRATANTE declarar rescindido o contrato, nos termos do "caput" desta cláusula ou aplicar as multas de que trata a cláusula décima segunda deste contrato.

Parágrafo Segundo: Fica este contrato rescindido de pleno direito pela CONTRATANTE, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, em qualquer dos seguintes casos de inadimplemento por parte da CONTRATADA:

I - Não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos.

II- Cometimento de ir regular idade grave no cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos.

III - Atraso injustificado da entrega do bem licitado.

IV - Decretação de falência, pedido de concordata ou instauração de insolvência civil da CONTRATADA.

Parágrafo Terceiro: A rescisão contratual também operar-se-á nos seguintes casos:

I - Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE, devidamente deduzidas em processo administrativo regularmente instaurado.

II - Supressão, unilateral por parte da Administração, dos quantitativos dos bens, acarretando modificação do valor inicial do contrato, além do limite permitido no artigo 65, parágrafo 1º, da Lei 8.666/93.

III - Atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes de serviços prestados, salvo em caso de calamidade pública, grave per turbação da ordem interna ou guerra.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 57

IV - Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

V - Descumprimento do disposto no inciso V, do art. 27 da Lei nº 8.666/93, com redação dada pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1.999.

Parágrafo Quarto: A rescisão deste contrato poderá ser:

I - Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE nos casos enumerados nesta minuta.

II - Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração.

III - Judicial, nos termos da legislação processual, vigente à época da rescisão contratual.

Parágrafo Quinto: Nos casos de rescisão administrativa ou amigável que tratam, respectivamente, os itens I e II, do parágrafo anterior, haverá precedência de autorização escrita e fundamentada da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Este contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65 da Lei n.º 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO GESTOR DO CONTRATO

O funcionário do setor administrativo ficará responsável pela conferência do recebimento, controle da qualidade e prazos do serviço entregue. Fica indicada primeiramente como gestora do presente contrato a funcionária da CONTRATANTE, a senhora Nicole Lemanczyk..

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato é regido pela Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/01, Lei Complementar nº 101/00, pelos Decretos Estaduais citados no preâmbulo do Edital da licitação referente ao objeto deste contrato, bem como, pelo Edital e seus anexos e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DISPOSIÇÃO ESPECIAL

Eventuais divergências entre o presente contrato e o Edital de Licitação nº 001/2018, prevalecerá os dispositivos do Edital nº 001/2018.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 58

PALCO PARANÁ

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos pela CONTRATANTE, à luz da legislação, da jurisprudência e da doutrina aplicável à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, capital do Estado do Paraná, para dirimir quaisquer questões relativas a este contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo com o ajustado e contratado, as partes, através de seus representantes, firmam o presente contrato, em três vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

Curitiba,..... de..... de 2018.

CONTRATANTE:

CONTRATADA:

Testemunhas:

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

Assunto **RES: RES: Proposta Ticket**
De ERBR - Ticket Televendas <tickettelevendas@edenred.com>
Para 'Nicole Lemanczyk' <administrativo@palcoparana.org>
Data 2018-07-24 09:17

Nicole, bom dia!

O valor e a quantidade em sua proposta são apenas estimativas, pois podem variar de acordo com sua necessidade.

Qualquer dúvida ou informação fico a total disposição !

Atenciosamente.

Rosiane Paiva
Consultora de vendas

Tel. +55 11 3003 5333
tickettelevendas2@edenred.com

ticket.com.br

De: Nicole Lemanczyk [mailto:administrativo@palcoparana.org]
Enviada em: segunda-feira, 23 de julho de 2018 17:57
Para: ERBR - Ticket Televendas <tickettelevendas@edenred.com>
Assunto: Re: RES: Proposta Ticket

Ola Rosiane

Pela convenção coletiva, podemos considerar o valor de R$ 15,00 por dia para vale alimentação.

Att

Nicole Lemanczyk

Diretora Administrativa Financeira

Palcoparaná

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

Em 2018-07-23 13:35, ERBR - Ticket Televendas escreveu:

Nicole, boa tarde!

Conforme solicitado segue anexo a proposta Ticket Restaurante de acordo com as informações passadas, junto a cartilha do PAT e ficha contratual. De acordo por favor preencher a ficha contratual e encaminhar neste mesmo e-mail para que assim possamos prosseguir com a nossa parceria.

Qualquer dúvida ou informação fico a total disposição !

Atenciosamente.

Ticket uma marca Edenred

Ede

Rosiane Paiva
Consultora de vendas

Tel. +55 11 3003 5333
tickettelevendas2@edenred.com

ticket.com.br

Edenred

De: Nicole Lemanczyk [mailto:administrativo@palcoparana.org]
Enviada em: segunda-feira, 23 de julho de 2018 11:44
Para: ERBR - Ticket Televendas <tickettelevendas@edenred.com>
Assunto: Re: Proposta Ticket

Boa tarde Rosiane

Estou retomando o processo para contratação de empresa para vale refeição.

Preciso que atualize sua proposta para que atenda a demanda de 75 funcionários.

Atenciosamente

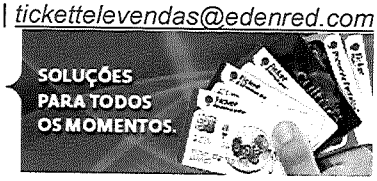
Nicole Lemanczy
Diretora Administrativa Financeira

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

Palcoparaná

Em 2017-08-08 16:46, ERBR - Ticket Televendas escreveu:

> *Nicole , boa tarde !*
>
> *A Ticket® é uma empresa pioneira em benefícios que atua melhorando a qualidade de vida dos trabalhadores e contribui para aumento da produtividade nas empresas brasileiras há quase de 40 anos. Em nome da Ticket® lhe convido para conhecer nossos produtos.*
> *Conforme conversamos segue anexo a proposta Ticket de acordo com as informações passadas, junto a cartilha do PAT e a ficha cadastral . De acordo, por favor preencher a ficha cadastral e encaminhar neste mesmo e-mail.*
> *No arquivo anexo, você irá conhecer todos diferenciais da Ticket® e um pouco mais sobre nossos seus produtos e benefícios para os trabalhadores e sua empresa.*
>
> *Qualquer dúvida ou informação fico total à disposição !*
>
> ***Atenciosamente...?***
> ***Rosiane Paiva***
> *Consultora de vendas*
> *Televendas*
> *Tel: 55 11 4003-9000 | tickettelevendas@edenred.com*
>
> Ticket®
>
> 
>
>
> Edenred
>
> No Brasil, a Edenred integra as marcas Ticket, Ticket Log, Accentiv, Repom e Edenred Soluções Pré-Pagas
>
> Esta mensagem pode conter informações confidenciais, somente podendo ser usada pelo indivíduo ou entidade a quem foi endereçada. É vedado a qualquer pessoa que não seja o destinatário usar, revelar, distribuir ou copiar qualquer parte desta mensagem. Ambiente de comunicação sujeito a monitoramento.

--

Nicole Lemanczyk

Diretora Administrativa Financeira

Rua XV de Novembro, 971 - Centro - 80060000 - Curitiba - PR

41 33047955

PALCO PARANÁ

--

Nicole Lemanczyk

Diretora Administrativa Financeira

Rua XV de Novembro, 971 - Centro - 80060000 - Curitiba - PR

41 33047955

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 62

Sempre uma boa companhia na hora de comer



EMPRESA: PALCOPARANA
CNPJ: 25.298.788/0001-95

Ticket Restaurante[MD]
uma marca Edenred

Ticket Restaurante é o jeito mais gostoso de aumentar produtividade

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 63

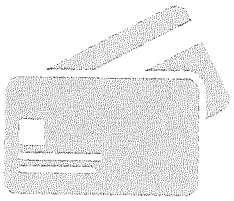
Por que somos sua melhor opção?

Amplitude da rede
Nossa rede de estabelecimentos credenciados tem 100% de abrangência no território nacional.

Inovação
Nossos serviços e produtos são desenvolvidos com inteligência. Assim, garantem maior praticidade na gestão de benefícios para sua empresa e qualidade de vida para sua equipe.

Atendimento personalizado
Oferecemos um atendimento diferenciado e total garantia de assistência aos nossos clientes.

Experiência e confiança
Estamos no mercado há mais de 40 anos, por isso a gente sabe a melhor forma de multiplicar benefícios para sua empresa.



Como Ticket Restaurante® ajuda sua empresa?

Multiplicamos benefícios para todos na nossa rede de atuação. Desde o produtor até o consumidor final, passando pelo governo, empresas, famílias... Com conhecimento e disposição, ajudamos a sua empresa a produzir mais e gastar menos.

Trabalhando juntos, vamos garantir liberdade de escolha e qualidade de vida para todo mundo.

certificações

Acima de tudo, a gente credita em promover satisfação para todos. Algumas conquistas são prova da qualidade do nosso trabalho:

ISO 9001 – Certificação voltada para a gestão da qualidade, com foco na satisfação do cliente e na melhoria de seus processos.

ISO 14001 – Norma de gestão ambiental que define os requisitos para estabelecer e operar um Sistema de Gestão Ambiental. Ela reconhece as organizações preocupadas com a gestão de impactos ambientais.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 64

Vantagens que multiplicam o valor do seu benefício



Cartão RH

Garantimos o benefício para os novos funcionários em uma hora, no máximo.



Indicadores Ticket

Análises inteligentes, relatórios atualizados e informações estratégicas ajudam a sua empresa na melhor gestão dos benefícios.



Pesquisa Mais Valor

Compartilhamos análises com o preço médio das refeições em sua região, dessa forma ajudamos sua empresa a oferecer um Ticket Restaurante mais justo para seu colaborador.



Mais segurança

Nossos cartões são equipados com chip que garante a segurança em cada transação.



Ticket Fit

O bem estar do seu colaborador é o bem estar da sua empresa. Com o Ticket Fit incentivamos hábitos mais saudáveis em alimentação, acompanhamento de peso e exercícios físicos. Qualidade de vida para o colaborador, melhor gestão de gastos com saúde para sua empresa.



Serviços digitais

Facilitamos a rotina de sua empresa e dos seus colaboradores com nossos serviços digitais: portal rh e aplicativos.

*Pesquisa Nacional feita pela ASSERT anualmente.

Vantagens para empresas e usuários

- Colaboradores motivados desde o primeiro dia de trabalho.
- Créditos disponíveis em até uma hora para o cartão RH.
- Controle de gastos.
- Fácil administração dos valores nos cartões.
- Segurança e praticidade para sua empresa.
- Opção entre cartões recarregáveis ou descartáveis.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 65

Como funciona o Ticket Restaurante®

- Cartão com chip;
- Operação 100% online; onde você pode solicitar crédito ou cartões sem saldo;
- Cartão RH:
  - A distribuição de créditos dos cartões RH são feitas de forma fácil pelo Portal de Pedidos;
  - Consulta de saldo dos cartões ativos e recolha de créditos dos cartões diretamente para a base.
- Relatórios gerenciais detalhados no Portal de Pedidos;
- Cartões são personalizados com o nome da empresa;
- Código de verificação Ticket® (CVT).



Prazos operacionais

Entrega de cartões e senhas: 5 a 7 dias úteis após a data pedido;

Reemissão de cartões e senhas: 5 a 7 dias úteis após a data do pedido;

Disponibilização do crédito no sistema: 3 dias úteis após a data do pedido;

Disponibilização do crédito nos cartões RH: em até 1 hora após o pedido.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO
Fls. 66
INTEGRADO DO ESTADO

CONDIÇÕES COMERCIAIS:

As condições comerciais relacionadas nesta proposta são válidas para os valores de compra:

VOLUME: R$ 13,00 ao dia para cada colaborador (ESTIMATIVA)

NÚMERO DE USUÁRIOS: 75

TAXA ADMINISTRATIVA: R$ 0,00 por mês para cada crédito solicitado para os cartões Ticket Restaurante®.

EMISSÃO DE CARTÕES: R$ 0,00 por cartão emitido.

REEMISSÃO DE CARTÕES: R$ 0,00 por cartão reemitido em caso de perda, e sempre que estes apresentarem defeitos que decorram de culpa da EMPRESA ou do USUÁRIO, ou pela má utilização dos mesmos.

TAXA DE GESTÃO DE COBRANÇA: R$ 3,90 por pedido.

PAGAMENTO: Pré-Pago.

TEMPO DE CONTRATO: 24 (vinte e quatro) meses.

Esta proposta é válida por 7 (sete) dias corridos, para volume e número de usuários apresentados acima.

Agradecemos a oportunidade e desde já, estamos à disposição!

Consultor comercial: Rosiane Paiva

Mais soluções em:
ticket.com.br

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 67

ExpressoLivre - ExpressoMail

Remetente: "Nicole Lemanczyk" <nicole-lemanczyk@cctg.pr.gov.br>
Para: "gehad" <gehad@cctg.pr.gov.br>
Data: 25/07/2018 15:33
Assunto: Fw: PROPOSTA SODEXO CONSULTORA ANDREIA VIANA
Anexos: PALCOPARANA.pdf (4.2 MB)

---------- Mensagem encaminhada ----------
Remetente: "CENTRAL DE NEGOCIOS" <central.negocios@sodexo.com>
Data: 23/07/2018 12:13
Assunto: PROPOSTA SODEXO CONSULTORA ANDREIA VIANA
Para: "nicole-lemanczyk@cctg.pr.gov.br" <nicole-lemanczyk@cctg.pr.gov.br>

Olá Nicole

Agradeço por seu contato e pelo interesse nos produtos e serviços da Sodexo.
Possuímos um portfólio completo de cartões de benefício com ampla rede de aceitação, para ajudar sua empresa a aumentar a qualidade de vida e produtividade de seus funcionários.
Conforme conversamos, segue proposta comercial detalhada para sua análise. Envio também apresentação institucional da Sodexo Benefícios.
Fico à disposição para esclarecer qualquer dúvida.

Atenciosamente,

ANDREIA ALVES VIANA
Central de Negócios Sodexo
Tel.: 4004-4946 opção 4 (capitais de regiões metropolitanas)
0800-727-2233 (outras localidades)
e-mail: central.negocios@sodexo.com
www.sodexobeneficios.com.br
#Andreia Viana

Sodexo:
Líder mundial em Serviços para Qualidade de Vida: www.sodexo.com
Junte-se à luta contra a fome: www.stophungertoday.com
Link de pesquisa para rede credenciada:
www.sodexobeneficios.com.br/estabelecimentos/rede-credenciada

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO Fls. 68 INTEGRADO DO ESTADO

Cadastro no PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador): Para cadastrar sua empresa no PAT e contar com a isenção de encargos sociais sobre o valor do benefício concedido (todas as empresas) e incentivos fiscais (empresas que estão sujeitasa apuração do imposto de renda pelo regime de Lucro Real): acessar portal.mte.gov.br/pat e clique em ?PAT online ? cadastro?; Optar pela modalidade Alimentação Convênio (Sodexo Alimentação Pass) e/ou Refeição Convênio (Sodexo Refeição Pass) e informar o número do registro da Sodexo no PAT (080029457).

This e-mail, attachments included, is confidential. It is intended solely for the addressees. If you are not an intended recipient, any use, copy or diffusion, even partial of this message is prohibited. Please delete it and notify the sender immediately. Since the integrity of this message cannot be guaranteed on the Internet, SODEXO cannot therefore be considered liable for its content.

Ce message, pieces jointes incluses, est confidentiel. Il est etabli a l'attention exclusive de ses destinataires. Si vous n'etes pas un destinataire, toute utilisation, copie ou diffusion, meme partielle de ce message est interdite. Merci de le detruire et d'en avertir immediatement l'expediteur. L'integrite de ce message ne pouvant etre garantie sur Internet, SODEXO ne peut etre tenu responsable de son contenu.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 69

sodexo
SERVIÇOS PARA QUALIDADE DE VIDA

Barueri, 23 de Julho de 2018.

AT.: Sr(a). Nicole Lemanczyk
PALCOPARANA.

É com grande satisfação que apresentamos nossa empresa e as vantagens de ser um cliente Sodexo.

Líder mundial em serviços para qualidade de vida, o Grupo Sodexo surgiu em 1966, em Marseille, na França, e atualmente está presente em 80 países com 428.000 colaboradores trabalhando diariamente para servir 75 milhões de pessoas no mundo.

Com o compromisso de atender e superar expectativas de clientes de todos os tamanhos e segmentos, a Sodexo Benefícios e Incentivos oferece serviços que contribuem para o aumento da produtividade e da lucratividade de sua empresa, além de tornar o dia a dia das pessoas mais simples e ainda melhor.

No Brasil há mais de 15 anos, a Sodexo Benefícios e Incentivos desenha, gerencia e entrega soluções para melhorar a qualidade de vida das pessoas e contribuir para o desenvolvimento econômico, social e ambiental das cidades, regiões e países onde opera.

Atualmente atendemos aproximadamente 70 mil clientes, que representam 5,8 milhões de trabalhadores, com uma rede de 320 mil estabelecimentos credenciados em constante ampliação.

A **Sodexo** oferece as modalidades de serviços admitidos pelo PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador para os benefícios alimentação-convênio (Alimentação Pass) e refeição-convênio (Refeição Pass), complementados pelo maior portfólio do mercado em benefícios aos trabalhadores, incentivos e reconhecimento, gestão de despesas e bem-estar: Cultura Pass, o Vale-Cultura da Sodexo (Programa de Cultura do Trabalhador), Premium Pass, Gift Pass, Brinquedo Pass, Alimentação Pass Natal, VT Pass e Combustível Pass, que contribuem para o aumento do índice de engajamento e retenção dos talentos de sua empresa.

Queremos mostrar, na prática, por que somos líderes no segmento em que atuamos. Conte com a Sodexo Benefícios e Incentivos e conheça as vantagens de ter a maior do mundo como parceira, oferecendo soluções únicas para sua empresa.

Atenciosamente,

Andreia VIANA.EXT (EXTERNAL)
Consultor
Telefone: +55
E-mail: central.negocios@sodexo.com
Sodexo Motivation Solutions
Visite nosso site: http://www.sodexo.com.br

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 70

sodexo
SERVIÇOS PARA QUALIDADE DE VIDA

Vantagens únicas de ser cliente Sodexo:

• **Atendimento personalizado:**
A Sodexo disponibiliza uma Equipe de consultores, focados exclusivamente em entender as necessidades da sua empresa e atendê-las nas diversas regiões do país.

• **Rede de Estabelecimentos:**
A Sodexo disponibiliza mais de 320.000 estabelecimentos credenciados em todo o Brasil.

• **Programa Viver Bem:**
É um programa de saúde, bem estar e qualidade de vida, que incentiva um estilo de vida saudável para seus colaboradores, além de oferecer promoções exclusivas e dicas para o dia a dia.

• **DIMA Dia Mundial da Alimentação:**
Programa que celebra o Dia Mundial da Alimentação. Na semana desta data, a Sodexo envia dicas de nutrição e alimentação saudável, além de convidar seus usuários a participar de uma ação social, na qual, no dia 16 de outubro de cada ano cada transação efetuada com os cartões Alimentação Pass e/ou Refeição Pass vale uma doação da Sodexo para as entidades cadastradas. São os usuários dos cartões Alimentação Pass e Refeição Pass participando de uma ação da Sodexo que contribui com a sociedade e com o país.

• **Sodexo Vida Profissional:**
Através deste programa, a Sodexo divulga as melhores práticas empresariais na área de Recursos Humanos. Esta iniciativa tem identificado tendências, estudos aplicados e histórias de sucesso nas empresas de diferentes portes e segmentos.

• **Guia Legal Â mesa com o PAT e a Sodexo:**
A Sodexo disponibiliza um Guia Legal, no qual apresenta as vantagens da participação da sua empresa no PAT Programa de Alimentação ao Trabalhador orientando o registro no Ministério do Trabalho e Emprego. O Guia Legal está disponível no site da Sodexo. Consulte e saiba mais!

• **O Maior portfólio de serviços do mercado:**
A Sodexo conta com o mais completo portfólio de serviços do mercado com benefícios aos trabalhadores, incentivos e reconhecimento, gestão de despesas e bem-estar, com produtos como o Refeição Pass, Alimentação Pass, Cultura Pass, o Vale-Cultura da Sodexo, Premium Pass, Gift Pass, Brinquedo Pass, Alimentação Pass Natal, VT Pass e Combustível Pass.

• **Menor Prazo de Entrega dos Cartões no mercado:**
Apenas cinco dias úteis após o processamento do pedido para a modalidade de pagamento pós-pago;
Apenas cinco dias úteis após a constatação do pagamento do pedido efetuado pela CONTRATANTE para a modalidade de pagamento pré-pago.

• **Sodexo Club:**
O Sodexo Club é um clube exclusivo de vantagens e serviços para usuários Sodexo. No site, seus funcionários aproveitam descontos especiais, festivais gastronômicos, reservas nos melhores restaurantes, comodidade com serviços de Delivery e encontram todos os estabelecimentos da rede credenciada Sodexo em uma moderna ferramenta de busca. Para fazer parte do Clube, basta acessar www.sodexoclub.com.br.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 71

sodexo
SERVIÇOS PARA QUALIDADE DE VIDA

Cartão Sodexo Refeição Pass

O **Cartão Sodexo Refeição Pass** é um benefício que dá acesso exclusivamente à aquisição de refeições balanceadas e de qualidade na ampla rede de estabelecimentos comerciais com os quais a Sodexo mantém convênio, proporcionando aos seus funcionários o conforto de almoçar em seus restaurantes preferidos contribuindo para sua qualidade de vida e para seu bem estar.

Vantagens do Cartão Sodexo Refeição Pass

PARA SUA EMPRESA:

• **Praticidade e redução de despesas:** Elimina a necessidade de espaço físico para realização das refeições, bem como os custos envolvidos na gestão operacional necessária para viabilizar esse serviço.

• **Economia com o PAT:** isenção de encargos sociais sobre o valor do benefício refeição concedido e dedução de incentivos fiscais limitados a até 4% no Imposto de Renda devido para as empresas sujeitas a apuração do Imposto de Renda pelo regime do Lucro Real.

• **Segurança:** cartão com chip de tecnologia EMV, que opera dentro dos padrões mundiais de segurança, entregue em envelopes de segurança. Senha pessoal e intransferível que pode ser alterada somente via central de atendimento, mediante confirmações solicitadas.

• **Menor prazo de entrega dos cartões no mercado:** em até cinco dias úteis a contar do processamento efetivo do pedido.

• **Agilidade na disponibilização do crédito no cartão:** em até três dias úteis a partir da data do processamento efetivo do pedido.

• **Moderno sistema de pedidos:** pedidos realizados em três passos, solicitações de créditos nos cartões, informações de saldos, status dos pedidos, tudo num único lugar: Sodexo Pede Fácil.

• **Gestão de RH:** relatórios gerenciais online para consulta e controle sobre o uso dos cartões: Sodexo Pede Fácil.

• **Atendimento personalizado:** equipe de consultores focada exclusivamente em entender as necessidades da sua empresa e atendê-las nas diversas regiões do país.

• **Central de Atendimento para Cliente:** disponível de segunda-feira a sexta-feira das 9h às 18h: 3003.5083 (capitais e regiões metropolitanas) e 0800.728.5083 (demais localidades)

• **Simulador Online:** www.precomediosodexo.com.br Ambiente para simulação de benefícios no qual estão disponíveis os valores médios da Refeição e da Alimentação em regiões do Brasil. (Dados obtidos por meio de resultados da Pesquisa do Preço Medio da Refeição divulgada pela Assert e da Pesquisa Nacional da Cesta Básica divulgada pelo Dieese.

• **Vantagens Exclusivas para seus funcionários:** acesso a descontos, promoções e serviços, reunidos num único ambiente: www.sodexoclub.com.br.

PARA SEUS FUNCIONÁRIOS:

• **Liberdade de escolha:** seus funcionários podem escolher os restaurantes de sua preferência, de acordo com hábitos e restrições alimentares, garantindo assim uma alimentação diária mais saudável. Com uma alimentação rica e equilibrada sua equipe fica mais motivada e produtiva.

• **Segurança e praticidade:** Cartão com chip de tecnologia EMV, que opera dentro dos padrões mundiais de segurança. Senha pessoal e intransferível que pode ser alterada somente via central de atendimento, mediante confirmações solicitadas.

• **Facilidade de uso:** cartão aceito nas maquininhas de débito online conhecidas no mercado. Na hora da compra basta conferir o valor, apresentar o cartão, digitar a senha e o total exato da compra será debitado, eliminando contravales. O saldo pode ser consultado a qualquer momento no site www.sodexobenefícios.com.br ou no comprovante emitido após a compra.

• **Ampla rede:** milhares de estabelecimentos credenciados em todo o Brasil. Além disso, a empresa e/ou seu funcionário, usuário do Cartão Refeição Pass, pode(m) indicar um estabelecimento através do site www.sodexobeneficios.com.br , desde que esteja de acordo com as regras definidas pela Sodexo.

• **Atendimento:** Central de Atendimento 24 horas disponível para atendimento ao seu funcionário (perda, roubo,extravio) – 3003-5083 (capitais e regiões metropolitanas) e 0800-728-5083 (demais localidades).

• **Vantagens Exclusivas:** acesso a descontos, promoções e serviços, reunidos num único ambiente: www.sodexoclub.com.br

PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador

É um dos programas sociais de maior alcance no Brasil. Criado em 1976 com o objetivo de incentivar as empresas a conceder alimentação para os trabalhadores, hoje viabiliza o acesso à alimentação a aproximadamente 14 milhões de trabalhadores.

Ao adquirir o benefício Cartão Sodexo Refeição Pass para seus funcionários, a Sodexo pode orientar no cadastramento de sua empresa neste programa, que garante isenção de encargos sociais sobre o valor do benefício concedido e incentivos fiscais para as empresas sujeitas a apuração do Imposto de Renda pelo regime do Lucro Real.

Ao se cadastrar no endereço **www.portal.mte.gov.br/pat**, a sua empresa deve optar pela modalidade Refeição Convênio e informar o número do registro da Sodexo no PAT, que é 080029457.

Características do Cartão Sodexo Refeição Pass

• **Cartão com chip de tecnologia EMV** , que opera dentro dos padrões mundiais de segurança, personalizado, com o nome do funcionário e a denominação social da empresa empregadora.

• A utilização do cartão é similar a de um cartão de débito.

• O saldo remanescente é acumulado para o mês seguinte.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 72

- O valor do benefício é determinado por sua empresa.
- **Envio do cartão:** cartão enviado com welcome kit contendo as informações e orientações de uso do cartão, via correio ou outro meio.
- A entrega do cartão é realizada no endereço estabelecido por sua empresa e qualquer mudança deverá ser solicitada expressamente à Sodexo.
- Para atender às necessidades específicas de sua empresa a Sodexo disponibiliza duas formas de pedido:
- **Internet** – com diversos serviços exclusivos à empresa cliente; ou
- **layout** – pedido através de arquivo padrão, sendo possível a extração para algumas empresas clientes na própria folha de pagamento.
- Por medida de segurança, caso não sejam efetuados créditos no Cartão Sodexo Refeição Pass do funcionário durante um período de até 90 dias, o mesmo poderá ser bloqueado.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 73

sodexo
SERVIÇOS PARA QUALIDADE DE VIDA

Cartão Sodexo Alimentação Pass

O **Cartão Sodexo Alimentação Pass** é um benefício que dá acesso exclusivamente à compra de gêneros alimentícios *in natura*, possibilitando aos seus funcionários a aquisição de alimentos saudáveis e nutritivos com liberdade de escolha.

São milhares de estabelecimentos cadastrados, como supermercados, açougues, mercearias, hortifrútis para garantir o acesso na aquisição de todos os itens, (exceto bebidas alcoólicas)até mesmo de alimentos perecíveis, como leite, ovos, frutas, verduras e legumes, itens que uma cesta básica não oferece.
O cartão Sodexo Alimentação Pass substitui a compra de cestas físicas, gerando redução de despesas com logística e praticidade para o funcionário que não precisará carregar uma cesta física para casa.

Vantagens do Cartão Sodexo Alimentação Pass

PARA SUA EMPRESA:

• **Praticidade e redução de despesas:** Substitui a compra de cestas físicas, reduzindo despesas com logística.

• **Economia com o PAT:** isenção de encargos sociais sobre o valor do benefício alimentação concedido e dedução de incentivos fiscais limitados a até 4% no Imposto de Renda devido para as empresas sujeitas a apuração do Imposto de Renda pelo regime do Lucro Real.

• **Segurança:** cartão com chip de tecnologia EMV, que opera dentro dos padrões mundiais de segurança, entregue em envelopes de segurança. Senha pessoal e intransferível que pode ser alterada somente via central de atendimento, mediante confirmações solicitadas.

• **Menor prazo de entrega dos cartões no mercado:** em até cinco dias úteis a contar do processamento efetivo do pedido.

• **Agilidade na disponibilização do crédito no cartão:** em até três dias úteis a partir da data do processamento efetivo do pedido.

• **Moderno sistema de pedidos:** pedidos realizados em três passos, solicitações de créditos nos cartões, informações de saldos, status dos pedidos, tudo num unico lugar: Sodexo Pede Fácil.

• **Gestão de RH:** relatórios gerenciais online para consulta e controle sobre o uso dos cartões: Sodexo Pede Fácil.

• **Atendimento personalizado:** equipe de consultores focada exclusivamente em entender as necessidades da sua empresa e atendê-las nas diversas regiões do país.

• **Central de Atendimento para Cliente:** disponível de segunda-feira a sexta-feira das 9h às 18h: 3003.5083 (capitais e regiões metropolitanas) e 0800.728.5083 (demais localidades).

• **Simulador Online:** www.precomediosodexo.com.br Ambiente para simulação de benefícios no qual estão disponíveis os valores médios da Refeição e da Alimentação em regiões do Brasil. (Dados obtidos por meio de resultados da Pesquisa do Preço Medio da Refeição divulgada pela Assert e da Pesquisa Nacional da Cesta Básica divulgada pelo Dieese.

• **Vantagens Exclusivas para seus funcionários:** acesso a descontos, promoções e serviços, reunidos num unico ambiente: www.sodexoclub.com.br.

PARA SEUS FUNCIONÁRIOS:

• **Liberdade de escolha:** seus funcionários podem escolher os melhores alimentos de acordo com hábitos e restrições alimentares, garantindo assim uma alimentação mais saudável. Com uma alimentação rica e equilibrada sua equipe fica mais motivada e produtiva.

• **Segurança e praticidade:** Cartão com chip de tecnologia EMV, que opera dentro dos padrões mundiais de segurança. Senha pessoal e intransferível que pode ser alterada somente via central de atendimento, mediante confirmações solicitadas.

• **Facilidade de uso:** cartão aceito nas maquininhas de débito online conhecidas no mercado. Na hora da compra basta conferir o valor, apresentar o cartão, digitar a senha e o total exato da compra será debitado, eliminando contravales. O saldo pode ser consultado a qualquer momento no site www.sodexobenefícios.com.br ou no comprovante emitido após a compra.

• **Ampla rede:**milhares de estabelecimentos credenciados em todo o Brasil. Além disso, a empresa e/ou seu funcionário, usuário do Cartão Alimentação Pass, pode(m) indicar um estabelecimento através do site www.sodexobeneficios.com.br , desde que esteja de acordo com as regras definidas pela Sodexo.

• **Atendimento**: Central de Atendimento 24 horas disponível para atendimento ao seu funcionário (perda, roubo,extravio) – 3003.5083 (capitais e regiões metropolitanas) e 0800.728.5083 (demais localidades).

Vantagens Exclusivas:acesso a descontos, promoções e serviços, reunidos num unico ambiente: www.sodexoclub.com.br.

PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador

É um dos programas sociais de maior alcance no Brasil. Criado em 1976 com o objetivo de incentivar as empresas a conceder alimentação para os trabalhadores, hoje viabiliza o acesso à alimentação a aproximadamente 14 milhões de trabalhadores.

Ao adquirir o benefício Cartão Alimentação Pass para seus funcionários, a Sodexo pode orientar no cadastramento de sua empresa neste programa, que garante isenção de encargos sociais sobre o valor do benefício concedido e incentivos fiscais para as empresas sujeitas a apuração do Imposto de Renda pelo regime do Lucro Real.

Ao se cadastrar no endereço **www.portal.mte.gov.br/pat**, a sua empresa deve optar pela modalidade Alimentação Convênio e informar o número do registro da Sodexo no PAT, que é 080029457.

Características do Cartão Alimentação Pass

• Cartão com chip EMV, tecnologia que segue padrões mundiais de segurança.

• Cartão com senha eletrônica de quatro dígitos aleatórios.

• **Autorização das transações 100% on-line** debitando do saldo do cartão automaticamente.

• A utilização do cartão é similar à de um cartão de débito.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:30.

PROTOCOLO
Fls. 74
INTEGRADO DO ESTADO

sodexo
SERVIÇOS PARA QUALIDADE DE VIDA

- O valor do benefício é determinado por sua empresa.
- A entrega do cartão é realizada no endereço estabelecido pela sua empresa e qualquer mudança deverá ser solicitada expressamente à Sodexo.
- Para atender às necessidades específicas de cada empresa a Sodexo disponibiliza duas formas de pedido:
- **internet** – com diversos serviços exclusivos à Empresa Cliente; ou
- **layout** – pedido através de arquivo padrão, sendo possível a extração para algumas Empresas Clientes na própria folha de pagamento.
- Por medida de segurança, caso não sejam efetuados créditos no Cartão Alimentação Pass do funcionário durante um período de até 90 dias, o mesmo poderá ser bloqueado.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 75

1. Descrição do Produto

1.1 Assinalar com um 'X' os serviços que há ou não intenção de contratar com a SODEXO:

Cartão Sodexo Refeição Pass



Prestação de serviços pela SODEXO à empresa CONTRATANTE no ramo de refeição, relacionada com o fornecimento de **Cartões Sodexo Refeição Pass** (documento de legitimação na modalidade cartão com chip e tarja magnética), instituído pelo PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador, cuja utilização proporciona aos funcionários da empresa CONTRATANTE, a aquisição de refeições na rede de Estabelecimentos Comerciais com os quais a SODEXO mantém convênio.

(X)Sim, temos a intenção de contratar ( )PAT (X)Não PAT
( )Não temos a intenção de contratar

Cartão Sodexo Refeição Pass Flex



Prestação de serviços pela SODEXO à empresa CONTRATANTE no ramo de refeição, relacionada com o fornecimento de **Sodexo Refeição Pass Flex** aos funcionários da empresa CONTRATANTE ou aos terceiros por ela indicados, para aquisição de refeições na rede de Estabelecimentos Comerciais com os quais a SODEXO mantém convênio, bem como a gestão pela empresa CONTRATANTE dos valores já disponíveis na BOLSA DE CRÉDITO mediante sua expressa solicitação à SODEXO.

A empresa CONTRATANTE declara ser responsável pelas informações fornecidas à SODEXO, bem como tem pleno conhecimento e cumprirá todas as obrigações determinadas pela legislação brasileira decorrentes desta proposta comercial, incluindo, mas sem limitação as normas cíveis, tributárias, trabalhistas e previdenciárias junto aos seus funcionários, terceiros ou contratados referentes aos créditos expressamente solicitados e já disponibilizados durante toda a vigência desta.

( )Sim, temos a intenção de contratar (X)Não temos a intenção de contratar

Cartão Sodexo Refeição Pass RH



Prestação de serviços pela SODEXO à empresa CONTRATANTE no ramo de refeição, relacionada com o fornecimento de **Cartões Sodexo Refeição Pass RH** (documento de legitimação na modalidade cartão com chip e tarja magnética), cuja utilização proporciona aos USUÁRIOS PORTADORES da empresa CONTRATANTE, a aquisição de refeições na rede de Estabelecimentos Comerciais com os quais a SODEXO mantém convênio.

( )Sim, temos a intenção de contratar ( )PAT (X)Não PAT
(X)Não temos a intenção de contratar

Cartão Sodexo Alimentação Pass



Prestação de serviços pela SODEXO à empresa CONTRATANTE no ramo de alimentação, relacionada com o fornecimento de **Cartões Sodexo Alimentação Pass** (documentos de legitimação na modalidade de cartão com chip e tarja magnética), instituído pelo PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador, cuja utilização proporciona aos funcionários da empresa CONTRATANTE, a aquisição de gêneros alimentícios "in natura" na rede de Estabelecimentos Comerciais com os quais a SODEXO mantém convênio.

(X)Sim, temos a intenção de contratar ( )PAT (X)Não PAT
( )Não temos a intenção de contratar

Cartão Sodexo Alimentação Pass Flex



Prestação de serviços pela SODEXO à empresa CONTRATANTE no ramo de alimentação, relacionada com o fornecimento de **Sodexo Alimentação Pass Flex** aos funcionários da empresa CONTRATANTE ou aos terceiros indicados pela empresa CONTRATANTE, para aquisição de gêneros alimentícios na rede de estabelecimentos comerciais com os quais a SODEXO mantém convênio, bem como a gestão pela empresa CONTRATANTE dos valores já disponíveis na BOLSA DE CRÉDITO mediante sua expressa solicitação à SODEXO.

A empresa CONTRATANTE declara ser responsável pelas informações fornecidas à SODEXO, bem como pelo cumprimento das obrigações definidas junto aos seus funcionários, terceiros ou contratados, bem como tem pleno conhecimento e cumprirá todas as obrigações determinadas pela legislação brasileira decorrentes desta proposta comercial, incluindo, mas sem limitação as normas cíveis, tributárias, trabalhistas e previdenciárias junto aos seus funcionários, terceiros ou contratados referentes aos créditos expressamente solicitados e já disponibilizados durante toda a vigência desta.

( )Sim, temos a intenção de contratar (X)Não temos a intenção de contratar

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 76

VT Pass



Prestação de serviços operacionais pela SODEXO à empresa CONTRATANTE no ramo de vales-transporte, relacionada com o fornecimento de **Vales-Transporte** das operadoras relacionadas na "Tabela de Tarifas" – (Tabela), nas modalidades papel e cartão magnético ou "smart card", bem como a respectiva disponibilização de crédito nos cartões magnéticos, respeitadas as condições estabelecidas por operadora.

A Tabela de Tarifas é documento publicado no site da SODEXO, com prazo de vigência indeterminado, uma vez que sofre alterações decorrentes da vontade de outras partes, que não se obrigam neste contrato, devendo a empresa CONTRATANTE ter conhecimento desta, observando e reconhecendo que o seu conteúdo pode sofrer alterações na medida em que se inclui nova operadora, exclui-se operadora, atualiza-se o valor de taxas e/ou tarifa cobrada pelas operadoras

( )Sim, temos a intenção de contratar (X)Não temos a intenção de contratar

Sodexo Combustível Pass



Prestação de serviços pela SODEXO à empresa CONTRATANTE, relacionados com o fornecimento do SODEXO COMBUSTÍVEL PASS, cuja utilização proporciona aos funcionários da CONTRATANTE, a aquisição predominantemente de combustíveis (gasolina, álcool, diesel, gás natural veicular autorizado o uso como combustível de veículo na forma da lei) e também de lubrificantes, autopeças, acessórios e serviços automotivos de manutenção leve na rede de estabelecimentos comerciais com os quais a SODEXO mantém convênio.

Os usuários portadores do Sodexo Combustível Pass gozarão ainda de um Seguro de Acidentes Pessoais Coletivo - Acidente Pessoal Automobilístico - e de Assistência Automobilística 24 Horas para automóvel de passeio e utilitário, de acordo com as condições gerais estabelecidas no Certificado de Seguro e disposições das Informações Gerais-Assistência Automobilística 24 Horas, disponíveis no site da SODEXO ou qualquer outro meio disponibilizado pela SODEXO.

( )Sim, temos a intenção de contratar (X)Não temos a intenção de contratar

Cheque Sodexo Brinquedo Pass



Prestação de serviços pela SODEXO à empresa CONTRATANTE, relacionados com o fornecimento de **Cheques Sodexo Brinquedo Pass** à CONTRATANTE referente ao evento comemorativo definido por esta, para aquisição de brinquedos por seus funcionários, junto à rede de estabelecimentos credenciados pela SODEXO.

( )Sim, temos a intenção de contratar (X)Não temos a intenção de contratar

Sodexo Gift Pass



Prestação de serviços pela SODEXO à empresa CONTRATANTE, relacionados com o fornecimento de **Sodexo Gift Pass** (modalidade cartão magnético) para o evento comemorativo definido pela CONTRATANTE, proporcionando aos seus funcionários, terceiros e contratados, créditos para aquisição de produtos e/ou serviços na rede de estabelecimentos credenciados pela SODEXO.

( )Sim, temos a intenção de contratar (X)Não temos a intenção de contratar

Sodexo Gift Pass Flex



Prestação de serviços pela SODEXO à empresa CONTRATANTE, relacionados com o fornecimento de **Sodexo Gift Pass Flex** (modalidade cartão magnético) para evento(s)/data(s) comemorativo(a)(s) e pontuais definido(a)(s) pela CONTRATANTE, proporcionando aos seus colaboradores, créditos para aquisição de produtos e/o serviços na rede de estabelecimentos credenciados pela SODEXO, bem como a gestão pela empresa CONTRATANTE dos valores já disponíveis na BOLSA DE CRÉDITO mediante sua expressa solicitação à SODEXO.

A empresa CONTRATANTE declara ser responsável pelas informações fornecidas à SODEXO, bem como pelo cumprimento das obrigações definidas junto aos seus funcionários, terceiros ou contratados, bem como tem pleno conhecimento e cumprirá todas as obrigações determinadas pela legislação brasileira decorrentes desta proposta comercial, incluindo, mas sem limitação as normas cíveis, tributárias, trabalhistas e previdenciárias junto aos seus funcionários, terceiros ou contratados referentes aos créditos expressamente solicitados e já disponibilizados durante toda a vigência desta.

( )Sim, temos a intenção de contratar (X)Não temos a intenção de contratar

Cartão Cultura Pass



Prestação de serviços pela SODEXO à empresa CONTRATANTE, relacionados com o fornecimento de **Cultura Pass, o Vale-Cultura da Sodexo, instituído pelo Programa de Cultura do Trabalhador (PCT)** que proporciona aos seus funcionários,aquisição de produtos e/ou serviços culturais, junto à rede de estabelecimentos credenciados pela SODEXO. Como cultura podemos entender a título exemplificativo mas não se limitando a eventos de natureza cultural como peças teatrais, espetáculos de música, de dança, mímica e congêneres, museus, cinemas, circos, zoológicos, artes plásticas e congêneres, bem como a aquisição de livros, revistas ou publicações especializadas em livrarias.

( )Sim, temos a intenção de contratar (X)Não temos a intenção de contratar

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 77

Cartão Sodexo Premium Pass



Prestação de serviços pela SODEXO à empresa CONTRATANTE, visando o fornecimento de **Cartões Sodexo Premium Pass** (modalidade cartão magnético), cuja utilização proporciona aquisição de produtos e/ou serviços aos funcionários, terceiros ou contratados da empresa CONTRATANTE na rede de estabelecimentos comerciais com a qual a SODEXO mantém convênio. O CARTÃO SODEXO PREMIUM PASS deverá ser utilizado exclusivamente na aquisição de produtos e/ou serviços de acordo com a política do crédito disponibilizado e na rede credenciada, que está autorizada a efetuar transações. Nenhuma transação será efetivada sem autorização do portador que deverá entregar o CARTÃO SODEXO PREMIUM PASS ao estabelecimento, para que seja processada a transação através da digitação da senha pessoal, bem como conferir o valor indicado no respectivo comprovante.

A empresa CONTRATANTE declara ser responsável pelo cumprimento das obrigações definidas na sua campanha junto aos seus funcionários, terceiros ou contratados, bem como tem pleno conhecimento e cumprirá todas as obrigações determinadas pela legislação brasileira decorrentes desta proposta comercial, incluindo, mas sem limitação as normas cíveis, tributárias, trabalhistas e previdenciárias junto aos seus funcionários, terceiros ou contratados referentes aos créditos expressamente solicitados e já disponibilizados durante toda a vigência desta.

( )Sim, temos a intenção de contratar (X)Não temos a intenção de contratar

Cartão Sodexo Premium Pass Flex



Prestação de serviços pela SODEXO à empresa CONTRATANTE, visando o fornecimento de **Sodexo Premium Pass Flex** (modalidade cartão magnético), considerando a(s) campanha(s) de incentivo ("campanha(s)") a ser(em) definida (s) previamente pela CONTRATANTE, cuja utilização proporciona a aquisição de produtos e/ou serviços aos funcionários, terceiros ou contratados da empresa CONTRATANTE na rede de estabelecimentos comerciais com a qual a SODEXO mantém convênio, bem como a gestão pela empresa CONTRATANTE dos valores já disponíveis na BOLSA DE CRÉDITO mediante sua expressa solicitação à SODEXO.

A empresa CONTRATANTE declara ser responsável pelo cumprimento das obrigações definidas na sua campanha juntos aos seus funcionários, terceiros ou contratados, bem como tem pleno conhecimento e cumprirá todas as obrigações determinadas pela legislação brasileira decorrentes desta proposta comercial, incluindo, mas sem limitação as normas cíveis, tributárias, trabalhistas e previdenciárias junto aos seus funcionários, terceiros ou contratados referentes aos créditos expressamente solicitados e já disponibilizados durante toda a vigência desta.

( )Sim, temos a intenção de contratar (X)Não temos a intenção de contratar

Cartão Sodexo Brinquedo Pass



Prestação de serviços pela SODEXO à empresa contratante relacionados ao fornecimento de **Cartões Sodexo Brinquedo Pass** à CONTRATANTE referente ao evento comemorativo definido por esta, para aquisição de brinquedos por seus funcionários, junto à rede de estabelecimentos credenciados pela SODEXO.

( )Sim, temos a intenção de contratar (X)Não temos a intenção de contratar

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 78

1.2 Informações e condições comerciais dos serviços que a empresa CONTRATANTE tem a intenção de contratar com a SODEXO:

	Cartão Sodexo Refeição Pass	Cartão Sodexo Alimentação Pass			
Forma de Pagamento:	Pré-Pago	Pré-Pago			
Quantidade de Pontos de Entrega:	1	1			
Prazo de Pagamento (dias):					
Taxa Mensal por Cartão Ativo (por cartão e em R$):					
Quantidade Total de Funcionários/ Usuários Portadores:	25	25			
Quantidade Estimada de Cartões:					
Valor Médio do Crédito:					
Valor Médio Mensal Acondicionado na Bolsa de Crédito:					
Valor Médio do Crédito/Voucher:					
Valor médio mensal e/ou valor total da campanha por Usuário:	273,00	273,00			
Valor Médio Diário por Funcionário/Usuário Portador:					
Taxa de Administração de Serviço (%):	ISENTO	ISENTO			
Taxa de Administração da Bolsa de Crédito (%):					
Taxa de Administração (%):					
Taxa de Entrega (R$):	0,0	0,0			
Gestão de Cobrança:	0,0	0,0			
Taxa de Disponibilização de Crédito (por cartão e em R$):	0,0	0,0			
Taxa de Recarga Inteligente (%):					
Taxa de Emissão de Cartão (por cartão e em R$):	0,0	0,0			
Taxa de Reemissão de Cartão (por cartão e em R$):	10,00	10,00			
Taxa de Emissão de Cartão - 1ª Via (R$):					
Meio de Pagamento:					
Taxa de Re-emissão de Cartão (R$):					
Taxa de Cancelamento (por cartão e em R$):					
Taxa de Processamento de Pedido (R$):					
Taxa de Cancelamento (%):					
Encargos de Distribuição (R$):					
Modalidade de Serviços Vales-Transporte Personalizado:					
Manutenção de Cartão Inativo:					
Modalidade de Serviços Vales-Transporte Simples:					
Nome da Campanha:					
Equipe Terceiros (Sim/Não):					
Equipe Interna (Sim/Não):					
Número Estimado de Partcipantes da Campanha:					
Período da Campanha (Início):					
Período da Campanha (Término):					
Taxa Roteirização por R$					
Valor Total Estimado da Premiação (em R$):					
Objetivo da Campanha:					
Area(s) Partcipantes(s):					
Taxa de Reemissão por Cartão (Em R$)					

II. Condições Gerais

2.1 O(s) serviço(s) Refeição Pass, Refeição Pass Flex, Refeição Pass RH, Alimentação Pass, Alimentação Pass Flex, Brinquedo Pass, Cultura Pass, o Vale-Cultura da Sodexo, Alimentação Pass Natal, Gift Pass, Gift Pass Flex Premium Pass, Premium Pass Flex, Brinquedo Pass e Combustível Pass será(ão) prestados (s) pela empresa SODEXO PASS DO BRASIL SERVIÇOS E COMERCIO S.A., inscrita no CNPJ sob nº 69.034.668/0001-56, mediante aprovação do crédito da empresa CONTRATANTE.

2.2 O serviço VT Pass será prestado pela empresa SODEXO PASS DO BRASIL SERVIÇOS DE INOVAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 10.744.404/0001-43, mediante aprovação do crédito da empresa CONTRATANTE.

2.3 O(s) serviço(s) descrito(s) no item I acima possui(em) diferencial(is) de aplicação e operacionalidade que está(ão) detalhado(s) no(s) respectivo(s) contrato(s) registrado(s) no Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Barueri conforme relacionado(s) abaixo, e que também está(ão) disponível(is) no site da SODEXO.

Prazo de duração determinado (pré-pago)

2.3.1 Contrato(s) com prazo de duração determinado (pré-pago), inicia(m)-se a contar do aceite eletrônico deste e constatação do pagamento do pedido, conforme informado(s) abaixo:

a) Contrato de Prestação de Serviços Cartão Sodexo Refeição Pass registrado no Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Barueri – SP em 29/06/2018, sob o n.º1.402.459;
b) Contrato de Prestação de Serviços Cartão Sodexo Alimentação Pass registrado no Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Barueri – SP em 29/06/2018, sob o n.º1.402.464;

III. Aceite da Proposta

3.1 O Prazo de validade desta proposta é de 30 dia(s) úteis a partir de sua emissão, ficando a mesma sujeita a revisões, ultrapassado este período.

Este documento somente terá validade para efetivação da negociação pretendida observado os seguintes termos:

a) esta pré-proposta deverá estar dentro do prazo de validade;

b) esta negociação somente será efetivada mediante assinatura da Proposta Comercial ou do Contrato de Prestação de Serviços Sodexo; e,

c) de posse da Proposta Comercial ou do Contrato de Prestação de Serviços Sodexo assinado a SODEXO procederá à analise de seu crédito e dos seus dados, podendo aprovar ou não a contratação pretendida, sem gerar qualquer obrigação por parte da SODEXO e/ou direito a indenização à empresa CONTRATANTE pela não realização do negócio.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 79

ExpressoLivre - ExpressoMail

Remetente: "Nicole Lemanczyk" <nicole-lemanczyk@cctg.pr.gov.br>
Para: vendas@vr.com.br
Data: 29/08/2018 15:49
Assunto: Fw: Re: VR Benefícios
Anexos: image_0.jpg (7 KB)
image_1.jpg (7 KB)

Ola

Estou aguardando a proposta para vale refeição ou vale alimentação para atendimento a um quadro funcional para um empresa com algo entorno de 60 funcionários.
O valor do beneficio cedido seria de R$ 15,00 ao dia trabalhado.
Gostaria de saber se há diferença entre o fornecimento de vale refeição ou vale alimentação. Se o funcionário pode escolher entre um ou outro, ou se o contrato entre o Palcoparaná e a VR já deve estar pé determinado em uma modalidade.
Como é tratado o valor do contrato? O valor do beneficio mais uma taxa administrativa? Qual a taxa média cobrada por vocês para o mercado?

Atenciosamente

Nicole Lemanczyk
Diretora Administrativa Financeira
Palcoparaná

---------- Mensagem encaminhada ----------
Remetente: "Nicole Lemanczyk" <nicole-lemanczyk@cctg.pr.gov.br>
Data: 30/07/2018 10:10
Assunto: Re: VR Benefícios
Para: "Vendas" <vendas@vr.com.br>

Bom dia

Vale alimentação ou vale refeição no valor de R$ 15,00

Att

Em 27/07/2018 às 14:16 horas, "Vendas" <vendas@vr.com.br> escreveu:
Nicole, qual seria o produto :
Vale Alimentação , Vale Refeição , Vale Trasnporte ou Vale Combústivel ?

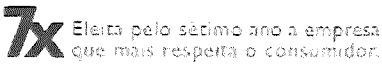
E qual seria o valor para cada funcionário ?

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.
Débora Cordeiro
Central de Vendas VR Benefícios

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 80



Tel. (11) 4004-4938 (Capitais e Regiões Metropolitanas)
Tel. 0800 596 3838 (Demais Localidades)
vendas@vr.com.br



Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 81

Assunto **Proposta - VR Benefícios**
De admix.agora <admix.agora@uol.com.br>
Para <administrativo@palcoparana.org>
Cópia <admix.curitiba@uol.com.br>
Data 2017-10-03 12:10

- Proposta Comercial - COT-00013517 (1).pdf (~1,5 MB)

Boa tarde Nicole,

Conforme conversamos via telefone, segue anexo proposta da VR Beneficios.
Conseguimos isentar as taxas administrativas (exceto 2ª via de cartão e taxa de rescisão de contrato, que são taxas obrigatórias) e uma condição especial (desconto) de -2% na sua fatura final.
Estamos em contato com as demais empresas do ramo (Alelo, Ticket, Sodexo...), mas a VR até o momento foi a que apresentou as melhores condições.
Estamos a sua disposição para agendarmos uma reunião e falarmos pessoalmente sobre este benefício.

Att.,

Mariana Martins
41 99704 0668

Ágora
Empresa parceira da Admix

saúde . odonto . vida . previdência agorabeneficios.com.br

Livre de vírus. www.avast.com.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 82

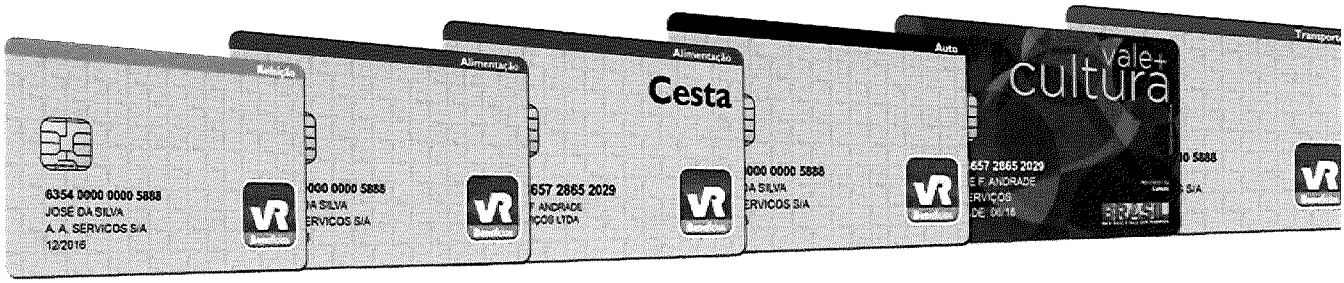


PROPOSTA COMERCIAL
VR BENEFÍCIOS

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 83

A VR BENEFÍCIOS TEM **TUDO** PARA SER A SUA EMPRESA DE BENEFÍCIOS
CONTE COM UM ATENDIMENTO ÁGIL, GENTIL E PRÓXIMO À VOCÊ



40

Credibilidade e Solidez
40 anos no mercado de benefícios

24H

Crédito Rápido
Benefício disponível no cartão em até 24h.

7x

Respeito
7 vezes eleita a empresa que mais respeita o consumidor.

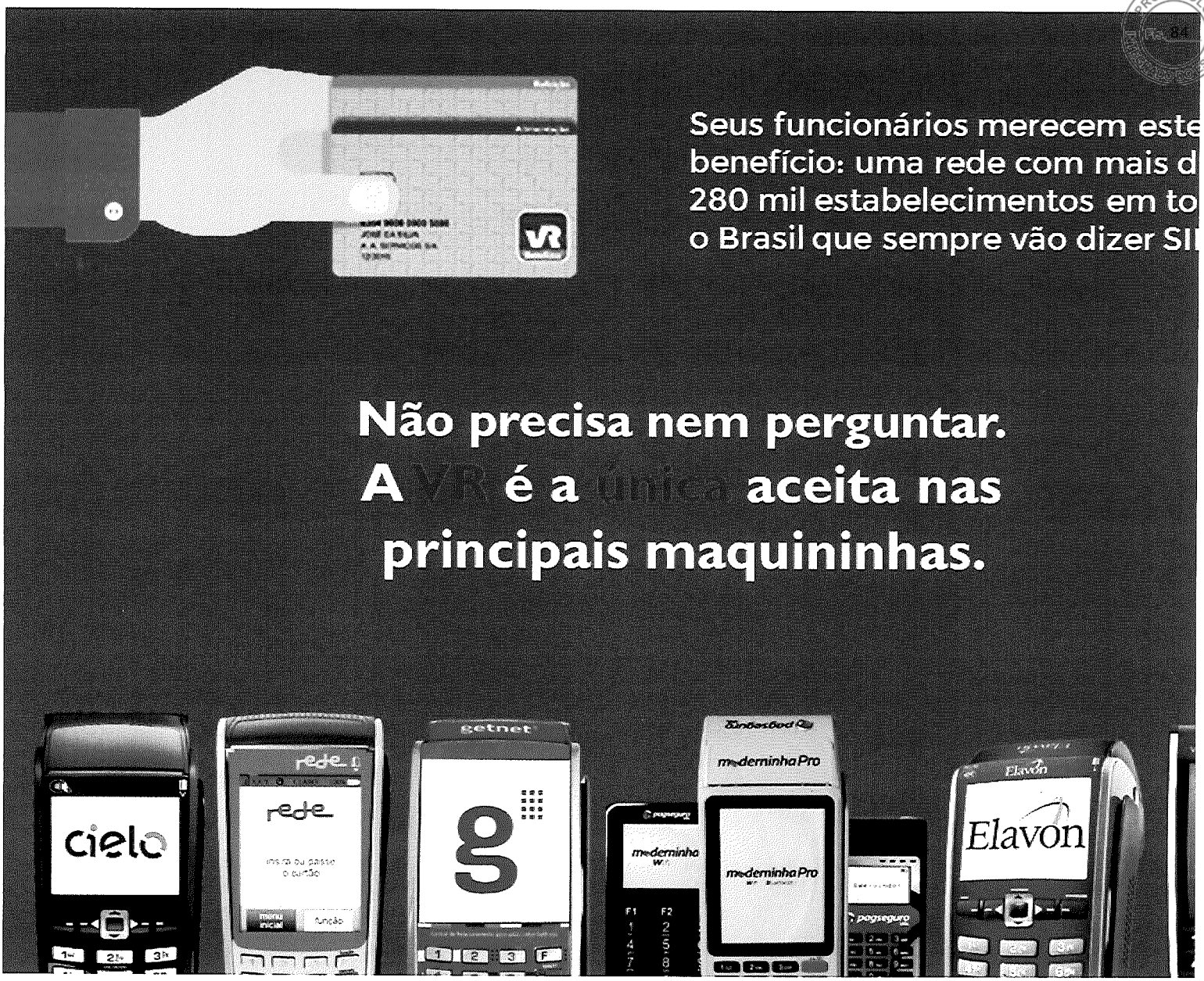
$

Econon
Isenção de encar
e dedução de at

ISSO TEM VALOR!

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO
Fls. 84



Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO
FLS. 85

VR TRANSPORTE



PORTAL EXCLUSIVO
TRANSPORTE.VR.COM.BR

GESTÃO 100% ONLINE
Do pedido à entrega do benefi

INTEGRAÇÃO COM A
FOLHA DE PAGAMENTO

GESTÃO DE CARTÕES
Consultas, prazos, bloqueio, er

INFORMATIVOS
IMPORTANTES

CENTRAL EXCLUSIVA E
VISITA DE CONSULTORES.

PRESENÇA NACIONAL
Principais operadoras

DIFERENCIAIS E FUNCIONALIDADES EXCLUSI

Aproveitamento de saldo de VT não utilizado
Dedução dos saldos das recargas não realizadas em períodos anteriores.
* Disponível para Bilhete Único SPTrans, BOM e diversas operadoras.

Solução para conceder benefícios aos admitidos
Colaborador sem cartão - 1º benefício em conta corrente.
Conta RH - Reserva para quitar pedidos urgentes.

Atendimento integral dos pedidos
Inconsistência que impossibilite crédito no cartão, notificação para crédito em conta co
do funcionário. 100% automatizado e de acordo com a Lei do Vale-Transporte.

Taxas e/ou tarifas cobradas pelas operadoras locais de vale-transpor
aplicadas (tarifas de repasse, cobranças de via do bilhete único, c

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.



Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 87



PRAZOS VR

24 HORAS
DISPONIBILIZAÇÃO DOS CRÉDITOS*

4 DIAS ÚTI
ENTREGA DOS CARTÕES**

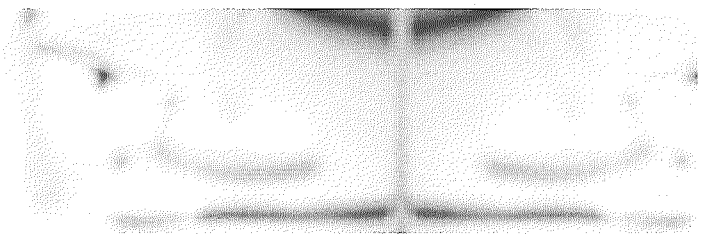
EXEMPLO: PARA RECEBER O CRÉDITO/CARTÃO NO 1°



- Cartões: prazo limite para pedido
- Créditos: prazo limite para pedido (pré-pago: pagamento do boleto
- **Disponibilização dos créditos/e cartões**

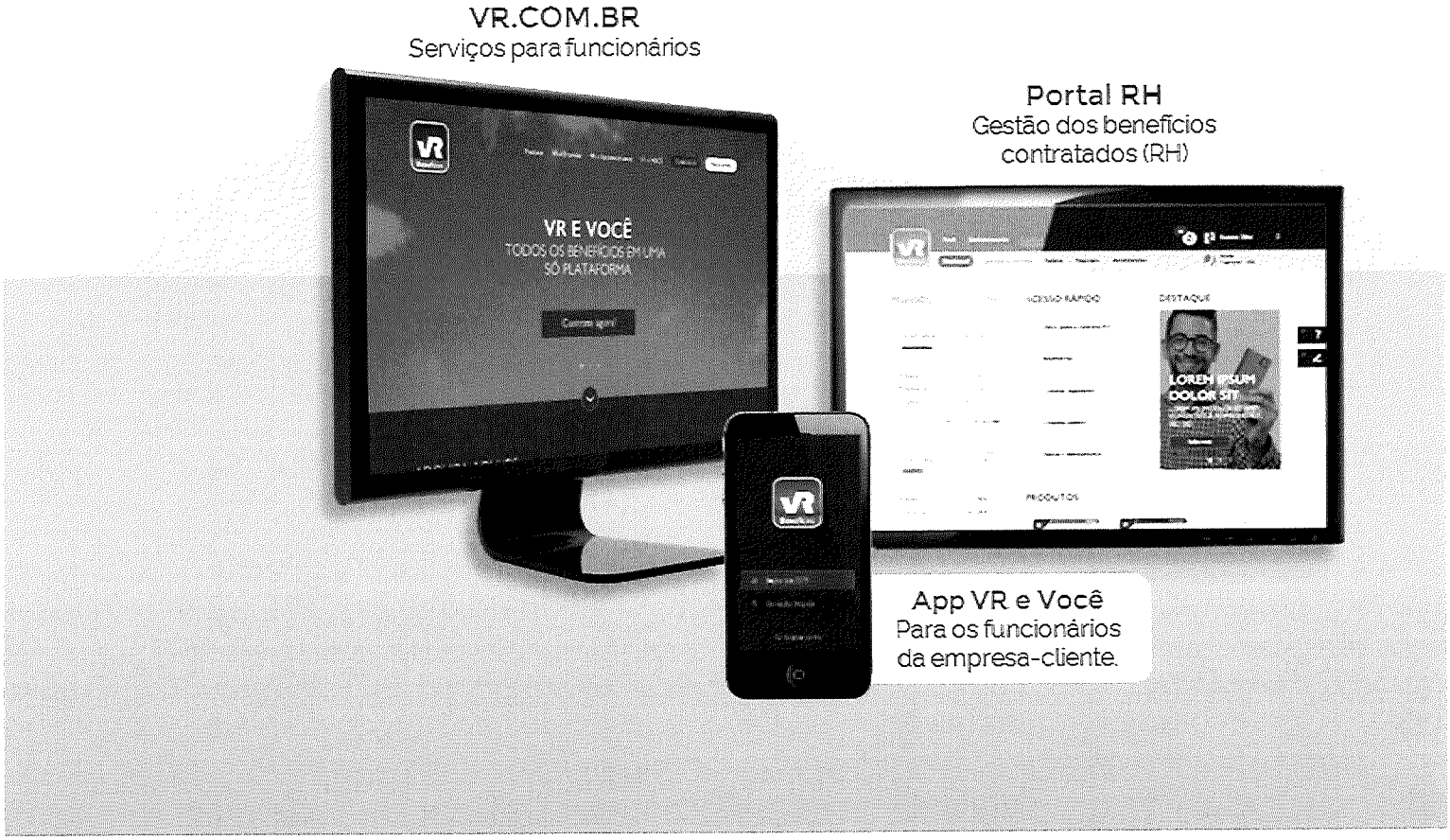
* Para pré-pago, considere o prazo informado quando pagamento realizado no mesmo dia do pedido.

** Para Capitais São Paulo e Rio de Porto Alegre, Curitiba e Belo Horiz 5 dias úteis para demais capitais e 7 dias úteis para demais regiões.



Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

AUTOSSERVIÇO PARA TODOS



Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 89

Razão Social	PALCOPARANA
CNPJ	25298788000195
Validade da Proposta	27/10/2017

Proposta Comercial

A presente proposta* comercial estabelece, de forma exclusiva, para a PALCOPARANA as condições para os produtos abaixo:

VR Refeição

Quantidade de Funcionários: 15
Valor Crédito Mensal: R$ 273,00 por cartão
Valor Crédito Mensal Total: R$ 4.095,00
Quantidade Local de Entrega: 1

Tarifas

Item	Valores	Unid
1 - Prazo de pagamento	0	Dias
2 - Tarifa de emissão de cartões	R$0,00	R$ p
3 - Tarifa entrega região Sul	R$0,00	R$ por lo
4 - Tarifa de entrega região Sudeste, exceto SP	R$0,00	R$ por lo
5 - Tarifa de entrega região Centro-Oeste	R$0,00	R$ por lo
6 - Tarifa entrega região Nordeste	R$0,00	R$ por lo
7 - Tarifa entrega região Norte	R$0,00	R$ por lo
8 - Tarifa entrega estado SP	R$0,00	R$ por lo
9 - Tarifa Emissão do Pedido	R$0,00	R$ p
10 - Tarifa de reemissão de cartões	R$6,00	R$ p
11 - Tarifa de cobrança	R$0,00	R$ p
12 - Tarifa de rescisão de contrato dentro da sua vigência	R$2,99	R$ p
13 - Tarifa de crédito	-	R$ p
14 - Taxa de serviço	-	% por va
15 - Condições especiais (desconto)	2%	% no f
16 - Taxa Cancelamento Pedido	0%	% do v
17 - Tarifa de entrega antecipada do cartão	R$0,00	R$ p
18 - Tarifa antecipação de crédito	R$0,00	R$ por v

03/10/2017 Responsável: Subcanal Agora
Email: admix.curitiba@uol.com.br Telefone: Cidade:

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PROTOCOLO
Fls. 90
INTEGRADO DO ESTADO

Razão Social	PALCOPARANA
CNPJ	25298788000195
Validade da Proposta	27/10/2017

Proposta Comercial

A presente proposta* comercial estabelece, de forma exclusiva, para a PALCOPARANA as condições para os produtos abaixo:

VR Alimentação

Quantidade de Funcionários: 42
Valor Crédito Mensal: R$ 273,00 por cartão
Valor Crédito Mensal Total: R$ 11.466,00
Quantidade Local de Entrega: 1

Tarifas

Item	Valores	Unid
1 - Prazo de pagamento	0	Dias
2 - Tarifa de emissão de cartões	R$0,00	R$ p
3 - Tarifa entrega região Sul	R$0,00	R$ por lo
4 - Tarifa de entrega região Sudeste, exceto SP	R$0,00	R$ por lo
5 - Tarifa de entrega região Centro-Oeste	R$0,00	R$ por lo
6 - Tarifa entrega região Nordeste	R$0,00	R$ por lo
7 - Tarifa entrega região Norte	R$0,00	R$ por lo
8 - Tarifa entrega estado SP	R$0,00	R$ por lo
9 - Tarifa Emissão do Pedido	R$0,00	R$ p
10 - Tarifa de reemissão de cartões	R$6,00	R$ p
11 - Tarifa de cobrança	R$0,00	R$ p
12 - Tarifa de rescisão de contrato dentro da sua vigência	R$2,99	R$ p
13 - Tarifa de crédito	-	R$ p
14 - Taxa de serviço	-	% por va
15 - Condições especiais (desconto)	2%	% no f
16 - Taxa Cancelamento Pedido	0%	% do v
17 - Tarifa de entrega antecipada do cartão	R$0,00	R$ p
18 - Tarifa antecipação de crédito	R$0,00	R$ por v

03/10/2017 Responsável: Subcanal Agora
Email: admix.curitiba@uol.com.br Telefone: Cidade:

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.



Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

PALCO PARANÁ

MAPA DE COTAÇÃO DE PREÇOS

Objeto:

Data:	CRITÉRIO DE JULGAMENTO: PREÇO GLOBAL	MAPA DE COTAÇÃO Nº ___/2017		N. TCTF		FINANCIADOR:		
Nº	FORNECEDORES	CNPJ/CPF	TELEFONE	CONTATO	CONDIÇÕES PAGAMENTO	PRAZO PARA ENTREGA	VALIDADE DA PROPOSTA	OBSERVAÇÕES
1	VR	02.535.864/0001-33	4020-0188	Thais Lima	mensal			
2	Sodexo	49.930.514/0001-35	4004-4946	Lucas de Souza	mensal			
3	Ticket	47.866.934/0001-74	11 3003 5333	Rosiane Paiva	mensal			
4					mensal			
5					mensal			
6					mensal			

ITEM	QUANT.	UND	ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS/SERVIÇOS	VR		Sodexo		Ticket			
				VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	80	cartões	Valor de crédito mensal	330,00	R$ 26.400,00	330,00	R$ 26.400,00	R$ 330,00	R$ 26.400,00		
03	80	cartões	tarifa emissão de cartões	-	R$ -	-	R$ -		R$ -		
04	80	cartões	tarifa reemissão de cartões	6,00	R$ 480,00	10,00	R$ 800,00	R$ -	R$ -		
05	80	cartões	tarifa de crédito	-	R$ -	-	R$ -	R$ -	R$ -		0,00
06	80	cartões	tarifa de rescisão de contrato	-	R$ -		R$ -		R$ -		0,00
07	80	cartões	taxa administrativa		R$ -		R$ -	R$ 3,90	R$ 312,00		0,00
08	80	cartões	tarifa de entrega		R$ -		R$ -		R$ -		0,00
09					R$ -		R$ -		R$ -		0,00
10					R$ -		R$ -		R$ -		0,00
11					R$ -		R$ -		R$ -		0,00
12					R$ -		R$ -		R$ -		0,00
13					R$ -		R$ -		R$ -		0,00
14					R$ -		R$ -		R$ -		0,00
	VALOR TOTAL			R$ 26.880,00		R$ 27.200,00		R$ 26.712,00		R$ -	

OBSERVAÇÕES:

EMPRESA COM MENOR PREÇO

Empresa	Valor Total
Ticket	R$ 26.712,00

ASSINATURA DA COMISSÃO DE COMPRAS

NOME DO MEMBRO DA COMISSÃO
CPF n.º
____/____/ 2018

NOME DO MEMBRO DA COMISSÃO
CPF n.º
____/____/ 2018

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 92

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 93

PALCO PARANÁ

EDITAL DE LICITAÇÃO- PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO

O **SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ**, a seguir denominado **PALCOPARANÁ**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos de interesse coletivo, inscrita no CNPJ nº 25.298.788/0001-95, com sede e foro na Capital do Estado do Paraná, sita à Rua XV DE Novembro, 971, Centro, Curitiba/PR, por intermédio de seu Pregoeiro, torna público que promoverá licitação na modalidade **"PREGÃO ELETRÔNICO" - Nº 001/2019 – "MENOR PREÇO" (MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO EM PORCENTAGEM**), a fim de Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento, implantação e administração de benefício alimentação aos servidores do **SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ**, que possibilitem a aquisição de gêneros alimentícios através da rede de estabelecimentos credenciados na forma definida na legislação do Ministério de Trabalho e Emprego que regulamenta o PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador, conforme descrito no Anexo I, que faz parte integrante deste Edital, através de cartão magnético, para contrato de 12 meses, renováveis anualmente de acordo com art.103, inciso II da Lei 15.608/2007.

A presente licitação será processada e julgada com fundamento na Constituição do Estado do Paraná, art. 27, XXI, nas disposições contidas na Lei Complementar n° 123/06, na Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto n° 3.931/01, na Lei Estadual n° 15.608/07, no Decreto Estadual nº 6.252/06, bem como, subsidiariamente e no que couberem, pelas normas contidas neste EDITAL e seus anexos, que dele fazem parte integrante, e pelas normas específicas do objeto licitado.

1. DA ABERTURA

1.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, no dia XX/XX/2019, às XX:XX horas, no sistema de Pregão Eletrônico, por meio da INTERNET, na página www.licitacoes-e.com.br, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases.

1.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro, servidor do Centro Cultural Teatro Guaíra, por força do Termo de Cooperação assinado entre o PALCOPARANÁ e esta Autarquia, mediante a inserção e monitoramento de dados geradores ou transferidos para o sistema "Licitações - e" do Banco do Brasil (www.licitacoes-e.com.br).

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 94

2. DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento, implantação e administração de benefício alimentação aos empregados do PALCOPARANÁ, com a provisão de créditos em cartões magnéticos, que possibilitem a aquisição de gêneros alimentícios através da rede de estabelecimentos credenciados, na forma definida na legislação do Ministério de Trabalho e Emprego que regulamenta o PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador, conforme descrito no Anexo I, parte integrante deste Edital.

3. RECURSOS FINANCEIROS

3.1. A presente despesa correrá à conta dos recursos orçamentários do Centro Cultural Teatro Guaíra, alocados no PALCOPARANÁ por força do contrato de gestão assinado com o Estado do Paraná (denominação dada pela Lei nº 18.381, de 15/12/2014), por intermédio do Centro Cultural Teatro Guaíra.

3.2. Para atendimento ao pagamento para este contrato contamos com a dotação orçamentária disponibilizada através do Orçamento do Projeto Atividade nº4448 – Gerenciamento do Contrato de Gestão com Palcoparaná, dotação 5132.448.13.392.15.33504102.00.0000000101.1.

4. PRAZO DE INÍCIO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1. Os Cartões Magnéticos Alimentação deverão ser entregues no local de trabalho do beneficiário, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da assinatura do contrato, pela licitante vencedora do Pregão.

5. DA PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar da presente licitação, empresas que estejam regularmente estabelecidas no País, cujo ramo e finalidade de atuação sejam pertinentes ao objeto licitado por este EDITAL, que satisfaçam integralmente às exigências nele estabelecidas.

5.2. Não será admitida a participação de interessados que se encontrem sob as seguintes condições:

5.2.1. Que estejam constituídos sob a forma de consórcios e cooperativas.

5.2.2. Que estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária para participarem de licitação, imposta pela Administração Pública, no âmbito Estadual ou

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 95

por qualquer órgão da Administração Pública, motivada pelas hipóteses previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/02 e no art. 87, inciso III da Lei nº 8.666/93.

5.2.3. Que tenham sido declarados inidôneos por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, nas hipóteses do art. 87, inciso IV da Lei n.º 8.666/93.

5.2.4. Que estejam em dissolução, liquidação, concordata, processo de falência ou recuperação judicial, nos termos da nova Lei de Falências (Lei nº 11.101/05, art. 52, II);

5.2.5. Que, direta ou indiretamente, mantenham sociedade ou participação com servidor ou dirigente ligado a qualquer um dos órgãos envolvidos no processo em análise.

5.2.5.1. Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, financeira ou trabalhista.

5.2.6. . Que estejam em situação irregular perante a Fazenda Pública, em qualquer esfera da Administração, perante o INSS e o FGTS.

5.3. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos do EDITAL e da sua habilitação sujeitará o licitante às sanções previstas neste EDITAL.

6. DA RETIRADA DO EDITAL

6.1. Os interessados em participar da presente licitação poderão obter o EDITAL e seus Anexos, pela Internet, acessando o endereço Eletrônico www.licitacoes-e.com.br ou pelo endereço: administrativo@palcoparana.org

7. DO REGULAMENTO OPERACIONAL

7.1. O licitante deverá observar as datas e horários limites previstos para a realização de todos os atos da licitação.

7.2. Todas as referências de tempo no Edital, nos Avisos, no decorrer da Sessão Pública, nos registros do sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame, observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF.

7.3. O licitante, ao acessar a sala de disputa, visualizará o melhor lance ofertado, o seu lance e a relação dos lances. O Sistema apresentará apenas o melhor lance (Lance Ofertado) de cada autor da proposta. Para o autor, da proposta, visualizar essas informações deverá clicar no botão “Detalhes Disputa” que estará disponível no canto superior direito da tela, quando o lote estiver em disputa.

7.4. O tempo normal de disputa será fixado, controlado e encerrado pelo pregoeiro. Logo após, a disputa entrará na fase randômica e poderá ser encerrada a qualquer momento.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 96

7.5. Os autores das propostas, a qualquer momento, depois de finalizado o lote único da licitação, poderão registrar seus questionamentos para o pregoeiro via Sistema. Essa opção estará disponível até o momento que o pregoeiro declarar o fornecedor vencedor do lote.

8. DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS DO PREGOEIRO

8.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições e competências nos termos do art. 48 da Lei Estadual 15.608/2007, a saber:

a) Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;

b) Responder as questões formuladas pelos interessados, relativas ao certame;

c) Abrir as propostas de preço;

d) Analisar a aceitabilidade das propostas;

e) Desclassificar propostas, motivadamente;

f) Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;

g) Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;

h) Declarar o vencedor;

i) Adjudicar o objeto da licitação ao vencedor;

j) Receber, examinar e decidir os recursos;

k) Encaminhar o processo à autoridade competente para homologar e autorizar a contratação;

l) Encaminhar o processo devidamente instruído, após parecer jurídico, à autoridade competente para apuração de irregularidades praticadas no processo licitatório, visando à eventual aplicação de penalidades previstas na legislação.

m) Responder, auxiliado pela equipe de apoio, os questionamentos formulados pelos licitantes para cada lote disputado, sendo que todas as mensagens constarão no histórico dos Detalhes da Disputa;

n) Solicitar, quando necessário, contraproposta ao fornecedor que apresentou o melhor lance por meio de Sistema, em “contraproposta” enquanto o lote estiver arrematado.

o) Para declarar um ME ou EPP vencedora da disputa, o Pregoeiro verificará a regularidade fiscal da ME ou EPP e havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado a ME ou EPP prazo de 05 (cinco) dias úteis para a devida regularização. Assim, a declaração do vencedor no Sistema será efetivada somente após essa verificação visto que, declarado o vencedor, o Sistema abre a

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 97

opção para recurso.

p.1) Na hipótese da não habilitação de ME ou EPP, voltará à condição de primeira classificada a empresa autora da proposta de menor preço originalmente apresentada na sala de disputa. Para tanto, o Pregoeiro reclassificará a empresa fornecedora que ofertou o melhor lance, originalmente em sala de disputa, e demais porventura desclassificados, sobre o argumento da Lei Complementar n.º 123/06.

9. DA APLICABILIDADE DA LEI COMPLEMENTAR N.º 123/2006. DIREITO DE PREFERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO PARA AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

9.1. Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, de acordo com o Art. 44 § 1º e § 2º da Lei Complementar 123/2006.

9.2. Entende-se por empate aquela situação em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a proposta melhor classificada.

9.3. A ME ou EPP melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta após o encerramento da segunda fase de lances, e terá o prazo máximo de 5 (cinco) minutos a contar do registro da convocação e de acordo com o horário de Brasília registrado no sistema, sob pena de preclusão.

9.4. No caso de valores idênticos apresentados pelas microempresas e empresa de pequeno porte que se encontrarem nos intervalos estabelecidos no item “12.1” deste edital, será valido aquele que for oferecido antes, de acordo com a marcação do tempo e do horário identificados pelo sistema eletrônico.

9.5. A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada arrematante do certame, situação em que será declarado vencedor em seu favor o objeto licitado;

9.6. Não ocorrendo a situação prevista no parágrafo anterior, serão convocados as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item “12.1” deste edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito, na forma do inciso II do Art. 45 da Lei Complementar 123/2006;

9.7. Para exercício do direito de preferência, as licitantes que se enquadrem nesses regimes já estarão identificadas pelo sistema, a partir da informação cadastral inserida no licitacoes-e, no campo de “identificação do tipo de segmento” da empresa.

9.8. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, com o fechamento do tempo randômico pelo Sistema, haverá procedimento automático de identificação de possível

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 98

"empate ficto", ou seja, a existência de lances de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) classificados no intervalo de até 5% (cinco por cento) de valores superiores ao valor do lance da empresa melhor classificada, sendo esta uma empresa de regime normal ou tradicional.

9.9. Neste caso, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada arrematante do lote, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

9.10. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

9.11. O prazo estabelecido é decadencial e, não havendo manifestação da empresa, o sistema verifica se há outra empresa em situação de "empate ficto", e realizará o chamado de forma automática, para as providências descritas no subitem anterior.

9.12. Não identificada a situação de "empate", o sistema emitirá mensagem, permitindo ao Pregoeiro dar encerramento à disputa do lote.

9.13. Todos esses procedimentos acontecerão na sala de disputa e as respectivas informações estarão disponíveis para os demais participantes do pregão e também para todos os interessados.

9.14. De acordo com o Art. 43 da Lei Complementar 123, de 14/12/2006, as microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.15. De acordo com art. 43, § 1ºda Lei Complementar 123, de 14/12/2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame.

9.16. A não regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 154 da Lei Estadual n° 15.608/2007 e do art. 81 da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

10. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

10.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 99

presente EDITAL.

10.2. Os pedidos de esclarecimentos, dúvidas ou informações, deverão ser encaminhados por meio eletrônico, via internet, através de e-mail administrativo@palcoparana.org e, obrigatoriamente, informar o e-mail do interessado, pelo qual lhe serão enviados os esclarecimentos solicitados.

10.3. Serão anexadas ao processo de licitação as cópias das mensagens enviadas aos licitantes.

10.4. O memorial da impugnação deverá ser protocolado no Serviço Social Autônomo Paraná Projetos, ou enviada via correio aos cuidados da Pregoeira.

10.5. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório.

10.6. Caberá ao PREGOEIRO, auxiliado pela equipe de apoio e pelo órgão licitante, decidir a impugnação ao EDITAL.

10.7. Qualquer modificação que sobrevier ao EDITAL, em consequência das decisões das impugnações que afetem a formulação das propostas, será definida e publicada nova data para realização do certame.

11. DO PREÇO MÁXIMO

11.1. A disputa dar-se-á através da menor taxa de administração em porcentagem, sendo a taxa máxima de administração de 1,00% (um) por cento, sobre o crédito mensal médio de R$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais) referente à estimativa de 80 cartões magnéticos de vale alimentação (crédito médio de R$ 352,00 por cartão, considerando-se 22 dias trabalhados), totalizando o valor máximo mensal a ser pago pela PALCOPARANÁ de R$ 26.664,00 (vinte e seis mil, seiscentos e sessenta e quatro reais), após aplicação da taxa máxima de administração de 1,00 % (um por cento). A quantidade de cartões magnéticos será atualizada de acordo com as regras do subitem 3.8 do Anexo I. O Palcoparaná conta atualmente com o quadro funcional de 53 funcionários, com estimativa mensal de no valor de R$ 17.490,00 (dezessete mil e quatrocentos e noventa reais), com valor total, considerando a taxa administrativa de 1%, de R$ 17.664,90 (dezessete mil e seiscentos e sessenta e quatro reais e noventa centavos)

11.1.1.Não será admitida taxa de administração negativa, ou seja, a proponente deverá limitar a sua proposta a 0%, ou seja, isenção da taxa de administração.

11.2. A despesa com objeto da presente licitação estimada para a vigência contratual de 12 meses, tendo em vista o valor mensal médio de R$ 26.664,00 (vinte e seiscentos mil, seiscentos e sessenta e quatro reais) mensais, atingindo o valor de R$

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls.100

319.968,00 (trezentos e dezenove mil, novecentos e sessenta e oito reais), para os 80 cartões magnético, observado o inciso 11.1 acima.

11.3. A proposta deverá conter o objeto e o preço, bem como estar em conformidade com as exigências contidas neste EDITAL e seus anexos.

11.4. O PREGOEIRO verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste EDITAL e seus anexos.

11.5. Todas as propostas classificadas serão consideradas para lances na fase de disputa e ordenadas por valor, de forma crescente.

11.5.1. As propostas de preços terão validade de 90 (noventa) dias.

11.6. Vigência Contratual:

11.6.1. O prazo de vigência do contrato decorrente deste procedimento inicialmente será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, prorrogado por acordo de ambas as partes em consonância com a legislação em vigor.

12. DO CREDENCIAMENTO, DOS CÓDIGOS DE ACESSO E DA PARTICIPAÇÃO

12.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas junto às Agências do Banco do Brasil S.A., sediadas no país.

12.2. Os licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor do sistema eletrônico, no prazo mínimo de 03 (três) dias úteis antes da data de realização do pregão.

12.2.1. As informações para o acesso ao Pregão Eletrônico podem ser obtidas no site www.licitacoes-e.com.br, na opção “Acesso Identificado”.

12.2.2. A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer Pregão Eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou em virtude de sua inabilitação perante o cadastro de fornecedores.

12.2.3. O uso e o sigilo da senha de acesso pelo licitante são de sua exclusiva responsabilidade, bem como, qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante.

12.3. O credenciamento do licitante e de seu representante legal no sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos seus atos praticados e a capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico

13. DO ENVIO DAS PROPOSTAS INICIAIS

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls.101

13.1. As Propostas de Preços poderão ser enviadas a partir das 9h00 do dia xx/xx/2019, pelo sistema eletrônico disponível no sítio www.licitacoes-e.com.br, podendo os licitantes substituí-las ou excluí-las até a data e hora definidas para a abertura da sessão pública, quando, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

13.2. A proposta deverá conter o objeto e o preço, bem como, estar em conformidade com as exigências contidas neste edital e seus anexos.

13.3. O registro do recebimento da proposta deverá ser impresso e anexado ao processo licitatório como comprovante de entrega.

13.4. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

13.5. Todas as propostas classificadas serão consideradas para o oferecimento dos lances na fase de disputa e serão ordenadas por valor, de forma crescente.

13.6. A proposta de preços deverá ter validade de 90 (noventa) dias.

13.7. O descritivo da proposta deverá conter as especificações técnicas do objeto, a fim de permitir a identificação e a marca do mesmo, bem como todos os seus recursos, nos termos técnicos mínimos exigidos para este certame, bem como o preço unitário do item e, se distinto, o preço arrematado pelo lote.

13.8. Serão de responsabilidade exclusiva do contratado todos os custos, tributos, encargos e contribuições que incidam ou venham a incidir sobre o fornecimento ou sobre o objeto do contrato.

14. DOS LANCES

14.1. A partir do horário e dia previsto no sistema de Pregão Eletrônico, a sessão pública será aberta por comando do pregoeiro, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

14.2. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecidos neste edital.

14.3. O licitante/proponente será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances, oferecidos durante a fase de disputa, sob pena de em não o fazendo serem aplicadas as penalidades previstas neste edital e na legislação regente dos procedimentos licitatórios.

14.4. Os licitantes e/ou seus representantes, deverão estar conectados ao sistema

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls.102

para participar da sessão de lances.

14.5. Aberta a etapa de competitividade/oferecimento dos lances, a proposta inicial de menor valor, será considerada como primeiro lance, podendo os licitantes encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

14.6. Caberá ao licitante remeter, exclusivamente por meio eletrônico, até o horário limite para acolhimento de propostas a sua proposta de preços bem como acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

14.7. Os lances de cada proponente deverão ser, obrigatoriamente, inferiores ao preço da sua proposta inserida no sistema, independentemente do menor valor já ofertado e registrado no sistema, conforme Art. 63 § 3º da Lei Estadual n.º 15.608/2007.

14.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

14.9. Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do autor dos lances.

14.10. A primeira etapa de lances da sessão pública, disputada em tempo normal, será encerrada pelo Pregoeiro. Neste momento o sistema informa o encerramento normal da disputa, o valor da menor proposta, e também disponibiliza aviso intermitente alertando sobre o encerramento da disputa a qualquer momento – (“tempo randômico”).

14.11. Após o aviso de fechamento transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente, determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual, será automaticamente encerrada a recepção de lances.

14.12. Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta, diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como, decidir sobre sua aceitação.

14.13. Imediatamente após o encerramento da etapa de lances, o sistema informará a proposta de menor preço ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

14.14. Ocorrendo eventual desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, caso o sistema eletrônico permaneça acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls.103

14.15. Concluído o tempo randômico, o sistema encerra a disputa, informa sobre o tempo transcorrido, o valor da menor proposta e identifica o licitante arrematante.

15. DA HABILITAÇÃO

15.1. O classificado, detentor da melhor proposta, após o encerramento da disputa deverá, no prazo improrrogável de 03 (dias) úteis, apresentar os documentos originais relacionados no Anexo III, salientando que os demais classificados, obedecida a ordem de classificação, somente serão chamados à apresentação de seus documentos de habilitação se o classificado com o menor preço for inabilitado:

15.2. As declarações deverão ser assinadas pelo representante legal da empresa, e poderão ser objeto de diligências do pregoeiro e equipe de apoio, nos termos do § 3º do art. 85, da lei 15.608/2007.

15.3. Será declarado inabilitado e desclassificado o licitante que deixar de atender a alguma exigência deste Edital ou apresentar declaração ou documentação que não preencham os requisitos legais.

15.4. Os vícios, de ordem formal serão analisados e julgados pelo Pregoeiro, nos estritos termos art. 85 da Lei 15.608/2007, podendo ser saneados e corrigidos, se não infringirem a nenhuma norma legal ou disposição constante deste edital ou, ainda, se o licitante puder satisfazer as demais exigências editalícias no prazo fixado por este instrumento convocatório.

15.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital, ficando ciente, desde já o declarante que sua proposta será desclassificada e as irregularidades apuradas no competente processo administrativo a ser instaurado pelo pregoeiro e equipe de apoio.

16. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

16.1. Para o julgamento e classificação das propostas, nesta licitação, será adotado o critério de MENOR PREÇO - VALOR GLOBAL (LOTE ÚNICO), sendo desclassificadas as propostas com valor acima do máximo definido em Edital para o lote único, assim como as propostas que preverem valores superiores para qualquer um dos itens descritos no Termo de Referência e, ainda, as que não atenderem os requisitos do Edital e de seus anexos. O PROPONENTE DEVE, OBRIGATORIAMENTE, O ITEM INTEGRANTE DO LOTE EM VALOR IGUAL OU INFERIOR AO DISCRIMINADO NO TERMO DE REFERÊNCIA.

16.2. Consoante o art. 89 da Lei Estadual nº 15.608/07, as propostas com valor

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls.104

global ou valor unitário superior ao limite estabelecido - (preço máximo e preço por item) -, bem como as propostas com preços inexequíveis, assim considerados como preços nos quais os licitantes não demonstrem serem viáveis, através de documentação que comprove serem fundados em custos de insumos coerentes com os praticados pelo mercado e em coeficientes de produtividade compatíveis com a execução do objeto do contrato, e ainda, aqueles preços que não atenderem as normas desse edital. Todos os proponentes que se enquadrarem nestas disposições terão suas propostas desclassificadas.

16.2.1.O Pregoeiro poderá sanear as propostas que se enquadrarem no item 16.2 de acordo com a regra constante do art. 85, no § 2º da Lei Estadual 15.608/2007.

16.3. A classificação e o julgamento das propostas são atos exclusivos do Pregoeiro, podendo desclassificar as propostas em desacordo com este Edital ou ainda, que se revelarem manifestamente inexequíveis, por fatos comprovados durante o processo de seleção, ou por motivo superveniente somente conhecido após a declaração de vencedor operada pelo Pregoeiro no sistema eletrônico.

16.4. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, se o licitante desatender às exigências da fase de habilitação ou se houver recusa da primeira classificada em confirmar sua proposta, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta, ou lance que atenda às normas do edital.

16.5. Ocorrendo as situações previstas no item anterior, o pregoeiro poderá negociar com o licitante posteriormente classificado para que seja obtido preço melhor.

16.6. No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas de caráter formal que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, adotando-se o mesmo critério estabelecido no item 16.4 retro escrito.

16.7. Não serão aceitos valores cotados com mais de 02 (duas) casas decimais após a vírgula.

16.8. Após a análise da proposta de menor preço, comprovado o atendimento às exigências fixadas neste edital e aos requisitos da habilitação, o licitante será declarado vencedor.

17. DOS RECURSOS

17.1. Qualquer licitante poderá, após a declaração do vencedor da disputa, pelo

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls.105

pregoeiro, manifestar a intenção de recorrer, via Sistema, de forma motivada, em campo próprio do sistema.

17.2. O sistema aceitará as manifestações de intenção de recurso no prazo de 24 horas após a declaração do licitante vencedor.

17.3. Ao recorrente será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

17.4. Os recursos, razões e contrarrazões deverão ser protocolados na sede do PALCOPARANÁ, nos prazos previstos neste Edital.

17.5. A falta de manifestação quanto à intenção de recorrer, nos termos do item 18.1, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.

17.6. O acolhimento de recurso administrativo, interposto nos estritos termos da legislação e consoante aos dispositivos deste edital, importará tão somente na invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento nos termos do §7º do art. 94 da lei 15.608/2007.

17.7. Os recursos referentes às fases de habilitação e julgamento de propostas não terão efeito suspensivo, o tendo nos demais casos em que houver razões de interesse público, desde que devidamente justificadas e fundamentadas pela Pregoeira.

17.8. A interposição de recurso devidamente motivado, por qualquer licitante, inclusive aquele que, porventura venha a ser desclassificado antes da disputa, ocorrerá somente após declarado vencedor pelo Pregoeiro.

18. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

18.1. Verificada a aceitabilidade da proposta de menor preço, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor e decididos os recursos, a pregoeira adjudicará o objeto e encaminhará o procedimento licitatório à autoridade competente para homologação.

18.2. A adjudicação de lote, com recurso interposto, só poderá ser realizada pela Autoridade Competente.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS - PENALIDADES:

19.1. - O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às seguintes sanções administrativas:

a) advertência;

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls.106

b) multa;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 05 (cinco) anos.

II - As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item anterior poderão ser aplicadas ao adjudicatório e ao contratado, cumulativamente com a multa.

III - Advertência será aplicada por conduta que prejudique o andamento do procedimento de licitação e de contratação.

IV - A multa, de 0,1% (zero vírgula um por cento) até 1% (um por cento) sobre o valor total do lote no qual participou, será aplicada a quem:

a) retardar ou impedir o andamento do procedimento licitatório

b) não mantiver sua proposta

c) apresentar declaração falsa

d) deixar de apresentar documento na fase de saneamento

e) apresentar documento falso;

f) de forma injustificada, deixar de assinar o contrato ou instrumento equivalente;

g) foi advertido e reincidiu pelo(s) mesmo(s) motivo(s).

V - A multa, de 1% (um por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor do faturamento mensal, será aplicada por atraso injustificado na execução dos contratos de prestação de serviços continuados ou de fornecimento parcelado de bens.

VI - A multa, de 0,1% (zero vírgula um por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, será aplicada no caso de inexecução total ou parcial do contrato.

VII - A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (dois) anos, será aplicada a participante que:

a) recusar-se injustificadamente, após ser considerado adjudicatário, a assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração;

b) não mantiver sua proposta;

c) abandonar a execução do contrato;

d) incorrer em inexecução contratual.

VIII - A declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, será aplicada a quem:

a) fizer declaração falsa na fase de habilitação;

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls.107

b) apresentar documento falso;

c) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o procedimento;

d) afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

e) agir de má-fé na relação contratual, comprovada em procedimento específico;

f) tenha sofrido condenação judicial definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

g) demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em especial infrações à ordem econômica definidos na Lei Federal nº 8159/91;

h) tenha sofrido condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei. IX - A autoridade máxima do órgão ou entidade é a autoridade competente para impor a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, bem como a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

X - Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com a Administração ou da declaração de inidoneidade:

a) às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

b) as pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no inciso anterior.

XI - Todas as penalidades descritas neste contrato somente serão efetivamente aplicadas após instauração de regular processo administrativo com o exercício da ampla defesa e o cumprimento do princípio constitucional do contraditório.

XII - Após decisão definitiva proferida no processo administrativo, as multas aplicadas deverão ser recolhidas à conta da CONTRATANTE no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação, sob pena de seu valor ser descontado da garantia do contrato ou do documento de cobrança, na ocasião do pagamento, podendo, ainda, ser exigida judicialmente.

XIII - Nos casos não previstos neste contrato e no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observados, de forma subsidiária, as disposições da Lei Estadual nº 15608/2007 e Lei nº 8666/1993.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls.108

XIV - Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no cadastro de licitantes do Estado.

20. DA INSTRUMENTALIZAÇÃO DO CONTRATO

20.1. Será formalizado mediante contrato, de acordo com o modelo constante do Anexo VI, pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado mediante aditamento, a critério do PALCOPARANÁ, observados os limites legais estabelecidos pela Lei de Licitações.

20.2. A adjudicatária será convocada para, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da respectiva convocação, assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nas Leis Federal e Estadual de Licitações.

20.3. Esgotado o prazo estipulado no subitem "20.2" sem aposição das correspondentes assinaturas no instrumento formal do contrato, presumir-se-á desistência da licitante vencedora de celebrar o contrato.

20.4. A não assinatura do contrato por desistência, inclusive presumida, da licitante vencedora, ou por motivo a ela atribuído, acarretará as seguintes consequências:

20.4.1. Perda de todos os direitos da licitante vencedora com relação à adjudicação do objeto da presente licitação e aplicação das sanções legais cabíveis por descumprimento total da obrigação assumida;

20.4.2. Convocação das licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, sendo o contrato celebrado com a licitante que aceitar a contratação em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada – inclusive quanto ao preço, atualizado;

20.4.3. A licitante remanescente que não aceitar a contratação nas mesmas condições propostas pelo primeiro adjudicatário, inclusive quanto ao prazo e preço, não se aplicam as disposições do subitem "20.4".

20.5. Decorridos 60 (sessenta) dias da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

21.1. A contratada obriga-se:

21.1.1. Fornecer suporte técnico para solução de eventuais problemas constatados pela Contratante;

21.1.2. Assegurar aos usuários o crédito mensal eletrônico, bem como, o funcionamento do sistema online, com a possibilidade de contato telefônico por meio

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls.109

de SAC, de forma gratuita e 24h por dia;

21.1.3. Substituir, obrigatoriamente, os cartões que apresentarem qualquer tipo de defeito, sem qualquer ônus ou custo adicional ao PALCOPARANÁ ou a seu beneficiário;

21.1.4. Responsabilizar-se pelos danos ou prejuízos que venha causar ao PALCOPARANÁ ou a seus empregados, por ação ou omissão própria em razão dos serviços ora contratados;

21.1.5. Ter obrigatoriamente em sua rede conveniada estabelecimentos comerciais nas localidades indicadas nos itens 3.1.5 do Anexo I (Termo de Referência), mantendo, nos referidos estabelecimentos, em locais de fácil visualização, a indicação de adesão por meio de placas, selos identificadores, adesivos ou qualquer outro meio de identificação;

21.1.6. Providenciar o credenciamento de outros estabelecimentos, caso ocorra a alteração da rede conveniada, de forma a garantir o padrão de qualidade e atendimento, em número suficiente de estabelecimentos, durante todo o Contrato, inclusive quando solicitado pelo PALCOPARANÁ, se constatadas irregularidades no estabelecimento conveniado, tais como: má qualidade da alimentação e falta de higiene;

21.1.7. Garantir a qualidade de sua rede conveniada, fiscalizando as instalações internas e externas dos estabelecimentos conveniados, condições de higiene, bem como a qualidade da alimentação servida, de acordo com as determinações contidas no PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador) e demais legislações aplicáveis à espécie;

21.1.8. Cumprir rigorosamente a legislação no âmbito federal, estadual e municipal com relação ao objeto da prestação dos serviços;

21.1.9. Indicar preposto para acompanhamento dos serviços, e esclarecimentos de questões advindas do objeto contratado, isso com atendimento direto e personalizado;

21.1.10. Disponibilizar central de atendimento (24h) com serviços de comunicação de perda, roubo, extravio ou dano, bloqueio e desbloqueio e solicitação de 2ª (segunda) via de cartão magnético e/ou eletrônico e senha;

21.1.11. A Contratada permitirá o acúmulo de créditos e disponibilizará os valores remanescentes dos respectivos cartões enquanto durar a vigência do contrato;

21.1.12. O início da vigência contratual está estipulado para 01/12/2018, podendo o PALCOPARANÁ designar outra data para tanto caso o certame não reste concluído até a referida data;

21.1.13. Garantir a execução dos serviços contratados, obedecidas às

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

PROTOCOLO Fls.110 INTEGRADO DO ESTADO

disposições da legislação trabalhista vigente, responsabilizando-se diretamente pelos serviços contratados, observando a Portaria nº 03. de 01/03/2002 do Ministério do Trabalho e Emprego ou quaisquer outros que venham a substituí-los, alterá-los ou complementá-los;

21.1.14. Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução dos serviços contratados;

21.1.15. Pagar diretamente aos estabelecimentos credenciados os valores correspondentes aos valores fornecidos, não havendo qualquer responsabilidade solidária do PALCOPARANÁ na hipótese da Contratada deixar de cumprir suas obrigações perante aqueles estabelecimentos;

21.1.16. Disponibilizar para o PALCOPARANÁ, sistema próprio para pedidos de créditos mensais, solicitação de emissão dos cartões, no prazo de 5 (cinco) dias corridos da assinatura do Contrato. Este sistema deverá possibilitar também o acompanhamento dos pedidos e consulta via WEB;

21.1.17. Manter sigilo quanto às informações dos empregados do PALCOPARANÁ contidas no banco de dados da Contratada;

21.1.18. Manter, durante toda a execução deste Contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação/qualificação na fase da licitação, mantendo atualizadas junto ao SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ as provas de sua adimplência com a Seguridade Social (Certidão Negativa de Débitos – CND), bem como da quitação de impostos e outros gravames que incidam sobre a atividade do contrato sob pena de suspensão dos pagamentos a que tiver direito.

21.2. Informar à Administração sobre a ocorrência de fatos que possam interferir, direta ou indiretamente, na entrega a ser efetuada.

21.3. Informar e manter atualizado(s) o(s) número(s) de telefone e/ou endereço eletrônico (e- mail), bem como nome da pessoa autorizada para contatos que se fizerem necessários por parte da Administração.

21.4. Os contatos de que trata o item anterior serão formalizados pelo licitante, não sendo permitido ao licitante alegar qualquer impedimento que o desonere de cumprir com as obrigações deles decorrentes.

21.5. Prestar todas e qualquer diligencia solicitada pela contratante.

21.6. Os contatos, de que trata o item anterior, serão sempre efetivados por escrito sendo que as comunicações entre Administração e licitante vencedora comporão pasta própria no SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ.

21.7. Treinar gratuita e adequadamente, sempre que necessário, os servidores

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls.111

designados pelo SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ, Divisão Administrativa, para a completa execução e acompanhamento do objeto deste edital.

21.8. Supervisionar os serviços, através de pessoal próprio e especializado.

21.9. Fornecer o sistema de controle.

21.10. A licitante se obriga, por seus sócios, diretores, gerentes e empregados e prepostos, a manter absoluto sigilo dos dados e informações a que tiver acesso em decorrência dos serviços prestados, durante a execução e após o encerramento do contrato, respondendo integralmente perante a contratante pelos danos decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, sem prejuízo das demais sanções contratuais e legais cabíveis, inclusive criminais, reservando exclusivamente a contratante o direito de utilização e divulgação dos trabalhos elaborados.

22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

22.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 8.666/93, são obrigações da CONTRATANTE:

22.1.1. Exercer a fiscalização dos produtos e serviços por servidores especialmente designados e documentar as ocorrências havidas;

22.1.2. Proporcionar à CONTRATADA as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratados;

22.1.3. Prestar aos funcionários da CONTRATADA todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados;

22.1.4. Efetuar o pagamento a licitante vencedora, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

22.1.5. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo;

22.1.6. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

22.2. A CONTRATADA será remunerada pela Taxa de Administração proposta que será aplicada sobre o valor dos créditos da fatura mensal.

22.3. O valor de crédito médio para cada Cartão Magnético Alimentação com uso de senha para inicio do contrato será de R$ 330,00 (trezentos e trinta reais), sendo este valor composto do valor do beneficio por dia, estipulado atualmente no montante de R$ 15,00, conforme Convenção Coletiva proposta pelo SECRASO/SENALBA-PR, multiplicado pelo dias uteis dentro do mês. Para o cálculo médio, estipulou-se 22 dias uteis.

22.4. O valor atual médio de R$ 330,00 (trezentos e trinta reais), para cada cartão magnético, será reajustado em conformidade com o que determina a Convenção

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls.112

23. DO PAGAMENTO

23.1. O pagamento referente ao objeto desta licitação será efetuado pelo SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento da fatura/nota fiscal. O pagamento será realizado por meio de boleto bancário

23.2. O pagamento será efetivado via sistema eletrônico até a data do vencimento, à ordem do favorecido, no banco, agência e conta designados, ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, não podendo ser imposta qualquer espécie de multa moratória ou juros moratórios por demora de até 3 (três) dias úteis que ultrapassar a data do vencimento, após a data da referida Ordem Bancária, se a mesma foi emitida tempestivamente;

23.3. Na Taxa de Administração de serviços que constitui a única e completa remuneração para os serviços objeto deste contrato, estão computados todos os custos e despesas, nada mais podendo a CONTRATADA pleitear a título de pagamento, reembolso ou remuneração em razão do contrato, de sua celebração e cumprimento.

23.4. O CNPJ constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta, sob pena de não ser efetuado o pagamento.

23.5. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe tenha sido imposta pelo órgão contratante, em decorrência de penalidade ou inadimplência, nos termos da legislação vigente e dos termos deste EDITAL.

23.6. Os documentos de cobrança serão apresentados ao SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ, em 2 (duas) vias de igual teor, inclusive da Nota Fiscal, e deverão conter as seguintes informações: números do contrato, órgão usuário, identificação do responsável pelo recebimento; data do vencimento; descrição do fornecimento.

23.7. O SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ deverá se manifestar quanto à correção ou não dos documentos de cobrança em até 3 (três) dias úteis a partir da data de sua apresentação.

23.8. Os documentos de cobrança que contiverem incorreções serão devolvidos à origem, reiniciando- se o procedimento previsto no subitem acima, a partir da data de reapresentação do documento corrigido.

23.9. O SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ rejeitará no todo ou em

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls.113

parte, produtos em desacordo com o contratado.

23.10. O pagamento, mediante emissão de qualquer ordem bancária, será realizado desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias;

23.11. A critério da Contratante poderá ser utilizado o valor contratualmente devido para cobrir dívidas de responsabilidade da Contratada, para com a Contratante, relativas a multas que lhes tenham sido aplicadas em decorrência da irregular execução contratual ou para ressarcimento de eventuais danos ocasionados e assumidos pela Contratada;

23.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula: EM = I x N x VP, sendo: EM = Encargos moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga. I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = $\frac{(6/100)}{365}$	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%.

23.13. A Nota Fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços.

23.14. Será retido na fonte o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), bem assim a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e a Contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos efetuados, utilizando-se as alíquotas previstas para o objeto desta licitação, conforme Instrução Normativa SRF nº 1234/2012.

24. DA REVISÃO CONTRATUAL

24.1. Havendo necessidade de revisão contratual por eventos imprevisíveis, caso fortuito ou força maior, com vistas a restabelecer o equilíbrio econômico- financeiro do contrato, após a devida comprovação pelo interessado, a revisão poderá ser feita mediante aditamento contratual, obedecendo- se o disposto no artigo 112 da Lei n.º 15.608/07.

24.2. RECOMPOSIÇÃO/ ATUALIZAÇÃO DE PREÇOS:

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls.114

24.2.1. O preço unitário dos cartões poderá ser alterado para mais, em decorrência da norma do subitem 22.4, sendo, contudo mantido o percentual da taxa de administração vencedora do procedimento licitatório.

24.2.2. Na hipótese de solicitação de revisão de taxa de administração pela CONTRATADA, esta deverá demonstrar a quebra de equilíbrio econômico- financeiro do contrato, por meio de apresentação de planilha (s) detalhada (s) de custos seguindo a mesma metodologia da planilha apresentada para assinatura do contrato e documentação correlata, notas fiscais de aquisição de produtos e/ou matérias - primas, etc) que comprovem que a contratação tornou-se inviável nas condições inicialmente avençadas.

24.2.3. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela CONTRATANTE, esta deverá comprovar o rompimento do equilíbrio econômico- financeiro do contrato, em prejuízo da Administração;

24.2.4. É facultado à contratante realizar pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos anteriores, a decisão quanto a revisão de preços solicitadas pela contratada.

24.2.5. A eventual autorização de revisão dos preços contratuais será concedida após a análise técnica e jurídica da contratante, porém contemplará as entregas realizadas a partir da data do efetivo desequilíbrio da equação econômico- financeira apurada no processo administrativo.

Os novos preços serão considerados somente após autorizados pela autoridade competente.

24.2.6. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a contratada não poderá suspender o fornecimento e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes;

24.2.7. A contratante deverá, quando autorizada a revisão dos preços, lavrar Termo Aditivo com os preços revisados e emitir nota de empenho complementar, inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos fornecimentos realizados após o desequilíbrio da equação econômica financeira.

25. FISCALIZAÇÃO

25.1. O contrato será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação do SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ.

25.2. A ação fiscalizadora será realizada pelo Setor de Administrativo do SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ, que se reserva no direito de rejeitar no todo ou em parte o serviço prestado se ele estiver em desacordo com o estabelecido no

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls.115

contrato.

25.3. A fiscalização será exercida no interesse da Administração, não excluindo nem reduzindo a responsabilidade da CONTRATADA perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na sua ocorrência, não implicará em co-responsabilidade do SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ ou de seus agentes e prepostos.

25.4. Toda a correspondência referente ao Contrato, exceto as de rotina, deverão ser feitas por ofício e na hipótese da CONTRATADA se negar a assinar o recebimento será feita através de carta, enviada pelo correio, registrada, considerando-se feita a comunicação para todos os efeitos.

26. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

26.1. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação ou da aquisição objeto do presente edital.

26.2. É facultado ao PREGOEIRO ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementá-la com vistas a esclarecer a instrução do processo.

26.3. Todas as questões omissas, concernentes aos procedimentos do presente certame licitatório serão dirimidas pelo Pregoeiro, auxiliado pela Equipe de apoio.

26.4. Havendo necessidade, O SERVIÇO SOCIAL PALCOPARANÁ poderá prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para a abertura da sessão pública.

26.5. Reserva- se à autoridade competente, o direito de revogar no todo ou em parte a presente licitação, visando preservar o interesse público; devendo anulá-la por ilegalidade, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe no art. 49 da Lei 8.666/93.

26.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

26.7. Todas as questões omissas concernentes a esta Licitação e à execução de seu objeto serão dirimidas pelo PREGOEIRO, auxiliado pela Equipe de apoio.

26.8. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

26.9. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls.116

decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

26.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia da publicação e incluir-se- á o da abertura.

26.11. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nelas contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Os licitantes intimados para prestarem quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo PREGOEIRO, que não poderá exceder a 05(cinco) dias úteis a contar do recebimento da respectiva intimação, sob pena de desclassificação/inabilitação, após regular notificação e exercício do contraditório.

26.12. O desatendimento a exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

26.13. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

26.14. Quaisquer informações e dúvidas poderão ser obtidas diretamente com o Pregoeiro.

26.15. As dúvidas de caráter técnico-legal na interpretação dos termos deste Edital deverão ser suscitadas por escrito, ao Pregoeiro, para os esclarecimentos necessários, até 02 (dois) dias úteis antes da data do recebimento das propostas.

26.16. Não serão atendidas solicitações formuladas após o prazo estabelecido, salvo se ocorrer fato superveniente.

26.17. As dúvidas a serem dirimidas por telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informal.

26.18. A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito a contratação do objeto licitado.

26.19. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital, será o Foro da Seção Judiciária de Curitiba, no que se refere a qualquer ação ou medida judicial originada ou referente a esta licitação.

26.20. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Estado.

26.21. A participação do licitante nesta licitação implica a aceitação de todos os

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls.117

termos deste EDITAL.

26.22. A contratada não poderá utilizar, sem a prévia e expressa autorização, o nome da contratante, ou sua qualidade de contratada.

26.23. O licitante vencedor se responsabilizará por seus empregados, prepostos, herdeiros e sucessores, por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que, a qualquer título venha causar ao SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ ou a terceiros, em decorrência da execução do fornecimento, objeto desta licitação desde que comprovada a sua responsabilidade, ficando também responsável por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, acidentários, civis, tributários e comerciais, bem como pela contratação de seguros e fretes em decorrência do fornecimento objeto desta Licitação.

26.24. Todas as questões omissas concernentes a esta licitação e a execução de seu objeto serão dirimidas pelo Pregoeiro e pela Comissão de Licitação do SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ.

26.25. A ata oficial somente terá validade quando o objeto já estiver adjudicado. A ata gerada imediatamente após o término da disputa contém somente os dados informativos e necessários ao Pregoeiro para classificação e declaração de vencedor não se constituindo documento de adjudicação e/ou homologação, ato este privativo da autoridade que instaurou o certame.

26.26. Para todos os efeitos legais, os Anexos integram este Edital, e estes ficando vinculados as propostas vencedoras.

26.27. O licitante/proponente que deixar de atualizar e/ou informar endereços, telefones, correios eletrônicos para ser comunicado dos atos procedimentais deste certame não poderá alegar desconhecimento destes atos e tampouco usar a ausência de comunicação como argumento de recursos administrativos.

26.28. O licitante deverá fazer constar no campo específico as características, quando o item assim o exigir, conforme indicado no Anexo I.

26.29. Como requisito para participação no pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento, anuência e atendimento às exigências prevista no Edital e de sua habilitação. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos do Edital e da sua habilitação sujeitará o licitante às sanções previstas no item 19 deste Edital.

26.30. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro.

27. DOS ANEXOS

27.1. Integram este EDITAL os seguintes documentos anexos:

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 118

ANEXO I – Termo de referência;

ANEXO II – Modelo da Proposta

ANEXO III – Exigências para Habilitação

ANEXO IV- Modelo de Declaração de não utilização de mão de obra de menores e de inexistência de fato impeditivo;

ANEXO V - Modelo de Declaração de cumprimento ao Decreto n.º 6.252/06;

ANEXO VI - Declaração de EPP e ME;

ANEXO VII - Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação;

ANEXO VIII - Modelo de Minuta de Contrato

CURITIBA, 15 de janeiro de 2019

Equipe de Apoio

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls.119

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento, implementação e administração de benefício alimentação, por meio de cartão magnético, aos servidores do SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ, que possibilitem a aquisição de gêneros alimentícios através de rede de estabelecimentos credenciados, na forma definida na legislação do Ministério de Trabalho e Emprego que regulamenta o PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A contratação do gerenciamento dos créditos de alimentação se faz necessário em atendimento a benefício concedido aos colaboradores na Convenção Coletiva do Trabalho 2017/2018, firmada pelo SECRASO/SENALBA-PR que representam as categorias profissionais dos empregados da Instituição, bem como, em observância à legislação trabalhista.

3. ESPECIFICAÇÕES

3.1. Os serviços a serem contratados serão prestados com as seguintes características e especificações:

3.1.1. O benefício alimentação será fornecido através de cartões eletrônicos /magnéticos em PVC, com sistema de controle de saldo e senha numérica pessoal e intransferível, para validação das transações eletrônicas, através de sua digitação em equipamento POS/PDV ou similar pelo usuário/servidor no ato da aquisição dos gêneros alimentícios nos estabelecimentos credenciados.

3.1.2. Os cartões eletrônico-magnéticos alimentação deverão ser entregues personalizados com nome do usuário, razão social da contratante e numeração de identificação sequencial.

3.1.3. Os cartões eletrônico-magnéticos alimentação deverão ser entregues em envelope lacrado, com manual básico de utilização e bloqueados. O desbloqueio dos cartões deverá ser feito através de central de atendimento telefônico.

3.1.4. Os cartões eletrônico-magnéticos alimentação deverão possibilitar a utilização do benefício alimentação convênio pelos servidores do SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ na aquisição de gêneros alimentícios, em ampla e abrangente rede de estabelecimentos afiliados (Hipermercados, Supermercados,

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls.120

Mercados, Mercearias, Açougues, Frutarias, Peixarias, Padarias, etc), de acordo com o definido na legislação que regulamenta o PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador.

3.2. A Contratada deve demonstrar uma rede ampla de estabelecimentos em Curitiba e região metropolitana. Considera-se rede ampla mínima necessária as seguintes quantidades:

3.2.1. Mínimo de 10 (dez) estabelecimentos (supermercados/mercados) e 03 (três) redes de hipermercados em toda a cidade, e, no mínimo 02 (dois) estabelecimentos num raio de 2km de distância da sede do PALCOPARANÁ.

3.2.2. A rede credenciada deverá ser demonstrada até a data de assinatura do Contrato, cujo descumprimento será motivo para desclassificação.

3.2.3. Na relação dos estabelecimentos credenciados deverá constar Razão Social, nome fantasia, número de inscrição no CNPJ, endereço e telefone.

3.3. O reembolso às empresas credenciadas será efetuado pontualmente, sob inteira responsabilidade da Contratada, independentemente da vigência do contrato, ficando claro que a Contratante não responderá solidária nem subsidiariamente por esse reembolso.

3.3.1. Poderão ser exigidas cópias dos convênios celebrados com os referidos estabelecimentos a critério da Contratante.

3.3.2. A contratada deverá manter, nas empresas credenciadas e/ou afiliadas à sua rede, indicação de adesão por meio de placas, selos identificadores ou adesivos.

3.4. Os cartões eletrônico-magnéticos alimentação deverão ser entregues no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data da solicitação pela contratante. A Segunda via do cartão eletrônico alimentação será entregue no mesmo prazo e sem ônus para contratante.

3.5. A contratada, quando solicitado pela contratante, deverá disponibilizar relatórios gerenciais com as seguintes informações mínimas:

3.5.1. Nome do usuário, número do cartão, data e valor do crédito concedido;

3.5.2. Quantidade de cartões eletrônicos/magnéticos alimentação reemitidos por usuário.

3.6. Deverá ser disponibilizado os seguintes serviços para os usuários:

3.6.1. Consulta de saldo dos cartões eletrônicos;

3.6.2. Consulta de rede via “web”;

3.6.3. Comunicação de perda, roubo, extravio ou dano através de central telefônica;

3.6.4. Solicitação de Segunda via de cartão eletrônico e senha através de central telefônica;

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls.121

3.6.5. No caso da contratada utilizar “off line” deverá ser disponibilizado pela contratada terminais para recarga, consulta saldo, troca de senha, onde o número de funcionários justifique, em locais a serem indicados pela contratante.

3.7. A contratada deverá disponibilizar uma Central de Atendimento.

3.8. A contratada deverá manter representante na região à disposição do SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ para solução de situações diversas que possam ocorrer ao longo do contrato.

3.9. A contratada deverá dispor de central de atendimento telefônico para atendimento da contratante.

3.10. Serão exigidas providências imediatas quanto à correção das deficiências apontadas pela Contratante, em relação à execução dos serviços contratados.

3.11. A quantidade de cartões eletrônico-magnéticos alimentação é de até 80 (oitenta) com valor de crédito mensal médio de R$ 330,00 (trezentos e trinta reais) por cartão, totalizando R$ 26.664,00 (vinte e seis mil, seiscentos e sessenta e quatro reais)de benefícios, que poderá ser reduzida, mês a mês, na medida em que empregados da PALCOPARANÁ forem desligados do quadro funcional.

3.12. Os pagamentos referentes aos benefícios e mais a taxa de administração, serão realizados no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da respectiva fatura à CONTRATANTE.

3.13. A empresa vencedora do certame licitatório deverá isentar a taxa de emissão do cartão magnético, bem como a taxa de reemissão do mesmo, em caso de perda, roubo, furto ou dano.

3.14. À CONTRATANTE, dez dias antes da data da efetivação do crédito nos cartões magnéticos, que deverão ocorrer sempre no 5º (quinto) dia útil de cada mês, encaminhará uma listagem atualizada dos beneficiários que receberão estes benefícios naquele mês.

4. LOCAIS DE ENTREGA

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ, Rua XV de Novembro, 971 Centro – Curitiba/PR - 80.060-000

5. PRAZO DO CONTRATO

5.1. O contrato será celebrado pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado mediante aditivo, a critério do PALCOPARANÁ, observados os limites legais estabelecidos pela Lei de Licitações.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 122

6. ACOMPANHAMENTO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

6.1. O funcionário do setor administrativo ficará responsável pela conferência do recebimento, controle da qualidade e prazos do serviço entregue.

7. PESQUISA DE PREÇO:

7.1. A disputa dar-se-á através da menor taxa de administração em porcentagem, sendo a taxa máxima de administração de 1,00% (um) por cento, sobre o crédito mensal médio de R$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais) referente a estimativa de 80 cartões magnéticos de vale alimentação (crédito médio de R$ 330,00 por cartão, considerando-se 22 dias trabalhados, com crédito diário no montante de R$ 15,00), totalizando o valor máximo mensal a ser pago pela PALCOPARANÁ de R$ 26.664,00 (vinte e seis mil, seiscentos e sessenta e quatro reais), após aplicação da taxa máxima de administração de 1,00 % (um por cento). A quantidade de cartões magnéticos será atualizada de acordo com as regras do subitem 3.8 do deste Termo de Referência. O Palcoparaná conta atualmente com o quadro funcional de 53 funcionários, com estimativa mensal de no valor de R$ 17.490,00 (dezessete mil e quatrocentos e noventa reais), com valor total, considerando a taxa administrativa de 1%, de R$ 17.664,90 (dezessete mil e seiscentos e sessenta e quatro reais e noventa centavos)

7.1.1. Não será admitida taxa de administração negativa, ou seja, a proponente deverá limitar a sua proposta a 0%, ou seja, isenção da taxa de administração.

7.2. A despesa com objeto da presente licitação estimada para a vigência contratual de 12 meses, tendo em vista o valor mensal médio de R$ 26.664,00 (vinte e seis mil, seiscentos e sessenta e quatro reais) mensais, atingindo o valor de R$ 319.968,00 (trezentos e dezenove mil, novecentos e sessenta e oito reais), para os 80 cartões magnético, observado o inciso 11.1, do Edital de Pregão Eletrônico 01/2019

8. PARCELAMENTO DO PROJETO

8.1. A despesa com objeto da presente licitação estimada para a vigência contratual de 12 meses, tendo em vista o valor mensal médio de R$ 26.664,00 (vinte e seis mil, seiscentos e sessenta e quatro reais), para os 80 cartões magnético.

9. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO SELETIVO

9.1. Para a apresentação da proposta, a empresa concorrente deverá observar as condições previstas neste Termo de Referência, e atender o que dispõe o edital de licitação.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 123

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A contratada obriga-se:

10.1.1. Disponibilizar os créditos contratados a cada funcionário cadastrado até o 5º dia útil de cada mês;

10.1.2. Fornecer suporte técnico para solução de eventuais problemas constatados pela Contratante;

10.1.3. Assegurar aos usuários o crédito mensal eletrônico, bem como, o funcionamento do sistema online, com a possibilidade de contato telefônico por meio de SAC, de forma gratuita e 24h por dia;

10.1.4. Substituir, obrigatoriamente, os cartões que apresentarem qualquer tipo de defeito, sem qualquer ônus ou custo adicional ao PALCOPARANÁ ou a seu beneficiário;

10.1.5. Responsabilizar-se pelos danos ou prejuízos que venha causar ao PALCOPARANÁ ou a seus empregados, por ação ou omissão própria em razão dos serviços ora contratados;

10.1.6. Ter obrigatoriamente em sua rede conveniada estabelecimentos comerciais nas localidades indicadas nos itens 3.1.5 deste Termo, mantendo, nos referidos estabelecimentos, em locais de fácil visualização, a indicação de adesão por meio de placas, selos identificadores, adesivos ou qualquer outro meio de identificação;

10.1.7. Providenciar o credenciamento de outros estabelecimentos, caso ocorra a alteração da rede conveniada, de forma a garantir o padrão de qualidade e atendimento, em número suficiente de estabelecimentos, durante todo o Contrato, inclusive quando solicitado pelo PALCOPARANÁ, se constatadas irregularidades no estabelecimento conveniado, tais como: má qualidade da alimentação e falta de higiene;

10.1.8. Garantir a qualidade de sua rede conveniada, fiscalizando as instalações internas e externas dos estabelecimentos conveniados, condições de higiene, bem como a qualidade da alimentação servida, de acordo com as determinações contidas no PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador) e demais legislações aplicáveis à espécie;

10.1.9. Cumprir rigorosamente a legislação no âmbito federal, estadual e municipal com relação ao objeto da prestação dos serviços;

10.1.10. Indicar preposto para acompanhamento dos serviços, e esclarecimentos de questões advindas do objeto contratado, isso com atendimento direto e personalizado;

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls.124

10.1.11. Disponibilizar central de atendimento (24h) com serviços de comunicação de perda, roubo, extravio ou dano, bloqueio e desbloqueio e solicitação de 2ª (segunda) via de cartão magnético e/ou eletrônico e senha;

10.1.12. A Contratada permitirá o acúmulo de créditos e disponibilizará os valores remanescentes dos respectivos cartões enquanto durar a vigência do contrato;

10.1.13. O início da vigência contratual está estipulado para xx/xx/2019, podendo o PALCOPARANÁ designar outra data para tanto caso o certame não reste concluído até a referida data;

10.1.14. Garantir a execução dos serviços contratados, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente, responsabilizando-se diretamente pelos serviços contratados, observando a Portaria nº 03. de 01/03/2002 do Ministério do Trabalho e Emprego ou quaisquer outros que venham a substituí-los, alterá-los ou complementá-los;

10.1.15. Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução dos serviços contratados;

10.1.16. Pagar diretamente aos estabelecimentos credenciados os valores correspondentes aos valores fornecidos, não havendo qualquer responsabilidade solidária do PALCOPARANÁ na hipótese da Contratada deixar de cumprir suas obrigações perante aqueles estabelecimentos;

10.1.17. Disponibilizar para o PALCOPARANÁ, sistema próprio para pedidos de créditos mensais, solicitação de emissão dos cartões, no prazo de 5 (cinco) dias corridos da assinatura do Contrato. Este sistema deverá possibilitar também o acompanhamento dos pedidos e consulta via WEB;

10.1.18. Manter sigilo quanto às informações dos empregados do PALCOPARANÁ contidas no banco de dados da Contrata

10.1.19. Manter, durante toda a execução deste Contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação/qualificação na fase da licitação; mantendo atualizadas junto ao SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ as provas de sua adimplência com a Seguridade Social (Certidão Negativa de Débitos – CND), bem como da quitação de impostos e outros gravames que incidam sobre a atividade do contrato sob pena de suspensão dos pagamentos a que tiver direito.

10.1.20. Informar à Administração sobre a ocorrência de fatos que possam interferir, direta ou indiretamente, na entrega a ser efetuada.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls.125

10.1.21. Informar e manter atualizado(s) o(s) número(s) de telefone e/ou endereço eletrônico (e- mail), bem como nome da pessoa autorizada para contatos que se fizerem necessários por parte da Administração.

10.1.22. Os contatos de que trata o item anterior serão formalizados pelo licitante, não sendo permitido ao licitante alegar qualquer impedimento que o desonere de cumprir com as obrigações deles decorrentes.

10.1.23. Prestar todas e qualquer diligencia solicitada pela contratante.

10.1.24. Os contatos serão sempre efetivados por escrito sendo que as comunicações entre Administração e licitante vencedora comporão pasta própria no SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ.

10.1.25. Treinar gratuita e adequadamente, sempre que necessário, os servidores designados pelo SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ, Divisão Administrativa, para a completa execução e acompanhamento do objeto deste edital.

10.1.26. Supervisionar os serviços, através de pessoal próprio e especializado.

10.1.27. Fornecer o sistema de controle.

10.1.28. A licitante se obriga, por seus sócios, diretores, gerentes e empregados e prepostos, a manter absoluto sigilo dos dados e informações a que tiver acesso em decorrência dos serviços prestados, durante a execução e após o encerramento do contrato, respondendo integralmente perante a contratante pelos danos decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, sem prejuízo das demais sanções contratuais e legais cabíveis, inclusive criminais, reservando exclusivamente a contratante o direito de utilização e divulgação dos trabalhos elaborados.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 8.666/93, são obrigações da CONTRATANTE:

11.1.1. Exercer a fiscalização dos produtos e serviços por servidores especialmente designados e documentar as ocorrências havidas;

11.1.2. Proporcionar à CONTRATADA as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratados;

11.1.3. Prestar aos funcionários da CONTRATADA todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados;

11.1.4. Efetuar os pagamentos devidos;

11.1.5. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls.126

Contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo;

11.1.6. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

11.1.7. A CONTRATADA será remunerada pela Taxa de Administração proposta que será aplicada sobre o valor dos créditos da fatura mensal.

11.1.8. O valor de crédito médio para cada Cartão Magnético Alimentação com uso de senha para inicio do contrato será de R$ 330,00 (trezentos e trinta reais).

11.1.9. O valor atual médio de R$ 330,00 (trezentos e trinta reais), para cada cartão magnético, será reajustado em conformidade com o que determina a Convenção Coletiva proposta pelo SECRASO-PR / Senalba-PR.

12. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

12.1. A inexecução total ou parcial dos serviços ensejará a rescisão contratual ou ajuste celebrado.

12.2. Qualquer circunstância de rescisão contratual deverá ser formalmente motivada.

12.3. Inexistindo a formalização por escrito de contrato celebrado, integra a contratação de fato contratação de empresa prestadora de serviços de gerenciamento de benefício em cartões magnéticos, para a disponibilização de créditos de natureza alimentar pelo PALCOPARANÁ de o simples ato de expedição da Ordem de Serviço, observadas as disposições deste Termo de Referência.

12.4. Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria Executiva do PALCOPARANÁ, com base nos comandos legais, regulamentos e normas técnicas que disciplinam a questão.

13. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

13.1. Menor Preço

14. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. Para atendimento ao pagamento para este contrato contamos com a dotação orçamentária disponibilizada através do Orçamento do Projeto Atividade nº4448 – Gerenciamento do Contrato de Gestão com Palcoparaná, dotação 5132.4448.13.392.33504102.00.0000000101.1.

Curitiba, 15 de janeiro de 2019

Nicole Lemanczyk

Diretora Administrativa Financeira.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls.127

ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO 01/2019

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

Curitiba, de de 2019

.

Ao Serviço Social Autônomo PALCOPARANNÁ ,
Rua Sete de Setembro 5739
Curitiba–PR

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO LIC 01/2018

Prezados Senhores:
Apresentamos, a seguir, nossa proposta de preço, base OUTUBRO 2018, elaborada em conformidade com as especificações contidas no edital em referência:

1. OBJETO, ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS E PREÇO PROPOSTO- LOTE UNICO

VALOR GLOBAL(VG) = R$ xxx,xx (xxxx reais e xx centavos) Sendo VG =

Valor Mensal de Créditos (VMC)	Nº de funcionários (NF)	Meses (12)	Taxa Administrativa (TA)

TOTAL = (VMC x NF x 12) + (TA x NF x 12)

Obs: A taxa de administração deverá ser inferior 1%. Não será admitida taxa de administração negativa, ou seja, a proponente deverá limitar a sua proposta a 0%, ou seja, isenção da taxa de administração

2. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 128

O prazo de validade da presente proposta é de 60 (sessenta) dias contados da data da disputa.

3. IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

Nome ou razão social:
CNPJ/MF nº:
Endereço completo (logradouro, nº, bairro, cidade, Estado):
Fone/Fax Endereço eletrônico:
Nome do representante da empresa indicado para contato:
Cargo:
Fone/Fax E-mail:

A presente proposta foi elaborada com estrita observância às exigências do edital do Pregão Eletrônico em referência e seus anexos, e foram consideradas os custos diretos e indiretos inclusive frete, tributos e/ou taxas, impostos e etc.
O prazo de entrega do serviço será de no máximo 5 dia útil, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço, pela contratada, conforme as condições descritas neste Edital.

(nome da proponente e nome/RG/assinatura de seu representante legal ou de seu procurador

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls.129

ANEXO III

PREGÃO ELETRÔNICO 01/2019

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

O licitante arrematante deverá encaminhar ao Serviço Social Autônomo PALCOPARANÁ no prazo máximo de 3 dias úteis após o encerramento da disputa, com a finalidade de comprovar a habilitação jurídica, a qualificação técnica, a qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art.7º da Constituição Federal os seguintes documentos:

1. PROPOSTA:

1.1 - Planilha de custos com especificação detalhada e preço unitário, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, contendo, no máximo duas casas após a vírgula (anexo II).

2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

2.1 - Apresentar um dos documentos a seguir, de acordo com o regime jurídico da proponente:

a) registro comercial, no caso de empresa individual;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores.

A comprovação do Ato Constitutivo em vigor poderá ser feita mediante apresentação do Contrato Social, ou do Estatuto, acompanhado de todas as alterações posteriores, se houver, ou pelo Contrato Consolidado acompanhado das alterações posteriores, se houver ou, ainda, pela Certidão Simplificada da Junta Comercial.

3. REGULARIDADE FISCAL:

3.1 - Apresentar os documentos a seguir, em plena validade na data de abertura da licitação:

a) prova de regularidade para com a fazenda federal, mediante apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls.130

b) prova de regularidade para com a fazenda estadual ou do Distrito Federal, mediante apresentação Certidão Negativa de Débitos com os Tributos e Contribuições Estaduais ou do Distrito Federal do domicílio da licitante;

c) prova de regularidade para com a fazenda municipal, mediante apresentação Certidão Negativa de Débitos com os Tributos e Contribuições Municipais (exceto Imobiliários) do domicílio da licitante;

d) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) expedido pela Caixa Econômica Federal;

e) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral ou prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ/MF da licitante;

f) prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, na forma da Lei Federal nº 12.440/11.

4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

4.1 - Certidão Negativa de Falência, ou Certidão Negativa de Insolvência Civil e/ou Execução Patrimonial Concursal, expedida pelo cartório distribuidor do domicílio da proponente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias anteriores da data fixada para abertura do presente Pregão.

4.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação econômico-financeira da empresa que será extraída do balanço patrimonial, mediante cálculo dos seguintes índices:

Índice de liquidez Corrente (ILC) igual ou superior a 1,0 (um) apurado pelo quociente:

$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Índice de liquidez Geral (ILG) igual ou superior a 1,0 (um) apurado pelo quociente:

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a longo prazo}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a longo prazo}}$$

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls.131

Grau de endividamento(GE) igual ou inferior a 0,80[1] (zero virgula oitenta) apurado pelo quociente:

GE= Passivo Circulante + Exigível a longo prazo
Ativo Total

a) O cálculo dos índices deverão ser apresentados pela proponente por meio de declaração assinada por responsável pela empresa e pelo contador.

5. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal

5.1 - Declaração firmada pela proponente de que não possui, em seu quadro funcional, menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e nem menor de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos catorze anos (modelo do Anexo IV).

6. DOCUMENTO COMPLEMENTAR

6.1 - Declaração de que se encontra desimpedida de participar da licitação, obrigando-se ainda, a declarar, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo da habilitação (modelo do Anexo IV).

6.2 - Declaração de cumprimentos dos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade sócio-ambiental, de acordo com o Decreto nº 6252 de 22 de Março de 2006 (anexo V).

6.3 - Declaração de enquadramento no regime de microempresa ou empresa de pequeno porte de acordo com Modelo (Anexo VI) quando cabível.

[1] A exigência no edital de indicadores contábeis para análise da capacidade econômica dos participantes se faz pela necessidade de aferir a dependência econômica da empresa perante o capital de terceiros. Visto que na medida em que essa relação se aproxima, ou seja, o montante de capital próprio e de terceiro passa a ser equivalente (índice de endividamento igual a 1), a saúde da empresa está comprometida. No caso de fornecimento de cartão alimentação, a insolvência da empresa levaria ao colapso absoluto do serviço contratado: a empresa não poderia pagar os estabelecimentos cadastrados, o que deixariam de aceitar o cartão, prejudicando os funcionários beneficiados. Portanto de acordo com decisões proferidas pelo TC-SP (TC 002525/989-01 e 003210.989.14-01) em objetos de gerenciamento de vale-alimentação, determinou-se um índice de 0,80 devido à realidade das empresas desse segmento.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 132

ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO 01/2019

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ARTIGO 27, INCISO V, DA LEI Nº 8.666/93

DECLARAÇÃO

A (empresa) ,inscrita no CNPJ/MF sob o nº , participante do Pregão Eletrônico 01/2019, declara para os devidos fins, sob as penas da Lei, que:

1) não utiliza mão de obra direta ou indireta de menor de 18 (dezoito) anos para realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determinação constitucional e Lei nº 9.854/99;

2) inexistem fatos impeditivos para a habilitação desta empresa na presente licitação e não pesa contra a mesma declaração de inidoneidade expedida por Órgão da Administração Pública, estando ciente da obrigatoriedade de declarar a ocorrência de fatos supervenientes, conforme art. 32, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

, de de 2019

(nome da proponente e
nome/RG/assinatura de seu representante legal ou de seu procurador)

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 133

ANEXO IV
PREGÃO ELETRÔNICO 01/2019

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DECRETO ESTADUAL nº 6252/2006

DECLARAÇÃO

*A (empresa)*_____,inscrita no CNPJ/MF sob o nº_____, participante do Pregão Eletrônico **01**/**2019**, declara para os devidos fins, sob as penas da Lei, que:

1) Atende e subordina-se aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade sócio- ambiental, previstos no Decreto Estadual nº 6252, 22/03/2006 e nas demais normas legais de proteção ao meio ambiente.

_____, de_____de 2019.

_____

(nome da proponente e
nome/RG/assinatura de seu representante legal ou de seu procurador)

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls.134

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARAÇÃO

A (empresa) _____,inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, Inscrição Estadual nº _____, com sede localizada no endereço _____, por intermédio de seu representante legal Sr(a) _____, RG _____, CPF _____, declara, sob sanções administrativa cabíveis e sob as penas da lei, ser (microempresa de pequeno porte nos termos da legislação em vigor, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no parágrafo 4º do Artigo 3º da Lei Complementar nº123/06.

1) ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER ACOMPANHADA DA CERTIDÃO EXPEDIDA PELA JUNTA COMERCIAL, conforme artigo 8º da Instrução Normativa nº103 de 30/04/2007 - DNRC - Departamento Nacional de Registro no Comercio.

, de de 2019.

(nome da proponente e
nome/RG/assinatura de seu representante legal ou de seu procurador)

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 135

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO: 001/2019
TIPO: MENOR PREÇO
REGIME DE CONTRATAÇÃO: MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

A Empresa_____, devidamente inscrita no CNPJ sob nº. _____, com sua sede à (endereço completo), por seu representante legal o (a) Sr (a) _____, portador (a) do RG nº._____, e do CPF nº._____ em conformidade com o disposto no art. 4º, inciso VII, da Lei nº. 10.520/02 DECLARA que está apta a cumprir plenamente todos os requisitos habilitatórios exigidos no Edital que rege o certame acima indicado.

Local e data

Assinatura do declarante
Papel Timbrado da Empresa

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls.136

ANEXO VII

MINUTA DO CONTRATO

Contrato para fornecimento de Vale Alimentação aos Funcionários do SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ e a xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx vencedora do Pregão Eletrônico nº 001/2019,

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 25.298.788/0001-95, com sede na Rua XV de Novembro, 971, Centro, Curitiba, Paraná, Cep: 80.060-000, neste ato devidamente representado pelo sua Diretora Presidente, em pleno exercício de seu mandato e funções, **Nicole Barão Raffs de Medeiros**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG. n°. 5.425.636-1 SSP/PR e CPF sob n°. 020.621.669-66, residente e domiciliado nesta Capital, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **xxxxxxxxxxxx,** estabelecida na rua xxxxxxxxxxx, nº xxx, xxxxxx, Curitiba/PR, inscrita no CNPJ sob nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, legalmente representada por **xxxxxxxxxxxxxx**, brasileiro/a, estado civil, portador da cédula de identidade nº xxxxxxxxx/PR e do CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, residente e domiciliado em Curitiba/PR, daqui por diante denominada simplesmente **CONTRATADA** firmam o presente **Contrato de Serviços de Gerenciamento de Créditos em cartão alimentação,** tudo em conformidade com as especificações previamente estabelecidas no Termo de Referência do processo 15.417.176-2-14/2018 em decorrência de Pregão Eletrônico e proposta da Contratada, os quais desde já ficam fazendo parte integrante e inseparável desse instrumento, independentemente de transcrição, o qual obedece o preceituado pela Lei Federal nº. 8.666, de 21/06/1993 e suas alterações introduzidas posteriormente, bem como pela Lei Estadual 15.608/2007 e demais dispositivos que regem a matéria, mediante as cláusulas e condições abaixo descritas.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls.137

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTE CONTRATO

O fornecimento do Vale Alimentação obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como as disposições constantes dos documentos adiante enumerados, que compõem o processo de Pregão Presencial e que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato:

- Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2019 com todos os seus Anexos;
- Proposta e documentos que a acompanham, firmados pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto o fornecimento de Vale Alimentação, através de créditos mensais em cartões magnéticos, para funcionários da CONTRATANTE, de acordo com as condições e especificações constantes do Edital do Pregão Eletrônico 01/2019 e conforme proposta comercial da empresa datada de.... /..... /.....

CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

a) Creditar até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, os valores correspondentes aos 80 (oitenta) cartões com tarjas magnéticas, ou a quantidade existente no mês da efetuação do crédito, conforme subitem 3.8 do Anexo I Edital de Pregão Eletrônico, referente aos vales alimentação, no valor mensal médio de R$ 330,00 (trezentos e trinta reais) cada um, variando de acordo com os dias trabalhados, sendo creditados R$ 15,00, de acordo com Convenção Coletiva proposta pelo SECRASO/SENALBA, por dias trabalhados.

b) Fornecer à CONTRATANTE nota fiscal/fatura dos valores provisionados mais taxa de administração, conforme alínea “a” acima.

c) Contar com uma rede de estabelecimentos que estejam integrados ao Sistema oferecido pela CONTRATADA, adaptando-se às necessidades da CONTRATANTE, em todos os municípios, conforme item 3.1.5 do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico 01/2019

d) Assegurar aos usuários do Sistema Vale Alimentação, atendimento satisfatório, através dos estabelecimentos integrantes da rede;

e) Reembolsar os estabelecimentos credenciados, no tocante ao valor do benefício contido nos cartões utilizados, na forma ajustada entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA;

f) Personalizar os cartões magnéticos a serem fornecidos, com fundo de segurança,

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls.138

código, nome da empresa fornecedora e compradora, valor em algarismos e validade;

g) Entregar os cartões dos Vale Alimentação no local previamente ajustado pela parte CONTRATANTE;

h) As características dos cartões (formato, impressão, e outras), pertencem exclusivamente à CONTRATADA, cabendo-lhe o direito de alterá-las ou substituí-las segundo seus critérios, sem qualquer consulta à CONTRATANTE, desde que, obedeça aos critérios do item f da presente cláusula;

i) Manter a segurança nos sistemas de impressão, processamento e circulação dos Vales Alimentação;

j) Não ocorrendo o crédito nos cartões no prazo previsto no item “a” da cláusula Terceira, a CONTRATADA pagará multa de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do montante a ser suprido nos cartões magnéticos.

k) Manter atualizadas junto ao PALCOPARANÁ as provas de sua adimplência com a Seguridade Social (Certidão Negativa de Débitos – CND), bem como da quitação de impostos e outros gravames que incidam sobre a atividade do contrato sob pena de suspensão dos pagamentos a que tiver direito.

l) Proceder e atuar segundo proposta formulada no Pregão Eletrônico nº 001/2019 que com toda a documentação inserida, fazem parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

a) Encaminhar a CONTRATADA lista mensal dos beneficiários conforme subitem 11.1.3 do Anexo I;

b) Efetuar o pagamento do valor correspondente aos cartões magnéticos fornecidos pela CONTRATADA, no prazo de 05 (cinco) dias após o recebimento da nota fiscal/fatura descrita na alínea “b” da CLÁUSULA TERCEIRA;

c) Ocorrendo atraso no cumprimento do item anterior, a CONTRATANTE pagará o principal acrescido da correção oficial vigente à época;

d) A CONTRATANTE não se responsabiliza por falsificações, adulteração e outros que venham a ocorrer com os referidos cartões.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE DO GERENCIAMENTO

A CONTRATANTE gerenciará o presente contrato, através do Setor de Administrativo

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls.139

Cumpridas as obrigações contratuais dispostas neste instrumento e no edital do Pregão Eletrônico 01/2019, o pagamento será efetuado pela CONTRATANTE em até 05 (cinco) dias após a data do protocolo de entrega da Nota Fiscal, devidamente atestada pela fiscalização competente.

Parágrafo Primeiro: O CNPJ/MF constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta, sob pena de não ser efetuado o pagamento.

Parágrafo Segundo: Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que tenha sido imposta à CONTRATADA pela CONTRATANTE, em decorrência de penalidade ou inadimplência, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo Terceiro: O pagamento somente será realizado mediante apresentação de comprovantes de não existência de débitos com a Previdência, FGTS e certidões negativas de débitos referentes à Fazenda Federal, Estadual e Municipal.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor aproximado de R$ XXXXX,XX correspondentes aos créditos médio de R$ 330,00 (trezentos reais) em 80 cartões magnéticos ou a quantidade existente no mês respectivo, mais a taxa de administração da proposta vencedora do Pregão Eletrônico 01/2019.

Parágrafo Primeiro: Conforme edital do Pregão Eletrônico 01/2019, o valor dos créditos poderá ser alterado por informação da CONTRATANTE, na forma do subitem 22.4. do Edital de Licitação.

Parágrafo Segundo: Na hipótese de revisão de valor dos benefícios creditados aos funcionários da Contratante, a taxa de administração deverá ser mantida, alterando-se somente o valor dos créditos e consequentemente o valor que couber à contratada em decorrência da taxa de administração será proporcionalmente alterado.

CLÁUSULA OITAVA – DOS PRAZOS DE ENTREGA

Obriga-se a CONTRATADA a efetuar a entrega dos cartões magnéticos personalizados em até 30 (trinta) dias após a assinatura dos contratos e fornecer os créditos mensais correspondentes ao objeto da licitação em até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, conforme o subitem 3.11. do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico 01/2019.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls.140

CLÁUSULA NONA – ASSINATURA DO CONTRATO

I- A Contratada terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da convocação, para retirar a ordem de compra (ou documento equivalente) e/ou contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo contratado durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Contratante.

II- Sempre que o primeiro classificado não atender à convocação, nos termos referidos no item anterior, é facultado à Administração, dentro do prazo e condições estabelecidas, convocar os remanescentes, observada a ordem de classificação das propostas, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições estabelecidas no § 9°do Ar t. 22 da Lei Estadual n°15.608/07, ou revogar a licitação.

III- A Contratada deverá estar em dia com a Fazenda do Estado do Paraná, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e com o Instituto de Seguridade Social, mantendo essa condição de regularidade durante toda a execução do contrato, sob pena de rescisão unilateral pela Administração Pública.

IV - Independentemente de transcrição, farão parte integrante do contrato as instruções contidas neste Edital, os documentos nele referenciados, além da proposta apresentada pelo vencedor do certame e a respectiva ATA.

V - Serão de responsabilidade exclusiva da Contratada todos os custos, tributos, encargos e contribuições que incidam ou venham a incidir sobre o fornecimento ou o objeto do contrato.

VI - A recusa injustificada do primeiro classificado em retirar a ordem de compra (ou documento equivalente) dentro do prazo estabelecido, sujeitará o licitante à aplicação das sanções administrativas previstas na Cláusula Décima deste Edital.

VII A Administração poderá, até o momento da emissão da Ordem de Compra (ou documento equivalente) ou da assinatura do instrumento contratual, desistir da contratação do objeto proposta, no seu todo ou em parte, sem que caibam quaisquer direitos ao licitante vencedor.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

O não cumprimento das obrigações contratuais ensejará a aplicação das seguintes sanções, independentemente de outras previstas em lei:

I – Advertência;

II – Multas por inadimplência contratual: de mora de 0,2% (zero vírgula dois por

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls.141

cento) por dia de atraso e compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da licitação por inadimplência total ao pactuado e ainda nos casos previstos no art. 152 – incisos I a III da lei 15.608/07.

III – Suspensão temporária do direito de licitar, de contratar com a Administração e, se for o caso, descredenciamento no CLE/SEAP, pelo prazo de até 02 (dois) anos, nos termos do art. 154 e seus incisos da Lei Estadual n.º 15.608/2007 ou enquanto perduram os motivos determinantes da punição.

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, após regular processo administrativo, onde fica garantido o direito a defesa e o exercício do amplo contraditório, conforme previsto no inciso V e VI a seguir descrito,

V - As penalidades previstas nos incisos I, II, III e IV serão aplicadas mediante processo administrativo, pela autoridade competente responsável pela instauração e homologação do certame, garantindo-se o contraditório e ampla defesa ao interessado.

VI – Todas as penalidades descritas neste contrato somente serão efetivamente aplicadas após a instauração de regular Processo Administrativo com o exercício da ampla defesa e o cumprimento do princípio constitucional do contraditório.

VII - As penalidades acima previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente.

VIII - As multas aplicadas deverão ser recolhidas à conta da CONTRATANTE no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação, podendo o seu valor ser descontado do documento de cobrança, na ocasião de seu pagamento.

IX - As multas, quando não recolhidas ou descontadas no prazo descrito no item anterior deste contrato sofrerão reajuste pelo Índice Geral do Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas (IGPM/FGV).

X - Além das multas estabelecidas, a CONTRATANTE poderá recusar os bens, se sua prestação não estiver de acordo com o exigido na descrição do objeto deste contrato e demais documentos que o compõem, e não for corrigida imediatamente.

XI - A ocorrência ensejadora da recusa em aceitar os bens pela CONTRATADA pode constituir motivo para aplicação do disposto nos incisos III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, sem prejuízo das demais sanções previstas neste edital.

XII - As sanções poderão ser relevadas nas hipóteses de não cumprimento das obrigações por motivo de caso fortuito e de força maior, devidamente justificados e

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls.142

comprovados.

XIII - Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Cadastro de Licitantes do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS CASOS DE RESCISÃO

O inadimplemento, por parte da CONTRATADA, das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato as segurará à CONTRATANTE, nos termos da Seção V, do Capítulo III da Lei nº 8.666/93 em sua atual redação, o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação por escrito, através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento.

Parágrafo Primeiro: Fica a critério do representante da CONTRATANTE declarar rescindido o contrato, nos termos do "caput" desta cláusula ou aplicar as multas de que trata a cláusula décima segunda deste contrato.

Parágrafo Segundo: Fica este contrato rescindido de pleno direito pela CONTRATANTE, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, em qualquer dos seguintes casos de inadimplemento por parte da CONTRATADA**:**

I Não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos.

II Cometimento de irregularidade grave no cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos.

III Atraso injustificado da entrega do bem licitado.

IV Decretação de falência, pedido de concordata ou instauração de insolvência civil da CONTRATADA.

Parágrafo Terceiro: A rescisão contratual também operar-se-á nos seguintes casos:

I - Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE, devidamente deduzidas em processo administrativo regularmente instaurado.

II - Supressão, unilateral por parte da Administração, dos quantitativos dos bens, acarretando modificação do valor inicial do contrato, além do limite permitido no artigo 65, parágrafo 1º, da Lei 8.666/93.

III - Atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes de serviços prestados, salvo em caso de calamidade pública, grave per turbação da ordem interna ou guerra.

IV - Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls.143

da execução do contrato.

V - Descumprimento do disposto no inciso V, do art. 27 da Lei nº 8.666/93, com redação dada pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1.999.

Parágrafo Quarto: A rescisão deste contrato poderá ser:

I - Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE nos casos enumerados nesta minuta.

II - Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração.

III - Judicial, nos termos da legislação processual, vigente à época da rescisão contratual.

Parágrafo Quinto: Nos casos de rescisão administrativa ou amigável que tratam, respectivamente, os itens I e II, do parágrafo anterior, haverá precedência de autorização escrita e fundamentada da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Este contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65 da Lei n.º 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO GESTOR DO CONTRATO

O funcionário do setor administrativo ficará responsável pela conferência do recebimento, controle da qualidade e prazos do serviço entregue. Fica indicada primeiramente como gestora do presente contrato a funcionária da CONTRATANTE, a senhora Nicole Lemanczyk.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato é regido pela Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/01, Lei Complementar nº 101/00, pelos Decretos Estaduais citados no preâmbulo do Edital da licitação referente ao objeto deste contrato, bem como, pelo Edital e seus anexos e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DISPOSIÇÃO ESPECIAL

Eventuais divergências entre o presente contrato e o Edital de Licitação nº 001/2019, prevalecerá os dispositivos do Edital nº 001/2019.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls.144

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos pela CONTRATANTE, à luz da legislação, da jurisprudência e da doutrina aplicável à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, capital do Estado do Paraná, para dirimir quaisquer questões relativas a este contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo com o ajustado e contratado, as partes, através de seus representantes, firmam o presente contrato, em três vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

Curitiba,..... de..... de 2019.

CONTRATANTE:

CONTRATADA:

Testemunhas:

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls.145

TEATRO GUAIRA

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Cultura

PORTARIA N°.044/2017 – DIPRE/CCTG

A Diretora Presidente do Centro Cultural Teatro Guaíra, no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto do CCTG, e art. 10, do Decreto Federal n° 5.450, de 31 de maio de 2005,

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar os servidores abaixo nominados para comporem a Comissão Permanente de Licitação desta Autarquia pelo Período de 01 (um) ano.

FUNÇÃO	NOME	R.G.
Presidente	Carlos Alberto G. dos Santos	5.799.703-6
Membro	Ronald Pedro Catarino	1.462.086-9
Membro	Míriam Rocha Loures	3.397.249-0
Suplente	Cesar Dias Palma	5.334.442-9

Art. 2º. Nos impedimentos do Presidente responderá o servidor Ronald Pedro Catarino.

Art. 3°. Revogam-se as disposições em contrário.

Curitiba, 10 de outubro de 2017.

MONICA RISCHBIETER
Presidente

Rua XV de Novembro, 971 | Centro | 80060 000 | Curitiba | Paraná | [41] 3304 7999 | [41] 3304 7900 | www.teatroguaira.pr.gov.br

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:44.

PROTOCOLO
Fls.146
INTEGRADO DO ESTADO

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento da Imprensa Oficial do Estado do Paraná, no exercício de suas atribuições legais declara que esta publicação atende as exigências da MP 2.200-2 de 24/08/2001

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

O DIRETOR GERAL, NO USO DE SUAS ATRIBUICOES LEGAIS, RESOLVE CONCEDER DE ACORDO COM A LEI 14502 DE 17 DE SETEMBRO DE 2004 E DECRETO 5913 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2005, LICENÇA REMUNERATÓRIA PARA FINS DE APOSENTADORIA AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

PORTARIA N. 27 DE 09/10/2017

ORGÃO - SECRETARIA DE ESTADO DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

NOME	RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DATA A PARTIR
DENISE VIEIRA DE ALBUQUERQUE MARANHA	3707280	1	AGPII	148142203	17/10/2017

97543/2017

Secretaria da Cultura

Centro Cultural Teatro Guaíra

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

O DIRETOR DO(A) CENTRO CULTURAL TEATRO GUAÍRA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE CONCEDER DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI Nº 6174, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, LICENÇA ESPECIAL AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS :

PORTARIA N. 42 DE 10/10/2017

ORGAO - CENTRO CULTURAL TEATRO GUAÍPA

NOME/RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERIODO AQUISITIVO	FRUIÇÃO
DEBORA MARIA DE LARA CONCEICAO 32356141	1	NAI	148612021	90	21/12/2002 20/12/2007	04/12/2017 03/03/2018

97319/2017

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

O DIRETOR DO(A) CENTRO CULTURAL TEATRO GUAIRA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE CONCEDER DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI Nº 6174, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, LICENÇA ESPECIAL AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS :

PORTARIA N. 43 DE 10/10/2017

ORGAO - CENTRO CULTURAL TEATRO GUAIRA

NOME/RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERIODO AQUISITIVO	FRUIÇÃO
VIRGULINO BOGUS 31089230	2	NAI	148173486	90	21/12/2002 20/12/2007	01/11/2017 29/01/2018

97346/2017

PORTARIA Nº.044/2017 – DIPRE/CCTG

A Diretora Presidente do Centro Cultural Teatro Guaira, no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto do CCTG, e art. 10, do Decreto Federal nº 5.450, de 31 de maio de 2005,

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar os servidores abaixo nominados para comporem a Comissão Permanente de Licitação desta Autarquia pelo Período de 01 (um) ano

FUNÇÃO	NOME	R.G.
Presidente	Carlos Alberto G. dos Santos	5.799.703-6
Membro	Ronald Pedro Catarino	1.462.086-9
Membro	Miriam Rocha Loures	3.397.249-0
Suplente	Cesar Dias Palma	5.334.442-9

Art. 2º. Nos impedimentos do Presidente responderá o servidor Ronald Pedro Catarino

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário

Curitiba, 10 de outubro de 2017

MONICA RISCHBIETER
Presidente

98004/2017

Secretaria da Educação

DESPACHO

Protocolo n.º 14.805.792-3

Assunto Autorização de afastamento da servidora Mariane Cristina Plotchkaez para exercer suas funções na 176ª Zona Eleitoral de Curitiba/PR

1. AUTORIZO o afastamento da servidora Mariane Cristina Plotchkaez, RG n.º 6.535.480-2, detentora de um cargo de Agente Educacional II, AE02-24/LF53, 40h semanais, do Quadro de Funcionários da Educação Básica - QFEB, desta Secretaria de Estado da Educação, para prestar serviço junto à 176ª Zona Eleitoral de Curitiba/PR, **com ônus** para o órgão de origem, no período de um ano, a partir da data de publicação, atendendo à Lei Federal n.º 6.999/1982, a Resolução n.º 23.484/2016 do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, e a Resolução n.º 750/2016 do Tribunal Regional Eleitoral – TRE/PR

2. Publique-se.

Curitiba, 10 de outubro de 2017

Edmundo Rodrigues da Veiga Neto
Resolução n.º 1162/2015 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

98046/2017

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

ERRATA

Resolução n.º 4.685/2017 – GS/SEED, de 19/09/2017, publicada no Diário Oficial do Estado n.º 10.035 em 25/09/2017.

Estabelece para a rede pública estadual de Educação Básica e para a rede conveniada o Calendário Escolar a ser praticado no ano letivo de 2018

No ANEXO da referida Resolução, em relação ao Calendário Escolar do mês de julho, semana de 15 a 21, onde se lê "14", leia-se "17"

Publique-se

Curitiba, 11 de outubro de 2017

Edmundo Rodrigues da Veiga Neto
Resolução n.º 1162/2015-GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

98035/2017

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

RESOLUÇÃO N.º 5.273/2017 – GS/SEED

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Resolução n.º 1.162/2015 – GS/SEED, de 15/05/2015, alterada pela Resolução n.º 3.849/2015 – GS/SEED, de 30/11/2015, e considerando os termos do Decreto Estadual n.º 3.575/2011,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar os servidores **Loraine Carlin Clemente**, CPF n.º 568.647.959-34, **Rosecler Pedrosa Ojeda**, CPF n.º 080.365.648-31, **Dilma Cardoso**, CPF n.º 024.543.329-57, **Ana Cristina Morato de Lima Trischim**, CPF n.º 022.697.669-62, e **Sandro Gomes Benkendorf**, CPF n.º 052.486.179-01, para, sob a presidência da primeira nominada, integrarem a Comissão Setorial da Avaliação de Documentos – CSA do Núcleo Regional de Educação de Paranaguá.

Art. 2.º Designar os servidores **Gilberto Martins Ayres**, CPF n.º 954.028.109-15, e **Denise Cristina Mansur**, CPF n.º 316.706.109-00, como membros representantes do Departamento Estadual de Arquivo Público – DEAP.

Art. 3.º A Comissão poderá convocar chefia e/ou pessoal técnico-administrativo para participarem das discussões, caso a natureza dos documentos assim o exigir.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:44.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 147

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Processo nº 15.417.176-2
Objeto: Contratação de empresa de benefícios para os Funcionários Palcoparaná - alimentação
Valor estimado para a contratação: R$ 319.968,00 (trezentos e dezenove mil, novecentos e sessenta e oito reais)
Rubricas orçamentárias: 3.3.90.46.00 – Auxilio Alimentação

Eu, no exercício da função de ordenadora de despesas, nos termos do § 1º do art. 80 do Decreto-Lei 200/67 e dos incisos I e II do art. 167 da CRFB/1988, bem como do inciso III do § 2º e do § 9º do art. 7º, do art. 14 e do art. 39, todos da Lei 8.666/93; ***declaro que há disponibilidade orçamentária e financeira suficiente para a cobertura da despesa que se pretende realizar***, conforme objeto, valor e rubricas orçamentárias.

Curitiba, 05 de outubro de 2018

_____

Nicole Lemanczyk
Diretora Administrativa Financeira
Palcoparaná

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:46. Assinado por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:50. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 2f49f33842fde583493bbf8488434090

PROTOCOLO
Fls.148
INTEGRADO DO ESTADO

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Assunto: contratação empresa de benefícios para funcionários.
Protocolo: 15.417.176-2
Local Atual: PALCOPARANA - PALCOPR/DIPR
Interessado: PALCO PARANÁ

DESPACHO

A AJU para analise jurídica quanto a legalidade dos atos para o processo de licitação para disponibilização do beneficio de vale alimentação via cartão para os funcionários do Palcoparaná. O processo foi revisado pela Comissão de licitação do Centro Cultural Teatro Guaira, sendo que a versão revisada aparece nos autos incluída no dia 25 de janeiro de 2019. Disponibilizo tambem demais documentos, assim como declaração orçamentária para analise jurídica.

Assim que proferir analise, processo deverá ser encaminhado a DIPRE/PALCOPARANA para autorização e prosseguimento dos atos.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:50. Assinado por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:51. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 582bea3e3b1b4be0fefe5954a0e1b9cc

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 149
Mov. 8

INFORMAÇÃO nº 03/19-AJU

DA	ASSESSORIA JURÍDICA
PARA	DIAFI
ASSUNTO	Contratação de empresa de benefícios para funcionários
EXPEDIENTE	S.I.D. Nº 15.417.176-2
DATA	07/02/2019

Senhora Diretora,

Trata-se o presente procedimento de fase preparatória para a contratação de empresa especializada na prestação do serviço de vale-alimentação para os seus colaboradores, visando cumprir determinações das Convenções Coletivas impostas pelo SENALBA.

Instrui o mesmo (a) solicitação do setor responsável, com a justificativa da necessidade da aquisição dos serviços; (b) termo de referência; (c) orçamentos; (d) dotação orçamentária; (e) minuta do edital acompanhada dos anexos e; (f) Portaria designando os pregoeiros e a equipe de apoio.

É o relatório.

Nesse ponto, faz-se necessário averiguar o regular trâmite da fase interna. Para tanto, será utilizado como base legal o Decreto Estadual n° 4.880/2001, e de forma subsidiária e, no que couber, a Lei Federal n° 10.520/2002 e o Decreto Federal n° 5.450/2005.

A única norma do regulamento estadual a tratar da fase interna determina que cabe a autoridade competente, do órgão promotor do pregão eletrônico, providenciar o credenciamento do pregoeiro e da respectiva equipe de apoio.

Já a Lei Federal é mais detalhista, trazendo no art. 3º que:

> Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:
> I - a autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento;
> II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;
> III - dos autos do procedimento constarão a justificativa das definições referidas no inciso I deste artigo e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como o orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados; e

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Ivan de Paula Souza em: 07/02/2019 11:34. Assinado por: Ivan de Paula Souza em: 07/02/2019 11:34. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 5c562f193991cfae049f0e8c710d3ed6

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 150
Mov. 8

> IV - a autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

Complementando as exigências acima, o Decreto nº 5.450/2005, estabelece:

> Art. 9o Na fase preparatória do pregão, na forma eletrônica, será observado o seguinte:
> I - elaboração de termo de referência pelo órgão requisitante, com indicação do objeto de forma precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou sua realização;
> II - aprovação do termo de referência pela autoridade competente;
> III - apresentação de justificativa da necessidade da contratação;
> IV - elaboração do edital, estabelecendo critérios de aceitação das propostas;
> V - definição das exigências de habilitação, das sanções aplicáveis, inclusive no que se refere aos prazos e às condições que, pelas suas particularidades, sejam consideradas relevantes para a celebração e execução do contrato e o atendimento das necessidades da administração; e
> VI - designação do pregoeiro e de sua equipe de apoio.

Observa-se que o presente procedimento cumpriu todos os requisitos elencados na Lei e nos regulamentos, porquanto houve a nomeação do pregoeiro e de sua equipe de apoio, bem como, justificativa da necessidade do bem e do serviço, sendo especificado de forma clara pelo termo de referência. Além disso, há a minuta do edital que consta os requisitos de habilitação, julgamento, prazos, direitos e deveres das partes e as sanções aplicáveis. E, por fim, consta que o CCTG tem dotação orçamentária para adquirir os bens e os serviços solicitados.

Isto posto, após a aprovação do termo de referência, opino pelo prosseguimento deste Protocolado para o início da fase externa da licitação.

É a informação.

Ivan de Paula Souza
AJU/CCTG

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Ivan de Paula Souza em: 07/02/2019 11:34. Assinado por: Ivan de Paula Souza em: 07/02/2019 11:34. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 5c562f193991cfae049f0e8c710d3ed6

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 151
Mov. 9

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Assunto: contratação empresa de benefícios para funcionários.
Protocolo: 15.417.176-2
Local Atual: PALCOPARANA - PALCOPR/DIPR
Interessado: PALCO PARANÁ

DESPACHO

De acordo com a Informação no 03/2019 AJU/CCTG, fls. 149, "o presente procedimento cumpriu todos os requisitos elencados na Lei e nos regulamentos, porquanto houve a nomeação do pregoeiro e de sua equipe de apoio, bem como, justificativa da necessidade do bem e do serviço, sendo especificado de forma clara pelo termo de referência. Além disso, há a minuta do edital que consta os requisitos de habilitação, julgamento, prazos, direitos e deveres das partes e as sanções aplicáveis. "

Em virtude do teor da Informação citada e, levando em conta que o termo de referência foi elaborado pela própria Diretora Administrativa e Financeira da Instituição, pessoa indicada para dizer sobre a necessidade e condições da contratação do serviço objeto do certame, aprovo o Termo de Referência.

A DIAFI/PALCOPARANÁ declarou às fls. 147 a disponibilidade orçamentária e financeira.

Assim, tendo em vista a disponibilidade orçamentária e financeira declarada nos autos, com fulcro na Informação da AJU/CCTG, autorizo o prosseguimento do feito.

À DIAFI/CCTG para manifestação quanto à vigência da Portaria no 44/2017 e para que dê encaminhamento ao processo visando o cumprimento da fase externa da licitação.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em: 11/02/2019 10:38. Assinado por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em: 11/02/2019 10:38. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 4fdc9e9d869839f52a991693b7792cc9

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 152
Mov. 10

TEATRO GUAIRA

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Cultura

PORTARIA N°.005/2019 – DIPRE/CCTG

A Diretora Presidente do Centro Cultural Teatro Guaíra, no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto do CCTG, e art. 10, do Decreto Federal n° 5.450, de 31 de maio de 2005,

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar os servidores abaixo nominados para comporem a Comissão Permanente de Licitação desta Autarquia pelo Período de 01 (um) ano.

FUNÇÃO	NOME	R.G.
Presidente	Miriam Rocha Loures	3.397.249-0
Membro	Carlos Alberto G. dos Santos	5.799.703-6
Membro	Ronald Pedro Catarino	1.462.086-9
Membro	Ivan de Paula Souza	6.240.875-8
Suplente	Cesar Dias Palma	5.334.442-9

Art. 2º. Nos impedimentos do Presidente responderá o servidor Ronald Pedro Catarino.

Art. 3°. Revogam-se as disposições em contrário.

Curitiba, 13 de fevereiro de 2019.

MONICA RISCHBIETER
Presidente

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Jose Chapulla em: 14/02/2019 13:36.

PROTOCOLO
Fls. 153
Mov. 11
INTEGRADO DO ESTADO

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Assunto: contratação empresa de benefícios para funcionários.
Protocolo: 15.417.176-2
Local Atual: CCTG - CCTG/DIAFI
Interessado: PALCO PARANÁ

DESPACHO

A CPL

Para as providências necessárias.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Jose Chapulla em: 14/02/2019 13:41. Assinado por: Jose Chapulla em: 14/02/2019 13:41. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 873a1978be11ba086e27ad9eca8cc0fe

PROTOCOLO
Fls. 154
Mov. 12
INTEGRADO DO ESTADO

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

PALCOPARANA

PALCOPR/ADIAF - ASSESSORIA DIAF

Protocolo:	15.417.176-2
Assunto:	contratação empresa de benefícios para funcionários.
Interessado:	PALCO PARANÁ
Data:	04/07/2019 15:36

DESPACHO

À DIPRE

Tendo em vista que o presente foi iniciado em outubro de 2018, e naquele mesmo mês o Conselho de controle das Empresas Estaduais - CCEE e a Comissão de Política Salarial - CPS autorizaram a realização de novo processo seletivo simplificado pelo PalcoParaná, visando a contratação de novos empregados, conforme autos 15.069.159-1. Estas contratações foram autorizadas pela Secretaria de Estado da Fazenda em 15/02/2019, Despacho nº 125/2019, exarado no processo 15.570.755-0.

Ainda, neste ínterim houve a majoração do benefício a ser concedido aos empregados, passando de R$ 15,00 para R$ 16,00 por dia trabalhado, por força da CCT 2018/2019, data-base de 01/11/2018.

Ante as alterações acima destacadas, optou-se por apresentar nova redação ao edital de Pregão Eletrônico e seus respectivos anexos.

Informo que em pesquisa de mercado junto a 03 (três) empresas, realizada em maio de 2019, constatou-se que não houve mudança na taxa administrativa praticada pelo mercado, a qual é de 0% sobre o valor do benefício fornecido aos empregados.

Com a readequação do valor benefício e a nova estimativa no quadro de funcionários, prevê-se que o impacto financeiro será de até R$ 25.344,00 (vinte e cinco mil, trezentos e quarenta e quatro reais) por mês, R$ 304.128,00 (trezentos e quatro mil, cento e vinte e oito reais) em doze meses, à taxa zero, com 72 empregados.

Assim, encaminho o presente à Presidência para analisar se persiste a conveniência da presente contratação.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:36. Assinado por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:36. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: f3490283efa261f2f73ca9fbe5fce88b

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 155
Mov. 13

EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO - Minuta
PREGÃO ELETRÔNICO N.º xx/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO

FORNECIMENTO DE VALE-ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO ATRAVÉS DE CARTÃO COM CHIP ELETRÔNICO DE SEGURANÇA

O SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos de interesse coletivo, inscrita no CNPJ nº 25.298.788/0001-95, com sede e foro na Capital do Estado do Paraná, situado na Rua XV de Novembro, 971, Centro, Curitiba/PR, a seguir denominado PALCOPARANÁ, por intermédio do Pregoeiro, torna público que realizará Licitação na modalidade "PREGÃO ELETRÔNICO" - Nº 01/2019 – "MENOR PREÇO" (MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO EM PORCENTAGEM)", do tipo menor preço, regida pela Constituição Estadual do Paraná, art. 27, XXI, Lei Federal nº 10.520/02, Lei Complementar Federal 123/06, Lei Estadual n° 15.608/07, Decreto Estadual nº 6.252/06, pelo Decreto Federal nº 5.450/05 e, pela Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações e legislação complementar, assim como aquelas estabelecidas por este Edital e as especificações e condições do Termo de Referência constante do Anexo I, em conformidade com a autorização contida nos autos do Processo nº xx.xxx.xxx-x.

1. OBJETO

1.1.- A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento, emissão, distribuição, administração do benefício, fornecimento de documentos de legitimação, na forma de cartão Alimentação/Refeição eletrônico, magnético, ou de similar tecnologia, em PVC, com chip de segurança, com recargas mensais, sistema de controle de saldo e senha pessoal e intransferível, para validação das transações pelo usuário, na rede de estabelecimentos comerciais credenciados (que a empresa licitante mantenha convênio), no ato da aquisição dos gêneros alimentícios ou das refeições, para serem utilizados pelos empregados efetivos e comissionados do PALCOPARANÁ, em conformidade com as especificações técnicas e serviços descritos no Anexo I - Termo de Referência.

1.2.- O benefício será disponibilizado na modalidade alimentação ou refeição, conforme escolha feita pelo usuário, empregado do PALCOPARANÁ.

2. DATA, HORÁRIO E INFORMAÇÕES

2.1.- Data limite para acolhimento das propostas eletrônicas: xx/07/2019 às 14h00min.

2.2.- Abertura da sessão de disputa de preços: xx/07/2019 às 14h30min.

2.3.- Número licitacoes-e – ID: xxxxxx

2.4.- Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília – DF.

2.5.- O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da Internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases, garantidas pelo sistema licitacoes-e do Banco do Brasil S/A.

2.6.- Os trabalhos serão conduzidos por Pregoeiro, servidor do Centro Cultural Teatro Guaíra, por força do Termo de Cooperação assinado entre o PALCOPARANÁ e esta Autarquia, mediante inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 156
Mov. 13

aplicativo licitacoes-e constante da página eletrônica do Banco do Brasil S/A - www.licitacoes-e.com.br.

2.7.- Ocorrendo a decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes neste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil, ou de expediente normal, subsequente ao ora fixado.

2.8.- Na contagem de todos os prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

2.9.- Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente do PALCOPARANÁ.

2.10.- O Edital e seus anexos podem ser obtidos através da internet no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br ou pelo site da Instituição, www.palcoparana.org.

2.11.- Os esclarecimentos de dúvidas quanto ao Edital e seus anexos poderão ser solicitados por qualquer interessado até 02 (dois) dias úteis antes da data limite para o acolhimento das propostas, referida no item 2.1.- do Edital, exclusivamente através do e-mail administrativo@palcoparana.org e, obrigatoriamente, informar o e-mail do interessado ao qual serão enviados os esclarecimentos solicitados.

3. PARTICIPAÇÃO

3.1.- Poderão participar deste PREGÃO empresas legalmente estabelecidas no País, devidamente credenciadas junto ao provedor do sistema licitacoes-e, do ramo pertinente ao objeto desta Licitação e que atendam às exigências deste Edital.

3.2.- Não poderão participar do presente PREGÃO:

I - Consórcio de empresas ou cooperativas, sob forma alguma.

II - Empresa:

a) Declarada inidônea por órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal.

b) Suspensa de licitar ou contratar com a Administração Pública.

c) Que se encontre em falência, concurso de credores, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação.

d) Inadimplente com o PALCOPARANÁ ou cujo(s) diretor (es) tenha (m) participado de outra empresa que também se tornou inadimplente junto ao PALCOPARANÁ.

e) Que componha Grupo Econômico no qual pelo menos uma das empresas integrantes venha a participar da presente Licitação.

f) Que direta ou indiretamente, mantenham sociedade ou participação com servidor ou dirigente ligado a qualquer um dos órgãos envolvidos no processo em análise.

g) Que estejam em situação irregular perante a Fazenda Pública, em qualquer esfera da Administração, e também perante o INSS e o FGTS.

3.3.- Caso seja constatada qualquer situação irregular relativa à participação, a empresa licitante será desqualificada, ficando esta e seus representantes incursos nas sanções previstas no art. 90 da Lei n.º 8.666/93.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 157
Mov. 13

3.4.- A participação na presente Licitação implica para a empresa licitante a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes neste Edital e em seus Anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

4. CREDENCIAMENTO

4.1.- Somente poderão participar deste Pregão Eletrônico as licitantes devidamente credenciadas junto ao Banco do Brasil, o qual é provedor do sistema licitacoes-e, cujas informações poderão ser obtidas na página eletrônica www.licitacoes-e.com.br ou em qualquer agência do Banco do Brasil S/A sediada no País.

4.2.- As licitantes e seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor do sistema eletrônico, no prazo mínimo de 03 (três) dias úteis antes da realização do pregão.

4.3.- O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível para acesso ao sistema eletrônico.

4.4.- O uso da senha é de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao PALCOPARANÁ a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido de senha, ainda que por terceiros.

4.5.- A perda da senha ou a quebra do seu sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

4.6.- O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da licitante ou de seu representante e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.7.- Para dispor das prerrogativas estabelecidas pela Lei Complementar 123/06, as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão informar sua condição no credenciamento junto ao provedor do sistema, além de apresentar, como documento de habilitação, o Modelo do Anexo VI.

4.8.- O credenciamento no sistema licitacoes-e não dispensa a entrega dos documentos discriminados no Anexo III – Relação dos Documentos de Habilitação.

5. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

5.1.- Até 02 (dois) dias úteis antes da data limite para o acolhimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório deste pregão.

5.2.- Os pedidos de esclarecimentos ou providências deverão ser encaminhados ao e-mail administrativo@palcoparana.org.

5.3.- Serão juntadas ao processo de licitação as cópias das mensagens enviadas aos licitantes.

5.4.- O memorial da impugnação deverá ser protocolado diretamente na sede do PALCOPARANÁ, ou enviado via correios, no endereço indicado no item 9.2.-.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 158
Mov. 13

5.5.- A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório.

5.6.- Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, decidir sobre a impugnação apresentada.

5.7.- Acolhida a petição contra o ato convocatório, havendo modificação que importe em alteração substancial da elaboração das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

6. REMESSA ELETRÔNICA DAS PROPOSTAS

6.1.- As licitantes credenciadas deverão encaminhar as propostas exclusivamente através do sistema licitacoes-e, até a data e horário limite informados no item 2.1.- do Edital, podendo substituir ou excluí-las até a data e hora definidas para a abertura da sessão pública, quando, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

6.2.- A proposta deverá conter o objeto e o preço, conforme Anexo II deste Edital, bem como, estar em conformidade com as exigências contidas neste edital e seus anexos.

6.3.- O registro de recebimento da proposta deverá ser impresso e anexado ao processo licitatório como comprovante de entrega.

6.4.- O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de abertura da sessão de disputa de preços.

6.5.- A licitante poderá utilizar o campo “Observações adicionais” da tela ENTREGA DA PROPOSTA/DECLARAÇÕES do sistema licitacoes-e para prestar informações adicionais sobre a proposta.

6.6.- No envio da proposta, a licitante deverá declarar que cumpre plenamente todos os requisitos de habilitação além de manifestar pleno conhecimento e aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital.

6.7.- A proposta deverá compreender todos os custos, tributos, encargos que possam incidir no fornecimento ou execução do objeto, os quais são de responsabilidade exclusiva da licitante.

6.8.- Serão desclassificadas as propostas que:

a) Não atenderem às exigências do Edital e seus anexos, ou que contiverem defeitos capazes de dificultar o julgamento.

b) Apresentarem preços simbólicos ou irrisórios, ou ainda, manifestamente inexequíveis. Serão considerados inexequíveis aqueles preços cuja viabilidade não seja demonstrada pela licitante.

c) Apresentarem taxa superior à máxima admissível, definida no item 9.1.- do presente edital.

7. DA APLICABILIDADE DA LEI COMPLEMENTAR N° 123/2006

7.1.- Deverão ser observadas as disposições da Lei Complementar n° 123/2006 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

7.2.- Em relação à disputa do lote, será considerado empate quando as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5%

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 159
Mov. 13

(cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.2.1.- Neste caso, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada arrematante do lote, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

7.2.2.- A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

7.2.3.- Não ocorrendo a arrematação do lote pela microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma dos itens anteriores, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação de empate prevista do subitem 7.2.-, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.2.4.- No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem na situação de empate prevista do subitem 7.2.- será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.2.5.- Não existindo a situação de empate prevista do subitem 7.2.-, a licitante originalmente classificada em primeiro lugar será declarada arrematante do lote.

7.2.6.- O disposto no subitem 7.2.- somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

8. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

8.1.- Após o término do período de acolhimento de propostas, o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital.

8.2.- Todas as propostas classificadas serão consideradas para o oferecimento dos lances na fase de disputa.

8.3.- A partir da data e horário previsto no item 2.2.- do Edital, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4.- Iniciada a etapa competitiva, será considerado como primeiro lance, a proposta inicial de menor preço.

8.5.- As licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

8.6.- As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras da sua aceitação.

8.7.- A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.

8.8.- Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema eletrônico.

8.9.- Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 160
Mov. 13

real, do valor do menor lance registrado sem a identificação do detentor do lance.

8.10.- Os lances registrados serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante e não será possível cancelá-los ou invalidá-los.

8.11.- Serão desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista neste Edital.

8.12.- No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.

8.13.- Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do pregoeiro às participantes.

8.14.- A licitante deve acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.15.- A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro, mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual, será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.16.- Encerrada a etapa de lances, caso haja licitante que se enquadre como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que tenha apresentado lance até 5% (cinco por cento) superior ao da licitante de proposta de menor preço, desde que esta também não se enquadre como microempresa ou empresa de pequeno porte, ser-lhe-á dada oportunidade de, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos, ofertar nova proposta que deverá ser inferior à de menor preço.

8.17.- No caso de equivalência entre lances ofertados por ME e EPP que se encontrem no intervalo referido item anterior, o sistema realizará sorteio entre as empresas para identificar a que exercerá o direito de preferência para oferta de novo lance.

8.18.- Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas em ordem crescente de valor, será verificada a aceitabilidade da proposta melhor classificada.

8.19.- O Pregoeiro poderá negociar com a licitante, para que seja obtida redução de preço.

8.20.- Após a negociação com o pregoeiro e a manifestação deste, a licitante autora da melhor proposta deverá enviar, através de e-mail, no prazo de 30 (trinta) minutos, a proposta de preço atualizada, conforme modelo constante no Anexo III.

8.21.- Se a proposta mais bem classificada não for aceita, se a licitante não enviar os documentos de habilitação no prazo previsto no item 10.1.-, ou, ainda, se a licitante não atender às exigências de habilitação ou demais condições do Edital e seus anexos, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta adequada, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

8.22.- Não havendo manifestação motivada de intenção de recurso, conforme previsto no item 11.1.- e constatado o atendimento pleno às exigências Editalícias, será adjudicado o objeto licitado a licitante declarada vencedora.

8.23.- Da sessão pública eletrônica do pregão, será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das informações inseridas no sistema pelo

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 161
Mov. 13

Pregoeiro e pelas licitantes, das propostas apresentadas na ordem de classificação e dos eventuais recursos interpostos.

8.24.- Caso haja necessidade de suspensão da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, ficando intimadas, no mesmo ato, as licitantes participantes.

8.25.- Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste Edital e seus anexos, a proposta será desclassificada.

8.26.- Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital e seus anexos.

9. CRETÉRIO DE JULGAMENTO – TAXA ADMINISTRAÇÃO

9.1.- A Taxa de Administração máxima admissível para esta licitação é de 1,00% (um por cento), em conformidade com pesquisa de mercado realizada pelo PALCOPARANÁ, anexa ao processo.

9.2.- A proposta vencedora será aquela que oferecer a menor Taxa de Administração para o benefício, independentemente da modalidade.

9.3.- A Taxa de Administração deverá ser proposta em percentual, podendo ser positiva, zero ou negativa com duas casas decimais, que será aplicado sobre o valor que será consignado nos cartões, conforme ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO.

9.4.- O valor a ser cadastrado no sistema licitacoes-e, no campo “Valor total do lote”, deverá ser o resultado obtido da aplicação do percentual de Taxa de Administração sobre o valor hipotético de R$ 100,00. Assim, exemplificando:

a) Se a licitante ofertar 1,00% (um por cento) de Taxa de Administração, o valor a lançar no campo “Valor total do lote”, constante da tela ENTREGA DA PROPOSTA/ DECLARAÇÕES do sistema licitacoes-e, será de R$ 101,00 (cento e um reais);

b) Se a licitante ofertar 0,00% (zero) de Taxa de Administração, o valor a lançar no campo “Valor total do lote”, constante da tela ENTREGA DA PROPOSTA/DECLARAÇÕES do sistema licitacoes-e, será de R$ 100,00 (cem reais);

c) Se a licitante ofertar percentual negativo de 1,00% (um por cento) de Taxa de Administração, isto é, percentual de desconto, o valor a lançar no campo “Valor total do lote”, constante da tela ENTREGA DA PROPOSTA/DECLARAÇÕES do sistema licitacoes-e, será de R$ 99,00 (noventa e nove reais).

9.5.- Deverão estar incluídos, no valor de cada encomenda mensal, todos os custos diretos e indiretos para a entrega do objeto da contratação, inclusive as despesas com transportes, materiais, mão de obra, especializada ou não, seguros em geral, equipamentos, ferramentas, custos de emissão dos cartões, sejam eles 1ª via, mudanças de tipo de benefício (vale-alimentação para vale-refeição ou vice-versa), custo de instalação de equipamentos de carga e recarga de créditos, encargos da legislação social, trabalhista e previdenciária, por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de taxas, regulamentos e impostos municipais, estaduais e federais, entre outros que sejam necessários para a execução total e completa do objeto da contratação, sem que caiba à contratada, em qualquer caso, direito regressivo em relação ao PALCOPARANÁ.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 162
Mov. 13

10. HABILITAÇÃO

10.1.- Após o envio da Proposta atualizada e da manifestação do Pregoeiro, a licitante vencedora deverá enviar os documentos discriminados no Anexo III – Relação dos Documentos de Habilitação, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar do encerramento do pregão, sob pena de invalidação do respectivo ato de habilitação e a aplicação das penalidades cabíveis.

10.2.- Os documentos deverão ser encaminhados em suas vias originais ou cópias autenticadas, via correspondência ou entregue pessoalmente no seguinte endereço:

PALCOPARANÁ

A/C Sr. Pregoeiro

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2019 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Rua XV de Novembro, 971, Centro, Curitiba – PR, CEP 80060-000

(Nome da empresa licitante) (Endereço, Telefone e e-mail da empresa licitante)

10.3.- O prazo para envio dos documentos de habilitação poderá ser prorrogado a critério do Pregoeiro.

10.4.- As declarações deverão ser assinadas pelo representante legal da empresa, e poderão ser objeto de diligências do Pregoeiro e equipe de apoio, nos termos do §3º do art. 85 da Lei 15.608/2007.

10.5.- As ME e EPP, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

10.6.- Em se tratando de ME ou EPP, havendo alguma restrição na comprovação fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para o envio da documentação regularizada, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

10.7.- A não apresentação dos documentos, ou a falta de regularização implicará na declaração de inabilitado da licitante e sua desclassificação, assim como a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/02.

9.8.- Os vícios, de ordem formal serão analisados e julgados pelo Pregoeiro, nos estritos termos do art. 85 da Lei 15.608/2007, podendo ser saneados e corrigidos, se não infringirem a nenhuma norma legal ou disposição constante deste edital ou, ainda, se a licitante puder satisfazer as demais exigências editalícias no prazo fixado por este instrumento convocatório.

10.9.- As demais licitantes somente serão chamadas à apresentação de documentos de habilitação, para assinatura do contrato, na ordem de classificação, se a vencedora for declarada inabilitada.

11. RECURSOS

11.1.- Declarada a vencedora, ou se a mesma for declarada fracassada, qualquer licitante, inclusive aquelas que não participaram da disputa por desclassificação de proposta, poderão manifestar intenção de recurso através do sistema licitacoes-e no

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 163
Mov. 13

prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

11.2.- Ao fornecedor que manifestou a intenção de recurso, dentro do prazo definido neste Edital, será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

11.3.- As razões e contrarrazões dos recursos deverão ser protocoladas na sede do PALCOPARANA, indicada no item 10.2.-, nos prazos previstos no Edital.

11.4.- A interposição de recurso devidamente motivado, por qualquer licitante, inclusive aquela que venha a ser desclassificada antes da disputa, ocorrerá somente depois de declarada a vencedora pelo Pregoeiro.

11.5.- A falta de manifestação motivada da intenção de recorrer por parte da licitante implicará decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da Licitação pelo pregoeiro a vencedora.

11.6.- A impugnação ou o recurso interposto em desacordo com as condições deste Edital não será conhecido.

11.7.- O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.8.- Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, atendidos os requisitos do Edital, a autoridade competente homologará a Licitação.

12. CONTRATAÇÃO

12.1.- A contratação decorrente desta Licitação será formalizada mediante assinatura de contrato, conforme minuta constante no Anexo VIII, observado o Termo de Referência, o qual terá prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado mediante aditamento, a critério do PALCOPARANÁ, observados os limites impostos no artigo 103, II da Lei Estadual 15.608/07.

12.2.- A assinatura do instrumento contratual deverá ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da data da homologação da Licitação.

12.3.- O prazo de convocação poderá ser prorrogado, uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo PALCOPARANÁ.

12.4.- É facultado ao PALCOPARANÁ, quando a vencedora não comparecer no prazo estipulado no item 12.2.-, ou não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato, ou ainda, recusar-se a assiná-lo injustificadamente, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observado o disposto no item 14 do Edital.

12.5.- Caso a licitante remanescente, observada a ordem de classificação, não aceite a contratação nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, não serão aplicadas as sanções previstas no item 14 do Edital.

12.6.- Decorrido o prazo das propostas previsto no item 6.4.- sem a convocação para a contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 164
Mov. 13

13. DA FONTE DE RECURSOS

13.1.- As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta do PALCOPARANÁ, cujos recursos financeiros são disponibilizados por força do contrato de gestão assinado com o Estado do Paraná (denominação dada pela Lei n.º 18.381, de 15/12/2014), tendo como intermediário o Centro Cultural Teatro Guaíra.

13.2.- Para atendimento ao pagamento para este contrato, conta-se com a dotação orçamentária disponibilizada através do Orçamento do Projeto Atividade n.º 4448 – Gerenciamento do Contrato de Gestão com PALCOPARANÁ, dotação 05132.5132.13.392.15.4448.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1.- As licitantes estarão sujeitas às penalidades administrativas consignadas na Lei 8.666/93 e na Lei Estadual 15.608/07, não obstante as sanções previstas em contrato.

14.2.- A licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida no certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o PALCOPARANÁ, sendo facultado o registro da ocorrência nos sistemas oficiais de cadastramento de fornecedores.

14.3.- Em caso de atraso na entrega ou na execução do objeto ou na hipótese de não aceitação do mesmo, poderá o PALCOPARANÁ, a seu exclusivo critério, aplicar a licitante vencedora multa de 1% (um por cento) calculada sobre o valor mensal da Ordem de Fornecimento ou do Instrumento Contratual, por dia de atraso ocorrido, até o limite máximo de 30% (trinta por cento). Na hipótese de o atraso persistir por mais de 30 (trinta) dias, poderá o PALCOPARANÁ, a seu critério, considerar cancelada a Ordem de Fornecimento ou Instrumento Contratual, sem prejuízo da multa e de ressarcimento por eventuais perdas e danos verificados.

14.4.- Sem prejuízo das penalidades legalmente previstas, o Pregoeiro poderá desqualificar a licitante ou desclassificar a proposta comercial, podendo o PALCOPARANÁ rescindir o instrumento contratual, sem que isto gere direitos indenizatórios ou de reembolso, caso tome conhecimento de fato ou circunstância que desabone a idoneidade comercial ou afete a capacidade financeira, técnica ou jurídica da licitante.

14.5.- O Pregoeiro poderá reconsiderar a punição aplicada, ou fazer subir o recurso à autoridade competente, devidamente informado, que decidirá pelo seu provimento ou não.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1.- A licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus anexos, pois a simples participação no certame implica aceitação incondicional de seus termos, bem como representa o conhecimento integral do objeto em Licitação, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.

15.2.- No caso de eventual divergência entre o Edital de Licitação e seus anexos, prevalecerão as disposições do primeiro.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

PROTOCOLO
Fls. 165
Mov. 13
INTEGRADO DO ESTADO

15.3.- O PALCOPARANÁ reserva a si o direito de revogar a presente Licitação por razões de interesse público ou anulá-la, no todo ou em parte, por vício ou ilegalidade, nos termos do artigo 91 da Lei Estadual 15.608/07, bem como prorrogar o prazo para abertura da sessão.

15.4.- É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

15.5.- O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que sejam possíveis a aferição de sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da audiência pública do pregão. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados.

15.6.- Todas as questões omissas concernentes a esta licitação e à execução de seu objeto serão dirimidas pelo Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio.

ANEXOS:

São partes integrantes do presente Edital os seguintes Anexos:

ANEXO I – Termo de referência;

ANEXO II – Modelo da Proposta

ANEXO III – Relação dos Documentos de Habilitação

ANEXO IV - Modelo de Declaração de não utilização de mão de obra de menores e de inexistência de fato impeditivo;

ANEXO V - Modelo de Declaração de cumprimento ao Decreto n.º 6.252/06;

ANEXO VI - Declaração de EPP e ME;

ANEXO VII - Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação;

ANEXO VIII - Modelo de Minuta de Contrato.

=> O funcionário que subscreve este edital e seus anexos atesta que observou integralmente a Minuta.

Funcionário: André Luís Diener
Cargo: Assessor Técnico Especial

Curitiba - PR, xx de julho de 2019.

Equipe de Apoio

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 166
Mov. 13

EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO - Minuta
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO
FORNECIMENTO DE VALE-ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO ATRAVÉS DE CARTÃO COM CHIP ELETRÔNICO DE SEGURANÇA

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO N.º xx/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO

1. OBJETO:

1.1.- A contratação de Prestação serviços de empresa especializada no gerenciamento, emissão, distribuição, administração do benefício, fornecimento de documentos de legitimação, na forma de cartão Alimentação/Refeição eletrônico, magnético, ou de similar tecnologia, em PVC, com chip de segurança, com recargas mensais, sistema de controle de saldo e senha pessoal e intransferível, para validação das transações pelo usuário, na rede de estabelecimentos comerciais credenciados (que a empresa licitante mantenha convênio), no ato da aquisição dos gêneros alimentícios ou das refeições, para serem utilizados pelos empregados efetivos e comissionados do PALCOPARANÁ.

2. JUSTIFICATIVA:

2.1.- A contratação do gerenciamento dos créditos de alimentação / refeição se faz necessário em atendimento a benefício concedido aos colaboradores por força da Convenção Coletiva de Trabalho, firmada pelo SECRASO/SENALBA-PR que representam as categorias profissionais dos empregados da Instituição, bem como, em observância à legislação trabalhista.

3. CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS:

3.1.- O auxílio deverá ser fornecido por meio de cartões magnéticos e/ou eletrônicos, com tecnologia de chip e sistema de controle de saldo.

3.2.- O cartão deverá ser entregue bloqueado. O desbloqueio deverá ser efetuado pelo usuário do cartão através de central de atendimento eletrônico disponibilizado pela contratada, por meio de senha pessoal e intransferível, por questões de segurança.

3.3.- O cartão deverá ter validade mínima de 12 (doze) meses, contados de sua emissão.

3.4.- A validação das transações, realizadas pelo usuário, deverão ocorrer no ato da aquisição/efetivação da compra nos estabelecimentos comerciais credenciados.

3.5.- Os cartões deverão ser entregues personalizados aos usuários, com nome do usuário, razão social, validade, conforme disposto na legislação aplicável, (art. 17 da portaria 03 de 1º de março de 2002 do Ministério do Trabalho e Emprego) dentro de envelope lacrado, individualizado.

3.6.- Os cartões deverão possibilitar a utilização do benefício na aquisição de gêneros alimentícios, em ampla e abrangente rede de estabelecimentos afiliados (Hipermercados, Supermercados, Mercados, Restaurantes, Lanchonetes, Mercearias, Açougues, Frutarias, Peixarias, Padarias, etc), de acordo com o definido na legislação que regulamenta o PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador.

3.7.- A Contratada deverá disponibilizar um manual básico de utilização aos usuários.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 167
Mov. 13

3.8.- A primeira emissão de cartões deverá ocorrer em até 10 (dez) dias contados a partir da data da assinatura do contrato.

3.9.- A inclusão de novos beneficiários poderá ser efetuada a qualquer tempo pelo PALCOPARANÁ, diretamente no site da contratada ou com o arquivo de pedidos mensal, devendo em qualquer caso, as informações serem carregadas para a base de dados da CONTRATADA, de forma automática, ficando a disposição do PALCOPARANÁ consultas e ou alterações.

3.10.- A Contratada deverá disponibilizar os créditos referentes aos cartões por sistema eletrônico diretamente no cartão.

3.11.- A disponibilização dos créditos deve ocorrer de forma eletrônica, nas datas agendadas pelo PALCOPARANÁ, e a entrega dos cartões aos empregados deve ocorrer em até 05 (cinco) dias úteis após a solicitação formalizada.

3.12.- Os custos da emissão, fornecimento e entrega dos cartões, assim como os de manutenção do sistema informatizado e quaisquer outras despesas, deverão estar inclusos na taxa de administração contratada, não implicando quaisquer ônus extras para o PALCOPARANÁ ou para os beneficiários.

3.13.- A CONTRATADA deverá isentar a taxa de emissão do cartão, bem como a de reemissão.

3.14.- A CONTRATADA responsabilizar-se-á por quaisquer danos decorrentes de clonagem ou outro meio que inviabilize a utilização correta dos cartões, devendo repor os créditos existentes quando da informação e constatação do uso indevido, devendo a contratada dispor de meios tecnológicos de segurança tornando a utilização segura ao usuário.

4. DO SISTEMA INFORMATIZADO DE GERENCIAMENTO DOS BENEFÍCIOS:

4.1.- A CONTRATADA deverá disponibilizar via Internet, um sistema acessível que permita as seguintes operações:

4.1.1.- Funcionalidades ao PALCOPARANÁ:

- Inclusão/exclusão/consulta de beneficiários e seus dados (nome, CPF, tipo do benefício, número do cartão, tipo e valor do benefício).
- Alteração de cadastro da empresa.
- Alteração de cadastro do beneficiário, (nome, CPF, tipo do benefício, número do cartão, tipo e valor do benefício).
- Solicitação de cartões.
- Bloqueio de cartões.
- Solicitação de remissão de cartões.
- Envio de arquivo de pedidos de créditos, em formato.doc, .pdf, .xls, informando nome, cpf, valor, tipo de benefício.
- Solicitação de pedidos individualmente, para profissional específico e em determinado valor.
- Exclusão e alteração do benefício.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 168
Mov. 13

- Acompanhamento do status das solicitações.
- Reversão de créditos, sendo disponibilizados ao PALCOPARANÁ efetuar estorno de valores já creditados.
- Consulta e emissão de relação atualizada da rede de estabelecimentos conveniados.

4.1.2.- Funcionalidades a ser disponibilizadas aos usuários/beneficiários do PALCOPARANÁ:

- Alteração de senha.
- Bloqueio de cartão.
- Solicitação de remissão de cartão.
- Emissão de extrato detalhado com a data, valor dos créditos e dos débitos e locais de utilização.
- Consulta e emissão de relação atualizada da rede de estabelecimentos comerciais conveniados.

4.2.- A CONTRATADA deverá permitir a manutenção dos créditos já disponibilizados ao usuário, na hipótese dele deixar de integrar o sistema de cartão ou ter suspensa sua participação por qualquer motivo. A manutenção deverá se dar no período mínimo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da última disponibilização, não podendo haver o bloqueio do cartão.

5. SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CLIENTE:

5.1.- A contratada deverá disponibilizar serviço de atendimento ao cliente (SAC) 24 (vinte e quatro) horas por dia, por meio telefônico, para serviço de bloqueio e desbloqueio de cartões, bem como consulta de saldos. O serviço deverá ser disponibilizado através de discagem direta gratuita.

5.2.- Para atendimento, a identificação do usuário/beneficiário junto ao serviço ao Cliente, será mediante dados do cartão ou CPF do usuário/beneficiário, sem que seja necessário informar dados sobre o PALCOPARANÁ.

6. DOS ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS:

6.1.- Mínimo de 10 (dez) estabelecimentos (supermercados/mercados) e 03 (três) redes de hipermercados em toda a cidade, e, no mínimo 02 (dois) estabelecimentos num raio de 2km de distância da sede do PALCOPARANÁ (Item 2).

6.2.- A rede credenciada deverá ser demonstrada até a data de assinatura do Contrato, cujo descumprimento será motivo para desclassificação.

6.3.- A contratada deverá comprovar, sempre que solicitado pelo PALCOPARANÁ, uma lista com a rede de estabelecimentos credenciados, com respectivos endereços, razão social e telefone.

6.4.- Durante a vigência do contrato, a CONTRATADA deverá disponibilizar e manter, a rede de estabelecimentos credenciados, buscando inclusão de novos estabelecimentos, a fim de ampliar e melhorar o atendimento dos usuários do cartão-alimentação/refeição.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 169
Mov. 13

7. ESTIMATIVA DOS BENEFICIÁRIOS E VALORES DOS BENEFÍCIOS:

Beneficiários	Valor diário do benefício	Estimativa de beneficiários (cartões)	Valor total mensal estimado	Valor total anual estimado
Funcionários	R$ 16,00	72	R$ 25.344,00	R$ 304.128,00

7.1.- Os valores podem variar dependendo do número de beneficiários, (caso ocorra posse de novos servidores ou exonerações) e também alteração do valor do benefício fixado em Convenção Coletiva de Trabalho.

7.2.- Os Funcionários que realizam jornada de 04h/dia receberão 50% (cinquenta por cento) do valor diário do benefício.

8. PROPOSTAS:

8.1.- A taxa de administração devera ser proposta em percentual, com duas casas decimais, que será aplicada sobre o valor consignado nos cartões, conforme Anexo II deste Termo – Modelo De Proposta De Preço.

8.2.- A proposta vencedora será aquela que oferecer a menor Taxa de Administração para o benefício, independentemente da modalidade, observada a taxa máxima admissível, de acordo com o item 9 do presente termo.

8.3.- O valor a ser cadastrado no sistema licitacoes-e, no campo “Valor Total do Lote”, deverá ser aquele obtido com o resultado da aplicação do percentual referente à taxa de administração sobre o valor hipotético de R$ 100,00 (cem reais), conforme item 9.4.- do Edital.

8.4.- Não poderão ser cobradas tarifas para emissão, reemissão, entrega, ou demais taxas, devendo toda e qualquer tipo de despesa estar compreendida no valor proposto a título de taxa de administração.

8.5.- O valor da segunda via deverá estar explicitado na proposta da licitante, sob pena de não ser considerada, caso a licitante seja vencedora da licitação.

8.6.- O valor desta taxa não será julgado como vantagem, uma vez que não integra o preço dos serviços, já que quem pagará pela 2ª via será o empregado que solicitar, em caso de perda, roubo, extravio.

9. TAXA MÁXIMA ADMISSÍVEL:

9.1.- A taxa máxima admissível para esta licitação é de 1% (um por cento), em conformidade com a pesquisa de mercado realizada pelo PALCOPARANÁ, anexa ao processo.

10. HABILITAÇÃO:

10.1.- Apresentação de atestado de capacidade técnica a ser expedido por pessoa jurídica do direito público ou privado, que comprove a prestação de serviços fornecidos compatíveis ao objeto deste termo de referência.

10.2.- Certidão que comprove o devido credenciamento, em vigência, no PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), do Ministério do Trabalho.

10.3.- Apresentação de demais documentos que comprovem a regularidade jurídica,

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 170
Mov. 13

fiscal, trabalhista e econômico-financeira.

11. PAGAMENTO:

11.1.- O valor referente aos benefícios pagos aos empregados do PALCOPARANÁ e a taxa de administração serão quitados em até 05 (cinco) dias após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que esta esteja de acordo com os créditos consignados e a taxa de administração/emissão estabelecida na proposta de preços.

11.2.- O PALCOPARANÁ efetuará o pagamento dos valores mencionados no item 11.1 em parcelas mensais e sucessivas ou conforme solicitação.

11.3.- A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela CONTRATADA, obrigatoriamente com o número do CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e da proposta, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo aqueles de filiais e da matriz.

11.4.- As notas fiscais deverão ser enviadas para o seguinte endereço eletrônico: administrativo@palcoparana.org ou outro endereço a ser informado pela CONTRATANTE à CONTRATADA.

11.5.- O pagamento não isentará a CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações.

11.6.- Em caso de divergência entre o objeto da presente licitação e a Nota Fiscal/Fatura, todas as responsabilidades e possíveis custos gerados com a adequação do documento ficarão a cargo da CONTRATADA, e o prazo para pagamento será interrompido, reiniciando sua contagem a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura correta, caso em que não será devida nenhuma atualização financeira.

11.7.- O valor da contratação será composto de 02 (duas) parcelas, sendo uma, referente à remuneração dos serviços prestados (taxa de emissão e taxa de administração) e outra decorrente dos repasses dos valores, por meio de créditos inseridos nos cartões emitidos aos usuários.

11.8.- O PALCOPARANÁ estará eximido de cumprir os itens relativos às compensações financeiras nos casos em que a CONTRATADA houver concorrido direta ou indiretamente para a ocorrência do atraso.

11.9.- Os tributos, contribuições fiscais e parafiscais, bem como quaisquer outras despesas necessárias à execução dos serviços são de responsabilidade da CONTRATADA, podendo o PALCOPARANÁ exigir, a qualquer tempo, a comprovação de sua regularidade.

11.10.- A presente contratação será para fornecimento, sob demanda, de acordo com a necessidade do PALCOPARANÁ, não sendo esta obrigada a adquirir o valor total estimado. Portanto a empresa CONTRATADA não terá direito adquirido sobre o fornecimento do valor total estimado mensal de crédito.

11.11.- Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção dos tributos na fonte, de acordo com a Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 171
Mov. 13

12. PRAZO DE VIGÊNCIA:

12.1.- O prazo do presente contrato de prestação dos serviços terá a vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado ou modificado através de Termo Aditivo, nos termos do Artigo 103, II da Lei 15.608/07.

12.2.- O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93.

13. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

13.1.- A CONTRATADA deverá prestar os serviços em compatibilidade com o contrato, observada as disposições da proposta, do Edital e do Termo de Referência.

13.2.- Para a execução dos serviços, a empresa CONTRATADA deverá fornecer todos os materiais necessários ao seu atendimento.

13.3.- Atender prontamente a exigências do PALCOPARANÁ, referentes ao objeto da presente contratação.

13.4.- É de responsabilidade da CONTRATADA todos os encargos e despesas necessárias à consecução dos serviços, objeto da presente contratação, bem como obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, ficando a CONTRATANTE isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos, inclusas demais obrigações tributárias e acessórias para dar cumprimento ao Contrato. Também é de responsabilidade da CONTRATADA arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades causadas ao PALCOPARANÁ e/ou a terceiros, provocados por ineficiência, irregularidades, negligência cometidas na execução do Contrato.

13.5.- A CONTRATADA deverá manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão em hipótese alguma qualquer relação de emprego com esta instituição.

13.6.- A CONTRATADA deverá, durante toda a execução do contrato, manter a compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório, sob pena de rescisão por descumprimento contratual.

13.7.- A CONTRATADA deverá comprovar sempre que solicitado, que está cumprindo a legislação em vigor, quanto às obrigações assumidas na licitação, como encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários e fiscais.

13.8.- A CONTRATADA não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência e concordância do PALCOPARANÁ.

13.9.- Não será permitida a subcontratação.

13.10.- Será admissível a continuidade do contrato quando houver fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com outra pessoa jurídica, desde que:

a) Sejam observados pela pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original.

b) Sejam mantidas as cláusulas e condições contratuais.

c) Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência do PALCOPARANÁ.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

PROTOCOLO
Fls. 172
Mov. 13
INTEGRADO DO ESTADO

d) A alteração subjetiva a que se refere este item deverá ser feita por termo aditivo ao contrato.

13.11.- A CONTRATADA deverá apresentar comprovante de registro no PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador (Lei nº 6.321/1976), e conformidades com as Leis Trabalhistas vigentes.

13.12.- A CONTRATADA deverá realizar a comprovação de capacidade técnica, através de atestado, onde conste o desempenho da licitante, fornecido por empresas, em papel timbrado e identificação do atestante.

13.13.- A CONTRATADA deverá realizar a manutenção de nutricionistas em seu quadro de empregados no Estado do Paraná, caso possua filial ou matriz no Paraná, com a finalidade de fiscalizar as condições dos estabelecimentos credenciados.

13.14.- A CONTRATADA deverá promover a sinalização por adesivos e selos identificadores e outros serviços de apoio e logística que otimizem e facilitem o uso pelos beneficiários da sua rede de estabelecimentos credenciados/conveniados.

13.15.- A CONTRATADA deverá garantir o sigilo das informações pessoais dos usuários sendo vedada a utilização dos dados para qualquer outro fim que não seja o previsto nesta licitação.

13.16.- O reembolso aos estabelecimentos credenciados é de inteira responsabilidade da CONTRATADA, que deverá ser feito pontualmente, durante o período da sua validade, independente da vigência do contrato, ficando claro que o PALCOPARANÁ não responderá por esse reembolso.

13.17.- O PALCOPARANÁ poderá solicitar a comprovação do reembolso à rede credenciada a qualquer momento, a partir do início da contratação. O não atendimento pela CONTRATADA poderá acarretar em penalidades contratuais.

14. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE:

14.1.- O PALCOPARANÁ, por seus representantes, deverá fornecer informações necessárias à perfeita execução do objeto contratado, bem como deverá efetuar os pagamentos nas datas e condições estabelecidas, conforme item 11.1.

15. PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO:

15.1.- A fiscalização na entrega e controle referente à quantidade e qualidade da prestação dos serviços será de competência e responsabilidade do PALCOPARANÁ.

16. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

16.1.- As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta do PALCOPARANÁ, cujos recursos financeiros são disponibilizados por força do contrato de gestão assinado com o Estado do Paraná (denominação dada pela Lei n.º 18.381, de 15/12/2014), tendo como intermediário o Centro Cultural Teatro Guaíra.

16.2.- Para atendimento ao pagamento para este contrato, conta-se com a dotação orçamentária disponibilizada através do Orçamento do Projeto Atividade n.º 4448 – Gerenciamento do Contrato de Gestão com PALCOPARANÁ, dotação 05132.5132.13.392.15.4448.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 173
Mov. 13

17. <u>SANÇÕES ADMINISTRATIVAS</u>:

17.1.- Pela inexecução total ou parcial do Contrato, o **PALCOPARANÁ**, poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA**, as sanções previstas no artigo 147 e seguintes da Lei 15608/07 e/ou artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

18. <u>LOCAL DA ENTREGA DOS CARTÕES</u>:

Rua XV de Novembro, 971, Centro, Curitiba – PR, CEP 80060-000.

Curitiba, xx de Julho de 2019

Nicole Lemanczyk
Diretora Administrativa Financeira
PALCOPARANA

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

PROTOCOLO
Fls. 174
Mov. 13
INTEGRADO DO ESTADO

EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO - Minuta
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO
FORNECIMENTO DE VALE-ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO ATRAVÉS DE CARTÃO COM CHIP ELETRÔNICO DE SEGURANÇA

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º xx/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO

Curitiba, de de 2019.

Ao Serviço Social Autônomo PALCOPARANÁ,

Rua XV de Novembro, 971, Centro,

Curitiba–PR

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO 01/2019

Prezados Senhores:

Apresentamos, a seguir, nossa proposta de preço, base JULHO 2019, elaborada em conformidade com as especificações contidas no edital em referência:

1. OBJETO, ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS E PREÇO PROPOSTO- LOTE ÚNICO

VALOR GLOBAL(VG) = R$ xxx,xx (xxxx reais e xx centavos)

Sendo VG =

Valor Mensal de Créditos (VMC)	Nº de Funcionários (NF)	Taxa de Administração (TA)	Meses (M)
R$ 352,00	72	X,XX%	12

TOTAL DO CONTRATO = VMC x NF x (1+TA) x 12

Obs.: A taxa de administração poderá ser negativa (desconto), igual a zero, ou positiva, contudo não poderá ser superior a 1%.

2. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

O prazo de validade da presente proposta é de 90 (noventa) dias contados da data da disputa.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 175
Mov. 13

3. <u>IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE</u>

Nome ou razão social:

CNPJ/MF nº:

Endereço completo (logradouro, nº, bairro, cidade, Estado):

Fone/Fax Endereço eletrônico:

Nome do representante da empresa indicado para contato:

Cargo:

Fone/Fax E-mail:

A presente proposta foi elaborada com estrita observância às exigências do edital do Pregão Eletrônico em referência e seus anexos, e foram considerados os custos diretos e indiretos inclusive frete, tributos e/ou taxas, impostos e etc.

O prazo de entrega do serviço será de no máximo 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço, pela CONTRATADA, conforme as condições descritas neste Edital.

Local e data

(nome da proponente e

nome/RG/assinatura de seu representante legal ou de seu procurador)

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 176
Mov. 13

EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO - Minuta
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO
FORNECIMENTO DE VALE-ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO ATRAVÉS DE CARTÃO COM CHIP ELETRÔNICO DE SEGURANÇA

ANEXO III - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º xx/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO

A licitante arrematante deverá encaminhar ao Serviço Social Autônomo **PALCOPARANÁ** no prazo máximo de 03 (três) dias úteis após o encerramento da disputa, com a finalidade de comprovar a habilitação jurídica, a qualificação técnica, a qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art.7º da Constituição Federal os seguintes documentos:

1. PROPOSTA:

1.1 Planilha de custos com especificação detalhada e preço unitário, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, contendo, no máximo duas casas após a vírgula (anexo II).

2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

2.1 Apresentar um dos documentos a seguir, de acordo com o regime jurídico da proponente:

a) registro comercial, no caso de empresa individual;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores.

2.2 A comprovação do Ato Constitutivo em vigor poderá ser feita mediante apresentação do Contrato Social, ou do Estatuto, acompanhado de todas as alterações posteriores, se houver, ou pelo Contrato Consolidado acompanhado das alterações posteriores, se houver ou, ainda, pela Certidão Simplificada da Junta Comercial.

3. REGULARIDADE FISCAL:

3.1 Apresentar os documentos a seguir, em plena validade na data de abertura da licitação:

a) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

b) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual ou do Distrito Federal, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos com os Tributos e Contribuições Estaduais ou do Distrito Federal do domicílio da licitante;

c) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação Certidão Negativa de Débitos com os Tributos e Contribuições Municipais (exceto Imobiliários) do domicílio da licitante;

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 177
Mov. 13

d) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) expedido pela Caixa Econômica Federal;

e) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral ou prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ/MF da licitante;

f) prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, na forma da Lei Federal nº 12.440/11.

4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

4.1 Certidão Negativa de Falência, ou Certidão Negativa de Insolvência Civil e/ou Execução Patrimonial Concursal, expedida pelo cartório distribuidor do domicílio da proponente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias anteriores da data fixada para abertura do presente Pregão.

4.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação econômico-financeira da empresa que será extraída do balanço patrimonial, mediante cálculo dos seguintes índices:

Índice de liquidez Corrente (ILC) igual ou superior a 1,0 (um) apurado pelo quociente:

$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Índice de liquidez Geral (ILG) igual ou superior a 1,0 (um) apurado pelo quociente:

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a longo prazo}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a longo prazo}}$$

Grau de endividamento (GE) igual ou inferior a 0,80 (zero vírgula oitenta) apurado pelo quociente:

$$GE = \frac{\text{Passivo Circulante + Exigível a longo prazo}}{\text{Ativo Total}}$$

a) O cálculo dos índices deverão ser apresentados pela proponente por meio de declaração assinada por responsável pela empresa e pelo contador.

5. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal

- Declaração firmada pela proponente de que não possui, em seu quadro funcional, menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e nem menor de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 178
Mov. 13

aprendiz, a partir dos catorze anos (modelo do Anexo IV).

- DOCUMENTO COMPLEMENTAR
- Declaração de que se encontra desimpedida de participar da licitação, obrigando-se ainda, a declarar, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo da habilitação (modelo do Anexo IV).
- Declaração de cumprimentos dos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, de acordo com o Decreto nº 6252 de 22 de Março de 2006 (anexo V).
- Declaração de enquadramento no regime de microempresa ou empresa de pequeno porte de acordo com Modelo (Anexo VI) quando cabível.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

PROTOCOLO
Fls. 179
Mov. 13
INTEGRADO DO ESTADO

EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO - Minuta
PREGÃO ELETRÔNICO N.º xx/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO
FORNECIMENTO DE VALE-ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO ATRAVÉS DE CARTÃO COM CHIP ELETRÔNICO DE SEGURANÇA

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ARTIGO 27, INCISO V, DA LEI Nº 8.666/93
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO

DECLARAÇÃO

A (empresa) ,inscrita no CNPJ/MF sob o nº , participante do Pregão Eletrônico 01/2019, declara para os devidos fins, sob as penas da Lei, que:

1) não utiliza mão de obra direta ou indireta de menor de 18 (dezoito) anos para realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determinação constitucional e Lei nº 9.854/99;

2) inexistem fatos impeditivos para a habilitação desta empresa na presente licitação e não pesa contra a mesma declaração de inidoneidade expedida por Órgão da Administração Pública, estando ciente da obrigatoriedade de declarar a ocorrência de fatos supervenientes, conforme art. 32, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

Local e data

(nome da proponente e

nome/RG/assinatura de seu representante legal ou de seu procurador)

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 180
Mov. 13

EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO - Minuta
PREGÃO ELETRÔNICO N.º xx/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO
FORNECIMENTO DE VALE-ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO ATRAVÉS DE CARTÃO COM CHIP ELETRÔNICO DE SEGURANÇA

ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DECRETO ESTADUAL nº 6252/2006
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO

DECLARAÇÃO

*A (empresa)*_ _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº___, participante do Pregão Eletrônico **01/2019**, declara para os devidos fins, sob as penas da Lei, que:

1) Atende e subordina-se aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade sócio-ambiental, previstos no Decreto Estadual nº 6252, 22/03/2006 e nas demais normas legais de proteção ao meio ambiente.

Local e data

(nome da proponente e

nome/RG/assinatura de seu representante legal ou de seu procurador)

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 181
Mov. 13

EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO - Minuta
PREGÃO ELETRÔNICO N.º xx/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO
FORNECIMENTO DE VALE-ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO ATRAVÉS DE CARTÃO COM CHIP ELETRÔNICO DE SEGURANÇA

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO

DECLARAÇÃO

A (empresa) _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº ___ _____, Inscrição Estadual nº _____, com sede localizada no endereço ___ _____, por intermédio de seu representante legal Sr(a) _____, RG , CPF _____, declara, sob sanções administrativa cabíveis e sob as penas da lei, ser (microempresa ou empresa de pequeno porte) nos termos da legislação em vigor, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no parágrafo 4º do Artigo 3º da Lei Complementar nº123/06.

1) ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER ACOMPANHADA DA CERTIDÃO EXPEDIDA PELA JUNTA COMERCIAL, conforme artigo 8º da Instrução Normativa nº 103 de 30/04/2007 - DNRC - Departamento Nacional de Registro no Comércio.

Local e data

(nome da proponente e

nome/RG/assinatura de seu representante legal ou de seu procurador)

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 182
Mov. 13

EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO - Minuta
PREGÃO ELETRÔNICO N.º xx/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO
FORNECIMENTO DE VALE-ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO ATRAVÉS DE CARTÃO COM CHIP ELETRÔNICO DE SEGURANÇA

ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO AO PREGÃO ELETRÔNICO N.º xx/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO

PREGÃO ELETRÔNICO: xx/2019
TIPO: MENOR PREÇO
REGIME DE CONTRATAÇÃO: MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

A Empresa_____, devidamente inscrita no CNPJ sob nº. _____, com sua sede à (endereço completo), por seu representante legal o (a) Sr (a) _ , portador (a) do RG nº.___, e do CPF nº._____

em conformidade com o disposto no art. 4º, inciso VII, da Lei nº. 10.520/02 **DECLARA** que está apta a cumprir plenamente todos os requisitos exigidos no Edital que rege o certame acima indicado.

Local e data

(nome da proponente e

nome/RG/assinatura de seu representante legal ou de seu procurador)

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

PROTOCOLO
Fls. 183
Mov. 13
INTEGRADO DO ESTADO

EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO - Minuta
PREGÃO ELETRÔNICO N.º xx/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO
FORNECIMENTO DE VALE-ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO ATRAVÉS DE CARTÃO COM CHIP ELETRÔNICO DE SEGURANÇA

ANEXO VIII - MINUTA DO CONTRATO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º xx/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO

Contrato para fornecimento de Vale-alimentação/Refeição aos Empregados do SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ e a xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx vencedora do Pregão Eletrônico nº 001/2019,

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 25.298.788/0001-95, com sede na Rua XV de Novembro, 971, Centro, Curitiba, Paraná, CEP: 80.060-000, neste ato devidamente representado pela sua Diretora Presidente, em pleno exercício de seu mandato e funções, NICOLE BARÃO RAFFS, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG. n°. 5.425.636-1 SSP/PR e CPF sob n°. 020.621.669-66, residente e domiciliado nesta Capital, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa **xxxxxxxxxxxx,** estabelecida na rua xxxxxxxxxxx, nº xxx, xxxxxx, Curitiba/PR, inscrita no CNPJ sob nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, legalmente representada por xxxxxxxxxxxxxx, brasileiro/a, estado civil, portador da cédula de identidade nº xxxxxxxxx/PR e do CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, residente e domiciliado em Curitiba/PR, daqui por diante denominada simplesmente CONTRATADA firmam o presente Contrato de Prestação de Serviços de Gerenciamento de Créditos em cartão Alimentação/Refeição**,** tudo em conformidade com as especificações previamente estabelecidas no Termo de Referência do processo xx.xxx.xxx-x, em decorrência de Pregão Eletrônico e proposta da Contratada, os quais desde já ficam fazendo parte integrante e inseparável desse instrumento, independentemente de transcrição, o qual obedece ao preceituado pela Lei Federal nº. 8.666, de 21/06/1993 e suas alterações introduzidas posteriormente, bem como pela Lei Estadual 15.608/2007 e demais dispositivos que regem a matéria, mediante as cláusulas e condições abaixo descritas.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 184
Mov. 13

CLÁUSULA PRIMEIRA - Documentos Integrantes Deste Contrato

O fornecimento do Vale-alimentação/refeição obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como as disposições constantes dos documentos adiante enumerados, que compõem o processo de Pregão Eletrônico e que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato:

- Edital de Pregão Eletrônico nº xx/2019 com todos os seus Anexos;
- Proposta e documentos que a acompanham, firmados pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do Objeto

O presente contrato tem por objeto o fornecimento de Vale-alimentação/refeição, através de créditos mensais em cartões magnéticos, para empregados da CONTRATANTE, de acordo com as condições e especificações constantes do Edital do Pregão Eletrônico xx/2019 e conforme proposta comercial da empresa CONTRATADA datada de .... /..... /..... .

CLÁUSULA TERCEIRA - Do Preço

A CONTRATANTE se obriga a pagar à CONTRATADA os seguintes valores:

VALOR GLOBAL(VG) = R$ XXX,XX (XXXXX reais e XX centavos)

Sendo VG =

Valor Mensal de Créditos (VMC)	Nº de Funcionários (NF)	Taxa de Administração (TA)	Meses (M)
R$ xxx,xx	xx	X,XX%	12

VG = VMC x NF x (1+TA) x 12

Parágrafo Primeiro: A quantidade prevista nesta Cláusula é uma estimativa, podendo variar de acordo com a quantidade de empregados existentes na CONTRATANTE e o benefício previsto na Convenção Coletiva da Categoria, não cabendo à CONTRATADA quaisquer direitos caso referidos valores não sejam atingidos durante a vigência do Contrato.

Parágrafo Segundo: Na hipótese de alteração do valor mensal dos créditos ou do total de empregados da CONTRATANTE, o percentual da taxa de administração deverá ser mantido.

CLÁUSULA QUARTA - Do Pagamento

Cumpridas as obrigações contratuais dispostas neste instrumento e no edital do Pregão Eletrônico xx/2019, o pagamento será efetuado pela CONTRATANTE em até 05 (cinco) dias após a data do protocolo de entrega da Nota Fiscal, devidamente atestada pela fiscalização competente.

Parágrafo Primeiro: O pagamento será efetivado via sistema eletrônico até a data do vencimento, à ordem do favorecido, no banco, agência e conta designados, ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, não podendo ser

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 185
Mov. 13

imposta qualquer espécie de multa ou juros moratórios por demora de até 03 (três dias) úteis que ultrapassar a data do vencimento, após a data da referida Ordem Bancária, se emitida tempestivamente.

Parágrafo Segundo: Ocorrendo atraso para pagamento superior ao prazo previsto, a CONTRATANTE pagará o principal acrescido da correção oficial vigente à época, aplicada a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional, *pro rata die.*

Parágrafo Terceiro: O CNPJ/MF constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta, sob pena de não ser efetuado o pagamento.

Parágrafo Quarto: Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que tenha sido imposta à CONTRATADA pela CONTRATANTE, em decorrência de penalidade ou inadimplência, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo Quinto: O pagamento somente será realizado mediante apresentação de comprovantes de não existência de débitos com a Previdência, FGTS e certidões negativas de débitos referentes à Fazenda Federal, Estadual e Municipal.

CLÁUSULA QUINTA - Obrigações Da Contratada:

a) Fornecer a quantidade de cartões de acordo com o número atual de empregados sem ônus para a CONTRATANTE até o prazo de 10(dez) dias após assinatura deste instrumento contratual;

b) Creditar até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, os valores devidos de acordo com o solicitado;

c) Fornecer à CONTRATANTE nota fiscal/fatura dos valores provisionados mais taxa de administração;

d) Contar com uma rede de estabelecimentos que estejam integrados ao Sistema oferecido pela CONTRATADA, adaptando-se às necessidades da CONTRATANTE, conforme item 6.1 do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico xx/2019;

e) Assegurar aos usuários do Sistema atendimento satisfatório, através dos estabelecimentos integrantes da rede;

f) Reembolsar os estabelecimentos credenciados, no tocante ao valor do benefício contido nos cartões utilizados, na forma ajustada entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA;

g) Personalizar os cartões magnéticos a serem fornecidos, com fundo de segurança, código, nome da empresa fornecedora e compradora, valor em algarismos e validade;

h) Entregar os cartões de Vale-alimentação / refeição no local previamente ajustado pela parte CONTRATANTE;

i) Manter atualizadas junto à CONTRATANTE as provas de sua adimplência com a Seguridade Social (Certidão Negativa de Débitos – CND), bem como da quitação de impostos e outros gravames que incidam sobre a atividade do contrato, sob pena de suspensão dos pagamentos a que tiver direito;

j) Fornecer suporte técnico para solução de eventuais problemas constatados pela CONTRATANTE;

k) Assegurar aos usuários o crédito mensal eletrônico, bem como, o funcionamento do

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 186
Mov. 13

sistema online, com a possibilidade de contato telefônico por meio de SAC, de forma gratuita e 24h por dia, o qual englobe serviços de comunicação de perda, roubo, extravio ou dano, bloqueio e desbloqueio e solicitação de 2ª (segunda) via de cartão magnético e/ou eletrônico e senha;

l) Substituir, obrigatoriamente, os cartões que apresentarem qualquer tipo de defeito, sem qualquer ônus ou custo adicional;

m) Ter obrigatoriamente em sua rede conveniada estabelecimentos comerciais nas localidades indicadas nos itens 6.1 do Anexo I (Termo de Referência), mantendo, nos referidos estabelecimentos, em locais de fácil visualização, a indicação de adesão por meio de placas, selos identificadores, adesivos ou qualquer outro meio de identificação;

n) Providenciar o credenciamento de outros estabelecimentos, caso ocorra alteração da rede conveniada, de forma a garantir o padrão de qualidade e atendimento, em número suficiente de estabelecimentos, durante todo o Contrato, inclusive quando solicitado, se constatadas irregularidades no estabelecimento conveniado, tais como: má qualidade da alimentação e falta de higiene;

o) Garantir a qualidade de sua rede conveniada, fiscalizando as instalações internas e externas dos estabelecimentos conveniados, condições de higiene, bem como a qualidade da alimentação servida, de acordo com as determinações contidas no PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador) e demais legislações aplicáveis à espécie;

p) Permitir o acúmulo de créditos e disponibilizar os valores remanescentes dos respectivos cartões enquanto durar a vigência do contrato;

q) Disponibilizar a CONTRATANTE, sistema próprio para pedidos de créditos mensais, solicitação de emissão dos cartões, no prazo de 10 (dez) dias corridos da assinatura do Contrato. Este sistema deverá possibilitar também o acompanhamento dos pedidos e consulta via WEB;

r) Manter sigilo quanto às informações dos empregados do PALCOPARANÁ contidas no banco de dados da Contratada;

s) Informar à Administração sobre a ocorrência de fatos que possam interferir, direta ou indiretamente, na entrega a ser efetuada.

Parágrafo Primeiro: As características dos cartões (formato, impressão, e outras), pertencem exclusivamente à CONTRATADA, cabendo-lhe o direito de alterá-las ou substituí-las segundo seus critérios, sem qualquer consulta à CONTRATANTE, desde que, obedeça aos critérios do item “g” da presente cláusula;

Parágrafo Segundo: Não ocorrendo o crédito nos cartões no prazo previsto no item “b” desta cláusula, a CONTRATADA pagará multa de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do montante a ser suprido nos cartões magnéticos.

CLÁUSULA SEXTA - Obrigações Da Contratante:

a) Encaminhar planilha com quantitativo de empregados e informações necessárias para emissão dos cartões;

b) Efetuar o pagamento correspondente aos créditos acrescidos da taxa de administração, no prazo previsto na Cláusula 4ª;

c) Exercer a fiscalização dos produtos e serviços por servidores especialmente designados e documentar as ocorrências havidas;

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 187
Mov. 13

d) Proporcionar à CONTRATADA as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratados;

e) Prestar aos empregados da CONTRATADA todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados;

f) Efetuar os pagamentos devidos;

g) Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo;

h) Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.

CLÁUSULA SÉTIMA - Da Responsabilidade Do Gerenciamento

A CONTRATANTE gerenciará o presente contrato, através do Setor de Administrativo, o qual é responsável pela conferência do recebimento, controle da qualidade e prazos do serviço entregue. Fica indicada primeiramente como gestora do presente contrato a empregada da CONTRATANTE, a Sra. Nicole Lemanczyk.

CLÁUSULA OITAVA - Da Vigência

A vigência do presente instrumento será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do presente instrumento, podendo ser prorrogado, se houver interesse das partes, nos termos do art. 103, II da Lei Estadual 15.608/07.

CLÁUSULA NONA - Das Penalidades

O não cumprimento das obrigações contratuais ensejará a aplicação das seguintes sanções, independentemente de outras previstas em lei:

I – Advertência;

II – Multas por inadimplência contratual: de mora de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso e compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da licitação por inadimplência total ao pactuado e ainda nos casos previstos no art. 152 – incisos I a III da lei 15.608/07.

II – Suspensão temporária do direito de licitar, de contratar com a Administração e, se for o caso, descredenciamento no CLE/SEAP, pelo prazo de até 02 (dois) anos, nos termos do art. 154 e seus incisos da Lei Estadual n.º 15.608/2007 ou enquanto perduram os motivos determinantes da punição.

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, após regular processo administrativo, onde fica garantido o direito a defesa e o exercício do amplo contraditório, conforme previsto nos incisos V e VI a seguir descrito,

V – As penalidades previstas nos incisos I, II, III e IV serão aplicadas mediante processo administrativo, pela autoridade competente responsável pela instauração e homologação do certame, garantindo-se o contraditório e ampla defesa ao interessado.

VI – Todas as penalidades descritas neste contrato somente serão aplicadas após a instauração de regular Processo Administrativo com o exercício da ampla defesa e o cumprimento do princípio constitucional do contraditório.

VII – As penalidades acima previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 188
Mov. 13

isolada ou cumulativamente.

VIII – As multas aplicadas deverão ser recolhidas à conta da CONTRATANTE no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação, podendo o seu valor ser descontado do documento de cobrança, na ocasião de seu pagamento.

IX – As multas, quando não recolhidas ou descontadas no prazo descrito no item anterior deste contrato sofrerão reajuste pelo Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas (IGPM/FGV).

X – Além das multas estabelecidas, a CONTRATANTE poderá recusar os bens, se sua prestação não estiver de acordo com o exigido na descrição do objeto deste contrato e demais documentos que o compõem, e não for corrigida imediatamente.

XI – As sanções poderão ser relevadas nas hipóteses de não cumprimento das obrigações por motivo de caso fortuito e de força maior, devidamente justificadas e comprovadas.

XII – Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Cadastro de Licitantes do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA - Dos Casos De Rescisão

O inadimplemento, por parte da CONTRATADA, das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato nos termos do artigo 128 e seguintes da Lei Estadual 15.608/07, assegurará à CONTRATANTE o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação por escrito, através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento.

Parágrafo Primeiro: Fica a critério do representante da CONTRATANTE declarar rescindido o contrato, nos termos do "*caput*" desta cláusula ou aplicar as multas de que trata a cláusula décima segunda deste contrato.

Parágrafo Segundo: Fica este contrato rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, em qualquer dos seguintes casos**:**

I – Não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos.

II – Cometimento de irregularidade grave no cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos.

III – Atraso injustificado da entrega do bem licitado.

IV – se forem frequentes e fundamentadas as reclamações quanto à qualidade dos serviços;

V – Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE, devidamente deduzidas em processo administrativo regularmente instaurado.

VI – Atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes de serviços prestados, salvo em caso de calamidade pública, grave per turbação da ordem interna ou guerra.

VII – Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

PROTOCOLO
Fls. 189
Mov. 13
INTEGRADO DO ESTADO

VIII – Decretação de falência, pedido de concordata ou instauração de insolvência civil da CONTRATADA;

IX – fusão ou incorporação à outra empresa sem prévia concordância da CONTRATANTE;

X – se a CONTRATADA revelar incapacidade, desaparelhamento ou inidoneidade durante a prestação dos serviços;

XI – Descumprimento do disposto no inciso V, do art. 73 da Lei nº 15.608/07.

***Parágrafo Terceiro*:** A rescisão deste contrato poderá ser:

I – Determinada por ato unilateral e escrito nos casos enumerados neste contrato.

II – Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração.

III – Judicial, nos termos da legislação processual, vigente à época da rescisão contratual.

Parágrafo Quarto: Nos casos de rescisão administrativa ou amigável que tratam, respectivamente, os itens I e II, do parágrafo anterior, haverá precedência de autorização escrita e fundamentada da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Das Alterações Contratuais

Este contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65 da Lei n.º 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Disposição Especial

Eventuais divergências entre o presente contrato e o Edital de Licitação nº xx/2019, prevalecerá os dispositivos do Edital nº xx/2019.

CLÁUSULA DÉCIMA TERÇA - Dos Casos Omissos

Os casos omissos serão resolvidos pela CONTRATANTE, à luz da legislação, da jurisprudência e da doutrina aplicável à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Do Foro

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, capital do Estado do Paraná, para dirimir quaisquer questões relativas a este contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo com o ajustado e contratado, as partes, através de seus representantes, firmam o presente contrato, em três vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

Curitiba, ... de..... de 2019.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

PROTOCOLO
Fls. 190
Mov. 13
INTEGRADO DO ESTADO

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ

CONTRATADA:

TESTEMUNHAS:

_____	_____
Nome:	**Nome:**
CPF nº	**CPF nº**

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 191
Mov. 14

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

PALCOPARANA

DIRETORA PRESIDENTE - PALCOPARANA

Protocolo:	15.417.176-2
Assunto:	contratação empresa de benefícios para funcionários.
Interessado:	PALCO PARANÁ
Data:	09/07/2019 09:40

DESPACHO

Tendo em vista o que dispõe a CLT e a Convenção Coletiva do Sindicato, o pagamento de vale refeição ou alimentação aos funcionários é medida que se impõe. Em sendo assim, autorizo a contratação pretendida, desde que haja disponibilidade orçamentária e financeira para fazê-la e desde que o processo respeite as exigências previstas nas legislações aplicáveis à espécie.

À Assessoria Jurídica para que informe sobre a legalidade da contratação nos termos propostos pelo requerente.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em: 09/07/2019 09:40. Assinado por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em: 09/07/2019 09:40. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 8feb67f14ed8f753f1bce17c5ba76b76

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 192
Mov. 15

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

PALCOPARANA

ASSESSORIA JURÍDICA

Protocolo:	15.417.176-2
Assunto:	contratação empresa de benefícios para funcionários.
Interessado:	PALCO PARANÁ
Data:	10/07/2019 17:37

DESPACHO

Prezada Sra. Diretora Presidente do Palcoparaná,

O presente procedimento tem por objetivo a contratação de empresa especializada "*no gerenciamento, emissão, distribuição, administração do benefício, fornecimento de documentos de legitimação, na forma de cartão Alimentação/Refeição eletrônico, magnético, ou de similar tecnologia, em PVC, com chip de segurança, com recargas mensais, sistema de controle de saldo e senha pessoal e intransferível, para validação das transações pelo usuário, na rede de estabelecimentos comerciais credenciados (que a empresa licitante mantenha convênio), no ato da aquisição dos gêneros alimentícios ou das refeições, para serem utilizados pelos empregados efetivos e comissionados do PALCOPARANÁ*".

A documentação acostada ao Protocolo nº 15.417.176-2, demonstra que o presente procedimento foi devidamente instruído com: ***(a)*** solicitação da Diretoria Administrativa Financeira do Palcoparaná, devidamente fundamentada acerca da necessidade da aquisição dos serviços - fls. 02/03; ***(b)*** minuta do edital - fls. 155/165; ***(c)*** termo de referência - fls. 166/173; ***(d)*** demais anexos (Modelo da Proposta; Relação dos Documentos de Habilitação; Modelo de Declaração de não utilização de mão de obra de menores e de inexistência de fato impeditivo; Modelo de Declaração de cumprimento ao Decreto n.º 6.252/06; Declaração de EPP e ME; Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação; e, Modelo de Minuta de Contrato) - fls. 174/190; e, ***(e)*** Portaria designando os pregoeiros e a equipe de apoio fls. 152.

Pois bem. Na análise da regularidade da **fase preparatória** da licitação na modalidade pregão, constata-se que o Decreto Estadual 4.880 /2001 não faz qualquer regulamentação, estabelece, porém, que a Lei Federal nº 10.520/2002 e pelo Decreto Federal nº 5.450/2005 devem ser aplicadas, no que couber.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Lucas Medeiros Vilches em: 10/07/2019 17:37.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 193
Mov. 15

Consequentemente, tem-se que a legislação supra mencionada determina que a fase preparatória do pregão deverá observar as seguintes etapas:

Lei 10.520/2002

Art. 3º. A fase preparatória do pregão observará o seguinte:

I - a autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento;

II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;

III - dos autos do procedimento constarão a justificativa das definições referidas no inciso I deste artigo e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como o orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados; e

IV - a autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

Decreto 5.450/2005

Art. 9º. Na fase preparatória do pregão, na forma eletrônica, será observado o seguinte:

I - elaboração de termo de referência pelo órgão requisitante, com indicação do objeto de forma precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou sua realização;

II - aprovação do termo de referência pela autoridade competente;

III - apresentação de justificativa da necessidade da contratação;

IV - elaboração do edital, estabelecendo critérios de aceitação das propostas;

V - definição das exigências de habilitação, das sanções aplicáveis, inclusive no que se refere aos prazos e às condições que, pelas suas particularidades, sejam consideradas relevantes para a celebração e execução do contrato e o atendimento das necessidades da administração; e

VI - designação do pregoeiro e de sua equipe de apoio.

Logo, ao se confrontar as informações e documentos constantes no presente procedimento com a legislação acima transcrita, tem-se que o presente procedimento cumpriu todos os requisitos legais, porquanto houve a elaboração: ***(i)***da justificativa da necessidade da contratação do bem ou serviço; ***(ii)*** do edital estabelecendo os requisitos de habilitação, julgamento, prazos, direitos e deveres das partes e as sanções aplicáveis; e, ***(iii)*** do termo de referência, estabelecendo de forma precisa, suficiente e clara o objeto da contratação. Além disso, há a designação de pregoeiro e sua equipe de apoio.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Lucas Medeiros Vilches em: 10/07/2019 17:37.

PROTOCOLO
Fls. 194
Mov. 15
INTEGRADO DO ESTADO

Assim, ante o exposto, havendo dotação orçamentária para adquirir os bens e os serviços solicitados, o que deverá ser devidamente atestado pela DIAF, opino pelo prosseguimento do presente procedimento, para que se dê início a fase externa da licitação.

Ao dispor para prestar esclarecimentos.

Atenciosamente,

Lucas Medeiros Vilches.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Lucas Medeiros Vilches em: 10/07/2019 17:37.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 195
Mov. 16

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

PALCOPARANA

DIRETORA PRESIDENTE - PALCOPARANA

Protocolo:	15.417.176-2
Assunto:	contratação empresa de benefícios para funcionários.
Interessado:	PALCO PARANÁ
Data:	12/07/2019 14:25

DESPACHO

Com base na Informação Jurídica, fls. 192 a 194, evento nº 15, aprovo o termo de referência. À DIAFI para que se manifeste sobre a disponibilidade orçamentária e financeira e para que dê prosseguimento ao feito.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em: 12/07/2019 14:25. Assinado por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em: 12/07/2019 14:25. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: a28ca0e2517a75cdd9b4559402bf0a27

PROTOCOLO
Fls. 196
Mov. 17
INTEGRADO DO ESTADO

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Processo nº 15.417.176-2
Objeto: Contratação de empresa de benefícios para os Funcionários Palcoparaná - alimentação
Valor estimado para a contratação: R$ 304.128,00 (trezentos e quatro mil, cento e vinte e oito reais)
Rubricas orçamentárias: 3.3.90.46.03 – Auxilio Alimentação - RGPS

Eu, no exercício da função de ordenadora de despesas, nos termos do § 1º do art. 80 do Decreto-Lei 200/67 e dos incisos I e II do art. 167 da CRFB/1988, bem como do inciso III do § 2º e do § 9º do art. 7º, do art. 14 e do art. 39, todos da Lei 8.666/93; ***declaro que há disponibilidade orçamentária e financeira suficiente para a cobertura da despesa que se pretende realizar***, conforme objeto, valor e rubricas orçamentárias.

Curitiba, 12 de julho de 2019

_____

Nicole Lemanczyk
Diretora Administrativa Financeira
Palcoparaná

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 14:39. Assinado por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 14:40. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 908624c30fa034388567c2bbe409b0be

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 197
Mov. 18

Chamamento Público nº 001/2018 (item 6), a fim de garantir os princípios básicos da Constituição e legitimidade das propostas a serem inscritas:

RESOLVE

Art. 1º Por designar, *AD REFERENDUM*, a prorrogação do prazo e alteração do cronograma das fases do Chamamento Público nº 001/2018:

a) Entrega das propostas: até 29/03/2019 no endereço eletrônico: www.sistag.social.pr.gov.br, até as 17h00 do prazo final;

b) Fase de avaliação e classificação das propostas: 01/04/2019 à 10/05/2019;

c) Fase de verificação do cumprimento dos requisitos para celebração das OSC´s selecionadas, incluindo a incorrência dos impedimentos legais: 03/06/2019 à 05/07/2019;

d) Fase de aprovação do Plano de Trabalho apresentado e do regulamento de compras e contratações das OSC´s selecionadas: 08/07/2019 à 13/09/2019;

e) Fase de emissão de pareceres técnicos: 16/09/2019 à 18/10/2019;

f) Fase de celebração do instrumento de parceria: 21/10/2019 à 18/12/2019.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE

Curitiba, 12 de fevereiro de 2019.

José Araújo da Silva
Vice-Presidente do Conselho Estadual dos Direitos do Idoso
No exercício da Presidência

11902/2019

Secretaria de Desenvolvimento Urbano

COMEC

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DO ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO
COORDENACAO DA REGIAO METROPOLITANA DE CURITBA
PORTARIA Nº 05/2019 – COMEC

EMENTA: Designar servidor para atuar como Coordenador do Departamento de Planejamento da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba

O DIRETOR PRESIDENTE DA COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA- COMEC, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 16, incisos I e IV e o art. 33 do Decreto Estadual nº 698/1995, e o Decreto Estadual nº 060/21019,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar:

FELIPE CONSTANTINO, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.620.178-3, para atuar como Coordenador do Departamento de Planejamento da COMEC,

Art. 2º – Os efeitos da presente Portaria retroagem a data de 10/01/2019, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA Nº 08/2019 – COMEC

EMENTA: Nomeação de membros para a composição da Comissão Permanente de Procedimentos Patrimoniais – COPPA da COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - COMEC para o cumprimento do Manual de Procedimentos Contábeis Patrimoniais instituído pelo Poder Executivo do Estado do Paraná (cf. Decreto Estadual n.º 8.955/2018).

O DIRETOR PRESIDENTE DA COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA- COMEC, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 16, incisos I e IV e o art. 33 do Decreto Estadual nº 698/1995, e em cumprimento ao disposto no artigo 3º, III do Decreto Estadual n.º 8.955/2018: e o Decreto Estadual nº 060/21019;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear e constituir Comissão Permanente de Procedimentos Patrimoniais – COPPA da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC, com a competência para realizar os procedimentos contábeis estabelecidos pelo Decreto Estadual n.º 8.955/2018 e seu Anexo I (Manual de Procedimentos Contábeis Patrimoniais para o Reconhecimento, Mensuração, Evidenciação, Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável, Depreciação ,Amortização e Exaustão dos Bens Móveis, Bens Imóveis, Ativos de Infraestrutura, Bens do Patrimônio Cultural e Ativos Intangíveis), composta pelos seguintes servidores:

-PAULO MEDEIROS BARBOSA, portador da Cédula de Identidade RG n.º7.102.480-6, Presidente;

- ADÃO ROGÉRIO QUINTILIANO, portador da Cédula de Identidade RG n.º4.382.157-1, Membro titular;

- CARLA GERHARDT, portadora da Cédula de Identidade RG nº 5.924.728-0, Membro Titular;

- RUBIANE XAVIER DIAS, portadora da Cédula de Identidade RG nº 8.210.323-6, Membro Titular;

- CELESTE NAOMI INADA KIWARA, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 1.620.685-7, Membro suplente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se.

Curitiba, 12 de fevereiro de 2019.

GILSON SANTOS,

Diretor Presidente/COMEC

11975/2019

Secretaria da Cultura

Centro Cultural Teatro Guaíra

PORTARIA N°.005/2019 – DIPRE/CCTG

A Diretora Presidente do Centro Cultural Teatro Guaíra, no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto do CCTG, e art. 10, do Decreto Federal nº 5.450, de 31 de maio de 2005,

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar os servidores abaixo nominados para comporem a Comissão Permanente de Licitação desta Autarquia pelo Período de 01 (um) ano.

FUNÇÃO	NOME	R.G.
Presidente	Miriam Rocha Loures	3.397.249-0
Membro	Carlos G. dos Santos	5.799.703-6
Membro	Ronald P. Catarino	1.462.086-9
Membro	Ivan de Paula Souza	6.240.875-8
Suplente	Cesar Dias Palma	5.334.442-9

Art. 2º. Nos impedimentos do Presidente responderá o servidor Ronald Pedro Catarino.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Curitiba, 13 de fevereiro de 2019.

MONICA RISCHBIETER
Presidente

12054/2019

Secretaria da Educação

RESOLUÇÃO Nº 107/2019 - SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 – GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, considerando: a Lei nº 9394/1996, o Decreto Federal nº 5154/2004, as Deliberações nº 03/2013, 05/2013 e o Parecer nº 578/2018 - CEMEP, todos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer o Curso Técnico em Logística – Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios, concomitante ao Ensino Médio, com oferta presencial, do Colégio Estadual Professora Maria José Balzanelo Aguilera – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Tarcisa Kikuti, 55, no Município e NRE de Londrina.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 5152/2018, de 31/10/2018 e Parecer nº 3801/2018 – CEE/PR, com vigência até 09/10/2023.

§ 2º A Resolução nº 2251/2017, de 30/05/2017 e Parecer nº 158/2017 – CEE/PR, autorizaram o curso citado no art. 1º, com vigência até 01/06/2018.

§ 3º O ato de reconhecimento reporta-se ao período autorizado e o prazo de 05 (cinco) anos será contado no período de 01/06/2018 até 01/06/2023.

§ 4º A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do reconhecimento à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido no § 3º.

§ 5º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 29 de janeiro de 2019.

Maria Goreti Arantes Soares
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 108/2019 - SEED

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 14:48.

PROTOCOLO
Fls. 198
Mov. 19
INTEGRADO DO ESTADO

EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO

FORNECIMENTO DE VALE-ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO ATRAVÉS DE CARTÃO COM CHIP ELETRÔNICO DE SEGURANÇA

O SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos de interesse coletivo, inscrita no CNPJ nº 25.298.788/0001-95, com sede e foro na Capital do Estado do Paraná, situado na Rua XV de Novembro, 971, Centro, Curitiba/PR, a seguir denominado PALCOPARANÁ, por intermédio do Pregoeiro, torna público que realizará Licitação na modalidade "PREGÃO ELETRÔNICO" - Nº 01/2019 – "MENOR PREÇO" (MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO EM PORCENTAGEM)", do tipo menor preço, regida pela Constituição Estadual do Paraná, art. 27, XXI, Lei Federal nº 10.520/02, Lei Complementar Federal 123/06, Lei Estadual n° 15.608/07, Decreto Estadual nº 6.252/06, pelo Decreto Federal nº 5.450/05 e, pela Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações e legislação complementar, assim como aquelas estabelecidas por este Edital e as especificações e condições do Termo de Referência constante do Anexo I, em conformidade com a autorização contida nos autos do Processo nº 15.417.176-2.

1. OBJETO

1.1.- A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento, emissão, distribuição, administração do benefício, fornecimento de documentos de legitimação, na forma de cartão Alimentação/Refeição eletrônico, magnético, ou de similar tecnologia, em PVC, com chip de segurança, com recargas mensais, sistema de controle de saldo e senha pessoal e intransferível, para validação das transações pelo usuário, na rede de estabelecimentos comerciais credenciados (que a empresa licitante mantenha convênio), no ato da aquisição dos gêneros alimentícios ou das refeições, para serem utilizados pelos empregados efetivos e comissionados do PALCOPARANÁ, em conformidade com as especificações técnicas e serviços descritos no Anexo I - Termo de Referência.

1.2.- O benefício será disponibilizado na modalidade alimentação ou refeição, conforme escolha feita pelo usuário, empregado do PALCOPARANÁ.

2. DATA, HORÁRIO E INFORMAÇÕES

2.1.- Data limite para acolhimento das propostas eletrônicas: **30/07/2019** às 14h00min.

2.2.- Abertura da sessão de disputa de preços: **30/07/2019** às 14h30min.

2.3.- Número licitacoes-e – ID: **772945**

2.4.- Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília – DF.

2.5.- O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da Internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases, garantidas pelo sistema licitacoes-e do Banco do Brasil S/A.

2.6.- Os trabalhos serão conduzidos por Pregoeiro, servidor do Centro Cultural Teatro Guaíra, por força do Termo de Cooperação assinado entre o PALCOPARANÁ e esta Autarquia, mediante inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

PROTOCOLO
Fls. 199
Mov. 19
INTEGRADO DO ESTADO

aplicativo licitacoes-e constante da página eletrônica do Banco do Brasil S/A - www.licitacoes-e.com.br.

2.7.- Ocorrendo a decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes neste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil, ou de expediente normal, subsequente ao ora fixado.

2.8.- Na contagem de todos os prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

2.9.- Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente do PALCOPARANÁ.

2.10.- O Edital e seus anexos podem ser obtidos através da internet no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br ou pelo site da Instituição, www.palcoparana.org.

2.11.- Os esclarecimentos de dúvidas quanto ao Edital e seus anexos poderão ser solicitados por qualquer interessado até 02 (dois) dias úteis antes da data limite para o acolhimento das propostas, referida no item 2.1.- do Edital, exclusivamente através do e-mail administrativo@palcoparana.org e, obrigatoriamente, informar o e-mail do interessado ao qual serão enviados os esclarecimentos solicitados.

3. PARTICIPAÇÃO

3.1.- Poderão participar deste PREGÃO empresas legalmente estabelecidas no País, devidamente credenciadas junto ao provedor do sistema licitacoes-e, do ramo pertinente ao objeto desta Licitação e que atendam às exigências deste Edital.

3.2.- Não poderão participar do presente PREGÃO:

I - Consórcio de empresas ou cooperativas, sob forma alguma.

II - Empresa:

a) Declarada inidônea por órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal.

b) Suspensa de licitar ou contratar com a Administração Pública.

c) Que se encontre em falência, concurso de credores, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação.

d) Inadimplente com o PALCOPARANÁ ou cujo(s) diretor (es) tenha (m) participado de outra empresa que também se tornou inadimplente junto ao PALCOPARANÁ.

e) Que componha Grupo Econômico no qual pelo menos uma das empresas integrantes venha a participar da presente Licitação.

f) Que direta ou indiretamente, mantenham sociedade ou participação com servidor ou dirigente ligado a qualquer um dos órgãos envolvidos no processo em análise.

g) Que estejam em situação irregular perante a Fazenda Pública, em qualquer esfera da Administração, e também perante o INSS e o FGTS.

3.3.- Caso seja constatada qualquer situação irregular relativa à participação, a empresa licitante será desqualificada, ficando esta e seus representantes incursos nas sanções previstas no art. 90 da Lei n.º 8.666/93.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 200
Mov. 19

3.4.- A participação na presente Licitação implica para a empresa licitante a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes neste Edital e em seus Anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

4. CREDENCIAMENTO

4.1.- Somente poderão participar deste Pregão Eletrônico as licitantes devidamente credenciadas junto ao Banco do Brasil, o qual é provedor do sistema licitacoes-e, cujas informações poderão ser obtidas na página eletrônica www.licitacoes-e.com.br ou em qualquer agência do Banco do Brasil S/A sediada no País.

4.2.- As licitantes e seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor do sistema eletrônico, no prazo mínimo de 03 (três) dias úteis antes da realização do pregão.

4.3.- O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível para acesso ao sistema eletrônico.

4.4.- O uso da senha é de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao PALCOPARANÁ a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido de senha, ainda que por terceiros.

4.5.- A perda da senha ou a quebra do seu sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

4.6.- O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da licitante ou de seu representante e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.7.- Para dispor das prerrogativas estabelecidas pela Lei Complementar 123/06, as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão informar sua condição no credenciamento junto ao provedor do sistema, além de apresentar, como documento de habilitação, o Modelo do Anexo VI.

4.8.- O credenciamento no sistema licitacoes-e não dispensa a entrega dos documentos discriminados no Anexo III – Relação dos Documentos de Habilitação.

5. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

5.1.- Até 02 (dois) dias úteis antes da data limite para o acolhimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório deste pregão.

5.2.- Os pedidos de esclarecimentos ou providências deverão ser encaminhados ao e-mail administrativo@palcoparana.org.

5.3.- Serão juntadas ao processo de licitação as cópias das mensagens enviadas aos licitantes.

5.4.- O memorial da impugnação deverá ser protocolado diretamente na sede do PALCOPARANÁ, ou enviado via correios, no endereço indicado no item 9.2.-.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 201
Mov. 19

5.5.- A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório.

5.6.- Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, decidir sobre a impugnação apresentada.

5.7.- Acolhida a petição contra o ato convocatório, havendo modificação que importe em alteração substancial da elaboração das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

6. REMESSA ELETRÔNICA DAS PROPOSTAS

6.1.- As licitantes credenciadas deverão encaminhar as propostas exclusivamente através do sistema licitacoes-e, até a data e horário limite informados no item 2.1.- do Edital, podendo substituir ou excluí-las até a data e hora definidas para a abertura da sessão pública, quando, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

6.2.- A proposta deverá conter o objeto e o preço, conforme Anexo II deste Edital, bem como, estar em conformidade com as exigências contidas neste edital e seus anexos.

6.3.- O registro de recebimento da proposta deverá ser impresso e anexado ao processo licitatório como comprovante de entrega.

6.4.- O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de abertura da sessão de disputa de preços.

6.5.- A licitante poderá utilizar o campo “Observações adicionais” da tela ENTREGA DA PROPOSTA/DECLARAÇÕES do sistema licitacoes-e para prestar informações adicionais sobre a proposta.

6.6.- No envio da proposta, a licitante deverá declarar que cumpre plenamente todos os requisitos de habilitação além de manifestar pleno conhecimento e aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital.

6.7.- A proposta deverá compreender todos os custos, tributos, encargos que possam incidir no fornecimento ou execução do objeto, os quais são de responsabilidade exclusiva da licitante.

6.8.- Serão desclassificadas as propostas que:

a) Não atenderem às exigências do Edital e seus anexos, ou que contiverem defeitos capazes de dificultar o julgamento.

b) Apresentarem preços simbólicos ou irrisórios, ou ainda, manifestamente inexequíveis. Serão considerados inexequíveis aqueles preços cuja viabilidade não seja demonstrada pela licitante.

c) Apresentarem taxa superior à máxima admissível, definida no item 9.1.- do presente edital.

7. DA APLICABILIDADE DA LEI COMPLEMENTAR N° 123/2006

7.1.- Deverão ser observadas as disposições da Lei Complementar n° 123/2006 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

7.2.- Em relação à disputa do lote, será considerado empate quando as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5%

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 202
Mov. 19

(cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.2.1.- Neste caso, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada arrematante do lote, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

7.2.2.- A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

7.2.3.- Não ocorrendo a arrematação do lote pela microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma dos itens anteriores, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação de empate prevista do subitem 7.2.-, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.2.4.- No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem na situação de empate prevista do subitem 7.2.- será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.2.5.- Não existindo a situação de empate prevista do subitem 7.2.-, a licitante originalmente classificada em primeiro lugar será declarada arrematante do lote.

7.2.6.- O disposto no subitem 7.2.- somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

8. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

8.1.- Após o término do período de acolhimento de propostas, o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital.

8.2.- Todas as propostas classificadas serão consideradas para o oferecimento dos lances na fase de disputa.

8.3.- A partir da data e horário previsto no item 2.2.- do Edital, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4.- Iniciada a etapa competitiva, será considerado como primeiro lance, a proposta inicial de menor preço.

8.5.- As licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

8.6.- As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras da sua aceitação.

8.7.- A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.

8.8.- Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema eletrônico.

8.9.- Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 203
Mov. 19

real, do valor do menor lance registrado sem a identificação do detentor do lance.

8.10.- Os lances registrados serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante e não será possível cancelá-los ou invalidá-los.

8.11.- Serão desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista neste Edital.

8.12.- No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.

8.13.- Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do pregoeiro às participantes.

8.14.- A licitante deve acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.15.- A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro, mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual, será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.16.- Encerrada a etapa de lances, caso haja licitante que se enquadre como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que tenha apresentado lance até 5% (cinco por cento) superior ao da licitante de proposta de menor preço, desde que esta também não se enquadre como microempresa ou empresa de pequeno porte, ser-lhe-á dada oportunidade de, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos, ofertar nova proposta que deverá ser inferior à de menor preço.

8.17.- No caso de equivalência entre lances ofertados por ME e EPP que se encontrem no intervalo referido item anterior, o sistema realizará sorteio entre as empresas para identificar a que exercerá o direito de preferência para oferta de novo lance.

8.18.- Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas em ordem crescente de valor, será verificada a aceitabilidade da proposta melhor classificada.

8.19.- O Pregoeiro poderá negociar com a licitante, para que seja obtida redução de preço.

8.20.- Após a negociação com o pregoeiro e a manifestação deste, a licitante autora da melhor proposta deverá enviar, através de e-mail, no prazo de 30 (trinta) minutos, a proposta de preço atualizada, conforme modelo constante no Anexo III.

8.21.- Se a proposta mais bem classificada não for aceita, se a licitante não enviar os documentos de habilitação no prazo previsto no item 10.1.-, ou, ainda, se a licitante não atender às exigências de habilitação ou demais condições do Edital e seus anexos, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta adequada, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

8.22.- Não havendo manifestação motivada de intenção de recurso, conforme previsto no item 11.1.- e constatado o atendimento pleno às exigências Editalícias, será adjudicado o objeto licitado a licitante declarada vencedora.

8.23.- Da sessão pública eletrônica do pregão, será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das informações inseridas no sistema pelo

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 204
Mov. 19

Pregoeiro e pelas licitantes, das propostas apresentadas na ordem de classificação e dos eventuais recursos interpostos.

8.24.- Caso haja necessidade de suspensão da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, ficando intimadas, no mesmo ato, as licitantes participantes.

8.25.- Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste Edital e seus anexos, a proposta será desclassificada.

8.26.- Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital e seus anexos.

9. CRETÉRIO DE JULGAMENTO – TAXA ADMINISTRAÇÃO

9.1.- A Taxa de Administração máxima admissível para esta licitação é de 1,00% (um por cento), em conformidade com pesquisa de mercado realizada pelo PALCOPARANÁ, anexa ao processo.

9.2.- A proposta vencedora será aquela que oferecer a menor Taxa de Administração para o benefício, independentemente da modalidade.

9.3.- A Taxa de Administração deverá ser proposta em percentual, podendo ser positiva, zero ou negativa com duas casas decimais, que será aplicado sobre o valor que será consignado nos cartões, conforme ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO.

9.4.- O valor a ser cadastrado no sistema licitacoes-e, no campo “Valor total do lote”, deverá ser o resultado obtido da aplicação do percentual de Taxa de Administração sobre o valor hipotético de R$ 100,00. Assim, exemplificando:

a) Se a licitante ofertar 1,00% (um por cento) de Taxa de Administração, o valor a lançar no campo “Valor total do lote”, constante da tela ENTREGA DA PROPOSTA/ DECLARAÇÕES do sistema licitacoes-e, será de R$ 101,00 (cento e um reais);

b) Se a licitante ofertar 0,00% (zero) de Taxa de Administração, o valor a lançar no campo “Valor total do lote”, constante da tela ENTREGA DA PROPOSTA/DECLARAÇÕES do sistema licitacoes-e, será de R$ 100,00 (cem reais);

c) Se a licitante ofertar percentual negativo de 1,00% (um por cento) de Taxa de Administração, isto é, percentual de desconto, o valor a lançar no campo “Valor total do lote”, constante da tela ENTREGA DA PROPOSTA/DECLARAÇÕES do sistema licitacoes-e, será de R$ 99,00 (noventa e nove reais).

9.5.- Deverão estar incluídos, no valor de cada encomenda mensal, todos os custos diretos e indiretos para a entrega do objeto da contratação, inclusive as despesas com transportes, materiais, mão de obra, especializada ou não, seguros em geral, equipamentos, ferramentas, custos de emissão dos cartões, sejam eles 1ª via, mudanças de tipo de benefício (vale-alimentação para vale-refeição ou vice-versa), custo de instalação de equipamentos de carga e recarga de créditos, encargos da legislação social, trabalhista e previdenciária, por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de taxas, regulamentos e impostos municipais, estaduais e federais, entre outros que sejam necessários para a execução total e completa do objeto da contratação, sem que caiba à contratada, em qualquer caso, direito regressivo em relação ao PALCOPARANÁ.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 205
Mov. 19

10. HABILITAÇÃO

10.1.- Após o envio da Proposta atualizada e da manifestação do Pregoeiro, a licitante vencedora deverá enviar os documentos discriminados no Anexo III – Relação dos Documentos de Habilitação, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar do encerramento do pregão, sob pena de invalidação do respectivo ato de habilitação e a aplicação das penalidades cabíveis.

10.2.- Os documentos deverão ser encaminhados em suas vias originais ou cópias autenticadas, via correspondência ou entregue pessoalmente no seguinte endereço:

PALCOPARANÁ

A/C Sr. Pregoeiro

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2019 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Rua XV de Novembro, 971, Centro, Curitiba – PR, CEP 80060-000

(Nome da empresa licitante) (Endereço, Telefone e e-mail da empresa licitante)

10.3.- O prazo para envio dos documentos de habilitação poderá ser prorrogado a critério do Pregoeiro.

10.4.- As declarações deverão ser assinadas pelo representante legal da empresa, e poderão ser objeto de diligências do Pregoeiro e equipe de apoio, nos termos do §3º do art. 85 da Lei 15.608/2007.

10.5.- As ME e EPP, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

10.6.- Em se tratando de ME ou EPP, havendo alguma restrição na comprovação fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para o envio da documentação regularizada, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

10.7.- A não apresentação dos documentos, ou a falta de regularização implicará na declaração de inabilitado da licitante e sua desclassificação, assim como a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/02.

9.8.- Os vícios, de ordem formal serão analisados e julgados pelo Pregoeiro, nos estritos termos do art. 85 da Lei 15.608/2007, podendo ser saneados e corrigidos, se não infringirem a nenhuma norma legal ou disposição constante deste edital ou, ainda, se a licitante puder satisfazer as demais exigências editalícias no prazo fixado por este instrumento convocatório.

10.9.- As demais licitantes somente serão chamadas à apresentação de documentos de habilitação, para assinatura do contrato, na ordem de classificação, se a vencedora for declarada inabilitada.

11. RECURSOS

11.1.- Declarada a vencedora, ou se a mesma for declarada fracassada, qualquer licitante, inclusive aquelas que não participaram da disputa por desclassificação de proposta, poderão manifestar intenção de recurso através do sistema licitacoes-e no

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 206
Mov. 19

prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

11.2.- Ao fornecedor que manifestou a intenção de recurso, dentro do prazo definido neste Edital, será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

11.3.- As razões e contrarrazões dos recursos deverão ser protocoladas na sede do PALCOPARANA, indicada no item 10.2.-, nos prazos previstos no Edital.

11.4.- A interposição de recurso devidamente motivado, por qualquer licitante, inclusive aquela que venha a ser desclassificada antes da disputa, ocorrerá somente depois de declarada a vencedora pelo Pregoeiro.

11.5.- A falta de manifestação motivada da intenção de recorrer por parte da licitante implicará decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da Licitação pelo pregoeiro a vencedora.

11.6.- A impugnação ou o recurso interposto em desacordo com as condições deste Edital não será conhecido.

11.7.- O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.8.- Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, atendidos os requisitos do Edital, a autoridade competente homologará a Licitação.

12. CONTRATAÇÃO

12.1.- A contratação decorrente desta Licitação será formalizada mediante assinatura de contrato, conforme minuta constante no Anexo VIII, observado o Termo de Referência, o qual terá prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado mediante aditamento, a critério do PALCOPARANÁ, observados os limites impostos no artigo 103, II da Lei Estadual 15.608/07.

12.2.- A assinatura do instrumento contratual deverá ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da data da homologação da Licitação.

12.3.- O prazo de convocação poderá ser prorrogado, uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo PALCOPARANÁ.

12.4.- É facultado ao PALCOPARANÁ, quando a vencedora não comparecer no prazo estipulado no item 12.2.-, ou não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato, ou ainda, recusar-se a assiná-lo injustificadamente, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observado o disposto no item 14 do Edital.

12.5.- Caso a licitante remanescente, observada a ordem de classificação, não aceite a contratação nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, não serão aplicadas as sanções previstas no item 14 do Edital.

12.6.- Decorrido o prazo das propostas previsto no item 6.4.- sem a convocação para a contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 207
Mov. 19

13. DA FONTE DE RECURSOS

13.1.- As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta do PALCOPARANÁ, cujos recursos financeiros são disponibilizados por força do contrato de gestão assinado com o Estado do Paraná (denominação dada pela Lei n.º 18.381, de 15/12/2014), tendo como intermediário o Centro Cultural Teatro Guaíra.

13.2.- Para atendimento ao pagamento para este contrato, conta-se com a dotação orçamentária disponibilizada através do Orçamento do Projeto Atividade n.º 4448 – Gerenciamento do Contrato de Gestão com PALCOPARANÁ, dotação 05132.5132.13.392.15.4448.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1.- As licitantes estarão sujeitas às penalidades administrativas consignadas na Lei 8.666/93 e na Lei Estadual 15.608/07, não obstante as sanções previstas em contrato.

14.2.- A licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida no certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o PALCOPARANÁ, sendo facultado o registro da ocorrência nos sistemas oficiais de cadastramento de fornecedores.

14.3.- Em caso de atraso na entrega ou na execução do objeto ou na hipótese de não aceitação do mesmo, poderá o PALCOPARANÁ, a seu exclusivo critério, aplicar a licitante vencedora multa de 1% (um por cento) calculada sobre o valor mensal da Ordem de Fornecimento ou do Instrumento Contratual, por dia de atraso ocorrido, até o limite máximo de 30% (trinta por cento). Na hipótese de o atraso persistir por mais de 30 (trinta) dias, poderá o PALCOPARANÁ, a seu critério, considerar cancelada a Ordem de Fornecimento ou Instrumento Contratual, sem prejuízo da multa e de ressarcimento por eventuais perdas e danos verificados.

14.4.- Sem prejuízo das penalidades legalmente previstas, o Pregoeiro poderá desqualificar a licitante ou desclassificar a proposta comercial, podendo o PALCOPARANÁ rescindir o instrumento contratual, sem que isto gere direitos indenizatórios ou de reembolso, caso tome conhecimento de fato ou circunstância que desabone a idoneidade comercial ou afete a capacidade financeira, técnica ou jurídica da licitante.

14.5.- O Pregoeiro poderá reconsiderar a punição aplicada, ou fazer subir o recurso à autoridade competente, devidamente informado, que decidirá pelo seu provimento ou não.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1.- A licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus anexos, pois a simples participação no certame implica aceitação incondicional de seus termos, bem como representa o conhecimento integral do objeto em Licitação, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.

15.2.- No caso de eventual divergência entre o Edital de Licitação e seus anexos, prevalecerão as disposições do primeiro.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

PROTOCOLO
Fls. 208
Mov. 19
INTEGRADO DO ESTADO

15.3.- O PALCOPARANÁ reserva a si o direito de revogar a presente Licitação por razões de interesse público ou anulá-la, no todo ou em parte, por vício ou ilegalidade, nos termos do artigo 91 da Lei Estadual 15.608/07, bem como prorrogar o prazo para abertura da sessão.

15.4.- É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

15.5.- O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que sejam possíveis a aferição de sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da audiência pública do pregão. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados.

15.6.- Todas as questões omissas concernentes a esta licitação e à execução de seu objeto serão dirimidas pelo Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio.

ANEXOS:

São partes integrantes do presente Edital os seguintes Anexos:

ANEXO I – Termo de referência;

ANEXO II – Modelo da Proposta

ANEXO III – Relação dos Documentos de Habilitação

ANEXO IV - Modelo de Declaração de não utilização de mão de obra de menores e de inexistência de fato impeditivo;

ANEXO V - Modelo de Declaração de cumprimento ao Decreto n.º 6.252/06;

ANEXO VI - Declaração de EPP e ME;

ANEXO VII - Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação;

ANEXO VIII - Modelo de Minuta de Contrato.

=> O funcionário que subscreve este edital e seus anexos atesta que observou integralmente a Minuta.

Funcionário: André Luís Diener
Cargo: Assessor Técnico Especial

Curitiba - PR, 12 de julho de 2019.

Equipe de Apoio

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 209
Mov. 19

EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO
FORNECIMENTO DE VALE-ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO ATRAVÉS DE CARTÃO COM CHIP ELETRÔNICO DE SEGURANÇA

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO

1. OBJETO:

1.1.- A contratação de Prestação serviços de empresa especializada no gerenciamento, emissão, distribuição, administração do benefício, fornecimento de documentos de legitimação, na forma de cartão Alimentação/Refeição eletrônico, magnético, ou de similar tecnologia, em PVC, com chip de segurança, com recargas mensais, sistema de controle de saldo e senha pessoal e intransferível, para validação das transações pelo usuário, na rede de estabelecimentos comerciais credenciados (que a empresa licitante mantenha convênio), no ato da aquisição dos gêneros alimentícios ou das refeições, para serem utilizados pelos empregados efetivos e comissionados do PALCOPARANÁ.

2. JUSTIFICATIVA:

2.1.- A contratação do gerenciamento dos créditos de alimentação / refeição se faz necessário em atendimento a benefício concedido aos colaboradores por força da Convenção Coletiva de Trabalho, firmada pelo SECRASO/SENALBA-PR que representam as categorias profissionais dos empregados da Instituição, bem como, em observância à legislação trabalhista.

3. CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS:

3.1.- O auxílio deverá ser fornecido por meio de cartões magnéticos e/ou eletrônicos, com tecnologia de chip e sistema de controle de saldo.

3.2.- O cartão deverá ser entregue bloqueado. O desbloqueio deverá ser efetuado pelo usuário do cartão através de central de atendimento eletrônico disponibilizado pela contratada, por meio de senha pessoal e intransferível, por questões de segurança.

3.3.- O cartão deverá ter validade mínima de 12 (doze) meses, contados de sua emissão.

3.4.- A validação das transações, realizadas pelo usuário, deverão ocorrer no ato da aquisição/efetivação da compra nos estabelecimentos comerciais credenciados.

3.5.- Os cartões deverão ser entregues personalizados aos usuários, com nome do usuário, razão social, validade, conforme disposto na legislação aplicável, (art. 17 da portaria 03 de 1º de março de 2002 do Ministério do Trabalho e Emprego) dentro de envelope lacrado, individualizado.

3.6.- Os cartões deverão possibilitar a utilização do benefício na aquisição de gêneros alimentícios, em ampla e abrangente rede de estabelecimentos afiliados (Hipermercados, Supermercados, Mercados, Restaurantes, Lanchonetes, Mercearias, Açougues, Frutarias, Peixarias, Padarias, etc), de acordo com o definido na legislação que regulamenta o PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador.

3.7.- A Contratada deverá disponibilizar um manual básico de utilização aos usuários.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

PROTOCOLO
Fls. 210
Mov. 19
INTEGRADO DO ESTADO

3.8.- A primeira emissão de cartões deverá ocorrer em até 10 (dez) dias contados a partir da data da assinatura do contrato.

3.9.- A inclusão de novos beneficiários poderá ser efetuada a qualquer tempo pelo PALCOPARANÁ, diretamente no site da contratada ou com o arquivo de pedidos mensal, devendo em qualquer caso, as informações serem carregadas para a base de dados da CONTRATADA, de forma automática, ficando a disposição do PALCOPARANÁ consultas e ou alterações.

3.10.- A Contratada deverá disponibilizar os créditos referentes aos cartões por sistema eletrônico diretamente no cartão.

3.11.- A disponibilização dos créditos deve ocorrer de forma eletrônica, nas datas agendadas pelo PALCOPARANÁ, e a entrega dos cartões aos empregados deve ocorrer em até 05 (cinco) dias úteis após a solicitação formalizada.

3.12.- Os custos da emissão, fornecimento e entrega dos cartões, assim como os de manutenção do sistema informatizado e quaisquer outras despesas, deverão estar inclusos na taxa de administração contratada, não implicando quaisquer ônus extras para o PALCOPARANÁ ou para os beneficiários.

3.13.- A CONTRATADA deverá isentar a taxa de emissão do cartão, bem como a de reemissão.

3.14.- A CONTRATADA responsabilizar-se-á por quaisquer danos decorrentes de clonagem ou outro meio que inviabilize a utilização correta dos cartões, devendo repor os créditos existentes quando da informação e constatação do uso indevido, devendo a contratada dispor de meios tecnológicos de segurança tornando a utilização segura ao usuário.

4. DO SISTEMA INFORMATIZADO DE GERENCIAMENTO DOS BENEFÍCIOS:

4.1.- A CONTRATADA deverá disponibilizar via Internet, um sistema acessível que permita as seguintes operações:

4.1.1.- Funcionalidades ao PALCOPARANÁ:

- Inclusão/exclusão/consulta de beneficiários e seus dados (nome, CPF, tipo do benefício, número do cartão, tipo e valor do benefício).
- Alteração de cadastro da empresa.
- Alteração de cadastro do beneficiário, (nome, CPF, tipo do benefício, número do cartão, tipo e valor do benefício).
- Solicitação de cartões.
- Bloqueio de cartões.
- Solicitação de remissão de cartões.
- Envio de arquivo de pedidos de créditos, em formato.doc, .pdf, .xls, informando nome, cpf, valor, tipo de benefício.
- Solicitação de pedidos individualmente, para profissional específico e em determinado valor.
- Exclusão e alteração do benefício.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 211
Mov. 19

- Acompanhamento do status das solicitações.
- Reversão de créditos, sendo disponibilizados ao PALCOPARANÁ efetuar estorno de valores já creditados.
- Consulta e emissão de relação atualizada da rede de estabelecimentos conveniados.

4.1.2.- Funcionalidades a ser disponibilizadas aos usuários/beneficiários do PALCOPARANÁ:

- Alteração de senha.
- Bloqueio de cartão.
- Solicitação de remissão de cartão.
- Emissão de extrato detalhado com a data, valor dos créditos e dos débitos e locais de utilização.
- Consulta e emissão de relação atualizada da rede de estabelecimentos comerciais conveniados.

4.2.- A CONTRATADA deverá permitir a manutenção dos créditos já disponibilizados ao usuário, na hipótese dele deixar de integrar o sistema de cartão ou ter suspensa sua participação por qualquer motivo. A manutenção deverá se dar no período mínimo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da última disponibilização, não podendo haver o bloqueio do cartão.

5. SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CLIENTE:

5.1.- A contratada deverá disponibilizar serviço de atendimento ao cliente (SAC) 24 (vinte e quatro) horas por dia, por meio telefônico, para serviço de bloqueio e desbloqueio de cartões, bem como consulta de saldos. O serviço deverá ser disponibilizado através de discagem direta gratuita.

5.2.- Para atendimento, a identificação do usuário/beneficiário junto ao serviço ao Cliente, será mediante dados do cartão ou CPF do usuário/beneficiário, sem que seja necessário informar dados sobre o PALCOPARANÁ.

6. DOS ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS:

6.1.- Mínimo de 10 (dez) estabelecimentos (supermercados/mercados) e 03 (três) redes de hipermercados em toda a cidade, e, no mínimo 02 (dois) estabelecimentos num raio de 2km de distância da sede do PALCOPARANÁ (Item 2).

6.2.- A rede credenciada deverá ser demonstrada até a data de assinatura do Contrato, cujo descumprimento será motivo para desclassificação.

6.3.- A contratada deverá comprovar, sempre que solicitado pelo PALCOPARANÁ, uma lista com a rede de estabelecimentos credenciados, com respectivos endereços, razão social e telefone.

6.4.- Durante a vigência do contrato, a CONTRATADA deverá disponibilizar e manter, a rede de estabelecimentos credenciados, buscando inclusão de novos estabelecimentos, a fim de ampliar e melhorar o atendimento dos usuários do cartão-alimentação/refeição.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 212
Mov. 19

7. ESTIMATIVA DOS BENEFICIÁRIOS E VALORES DOS BENEFÍCIOS:

Beneficiários	Valor diário do benefício	Estimativa de beneficiários (cartões)	Valor total mensal estimado	Valor total anual estimado
Funcionários	R$ 16,00	72	R$ 25.344,00	R$ 304.128,00

7.1.- Os valores podem variar dependendo do número de beneficiários, (caso ocorra posse de novos servidores ou exonerações) e também alteração do valor do benefício fixado em Convenção Coletiva de Trabalho.

7.2.- Os Funcionários que realizam jornada de 04h/dia receberão 50% (cinquenta por cento) do valor diário do benefício.

8. PROPOSTAS:

8.1.- A taxa de administração devera ser proposta em percentual, com duas casas decimais, que será aplicada sobre o valor consignado nos cartões, conforme Anexo II deste Termo – Modelo De Proposta De Preço.

8.2.- A proposta vencedora será aquela que oferecer a menor Taxa de Administração para o benefício, independentemente da modalidade, observada a taxa máxima admissível, de acordo com o item 9 do presente termo.

8.3.- O valor a ser cadastrado no sistema licitacoes-e, no campo “Valor Total do Lote”, deverá ser aquele obtido com o resultado da aplicação do percentual referente à taxa de administração sobre o valor hipotético de R$ 100,00 (cem reais), conforme item 9.4.- do Edital.

8.4.- Não poderão ser cobradas tarifas para emissão, reemissão, entrega, ou demais taxas, devendo toda e qualquer tipo de despesa estar compreendida no valor proposto a título de taxa de administração.

8.5.- O valor da segunda via deverá estar explicitado na proposta da licitante, sob pena de não ser considerada, caso a licitante seja vencedora da licitação.

8.6.- O valor desta taxa não será julgado como vantagem, uma vez que não integra o preço dos serviços, já que quem pagará pela 2ª via será o empregado que solicitar, em caso de perda, roubo, extravio.

9. TAXA MÁXIMA ADMISSÍVEL:

9.1.- A taxa máxima admissível para esta licitação é de 1% (um por cento), em conformidade com a pesquisa de mercado realizada pelo PALCOPARANÁ, anexa ao processo.

10. HABILITAÇÃO:

10.1.- Apresentação de atestado de capacidade técnica a ser expedido por pessoa jurídica do direito público ou privado, que comprove a prestação de serviços fornecidos compatíveis ao objeto deste termo de referência.

10.2.- Certidão que comprove o devido credenciamento, em vigência, no PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), do Ministério do Trabalho.

10.3.- Apresentação de demais documentos que comprovem a regularidade jurídica,

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 213
Mov. 19

fiscal, trabalhista e econômico-financeira.

11. PAGAMENTO:

11.1.- O valor referente aos benefícios pagos aos empregados do PALCOPARANÁ e a taxa de administração serão quitados em até 05 (cinco) dias após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que esta esteja de acordo com os créditos consignados e a taxa de administração/emissão estabelecida na proposta de preços.

11.2.- O PALCOPARANÁ efetuará o pagamento dos valores mencionados no item 11.1 em parcelas mensais e sucessivas ou conforme solicitação.

11.3.- A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela CONTRATADA, obrigatoriamente com o número do CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e da proposta, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo aqueles de filiais e da matriz.

11.4.- As notas fiscais deverão ser enviadas para o seguinte endereço eletrônico: administrativo@palcoparana.org ou outro endereço a ser informado pela CONTRATANTE à CONTRATADA.

11.5.- O pagamento não isentará a CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações.

11.6.- Em caso de divergência entre o objeto da presente licitação e a Nota Fiscal/Fatura, todas as responsabilidades e possíveis custos gerados com a adequação do documento ficarão a cargo da CONTRATADA, e o prazo para pagamento será interrompido, reiniciando sua contagem a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura correta, caso em que não será devida nenhuma atualização financeira.

11.7.- O valor da contratação será composto de 02 (duas) parcelas, sendo uma, referente à remuneração dos serviços prestados (taxa de emissão e taxa de administração) e outra decorrente dos repasses dos valores, por meio de créditos inseridos nos cartões emitidos aos usuários.

11.8.- O PALCOPARANÁ estará eximido de cumprir os itens relativos às compensações financeiras nos casos em que a CONTRATADA houver concorrido direta ou indiretamente para a ocorrência do atraso.

11.9.- Os tributos, contribuições fiscais e parafiscais, bem como quaisquer outras despesas necessárias à execução dos serviços são de responsabilidade da CONTRATADA, podendo o PALCOPARANÁ exigir, a qualquer tempo, a comprovação de sua regularidade.

11.10.- A presente contratação será para fornecimento, sob demanda, de acordo com a necessidade do PALCOPARANÁ, não sendo esta obrigada a adquirir o valor total estimado. Portanto a empresa CONTRATADA não terá direito adquirido sobre o fornecimento do valor total estimado mensal de crédito.

11.11.- Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção dos tributos na fonte, de acordo com a Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

PROTOCOLO
Fls. 214
Mov. 19
INTEGRADO DO ESTADO

12. PRAZO DE VIGÊNCIA:

12.1.- O prazo do presente contrato de prestação dos serviços terá a vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado ou modificado através de Termo Aditivo, nos termos do Artigo 103, II da Lei 15.608/07.

12.2.- O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93.

13. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

13.1.- A CONTRATADA deverá prestar os serviços em compatibilidade com o contrato, observada as disposições da proposta, do Edital e do Termo de Referência.

13.2.- Para a execução dos serviços, a empresa CONTRATADA deverá fornecer todos os materiais necessários ao seu atendimento.

13.3.- Atender prontamente a exigências do PALCOPARANÁ, referentes ao objeto da presente contratação.

13.4.- É de responsabilidade da CONTRATADA todos os encargos e despesas necessárias à consecução dos serviços, objeto da presente contratação, bem como obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, ficando a CONTRATANTE isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos, inclusas demais obrigações tributárias e acessórias para dar cumprimento ao Contrato. Também é de responsabilidade da CONTRATADA arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades causadas ao PALCOPARANÁ e/ou a terceiros, provocados por ineficiência, irregularidades, negligência cometidas na execução do Contrato.

13.5.- A CONTRATADA deverá manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão em hipótese alguma qualquer relação de emprego com esta instituição.

13.6.- A CONTRATADA deverá, durante toda a execução do contrato, manter a compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório, sob pena de rescisão por descumprimento contratual.

13.7.- A CONTRATADA deverá comprovar sempre que solicitado, que está cumprindo a legislação em vigor, quanto às obrigações assumidas na licitação, como encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários e fiscais.

13.8.- A CONTRATADA não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência e concordância do PALCOPARANÁ.

13.9.- Não será permitida a subcontratação.

13.10.- Será admissível a continuidade do contrato quando houver fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com outra pessoa jurídica, desde que:

a) Sejam observados pela pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original.

b) Sejam mantidas as cláusulas e condições contratuais.

c) Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência do PALCOPARANÁ.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

PROTOCOLO
Fls. 215
Mov. 19
INTEGRADO DO ESTADO

d) A alteração subjetiva a que se refere este item deverá ser feita por termo aditivo ao contrato.

13.11.- A CONTRATADA deverá apresentar comprovante de registro no PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador (Lei nº 6.321/1976), e conformidades com as Leis Trabalhistas vigentes.

13.12.- A CONTRATADA deverá realizar a comprovação de capacidade técnica, através de atestado, onde conste o desempenho da licitante, fornecido por empresas, em papel timbrado e identificação do atestante.

13.13.- A CONTRATADA deverá realizar a manutenção de nutricionistas em seu quadro de empregados no Estado do Paraná, caso possua filial ou matriz no Paraná, com a finalidade de fiscalizar as condições dos estabelecimentos credenciados.

13.14.- A CONTRATADA deverá promover a sinalização por adesivos e selos identificadores e outros serviços de apoio e logística que otimizem e facilitem o uso pelos beneficiários da sua rede de estabelecimentos credenciados/conveniados.

13.15.- A CONTRATADA deverá garantir o sigilo das informações pessoais dos usuários sendo vedada a utilização dos dados para qualquer outro fim que não seja o previsto nesta licitação.

13.16.- O reembolso aos estabelecimentos credenciados é de inteira responsabilidade da CONTRATADA, que deverá ser feito pontualmente, durante o período da sua validade, independente da vigência do contrato, ficando claro que o PALCOPARANÁ não responderá por esse reembolso.

13.17.- O PALCOPARANÁ poderá solicitar a comprovação do reembolso à rede credenciada a qualquer momento, a partir do início da contratação. O não atendimento pela CONTRATADA poderá acarretar em penalidades contratuais.

14. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE:

14.1.- O PALCOPARANÁ, por seus representantes, deverá fornecer informações necessárias à perfeita execução do objeto contratado, bem como deverá efetuar os pagamentos nas datas e condições estabelecidas, conforme item 11.1.

15. PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO:

15.1.- A fiscalização na entrega e controle referente à quantidade e qualidade da prestação dos serviços será de competência e responsabilidade do PALCOPARANÁ.

16. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

16.1.- As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta do PALCOPARANÁ, cujos recursos financeiros são disponibilizados por força do contrato de gestão assinado com o Estado do Paraná (denominação dada pela Lei n.º 18.381, de 15/12/2014), tendo como intermediário o Centro Cultural Teatro Guaíra.

16.2.- Para atendimento ao pagamento para este contrato, conta-se com a dotação orçamentária disponibilizada através do Orçamento do Projeto Atividade n.º 4448 – Gerenciamento do Contrato de Gestão com PALCOPARANÁ, dotação 05132.5132.13.392.15.4448.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 216
Mov. 19

17. <u>SANÇÕES ADMINISTRATIVAS</u>:

17.1.- Pela inexecução total ou parcial do Contrato, o **PALCOPARANÁ**, poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA**, as sanções previstas no artigo 147 e seguintes da Lei 15608/07 e/ou artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

18. <u>LOCAL DA ENTREGA DOS CARTÕES</u>:

Rua XV de Novembro, 971, Centro, Curitiba – PR, CEP 80060-000.

Curitiba, 12 de Julho de 2019

Nicole Lemanczyk
Diretora Administrativa Financeira
PALCOPARANA

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

PROTOCOLO
Fls. 217
Mov. 19
INTEGRADO DO ESTADO

EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO
FORNECIMENTO DE VALE-ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO ATRAVÉS DE CARTÃO COM CHIP ELETRÔNICO DE SEGURANÇA

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO

Curitiba, de de 2019.

Ao Serviço Social Autônomo PALCOPARANÁ,

Rua XV de Novembro, 971, Centro,

Curitiba–PR

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO 01/2019

Prezados Senhores:

Apresentamos, a seguir, nossa proposta de preço, base JULHO 2019, elaborada em conformidade com as especificações contidas no edital em referência:

1. OBJETO, ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS E PREÇO PROPOSTO- LOTE ÚNICO

VALOR GLOBAL(VG) = R$ xxx,xx (xxxx reais e xx centavos)

Sendo VG =

Valor Mensal de Créditos (VMC)	Nº de Funcionários (NF)	Taxa de Administração (TA)	Meses (M)
R$ 352,00	72	X,XX%	12

TOTAL DO CONTRATO = VMC x NF x (1+TA) x 12

Obs.: A taxa de administração poderá ser negativa (desconto), igual a zero, ou positiva, contudo não poderá ser superior a 1%.

2. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

O prazo de validade da presente proposta é de 90 (noventa) dias contados da data da disputa.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

PROTOCOLO
Fls. 218
Mov. 19
INTEGRADO DO ESTADO

3. <u>IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE</u>

Nome ou razão social:

CNPJ/MF nº:

Endereço completo (logradouro, nº, bairro, cidade, Estado):

Fone/Fax Endereço eletrônico:

Nome do representante da empresa indicado para contato:

Cargo:

Fone/Fax E-mail:

A presente proposta foi elaborada com estrita observância às exigências do edital do Pregão Eletrônico em referência e seus anexos, e foram considerados os custos diretos e indiretos inclusive frete, tributos e/ou taxas, impostos e etc.

O prazo de entrega do serviço será de no máximo 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço, pela CONTRATADA, conforme as condições descritas neste Edital.

Local e data

(nome da proponente e

nome/RG/assinatura de seu representante legal ou de seu procurador)

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 219
Mov. 19

EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO
FORNECIMENTO DE VALE-ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO ATRAVÉS DE CARTÃO COM CHIP ELETRÔNICO DE SEGURANÇA

ANEXO III - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO

A licitante arrematante deverá encaminhar ao Serviço Social Autônomo **PALCOPARANÁ** no prazo máximo de 03 (três) dias úteis após o encerramento da disputa, com a finalidade de comprovar a habilitação jurídica, a qualificação técnica, a qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art.7º da Constituição Federal os seguintes documentos:

1. PROPOSTA:

1.1 Planilha de custos com especificação detalhada e preço unitário, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, contendo, no máximo duas casas após a vírgula (anexo II).

2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

2.1 Apresentar um dos documentos a seguir, de acordo com o regime jurídico da proponente:

a) registro comercial, no caso de empresa individual;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores.

2.2 A comprovação do Ato Constitutivo em vigor poderá ser feita mediante apresentação do Contrato Social, ou do Estatuto, acompanhado de todas as alterações posteriores, se houver, ou pelo Contrato Consolidado acompanhado das alterações posteriores, se houver ou, ainda, pela Certidão Simplificada da Junta Comercial.

3. REGULARIDADE FISCAL:

3.1 Apresentar os documentos a seguir, em plena validade na data de abertura da licitação:

a) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

b) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual ou do Distrito Federal, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos com os Tributos e Contribuições Estaduais ou do Distrito Federal do domicílio da licitante;

c) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação Certidão Negativa de Débitos com os Tributos e Contribuições Municipais (exceto Imobiliários) do domicílio da licitante;

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

PROTOCOLO
Fls. 220
Mov. 19
INTEGRADO DO ESTADO

d) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) expedido pela Caixa Econômica Federal;

e) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral ou prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ/MF da licitante;

f) prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, na forma da Lei Federal nº 12.440/11.

4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

4.1 Certidão Negativa de Falência, ou Certidão Negativa de Insolvência Civil e/ou Execução Patrimonial Concursal, expedida pelo cartório distribuidor do domicílio da proponente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias anteriores da data fixada para abertura do presente Pregão.

4.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação econômico-financeira da empresa que será extraída do balanço patrimonial, mediante cálculo dos seguintes índices:

Índice de liquidez Corrente (ILC) igual ou superior a 1,0 (um) apurado pelo quociente:

$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Índice de liquidez Geral (ILG) igual ou superior a 1,0 (um) apurado pelo quociente:

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a longo prazo}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a longo prazo}}$$

Grau de endividamento (GE) igual ou inferior a 0,80 (zero vírgula oitenta) apurado pelo quociente:

$$GE = \frac{\text{Passivo Circulante + Exigível a longo prazo}}{\text{Ativo Total}}$$

a) O cálculo dos índices deverão ser apresentados pela proponente por meio de declaração assinada por responsável pela empresa e pelo contador.

5. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal

- Declaração firmada pela proponente de que não possui, em seu quadro funcional, menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e nem menor de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 221
Mov. 19

aprendiz, a partir dos catorze anos (modelo do Anexo IV).

- DOCUMENTO COMPLEMENTAR
- Declaração de que se encontra desimpedida de participar da licitação, obrigando-se ainda, a declarar, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo da habilitação (modelo do Anexo IV).
- Declaração de cumprimentos dos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, de acordo com o Decreto nº 6252 de 22 de Março de 2006 (anexo V).
- Declaração de enquadramento no regime de microempresa ou empresa de pequeno porte de acordo com Modelo (Anexo VI) quando cabível.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

PROTOCOLO
Fls. 222
Mov. 19
INTEGRADO DO ESTADO

EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO
FORNECIMENTO DE VALE-ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO ATRAVÉS DE CARTÃO COM CHIP ELETRÔNICO DE SEGURANÇA

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ARTIGO 27, INCISO V, DA LEI Nº 8.666/93
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO

DECLARAÇÃO

A (empresa) ,inscrita no CNPJ/MF sob o nº , participante do Pregão Eletrônico 01/2019, declara para os devidos fins, sob as penas da Lei, que:

1) não utiliza mão de obra direta ou indireta de menor de 18 (dezoito) anos para realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determinação constitucional e Lei nº 9.854/99;

2) inexistem fatos impeditivos para a habilitação desta empresa na presente licitação e não pesa contra a mesma declaração de inidoneidade expedida por Órgão da Administração Pública, estando ciente da obrigatoriedade de declarar a ocorrência de fatos supervenientes, conforme art. 32, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

Local e data

(nome da proponente e

nome/RG/assinatura de seu representante legal ou de seu procurador)

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 223
Mov. 19

EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO
FORNECIMENTO DE VALE-ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO ATRAVÉS DE CARTÃO COM CHIP ELETRÔNICO DE SEGURANÇA

ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DECRETO ESTADUAL nº 6252/2006
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO

DECLARAÇÃO

*A (empresa)*_ _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº___, participante do Pregão Eletrônico **01/2019**, declara para os devidos fins, sob as penas da Lei, que:

1) Atende e subordina-se aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade sócio-ambiental, previstos no Decreto Estadual nº 6252, 22/03/2006 e nas demais normas legais de proteção ao meio ambiente.

Local e data

(nome da proponente e

nome/RG/assinatura de seu representante legal ou de seu procurador)

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

PROTOCOLO
Fls. 224
Mov. 19
INTEGRADO DO ESTADO

EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO
FORNECIMENTO DE VALE-ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO ATRAVÉS DE CARTÃO COM CHIP ELETRÔNICO DE SEGURANÇA

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO

DECLARAÇÃO

A (empresa) _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº ___ _____, Inscrição Estadual nº _____, com sede localizada no endereço ___ _____, por intermédio de seu representante legal Sr(a) _____, RG , CPF _____, declara, sob sanções administrativa cabíveis e sob as penas da lei, ser (microempresa ou empresa de pequeno porte) nos termos da legislação em vigor, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no parágrafo 4º do Artigo 3º da Lei Complementar nº123/06.

1) ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER ACOMPANHADA DA CERTIDÃO EXPEDIDA PELA JUNTA COMERCIAL, conforme artigo 8º da Instrução Normativa nº 103 de 30/04/2007 - DNRC - Departamento Nacional de Registro no Comércio.

Local e data

(nome da proponente e

nome/RG/assinatura de seu representante legal ou de seu procurador)

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

PROTOCOLO
Fls. 225
Mov. 19
INTEGRADO DO ESTADO

EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO
FORNECIMENTO DE VALE-ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO ATRAVÉS DE CARTÃO COM CHIP ELETRÔNICO DE SEGURANÇA

ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO AO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO

PREGÃO ELETRÔNICO: xx/2019
TIPO: MENOR PREÇO
REGIME DE CONTRATAÇÃO: MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

A Empresa_____, devidamente inscrita no CNPJ sob nº. _____, com sua sede à (endereço completo), por seu representante legal o (a) Sr (a) _ , portador (a) do RG nº.___, e do CPF nº._____

em conformidade com o disposto no art. 4º, inciso VII, da Lei nº. 10.520/02 **DECLARA** que está apta a cumprir plenamente todos os requisitos exigidos no Edital que rege o certame acima indicado.

Local e data

(nome da proponente e

nome/RG/assinatura de seu representante legal ou de seu procurador)

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

PROTOCOLO
Fls. 226
Mov. 19
INTEGRADO DO ESTADO

EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO
FORNECIMENTO DE VALE-ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO ATRAVÉS DE CARTÃO COM CHIP ELETRÔNICO DE SEGURANÇA

ANEXO VIII - MINUTA DO CONTRATO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO

Contrato para fornecimento de Vale-alimentação/Refeição aos Empregados do SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ e a xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx vencedora do Pregão Eletrônico nº 001/2019,

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 25.298.788/0001-95, com sede na Rua XV de Novembro, 971, Centro, Curitiba, Paraná, CEP: 80.060-000, neste ato devidamente representado pela sua Diretora Presidente, em pleno exercício de seu mandato e funções, NICOLE BARÃO RAFFS, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG. n°. 5.425.636-1 SSP/PR e CPF sob n°. 020.621.669-66, residente e domiciliado nesta Capital, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa **xxxxxxxxxxxx,** estabelecida na rua xxxxxxxxxxx, nº xxx, xxxxxx, Curitiba/PR, inscrita no CNPJ sob nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, legalmente representada por xxxxxxxxxxxxxx, brasileiro/a, estado civil, portador da cédula de identidade nº xxxxxxxxx/PR e do CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, residente e domiciliado em Curitiba/PR, daqui por diante denominada simplesmente CONTRATADA firmam o presente Contrato de Prestação de Serviços de Gerenciamento de Créditos em cartão Alimentação/Refeição**,** tudo em conformidade com as especificações previamente estabelecidas no Termo de Referência do processo xx.xxx.xxx-x, em decorrência de Pregão Eletrônico e proposta da Contratada, os quais desde já ficam fazendo parte integrante e inseparável desse instrumento, independentemente de transcrição, o qual obedece ao preceituado pela Lei Federal nº. 8.666, de 21/06/1993 e suas alterações introduzidas posteriormente, bem como pela Lei Estadual 15.608/2007 e demais dispositivos que regem a matéria, mediante as cláusulas e condições abaixo descritas.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

PROTOCOLO
Fls. 227
Mov. 19
INTEGRADO DO ESTADO

CLÁUSULA PRIMEIRA - Documentos Integrantes Deste Contrato

O fornecimento do Vale-alimentação/refeição obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como as disposições constantes dos documentos adiante enumerados, que compõem o processo de Pregão Eletrônico e que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato:

- Edital de Pregão Eletrônico nº xx/2019 com todos os seus Anexos;
- Proposta e documentos que a acompanham, firmados pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do Objeto

O presente contrato tem por objeto o fornecimento de Vale-alimentação/refeição, através de créditos mensais em cartões magnéticos, para empregados da CONTRATANTE, de acordo com as condições e especificações constantes do Edital do Pregão Eletrônico xx/2019 e conforme proposta comercial da empresa CONTRATADA datada de .... /..... /.....

CLÁUSULA TERCEIRA - Do Preço

A CONTRATANTE se obriga a pagar à CONTRATADA os seguintes valores:

VALOR GLOBAL(VG) = R$ XXX,XX (XXXXX reais e XX centavos)

Sendo VG =

Valor Mensal de Créditos (VMC)	Nº de Funcionários (NF)	Taxa de Administração (TA)	Meses (M)
R$ xxx,xx	xx	X,XX%	12

VG = VMC x NF x (1+TA) x 12

Parágrafo Primeiro: A quantidade prevista nesta Cláusula é uma estimativa, podendo variar de acordo com a quantidade de empregados existentes na CONTRATANTE e o benefício previsto na Convenção Coletiva da Categoria, não cabendo à CONTRATADA quaisquer direitos caso referidos valores não sejam atingidos durante a vigência do Contrato.

Parágrafo Segundo: Na hipótese de alteração do valor mensal dos créditos ou do total de empregados da CONTRATANTE, o percentual da taxa de administração deverá ser mantido.

CLÁUSULA QUARTA - Do Pagamento

Cumpridas as obrigações contratuais dispostas neste instrumento e no edital do Pregão Eletrônico xx/2019, o pagamento será efetuado pela CONTRATANTE em até 05 (cinco) dias após a data do protocolo de entrega da Nota Fiscal, devidamente atestada pela fiscalização competente.

Parágrafo Primeiro: O pagamento será efetivado via sistema eletrônico até a data do vencimento, à ordem do favorecido, no banco, agência e conta designados, ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, não podendo ser

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

PROTOCOLO
Fls. 228
Mov. 19
INTEGRADO DO ESTADO

imposta qualquer espécie de multa ou juros moratórios por demora de até 03 (três dias) úteis que ultrapassar a data do vencimento, após a data da referida Ordem Bancária, se emitida tempestivamente.

Parágrafo Segundo: Ocorrendo atraso para pagamento superior ao prazo previsto, a CONTRATANTE pagará o principal acrescido da correção oficial vigente à época, aplicada a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional, *pro rata die.*

Parágrafo Terceiro: O CNPJ/MF constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta, sob pena de não ser efetuado o pagamento.

Parágrafo Quarto: Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que tenha sido imposta à CONTRATADA pela CONTRATANTE, em decorrência de penalidade ou inadimplência, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo Quinto: O pagamento somente será realizado mediante apresentação de comprovantes de não existência de débitos com a Previdência, FGTS e certidões negativas de débitos referentes à Fazenda Federal, Estadual e Municipal.

CLÁUSULA QUINTA - Obrigações Da Contratada:

a) Fornecer a quantidade de cartões de acordo com o número atual de empregados sem ônus para a CONTRATANTE até o prazo de 10(dez) dias após assinatura deste instrumento contratual;

b) Creditar até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, os valores devidos de acordo com o solicitado;

c) Fornecer à CONTRATANTE nota fiscal/fatura dos valores provisionados mais taxa de administração;

d) Contar com uma rede de estabelecimentos que estejam integrados ao Sistema oferecido pela CONTRATADA, adaptando-se às necessidades da CONTRATANTE, conforme item 6.1 do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico xx/2019;

e) Assegurar aos usuários do Sistema atendimento satisfatório, através dos estabelecimentos integrantes da rede;

f) Reembolsar os estabelecimentos credenciados, no tocante ao valor do benefício contido nos cartões utilizados, na forma ajustada entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA;

g) Personalizar os cartões magnéticos a serem fornecidos, com fundo de segurança, código, nome da empresa fornecedora e compradora, valor em algarismos e validade;

h) Entregar os cartões de Vale-alimentação / refeição no local previamente ajustado pela parte CONTRATANTE;

i) Manter atualizadas junto à CONTRATANTE as provas de sua adimplência com a Seguridade Social (Certidão Negativa de Débitos – CND), bem como da quitação de impostos e outros gravames que incidam sobre a atividade do contrato, sob pena de suspensão dos pagamentos a que tiver direito;

j) Fornecer suporte técnico para solução de eventuais problemas constatados pela CONTRATANTE;

k) Assegurar aos usuários o crédito mensal eletrônico, bem como, o funcionamento do

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

PROTOCOLO
Fls. 229
Mov. 19
INTEGRADO DO ESTADO

sistema online, com a possibilidade de contato telefônico por meio de SAC, de forma gratuita e 24h por dia, o qual englobe serviços de comunicação de perda, roubo, extravio ou dano, bloqueio e desbloqueio e solicitação de 2ª (segunda) via de cartão magnético e/ou eletrônico e senha;

l) Substituir, obrigatoriamente, os cartões que apresentarem qualquer tipo de defeito, sem qualquer ônus ou custo adicional;

m) Ter obrigatoriamente em sua rede conveniada estabelecimentos comerciais nas localidades indicadas nos itens 6.1 do Anexo I (Termo de Referência), mantendo, nos referidos estabelecimentos, em locais de fácil visualização, a indicação de adesão por meio de placas, selos identificadores, adesivos ou qualquer outro meio de identificação;

n) Providenciar o credenciamento de outros estabelecimentos, caso ocorra alteração da rede conveniada, de forma a garantir o padrão de qualidade e atendimento, em número suficiente de estabelecimentos, durante todo o Contrato, inclusive quando solicitado, se constatadas irregularidades no estabelecimento conveniado, tais como: má qualidade da alimentação e falta de higiene;

o) Garantir a qualidade de sua rede conveniada, fiscalizando as instalações internas e externas dos estabelecimentos conveniados, condições de higiene, bem como a qualidade da alimentação servida, de acordo com as determinações contidas no PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador) e demais legislações aplicáveis à espécie;

p) Permitir o acúmulo de créditos e disponibilizar os valores remanescentes dos respectivos cartões enquanto durar a vigência do contrato;

q) Disponibilizar a CONTRATANTE, sistema próprio para pedidos de créditos mensais, solicitação de emissão dos cartões, no prazo de 10 (dez) dias corridos da assinatura do Contrato. Este sistema deverá possibilitar também o acompanhamento dos pedidos e consulta via WEB;

r) Manter sigilo quanto às informações dos empregados do PALCOPARANÁ contidas no banco de dados da Contratada;

s) Informar à Administração sobre a ocorrência de fatos que possam interferir, direta ou indiretamente, na entrega a ser efetuada.

Parágrafo Primeiro: As características dos cartões (formato, impressão, e outras), pertencem exclusivamente à CONTRATADA, cabendo-lhe o direito de alterá-las ou substituí-las segundo seus critérios, sem qualquer consulta à CONTRATANTE, desde que, obedeça aos critérios do item “g” da presente cláusula;

Parágrafo Segundo: Não ocorrendo o crédito nos cartões no prazo previsto no item “b” desta cláusula, a CONTRATADA pagará multa de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do montante a ser suprido nos cartões magnéticos.

CLÁUSULA SEXTA - Obrigações Da Contratante:

a) Encaminhar planilha com quantitativo de empregados e informações necessárias para emissão dos cartões;

b) Efetuar o pagamento correspondente aos créditos acrescidos da taxa de administração, no prazo previsto na Cláusula 4ª;

c) Exercer a fiscalização dos produtos e serviços por servidores especialmente designados e documentar as ocorrências havidas;

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 230
Mov. 19

d) Proporcionar à CONTRATADA as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratados;

e) Prestar aos empregados da CONTRATADA todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados;

f) Efetuar os pagamentos devidos;

g) Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo;

h) Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.

CLÁUSULA SÉTIMA - Da Responsabilidade Do Gerenciamento

A CONTRATANTE gerenciará o presente contrato, através do Setor de Administrativo, o qual é responsável pela conferência do recebimento, controle da qualidade e prazos do serviço entregue. Fica indicada primeiramente como gestora do presente contrato a empregada da CONTRATANTE, a Sra. Nicole Lemanczyk.

CLÁUSULA OITAVA - Da Vigência

A vigência do presente instrumento será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do presente instrumento, podendo ser prorrogado, se houver interesse das partes, nos termos do art. 103, II da Lei Estadual 15.608/07.

CLÁUSULA NONA - Das Penalidades

O não cumprimento das obrigações contratuais ensejará a aplicação das seguintes sanções, independentemente de outras previstas em lei:

I – Advertência;

II – Multas por inadimplência contratual: de mora de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso e compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da licitação por inadimplência total ao pactuado e ainda nos casos previstos no art. 152 – incisos I a III da lei 15.608/07.

II – Suspensão temporária do direito de licitar, de contratar com a Administração e, se for o caso, descredenciamento no CLE/SEAP, pelo prazo de até 02 (dois) anos, nos termos do art. 154 e seus incisos da Lei Estadual n.º 15.608/2007 ou enquanto perduram os motivos determinantes da punição.

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, após regular processo administrativo, onde fica garantido o direito a defesa e o exercício do amplo contraditório, conforme previsto nos incisos V e VI a seguir descrito,

V – As penalidades previstas nos incisos I, II, III e IV serão aplicadas mediante processo administrativo, pela autoridade competente responsável pela instauração e homologação do certame, garantindo-se o contraditório e ampla defesa ao interessado.

VI – Todas as penalidades descritas neste contrato somente serão aplicadas após a instauração de regular Processo Administrativo com o exercício da ampla defesa e o cumprimento do princípio constitucional do contraditório.

VII – As penalidades acima previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 231
Mov. 19

isolada ou cumulativamente.

VIII – As multas aplicadas deverão ser recolhidas à conta da CONTRATANTE no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação, podendo o seu valor ser descontado do documento de cobrança, na ocasião de seu pagamento.

IX – As multas, quando não recolhidas ou descontadas no prazo descrito no item anterior deste contrato sofrerão reajuste pelo Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas (IGPM/FGV).

X – Além das multas estabelecidas, a CONTRATANTE poderá recusar os bens, se sua prestação não estiver de acordo com o exigido na descrição do objeto deste contrato e demais documentos que o compõem, e não for corrigida imediatamente.

XI – As sanções poderão ser relevadas nas hipóteses de não cumprimento das obrigações por motivo de caso fortuito e de força maior, devidamente justificadas e comprovadas.

XII – Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Cadastro de Licitantes do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA - Dos Casos De Rescisão

O inadimplemento, por parte da CONTRATADA, das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato nos termos do artigo 128 e seguintes da Lei Estadual 15.608/07, assegurará à CONTRATANTE o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação por escrito, através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento.

Parágrafo Primeiro: Fica a critério do representante da CONTRATANTE declarar rescindido o contrato, nos termos do "*caput*" desta cláusula ou aplicar as multas de que trata a cláusula décima segunda deste contrato.

Parágrafo Segundo: Fica este contrato rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, em qualquer dos seguintes casos**:**

I – Não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos.

II – Cometimento de irregularidade grave no cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos.

III – Atraso injustificado da entrega do bem licitado.

IV – se forem frequentes e fundamentadas as reclamações quanto à qualidade dos serviços;

V – Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE, devidamente deduzidas em processo administrativo regularmente instaurado.

VI – Atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes de serviços prestados, salvo em caso de calamidade pública, grave per turbação da ordem interna ou guerra.

VII – Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

PROTOCOLO
Fls. 232
Mov. 19
INTEGRADO DO ESTADO

VIII – Decretação de falência, pedido de concordata ou instauração de insolvência civil da CONTRATADA;

IX – fusão ou incorporação à outra empresa sem prévia concordância da CONTRATANTE;

X – se a CONTRATADA revelar incapacidade, desaparelhamento ou inidoneidade durante a prestação dos serviços;

XI – Descumprimento do disposto no inciso V, do art. 73 da Lei nº 15.608/07.

***Parágrafo Terceiro*:** A rescisão deste contrato poderá ser:

I – Determinada por ato unilateral e escrito nos casos enumerados neste contrato.

II – Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração.

III – Judicial, nos termos da legislação processual, vigente à época da rescisão contratual.

Parágrafo Quarto: Nos casos de rescisão administrativa ou amigável que tratam, respectivamente, os itens I e II, do parágrafo anterior, haverá precedência de autorização escrita e fundamentada da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Das Alterações Contratuais

Este contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65 da Lei n.º 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Disposição Especial

Eventuais divergências entre o presente contrato e o Edital de Licitação nº xx/2019, prevalecerá os dispositivos do Edital nº xx/2019.

CLÁUSULA DÉCIMA TERÇA - Dos Casos Omissos

Os casos omissos serão resolvidos pela CONTRATANTE, à luz da legislação, da jurisprudência e da doutrina aplicável à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Do Foro

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, capital do Estado do Paraná, para dirimir quaisquer questões relativas a este contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo com o ajustado e contratado, as partes, através de seus representantes, firmam o presente contrato, em três vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

Curitiba, ... de..... de 2019.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

PROTOCOLO
Fls. 233
Mov. 19
INTEGRADO DO ESTADO

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ

CONTRATADA:

TESTEMUNHAS:

_____	_____
Nome:	**Nome:**
CPF nº	**CPF nº**

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 234
Mov. 20

a Concessão da Licença de Operação, válida até 31/10/2019 - LO-17/0110 para o Comércio Varejista de Combustíveis situada à Rua Martim Afonso, 700 - Curitiba - PR.

66754/2019

SÚMULA DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO
AUTO POSTO COLOSSAL MERCES LTDA, CNPJ 23.859.521/0001-02 torna público que requereu à Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba - SMMA a Renovação da Licença de Operação, para o Comércio Varejista de Combustíveis situada à Rua Martim Afonso, 700 - Curitiba - PR.

66750/2019

PALCOPARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO 01/2019 ID: 772945
Protocolo: 15.417.176-2
Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de cartão alimenta/refeição, conforme *Anexo* I.
Preço Máximo da Taxa de Administração: R$ 101,00 (cento e um reais).
Tipo: Menor Preço
Limite de acolhimento propostas: 30/07/2019 Horário**:** 14h00
Data da disputa de preços: 30 de julho de 2019 Horário**:** 14h30
Local: Site: www.licitacoes-e.com.br
Mais Informações: Rua XV de Novembro, 971 – Centro – Curitiba/Pr; fones 3304-7937 ou 3304-7929 ou no site acima citado.
Curitiba, 15 de julho de 2019

66330/2019

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO
RDS INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS PLASTICAS LTDA torna público que recebeu do IAP, a Licença de Operação para fabricação de embalagens de material plástico instalada à Rua Graça Aranha, 862, Vargem Grande, Pinhais - PR, CEP 83321020.

64953/2019

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO
RI-CAO PET FOODS LTDA - CNPJ 11.220.970/0001-19 torna público que irá requerer ao IAP, a Licença de Operação para FABRICAÇÃO DE RAÇÕES BALANCEADAS E DE ALIMENTOS PREPARADOS PARA ANIMAIS instalada RUA CRISTIANO KUSSMAUL 1248 - RES INTERLAGOS - APUCARANA - PR..

66197/2019

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA
RI-CAO PET FOODS LTDA - CNPJ 11.220.970/0001-19 torna público que recebeu do IAP, a Licença Prévia para FABRICAÇÃO DE RAÇÕES BALANCEADAS E DE ALIMENTOS PREPARADOS PARA ANIMAIS a ser implantada RUA CRISTIANO KUSSMAUL 1248 - RES INTERLAGOS - APUCARANA - PR..

66181/2019

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA SIMPLIFICADA
Roga Distribuidora de Pecas e Lubrificantes LTDA torna público que irá requerer à Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Foz do Iguacu, a Licença Simplificada para Comercio Varejista de Lubrificantes a ser implantada na Avenida Republica Argentina, 5101, Vila Borges.

66524/2019

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA
ROMALIGA Indústria e Comércio de Ligas Metálicas Ltda torna público que irá requerer ao IAP, a Licença Prévia para ampliação da fundição de alumínio, recuperadora de sucatas e resíduos metálicos, a ser implantada Av. Luis Pasteur, nº 485, Cilo 3, Município de Londrina, Estado do Paraná.

66368/2019

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
BANDEIRANTES – PR

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Presencial Nº 17/2019

O SAAE – Serviço Autonomo de Água e Esgoto de Bandeirantes/PR avisa os interessados que realizará no dia 29/07/2019 às 09:00 (horário de Brasília), a licitação em referência, que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA AQUISIÇÃO DE IMPRESSORAS TERCMICAS PARA EMISSÃO DE FATURAS DO SAAE DE BANDEIRANTES PR. A retirada do edital será feita no departamento de Licitações ou através do sítio eletrônico www.saaebandeirantes.com.br. A entrega dos envelopes contendo a documentação e proposta poderá ser feita até as 29/07/2019 às 09:00 no Setor de
Bandeirantes-PR, 12/0

CARLOS ELIAS TO
Diretor

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁG
BANDEIRANTES

AVISO DE LICITA
Pregão Presencial Nº
O SAAE – Serviço Autonomo de Água e Esgoto de Bandeirantes/PR avisa os interessados que realizará no dia 30/07/2019 às 09:00 (horário de Brasília), a licitação em referência, que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA AQUISIÇÃO DE HIDRÔMETROS PARA O SAAE BANDEIRANTES-PR. A retirada do edital será feita no departamento de Licitações ou através do sítio eletrônico www.saaebandeirantes.com.br. A entrega dos envelopes contendo a documentação e proposta poderá ser feita até as 30/07/2019 às 09:00 no Setor de Protocolo desta Autarquia.
Bandeirantes-PR, 12/07/2019.

CARLOS ELIAS TOSTES
Diretor

66407/2019

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
BANDEIRANTES – PR

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Presencial Nº 19/2019

O SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Bandeirantes/PR avisa os interessados que realizará no dia 31/07/2019 às 09:00 (horário de Brasília), a licitação em referência, que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTE PARA DIVERSOS EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS PERTENCENTES AO SAAE BANDEIRANTES-PR. A retirada do edital será feita no departamento de Licitações ou através do sítio eletrônico www.saaebandeirantes.com.br. A entrega dos envelopes contendo a documentação e proposta poderá ser feita até as 31/07/2019 às 09:00 no Setor de Protocolo desta Autarquia.
Bandeirantes-PR, 12/07/2019.

CARLOS ELIAS TOSTES
Diretor

66409/2019

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO
Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE, CNPJ: 75.624.478/0001-91 torna público que recebeu do IAP, a Licença de Operação para Estação de Tratamento de Esgoto instalada Estrada Antiga para Yara s/n - Bairro Águas das Antas, Fazenda Laranjinha - Bandeirantes/PR. Validade 04/06/2025.

65057/2019

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO
SAFRAS INSUMOS AGRÍCOLAS LTDA torna público que irá requerer ao IAP, a Renovação da Licença de Operação para POS COLHEITAS E BENEFICIAMENTODE PRODUTOS AGRICOLAS, EXCETO MOAGEM DE TRIGO E FABRICACAO DE DERIVADOS E CULTIVOS DE CEREAIS instalada NA ROD. PR 473, KM 01, S/N, MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO IGUACU, PARANA.

66687/2019

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO
SAFRAS INSUMOS AGRÍCOLAS LTDA torna público que irá requerer ao IAP, a Renovação da Licença de Operação para comercio atacadista de defensivos agricolas, adubos, fertilizantes e corretivos de solo instalada NA ROD. PR 473, KM 01, S/N, MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO IGUACU, PARANA.

66704/2019

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO
SAFRAS INSUMOS AGRÍCOLAS LTDA torna público que irá requerer ao IAP, a Renovação da Licença de Operação para comercio atacadista de defensivos agricolas, adubos, fertilizantes e corretivos de solo instalada NA ROD. PR 281, KM 01, BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA, MUNICIPIO DE DOIS VIZINHOS, PARANA.

66707/2019

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO
SAFRAS INSUMOS AGRÍCOLAS LTDA torna público que irá requerer ao IAP, a Renovação da Licença de Operação para POS COLHEITAS E BENEFICIAMENTODE PRODUTOS AGRICOLAS, EXCETO MOAGEM DE TRIGO E FABRICACAO DE DERIVADOS E CULTIVOS DE CEREAIS instalada NA ROD. PR 281, KM 01, BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA, MUNICIPIO DE DOIS VIZINHOS, PARANA.

66711/2019

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA SIMPLIFICADA
BRAS LTDA torna público que recebeu do IAP,
nsporte rodoviário de cargas perigosas a ser im-
687,6, Serra do Mico, São Miguel do Iguaçu

65529/2019

O DE LICENÇA PRÉVIA
torna público que irá requerer ao IAP, a Licença
Outros Acabamentos em Peças do Vestuário e
rviços de acabamento em fios, tecidos, artefatos
r implantada na Rodovia PR 082, 236A, Zona

66364/2019

DOCUMENTO CERTIFICADO
CÓDIGO LOCALIZADOR: 583514119
Documento emitido em 17/07/2019 09:41:53.
Diário Oficial Com. Ind. e Serviços
Nº 10479 | 17/07/2019 | PÁG. 41
Para verificar a autenticidade desta página, basta informar o Código Localizador no site do DIOE.
www.imprensaoficial.pr.gov.br

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 17/07/2019 09:43.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 235
Mov. 21

PALCOPARANA
UOR: [nº1] PALCOPARANA - Fim contrato: 18/03/2020
[JD023519] CARLOS ALBERTO GONCALVES DOS SANTOS
apoio pregoeiro - Fim representação: [Não informada]

Atendimento / SAC BB / Ouvidoria Brasília/DF - 02/08/2019 15:11:40

Sala de disputa | Criar licitação | Pesquisa avançada | Suas licitações | Banco de Preços | Ajuda | Sair

Licitações

PALCOPARANA

Licitação [nº 772945]

Opções

Cliente	PALCOPARANA / (1) PALCOPARANA		
Pregoeiro	CARLOS ALBERTO GONCALVES DOS SANTOS		
Resumo da licitação	Contratação de empresa especializada para fornecimento cartão Alimentação/Refeição.		
Edital	01/2019	Processo	15417176-2
Modalidade/tipo	Pregão	Tipo	Menor preço
Participação do fornecedor	Ampla	Prazo para impugnação até	2 dia(s)
Situação da licitação	Disputa encerrada	Data de publicação	12/07/2019
Início acolhimento de propostas	17/07/2019-08:00	Limite acolhimento de propostas	30/07/2019-14:00
Abertura das propostas	30/07/2019-14:00	Data e a hora da disputa	30/07/2019-14:30
Idioma da licitação	Português	Moeda da licitação	(R$) Real
Abrangência da disputa	Nacional	Moeda da proposta	Moeda da licitação
Forma de condução	Eletrônico	Equalização ICMS	Não
Tipo de encerramento da disputa	Randômico		

© Banco do Brasil
SAC BB - 0800 729 0722 | Ouvidoria - 0800 729 5678 | Deficientes auditivos/fala - 0800 729 0088 | Segurança | Relações com Investidores
pxl1aop00012_aop-06, 2019-06-13 14:43, Fri Aug 02 15:09:00 BRT 2019

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:10. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:14. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 3213b24fe8cb6a148c606525ebbb24fc

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 236
Mov. 22

PALCOPARANA
UOR: [nº1] PALCOPARANA - Fim contrato: 18/03/2020
[JD023519] CARLOS ALBERTO GONCALVES DOS SANTOS
apoio pregoeiro - Fim representação: [Não informada]

Atendimento / SAC BB / Ouvidoria Brasília/DF - 02/08/2019 15:13:21

Sala de disputa | Criar licitação | Pesquisa avançada | Suas licitações | Banco de Preços | Ajuda | Sair

Licitações

PALCOPARANA

Licitação [nº 772945]

Opções

Cliente	PALCOPARANA / (1) PALCOPARANA		
Pregoeiro	CARLOS ALBERTO GONCALVES DOS SANTOS		
Resumo da licitação	Contratação de empresa especializada para fornecimento cartão Alimentação/Refeição.		
Edital	01/2019	Processo	15417176-2
Modalidade/tipo	Pregão	Tipo	Menor preço
Participação do fornecedor	Ampla	Prazo para impugnação até	2 dia(s)
Situação da licitação	Disputa encerrada	Data de publicação	12/07/2019
Início acolhimento de propostas	17/07/2019-08:00	Limite acolhimento de propostas	30/07/2019-14:00
Abertura das propostas	30/07/2019-14:00	Data e a hora da disputa	30/07/2019-14:30
Idioma da licitação	Português	Moeda da licitação	(R$) Real
Abrangência da disputa	Nacional	Moeda da proposta	Moeda da licitação
Forma de condução	Eletrônico	Equalização ICMS	Não
Tipo de encerramento da disputa	Randômico		

Lote [nº 1]

Opções

Resumo do lote	Fornecimento de cartão Alimentação/Refeição eletrônico aos empregados do PALCOPARANA.		
Tratamento aplicado	Com tratamento diferenciado para ME/EPP/COOP ME/EPP/COOP		
Tipo de disputa	Com disputa em sessão pública	Critério de seleção	Todas as propostas
Situação do lote	Arrematado	Data e o horário	30/07/2019-15:08:07:340
Tempo mínimo entre lances	3 segundo(s)	Tempo mínimo entre o melhor lance	3 segundo(s)
Valor mínimo entre lances	R$ 0,01	Valor mínimo entre o melhor lance	R$ 0,01
CNPJ	05.989.476/0001-10		
Fornecedor	GIMAVE - MEIOS DE PAGAMENTO E INFORMACOES LTDA		
Telefone	(45) 30364326		
Nome contato	ROBERTO CARLOS PANIZIO		
Arrematado	R$ 97,19		
Tempo randômico	0 - 30 minutos		

© Banco do Brasil
SAC BB - 0800 729 0722 | Ouvidoria - 0800 729 5678 | Deficientes auditivos/fala - 0800 729 0088 | Segurança | Relações com Investidores
pxl1aop00012_aop-06, 2019-06-13 14:43, Fri Aug 02 15:09:00 BRT 2019

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:10. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:15. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 539fe59a7f9eea21800e953f0336d5b6

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 237
Mov. 23

Licitação [nº 772945] e Lote [nº 1]

Lista de itens

Item	Descrição	Quantidade	Mercadoria	Ação
1	Cartão Alimentação/Refeição eletrônico, magnético, ou de similar tecnologia, em PVC, com chip de segurança, com recargas mensais, sistema de controle de saldo e senha pessoal e intransferível, para validação das transações pelo usuário, na rede de estabelecimentos comerciais credenciados, para serem utilizados pelos empregados efetivos e comissionados do PALCOPARANÁ, em conformidade com as especificações técnicas e serviços descritos no Anexo I - Termo de Referência.	72	SERVICOS >> PRESTACAO DE SERVICOS >> PRESTACAO DE SERVICOS >> FORNECIMENTO DE TICKET REFEIÇÃO/ ALIMENTAÇÃO - CARTÃO ELETRONICO	editar

Mostrando de 1 até 1 de 1 registros

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:11. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:15. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 74915efd1b5bee220b18a30288924fd7

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 238
Mov. 24

Licitação [nº 772945] e Lote [nº 1]

Responsável

NICOLE LEMANCZYK

Pregoeiro

CARLOS ALBERTO GONCALVES DOS SANTOS

Apoio

CARLOS ALBERTO GONCALVES DOS SANTOS

Lista de fornecedores

	Participante	Segmento	Situação	Lance	Data/Hora lance
1	GIMAVE - MEIOS DE PAGAMENTO E INFORMACOES LTDA	OE*	Arrematante	R$ 97,19	30/07/2019 15:02:12:587
2	SODEXO PASS DO BRASIL SERVICOS E COMERCIO S.A.	OE*	Classificado	R$ 99,99	30/07/2019 14:58:55:695
3	GREEN CARD SA REFEICOES COM E SERVICOS	OE*	Classificado	R$ 100,00	29/07/2019 17:35:29:845

Mostrando de 1 até 3 de 3 registros

* Tipo de segmento declarado no ato de entrega da proposta. Não necessariamente reflete o tipo de segmento atualmente declarado.

Legenda dos tipos de segmentos: OE-Outras Empresas | ME-Micro Empresa | COOP-Cooperativa | ND-Não definido

Lista de mensagens

Data e hora do registro	Participante	Mensagem
30/07/2019 14:30:41:701	SISTEMA	Começou a disputa do lote.
30/07/2019 14:30:41:701	SISTEMA	A melhor proposta foi de R$97,20, que é o menor valor ofertado para este lote.
30/07/2019 14:30:41:701	SISTEMA	Existem entendimentos do Tribunal de Contas da União (TCU) de que intervalos de tempo entre lances representam mais uma solução na busca de isonomia entre licitantes.
30/07/2019 14:30:41:701	SISTEMA	Em atendimento do Acórdão do TCU nº 1216/2014 - Plenário, poderá ser demandado o preenchimento de CAPTCHA entre os lances de um mesmo fornecedor.
30/07/2019 14:30:41:701	SISTEMA	O tempo mínimo entre lances do próprio fornecedor em relação ao seu último lance deverá ser de 3 segundo(s). - quando este não for o melhor da sala.
30/07/2019 14:30:41:701	SISTEMA	O tempo mínimo entre fornecedores em relação ao melhor lance da sala deverá ser de 3 segundo(s).
30/07/2019 14:30:41:701	SISTEMA	O valor mínimo entre lances do próprio fornecedor em relação ao seu último lance deverá ser de R$0,01 - quando este não for o melhor da sala.
30/07/2019 14:30:41:701	SISTEMA	valor mínimo entre fornecedores em relação ao melhor lance da sala deverá ser de R$0,01.
30/07/2019 14:31:31:300	PREGOEIRO	Boa disputa a todos os participantes
30/07/2019 14:32:24:860	PREGOEIRO	Fiquem a vontade para oferecer seus lances

Mostrando de 1 até 10 de 23 registros

Legenda das cores do tipos de mensagens: recurso | chat | outras

Lista de lances

	Data/Hora lance	!	Lance	Nome do fornecedor
1	24/07/2019 15:53:15:406	—	R$ 100,00	SODEXO PASS DO BRASIL SERVICOS E COMERCIO S.A.
2	29/07/2019 15:44:24:629	—	R$ 97,20	GIMAVE - MEIOS DE PAGAMENTO E INFORMACOES LTDA
3	29/07/2019 17:35:29:845	—	R$ 100,00	GREEN CARD SA REFEICOES COM E SERVICOS
4	30/07/2019 14:58:55:695	—	R$ 99,99	SODEXO PASS DO BRASIL SERVICOS E COMERCIO S.A.
5	30/07/2019 15:02:12:587	—	R$ 97,19	GIMAVE - MEIOS DE PAGAMENTO E INFORMACOES LTDA

Mostrando de 1 até 5 de 5 registros

Importante: a coluna "!" exibe as não conformidades detectadas em relação aos "lances registrados irregularmente" que não atenderam as regras de negócios estabelecidas para a participação da fase de disputa do lote da licitação. Quando a informação exibida for "—" o registro do lance está em conformidade.

Histórico da análise das propostas e lances

Data/Hora	30/07/2019 15:08:07:340 - Arrematado
Fornecedor	GIMAVE - MEIOS DE PAGAMENTO E INFORMACOES LTDA
Arrematado	R$ 97,19

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:11. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:15. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 1654d74833350dc538a286625223e856

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 239
Mov. 25

NONA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

GIMAVE – MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMAÇÕES LTDA
CNPJ 05.989.476/0001-10
NIRE 41208591315 desde 07/06/2017

JAIME LUIS DE SALLES AGOSTINHO, brasileiro, empresário, casado em regime de comunhão parcial de bens, portador do CPF: 032.961.829-69 e RG: 7.572.243-5 expedida pela SSP/PR em 16/10/2013, nascido em 22/04/1981 no Município de Santa Fé do Sul/SP, residente e domiciliado a Rua Doutor Sandino Erasmo de Amorim n. 1831, Bairro: Parque São Paulo, CEP: 85.803-710, na cidade de Cascavel/PR e **AGROPECUÁRIA CHARRÚA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de São Miguel do Guaporé, Estado de Rondônia, inscrita no CNPJ 21.904.030/0001-00 e NIRE 11200647384 em 20/02/2015, sito a BR 429, s/n, Lote 05, Bairro Gleba 03, CEP: 76932-000, representada pelo sócio Administrador **ASSIS GURGACZ**, brasileiro, natural de Cruz Machado/PR., nascido em 31/05/1941, casado em regime de comunhão universal de bens, empresário, portador do RG: 424.826-0/SSP-PR., expedida em 02/07/2012 e CPF: 005.858.319-04, residente e domiciliado à Rua Hercílio Luz, nº 275, bairro Alto Alegre, CEP: 85805-290, na cidade de Cascavel – Estado do Paraná, únicos sócios da sociedade empresarial limitada que gira sob a denominação de **GIMAVE – MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMAÇÕES LTDA**, estabelecida à Rua Barão do Cerro Azul n. 359, Sala 04, Bairro Ciro Nardi, CEP: 85802-050, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 05.989.476/0001-10 com registro na Junta Comercial do Paraná NIRE 41208591315 desde 07/06/2017, assim, alterar o Contrato Social, de acordo com as cláusulas e condições a seguir.

Cláusula Primeira	ALTERAÇÃO DO OBJETO SOCIAL

Fica alterado a partir desta data, o objeto e ramo da sociedade, conforme relacionado abaixo:
EMISSÃO DE VALES ALIMENTAÇÃO, VALES TRANSPORTE E SIMILARES / CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO / DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR CUSTOMIZÁVEIS / DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR NÃO-CUSTOMIZÁVEIS / SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E OUTROS SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO / ATIVIDADES DE INTERMEDIAÇÃO E AGENCIAMENTO DE SERVIÇOS E NEGÓCIOS, EXCETO IMOBILIÁRIOS.

Cláusula Segunda	DO ENDEREÇO DA SOCIEDADE

A sociedade resolve alterar o endereço da Matriz estabelecida à Rua Barão do Cerro Azul n. 359, Sala 04, Bairro Ciro Nardi, CEP: 85802-050, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, fica alterado a partir desta data, o novo endereço da matriz será **Rua Hercílio Luz, nº 175, Bairro Alto Alegre, CEP: 85805-290 na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.**

CAMPO ABAIXO RESERVADO PARA JUNTA COMERCIAL

1º TABELIONATO DE NOTAS
Rua Souza Naves, 3755 Centro Cascavel-PR
15 JUL. 2019

CERTIFICO O REGISTRO EM 21/02/2019 18:12 SOB Nº 20190706647
PROTOCOLO: 190706147 DE 19/02/2019 CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11900836435. NIRE: 41208591315.
GIMAVE - MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMAÇÕES LTDA

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 21/02/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

A presente cópia é reprodução fiel do documento apresentado nesta data, do que dou fé, conforme selo de autenticidade anexado no final do ato.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:11. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:15. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 671604607fb0613abcfcb3a9143aa313

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 240
Mov. 25

NONA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
GIMAVE – MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMAÇÕES LTDA
CNPJ 05.989.476/0001-10
NIRE 41208591315 desde 07/06/2017

Cláusula Terceira	DO ENQUADRAMENTO DO PORTE DA SOCIEDADE

A partir desta data fica **desenquadrada de microempresa/empresa de pequeno porte**, passando para o porte de: **DEMAIS.**

Cláusula Quarta	CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

À vista da modificação ora ajustada, consolida-se o *Contrato Social*, com a seguinte redação:

CONSOLIDAÇÃO DA OITAVA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
GIMAVE – MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMAÇÕES LTDA
CNPJ 05.989.476/0001-10 NIRE 41208591315 DESDE 07/06/2017

JAIME LUIS DE SALLES AGOSTINHO, brasileiro, empresário, casado em regime de comunhão parcial de bens, portador do CPF: 032.961.829-69 e RG: 7.572.243-5 expedida pela SSP/PR em 16/10/2013, nascido em 22/04/1981 no Município de Santa Fé do Sul/SP, residente e domiciliado a Rua Doutor Sandino Erasmo de Amorim n. 1831, Bairro: Parque São Paulo, CEP: 85.803-710, na cidade de Cascavel/PR e **AGROPECUÁRIA CHARRÚA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de São Miguel do Guaporé, Estado de Rondônia, inscrita no CNPJ 21.904.030/0001-00 e NIRE 11200647384 em 20/02/2015, sito a BR 429, s/n, Lote 05, Bairro Gleba 03, CEP: 76932-000, representada pelo sócio Administrador **ASSIS GURGACZ**, brasileiro, natural de Cruz Machado/PR., nascido em 31/05/1941, casado em regime de comunhão universal de bens, empresário, portador do RG: 424.826-0/SSP-PR., expedida em 02/07/2012 e CPF: 005.858.319-04, residente e domiciliado à Rua Hercílio Luz, nº 275, bairro Alto Alegre, CEP: 85805-290, na cidade de Cascavel – Estado do Paraná, únicos sócios da sociedade empresarial limitada que gira sob a denominação de **GIMAVE – MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMAÇÕES LTDA**, estabelecida à Rua Hercílio Luz n. 175, Bairro Alto Alegre, CEP: 85805-290, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 05.989.476/0001-10 com registro na Junta Comercial do Paraná NIRE 41208591315 desde 07/06/2017, assim, consolidar o Contrato Social, de acordo com as cláusulas e condições a seguir.

CAMPO ABAIXO RESERVADO PARA JUNTA COMERCIAL

1º TABELIONATO DE NOTAS
Rua Souza Naves, 1755-Centro - Cascavel-PR
15 JUL. 2019
A presente fotocópia é reprodução fiel do documento apresentado nesta data, do que dou fé, afixado no final do ato o selo de autenticidade.

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 21/02/2019 18:12 SOB Nº 20190706147.
PROTOCOLO: 190706147 DE 19/02/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11900836435. NIRE: 41208591315.
GIMAVE - MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMAÇÕES LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 21/02/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento [illegible]

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:11. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:15. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 671604607fb0613abcfcb3a9143aa313

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 241
Mov. 25

NONA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

GIMAVE – MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMAÇÕES LTDA

CNPJ 05.989.476/0001-10

NIRE 41208591315 desde 07/06/2017

Primeira	Denominação

A sociedade gira sob a denominação social **GIMAVE – MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMAÇÕES LTDA.** *(art. 997 II, CC/2002).*

Paragrafo único	Do Porte da sociedade

A sociedade fica enquadrada no porte de: **DEMAIS.**

Segunda	Matriz e Filial

A sociedade tem a sua Matriz à Rua Hercílio Luz n. 175, Bairro Alto Alegre, CEP: 85805-290, na Cidade de Cascavel – Estado do Paraná e sua **filial abaixo relacionadas:**

FILIAL 01 – Avenida Camapuã, Nº 921, Sala 09, Bairro Cidade de Deus, CEP: 69099-031, Manaus, Estado do Amazonas, CNPJ 05.989.476/0002-00 e NIRE 13900247941.
FILIAL 02 – Avenida Marechal Rondon, Nº 2727, Sala 04, Bairro Dois de Abril, CEP: 76900-881, Ji-Paraná, Estado de Rondônia, CNPJ 05.989.476/0003-82 e NIRE 11900198965.

Paragrafo Primeiro – A contabilidade das filiais é centralizada na Matriz.

Paragrafo Segundo – É destacado do capital da Matriz, a importância de R$ 1.000,00 (Mil reais). para filial, para fins fiscais. (art. 997 II, CCB.).

Terceira	Capital Social

O Capital Social é de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), dividido em 1.000.000 (um milhão) de quotas no valor de R$ 1,00 (um real) cada uma, integralizadas, em moeda corrente e legal do País, distribuído entre os sócios da seguinte forma: *(art. 997 III, CC/2002) (art. 1.055, CC/2002).*

Sócios	Quotas	Valor	(%)
AGROPECUÁRIA CHARRÚA LTDA	900.000	900.000,00	90,00
JAIME LUIS DE SALLES AGOSTINHO	100.000	100.000,00	10,00
TOTAIS	**1.000.000**	**1.000.000,00**	**100,00**

CAMPO ABAIXO RESERVADO PARA JUNTA COMERCIAL

1º TABELIONATO DE NOTAS
Souza Naves, 3755-Centro - Cascavel/PR
Cascavel, 21 FEV 2019
A presente fotocópia é reprodução fiel do documento apresentado nesta data, do que dou fé. Anexado no final ato o selo de autenticidade.

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 21/02/2019 18:22 SOB Nº 20190706147.
PROTOCOLO: 190706147 DE 19/02/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11900836435. NIRE: 41208591315.
GIMAVE - MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMAÇÕES LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 21/02/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:11. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:15. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 671604607fb0613abcfcb3a9143aa313

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 242
Mov. 25

NONA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
GIMAVE – MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMAÇÕES LTDA
CNPJ 05.989.476/0001-10
NIRE 41208591315 desde 07/06/2017

Quarta	Objetivo Social

Os objetivos sociais são: EMISSÃO DE VALES ALIMENTAÇÃO, VALES TRANSPORTE E SIMILARES / CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO / DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR CUSTOMIZÁVEIS / DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR NÃO-CUSTOMIZÁVEIS / SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E OUTROS SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO / ATIVIDADES DE INTERMEDIAÇÃO E AGENCIAMENTO DE SERVIÇOS E NEGÓCIOS, EXCETO IMOBILIÁRIOS.

Quinta	Administrador não sócio

ASSIS MARCOS GURGACZ, brasileiro, casado pelo regime de comunhão universal de bens, empresário, nascido em 06/02/1975, portador do RG 1.950.282-1 SESP-PR, expedida em 13/11/2007 e CPF: 787.523.379-87, residente e domiciliado à Rua Souza Naves 3.495, Apto 11, Centro, CEP: 85801-120, na cidade de Cascavel – Estado do Paraná.

Sexta	Início das Atividades e Prazo de Duração

A sociedade iniciou suas atividades em 03 de Novembro de 2003 e seu prazo de duração será por tempo indeterminado; *(art. 997 II, CC/2002).*

Sétima	Responsabilidade dos Sócios

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social *(art. 1.052, CC/2002).*

Oitava	Transferência de Quotas

As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente *(art. 1.056, art. 1.057, CC/2002).*

Nona	Administração da Sociedade

A administração e o uso do nome empresarial caberá ao Administrador não-sócio, **ASSIS MARCOS GURGACZ**, com poderes e atribuições de ***Administrador***, assinando individualmente, necessário à administração e representação da sociedade, vedado, no entanto, a concessão de avais, endossos, fianças e quaisquer outras garantias em atividades estranhas ao interesse social ou assumir

CAMPO ABAIXO RESERVADO PARA JUNTA COMERCIAL

1º TABELIONATO DE NOTAS
Rua Souza Naves, 3755-Centro - Cascavel-PR
Cascavel, 21 MAI 2019
A presente fotocópia é reprodução fiel do documento apresentado nesta data, ao que dou fé, afixado no final deste o selo de autenticidade.

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
CERTIFICO O REGISTRO EM 21/02/2019 SOB Nº 20190706147.
PROTOCOLO: 190706147 DE 19/02/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11900836435. NIRE: 41208591315.
GIMAVE - MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMAÇÕES LTDA
LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 21/02/2019
www.empresafacil.pr.gov.br
A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:11. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:15. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 671604607fb0613abcfcb3a9143aa313

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 243
Mov. 25

NONA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
GIMAVE – MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMAÇÕES LTDA
CNPJ 05.989.476/0001-10
NIRE 41208591315 desde 07/06/2017

obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio. *(artigos 997 VI; 1.013, 1.015, 1.064, CC/2002).*

Parágrafo Primeiro – *A administração da sociedade poderá ser exercida por sócios ou não sócios;*

Parágrafo Segundo – *O Administrador poderá nomear representantes, através de procuração, outorgando-lhes poderes gerais, devendo ser observado as exceções contidas no caput deste artigo.*

Décima	**Declaração**

O sócio Administrador declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer as atividades da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade. *(art. 1.011, § 1º, CC/2002).*

Décima Primeira	**Prestação de Contas do Administrador**

Ao término de cada exercício social, em 31 de Dezembro, será levantado um balanço da sociedade. A sociedade poderá levantar demonstrações financeiras intermediárias mensais, que deverá se iniciar no 1º dia de cada período, encerrando-se no último e distribuir os lucros apurados, podendo também, a critério dos sócios, ser efetuada de forma proporcional distinta da participação do capital social, e ainda, distribuir lucros com base nos lucros acumulados ou reserva de lucros constantes do último balanço patrimonial, sendo que os prejuízos verificados serão suportados pelos sócios proporcionalmente a cada participação no capital social.

Parágrafo Primeiro – *A sociedade fica dispensada das publicações exigidas pela Lei das Sociedades Anônimas, exceto aquelas em que os sócios decidirem através de atas que deverão ser publicadas;*

Parágrafo Segundo – *As reuniões a serem realizadas, inclusive de prestação de contas anual, ficam dispensadas de lavratura do livro ata e da convocação das Reuniões;*

Parágrafo Terceiro – *A implantação ou não do conselho fiscal ficará a critério dos sócios.*

Décima Segunda	**Apreciação das Contas do Administrador**

Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios se reunirão para discutir e votar as contas do administrador *(art. 1.071 e 1.072§ 2° e art. 1.078, CC/2002).*

CAMPO ABAIXO RESERVADO PARA JUNTA COMERCIAL

1º TABELIONATO DE NOTAS
Rua Souza Naves, 3755 Centro - Cascavel-PR
Cascavel, 15 JUL. 2019
A presente fotocópia é reprodução fiel do documento apresentado nesta data, do que dou fé, afixado no final do ato o selo de autenticidade.

CERTIFICO O REGISTRO EM 21/02/2019 18:12 SOB Nº 20190706147.
PROTOCOLO: 190706147 DE 19/02/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11900836435. NIRE: 41208591315.
GIMAVE - MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMAÇÕES LTDA

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 21/02/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:11. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:15. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 671604607fb0613abcfcb3a9143aa313

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 244
Mov. 25

NONA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
GIMAVE – MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMAÇÕES LTDA
CNPJ 05.989.476/0001-10
NIRE 41208591315 desde 07/06/2017

Décima Terceira	Abertura de Filiais

A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada pela maioria representativa do capital social.

Décima Quarta	Retiradas "Pró-Labore"

Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de Pró-Labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Décima Quinta	Falência ou Interdição dos Sócios

Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado;

Parágrafo Único – *O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio (art. 1.028 e art. 1.031, CC/2002).*

Décima Sexta	Exclusão de Sócios

A exclusão de sócios ocorrerá mediante alteração contratual assinada. Poderão ser excluídos sócios quotistas: a) Que estejam em estado de notória insolvência; b) Que sejam réus de execuções judiciais; c) Que venham a integrar sociedade de interesse concorrente; d) Que estejam em processo de interdição; e) Que manifestem incompatibilidade ou contínuas divergências com o outro quotista; f) Que, adquirindo quotas sem que o outro exerça o direito de preferência, não sejam considerados como pessoas ideais para integrar a sociedade.

Décima Sétima	Demais Deliberações

As demais deliberações podem ser decididas por unanimidades dos sócios, sendo dispensada a reunião nos moldes do art. 1.072, § 3º, CC/2002.

Décima Oitava	Participações em Sociedades

A empresa poderá participar de qualquer outro tipo de sociedade, a critério dos sócios.

Décima Nona	Legislação Supletiva

A sociedade será regida supletivamente pela Lei das Sociedades Anônimas *(art. 1.053, § Único, CC/2002).*

CAMPO ABAIXO RESERVADO PARA JUNTA COMERCIAL

1º TABELIONATO DE NOTAS
Rua Souza Naves, 3765 Centro - Cascavel-PR
15 JUL. 2019
Cascavel
A presente fotocópia é reprodução fiel do documento apresentado nesta data, do que dou fé, apxado no final do ato o selo de autenticidade.

CERTIFICO O REGISTRO EM 21/02/2019 18:12 SOB Nº 20190706147.
PROTOCOLO: 190706147 DE 19/02/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11900836435. NIRE: 41208591315.
GIMAVE - MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMAÇÕES LTDA.

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 21/02/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:11. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:15. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 671604607fb0613abcfcb3a9143aa313

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 245
Mov. 25

NONA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

GIMAVE – MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMAÇÕES LTDA

CNPJ 05.989.476/0001-10

NIRE 41208591315 desde 07/06/2017

Vigésima	Eleição do Foro

Fica eleito o foro na comarca de Cascavel – Estado do Paraná, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato. E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em única via de igual forma e teor, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Cascavel, 02 de Janeiro de 2019.

1º TABELIONATO DE NOTAS

AGROPECUÁRIA CHARRUA LTDA
Responsável Legal:
ASSIS GURGACZ
Sócio-administrador

1º TABELIONATO DE NOTAS

ASSIS MARCOS GURGACZ
Administrador Não Sócio

1º TABELIONATO DE NOTAS

JAIME LUIS DE SALLES AGOSTINHO
Sócio

Testemunhas:

DICKSON ROCHA FOGAÇA
CRC 026706/O-1 – CONTADOR
CPF 640.247.419-34
RG 17656477 SSP SP

ADEMIR ADVENTE
CPF 040.516.229-40
RG 83090502 SESP PR

1º TABELIONATO DE NOTAS
Rua Souza Naves, 3755-Centro - Cascavel-PR
Cascavel, 15 JUL 2019
A presente fotocópia é reprodução fiel do documento apresentado nesta data, do que dou fé, afixado no final deste selo de autenticidade.

CAMPO ABAIXO RESERVADO PARA JUNTA COMERCIAL

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 21/02/2019 18:12 SOB Nº 20190706147.
PROTOCOLO: 190706147 DE 19/02/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11900836435. NIRE: 41208591315.
GIMAVE - MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMAÇÕES LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 21/02/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:11. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:15. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 671604607fb0613abcfcb3a9143aa313

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 246
Mov. 25

TABELIONATO DE NOTAS CASCAVEL PARANÁ
RUA SOUZA NAVES, 3755 - CASCAVEL - PARANÁ - CEP 85801-320 - FONE: (45) 3035-6055
FERNANDO CESAR VELLOZO LUCASKI - TABELIÃO

Selo Nº quosD.zacfG.43h8 Controle: ykzGF.dYkyn Validade em: http://funarpen.com.br. Reconheço por SEMELHANÇA as assinaturas de ASSIS MARCOS GURGACZ (34293), ASSIS GURGACZ (17567) e JAIME LUIS DE SALLES AGOSTINHO (28583Z1). Cascavel/PR, 18 de fevereiro de 2019 - 14:16:40h
1007/14:16:40*
Em Test° da Verdade
Graciele Bonete Nunes - Escrevente

1º Tabelionato de Notas
Fernando Cesar Vellozo Lucaski
Tabelião
Fone: (45) 3035-6055
Comarca de Cascavel-PR

1º TABELIONATO DE NOTAS
Rua Souza Naves, 3755-Centro - Cascavel-PR
Cascavel, 15 JUL. 2019
A presente fotocópia é reprodução fiel do documento apresentado nesta data. Dou fé.
13.228.03 18/01/2001
1º Tabelionato de Notas
Fernando Cesar Vellozo Lucaski
Tabelião
Fone: (45) 3035-6055
Comarca de Cascavel-PR

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 21/02/2019 18:12 SOB Nº 20190706147.
PROTOCOLO: 190706147 DE 19/02/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11900836435. NIRE: 41208591315.
GIMAVE - MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMAÇÕES LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 21/02/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:11. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:15. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 671604607fb0613abcfcb3a9143aa313

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 247
Mov. 26

SERVIÇO DISTRITAL DE LINDOESTE
COMARCA DE CASCAVEL - PR
Heverton Luis Nonemacher
Escrevente
Port. 01/2018
LINDOESTE - PR

Procuração bastante que GIMAVE- MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMAÇÕES LTDA - EPP outorga a ODIR CARLOS SMANIOTTO E OUTROS, na forma abaixo:

Saibam quantos este instrumento público virem que, aos vinte e sete dias do mês de maio do ano de dois mil e dezenove (27/05/2019), neste Município de Lindoeste, Comarca de Cascavel, Estado do Paraná neste notariado, perante mim, Heverton Luis Nonemacher, Escrevente - Portaria 01/2018, compareceu como outorgante: **GIMAVE- MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMAÇÕES LTDA - EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.989.476/0001-10, com sede na Rua Barão do Cerro Azul, nº 359, Ciro Nardi em Cascavel-PR, com seu ato constitutivo registrado sob nº 4120859131-5, aos 07/06/2017, última alteração contratual (9ª) registrada sob n° 20190706147, aos 21/02/2019, e Certidão Simplificada sob n° 19/224680-1, emitida em 29/04/2019, tudo pela Junta Comercial do Estado do Paraná, cujas cópias ficam arquivadas nestas Notas às folhas 100 a 109, do livro 09, e folhas 108 à 116, do livro 13, folhas 123 a 132, livro 21, e folhas 115 a 124, do Livro 24 (arquivo de contratos sociais), neste ato representado por seu administrador não sócio: **ASSIS MARCOS GURGACZ**, brasileiro, casado, maior e capaz, empresário, portador da Cédula de Identidade RG. sob nº 1.950.282-1 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº 787.523.379-87, natural de Cascavel/PR, residente e domiciliado à Rua Souza Naves, n°3495, Cascavel-PR, ora de passagem por esta cidade; A presente reconhecida como a própria por mim, Escrevente, pelos documentos apresentados, do que dou fé. E aí, pela outorgante me foi dito que, por este mandato e nos melhores termos de direito, nomeia e constitui seus bastante procuradores: **ODIR CARLOS SMANIOTTO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG. sob nº 70.173.489.91 SSP/RS e inscrito no CPF/MF sob nº 390.298.750-20, natural de Aratiba/RS, residente e domiciliado na Rua Rio Grande do Sul, n° 1792, Cascavel-PR; **JAIME LUIS DE SALLES AGOSTINHO**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG. sob nº 7.572.243-5/SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº 032.961.829-69, residente e domiciliado em Cascavel-PR; **ROBERTO CARLOS PANIZIO,** brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG. sob nº 4.019.113-5/SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº 532.332.209-87, residente e domiciliado em Cascavel-PR; aos quais confere poderes, **sempre em conjunto de dois procuradores,** para representar a outorgante junto a estabelecimentos bancários, em qualquer agência do território nacional, especialmente junto a Caixa Econômica Federal, Banco Bradesco S/A, Cooperativas de Crédito e Instituições financeiras em geral, Banco do Brasil S/A, Cooperativas de Crédito de Livre Admissão Cataratas do Iguaçu, Banco Cooperativo Sicredi S/A, Cooperativa de Crédito mutuo dos funcionários e prestadores de serviços das empresas ligadas ao grupo Eucatur-EUCRED, podendo para tanto, movimentar contas correntes, assinar contratos em geral, inclusive contratos de derivativos, emitir e endossar cheques para recebimento de depósito, efetuar depósitos; expedir e receber ordens de pagamentos, aceitar duplicatas de giro mercantil comum ou de compra de mercadorias; solicitar saldos e extratos de contas correntes; requisitar talonários de cheques; receber valores, dar quitação, assinar cheques e recibos, efetuar

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:11. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:15. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 2cb2d178151d76b3ef578e864c48a1a3

SERVIÇO DISTRITAL DE LINDOESTE COMARCA DE CASCAVEL - PARANÁ
Heverton Luis Nonemacher
Escrevente
Port. 01/2018
Mion
LINDOESTE - PR

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 248
Mov. 26

pagamentos por meio eletrônico, efetuar transferências por meio eletrônico e liberar arquivos de pagamentos no gerenciador financeiro/AASP; representar a firma mencionada, perante qualquer repartição pública federal, estadual, municipal, autárquica, estatais e para-estatais, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal, Acordos Sindicais, INSS, FGTS, Juntas de Conciliação e Julgamento, Anatel, ANTT, DNIT, DER, Embratur, Cartórios de Notas e Protestos de Titulos e Documentos; podendo solicitar parcelamentos, pagar taxas, assinar requerimentos e livros fiscais, inclusive registra-los, ter vistas em processos, juntar documentos, assinar cartas de anuência para baixa de protestos, dar baixas de protestos; assinar contratos de locação de bens móveis ou imóveis, podendo também, negociar, adquirir, cancelar quaisquer produtos e ou serviços, celebrar, assinar contratos de interesse da sociedade perante a pessoas fisicas ou jurídicas, protestar, dar baixa em protesto; poderes para participar de licitações, pregões chamamentos públicos ou outra modalidade de contratação com poder público em geral presenciais e/ou eletronicos, dar lances, assinar propostas, credenciamentos, retiradas de editais e todos os atos necessários à participação destes certames; praticar enfim, todos os demais atos necessários e indispensáveis ao mais amplo, cabal e fiel desempenho do presente mandato, **podendo substabelecer. O presente mandato tem validade até 31 de dezembro de 2019.** A outorgante declara que conferiu e que se responsabiliza pela veracidade dos dados fornecidos dos procuradores e do objeto utilizados para a lavratura do presente instrumento. E, assim, conforme disse e me pediu, lavrei o presente instrumento que, lido e achado em tudo conforme, aceita, outorga e assina, dispensando a presença de testemunhas pelo que lhe faculta o artigo 684 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça deste Estado.Eu, (a.), Heverton Luis Nonemacher, Escrevente - Port. 01/2018, que a escrevi, conferi, subscrevo, dou fé e assino Protocolado sob nº 0000446, nesta data. Emolumentos: R$78,09 - VRC 404,62, Funrejus: R$19,52, Selo Funarpen: R$0,80, FADEP: R$3,90 - Total: R$102,32. Selo Digital Nº FXJ68.8tCy6.zR2x7, Controle: k5MIx.T7CuG. Lindoeste-PR, 27 de maio de 2019. (aa.) GIMAVE- MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMAÇÕES LTDA - EPP, ASSIS MARCOS GURGACZ. Heverton Luis Nonemacher, Escrevente - Port. 01/2018. Nada mais. Trasladada em seguida, confere em tudo com o original, ao qual me reporto e dou fé. Eu, Heverton Luis Nonemacher, Escrevente - Port. 01/2018, que a trasladei, conferi, subscrevo, dou fé e assino em público e raso.

Em Testº_____da Verdade

Lindoeste-PR, 28 de maio de 2019

1º TABELIONATO DE NOTAS
1º Fernando Cesar Vellozo Lucaski
Tabelião
Fone: (45) 3035-6955
Rua Senador Souza Naves, 3755-Centro - Cascavel-PR
Rua Tabelionato de Notas
Exclusivo para
Autenticação de Cópia
FQS15331
A presente fotocópia é reprodução fiel do documento apresentado nesta data. Dou fé.
SERVIÇO DISTRITAL DE LINDOESTE
COMARCA DE CASCAVEL - PARANÁ
Heverton Luis Nonemacher
Escrevente
Port. 01/2018
LINDOESTE - PR

Heverton Luis Nonemacher
Escrevente - Port. 01/2018

FUNARPEN
SELO DIGITAL
qXJrq.MCsy6.MA2x7
k59Ix.Kk4y4
http://funarpen.com.br

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:11. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:15. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 2cb2d178151d76b3ef578e864c48a1a3

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 249
Mov. 27

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: GIMAVE - MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMACOES LTDA
CNPJ: 05.989.476/0001-10

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:14:23 do dia 22/04/2019 <hora e data de Brasília>.
Válida até 19/10/2019.
Código de controle da certidão: **2D5F.ED3D.4CD2.5440**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:11. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:16. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 17b156e0dd0312069dab1ed957119a1b

PROTOCOLO
Fls. 250
Mov. 27
INTEGRADO DO ESTADO

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Coordenação da Receita do Estado

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 019885494-04

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **05.989.476/0001-10**
Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 06/09/2019 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:11. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:16. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 17b156e0dd0312069dab1ed957119a1b

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 251
Mov. 27

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS
Nº 78705/2019

A presente Certidão é VÁLIDA POR 90 (noventa) DIAS a contar da data de emissão da mesma.

[CONTRIBUINTE]

Código:	**473252430**
Nome/Razão:	**GIMAVE - MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMACOES LTDA**
CNPJ/CPF:	**05.989.476/0001-10**
Endereço:	**RUA HERCILIO LUZ, 175**
Complemento:	
Bairro:	**ALTO ALEGRE** **CEP:** 85.805-290
Cidade:	**Cascavel - PR**

[REQUERENTE]

Código:	473252430
Nome/Razão:	GIMAVE - MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMACOES LTDA
CNPJ/CPF:	05.989.476/0001-10

[FINALIDADE]

Licitação

[INFORMAÇÕES ADICIONAIS]

Certificamos que na presente data INEXISTEM débitos incidentes sobre o sujeito passivo acima identificado.

Esta certidão compreende todos os débitos imobiliários e mobiliários, tributários ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, administrados pela Secretaria Municipal de Finanças de Cascavel (SEFIN), tais como Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, Contribuição de Melhoria, Taxa de Coleta de Lixo, Contribuição de Iluminação Pública – CIP incidente sobre lotes vagos, Taxa de Proteção a Desastres, Taxas de Expediente, Multas de Regularização de Obras, Autos de Infração da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Imposto Sobre Serviços – ISS, Taxa de Verificação de Regular Funcionamento, Taxa de Licença Sanitária, Taxa de Localização e Funcionamento, Autos de Infração do PROCON e demais débitos para com esta municipalidade.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública lançar, cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas posteriormente, mesmo referentes a períodos anteriores ou compreendido nesta certidão.

Cascavel, 29 de julho de 2019.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Prefeitura:
https://cascavel.atende.net/#!/tipo/servico/valor/31/padrao/1/load/0
Código de Autenticidade: WGT211202-000-XCWLNK-302122817

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:11. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:16. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 17b156e0dd0312069dab1ed957119a1b

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 252
Mov. 27

Voltar | Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 05.989.476/0001-10
Razão Social: GIMAVE MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMACOES LTDA
Endereço: R BARAO DO CERRO AZUL 359 / PARQUE SAO PAULO / CASCAVEL / PR / 85802-050

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 19/07/2019 a 17/08/2019

Certificação Número: 2019071901342437952427

Informação obtida em 29/07/2019 12:07:50

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:11. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:16. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 17b156e0dd0312069dab1ed957119a1b

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 253
Mov. 27

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
05.989.476/0001-10 **MATRIZ**		**18/11/2003**

NOME EMPRESARIAL
GIMAVE - MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMACOES LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
EUCARD	**DEMAIS**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
82.99-7-02 - Emissão de vales-alimentação, vales-transporte e similares

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
62.02-3-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis
62.03-1-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis
62.04-0-00 - Consultoria em tecnologia da informação
62.09-1-00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação
74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R HERCILIO LUZ	**175**	

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
85.805-290	**ALTO ALEGRE**	**CASCAVEL**	**PR**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
MARCIA@ENTERPAG.COM.BR	**(45) 3392-1023**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**09/10/2004**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **29/07/2019** às **12:06:11** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**

Consulta QSA / Capital Social

Voltar

Preparar Página para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, clique aqui.
Atualize sua página

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:11. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:16. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 17b156e0dd0312069dab1ed957119a1b

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 254
Mov. 27

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: GIMAVE - MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMACOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 05.989.476/0001-10
Certidão nº: 171230312/2019
Expedição: 22/04/2019, às 09:37:40
Validade: 18/10/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **GIMAVE - MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMACOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **05.989.476/0001-10, NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:11. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:16. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 17b156e0dd0312069dab1ed957119a1b

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR, CONTADOR, PARTIDOR, DEPOSITÁRIO PÚBLICO E AVALIADOR JUDICIAL
COMARCA DE CASCAVEL - ESTADO DO PARANÁ

RODRIGO TIMÓTHEO TABORDA
DISTRIBUIDOR PÚBLICO

AVENIDA TANCREDO NEVES, 2320 - EDIFÍCIO DO FÓRUM - CEP 85805-036
FONE: (45) 3326-4479 - CNPJ: 00.322.048/0001-16

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 255
Mov. 28

CERTIDÃO NEGATIVA JUDICIAL ESPECÍFICA

Rodrigo Timótheo Taborda, Titular do Ofício do Distribuidor, Contador, Partidor, Depositário e Avaliador Judicial da Comarca de Cascavel, Estado do Paraná, na forma da lei, etc...

CERTIFICA, atendendo a pedido verbal de parte interessada, que revendo nesse Cartório do Distribuidor Público da Comarca de Cascavel, Estado do Paraná, os registros e demais elementos componentes do arquivo, referente ao FORO JUDICIAL, neles verificou a INEXISTÊNCIA, específica de:

FALÊNCIAS OU CONCORDATAS; RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL E RECUPERAÇÃO JUDICIAL (LEI 11.101/2005), de responsabilidade de:

GIMAVE MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMACOES LTDA
CNPJ: 05.989.476/0001-10

Dado e passado nesta cidade e comarca de CASCAVEL, Estado do PARANÁ, ao(s) 08 dia(s) do mês de julho do ano de 2019. Buscas procedidas no(s) ultimo(s) vinte ano(s).

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

Bel. Rodrigo Timótheo Taborda
Oficial Titular

Bel. Lucas Tomasetto Moreira
Empregado Juramentado
Portaria nº 015/2016

ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE CASCAVEL - PR
Bel. Rodrigo Timótheo Taborda
OFICIAL TITULAR
Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador, Depositário Público

1º TABELIONATO DE NOTAS
1º Fernando Cesar Vellozo Lucaski
Tabelião
Fone: (45) 3035-0055
Rua Souza Naves, 3755 - Centro - Cascavel-PR
Lei 10.228 de 19/05/1992

Cascavel, 15 JUL. 2019

Tabelionato de Notas
Exclusivo para
Autenticação de Cópia
A presente cópia é reprodução fiel do documento apresentado nesta data. Dou fé.

0000000015819

EMOLUMENTOS DESTA CERTIDÃO: R$ 32,73
A presente Certidão somente terá validade com o Carimbo Oficial do Cartório Distribuidor.

NICOLE

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:11. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:16. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: d9e03c265566782092c0b6b7d6746ca

1º TABELIONATO DE NOTAS
Rua Souza Naves, 3705-Centro - Cascavel-PR
Cascavel, 17 JUN 2019
A presente fotocópia é reprodução fiel do documento apresentado nesta data, do que dou fé. Segue selo no final do ato o selo de autenticidade.
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 256
Mov. 29

GIMAVE Meios de Pagamentos e Informações Ltda.

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2018

ATIVO	11.196.818,00
ATIVO CIRCULANTE	**10.861.122,01**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**1.486.140,07**
Numerário em Caixa	1.455.998,10
Banco conta Movimento	26.800,40
Aplicações Financeiras de Liquidação Imediata	3.341,57
CLIENTES E OPERAÇÕES A RECEBER	**9.374.981,94**
Títulos e Duplicatas a Receber	9.374.981,94
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**335.695,99**
INVESTIMENTOS	**116.500,00**
Participações Societárias	116.500,00
IMOBILIZADO	**171.029,32**
Máquinas Aparelhos e Equipamentos	55.751,19
Equipamentos de Processamentos de Dados	82.934,16
Móveis e Utensílios	48.660,66
(-) Depreciação Acumulado s/ Imobilizado	-16.316,69
INTANGÍVEL	**48.166,67**
Softwares	60.000,00
(-) Amortização sobre Intangíveis	-11.833,33

PASSIVO	11.196.818,00
PASSIVO CIRCULANTE	**8.468.567,65**
FORNECEDORES	**270.059,15**
Fornecedores Nacionais	270.059,15
OBRIGAÇÕES FISCAIS	**284.836,00**
Tributos Federais	273.548,72
Retenções Tributárias e Previdenciárias	11.216,66
Tributos Municipais	70,62
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS	**40.216,76**
Salários	26.437,00
INSS a Recolher	9.687,27
FGTS a Recolher	3.734,22
Contribuição Sindical	358,27
OUTRAS OBRIGAÇÕES	**7.873.455,74**
Contas a Pagar	7.873.455,74
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**381.947,85**
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	**348.093,32**
Empréstimos de Terceiros	288.093,32
Transações com Partes Relacionadas	60.000,00
OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	**33.854,53**
Obrigações Federais	33.854,53
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**2.346.302,50**
CAPITAL SOCIAL	**1.300.000,00**
Capital Integralizado	1.000.000,00
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	300.000,00
LUCRO / PREJUÍZOS ACUMULADOS	**131.961,76**
Lucros Acumulados	131.961,76
RESULTADO DO EXERCÍCIO	**914.340,74**
Lucro do Exercício	914.340,74

ASSIS MARCOS GURGACZ
CPF 787.523.379-87
ADMINISTRADOR

DICKSON ROCHA FOGAÇA
CPF 640.247.419-34
CRC/UF: 28706/0-1PR
CONTADOR

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:12. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:16. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 95aac095a876928570099e6d817d4309

PROTOCOLO
Fls. 257
Mov. 29
INTEGRADO DO ESTADO

1º TABELIONATO DE NOTAS
Rua Souza Naves, 3756 Centro - Cascavel-PR
Cascavel, 17 JUN. 2019
A presente cópia é reprodução fiel do documento apresentado nesta data, que dou fé, afixado no final do seio da autenticidade.

GIMAVE Meios de Pagamentos e Informações Ltda.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ENCERRADA EM 31/12/2018

RECEITA BRUTA DE SERVIÇO PRESTADO		**3.197.222,47**
Receita Pass. Cartão	158.047,44	
Receita sobre TED	50.898,00	
Receita sobre Taxa Administrativa	2.107.625,75	
Receita Taxa de Adesão	36.970,00	
Receita Tarifa Emissão de 2º Via Cartão	1.833,00	
Receita de Antecipação de Credenciado	841.848,28	
(-) **Deduções da Receita Bruta**		**-161.124,20**
(=) RECEITA LÍQUIDA DOS SERVIÇOS PRESTADOS		**3.036.098,27**
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		**-1.864.936,79**
Despesas Comerciais	-56.919,58	
Despesas Administrativas	-1.798.347,47	
Outras Receitas e Despesas Operacionais	-9.669,74	
(=) RESULTADO OPERACIONAL		**1.171.161,48**
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO		
(+) Receitas Financeiras	**8.049,16**	
Descontos Obtidos	8.049,16	
(-) Despesas Financeiras	**-106.647,15**	
IOF	-8.877,76	
Juros Passivos	-27.050,28	
Multas sobre Atrasos	-250,00	
Descontos Concedidos	-4.017,73	
Despesas Bancárias	-66.451,38	
(=) Resultado Financeiro Líquido		**-98.597,99**
(=) RESULTADO APÓS OPERAÇÕES FINANCEIRAS		**1.072.563,49**
(+/-) RECEITAS /DESPESAS NÃO OPERACIONAIS		
Receitas não Operacionais		
Comissões sobre Vale Transporte		161.893,77
(=) LUCRO ANTES DE IMPOSTO DE RENDA E CSLL		**1.234.457,26**
(-) Imposto de Renda e Contribuição s/ o Lucro Líquido		-320.116,52
(=) LUCRO DO EXERCÍCIO		**914.340,74**

ASSIS MARCOS GURGACZ
CPF 787.523.379-87
ADMINISTRADOR

DICKSON ROCHA FOGAÇA
CPF 640.247.419-34
CRC/UF: 28706/0-1PR
CONTADOR

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:12. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:16. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 95aac095a876928570099e6d817d4309

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 258
Mov. 29

GIMAVE Meios de Pagamentos e Informações Ltda.

ÍNDICES COM BASE NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2018

1º ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO

Relação Capital de Terceiros (CT) / Capital Próprio (CP)

$$\frac{Passivo\ Circulante + Exigível\ a\ LP.}{Patrimônio\ Líquido}\ X\ 100$$

%	Índice
377,21	3,77

Este índice revela o nível de endividamento (passivos) da empresa em relação a seu financiamento por meio de recursos próprios. Ou seja, para cada R$1,00 de capital próprio investido (patrimônio líquido) quanto foi levantado de capital de terceiros (dívidas).

Relação Capital de Terceiros (CT)/Ativo Total (AT)

$$\frac{PC + EXLP}{Ativo\ Total}\ X\ 100$$

%	Índice
79,04	0,79

Este índice mede a porcentagem dos recursos totais da empresa (ativo total) que se encontra financiada por capital de terceiros. Ou seja, para cada R$1,00 de recurso investido pela empresa em seus ativos, quanto provém de fontes de financiamento não próprias.

Composição do endividamento

$$\frac{Passivo\ circulante}{Capital\ de\ Terceiros}\ X\ 100$$

%	Índice
95,68	0,96

Este índice mostra, do total de capital de terceiros, qual é o percentual das dívidas a curto prazo, que estão representadas pelo Passivo Circulante, em outras palavras: do total que a empresa tomou de capital de terceiros, qual o percentual de dívidas que vencem a curto prazo; logo, quanto menor ele for, melhor.

Imobilização do Patrimônio Líquido

$$\frac{Investimento + Imobilizado + Intangível}{Patrimônio\ Líquido}\ X\ 100$$

%	Índice
14,31	0,14

Este índice mostra qual o percentual de comprometimento do capital próprio no investimento, imobilizado e intangível. O capital próprio corresponde ao valor que o acionista investiu na empresa e é representado pelo Patrimônio Líquido; assim, quanto menor for o indicador, melhor.

$$\frac{Investimento + Imobilizado + Intangível}{Patrimônio\ Líquido + Exigível\ a\ longo\ prazo}\ X\ 100$$

%	Índice
14,00	0,14

Este índice mostra a utilização de recursos não correntes na aquisição de investimento, imobilizado e intangível. Recursos não correntes são recursos a longo prazo, quer por meio do capital próprio (Patrimônio Líquido), quer por meio do capital de terceiros (Exigível a Longo Prazo); assim, quanto menor for esse índice, melhor.

Recursos correntes são as contas do Ativo Circulante e do Passivo Circulante, utilizados no dia a dia da empresa; já os não correntes fazem parte das contas a Longo Prazo (Realizável a Longo Prazo, Investimento, Imobilizado e Intangível, Exigível a Longo Prazo e Patrimônio Líquido).

1º TABELIONATO DE NOTAS
Fernando Cesar Velloso Lucaski
Tabelião
Fone: (45) 3035-5055
Comarca de Cascavel-PR
Lei 13.286 de 15/05/2001
SELO
FGN45126
1º TABELIONATO DE NOTAS
Rua Souza Naves, 3755 - Cascavel - PR
Exclusivo para Autenticação de Cópia
Cascavel, 17 JUN. 2019
A presente fotocópia é reprodução fiel do documento apresentado nesta data. Dou fé.

2º ÍNDICES DE LIQUIDEZ

Liquidez Seca — CURTO PRAZO

$$\frac{Ativo\ circulante - Estoques}{Passivo\ circulante}\ X\ 100$$ **1,25**

$$\frac{Disponível}{Passivo\ Circulante}$$ **0,14**

ASSIS MARCOS GURGACZ
CPF 787.523.379-87
ADMINISTRADOR

Liquidez Corrente — MÉDIO PRAZO

$$\frac{Ativo\ circulante}{Passivo\ circulante}$$ **1,25**

Liquidez Geral — LONGO PRAZO

$$\frac{Ativo\ circulante + Realizável\ a\ longo\ prazo}{Passivo\ circulante + Exigível\ a\ longo\ prazo}$$ **1,19**

DICKSON ROCHA FOGAÇA
CPF 640.247.419-34
CRC/UF: 28706/0-1PR
CONTADOR

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:12. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:16. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 95aac095a876928570099e6d817d4309

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 259
Mov. 30

CAPACIDADE FINANCEIRA

Declaramos que as demonstrações abaixo correspondem à real situação da empresa. Esses índices foram obtidos no balanço do último exercício social, conforme segue:

Tipo de índice	Valor em reais	Índice
Liquidez geral (LG) LG = (AC + RLP) /(PC + ELP)	(10.861.122,01 + 0,00) / (8.468.567,65+ 381.947,85)	1,23
Liquidez corrente (LC) LC = AC/PC	10.861.122,01 / 8.468.567,65	1,28
Solvência Geral (SG) SG = AT / (PC + ELP)	11.196.818,00 / (8.468.567,65 + 335.695,99)	1,27
Endividamento (E) E = (PC + ELP) / (AC + RLP + AP)	(8.468.567,65+ 381.947,85) / (10.861.122,01 + 0,00 + 335,695,99)	0,79

AC	- ativo circulante;	RLP	- realizável a longo prazo;
AP	- ativo permanente;	ELP	- exigível a longo prazo;
PC	- passivo circulante;	AT	- ativo total.

OBS.: Os índices deverão ser apresentados com no máximo 2 (duas) casas decimais, desprezando-se as demais.

1º TABELIONATO DE NOTAS

Assinatura devidamente identificada do **representante legal da empresa** proponente (apontado no contrato social ou procuração com poderes específicos).

Cascavel 08 ,de Maio de 2019

1º TABELIONATO DE NOTAS

Contador
Nome DICKSON ROCHA FOGAÇA
CRC nº 28706/0-01PR
Assinatura.....

1º TABELIONATO DE NOTAS
Rua Souza Naves, 3755 - Centro - Cascavel/PR

FRENTE Cascavel, 1º MAIO 2019

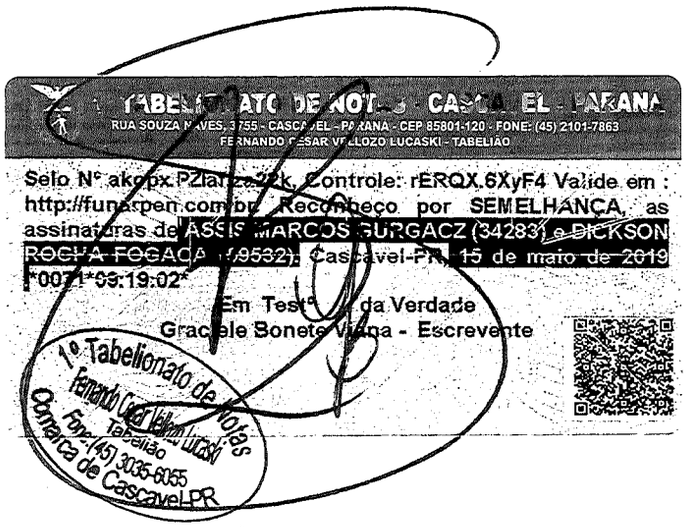
1º Tabelião Fabiano Cezar Velozo Lucas
Fone: (45) 3035-6035
Comarca de Cascavel-PR

A presente fotocópia é reprodução

VERSO

+55 (45) 3036-4321
contato@gimave.com.br
Rua Barão do Cerro Azul, 359 - Centro

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:12. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:16. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: d11e845530d578db328f887898b3fc94


1º TABELIONATO DE NOTAS - CASCAVEL - PARANÁ
RUA SOUZA NAVES, 3755 - CASCAVEL - PARANÁ - CEP 85801-120 - FONE: (45) 2101-7863
FERNANDO CESAR VILLOZO LUCASKI - TABELIÃO
Selo Nº akqpx.PZIaYza22k, Controle: rERQX.6XyF4 Valide em : http://funarpen.com.br. Reconheço por SEMELHANÇA, as assinaturas de ASSIS MARCOS GURGACZ (34283), e DICKSON ROCHA FOGAÇA (19532). Cascavel-PR, 15 de maio de 2019 F0071*03:19:02*
Em Test° da Verdade
Graciele Bonete Viana - Escrevente
1º Tabelionato de Notas
Fernando César Villozo Lucaski
Tabelião
Fone: (45) 3035-6055
Comarca de Cascavel-PR

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 260
Mov. 30

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:12. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:16. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: d11e845530d578db328f887898b3fc94

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 261
Mov. 31

EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO FORNECIMENTO DE VALE-ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO ATRAVÉS DE CARTÃO COM CHIP ELETRÔNICO DE SEGURANÇA

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DECRETO ESTADUAL nº 6252/2006
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO

DECLARAÇÃO

A empresa Gimave – Meios de Pagamento e Informações Ltda., inscrita no CNPJ n.º 05.989.476/0001-10, por intermédio de seus representantes legais Srs JAIME LUIS DE SALLES AGOSTINHO, portador(a) do documento de identidade RG nº 7.372.243-5, emitido pela SSP/ PR , e do CPF nº 032.961.829-69, e ROBERTO CARLOS PANIZIO, portador(a) do documento de identidade RG nº 4.019.113-5, emitido pela SSP/ PR, e do CPF nº 532.332.209-87, participante do Pregão Eletrônico **01/2019**, declara para os devidos fins, sob as penas da Lei, que:

1) Atende e subordina-se aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade sócio- ambiental, previstos no Decreto Estadual nº 6252, 22/03/2006 e nas demais normas legais de proteção ao meio ambiente.

Cascavel, 31 de julho de 2019.

JAIME LUIS DE SALLES AGOSTINHO
RG 7572243-5 SSP-PR
CPF 032.961.829-69
PROCURADOR

ROBERTO CARLOS PANIZIO
RG 4019113-5 SSP-PR
CPF 532.332.209-87
PROCURADOR

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:12. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:17. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 24075b522ecd59dcd7f22b9bfd4ce34

EUCATUR

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 262
Mov. 32

Cascavel, 10 de junho 2019.

Ao
Prefeitura Municipal de Diamante D` Oeste
Pregão Nº 055/2019

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos a quem interessar possa, que a empresa GIMAVE – Meios de Pagamentos e Informações LTDA, inscrita no CNPJ 05.989.476/0001-10, com sede na Rua Barão do Cerro Azul, nº 359, bairro Ciro Nardi, em Cascavel – PR, presta a empresa Eucatur – Empresa União Cascavel Transporte Turismo Ltda inscrita no CNPJ 76.080.738/0001-78, com sua sede na Av. Tancredo Neves Nº 2222, Bairro Alto Alegre, serviços de fornecimento e administração de cartões alimentação, conforme contrato Nº 8 firmado em 28 de Dezembro de 2017, por prazo indeterminado.

Atualmente são 172 trabalhadores atendidos, desta forma a empresa Eucatur - Empresa União Cascavel Transporte Turismo Ltda, atesta o reconhecimento dos serviços prestados pela Gimave – Meios de Pagamentos e Informações LTDA, demonstrando plena satisfação.

Resumo das atividades executadas pela GIMAVE – Meios de Pagamentos e Informações LTDA:

Sistema on-line via web, fazer pedido de crédito
Emitir boleto do pedido
Solicitação de novos cartões
Pedido da Segunda via do Cartão
Consulta os extratos de pedido
Consulta o extrato dos colaboradores
Emitir protocolo do crédito para cada funcionário
Alterar sua senha
Cadastrar novo funcionário
Inativar funcionário
Relação dos funcionários.
Portador Acesso web
Consulta credito disponível
Consultar locais para consumo
Consultar os locais que ele teve consumo.

1º TABELIONATO DE NOTAS

Lenoir Tadeu Pozzobon
Gerente Administrativo

1º TABELIONATO DE NOTAS

Jaqueline A. Franceschini Ribeiro
Gerente Financeiro

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:12. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:17. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: df5152b155f54f3b3f6c86b20a0ef74d

1º TABELIONATO DE NOTAS - CASCAVEL - PARANÁ
RUA SOUZA NAVES, 3755 - CASCAVEL - PARANÁ - CEP 85801-120 - FONE: (45) 2101-7863
FERNANDO CESAR VELLOZO LUCASKI - TABELIÃO

Selo Nº aD6A4.tqyz8.P3E2, Controle: wPv4y.u97rE Valide em : http://funarpen.com.br. Reconheço por SEMELHANÇA as assinaturas de: LEMOIR TADEU POZZOBON (71390), JAQUELINE APARECIDA FRANCESCHINI RIBEIRO (224151). Cascavel-PR, 11 de junho de 2019. *0093*15:36:31*
Em Testº da Verdade
Graciele Bonete Viana - Escrevente

1º Tabelionato de Notas
Fernando Cesar Vellozo Lucaski
Tabelião
Fone:(45) 3035-6055
Comarca de Cascavel-PR

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 263
Mov. 32

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:12. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:17. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: df5152b155f54f3b3f6c86b20a0ef74d

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 264
Mov. 33

EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO FORNECIMENTO DE VALE-ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO ATRAVÉS DE CARTÃO COM CHIP ELETRÔNICO DE SEGURANÇA

ANEXO VII
DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO AO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO

PREGÃOELETRÔNICO: 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO
REGIME DE CONTRATAÇÃO: MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

A empresa Gimave – Meios de Pagamento e Informações Ltda., inscrita no CNPJ n.º 05.989.476/0001-10, por intermédio de seus representantes legais Srs JAIME LUIS DE SALLES AGOSTINHO, portador(a) do documento de identidade RG nº 7.372.243-5, emitido pela SSP/ PR , e do CPF nº 032.961.829-69, e ROBERTO CARLOS PANIZIO, portador(a) do documento de identidade RG nº 4.019.113-5, emitido pela SSP/ PR, e do CPF nº 532.332.209-87 em conformidade com o disposto no art. 4º, inciso VII, da Lei nº. 10.520/02 **DECLARA** que está apta a cumprir plenamente todos os requisitos exigidos no Edital que rege o certame acima indicado.

Cascavel, 31 de julho de 2019.

JAIME LUIS DE SALLES AGOSTINHO
RG 7572243-5 SSP-PR
CPF 032.961.829-69
PROCURADOR

ROBERTO CARLOS PANIZIO
RG 4019113-5 SSP-PR
CPF 532.332.209-87
PROCURADOR

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:12. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:17. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 6b516ea80e0ef723be8f04fbd410f08a

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 265
Mov. 34

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO - SIT
DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO - DSST
Coordenação do Programa de Alimentação do Trabalhador - COPAT
Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT
(Lei nº 6.321/76)

COMPROVANTE DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA FORNECEDORA

Registro no PAT:	170612948
Data do Registro:	12/12/2017
CNPJ:	05.989.476/0001-10
Razão Social:	GIMAVE - MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMAÇÕES LTDA - EPP
Endereço:	RUA BARAO DO CERRO AZUL
Bairro:	CIRO NARDI
Município/UF:	Cascavel/PR
Cep:	85.802-050
Telefone:	(45) 33921075

Identificação do Serviço de Alimentação

Tipo de Serviço:
Cesta de Alimentos

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:12. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:17. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 8f0181335aeed931aa56196ab2283d0

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 266
Mov. 35

EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO FORNECIMENTO DE VALE-ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO ATRAVÉS DE CARTÃO COM CHIP ELETRÔNICO DE SEGURANÇA

ANEXO IV –
DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ARTIGO 27, INCISO V, DA LEI Nº 8.666/93
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO

DECLARAÇÃO

A empresa Gimave – Meios de Pagamento e Informações Ltda., inscrita no CNPJ n.º 05.989.476/0001-10, por intermédio de seus representantes legais Srs JAIME LUIS DE SALLES AGOSTINHO, portador(a) do documento de identidade RG nº 7.372.243-5, emitido pela SSP/ PR , e do CPF nº 032.961.829-69, e ROBERTO CARLOS PANIZIO, portador(a) do documento de identidade RG nº 4.019.113-5, emitido pela SSP/ PR, e do CPF nº 532.332.209-87, participante do Pregão Eletrônico **01/2019**, declara para os devidos fins, sob as penas da Lei, que:

1) não utiliza mão de obra direta ou indireta de menor de 18 (dezoito) anos para realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determinação constitucional e Lei nº 9.854/99;

2) inexistem fatos impeditivos para a habilitação desta empresa na presente licitação e não pesa contra a mesma declaração de inidoneidade expedida por Órgão da Administração Pública, estando ciente da obrigatoriedade de declarar a ocorrência de fatos supervenientes, conforme art. 32, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

Cascavel, 31 de julho de 2019.

JAIME LUIS DE SALLES AGOSTINHO
RG 7572243-5 SSP-PR
CPF 032.961.829-69
PROCURADOR

ROBERTO CARLOS PANIZIO
RG 4019113-5 SSP-PR
CPF 532.332.209-87
PROCURADOR

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:13. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:18. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 4830fc66561224a1da07ff3386089c64

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 267
Mov. 36

ExpressoLivre - ExpressoMail

Remetente:	"Jonas dos Santos Nascimento" <jonas-nascimento@cctg.pr.gov.br>
Para:	"Nicole Lemanczyk" <administrativo@palcoparana.org>
Com Cópia:	"Carlos Alberto Goncalves dos Santos" <carlosalbertogds@cctg.pr.gov.br>, "Andre Luis Diener" <andre-diener@cctg.pr.gov.br>
Data:	02/08/2019 14:51 (53 minutos atrás)
Assunto:	Re: Fwd: Documentos de Habilitação
Anexos:	5d6ce8df.png (cid:5d6ce8dfb2bb277bf315874be920e9bd@palcoparana.org) (9 KB)

Prezada Nicole, boa tarde.

Em analise, com base nos números apresentados no balanço verifica-se que os índices são, de:

Liquidez corrente: Ativo circulante/Passivo circulante = 1,28.

Liquidez seca: Ativo circulante - estoque/Passivo circulante = 1,28.

Liquidez geral: Ativo circulante + realizável a longo prazo/passivo circulante +exigível a longo prazo = 1,22

É de se considerar que os índices estão maior que os apresentados pela empresa, bem como maiores que os exigidos no edital, no entanto é algo bom, já que demonstra maior liquidez na empresa.

Grau de endividamento: Passivo circulante + exigível a longo prazo/ativo total = 0,79.

O edital exigia 0,80 ou menos, logo esta dentro do solicitado.

Att,
Jonas
PalcoParana

Em 01/08/2019 às 18:01 horas, "Nicole Lemanczyk" <administrativo@palcoparana.org> escreveu:

> Oi Jonas
> Consegue dar uma olhada contábil nisto por favor.
> São os documentos que a vencedora do pregão do vale alimentação nos
> encaminhou
> Att
> -------- Mensagem original --------
> ASSUNTO:
> Documentos de Habilitação
>
> DATA:
> 2019-08-01 17:27
>
> DE:
> Carlos Alberto Goncalves dos Santos <carlosalbertogds@cctg.pr.gov.br>
>
> PARA:
> administrativo@palcoparana.org
>
> Boa tarde, Nicole!
> Analisei a documentação recebida e não encontrei fatos contrários à

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:13. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:18. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: e500f1aee1296ce459352b92c34bc727

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 268
Mov. 36

aprovação. Porém, não possuo conhecimentos contábeis para analisar
Balanços e Índices de Endividamento. Desta feita, seguem anexos os
documentos da empresa Arrematante no Pregão Eletrônico nº 01/2019. Favor
analisá-los e comunicar este Pregoeiro sobre alguma falha encontrada.
Não havendo falha(s) retornar este e-mail afirmando a autenticidade da
referida documentação. Em tempo: o edital pede índice de 0,80 e a proponente apresenta cálculo
com Índice de 0,79.
No aguardo!
Att,
Carlinhos Centro Cultural Teatro Guaíra Departamento de Materiais/DMA
Fone: (41) 3304-7929
Rua XV de Novembro, 971 - sala 208 - CEP: 80.060-000
Centro - Curitiba/PR
CNPJ: 76.695.204/0001-56   -   Insc. Est.: Isento

-- NICOLE LEMANCZYK
DIRETORA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA
RUA XV DE NOVEMBRO, 971 - CENTRO - 80060000 - CURITIBA - PR
41 33047955

Oi Jonas

Consegue dar uma olhada contabil nisto por favor.

São os documentos que a vencedora do pregão do vale alimentação nos encaminhou

Att

-------- Mensagem original --------

Assunto: Documentos de Habilitação
Data:2019-08-01 17:27
De: Carlos Alberto Goncalves dos Santos <carlosalbertogds@cctg.pr.gov.br>
Para:administrativo@palcoparana.org

Boa tarde, Nicole!

Analisei a documentação recebida e não encontrei fatos contrários à aprovação. Porém, não possuo conhecimentos contábeis para analisar Balanços e Índices de Endividamento. Desta feita, seguem anexos os documentos da empresa Arrematante no Pregão Eletrônico nº 01/2019. Favor analisá-los e comunicar este Pregoeiro sobre alguma falha encontrada. Não havendo falha(s) retornar este e-mail afirmando a autenticidade da referida documentação. Em tempo: o edital pede índice de 0,80 e a proponente apresenta cálculo com Índice de 0,79.

No aguardo!

Att,

Carlinhos
Centro Cultural Teatro Guaíra
Departamento de Materiais/DMA
Fone: (41) 3304-7929
Rua XV de Novembro, 971 - sala 208 - CEP: 80.060-000
Centro - Curitiba/PR
CNPJ: 76.695.204/0001-56   -   Insc. Est.: Isento

--

Nicole Lemanczyk

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:13. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:18. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: e500f1aee1296ce459352b92c34bc727

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 269
Mov. 36

Diretora Administrativa Financeira

Rua XV de Novembro, 971 - Centro - 80060000 - Curitiba - PR

41 33047955

PALCO PARANÁ

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:13. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:18. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: e500f1aee1296ce459352b92c34bc727

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 270
Mov. 37

ExpressoLivre - ExpressoMail

Remetente:	"Jonas dos Santos Nascimento" <jonas-nascimento@cctg.pr.gov.br>
Para:	"Nicole Barao Raffs de Medeiros" <nicolemedeiros@cctg.pr.gov.br>
Com Cópia:	"Carlos Alberto Goncalves dos Santos" <carlosalbertogds@cctg.pr.gov.br>, "Andre Luis Diener" <andre-diener@cctg.pr.gov.br>, "Nicole Lemanczyk" <nicole-lemanczyk@cctg.pr.gov.br>, "Lucas Medeiros Vilches" <lucas-vilches@cctg.pr.gov.br>
Data:	02/08/2019 15:17 (29 minutos atrás)
Assunto:	Representação TCE PR - Licitação - Vale alimentação
Anexos:	Processo Total em 02.08.19.pdf (6.1 MB)

Prezados, boa tarde.

Para ciência, enviamos anexo processo completo até a presente data, referente a licitação da empresa responsável pelo fornecimento/administração do vale alimentação.

Trata-se de processo junto ao Tribunal de Conta do Estado do Paraná, pela empresa Biq Benefícios Ltda, alegando irregularidades no processo licitatório, a Representante pede que de forma cautelar seja:

- Alterado o índice de endividamento de 0,80 para 1,00;
- Concedido um prazo de 20 dias para apresentação de rede credenciada após a assinatura do contrato;
- Caso fosse de interesse público, republicação do edital.

Em análise, o relator do processo indeferiu o pedido liminar, no entanto solicitou que apresentemos, no prazo de 15 dias, esclarecimentos em relação as alegações da Representante, bem como a juntada de cópia da integralidade do processo.

Deste modo, solicitamos que todos envolvidos tomem ciência do processo.

Att,
Jonas
PalcoParana

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:13. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:18. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 9d5245ca7498c02676993c8a2e9fa668

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 271
Mov. 38

PROPOSTA COMERCIAL

Proponente: GIMAVE MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMAÇÕES LTDA
CNPJ: 05.989.476/0001-10
Inscrição Estadual: isento
Endereço: Rua Hercilio Luz, Bairro: Alto Alegre,
Município: Cascavel-PR.
Email: licitacao@cartaoeucard.com.br
CEP: 85801-290
Fone: 45 3036 – 4326
Banco: Credisis BANCO: 097 AG: 18 C/C: 70900-0
Validade da Proposta: 90 dias contados da data da disputa

Apresentamos nossa proposta para fornecimento do objeto do Pregão eletrônico nº 01/2019, acatando todas as estipulações consignadas no Edital, conforme abaixo:

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	VALOR CREDITO MENSAL	MARCA	TAXA ADMINISTRATIVA	PREÇO GLOBAL MENSAL	PREÇO GLOBAL ANUAL
01	72	Und.	A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento, emissão, distribuição, administração do benefício, fornecimento de documentos de legitimação, na forma de cartão Alimentação/Refeição eletrônico, magnético, ou de similar tecnologia, em PVC, com chip de segurança, com recargas mensais, sistema de controle de saldo e senha pessoal e intransferível, para validação das transações pelo usuário, na rede de estabelecimentos comerciais credenciados (que a empresa licitante mantenha convênio), no ato da aquisição dos gêneros alimentícios ou das refeições, para serem utilizados pelos empregados efetivos e comissionados do PALCOPARANÁ, em conformidade com as especificações técnicas e serviços descritos no Anexo I - Termo de Referência.	R$ 352,00	EUCARD	- 2,81%	R$ 24.631,92	R$ 295.583,04

VALOR TOTAL DA PROPOSTA MENSA: R$ 24.631,92 (vinte e quatro mil seiscentos e trinta e um reais e noventa e dois centavos)
VALOR TOTAL DA PROPOSTA PARA CONTRATO DE 12 MESES: 295.574,40 R$ duzentos e noventa e cinco mil quinhentos e oitenta e três reais e quatro centavos).

CNPJ: 05.989.476/0001-10
GIMAVE Meios de Pagamentos e Informações LTDA - EPP

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:14. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:18. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 3da884a2a18b4e1dfa02f5b6bf07bfe8

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 272
Mov. 38

A licitante declara que:

a) os valores apresentados englobam todos os custos operacionais da atividade, incluindo, além do lucro, fretes, seguros, tributos incidentes, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, inclusive com eventuais serviços de terceiros, incidentes e necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus anexos, sem que caiba ao proponente direito de reivindicar custos adicionais.

b) concorda com todas as condições do Edital e que os itens acima estão de acordo com o Termo de Referência (Anexo II).

c) condições de pagamento em conformidade com o disposto neste Edital.

d) Em caso de perda, extravio a segunda via terá um custo de R$ 8,50 (oito reais e cinquenta centavos).

e) O prazo de entrega do serviço de no máximo 05 (cinco) dias uteis a contados do recebimento da Ordem de Serviço, pela contratada, conforme condições descritas no edital.

Cascavel, 31 de julho de 2019.

JAIME LUIS DE SALLES AGOSTINHO
RG 7572243-5 SSP-PR
CPF 032.961.829-69
PROCURADOR

CNPJ: 05.989.476/0001-10
GIMAVE Meios de Pagamentos e Informações LTDA - EPP

ROBERTO CARLOS PANIZIO
RG 4019113-5 SSP-PR
CPF 532.332.209-87
PROCURADOR

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:14. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:18. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 3da884a2a18b4e1dfa02f5b6bf07bfe8

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 273
Mov. 39

PALCOPARANA
UOR: [nº1] PALCOPARANA - Fim contrato: 18/03/2020
[JD023519] CARLOS ALBERTO GONCALVES DOS SANTOS
apoio pregoeiro - Fim representação: [Não informada]

Atendimento / SAC BB / Ouvidoria Brasília/DF - 05/08/2019 09:30:05

Sala de disputa | Criar licitação | Pesquisa avançada | Suas licitações | Banco de Preços | Ajuda | Sair

Situação do lote [1] da licitação [772945] alterada com sucesso. X

Licitações

PALCOPARANA

Licitação [nº 772945]

Opções

Cliente	PALCOPARANA / (1) PALCOPARANA		
Pregoeiro	CARLOS ALBERTO GONCALVES DOS SANTOS		
Resumo da licitação	Contratação de empresa especializada para fornecimento cartão Alimentação/Refeição.		
Edital	01/2019	Processo	15417176-2
Modalidade/tipo	Pregão	Tipo	Menor preço
Participação do fornecedor	Ampla	Prazo para impugnação até	2 dia(s)
Situação da licitação	Disputa encerrada	Data de publicação	12/07/2019
Início acolhimento de propostas	17/07/2019-08:00	Limite acolhimento de propostas	30/07/2019-14:00
Abertura das propostas	30/07/2019-14:00	Data e a hora da disputa	30/07/2019-14:30
Idioma da licitação	Português	Moeda da licitação	(R$) Real
Abrangência da disputa	Nacional	Moeda da proposta	Moeda da licitação
Forma de condução	Eletrônico	Equalização ICMS	Não
Tipo de encerramento da disputa	Randômico		

Lote [nº 1]

Opções

Resumo do lote	Fornecimento de cartão Alimentação/Refeição eletrônico aos empregados do PALCOPARANA.		
Tratamento aplicado	Com tratamento diferenciado para ME/EPP/COOP ME/EPP/COOP		
Tipo de disputa	Com disputa em sessão pública	Critério de seleção	Todas as propostas
Situação do lote	Declarado vencedor	Data e o horário	05/08/2019-09:29:39:947
Tempo mínimo entre lances	3 segundo(s)	Tempo mínimo entre o melhor lance	3 segundo(s)
Valor mínimo entre lances	R$ 0,01	Valor mínimo entre o melhor lance	R$ 0,01
CNPJ	05.989.476/0001-10		
Fornecedor	GIMAVE - MEIOS DE PAGAMENTO E INFORMACOES LTDA		
Telefone	(45) 30364326		
Nome contato	ROBERTO CARLOS PANIZIO		
Arrematado	R$ 97,19		
Tempo randômico	0 - 30 minutos		

© Banco do Brasil
SAC BB - 0800 729 0722 | Ouvidoria - 0800 729 5678 | Deficientes auditivos/fala - 0800 729 0088 | Segurança | Relações com Investidores
px1aop00014_aop-32, 2019-06-13 14:43, Mon Aug 05 09:28:10 BRT 2019

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 06/08/2019 18:36. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 06/08/2019 18:39. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 3b8ec6610d924dcaf4bc9f1ebf535709

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 274
Mov. 40

Licitação [nº 772945] e Lote [nº 1]

Detalhes do lote

Resumo do lote	Fornecimento de cartão Alimentação/Refeição eletrônico aos empregados do PALCOPARANA.
Situação do lote	Declarado vencedor
Fim de acolhimento	06/08/2019-09:29:39
Fornecedor vencedor	GIMAVE - MEIOS DE PAGAMENTO E INFORMACOES LTDA
Valor	R$097,19

Histórico de recurso

Data/Hora	Emitente	Descrição	Ação
06/08/2019 15:19:24	Pregoeiro	Os MOTIVOS apresentados não são congruentes, a Proposta contempla 90 dias item 6.4. e Documentação recebida no prazo, item 10.1. Cartão refeição e Cartão com chip são objetos do contrato. Documentação jurídica comprovada em análise.	
06/08/2019 08:29:21	SODEXO PASS DO BRASIL SERVICOS E COMERCIO S.A.	Manifestamos a intenção de recurso ao não atendimento do item 6.4 e 10.1 do Edital, pela ausência de comprovação do cartão refeição e também não atesta a comprovação de cartão com chip de segurança e ainda, pela ausência de regularidade jurídica.	

Mostrando de 1 até 2 de 2 registros

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 06/08/2019 18:37. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 06/08/2019 18:39. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: bddc8496c0e3b8cc0e3f016ff0e68058

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 275
Mov. 41

PALCOPARANA
UOR: [nº1] PALCOPARANA - Fim contrato: 18/03/2020
[JD023519] CARLOS ALBERTO GONCALVES DOS SANTOS
apoio pregoeiro - Fim representação: [Não informada]

Atendimento / SAC BB / Ouvidoria Brasília/DF - 06/08/2019 16:06:15

Sala de disputa | Criar licitação | Pesquisa avançada | Suas licitações | Banco de Preços | Ajuda | Sair

Licitações

PALCOPARANA

Licitação [nº 772945]

Opções

Cliente	PALCOPARANA / (1) PALCOPARANA		
Pregoeiro	CARLOS ALBERTO GONCALVES DOS SANTOS		
Resumo da licitação	Contratação de empresa especializada para fornecimento cartão Alimentação/Refeição.		
Edital	01/2019	Processo	15417176-2
Modalidade/tipo	Pregão	Tipo	Menor preço
Participação do fornecedor	Ampla	Prazo para impugnação até	2 dia(s)
Situação da licitação	Disputa encerrada	Data de publicação	12/07/2019
Início acolhimento de propostas	17/07/2019-08:00	Limite acolhimento de propostas	30/07/2019-14:00
Abertura das propostas	30/07/2019-14:00	Data e a hora da disputa	30/07/2019-14:30
Idioma da licitação	Português	Moeda da licitação	(R$) Real
Abrangência da disputa	Nacional	Moeda da proposta	Moeda da licitação
Forma de condução	Eletrônico	Equalização ICMS	Não
Tipo de encerramento da disputa	Randômico		

Lote [nº 1]

Opções

Resumo do lote	Fornecimento de cartão Alimentação/Refeição eletrônico aos empregados do PALCOPARANA.		
Tratamento aplicado	Com tratamento diferenciado para ME/EPP/COOP ME/EPP/COOP		
Tipo de disputa	Com disputa em sessão pública	Critério de seleção	Todas as propostas
Situação do lote	Adjudicado	Data e o horário	06/08/2019-16:05:46:460
Tempo mínimo entre lances	3 segundo(s)	Tempo mínimo entre o melhor lance	3 segundo(s)
Valor mínimo entre lances	R$ 0,01	Valor mínimo entre o melhor lance	R$ 0,01
CNPJ	05.989.476/0001-10		
Fornecedor vencedor	GIMAVE - MEIOS DE PAGAMENTO E INFORMACOES LTDA		
Telefone	(45) 30364326		
Nome contato	ROBERTO CARLOS PANIZIO		
Arrematado	R$ 97,19		
Tempo randômico	0 - 30 minutos		

© Banco do Brasil
SAC BB - 0800 729 0722 | Ouvidoria - 0800 729 5678 | Deficientes auditivos/fala - 0800 729 0088 | Segurança | Relações com Investidores
pxl0caop0003_aop-15, 2019-06-13 14:43, Tue Aug 06 16:03:50 BRT 2019

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 06/08/2019 18:37. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 06/08/2019 18:39. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 6aca26a8bff9cedecfa13f1802d86fa

PROTOCOLO
Fls. 276
Mov. 42
INTEGRADO DO ESTADO

INSTRUÇÕES PARA HOMOLOGAÇÃO/PALCOPARANÁ

Protocolo nº 15.417.176-2

Ao

PALCOPARANÁ

Senhora diretora,

Após a edição do processo de licitação no sítio www.licitacoes-e.com.br, do Banco do Brasil, o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2019-PALCOPARANÁ** foi publicado e realizado o acolhimento e abertura das propostas previamente classificadas para o pleito eletrônico. Encerrada a disputa, com designação da triunfante, a empresa arrematante foi Declarada Vencedora após análise e detalhamento da proposta para o Lote Único. Comprovada a regularidade fiscal e jurídica da arrematante, e expirado o prazo recursal e não havendo manifestação de intenção de recurso com motivação consistente, o referido lote foi adjudicado pelo pregoeiro oficial à proponente **GIMAVE - MEIOS DE PAGAMENTO E INFORMACOES LTDA**, com deságio de 2,81% (dois vírgula oitenta e um por cento) sobre a Taxa Administrativa. Assim, o custo total mensal das despesas será de **R$ 24.634,92** (vinte e quatro mil, seiscentos e trinta e quatro reais e noventa e dois centavos), totalizando em um montante de **R$ 295.583,04** (duzentos e noventa e cinco mil, quinhentos e oitenta e três reais e quatro centavos) para o período dos 12 (doze) primeiros meses de contrato.

1 - Seu conhecimento;
2 - Encaminhamento à Assessoria Jurídica para parecer;
3 - Sua tomada de decisão para homologação ou outras instruções;
4 - Retorno a este Pregoeiro para publicar a Ata.

Em, 06 de agosto de 2019.

Carlos A G dos Santos
Pregoeiro

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 06/08/2019 18:39. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 06/08/2019 18:40. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 79d41929e93205d488a773e16a364d04

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 277
Mov. 43

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

PALCOPARANA

DIRETORA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA - PALCOPARANA

Protocolo:	15.417.176-2
Assunto:	contratação empresa de benefícios para funcionários.
Interessado:	PALCO PARANÁ
Data:	09/08/2019 15:04

DESPACHO

A Assessoria Administrativa

Como membro da Comissão de licitação, peço que acompanhe o processo, quanto aos tramites.

Atenciosamente

Nicole Lemanczyk

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 278
Mov. 44

DESPACHO nº 11/2019 – DIPRE/PALCOPARANÁ

DA	DIPRE/PALCOPARANÁ
PARA	AJU/PALCOPARANÁ
ASSUNTO	LICITAÇÃO pregão eletrônico nº 01/2019 – vale-refeição
EXPEDIENTE	15.417.176-2
DATA	12/08/2019

Na data de 09/08/2019 o Palcoparaná e a sua representante legal foram citados para, querendo, apresentarem ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná razões de contraditório no processo 499779/19, em atenção ao que dispõe o artigo 35, II, "a" da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Lei Complementar nº 113/2005.

O processo 499779/19 trata de Representação formulada por BIQ BENEFÍCIOS LTDA., com pedido cautelar, noticiando irregularidades no Edital de Pregão Eletrônico nº 01/2019, do Palcoparaná. O pedido cautelar não foi deferido pelo Tribunal de Contas. Entendeu o Tribunal de Contas do Estado do Paraná que:

> *"(...) Veja-se que, dos termos acima destacados, é impossível concluir se a Representante busca a suspensão do certame ou a liminar determinando que a Representada promova alterações no edital de licitação, sendo que a concomitância de tais pontos é logicamente impossível.*
> *Ainda que se ignore tais aspectos, depreende-se que a proximidade da data de abertura das propostas (30/07/19), por si só, não é elemento suficiente para amparar o receio de que o responsável possa agravar a lesão ou tornar difícil ou impossível a sua reparação, especialmente se considerado que não há notícias de que a Representante tenha impugnado administrativamente Edital em estudo."*

Em que pese o pedido de cautelar não ter sido deferido, o Conselheiro Relator, Dr. Artagão de Mattos Leão, recebeu a Representação, afirmando verificar indícios das inconformidades narradas pelo Representante.

Assim, em atenção à manifestação do Sr. Pregoeiro às fls. 276, movimento 42 dos autos, antes do processo ser enviado à Assessoria Jurídica para análise e parecer sobre a fase externa do processo licitatório, faz-se indispensável dar notícias nos autos sobre este fato novo.

Diante do fato novo, há que se considerar a possibilidade de o Tribunal de Contas do Estado entender pela presença de irregularidades no edital, o que não se espera. Porém, caso isto ocorra, os atos até então

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em: 13/08/2019 18:09. Nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. Assinado por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em 13/08/2019 18:10. Para mais informações acesse: https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 7c4b31345a4fb1085e1a2700c1ad98ae

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 279
Mov. 44

praticados durante o processo licitatório deverão ser revistos, o que poderá trazer como consequência a revogação ou a anulação de algum ato.

O objetivo principal de uma licitação é selecionar a melhor proposta para um negócio desejado pela Instituição que está a deflagá-la, porém, o processo licitatório não chega ao final face a ocorrência, em seu bojo, de eventual ilegalidade. O Palcoparaná é equiparado à Administração Pública quanto ao dever de licitar, e por isso tem a obrigação de zelar pela legalidade de seus atos e condutas e pela adequação dos mesmos ao interesse público, em respeito ao Princípio da Autotutela.

Assim, diante do exposto e, considerando:

(i) que um ato administrativo viciado contamina os atos subseqüentes;

(ii) que a licitação que não se desenvolve em estrita consonância com a legalidade, pode ferir, não só o interesse público como também o dos particulares envolvidos, desrespeitando, assim, princípios normativos, como o da segurança jurídica e o da boa-fé dos administrados.

(iii) que a Instituição deve zelar pela estabilidade e pela ordem nas relações jurídicas como condição para que se cumpram as finalidades superiores do ordenamento;

(iv) que a adjudicação do objeto da licitação ao vencedor confere mera expectativa de direito de contratar ((TCU – Acórdão 868/2006 – Segunda Câmara, Processo 019.755/2005-2, Ministro Relator LINCOLN MAGALHÃES DA ROCHA, Aprovação 17/04/2006; RMS 22447 / RS, relator Ministro LUIZ FUX, Julgamento: 18/12/2008, Publicação: DJe 18/02/2009; RMS 23.402/PR, SEGUNDA TURMA, DJ 02.04.2008; MS 12.047/DF, PRIMEIRA SEÇÃO, DJ 16.04.2007 e MC 11.055/RS, PRIMEIRA TURMA, DJ 08.06.2006); determino o envio dos autos à Diretoria Administrativa e Financeira para que, antes da homologação, tome ciência do fato novo, manifeste-se e dê ciência ao Pregoeiro sobre os fatos narrados para que o mesmo possa cientificar a empresa GIMAVE – MEIOS DE PAGAMENTO E INFORMAÇÕES LTDA.

Após, à Assessoria Jurídica para que atenda as “Instruções para Homologação”, fls. 276, movimento 42 dos autos e para que informe sobre a possibilidade de a Gestora, com fulcro na motivação aqui exposta, declarar a suspensão do processo licitatório, na fase em que se encontra, até ulterior decisão do TCE nos autos de Representação 499779/2019.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em: 13/08/2019 18:09. Nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. Assinado por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em 13/08/2019 18:10. Para mais informações acesse: https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 7c4b31345a4fb1085e1a2700c1ad98ae

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 280
Mov. 45

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR CONSELHEIRO PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ.

PREGÃO ELETRÔNICO - DATA DE ABERTURA: 30/07/2019, às 14:30h.

BIQ BENEFÍCIOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.878.237/0001-19, estabelecida na Rua Vergueiro, nº 3185, Cj. 123, Vila Mariana, São Paulo/SP, CEP: 04101-300**,** por sua advogada infra-assinado, (Docs. 01, 02 e 03) vem, mui respeitosamente, perante V. Exa., com fulcro no artigo 113 da Lei 8.666/93, para apresentar

REPRESENTAÇÃO (Exame Prévio do Edital)

Em face da **SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ -** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 25.298.788/0001-95, representada pela Ilma. Sra. Nicole Lemanczyk, Diretora Administrativa Financeira, estabelecida na Rua XV de Novembro 971, Curitiba/PR, CEP 80060-000, e-mail: administrativo@palcoparana.org, fazendo-o em consonância com os fatos e fundamentos a seguir delineados.

I – O Serviço Social Autônomo PALCOPARANA, publicou um edital de Pregão Eletrônico, a ser realizado no próximo dia 30/07/2019 às 14:00h, cujo objeto consiste em:*" **A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento, emissão, distribuição, administração do benefício, fornecimento de documentos de legitimação, na forma de cartão Alimentação/Refeição eletrônico, magnético, ou de similar tecnologia, em PVC, com chip de segurança, com recargas mensais, sistema de controle de saldo e senha pessoal e intransferível, para validação das transações pelo usuário, na rede de estabelecimentos comerciais credenciados (que a empresa licitante mantenha convênio), no ato da aquisição dos gêneros alimentícios ou das***

Rua Francisco Marengo, nº 189, 10º and. Sala 104, Tatuapé, São Paulo/SP – Cep: 03313-000 Tel: (11) 2638-6484
E-mail: marcio@pereiraemazzucato.com.br

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em: 13/08/2019 18:10. Nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. Assinado por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em 13/08/2019 18:11. Para mais informações acesse: https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 12a3f4bf4faef6da8a517297d7901905

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 281
Mov. 45

refeições, para serem utilizados pelos empregados efetivos e comissionados do PALCOPARANÁ, em conformidade com as especificações técnicas e serviços descritos no Anexo I - Termo de Referência." como se observa do edital anexo, (Doc.04).

II – Ao analisar o edital com vistas à participação no certame, foi observado que existem exigências que restringirão o caráter competitivo, contrariando os principais princípios legais das licitações, devendo o mesmo ser corrigido para que tais princípios sejam verificados, e haja ampla participação das empresas do ramo, favorecendo a necessária competitividade e a chance de obtenção de uma proposta efetivamente vantajosa.

DA COMPROVAÇÃO DE ÍNDICES FINANCEIROS

III – Urge primeiramente esclarecer, que a previsão contida no artigo 31, § 5º, da Lei 8.666/93, tem sido interpretada tanto pela doutrina quanto pela Jurisprudência, no sentido de que os índices exigidos devem ser aqueles usualmente adotados em determinado segmento comercial, não podendo haver um índice comum a todo e qualquer segmento. Esse entendimento guarda liame com o próprio dispositivo citado, ao mencionar que: ***"(...) vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação".***

IV – O grau de endividamento exigido no presente edital, conforme seu item 4.2 deve ser igual ou menor que 0,80. Embora em um primeiro momento pareça ser um índice alto e razoável em comparação ao comumente adotado em outros segmentos, que é entre 0,5 e 0,6, é certo que se não for modificado, irá impedir a participação da maioria das operadoras de cartões, haja vista que grande parte das mesmas operam com índices de endividamento entre 0,8 e 1,0. Como é sabido, as operadoras de cartões operam basicamente gerenciando recursos de terceiros. Assim, ainda que movimentem valores expressivos, a receita é diminuta em relação aos valores que administram, redundando em um grau de endividamento mais elevado que os demais segmentos. A título de comparação, podemos observar os índices de endividamento de algumas instituições financeiras

Rua Francisco Marengo, nº 189, 10º and. Sala 104, Tatuapé, São Paulo/SP – Cep: 03313-000 Tel: (11) 2638-6484
E-mail: marcio@pereiraemazzucato.com.br

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em: 13/08/2019 18:10. Nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. Assinado por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em 13/08/2019 18:11. Para mais informações acesse: https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 12a3f4bf4faef6da8a517297d7901905

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 282
Mov. 45

conhecidas: Caixa Econômica: 0,90, Banco Itaú: 0,95, Banco do Brasil: 0,94. Isso ocorre igualmente com a maioria das operadoras de Cartões corporativos.

V - O TCU já reconheceu tal característica dentre as empresas operadoras de cartões corporativos, ao esmiuçar a forma de operação de tais empresas, e reconhecer a dinâmica e peculiaridade desse mercado, como se pode conferir, por exemplo, no Acórdão 354/2016 **–** Plenário, além do seguinte Acórdão 932/2013 e Súmula 289:

> ***"O fato de a lei não fixar o limite do índice a ser adotado não afasta a responsabilidade do gestor por sua definição, que não pode ser aleatória, nem depender de simples 'palpite' do administrador público."*** (TCU. Acórdão nº 932/2013 **–** Plenário)

> ***"A exigência de índices contábeis de capacidade financeira, a exemplo dos de liquidez, deve estar justificada no processo da licitação, conter parâmetros atualizados de mercado e atender às características do objeto licitado, sendo vedado o uso de índice cuja fórmula inclua rentabilidade ou lucratividade".*** (Súmula 289 TCU)

VI – Da mesma forma, a título de exemplo sobre o entendimento dos Tribunais de Contas Estaduais sobre o tema, o E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, já analisou vários casos análogos, tais como: TC-16544/026/113, 35418/026/104, 1695/989/135 e 905/989/136, e ordenou a suspensão e retificação dos editais, para aumentar o índice de endividamento, como se pode conferir também pelos autos do processo 00002525.989.14-1, onde se entendeu que o índice deve se adequar ao segmento, assim, como no TC 000021617.989.18-1, de relatoria do Exmo. Conselheiro Marcio Martins de Camargo, que consignou que deveria ser republicado o edital, com o índice de endividamento de 1,0, após a seguinte análise:

Rua Francisco Marengo, nº 189, 10º and. Sala 104, Tatuapé, São Paulo/SP – Cep: 03313-000 Tel: (11) 2638-6484
E-mail: marcio@pereiraemazzucato.com.br

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em: 13/08/2019 18:10. Nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. Assinado por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em 13/08/2019 18:11. Para mais informações acesse: https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 12a3f4bf4faef6da8a517297d7901905

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 283
Mov. 45

> ***"De forma breve, reclamou do grau de endividamento menor ou igual a 0,40, sustentando que o seu patamar restringe a competitividade. Tendo em vista o índice eleito, ao menos aparentemente, ser considerado incomum quanto a este segmento de mercado, concedi a liminar pleiteada, conforme decisão publicada no DOE de 20/10/2018, com o recebimento da matéria na via processual do Exame Prévio de Edital. Regularmente acionada, a Origem informou que providenciará a retificação do edital, para que conste como Índice de Endividamento menor ou igual a 1,00. Ao ser ouvido, o Procurador de Contas opinou pela procedência do pedido."***
>
> ***"(...)No caso, à míngua de maiores estudos, penso que <u>a alteração prenunciada pela Origem – aumentando o patamar de 0,40 para 1,00 - atende a contento esta intelecção</u>. Permito-me este raciocínio ao lembrar que quanto maior o Índice de Endividamento eleito, menos restritivo será."*** (g.n)

VII – Em recente Acórdão do mesmo E. Tribunal, nos TC-006509.989.19-0 e TC-006685.989.19-6, pode-se conferir um precedente esclarecedor:

> ***"2.4. <u>O índice de endividamento exigido pelo edital, de até 0,80, está em patamar distinto daquele comumente praticado no mercado</u>, e dificilmente será atendido pelas principais empresas do segmento, consoante a análise apresentada pela Unidade de Economia da Assessoria Técnica.***
>
> ***Muito embora a jurisprudência desta Corte tenha considerado razoável a sua fixação entre 0,3 e 0,5 para a maior parte dos segmentos da atividade***

Rua Francisco Marengo, nº 189, 10º and. Sala 104, Tatuapé, São Paulo/SP – Cep: 03313-000 Tel: (11) 2638-6484
E-mail: marcio@pereiraemazzucato.com.br

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em: 13/08/2019 18:10. Nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. Assinado por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em 13/08/2019 18:11. Para mais informações acesse: https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 12a3f4bf4faef6da8a517297d7901905

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 284
Mov. 45

econômica e mercantil, tem-se que tais índices devem ser compatíveis e adequados ao ramo de atividade ou ao segmento de mercado das possíveis interessadas em participar do certame, por imposição do artigo 31, §5º, da Lei 8.666/93. No presente caso, para preservar a ampla competitividade do certame, os índices de endividamento exigidos para fins habilitatórios demonstram merecer reavaliação pela Origem, em função da dinâmica natural e peculiar do mercado de vales de benefícios, que faz com que grande parte das empresas que atuam no setor opere com índices superiores aos patamares médios de outros setores de atividade econômica.

Neste panorama, é certo que esta Corte vem aceitando a adoção de índices de endividamento mais elásticos para este segmento de mercado, diante da exigência de elevados investimentos e pelo atual comportamento das empresas do ramo, que estão considerando ser mais viável a participação de capital de terceiros em seus negócios do que o investimento de seu próprio capital. A questão trazida pela Representante demonstra merecer o mesmo tratamento atribuído por esta Corte quando do julgamento dos processos TC-16544/026/113 , 35418/026/104 , 1695/989/135 e 905/989/136 , este último de minha relatoria. Assim, face aos precedentes jurisprudenciais desta Corte e diante das peculiaridades do mercado de vales de benefícios, a exigência de índice de Grau de Endividamento Geral (IEG) menor ou igual a 0,80 se revela restritiva à competitividade e não se mostra adequada à verificação da boa situação financeira das proponentes, assim entendida como aquela suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes do contrato.

E decidiu.....

Rua Francisco Marengo, nº 189, 10º and. Sala 104, Tatuapé, São Paulo/SP – Cep: 03313-000 Tel: (11) 2638-6484
E-mail: marcio@pereiraemazzucato.com.br

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em: 13/08/2019 18:10. Nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. Assinado por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em 13/08/2019 18:11. Para mais informações acesse: https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 12a3f4bf4faef6da8a517297d7901905

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 285
Mov. 45

> ***2) redefinir o índice máximo de endividamento exigido para fins de habilitação, tornando-o compatível com o segmento de mercado das empresas que atuam no ramo de vales de benefícios"*** (g.n)

VIII – Ademais, a Lei traz como subsidio, e não como principal, a exigência de índices financeiros, como comprovação de qualificação econômico-financeira do proponente, sendo certo que de acordo com o artigo 31 da Lei 8.666/93, poderá ser exigida a comprovação de capital social ou patrimônio líquido como comprovação da qualificação econômico-financeira, podendo ainda ser exigida garantia contratual. No entanto, o presente edital exige apenas a Certidão de Falência e concordata e os índices financeiros. Desta forma, pode ocorrer que uma empresa com índice de endividamento de 0,8 e capital social ou patrimônio de R$ 10.000,00 seja contratada, em detrimento de uma empresa com capital social ou patrimônio líquido de milhões de reais, que não comprove o índice de endividamento de 0,8, em total falta de razoabilidade.

DO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DA REDE CREDENCIADA

IX – No item 6.1 e 6.2 do Termo de Referência é estabelecido a quantidade de estabelecimentos, bem como, o prazo para a apresentação da rede credenciada, senão vejamos:

> ***6.1.- Mínimo de 10 (dez) estabelecimentos (supermercados/mercados) e 03 (três) redes de hipermercados em toda a cidade, e, no mínimo 02 (dois) estabelecimentos num raio de 2km de distância da sede do PALCOPARANÁ (Item 2).***
>
> ***6.2.- A rede credenciada deverá ser demonstrada até a data de assinatura do Contrato, cujo descumprimento será motivo para desclassificação***

Rua Francisco Marengo, nº 189, 10º and. Sala 104, Tatuapé, São Paulo/SP – Cep: 03313-000 Tel: (11) 2638-6484
E-mail: marcio@pereiraemazzucato.com.br

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em: 13/08/2019 18:10. Nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. Assinado por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em 13/08/2019 18:11. Para mais informações acesse: https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 12a3f4bf4faef6da8a517297d7901905

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 286
Mov. 45

X – Note-se que a licitante que for declarada vencedora e que não opere atualmente na região, não terá tempo suficiente para providenciar o credenciamento de toda rede exigida. Ocorre que o prazo previsto é absolutamente exíguo e insuficiente, demandando ao menos 20 dias para apresentação da mesma, sob pena de beneficiar diretamente as empresas que já operam na região, em flagrante conflito com o princípio da isonomia entre os licitantes, previsto no artigo 37, XXI, da Constituição Federal, o qual prevê que deverá ser assegurado igualdade de condições a TODOS os concorrentes.

XI – Ao analisar um caso similar, com a diferença que se exigia a rede credenciada na fase de habilitação, o TCU alertou para o fato de ter que haver tempo suficiente e razoável para o credenciamento da rede, onde estivessem lotados os usuários, como se infere:

> ***"(...) Assim sendo, nos termos do voto do relator, decidiu o Plenário revogar a medida cautelar e, já com vistas ao novo certame, determinar à entidade que faça constar a exigência de comprovação de rede credenciada apenas na fase de contratação, com estabelecimento de um prazo razoável para que a vencedora da licitação credencie os estabelecimentos comerciais das localidades onde os empregados da estatal estejam lotados."*** *(*g.f) (Acórdão n.º 3156/2010-Plenário, TC-028.280/2010-5, rel. Min. José Múcio Monteiro, 24.11.2010.)

XII - A mesma Corte de Contas já se manifestou outras vezes sobre a necessidade de concessão de prazo razoável para apresentação da rede credenciada, como se infere do TC 001820/006/10:

> ***"No mérito, em que pese ter sido adequadamente motivado o juízo discricionário que fixou o número de 250 (duzentos e cinquenta) estabelecimentos a serem credenciados, remanesce o vício presente nas cláusulas editalícias que estabeleceram o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para a adjudicatária credenciar esses 250 (duzentos e cinquenta) estabelecimentos na localidade da execução contratual, como condição para a assinatura do***

Rua Francisco Marengo, nº 189, 10º and. Sala 104, Tatuapé, São Paulo/SP – Cep: 03313-000 Tel: (11) 2638-6484
E-mail: marcio@pereiraemazzucato.com.br

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em: 13/08/2019 18:10. Nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. Assinado por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em 13/08/2019 18:11. Para mais informações acesse: https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 12a3f4bf4faef6da8a517297d7901905

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 287
Mov. 45

> ***contrato.(...) <u>E a jurisprudência desta Corte tem reiteradamente condenado essa espécie de insuficiência de prazo para adjudicatárias apresentarem a rede local credenciada,</u> a exemplo do que já fora decidido pelo E. Plenário nos processos TC -000706/989/13 - 4 6, TC - 001293.989.12 - 5 7, TC - 000854.989.12 - 6 8 e TC - 001098.989.12 - 2 9"*** (TC-001820/006/10 **–** 26/10/2016)

XIII - De acordo com os entendimentos doutrinário e jurisprudencial, deve haver parcimônia e razoabilidade nas cláusulas editalícias, de modo a não criar restrições à participação de potenciais licitantes, como se observa:

> ***"A licitação tornou-se a maneira mais segura de fraudar a Administração, porque é perfeitamente possível manipular qualquer licitação, mediante requisitos de participação, características do produto ou critérios de julgamento injustificados e injustificáveis. (...) Ninguém poderia ser alijado do procedimento licitatório pelo não atendimento de algum requisito injustificado, irrelevante***." (Adilson Abreu Dallari, cit. in Aspectos Jurídicos da Licitação, Ed. Saraiva, pág. 88)

> ***Licitação. Edital. Anulação. Exigência violadora do princípio da igualdade, restringindo o caráter competitivo do procedimento. Cláusula discriminatória. Artigos 37, inciso XXI, da Constituição da República. A regra geral na licitação é a participação do maior número possível de licitantes, devendo o edital ser parcimônio e criterioso ao fixar requisitos, pois são proibidas as condições impertinentes, inúteis ou desnecessárias.*** (TJ/SP, Ap. Civ. Nº 225-567-1, Des. Alfredo Migliore)

> ***"As regras do procedimento licitatório devem ser interpretadas de modo que, sem causar qualquer prejuízo à administração e aos interessados no***

Rua Francisco Marengo, nº 189, 10º and. Sala 104, Tatuapé, São Paulo/SP – Cep: 03313-000 Tel: (11) 2638-6484
E-mail: marcio@pereiraemazzucato.com.br

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em: 13/08/2019 18:10. Nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. Assinado por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em 13/08/2019 18:11. Para mais informações acesse: https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 12a3f4bf4faef6da8a517297d7901905

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 288
Mov. 45

> ***certame, possibilitem a participação do maior numero de concorrentes, a fim de que seja possibilitado se encontrar, entre várias propostas, a mais vantajosa."*** (STJ - MS 5.606/DF, rel.min. José Delgado)

Pelo exposto, requer-se a V. Exa., seja acatada a presente Representação, para ordenar CAUTELARMENTE a suspensão do Pregão que está na iminência de ocorrer, para o fim de determinar:

1) Que seja modificado o índice de endividamento para 1,0, e que sejam exigidas outras comprovações de qualificação econômico-financeira a rigor do previsto no artigo 31, § 2º, da Lei 8.666/93.

2) Que seja concedido um prazo de 20 dias para apresentação da rede credenciada após a assinatura do contrato, de acordo com decisões outrora dos Tribunais de Contas, por ser absolutamente razoável e ampliativo da competitividade

3) – Caso seja de interesse da Administração a continuidade da contratação, que se republique o edital, a rigor do disposto no artigo 21, § 4º, da Lei 8.666/93.

Desta forma, estará sendo perpetrada a mais salutar JUSTIÇA, com a verificação dos princípios legais mais comezinhos, tais como o da legalidade, impessoalidade e isonomia!

Termos em que,
P. Deferimento.

São Paulo, 25 de julho de 2019.

CRISTIANE MAZZUCATO FLOR
OAB/SP 212.005

Rua Francisco Marengo, nº 189, 10º and. Sala 104, Tatuapé, São Paulo/SP – Cep: 03313-000 Tel: (11) 2638-6484
E-mail: marcio@pereiraemazzucato.com.br

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em: 13/08/2019 18:10. Nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. Assinado por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em 13/08/2019 18:11. Para mais informações acesse: https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 12a3f4bf4faef6da8a517297d7901905

PROTOCOLO
Fls. 289
Mov. 46
INTEGRADO DO ESTADO

PROCESSO Nº: 499779/19
ENTIDADE: PALCOPARANA
INTERESSADO: **BIQ BENEFICIOS LTDA**
PROCURADORES: CRISTIANE MAZZUCATO FLOR
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993
DESPACHO: 1026/19

I - Trata-se de Representação formulada por **BIQ BENEFICIOS LTDA.,** que noticia supostas irregularidades no Edital de Pregão Eletrônico n.º 01/2019, do **PALCOPARANÁ**[1], que tem como objeto:

> "*A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento, emissão, distribuição, administração do benefício, fornecimento de documentos de legitimação, na forma de cartão Alimentação/Refeição eletrônico, magnético, ou de similar tecnologia, em PVC, com chip de segurança, com recargas mensais, sistema de controle de saldo e senha pessoal e intransferível, para validação das transações pelo usuário, na rede de estabelecimentos comerciais credenciados (que a empresa licitante mantenha convênio), no ato da aquisição dos gêneros alimentícios ou das refeições, para serem utilizados pelos empregados efetivos e comissionados do PALCOPARANÁ, (...)*".

O Representante alega que:

a) O índice de endividamento de 0,80, previsto no item 4.2 do Edital implica em impedimento da participação da maioria das operadoras de crédito;

b) É possível a exigibilidade de outras comprovações de qualificação econômico-financeira;

c) "*(...) pode ocorrer que uma empresa com índice de endividamento de 0,8 e capital social ou patrimônio de R$ 10.000,00 seja contratada, em detrimento de uma empresa com capital social ou patrimônio líquido de milhões de reais, que não comprove o índice de endividamento de 0,8, em total falta de razoabilidade.*";

[1] Pessoa jurídica de direito privado, sob a modalidade de serviço social autônomo, organização sem fins lucrativos, de interesse coletivo, com a finalidade de desenvolver e fomentar atividades dirigidas à produção de espetáculos e concertos e à prestação de serviços relacionados às expressões artísticas e culturais, instituída pela Lei Estadual n.º 18.831/2014

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em: 13/08/2019 18:11. Nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. Assinado por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em 13/08/2019 18:11. Para mais informações acesse: https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: c4f07dd6ef312849577307a2ebd27e7d

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 290
Mov. 46

d) Considerando o teor dos itens 6.1 e 6.2, não há prazo razoável para que a licitante vencedora, que não opere na região, promova o credenciamento da rede exigida.

Por fim, requer, cautelarmente, a suspensão do procedimento licitatório, ante a iminência de sua efetivação.

É o breve relato.

II - Compulsando os autos, observa-se que estão presentes os requisitos de admissibilidade dos artigos 30 e seguintes da Lei Complementar nº 113/2005, bem como dos artigos 275 e 277 do Regimento Interno, merecendo ser **RECEBIDA** a Representação, pois se verificam indícios das inconformidades narradas, tendo sido acostada documentação comprobatória. Salienta-se que a conclusão quanto à efetiva irregularidade será constatada somente após a fase instrutória.

Já quanto ao pleito cautelar, não se confirma o *periculum in mora*, nem o *fumus boni iuris* a embasar o pedido de suspensão do certame.

Cumpre destacar que a Representante formulou pedido de forma superficial, sem tratar dos requisitos do art. 400 do Regimento Interno desta Corte de Contas, limitando-se a requerê-lo nos seguintes termos:

> *"Pelo exposto, requer-se a V. Exa., seja acatada a presente Representação, para ordenar CAUTELARMENTE a suspensão do Pregão que está na iminência de ocorrer, para o fim de determinar:*
>
> *1) Que seja modificado o índice de endividamento para 1,0, e que sejam exigidas outras comprovações de qualificação econômico-financeira a rigor do previsto no artigo 31, § 2º, da Lei 8.666/93.*
>
> *2) Que seja concedido um prazo de 20 dias para apresentação da rede credenciada após a assinatura do contrato, de acordo com decisões outrora dos Tribunais de Contas, por ser absolutamente razoável e ampliativo da competitividade*
>
> *3) – Caso seja de interesse da Administração a continuidade da contratação, que se republique o edital, a rigor do disposto no artigo 21, § 4º, da Lei 8.666/93."*

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em: 13/08/2019 18:11. Nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. Assinado por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em 13/08/2019 18:11. Para mais informações acesse: https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: c4f07dd6ef312849577307a2ebd27e7d

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 291
Mov. 46

Veja-se que, dos termos acima destacados, é impossível concluir se a Representante busca a suspensão do certame ou a liminar determinação para que a Representada promova as alterações no edital de licitação, sendo que a concomitância de tais pontos é logicamente impossível.

Ainda que se ignore tais aspectos, depreende-se que a proximidade da data da abertura das propostas (30/07/19), por si só, não é elemento suficiente para amparar o receio de que o responsável possa agravar a lesão ou tornar difícil ou impossível a sua reparação, especialmente se considerado que não há notícias de que a Representante tenha impugnado administrativamente Edital em estudo.

III - Diante do exposto, **RECEBO** a presente Representação e **INDEFIRO** o pedido liminar, ante a ausência dos requisitos legais.

IV – Encaminhe-se à **Diretoria de Protocolo,** para que adote as seguintes medidas:

a) Inclusão na autuação como interessados **CARLOS ALBERTO GONCALVES DOS SANTOS;** e **NICOLE LEMANCZYK**, CPF 153.525.894-2;

b) Expedição, por via postal, mediante ofício registrado com aviso de recebimento, nos termos dos artigos 278, II e 380-A, I, ambos do Regimento Interno, das **CITAÇÕES** da **PALCOPARANÁ**, por meio de seu representante legal, bem como de sua Diretora, **NICOLE LEMANCZYK,** e de **CARLOS ALBERTO GONCALVES DOS SANTOS,** Pregoeiro, para que apresentem, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme artigo 35, II, alínea "a", da Lei Orgânica deste Tribunal, esclarecimentos quanto aos fatos narrados pela Representante, além da juntada de cópia da integralidade do processo licitatório.

Alerto que a procedência da Representação poderá ensejar a aplicação das sanções previstas na Lei Orgânica desta Casa.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em: 13/08/2019 18:11. Nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. Assinado por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em 13/08/2019 18:11. Para mais informações acesse: https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: c4f07dd6ef312849577307a2ebd27e7d

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 292
Mov. 46

V - Transcorrido o prazo para apresentação de defesa, encaminhe-se o presente à **Sétima Inspetoria de Controle Externo** e ao **Ministério Público junto ao Tribunal de Contas**, para suas respectivas manifestações.

VI – Após, voltem-me conclusos.

Curitiba, 26 de julho de 2019.

ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO
Conselheiro Relator

RTR

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em: 13/08/2019 18:11. Nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. Assinado por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em 13/08/2019 18:11. Para mais informações acesse: https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: c4f07dd6ef312849577307a2ebd27e7d

PROTOCOLO
Fls. 293
Mov. 46
INTEGRADO DO ESTADO

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Diretoria de Protocolo

PROCESSO Nº: 499779/19
ASSUNTO: Representação da Lei Nº 8.666/1993
ENTIDADE: PALCOPARANA
INTERESSADO: BIQ BENEFICIOS LTDA, CRISTIANE MAZZUCATO FLOR (OAB/SP 212005), CARLOS ALBERTO GONCALVES DOS SANTOS, NICOLE BARAO RAFFS DE MEDEIROS, NICOLE LEMANCZYK, PALCOPARANA
RELATOR: ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO

Ofício nº 2345/19-OCN-DP Curitiba, 5 de agosto de 2019.

Ref.: *CONCESSÃO DE CONTRADITÓRIO*

Prezada Senhora,

Em cumprimento ao Despacho nº 1026/2019, fica CITADA a PALCOPARANÁ, CNPJ nº 25.298.788/0001-95, na pessoa de seu representante legal, para, querendo, no prazo improrrogável de **15 (quinze) dias**, contado da juntada do aviso de recebimento aos autos digitais, apresentar ao Tribunal as razões de contraditório no processo acima citado, em atenção ao disposto no artigo 35, II, "a" da Lei Orgânica (Lei Complementar nº 113, de 15/12/2005).

A não apresentação do contraditório poderá resultar na adoção de medidas previstas na Lei Complementar nº 113, de 15/12/2005, e no Regimento Interno do Tribunal.

Conforme o disposto no § 4º, do art. 380, do Regimento Interno, presumem-se válidas as citações e intimações dirigidas ao endereço declinado nas manifestações das partes e interessados, cumprindo-lhes atualizar o respectivo endereço, sempre que houver modificação temporária ou definitiva.

E ainda conforme o disposto no art. 383, também do Regimento Interno, após a citação da parte e interessados, se houver, as intimações realizar-se-ão da seguinte forma: I – por meio eletrônico à parte ou ao seu procurador, se houver, e desde que regularmente credenciado; II – por publicação, no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, dos despachos e decisões do Relator ou dos órgãos colegiados.

A íntegra do processo eletrônico, com o seu andamento em tempo real, está disponível às partes, interessados e procuradores, desde que credenciados no portal *e-Contas-PR,* acessível no *site* do Tribunal e com o uso do certificado digital[1], no seguinte caminho:

1. Inserir o certificado digital
2. Acesse o site do Tribunal em www.tce.pr.gov.br
3. Clicar na opção ***Portal e-Contas Paraná*** *no menu à esquerda*
4. Clicar no ícone *Acessar processo eletrônico*

[1] *Certificado digital – veja onde adquirir no site* *http://www.iti.gov.br/twiki/bin/view/Certificacao/CertificadoObterUsar*

Tribunal de Contas do Estado do Paraná
Praça Nossa Senhora de Salete s/nº - Centro Cívico
Curitiba – PR
CEP: 80.530-910

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR P0OV.5MJY.Y8ZJ.KR5X.7

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em: 13/08/2019 18:11. Nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. Assinado por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em 13/08/2019 18:11. Para mais informações acesse: https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: c4f07dd6ef312849577307a2ebd27e7d

30100001

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 294
Mov. 46

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Diretoria de Protocolo

Não havendo o credenciamento das partes, interessados e procuradores, a cópia do processo, com o seu andamento processual até a fase de expedição deste ofício, está disponível no *site* do Tribunal, pelo prazo de **90 (noventa) dias**, no seguinte caminho:

1. Acesse o site do Tribunal em www.tce.pr.gov.br
2. Clicar na opção ***Portal e-Contas Paraná*** *no menu à esquerda*
3. Selecionar a opção ***Cópia de Autos Digitais***
4. Indicar o número do processo 499779/19
5. Indicar o número do Cadastro CNPJ nº 25.298.788/0001-95
6. Clicar em Exibir cópia

Os números do processo e deste ofício deverão ser indicados na resposta ao Relator, que deverá ser apresentada ao Tribunal, preferencialmente, por peticionamento eletrônico, com o uso do certificado digital.

Informações adicionais poderão ser obtidas junto à Diretoria de Protocolo, e o andamento processual está acessível no *site* do Tribunal www.tce.pr.gov.br, **Consulta Processual**.

Atenciosamente,

PAULO SERGIO MOURA SANTOS

Diretor

TC 51.560-4

Senhora
NICOLE BARÃO RAFFS DE MEDEIROS
PALCOPARANÁ
Rua XV de Novembro, 971
CURITIBA-PR
CEP 80.060-000

Tribunal de Contas do Estado do Paraná
Praça Nossa Senhora de Salete s/nº - Centro Cívico
Curitiba – PR
CEP: 80.530-910

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR P0OV.5MJY.Y8ZJ.KR5X.7

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em: 13/08/2019 18:11. Nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. Assinado por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em 13/08/2019 18:11. Para mais informações acesse: https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: c4f07dd6ef312849577307a2ebd27e7d

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 295
Mov. 47

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

PALCOPARANA

DIRETORA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA - PALCOPARANA

Protocolo:	15.417.176-2
Assunto:	contratação empresa de benefícios para funcionários.
Interessado:	PALCO PARANÁ
Data:	14/08/2019 09:49

DESPACHO

À CPL

Vimos por meio deste encaminhar despacho expedido pela DIPRE para sua ciência e para que tome as ações devidas junto ao processo de licitação de pregão inicial, como inclusão da documentação acostada pela DIPRE ao sistema de licitação, assim como informação aos interessados.

Pedimos que assim que tomar ciencia e ações devidas, retorne o processo a Assessoria Juridica do Palcoparaná para que esta proceda com a defesa do Palcoparana junto ao TCE.

Atenciosamente

Nicole Lemanczyk
Diretora Administrativa Financeira

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 14/08/2019 09:49. Nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. Assinado por: Nicole Lemanczyk em 14/08/2019 09:50. Para mais informações acesse: https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 72d34d7c048e21f3a2d41042eebce454

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 296
Mov. 48

Licitação [nº 772945]

Lista de interessados na licitação

Nome	Documento	Contato
Nenhum registro encontrado		

Mostrando 0 até 0 de 0 registros

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 14/08/2019 16:54. Nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em 14/08/2019 16:56. Para mais informações acesse: https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 947e00e1dd2c6118cbc7fa4f3abe00d6

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 297
Mov. 49

ExpressoLivre - ExpressoMail

Remetente:	"Carlos Alberto Goncalves dos Santos" <carlosalbertogds@cctg.pr.gov.br>
Para:	licitacao@cartaoeucard.com.br
Data:	14/08/2019 16:22 (agora)
Assunto:	Pregão eletrônico nº 01/2019
Anexos:	2 arquivos :: Baixar todos de uma vez 15.Biq Bennefícios.pdf (3.6 MB) 16.Despacho TCE.pdf (2.0 MB)

Boa tarde!

Encaminhamos, em anexo, cópia dos arquivos referentes à Representação da empresa Biq Benefícios e do Despacho 1026/19-TCE, para seu conhecimento. Informamos que o PALCOPARANÁ não homologará o referido processo de licitação ficará enquanto não houver pronunciamento oficial do TCE com as devidas instruções.

Solicitamos a gentileza de conformar o recebimento desta mensagem.

Sem mais.

Att,

Carlinhos
Centro Cultural Teatro Guaíra
Departamento de Materiais/DMA
Fone: (41) 3304-7929
Rua XV de Novembro, 971 - sala 208 - CEP: 80.060-000
Centro - Curitiba/PR
CNPJ: 76.695.204/0001-56 - Insc. Est.: Isento

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 14/08/2019 16:54. Nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em 14/08/2019 16:57. Para mais informações acesse: https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: a866df9c9bf78228c624a6bb6012e8fd

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 298
Mov. 50

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

CENTRO CULTURAL TEATRO GUAÍRA
COMISSÃO PERMANENTE LICITAÇÃO

Protocolo:	15.417.176-2
Assunto:	contratação empresa de benefícios para funcionários.
Interessado:	PALCO PARANÁ
Data:	14/08/2019 16:56

DESPACHO

INFORMAÇÃO

O processo seguiu os trâmites legais da disputa até a data de 30/07/19, marcada para o pleito, não havendo qualquer manifestação de impugnação ao edital de que este Pregoeiro viesse a ter conhecimento. Assim, o processo seguiu seus trâmites normais e culminou com o pleito ocorrido em 30 de julho de 2019, no horário 14h e 30 minutos.

Após a contenda na Sala de Disputa do sítio www.licitacoes-e.com.br, do Banco do Brasil, foi conhecida a arrematante.

Na data de 02 (dois) de agosto recebi um e-mail da Administração do Palcoparaná informando sobre o processo junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, peticionado pela empresa Biq Benefícios Ltda., alegando irregularidades no processo licitatório. Diante do comunicado, indaguei pelo mesmo veículo, na mesma data, se aquilo representaria que deveríamos paralisar momentaneamente os ritos do procedimento licitatório. Em resposta fui informado que o relator do TCE/PR havia indeferido o pedido da representante da requerente.

Desta feita, nos deveres de Pregoeiro Oficial, dei seguimento às minhas atribuições na condução dos trabalhos inerentes ao processo de licitação protocolado sob o nº 15.417.176-2. E após análise dos documentos de habilitação da arrematante que comprovaram sua regularidade fiscal e jurídica, inclusive demonstrando Grau de Endividamento de 0,79 (zero vírgula setenta e nove), ou seja, ficando abaixo do índice 0,80 (zero vírgula oitenta), com conhecimento expresso da Administração do Palcoparaná, Declarei Vencedora do Lote Único a empresa GIMAVE Meios de Pagamento e Informações Ltda., em 05 de agosto de 2019 documento encartado à folha 273 do referido processo.

Decorrido o prazo recursal e após negar Intenção de Recurso por falta de Motivação, este Pregoeiro Adjudicou à empresa GIMAVE o Lote Único do Edital da Licitação nº 01/2019-PALCOPARANÁ no dia 06/08/2019. Em ato contínuo documentei e encaminhei as Instruções para Homologação por parte das autoridades do SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ, conforme encarte à folha 276 do susodito processo.

Na data de hoje, tomei conhecimento, por meio do supracitado processo de licitação, do Despacho nº 1026/19, emitido pelo Conselheiro

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 14/08/2019 16:56. Nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em 14/08/2019 16:57. Para mais informações acesse: https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 7a4826102079b6e7fd4caec6809a3d4

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 299
Mov. 50

Relator, Dr. Artagão de Mattos Leão, expedido em 26 de julho de 2019 (páginas 289-292) e Ofício 2345/19-OCN-DP, expedido em 05 de agosto de 2019 (páginas 293-294) - Concessão de Contraditório - assinado pelo Diretor Paulo Sérgio Moura Santos. Pelo mesmo instrumento recebi também as instruções exaradas no Despacho da Direção do PALCOPARANÁ, página 295, para que eu inclua da documentação ao Sistema de Licitação e dê informação aos interessados.

Tentei a inclusão dos arquivos da Representação da empresa Biq Benefícios e do Despacho 1026/19-TCE, porém o Sistema de Licitação do Banco do Brasil informa: “Não é permitido enviar arquivos maiores que 1024 KB (1 Mega Bytes)”. Desta feita, este procedimento não foi possível de realizar.

Haja vista este pregoeiro não ter encontrado os contatos das interessadas no processo após busca pelo Sistema de Licitação do Banco do Brasil, pois as interessadas não tiveram acesso ao edital por meio deste sistema, mas muito provável por outros meios, conforme comprovação de cópia encartada à página 296. Assim, somente a empresa adjudicada, GIMAVE Meios de Pagamento e Informações Ltda., pode ser comunicada do fato através de e-mail, página 297, encaminhado nesta data.

É a informação, em 14 de agosto de 2019.

Carlos A G dos Santos
Pregoeiro Oficial

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 14/08/2019 16:56. Nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em 14/08/2019 16:57. Para mais informações acesse: https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 7a4826102079b6e7fd4caec6809a3d4

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 300
Mov. 51

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

PALCOPARANA

DIRETORA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA - PALCOPARANA

Protocolo:	15.417.176-2
Assunto:	contratação empresa de benefícios para funcionários.
Interessado:	PALCO PARANÁ
Data:	14/08/2019 17:33

DESPACHO

A AJU

Para que atenda o que esta disposto no despacho 11/2019 da DIPRE, acostado neste processo a partir da folha 278, noque se refere a informação juridica.

Atenciosamente

Nicole Lemanczyk

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 14/08/2019 17:33. Nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. Assinado por: Nicole Lemanczyk em 14/08/2019 17:33. Para mais informações acesse: https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 57a2fc5b3322e8c2bb946f3d4183160c

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 301
Mov. 52

INFORMAÇAO nº 04/19-AJU

DA	ASSESSORIA JURÍDICA
PARA	DIAFI
ASSUNTO	Contratação de empresa de benefícios para os empregados – Vale Alimentação ou Refeição
EXPEDIENTE	15.417.176-2
DATA	29/08/2019

I – PREGÃO ELETRÔNICO – FASE EXTERNA – CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS

Por meio do despacho de fls. 300, a Sra. Diretora Administrativa Financeira do PALCOPARANÁ encaminhou a esta Assessoria o Processo Licitatório na modalidade "Pregão Eletrônico n.º 001/2019" para que preste as informações jurídicas e atenda ao disposto no despacho 11/2019/DIPRE, a fim de que os procedimentos até então realizados sejam analisados sob o enfoque da legislação pertinente, mais especificamente das determinações dispostas nas Leis Federais n.º 8.666/1993 e 10.520/2002, no Decreto Federal nº 5.450/2005 e na Lei Estadual 15.608/2007.

Contudo, antes de prestar a presente informação, cabe esclarecer que os procedimentos de processos licitatórios são divididos, basicamente, em duas fases: a **fase interna** e a **fase externa**.

A **fase interna** é aquela que se inicia com a solicitação da Unidade Requisitante (fls. 2/3) e se encerra na elaboração do edital (fls. 155/190). Esta fase já foi objeto de análise por esta Assessoria, que, através do Parecer Jurídico anexado às fls. 192/194 do presente protocolo, confirmou o cumprimento de todos os requisitos legais e, portanto, a obediência à legalidade.

Já a **fase externa**, nos termos do art. 17, *caput* e inciso I, do Decreto 5.450/2005, tem início com a convocação das empresas interessadas em participar do processo licitatório, através da publicação do aviso do edital no Diário Oficial da União, bem como sua divulgação via internet, senão vejamos:

> *"Art. 17. **A fase externa do pregão, na forma eletrônica, será iniciada com a convocação dos interessados por meio de publicação de aviso**, observados os valores estimados para contratação e os meios de divulgação a seguir indicados:*
> *I - até R$ 650.000,00 (seiscentos e cinqüenta mil reais):*
> *a) Diário Oficial da União; e*
> *b) meio eletrônico, na internet;" (grifo nosso)*

E é a **fase externa** que será objeto da presente análise.

Pois bem. Com a confirmação da regularidade da fase interna, a Diretora Presidente do Palcoparaná aprovou o Termo de Referência e encaminhou o protocolo a Diretora Administrativa Financeira, que às fls. 196 declarou a disponibilidade orçamentária financeira para cobertura da presente despesa e enviou o procedimento para que a comissão de licitação desse início à fase externa do certame, nos moldes estipulados nos artigos 4º, incisos I a IV da Lei nº 10.520/02 e 17, inciso I do Decreto 5.450/20052.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Lucas Medeiros Vilches em: 29/08/2019 10:38. Nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. Assinado por: Lucas Medeiros Vilches em 29/08/2019 10:38. Para mais informações acesse: https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: b77834ef3a670a05a012c3f8783a30aa

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 302
Mov. 52

A comissão de licitação, por sua vez, no dia **17/07/2019**, providenciou a publicação do aviso do resumo do edital no Diário Oficial do Paraná (fls. 234), convocando os interessados a apresentarem suas propostas. A cópia do Edital e seus anexos foram disponibilizados na internet, por meio dos seguintes endereços eletrônicos: ***(i)*** www.licitacoes-e.com.br; e, ***(ii)*** www.palcoparana.org.

Saliente-se que, em estrita observância ao regramento disposto no art. 17, §§ 2º e 4º, do Decreto 5.450/2005, o aviso de licitação respeitou o prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis entre a publicação e a apresentação das propostas, bem como dispôs de forma clara e precisa as informações sobre o objeto licitado, os critérios de avaliação, as datas, horários e local do acolhimento das propostas.

De igual maneira, o Edital do Pregão Eletrônico (fls. 198/208) detalhou a definição precisa, suficiente e clara do objeto licitado, bem como o endereço eletrônico onde ocorreria a sessão pública, a data e hora de sua realização e a indicação de que o pregão, na forma eletrônica, seria realizado por meio da internet. O Edital cumpriu ainda com a previsão disposta no §5º do dispositivo de lei acima mencionado.

O ato convocatório do pregão eletrônico **não** foi impugnado, assim como **não** foi efetuado qualquer pedido de esclarecimento referente ao processo licitatório.

Diante desse fato, no dia **30/07/2019** às **14h00** o Sr. Pregoeiro realizou a **abertura das propostas** previamente classificadas para o pleito eletrônico, momento em que se constatou a participação de 03 (três) empresas, quais sejam: GIMAVE – Meios de Pagamento e Informações Ltda, SODEXO PASS do Brasil Serviços e Comércio S/A e GREEN CARD S/A Refeições e Com e Serviços.

Com a abertura das propostas, foi disposto no Sistema algumas explicações sobre como se daria o procedimento, tendo o Sr. Pregoeiro possibilitado, às 14:31:31:300, que as empresas previamente habilitadas dessem seus lances.

Conforme se verifica às fls. 238 do presente protocolo, o último e menor lance foi ofertado às 15:02:12:587 pela empresa **GIMAVE - Meios de Pagamento e Informações LTDA,** com deságio de 2,81% (dois vírgula oitenta e um por cento) sobre a Taxa Administrativa, o que representa um custo mensal de despesas de ***R$ 24.634,92 (vinte e quatro mil, seiscentos e trinta e quatro reais e noventa e dois centavos)***, totalizando um montante de ***R$ 295.583,04 (duzentos e noventa e cinco mil, quinhentos e oitenta e três reais e quatro centavos)***, para o período dos 12 (doze) primeiros meses de contrato.

Após a apuração do menor lance, a comissão de licitação passou a analisar a documentação de habilitação apresentada pela arrematante (fls. 239/266), a qual, segundo atestado pelo Sr. Pregoeiro às fls. 276, comprova sua regularidade fiscal e jurídica, inclusive demonstrando Grau de Endividamento de 0,79 (zero vírgula setenta e nove), valor este inferior ao índice exigido de 0,80 (zero vírgula oitenta).

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Lucas Medeiros Vilches em: 29/08/2019 10:38. Nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. Assinado por: Lucas Medeiros Vilches em 29/08/2019 10:38. Para mais informações acesse: https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: b77834ef3a670a05a012c3f8783a30aa

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 303
Mov. 52

No dia **05/08/2019**, após a constatação do atendimento das exigências fixadas no edital, o Sr. Pregoeiro declarou a empresa **GIMAVE - Meios de Pagamento e Informações LTDA** vencedora do Lote Único do Edital da Licitação nº 01/2019-PALCOPARANÁ (fls. 273/274).

No dia **06/08/25019**, com o decurso do prazo para apresentação de recurso e após ser negada a Intenção de Recurso formulada pela empresa SODEXO por falta de motivação, o Sr. Pregoeiro Adjudicou o objeto da licitação a empresa vencedora, tendo documentado tais atos nos autos e encaminhado o protocolo para autoridades do Serviço Social Autônomo Palcoparaná com as Instruções para Homologação.

Posto isto, nota-se que os procedimentos e atos adotados pelo Sr. Pregoeiro e a sua equipe obedeceram a todos os princípios legais, tendo o certame licitatório decorrido com regularidade e legitimidade nos termos das Leis Federais n.º 8.666/1993 e 10.520/2002, do Decreto Federal nº 5.450/2005 e da Lei Estadual 15.608/2007, razão pela qual esta Assessoria Jurídica manifesta-se favoravelmente pela Homologação do Processo Licitatório na modalidade "Pregão Eletrônico n.º 001/2019" e contratação do licitante vencedor.

II – DA SUSPENSÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

Conforme disposto no despacho de fls. 278/279, no dia **09/08/2019** (após a adjudicação realizada pelo pregoeiro) "*o Palcoparaná e a sua representante legal foram citados para, querendo, apresentarem ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná razões de contraditório no processo 499779/19*", no qual a empresa BIQ Benefícios Ltda. formula uma Representação, alegando irregularidades no Edital de Pregão Eletrônico nº 01/2019.

A documentação acostada ao protocolo, em especial a r. decisão de fls. 289/292 demonstra que o d. Tribunal de Contas **recebeu** a Representação, sob o fundamento de que há indícios das inconformidades narradas pela Representante, tendo, contudo, indeferido o pedido cautelar de suspensão do certame, ante a ausência dos requisitos legais.

Diante desse fato, e com base na fundamentação disposta às fls. 278/279, a Sra. Diretora Presidente do Palcoparaná requereu que esta Assessoria Jurídica apresente informação acerca da possibilidade de se declarar a suspensão do processo licitatório na fase em que se encontra (após a adjudicação e antes da homologação), até ulterior decisão do TCE nos autos de Representação 499779/2019.

Quanto ao tema, importante esclarecer inicialmente que a possibilidade de se suspender uma licitação não está prevista na legislação vigente, mas o órgão licitante poderá realizá-la como ato administrativo discricionário, desde que preencha os requisitos da "*finalidade*" e da "*motivação*".

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Lucas Medeiros Vilches em: 29/08/2019 10:38. Nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. Assinado por: Lucas Medeiros Vilches em 29/08/2019 10:38. Para mais informações acesse: https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: b77834ef3a670a05a012c3f8783a30aa

PROTOCOLO
Fls. 304
Mov. 52
INTEGRADO DO ESTADO

A **motivação** é a situação, o fato que deu ensejo a essa suspensão, isto é, o órgão licitante deverá motivar a suspensão informando a todos os interessados por qual razão está suspendendo a licitação. A **finalidade**, por sua vez, é o resultado que o órgão licitante deseja atingir com a prática do ato.
No particular, vale frisar que a Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito federal, através dos artigos 2º e 50, estabelece que a "*Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade,* ***motivação****,* ***razoabilidade****, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica,* ***interesse público e eficiência***", devendo motivar suas decisões com indicação dos fatos e dos fundamentos que importem na **suspensão** do ato administrativo. De acordo com os dispositivos legais acima mencionados a "***motivação deve ser explícita, clara e congruente***".

Observa-se, portanto, que, para que se legitime a suspensão de determinado ato administrativo, mais especificamente de determinado certame licitatório é inafastável que reste demonstrado o interesse e a conveniência do ato a ser suspenso.

Pois bem. No presente caso, a Sra. Diretora Presidente do Palcoparaná argumenta que "*o objetivo principal de uma licitação é selecionar a melhor proposta para um negócio desejado pela Instituição que está a deflagá-la*" e que o Palcoparaná tem "*a obrigação de zelar pela legalidade de seus atos e condutas e pela adequação dos mesmos ao interesse público, em respeito ao Princípio da Autotutela*".

Em razão disso, entende pela necessidade de se suspender o certame licitatório, dada a superveniência de fato novo, qual seja, a apresentação de Representação perante o e. TCE pela empresa BIQ benefícios Ltda., a qual foi recebida pelo d. Relator sob o fundamento de que há indícios das inconformidades (motivação).

Logo, a suspensão do certamente teria por finalidade precípua a observância dos princípios da segurança jurídica, interesse público, eficiência, ampla defesa e contraditório, posto que eventual reconhecimento pelo d. Tribunal de Contas do Estado do Paraná (o que não se espera) de existência de qualquer irregularidade acarretaria a nulidade dos atos até então praticados.

Assim, ante o acima exposto, o despacho de fls. 278/279 e documentação acostada às fls. 280/294, resta claro o preenchimento dos requisitos da "*finalidade*" e da "*motivação*", razão pela qual essa Assessoria Jurídica **não vislumbra qualquer óbice** para que seja determinada pelas autoridades do Palcoparaná a suspensão do certame licitatório até posterior decisão do e. TCE, ressalvado é claro o juízo de mérito, e os aspectos técnicos econômicos financeiros que escapam a análise jurídica.

É o parecer que submetemos a análise da autoridade superior para deliberação.

Lucas Medeiros Vilches
Assessoria Jurídica

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Lucas Medeiros Vilches em: 29/08/2019 10:38. Nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. Assinado por: Lucas Medeiros Vilches em 29/08/2019 10:38. Para mais informações acesse: https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: b77834ef3a670a05a012c3f8783a30aa

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 305
Mov. 53

DESPACHO nº 13/2019 – DIPRE/PALCOPARANÁ

DA	DIPRE/PALCOPARANÁ
PARA	AJU/PALCOPARANÁ
ASSUNTO	LICITAÇÃO pregão eletrônico nº 01/2019 – vale-refeição
EXPEDIENTE	15.417.176-2
DATA	29/08/2019

Na data de 09/08/2019 o Palcoparaná e a sua representante legal foram citados para, querendo, apresentarem ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná razões de contraditório no processo 499779/19, em atenção ao que dispõe o artigo 35, II, "a" da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Lei Complementar nº 113/2005.

O processo 499779/19 trata de Representação formulada por BIQ BENEFÍCIOS LTDA., com pedido cautelar, noticiando irregularidades no Edital de Pregão Eletrônico nº 01/2019, do Palcoparaná. O pedido cautelar não foi deferido pelo Tribunal de Contas. Entendeu o Tribunal de Contas do Estado do Paraná que:

> *"(...) Veja-se que, dos termos acima destacados, é impossível concluir se a Representante busca a suspensão do certame ou a liminar determinando que a Representada promova alterações no edital de licitação, sendo que a concomitância de tais pontos é logicamente impossível.*
> *Ainda que se ignore tais aspectos, depreende-se que a proximidade da data de abertura das propostas (30/07/19), por si só, não é elemento suficiente para amparar o receio de que o responsável possa agravar a lesão ou tornar difícil ou impossível a sua reparação, especialmente se considerado que não há notícias de que a Representante tenha impugnado administrativamente Edital em estudo."*

Em que pese o pedido de cautelar não ter sido deferido, o Conselheiro Relator, Dr. Artagão de Mattos Leão, recebeu a Representação, afirmando verificar indícios das inconformidades narradas pelo Representante.

Diante do fato novo, há que se considerar a possibilidade de o Tribunal de Contas do Estado entender pela presença de irregularidades no edital, o que não se espera. Porém, caso isto ocorra, os atos até então praticados durante o processo licitatório deverão ser revistos, o que poderá trazer como consequência a revogação ou a anulação de algum ato.

O objetivo principal de uma licitação é selecionar a melhor proposta para um negócio desejado pela Instituição que está a deflagrá-la, porém, o processo licitatório não chega ao final face a ocorrência, em seu bojo, de eventual ilegalidade. O Palcoparaná é equiparado à Administração Pública

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em: 29/08/2019 12:00. Nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. Assinado por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em 29/08/2019 12:01. Para mais informações acesse: https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: a475b2d2a37b43f1cb90a85f138f546c

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 306
Mov. 53

quanto ao dever de licitar, e por isso tem a obrigação de zelar pela legalidade de seus atos e condutas e pela adequação dos mesmos ao interesse público, em respeito ao Princípio da Autotutela.

Assim, diante do exposto e, considerando:

(i) que um ato administrativo viciado contamina os atos subseqüentes;

(ii) que a licitação que não se desenvolve em estrita consonância com a legalidade, pode ferir, não só o interesse público como também o dos particulares envolvidos, desrespeitando, assim, princípios normativos, como o da segurança jurídica e o da boa-fé dos administrados.

(iii) que a Instituição deve zelar pela estabilidade e pela ordem nas relações jurídicas como condição para que se cumpram as finalidades superiores do ordenamento;

(iv) que a adjudicação do objeto da licitação ao vencedor confere mera expectativa de direito de contratar ((TCU – Acórdão 868/2006 – Segunda Câmara, Processo 019.755/2005-2, Ministro Relator LINCOLN MAGALHÃES DA ROCHA, Aprovação 17/04/2006; RMS 22447 / RS, relator Ministro LUIZ FUX, Julgamento: 18/12/2008, Publicação: DJe 18/02/2009; RMS 23.402/PR, SEGUNDA TURMA, DJ 02.04.2008; MS 12.047/DF, PRIMEIRA SEÇÃO, DJ 16.04.2007 e MC 11.055/RS, PRIMEIRA TURMA, DJ 08.06.2006); com fulcro na Informação Jurídica acostada às fls. 301, movimento nº 52, suspendo o processo licitatório objeto do presente até ulterior decisão do Tribunal de Contas do Estado, nos autos 499779/19.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em: 29/08/2019 12:00. Nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. Assinado por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em 29/08/2019 12:01. Para mais informações acesse: https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: a475b2d2a37b43f1cb90a85f138f546c

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 307
Mov. 54

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

PALCOPARANA

PALCOPR/ADIAF - ASSESSORIA DIAF

Protocolo:	15.417.176-2
Assunto:	contratação empresa de benefícios para funcionários.
Interessado:	PALCO PARANÁ
Data:	04/09/2019 10:23

DESPACHO

Informo que foi publicado no DIOE-PR hoje, 04/09/2019, a decisão de suspender o presente certame licitatório, conforme documento ora juntado.

A referida publicação, assim como o processo atualizado serão disponibilizados no site deste Serviço Social Autônomo.

Atenciosamente,

André Luís Diener

Assessoria Técnica - Especial

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/09/2019 10:23. Nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. Assinado por: Andre Luis Diener em 04/09/2019 10:33. Para mais informações acesse: https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 2064467e9268fa4eac94b6984d793b08

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 308
Mov. 55

DOCUMENTO CERTIFICADO
CÓDIGO LOCALIZADOR: 717543719
Documento emitido em 04/09/2019 09:42:00.
Diário Oficial Com. Ind. e Serviços
Nº 10514 | 04/09/2019 | PÁG. 37
Para verificar a autenticidade desta página, basta informar o Código Localizador no site do DIOE.
www.imprensaoficial.pr.gov.br

centavos), através da incorporação da sua part
por cento) no imóvel objeto da Matrícula 113.
51.891,75 (Cinquenta e um mil e oitocentos e no
centavos), através da incorporação da sua part
por cento) no imóvel objeto da Matrícula 113.
R$ 83.189,86 (Oitenta e três mil e cento e oit
centavos), através da incorporação do imóvel
CRI – Londrina/PR e 5) R$ 43.158,08 (Quarent
oito reais e oito centavos), através da incorporaç
(Cinquenta por cento) no imóvel objeto da Matr
PR. Dando início a reunião a sócia ANGELA BO
explanação sobre a necessidade de promover a re
virtude da re-ratificação dos valores da transmis
da integralização do capital social, no seu contrato constitutivo e que tal medida restaria necessária para a correção dos valores ao respectivo custo de aquisição de cada um dos imóveis integralizados. Franqueando a palavra aos presentes e após as devidas discussões, concluiu-se pela redução do capital social na forma apesentada, sendo que o capital social após as devidas modificações deliberadas pelos sócios, passará a ser de R$ 695.000,00 (Seiscentos e noventa e cinco mil reais) dividido em 695.000 (Seiscentas e noventa e cinco mil) quotas de capital e ficará a sócia ANGELA BONOMO com a quantia de 285.000 (Duzentas e noventa e cinco mil) quotas de capital, no valor nominal total de R$ 285.000,00 (Duzentos e oitenta e cinco mil reais) equivalentes a 41,00% (Quarenta e um pontos percentuais) do capital total da empresa e a sócia NÁDIA BONOMO com a quantia de 410.000 (Quatrocentas e dez mil) quotas de capital, no valor nominal total de R$ 410.000,00 (Quatrocentos e dez mil reais) equivalentes a 59,00% (Cinquenta e nove pontos percentuais) do capital total da empresa. Sendo que restou aprovada essa deliberação, cujos sócios aceitam e anuem a respectiva redução do capital, dispensando-se quaisquer prestações devidas. Ocorridas as situações descritas, será lavrada, assinada e registrada na Junta Comercial e demais órgãos competentes, alteração contratual contemplando as modificações deliberadas. Nada mais havendo a tratar, a presidente ANGELA BONOMO, declarou encerrada a reunião da qual eu, NÁDIA BONOMO, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai assinada por mim e pelo presidente em 1 (uma) via.

Londrina/PR, 10 de Agosto de 2019.

ANGELA BONOMO
Sócia administradora - Presidente

NÁDIA BONOMO
Sócia Quotista - Secretária

84542/2019

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO
Ederson Zaia de Antonio, CPF:081.373.279-40 torna público que irá requerer ao IAP, a Renovação da Licença de Operação para Avicultura de corte instalada no Sitio Bela Vista, Distrito de Mairá, município de Lupionópolis, estado do Paraná.
83368/2019

COMUNICADO DE SUSPENSÃO
EDITAL 01/2019 Pregão Eletrônico Palcoparaná

O Serviço Social Autônomo Palcoparaná, através de sua Diretora Presidente, torna publico aos interessados que decidiu suspender o processo licitatório acima até ulterior decisão do Tribunal de Contas do Estado, nos autos 499779/19. Maiores informações no site www.palcoparana.org

Nicole Barão Raffs de Medeiros
Diretora Presidente

84402/2019

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE INSTALAÇÃO
4PSC EMPREENDIMENTOS S/A, CNPJ 08,980,418/0001-1Informe nome e CNPJ) torna público que irá requerer ao IAP, a Renovação da Licença de Instalação para instalação de empreendimento imobiliário descrição) a ser implantada na Av Bento M da Rocha, s/nº -esquina PR-407, Paranaguá, Paraná.
84737/2019

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO
COMÉRCIO DE COMBUSTIVEIS GILDAO LTDA (CNPJ:01.895.238/0001-95) torna público que irá requerer ao IAP, a Renovação da Licença de Operação para COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS instalada AVENIDA GENERCY DELFINO COELHO, S;N, ICARAÍMA □ PARANÁ..
84341/2019

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO
COMÉRCIO DE COMBUSTIVEIS GILDAO LTDA (CNPJ:01.895.238/0001-95) torna público que recebeu do IAP, a Licença de Operação para COMÉRCIO DE COMBUST[IVEIS (Nº 15367, COM VALIDADE AT[E 16/12/2018) instalada AVENIDA GENERCY DELFINO COELHO, S;N, ICARAÍMA □ PARANÁ..
84344/2019

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO
Reflexo Ind e Com de Produtos Quimicos Ltda torna público que irá requerer ao IAP, a Renovação da Licença de Operação para Fabricacao de Produtos de Limpeza e Polimento instalada a rua Ana Rosenente Trevisan , 226 Sao Dimas Colombo PR.
83891/2019

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO
REFLORASUL AGROFLORESTAL S/A, CNPJ 80.362.601/0001-83, torna público que recebeu do IAP, a Renovação da Licença de Operação para Fabricacao de

rada, prensada e compensada, numero 161563-R1
na Rua Caicangues, 222, Palmas, estado do Parana.
84268/2019

O DE LICENÇA SIMPLIFICADA
TES LTDA, CNPJ 33.180.034/0001-64 torna
P, a Licença Simplificada para COMÉRCIO
GROPECUÁRIOS, EXCETO AGROTÓXICOS,
O E MISTURA DE CORRETIVOS DE SOLO E
S a ser implantada NA RODOVIA DO CAFE BR
UNICIPIO DE ORTIGUEIRA-PR.
84682/2019

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO
ROTTAS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, CNPJ 11.863.002/0001-20 torna público que irá requerer ao IAP, a Licença de Instalação para conjunto habitacional vertical a ser implantada na Rua Paranagua s/n, Araucaria (PR).
83774/2019

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO
ALCEU SIRIO SCHEUERMANN torna público que recebeu do IAP, a Renovação da Licença de Operação para SUINOCULTURA instalada NO LOTE RURAL N°12/14/A - PATO BRAGADO/PR.
84514/2019

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO
ALCEU SIRIO SCHEUERMANN torna público que irá requerer ao IAP, a Renovação da Licença de Operação para SUINOCULTURA instalada NO LOTE RURAL N°12/14/A - PATO BRAGADO/PR.
84515/2019

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO
Fabio Deni Schmitt torna público que irá requerer ao IAP, a Licença de Instalação para Avicultura a ser implantada na Linha Surubi Municipio de Sulina - PR.
84736/2019

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO
SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO torna público que irá requerer ao IAP, a Licença de Operação para ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO - ETE instalada MARGEM DIREITA DO RIO TIBAGI.
84537/2019

AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL
SÃO LUIZ ENERGÉTICA S.A torna público que irá requerer ao IAP, a Autorização Ambiental para passagens molhadas temporárias para a PCH Foz do Estrela no rio Iratim e no rio Estrela, em Coronel Domingos Soares-PR.
84392/2019

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA
S M SARAIVA DA SILVA, CNPJ Nº 28.894.060/0001-14 torna público que recebeu do IAP, a Licença Prévia para CENTRAL DE RECEBIMENTO, RECICLAGEM, REAPROVEITAMENTO,E DISPOSIÇÃO DE RCC E DEMOLIÇÕES a ser implantada RODOVIA PR 862, KM 02 - LOTE 59 E 60 ZONA RURAL DE IBIPORÃ-PR.
84475/2019

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO
S M SARAIVA DA SILVA, CNPJ Nº 28.894.060/0001-14 torna público que irá requerer ao IAP, a Licença de Operação para CENTRAL DE RECEBIMENTO, RECICLAGEM, REAPROVEITAMENTO,E DISPOSIÇÃO DE RCC E DEMOLIÇÕES instalada RODOVIA PR 862, KM 02 - LOTE 59 E 60 ZONA RURAL DE IBIPORÃ-PR.
84476/2019

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO
SILOS-ROMA INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS AGRICOLAS LTDA CNPJ 04.648.086/0001-14 torna público que recebeu do IAP, a Renovação da Licença de Operação para FABRICAÇÃO DE MAQUINAS EQUIPAMENTOS E APARELHOS PARA TRANSPORTE DE CARGAS E PESSOAS, RLO 129476-R1, COM VALIDADE ATE 24/08/2019 instalada na rua Antonio Guerino Codato, nº 231, Parque Industrial, no município de Cambé, estado do Paraná, CEP 86183-744 .
84662/2019

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO
SILOS-ROMA INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS AGRICOLAS LTDA CNPJ 04.648.086/0001-14 torna público que irá requerer ao IAP, a Renovação da Licença de Operação para FABRICAÇÃO DE MAQUINAS EQUIPAMENTOS E APARELHOS PARA TRANSPORTE DE CARGAS E PESSOAS instalada na rua Antonio Guerino Codato, nº 231, Parque Industrial, no município de Cambé, estado do Paraná, CEP 86183-744.
84674/2019

SINDICATO DA INDÚSTRIA DE ADUBOS E CORRETIVOS AGRÍCOLAS NO ESTADO DO PARANÁ – SINDIADUBOS-PR
COMUNICADO

Comunica-se que no pleito realizado no dia 15 de agosto de 2019, nesta entidade, para preenchimento dos cargos de Diretoria, Conselho Fiscal e Delegação Representativa junto à FIEP, efetivos e suplentes, quadriênio

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/09/2019 10:29.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 309
Mov. 56

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

PALCOPARANA

PALCOPR/ADIAF - ASSESSORIA DIAF

Protocolo:	15.417.176-2
Assunto:	contratação empresa de benefícios para funcionários.
Interessado:	PALCO PARANÁ
Data:	08/11/2019 17:14

DESPACHO

À PALCOPARANA/ASSESSORIA JURÍDICA,

Informo que em 08/11/2019 foi publicado o acórdão proferido no processo de REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993, n.º 499779/19, havendo sido julgada improcedente a representação em questão, apresentada pela BIQ BENEFÍCIOS LTDA.

Assim, encaminho para apreciação da Assessoria Jurídica, quanto a possibilidade de ser retomado o presente processo licitatório.

Atenciosamente,

André Luís Diener
Assessoria Técnica - Especial

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 310
Mov. 57

CÓPIA EXTRAÍDA DE AUTOS DIGITAIS

Processo: 499779/19
Assunto: REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993
Entidade: PALCOPARANA

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 311
Mov. 57

Índice de Peças

1. Formulário de Encaminhamento
2. Extrato de Autuação
3. Petição (Representaçõ TCE PR -SERV
4. Outros Documentos (CONTRATO SOCIAL)
5. Outros Documentos (PROCURAÇÃO MAZZUCATO 2018)
6. Outros Documentos (OAB)
7. Outros Documentos (PE 01_2019 PALCOPARANA - EDITAL)
8. Termo de Distribuição
9. Despacho
10. Ofício de contraditório
11. Ofício de contraditório
12. Ofício de contraditório
13. Certidão de Publicação DETC
14. AR do Ofício OCN - 2345-2019 - DP
15. AR do Ofício OCN - 2346-2019 - DP
16. Devolução do Ofício - OCN - 2348-19 - DP
17. Recibo de Petição Intermediária - 582331-19, de 29-08-19
18. Petição (Defesa Vale Assinada)
19. Outros Documentos (DO Nomeação Diretoria Palcoparana 2019 c)
20. Outros Documentos (Estatuto PalcoParana - Decreto 11907 de)
21. Outros Documentos (Edital Cohapar)
22. Outros Documentos (Edital CRCBA)
23. Outros Documentos (Edital CRTR)
24. Outros Documentos (Edital Sesi)
25. Outros Documentos (Relatorio Administração Alelo)
26. Outros Documentos (Relatorio Administração Sodexo)
27. Outros Documentos (Relatorio Administração VR)
28. Outros Documentos (Portaria005-2019 - CPL)
29. Outros Documentos (Processo Integral_compressed (1))
30. Informação
31. Instrução
32. Parecer
33. Acórdão
34. Certidão de Publicação DETC

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

1. Formulário de Encaminhamento

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 312
Mov. 57

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 313
Mov. 57

FORMULÁRIO DE ENCAMINHAMENTO

Encaminho a petição com os seguintes dados:

ASSUNTO: **REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993**

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Procedimento Licitatório: **Pregão Eletrônio 001/2019**
SERVIÇO SOCIAL AUTONOMO PALCOPARANA

SUJEITOS DO PROCESSO

Entidade: **PALCOPARANA**
Representante: **CRISTIANE MAZZUCATO FLOR**

DOCUMENTOS ANEXOS

- Petição (Representaçõ TCE PR -SERV. SOCIAL PALCOP)
- Outros Documentos (CONTRATO SOCIAL)
- Outros Documentos (PROCURAÇÃO MAZZUCATO 2018)
- Outros Documentos (OAB)
- Outros Documentos (PE 01_2019 PALCOPARANA - EDITAL)

PETICIONÁRIO: **CRISTIANE MAZZUCATO FLOR, CPF 272.973.778-21, em seu próprio nome.**

Curitiba, 25 de julho de 2019 17:03:42

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

2. Extrato de Autuação

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 314
Mov. 57

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO
Fls. 315
Mov. 57
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

EXTRATO DE AUTUAÇÃO Nº: 499779/19

Recebemos, mediante acesso ao serviço de peticionamento eletrônico eContas Paraná, a petição com os seguintes dados indicados pelo instaurador:

PROCESSO: **499779/19**
ASSUNTO: **REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993**

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Procedimento Licitatório: **Pregão Eletrônio 001/2019**
SERVIÇO SOCIAL AUTONOMO PALCOPARANA

SUJEITOS DO PROCESSO

Entidade: **PALCOPARANA**
Representante: **CRISTIANE MAZZUCATO FLOR**

DOCUMENTOS ANEXOS

- Formulário de Encaminhamento
- Petição (Representaçõ TCE PR -SERV. SOCIAL PALCOP)
- Outros Documentos (CONTRATO SOCIAL)
- Outros Documentos (PROCURAÇÃO MAZZUCATO 2018)
- Outros Documentos (OAB)
- Outros Documentos (PE 01_2019 PALCOPARANA - EDITAL)

PETICIONÁRIO: **CRISTIANE MAZZUCATO FLOR, CPF 272.973.778-21, em seu próprio nome.**

Curitiba, 25 de julho de 2019 17:04:41

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

3. Petição (Representaçõ TCE PR -SERV

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 316
Mov. 57

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 317
Mov. 57

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR CONSELHEIRO PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ.

PREGÃO ELETRÔNICO - DATA DE ABERTURA: 30/07/2019, às 14:30h.

BIQ BENEFÍCIOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.878.237/0001-19, estabelecida na Rua Vergueiro, nº 3185, Cj. 123, Vila Mariana, São Paulo/SP, CEP: 04101-300**,** por sua advogada infra-assinado, (Docs. 01, 02 e 03) vem, mui respeitosamente, perante V. Exa., com fulcro no artigo 113 da Lei 8.666/93, para apresentar

REPRESENTAÇÃO (Exame Prévio do Edital)

Em face da **SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ -** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 25.298.788/0001-95, representada pela Ilma. Sra. Nicole Lemanczyk, Diretora Administrativa Financeira, estabelecida na Rua XV de Novembro 971, Curitiba/PR, CEP 80060-000, e-mail: administrativo@palcoparana.org, fazendo-o em consonância com os fatos e fundamentos a seguir delineados.

I – O Serviço Social Autônomo PALCOPARANA, publicou um edital de Pregão Eletrônico, a ser realizado no próximo dia 30/07/2019 às 14:00h, cujo objeto consiste em:*" **A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento, emissão, distribuição, administração do benefício, fornecimento de documentos de legitimação, na forma de cartão Alimentação/Refeição eletrônico, magnético, ou de similar tecnologia, em PVC, com chip de segurança, com recargas mensais, sistema de controle de saldo e senha pessoal e intransferível, para validação das transações pelo usuário, na rede de estabelecimentos comerciais credenciados (que a empresa licitante mantenha convênio), no ato da aquisição dos gêneros alimentícios ou das***

Rua Francisco Marengo, nº 189, 10º and. Sala 104, Tatuapé, São Paulo/SP – Cep: 03313-000 Tel: (11) 2638-6484
E-mail: marcio@pereiraemazzucato.com.br

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 318
Mov. 57

refeições, para serem utilizados pelos empregados efetivos e comissionados do PALCOPARANÁ, em conformidade com as especificações técnicas e serviços descritos no Anexo I - Termo de Referência." como se observa do edital anexo, (Doc.04).

II – Ao analisar o edital com vistas à participação no certame, foi observado que existem exigências que restringirão o caráter competitivo, contrariando os principais princípios legais das licitações, devendo o mesmo ser corrigido para que tais princípios sejam verificados, e haja ampla participação das empresas do ramo, favorecendo a necessária competitividade e a chance de obtenção de uma proposta efetivamente vantajosa.

DA COMPROVAÇÃO DE ÍNDICES FINANCEIROS

III – Urge primeiramente esclarecer, que a previsão contida no artigo 31, § 5º, da Lei 8.666/93, tem sido interpretada tanto pela doutrina quanto pela Jurisprudência, no sentido de que os índices exigidos devem ser aqueles usualmente adotados em determinado segmento comercial, não podendo haver um índice comum a todo e qualquer segmento. Esse entendimento guarda liame com o próprio dispositivo citado, ao mencionar que: ***"(...) vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação".***

IV – O grau de endividamento exigido no presente edital, conforme seu item 4.2 deve ser igual ou menor que 0,80. Embora em um primeiro momento pareça ser um índice alto e razoável em comparação ao comumente adotado em outros segmentos, que é entre 0,5 e 0,6, é certo que se não for modificado, irá impedir a participação da maioria das operadoras de cartões, haja vista que grande parte das mesmas operam com índices de endividamento entre 0,8 e 1,0. Como é sabido, as operadoras de cartões operam basicamente gerenciando recursos de terceiros. Assim, ainda que movimentem valores expressivos, a receita é diminuta em relação aos valores que administram, redundando em um grau de endividamento mais elevado que os demais segmentos. A título de comparação, podemos observar os índices de endividamento de algumas instituições financeiras

Rua Francisco Marengo, nº 189, 10º and. Sala 104, Tatuapé, São Paulo/SP – Cep: 03313-000 Tel: (11) 2638-6484
E-mail: marcio@pereiraemazzucato.com.br

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 319
Mov. 57

conhecidas: Caixa Econômica: 0,90, Banco Itaú: 0,95, Banco do Brasil: 0,94. Isso ocorre igualmente com a maioria das operadoras de Cartões corporativos.

V - O TCU já reconheceu tal característica dentre as empresas operadoras de cartões corporativos, ao esmiuçar a forma de operação de tais empresas, e reconhecer a dinâmica e peculiaridade desse mercado, como se pode conferir, por exemplo, no Acórdão 354/2016 – Plenário, além do seguinte Acórdão 932/2013 e Súmula 289:

> ***"O fato de a lei não fixar o limite do índice a ser adotado não afasta a responsabilidade do gestor por sua definição, que não pode ser aleatória, nem depender de simples 'palpite' do administrador público."*** (TCU. Acórdão nº 932/2013 – Plenário)

> ***"A exigência de índices contábeis de capacidade financeira, a exemplo dos de liquidez, deve estar justificada no processo da licitação, conter parâmetros atualizados de mercado e atender às características do objeto licitado, sendo vedado o uso de índice cuja fórmula inclua rentabilidade ou lucratividade".*** (Súmula 289 TCU)

VI – Da mesma forma, a título de exemplo sobre o entendimento dos Tribunais de Contas Estaduais sobre o tema, o E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, já analisou vários casos análogos, tais como: TC-16544/026/113, 35418/026/104, 1695/989/135 e 905/989/136, e ordenou a suspensão e retificação dos editais, para aumentar o índice de endividamento, como se pode conferir também pelos autos do processo 00002525.989.14-1, onde se entendeu que o índice deve se adequar ao segmento, assim, como no TC 000021617.989.18-1, de relatoria do Exmo. Conselheiro Marcio Martins de Camargo, que consignou que deveria ser republicado o edital, com o índice de endividamento de 1,0, após a seguinte análise:

Rua Francisco Marengo, nº 189, 10º and. Sala 104, Tatuapé, São Paulo/SP – Cep: 03313-000 Tel: (11) 2638-6484
E-mail: marcio@pereiraemazzucato.com.br

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 320
Mov. 57

> ***"De forma breve, reclamou do grau de endividamento menor ou igual a 0,40, sustentando que o seu patamar restringe a competitividade. Tendo em vista o índice eleito, ao menos aparentemente, ser considerado incomum quanto a este segmento de mercado, concedi a liminar pleiteada, conforme decisão publicada no DOE de 20/10/2018, com o recebimento da matéria na via processual do Exame Prévio de Edital. Regularmente acionada, a Origem informou que providenciará a retificação do edital, para que conste como Índice de Endividamento menor ou igual a 1,00. Ao ser ouvido, o Procurador de Contas opinou pela procedência do pedido."***
>
> ***"(...)No caso, à míngua de maiores estudos, penso que <u>a alteração prenunciada pela Origem – aumentando o patamar de 0,40 para 1,00 - atende a contento esta intelecção</u>. Permito-me este raciocínio ao lembrar que quanto maior o Índice de Endividamento eleito, menos restritivo será."*** (g.n)

VII – Em recente Acórdão do mesmo E. Tribunal, nos TC-006509.989.19-0 e TC-006685.989.19-6, pode-se conferir um precedente esclarecedor:

> ***"2.4. <u>O índice de endividamento exigido pelo edital, de até 0,80, está em patamar distinto daquele comumente praticado no mercado</u>, e dificilmente será atendido pelas principais empresas do segmento, consoante a análise apresentada pela Unidade de Economia da Assessoria Técnica.***
>
> ***Muito embora a jurisprudência desta Corte tenha considerado razoável a sua fixação entre 0,3 e 0,5 para a maior parte dos segmentos da atividade***

Rua Francisco Marengo, nº 189, 10º and. Sala 104, Tatuapé, São Paulo/SP – Cep: 03313-000 Tel: (11) 2638-6484
E-mail: marcio@pereiraemazzucato.com.br

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 321
Mov. 57

econômica e mercantil, tem-se que tais índices devem ser compatíveis e adequados ao ramo de atividade ou ao segmento de mercado das possíveis interessadas em participar do certame, por imposição do artigo 31, §5º, da Lei 8.666/93. No presente caso, para preservar a ampla competitividade do certame, os índices de endividamento exigidos para fins habilitatórios demonstram merecer reavaliação pela Origem, em função da dinâmica natural e peculiar do mercado de vales de benefícios, que faz com que grande parte das empresas que atuam no setor opere com índices superiores aos patamares médios de outros setores de atividade econômica.

Neste panorama, é certo que esta Corte vem aceitando a adoção de índices de endividamento mais elásticos para este segmento de mercado, diante da exigência de elevados investimentos e pelo atual comportamento das empresas do ramo, que estão considerando ser mais viável a participação de capital de terceiros em seus negócios do que o investimento de seu próprio capital. A questão trazida pela Representante demonstra merecer o mesmo tratamento atribuído por esta Corte quando do julgamento dos processos TC-16544/026/113 , 35418/026/104 , 1695/989/135 e 905/989/136 , este último de minha relatoria. Assim, face aos precedentes jurisprudenciais desta Corte e diante das peculiaridades do mercado de vales de benefícios, a exigência de índice de Grau de Endividamento Geral (IEG) menor ou igual a 0,80 se revela restritiva à competitividade e não se mostra adequada à verificação da boa situação financeira das proponentes, assim entendida como aquela suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes do contrato.

E decidiu.....

Rua Francisco Marengo, nº 189, 10º and. Sala 104, Tatuapé, São Paulo/SP – Cep: 03313-000 Tel: (11) 2638-6484
E-mail: marcio@pereiraemazzucato.com.br

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 322
Mov. 57

> ***2) redefinir o índice máximo de endividamento exigido para fins de habilitação, tornando-o compatível com o segmento de mercado das empresas que atuam no ramo de vales de benefícios"*** (g.n)

VIII – Ademais, a Lei traz como subsidio, e não como principal, a exigência de índices financeiros, como comprovação de qualificação econômico-financeira do proponente, sendo certo que de acordo com o artigo 31 da Lei 8.666/93, poderá ser exigida a comprovação de capital social ou patrimônio líquido como comprovação da qualificação econômico-financeira, podendo ainda ser exigida garantia contratual. No entanto, o presente edital exige apenas a Certidão de Falência e concordata e os índices financeiros. Desta forma, pode ocorrer que uma empresa com índice de endividamento de 0,8 e capital social ou patrimônio de R$ 10.000,00 seja contratada, em detrimento de uma empresa com capital social ou patrimônio líquido de milhões de reais, que não comprove o índice de endividamento de 0,8, em total falta de razoabilidade.

DO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DA REDE CREDENCIADA

IX – No item 6.1 e 6.2 do Termo de Referência é estabelecido a quantidade de estabelecimentos, bem como, o prazo para a apresentação da rede credenciada, senão vejamos:

> ***6.1.- Mínimo de 10 (dez) estabelecimentos (supermercados/mercados) e 03 (três) redes de hipermercados em toda a cidade, e, no mínimo 02 (dois) estabelecimentos num raio de 2km de distância da sede do PALCOPARANÁ (Item 2).***
>
> ***6.2.- A rede credenciada deverá ser demonstrada até a data de assinatura do Contrato, cujo descumprimento será motivo para desclassificação***

Rua Francisco Marengo, nº 189, 10º and. Sala 104, Tatuapé, São Paulo/SP – Cep: 03313-000 Tel: (11) 2638-6484
E-mail: marcio@pereiraemazzucato.com.br

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 323
Mov. 57

X – Note-se que a licitante que for declarada vencedora e que não opere atualmente na região, não terá tempo suficiente para providenciar o credenciamento de toda rede exigida. Ocorre que o prazo previsto é absolutamente exíguo e insuficiente, demandando ao menos 20 dias para apresentação da mesma, sob pena de beneficiar diretamente as empresas que já operam na região, em flagrante conflito com o princípio da isonomia entre os licitantes, previsto no artigo 37, XXI, da Constituição Federal, o qual prevê que deverá ser assegurado igualdade de condições a TODOS os concorrentes.

XI – Ao analisar um caso similar, com a diferença que se exigia a rede credenciada na fase de habilitação, o TCU alertou para o fato de ter que haver tempo suficiente e razoável para o credenciamento da rede, onde estivessem lotados os usuários, como se infere:

> ***"(...) Assim sendo, nos termos do voto do relator, decidiu o Plenário revogar a medida cautelar e, já com vistas ao novo certame, determinar à entidade que faça constar a exigência de comprovação de rede credenciada apenas na fase de contratação, com estabelecimento de um prazo razoável para que a vencedora da licitação credencie os estabelecimentos comerciais das localidades onde os empregados da estatal estejam lotados."*** *(*g.f) (Acórdão n.º 3156/2010-Plenário, TC-028.280/2010-5, rel. Min. José Múcio Monteiro, 24.11.2010.)

XII - A mesma Corte de Contas já se manifestou outras vezes sobre a necessidade de concessão de prazo razoável para apresentação da rede credenciada, como se infere do TC 001820/006/10:

> ***"No mérito, em que pese ter sido adequadamente motivado o juízo discricionário que fixou o número de 250 (duzentos e cinquenta) estabelecimentos a serem credenciados, remanesce o vício presente nas cláusulas editalícias que estabeleceram o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para a adjudicatária credenciar esses 250 (duzentos e cinquenta) estabelecimentos na localidade da execução contratual, como condição para a assinatura do***

Rua Francisco Marengo, nº 189, 10º and. Sala 104, Tatuapé, São Paulo/SP – Cep: 03313-000 Tel: (11) 2638-6484
E-mail: marcio@pereiraemazzucato.com.br

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 324
Mov. 57

> ***contrato.(...) <u>E a jurisprudência desta Corte tem reiteradamente condenado essa espécie de insuficiência de prazo para adjudicatárias apresentarem a rede local credenciada,</u> a exemplo do que já fora decidido pelo E. Plenário nos processos TC -000706/989/13 - 4 6, TC - 001293.989.12 - 5 7, TC - 000854.989.12 - 6 8 e TC - 001098.989.12 - 2 9"*** (TC-001820/006/10 – 26/10/2016)

XIII - De acordo com os entendimentos doutrinário e jurisprudencial, deve haver parcimônia e razoabilidade nas cláusulas editalícias, de modo a não criar restrições à participação de potenciais licitantes, como se observa:

> ***"A licitação tornou-se a maneira mais segura de fraudar a Administração, porque é perfeitamente possível manipular qualquer licitação, mediante requisitos de participação, características do produto ou critérios de julgamento injustificados e injustificáveis. (...) Ninguém poderia ser alijado do procedimento licitatório pelo não atendimento de algum requisito injustificado, irrelevante***." (Adilson Abreu Dallari, cit. in Aspectos Jurídicos da Licitação, Ed. Saraiva, pág. 88)

> ***Licitação. Edital. Anulação. Exigência violadora do princípio da igualdade, restringindo o caráter competitivo do procedimento. Cláusula discriminatória. Artigos 37, inciso XXI, da Constituição da República. A regra geral na licitação é a participação do maior número possível de licitantes, devendo o edital ser parcimônio e criterioso ao fixar requisitos, pois são proibidas as condições impertinentes, inúteis ou desnecessárias.*** (TJ/SP, Ap. Civ. Nº 225-567-1, Des. Alfredo Migliore)

> ***"As regras do procedimento licitatório devem ser interpretadas de modo que, sem causar qualquer prejuízo à administração e aos interessados no***

Rua Francisco Marengo, nº 189, 10º and. Sala 104, Tatuapé, São Paulo/SP – Cep: 03313-000 Tel: (11) 2638-6484
E-mail: marcio@pereiraemazzucato.com.br

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 325
Mov. 57

> ***certame, possibilitem a participação do maior numero de concorrentes, a fim de que seja possibilitado se encontrar, entre várias propostas, a mais vantajosa."*** (STJ - MS 5.606/DF, rel.min. José Delgado)

Pelo exposto, requer-se a V. Exa., seja acatada a presente Representação, para ordenar CAUTELARMENTE a suspensão do Pregão que está na iminência de ocorrer, para o fim de determinar:

1) Que seja modificado o índice de endividamento para 1,0, e que sejam exigidas outras comprovações de qualificação econômico-financeira a rigor do previsto no artigo 31, § 2º, da Lei 8.666/93.

2) Que seja concedido um prazo de 20 dias para apresentação da rede credenciada após a assinatura do contrato, de acordo com decisões outrora dos Tribunais de Contas, por ser absolutamente razoável e ampliativo da competitividade

3) – Caso seja de interesse da Administração a continuidade da contratação, que se republique o edital, a rigor do disposto no artigo 21, § 4º, da Lei 8.666/93.

Desta forma, estará sendo perpetrada a mais salutar JUSTIÇA, com a verificação dos princípios legais mais comezinhos, tais como o da legalidade, impessoalidade e isonomia!

Termos em que,
P. Deferimento.

São Paulo, 25 de julho de 2019.

CRISTIANE MAZZUCATO FLOR
OAB/SP 212.005

Rua Francisco Marengo, nº 189, 10º and. Sala 104, Tatuapé, São Paulo/SP – Cep: 03313-000 Tel: (11) 2638-6484
E-mail: marcio@pereiraemazzucato.com.br

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

4. Outros Documentos (CONTRATO SOCIAL)

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 326
Mov. 57

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

8º REG. CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
MICROFILME N.º 37407

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 327
Mov. 57

REGISTRO EM RCPJ - BARUERI/SP
MICROFILME N.º 232116

BIQ BENEFÍCIOS LTDA

CNPJ/RFB: 07.878.237/0001-19

ALTERAÇÃO CONTRATUAL - IV

Pelo presente instrumento particular de alteração contratual e nos melhores termos de direito, os abaixo assinados:

DENISE BERTOLI DE MORAIS, brasileira, natural de São Paulo/SP, nascida aos 04 dias do mês de setembro de 1961, casada sob regime de comunhão parcial de bens, bibliotecária, portadora da Cédula de Identidade RG Nº 10.134.139-8 SSP/SP e do CPF Nº 012.771.058-20, residente e domiciliada na Avenida Neide Carvalho Arruda Nº 10 bairro de Parque São Domingos - CEP: 05119/005, nesta Capital do Estado de São Paulo;

MARCUS SILVA COELHO, brasileiro, natural de São Paulo/SP, nascido aos 18 de março de 1954, casado sob regime de comunhão parcial de bens, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG Nº 5.610.409 SSP/SP e do CPF Nº 955.661.558-04, residente e domiciliado na Rua Loureiro Batista Nº 256 bairro de Vila Mariana - CEP: 04019/120, nesta Capital do Estado de São Paulo; e

ALEXANDRE ARIENZO, brasileiro, natural de São Paulo/SP, nascido aos 19 dias do mês de maio de 1971, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade RG Nº 12.973.365 SSP/SP e do CPF Nº 142.549.688-17, residente e domiciliado nesta capital do estado e São Paulo na Avenida Lacerda Franco Nº 527, Apartamento 241-R no bairro do Cambuci - CEP: 01536/001;

têm entre si justos e contratados em alterar o contrato social da sociedade simples limitada denominada **BIQ BENEFÍCIOS LTDA**, estabelecida nesta capital do estado de São Paulo na Avenida Vergueiro Nº 3185 Conjunto 123 no bairro de Vila Mariana, contrato este devidamente registrado no 8º Registro Civil de Pessoa Jurídica da Capital em data de 16 de fevereiro de 2006 sob Nº 9.707 e suas posteriores alterações, sendo a última registrada em data de 19 de setembro de 2014 sob Nº 31.498; fazendo-o mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Os sócios, de comum acordo, resolvem aumentar o Capital Social da sociedade em mais R$ 963.000,00 (novecentos e sessenta e três mil reais), a saber:

a) a quantia de R$ 757.400,00 (setecentos e cinquenta e sete mil e quatrocentos reais) é integralizada com recursos do saldo da conta de Lucros Acumulados, conforme consta do Balanço Patrimonial da sociedade encerrado em 31 de dezembro de 2015;

b) a quantia de R$ 68.533,33 (sessenta e oito mil, quinhentos e trinta e três reais e trinta e três centavos) é integralizada neste ato, em moeda corrente no país, pela sócia Denise Bertoli de Morais;

c) a quantia de R$ 68.333,33 (sessenta e oito mil, quinhentos e trinta e três reais e trinta e três centavos) é integralizada neste ato, em moeda corrente no país, pelo sócio Marcus Silva Coelho; e

RÚBRICAS DAS PARTES	RÚBRICAS DAS TESTEMUNHAS

CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 06.370-0
Autenticação Digital
De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé.
Cod. Autenticação: 102531803191447550971-1; Data: 18/03/2019 14:56:27
Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AIG96080-9H6W;
Valor Total do Ato: R$ 4,42
Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br
Valber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

REGISTRO EM RCPJ - BARUERI/SP
MICROFILME N.º 232116

8º REG. CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
MICROFILME N.º 37407

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 328
Mov. 57

d) a quantia de R$ 68.333,34 (sessenta e oito mil, quinhentos e trinta e três reais e trinta e quatro centavos) é integralizada neste ato, em moeda corrente no país, pelo sócio Alexandre Arienzo.

CLÁUSULA SEGUNDA: Por força desta alteração contratual, o Capital Social da sociedade passa a ser de R$ 2.013.000,00 (dois milhões e treze mil reais), dividido em 2.013.000 (dois milhões e treze mil) quotas no valor de R$ 1,00 (um real) cada quota, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente no país; e distribuído entre os sócios nas seguintes condições:

SÓCIOS QUOTISTAS	QUOTAS	VALOR TOTAL (R$)	PARTICIPAÇÃO (%)
DENISE BERTOLI DE MORAIS	671.000	671.000,00	33,333%
MARCUS SILVA COELHO	671.000	671.000,00	33,333%
ALEXANDRE ARIENZO	671.000	671.000,00	33,333%
TOTAL	2.013.000	2.013.000,00	100,000%

Parágrafo Único: De acordo com o artigo 1.052 da Lei Nº 10.406, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

CLÁUSULA TERCEIRA: Permanecem em vigor todas as cláusulas e condições do Contrato Social e suas posteriores alterações, não modificadas ou revogadas por este instrumento.

Em virtude das alterações promovidas por este instrumento, os sócios resolvem consolidar o Contrato Social da sociedade como segue:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

DENOMINAÇÃO SOCIAL: A sociedade gira sob a denominação de **BIQ BENEFÍCIOS LTDA.**

SEDE SOCIAL: A sociedade tem sede na Avenida Vergueiro Nº 3185 Conjunto 123 no bairro de Vila Mariana - CEP: 04101/300, nesta capital do estado de São Paulo; podendo ser transferida para outro endereço, bem como abrir ou encerrar filiais, sucursais, agências e escritórios em qualquer ponto do país.

OBJETIVO SOCIAL: O objetivo social consiste na exploração do ramo de:

a) prestação de serviços, principalmente à empresas, de emissão e fornecimento de cartão eletrônico para benefícios aos trabalhadores tais como: cartão de cesta básica, de cesta de natal, de alimentação e refeição, de combustível, de transporte e demais situações cabíveis, cuja utilização se fará por meios eletrônicos junto a estabelecimentos devidamente credenciados; prestação de serviços de intermediação, agenciamento, assessoramento e controle das operações realizadas entre os contratantes dos serviços, os trabalhadores beneficiários dos serviços e os estabelecimentos credenciados.

) prestação de serviços de intermediação e agenciamento entre empresas na compra e venda de produtos e serviços de benefícios ao trabalhador.

IPO JURÍDICO: Em conformidade com a Lei 10.406, a empresa tem por tipo jurídico o de ociedade simples limitada.

RAZO DE DURAÇÃO: O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado, podendo, odavia, ser extinta com a proposta ou decisão dos sócios que representarem a maioria do apital Social.

RÚBRICAS DAS PARTES	RÚBRICAS DAS TESTEMUNHAS

CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 06.370-0
Autenticação Digital
De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé.
Cód. Autenticação: 102531803191447550971-2; Data: 18/03/2019 14:56:27
Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AIG96079-F6CS;
Valor Total do Ato: R$ 4,42
Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br
Val. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

REGISTRO EM RCPJ - BARUERI/SP
MICROFILME N.º 232116

8º REG. CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
MICROFILME N.º 37407

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 329
Mov. 57

CAPITAL SOCIAL: O Capital Social da sociedade é de R$ 2.013.000,00 (dois milhões e treze mil reais), dividido em 2.013.000 (dois milhões e treze mil) quotas no valor de R$ 1,00 (um real) cada quota, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente no país; e distribuído entre os sócios nas seguintes condições:

SÓCIOS QUOTISTAS	QUOTAS	VALOR TOTAL (R$)	PARTICIPAÇÃO (%)
DENISE BERTOLI DE MORAIS	671.000	671.000,00	33,333%
MARCUS SILVA COELHO	671.000	671.000,00	33,333%
ALEXANDRE ARIENZO	671.000	671.000,00	33,333%
TOTAL	2.013.000	2.013.000,00	100,000%

Parágrafo Único: De acordo com o artigo 1.052 da Lei Nº 10.406, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

FILIAL: O sociedade também opera atividades pelo estabelecimento filial sito na Estrada Tenente Marques Nº 4935 - 2º Andar, no bairro de Chácara do Solar - CEP: 06530/001, no município de Santana de Parnaíba, estado de São Paulo.
Parágrafo Primeiro: O estabelecimento filial opera atividades por prazo indeterminado, podendo, todavia, ser extinto com a proposta ou decisão dos sócios.
Parágrafo Segundo: O estabelecimento filial não recebe destaque de Capital Social.

DA ADMINISTRAÇÃO: A administração da sociedade, bem como a sua representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial, será exercida pelos sócios *EM CONJUNTO*; os quais, no uso de suas funções, usarão o título de *SÓCIO-ADMINISTRADOR*, sendo-lhes conferidos os mais amplos, gerais e ilimitados poderes para praticar todos os atos, judiciais e extrajudiciais, necessários ao bom andamento da sociedade, podendo para tanto assinar quaisquer documentos da mesma; poderão outorgar procurações à pessoas idôneas para assinar pela empresa, no limite de suas atribuições e poderes, especificando nos instrumentos os atos e operações que poderão praticar; sendo, entretanto, proibidos de fazerem uso da denominação social em negócios estranhos aos objetivos da sociedade, tais como: hipotecas, abonos, fianças, avais, endossos de favor ou quaisquer outros atos que não digam respeito aos fins sociais. Excepcionalmente nos atos e procedimentos de obtenção, renovação e validação de certificado digital (e-CNPJ), poderão os sócios atuar *ISOLADAMENTE* e *INDISTINTAMENTE* perante qualquer instituição ou empresa certificadora.

Parágrafo Único: Os sócios, em conformidade com a Lei Nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, em vigor desde o dia 11 de janeiro de 2003; respeitando as formas e situações descritas no caput da cláusula, realizarão as operações comerciais condizentes com o objetivo social e interesses da sociedade, as quais serão aprovadas ou não por meio de voto aberto prevalecendo o resultado de maioria apurada pelas quotas de participação destes no Capital Social da sociedade, devendo a parte vencida respeitar e acatar o definido em pleito particular.

EXERCÍCIO SOCIAL: O exercício social coincidirá com o civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano, quando se levantará o Balanço Patrimonial e demais demonstrações previstas em lei.
Parágrafo Único: Nos quatro meses seguintes ao término de cada exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas da sociedade e designarão administradores, quando for o caso.

LUCROS OU PREJUÍZOS: Os lucros ou prejuízos apurados nos balanços anuais serão partilhados ou suportados pelos sócios, na proporção de suas participações no Capital Social da empresa.

RETIRADAS DE PRÓ LABORE: Os sócios terão direito a uma remuneração mensal a título de pró-Labore, cujos valores serão fixado de comum acordo entre os mesmos, sempre respeitando os limites estabelecidos pela Legislação do Imposto de Renda.

RÚBRICAS DAS PARTES	RÚBRICAS DAS TESTEMUNHAS

CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 06.370-0
Autenticação Digital
De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 inc. XII da Lei Estadual 8.971/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé.
Cod. Autenticação: 102531803191447550971-3; Data: 18/03/2019 14:56:27
Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AIG96078-25TD;
Valor Total do Ato: R$ 4,42
Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br
Valber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

REGISTRO EM RCPJ - BARUERI/SP
MICROFILME N.º 232116

8º REG. CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
MICROFILME N.º 37407

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 330
Mov. 57

RETIRADA DE SÓCIO: O sócio que desejar retirar-se da sociedade deverá comunicar a esta por carta protocolada, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, dependendo de consentimento expresso dos outros sócios, os quais terão preferência na aquisição das quotas do sócio que desejar retirar-se.

CESSÃO DE QUOTAS: Os sócios não poderão transferir, ceder, doar ou vender a totalidade ou parte de suas quotas à pessoas estranhas à sociedade, sem a anuência por escrito dos demais sócios, que em igualdade de condições terão preferência na sua aquisição.

FALECIMENTO DE SÓCIOS: Em caso de falecimento de qualquer dos sócios, os sócios remanescentes poderão optar em dissolver ou continuar as atividades da empresa, tendo preferência absoluta na aquisição das quotas sociais do sócio falecido. Entretanto, os sócios remanescentes poderão optar em admitir um ou mais herdeiros em substituição ao sócio falecido. Sendo exercida a opção de adquirirem as quotas do sócio falecido, os herdeiros receberão os seus haveres, conforme constar do balanço especial apurado para esse fim.

DISPOSIÇÕES GERAIS I: Os sócios declaram expressamente, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por estarem sob o efeito dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

DISPOSIÇÕES GERAIS II: Os casos omissos neste instrumento serão regulados pela Lei Nº 10.406 e demais disposições aplicáveis.

DISPOSIÇÕES GERAIS III: Este instrumento, devidamente registrado no 8º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da capital do estado de São Paulo, substitui, para todos os efeitos e finalidades, os anteriormente à ele registrados.

FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Distrito da Sé, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento particular de Alteração e Consolidação do Contrato Social em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

São Paulo, 15 de Agosto de 2016.

Alexandre Arienzo

Denise Bertoli de Morais

Marcus Silva Coelho

TESTEMUNHAS:

Eduardo Serra Pereira
RG: 24.105.111-3 SSP/SP

Edison Garcia dos Santos Junior
RG: 19.978.632 SSP/SP

29º Tabelião de Notas

Cartório do 11º Tabelião de Notas de São Paulo
R. Domingos de Moraes, 1062 - Vila Mariana - SP - Cep 0.101(-100 - Fone: (11) 5085-5755
Bel. Paulo Augusto Rodrigues Cruz - Tabelião

Reconheco por SEMELHANCA COM VALOR ECONOMICO a(s) Firma(s) de: DENISE BERTOLI DE MORAIS, ALEXANDRE ARIENZO e MARCUS SILVA COELHO, a qual confere com padrao depositado em cartorio.
São Paulo/SP, 17/08/2016 - 17:07:29
Seq: ZB676055 Em Testemunho da Verdade. Total R$ 24,45
Usuario:GERSON GERSON PIMENTA - ESCREVENTE
"Qualquer emenda ou rasura sera considerado indicio de adulteração ou tentativa de fraude"

1144454 FIRMA VALOR ECONOMICO 1 1097AB0641113
1144454 FIRMA VALOR ECONOMICO 1 1097AB0641114
1144454 FIRMA VALOR ECONOMICO 1 1097AB0641115

CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 06.370-0
Autenticação Digital
Cod. Autenticação: 102531803191447550971-4; Data: 18/03/2019 14:56:27
Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AIG96077-2DUP:
Valor Total do Ato: R$ 4,42
Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br
De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé.
Titular

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

8º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 68.311.893/0001-20
Geraldo José Filiagi Cunha - Oficial

Emol.	R$ 934,60
Estado	R$ 265,63
Ipesp	R$ 136,94
R. Civil	R$ 49,19
T. Justiça	R$ 64,14
M. Público	R$ 44,86
Iss	R$ 19,58
Total	R$ 1.514,94
Selos e taxas Recolhidos p/verba	

Protocolado e prenotado sob o n. **53.497** em **19/08/2016** e registrado, hoje, em microfilme sob o n. **37.407** , em pessoa jurídica.
Averbado à margem do registro n. **9707/16/02/2006**
São Paulo, 01 de setembro de 2016

Geraldo José Filiagi Cunha - Oficial
Diego Anhello Notarnicola - Escrevente Autorizado

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 331
Mov. 57

REGISTRO EM RCPJ - BARUERI/SP
MICROFILME N.º 232116

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
COMARCA DE BARUERI - SP
Al. Araguaia 190 - Alphaville Barueri CEP: 06455-000 Tel.: (0XX11) 4195-8277 CNPJ: 05.641.292/0001-65

Prenotado sob nº 125.663 em 13/09/2016 e registrado em microfilme sob o nº 232.116 em 19/09/2016.
Anotado à margem do registro nº 225850

OFICIAL
Carlos Frederico Coelho Nogueira
SUBSTITUTO DO OFICIAL
José Ricardo M. Braz

ESCREVENTES AUTORIZADOS
Sérgio Ricardo Betti
Robson de Castro

OFICIAL(R$)	ESTADO(R$)	IPESP(R$)	SINOREG(R$)	JUSTIÇA(R$)	MP(R$)	TOTAL(R$)
934,60	265,63	136,94	49,19	64,14	44,86	1.495,36

28º Tabelião de notas da Capital - SP
Fone: (11) 2095-2800 (tronco) - Fax: Direto (11) 2095-2828
Rua Coelho Lisboa, 233 - 03323-040 - São Paulo / SP

Reconheço por semelhança as firmas supra de: (1) EDUARDO SERRA PEREIRA e (1) EDISON GARCIA DOS SANTOS JUNIOR, em documento com valor econômico, dou fé.
SÃO PAULO, 18 de agosto de 2016.
Em testº da verdade. [19688167134030006522716 – 5932]

[Qtd 2 Total R$ 16,30]Selo(s)Selo(s): 1 Ato: 1080AB – 100718 1080AB 10
CAMILA CORREIA BRITO – Escrevente

COLÉGIO NOTARIAL DO BRASIL 112367 FIRMA VALOR ECONÔMICO 1 1080AB0100718
COLÉGIO NOTARIAL DO BRASIL 112367 FIRMA VALOR ECONÔMICO 1 1080AB0100719

CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 06.370-0
Av. Presidente Epitácio Pessoa, 1145 - Barro Branco - CEP 02675-000 - São Paulo - SP - Tel.: (11) 2284-4444

Autenticação Digital

De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 62 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé.

Cod. Autenticação: 102531803191447550971-5; Data: 18/03/2019 14:56:27

Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AIG96076-F2CZ.
Valor Total do Ato: R$ 4,42

Valber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular

Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 332
Mov. 57

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
http://www.azevedobastos.not.br
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br

DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada *Código de Autenticação Digital*[1] ou na referida sequência, foi autenticados de acordo com as Legislações e normas vigentes[3].

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: ***Selo Digital: ABC12345-X1X2***) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa **BIQ BENEFICIOS LTDA** tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa **BIQ BENEFICIOS LTDA** a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **26/03/2019 09:46:02 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **BIQ BENEFICIOS LTDA** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site https://autdigital.azevedobastos.not.br e informe o *Código de Consulta desta Declaração*.

Código de Consulta desta Declaração: 1200547

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até **22/03/2020 16:43:47 (hora local)**.

[1]Código de Autenticação Digital: 102531803191447550971-1 a 102531803191447550971-5
[2]Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ N° 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b5ec4a01c2c2ef3e400362cf8e5c7a6b32e57c45056bf6242f18ef067aa5d43ab2737a91408afcc2526e34810589
2dd3aa984d047d7ae4d044f115740341d1056

Certisign - Autoridade Certificadora
Credenciada pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informática (ITI)
Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória N.º 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.
ICP Brasil

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

5. Outros Documentos (PROCURAÇÃO MAZZUCATO 2018)

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 333
Mov. 57

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 334
Mov. 57

PROCURAÇÃO

Por este instrumento particular de Procuração, **BIQ BENEFICIOS LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **07.878.237/0001-19,** localizada na Rua Vergueiro nº 3.185, Conjunto 123 – Vila Mariana, São Paulo/SP, CEP: 04101-300, representada neste ato por sua sócia **DENISE BERTOLI DE MORAIS,** brasileira, casada, bibliotecária, portadora da Cédula de Identidade RG nº **10.134.139-8,** inscrita no CPF/MF sob o nº **012.771.058-20,** residente e domiciliada na Av. Neide Carvalho Arruda, nº 10, Parque São Domingues, São Paulo/SP, CEP: 05119-005, pelo Sr. **MARCUS SILVA COELHO,** brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº **5.610.409** SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº **955.661.558-04,** residente e domiciliado na Rua Loureiro Batista, nº 256, Vila Mariana, São Paulo/SP, CEP: 04019-120, e pelo Sr. **ALEXANDRE ARIENZO,** brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº **12.973.365** SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº **142.549.688-17,** residente e domiciliado na Av. Lacerda Franco, nº 527, apartamento 241-R – Cambuci, São Paulo/SP, CEP: 01536-001, nomeiam e constituem seus bastantes procuradores, a Sra. **CRISTIANE MAZZUCATO FLOR,** brasileira, casada, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº **17.677.953-X** e inscrita no CPF/MF nº **272.973.778-21,** o Sr. **CARLOS HENRIQUE DE MEDEIROS,** brasileiro, solteiro, representante, portador da portador da Cédula de Identidade RG nº **44.869.279-X** e inscrita no CPF/MF nº **424.969.878-54,** o Sr. **DANILO CRISPIM LOPES BOLOGNESI,** brasileiro, solteiro, representante, portador da Cédula de Identidade RG nº **48.299.185-9** e inscrita no CPF/MF nº **430.665.718-31,** o Sr. **MARCIONILIO FLOR PEREIRA,** brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº **14.516.234-5** e inscrito no CPF/MF nº **045.601.908-30,** a Sra. **JOANA ROSA ANGELO,** brasileira, divorciada, representante, portadora da Cédula de Identidade RG nº **37.931.767-9** e inscrita no CPF/MF nº **456.912.558-19,** a Sra. **NATALIA ARRUDA DE OLIVEIRA,** brasileira, solteira, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº **47.747.009-9** e inscrita no CPF/MF nº **376.293.378-25,** e o Sr. **PEDRO HENRIQUE ARAÚJO BARBOSA,** brasileiro, solteiro, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº **36.131.926-5** e inscrito no CPF/MF nº **387.421.718-30,** a quem confere amplos poderes para representar a Outorgante perante entidades, órgãos, e departamentos de administração pública direta e indireta federal, estadual e municipal, de qualquer natureza e especialidade, requerendo e assinando o que se fizer necessário. Atuar como preposto, representante ou credenciado em processos de licitação de qualquer modalidade e tipo, inclusive em Pregão Eletrônico e Presencial, podendo apresentar e desistir de impugnações e recursos, participar de sessões públicas, apresentar propostas, oferecer lances, assinar contratos, assinar índices contábeis, receber intimações e notificações, entregar documentos e correspondências, preencher e assinar formulários e requisições, fazer vistas, bem como, retirar cópias de processos, formular petições, apresentar e assinar declarações, prestar esclarecimentos e informações, atender às fiscalizações e receber autuações, notificações e intimações, apresentar e desistir de impugnações, defesas e recursos administrativos e acompanha-los até o julgamento final e definitivo, bem como assinar contratos, dando tudo por bom, firme e valioso.

São Paulo, 28 de Agosto de 2018.

DENISE BERTOLI DE MORAIS	**MARCUS SILVA COELHO**	**ALEXANDRE ARIENZO**
SÓCIA DIRETORA	**SÓCIO DIRETOR**	**SÓCIO DIRETOR**

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 335
Mov. 57



Cartório do 11º Tabelião de Notas de São Paulo
R. Domingos de Morais, 1062 - Vila Mariana - SP - Cep 04010-100 - Fone: (11) 5085-5755
Bel. Paulo Augusto Rodrigues Cruz - Tabelião

Reconheço por SEMELHANCA COM VALOR ECONOMICO a(s) Firma(s) de: MARCUS SILVA COELHO, ALEXANDRE ARIENZO e DENISE BERTOLI DE MORAIS, a qual confere com padrao depositado em cartorio.
São Paulo/SP, 29/08/2018 - 16:47:27
Em Testemunho da verdade. Total R$ 27,75
Usuario:ANDERSON MILTON YOSHIO SATO - ESCREVENTE
Etiqueta: 355107 Selos: ab 1097AB07951[illegible] 1097AB07951[illegible] 795129

Colégio Notarial do Brasil

1097AB07951 23 FIRMA VALOR ECONÔMICO 1
1097AB07951 24 FIRMA VALOR ECONÔMICO 1
1097AB07951 25 FIRMA VALOR ECONÔMICO 1

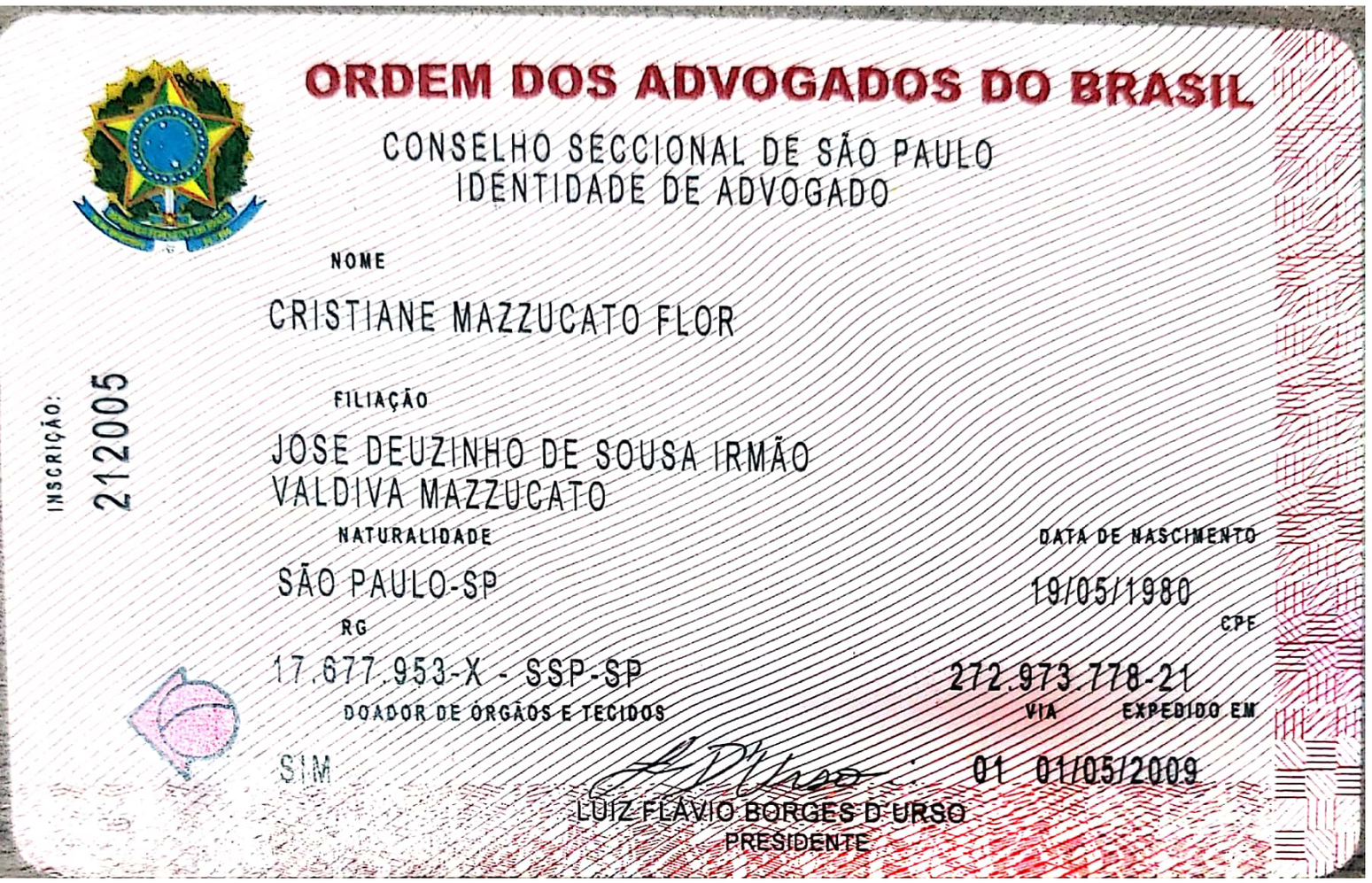
Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

6. Outros Documentos (OAB)

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 336
Mov. 57

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 337
Mov. 57



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DE SÃO PAULO
IDENTIDADE DE ADVOGADO

INSCRIÇÃO: 212005

NOME
CRISTIANE MAZZUCATO FLOR

FILIAÇÃO
JOSE DEUZINHO DE SOUSA IRMÃO
VALDIVA MAZZUCATO

NATURALIDADE
SÃO PAULO-SP

DATA DE NASCIMENTO
19/05/1980

RG
17.677.953-X - SSP-SP

CPF
272.973.778-21

DOADOR DE ÓRGÃOS E TECIDOS
SIM

VIA 01 EXPEDIDO EM 01/05/2009

LUIZ FLAVIO BORGES D'URSO
PRESIDENTE

Scanned by CamScanner

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 338
Mov. 57



Scanned by CamScanner

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

7. Outros Documentos (PE 01_2019 PALCOPARANA - EDITAL)

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 339
Mov. 57

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO
Fls. 340
Mov. 57
INTEGRADO DO ESTADO

EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO

FORNECIMENTO DE VALE-ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO ATRAVÉS DE CARTÃO COM CHIP ELETRÔNICO DE SEGURANÇA

O SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos de interesse coletivo, inscrita no CNPJ nº 25.298.788/0001-95, com sede e foro na Capital do Estado do Paraná, situado na Rua XV de Novembro, 971, Centro, Curitiba/PR, a seguir denominado PALCOPARANÁ, por intermédio do Pregoeiro, torna público que realizará Licitação na modalidade "PREGÃO ELETRÔNICO" - Nº 01/2019 – "MENOR PREÇO" (MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO EM PORCENTAGEM)", do tipo menor preço, regida pela Constituição Estadual do Paraná, art. 27, XXI, Lei Federal nº 10.520/02, Lei Complementar Federal 123/06, Lei Estadual n° 15.608/07, Decreto Estadual nº 6.252/06, pelo Decreto Federal nº 5.450/05 e, pela Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações e legislação complementar, assim como aquelas estabelecidas por este Edital e as especificações e condições do Termo de Referência constante do Anexo I, em conformidade com a autorização contida nos autos do Processo nº 15.417.176-2.

1. OBJETO

1.1.- A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento, emissão, distribuição, administração do benefício, fornecimento de documentos de legitimação, na forma de cartão Alimentação/Refeição eletrônico, magnético, ou de similar tecnologia, em PVC, com chip de segurança, com recargas mensais, sistema de controle de saldo e senha pessoal e intransferível, para validação das transações pelo usuário, na rede de estabelecimentos comerciais credenciados (que a empresa licitante mantenha convênio), no ato da aquisição dos gêneros alimentícios ou das refeições, para serem utilizados pelos empregados efetivos e comissionados do PALCOPARANÁ, em conformidade com as especificações técnicas e serviços descritos no Anexo I - Termo de Referência.

1.2.- O benefício será disponibilizado na modalidade alimentação ou refeição, conforme escolha feita pelo usuário, empregado do PALCOPARANÁ.

2. DATA, HORÁRIO E INFORMAÇÕES

2.1.- Data limite para acolhimento das propostas eletrônicas: **30/07/2019** às 14h00min.

2.2.- Abertura da sessão de disputa de preços: **30/07/2019** às 14h30min.

2.3.- Número licitacoes-e – ID: **772945**

2.4.- Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília – DF.

2.5.- O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da Internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases, garantidas pelo sistema licitacoes-e do Banco do Brasil S/A.

2.6.- Os trabalhos serão conduzidos por Pregoeiro, servidor do Centro Cultural Teatro Guaíra, por força do Termo de Cooperação assinado entre o PALCOPARANÁ e esta Autarquia, mediante inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO
Fls. 341
Mov. 57
INTEGRADO DO ESTADO

aplicativo licitacoes-e constante da página eletrônica do Banco do Brasil S/A - www.licitacoes-e.com.br.

2.7.- Ocorrendo a decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes neste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil, ou de expediente normal, subsequente ao ora fixado.

2.8.- Na contagem de todos os prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

2.9.- Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente do PALCOPARANÁ.

2.10.- O Edital e seus anexos podem ser obtidos através da internet no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br ou pelo site da Instituição, www.palcoparana.org.

2.11.- Os esclarecimentos de dúvidas quanto ao Edital e seus anexos poderão ser solicitados por qualquer interessado até 02 (dois) dias úteis antes da data limite para o acolhimento das propostas, referida no item 2.1.- do Edital, exclusivamente através do e-mail administrativo@palcoparana.org e, obrigatoriamente, informar o e-mail do interessado ao qual serão enviados os esclarecimentos solicitados.

3. PARTICIPAÇÃO

3.1.- Poderão participar deste PREGÃO empresas legalmente estabelecidas no País, devidamente credenciadas junto ao provedor do sistema licitacoes-e, do ramo pertinente ao objeto desta Licitação e que atendam às exigências deste Edital.

3.2.- Não poderão participar do presente PREGÃO:

I - Consórcio de empresas ou cooperativas, sob forma alguma.

II - Empresa:

a) Declarada inidônea por órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal.

b) Suspensa de licitar ou contratar com a Administração Pública.

c) Que se encontre em falência, concurso de credores, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação.

d) Inadimplente com o PALCOPARANÁ ou cujo(s) diretor (es) tenha (m) participado de outra empresa que também se tornou inadimplente junto ao PALCOPARANÁ.

e) Que componha Grupo Econômico no qual pelo menos uma das empresas integrantes venha a participar da presente Licitação.

f) Que direta ou indiretamente, mantenham sociedade ou participação com servidor ou dirigente ligado a qualquer um dos órgãos envolvidos no processo em análise.

g) Que estejam em situação irregular perante a Fazenda Pública, em qualquer esfera da Administração, e também perante o INSS e o FGTS.

3.3.- Caso seja constatada qualquer situação irregular relativa à participação, a empresa licitante será desqualificada, ficando esta e seus representantes incursos nas sanções previstas no art. 90 da Lei n.º 8.666/93.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 342
Mov. 57

3.4.- A participação na presente Licitação implica para a empresa licitante a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes neste Edital e em seus Anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

4. CREDENCIAMENTO

4.1.- Somente poderão participar deste Pregão Eletrônico as licitantes devidamente credenciadas junto ao Banco do Brasil, o qual é provedor do sistema licitacoes-e, cujas informações poderão ser obtidas na página eletrônica www.licitacoes-e.com.br ou em qualquer agência do Banco do Brasil S/A sediada no País.

4.2.- As licitantes e seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor do sistema eletrônico, no prazo mínimo de 03 (três) dias úteis antes da realização do pregão.

4.3.- O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível para acesso ao sistema eletrônico.

4.4.- O uso da senha é de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao PALCOPARANÁ a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido de senha, ainda que por terceiros.

4.5.- A perda da senha ou a quebra do seu sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

4.6.- O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da licitante ou de seu representante e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.7.- Para dispor das prerrogativas estabelecidas pela Lei Complementar 123/06, as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão informar sua condição no credenciamento junto ao provedor do sistema, além de apresentar, como documento de habilitação, o Modelo do Anexo VI.

4.8.- O credenciamento no sistema licitacoes-e não dispensa a entrega dos documentos discriminados no Anexo III – Relação dos Documentos de Habilitação.

5. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

5.1.- Até 02 (dois) dias úteis antes da data limite para o acolhimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório deste pregão.

5.2.- Os pedidos de esclarecimentos ou providências deverão ser encaminhados ao e-mail administrativo@palcoparana.org.

5.3.- Serão juntadas ao processo de licitação as cópias das mensagens enviadas aos licitantes.

5.4.- O memorial da impugnação deverá ser protocolado diretamente na sede do PALCOPARANÁ, ou enviado via correios, no endereço indicado no item 9.2.-.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 343
Mov. 57

5.5.- A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório.

5.6.- Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, decidir sobre a impugnação apresentada.

5.7.- Acolhida a petição contra o ato convocatório, havendo modificação que importe em alteração substancial da elaboração das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

6. REMESSA ELETRÔNICA DAS PROPOSTAS

6.1.- As licitantes credenciadas deverão encaminhar as propostas exclusivamente através do sistema licitacoes-e, até a data e horário limite informados no item 2.1.- do Edital, podendo substituir ou excluí-las até a data e hora definidas para a abertura da sessão pública, quando, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

6.2.- A proposta deverá conter o objeto e o preço, conforme Anexo II deste Edital, bem como, estar em conformidade com as exigências contidas neste edital e seus anexos.

6.3.- O registro de recebimento da proposta deverá ser impresso e anexado ao processo licitatório como comprovante de entrega.

6.4.- O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de abertura da sessão de disputa de preços.

6.5.- A licitante poderá utilizar o campo “Observações adicionais” da tela ENTREGA DA PROPOSTA/DECLARAÇÕES do sistema licitacoes-e para prestar informações adicionais sobre a proposta.

6.6.- No envio da proposta, a licitante deverá declarar que cumpre plenamente todos os requisitos de habilitação além de manifestar pleno conhecimento e aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital.

6.7.- A proposta deverá compreender todos os custos, tributos, encargos que possam incidir no fornecimento ou execução do objeto, os quais são de responsabilidade exclusiva da licitante.

6.8.- Serão desclassificadas as propostas que:

a) Não atenderem às exigências do Edital e seus anexos, ou que contiverem defeitos capazes de dificultar o julgamento.

b) Apresentarem preços simbólicos ou irrisórios, ou ainda, manifestamente inexequíveis. Serão considerados inexequíveis aqueles preços cuja viabilidade não seja demonstrada pela licitante.

c) Apresentarem taxa superior à máxima admissível, definida no item 9.1.- do presente edital.

7. DA APLICABILIDADE DA LEI COMPLEMENTAR N° 123/2006

7.1.- Deverão ser observadas as disposições da Lei Complementar n° 123/2006 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

7.2.- Em relação à disputa do lote, será considerado empate quando as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5%

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 344
Mov. 57

(cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.2.1.- Neste caso, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada arrematante do lote, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

7.2.2.- A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

7.2.3.- Não ocorrendo a arrematação do lote pela microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma dos itens anteriores, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação de empate prevista do subitem 7.2.-, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.2.4.- No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem na situação de empate prevista do subitem 7.2.- será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.2.5.- Não existindo a situação de empate prevista do subitem 7.2.-, a licitante originalmente classificada em primeiro lugar será declarada arrematante do lote.

7.2.6.- O disposto no subitem 7.2.- somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

8. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

8.1.- Após o término do período de acolhimento de propostas, o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital.

8.2.- Todas as propostas classificadas serão consideradas para o oferecimento dos lances na fase de disputa.

8.3.- A partir da data e horário previsto no item 2.2.- do Edital, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4.- Iniciada a etapa competitiva, será considerado como primeiro lance, a proposta inicial de menor preço.

8.5.- As licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

8.6.- As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras da sua aceitação.

8.7.- A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.

8.8.- Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema eletrônico.

8.9.- Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 345
Mov. 57

real, do valor do menor lance registrado sem a identificação do detentor do lance.

8.10.- Os lances registrados serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante e não será possível cancelá-los ou invalidá-los.

8.11.- Serão desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista neste Edital.

8.12.- No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.

8.13.- Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do pregoeiro às participantes.

8.14.- A licitante deve acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.15.- A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro, mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual, será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.16.- Encerrada a etapa de lances, caso haja licitante que se enquadre como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que tenha apresentado lance até 5% (cinco por cento) superior ao da licitante de proposta de menor preço, desde que esta também não se enquadre como microempresa ou empresa de pequeno porte, ser-lhe-á dada oportunidade de, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos, ofertar nova proposta que deverá ser inferior à de menor preço.

8.17.- No caso de equivalência entre lances ofertados por ME e EPP que se encontrem no intervalo referido item anterior, o sistema realizará sorteio entre as empresas para identificar a que exercerá o direito de preferência para oferta de novo lance.

8.18.- Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas em ordem crescente de valor, será verificada a aceitabilidade da proposta melhor classificada.

8.19.- O Pregoeiro poderá negociar com a licitante, para que seja obtida redução de preço.

8.20.- Após a negociação com o pregoeiro e a manifestação deste, a licitante autora da melhor proposta deverá enviar, através de e-mail, no prazo de 30 (trinta) minutos, a proposta de preço atualizada, conforme modelo constante no Anexo III.

8.21.- Se a proposta mais bem classificada não for aceita, se a licitante não enviar os documentos de habilitação no prazo previsto no item 10.1.-, ou, ainda, se a licitante não atender às exigências de habilitação ou demais condições do Edital e seus anexos, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta adequada, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

8.22.- Não havendo manifestação motivada de intenção de recurso, conforme previsto no item 11.1.- e constatado o atendimento pleno às exigências Editalícias, será adjudicado o objeto licitado a licitante declarada vencedora.

8.23.- Da sessão pública eletrônica do pregão, será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das informações inseridas no sistema pelo

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 346
Mov. 57

Pregoeiro e pelas licitantes, das propostas apresentadas na ordem de classificação e dos eventuais recursos interpostos.

8.24.- Caso haja necessidade de suspensão da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, ficando intimadas, no mesmo ato, as licitantes participantes.

8.25.- Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste Edital e seus anexos, a proposta será desclassificada.

8.26.- Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital e seus anexos.

9. CRETÉRIO DE JULGAMENTO – TAXA ADMINISTRAÇÃO

9.1.- A Taxa de Administração máxima admissível para esta licitação é de 1,00% (um por cento), em conformidade com pesquisa de mercado realizada pelo PALCOPARANÁ, anexa ao processo.

9.2.- A proposta vencedora será aquela que oferecer a menor Taxa de Administração para o benefício, independentemente da modalidade.

9.3.- A Taxa de Administração deverá ser proposta em percentual, podendo ser positiva, zero ou negativa com duas casas decimais, que será aplicado sobre o valor que será consignado nos cartões, conforme ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO.

9.4.- O valor a ser cadastrado no sistema licitacoes-e, no campo “Valor total do lote”, deverá ser o resultado obtido da aplicação do percentual de Taxa de Administração sobre o valor hipotético de R$ 100,00. Assim, exemplificando:

a) Se a licitante ofertar 1,00% (um por cento) de Taxa de Administração, o valor a lançar no campo “Valor total do lote”, constante da tela ENTREGA DA PROPOSTA/ DECLARAÇÕES do sistema licitacoes-e, será de R$ 101,00 (cento e um reais);

b) Se a licitante ofertar 0,00% (zero) de Taxa de Administração, o valor a lançar no campo “Valor total do lote”, constante da tela ENTREGA DA PROPOSTA/DECLARAÇÕES do sistema licitacoes-e, será de R$ 100,00 (cem reais);

c) Se a licitante ofertar percentual negativo de 1,00% (um por cento) de Taxa de Administração, isto é, percentual de desconto, o valor a lançar no campo “Valor total do lote”, constante da tela ENTREGA DA PROPOSTA/DECLARAÇÕES do sistema licitacoes-e, será de R$ 99,00 (noventa e nove reais).

9.5.- Deverão estar incluídos, no valor de cada encomenda mensal, todos os custos diretos e indiretos para a entrega do objeto da contratação, inclusive as despesas com transportes, materiais, mão de obra, especializada ou não, seguros em geral, equipamentos, ferramentas, custos de emissão dos cartões, sejam eles 1ª via, mudanças de tipo de benefício (vale-alimentação para vale-refeição ou vice-versa), custo de instalação de equipamentos de carga e recarga de créditos, encargos da legislação social, trabalhista e previdenciária, por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de taxas, regulamentos e impostos municipais, estaduais e federais, entre outros que sejam necessários para a execução total e completa do objeto da contratação, sem que caiba à contratada, em qualquer caso, direito regressivo em relação ao PALCOPARANÁ.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 347
Mov. 57

10. HABILITAÇÃO

10.1.- Após o envio da Proposta atualizada e da manifestação do Pregoeiro, a licitante vencedora deverá enviar os documentos discriminados no Anexo III – Relação dos Documentos de Habilitação, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar do encerramento do pregão, sob pena de invalidação do respectivo ato de habilitação e a aplicação das penalidades cabíveis.

10.2.- Os documentos deverão ser encaminhados em suas vias originais ou cópias autenticadas, via correspondência ou entregue pessoalmente no seguinte endereço:

PALCOPARANÁ

A/C Sr. Pregoeiro

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2019 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Rua XV de Novembro, 971, Centro, Curitiba – PR, CEP 80060-000

(Nome da empresa licitante) (Endereço, Telefone e e-mail da empresa licitante)

10.3.- O prazo para envio dos documentos de habilitação poderá ser prorrogado a critério do Pregoeiro.

10.4.- As declarações deverão ser assinadas pelo representante legal da empresa, e poderão ser objeto de diligências do Pregoeiro e equipe de apoio, nos termos do §3º do art. 85 da Lei 15.608/2007.

10.5.- As ME e EPP, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

10.6.- Em se tratando de ME ou EPP, havendo alguma restrição na comprovação fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para o envio da documentação regularizada, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

10.7.- A não apresentação dos documentos, ou a falta de regularização implicará na declaração de inabilitado da licitante e sua desclassificação, assim como a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/02.

9.8.- Os vícios, de ordem formal serão analisados e julgados pelo Pregoeiro, nos estritos termos do art. 85 da Lei 15.608/2007, podendo ser saneados e corrigidos, se não infringirem a nenhuma norma legal ou disposição constante deste edital ou, ainda, se a licitante puder satisfazer as demais exigências editalícias no prazo fixado por este instrumento convocatório.

10.9.- As demais licitantes somente serão chamadas à apresentação de documentos de habilitação, para assinatura do contrato, na ordem de classificação, se a vencedora for declarada inabilitada.

11. RECURSOS

11.1.- Declarada a vencedora, ou se a mesma for declarada fracassada, qualquer licitante, inclusive aquelas que não participaram da disputa por desclassificação de proposta, poderão manifestar intenção de recurso através do sistema licitacoes-e no

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 348
Mov. 57

prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

11.2.- Ao fornecedor que manifestou a intenção de recurso, dentro do prazo definido neste Edital, será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

11.3.- As razões e contrarrazões dos recursos deverão ser protocoladas na sede do PALCOPARANA, indicada no item 10.2.-, nos prazos previstos no Edital.

11.4.- A interposição de recurso devidamente motivado, por qualquer licitante, inclusive aquela que venha a ser desclassificada antes da disputa, ocorrerá somente depois de declarada a vencedora pelo Pregoeiro.

11.5.- A falta de manifestação motivada da intenção de recorrer por parte da licitante implicará decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da Licitação pelo pregoeiro a vencedora.

11.6.- A impugnação ou o recurso interposto em desacordo com as condições deste Edital não será conhecido.

11.7.- O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.8.- Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, atendidos os requisitos do Edital, a autoridade competente homologará a Licitação.

12. CONTRATAÇÃO

12.1.- A contratação decorrente desta Licitação será formalizada mediante assinatura de contrato, conforme minuta constante no Anexo VIII, observado o Termo de Referência, o qual terá prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado mediante aditamento, a critério do PALCOPARANÁ, observados os limites impostos no artigo 103, II da Lei Estadual 15.608/07.

12.2.- A assinatura do instrumento contratual deverá ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da data da homologação da Licitação.

12.3.- O prazo de convocação poderá ser prorrogado, uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo PALCOPARANÁ.

12.4.- É facultado ao PALCOPARANÁ, quando a vencedora não comparecer no prazo estipulado no item 12.2.-, ou não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato, ou ainda, recusar-se a assiná-lo injustificadamente, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observado o disposto no item 14 do Edital.

12.5.- Caso a licitante remanescente, observada a ordem de classificação, não aceite a contratação nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, não serão aplicadas as sanções previstas no item 14 do Edital.

12.6.- Decorrido o prazo das propostas previsto no item 6.4.- sem a convocação para a contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 349
Mov. 57

13. DA FONTE DE RECURSOS

13.1.- As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta do PALCOPARANÁ, cujos recursos financeiros são disponibilizados por força do contrato de gestão assinado com o Estado do Paraná (denominação dada pela Lei n.º 18.381, de 15/12/2014), tendo como intermediário o Centro Cultural Teatro Guaíra.

13.2.- Para atendimento ao pagamento para este contrato, conta-se com a dotação orçamentária disponibilizada através do Orçamento do Projeto Atividade n.º 4448 – Gerenciamento do Contrato de Gestão com PALCOPARANÁ, dotação 05132.5132.13.392.15.4448.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1.- As licitantes estarão sujeitas às penalidades administrativas consignadas na Lei 8.666/93 e na Lei Estadual 15.608/07, não obstante as sanções previstas em contrato.

14.2.- A licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida no certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o PALCOPARANÁ, sendo facultado o registro da ocorrência nos sistemas oficiais de cadastramento de fornecedores.

14.3.- Em caso de atraso na entrega ou na execução do objeto ou na hipótese de não aceitação do mesmo, poderá o PALCOPARANÁ, a seu exclusivo critério, aplicar a licitante vencedora multa de 1% (um por cento) calculada sobre o valor mensal da Ordem de Fornecimento ou do Instrumento Contratual, por dia de atraso ocorrido, até o limite máximo de 30% (trinta por cento). Na hipótese de o atraso persistir por mais de 30 (trinta) dias, poderá o PALCOPARANÁ, a seu critério, considerar cancelada a Ordem de Fornecimento ou Instrumento Contratual, sem prejuízo da multa e de ressarcimento por eventuais perdas e danos verificados.

14.4.- Sem prejuízo das penalidades legalmente previstas, o Pregoeiro poderá desqualificar a licitante ou desclassificar a proposta comercial, podendo o PALCOPARANÁ rescindir o instrumento contratual, sem que isto gere direitos indenizatórios ou de reembolso, caso tome conhecimento de fato ou circunstância que desabone a idoneidade comercial ou afete a capacidade financeira, técnica ou jurídica da licitante.

14.5.- O Pregoeiro poderá reconsiderar a punição aplicada, ou fazer subir o recurso à autoridade competente, devidamente informado, que decidirá pelo seu provimento ou não.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1.- A licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus anexos, pois a simples participação no certame implica aceitação incondicional de seus termos, bem como representa o conhecimento integral do objeto em Licitação, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.

15.2.- No caso de eventual divergência entre o Edital de Licitação e seus anexos, prevalecerão as disposições do primeiro.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO
Fls. 350
Mov. 57
INTEGRADO DO ESTADO

15.3.- O PALCOPARANÁ reserva a si o direito de revogar a presente Licitação por razões de interesse público ou anulá-la, no todo ou em parte, por vício ou ilegalidade, nos termos do artigo 91 da Lei Estadual 15.608/07, bem como prorrogar o prazo para abertura da sessão.

15.4.- É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

15.5.- O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que sejam possíveis a aferição de sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da audiência pública do pregão. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados.

15.6.- Todas as questões omissas concernentes a esta licitação e à execução de seu objeto serão dirimidas pelo Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio.

ANEXOS:

São partes integrantes do presente Edital os seguintes Anexos:

ANEXO I – Termo de referência;

ANEXO II – Modelo da Proposta

ANEXO III – Relação dos Documentos de Habilitação

ANEXO IV - Modelo de Declaração de não utilização de mão de obra de menores e de inexistência de fato impeditivo;

ANEXO V - Modelo de Declaração de cumprimento ao Decreto n.º 6.252/06;

ANEXO VI - Declaração de EPP e ME;

ANEXO VII - Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação;

ANEXO VIII - Modelo de Minuta de Contrato.

=> O funcionário que subscreve este edital e seus anexos atesta que observou integralmente a Minuta.

Funcionário: André Luís Diener
Cargo: Assessor Técnico Especial

Curitiba - PR, 12 de julho de 2019.

Equipe de Apoio

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 351
Mov. 57

EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO
FORNECIMENTO DE VALE-ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO ATRAVÉS DE CARTÃO COM CHIP ELETRÔNICO DE SEGURANÇA

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO

1. OBJETO:

1.1.- A contratação de Prestação serviços de empresa especializada no gerenciamento, emissão, distribuição, administração do benefício, fornecimento de documentos de legitimação, na forma de cartão Alimentação/Refeição eletrônico, magnético, ou de similar tecnologia, em PVC, com chip de segurança, com recargas mensais, sistema de controle de saldo e senha pessoal e intransferível, para validação das transações pelo usuário, na rede de estabelecimentos comerciais credenciados (que a empresa licitante mantenha convênio), no ato da aquisição dos gêneros alimentícios ou das refeições, para serem utilizados pelos empregados efetivos e comissionados do PALCOPARANÁ.

2. JUSTIFICATIVA:

2.1.- A contratação do gerenciamento dos créditos de alimentação / refeição se faz necessário em atendimento a benefício concedido aos colaboradores por força da Convenção Coletiva de Trabalho, firmada pelo SECRASO/SENALBA-PR que representam as categorias profissionais dos empregados da Instituição, bem como, em observância à legislação trabalhista.

3. CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS:

3.1.- O auxílio deverá ser fornecido por meio de cartões magnéticos e/ou eletrônicos, com tecnologia de chip e sistema de controle de saldo.

3.2.- O cartão deverá ser entregue bloqueado. O desbloqueio deverá ser efetuado pelo usuário do cartão através de central de atendimento eletrônico disponibilizado pela contratada, por meio de senha pessoal e intransferível, por questões de segurança.

3.3.- O cartão deverá ter validade mínima de 12 (doze) meses, contados de sua emissão.

3.4.- A validação das transações, realizadas pelo usuário, deverão ocorrer no ato da aquisição/efetivação da compra nos estabelecimentos comerciais credenciados.

3.5.- Os cartões deverão ser entregues personalizados aos usuários, com nome do usuário, razão social, validade, conforme disposto na legislação aplicável, (art. 17 da portaria 03 de 1º de março de 2002 do Ministério do Trabalho e Emprego) dentro de envelope lacrado, individualizado.

3.6.- Os cartões deverão possibilitar a utilização do benefício na aquisição de gêneros alimentícios, em ampla e abrangente rede de estabelecimentos afiliados (Hipermercados, Supermercados, Mercados, Restaurantes, Lanchonetes, Mercearias, Açougues, Frutarias, Peixarias, Padarias, etc), de acordo com o definido na legislação que regulamenta o PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador.

3.7.- A Contratada deverá disponibilizar um manual básico de utilização aos usuários.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO
Fls. 352
Mov. 57
INTEGRADO DO ESTADO

3.8.- A primeira emissão de cartões deverá ocorrer em até 10 (dez) dias contados a partir da data da assinatura do contrato.

3.9.- A inclusão de novos beneficiários poderá ser efetuada a qualquer tempo pelo PALCOPARANÁ, diretamente no site da contratada ou com o arquivo de pedidos mensal, devendo em qualquer caso, as informações serem carregadas para a base de dados da CONTRATADA, de forma automática, ficando a disposição do PALCOPARANÁ consultas e ou alterações.

3.10.- A Contratada deverá disponibilizar os créditos referentes aos cartões por sistema eletrônico diretamente no cartão.

3.11.- A disponibilização dos créditos deve ocorrer de forma eletrônica, nas datas agendadas pelo PALCOPARANÁ, e a entrega dos cartões aos empregados deve ocorrer em até 05 (cinco) dias úteis após a solicitação formalizada.

3.12.- Os custos da emissão, fornecimento e entrega dos cartões, assim como os de manutenção do sistema informatizado e quaisquer outras despesas, deverão estar inclusos na taxa de administração contratada, não implicando quaisquer ônus extras para o PALCOPARANÁ ou para os beneficiários.

3.13.- A CONTRATADA deverá isentar a taxa de emissão do cartão, bem como a de reemissão.

3.14.- A CONTRATADA responsabilizar-se-á por quaisquer danos decorrentes de clonagem ou outro meio que inviabilize a utilização correta dos cartões, devendo repor os créditos existentes quando da informação e constatação do uso indevido, devendo a contratada dispor de meios tecnológicos de segurança tornando a utilização segura ao usuário.

4. DO SISTEMA INFORMATIZADO DE GERENCIAMENTO DOS BENEFÍCIOS:

4.1.- A CONTRATADA deverá disponibilizar via Internet, um sistema acessível que permita as seguintes operações:

4.1.1.- Funcionalidades ao PALCOPARANÁ:

- Inclusão/exclusão/consulta de beneficiários e seus dados (nome, CPF, tipo do benefício, número do cartão, tipo e valor do benefício).
- Alteração de cadastro da empresa.
- Alteração de cadastro do beneficiário, (nome, CPF, tipo do benefício, número do cartão, tipo e valor do benefício).
- Solicitação de cartões.
- Bloqueio de cartões.
- Solicitação de remissão de cartões.
- Envio de arquivo de pedidos de créditos, em formato.doc, .pdf, .xls, informando nome, cpf, valor, tipo de benefício.
- Solicitação de pedidos individualmente, para profissional específico e em determinado valor.
- Exclusão e alteração do benefício.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 353
Mov. 57

- Acompanhamento do status das solicitações.
- Reversão de créditos, sendo disponibilizados ao PALCOPARANÁ efetuar estorno de valores já creditados.
- Consulta e emissão de relação atualizada da rede de estabelecimentos conveniados.

4.1.2.- Funcionalidades a ser disponibilizadas aos usuários/beneficiários do PALCOPARANÁ:

- Alteração de senha.
- Bloqueio de cartão.
- Solicitação de remissão de cartão.
- Emissão de extrato detalhado com a data, valor dos créditos e dos débitos e locais de utilização.
- Consulta e emissão de relação atualizada da rede de estabelecimentos comerciais conveniados.

4.2.- A CONTRATADA deverá permitir a manutenção dos créditos já disponibilizados ao usuário, na hipótese dele deixar de integrar o sistema de cartão ou ter suspensa sua participação por qualquer motivo. A manutenção deverá se dar no período mínimo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da última disponibilização, não podendo haver o bloqueio do cartão.

5. SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CLIENTE:

5.1.- A contratada deverá disponibilizar serviço de atendimento ao cliente (SAC) 24 (vinte e quatro) horas por dia, por meio telefônico, para serviço de bloqueio e desbloqueio de cartões, bem como consulta de saldos. O serviço deverá ser disponibilizado através de discagem direta gratuita.

5.2.- Para atendimento, a identificação do usuário/beneficiário junto ao serviço ao Cliente, será mediante dados do cartão ou CPF do usuário/beneficiário, sem que seja necessário informar dados sobre o PALCOPARANÁ.

6. DOS ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS:

6.1.- Mínimo de 10 (dez) estabelecimentos (supermercados/mercados) e 03 (três) redes de hipermercados em toda a cidade, e, no mínimo 02 (dois) estabelecimentos num raio de 2km de distância da sede do PALCOPARANÁ (Item 2).

6.2.- A rede credenciada deverá ser demonstrada até a data de assinatura do Contrato, cujo descumprimento será motivo para desclassificação.

6.3.- A contratada deverá comprovar, sempre que solicitado pelo PALCOPARANÁ, uma lista com a rede de estabelecimentos credenciados, com respectivos endereços, razão social e telefone.

6.4.- Durante a vigência do contrato, a CONTRATADA deverá disponibilizar e manter, a rede de estabelecimentos credenciados, buscando inclusão de novos estabelecimentos, a fim de ampliar e melhorar o atendimento dos usuários do cartão-alimentação/refeição.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO
Fls. 354
Mov. 57
INTEGRADO DO ESTADO

7. ESTIMATIVA DOS BENEFICIÁRIOS E VALORES DOS BENEFÍCIOS:

Beneficiários	Valor diário do benefício	Estimativa de beneficiários (cartões)	Valor total mensal estimado	Valor total anual estimado
Funcionários	R$ 16,00	72	R$ 25.344,00	R$ 304.128,00

7.1.- Os valores podem variar dependendo do número de beneficiários, (caso ocorra posse de novos servidores ou exonerações) e também alteração do valor do benefício fixado em Convenção Coletiva de Trabalho.

7.2.- Os Funcionários que realizam jornada de 04h/dia receberão 50% (cinquenta por cento) do valor diário do benefício.

8. PROPOSTAS:

8.1.- A taxa de administração devera ser proposta em percentual, com duas casas decimais, que será aplicada sobre o valor consignado nos cartões, conforme Anexo II deste Termo – Modelo De Proposta De Preço.

8.2.- A proposta vencedora será aquela que oferecer a menor Taxa de Administração para o benefício, independentemente da modalidade, observada a taxa máxima admissível, de acordo com o item 9 do presente termo.

8.3.- O valor a ser cadastrado no sistema licitacoes-e, no campo “Valor Total do Lote”, deverá ser aquele obtido com o resultado da aplicação do percentual referente à taxa de administração sobre o valor hipotético de R$ 100,00 (cem reais), conforme item 9.4.- do Edital.

8.4.- Não poderão ser cobradas tarifas para emissão, reemissão, entrega, ou demais taxas, devendo toda e qualquer tipo de despesa estar compreendida no valor proposto a título de taxa de administração.

8.5.- O valor da segunda via deverá estar explicitado na proposta da licitante, sob pena de não ser considerada, caso a licitante seja vencedora da licitação.

8.6.- O valor desta taxa não será julgado como vantagem, uma vez que não integra o preço dos serviços, já que quem pagará pela 2ª via será o empregado que solicitar, em caso de perda, roubo, extravio.

9. TAXA MÁXIMA ADMISSÍVEL:

9.1.- A taxa máxima admissível para esta licitação é de 1% (um por cento), em conformidade com a pesquisa de mercado realizada pelo PALCOPARANÁ, anexa ao processo.

10. HABILITAÇÃO:

10.1.- Apresentação de atestado de capacidade técnica a ser expedido por pessoa jurídica do direito público ou privado, que comprove a prestação de serviços fornecidos compatíveis ao objeto deste termo de referência.

10.2.- Certidão que comprove o devido credenciamento, em vigência, no PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), do Ministério do Trabalho.

10.3.- Apresentação de demais documentos que comprovem a regularidade jurídica,

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 355
Mov. 57

fiscal, trabalhista e econômico-financeira.

11. PAGAMENTO:

11.1.- O valor referente aos benefícios pagos aos empregados do PALCOPARANÁ e a taxa de administração serão quitados em até 05 (cinco) dias após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que esta esteja de acordo com os créditos consignados e a taxa de administração/emissão estabelecida na proposta de preços.

11.2.- O PALCOPARANÁ efetuará o pagamento dos valores mencionados no item 11.1 em parcelas mensais e sucessivas ou conforme solicitação.

11.3.- A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela CONTRATADA, obrigatoriamente com o número do CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e da proposta, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo aqueles de filiais e da matriz.

11.4.- As notas fiscais deverão ser enviadas para o seguinte endereço eletrônico: administrativo@palcoparana.org ou outro endereço a ser informado pela CONTRATANTE à CONTRATADA.

11.5.- O pagamento não isentará a CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações.

11.6.- Em caso de divergência entre o objeto da presente licitação e a Nota Fiscal/Fatura, todas as responsabilidades e possíveis custos gerados com a adequação do documento ficarão a cargo da CONTRATADA, e o prazo para pagamento será interrompido, reiniciando sua contagem a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura correta, caso em que não será devida nenhuma atualização financeira.

11.7.- O valor da contratação será composto de 02 (duas) parcelas, sendo uma, referente à remuneração dos serviços prestados (taxa de emissão e taxa de administração) e outra decorrente dos repasses dos valores, por meio de créditos inseridos nos cartões emitidos aos usuários.

11.8.- O PALCOPARANÁ estará eximido de cumprir os itens relativos às compensações financeiras nos casos em que a CONTRATADA houver concorrido direta ou indiretamente para a ocorrência do atraso.

11.9.- Os tributos, contribuições fiscais e parafiscais, bem como quaisquer outras despesas necessárias à execução dos serviços são de responsabilidade da CONTRATADA, podendo o PALCOPARANÁ exigir, a qualquer tempo, a comprovação de sua regularidade.

11.10.- A presente contratação será para fornecimento, sob demanda, de acordo com a necessidade do PALCOPARANÁ, não sendo esta obrigada a adquirir o valor total estimado. Portanto a empresa CONTRATADA não terá direito adquirido sobre o fornecimento do valor total estimado mensal de crédito.

11.11.- Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção dos tributos na fonte, de acordo com a Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 356
Mov. 57

12. PRAZO DE VIGÊNCIA:

12.1.- O prazo do presente contrato de prestação dos serviços terá a vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado ou modificado através de Termo Aditivo, nos termos do Artigo 103, II da Lei 15.608/07.

12.2.- O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93.

13. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

13.1.- A CONTRATADA deverá prestar os serviços em compatibilidade com o contrato, observada as disposições da proposta, do Edital e do Termo de Referência.

13.2.- Para a execução dos serviços, a empresa CONTRATADA deverá fornecer todos os materiais necessários ao seu atendimento.

13.3.- Atender prontamente a exigências do PALCOPARANÁ, referentes ao objeto da presente contratação.

13.4.- É de responsabilidade da CONTRATADA todos os encargos e despesas necessárias à consecução dos serviços, objeto da presente contratação, bem como obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, ficando a CONTRATANTE isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos, inclusas demais obrigações tributárias e acessórias para dar cumprimento ao Contrato. Também é de responsabilidade da CONTRATADA arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades causadas ao PALCOPARANÁ e/ou a terceiros, provocados por ineficiência, irregularidades, negligência cometidas na execução do Contrato.

13.5.- A CONTRATADA deverá manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão em hipótese alguma qualquer relação de emprego com esta instituição.

13.6.- A CONTRATADA deverá, durante toda a execução do contrato, manter a compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório, sob pena de rescisão por descumprimento contratual.

13.7.- A CONTRATADA deverá comprovar sempre que solicitado, que está cumprindo a legislação em vigor, quanto às obrigações assumidas na licitação, como encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários e fiscais.

13.8.- A CONTRATADA não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência e concordância do PALCOPARANÁ.

13.9.- Não será permitida a subcontratação.

13.10.- Será admissível a continuidade do contrato quando houver fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com outra pessoa jurídica, desde que:

a) Sejam observados pela pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original.

b) Sejam mantidas as cláusulas e condições contratuais.

c) Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência do PALCOPARANÁ.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO
Fls. 357
Mov. 57
INTEGRADO DO ESTADO

d) A alteração subjetiva a que se refere este item deverá ser feita por termo aditivo ao contrato.

13.11.- A CONTRATADA deverá apresentar comprovante de registro no PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador (Lei nº 6.321/1976), e conformidades com as Leis Trabalhistas vigentes.

13.12.- A CONTRATADA deverá realizar a comprovação de capacidade técnica, através de atestado, onde conste o desempenho da licitante, fornecido por empresas, em papel timbrado e identificação do atestante.

13.13.- A CONTRATADA deverá realizar a manutenção de nutricionistas em seu quadro de empregados no Estado do Paraná, caso possua filial ou matriz no Paraná, com a finalidade de fiscalizar as condições dos estabelecimentos credenciados.

13.14.- A CONTRATADA deverá promover a sinalização por adesivos e selos identificadores e outros serviços de apoio e logística que otimizem e facilitem o uso pelos beneficiários da sua rede de estabelecimentos credenciados/conveniados.

13.15.- A CONTRATADA deverá garantir o sigilo das informações pessoais dos usuários sendo vedada a utilização dos dados para qualquer outro fim que não seja o previsto nesta licitação.

13.16.- O reembolso aos estabelecimentos credenciados é de inteira responsabilidade da CONTRATADA, que deverá ser feito pontualmente, durante o período da sua validade, independente da vigência do contrato, ficando claro que o PALCOPARANÁ não responderá por esse reembolso.

13.17.- O PALCOPARANÁ poderá solicitar a comprovação do reembolso à rede credenciada a qualquer momento, a partir do início da contratação. O não atendimento pela CONTRATADA poderá acarretar em penalidades contratuais.

14. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE:

14.1.- O PALCOPARANÁ, por seus representantes, deverá fornecer informações necessárias à perfeita execução do objeto contratado, bem como deverá efetuar os pagamentos nas datas e condições estabelecidas, conforme item 11.1.

15. PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO:

15.1.- A fiscalização na entrega e controle referente à quantidade e qualidade da prestação dos serviços será de competência e responsabilidade do PALCOPARANÁ.

16. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

16.1.- As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta do PALCOPARANÁ, cujos recursos financeiros são disponibilizados por força do contrato de gestão assinado com o Estado do Paraná (denominação dada pela Lei n.º 18.381, de 15/12/2014), tendo como intermediário o Centro Cultural Teatro Guaíra.

16.2.- Para atendimento ao pagamento para este contrato, conta-se com a dotação orçamentária disponibilizada através do Orçamento do Projeto Atividade n.º 4448 – Gerenciamento do Contrato de Gestão com PALCOPARANÁ, dotação 05132.5132.13.392.15.4448.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 358
Mov. 57

17. <u>SANÇÕES ADMINISTRATIVAS</u>:

17.1.- Pela inexecução total ou parcial do Contrato, o **PALCOPARANÁ**, poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA**, as sanções previstas no artigo 147 e seguintes da Lei 15608/07 e/ou artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

18. <u>LOCAL DA ENTREGA DOS CARTÕES</u>:

Rua XV de Novembro, 971, Centro, Curitiba – PR, CEP 80060-000.

Curitiba, 12 de Julho de 2019

Nicole Lemanczyk
Diretora Administrativa Financeira
PALCOPARANA

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 359
Mov. 57

EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO
FORNECIMENTO DE VALE-ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO ATRAVÉS DE CARTÃO COM CHIP ELETRÔNICO DE SEGURANÇA

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO

Curitiba, de de 2019.

Ao Serviço Social Autônomo PALCOPARANÁ,

Rua XV de Novembro, 971, Centro,

Curitiba–PR

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO 01/2019

Prezados Senhores:

Apresentamos, a seguir, nossa proposta de preço, base JULHO 2019, elaborada em conformidade com as especificações contidas no edital em referência:

1. <u>OBJETO, ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS E PREÇO PROPOSTO- LOTE ÚNICO</u>

VALOR GLOBAL(VG) = R$ xxx,xx (xxxx reais e xx centavos)

Sendo VG =

Valor Mensal de Créditos (VMC)	Nº de Funcionários (NF)	Taxa de Administração (TA)	Meses (M)
R$ 352,00	72	X,XX%	12

TOTAL DO CONTRATO = VMC x NF x (1+TA) x 12

Obs.: A taxa de administração poderá ser negativa (desconto), igual a zero, ou positiva, contudo não poderá ser superior a 1%.

2. <u>PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA</u>

O prazo de validade da presente proposta é de 90 (noventa) dias contados da data da disputa.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 360
Mov. 57

3. <u>IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE</u>

Nome ou razão social:

CNPJ/MF nº:

Endereço completo (logradouro, nº, bairro, cidade, Estado):

Fone/Fax Endereço eletrônico:

Nome do representante da empresa indicado para contato:

Cargo:

Fone/Fax E-mail:

A presente proposta foi elaborada com estrita observância às exigências do edital do Pregão Eletrônico em referência e seus anexos, e foram considerados os custos diretos e indiretos inclusive frete, tributos e/ou taxas, impostos e etc.

O prazo de entrega do serviço será de no máximo 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço, pela CONTRATADA, conforme as condições descritas neste Edital.

Local e data

(nome da proponente e

nome/RG/assinatura de seu representante legal ou de seu procurador)

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 361
Mov. 57

EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO
FORNECIMENTO DE VALE-ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO ATRAVÉS DE CARTÃO COM CHIP ELETRÔNICO DE SEGURANÇA

ANEXO III - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO

A licitante arrematante deverá encaminhar ao Serviço Social Autônomo **PALCOPARANÁ** no prazo máximo de 03 (três) dias úteis após o encerramento da disputa, com a finalidade de comprovar a habilitação jurídica, a qualificação técnica, a qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art.7º da Constituição Federal os seguintes documentos:

1. PROPOSTA:

1.1 Planilha de custos com especificação detalhada e preço unitário, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, contendo, no máximo duas casas após a vírgula (anexo II).

2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

2.1 Apresentar um dos documentos a seguir, de acordo com o regime jurídico da proponente:

a) registro comercial, no caso de empresa individual;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores.

2.2 A comprovação do Ato Constitutivo em vigor poderá ser feita mediante apresentação do Contrato Social, ou do Estatuto, acompanhado de todas as alterações posteriores, se houver, ou pelo Contrato Consolidado acompanhado das alterações posteriores, se houver ou, ainda, pela Certidão Simplificada da Junta Comercial.

3. REGULARIDADE FISCAL:

3.1 Apresentar os documentos a seguir, em plena validade na data de abertura da licitação:

a) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

b) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual ou do Distrito Federal, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos com os Tributos e Contribuições Estaduais ou do Distrito Federal do domicílio da licitante;

c) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação Certidão Negativa de Débitos com os Tributos e Contribuições Municipais (exceto Imobiliários) do domicílio da licitante;

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 362
Mov. 57

d) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) expedido pela Caixa Econômica Federal;

e) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral ou prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ/MF da licitante;

f) prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, na forma da Lei Federal nº 12.440/11.

4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

4.1 Certidão Negativa de Falência, ou Certidão Negativa de Insolvência Civil e/ou Execução Patrimonial Concursal, expedida pelo cartório distribuidor do domicílio da proponente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias anteriores da data fixada para abertura do presente Pregão.

4.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação econômico-financeira da empresa que será extraída do balanço patrimonial, mediante cálculo dos seguintes índices:

Índice de liquidez Corrente (ILC) igual ou superior a 1,0 (um) apurado pelo quociente:

$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Índice de liquidez Geral (ILG) igual ou superior a 1,0 (um) apurado pelo quociente:

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a longo prazo}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a longo prazo}}$$

Grau de endividamento (GE) igual ou inferior a 0,80 (zero vírgula oitenta) apurado pelo quociente:

$$GE = \frac{\text{Passivo Circulante + Exigível a longo prazo}}{\text{Ativo Total}}$$

a) O cálculo dos índices deverão ser apresentados pela proponente por meio de declaração assinada por responsável pela empresa e pelo contador.

5. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal

- Declaração firmada pela proponente de que não possui, em seu quadro funcional, menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e nem menor de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 363
Mov. 57

aprendiz, a partir dos catorze anos (modelo do Anexo IV).

- DOCUMENTO COMPLEMENTAR
- Declaração de que se encontra desimpedida de participar da licitação, obrigando-se ainda, a declarar, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo da habilitação (modelo do Anexo IV).
- Declaração de cumprimentos dos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, de acordo com o Decreto nº 6252 de 22 de Março de 2006 (anexo V).
- Declaração de enquadramento no regime de microempresa ou empresa de pequeno porte de acordo com Modelo (Anexo VI) quando cabível.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 364
Mov. 57

EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO
FORNECIMENTO DE VALE-ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO ATRAVÉS DE CARTÃO COM CHIP ELETRÔNICO DE SEGURANÇA

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ARTIGO 27, INCISO V, DA LEI Nº 8.666/93
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO

DECLARAÇÃO

A (empresa) ,inscrita no CNPJ/MF sob o nº , participante do Pregão Eletrônico 01/2019, declara para os devidos fins, sob as penas da Lei, que:

1) não utiliza mão de obra direta ou indireta de menor de 18 (dezoito) anos para realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determinação constitucional e Lei nº 9.854/99;

2) inexistem fatos impeditivos para a habilitação desta empresa na presente licitação e não pesa contra a mesma declaração de inidoneidade expedida por Órgão da Administração Pública, estando ciente da obrigatoriedade de declarar a ocorrência de fatos supervenientes, conforme art. 32, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

Local e data

(nome da proponente e

nome/RG/assinatura de seu representante legal ou de seu procurador)

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 365
Mov. 57

EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO
FORNECIMENTO DE VALE-ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO ATRAVÉS DE CARTÃO COM CHIP ELETRÔNICO DE SEGURANÇA

ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DECRETO ESTADUAL nº 6252/2006
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO

DECLARAÇÃO

*A (empresa)*_ _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº___, participante do Pregão Eletrônico **01/2019**, declara para os devidos fins, sob as penas da Lei, que:

1) Atende e subordina-se aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade sócio-ambiental, previstos no Decreto Estadual nº 6252, 22/03/2006 e nas demais normas legais de proteção ao meio ambiente.

Local e data

(nome da proponente e

nome/RG/assinatura de seu representante legal ou de seu procurador)

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 366
Mov. 57

EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO
FORNECIMENTO DE VALE-ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO ATRAVÉS DE CARTÃO COM CHIP ELETRÔNICO DE SEGURANÇA

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO

DECLARAÇÃO

A (empresa) _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº ___ _____, Inscrição Estadual nº _____, com sede localizada no endereço ___ _____, por intermédio de seu representante legal Sr(a) _____, RG , CPF _____, declara, sob sanções administrativa cabíveis e sob as penas da lei, ser (microempresa ou empresa de pequeno porte) nos termos da legislação em vigor, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no parágrafo 4º do Artigo 3º da Lei Complementar nº123/06.

1) ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER ACOMPANHADA DA CERTIDÃO EXPEDIDA PELA JUNTA COMERCIAL, conforme artigo 8º da Instrução Normativa nº 103 de 30/04/2007 - DNRC - Departamento Nacional de Registro no Comércio.

Local e data

(nome da proponente e

nome/RG/assinatura de seu representante legal ou de seu procurador)

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 367
Mov. 57

EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO
FORNECIMENTO DE VALE-ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO ATRAVÉS DE CARTÃO COM CHIP ELETRÔNICO DE SEGURANÇA

ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO AO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO

PREGÃO ELETRÔNICO: xx/2019
TIPO: MENOR PREÇO
REGIME DE CONTRATAÇÃO: MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

A Empresa_____, devidamente inscrita no CNPJ sob nº. _____, com sua sede à (endereço completo), por seu representante legal o (a) Sr (a) _ , portador (a) do RG nº.___, e do CPF nº._____

em conformidade com o disposto no art. 4º, inciso VII, da Lei nº. 10.520/02 **DECLARA** que está apta a cumprir plenamente todos os requisitos exigidos no Edital que rege o certame acima indicado.

Local e data

(nome da proponente e

nome/RG/assinatura de seu representante legal ou de seu procurador)

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 368
Mov. 57

EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO
FORNECIMENTO DE VALE-ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO ATRAVÉS DE CARTÃO COM CHIP ELETRÔNICO DE SEGURANÇA

ANEXO VIII - MINUTA DO CONTRATO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO

Contrato para fornecimento de Vale-alimentação/Refeição aos Empregados do SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ e a xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx vencedora do Pregão Eletrônico nº 001/2019,

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 25.298.788/0001-95, com sede na Rua XV de Novembro, 971, Centro, Curitiba, Paraná, CEP: 80.060-000, neste ato devidamente representado pela sua Diretora Presidente, em pleno exercício de seu mandato e funções, NICOLE BARÃO RAFFS, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG. n°. 5.425.636-1 SSP/PR e CPF sob n°. 020.621.669-66, residente e domiciliado nesta Capital, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa **xxxxxxxxxxxx,** estabelecida na rua xxxxxxxxxxx, nº xxx, xxxxxx, Curitiba/PR, inscrita no CNPJ sob nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, legalmente representada por xxxxxxxxxxxxxx, brasileiro/a, estado civil, portador da cédula de identidade nº xxxxxxxxx/PR e do CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, residente e domiciliado em Curitiba/PR, daqui por diante denominada simplesmente CONTRATADA firmam o presente Contrato de Prestação de Serviços de Gerenciamento de Créditos em cartão Alimentação/Refeição**,** tudo em conformidade com as especificações previamente estabelecidas no Termo de Referência do processo xx.xxx.xxx-x, em decorrência de Pregão Eletrônico e proposta da Contratada, os quais desde já ficam fazendo parte integrante e inseparável desse instrumento, independentemente de transcrição, o qual obedece ao preceituado pela Lei Federal nº. 8.666, de 21/06/1993 e suas alterações introduzidas posteriormente, bem como pela Lei Estadual 15.608/2007 e demais dispositivos que regem a matéria, mediante as cláusulas e condições abaixo descritas.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO
Fls. 369
Mov. 57
INTEGRADO DO ESTADO

CLÁUSULA PRIMEIRA - Documentos Integrantes Deste Contrato

O fornecimento do Vale-alimentação/refeição obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como as disposições constantes dos documentos adiante enumerados, que compõem o processo de Pregão Eletrônico e que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato:

- Edital de Pregão Eletrônico nº xx/2019 com todos os seus Anexos;
- Proposta e documentos que a acompanham, firmados pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do Objeto

O presente contrato tem por objeto o fornecimento de Vale-alimentação/refeição, através de créditos mensais em cartões magnéticos, para empregados da CONTRATANTE, de acordo com as condições e especificações constantes do Edital do Pregão Eletrônico xx/2019 e conforme proposta comercial da empresa CONTRATADA datada de .... /..... /.....

CLÁUSULA TERCEIRA - Do Preço

A CONTRATANTE se obriga a pagar à CONTRATADA os seguintes valores:

VALOR GLOBAL(VG) = R$ XXX,XX (XXXXX reais e XX centavos)

Sendo VG =

Valor Mensal de Créditos (VMC)	Nº de Funcionários (NF)	Taxa de Administração (TA)	Meses (M)
R$ xxx,xx	xx	X,XX%	12

VG = VMC x NF x (1+TA) x 12

Parágrafo Primeiro: A quantidade prevista nesta Cláusula é uma estimativa, podendo variar de acordo com a quantidade de empregados existentes na CONTRATANTE e o benefício previsto na Convenção Coletiva da Categoria, não cabendo à CONTRATADA quaisquer direitos caso referidos valores não sejam atingidos durante a vigência do Contrato.

Parágrafo Segundo: Na hipótese de alteração do valor mensal dos créditos ou do total de empregados da CONTRATANTE, o percentual da taxa de administração deverá ser mantido.

CLÁUSULA QUARTA - Do Pagamento

Cumpridas as obrigações contratuais dispostas neste instrumento e no edital do Pregão Eletrônico xx/2019, o pagamento será efetuado pela CONTRATANTE em até 05 (cinco) dias após a data do protocolo de entrega da Nota Fiscal, devidamente atestada pela fiscalização competente.

Parágrafo Primeiro: O pagamento será efetivado via sistema eletrônico até a data do vencimento, à ordem do favorecido, no banco, agência e conta designados, ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, não podendo ser

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 370
Mov. 57

imposta qualquer espécie de multa ou juros moratórios por demora de até 03 (três dias) úteis que ultrapassar a data do vencimento, após a data da referida Ordem Bancária, se emitida tempestivamente.

Parágrafo Segundo: Ocorrendo atraso para pagamento superior ao prazo previsto, a CONTRATANTE pagará o principal acrescido da correção oficial vigente à época, aplicada a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional, *pro rata die.*

Parágrafo Terceiro: O CNPJ/MF constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta, sob pena de não ser efetuado o pagamento.

Parágrafo Quarto: Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que tenha sido imposta à CONTRATADA pela CONTRATANTE, em decorrência de penalidade ou inadimplência, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo Quinto: O pagamento somente será realizado mediante apresentação de comprovantes de não existência de débitos com a Previdência, FGTS e certidões negativas de débitos referentes à Fazenda Federal, Estadual e Municipal.

CLÁUSULA QUINTA - Obrigações Da Contratada:

a) Fornecer a quantidade de cartões de acordo com o número atual de empregados sem ônus para a CONTRATANTE até o prazo de 10(dez) dias após assinatura deste instrumento contratual;

b) Creditar até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, os valores devidos de acordo com o solicitado;

c) Fornecer à CONTRATANTE nota fiscal/fatura dos valores provisionados mais taxa de administração;

d) Contar com uma rede de estabelecimentos que estejam integrados ao Sistema oferecido pela CONTRATADA, adaptando-se às necessidades da CONTRATANTE, conforme item 6.1 do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico xx/2019;

e) Assegurar aos usuários do Sistema atendimento satisfatório, através dos estabelecimentos integrantes da rede;

f) Reembolsar os estabelecimentos credenciados, no tocante ao valor do benefício contido nos cartões utilizados, na forma ajustada entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA;

g) Personalizar os cartões magnéticos a serem fornecidos, com fundo de segurança, código, nome da empresa fornecedora e compradora, valor em algarismos e validade;

h) Entregar os cartões de Vale-alimentação / refeição no local previamente ajustado pela parte CONTRATANTE;

i) Manter atualizadas junto à CONTRATANTE as provas de sua adimplência com a Seguridade Social (Certidão Negativa de Débitos – CND), bem como da quitação de impostos e outros gravames que incidam sobre a atividade do contrato, sob pena de suspensão dos pagamentos a que tiver direito;

j) Fornecer suporte técnico para solução de eventuais problemas constatados pela CONTRATANTE;

k) Assegurar aos usuários o crédito mensal eletrônico, bem como, o funcionamento do

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO
Fls. 371
Mov. 57
INTEGRADO DO ESTADO

sistema online, com a possibilidade de contato telefônico por meio de SAC, de forma gratuita e 24h por dia, o qual englobe serviços de comunicação de perda, roubo, extravio ou dano, bloqueio e desbloqueio e solicitação de 2ª (segunda) via de cartão magnético e/ou eletrônico e senha;

l) Substituir, obrigatoriamente, os cartões que apresentarem qualquer tipo de defeito, sem qualquer ônus ou custo adicional;

m) Ter obrigatoriamente em sua rede conveniada estabelecimentos comerciais nas localidades indicadas nos itens 6.1 do Anexo I (Termo de Referência), mantendo, nos referidos estabelecimentos, em locais de fácil visualização, a indicação de adesão por meio de placas, selos identificadores, adesivos ou qualquer outro meio de identificação;

n) Providenciar o credenciamento de outros estabelecimentos, caso ocorra alteração da rede conveniada, de forma a garantir o padrão de qualidade e atendimento, em número suficiente de estabelecimentos, durante todo o Contrato, inclusive quando solicitado, se constatadas irregularidades no estabelecimento conveniado, tais como: má qualidade da alimentação e falta de higiene;

o) Garantir a qualidade de sua rede conveniada, fiscalizando as instalações internas e externas dos estabelecimentos conveniados, condições de higiene, bem como a qualidade da alimentação servida, de acordo com as determinações contidas no PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador) e demais legislações aplicáveis à espécie;

p) Permitir o acúmulo de créditos e disponibilizar os valores remanescentes dos respectivos cartões enquanto durar a vigência do contrato;

q) Disponibilizar a CONTRATANTE, sistema próprio para pedidos de créditos mensais, solicitação de emissão dos cartões, no prazo de 10 (dez) dias corridos da assinatura do Contrato. Este sistema deverá possibilitar também o acompanhamento dos pedidos e consulta via WEB;

r) Manter sigilo quanto às informações dos empregados do PALCOPARANÁ contidas no banco de dados da Contratada;

s) Informar à Administração sobre a ocorrência de fatos que possam interferir, direta ou indiretamente, na entrega a ser efetuada.

Parágrafo Primeiro: As características dos cartões (formato, impressão, e outras), pertencem exclusivamente à CONTRATADA, cabendo-lhe o direito de alterá-las ou substituí-las segundo seus critérios, sem qualquer consulta à CONTRATANTE, desde que, obedeça aos critérios do item “g” da presente cláusula;

Parágrafo Segundo: Não ocorrendo o crédito nos cartões no prazo previsto no item “b” desta cláusula, a CONTRATADA pagará multa de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do montante a ser suprido nos cartões magnéticos.

CLÁUSULA SEXTA - Obrigações Da Contratante:

a) Encaminhar planilha com quantitativo de empregados e informações necessárias para emissão dos cartões;

b) Efetuar o pagamento correspondente aos créditos acrescidos da taxa de administração, no prazo previsto na Cláusula 4ª;

c) Exercer a fiscalização dos produtos e serviços por servidores especialmente designados e documentar as ocorrências havidas;

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 372
Mov. 57

d) Proporcionar à CONTRATADA as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratados;

e) Prestar aos empregados da CONTRATADA todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados;

f) Efetuar os pagamentos devidos;

g) Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo;

h) Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.

CLÁUSULA SÉTIMA - Da Responsabilidade Do Gerenciamento

A CONTRATANTE gerenciará o presente contrato, através do Setor de Administrativo, o qual é responsável pela conferência do recebimento, controle da qualidade e prazos do serviço entregue. Fica indicada primeiramente como gestora do presente contrato a empregada da CONTRATANTE, a Sra. Nicole Lemanczyk.

CLÁUSULA OITAVA - Da Vigência

A vigência do presente instrumento será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do presente instrumento, podendo ser prorrogado, se houver interesse das partes, nos termos do art. 103, II da Lei Estadual 15.608/07.

CLÁUSULA NONA - Das Penalidades

O não cumprimento das obrigações contratuais ensejará a aplicação das seguintes sanções, independentemente de outras previstas em lei:

I – Advertência;

II – Multas por inadimplência contratual: de mora de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso e compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da licitação por inadimplência total ao pactuado e ainda nos casos previstos no art. 152 – incisos I a III da lei 15.608/07.

II – Suspensão temporária do direito de licitar, de contratar com a Administração e, se for o caso, descredenciamento no CLE/SEAP, pelo prazo de até 02 (dois) anos, nos termos do art. 154 e seus incisos da Lei Estadual n.º 15.608/2007 ou enquanto perduram os motivos determinantes da punição.

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, após regular processo administrativo, onde fica garantido o direito a defesa e o exercício do amplo contraditório, conforme previsto nos incisos V e VI a seguir descrito,

V – As penalidades previstas nos incisos I, II, III e IV serão aplicadas mediante processo administrativo, pela autoridade competente responsável pela instauração e homologação do certame, garantindo-se o contraditório e ampla defesa ao interessado.

VI – Todas as penalidades descritas neste contrato somente serão aplicadas após a instauração de regular Processo Administrativo com o exercício da ampla defesa e o cumprimento do princípio constitucional do contraditório.

VII – As penalidades acima previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 373
Mov. 57

isolada ou cumulativamente.

VIII – As multas aplicadas deverão ser recolhidas à conta da CONTRATANTE no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação, podendo o seu valor ser descontado do documento de cobrança, na ocasião de seu pagamento.

IX – As multas, quando não recolhidas ou descontadas no prazo descrito no item anterior deste contrato sofrerão reajuste pelo Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas (IGPM/FGV).

X – Além das multas estabelecidas, a CONTRATANTE poderá recusar os bens, se sua prestação não estiver de acordo com o exigido na descrição do objeto deste contrato e demais documentos que o compõem, e não for corrigida imediatamente.

XI – As sanções poderão ser relevadas nas hipóteses de não cumprimento das obrigações por motivo de caso fortuito e de força maior, devidamente justificadas e comprovadas.

XII – Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Cadastro de Licitantes do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA - Dos Casos De Rescisão

O inadimplemento, por parte da CONTRATADA, das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato nos termos do artigo 128 e seguintes da Lei Estadual 15.608/07, assegurará à CONTRATANTE o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação por escrito, através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento.

Parágrafo Primeiro: Fica a critério do representante da CONTRATANTE declarar rescindido o contrato, nos termos do "*caput*" desta cláusula ou aplicar as multas de que trata a cláusula décima segunda deste contrato.

Parágrafo Segundo: Fica este contrato rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, em qualquer dos seguintes casos**:**

I – Não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos.

II – Cometimento de irregularidade grave no cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos.

III – Atraso injustificado da entrega do bem licitado.

IV – se forem frequentes e fundamentadas as reclamações quanto à qualidade dos serviços;

V – Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE, devidamente deduzidas em processo administrativo regularmente instaurado.

VI – Atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes de serviços prestados, salvo em caso de calamidade pública, grave per turbação da ordem interna ou guerra.

VII – Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 374
Mov. 57

VIII – Decretação de falência, pedido de concordata ou instauração de insolvência civil da CONTRATADA;

IX – fusão ou incorporação à outra empresa sem prévia concordância da CONTRATANTE;

X – se a CONTRATADA revelar incapacidade, desaparelhamento ou inidoneidade durante a prestação dos serviços;

XI – Descumprimento do disposto no inciso V, do art. 73 da Lei nº 15.608/07.

***Parágrafo Terceiro*:** A rescisão deste contrato poderá ser:

I – Determinada por ato unilateral e escrito nos casos enumerados neste contrato.

II – Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração.

III – Judicial, nos termos da legislação processual, vigente à época da rescisão contratual.

Parágrafo Quarto: Nos casos de rescisão administrativa ou amigável que tratam, respectivamente, os itens I e II, do parágrafo anterior, haverá precedência de autorização escrita e fundamentada da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Das Alterações Contratuais

Este contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65 da Lei n.º 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Disposição Especial

Eventuais divergências entre o presente contrato e o Edital de Licitação nº xx/2019, prevalecerá os dispositivos do Edital nº xx/2019.

CLÁUSULA DÉCIMA TERÇA - Dos Casos Omissos

Os casos omissos serão resolvidos pela CONTRATANTE, à luz da legislação, da jurisprudência e da doutrina aplicável à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Do Foro

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, capital do Estado do Paraná, para dirimir quaisquer questões relativas a este contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo com o ajustado e contratado, as partes, através de seus representantes, firmam o presente contrato, em três vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

Curitiba, ... de..... de 2019.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO
Fls. 375
Mov. 57
INTEGRADO DO ESTADO

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ

CONTRATADA:

TESTEMUNHAS:

_____	_____
Nome:	**Nome:**
CPF nº	**CPF nº**

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

8. Termo de Distribuição

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 376
Mov. 57

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 377
Mov. 57

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº2860/2019

Processo Nº: 499779/19

Data e hora da distribuição: 25/07/2019 17:05:41

Assunto: REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993

Entidade: CRISTIANE MAZZUCATO FLOR

Interessado: CRISTIANE MAZZUCATO FLOR

Exercício:

Modalidade de distribuição: sorteio.

Relator: Conselheiro ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO

Impedimentos:

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR N4VH.8EJY.IJMV.M48H.0

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

9. Despacho

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 378
Mov. 57

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 379
Mov. 57

PROCESSO Nº: 499779/19
ENTIDADE: PALCOPARANA
INTERESSADO: **BIQ BENEFICIOS LTDA**
PROCURADORES: CRISTIANE MAZZUCATO FLOR
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993
DESPACHO: 1026/19

I - Trata-se de Representação formulada por **BIQ BENEFICIOS LTDA.,** que noticia supostas irregularidades no Edital de Pregão Eletrônico n.º 01/2019, do **PALCOPARANÁ**[1], que tem como objeto:

> "*A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento, emissão, distribuição, administração do benefício, fornecimento de documentos de legitimação, na forma de cartão Alimentação/Refeição eletrônico, magnético, ou de similar tecnologia, em PVC, com chip de segurança, com recargas mensais, sistema de controle de saldo e senha pessoal e intransferível, para validação das transações pelo usuário, na rede de estabelecimentos comerciais credenciados (que a empresa licitante mantenha convênio), no ato da aquisição dos gêneros alimentícios ou das refeições, para serem utilizados pelos empregados efetivos e comissionados do PALCOPARANÁ, (...)*".
>
> O Representante alega que:

a) O índice de endividamento de 0,80, previsto no item 4.2 do Edital implica em impedimento da participação da maioria das operadoras de crédito;

b) É possível a exigibilidade de outras comprovações de qualificação econômico-financeira;

c) "*(...) pode ocorrer que uma empresa com índice de endividamento de 0,8 e capital social ou patrimônio de R$ 10.000,00 seja contratada, em detrimento de uma empresa com capital social ou patrimônio líquido de milhões de reais, que não comprove o índice de endividamento de 0,8, em total falta de razoabilidade.*";

[1] Pessoa jurídica de direito privado, sob a modalidade de serviço social autônomo, organização sem fins lucrativos, de interesse coletivo, com a finalidade de desenvolver e fomentar atividades dirigidas à produção de espetáculos e concertos e à prestação de serviços relacionados às expressões artísticas e culturais, instituída pela Lei Estadual n.º 18.831/2014.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR V6QJ.MNJY.JY6P.555B.J

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 380
Mov. 57

d) Considerando o teor dos itens 6.1 e 6.2, não há prazo razoável para que a licitante vencedora, que não opere na região, promova o credenciamento da rede exigida.

Por fim, requer, cautelarmente, a suspensão do procedimento licitatório, ante a iminência de sua efetivação.

É o breve relato.

II - Compulsando os autos, observa-se que estão presentes os requisitos de admissibilidade dos artigos 30 e seguintes da Lei Complementar nº 113/2005, bem como dos artigos 275 e 277 do Regimento Interno, merecendo ser **RECEBIDA** a Representação, pois se verificam indícios das inconformidades narradas, tendo sido acostada documentação comprobatória. Salienta-se que a conclusão quanto à efetiva irregularidade será constatada somente após a fase instrutória.

Já quanto ao pleito cautelar, não se confirma o *periculum in mora*, nem o *fumus boni iuris* a embasar o pedido de suspensão do certame.

Cumpre destacar que a Representante formulou pedido de forma superficial, sem tratar dos requisitos do art. 400 do Regimento Interno desta Corte de Contas, limitando-se a requerê-lo nos seguintes termos:

> "*Pelo exposto, requer-se a V. Exa., seja acatada a presente Representação, para ordenar CAUTELARMENTE a suspensão do Pregão que está na iminência de ocorrer, para o fim de determinar:*
>
> *1) Que seja modificado o índice de endividamento para 1,0, e que sejam exigidas outras comprovações de qualificação econômico-financeira a rigor do previsto no artigo 31, § 2º, da Lei 8.666/93.*
>
> *2) Que seja concedido um prazo de 20 dias para apresentação da rede credenciada após a assinatura do contrato, de acordo com decisões outrora dos Tribunais de Contas, por ser absolutamente razoável e ampliativo da competitividade*
>
> *3) – Caso seja de interesse da Administração a continuidade da contratação, que se republique o edital, a rigor do disposto no artigo 21, § 4º, da Lei 8.666/93.*"

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR V6QJ.MNJY.JY6P.555B.J

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO
Fls. 381
Mov. 57
INTEGRADO DO ESTADO

Veja-se que, dos termos acima destacados, é impossível concluir se a Representante busca a suspensão do certame ou a liminar determinação para que a Representada promova as alterações no edital de licitação, sendo que a concomitância de tais pontos é logicamente impossível.

Ainda que se ignore tais aspectos, depreende-se que a proximidade da data da abertura das propostas (30/07/19), por si só, não é elemento suficiente para amparar o receio de que o responsável possa agravar a lesão ou tornar difícil ou impossível a sua reparação, especialmente se considerado que não há notícias de que a Representante tenha impugnado administrativamente Edital em estudo.

III - Diante do exposto, **RECEBO** a presente Representação e **INDEFIRO** o pedido liminar, ante a ausência dos requisitos legais.

IV – Encaminhe-se à **Diretoria de Protocolo,** para que adote as seguintes medidas:

a) Inclusão na autuação como interessados **CARLOS ALBERTO GONCALVES DOS SANTOS;** e **NICOLE LEMANCZYK**, CPF 153.525.894-2;

b) Expedição, por via postal, mediante ofício registrado com aviso de recebimento, nos termos dos artigos 278, II e 380-A, I, ambos do Regimento Interno, das **CITAÇÕES** da **PALCOPARANÁ**, por meio de seu representante legal, bem como de sua Diretora, **NICOLE LEMANCZYK,** e de **CARLOS ALBERTO GONCALVES DOS SANTOS,** Pregoeiro, para que apresentem, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme artigo 35, II, alínea “a”, da Lei Orgânica deste Tribunal, esclarecimentos quanto aos fatos narrados pela Representante, além da juntada de cópia da integralidade do processo licitatório.

Alerto que a procedência da Representação poderá ensejar a aplicação das sanções previstas na Lei Orgânica desta Casa.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR V6QJ.MNJY.JY6P.555B.J

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 382
Mov. 57

V - Transcorrido o prazo para apresentação de defesa, encaminhe-se o presente à **Sétima Inspetoria de Controle Externo** e ao **Ministério Público junto ao Tribunal de Contas**, para suas respectivas manifestações.

VI – Após, voltem-me conclusos.

Curitiba, 26 de julho de 2019.

ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO
Conselheiro Relator

RTR

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR V6QJ.MNJY.JY6P.555B.J

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

10. Ofício de contraditório

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 383
Mov. 57

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 384
Mov. 57

PROCESSO Nº: **499779/19**
ASSUNTO: **Representação da Lei Nº 8.666/1993**
ENTIDADE: **PALCOPARANA**
INTERESSADO: **BIQ BENEFICIOS LTDA, CRISTIANE MAZZUCATO FLOR (OAB/SP 212005), CARLOS ALBERTO GONCALVES DOS SANTOS, NICOLE BARAO RAFFS DE MEDEIROS, NICOLE LEMANCZYK, PALCOPARANA**
RELATOR: **ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO**

Ofício nº 2345/19-OCN-DP Curitiba, 5 de agosto de 2019.

Ref.: *CONCESSÃO DE CONTRADITÓRIO*

Prezada Senhora,

Em cumprimento ao Despacho nº 1026/2019, fica CITADA a PALCOPARANÁ**,** CNPJ nº 25.298.788/0001-95, na pessoa de seu representante legal, para, querendo, no prazo improrrogável de **15 (quinze) dias**, contado da juntada do aviso de recebimento aos autos digitais, apresentar ao Tribunal as razões de contraditório no processo acima citado, em atenção ao disposto no artigo 35, II, "a" da Lei Orgânica (Lei Complementar nº 113, de 15/12/2005).

A não apresentação do contraditório poderá resultar na adoção de medidas previstas na Lei Complementar nº 113, de 15/12/2005, e no Regimento Interno do Tribunal.

Conforme o disposto no § 4º, do art. 380, do Regimento Interno, presumem-se válidas as citações e intimações dirigidas ao endereço declinado nas manifestações das partes e interessados, cumprindo-lhes atualizar o respectivo endereço, sempre que houver modificação temporária ou definitiva.

E ainda conforme o disposto no art. 383, também do Regimento Interno, após a citação da parte e interessados, se houver, as intimações realizar-se-ão da seguinte forma: I – por meio eletrônico à parte ou ao seu procurador, se houver, e desde que regularmente credenciado; II – por publicação, no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, dos despachos e decisões do Relator ou dos órgãos colegiados.

A íntegra do processo eletrônico, com o seu andamento em tempo real, está disponível às partes, interessados e procuradores, desde que credenciados no portal *e-Contas-PR,* acessível no *site* do Tribunal e com o uso do certificado digital[1], no seguinte caminho:

1. Inserir o certificado digital
2. Acesse o site do Tribunal em www.tce.pr.gov.br
3. Clicar na opção ***Portal e-Contas Paraná*** *no menu à esquerda*
4. Clicar no ícone *Acessar processo eletrônico*

[1] *Certificado digital – veja onde adquirir no site* *http://www.iti.gov.br/twiki/bin/view/Certificacao/CertificadoObterUsar*

Tribunal de Contas do Estado do Paraná
Praça Nossa Senhora de Salete s/nº - Centro Cívico
Curitiba – PR
CEP: 80.530-910

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR P0OV.5MJY.Y8ZJ.KR5X.7

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 385
Mov. 57

Não havendo o credenciamento das partes, interessados e procuradores, a cópia do processo, com o seu andamento processual até a fase de expedição deste ofício, está disponível no *site* do Tribunal, pelo prazo de **90 (noventa) dias**, no seguinte caminho:

1. Acesse o site do Tribunal em www.tce.pr.gov.br
2. Clicar na opção ***Portal e-Contas Paraná*** *no menu à esquerda*
3. Selecionar a opção ***Cópia de Autos Digitais***
4. Indicar o número do processo 499779/19
5. Indicar o número do Cadastro CNPJ nº 25.298.788/0001-95
6. Clicar em Exibir cópia

Os números do processo e deste ofício deverão ser indicados na resposta ao Relator, que deverá ser apresentada ao Tribunal, preferencialmente, por peticionamento eletrônico, com o uso do certificado digital.

Informações adicionais poderão ser obtidas junto à Diretoria de Protocolo, e o andamento processual está acessível no *site* do Tribunal www.tce.pr.gov.br, **Consulta Processual**.

Atenciosamente,

PAULO SERGIO MOURA SANTOS

Diretor

TC 51.560-4

Senhora
NICOLE BARÃO RAFFS DE MEDEIROS
PALCOPARANÁ
Rua XV de Novembro, 971
CURITIBA-PR
CEP 80.060-000

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR P0OV.5MJY.Y8ZJ.KR5X.7

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

11. Ofício de contraditório

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 386
Mov. 57

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 387
Mov. 57

PROCESSO Nº: **499779/19**
ASSUNTO: **Representação da Lei Nº 8.666/1993**
ENTIDADE: **PALCOPARANA**
INTERESSADO: **BIQ BENEFICIOS LTDA, CRISTIANE MAZZUCATO FLOR (OAB/SP 212005), CARLOS ALBERTO GONCALVES DOS SANTOS, NICOLE BARAO RAFFS DE MEDEIROS, NICOLE LEMANCZYK, PALCOPARANA**
RELATOR: **ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO**

Ofício nº 2346/19-OCN-DP Curitiba, 5 de agosto de 2019.

Ref.: *CONCESSÃO DE CONTRADITÓRIO*

Prezada Senhora,

Em cumprimento ao Despacho nº 1026/2019, fica CITADA a Sra. **NICOLE BARÃO RAFFS DE MEDEIROS** (CPF n° 020.621.669-66), para, querendo, no prazo improrrogável de **15 (quinze) dias**, contado da juntada do aviso de recebimento aos autos digitais, apresentar ao Tribunal as razões de contraditório no processo acima citado, em atenção ao disposto no artigo 35, II, "a" da Lei Orgânica (Lei Complementar nº 113, de 15/12/2005).

A não apresentação do contraditório poderá resultar na adoção de medidas previstas na Lei Complementar nº 113, de 15/12/2005, e no Regimento Interno do Tribunal.

Conforme o disposto no § 4º, do art. 380, do Regimento Interno, presumem-se válidas as citações e intimações dirigidas ao endereço declinado nas manifestações das partes e interessados, cumprindo-lhes atualizar o respectivo endereço, sempre que houver modificação temporária ou definitiva.

E ainda conforme o disposto no art. 383, também do Regimento Interno, após a citação da parte e interessados, se houver, as intimações realizar-se-ão da seguinte forma: I – por meio eletrônico à parte ou ao seu procurador, se houver, e desde que regularmente credenciado; II – por publicação, no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, dos despachos e decisões do Relator ou dos órgãos colegiados.

A íntegra do processo eletrônico, com o seu andamento em tempo real, está disponível às partes, interessados e procuradores, desde que credenciados no portal *e-Contas-PR,* acessível no *site* do Tribunal e com o uso do certificado digital[1], no seguinte caminho:

1. Inserir o certificado digital
2. Acesse o site do Tribunal em www.tce.pr.gov.br
3. Clicar na opção ***Portal e-Contas Paraná*** *no menu à esquerda*
4. Clicar no ícone *Acessar processo eletrônico*

[1] *Certificado digital – veja onde adquirir no site* *http://www.iti.gov.br/twiki/bin/view/Certificacao/CertificadoObterUsar*

Tribunal de Contas do Estado do Paraná
Praça Nossa Senhora de Salete s/nº - Centro Cívico
Curitiba – PR
CEP: 80.530-910

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR P0OV.5MJY.Y8ZJ.KR5X.R

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 388
Mov. 57

Não havendo o credenciamento das partes, interessados e procuradores, a cópia do processo, com o seu andamento processual até a fase de expedição deste ofício, está disponível no *site* do Tribunal, pelo prazo de **90 (noventa) dias**, no seguinte caminho:

1. Acesse o site do Tribunal em www.tce.pr.gov.br
2. Clicar na opção ***Portal e-Contas Paraná*** *no menu à esquerda*
3. Selecionar a opção ***Cópia de Autos Digitais***
4. Indicar o número do processo 499779/19
5. Indicar o número do Cadastro CPF nº 020.621.669-66
6. Clicar em Exibir cópia

Os números do processo e deste ofício deverão ser indicados na resposta ao Relator, que deverá ser apresentada ao Tribunal, preferencialmente, por peticionamento eletrônico, com o uso do certificado digital.

Informações adicionais poderão ser obtidas junto à Diretoria de Protocolo, e o andamento processual está acessível no *site* do Tribunal www.tce.pr.gov.br, **Consulta Processual**.

Atenciosamente,

PAULO SERGIO MOURA SANTOS

Diretor

TC 51.560-4

Senhora
NICOLE BARÃO RAFFS DE MEDEIRO
PALCOPARANÁ
Rua XV de Novembro, 971
CURITIBA-PR
CEP 80.060-000

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR P0OV.5MJY.Y8ZJ.KR5X.R

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

12. Ofício de contraditório

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 389
Mov. 57

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 390
Mov. 57

PROCESSO Nº: **499779/19**
ASSUNTO: **Representação da Lei Nº 8.666/1993**
ENTIDADE: **PALCOPARANA**
INTERESSADO: **BIQ BENEFICIOS LTDA, CRISTIANE MAZZUCATO FLOR (OAB/SP 212005), CARLOS ALBERTO GONCALVES DOS SANTOS, NICOLE BARAO RAFFS DE MEDEIROS, NICOLE LEMANCZYK, PALCOPARANA**
RELATOR: **ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO**

Ofício nº 2348/19-OCN-DP Curitiba, 5 de agosto de 2019.

Ref.: *CONCESSÃO DE CONTRADITÓRIO*

Prezado Senhor,

Em cumprimento ao Despacho nº 1026/2019, fica CITADO o Sr. **CARLOS ALBERTO GONCALVES DOS SANTOS** (CPF n° 010.133.128-21), para, querendo, no prazo improrrogável de **15 (quinze) dias**, contado da juntada do aviso de recebimento aos autos digitais, apresentar ao Tribunal as razões de contraditório no processo acima citado, em atenção ao disposto no artigo 35, II, "a" da Lei Orgânica (Lei Complementar nº 113, de 15/12/2005).

A não apresentação do contraditório poderá resultar na adoção de medidas previstas na Lei Complementar nº 113, de 15/12/2005, e no Regimento Interno do Tribunal.

Conforme o disposto no § 4º, do art. 380, do Regimento Interno, presumem-se válidas as citações e intimações dirigidas ao endereço declinado nas manifestações das partes e interessados, cumprindo-lhes atualizar o respectivo endereço, sempre que houver modificação temporária ou definitiva.

E ainda conforme o disposto no art. 383, também do Regimento Interno, após a citação da parte e interessados, se houver, as intimações realizar-se-ão da seguinte forma: I – por meio eletrônico à parte ou ao seu procurador, se houver, e desde que regularmente credenciado; II – por publicação, no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, dos despachos e decisões do Relator ou dos órgãos colegiados.

A íntegra do processo eletrônico, com o seu andamento em tempo real, está disponível às partes, interessados e procuradores, desde que credenciados no portal *e-Contas-PR,* acessível no *site* do Tribunal e com o uso do certificado digital[1], no seguinte caminho:

1. Inserir o certificado digital
2. Acesse o site do Tribunal em www.tce.pr.gov.br
3. Clicar na opção ***Portal e-Contas Paraná*** *no menu à esquerda*
4. Clicar no ícone *Acessar processo eletrônico*

[1] *Certificado digital – veja onde adquirir no site* *http://www.iti.gov.br/twiki/bin/view/Certificacao/CertificadoObterUsar*

Tribunal de Contas do Estado do Paraná
Praça Nossa Senhora de Salete s/nº - Centro Cívico
Curitiba – PR
CEP: 80.530-910

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR P0OV.5MJY.Y8ZJ.KR5Y.3

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 391
Mov. 57

Não havendo o credenciamento das partes, interessados e procuradores, a cópia do processo, com o seu andamento processual até a fase de expedição deste ofício, está disponível no *site* do Tribunal, pelo prazo de **90 (noventa) dias**, no seguinte caminho:

1. Acesse o site do Tribunal em www.tce.pr.gov.br
2. Clicar na opção ***Portal e-Contas Paraná*** *no menu à esquerda*
3. Selecionar a opção ***Cópia de Autos Digitais***
4. Indicar o número do processo 499779/19
5. Indicar o número do Cadastro CPF nº 010.133.128-21
6. Clicar em Exibir cópia

Os números do processo e deste ofício deverão ser indicados na resposta ao Relator, que deverá ser apresentada ao Tribunal, preferencialmente, por peticionamento eletrônico, com o uso do certificado digital.

Informações adicionais poderão ser obtidas junto à Diretoria de Protocolo, e o andamento processual está acessível no *site* do Tribunal www.tce.pr.gov.br, **Consulta Processual**.

Atenciosamente,

PAULO SERGIO MOURA SANTOS

Diretor

TC 51.560-4

Senhor
CARLOS ALBERTO GONCALVES DOS SANTOS
Rua dos Ucranianos, 22
SÃO PAULO-SP
CEP 34.260-000

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR P0OV.5MJY.Y8ZJ.KR5Y.3

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

13. Certidão de Publicação DETC

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 392
Mov. 57

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 393
Mov. 57

PROCESSO Nº: 499779/19
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993
ENTIDADE: PALCOPARANA
INTERESSADO: BIQ BENEFICIOS LTDA, CARLOS ALBERTO GONCALVES DOS SANTOS, NICOLE BARAO RAFFS DE MEDEIROS, NICOLE LEMANCZYK, PALCOPARANA

CERTIDÃO AUTOMÁTICA DE PUBLICAÇÃO

Certifica-se que o(a) Despacho nº 1026/2019 – Gabinete Conselheiro Artagão de Mattos Leão, proferido(a) no processo acima citado, foi disponibilizado(a) no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná nº 2114, do dia 05/08/2019, considerando-se como data de publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização no Diário, conforme o disposto nos §§ 3º e 4º, do art. 386, do Regimento Interno.

Curitiba, 06/08/2019

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR I968.G5JY.ZOA7.5XBL

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

14. AR do Ofício OCN - 2345-2019 - DP

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 394
Mov. 57

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO PELO ESTADO
Fls. 396
Mov. 57

AVISO DE RECEBIMENTO

Digital

CDIP CURITIBA
07/08/2019

TCE-PR

AR
99123592B5/2014/SE/PR
TCE-PR
Correios

DESTINATÁRIO:

NICOLE BARAO RAFFS DE MEDEIROS
RUA XV DE NOVEMBRO 971 - PALCOPARANA
CENTRO
80060-000 - CURITIBA - PR

AR076850325ZX

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
Centralizador Regional

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª ____/____/____ ____:____h

2ª ____/____/____ ____:____h

3ª ____/____/____ ____:____h

ATENÇÃO:
Posta restante de 7 (sete) dias corridos.

MOTIVOS DA DEVOLUÇÃO

1	Mudou-se	5	Recusado
2	Endereço Insuficiente	6	Não Procurado
3	Não Existe o Número	7	Ausente
4	Desconhecido	8	Falecido
9	Outros _____		

CARIMBO
UNIDADE DE ENTREGA

CGS - CURITIBA
09 NOV 2019
DRFR

BH

RUBRICA E MATRÍCULA DO ENTREGADOR

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)
499779/19 - 2345/2019

ASSINATURA DO RECEBEDOR
X NOELI LOSER LUDWIG

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA
07/08/19

Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE
X/6835?-4

Marcos Cesar Cruz
Agente de Correios
Matrícula 8.567.203-2

CÓPIA DIGITAL CONFERIDA COM O DOCUMENTO DE ORIGEM

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

15. AR do Ofício OCN - 2346-2019 - DP

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 396
Mov. 57

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

AVISO DE RECEBIMENTO

Digital

CDIP CURITIBA
07/08/2019

TCE-PR

AR
9912359285/2014/SE/PR
TCE-PR
Correios

DESTINATÁRIO:

NICOLE BARAO RAFFS DE MEDEIROS
RUA XV DE NOVEMBRO 971 - PALCOPARANA
CENTRO
80060-000 - CURITIBA - PR

AR076850339ZX

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
Centralizador Regional

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª ____/____/____ ____:____h

2ª ____/____/____ ____:____h

3ª ____/____/____ ____:____h

ATENÇÃO:
Posta restante de 7 (sete) dias corridos.

MOTIVOS DA DEVOLUÇÃO

1	Mudou-se	5	Recusado
2	Endereço Insuficiente	6	Não Procurado
3	Não Existe o Número	7	Ausente
4	Desconhecido	8	Falecido
9	Outros		

CARIMBO
UNIDADE DE ENTREGA

CDD - CURITIBA
09/08/2019
DEPR

BH

RUBRICA E MATRÍCULA DO ENTREGADOR

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)
499779/19 - 2346/2019

ASSINATURA DO RECEBEDOR
X NOÉLI LÖGER LUDWIG

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA
09/08/19

Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE
1/6830?1-4

Noeli Greici Cruzs
Agente de Correios
Matrícula 8.[illegible]/2004

PROTOCOLO INTEGRADO ESTADO
Fls. 4
Mod.
COPIA DIGITAL CONFERIDA COM O DOCUMENTO DE ORIGEM

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

16. Devolução do Ofício - OCN - 2348-19 - DP

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 398
Mov. 57

· Pessoa Física

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 399
Mov. 57

Informações Pessoa Física

IdPessoa: 1723751

* CPF: 010.133.128-21

* Nome: CARLOS ALBERTO GONCALVES DOS SANTOS

* Tratamento: • **Masculino** **Feminino**

* Data de Nascimento: 20/10/1959 (dd/mm/aaaa) Ano do Óbito: (aaaa)

* Logradouro: RUA XV DE NOVEMBRO

* Número: 971

Complemento: TEREO SALA 208

Bairro: CENTRO

* UF: PR * Município: CURITIBA

* CEP: 80060-000

Para os devidos fins, informo que, o endereço foi alterado VIA TELEFONE.

DP, 24 de agosto 2019.

Nely Amaro
Matrícula TC 508608

CÓPIA DIGITAL CONFERIDA COM O DOCUMENTO DE ORIGEM

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 400
Mov. 57

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Carta
9912359285[illegible]4-DR/PR
TCE
Correios

Processo nº: 499779/[illegible] Ofício nº: 2348/19-OCN-DP
Senhor
CARLOS ALBERTO GONCALVES DOS SANTOS
RUA DOS UCRANIANOS, 22
SÃO PAULO-SP
03427-030

AO REMETENTE

AR

Correios REGISTRADO URGENTE registered priority
PESO (kg) weight
Recebedor
X AR MP
Assinatura
Doc.
JU 64048115 1 BR

Desconhecido.
Eliza Onuma

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

CÓPIA DIGITAL CONFERIDA COM O DOCUMENTO DE ORIGEM

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 401
Mov. 57

(ETIQUETA OU CARIMBO AMP)

CDD VILA CARRÃO
13 AGO 2019
SÃO PAULO-DR/SPM

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ei: 24
13.08.19

Sidnoy Alves Dos Santos
Matr.: 8.923.387-5
Carteiro

REMETENTE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Cívico - Curitiba - Paraná - CEP 80530-910

CÓPIA DIGITAL CONFERIDA COM O DOCUMENTO DE ORIGEM

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

AVISO DE RECEBIMENTO

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

DESTINATÁRIO DO OBJETO / *DESTINATAIRE*

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / *NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE*

Processo nº: 499779/19 Ofício nº: 2348/19-OCN-DP
Senhor
CARLOS ALBERTO GONCALVES DOS SANTOS
RUA DOS UCRANIANOS, 22
SÃO PAULO-SP
03427-030

UF

PAÍS / *PAYS*

NATUREZA DO ENVIO / *NATURE DE L'ENVOI*

☐ PRIORITÁRIA / *PRIORITAIRE* ☐ EMS ☐ SEGURADO / *VALEUR DÉCLARÉ*

ASSINATURA DO RECEBEDOR / *SIGNATURE DU RÉCEPTEUR*

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION
__/__/____

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / *NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR*

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / *SIGNATURE DE L'AGENT*

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / *ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS*

75240203-0 FC0463 / 16 114 x 186 mm

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 402
Mod. 57
CÓPIA DIGITAL CONFERIDA COM O DOCUMENTO DE ORIGEM

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Correios Brasil

AVISO DE RECEBIMENTO | **AR**

JU 64048115 1 BR

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 403
Mem. 57

DATA DE POSTAGEM / *DATE DE DÉPÔT*	TENTATIVAS DE ENTREGA / *TENTATIVES DE LIVRAISON*		
07 AGO 2019	09/08/19 14:31 h	__/__/__ : h	__/__/__ : h
UNIDADE DE POSTAGEM / *BUREAU DE DÉPÔT*			
ORIP			

PREENCHER COM CANETA DE PONTA

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO *RETOUR*

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / *NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR*

Tribunal de Justiça do Estado do Paraná
DP - Expedição
Praça Nossa Senhora Salete s/nº
Centro Cívico
80530-910 CURITIBA - PARANÁ

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / *ADRESSE*

CIDADE / *LOCALITÉ* | UF | BRASIL BRÉSIL

CEP

CÓPIA DIGITAL CONFERIDA COM O DOCUMENTO DE ORIGEM

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

17. Recibo de Petição Intermediária - 582331-19, de 29-08-19

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 404
Mov. 57

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 405
Mov. 57

RECIBO DE PETIÇÃO INTERMEDIÁRIA Nº: 582331/19

Recebemos, mediante acesso ao serviço de peticionamento eletrônico eContas Paraná, a petição com os seguintes dados indicados pelo credenciado:

PROCESSO: **499779/19**
ASSUNTO: **REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993**

Tipo de petição: **PETIÇÃO DE OUTRA NATUREZA**

DOCUMENTOS ANEXOS

- Petição (Defesa Vale Assinada)
- Outros Documentos (DO Nomeação Diretoria Palcoparana 2019 c)
- Outros Documentos (Estatuto PalcoParana - Decreto 11907 de)
- Outros Documentos (Edital Cohapar)
- Outros Documentos (Edital CRCBA)
- Outros Documentos (Edital CRTR)
- Outros Documentos (Edital Sesi)
- Outros Documentos (Relatorio Administração Alelo)
- Outros Documentos (Relatorio Administração Sodexo)
- Outros Documentos (Relatorio Administração VR)
- Outros Documentos (Portaria005-2019 - CPL)
- Outros Documentos (Processo Integral_compressed (1))

PETICIONÁRIO: **PALCOPARANA, CNPJ 25.298.788/0001-95, através do(a) Representante Legal NICOLE BARAO RAFFS DE MEDEIROS, CPF 020.621.669-66**
Email: **nicolemedeiros@cctg.pr.gov.br**
Telefone: **33047955**

Curitiba, 29 de agosto de 2019 14:58:07

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

18. Petição (Defesa Vale Assinada)

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 406
Mov. 57

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR CONSELHEIRO PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Autos n.º 499779/19

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ, neste ato devidamente representada por sua Diretora Presidente, e os interessados **NICOLE BARAO RAFFS DE MEDEIROS**, **NICOLE LEMANCZYK** e **CARLOS ALBERTO GONCALVES DOS SANTOS,** todos devidamente qualificado nos autos em epígrafe, vêm respeitosamente perante Vossa Excelência, apresentar sua **CONTESTAÇÃO** em face da **REPRESENTAÇÃO** apresentada por **BIQ BENEFÍCIOS LTDA.**, o que o faz nos termos abaixo.

01. DA SÍNTESE DA LIDE.

Em **25/07/2019** protocolou a Representante perante esta nobre Corte a presente representação pedindo a suspensão do edital 001/2019 – Pregão Eletrônico, alegando para tanto, supostas irregularidades no certame licitatório em questão, em especial:

> ***a)*** Que o índice do Grau de Endividamento (IE) máximo estipulado pelo Edital estaria em desconformidade com aqueles praticados pelo mercado; e,
>
> ***b)*** Que o prazo para apresentação da rede de estabelecimentos credenciados seria exíguo, beneficiando empresas da região.

Ao fim, solicita, cautelarmente, a suspensão do Pregão com a alteração do GE, passando de 0,8 para 1,0; e que seja majorado o prazo para comprovação da

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 407
Mov. 57

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

rede credenciado para 20 dias; bem como, seja republicado o edital, com as alterações acima.

Apesar deste Nobre Tribunal de Contas não ter acatado o pedido liminar, a ora Representada, internamente, suspendeu o certame após a adjudicação pelo Pregoeiro, a fim de evitar, futuramente, ter que vir a anular os atos administrativos, caso esta Corte acate o pedido inicial, o que não se espera, conforme ficará abaixo demonstrado.

02. DO ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO.

Aduz a REPRESENTANTE que o Grau de Endividamento exigido no edital - 0,8 - destoaria da realidade vivenciada pelas empresas do ramo, as quais, em sua grande maioria, trabalhariam com índices que variam de 0,8 a 1,0, limitando desta forma, a competividade no certame em questão.

Como é sabido, a Lei Estadual 15.608/16 estabelece em seu artigo 73, III, que as licitantes deverão comprovar a sua capacidade econômico-financeira para a habilitação.

Por sua vez, o artigo 77 da referida Lei limita os documentos para apuração da qualificação, abaixo *in verbis:*

> Art. 77. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á:
>
> I - **ao balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta**;
>
> II - à certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial expedida no domicílio da pessoa física;
>
> III - à garantia, nas mesmas modalidades e critérios previstos no caput e § 1º do art. 102 desta Lei, limitada a 1% (um por cento) do valor estimado do objeto da contratação.
>
> § 1º. A exigência de índices limitar-se-á à demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o contrato, vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior, índices de rentabilidade ou lucratividade.
>
> § 2º. A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer, no instrumento convocatório da licitação, a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, ou ainda, as garantias previstas no § 1º do art. 102 desta Lei, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes e para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado.
>
> § 3º. O capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido a que se refere o §2º não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 408 Mov. 57

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Há que se ter em mente que a administração ao definir os critérios para habilitação, deve o fazer levando em consideração que o contrato será cumprido de forma satisfatória, sem estipular exigências desnecessárias que restrinjam a participação de interessados, ferindo o princípio da competitividade e economicidade.

No entanto, isto não significa que a intenção da lei é oferecer oportunidades iguais a todos os interessados de forma indiscriminada, mas sim, àqueles que atendam a exigência do objeto a ser contratado.

A exigência de Grau de Endividamento não gera restrição da competividade, haja vista que se refere à apuração de certeza quanto ao cumprimento da obrigação a ser assumida.

No presente caso em específico, restou demonstrado que não houve restrição ao certame, uma vez que 03 licitantes se habilitaram e participaram da fase de disputa, e o vencedor apresentou taxa de desconto de 2,81% sobre o valor do benefício.

Ademais, verifica-se que a ora Representante intentou o mesmo expediente em face da Licitação promovida pelo Município de Platina – SP, nos autos TCE-SP-16517.989.19-0, abaixo integralmente reproduzido o voto do Ilmo. Conselheiro Renato Martins Costa, publicado em 26/07/2019 no DOSP:

> EXPEDIENTE: TC-16517.989.19-0. **REPRESENTANTE: BIQ Benefícios Ltda**. ADVOGADOS: Marcionilio Flor Pereira (OAB/SP nº 156.223) e outros. REPRESENTADA: Prefeitura do Município de Platina. ASSUNTO: Despacho de apreciação sobre Representação formulada em face do edital do Pregão Presencial nº 12/2019, certame destinado à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de administração, gerenciamento, emissão e fornecimento de vale alimentação, por meio de cartões magnéticos. Trata-se de pedido de impugnação de edital subscrito por BIQ Benefícios Ltda., relativo ao instrumento convocatório do Pregão Presencial nº 12/2019, da Prefeitura de Platina, certame destinado à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de administração, gerenciamento, emissão e fornecimento de vale alimentação, por meio de cartões magnéticos. Diz a representante que aludido documento apresentaria cláusulas desamparadas pela norma, implicando, com isso, restrição ao caráter competitivo da disputa. **Em síntese, volta-se contra o disposto no item 5.1, que exige a apresentação, como medida de qualificação econômico-financeira, de certidão de ação trabalhista em tramitação, condição de habilitação que, no seu entendimento, não contaria com amparo na Lei de Licitações. Também se opõe ao índice de endividamento a ser demonstrado (menor ou igual a 0,8), na medida em que em contratações da espécie o endividamento usualmente demandado seria da ordem de até 1,0.** Esclarece, no caso, que as empresas operadoras de cartões corporativos integrariam segmento um tanto distinto porquanto, ao gerirem recursos de terceiros, a receita operacional de seus negócios seria reduzida, implicando, assim, endividamento em grau mais elevado se comparado ao encontrado em outros mercados. Pede, com isso, a suspensão liminar do andamento do processo licitatório, para que, acolhidas as questões de mérito, este E. Tribunal determine a correspondente retificação do edital questionado, bem assim, conforme o caso, a republicação do instrumento nos moldes do art. 21, § 4º, do Estatuto. Consoante o edital reproduzido no evento 1.5, a sessão de processamento do Pregão está prevista para ocorrer no dia 26/7/19, a partir das 9h00. Inicial nos termos regimentais. A representante aborda possíveis

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 409
Mov. 57

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

§ 4º. Poderá ser exigida, ainda, a relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem diminuição da capacidade operativa ou absorção de disponibilidade financeira, calculada esta em função do patrimônio líquido atualizado e sua capacidade de rotação.

§ 5º. **A comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no edital e devidamente justificados no processo administrativo da licitação que tenha dado início ao certame licitatório, vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para a correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação**. (grifos nossos)

Do acima, denota-se a obrigatoriedade da ora Representada, por força de Lei, em exigir dos licitantes que comprovem através de sua documentação contábil, que estão em boa situação financeira, devendo assim estabelecer critérios objetivos para apuração, sendo vedada a utilização de índices e valores não corriqueiramente utilizados.

Não pairam dúvidas que, apesar da Lei estabelecer o dever de que sejam fixados critérios objetivos para apuração da capacidade econômico-financeira dos licitantes, deixa à discricionariedade da Administração que estabeleça quais seriam estes.

No presente caso, este Serviço Social Autônomo, fixou em seu edital, que o Grau de Endividamento deveria ser igual ou menor a 0,8, consoante se destaca do Anexo III do Edital de Licitação:

Grau de endividamento (GE) igual ou inferior a 0,80 (zero vírgula oitenta) apurado pelo quociente:

$$GE = \frac{\text{Passivo Circulante + Exigível a longo prazo}}{\text{Ativo Total}}$$

O índice em questão está de acordo com o praticado pelo mercado, do que pôde a Requerida levantar junto a outros estabelecimentos comerciais que possuem a mesma atividade econômica.

De acordo com os relatórios da administração publicados pelas empresas SODEXO, VR e ALELO, ora anexados, todas estas cumprem o referido índice:

Empresa	Passivo Circulante	Exigível a LP	Ativo Total	GE
Sodexo	2.491.080	321.983	4.926.730	**0,57**
VR	395.653	1.383	528.594	**0,75**
Alelo	4.101.847	44.645	5.836.277	**0,71**

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 410 Mov. 57

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

> imposição de injustificado obstáculo à disputa. De toda forma, esta abordagem não inibe ou exaure o controle de eventuais aspectos controvertidos do certame licitatório, o que poderá ser novamente avaliado em sede ordinária, com o devido exercício de contraditório e oitiva de órgãos técnicos, se assim selecionado o futuro contrato por este E. Tribunal. **Nestes termos, INDEFIRO liminarmente a representação formulada por BIQ Benefícios Ltda., bem como determino o arquivamento do expediente**. Ao Cartório para que se digne intimar a representante do aqui decidido, bem como para cientificar a Prefeitura de Platina a propósito das recomendações expostas no corpo deste despacho e que devem ser observadas caso implemente o processo licitatório. Em seguida, dê-se vista ao d. MPC. Publique-se.

De igual forma, abaixo alguns pregões realizados pelo Brasil, com o mesmo objeto, dos quais pode se extrair dos respectivos editais ora juntados que também adotaram o GE de 0,8 ou inferior:

Entidade	Pregão	GE
CRTR 5ª Região	001/2019	0,8
CRC-BA	003/2019	0,8
CODAPAR	001/2019	0,7
SESI/SENAI – PR	2.0047/2019	0,8

Do acima, resta mais que comprovado que o GE estabelecido na referida licitação está em consonância com os padrões do segmento, motivo pelo qual, merece ser julgado improcedente o pedido da Representante.

03. DO PRAZO PARA COMPROVAÇÃO DA REDE CREDENCIADA.

Alega a Representante que o prazo exigido para apresentação da rede credenciada seria exíguo, beneficiando empresas da região.

Requer ao fim, seja concedido prazo de 20 (vinte) dias para apresentação da rede credenciada tão somente após a assinatura do contrato.

Mais uma vez, descabida sua pretensão.

Como pode se averiguar do edital, a Representada exigiu que apenas **na assinatura do contrato** a vencedora comprovasse que possui, no mínimo, 10 estabelecimentos na cidade sede da Representada, três redes de hipermercados, e 02 (dois) num raio de 2km, vejamos:

> 6.1.- Mínimo de 10 (dez) estabelecimentos (supermercados/mercados) e 03 (três) redes de hipermercados em toda a cidade, e, no mínimo 02 (dois) estabelecimentos num raio de 2km de distância da sede do PALCOPARANÁ (Item 2).
> 6.2.- A rede credenciada deverá ser demonstrada até a data de assinatura do Contrato, cujo descumprimento será motivo para desclassificação.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 411
Mov. 57

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

controvérsias escritas na parte do instrumento convocatório dedicada à aferição da qualificação econômico-financeira das licitantes, onde se exige tanto a apresentação de certidão que não encontraria suporte legal, como a demonstração de índice de endividamento que seria improvável ao propósito de selecionar empresas do segmento que administra documentos de legitimação de créditos para alimentação. Os fundamentos empregados parecem-me, sob o aspecto conceitual, bem estruturados. Afinal, intrigante exigir que as licitantes comprovem sua saúde financeira por meio de "certidão de ação trabalhista em tramitação", documento que definitivamente não integra o rol exaustivo do Art. 31 da Lei de Licitações, assim como por índice de endividamento presumivelmente pouco usual para o especifico mercado de gestoras de cartões eletrônicos de alimentação. Nada obstante, o presente rito processual serve ao controle externo da Administração em caráter eminentemente excepcional e urgente, ocupando-se, para tanto, de aspectos controvertidos que, se mantidos, oferecem risco irrecuperável a direitos. Nesse sentido, prima-se por tutelar o direito que se encontra afligido por ilegalidade flagrante, da qual resulta intrincado resultado contrário ao interesse público, suscetível de proteção com a tempestiva e imediata sustação do andamento do processo licitatório. Tal situação limite, apesar de tudo, não se apresenta no caso. Penso assim, primeiramente, porque a questionada "certidão de ações trabalhistas em tramitação", documento que decorre exclusivamente do princípio da publicidade dos processos eletrônicos judiciais e respectivas certificações (cf. Resolução CNJ nº 121, de 5/10/10), de expedição gratuita e diretamente obtida no portal do correspondente Tribunal Regional do Trabalho na Internet, apresenta conteúdo meramente informativo, limitando-se, assim, a dar conta da distribuição de eventuais reclamações contra a pessoa pesquisada na Justiça do Trabalho. Muito embora seja de se esperar que os autos do processo de Pregão esclareçam e justifiquem a exigência, porque aparentemente despropositada para os fins pretendidos na referida parte do instrumento convocatório, nada evidencia que a certidão, ainda que de conteúdo positivo, configure instrumento de inabilitação. Nesse sentido, inclusive, deve ser a postura do Pregoeiro por ocasião do futuro julgamento do certame, recomendação, aliás, oportuna neste momento. Em segundo lugar, a impugnação incidente sobre o grau de endividamento exigido igualmente não sugere instantaneamente fator de restrição. Decerto a linha de raciocínio exposta pela representante apresenta-se coerente em face das avaliações que esse tipo de tema vem recebendo no âmbito deste E. Tribunal de Contas. Nossa jurisprudência coleciona precedentes em que a fixação de índices contábeis para fim de aferição de qualificação econômico-financeira demanda análise casuística, conforme, portanto, o segmento empresarial que agrega as empresas aptas à execução do objeto. Como bem consignado na inicial, a propósito, a administração de vales refeição impõe à empresa encarregada, em grande parte, o gerenciamento de recursos financeiros não próprios, que lançados em seu balanço patrimonial ampliam o passivo circulante, refletindo, não raro de maneira significativa, na variação de seus índices patrimoniais no exercício. **Isso, porém, não quer significar, ao menos em princípio, que o endividamento exigido pela Prefeitura de Platina seja inviável. Ao contrário, de modo geral, o endividamento do setor de cartões de alimentação/refeição, aferido em função do ativo total das empresas e no patamar aqui questionado, foi por vezes avaliado e aceito nesta Corte em momento não tão distante (cf. TCs-5974.989.15-4, 7161.989.15-7, 3232.989.16-0, 3702.989.16-1, dentre outros)**. Eventuais variações patrimoniais que mais recentemente possam ter afetado as empresas do segmento, se aferíveis nos respectivos balanços ora exigíveis nos termos da lei, haveriam, portanto, de ter sido deduzidas desde a inicial, tendo em vista apresentar a este Juízo de Contas a liquidez e certeza do direito tutelado. Assim, ainda que a atuação das empresas aptas à execução do objeto requeira molde de acordo com as vicissitudes do mercado em que atuam e da conjuntura econômica recente, admitir, mesmo que por hipótese, a desproporcionalidade do índice publicado significaria, neste momento, risco de desprestígio à competição e

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 412
Mov. 57

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Primeiramente, deve-se ter em mente, que a exigência em questão está dentro do poder de discricionariedade da administração, desde que motivado e razoável. Neste sentido:

> "... 2.3 **Acerca dos quantitativos de estabelecimentos credenciados que a licitante deve ter na data da assinatura do contrato, em uma análise perfunctória, de cognição não plena, não se vê indícios suficientes de algum desvio de finalidade na sua quantificação, ante a discricionariedade do gestor público**. Em acréscimo, os estabelecimentos que aceitam o "vale-refeição" são credenciados de diversos setores que possuem comércio de diminuto vulto, muito diferente daqueles que acolhem "valealimentação"... (TCE/SP nº 000266.989.13-6. Relator: DIMAS EDUARDO RAMALHO. Data: 12 de Março de 2013; grifos nossos)

O número de estabelecimentos solicitados na licitação é baixo, ainda mais considerando que é para o atendimento de cerca de 70 (setenta) empregados da ora Representada.

Já o prazo concedido para comprovação é mais que suficiente, posto que, mais uma vez, trata-se de número bem restrito de estabelecimentos, e que podem ser super/hipermercados ou restaurantes, sendo que a cidade da Representada, esta Capital, é abastecida por diversas redes com abrangência nacional.

Assim, é infundada a argumentação que o prazo estabelecido visa beneficiar as empresas que já operam na região, posto que, estando a licitante credenciada em rede de mercados de abrangência nacional, a citar, por exemplo, Pão de Açúcar, BIG, Walmart, Carrefour, entre outros, garante praticamente o requisito em questão.

A jurisprudência do TCU é uníssona no sentido que é razoável a Administração estabelecer que a comprovação da rede credenciada aconteça no momento de assinatura do contrato, conforme destaca-se o julgado abaixo:

> De fato, a jurisprudência deste Tribunal reputa como indevida a exigência de apresentação de rede credenciada de estabelecimentos para fins de habilitação no certame, **podendo ser exigida tão somente na fase de contratação, concedendo-se ao licitante vencedor prazo razoável para seu cumprimento** (ex vi dos Acórdãos 686/2013, 1.194/2011 e 307/2011, todos do Plenário). Do contrário, haveria a imposição de ônus financeiro e operacional desarrazoados às licitantes. (TCU - Acórdão nº 1818/2013.)

Ante o exposto, demonstrado que este Serviço Social Autônomo confeccionou o edital em questão dentro dos limites estabelecidos pela Lei assim como pela jurisprudência pátria, não havendo que se cogitar em ferimento à concorrência ou direcionamento do procedimento licitatório, motivo pelo qual, deve ser julgado improcedente o tópico em questão.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 413
Mov. 57

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

04. REQUERIMENTOS FINAIS

Ante o acima exposto, requer-se seja julgada improcedente a REPRESENTAÇÃO apresentada pela BIQ BENEFICIOS LTDA. determinando-se o respectivo arquivamento do presente.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Curitiba – PR, 29 de Agosto de 2019.

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANA

NICOLE BARAO RAFFS DE MEDEIROS

NICOLE LEMANCZYK

CARLOS ALBERTO GONCALVES DOS SANTOS

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 414
Mov. 57

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 415
Mov. 57

19. Outros Documentos (DO Nomeação Diretoria Palcoparana 2019 c)

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 416
Mov. 57

DOCUMENTO CERTIFICADO
CÓDIGO LOCALIZADOR: 21449719
Documento emitido em 13/03/2019 16:47:00.
Diário Oficial Executivo
Nº 10354 | 15/01/2019 | PÁG. 7
Para verificar a autenticidade desta página, basta informar o Código Localizador no site do DIOE.
www.imprensaoficial.pr.gov.br

DECRETO Nº 0178

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARAN
buições e tendo em vista o contido no proto
DECRETA:

Art. 1.º Ficam nomeados, de acordo com o
6.174, de 16 de novembro de 1970, para ex
cargos abaixo especificados, do Instituto Pa
ento Econômico e Social – IPARDES, a par
DIEGO RODRIGO QUANZ DARIVA, RG nº
Administrativo-Financeiro – Simbolo DAS-3;
JULIO TAKESHI SUZUKI JUNIOR, RG nº 4.209.959-7, Diretor do Centro de Pesquisa – Símbolo DAS-3; e
DANIEL NOJIMA, RG nº 5.105.829-1, Diretor do Centro Estadual de Estatística – Simbolo DAS-3.
Art. 2.º Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.
Curitiba, em 15 de janeiro de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR — GUTO SILVA
Governador do Estado — Chefe da Casa Civil

VALDEMAR BERNARDO JORGE
Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

3312/2019

DECRETO Nº 0179

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 15.544.848-2,

DECRETA:

Art. 1.º Ficam nomeados, de acordo com o art. 24, inciso III, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970, para exercerem, em comissão, os cargos abaixo especificados, do Instituto de Terras, Cartografia e Geologia, a partir de 02 de janeiro de 2019:
LUIZ CARLOS PUPIM, RG nº 734.252-7, Assessor Técnico – Simbolo DAS-5;
ROBERTO ALFREDO GOMES, RG nº 1.214.254-4, Assessor Técnico – Simbolo DAS-5;
CRISTINA MARIA BASTOS, RG nº 3.135.159-6, Assessor Técnico – Simbolo DAS-5;
DIRCEU ALVES ASSUMPÇÃO, RG nº 4.623.965-2, Assessor Técnico – Simbolo DAS-5;
MARCOS AURÉLIO KONOPKA, RG nº 3.095.719-9, Chefe de Departamento – Simbolo 1-C;
VERÔNICA FIORESE DE LIMA, RG nº 7.688.588-5, Chefe de Departamento – Simbolo 1-C;
PAULA ANDRÉIA FONTANELLI REINALDIN, RG nº 5.169.065-6, Chefe de Departamento – Simbolo 1-C;
ANDRESSA DO PRADO GOES, RG nº 1.076.574-5, Chefe de Departamento – Simbolo 1-C;
NORMA HEYN, RG nº 1.453.917-4, Chefe de Departamento – Simbolo 1-C; e
JOSÉ CARLOS DE ARAÚJO VIEIRA, RG nº 338.178-1, Chefe de Departamento – Simbolo 1-C.
Art. 2. Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.
Curitiba, em 15 de janeiro de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR — GUTO SILVA
Governador do Estado — Chefe da Casa Civil

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA
Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

3313/2019

DECRETO Nº 0180

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 15.541.990-3,

DECRETA:

Art. 1.º Ficam designados, de acordo com a Lei nº 17.744, de 30 de outubro de 2013, para exercerem Funções de Gestão Pública, da Secretaria de Estado da Educação, a partir de 03 de janeiro de 2019:
EDIL APARECIDA ESPÍNOLA AMARAL, RG n° 3.160.980-1, Chefe de Núcleo Regional - Símbolo FG-6, no município de Guarapuava;
CARLOS ALBERTO POLSIN, RG nº 3.757.806-1, Chefe de Núcleo Regional - Símbolo FG-6, no município de União da Vitória; e
LAERCIO ANTONIO BOUFLEUER, RG n° 3.410.560-0, Chefe de Núcleo Regional - Símbolo FG-6, no município de Foz de Iguaçu.

gor a partir da data de sua publicação.
2019, 198° da Independência e 131° da

UNIOR — GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

ação

3314/2019

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolado nº 15.544.464-9-SEDU,

DECRETA:

Art. 1.º Ficam designados, de acordo com o art. 4º da Lei nº 17.744, de 30 de outubro de 2013, para exercerem funções de Gestão Pública da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, a partir de 03 de janeiro de 2019:
LUCIANE LEMOS BUENO, RG nº 4.383.108-9, Assessor – Símbolo FG-5;
MARIA DE FÁTIMA ANDRADE, RG nº 969.871-0, Assistente – Símbolo FG-14;
CLEIA SANTOS DE MATTOS FARIA, RG nº 1.382.636-6, Assistente - Símbolo FG-16;
EVERALDO WELL, RG nº 4.464.488-6, Assistente – Símbolo FG-11;
OTAVIANO MIRANDA NETO, RG nº 4.247.052-0, Assistente – Símbolo FG-22.
Curitiba, em 15 de janeiro de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR — GUTO SILVA
Governador do Estado — Chefe da Casa Civil

JOÃO CARLOS ORTEGA
Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano

3318/2019

DECRETO Nº 0182

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 15.544.536-0,

Resolve nomear, de acordo com o art. 24, inciso III, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970, SILVIO DA SILVA MORAES, RG nº 7.218.854-3, para exercer, em comissão, o cargo de Assistente – Símbolo 1-C, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, a partir de 03 de janeiro de 2019.
Curitiba, em 15 de janeiro de 2019, 198° da Independência e 131° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR — GUTO SILVA
Governador do Estado — Chefe da Casa Civil

JOÃO CARLOS ORTEGA
Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano

3319/2019

DECRETO Nº 0183

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, tendo em vista o contido no protocolado sob nº 15.545.127-0,

Resolve nomear, de acordo com o art. 24, inciso III, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970, ADRIANE ZIELINSKI CHEDE, RG nº 4.077.878-0, para exercer, em comissão, o cargo de Assessor – Símbolo DAS-5, da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social, a partir de 03 de janeiro de 2019.
Curitiba, em 15 de janeiro de 2019, 198° da Independência e 131° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR — GUTO SILVA
Governador do Estado — Chefe da Casa Civil

ADAYR CABRAL FILHO
Secretário de Estado da Família e Desenvolvimento Social, em exercício

3322/2019

DECRETO Nº 0184

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do art. 87 da Constituição Estadual e tendo em vista o art. 7º da Lei nº 18.381, de 15 de dezembro de 2014 e o contido no protocolado nº 15.540.332-2,

DECRETA:

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 417 Mov. 57

Art. 1.º Ficam nomeados, para exercerem cargos do Serviço Social Autônomo PALCOPARANÁ, a partir de 02 de janeiro de 2019:
NICOLE BARÃO RAFFS DE MEDEIROS, RG nº 5.425.636-1, Diretora Presidente;
NICOLE LEMANCZYK, RG nº 5.997.329-0, Diretora Administrativa e Financeira; e
GEHAD ISMAIL HAJAR, RG nº 7.927.446-1, Diretor Artístico.
Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, em 15 de janeiro de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

HUDSON ROBERTO JOSÉ
Secretário de Estado da Comunicação Social

3323/2019

DECRETO Nº 0185

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, tendo em vista o contido no protocolado sob nº 15.532.940-8,

Resolve nomear, de acordo com o art. 24, inciso III, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970, para exercerem, em comissão, os cargos abaixo especificados, do Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná, a partir de 02 de janeiro de 2019:
THAIS MIRLENE DE OLIVEIRA GOMES, RG nº 9.807.951-3, Chefe de Gabinete – Símbolo DAS-5; e
LUIZ CARLOS NUNES, RG n° 4.181.624-4, Diretor – Símbolo DAS-3.
Curitiba, em 15 de janeiro de 2019, 198° da Independência e 131° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA
Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

3324/2019

DECRETO Nº 0186

Inclui o § 8.º, no art. 1.º, do Decreto 4.189 de 2016 e o parágrafo único, no art. 2.º-A, do Decreto 5.409, de 2016.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1.º Insere o § 8.º, no art. 1.º, do Decreto n° 4.189, de 25 de maio de 2016, com a seguinte redação:
"Art. 1.º (…)
(…)
§ 8.º Fica delegado ao Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano a competência que trata o inciso VII do art.1.º deste Decreto, para a contratação e liberação de empréstimos e subempréstimos pelo agente financeiro de que trata o inciso II, do art. 6.º, do Anexo a que se refere o Decreto nº 3.736, de 10 de novembro de 1997."
Art. 2.º Insere o parágrafo único no art. 2.º - A, do Decreto n° 5.409, de 03 de novembro de 2016, com a seguinte redação:
"Art. 2.º - A (…)
Parágrafo único. A delegação de que trata o caput abrange a contratação e liberação de empréstimos e subempréstimos pelo agente financeiro de que trata o inciso II do art. 6.º, do Anexo a que se refere o Decreto n° 3.736, de 10 de novembro de 1997."
Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, em 15 de janeiro de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Secretário de Estado do Desenvolvimento Urban

DECRETO Nº 0187

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARAN
atribuições que lhe confere o artigo 87, incis
Estadual, tendo em vista o disposto no art. 10, inciso IV, combinado ao art. 17 da Lei Federal n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Parecer CEE/CES nº 59/18, do Conselho Estadual de Educação do Paraná, e o contido no protocolo sob nº 15.509.296-3 com base no protocolado n.º 14.984.250-0,

DECRETA:
Art. 1.º Fica renovado o reconhecimento do Curso de Graduação em Serviço Social - Bacharelado, pelo prazo de 05 (cinco) anos, a partir da publicação do respectivo Decreto Estadual, com carga horária de 3.322 (três mil, trezentas e vinte e duas) horas, 40 (quarenta) vagas anuais, turno de funcionamento matutino, regime de matrícula seriado anual, período de integralização mínimo de 04 (quatro) e máximo de 08 (oito) anos, ofertado no Campus de Francisco Beltrão pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), com sede em Cascavel, mantida pelo Estado do Paraná.
Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, em 15 de janeiro de 2019, 198° da Independência e 131° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

LUIZ CEZAR PEDRINI KAWANO
Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior em exercício

3327/2019

DECRETO Nº 0188

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1.º Ficam nomeados, de acordo com o art. 24, inciso III, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970, para exercerem, cargos em comissão, da Casa Civil, a partir de 02 de janeiro de 2019:
RUDSON WEBER DE SOUZA, RG nº 13.393.518-5, Assessor – Símbolo DAS-2;
CAMILA CRISTINA MACHADO VIEIRA, RG nº 9.372.945-5, Assessor – Símbolo DAS-5;
NELSON BRITO GUIMARAES, RG nº 10.062.015-4, Assessor - Símbolo DAS-5.
Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, em 15 de janeiro de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

3330/2019

DECRETO Nº 0189

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, incisos V e VI, da Constituição Estadual, tendo em vista o disposto no art. 10, inciso IV, combinado ao art. 17 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Parecer CEE/CES nº 57/18, do Conselho Estadual de Educação do Paraná, e o contido no protocolado sob nº 15.418.765-0, com base no protocolado sob nº 15.329.007-5,

DECRETA:

Art. 1.° Fica renovado o reconhecimento, pelo prazo de 5 (cinco) anos, a partir de 15 de março de 2019 até 14 de março de 2024, do Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura, com carga horária de 3.380 (três mil, trezentos e oitenta) horas, 80 (oitenta) vagas, turno de funcionamento período matutino e noturno, regime de matrícula seriado anual, período de integralização mínimo de 4 (quatro) e máximo de 6 (seis) anos, ofertado no *campus* de Campo Mourão, pela Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, com sede em Paranavaí.
Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, em 15 de janeiro de 2019, 198° da Independência e 131° da República.

UNIOR
GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

NO
cia, Tecnologia

3331/2019

DO DO PARANÁ, no uso de suas
artigo 87, incisos V e VI da Constituição
disposto no art. 10, inciso IV, combinado ao art. 17 da Lei Federal n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Parecer

DOCUMENTO CERTIFICADO
CÓDIGO LOCALIZADOR: 21450819
Documento emitido em 13/03/2019 16:47:50.
Diário Oficial Executivo
Nº 10354 | 15/01/2019 | PÁG. 8
Para verificar a autenticidade desta página, basta informar o Código Localizador no site do DIOE.
www.imprensaoficial.pr.gov.br

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

20. Outros Documentos (Estatuto PalcoParana - Decreto 11907 de)

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 418
Mov. 57

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 419
Mov. 57

Decreto 11907 - 4 de Dezembro de 2018

Publicado no Diário Oficial nº. 10327 de 4 de Dezembro de 2018

Súmula: Homologa o novo Estatuto do Serviço Social Autônomo PALCOPARANÁ.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos incisos V e VI do art. 87, da Constituição Estadual e tendo em vista o disposto na Lei nº 18.381, de 15 de dezembro de 2014, bem como o contido no protocolado sob nº 15.069.159-1,

DECRETA:

Art. 1.º Fica homologado o novo Estatuto do Serviço Social Autônomo PALCOPARANÁ, na forma do Anexo que integra o presente Decreto.

Art. 2.º Revoga o Decreto nº 2.427, de 21 de setembro de 2015.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 04 de dezembro de 2018, 197° da Independência e 130° da República.

Maria Aparecida Borghetti
Governadora do Estado

Dilceu João Sperafico
Chefe da Casa Civil

João Luiz Fiani de Assis Baptista
Secretário de Estado da Cultura

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

ANEXOS:

anexo212241_48950.pdf

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 420
Mov. 57

ESTATUTO DO SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ

TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA, MISSÃO, SEDE E JURISDIÇÃO

Art. 1.º O Palcoparaná, Serviço Social Autônomo, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de interesse público, criado pela Lei Estadual 18.381/2014, goza de autonomia administrativa e financeira e vincula-se, por cooperação, ao Centro Cultural Teatro Guaíra e tem por missão institucional a promoção e o desenvolvimento da cultura do Estado do Paraná, através do fomento das atividades dirigidas à produção de espetáculos e concertos e à prestação de serviços relacionados às expressões artísticas e culturais.

Art. 2.º O Palcoparaná terá como sede e foro a Capital do Estado do Paraná, na Rua XV de Novembro, nº 971, Centro, e jurisdição em todo o território do Estado do Paraná, podendo instalar escritórios, dependências e unidades de produção.

Art. 3.º O Palcoparaná reger-se -á pela Lei Estadual que o criou, pelo presente Estatuto e pelo seu Regimento Interno.

Art. 4.º O prazo de duração do Palcoparaná é indeterminado e seu exercício financeiro coincide com o ano civil.

CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS

Art. 5.º O PALCOPARANÁ tem por objetivo promover o desenvolvimento e aperfeiçoamento das expressões artísticas e culturais, competindo-lhes especialmente:

I – produzir espetáculos e concertos, de forma a colaborar na tarefa de desenvolvimento cultural da comunidade paranaense;

II – contribuir para a eficiente aplicação dos recursos públicos na área de desenvolvimento cultural, promovendo, para tanto, o suprimento e aperfeiçoamento dos recursos humanos técnicos artísticos necessários para a realização de espetáculos, concertos e projetos culturais;

III – dar oportunidade ao constante aprimoramento dos profissionais que atuam nas artes cênicas e na música;

IV – incentivar a participação da comunidade nas produções artísticas, dando condições ao desenvolvimento da capacidade criativa de seus membros;

V – contratar bens e serviços para a execução das atividades especificadas no Contrato de Gestão;

VI – administrar os bens móveis e imóveis da instituição;

VII – desempenhar outras atividades, administrativas ou artísticas, compatíveis com a sua finalidade.

Art. 6.º Além do contrato de gestão com o Estado do Paraná, o Palcoparaná poderá celebrar convênios, ajustes, termos de parcerias, termos de cooperação técnico-científica, além de contratos de prestação de serviços com quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, sempre que considerar ser essa a solução mais vantajosa para a execução de suas finalidades, observando os princípios da legalidade, publicidade, impessoalidade, moralidade, economicidade e eficiência.

TÍTULO II
DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 421
Mov. 57

Art. 7.º A estrutura do Palcoparaná é composta pelos seguintes níveis organizacionais:

I – Nível de Direção Superior
a) Conselho de Administração;
b) Conselho Fiscal;
c) Diretoria Executiva;
1. Diretor-presidente;
2. Diretor Administrativo e Financeiro;
3. Diretor Artístico e de Produção.

II - Nível de Assessoramento
a) Assessoria Técnica

III - Nível de Execução:
a) Diretoria Administrativo-Financeiro:
1. Departamento de Pessoal;
2. Departamento de Contabilidade e Finanças;
3. Departamento de Compras e Contratos;
b) Diretoria Artístico e de Produção:
1. Departamento de Produção Cultural;
2. Departamento de Espaços Cênicos e Técnicas de Palco;
3. Departamento de Dança e Artes Cênicas;
4. Departamento de Música;
5.Departamento de Ensino – Conservatórios;
5.1. Escola de Dança;
5.2. Orquestra Acadêmica;
5.3. Escola de Canto.

§ 1.º O nível de assessoramento será composto por uma Assessoria Técnica com incumbência relativa à ações de assistência especial à Diretoria Executiva, gestão da qualidade artístico cultural, assitência jurídica, articulação da promoção e divulgação das atividades da Instituição, planejamento de gestão estratégica e ações de compliance, cujas competências e atribuições serão definidas em Regimento Interno.

§ 2.º As unidades do nível de execução subordinam-se às Diretorias e serão definidas no Regimento Interno da instituição, bem como suas competências e atribuições específicas.

§ 3.º Quando houver necessidade ou for recomendável, por sua peculiaridade ou emergência, o Diretor-Presidente poderá contratar especialistas, pessoas físcias ou jurídicas, para a prestação de assessoramento no exame de matérias específicas, planos, programas ou projetos compatíveis com a missão, compromissos, diretrizes e objetivos da Instituição.

CAPÍTULO I
DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 8.º O Conselho de Administração é órgão colegiado superior, de caráter normativo, deliberativo, consultivo e de controle, é composto por 5 (cinco) membros, não remunerados, nomeados pelo Governador, conforme a seguir:

I – o Presidente do Centro Cultural Teatro Guaíra;

II – um representante da Secretaria de Estado da Cultura;

III – um representante da Secretaria de Estado da Fazenda;

IV – um representante da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral;

V – um representante da classe artística, titular e suplente, a ser eleito pelos empregados do PALCOPARANÁ dentre seus pares.

§ 1.º Os Conselheiros terão mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 422
Mov. 57

§ 2.º A titularidade das funções cessará antes do prazo estabelecido nesse artigo com o término do mandato do Governador que procedeu à respectiva designação.

§ 3.º Nos termos da Lei 18.381/2014, o Conselho de Administração será presidido pelo Diretor-presidente do Centro Cultural Teatro Guaíra.

§ 4.º O Diretor-Presidente do Palcoparaná participará das reuniões do Conselho de Administração com direito a voz, mas sem direito a voto.

§ 5.º Os membros que compõem o Conselho de Administração poderão ser substituídos nas suas faltas e impedimentos por suplentes indicados expressamente pelos titulares das respectivas entidades ou órgãos representados nesse Conselho, até a data da realização das reuniões ordinárias ou extraordinárias.

§ 6.º O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, a cada trimestre, com a presença da maioria absoluta dos Conselheiros e deliberará por maioria simples dos presentes.

§ 7.º O Conselho poderá ser extraordinariamente convocado pela maioria absoluta de seus membros.

§ 8.º Os membros do Conselho de Administração tomam posse perante o Presidente do Conselho de Administração da Entidade, assinando o termo a ser lavrado em livro próprio, para cumprimento do mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos pelo mesmo período.

§ 9.º Ao Presidente do Conselho de Administração, ou seu suplente, caberá o voto de desempate.

Art. 9.º Compete ao Conselho de Administração, o exercício das seguintes atribuições:

I – aprovar o Estatuto do Palcoparaná e suas alterações;

II – aprovar o seu Regimento Interno;

III – estabelecer diretrizes, políticas e metas;

IV – aprovar o Contrato de Gestão e suas alterações;

V – analisar e aprovar o plano de trabalho apresentado pela Diretoria Executiva;

VI – aprovar o orçamento econômico e financeiro;

VII – aprovar Planos de Cargos e Salários;

VIII – aprovar o Regulamento de Compras e Contratações, em todas as suas modalidades;

IX – deliberar sobre casos omissos no Estatuto;

X – aprovar o valor da remuneração dos Diretores, que deverá ser similar ao praticado pelo mercado;

XI – autorizar a aceitação de bens móveis e imóveis oferecidos por outros países, pela União, Estados e Municípios;

XII – autorizar a aquisição, alienação ou oneração de bens móveis e imóveis, bem como a aceitação de doações com encargos;

XIII – pronunciar-se sobre qualquer outro assunto de interesse do Palcoparaná, que lhe seja submetido pelo Diretor-presidente do Palcoparaná ou pelo Diretor-Presidente do Centro Cultural Teatro Guaíra, ou pela maioria simples dos membros do Conselho.

Art. 10. O Conselho de Administração do Palcoparaná, em razão de matéria sob normatização, deliberação, consulta ou controle, poderá convocar a participar de suas reuniões dirigentes, técnicos e especialistas integrantes do quadro funcional da Entidade, ou de fora desta, ficando assegurado ao convidado o direito a voz para a prestação de esclarecimentos ou assessoramento, sem direito a voto.

Art. 11. O Conselho de Administração do Palcoparaná terá a sua organização interna e o seu funcionamento definidos em Regimento Interno próprio aprovado por seus membros.

CAPÍTULO II
DO CONSELHO FISCAL

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 423
Mov. 57

Art. 12. O Conselho Fiscal, órgão responsável pela fiscalização e controle interno do PALCOPARANÁ, será composto por três membros titulares e três membros suplentes, não remunerados, todos com formação de nível superior, qualificação contábil ou econômica, e experiência na área ou em outra área afim, assim indicados:

I – um efetivo e um suplente pelo Governador do Estado;

II – um efetivo e um suplente pelo Conselho de Administração;

III – um efetivo e um suplente pelo Conselho Regional de Contabilidade.

Art. 13. O Diretor Administrativo e Financeiro do Palcoparaná poderá participar das reuniões do Conselho Fiscal com direito a voz, mas sem direito a voto.

Art. 14. O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, a cada trimestre, com a presença da maioria absoluta dos Conselheiros e deliberará por maioria simples dos presentes.

Art. 15. O Conselho Fiscal poderá ser extraordinariamente convocado pelo Conselho de Administração.

Art. 16. Os membros do Conselho Fiscal tomam posse perante o Presidente do Conselho de Administração da Entidade, assinando o termo a ser lavrado em livro próprio, para cumprimento do mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos pelo mesmo período.

Art. 17. Compete ao Conselho Fiscal:

I – examinar e aprovar os balancetes;

II – emitir parecer sobre o balanço anual e as contas e, ainda, sobre os demais aspectos econômicos - financeiros dos atos da Diretoria Executiva;

III – examinar em qualquer época, os livros e quaisquer documentos, na sede da Entidade;

IV – lavrar em livro próprio as atas de suas reuniões, inclusive pareceres e os resultados dos exames realizados;

V – apresentar ao Conselho de Administração pareceres sobre os negócios e as operações sociais do exercício, tomando por base o balanço, o inventário e as contas da Diretoria Executiva.

VI – a cada trimestre, reportar prontamente ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva as deficiências de controles internos, sejam eles identificados pelas próprias áreas, pela auditoria independente ou por qualquer outra instância de controle, que contemplem, no mínimo:

a) as conclusões dos exames efetuados, inclusive sobre a aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios às normas em vigor e a política de investimentos, a aderência das premissas e hipóteses atuariais e a execução orçamentária;

b) as recomendações a respeito de eventuais deficiências, com o estabelecimento de cronograma de saneamento das mesmas, quando for o caso;

c) análise de manifestação dos responsáveis pelas correspondentes áreas, a respeito das deficiências encontradas em verificações anteriores, bem como análise das medidas efetivamente adotadas para saná-las.

VII – requerer ao Conselho de Administração, quando necessário e mediante justificativa escrita, o assessoramento de perito contador ou de empresa especializada para o desempenho das tarefas.

CAPÍTULO III
DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 18. Os diretores serão indicados ao Governador pelo Conselho de Administração do Palcoparaná, entre pessoas qualificadas para a função, com comprovada

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 424
Mov. 57

habilitação profissional e formação de nível superior.

Parágrafo Único. Não poderão ser designados para as funções de Diretoria profissionais que tenham parentesco até o terceiro grau com membros do Conselho de Administração.

Art. 19. A Diretoria Executiva, constituída pelo Diretor-Presidente, Diretor Administrativo-Financeiro e Diretor de Artístico e de Produção, compõe o nível organizacional da Entidade de Direção Superior, com as seguintes atribuições:

I – exercer as atividades de administração do Palcoparaná;

II – aprovar a realização, os resultados e os prazos de validade dos certames seletivos públicos, bem como a contratação dos candidatos aprovados;

III – definir e quantificar os cargos e funções necessárias à Entidade;

IV – zelar pelo cumprimento das disposições estatutárias e regulamentares, bem como pelas diretrizes e resoluções emanadas do Conselho de Administração;

V – buscar o contínuo aperfeiçoamento das atividades da entidade;

VI – atender as convocações do Conselho de Administração;

VII – praticar "ad referendum" do Conselho de Administração, atos de competência deste, cuja urgência recomende atuação imediata;

VIII – fornecer aos órgãos públicos competentes as informações sobre assuntos do Palcoparaná;

IX – assinar os demonstrativos contábeis e financeiros da entidade;

X – fornecer ao Conselho de Administração, os demonstrativos contábeis e financeiros mensais, bem como quaisquer outras informações de que necessitarem no exercício de suas funções;

XI – desenvolver uma política de recursos humanos que proporcione aos funcionários um elevado nível de satisfação.

SEÇÃO I
DO DIRETOR-PRESIDENTE

Art. 20. Ao Diretor-Presidente compete:

I – convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;

II – coordenar, orientar, acompanhar e controlar as Diretorias, fazendo cumprir as políticas e objetivos de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração;

III – determinar as atribuições dos membros da Diretoria não previstas neste Estatuto e no Regimento Interno;

IV – submeter ao Conselho de Administração todos os assuntos que requeiram seu exame e aprovação e dar-lhe ciência dos demais assuntos de interesse do Conselho;

V – baixar atos regulamentando as deliberações do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva;

VI – exercer a representação legal e institucional do Palcoparaná, passiva, judicial e extrajudicialmente;

VII – elaborar a proposta de Orçamento Anual e Plurianual do Palcoparaná;

VIII – celebrar, em nome do Palcoparaná, o Contrato de Gestão e suas alterações;

IX – praticar, em conjunto com o Diretor Administrativo-Financeiro, os atos relativos à admissão, dispensa, promoção, licenciamento e punição de pessoal;

X – encaminhar o Relatório de Atividades, o Balanço e as Contas Anuais da instituição, bem como os demais documentos contábeis e financeiros, para deliberação do Conselho de Administração;

XI – promover a articulação do Palcoparaná com os órgãos e instituições,

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 425
Mov. 57

públicas ou privadas, nacionais e internacionais, com vista à dinamização, modernização e aprimoramento dos serviços da Instituição;

XII – cumprir e fazer cumprir o Estatuto e o Regimento Interno da instituição, propondo as alterações que se tornarem necessárias;

XIII – ordenar as despesas e desempenhar outras atribuições inerentes à função.

XIV – exercer competência residual quando inexistir atribuição específica de órgão da estrutura administrativa da Instituição.

SEÇÃO II
DO DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

Art. 21. Ao Diretor Administrativo-Financeiro compete:

I – dirigir e coordenar ações e atividades desenvolvidas pelas unidades organizacionais relacionadas à sua Diretoria;

II – administrar os recursos humanos do Palcoparaná;

III – administrar os recursos financeiros, custos, contabilidade geral e cumprir as obrigações fiscais;

IV – administrar os recursos materiais e patrimoniais;

V – executar ações e atividades relativas à viabilização da qualificação técnica de seu pessoal;

VI – ser o interlocutor do Palcoparaná, por delegação do Diretor-presidente, perante entidades sindicais e associativas de seus empregados;

VII – cumprir e fazer cumprir no âmbito da Diretoria Administrativo-Financeira, o Estatuto, o Regimento Interno e as diretrizes e Resoluções do Conselho de Administração, indicando ao Diretor-presidente a necessidade de eventuais alterações em seus termos, a partir da realidade da entidade e com o objetivo de melhor ajustá-la à observância de sua missão institucional;

VIII – junto com o Diretor-presidente, autorizar e ordenar despeas;

IX – substituir o Diretor-presidente da Entidade em seus impedimentos legais e eventuais; e

X – praticar outras ações ou atividades compatíveis com seu cargo e que lhes forem delegadas pelo Diretor-presidente.

SEÇÃO III
DO DIRETOR ARTÍSTICO E DE PRODUÇÃO

Art. 22. Ao Diretor Artístico e de Produção compete:

I – aprovar, em tempo próprio, e fiscalizar os projetos artísticos, estabelecendo as etapas de pré-produção, produção e pós-produção dos espetáculos e concertos que o Palcoparaná está obrigado a participar por força de contrato de gestão assinado com o Governo do Estado, visando o cumprimento de metas estabelecidas no Plano de Trabalho;

II – Elaborar, planejar, coordenar e fiscalizar os processos de contratação artística, responsabiliando-se pela certificação de cumprimento de cada uma das etapas;

III – estruturar e coordenar os núcleos orgasnizacionais subordinados à sua Direção;

IV – examinar e pronunciar-se quanto à viabilidade da execução artística de projetos, programas e produções;

V – determinar os critérios a serem observados para as contratações artísticas necessárias para a realização das temporadas e quando da realização de audições e testes seletivos;

VI – coordenar a criação e a execução das produções próprias necessárias para a realização das atividades fins da instituição;

VII – cumprir e fazer cumprir o Estatuto e o Regimento Interno do Palcoparaná,

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 426
Mov. 57

indicando ao Diretor-presidente as alterações que se tornarem necessárias; e

VIII – desempenhar outras atribuições inerentes à função.

TÍTULO III
DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO

Art. 23. As contas do Palcoparaná serão julgadas pela Assembleia Legislativa, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

§ 1.º O Palcoparaná encaminhará, anualmente, até 31 de março, a prestação de contas dos recursos púbicos aplicados, inclusive os repassados pelo contrato de gestão.

§ 2.º A prestação de contas abrangerá relatório sobre a execução dos planos, programas, projetos, atividades, produtos e serviços e avaliação do contrato de gestão.

§ 3.º A auditoria e a fiscalização dos recursos objeto de financiamentos externos será realizada no âmbito do Tribunal de Contas;

§ 4.º Por determinação do Conselho de Administração ou determinação do Diretor-Presidente, serão processadas auditorias internas e externas nas operações da entidade.

TÍTULO IV
DO PATRIMÔNIO E DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 24. O patrimônio do Palcoparaná será constituído:

I – pelo acervo de bens e direitos que adquirir ou vier a lhe ser incorporado;

II – pelos legados, doações e heranças que receber, de pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, nacional, estrangeira ou internacional;

III – por quaisquer outros bens e direitos que vierem a se incorporar ao Palcoparaná.

Art. 25 .Constituem receitas do Palcoparaná:

I – recursos provenientes da prestação de seus serviços, observando o disposto no Contrato de Gestão quanto aos serviços prestados ao Estado;

II – rendimentos provenientes da aplicação dos recursos do Palcoparaná no mercado financeiro e outros pertinentes ao patrimônio sob a sua administração;

III – aporte de recursos municipais, estaduais, federais ou de pessoas jurídicas ou físicas, de qualquer natureza, atendida a legislação vigente;

IV – empréstimos, doações, legados, auxílios, contribuições e outras subvenções de entidades públicas ou particulares e de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais, estrangeiras ou internacionais;

V – recursos provenientes de vendas de seus produtos, observando o que dispõe o contrato de Gestão quanto aos serviços prestados ao Estado;

VI – recursos provenientes de fundos especiais;

VII – recursos provenientes de acordos, convênios, ajustes ou contratos, celebrados com entidades públicas ou privadas;

VIII – receitas provenientes de alienação de bens móveis e imóveis;

IX – outros recursos que lhe venham a ser destinados.

Art. 26. O Palcoparaná poderá receber transferências voluntárias, recursos de fundos especiais, de bolsas de pesquisa e de outros repasses de verbas públicas para a consecução de seus objetivos.

Art. 27. O Palcoparaná poderá receber doações de bens móveis e imóveis e firmar convênios, acordos, contrato de gestão com outros Países, com a União, estados e Municípios, seus órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta.

Art. 28. Os recursos patrimoniais e financeiros do Palcoparaná serão utilizados, exclusivamente, na consecução de sua missão, compromissos e objetivos.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 427
Mov. 57

Art. 29. Com a extinção do Palcoparaná os seus bens e direitos serão revertidos ao patrimônio do Estado, devendo ser aplicados, obrigatoriamente, no Centro Cultural Teatro Guaíra, ou, na inexistência desse, em ações públicas culturais que promovam a música erudita, a dança e as artes cênicas no Estado do Paraná.

TÍTULO V
DO PESSOAL E DOS PRESTADORES DE SERVIÇO

Art. 30. As ações do Palcoparaná, compreendendo todas as atividades adminsitrativas, técnicas e artísticas relacionadas com planos, programas, projetos, produtos e serviços de sua responsabilidade serão exercidas e desempenhadas por empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e por terceiros, pessoas físicas ou jurídicas, observada a legislação em vigor e o Regimento Interno da Instituição.

Art. 31. A Diretoria Executiva do Palcoparaná apresentará ao Conselho de Administração, a quem caberá a aprovação:

I – um plano de cargos e salários, estabelecendo a política salarial e de benefício dos empregados, com a instituição do plano de carreira, contendo critérios de promoção e de valorização profissional;

II – o regimento interno da Entidade;

III – o número e as especificações dos cargos a serem preenchidos para a contratação de pessoal, bem como, o regulamento próprio para os exames de seleção, atendidos os princípios da impessoalidade, moralidade e publicidade.

Art. 32. Os valores salariais, suas revisões e alterações, bem como o Plano de Cargos e Salários, serão estabelecidos pelo PALCOPARANÁ e submetidos à aprovação do Conselho de Política Salarial em atenção ao que dispõe o Decreto 31/2015**.**

Art. 33. As unidades organizacionais da Instituição serão implantadas sistematicamente, à medida que houver disponibilidade orçamentária e financeira para fazê-lo, cabendo a cada uma das Diretorias, até que a implantação total dos departamentos ocorra, a responsabilidade pelas competências atribuídas a cada departamento a ela subordinado.

Art. 34. Até que sejam implantadas as unidades organizacionais previstas neste Regimento, os serviços indispensáveis à gestão sustentável da instituição serão terceirizados.

TÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 35. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva não serão responsáveis pelas obrigações que contraírem em nome do Palcoparaná, em decorrência de ato regular de gestão.

Art. 36. O Palcoparaná destinará a totalidade de seus resultados líquidos apurados contabilmente para o desenvolvimento dos seus objetivos e atividades, sendo vedada a distribuição ou rateio de dividendos entre seus empregados e membros da Diretoria.

Art. 37. O Palcoparaná fará publicar, no Diário Oficial do Estado do Paraná, normas de licitação próprias e simplificadas, para disciplinar procedimentos relativos à matéria no âmbito da entidade.

Art. 38. As alterações desse Estatuto poderão ser propostas pela Diretoria Executiva ou por membros do Conselho de Administração devendo ser aprovadas pelo referido Conselho.

Art. 39. Esse Estatuto entra e vigor na data da publicação do Decreto que o aprova, após cumpridas as formalidades de seu registro em cartório próprio.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 428
Mov. 57

Monica Rischbieter
Presidente do Conselho de Administração
PALCOPARANÁ

Nicole Barão Raffs de Medeiros
Diretora Presidente
PALCOPARANÁ

Nicole Lemanczyk
Diretora Adminsitrativa e Financeira
PALCOPARANÁ

Gehad Ismail Hajar
Diretor Artístico
PALCOPARANÁ

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

21. Outros Documentos (Edital Cohapar)

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 429
Mov. 57

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 430
Mov. 57

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2019

PROTOCOLO N° 15.585.983-0

1 – PREÂMBULO:

1.1 – **Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná – CODAPAR,** Sociedade de Economia Mista, inscrita no CNPJ/MF nº 76.494.459/0001-50 e na inscrição Estadual nº 10112099-60, com endereço na Avenida Silva Jardim nº 303, Rebouças, em Curitiba, Paraná, torna público que promoverá Pregão Eletrônico n.º 001/2019, tipo MENOR PREÇO sendo que os serviços objeto desta Licitação serão contratados em regime global.

1.2 - A presente licitação será processada e julgada de acordo com as disposições deste Edital e seus Anexos, bem como o Regulamento Interno de Licitações e Contratos – RILC da CODAPAR (disponível no site http://www.codapar.pr.gov.br), lei das estatais n.º 13.303/2016, lei complementar 123/2006, sem prejuízo das demais disposições legais pertinentes.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL **www.bbmnetlicitacoes.com.br** ou www.codapar.pr.gov.br

2 – DA APROVAÇÃO JURÍDICA DA MINUTA DO EDITAL:

2.1 – A minuta do presente Edital foi aprovada pela Assessoria Jurídica da CODAPAR, nos termos do RILC – Minuta Padrão de Editais e Contratos, item 3.9.

3 - OBJETO:

Contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de cartão eletrônico equipado com microprocessador com chip eletrônico de segurança, com a finalidade de ser utilizado pelos empregados da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná-CODAPAR, para uso do benefício alimentação e/ou refeição em conformidade com a legislação trabalhista, com o Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT (Lei nº6.321/1976) e com as disposições expressas em Convenção Coletiva e Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável aos empregados da CODAPAR, conforme as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência.

4. DA ABERTURA

4.1 - O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor da CODAPAR, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "BBMNET Licitações", constante da página eletrônica do BBMNET – Licitações Públicas, no endereço www.bbmnetlicitacoes.com.br , conforme abaixo:

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 431
Mov. 57

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS ATÉ: 10/04/2019 – Horas 09:00:00

ABERTURA E ANÁLISE DAS PROPOSTAS: 10/04/2019 – a partir de Horas 09:00:00

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS 10/04/2019 – Horas 10:00:00

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília /DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas com o pagamento do referido objeto serão adimplidas com recursos PRÓPRIOS

6. DOS ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:

6.1 – **ESCLARECIMENTOS:**

Qualquer cidadão ou Proponente poderá solicitar esclarecimentos e providências, desde que protocolado até o 5.º dia útil da data fixada para a abertura da sessão pública, por meio eletrônico licitacao@codapar.pr.gov.br, pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados.

6.2 - A impugnação ao presente Edital, por irregularidade na aplicação da Lei das Estatais 13.303/2016 e RILC da CODAPAR, deverá ser formalmente dirigida ao Pregoeiro.

6.3 - A impugnação poderá ser formalizada por qualquer interessado, desde que protocolada até o 5.º dia útil da data fixada para abertura da licitação, sob pena de decadência. Decorrido esse prazo, a comunicação de apontamento de falhas ou irregularidades que viciariam o Edital não terá efeito de recurso. A impugnação feita tempestivamente não impedirá o licitante de participar do processo licitatório, até a decisão final a ela pertinente.

6.4 - Caso seja acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame;

6.5 - Na hipótese de a CODAPAR não responder a impugnação até 03 (três) dias úteis, a Licitação será adiada, convocando-se uma nova data para entrega das propostas.

7. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:

7.1 – Só poderão participar desta licitação, empresas cuja finalidade e ramo de atuação sejam pertinentes ao objeto desta licitação e desde que atendam a todos os requisitos estabelecidos neste edital, seus anexos e legislação em vigor.

7.2 – Recomenda-se às empresas interessadas em participar da presente licitação, se inscreverem no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná – GMS/CFPR, no portal de compras do Estado (www.comprasparana.pr.gov.br). No caso de ser arrematante do certame, a licitante vencedora deverá obrigatoriamente realizar a inscrição no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 432
Mov. 57

Paraná a fim de tornar-se fornecedor efetivamente cadastrado, conforme Decreto Estadual nº 9.762/2013, alterado pelo decreto nº 1.352/15.

7.3 – Estará impedido de disputar licitação ou participar, direta ou indiretamente, da execução do contrato, fornecedor incluído no cadastro de empresas inidôneas, nos termos do RILC da CODAPAR;

7.4 Estará impedida de participar de licitações e de ser contratada pela CODAPAR o fornecedor:

I - cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da CODAPAR;

II - suspensa pela CODAPAR;

III - declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou por Município, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

IV - constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

V - cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

VI - constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

VII - cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

VIII - que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.

7.5 Aplica-se a vedação prevista no subitem 7.4:

I - à contratação do próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;

II - a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

a) dirigente da CODAPAR;

b) empregado da CODAPAR cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;

c) autoridade do Estado do Paraná, assim entendido aqueles que exercem o cargo de Secretários de Estado, Diretores Gerais, Presidentes de Estatais e de órgãos da Administração Direta, Indireta, Autárquica, Fundacional, bem como dos Serviços Sociais Autônomos e seus equivalentes.

III cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CODAPAR há menos de 6 (seis) meses.

IV - às demais pessoas que tenham sido alcançadas pelas vedações fixadas pelo Decreto Estadual n° 426, de 04 de janeiro de 2019, que veda o nepotismo no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública Estadual direta e indireta.

7.6 -A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos do Edital e da sua habilitação sujeitará o licitante às sanções administrativas previstas neste Edital.

8. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME:

8.1 - O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

8.1.1 - coordenar os trabalhos da equipe de apoio;

8.1.2 - responder às questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;

8.1.3 - abrir as propostas de preços;

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 433
Mov. 57

8.1.4 - analisar a aceitabilidade das propostas;

8.1.5 - desclassificar propostas indicando os motivos;

8.1.6 - conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou do lance de menor preço;

8.1.7 - verificar a habilitação do proponente;

8.1.8 - declarar o vencedor;

8.1.9 - receber, examinar e submeter os recursos à autoridade competente para julgamento;

8.1.10 - elaborar a ata da sessão;

8.1.11 - encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação.

9. CREDENCIAMENTO:

9.1 - Os procedimentos para credenciamento para obtenção de chave e senha de acesso poderão ser iniciados diretamente no Sistema de Licitações no endereço www.bbmnetlicitacoes.com.br , acesso "licitantes (fornecedores)".

9.2 – Qualquer dúvida dos interessados em relação ao acesso no sistema BBMNET Licitações poderá ser esclarecida através dos canais de atendimento da Bolsa Brasileira de Mercadorias informados no site www.bbmnetlicitacoes.com.br ou pelo telefone**: (11) 3113.1900** - Central de atendimento ou por WhatsApp **(11) 9.9837-6032**.

9.3 - A chave de identificação e a senha terão validade de acordo com as normas e procedimentos previstos no Regulamento do sistema eletrônico BBMNET licitações, e poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Bolsa Brasileira de Mercadorias, por ato devidamente justificado.

9.4 - As pessoas jurídicas ou firmas individuais deverão credenciar representantes, mediante a Termo de Adesão, conforme regulamento da Bolsa Brasileira de Mercadorias, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no "BBMNET Licitações".

9.5 - Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

9.6 - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à CODAPAR ou a Bolsa Brasileira de Mercadorias a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

9.7 - O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 434
Mov. 57

10. PARTICIPAÇÃO/PROPOSTAS / LANCES:

10.1 - A participação no certame dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, por meio do sistema eletrônico no sítio www.bbmnetlicitacoes.com.br , **opção "Login" opção "Licitação Pública" "Sala de Negociação"**

10.1.1 – As propostas de preço deverão ser encaminhadas eletronicamente até data e horário definidos, conforme indicação na primeira página deste edital.

10.2 - Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

10.3 - Caso haja desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

10.3.1 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após reagendamento/comunicação expressa aos participantes via "chat" do sistema eletrônico, onde será designado dia e hora para a continuidade da sessão.

10.4 - Caso exista a necessidade de ser suspenso o pregão, tendo em vista a quantidade de lotes, o pregoeiro designará novo dia e horário para a continuidade do certame.

10.5 - O andamento do procedimento de licitação entre a data de abertura das propostas e a adjudicação do objeto deve ser acompanhado pelos participantes por meio do portal "www.bbmnetlicitacoes.com.br", que veiculará avisos, convocações, desclassificações de licitantes, justificativas e outras decisões referentes ao procedimento.

11. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS:

11.1 - O encaminhamento de proposta pressupõe também pleno conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas no edital e seus anexos. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

11.2 – As propostas encaminhadas terão prazo de validade de 90 (noventa) dias consecutivos, contados

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 435
Mov. 57

da data da sessão de abertura desta licitação, conforme disposição legal.

11.2.1- Ao apresentar sua proposta o licitante concorda especificamente com as seguintes condições:

11.2.1.1 **-** O descritivo da proposta deverá atender a todas as especificações constantes deste Edital e Termo de Referência.

11.2.1.2 - Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional e preenchidos no campo apropriado do sistema eletrônico com o **VALOR TOTAL** do lote OU **VALOR UNITÁRIO**.

11.3 – Ao encaminhar a proposta de preços na forma prevista pelo sistema eletrônico, a licitante deverá preencher as informações do item 11.2 no campo "**FICHA TÉCNICA"** ou anexá-las por meio de arquivo eletrônico no campo apropriado do sistema da Bolsa Brasileira de Mercadorias, **sendo vedada a identificação do licitante por qualquer meio**.

11.3.1 verificar a condição da empresa caso ela seja ME/EPP e informar em campo próprio da plataforma BBMNET Licitações

11.4 - Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional e preenchidos no campo apropriado do sistema eletrônico e neles deverão estar inclusas todas e quaisquer despesas, tais como frete, encargos sociais, seguros, tributos diretos e indiretos incidentes sobre o fornecimento do objeto licitado.

12. ABERTURA DAS PROPOSTAS E LANCES:

12.1 - A partir do horário previsto no edital, terá início à sessão pública do Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas pelo sítio já indicado no item 9.1, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

12.2 - Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

12.2.1 – Para efeito da disputa de preços, as propostas encaminhadas eletronicamente pelos licitantes serão consideradas lances.

12.2.2 – Cada licitante poderá encaminhar lance com valor superior ao menor preço registrado, desde que seja inferior ao seu último lance e diferente de qualquer outro valor ofertado para o

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO
Fls. 436
Mov. 57
INTEGRADO DO ESTADO

lote.

12.3 - Com o intuito de conferir celeridade à condução do processo licitatório, é permitido ao pregoeiro a abertura e gerenciamento simultâneo da disputa de vários lotes da mesma licitação.

12.3.1 – Em regra, a disputa simultânea de lotes obedecerá à ordem sequencial dos mesmos. Entretanto, o pregoeiro poderá efetuar a abertura da disputa de lotes selecionados fora da ordem sequencial.

12.4 – O tempo normal de disputa será encerrado pelo pregoeiro.

12.5 – Após o término do tempo normal de disputa, que será de 15 (quinze) minutos, o sistema disponibilizará um tempo extra, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, durante o qual se apresentará aviso de fechamento iminente dos lances. O tempo aleatório (randômico) não ultrapassará 30 (trinta) minutos.

12.6. Assim que a etapa de lances for finalizada e o sistema detectar um empate, conforme estabelece os artigos 44 e 45 da LC 123/2006 a ferramenta inicia a aplicação automática do desempate em favor ME/EPP/MEI, conforme procedimento detalhado no item 14 deste Edital.

12.7 - Se houver diferença de pelo menos 10% entre o melhor lance e o segundo colocado, serão reiniciados os lances com os licitantes a partir do segundo lugar.

12.8 - O Sistema eletrônico informará as propostas de menor preço de cada participante imediatamente após o encerramento da etapa de lances.

13.0 DOS CRITÉRIOS JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO:

13.1 - O Pregoeiro efetuará o julgamento das propostas pelo critério de "**MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO** ", podendo esta ser positiva, zero ou negativa), conforme admitido pelo TCU, p. ex., Acórdão 552/2008 - Plenário, desde que atendidas as especificações constantes deste pregão, respeitados os limites estabelecidos, sendo desclassificadas as propostas com valor acima do máximo definido em Edital para o lote único.

13.1.1 - A taxa de administração poderá ser (positiva, zero ou negativa), **com até 02 (dois) dígitos após a vírgula**, conforme item 13.1.1.3 cujo valor deverá ser apresentado livre de qualquer incidência de impostos, taxas, encargos sociais, despesas de locomoção, hospedagem de seus prepostos, seguros , frete, etc., que correrão por conta da proponente.

13.1.1.2 - A disputa será realizada no site da Bolsa Brasileira de Mercadorias, http://www.bbmnetlicitacoes.com.br, pelo critério de MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO, podendo esta ser (positiva, zero ou negativa), sendo que os valores a serem inseridos na sala de disputa estão

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 437
Mov. 57

exemplificados em vermelho na planilha abaixo, correspondendo ao valor da taxa de administração ou do desconto.

13.1.1.3 - Em razão do site do BBMNET **não aceitar números menores que 0 (zero),** os valores absolutos maiores ou igual a 100 (cem) serão considerados como positivos, e, menores que 100 (cem) serão considerados como negativos (desconto), conforme cálculo e exemplo abaixo:

* **Taxa de Administração Positiva:**

Taxa de Administração Positiva = 100 + Porcentagem de Acréscimo, onde:

100 = Taxa de Adm 0%

* **Taxa de Administração Negativa:**

Taxa de Administração Negativa = 100 - Porcentagem de desconto, onde:

100 = Taxa de Adm 0%

Taxa de Administração	Lance no site da BBMNET
1,00%	101
0,47%	100,47
0,00%	100,00
-0,94%	99,06

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 438
Mov. 57

-2,00%	98
-3,48%	96,52
-4,00%	96

13.1.1.4 - Não serão aceitos valores cotados com mais de 02 (duas) casas decimais após a vírgula.

13.2 - Após o encerramento da sessão de disputa e estando o valor da melhor proposta acima do valor de referência, o Pregoeiro negociará a redução do preço com o seu detentor.

13.3 - Encerrada a etapa de lances da sessão pública e ordenadas as ofertas, o pregoeiro comprovará a regularidade de situação do autor da melhor proposta, avaliada na forma da **Lei 13.303/2016**. O Pregoeiro verificará, também, o cumprimento das demais exigências para habilitação contidas nos itens 14.0 e 15.0 deste Edital.

13.3.1 - O licitante detentor da melhor proposta deverá apresentar, no **prazo máximo de 04 (quatro) horas** após o término da sessão de disputa de lances do último lote do pregão, no e-mail licitacao@codapar.pr.gov.br a proposta final de preços, os documentos de habilitação elencados no item 14.0 deste Edital, bem como eventual documentação específica constante do Anexo I (Termo de Referência).

13.3.2 - A proposta final (contendo a especificação completa do objeto, em conformidade com as exigências do Anexo I deste edital), juntamente com os documentos originais ou suas cópias autenticadas deverão ser protocolados, no prazo de **até 03 (três) dias consecutivos**, contados a partir do término da sessão de disputa, no seguinte endereço: Avenida Silva Jardim, 303 – CEP: 80230-000 – Cidade/Estado – Curitiba/PR(CIA DE DESENV AGROP DO PR - CODAPAR), ou encaminhados no mesmo prazo através de serviço de postagem, obrigatoriamente do tipo SEDEX ou outro método de entrega rápida equivalente.

13.3.2.1 – Os prazos indicados nos itens 13.3.1 e 13.3.2 iniciam-se simultaneamente, devendo os licitantes cumprir ambos. **Independente de manifestação do pregoeiro sobre a documentação encaminhada por e-mail**, o envio (ou protocolo) dos documentos originais, ou suas cópias autenticadas, é sempre obrigatório.

13.3.3 – No caso de desclassificação do licitante arrematante, o novo licitante convocado deverá apresentar documentação e proposta nos mesmos prazos previstos nos itens 13.3.1 e 13.3.2, a contar da convocação pelo pregoeiro através do chat de mensagens.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 439
Mov. 57

13.3.4 - A inobservância aos prazos elencados nos itens 13.3.1 e 13.3.2, ou ainda o envio dos documentos de habilitação e da proposta de preços em desconformidade com o disposto neste edital ensejará a inabilitação do licitante e conseqüente desclassificação no certame, salvo motivo devidamente justificado e aceito pelo Pregoeiro.

13.4 - Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subseqüente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

13.5 - Considera-se inaceitável, para todos os fins aqui dispostos, a proposta que não atender as exigências fixadas neste Edital ou ofertarem preços manifestamente inexequíveis conforme artigo 56, III da Lei nº 13.303/2016. A CODAPAR poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, nos termos da lei 13.303/2016 e RILC.

13.6 - Havendo lances no tempo de disputa da sessão pública, a proposta final de preços do licitante detentor da melhor oferta deverá ter seus valores unitários e totais ajustados de forma que os preços de cada um dos itens não resultem, após os ajustes, inexeqüíveis ou superfaturados.

13.7 - Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, inclusive as exigências de habilitação, o licitante será declarado vencedor do certame pelo Pregoeiro.

14. DA HABILITAÇÃO:

14.1 - A empresa detentora da proposta de menor preço deverá apresentar os seguintes documentos comprobatórios de habilitação e qualificação:

14.1.1 - Para Habilitação Jurídica:

14.1.1.1 - registro comercial, no caso de empresa individual;

14.1.1.2 - ato constitutivo (estatuto ou contrato social em vigor), devidamente registrado no órgão competente, em se tratando de sociedades comerciais (empresariais), e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos comprobatórios da eleição dos atuais administradores;

14.1.1.3 - decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

14.1.2 - Para Qualificação Econômico-Financeira:

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 440
Mov. 57

14.1.2.1 - certidão negativa de falência ou recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo Cartório de Distribuição da sede da licitante.

14.1.2.2 - Balanço patrimonial de demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação econômico-financeira da empresa que será extraída do balanço patrimonial, mediante cálculo dos seguintes índices:

Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou superior a 1.0 (um) apurado pelo quociente:

$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Índice de Liquidez Geral (IGL) igual ou superior a 1,0 (um) apurado pelo quociente:

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a longo prazo}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a longo prazo}}$$

Grau de Endividamento (GE) igual ou inferior a 0,70 (zero vírgula setenta) apurado pelo quociente:

$$GE = \frac{\text{Passivo Circulante + Exigível a longo prazo}}{\text{Ativo Total}}$$

a) O cálculo dos índices deverão ser apresentados pela proponente por meio de declaração assinada por responsável pela empresa e pelo contador.

14.1.3 - Para Regularidade Fiscal:

14.1.3.1 - Cópia do cartão de identificação junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), do Ministério da Fazenda;

14.1.3.2 - Inscrição no Cadastro de Contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste edital;

14.1.3.3 - Certificados de regularidade de situação perante o FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

14.1.3.4 - Certidões de regularidade de situação para com as Fazendas: Federal (que abrange inclusive a Contribuições sociais-INSS), Estadual, Municipal ou do Distrito Federal do domicílio/sede da licitante.

14.1.4 - Para Regularidade Fiscal Trabalhista:

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 441
Mov. 57

14.1.4.1 – Certidão negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

14.1.5 - <u>Para Qualificação Técnica:</u>

14.1.5.1 - A Qualificação Técnica será comprovada mediante a apresentação de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão para o fornecimento (ANEXO VI)

14.2 - Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada, publicação em órgão da imprensa oficial ou ainda por meio de cópia simples, a ser autenticada por servidor habilitado da Superintendência Geral de Compras Centralizadas**,** mediante conferência com os originais. As cópias deverão ser apresentadas perfeitamente legíveis.

14.2.1 - Os documentos de Habilitação deverão estar com prazo vigente, não havendo prazo nos documentos os mesmos serão considerados válidos se emitidos em até 180 dias.

14.3 - O Pregoeiro reserva-se ao direito de solicitar da licitante, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhe prazo para atendimento.

14.4 - A falta de qualquer dos documentos exigidos no edital implicará inabilitação da licitante, sendo vedada, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação, salvo motivo devidamente justificado e aceito pelo pregoeiro.

15. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E COOPERATIVAS

15.1 – O tratamento diferenciado conferido às empresas de pequeno porte, às microempresas e às cooperativas de que tratam a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e a Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, deverá seguir o procedimento descrito a seguir:

15.1.1 – Os licitantes deverão indicar no sistema eletrônico de licitações, antes do encaminhamento da proposta eletrônica de preços, a sua condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

15.1.1.1 - O licitante que não informar sua condição antes do envio das propostas perderá o direito ao tratamento diferenciado.

15.1.2 – Ao final da sessão pública de disputa de lances, o sistema eletrônico detectará automaticamente

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 442
Mov. 57

as situações de empate a que se referem os §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar 123/2006, de 14 de dezembro de 2006.

15.1.2.1 – Considera-se empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, quando esta for proposta de licitante não enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

15.1.2.2 – Não ocorre empate quando a detentora da proposta melhor classificada possuir a condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa. Nesse caso, o pregoeiro convocará a arrematante a apresentar os documentos de habilitação, na forma dos itens 13.3.1 e 14.0 deste edital.

15.1.3 – Caso ocorra a situação de empate descrita no item 15.1.2.1, o pregoeiro convocará o representante da empresa de pequeno porte, da microempresa ou da cooperativa melhor classificada, imediatamente e por meio do sistema eletrônico, a ofertar lance inferior ao menor lance registrado para o lote no prazo de cinco minutos.

15.1.3.1 – Caso a licitante convocada não apresente lance inferior ao menor valor registrado no prazo acima indicado, as demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas que porventura possuam lances ou propostas na situação do item

14.1.3.2 deverão ser convocadas, na ordem de classificação, a ofertar lances inferiores à menor proposta.

15.1.3.3 – A microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa que primeiro apresentar lance inferior ao menor lance ofertado na sessão de disputa será considerada arrematante pelo pregoeiro, que encerrará a disputa do lote na sala virtual, passando a correr o prazo de 04 (quatro) horas para apresentação da documentação de habilitação e da proposta de preços, conforme item 13.3.1 deste edital.

15.1.3.4 – O não oferecimento de lances no prazo específico destinado a cada licitante produz a preclusão do direito de apresentá-los. Os lances apresentados em momento inadequado, antes do início do prazo específico ou após o seu término serão considerados inválidos.

15.1.4 – Caso a proposta inicialmente melhor classificada, de licitante não enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, seja desclassificada pelo pregoeiro, por desatendimento ao edital, essa proposta não é mais considerada como parâmetro para o efeito do empate de que trata esta cláusula.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 443
Mov. 57

15.1.4.1 – Para o efeito do empate, no caso da desclassificação de que trata o item anterior, a melhor proposta passa a ser a da próxima licitante não enquadrada como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, observado o previsto no item 15.1.2.2.

15.1.4.2 – No caso de o sistema eletrônico não convocar automaticamente a microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, o pregoeiro o fará através do “chat de mensagens”.

15.1.4.3 – A partir da convocação de que trata o item 15.1.4.2, a microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, terá 48 (quarenta e oito) horas para oferecer proposta inferior à então melhor classificada, através do “chat de mensagens”, sob pena de preclusão de seu direito.

15.1.4.4 – Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa exercite o seu direito de apresentar proposta inferior à melhor classificada, terá, a partir da apresentação desta no “chat de mensagens”, o prazo de 04 (quatro) horas para encaminhar a documentação de habilitação e proposta de preços, conforme item 13.3.1 deste edital.

15.1.4.5 – O julgamento da habilitação das microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas obedecerá aos critérios gerais definidos neste edital, observadas as particularidades de cada pessoa jurídica.

15.1.4.6 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado às microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas um prazo adicional de 05 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, contados a partir da notificação da irregularidade pelo pregoeiro. O prazo de 05 (cinco) dias úteis poderá ser prorrogado por igual período se houver manifestação expressa do interessado antes do término do prazo inicial.

16. DOS RECURSOS

16.1 – A manifestação da intenção de recorrer deve ser formalizada em campo específico do sistema de licitações (sítio www.bbmnetlicitacoes.com.br).

16.1.1 – O acesso à fase de manifestação da intenção de recurso será assegurado aos licitantes classificados e desclassificados.

16.1.2 – O licitante terá 05 (cinco) dias úteis contados a partir do primeiro dia útil seguinte à manifestação da intenção de recurso, para protocolar, no endereço constante no item 16.4, a peça recursal original acompanhada do contrato social ou do instrumento de procuração que conceda poderes de representação da empresa nesta licitação. Os demais licitantes ficarão, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 444
Mov. 57

recorrente. Cópia da peça recursal original, bem como contrarrazões e demais documentos deverão ser inseridos no campo próprio (upload) do sistema de licitações (sitio www.bbmnetlicitacoes.com.br).

16.1.3 - Na hipótese de encaminhamento tempestivo da peça recursal ou das contrarrazões de recurso através de serviço de postagem, obrigatoriamente do tipo SEDEX ou outro método de entrega rápida equivalente, e, por qualquer motivo, os referidos documentos não sejam protocolados nesta CODAPAR no prazo estabelecido no item 16.1.2, o pregoeiro somente conhecerá o recurso ou as contrarrazões de recurso se o licitante tiver encaminhado os referidos documentos, acompanhados do contrato social ou do instrumento de procuração, no mesmo prazo, para o e-mail licitacao@codapar.pr.gov.br ou por meio eletrônico em campo próprio do sistema eletrônico (sitio www.bbmnetlicitacoes.com.br).

16.1.3.1 - O conhecimento do recurso ou das contrarrazões de recurso na forma descrita no item anterior está condicionada ao protocolo, ainda que posterior, dos documentos originais, consoante disposto no item 16.4.

16.2 - A falta de manifestação imediata e motivada importará decadência do direito de recurso.

16.3 - Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

16.4 **-** Os recursos e contrarrazões de recurso de qualquer natureza devem ser endereçados ao Pregoeiro e protocolados junto à CODAPAR , nesta Capital, em dias úteis, no horário de 08 às 17:00 horas, o qual deverá receber, examinar e submetê-los à autoridade competente que decidirá sobre sua pertinência. O recurso e contrarrazões devem fazer menção ao número do Pregão Eletrônico, número do processo e do órgão solicitante da licitação.

16.5 – O recurso contra decisão do pregoeiro somente tem efeito suspensivo em relação ao(s) lote(s) objeto da contestação.

16.6 – O acolhimento do recurso importa a invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1 - Em caso de recurso, caberá Autoridade Competente a adjudicação do objeto ao licitante declarado vencedor.

17.2 - Nos demais casos, o pregoeiro fará a adjudicação do(s) lote(s) ao(s) licitante(s) vencedor(es).

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 445
Mov. 57

17.3 - A homologação é ato de competência da autoridade que determinou a abertura do procedimento.

18. DA CONTRATAÇÃO

18.1 - A empresa deverá comparecer no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, por escrito, para assinatura do Contrato.

18.1.1 - decorrido o prazo sobredito, contado do recebimento do comunicado oficial para assinatura do contrato, observado o disposto no art. 75, caput, da Lei 13.303/2016 , e não tendo a empresa vencedora comparecido ao chamamento, perderá o direito à contratação e estará sujeita às penalidades previstas no item 25.0 deste edital.

18.2. - O disposto no subitem anterior poderá sempre se repetir até a efetiva celebração do Contrato com o Contratante, observadas as ofertas anteriormente apresentadas pelos licitantes, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis ao licitante que não cumprir os compromissos assumidos no certame.

18.3 - A Contratada está obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões determinadas pelo Contratante até 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado, na forma do artigo 81, § 1º da Lei nº 13.303/16

18.4 - Qualquer entendimento relevante entre a Contratante e a Contratada será formalizado por escrito e também integrará o Contrato.

18.5 – A presente contratação terá 12 meses sucessivos e Ininterruptos, contados a partir do inicio da assinatura do contrato a ser expedido pelo gestor das formalidades, representante CODAPAR, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, mediante a lavratura de Termos Aditivos, até o limite de 05 (cinco) anos de acordo com o artigo 71 da Lei nº 13.303/2016.

19. DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

19.1 - A inexecução total ou parcial do Contrato enseja sanções, conforme disposto na Lei 13.303/16 Art. 83 e rescisão do contrato conforme Regulamento de Licitações e Contratos CODAPAR item 7.5.

19.2 - Os motivos ensejadores na rescisão do contrato estão elencados no ITEM 7.5.2 do RILC da CODAPAR.

19.3 - Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, devendo ser assegurado o contraditório e a ampla defesa.

19.4 - A rescisão do contrato poderá ocorrer:

I - por ato unilateral e escrito de qualquer das partes;

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 446
Mov. 57

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a CODAPAR;

III - judicial, nos termos da legislação.

19.5 - A rescisão por ato unilateral, deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada e ser enviada à outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

19.5.1 - Na hipótese de imprescindibilidade da execução contratual para a continuidade de serviços públicos essenciais, o prazo a que se refere o subitem anterior será de 90 (noventa) dias.

19.6 - Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da outra parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, regularmente comprovados, e no caso do contratado terá este ainda direito a:

I - devolução da garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

III - pagamento do custo da desmobilização.

19.7 - A rescisão por ato unilateral da CODAPAR acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das demais sanções previstas em lei ou no RILC:

I - assunção imediata do objeto contratado, no estado e local em que se encontrar;

II - execução da garantia contratual, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela CODAPAR;

III - na hipótese de insuficiência da garantia contratual, a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à CODAPAR.

20. DO REAJUSTE

A taxa de administração será irreajustável, para maior.

21. OBRIGAÇÕES DA CODAPAR

Constituem obrigações da **CODAPAR**, além das demais expressamente previstas neste instrumento e de outras decorrentes da natureza do ajuste:
I - Fornecer e disponibilizar ao CONTRATADO, o cadastro atualizado dos empregados elegíveis ao recebimento do(s) benefício(s) no mês;
II - Informar ao CONTRATADO, a data de crédito/recarga, através de solicitação eletrônica;
III - Permitir ao pessoal do CONTRATADO acesso ao local da entrega dos cartões, desde que observadas as normas de segurança;
IV- Efetuar os pagamentos devidos ao CONTRATADO, nas condições estabelecidas neste contrato;
V - Fornecer, a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita do CONTRATADO, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientar em todos os casos omissos;
VI - Manter entendimentos sempre por escrito. Entendimentos verbais deverão ser confirmados por escrito, dentro do prazo máximo de três dias úteis.20.0 -

22. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações do CONTRATADO, além das demais expressamente previstas neste instrumento e de outras decorrentes da natureza do ajuste:

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 447
Mov. 57

I - Disponibilizar o crédito nos valores informados pela **CODAPAR**, nos cartões eletrônicos alimentação/refeição, em até 5 (cinco) dias úteis**.**
NOTA – os créditos deverão estar disponíveis nos cartões eletrônicos na data informada pela CODAPAR,
II - Disponibilizar os créditos referentes aos cartões alimentação/refeição por sistema eletrônico diretamente no cartão;
III - Entregar os cartões eletrônicos de alimentação/refeição, rigorosamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da assinatura deste instrumento, na sede da CODAPAR, em envelope lacrado e sem ônus para a CODAPAR;
IV - Entregar cartões adicionais (segunda via) por motivo de roubo, extravio ou danificados, no prazo de 5 (cinco) dias da solicitação da CODAPAR, na sede da CODAPAR, em envelope lacrado.
V - Entregar à **CODAPAR** cartões eletrônicos alimentação/refeição personalizados, mediante aposição em sua face de sua denominação social **"Companhia De Desenvolvimento Agropecuário do PR – CODAPAR";**
VI - Disponibilizar um prazo de validade mínima para os cartões, de 12 (doze) meses.
VII - Aceitar, a qualquer tempo a opção dos empregados pelo recebimento do crédito em cartão alimentação ou refeição, sendo que em nenhuma das hipóteses deve incorrer em ônus adicional na taxa administrativa.
VIII - Manter sigilo quanto às informações dos empregados da **CODAPAR**, contidas na base de dados por intermédio da qual os cartões são gerados e desbloqueados, bem como manter na mais completa segurança quaisquer outros documentos, arquivos ou relatórios manipulados por empregados, dedicando especial atenção à sua guarda e devolvendo-os a **CODAPAR** após o término do contrato, se solicitados.
IX - Fornecer garantia contratual de que, sob nenhum pretexto, serão cobrados pelos conveniados, ágios, descontos ou taxas adicionais pela utilização do cartão alimentação ou refeição dos empregados beneficiários.
X - Realizar pesquisas sugerindo, esclarecendo e orientando a **CODAPAR**, das consultas e nutrição, para uma melhor utilização dos benefícios.
XI - Orientar e assessorar a CODAPAR para realização do Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT propiciando-lhe o aproveitamento dos incentivos fiscais, instituídos pela Lei nº 6.321, de 14 de janeiro de 1976, regulamentada pelo Decreto nº 5 de 14 de janeiro de 1991, assessorando, acompanhando com cadastramento e informando-a sobre seu andamento até fase final e posterior utilização.
XII - Manter e organizar de acordo com as necessidades dos empregados da CODAPAR, informações sobre as redes de restaurantes que atendam às exigências do Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT.
XIII - Fornecer relação de estabelecimentos credenciados, tanto restaurantes como supermercados, que deverá ser atualizada quando solicitado pela CODAPAR, contendo razão social, nome fantasia, endereço e telefone;
XIV - Efetuar credenciamento de estabelecimentos, nas cidades, conforme anexo I– "*Termo de Referência"* do Edital, ou em outras, tanto restaurantes quanto supermercados, que atendam na sua plenitude as necessidades da **CODAPAR**, sob pena de a presente contratação ser rescindida, de pleno direito, caso a rede não venha a satisfazer as necessidades dos usuários, lotados em qualquer município de atuação da **CODAPAR**, em qualquer uma das modalidades de benefício;
XV - Facultar à **CODAPAR** o direito de fiscalizar, por intermédio de seus representantes legais, o cumprimento de suas atribuições junto aos estabelecimentos do sistema, podendo fazê-la a qualquer tempo, mesmo em caráter permanente, se assim a aprouver.
XVI - Proceder regularmente a inspeção de higiene, de qualidade dos serviços, junto aos estabelecimentos credenciados.
XVII - Garantir a utilização dos cartões eletrônicos alimentação/refeição em toda a rede credenciada.
XVIII - Garantir que, em casos de mudança de localização das instalações empresariais da CODAPAR, poderão ser definidos ajustes no ponto de entrega dos cartões, não implicando, em qualquer hipótese, a alteração da taxa contratada.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 448
Mov. 57

23. ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

Prazos: Os cartões eletrônicos de alimentação deverão ser entregues no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da assinatura do contrato na sede da CODAPAR, em envelope lacrado e sem ônus para a CODAPAR.

NOTA: Cartões adicionais (segunda via) por motivo de roubo, extravio ou danificados serão entregues no mesmo prazo.

Após emissão do pedido pela CODAPAR, o crédito deverá estar disponível em até (05) cinco dias úteis de acordo com os valores informados pela CODAPAR

NOTA: Os créditos deverão estar disponíveis nos cartões na **data informada** pela CODAPAR.

23.1 - A entrega deverá ser feita na matriz da CODAPAR, situada na Avenida Silva Jardim, 303, Bairro Rebouças, CURITIBA-PR, das 08h às 12 h e das 13:00 às 17:00.

23.2 - O recebimento dos cartões será efetuado pelo setor Recursos Humanos ou por servidor responsável, que poderá solicitar junto ao fornecedor a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas na entrega dos mesmos.

23.4 – O recebimento provisório ou definitivo do objeto do contrato não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela perfeita execução do contrato.

24. DO PAGAMENTO

24.1 - A empresa contratada deverá emitir nota e documento de cobrança referente ao mês, os quais serão atestados pela fiscalização do contrato e enviado para pagamento na data do documento de cobrança.

24.2 - Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, perante o FGTS – CRF e ICMS da Fazenda Estadual do domicílio do contratado.

24.3 - Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

24.4 - Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer Nota Fiscal/Fatura por culpa do contratado, o prazo previsto no item 24.1 reiniciar-se-á a contar da data da respectiva reapresentação.

24.5 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

25 - <u>SANÇÕES ADMINISTRATIVAS</u>

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 449
Mov. 57

25.1 - Pela inexecução total ou parcial do contrato a CODAPAR poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - advertência;

II – multa moratória

III – multa compensatória;

IV - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CODAPAR, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

25.2 - Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CODAPAR ou cobrada judicialmente.

25.3 - As sanções previstas no subitem 22.1 poderão ser aplicadas de forma cumulativa;

25.4 - As condutas que podem levar a aplicação de penalidades encontram-se descritas no RILC e na Lei 13.303/2016.

25.5 - São consideradas condutas reprováveis e passíveis de sanções, dentre outras:

I - não atender, sem justificativa, à convocação para assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente;

II - apresentar documento falso em qualquer processo administrativo instaurado pela CODAPAR;

III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a CODAPAR em virtude de atos ilícitos praticados.

IV - afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

V - agir de má-fé na relação contratual, comprovada em processo específico;

VI - incorrer em inexecução contratual.

VII - ter frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

VIII - ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

IX - ter afastado ou procurado afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

X - ter fraudado licitação pública ou contrato dela decorrente;

XI - ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

XII - ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;

XIII - ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

XIV - ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos;

XV - ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização;

XVI - ter sofrido condenação definitiva por prática, por meios dolosos, de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 450
Mov. 57

XVII - ter deixado de proceder ao pagamento de salários, vale-transporte e de auxílio alimentação dos empregados na data fixada;

XVIII - ter deixado de cumprir com as obrigações relativas a encargos sociais, previdenciários e trabalhistas;

XIX - deixar de manter o nível de qualidade exigido pela CODAPAR na execução do contrato, bem como deixar de evitar a sua degeneração quando for o caso.

25.6 - Estendem-se os efeitos das sanções também aos profissionais que tenham praticados quaisquer dos atos acima indicados.

25.7 - As práticas acima exemplificadas, além de acarretarem responsabilização administrativa e judicial da pessoa jurídica, implicarão na responsabilidade individual dos dirigentes das empresas contratadas e dos administradores/gestores, na qualidade de autores, coautores ou partícipes do ato ilícito, nos termos da Lei nº 12.846/2013.

25.8 - Da Sanção de Advertência: A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado, ainda que ilícito, não seja suficiente para acarretar danos à CODAPAR, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros.

25.9 - A reincidência da sanção de advertência, ensejará a aplicação de penalidade de suspensão.

25.10 - Da Sanção de Multa: A multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - em decorrência da interposição de recursos meramente procrastinatórios, multa correspondente a 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;

II - em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do artigo 43, § 1° da Lei Complementar n° 123/2006, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis pelo mesmo período, a pedido justificado da Licitante, multa correspondente a 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;

III - pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, multa correspondente a 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;

IV – no caso de atraso na entrega da garantia contratual, quando exigida, após 10 (dez) dias úteis contados da celebração do contrato, incidirá multa correspondente a 1% (um por cento) do valor do contrato;

V - no caso de inexecução parcial, incidirá multa na razão de 10% (dez por cento), sobre a parcela não executada;

VI - no caso de inexecução total, incidirá multa na razão de 20% (vinte por cento), sobre o valor total do contrato;

VII - nos demais casos de atraso, incidirá multa na razão de 5% (cinco por cento) sobre a parcela não executada no prazo pactuado.

VIII - O não pagamento da multa aplicada importará na tomada de medidas judiciais cabíveis e na aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CODAPAR, por até 02 (dois) anos.

25.11 Da Sanção de Suspensão: Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à CODAPAR, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

25.11.1 - Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 01 a 06 meses), média (de 07 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses).

25.11.2 - A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 2 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 451
Mov. 57

25.11.3 - O prazo da sanção a que se refere o subitem acima, terá início a partir da sua publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná, estendendo-se os seus efeitos a todas as Unidades da CODAPAR

25.11.4 - A sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar importa, durante sua vigência, na suspensão de registro cadastral, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral;

25.11.5 - Caso a sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar for aplicada no curso da vigência de um outro contrato, a CODAPAR poderá, a seu critério, garantido o contraditório e a ampla defesa, rescindir o outro contrato mediante comunicação escrita previamente enviada ao contratado, ou mantê-lo vigente.

25.11.6 - A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CODAPAR, por até 02 (dois) anos será registrada no cadastro de empresas inidôneas de que trata o Art. 23 da Lei n° 12.846, de 1° de agosto de 2013.

25.11.7 - O registro de fornecedor da Contratada será cancelado quando o mesmo sofrer sanção de suspensão do direito de licitar e impedimento para contratar com a CODAPAR

25.12 – Da Defesa do Contratado: Antes da aplicação de qualquer das sanções anteriormente elencadas: Advertência, Suspensão e Multas a área gestora do contrato, notificará formalmente a Contratada garantindo o contraditório e ampla defesa, concedendo o prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentar sua manifestação.

25.12.1 - Da decisão final cabe recurso à autoridade superior, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contado da intimação do ato.

25.12.2 - As decisões oriundas dos processos administrativos sancionatórios serão publicadas no Diário Oficial do Estado do Paraná e, imediatamente, comunicada ao Cadastro Corporativo da CODAPAR para fins de registro.

25.12.3 - No caso de indeferimento da defesa apresentada, e uma vez concluído o processo administrativo, a importância devida correspondente à aplicação da multa deverá ser recolhida perante junto a Tesouraria da CODAPAR, em até 5 (cinco) dias úteis a partir da sua notificação da decisão final.

25.13 - Caso não haja o recolhimento da multa no prazo estipulado, a Contratante descontará a referida importância, de eventuais créditos a vencer da empresa Contratada. Na ausência de créditos disponíveis para quitação da importância da multa, a Contratante executará a Garantia do Contrato, e quando for o caso, será cobrado judicialmente.

26 - DISPOSIÇÕES FINAIS

26.1 - A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a CODAPAR revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivado de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

26.2 - Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a CODAPAR não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

26.3 - O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 452
Mov. 57

apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

26.4 - Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

26.5 - É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

26.6 - O desatendimento de exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

26.7 - As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

26.8 - As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Estado.

26.9 - A participação do proponente nesta licitação implica a aceitação de todos os termos deste edital.

26.10 - Havendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será transferida para dia e horário definidos pelo pregoeiro, comunicando devidamente aos licitantes do pregão eletrônico.

26.11 - Os casos omissos serão decididos pelo Pregoeiro em conformidade com as disposições constantes dos Decretos e Lei citadas no preâmbulo deste edital.

26.12 - O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de Curitiba.

26.13 - Constitui parte integrante deste edital os anexos:

26.13.1 - ANEXO I - Termo de Referência;

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 453
Mov. 57

26.13.2 - ANEXO II – Modelo de declaração

26.13.3 - ANEXO III – Declaração de Conhecimento e Atendimento às Condições do Edital

26.13.4 – Anexo IV – Modelo de Carta de Apresentação de Proposta Final para Prestação dos Serviços/Fornecimento

26.13.5 – Anexo V – Modelo de Declaração de Enquadramento em Regime de Tributação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (na hipótese do licitante ser uma ME ou EPP)

26.13.6 - Anexo VI - Modelo Atestado de Capacidade Técnica

26.13.7 - ANEXO VII - Minuta de Contrato

Curitiba, ___ de _____ de 2019.

EDSON LUIZ ZIEMBA
Pregoeiro

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

DO OBJETO:
Contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de cartão eletrônico equipado com microprocessador com chip eletrônico de segurança, com a finalidade de ser utilizado pelos empregados da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná - CODAPAR, para uso do benefício alimentação e/ou refeição em conformidade com a legislação trabalhista, com o Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT (Lei nº6.321/1976) e com as disposições expressas em Convenção Coletiva e Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável aos empregados da CODAPAR, conforme as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência.

DESCRITIVO DOS SERVIÇOS:
O Vale-alimentação e/ou Vale-refeição deverá ser fornecido através de cartões eletrônicos, com chip de segurança, com sistema de controle de saldo e senha numérica pessoal e intransferível para validação das transações eletrônicas, através de sua digitação em equipamento débito pelo usuário no ato da compra nos estabelecimentos credenciados.

O benefício será disponibilizado nas seguintes modalidades:
Vale-refeição: em meio eletrônico, cartão magnético ou de similar tecnologia, equipado com chip de segurança, para aquisição de refeições em estabelecimentos comerciais credenciados (restaurantes, lanchonetes, padarias e outros similares); e

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 454
Mov. 57

Vale-alimentação: em meio eletrônico, cartão magnético ou de similar tecnologia, equipado com chip de segurança, para aquisição de gêneros alimentícios de primeira necessidade, in natura, em estabelecimentos comerciais credenciados (hipermercados, supermercados, armazém, mercearia, açougue, peixaria, comércio de laticínios e/ou frios e outros similares);

O beneficiário poderá optar por receber apenas uma das duas modalidades (Alimentação ou Refeição);

Os cartões eletrônicos de Vale-alimentação e Refeição, deverão ser entregues personalizados com o nome do funcionário e a razão social da CODAPAR.

Os cartões eletrônicos de alimentação e refeição deverão ser entregues no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de assinatura do contrato, na Sede da CODAPAR em embalagem lacrada e sem ônus para a CODAPAR. Cartões adicionais (segunda via) por motivo de roubo, extravio ou danificados serão entregues no mesmo prazo sem custo algum.
- Após emissão do pedido pela CODAPAR, o crédito deverá estar disponível em até 05 (cinco) dias úteis de acordo com os valores informados pela CODAPAR.

Os créditos deverão estar disponíveis nos cartões dos usuários na data informada pela CODAPAR, por ocasião dos pedidos mensais, geralmente até o dia 10 (dez) de cada mês ou do dia útil anterior.

Caberá a contratada disponibilizar os créditos, referente aos cartões alimentação e refeição por sistema eletrônico diretamente no cartão, sem que os funcionários da contratante precisem se dirigir a postos de recarga.

Deverá ser disponibilizada ferramenta on-line para o usuário poder consultar o saldo e extrato de utilização dos cartões Alimentação ou Refeição.

TAXA DE ADMINISTRAÇÃO:

A CONTRATADA será remunerada pela TAXA DE ADMINISTRAÇÃO proposta que será aplicada sobre o valor dos créditos inseridos mensalmente.

As quantidades mensais de solicitação dos créditos nos cartões variarão em função do número de funcionários e dias trabalhados no mês.

A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO cotada deve incluir todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto deste Termo de Referência, inclusive custo de emissão de cartões.

VALOR DO BENEFÍCIO:

QUANT. EMPREGADOS	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	Nº DE CRÉDITOS / ANO	VALOR ANUAL	TAXA MÁXIMA DE ADMINISTRAÇÃO (%)
300	418,00	125.400,00	12	1.504.800,00	

Os valores unitários dos vales-alimentação e/ou refeição, poderão ser alterados a qualquer tempo, a critério da CODAPAR, conforme estipulado em Convenção Coletiva de Trabalho ou Acordo Coletivo de Trabalho, firmado com seus empregados.

ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS:

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 455
Mov. 57

A CONTRATADA, deverá demonstrar Rede Credenciada nos municípios, com o mínimo de estabelecimentos conforme quadro abaixo:

O dimensionamento do número mínimo de estabelecimentos, obedeceu o critério de 70% (setenta por cento) da Rede credenciada da atual prestadora de serviços contratada pela entidade licitadora e é o número considerado satisfatório para atendimento as necessidades dos funcionários abrangidos pelo benefício.

MUNICIPIO	VALE ALIMENTAÇÃO	VALE REFEIÇÃO
APUCARANA/PR	69	25
ASSAI / PR	8	1
ASTORGA / PR	4	2
CAMPO LARGO/PR	130	104
CAMPO MOURÃO/PR	65	35
CASCAVEL/PR	162	166
CASTRO/PR	26	16
CORNELIO PROCÓPIO/PR	28	18
CRUZEIRO DO OESTE/PR	9	1
CURITIBA/PR	2.235	4.594
FOZ DO IGUAÇU/PR	191	116
FRANCISCO BELTRÃO/PR	54	21
GUAIRA/PR	13	4
GUARAPUAVA/PR	72	58
IBIPORÃ/PR	21	10
IRATI/PR	14	9
IVAIPORÃ/PR	21	10
JACAREZINHO/PR	21	8
LAPA/PR	30	13
LARANJEIRAS DO SUL/PR	16	4
LOANDA/PR	7	4
LONDRINA/PR	359	460
MARINGÁ/PR	224	303
MAL.CANDIDO RONDON/PR	12	3
PALMAS/PR	21	8
PARANAGUÁ/PR	141	134
PARANAVAÍ/PR	38	16
PATO BRANCO/PR	39	25
PINHAIS/PR	194	256
PITANGA/PR	10	2
PONTA GROSSA/PR	153	152
SANTA HELENA/PR	16	2
SÃO JOSE DOS PINHAIS/PR	408	555
STO. A. SUDOESTE/PR	7	2
SANTO INACIO/PR.	7	1
TOLEDO/PR	76	32

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 456
Mov. 57

UMUARAMA/PR	35	27
UNIÃO DA VITORIA/PR	28	25

VIGÊNCIA:
O contrato será celebrado pelo período de 12 (doze) meses, tendo sua vigência a partir da assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, mediante Termo Aditivo, limitados em até 60 (sessenta) meses, nos termos da legislação vigente.

PRAZO DE PAGAMENTO:
O prazo de pagamento dos valores creditados nos cartões alimentação e refeição e da taxa administrativa, deverá ser até o 3º dia útil do mês subsequente ao mês do crédito e emissão da correspondente nota fiscal / fatura.

DISPOSIÇÕES GERAIS:
Na proposta deverá ser declarado, expressamente, que na TAXA DE ADMINISTRAÇÃO cotada, incluem-se todos os custos e despesas, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Termo de Referência, inclusive custo de emissão de cartões.

Quaisquer tributos, custos e despesas diretas e indiretas omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados com inclusos na TAXA DE ADMINISTRAÇÃO, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a este ou a qualquer título, devendo os serviços serem prestados sem ônus adicionais.

O CONTRATADO, deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que apresentou no ato da contratação.

Quaisquer dúvidas sobre o objeto da presente licitação, deverão ser dirimidas através do fone (41) 3219.9314 ou 3219.9319 com Geraldo ou Sandra.

ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão Eletrônico n.º 001/2019

_____,inscrito no CNPJ/MF nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____SSP/__ e do CPF/MF nº _____, **DECLARA,** para os devidos fins, sob as penas da Lei:

1º INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

O pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital.

2º NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES

Que não utilizo a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

3º REQUISITOS DO DECRETO ESTADUAL nº 426/2019

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 457
Mov. 57

Que não incide em nenhuma das situações impeditivas à contratação, indicadas no Decreto Estadual nº 426/2019, que veda o nepotismo nos órgãos e entidades estaduais nas contratações celebradas pela Administração Pública do Estado do Paraná.

Local e data.

_____

Nome e carimbo do representante legal

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E ATENDIMENTO ÀS CONDIÇÕES DO EDITAL

TIMBRE DA EMPRESA
(Nome da empresa, CNPJ e endereço da empresa)

Declaramos para todos os fins de direito, que conhecemos o objeto do pregão e os termos constantes no Edital Pregão Eletrônico nº 001/2019 e seu(s) ANEXOS e do Regulamento bem como temos todas as condições de cumprir as exigências ali contidas no que concerne à apresentação de documentação para fim de habilitação.

Data:

_____

Nome da empresa + Carimbo
Nome do responsável legal da empresa
RG do responsável
CPF do responsável

ANEXO IV – MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA FINAL PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇO/FORNECIMENTO

MODELO DESCRITIVO DA PROPOSTA DE PREÇOS

Ref: **Licitação Nº 002/2019**

De acordo com as disposições contidas no Pregão Eletrônico nº 001/2019, vimos pelo presente apresentar nossa Proposta de Preços para o(s) objeto(s), de acordo com as especificações e demais exigências contidas nos Anexos integrantes deste Edital, conforme o que abaixo segue:

1 – DADOS DA PROPONENTE:

Proponente:

CNPJ/MF n°:	Inscrição Estadual n°:

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 458
Mov. 57

Endereço:

Bairro: CEP:

CIDADE:

UF: Fone: Fax:

e-mail:

Banco: Agência: Conta:

2 – DO VALOR DA PROPOSTA DE PREÇOS:

De acordo com o estabelecido no edital da licitação em epígrafe, apresentamos proposta comercial destinada à prestação dos serviços de gestão de benefício de auxílio alimentação e refeição, por meio de cartão eletrônico, com senha pessoal, para atender a **CODAPAR**, conforme especificações técnicas dispostas no anexo *"Termo de Referência"* do edital licitatório (**anexo I**).

QUANT. EMPREGADOS	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	Nº DE CRÉDITOS / ANO	VALOR ANUAL	TAXA MÁXIMA DE ADMINISTRAÇÃO (%)
300	418,00	125.400,00	12	1.504.800,00	

3 – A validade da proposta é de **90** (noventa) dias.

4 – A empresa vencedora é responsável pela qualidade e integridade do produto/serviço durante o período de validade e, inclusive, pelo seu transporte, se for o caso. Constatado qualquer problema, cabe à Contratada efetuar a troca do produto nos termos do Edital e da legislação vigente.

5. - O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.

Em _____ de _____ de 2019.

_____

Assinatura do Representante Legal ou Procurador

Nome:

RG:

Cargo:

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 459
Mov. 57

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NO REGIME DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (NA HIPÓTESE DO LICITANTE SER UMA ME OU EPP).

TIMBRE DA EMPRESA
(Nome da empresa, CNPJ e endereço da empresa)

( ) MICROEMPRESA

( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE

_____, inscrita no (Razão Social da Empresa) CNPJ nº _____, Endereço: _____

DECLARO, sob as penas da lei, que a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte estabelecidos pela Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, em especial quanto ao seu art. 3º, estando apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nessa Lei Complementar. Declaro, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, e que se compromete a promover a regularização de eventuais defeitos ou restrições existentes na documentação exigida para efeito de regularidade fiscal, caso seja declarada vencedora do certame.

Sou optante do Sistema Simples Nacional?
( ) SIM ( )NÃO

_____
Local/ Data

_____
Nome da empresa + Carimbo
Nome do responsável legal da empresa
RG do responsável

ANEXO VI - ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, a pedido da interessada e para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, que a empresa [nome da empresa prestadora de serviços], inscrita no CNPJ sob o nº 00.000.000/0001-00, estabelecida na Rua ....., nº....., bairro ....., na cidade de ....., Estado de ....., prestou serviços à [**nome da empresa contratante**], CNPJ nº 00.000.000/0001-00, de [**descrição dos serviços prestados, especificando o prazo de execução, o valor do contrato e o número da Nota Fiscal**].

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 460
Mov. 57

Registramos, ainda, que as prestações dos serviços acima referidos apresentaram bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

[cidade], em XX de XXXX de 201X.

_____

[nome do responsável]

CPF nº 000.000.000-00

[endereço da empresa, caso não possua papel timbrado]

ANEXO VII - MINUTA DE CONTRATO

MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Nº XXX/19	CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A *COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DO PARANÁ* – ***CODAPAR*** e _____

Contrato de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, que pelo presente instrumento celebram, de um lado a ***COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIA DO PARANÁ - CODAPAR***, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.494.459/0001-50, com sede na Avenida Silva Jardim nº 303, Curitiba - Paraná, nesta capital, neste ato representada pelos seus Diretores: Presidente *Debora Grimm* , portadora do RG nº 3.161.199-7 SSP/PR e do CPF/MF nº 525.499.689-72 e Financeiro: Walter Hiroshi Yokoyama RG: 16.300.699-4 CPF: 062.048.668-69 , denominada CONTRATANTE ou CODAPAR e de outro, a empresa vencedora do Pregão Eletrônico 001/2019 inscrita no CNPJ/MF sob o nº xxxxxxxxxxxx, com sede na xxxxxxxxxxxx, neste ato representado pelo seu xxxxxxxxxxxxxx: xxxxxxxxxxxxxxxxx, portador do RG sob nº xxxxxxxxxxx SSP/xx e do CPF/MF sob o nº xxxxxxxxxxxxx, denominada **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato, obedecidas as condições constantes do Edital de Licitação, RILC da CODAPAR, lei 13.303/2016, da proposta da **CONTRATADA,** os quais compõe o presente contrato, sem prejuízo dos demais diplomas normativos aplicados a espécie.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O presente contrato tem por objeto a Contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de cartão eletrônico equipado com microprocessador com chip eletrônico de segurança, com a finalidade de ser utilizado pelos empregados da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná - CODAPAR, para uso do benefício alimentação e/ou refeição em conformidade com a legislação trabalhista, com o Programa de

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 461
Mov. 57

Alimentação do Trabalhador - PAT (Lei nº6.321/1976), conforme as especificações descritas nos Anexos integrantes do Edital.

PARÁGRAFO ÚNICO : Este contrato decorre do Pregão Eletrônico n.º 001/2019, objeto do Protocolo Administrativo nº 15.515.153-6, com resultado publicado no Diário Oficial do Estado nº _____ de _____.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO:

A **CODAPAR** pagará ao Contratado os preços previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato. O valor total do contrato é de R$ _____ (_____) ;

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Nos preços já estão incluídos mão-de-obra direta e indireta acrescida de todos encargos sociais e despesas com seguros de qualquer natureza, perdas eventuais, despesas administrativas, lucros, tributos e demais encargos necessários para a perfeita execução dos serviços, bem como as funções acessórias e complementares, a seguir dispostas:
a) créditos e estornos nos cartões eletrônicos alimentação/refeição;
b) emissão da primeira via de cartões eletrônicos, sem custo adicional para a CODAPAR e empregados;
NOTA: Cartões adicionais (segunda via) por motivo de roubo, extravio ou danificados serão entregues no mesmo prazo e com custo máximo de R$ .....(por extenso), por cartão.
c) custos diretos, inclusive transporte para entrega no local indicado para entrega, bem como o custo decorrente de seguro dos cartões alimentação/refeição;
d) manutenção mensal dos cartões eletrônicos alimentação/refeição;
e) recolhimento dos tributos incidentes sobre os serviços executados pelo CONTRATADO;
f) mão-de-obra acrescida dos encargos sociais, trabalhistas e previdenciários e suas integrações;
g) benefícios e despesas indiretas (BDI);
h) todos os demais encargos que se façam necessários para o fiel cumprimento da execução do contrato.
PARÁGRAFO SEGUNDO: Pelo fornecimento, a CODAPAR pagará ao CONTRATADO, o valor correspondente à soma dos créditos efetuados nos cartões eletrônicos, acrescido da TAXA DE ADMINISTRAÇÃO de ....% (.....por cento), incidente sobre o valor de cada pedido mensal.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O valor referido na cláusula segunda é estimativo do valor total dos serviços, o qual não é garantia de faturamento para o CONTRATADO, estando a CODAPAR livre para solicitar a quantidade produtos/serviços indispensáveis às suas necessidades, até este limite de valor.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

A responsabilidade pela gestão e fiscalização deste contrato caberá aos funcionários a seguir designados, cujas atribuições estão definidas nos artigos 72, 73 e 74 do Decreto Estadual nº 4.993/2016.

Gestor: _____, portador do RG n° _____SSP/PR, CPF/MF nº _____.

PARÁGRAFO ÚNICO: A gestão, fiscalização, bem como o controle e avaliação dos serviços prestados pela CONTRATADA no presente instrumento serão exercidas pela CONTRATANTE, sem prejuízo da eventual aplicação de penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

CLÁUSULA QUINTA – DA FONTE DE RECURSOS:

Os recursos para execução do objeto da presente contratação serão adimplidos com recursos **PRÓPRIOS.**

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 462
Mov. 57

CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS DO CONTRATO:

O contrato será celebrado pelo período de 12 (doze) meses, tendo sua vigência a partir da assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, mediante Termo Aditivo, limitados em até 60 (sessenta) meses, nos termos da legislação vigente.

CÁUSULA SÉTIMA – DA FORMA DE PAGAMENTO:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A documentação fiscal deverá ser acompanhada do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, comprovante da regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, para com o FGTS, INSS e Justiça do Trabalho, observadas as disposições do Termo de Referência. **PRAZO DE PAGAMENTO:**

O prazo de pagamento dos valores creditados nos cartões alimentação e refeição e da taxa administrativa, deverá ser até o 3º dia útil do mês subsequente ao mês do crédito e emissão da correspondente nota fiscal / fatura.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Deverão estar inclusos no preço, todas as despesas decorrentes de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, carregamento, descarregamento, fretes, seguros, entre outros;

PARÁGRAFO TERCEIRO: Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, assim como enquanto pender o saneamento das irregularidades eventualmente constatadas na Nota Fiscal, na prestação de serviços ou cumprimento de obrigações contratuais.

PARÁGRAFO QUARTO: A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela contratada em nome:

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DO PARANÁ – CODAPAR

Avenida Silva Jardim, 303 – Rebouças – 80.230-000 – CURITIBA / PARANÁ.

CNPJ/MF nº 76.494.459/0001-50 – CAD/ICMS nº 101.12.099-60

No campo 'DADOS ADICIONAIS', da NOTA FISCAL, DE MATERIAIS, informações complementares, deverá constar a expressão Inscrição Estadual Centralizada nº 101.12.099-60 – Regime Especial SEFA nº 5705/2017.

Observações: Na nota fiscal de serviços, não necessita tal menção

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

As partes obrigam-se a adotar todas as providências para a fiel execução deste contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Constituem obrigações do CONTRATADO, além das demais expressamente previstas neste instrumento e de outras decorrentes da natureza do ajuste:

I - Disponibilizar o crédito nos valores informados pela CODAPAR, nos cartões eletrônicos alimentação/refeição, em até 5 (cinco) dias úteis.
NOTA – os créditos deverão estar disponíveis nos cartões eletrônicos na data informada pela CODAPAR,
II - Disponibilizar os créditos referentes aos cartões alimentação/refeição por sistema eletrônico diretamente no cartão;
III - Entregar os cartões eletrônicos de alimentação/refeição, rigorosamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da assinatura deste instrumento, na sede da CODAPAR, em envelope lacrado e sem ônus para a CODAPAR;
IV - Entregar cartões adicionais (segunda via) por motivo de roubo, extravio ou danificados, no prazo de 5 (cinco) dias da solicitação da CODAPAR, na sede da CODAPAR, em envelope lacrado.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 463
Mov. 57

V - Entregar à CODAPAR cartões eletrônicos alimentação/refeição personalizados, mediante aposição em sua face de sua denominação social "Companhia De Desenvolvimento Agropecuário do Paraná – CODAPAR";
VI - Disponibilizar um prazo de validade mínima para os cartões, de 12 (doze) meses.
VII - Aceitar, a qualquer tempo a opção dos empregados pelo recebimento do crédito em cartão alimentação ou refeição, sendo que em nenhuma das hipóteses deve incorrer em ônus adicional na taxa administrativa.
VIII - Manter sigilo quanto às informações dos empregados da CODAPAR, contidas na base de dados por intermédio da qual os cartões são gerados e desbloqueados, bem como manter na mais completa segurança quaisquer outros documentos, arquivos ou relatórios manipulados por empregados, dedicando especial atenção à sua guarda e devolvendo-os a CODAPAR após o término do contrato, se solicitados.

IX - Fornecer garantia contratual de que, sob nenhum pretexto, serão cobrados pelos conveniados, ágios, descontos ou taxas adicionais pela utilização do cartão alimentação ou refeição dos empregados beneficiários.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Constituem obrigações da CODAPAR, além das demais expressamente previstas neste instrumento e de outras decorrentes da natureza do ajuste:
I - Fornecer e disponibilizar ao CONTRATADO, o cadastro atualizado dos empregados elegíveis ao recebimento do(s) benefício(s) no mês;
II - Informar ao CONTRATADO, a data de crédito/recarga, através de solicitação eletrônica;
III - Permitir ao pessoal do CONTRATADO acesso ao local da entrega dos cartões, desde que observadas as normas de segurança;
IV- Efetuar os pagamentos devidos ao CONTRATADO, nas condições estabelecidas neste contrato;
V - Fornecer, a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita do CONTRATADO, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientar em todos os casos omissos;
VI - Manter entendimentos sempre por escrito. Entendimentos verbais deverão ser confirmados por escrito, dentro do prazo máximo de três dias úteis.-

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATADA ficará sujeita, em caso de inadimplemento de suas obrigações, às penalidades previstas no RILC da CODAPAR, na Lei 13.303/2016, no item 22 e seus subitens do edital e neste contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As multas pelo inadimplemento das obrigações e por atrasos no cumprimento dos prazos estabelecidos, desde que estes tenham ocorrido por culpa da CONTRATADA, estão previstas abaixo e no Termo de Referência, anexo ao edital, nos limites estabelecidos no RILC da CODAPAR:

a) em decorrência da interposição de recursos meramente procrastinatórios, multa correspondente a 5%

do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;

b) em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do artigo 43, § 1° da Lei Complementar n° 123/2006, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis pelo mesmo período

do, a pedido justificado da Licitante, multa correspondente a 5% do valor máximo estabelecido para licitação em questão;

c) pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, multa correspondente a 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;

d) no caso de atraso na entrega da garantia contratual, quando exigida, após 10 (dez) dias úteis contados

da celebração do contrato, incidirá multa correspondente a 1% (um por cento) do valor do contrato;

e) no caso de inexecução parcial, incidirá multa na razão de 10% (dez por cento), sobre a parcela não

executada;

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 464
Mov. 57

f) no caso de inexecução total, incidirá multa na razão de 20% (vinte por cento), sobre o valor total do contrato;

g) nos demais casos de atraso, incidirá multa na razão de 5% (cinco por cento) sobre a parcela não exe cutada no prazo pactuado.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Antes da aplicação de qualquer das multas anteriormente elencadas a área gestora do contrato, notificará formalmente a CONTRATADA garantindo o contraditório e ampla defesa, concedendo o prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentar sua manifestação. Da decisão final cabe recurso à autoridade superior, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contado da intimação do ato. No caso de indeferimento da defesa apresentada, e uma vez concluído o processo administrativo, a importância devida correspondente à aplicação da multa deverá ser recolhida perante junto a Tesouraria da CODAPAR, em até 5 (cinco) dias úteis a partir da sua notificação da decisão final. Caso não haja o recolhimento da multa no prazo estipulado, a CONTRATANTE descontará a referida importância, de eventuais créditos a vencer da empresa CONTRATADA. Na ausência de créditos disponíveis para quitação da importância da multa, a Contratante executará a Garantia do Contrato, e quando for o caso, será cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

O contrato poderá ser rescindido, nas situações previstas no RILC da CODAPAR, lei 13.303/2016, bem como aquelas previstas no item 24 e seus subitens do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES

O contrato poderá ser alterado qualitativamente e quantitativamente, por acordo das partes e mediante prévia justificativa da autoridade competente, vedando-se alterações que resultem em violação ao dever de licitar, nos termos do RILC da CODAPAR, lei 13.303/2016, bem como no item 23 e subitens do edital

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Integram o presente contrato, para todos os fins o Edital de Licitação, seus anexos e a proposta apresentada pela CONTRATADA durante a licitação. Este contrato é regido pela Lei Federal das Estatais 13.303/2016, RILC da CODAPAR e demais diplomas normativos em vigor aplicados aos contratos administrativos.

PARAGRAFO ÚNICO: A CONTRATANTE enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FORO

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas judicialmente, no foro da cidade de Curitiba, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem livremente contratados, CONTRATANTE e CONTRATADA firmam este documento, em 2 (duas) vias, na presença das testemunhas abaixo arroladas para sua validade e eficácia jurídica.

Curitiba,___ de_____ de 2019.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 465
Mov. 57

Pela CONTRATANTE - **CODAPAR:**

DEBORA GRIMM	WALTER HIROSHI YOKOYAMA
DIRETORA-PRESIDENTE	DIRETOR ADM. / FINANÇEIRO
Gestor do Contrato	Fiscal do Contrato

Pela **CONTRATADA:**

TESTEMUNHAS:

Nome:	Nome:
RG n°	RG nº

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

22. Outros Documentos (Edital CRCBA)

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 466
Mov. 57

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 467
Mov. 57

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2019

(Processo Administrativo n.° 2019/005200)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o **Conselho Regional de Contabilidade do Estado da Bahia**, por meio da Comissão de Licitações, sediado na Rua do Salete, nº 320, Barris, Cep: 40.070-200, Salvador-Bahia, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, **do tipo menor preço,** nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, Instruções Normativas SEGES/MPDG nº 05, de 26 de maio de 2017, nº 02, de 11 de outubro de 2010 e nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, Portaria nº 409, de 21 de dezembro de 2016, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 08/08/2019
Horário: 09 horas
Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de administração, gerenciamento e fornecimento de documentos de legitimação (cartão eletrônico-magnético com chip de segurança, em PVC) para concessão, pelo CRCBA, do auxílio vale alimentação e/ou vale-refeição aos seus funcionários e estagiários, visando à aquisição de gêneros alimentícios "in natura" e/ou refeições prontas em estabelecimentos credenciados, em âmbito nacional, na forma definida pela legislação do Ministério do Trabalho que regulamenta o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1 As despesas com a execução do presente Edital correrão à conta de recurso para contratação e o planejamento existente no protejo 2013. Conta contábil 6.3.1.1.01.03.002 –

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 468
Mov. 57

programa de alimentação do trabalhador e Rubríca: 6.3.1.3.02.01.013 – Estágios. Reserva orçamentária nº 76.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, com a solicitação de login e senha pelo interessado.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da IN SLTI/MP nº 2, de 2010.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 469
Mov. 57

4.2.3. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.4. Que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.5. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.3. Como condição de participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.3.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.3.1.1. A assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte;

4.3.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

4.3.3. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.3.4. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Const ituição;

4.3.5. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;

4.3.6. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.7. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 470
Mov. 57

5. DO ENVIO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

5.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

5.6. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.6.1. valor total anual do item;

5.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

5.9. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI, o licitante deverá incluir, no campo das condições da proposta do sistema eletrônico, o valor correspondente à contribuição prevista no art. 18-B da Lei Complementar n. 123, de 2006.

5.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias**,** a contar da data de sua apresentação.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 471
Mov. 57

6. DA FORMULAÇÃO DE LANCES E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou ilegalidades.

6.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.3.1 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.1.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor anual/total *do item*.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.7.1. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos

6.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 472
Mov. 57

6.10. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.11. O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

6.12. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

6.13. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

6.15. Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.16. Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.17. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 473
Mov. 57

demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.19. Só se aplica o sorteio quando houver empate entre as propostas e ausência de lances. Lances equivalentes não serão considerados iguais, vez que a ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.

7 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

7.1 Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

7.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MPDG n. 5/2017, que:

7.2.1. contenha vício insanável ou ilegalidade;

7.2.2. não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

7.2.3. apresentar preço manifestamente inexequível;

7.2.4. não vierem a comprovar sua exequibilidade, em especial em relação ao preço e produtividade adotada.

7.3 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3° do artigo 43 da Lei n° 8.666, de 1993, a exemplo das enumeradas no anexo VII-A, item 9.4 da IN nº 05/2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.4 Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 474
Mov. 57

7.5 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.6 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no "chat" prazo de 02 (duas), sob pena de não aceitação da proposta.

7.6.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.7 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.10 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "*chat*" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.11 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.1.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.1.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.12 Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 475
Mov. 57

8.1.1 SICAF;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

8.1.3 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

8.1.4 Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.3 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4 Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e trabalhista:

8.5 Habilitação jurídica:

8.5.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

8.5.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.5.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 476
Mov. 57

8.5.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte;

8.5.7. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

8.5.8. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

8.6. Regularidade fiscal e trabalhista:

8.6.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.6.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.6.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.6.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.6.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.6.6. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.6.7 caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais (ou estaduais) relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 477
Mov. 57

apresentação de declaração da Fazenda Municipal (Fazenda Estadual) do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.6.8. caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

8.7 Qualificação Econômico-Financeira:

8.7.1 certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

8.7.1.1. para as Certidões que não trouxerem expresso o prazo de validade, considerar-se-á 90 (noventa) dias da data da sua expedição.

8.7.2. cópias do Balanço Patrimonial e das demais Demonstrações Contábeis, extraídas do Livro Diário, do último exercício social exigível de forma comparada, devidamente registrados na Junta Comercial ou **de acordo com o Decreto nº 8.683/2016,** acompanhadas com os respectivos termos de abertura e encerramento, devidamente subscritos pelo representante legal da empresa e pelo profissional da contabilidade, com registro profissional regular no CRC, apresentado na forma da lei e regulamentos na data de realização desta contratação, como segue:

a) As estruturas das demonstrações contábeis devem estar de acordo com: NBC TG 26 (R3) – Apresentação das Demonstrações Contábeis;

NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas;

ITG 1000 – Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.

b) O conjunto das demonstrações contábeis que deverão ser enviados, respeitando os tipos e os tamanhos de empresa são:

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	ITG 1000 (ME e EPP)	NBC TG 1000 (PME´s)	Normas Completas - NBC TG (1)
Balanço Patrimonial	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
Demonstração do Resultado	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
Demonstração do Resultado Abrangente	-	Obrigatório	Obrigatório
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	-	Obrigatório	Obrigatório
Demonstração do Fluxo de	-	Obrigatório	Obrigatório

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 478
Mov. 57

Caixa			
Notas Explicativas	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório

(1) Exceto a NBC TG 1000

8.7.3. Em se tratando de empresa sujeita ao Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, apresentar cópia das demonstrações contábeis listadas no quadro, enviadas à Receita Federal do Brasil, acompanhadas da respectiva comprovação de entrega e dos termos de abertura e encerramento.

8.7.4. A apresentação da publicação das demonstrações contábeis no Diário Oficial ou outro jornal, não exime a proponente da obrigação da apresentação das demonstrações contábeis.

8.7.5. É vedada a apresentação de balancetes ou balanços intermediários, quando encerrados fora do exercício social. Também é vedada a substituição de balanço patrimonial por balancetes ou balanços provisórios.

8.7.6. As demonstrações contábeis, apresentadas pelas empresas participantes do certame, que não seguirem as Normas Brasileiras de Contabilidade quanto às exigências de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação relacionada a transações e outros eventos, serão objeto de inabilitação.

8.8 As empresas deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

8.8.1. Apresentar Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando a aptidão para desempenho, de forma satisfatória, de serviços pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação.

8.8.1.1. Considera-se como compatíveis em características e quantidades o fornecimento de vale alimentação e/ou vale-refeição para no mínimo 50% (cento e cinquenta) do valor anual estimado para esta contratação (R$ 303.791,40 x 50% = R$ 151.895,70), no formato de cartões eletrônicos magnéticos com chip de segurança. O percentual mínimo de 50% está alinhado à Súmula 24 do TCE/SP, Acórdão 1432/2010 e Acórdão 6082/2016–TCU–1ª Câmara.

Acórdão n.º 6082 – TCU – 1ª Câmara

[...]

48. A jurisprudência do TCE/SP é no mesmo sentido da jurisprudência deste Tribunal, no sentido de que, via de regra, a licitante que comprove

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 479
Mov. 57

a execução de 50% do objeto a ser executado estaria apta a ser Contratada, o que deveria ser calculado sobre a quantidade estimada de 7.120 cartões (peça 3, p. 34).

> 8.8.1.2. Por se tratar de serviços de natureza continuada, o Atestado de Capacidade Técnica deverá ser expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado em nome da licitante e comprovar a execução anterior e sem ressalva, por período não inferior a 2 (dois) anos consecutivos, sendo admitido o somatório de atestados para a comprovação do respectivo período.
>
> 8.8.1.3. A exigência de Atestado de Capacidade Técnica para comprovação da execução, por período não inferior a 2 (dois) anos, dos serviços objeto desta contratação, é razoável e não frustra o caráter competitivo do certame. O TCU em várias decisões, sobre a matéria, considerou que a referida exigência não afigura restritiva ao caráter competitivo da licitação, conforme pode observar no Acórdão 2939/2010-Plenário, Acórdão 8364/2012Plenário, Acórdão 1214/2013-Plenário e, também:
>
> Acórdão n.º 3121/2016 - TCU - Plenário
> [...]
> 10.5 Na mesma linha de Voto, a exigência de atestado da prestação de serviços por dois anos consecutivos está razoável e não restringe a competitividade do certame, não havendo razão a representante em relação a este ponto.

8.8.2 Apresentar comprovante de registro no Ministério do Trabalho, relativo ao Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), conforme previsto na Lei n.º 6.321/76 ou outro documento equivalente emitido pelo Ministério do Trabalho.

8.9 O licitante enquadrado como Microempreendedor Individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 480
Mov. 57

8.10 Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo de 02 (duas) horas, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail licitacao@crc-ba.org.br. Posteriormente, os documentos serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

8.10.1. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.11 Poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

8.11.1. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 02 (duas) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

8.12. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

8.12.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

8.13 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 481
Mov. 57

8.14 A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.

8.15 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.16 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.17 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.18 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

9. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

9.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

9.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

9.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

9.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

9.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 482
Mov. 57

9.2.2 A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. Apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo anexo a este instrumento convocatório.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

11. DOS RECURSOS

11.1 O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 483
Mov. 57

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.2.4 O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou no mesmo prazo fazê-lo subir, devidamente informado, para decisão.

11.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1 O adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do Termo de Contrato, prestará garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais. O prazo para apresentação da garantia poderá ser prorrogado por igual período a critério da Administração contratante.

13.1.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 484
Mov. 57

13.1.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Contratante a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

13.2 A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

13.3 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

13.3.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

13.3.2 prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

13.3.3 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada.

13.4 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

13.5 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica no Banco do Brasil, com correção monetária.

13.6 O garantidor não é parte legítima para figurar em processo administrativo instaurado pela Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada (inserido pela IN nº 05/2017)

13.7 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

13.8 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.

13.9 Será considerada extinta a garantia:

13.9.1 com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 485
Mov. 57

13.9.2 no prazo de 90 dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será estendido, nos termos da comunicação.

14. DO TERMO DE CONTRATO

14.1 Após a homologação da licitação, o adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, cuja vigência será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse da Contratante até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme disciplinado no contrato.

14.1.1 Previamente à contratação, a Administração realizará consulta “on line” ao SICAF.

14.1.2 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

14.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de 03 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.

14.3 O prazo previsto para assinatura ou aceite poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15. DO REAJUSTE

15.1 As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Contrato, anexo a este Edital.

16. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

16.1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 486
Mov. 57

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

17.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

18. DO PAGAMENTO

18.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

18.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento provisório e definitivo do serviço, nos seguintes termos:

18.2.1. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

18.2.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, o fiscal técnico deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

18.3. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento do relatório mencionado acima, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

18.3.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

18.3.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

18.3.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

18.4. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 487
Mov. 57

5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.5 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas no item 2 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

18.6 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.7 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

18.8 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

18.9 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.10 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.11. A efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

18.12. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

18.13 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 488
Mov. 57

18.13.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas no §5º-C, do artigo 18, da LC 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

18.14 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até o efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$I=(TX/100)$$
$$365$$

EM = I x N x VP, sendo:

I = índice de atualização financeira;

TX= Percentual de taxa de juros de mora anual;

EM=Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

19.1.1 não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

19.1.2 apresentar documentação falsa;

19.1.3 deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 489
Mov. 57

19.1.4 ensejar o retardamento da execução do objeto;

19.1.5 não mantiver a proposta;

19.1.6 cometer fraude fiscal;

19.1.7 comportar-se de modo inidôneo;

19.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

19.3 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

19.3.1 Multa, conforme previsto no item 22 do Termo de Referência;

19.3.2 Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

19.4 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

19.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

19.6 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.7 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19.8 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

20.1 Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 490
Mov. 57

20.1.1. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail: licitacao@crc-ba.org.br, ou por petição protocolada no endereço Rua do Salete, nº 320, Barris, Cep: 40.070-200, Salvador-Bahia

20.2 Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

20.3 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

20.4 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

20.5 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

20.6 As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

21.2 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

21.3 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.4 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 491
Mov. 57

21.5 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

21.7 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.8 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

21.9 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br ou www.crcba.org.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Rua do Salete, nº 320, Barris, Cep: 40.070-200, Salvador-Bahia, nos dias úteis, no horário das 08h30min às 16h45min, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

21.10 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

21.10.1 ANEXO A - Termo de Referência;

21.10.2 ANEXO B – Estudo Preliminar;

21.10.3 ANEXO C – Minuta de Contrato;

Salvador, 19 de julho de 2019

Eraldo Galdino da Silva Junior

Pregoeiro

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 492
Mov. 57

ANEXO A

TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE BENEFÍCIOS DE REFEIÇÃO E ALIMENTAÇÃO PARA O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA BAHIA

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a **contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de cartões Vale Refeição e Alimentação eletrônico, magnético ou de similar tecnologia em PVC, equipado com microprocessador com chip eletrônico de segurança,** na forma definida pela legislação do Ministério do Trabalhador (PAT).destinados aos funcionários, comissionados e estagiários do Conselho Regional de Contabilidade do Estado da Bahia, que possibilitem a aquisição de gêneros alimentícios e refeições prontas, por meio de rede de estabelecimentos credenciados, em âmbito nacional conforme as especificações e condições constantes deste Termo de Referência.

1.2. O fornecimento será em **créditos mensais, para 48 colaboradores/mês** que prestam serviços na sede do Conselho Regional de Contabilidade do Estado da Bahia.

1.3. O objeto da presente contratação está relacionado no rol de objetos comuns, conforme item 33 do Anexo do Decreto nº 3.784 de 06 de abril de 2001, com padrão de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos em edital de licitação, com uso de especificações do mercado, permitindo que seja utilizada a modalidade de Pregão na forma eletrônica.

2. MOTIVAÇÃO E JUSTIFICATIVA

2.1. O cartão-alimentação ou refeição, pelo seu caráter social deve contribuir de forma definitiva para que os funcionários do Conselho, no caso particular deste Termo de

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 493
Mov. 57

Referência, adquiram alimentos nos mais variados locais e fornecedores, com qualidade e a custos os mais reduzidos possíveis.

2.2. Para que isto aconteça é necessário que cada empregado disponha de locais adequados, próximos ao local de trabalho e ao longo do trecho operacional ou às respectivas residências, conforme as suas conveniências, de forma que os seus gastos com alimentos, alimentação e locomoção para tais finalidades sejam os menores possíveis.

2.3 O Programa de Alimentação do Trabalhador de 14 de abril de 1976, e regulamentado pelo Decreto n.º 5, de 14 janeiro de 1991, além disso, a Portaria SIT/DSST execução do Programa de Alimentação do Trabalhador. O objetivo principal do PAT é a melhoria das condições nutricionais dos trabalhadores, de forma a promover sua saúde e a diminuir o número de casos de doenças relacionadas à alimentação e à nutrição. Dentre seus resultados positivos, merecem destaque (site do Ministério do Trabalho).

a) Melhoria da capacidade e da resistência física dos trabalhadores;

b) Redução da incidência de doenças relacionadas a hábitos alimentares;

c) Maior integração entre trabalhadores e empresa, com a consequente redução

das faltas e da rotatividade;

d) Aumento na produtividade e na qualidade dos serviços;

e) Promoção de educação alimentar e nutricional, e divulgação de conceitos relacionados a modos de vida saudável;

f) Fortalecimento das redes locais de produção, abastecimento e processamento de alimentos.

2.4. O objeto da contratação poderá estender-se por mais de um exercício financeiro, caracterizando-se como serviço continuado, podendo o contrato ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 meses, conforme disposto no Art 57, inciso II da lei

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 494
Mov. 57

8.666/93 e artigo 15 da IN nº 005/17 SLTI/MPOG, enquadrado na categoria de bens e serviços comuns, de que trata o Decreto nº 5.450/05.

2.4. A tecnologia de cartões em PVC dotados de microprocessador com chip já vem sendo amplamente adotada pelo mercado, notadamente por instituições bancárias e operadoras de cartões de crédito, em face das vantagens conferidas aos usuários nas transações eletrônicas,

com maior rapidez e segurança no combate a fraude e a clonagem, o que não ocorre com os cartões sem essa tecnologia.

3. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

3.1. O benefício de auxílio-alimentação deverá ser fornecido por meio cartões eletrônicos, com tecnologia de chip e sistema de controle de saldo e senha numérica pessoal e intransferível, para validação das transações eletrônicas, por meio de sua digitação nos equipamentos respectivos, pelo beneficiário, no ato da aquisição dos gêneros alimentícios, nos estabelecimentos credenciados.

3.2. Os cartões magnéticos/eletrônicos de alimentação e refeição, em PVC, com tecnologia de chip, deverão ser entregues personalizados com nome do beneficiário do Conselho, razão social do Conselho e numeração de identificação sequencial, conforme disposto na legislação aplicável, dentro de envelope lacrado, individualizado, com manual básico de utilização.

3.3. Possibilitar a utilização do cartão alimentação/refeição, pelos profissionais do CRCBA respectivamente, na aquisição de refeições prontas e na aquisição de gêneros alimentícios *"in natura"*, em ampla e abrangente rede de estabelecimentos afiliados (hipermercados, supermercados, mercados, mercearias, açougues, frutarias, peixarias, padarias, etc), e devem contemplar todos os municípios do Estado da Bahia e estados do Brasil.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 495
Mov. 57

3.4. A relação de estabelecimentos é caracterizada pelas redes mais representativas, que possuem o maior número de filiais espalhadas pelas regiões administrativas, tendo tal exigência o objetivo de garantir que todos os profissionais do CRCBA possam utilizar seus cartões alimentação/refeição, nas cidades que residem/trabalham.

3.5. Durante a contratação, as listagens contendo as redes credenciadas deverão ser apresentadas individualmente para o cartão alimentação/refeição.

3.6. O reembolso aos estabelecimentos credenciados deverá ser efetuado pontualmente, sob inteira responsabilidade da CONTRATADA, independentemente da vigência do Contrato, ficando claro que o CRCBA não responderá solidária nem subsidiariamente por esse reembolso.

3.7. Poderão ser exigidas cópias dos convênios celebrados com os referidos estabelecimentos, a critério do CRCBA.

3.8. Os créditos referentes ao valor aprovado serão disponibilizados mensalmente, nas modalidades e percentuais abaixo, **podendo ser alterados,** por solicitação do CRCBA, sempre que necessário.

- 100% Refeição, com alternativa de,
- 100% Alimentação ou
- 50% Refeição e 50% Alimentação

3.9 As recargas dos créditos ocorrerão conforme solicitação do CRCBA via sistema, e deverá ser disponibilizada nos respectivos cartões eletrônicos e/ou magnéticos, com chip, em até 1 (um) dia após a solicitação das cargas via sistema ou em data especifica previamente acordada.

3.10. O valor da contratação será composto da remuneração dos serviços prestados (taxa de administração) e dos repasses dos valores, por meio de créditos inseridos nos cartões emitidos em favor dos beneficiários.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 496
Mov. 57

3.11. O valor mensal estimado para cada trabalhador pode variar de R$ 0,00 (zero) á R$ **550,00 (quinhentos e cinquenta reais) de acordo com o cargo/função, sendo 1(hum) funcionário com valor de R$ 462,00(quatrocentos e setenta e dois reais) e 3(três) estagiários no valor de R$ 176,00(cento e setenta e seis),** de cada usuário e serão considerados 22 (vinte e dois) dias úteis/trabalhados por mês.

3.12. O número de empregados estimados do Conselho para a utilização do serviço é de 48 (quarenta e oito) beneficiários/mês, sendo que poderá haver variação desse número em função de desligamentos ou outros.

3.13. A CONTRATANTE poderá, a cada mês, alterar a quantidade e os respectivos valores, respeitado o limite na legislação, sem que caiba a CONTRATADA qualquer reclamação ou direito a indenização.

3.14. Quando da emissão dos cartões, deverão ser adotados mecanismos que assegurem proteção ao usuário, no caso de perdas.

3.15. A critério da CONTRATANTE a quantidade e/ou o valor do crédito poderão ser alterados, permanecendo constante a Taxa de Administração, que eventualmente estiver sendo cobrada pela CONTRATADA.

3.16. Os cartões eventualmente não distribuídos pelo Conselho serão cancelados e os respectivos saldos serão deduzidos da posterior fatura a ser paga.

3.17. Os custos de emissão dos cartões deverão ser incluídos na taxa de administração proposta pela CONTRATADA.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 497
Mov. 57

3.18. A emissão de 2° (segunda) via de cartão motivada por defeito de confecção ou desgaste natural correrá por conta da CONTRATADA.

3.19 Tanto no início, quanto durante a prestação do serviço dessa contratação as listagens da rede credenciada deverão ser apresentadas individualmente para o auxílio refeição e para o auxílio alimentação, sendo que os estabelecimentos credenciados para cada uma das modalidades deverão estar de acordo com o determinado pelo Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) do Ministério do Trabalho.

3.20 O reembolso aos estabelecimentos credenciados deverá ser efetuado pontualmente, sob inteira responsabilidade da Contratada mesmo após o término da vigência do contrato e durante a validade do cartão, ficando claro que o CRCBA não responderá solidária nem subsidiariamente por qualquer reembolso.

3.21 A qualquer momento, o CRCBA poderá solicitar cópia dos convênios/contratos celebrados com os referidos estabelecimentos comerciais, que deverá ser atendido pela Contratada em até 2

(dois) dias úteis do recebimento da solicitação.

3.22 Em caso de roubo, furto, perda, extravio ou imperfeições no cartão eletrônico, a Contratada terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data de solicitação do CRCBA, para confeccionar e entregar outro cartão ao beneficiário, sem custo adicional para o Conselho Regional e nem para o beneficiário, devendo os créditos estarem disponíveis no novo cartão.

3.23 Os créditos inseridos nos cartões eletrônicos, se não utilizados dentro do mês de competência, deverão, obrigatoriamente, somar-se aos próximos créditos, de tal forma que os beneficiários em hipótese alguma sejam prejudicados.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 498
Mov. 57

3.24 Após o término do contrato, os créditos remanescentes deverão ter validade por período mínimo de 120 (cento e vinte) dias, para que os beneficiários possa utilizá-los;

3.25 Transcorrido o prazo citado no item anterior, eventual saldo remanescente deverá ser devolvido ao CRCBA, mediante crédito em conta corrente, no período de até 30 (trinta) dias.

3.24 A Contratada deverá fornecer aos beneficiários todas as orientações e instruções sobre o benefício e sobre a utilização dos cartões.

3.25 A Contratada obrigar-se-á a manter padrão elevado de qualidade e segurança no processo de impressão, crédito nos cartões e disponibilização de senhas, a fim de evitar qualquer tipo de falsificação ou fraude.

3.26 Encaminhar/disponibilizar, em até 3 (três) dias úteis após a disponibilização do crédito ou efetivação do estorno, os seguintes relatórios;

3.26.1 Relatório dos Créditos efetuados, por modalidade de cartão (um relatório para

Cartão Refeição e o outro para Cartão Alimentação), contendo a matrícula, nome e CPF do beneficiário, valor do crédito e data efetiva do crédito.

3.26.2 Relatório de Estorno (parciais e totais), contendo a matrícula, nome e CPF do Beneficiário, valor do estorno, data do estorno.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 499
Mov. 57

4. REDE CREDENCIADA

4.1 A Contratada deverá possibilitar a utilização do vale-refeição e do vale alimentação, pelos beneficiários (funcionários e estagiários) do CRCBA, na aquisição de refeições prontas e gêneros alimentícios "*in natura*", respectivamente, em ampla rede de estabelecimentos afiliados (hipermercados, supermercados, mercados, mercearias, armazéns, açougues, frutarias, peixarias, hortigranjeiros, padarias, restaurantes, etc.), de acordo com o definido na legislação que regulamenta o Programa de Alimentação do Trabalhador, e em toda a extensão territorial da bahia e entorno, bem como em todos os estados brasileiros.

4.2 Visando manter padrão equivalente quanto à quantidade de estabelecimentos credenciados utilizados pelos funcionários e estagiários do CRCBA a empresa Contratada deverá apresentar, no mínimo, 1.300 (um mil e trezentos) estabelecimentos credenciados que aceitem o Cartão Refeição e 1000 (Hum mil) estabelecimentos credenciados que aceitem o Cartão Alimentação em todos os estados brasileiros.

4.3 Além disso, a rede da Região Metropolitana da Bahia deverá ser composta por, no mínimo, 600 estabelecimentos credenciados para o Cartão Refeição e Alimentação cada e entre eles deverá ter, **no mínimo**, os seguintes estabelecimentos:

- 2 (duas) diferentes redes de Hipermercados, sendo que cada um deve possuir no mínimo 2 (duas) lojas credenciadas, de acordo com a definição de conceito de hipermercado da Associação Brasileira de Supermercados.

- 2 (dois) supermercados, sendo que cada um deve possuir no mínimo 2 (duas) lojas credenciadas.

4.4 A equipe de fiscalização do contrato poderá fazer diligências junto aos estabelecimentos credenciados e informados, para verificação da real aceitação dos cartões alimentação e cartões refeição da Contratada.

4.5 A Contratada deverá comunicar trimestralmente ao CRCBA (em até 5 dias úteis da data em que o contrato completar 3, 6, 9 meses e assim sucessivamente) as

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 500
Mov. 57

alterações efetuadas na relação dos estabelecimentos credenciados, fornecendo nova lista com os mesmos critérios do item, facultado a entrega por meio eletrônico e indicando quais foram as inclusões e exclusões desde o último envio.

4.6 A Contratada deverá manter nos estabelecimentos credenciados identificação de sua aceitação, em local de fácil visualização, assim como manter atualizada a relação de estabelecimentos credenciados.

4.7 A Contratada deverá fornecer ao CRCBA, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados da solicitação, esclarecimentos acerca de eventual não aceitação dos cartões, por determinado estabelecimento credenciado, detalhando as providências e as soluções propostas para restabelecimento

4.8 Manter, durante a vigência do contrato, no mínimo, o número de estabelecimentos credenciados quando da assinatura do contrato.

5. LOCAL DE ENTREGA DOS CARTÕES

5.1. Os cartões deverão ser entregues na SEDE do Conselho Regional de Contabilidade do Estado da Bahia, situada à Rua do Salete, nº 320, bairro Barris, Cep: 40.070-200, Salvador-Bahia. Procurar o Setor de Pessoal e Recursos Humanos do CRCBA

5.2. O Horário para entrega é das 9 as 17hs, em dias úteis

5.3. O prazo da contratação é de **12 (doze) meses**, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo, obedecendo aos limites legais pela 8.666/93, conforme

estabelecido no artigo 57, inciso II, condicionada a obtenção de preços e condições mais vantajosas.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DO CONTRATO

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 501
Mov. 57

6.1. O valor total estimado para esta contratação, pelo período de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato é de **R$ 302.280,00 (trezentos e dois mil duzentos e oitenta reais), conforme descrição na tabela abaixo:**

Beneficiários	Quantidade dias	Valor do benefício/dia R$	Valor Mensal	Estimativa Mensal R$	Estimativa Anual R$
44	22 dias	25,00	550,00	R$ 24.200,00	R$ 290.400,00
1		21,00	462,00	R$ 462,00	R$ 5.544,00
3		8,00	176,00	R$ 528,00	R$ 6.336,00
Total Geral				**R$ 25.190,00**	**R$ 302.280,00**

O valor acima referenciado, bem como a quantidade de beneficiários constitui-se em mera previsão dimensionada, podendo variar para mais ou menos em decorrência da movimentação do quadro funcional do C R C B A , quer seja por admissão, desligamento ou afastamento. Por esse motivo, o CRCBA está desobrigado a realizá-lo em sua totalidade, não cabendo à Contratada o direito de pleitear qualquer tipo de reparação.

6.2 O valor do crédito mensal para o benefício vale alimentação e/ou vale-refeição é de R$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) para funcionários, sendo que atualmente possuímos 1(hum) funcionário com valor de R$ 462,00 (quatrocentos e sessenta e dois reais) e valor de R$ 176,00(cento e setenta e seis reais) para estagiários, podendo ser reajustado, anualmente, no mês de maio ou em outro mês por definição do CRCBA.

7. ESTIMATIVA DE PREÇO E DA PROPOSTA

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 502
Mov. 57

7.1 O valor de referência para a remuneração da Contratada será com base **na Taxa de Administração estimada em 0,5% (MEIO por cento)**, a ser calculada sobre o valor total dos benefícios creditados nos cartões Alimentação e/ou cartões Refeição.

Obs: Foi realizado média conforme cotações realizadas entre 4 empresas das quais 3(três) apresentaram taxa zero e 1 apresentou 2%. Assim sendo por prudência utilizaremos a referida taxa como referência para reserva orçamentaria.

Será declarada vencedora do certame a proponente que atender todas as exigências contempladas no instrumento convocatório e que cotar a menor Taxa de Administração sobre o valor do crédito mensal, podendo inclusive cotá-la com Taxa Negativa ou isentar a cobrança de Taxa de Administração sobre o valor nominal dos créditos nos cartões Alimentação e/ou cartões Refeição.

7.3 A taxa será apresentada com, no máximo, duas casas decimais pelo período de vigência do contrato (12 meses).

7.4 A aplicação da taxa de administração, como remuneração da contratada, será efetuada conforme exemplo abaixo:

Taxa Positiva: Supondo que a Contratada tenha apresentado a proposta com taxa administrativa de 1,00% (um por cento) e que, no mês, o CRCBA tenha solicitado créditos aos beneficiários no montante total de R$ 100.000,00 (cem mil reais), o valor a pagar à Contratada será de R$ 101.000,00 (R$ 100.000,00 + 1,00% = R$ 101.000,00)

Taxa Negativa: Supondo que a Contratada tenha apresentado a proposta com taxa administrativa de -1,00% (menos um por cento) e que, no mês, o CRCBA tenha solicitado créditos aos beneficiários no montante total de R$ 100.000,00 (cem mil reais), o valor a pagar à R$ 99.000,00 (R$ 100.000,00 -1,00% = R$ 99.000,00).

7.5 A proposta de preço apresentada deverá possuir validade de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sua abertura.

7.6 O critério de julgamento será o de Menor Preço.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 503
Mov. 57

7.7 No Valor Global Estimado estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para a entrega dos objetos da contratação: Despesas com transportes, materiais, mão de obra especializada ou não, seguros em geral, equipamentos, ferramentas, custos de emissão dos cartões (1ª vias), mudanças de tipo de benefício (vale-alimentação para vale-refeição ou vice-versa), custo de instalação de equipamentos de carga e recarga de créditos, encargos da legislação social, trabalhista e previdenciária, quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de taxas, regulamentos e impostos municipais, estaduais e federais, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, seguros, frete, embalagens, lucro, honorários profissionais, despesas de hospedagem, alimentação e deslocamento dos profissionais e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta contratação.

8. DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. A **CONTRATADA** deverá emitir e entregar os cartões eletrônicos e/ou magnéticos, com chip, no prazo de 3 (três) dias úteis da assinatura do contrato no endereço informado no item 5.1.

8.2. A **CONTRATADA** deverá disponibilizar sistema on-line que permita a **CONTRATANTE** solicitar recargas, cartões e atualizações decorrentes de ingresso e saída dos beneficiários citados no objeto do contrato, e ainda, emitir relatórios referentes às solicitações.

8.3. A **CONTRATADA** deverá liberar os créditos para os cartões eletrônicos e/ou magnéticos, com chip, conforme solicitação do CRCBA, em até 1 (um) dia após a solicitação das cargas via sistema ou em data específica conforme autorizado.

8.4. A **CONTRATADA** deverá entregar as Notas Fiscais, referentes às solicitações de créditos pela **CONTRATANTE**, no endereço constante no item 4.1 ou através dos e-mails pessoal@crc-ba.org.br e financeiro@crc-ba.org.br.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 504
Mov. 57

8.5. A **CONTRATADA** deverá reembolsar ao CRCBA, quando solicitada, os valores dos créditos não utilizados decorrentes da saída dos beneficiários.

8.6 A **CONTRATADA** deverá disponibilizar aos beneficiários via sistema, consulta de saldo dos cartões e a relação atualizada dos estabelecimentos credenciados, citando nome fantasia, razão social, CNPJ e endereço.

9. DO SISTEMA INFORMATIZADO DE GERENCIAMENTO DOS BENEFÍCIOS

9.1. A contratada deverá possuir sistema informatizado acessível ao CRCBA e aos beneficiários através da Internet e que possibilite a execução das seguintes funcionalidades:

a) Inclusão / exclusão/ consulta de beneficiários e seus dados (nome, CPF, tipo e valor do benefício, número do cartão, local de entrega do cartão e tipo e valor do benefício);
b) Alteração de cadastro da empresa;
c) Alteração de cadastro dos beneficiários, com os seguintes campos: Nome, CPF, Tipo e valor do benefício, Número do cartão, Endereço de entrega do cartão;
d) Solicitação de cartões;
e) Bloqueio de cartões;
f) Solicitação de reemissão de cartão;
g) Envio de arquivo de pedidos de créditos, em formato .txt ou xls, informando nome, CPF, valor, tipo de benefício (alimentação/refeição) e local para entrega do cartão;
h) Solicitação de pedidos individualmente, para profissional específico e em determinado valor;
i) Exclusão e alteração de benefício;
j) Acompanhamento do status das solicitações;
k) Reversão de créditos, sendo possibilitado ao CRCBA efetuar o estorno de valores já creditados;
l) Consulta e emissão de relação atualizada da rede de estabelecimentos conveniados.

9.2. Funcionalidades disponíveis aos beneficiários:

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 505
Mov. 57

a) Alteração de senha;

b) Bloqueio de cartão;

c) Solicitação de reemissão de cartão;

d) Emissão de extrato detalhado com a data, valor dos créditos e dos débitos e locais de utilização;

e) Consulta e emissão de relação atualizada da rede de estabelecimentos conveniados.

10. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

10.1 Apresentar atestado(s) de capacidade técnica em nome do licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o desempenho de atividades compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação.

Considera-se como compatíveis em características e quantidades o fornecimento de vale alimentação e/ou vale-refeição para no mínimo 50% (cento e cinquenta) do valor anual estimado para esta contratação (R$ 302.280,00 trezentos e dois mil duzentos e oitenta reais**)**, no formato de cartões eletrônicos magnéticos com chip de segurança. O percentual mínimo de 50% está alinhado à Súmula 24 do TCE/SP, Acórdão 1432/2010 e Acórdão 6082/2016– TCU–1ª Câmara.

> **Acórdão n.º 6082 – TCU**
>
> **– 1ª Câmara [...]**
>
> 48. A jurisprudência do TCE/SP é no mesmo sentido da jurisprudência deste Tribunal, no sentido de que, via de regra, a licitante que comprove a execução de 50% do objeto a ser executado estaria apta a ser Contratada, o que deveria ser calculado sobre a quantidade estimada de 7.120 cartões (peça 3, p. 34)

10.2 Por se tratar de serviços de natureza continuada, o Atestado de Capacidade Técnica deverá ser expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado em nome da licitante e comprovar a execução anterior e sem ressalva, por período não inferior a 2 (dois) anos consecutivos, sendo admitido o somatório de atestados para a comprovação do respectivo período.

10.3 A exigência de Atestado de Capacidade Técnica para comprovação da execução, por período não inferior a 2 (dois) anos, dos serviços objeto desta contratação, é

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 506
Mov. 57

razoável e não frustra o caráter competitivo do certame. O TCU em várias decisões, sobre a matéria, considerou que a referida exigência não afigura restritiva ao caráter competitivo da licitação, conforme pode observar no Acórdão 2939/2010-Plenário,

Acórdão 8364/2012- Plenário, Acórdão 1214/2013-Plenário e, também:

Acórdão n.º 3121/2016 - TCU - Plenário

[...]

10.5 Na mesma linha de Voto, a exigência de atestado da prestação de serviços por dois anos consecutivos está razoável e não restringe a competitividade do certame, não havendo razão relação a este ponto.

10.4 Apresentar comprovante de registro no Ministério do Trabalho, relativo ao Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), conforme previsto na Lei n.º 6.321/76 ou outro documento equivalente emitido pelo Ministério do Trabalho.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O valor dos serviços objeto da licitação será pago em parcelas mensais e sucessivas ou conforme solicitação, desde que a fatura esteja de acordo com os créditos consignados, além da taxa de administração/emissão constante da proposta de preços.

11.2. O Conselho, efetuará o pagamento respeitando sua programação, que são nos dias 05, 15 ou 25 de cada mês, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura e com o ateste do Fiscal/Gestor a ser nomeado pelo CRCBA.

11.2.1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela própria **CONTRATADA**, obrigatoriamente com o número de inscrição do CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e da proposta, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo aqueles de filiais da matriz.

11.2.2. A **CONTRATADA** poderá ainda, apresentar as respectivas Notas Fiscais, em meio físico, ao Protocolo do CRCBA por e-mail.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 507
Mov. 57

11.3. O pagamento não isentará a **CONTRATADA** das suas responsabilidades e obrigações.

11.4. No caso de fatura emitida com erro, esta será devolvida à **CONTRATADA**, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento a data de reapresentação na nova fatura.

11.5. Da mesma forma no caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive nas Notas Fiscais/Faturas, serão estes restituídos à **CONTRATADA** para correções solicitadas, não

implicando ao CRCBA quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

11.6. O valor da contratação será composto da remuneração dos serviços prestados (taxa de emissão e/ou taxa de administração) e repasses dos valores, por meio de créditos inseridos nos cartões emitidos em favor dos beneficiários do CRCBA.

11.7. A **CONTRATANTE** estará eximida de cumprir os itens relativos a compensações financeiras nos casos em que a **CONTRATADA** houver concorrido direta ou indiretamente para a ocorrência do atraso.

11.8. Previamente a cada pagamento, o CRCBA juntará aos autos certidões de regularidade fiscal junto a Fazenda da União, TST Trabalhista e regularidade do FGTS, para verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada.

11.9. Os tributos, contribuições fiscais e parafiscais, bem como quaisquer outras despesas necessárias à execução dos serviços são de responsabilidade da **CONTRATADA**, podendo a **CONTRATANTE** exigir, a qualquer tempo, a comprovação de sua regularidade.

11.10. Caso a **CONTRATADA** seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 508
Mov. 57

retenção dos tributos na fonte, de acordo com a Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006.

11. DA GARANTIA CONTRATUAL

11.1. A **CONTRATADA** deverá apresentar a garantia no prazo de até 10 (dez) dias corridos da assinatura do contrato no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do instrumento contratual em uma das modalidades dispostas no artigo 56 da Lei nº 8.666 de 1993, que são:

a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;

b) Fiança bancária;

c) Seguro-garantia.

11.2. Em caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado em qualquer banco, à escolha da **CONTRATADA**, mediante depósito identificado a crédito da **CONTRATANTE**, devendo a **CONTRATADA** solicitar o número da conta corrente, agência e o número do código identificador da **CONTRATANTE**.

11.3. Se a garantia a ser prestada for fiança ou seguro-garantia, deverá ter validade, no mínimo, de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do contrato, renovada tempestivamente.

11.4. A **CONTRATANTE** fica autorizada a utilizar a garantia para corrigir quaisquer imperfeições na execução do objeto do contrato ou para reparar danos decorrentes da ação ou omissão da **CONTRATADA**.

11.5. A autorização contida no subitem anterior é extensiva aos casos de multas aplicadas depois de esgotado o prazo recursal.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 509
Mov. 57

11.6. A garantia prestada será retida definitivamente, integralmente ou pelo saldo que apresentar, no caso de rescisão por culpa da **CONTRATADA**, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

11.7. A garantia somente será liberada após o término da vigência do instrumento contratual, devendo ser renovada e atualizada nos casos de prorrogação do contrato e na ocorrência de substancial modificação do valor total contratado, mantido o mesmo percentual do item 11.1

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Efetuar a prestação dos serviços em perfeitas condições, em estrita observância das especificações da proposta, do Edital, do Termo de Referência e do Contrato.

12.2. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente contratação.

12.3. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou

incorreções resultantes da execução.

12.4. Guardar o mais completo e absoluto sigilo sobre os dados, materiais, documentos e informações que vier a ter acesso, direta ou indiretamente, em decorrência do cumprimento do contrato, devendo orientar os seus profissionais envolvidos a cumprir esta obrigação.

12.5. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 510
Mov. 57

12.6. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou do acompanhamento pela **CONTRATANTE**.

12.7. Não será permitida a subcontratação, sub-rogação e cessão da pretendida contratação, no todo ou em parte.

12.8. Aceitar, nas mesmas condições da proposta, os acréscimos e supressões no objeto do contrato, de acordo com o artigo 65, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666/93.

12.9. Fornecer condições que possibilitem o atendimento dos serviços prestados, a partir da data da assinatura do contrato.

12.10. Apresentar mensalmente junto da Nota Fiscal/Fatura as certidões de regularidades fiscais, de acordo com o artigo 29 da Lei nº 8.666/93.

12.11. Responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social em vigor, devendo saldá-los na época própria, vez que os seus profissionais não manterão nenhum vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**.

12.12. Responsabilizar-se por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste Contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.

12.13. Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação.

12.14. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos supracitados, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração da **CONTRATANTE**, nem pode onerar o objeto deste contrato.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 511
Mov. 57

12.15. Instruir seus profissionais quanto à necessidade de acatar as normas internas da administração.
12.16. Nomear preposto, para, durante o período de vigência contratual, representá-lo na execução do contrato.

12.17. Permitir credenciamento, a qualquer tempo, de estabelecimentos comerciais.

12.18. Efetuar o bloqueio imediato, em caso de perda, furto ou extravio do cartão, por meio da Central de Atendimento 24 horas e/ou site ou sistema eletrônico de atendimento similar.

12.19. Encaminhar, mensalmente, relatório contendo as informações sobre estornos (parciais e totais), constando o nome do profissional, valor base de cálculo e o valor efetivamente estornado, além da referência do atendimento (protocolo).

12.20. Devolver os valores dos benefícios comprados indevidamente, em até 30 (trinta) dias corridos, a contar da solicitação da **CONTRATANTE**.

12.21. Emitir segunda via dos cartões, em caso de perda, furto ou extravio, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após a solicitação, que deverá ser por telefone ou e-mail, efetuando a transferência de saldo remanescente para o novo cartão.

12.22. Fornecer código eletrônico secreto e individualizado, para cada cartão encaminhado a cada beneficiário, em envelope lacrado, constituindo sua utilização assinatura eletrônica do beneficiário.

12.23. Fornecer a guia de utilização do cartão eletrônico, refeição e alimentação, ficando a **CONTRATANTE** obrigada a observá-lo e a cumpri-lo.

12.24. Manter em funcionamento Central de Atendimento Telefônico - Serviço de Atendimento ao Cliente - SAC, 24 horas por dia, 7 (sete) dias por semana e/ou site ou sistema eletrônico de atendimento similar, para prestar informações, receber comunicações de interesse da **CONTRATANTE** e de seus beneficiários, em especial, solicitação de bloqueio dos cartões.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 512
Mov. 57

12.25. Fornecer suporte para customização de sistema, para efetuar pedido de crédito nos cartões eletrônicos, por meio de arquivos eletrônicos.

12.26. Manter um elevado padrão de qualidade e segurança no processo de impressão e crédito nos cartões, a fim de evitar qualquer tipo de falsificação ou fraude.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1. Solicitar à **CONTRATADA** os cartões eletrônicos e/ou magnéticos, via sistema, que serão fornecidos no início do contrato e no ingresso de algum beneficiário durante a vigência do contrato, ou ainda, por necessidade de 2ª via.

13.2. Solicitar à **CONTRATADA**, em tempo hábil, o período de crédito para os respectivos cartões.

13.3. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução dos serviços, inclusive permitindo o acesso do pessoal da **CONTRATADA** às dependências do CRCBA, desde que devidamente identificado e acompanhado por um profissional.

13.4. Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** respeitando sua programação, que são nos dias 05, 15 ou 25 de cada mês, após recebimento das Notas Fiscais apresentadas e atestadas pelo profissional responsável, indicado pela **CONTRATANTE**, correspondentes aos créditos consignados, além da taxa de administração constante da proposta de preços.

13.5. Notificar a **CONTRATADA** por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo de 10 (dez) dias corridos para a sua correção.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 513
Mov. 57

13.6. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as respectivas especificações.

14. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

14.1. A execução será acompanhada e fiscalizada por profissional, designado pela **CONTRATANTE**, cujas atribuições básicas são:

14.1.1. Solicitar à **CONTRATADA** todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços.

14.1.2. Analisar a compatibilidade das notas fiscais com os relatórios extraídos do sistema da **CONTRATADA**, referente às solicitações de créditos efetuadas pela **CONTRATANTE**.

14.1.3. Efetuar o ateste das notas fiscais/faturas em até 05 dias úteis do seu recebimento.

14.1.4. Conferir regularidade das certidões fiscais.

14.1.5. Acompanhar e exigir com rigor o cumprimento dos prazos estabelecidos no contrato.

14.1.6. Avaliar o serviço prestado com base nos relatórios extraídos do sistema fornecido pela **CONTRATADA**, observando-se a data do pedido e a data da disponibilidade dos créditos.

14.2 A fiscalização do contrato do CRCBA irá aplicar Pesquisa de Satisfação aos seus funcionários e estagiários, beneficiários do Programa de Alimentação do Trabalhador, para verificar o grau de satisfação em relação à qualidade dos serviços prestados pela Contratada, objeto deste Termo de Referência.

14.3 A pesquisa será aplicada a cada seis meses e, após a compilação dos dados, o resultado será encaminhado à Contratada para adoção de providências visando elevar o padrão de qualidade dos itens que apresentaram resultados que podem ser melhorados.

14.4 A pesquisa abordará os seguintes quesitos:

- Qualidade no atendimento da Central de Atendimento ao Usuário.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 514
Mov. 57

- Facilidade na utilização da ferramenta disponibilizada pela Contratada, para acompanhamento da utilização do cartão e verificação do respectivo saldo de crédito no cartão.

14.5 No Anexo 2 segue detalhamento referente a pesquisa.

15. DO CONTRATO

15.1. Após a homologação da licitação, o adjudicatário terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital.

15.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pelo CRCBA.

15.3. Para assinatura do contrato será exigida a apresentação de cópia do documento de identidade (RG), CPF e do instrumento público de procuração ou de instrumento particular com firma reconhecida do representante que irá assiná-lo, onde comprove a outorga de poderes, na forma da Lei. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto ou contrato social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

15.4. Se a proposta vencedora não for aceitável, ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração da proposta que atenda ao Edital e seus anexos.

15.4.1. Ocorrendo a situação a que se refere o subitem anterior, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante convocada para que seja obtido preço mais vantajoso.

15.5. Os serviços contratados serão executados de forma contínua e indireta, sob o regime de empreitada por preço global, de acordo com as necessidades da CONTRATANTE.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 515
Mov. 57

15.6. A licitante vencedora no ato da assinatura do contrato deverá apresentar declaração de que se obrigará a manter um número mínimo de estabelecimentos ativos, durante a vigência do contrato.

15.6.1. A listagem de credenciados deverá conter a razão social, CNPJ, endereço e telefone dos estabelecimentos.

16. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

16.1. A empresa durante a execução contratual deverá cumprir as recomendações e normas emitidas pelos órgãos ambientais, e, no que couber os previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010, além das Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre descartes de resíduos sólidos, materiais contaminantes, bem como a utilização de material atóxico, reciclado e biodegradável.

17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento do Conselho Regional de Contabilidade do Estado da Bahia na Dotação Orçamentária – **6.3.1.1.01.03.002 – PAT Programa de Alimentação do Trabalhador.**

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei n.º 8.666, de 1993 e da Lei n.º 10.520, de 2002, a Contratada que:

18.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

18.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

18.1.3 falhar ou fraudar na execução do contrato;

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 516
Mov. 57

18.1.4 comportar-se de modo inidôneo; e

18.1.5 cometer fraude fiscal.

18.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração aplicará à Contratada as seguintes sanções:

18.2.1 Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

18.2.2 Multa será aplicada conforme definido nas tabelas 1 e 2.

18.2.3 Suspensão temporária de participar de licitação perante o órgão licitante.

18.2.4 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.

18.2.5 Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

18.3 A multa, conforme o grau das infrações cometidas pela prestadora de serviços, atribuídos na tabela abaixo:

Tabela 1:

Para efeito de aplicação da multa, será considerado o grau da infração e respectivo percentual que deverá ser aplicado sobre o valor total dos créditos lançados nos Cartões Alimentação e/ou Cartões Refeição no mês da ocorrência do fato.	
GRAU	**PERCENTUAL**
1	0,2%
2	0,5%
3	1,0%

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 517
Mov. 57

4	2,0%
5	4,0%

INFRAÇÕES PASSÍVEIS DE MULTA

Tabela 2:

Item	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Substituir e fornecer material especificado na licitação por outro de qualidade e tecnologia inferior (exemplo: cartão sem chip)	5	Por dia e ocorrência.
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	5	Por dia e ocorrência.
3	Recusar a executar serviço determinado pela fiscalização, sem motivo justificado.	5	Por ocorrência
4	Efetuar os créditos nos Cartões Alimentação e/ou Cartões Refeição com valor divergente ao solicitado pelo CRCBA.	1	Por beneficiário e por dia
PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:			
5	Manter a documentação de habilitação atualizada.	4	Por ocorrência
6	Cumprir os prazos estabelecidos para recarga dos créditos nos Cartões Alimentação e/ou Cartões Refeição.	1	Por beneficiário e por dia
7	Cumprir os prazos para entrega dos Cartões Alimentação e/ou Cartões Refeição, inclusive cartão de 2ª via.	1	Por beneficiário e por dia
8	Cumprir determinação do Gestor do contrato para credenciamento de estabelecimento comercial sem a devida justificativa.	1	Por item e por ocorrência
9	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do Gestor do Contrato.	2	Por ocorrência
10	Disponibilizar a Central de Atendimento ao Cliente 0800.	3	Por ocorrência
11	Apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária.	2	Por ocorrência
12	Entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a execução dos serviços.	2	Por ocorrência

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 518
Mov. 57

13	Manter o quantitativo mínimo exigido para a rede credenciada (alimentação e refeição)	5	Por ocorrência
14	Enviar ou enviar com atraso o relatório da rede credenciada acompanhado da declaração sobre a veracidade das informações.	4	Por ocorrência
15	Entregar a garantia contratual exigida nos termos e prazos estipulados.	2	Por ocorrência

18.4 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

18.4.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

18.4.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

18.4.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

18.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei n.º 9.784, de 1999.

18.6 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.7 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19. REAJUSTE DO CONTRATO

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 519
Mov. 57

19.1. Decorridos 12 (doze) meses da data da assinatura do contrato, o valor da taxa de administração poderá ser reajustado, alcançando a data da formulação da proposta e aplicando-se o índice IPCA acumulado no período, a requerimento da **CONTRATADA** e caso se verifique hipótese legal que autorize reajustamento.

19.2. O prazo de vigência do instrumento contratual terá duração de 12 (doze) meses, contado a partir da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. As emissões subsequentes, tanto de cartões destinados aos novos beneficiários como para substituição de cartões danificados deverão ocorrer em prazo não superior a 3 (três) dias úteis, contados da data do pedido do CRCBA.

20.2. Na hipótese de o usuário deixar de integrar o sistema de cartão ou ter suspensa sua participação por qualquer motivo, a manutenção dos créditos disponibilizados, se dará no período mínimo de 30 (trinta) dias da data da última disponibilização, não havendo o bloqueio do cartão.

20.3. A validade do cartão será de no mínimo 1 (um) ano, a contar da data de emissão.

20.4. A quantidade de beneficiários, o valor mensal do benefício, o valor total mensal estimado e o valor total anual estimado poderão sofrer variação ao longo da vigência do contrato, em função das necessidades do CRCBA, considerando os valores negociados em Acordo Coletivo de Trabalho, o ingresso de novos empregados, a rescisão contratual de empregados, sendo que tais alterações não representarão modificação nas condições contratuais.

20.5. A manutenção do atendimento ao CRCBA e aos usuários, incluindo eventuais substituições de cartões, na hipótese de rescisão antecipada ou término do prazo contratual, deverá ocorrer em período mínimo de 120 (cento e vinte) dias a contar do evento.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 520
Mov. 57

20.6. Os custos de emissão, de fornecimento e de entrega dos cartões, assim como os de manutenção do sistema informatizado e quaisquer outras despesas, deverão estar inclusos na taxa de administração da contratada, não implicando quaisquer ônus extras para o CRCBA ou para os beneficiários.

20.7. Não será permitida a participação sob a forma de consórcios.

20.8. Na hipótese de existência de contradições entre o Termo de Referência e Edital, prevalecerá o disposto neste Termo de Referência, inclusive, quanto a todos os seus efeitos.

20.9. Como é sabido, neste segmento obrigatoriamente as empresas prestadoras se utilizam do capital de terceiros, por isso, além da documentação necessária e exigências deste Termo de Referência, do edital da licitação e da legislação pertinente, a empresa deverá comprovar, na forma da lei, boa situação contábil/financeira com capacidade para honrar suas obrigações, através da apresentação de índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) maior ou igual do que 01 (um) e Grau de Endividamento (GE) menor ou igual a 0,80 (zero vírgula oitenta), segundo as formulas abaixo:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}} \geq 1$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1$$

$$GE = \frac{\text{Passivo Circulante + Exigível A Longo Prazos}}{\text{Ativo Total}} \leq 0{,}80$$

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 521
Mov. 57

20.10. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto do contrato, até os limites estabelecidos pela legislação vigente.

Salvador, 05 de julho de 2019.

Ramaiana Santos Assis

Coordenação Desenop

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 522
Mov. 57

ANEXO 1

MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

(em papel personalizado da empresa)

Ao Conselho Regional de Contabilidade do Estado da Bahia - CRCBA

Ref. Pregão Eletrônico n.º _____/2019

Apresentamos a Vossa Senhoria nossa proposta para prestação de serviços de administração, gerenciamento e fornecimento de documentos de legitimação (cartão eletrônico-magnético com *chip* de segurança, em PVC) para concessão, pelo CRCBA, do auxílio vale alimentação e/ou vale-refeição aos seus funcionários e estagiários, visando à aquisição de gêneros alimentícios "*in natura*" e/ou refeições prontas em redes de estabelecimentos credenciados, em âmbito nacional, na forma definida pela legislação do Ministério do Trabalho que regulamenta o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT).

Objeto	Qtde estimada de beneficiários	Valor Mensal por beneficiário	Valor Mensal (48 benef.)	Valor Anual (48 benef.)	(*1) Taxa de Administração (%)	Valor do Contrato
Serviço de administração, gerenciamento e fornecimento de auxílio vale alimentação e/ou vale-refeição, por meio de por meio de cartão eletrônicomagnético com chip de segurança, conforme especificado no Termo de Referência.	44	550	R$ 24.200,00	R$ 290.400,00		
	1	462	R$ 462,00	R$ 5.544,00		
	3	176	R$ 528,00	R$ 6.336,00		
TOTAL				**R$ 302.280,00**		

Obs.: (*1) A taxa de administração deverá ser apresentada com duas casas decimais.

Valor por extenso:

Taxa de Administração = _____% (_____ por cento), incidente sobre o valor total mensal dos créditos disponibilizados nos Cartões Alimentação e/ou Cartões Refeição.

Declaramos que em nosso preço ofertado para a Taxa de Administração estão incluídos todos os custos, diretos e indiretos, para a perfeita execução do objeto, tais como: mão de obra, materiais, equipamentos, sistemas informatizados, confecção, impressão e

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 523
Mov. 57

fornecimentos dos cartões eletrônicos, despesas com a manutenção e/ou inclusão/exclusão de estabelecimentos na rede credenciada, encargos sociais, fiscais e previdenciários, impostos, taxas, combustíveis, administração, seguro e quaisquer outros insumos necessários a assegurar adequada execução dos serviços objeto desta contratação, conforme especificações constantes deste Edital e seus anexos.

Declaramos que esta proposta tem validade por 60 (sessenta) dias, contados da data de sua abertura. Declaramos, ainda, nos sujeitar, inteira e plenamente, às condições do edital e seus anexos.

Dados da Empresa

Razão social da empresa:			
CNPJ:			
Inscrição Estadual:			
Endereço:			
Telefone:		E-mail:	

Dados da autoridade competente (representante legal)

Nome:		
Cargo:		
Documento de identidade nº:	Órgão Expedidor:	
Residente e domiciliado em:		

Salvador, de 2019

_____

(assinatura, devidamente identificada)

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 524
Mov. 57

ANEXO 2

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS

1. A fiscalização do contrato do CRCBA aplicará Pesquisa de Satisfação aos seus funcionários e estagiários, beneficiários do Programa de Alimentação do Trabalhador, para verificar o grau de satisfação em relação à qualidade dos serviços prestados pela Contratada, objeto deste Termo de Referência.

2. A pesquisa será aplicada a cada seis meses e, após a compilação dos dados, o resultado será encaminhado à Contratada para adoção de providências visando elevar o padrão de qualidade dos itens que apresentaram resultados que podem ser melhorados.

3. A pesquisa abordará os seguintes quesitos:

- Qualidade no atendimento da Central de Atendimento ao Usuário.
- Facilidade na utilização da ferramenta disponibilizada pela Contratada, para acompanhamento da utilização do cartão e verificação do respectivo saldo de crédito no cartão.

4. Cada quesito que irá compor o questionário será agrupado em uma escala com 6 pontos, sendo que as questões pontuadas como “desconheço” não serão consideradas como indicador para medir o grau de satisfação do beneficiário.

5. Cada quesito que irá compor o questionário será agrupado em uma escala com 6 pontos, sendo que as questões pontuadas como “desconheço” não serão consideradas como indicador para medir o grau de satisfação do beneficiário.

   a) Excelente
   b) Bom
   c) Regular
   d) Ruim
   e) Péssimo
   f) Desconheço

6. O Grau de Satisfação será obtido pela soma das respostas pontuadas como “Excelente” e “Bom” em cada quesito, sendo que a meta a cumprir pela Contratada para atender ao nível de satisfação dos beneficiários está fixada em 80%.

7. Em caso de descumprimento da meta do indicador, a Contratada será notificada pelo gestor do contrato para adoção de procedimentos com o objetivo de melhorar a prestação de serviços ou apresentar os devidos esclarecimentos.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 525
Mov. 57

8. O termo de notificação será apresentado à Contratada para assegurar a ampla defesa e o contraditório, com prazo consignado para resposta.

9. Não havendo justificativa por parte da Contratada, devidamente fundamentada, no prazo consignado pelo CRCBA, ou não sendo a justificativa acatada pelo CRCBA, o gestor do contrato atestará a fatura em aberto e efetuará o dimensionamento do pagamento, conforme faixas de ajustes apresentado no quadro abaixo:

Índice de Medição de Resultado nº1	
N° 1 – QUALIDADE DA DEMANDA	
Item	**Descrição**
Finalidade	Garantir a satisfação do beneficiário do serviço.
Meta a cumprir	Avaliação positiva de 80% dos beneficiários.
Instrumento de medição	Planilha eletrônica de tabulação dos resultados dos formulários de avaliação preenchidos pelos beneficiários do cartão alimentação e/ou cartão refeição.
Forma de acompanhamento	Por meio da planilha eletrônica com o cotejamento das informações obtidas.
Periodicidade	Semestral
Mecanismo de Cálculo	O número de respostas “Excelente” ou “Bom” dividido pelo número total de respostas (desconsiderando-se as respostas “Desconheço”) deverá ser igual ou superior a 80%.
Início de Vigência	Data de assinatura do contrato
Base de cálculo para incidência da multa	Valor total dos créditos lançados nos Cartões Alimentação e/ou Cartões Refeição no mês de aplicação da pesquisa.
Faixas de ajuste no pagamento	Pesquisa com resultado de satisfação: Abaixo de 50%: terá incidência de 2%. De 50% a 59%: terá incidência de 1,5%. De 60% a 69%: terá incidência de 1,0%. De 70% a 79%: terá incidência de 0,5%. De 80% a 100%: não sofrerá ajuste no pagamento.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 526
Mov. 57

ANEXO B

ESTUDOS PRELIMINARES

ORGÃO Conselho Regional de Contabilidade do Estado da Bahia	
SETOR REQUISITANTE Departamento de Pessoal e Recursos Humanos	
RESPONSÁVEL PELA DEMANDA Bruno Henrique S. de Brito	
EMAIL pessoal@crc-ba.org.br	**TELEFONE** (71) 2109-4041

O objetivo do presente estudo preliminar é demonstrar as características dos serviços de administração, gerenciamento e fornecimento de documentos de legitimação para concessão do auxílio "vale alimentação" e/ou "vale-refeição", na modalidade eletrônica, por meio de cartão com tarja magnética e chip de segurança, para os funcionários e estagiários do Conselho Regional de Contabilidade do Estado da Bahia. Além disso, verificar as opções de contratação existentes no mercado e as práticas adotadas, anteriormente, pelo Conselho e pela Administração Pública, visando atender a fase essencial de planejamento da contratação.

Para tanto, além de consulta à legislação pertinente, foram utilizados como parâmetros de pesquisa diversos editais de licitação com objeto similar ao pretendido por este Conselho, em especial os seguintes:

- Pregão eletrônico n.º 13/2018 do Conselho Federal de Contabiliade CFC/DF, processo administrativo n° 2018/000693;
- Pregão eletrônico n.º 11/2018 do Conselho Federal de Farmácia CFF/DF, processo administrativo nº 6583/2018;
- Pregão eletrônico n.º 938/2017 do Serviço Federal de Processamento de Dados – Serpro;
- Pregão eletrônico n.º 11/2017 da Companhia de Planejamento do Distrito Federal.

DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO DOS ESTUDOS PRELIMINARES

(item 2 do anexo III da IN nº 5/2017)

Normativos que disciplinam os serviços a serem contratados(Anexo A)

(letra "a" do item 2 do anexo III da Inº 5/2017)

1.1.1 Instrução Normativa MPDG/SG n.º 5, de 26 de maio de 2017.

1.1.2 Resolução CFC n.º 1.370/2011, que aprova o regulamento geral dos Conselhos de Contabilidade.

1.1.3 Resolução CFC n.º 1.543/2018, que aprova o Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs para 2018/2027.

1.1.4 Lei n.º 8.666/1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

1.1.5 Decreto n.º 5.450/2005, que regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 527
Mov. 57

1.1.6 Portaria SIT/DSST n.º 3, de 1º de março de 2002, dispõe a respeito das instruções sobre a execução do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT).

1.1.7 Portaria PORTARIA ME Nº 213 DE 13 DE MAIO DE 2019 DOU: 14/05/2019 que dispõe sobre a vedação de cobrança, pelas empresas prestadoras, de taxas de serviço negativas às empresas beneficiárias do Programa de Alimentação do Trabalhador.

Análise da contratação anterior

(letra "b" do item 2 do anexo III da IN nº 5/2017)

1.2.1 A contratação anterior, realizada por meio do Pregão Presencial n.º 002/2014, pautou-se na administração e emissão de cartões magnéticos ou com chip, para concessão dos benefícios vales ALIMENTAÇÃO/REFEIÇÃO, de acordo com os valores em Reais pré-determinados pelo Conselho Regional de Contabilidade do Estado da Bahia aos seus funcionários.

1.2.2 A empresa contratada (Nutricash Serviços Ltda), cujo contrato vigorará até o dia 18/08/2019, vem executando os serviços conforme especificado em contrato e não há nenhum registro de ocorrências.

1.2.3 A contratação de serviços de administração, gerenciamento e fornecimento de cartões para concessão de vale alimentação e/ou vale-refeição tem demonstrado eficiência, redução de custos no fornecimento do benefício e melhor gerenciamento do tempo gasto nos processos de controle e fiscalização do contrato em razão da automatização do sistema.

1.2.4 Para a definição das diretrizes que serão utilizadas no processo licitatório visando à melhoria na contratação do serviço de administração, gerenciamento e fornecimento de cartões magnéticos, para concessão de vale alimentação e/ou vale-refeição, foi utilizado como parâmetro o edital de contratação realizado pelo CFC por meio do Pregão Eletrônico n.º13/2018 e o contrato n.º 18/2018 firmado com a empresa Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio S/A, bem como editais de licitação de outros órgãos.

1.2.5 Na análise da contratação anterior foram identificadas as seguintes situações que, embora não tenham prejudicado a qualidade da prestação de serviços contratados, necessitam de revisão:

1.2.6. A forma de contratação foi por pregão presencial, devendo ser revisto e realizado por meio da adoção do pregão no formato eletrônico visando oportunizar maior competitividade; promover maior transparência; reduzir os custos do processo e ampliar a segurança na condução do processo licitatório;

1.2.7. A cláusula das sanções administrativas não escalonou a gravidade das ocorrências para aplicação das multas;

1.2.8. Nas cláusulas do contrato não foi prevista garantia contratual, documento que será cobrado no procedimento licitatório para a nova contratação;

1.2.9.A contratação anterior não previu a disponibilidade de rede credenciada em todos os estados. No entanto, é necessária a ampliação da rede em âmbito nacional para atender os funcionários em viagens a serviço e/ou os beneficiários em férias ou recesso.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 528
Mov. 57

1.2.10 Não foi prevista a fiscalização do contrato de forma efetiva com aplicação de pesquisa e gradação de aplicação de penalidade em caso de descumprimento.

Da nova contratação

(continuidade da letra “b” do item 2 do anexo III da IN nº 5/2017)

1.3.1 Adequar o Termo de Referência, para serviços continuados sem mão de obra exclusiva, especialmente quanto à inclusão dos seguintes dispositivos:

a) Cláusula para inclusão de tipificação das sanções administrativas com critérios degradação da multa;
b) Estimativa de preços e modelo da proposta de preços.
c) Garantia contratual.
d) Exigir o fornecimento do cartão magnético com chip de segurança.

1.3.2 Incluir dispositivo no Termo de Referência para prever a possibilidade de aceitação de proposta de preços com taxa negativa, considerando Portaria ME 213/2019 que revogou a Portaria n.º 1.287/2017 do Ministério do Trabalho (Mtb).

1.3.3 Incluir no Termo de Referência dispositivo para que a contratada realize a recarga dos créditos nos cartões, em quantidade e valores solicitados pelo CRCBA, de acordo com a modalidade escolhida por cada beneficiário (funcionário ou estagiário), podendo ser: 100% no Cartão Alimentação ou 100% no Cartão Refeição ou 50% no Cartão Alimentação e 50% no Cartão Refeição, podendo ser altereado por solicitação do CRCBA.
1.3.4 Prever no Termo de Referência quantidade mínima de estabelecimentos comerciais credenciados pela contratada, em âmbito nacional, de forma a atender os funcionários em viagens a serviço e/ou beneficiários em férias ou recesso.

DIRETRIZES ESPECÍFICAS

(item 3.1 do anexo III da IN nº 5/2017)

Identificação da necessidade da contratação

(letra “a” do item 3.1 do anexo III da IN nº 5/2017)

2.1.1 O Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) foi instituído pela Lei n.º 6.321, de 14 de abril de 1976, e regulamentado pelo Decreto n.º 5, de 14 de janeiro de 1991. Além disso, a Portaria SIT/DSST n.º 3, de 1º de março de 2002, apresenta as instruções sobre a execução do Programa de Alimentação do Trabalhador.

2.1.2 O objetivo principal do PAT é a melhoria das condições nutricionais dos trabalhadores, de forma a promover sua saúde e a diminuir o número de casos de doenças relacionadas à alimentação e à nutrição. Dentre seus resultados positivos, merecem destaque (site do Ministério do Trabalho – PAT Responde - Orientações):

- Melhoria da capacidade e da resistência física dos trabalhadores;
- Redução da incidência e da mortalidade de doenças relacionadas a hábitos alimentares;
- Maior integração entre trabalhadores e empresa, com a consequente redução das faltas e da rotatividade;
- Aumento na produtividade e na qualidade dos serviços;

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 529
Mov. 57

- Promoção de educação alimentar e nutricional, e divulgação de conceitos relacionados a modos de vida saudável;
- Fortalecimento das redes locais de produção, abastecimento e processamento de alimentos.

2.1.3 A adesão ao PAT é facultativa. Contudo, a inscrição do órgão no programa traz incentivos fiscais como a isenção da contribuição previdenciária e do FGTS incidentes sobre os valores líquidos dos benefícios de natureza alimentar concedidos a trabalhadores vinculados ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

2.1.4 O CRCBA é inscrito no PAT e desde então fornece o auxílio vale alimentação e/ou vale-refeição aos seus funcionários e cargos em comissão, e aos estagiários, com o intuito de aprimorar a qualidade de vida profissional e pessoal.

2.1.5 Diante da política de incentivos do Governo, das regras para manutenção do PAT e buscando viabilizar a concessão do benefício em atendimento à Política de Gestão de Pessoas desta Autarquia, o CRCBA necessita contratar empresa prestadora de serviços de administração, gerenciamento e fornecimento de documentos de legitimação para concessão do auxílio “vale alimentação” e/ou “vale-refeição” para os seus funcionários e estagiários.

2.1.6 O objeto a ser licitado, pelo seu impacto institucional e com base nas justificativas acima mencionadas, possui natureza continuada, podendo o contrato ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 meses, conforme disposto no Art. 57, inciso II da Lei n.º 8.666/93.

Referência aos instrumentos de planejamento estratégico do CFC

(letra “a” do item 3.2 do anexo III da IN nº 5/2017)

2.2.1 Para a realização da contratação foram avaliados os seguintes documentos:

a) **Planejamento Estratégico** - Resolução CFC n.º 1.543, de 16 de agosto de 2018 - Aprova o Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs para 2018/2027, com alinhamento aos objetivos constantes no Plano Estratégico por meio do Objetivo n.º 13 “Atrair e Reter Talentos”.

b) **Plano de Trabalho do CRCBA -** Projeto 2013 – Pessoal, Encargos e Benefícios, que dispõe de recursos orçamentários para despesas com a concessão de Vale Alimentação e Vale- Refeição nas rubricas 6.3.1.1.01.03.002 (Programa de Alimentação ao Trabalhador – PAT) e Rubríca: 6.3.1.3.02.01.013 – Estágios.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

(item 3.3 do anexo III da IN nº 5/2017)

Requisitos necessários ao atendimento da necessidade

(letra “a” do item 3.3 do anexo III da IN nº 5/2017)

3.1.1 A empresa contratada deverá prestar os serviços de administração, gerenciamento e fornecimento de auxílio vale alimentação e/ou vale-refeição, por meio de cartões eletrônicos, com chip de segurança, e recargas mensais de acordo com os valores pré-determinados pelo CRCBA.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 530
Mov. 57

3.1.2 Os cartões eletrônicos deverão ter senha individualizada, e ser entregues em envelopes lacrados com manual básico de utilização e o cartão bloqueado. O desbloqueio dos cartões deverá ser feito através de central de atendimento telefônico ou por outro sistema eletrônico/digital.

3.1.3 A empresa contratada deverá entregar os cartões personalizados com nome do beneficiário; razão Social do Conselho; numeração de identificação sequencial e de controle individual; data de validade; e nome, endereço, telefone e CNPJ da empresa contratada.

3.1.4 Após a assinatura do contrato, a primeira emissão de cartões deverá ser entregue no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do envio do arquivo eletrônico que trata o item 3.1.5 deste estudo preliminar. Os cartões eletrônicos solicitados após a primeira remessa, assim como as solicitações de 2ª via de cartão, deverão ser entregues no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data de solicitação, sem ônus para o contratante.

3.1.5 As informações cadastrais dos beneficiários do CRCBA serão fornecidas à Contratada, em meio magnético, por meio de arquivo eletrônico (arquivo txt, planilha xls ou similares).

3.1.6 A empresa contratada deverá fornecer o auxílio vale alimentação e/ou vale refeição, por meio de cartão eletrônico com chip, que possibilite a aquisição de gêneros alimentícios "*in natura*" e/ou refeições prontas, em ampla rede de estabelecimentos credenciados (hipermercados, supermercados, mercados, mercearias, açougues, frutarias, peixarias, padarias, restaurantes, etc.) de âmbito nacional, de acordo com a legislação que regulamenta o PAT.

3.1.7 O CRCBA solicitará, sob demanda, por meio eletrônico, o valor dos créditos para cada beneficiário a ser disponibilizado nos cartões alimentação e/ou cartões refeição A empresa contratada deverá oferecer a recarga e a consulta do saldo do cartão com chip, exclusivamente, através de sistema *online,* não podendo utilizar pontos de recarga, por ser inviável em razão das constantes viagens dos funcionários do CRCBA para outras cidades.

3.1.8 Os créditos deverão ser disponibilizados nos respectivos cartões no dia agendado, conforme prazo estipulado e solicitação de que trata o item 3.1.7 acima. (independentemente de ser dia útil ou não).

3.1.9 A empresa contratada deverá possuir central de atendimento 0800, ou similar, sem custos para o CRCBA, a fim de atender ao Departamento de Pessoal do CRCBA, unidade organizacional responsável pela administração do programa de alimentação, visando um melhor atendimento, agilidade, confiabilidade e rapidez na resolução de possíveis problemas.

3.1.10 A contratada, em até 5 (cinco) dias úteis da assinatura do contrato, deverá informar o número da central de atendimento 0800 ou similar, sem custos adicionais para o CRCBA, que atenderá os beneficiários (funcionários e estagiários) quanto aos serviços de bloqueio e desbloqueio de cartão, alteração de senha, consulta de rede credenciada, consulta de saldo e para esclarecimento de dúvidas sobre a utilização do benefício.

3.1.11 Os serviços de recarga dos cartões Alimentação e/ou cartões Refeição resultante da contratação serão executados e entregues continuadamente, mediante demanda, na forma de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário.

3.1.12 Os serviços serão contratados por meio de processo licitatório na modalidade de pregão, na forma eletrônica (tipo menor preço).

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 531
Mov. 57

Definição e justificativa da natureza continuada do serviço

(letra “b” do item 3.3 do anexo III da IN nº 5/2017)

3.2.1 Os serviços serão prestados de forma contínua visando atender às regras do Programa de Alimentação ao Trabalhador, por mais de um exercício financeiro, assegurando a concessão do benefício vale alimentação e/ou vale-refeição aos funcionários e estagiários do CRCBA e, consequentemente, o funcionamento das atividades finalísticas, visto que sua interrupção pode comprometer o cumprimento da missão institucional.

3.2.2 O objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, de que tratam a Lei n.º 10.520/2002 e o Decreto n.º 5.450/2005, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade Pregão, na forma eletrônica.

3.2.3 A prestação do serviço não gera vínculo empregatício entre os funcionários da contratada e o CRCBA, vedando-se qualquer relação, entre esses, que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Critérios e Práticas de Sustentabilidade

(letra “c” do item 3.3 do anexo III da IN nº 5/2017)

3.3.1 A empresa a ser contratada deverá declarar que atende aos requisitos de sustentabilidade previstos no art. 2º da Lei Distrital n.º 4.770/2012, em conformidade com o Decreto n.º 7.746/2012, que regulamenta o art. 3º da Lei n.º 8.666/1993 para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas
estatais dependentes, devendo ser observados os requisitos ambientais com menor impacto em relação aos seus similares.

Duração do contrato

(letra “d” do item 3.3 do anexo III da IN nº 5/2017)

3.4.1 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, iniciando a partir da data de sua assinatura, prevista para o dia 18/08/2019, podendo ser renovado, quando for comprovadamente vantajoso para o CRCBA, por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja interesse formal da autoridade competente e observados os requisitos do art. 57, II, da Lei n.º 8.666/93 c/c art. 15, Instrução Normativa n.º 5, de 26 de maio de 2017.

Necessidades de adequação e transição contratual

(letra “e” do item 3.3 do anexo III da IN nº 5/2017)

3.5.1 Quanto à transição contratual, foi identificada a necessidade de a contratada assegurar a validade dos créditos remanescentes de vale alimentação e/ou valerefeição por período mínimo de 120 (cento e vinte) dias após o término do contrato, para que o beneficiário (funcionário ou estagiário) possa utilizá-los.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 532
Mov. 57

3.5.2 Transcorrido o prazo citado no item anterior, eventual saldo remanescente deverá ser devolvido ao CRCBA, mediante crédito em conta corrente, no período de até 30 (trinta) dias.

Soluções de mercado

(letra "f" do item 3.3 do anexo III da IN nº 5/2017)

3.6.1 No mercado há diversas empresas que prestam serviços de administração, gerenciamento e fornecimento de auxílio vale alimentação e/ou vale-refeição, por meio de cartões eletrônicos, com chip de segurança e senha individualizada, e atendem aos requisitos especificados, em âmbito nacional, conforme demonstrado abaixo:

Empresa	Produto
Sodexo Pass do Brasil	Refeição Pass e Alimentação Pass
Green Card	VB Refeição e VB Alimentação
Alelo Empresa	Alelo Refeição e Alelo Alimentação
Ticket Serviços S/A	Ticket Restaurante e Ticket Alimentação
VR Beneficios	Ticket Restaurante e Ticket Alimentação
Nutricash Serviços Ltda	VB Refeição e VB Alimentação

Fonte: www.google.com.br

ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES

(item 3.4 do anexo III da IN nº 5/2017)

Definição do método para a estimativa das quantidades

(item 3.4 letras "a", "b", "c" e "d" do anexo III da IN nº 5/2017)

4.1.1 **Quantitativo atual de beneficiários (posição em 12/7/19):**

BENEFICIÁRIO	QUANTIDADE
Funcionários	45
Estagiários	03
Total	**48**

Fonte: Departamento Pessoal

a) Havendo alteração nas quantidades mensais dos créditos nos Cartões Alimentação e Cartões Refeição, para mais ou para menos, não será permitida a cobrança de ônus adicional, devendo tal obrigação constar do Termo de Referência.

b) O valor mensal estimado para cada trabalhador pode variar de R$ 0,00 (zero) á R$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) de acordo com o cargo/função, sendo 1(hum) funcionário com valor de R$ 462,00 (quatrocentos e setenta e dois reais) e 3(três) estagiários no valor de R$ 176,00(cento e setenta e seis), de cada usuário e serão considerados 22 (vinte e dois) dias úteis/trabalhados por mês. Excetua-se do recebimento do auxílio, aqueles beneficiários que estiverem afastados por motivo de auxílio-doença, licença-maternidade, licença remunerada e licença não remunerada.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 533
Mov. 57

c) O processo de contratação deverá contemplar o seguinte cálculo para o fornecimento do benefício vale alimentação e/ou vale-refeição:

Beneficiários	Quantidade dias	Valor do benefício/dia R$	Valor Mensal	Estimativa Mensal R$	Estimativa Anual R$
44	22 dias	25,00	550,00	R$ 24.200,00	R$ 290.400,00
1		21,00	462,00	R$ 462,00	R$ 5.544,00
3		8,00	176,00	R$ 528,00	R$ 6.336,00
Total Geral				**R$ 25.190,00**	**R$ 302.280,00**

Obs.: a quantidade de beneficiário é meramente estimativa, podendo variar para mais ou menos, em decorrência da movimentação do quadro funcional, quer seja por admissão, desligamento ou afastamento.

4.1.4 **Distribuição do benefício por modalidade escolhida pelo beneficiário:**

a) Os funcionários e estagiários poderão optar por receber o benefício nas seguintes modalidades: 100% no cartão Alimentação (para compras em supermercados), 100% no cartão Refeição (para utilização em restaurantes) ou 50% em cada cartão (Alimentação + Refeição), podendo ser alterados por solicitação do CRCBA.

b) Considerando que o beneficiário pode escolher em qual modalidade receberá os créditos do benefício, a empresa a ser contratada deverá prever a possibilidade de efetuar os créditos nos cartões alimentação e/ou cartões refeição nas seguintes porcentagens:

100% no cartão Alimentação;

100% no cartão Refeição;

50% no cartão Alimentação e 50% no cartão Refeição
(podendo ser alterados por solicitação do CRCBA)

4.1.5 **Rede Credenciada**

4.1.5.1 Visando manter padrão equivalente quanto à quantidade de estabelecimentos credenciados utilizados pelos funcionários e estagiários do CRCBA a empresa Contratada deverá apresentar, no mínimo, 1.300 (um mil e trezentos) estabelecimentos credenciados que aceitem o Cartão Refeição e 1000 (Hum mil) estabelecimentos credenciados que aceitem o Cartão Alimentação em todos os estados brasileiros.

4.1.5.2 Além disso, a rede da Região Metropolitana da Bahia deverá ser composta por, no mínimo, 600 estabelecimentos credenciados para o Cartão Refeição e Alimentação cada e entre eles deverá ter, **no mínimo**, os seguintes estabelecimentos:

a) 2 (duas) diferentes redes de Hipermercados, sendo que cada um deve possuir no mínimo 2 (duas) lojas credenciadas, de acordo com a definição de conceito de hipermercado da Associação Brasileira de Supermercados.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 534
Mov. 57

b) 2 (dois) supermercados, sendo que cada um deve possuir no mínimo 2 (duas) lojas credenciadas.

c) Objetivando conciliar ampla competitividade no processo licitatório com o atendimento do interesse da administração em assegurar que os funcionários e estagiários do CRCBA tenham acesso a uma rede adequada de estabelecimentos credenciados, foi realizada pesquisa nos sítios de empresas desse segmento para verificar se o número de estabelecimentos credenciados é compatível com o quantitativo utilizado pelo CRCBA.

d) A pesquisa demonstrou que é razoável e proporcional exigir da empresa a ser contratada a manutenção do número de estabelecimentos credenciados que vem sendo utilizado pelos funcionários e estagiários, em âmbito nacional, (1.300 para o Cartão Refeição e 1000 para o Cartão Alimentação) e que não há restrição e nem direcionamento do procedimento licitatório com essa exigência.

e) Face ao exposto e visando manter padrão equivalente quanto à qualidade na prestação dos serviços aos funcionários e estagiários do CRCBA a contratada deverá garantir grande aceitabilidade no mercado do cartão Alimentação e do cartão Refeição, por todo o território nacional, em especial na Bahia e cidades do entorno, por meio de estabelecimentos credenciados, contendo, no mínimo, o quantitativo exigido na letra "d" deste item.

JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO E SOLUÇÃO A CONTRATAR
(item 3.5 do anexo III da IN nº 5/2017)

5.1.1 O **cartão com chip** vem sendo amplamente adotado pelo mercado, notadamente por instituições bancárias e operadoras de cartões de crédito, em face das vantagens conferidas aos usuários nas transações eletrônicas, com maior rapidez e, principalmente, segurança no combate à fraude e à clonagem. Os bancos, por exemplo, vem fornecendo aos seus correntistas os cartões de crédito dotados de microprocessador, visando ampliar a segurança e o controle por parte do usuário.

5.1.2 A fim de verificar o comportamento do mercado com relação à emissão de cartão Alimentação e cartão Refeição com chip e evitar restringir a competitividade com a exigência dessa solução no processo de licitação, foi realizada uma rápida pesquisa no site das empresas, sendo identificadas as seguintes que trabalham com a tecnologia de chip de segurança:

Alelo / VR Benefícios / Nutricash / Sodexo / Ticket

5.1.3 Diante do exposto, manter o sistema de segurança dos cartões Alimentação e cartões Refeição com chip não visa agradar a um determinado funcionário ou estagiário, nem tampouco restringir a competitividade para direcionar a contratação a uma determinada empresa, mas sim garantir a gestão eficiente com relação aos controles da prestação dos serviços e a segurança quanto à utilização do recurso por cada funcionário e estagiário do CRCBA, beneficiário do PAT.

ESTIMATIVAS DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS
(item 3.6, letras “a” e “b” do anexo III da IN nº 5/2017)

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 535
Mov. 57

6.1 Em 14 de maio de 2019, foi editada a Portaria n.º 213/2019, do Ministério do Trabalho que revoga a proíbição da cobrança de taxa administrativa negativa nos contratos firmados entre as empresas cadastradas no âmbito do Programa de Alimentação do Trabalhador.

6.2 Diante da decisão que suspendeu os efeitos da Portaria MTb n.º 1.287/17 e da definição da solução mais viável para o objeto deste estudo, foi realizada pesquisa de preços no Painel de Preços (http://paineldeprecos.planejamento.gov.br), no portal de Compras do Governo Federal e com fornecedores, visando a elaboração de planilha contendo os preços de mercado para a prestação do serviço que se pretende contratar. A pesquisa apresentou o seguinte resultado:

	PAINEL DE PREÇOS		FORNECEDORES				VALOR MÉDIO
SERVIÇO	TRE 9ª Região - Pregão 2/2018 (ALELO)	Conselho Federal de Farmácia Pregão 11/2018 (SODEXO)	GREEN CARD	ALELO	TICKET	SODEXO	
	TX ADM	TX ADM	TX ADM	TX ADM	TX ADM	TX ADM	TX ADM
Gerenciamento e Administração de concessão de Vale Alimentação e Refeição, via cartão eletrônico com senha numérica individual e CHIP de segurança, para **48** funcionários e estagiários do CRCBA.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R$ 2,00	R$ 0,5%

6.3 No Mapa Comparativo (MCP) foi utilizada como preço de referência a MÉDIA dos valores da amostra coletada na Pesquisa de Preços. Observa-se que apenas o valor da SODEXO teve Taxa de Administração de 2% sobre o valor total do contrato. As demais apresentaram taxa zero.

6.4 Durante a realização do certame será admitida a prática de taxas de administração negativas, considerando a decisão judicial que revogou a Portaria do Ministério do Trabalho n.º 1.287/2017, bem como o entendimento do Tribunal de Contas da União de que o oferecimento de proposta com taxa de administração zero e/ou negativa por si só não implica necessariamente na inexequibilidade da prestação do serviço, conforme observados nos Acórdãos abaixo:

> **Decisão 38/1996 – TCU-Plenário**
> **[...]**
> 7. Isso porque, conforme foi apurado na inspeção em apreço, a remuneração das empresas desse ramo não se restringe à taxa de administração cobrada ou aos rendimentos eventualmente obtidos no mercado financeiro. Fica assente neste trabalho que a remuneração dessas empresas advém também das taxas de serviços cobradas dos estabelecimentos conveniados (as quais variam de 1 a 8%), das sobras de caixa que são aplicadas no mercado financeiro e das diferenças em número de dias existentes entre as operações que realiza como emissão de tíquetes, utilização desse pelo usuário, pagamento dos tíquetes pelo cliente, reembolso à rede de credenciados (varia de 7 a 16 dias).
>
> **Acórdão n.º 1556/2014 – TCU - Segunda Câmara.**
> [...]
> 9.2. dar ciência à Universidade Estadual do Maranhão de que, no pregão presencial 53/2011–CSL, verificou-se não aceitação de proposta de taxa de administração com percentual igual ou inferior a zero, assinalada na letra d.2 do subitem 5.1 do edital, não obstante este Tribunal tenha jurisprudência no sentido de que

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 536
Mov. 57

em processos licitatórios custeados com recursos federais para operacionalização de vale-refeição, valealimentação, vale-combustível e cartão combustível, deve ser avaliado, no caso concreto, se a admissão de ofertas de taxas de administração negativas ou de valor zero é exequível, a partir de critérios previamente fixados no edital, conforme decisão 38/1996-Plenário.

Acórdão n.º 2004/2018 - TCU - 1º Câmara
[...]
2. dar ciência ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul de que proibição do oferecimento de proposta com taxa de administração zero ou negativa contida nos itens 8.3.1 do Pregão Eletrônico 2/2018 e 2.3 do respectivo termo de referência contraria o entendimento desta Corte de Contas de que, em processos licitatórios custeados com recursos federais para operacionalização de vale-refeição, vale-alimentação, vale-combustível e cartão combustível, deve ser avaliado, no caso concreto, se a admissão de ofertas de taxas de administração negativas ou de valor zero é exequível, a partir de critérios previamente fixados no edital.

6.8 A taxa será, no máximo, com duas casas decimais e terá sua aplicação pelo período de vigência do contrato (12 meses).

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

(item 3.7 do anexo III da IN nº 5/2017)

7.1 Contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento e fornecimento de documentos de legitimação (cartão eletrônico-magnético com chip de segurança, em PVC) para concessão pelo CRCBA do auxílio “vale alimentação” e/ou “vale-refeição” aos seus funcionários e estagiários, visando à aquisição de gêneros alimentícios *in natura* e refeições prontas em estabelecimentos credenciados, em âmbito nacional, na forma definida pela legislação do Ministério de Trabalho que regulamenta o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT).
7.2 O auxílio vale alimentação e/ou vale-refeição será fornecido mensalmente por meio de créditos, a serem disponibilizados em cartão eletrônico com senha numérica e individual, dotados de microprocessador com chip de segurança para validação de transação.

JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

(item 3.8 do anexo III da IN nº 5/2017)

8.1 Considerando que a pretensa contratação se trata de um único item “serviço de administração, gerenciamento e fornecimento de documentos de legitimação para fornecimento do auxílio vale alimentação e/ou vale-refeição”; e que o valor a ser pago pelo CRCBA para a devida prestação de serviço, aqui definida como Taxa de Administração, será calculado sobre o valor total dos créditos efetuados, independente da modalidade escolhida pelo beneficiário; não é possível o parcelamento da solução.

8.2 A contratação se dará por regime de empreitada por preço unitário, com pagamentos por demanda de recarga dos créditos nos cartões Alimentação e/ou cartões Refeição dos funcionários e estagiários.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 537
Mov. 57

DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

(item 3.9 do anexo III da IN nº 5/2017)

9.1 Economicidade: Que a contratação decorrente desse estudo acarrete para CRCBA os menores custos possíveis na obtenção da proposta mais vantajosa com a menor taxa de administração, atendidos os critérios de prazo e qualidade.

9.2 Efetividade: Contribuir para a melhoria das condições nutricionais dos funcionários e estagiários; melhorar a sua capacidade e a resistência física; reduzir a incidência de doenças ou mortalidade relacionadas a hábitos alimentares; promover maior integração entre os funcionários e estagiários com a consequente redução das faltas e rotatividade; promover a educação alimentar e nutricional e aumentar a produtividade e a qualidade dos serviços.

9.3 Eficiência: Cumprir as normas que regulamentam a concessão do benefício de Vale Alimentação e/ou Vale-Refeição e do Programa de Alimentação do Trabalhador, visando melhorar as condições nutricionais dos funcionários e estagiários, mediante a contratação de empresa que ofereça a menor taxa de administração, ampla rede de estabelecimentos credenciados, chip de segurança com senha individualizada para maior controle dos créditos pelos beneficiários (funcionários e estagiários), além de reduzir os custos operacionais e facilitar o fornecimento do benefício aos funcionários e estagiários.

9.4 Eficácia: Cumprir o Plano de Alimentação do Trabalhador (PAT).

PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DE TRABALHO

(item 3.10 do anexo III da IN nº 5/2017)

10.1 Em relação à infraestrutura (física e tecnológica) e recursos humanos, não será necessária a realização de adaptações no edifício e nem nos sistemas informatizados, uma vez que o CRCBA possui estrutura física e tecnológica adequadas para a prestação dos serviços; bem como dispõe de funcionários lotados no Departamento de Pessoal em quantidade suficiente e com capacidade para acompanhamento dos serviços.

10.2 Com relação à estrutura do leiaute relativo ao arquivo utilizado para efetivação dos créditos nos cartões Alimentação e/ou cartões Refeição, a contratada terá o prazo de até 3 (três) dias úteis, contados da data de assinatura do contrato, para apresentar o modelo ao CRCBA. O arquivo será validado em até 2 (dois) úteis do recebimento, mediante acordo entre o Departamento de Pessoal do CRCBA e a contratada. Caso o arquivo não seja validado, a contratada terá o prazo de até 3 (três) dias úteis para realizar as adequações e enviar o arquivo ao CRCBA para validação final.

10.3 No arquivo leiaute não serão disponibilizados dados pessoais/profissionais dos beneficiários, além dos seguintes: nome, data de nascimento, CPF, matrícula, data de admissão e lotação.

10.4 Após aprovação do leiaute, o CRCBA encaminhará à contratada o arquivo eletrônico (arquivo txt, planilha xls ou similares) para cadastro dos beneficiários e solicitação dos créditos do auxílio vale alimentação e/ou vale-refeição.

10.5 No prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data da assinatura do contrato, a empresa contratada deverá ministrar, aos funcionários do Departamento de Pessoal do CRCBA treinamento do sistema utilizado para realizar as recargas de crédito nos cartões alimentação e/ou refeição dos beneficiários.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 538
Mov. 57

10.6 Caso a empresa contratada utilize software próprio para realizar as recargas, a empresa deverá instalar e configurar o programa nos equipamentos do Departamento de Pessoal, sem ônus ao CRBA, bem como fornecer suporte técnico durante a vigência do contrato.

FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

(item 4 do anexo III da IN nº 5/2017)

11.1 A fiscalização do contrato será realizada por fiscal efetivo ou fiscal substituto designado pela Administração, dentre os funcionários do Conselho Regional de Contabilidade do Estado da Bahia.

DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

(item 3.11 do anexo III da IN nº 5/2017)

12.1 Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação dos serviços de administração, gerenciamento e fornecimento de documentos de legitimação (cartão eletrônico-magnético com chip de segurança, em PVC) para concessão pelo CRCBA do auxílio “vale alimentação” e/ou “vale-refeição” aos seus funcionários e estagiários, mostra-se técnica e economicamente viável.

12.2 Conforme o que fora demonstrado neste Estudo, há orçamento disponível para contratação no exercício corrente e os objetivos estão alinhados ao Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs.

12.3 Sendo assim, a contratação pretendida é viável e indispensável para a continuidade das atividades desenvolvidas nesta Autarquia Federal.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

(Art. 25 e Anexo IV da IN nº 5/2017)

13.1 Assim como toda contratação, vislumbram-se alguns riscos que permeiam o processo de contratação e das ações para controle, prevenção e mitigação dos impactos.

13.1.1 Fase de análise: Planejamento da contratação e seleção do fornecedor.

Risco 01 – Não aprovação dos parâmetros previstos no Termo de Referência		
Probabilidade:	( ) Baixa	(x) Média ( ) Alta
Impacto:	( ) Baixa	( ) Média (x) Alta
Dano		
1) Impossibilidade de contratação de nova empresa. 2) Atraso na contratação.		
Ação Preventiva		**Responsável**
1) Revisar os documentos primários, como o estudo preliminar, com o objetivo de mitigar possíveis divergências legais e técnicas para a realização do processo licitatório. 2) Conhecer as regras para elaboração do Termo de Referência.		Area solicitante e Comissão de Licitação
Ação de Contingência		**Responsável**

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 539
Mov. 57

1) Renovar o contrato com a empresa Nutricash, em caráter excepcional, para prestação de serviços de fornecimento de auxílio vale alimentação e/ou vale-refeição, com fulcro no art. 57, § 4º da Lei n.º 8.666/93, com vigência por até 12 (doze) meses até a conclusão do novo processo de contratação.	Setor de Contratos e Convênios
2) Retrabalho com a elaboração do estudo preliminar e termo de referência, de forma a convergir com as normas e critérios técnicos necessários.	Area solicitante

Risco 02 – Atraso na tramitação de documentos nas áreas competentes			
Probabilidade:	( ) Baixa	(x) Média	( ) Alta
Impacto:	( ) Baixa	( ) Média	(X) Alta
Dano			
1) Atraso na conclusão do processo licitatório.			
Ação Preventiva			**Responsável**
1) Reunião com os setores responsáveis (Pessoal, Desenop, Comissão de Licitação) para análise dos documentos necessários à contratação da nova empresa, a fim de acelerar o processo licitatório.			Pessoal, Desenop e Comissão Licitação
2) Acompanhamento de todas as fases (interna e externa) do procedimento de contratação da nova empresa.			Comissão de Licitação
Ação de Contingência			**Responsável**
1) Solicitar apoio dos setores responsáveis sobre a necessidade de agilizar a tramitação do processo de contratação.			Desenop
2) Renovar o contrato com a empresa Nutricash, em caráter excepcional, para prestação de serviços de fornecimento de auxílio vale alimentação e/ou vale-refeição, com fulcro no art. 57, § 4º da Lei 8.666/93, com vigência por até 12 (doze) meses até a conclusão do novo processo de contratação.			Pessoal

Risco 03 – Licitação deserta ou fracassada			
Probabilidade:	( ) Baixa	(x) Média	( ) Alta
Impacto:	( ) Baixa	( ) Média	(X) Alta
Dano			
1) Impossibilidade de contratação de nova empresa.			
Ação Preventiva			**Responsável**
1) Conhecer o objeto a ser contratado e as práticas adotadas no mercado por empresas para prestação de serviços de fornecimento de auxílio vale alimentação e/ou vale-refeição, visando evitar restringir o objeto a poucas ou nenhuma empresa.			Comissão de Licitação
2) Exigir documentos para habilitações de empresas compatíveis com o mercado.			Comissão de Licitação
Ação de Contingência			**Responsável**
1) Adotar os critérios de dispensa de licitação para os casos de licitação deserta, conforme o Art. 24 da Lei 8.666/93.			Comissão de Licitação

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 540
Mov. 57

2) Renovar o contrato com a empresa, em caráter excepcional, para prestação de serviços de fornecimento de auxílio vale alimentação e/ou vale-refeição, com fulcro no art. 57, § 4º da Lei 8.666/93, com vigência por até 12 (doze) meses até a conclusão do novo processo de contratação.	Pessoal

13.1.2 Fase de análise: Gestão do Contrato.

Risco 04 – Descumprimento de cláusulas contratuais por parte da contratada.		
Probabilidade:	( ) Baixa	(x) Média ( ) Alta
Impacto:	( ) Baixa	(x) Média ( ) Alta
Dano		
1) Não realização das recargas do benefício nos Cartões Alimentação e/ou cartões Refeição dentro do prazo fixado. 2) Redução do número de estabelecimentos credenciados. 3) Sistema de utilização ou gerenciamento do crédito fora do ar.		
Ação Preventiva		**Responsável**
1) Acompanhamento e verificação da qualidade do serviço prestado.		Departamento de Pessoal
Ação de Contingência		**Responsável**
1) Incentivo à solução dos desvio de qualidade por meio de aplicação das sanções cabíveis, de forma a coibir a reincidência.		Desenop

Risco 05 – Rescisão do contrato		
Probabilidade:	(x) Baixa	( ) Média ( ) Alta
Impacto:	( ) Baixa	( ) Média (x) Alta
Dano		
1) Não execução do objeto contratado.		
Ação Preventiva		**Responsável**
1) Acompanhamento da execução do contrato. 2) Notificação à empresa e aplicação das sanções cabíveis.		Departamento de Pessoal
Ação de Contingência		**Responsável**
1) Efetuar novo processo de contratação, utilizando o registro de ocorrências e a experiência adquirida no processo de gestão do contrato, visando melhorar o estudo preliminar e o termo de referência para a nova contratação.		Desenop

Risco 06 – Falta de pessoal técnico para fiscalização do contrato		
Probabilidade:	(x) Baixa	( ) Média ( ) Alta
Impacto:	( ) Baixa	( ) Média (x) Alta
Dano		
1) Falta de comprometimento na aferição dos serviços. 2) Atrasos na emissão do termo de recebimento dos serviços. 3) Não prestação do serviço ou prestação do serviço com baixa qualidade.		
Ação Preventiva		**Responsável**

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 541
Mov. 57

1) Treinar novos fiscais de contrato (gestor e fiscal administrativo) 2) Realizar, periodicamente, treinamento para capacitação em fiscalização de contratos.	Departamento de Pessoal
Ação de Contingência	**Responsável**
1) Nomear novos fiscais de contrato..	Desenop

APROVAÇÃO

EQUIPE DE PLANEJAMENTO		
Integrante	**Integrante**	**Integrante**
_____ **Gabriela A. Santos** Assessoria Presidência	_____ **Bruno Henrique S. de Brito** Departamento de Pessoal	_____ **Ramaiana S. Assis** **Coord. Desenop**

Salvador,10 de julho de 2019.

Aprovo o presente Estudo Preliminar.

Antônio Carlos Ribeiro da Silva
Presidente do CRCBA

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 542
Mov. 57

ANEXO C – MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº ...../...., QUE FAZEM ENTRE SI O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA BAHIA E A EMPRESA.

O Conselho Regional de Contabilidade do Estado da Bahia, com sede na rua ....., na cidade de ..... /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº ....., de ..... de ..... de 20..., publicada no *DOU* de ..... de ..... de ....., inscrito(a) no CPF nº ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF ~~sob o nº .....~~....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº ...../20...., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de administração, gerenciamento e fornecimento de documentos de legitimação (cartão eletrônico-magnético com chip de segurança, em PVC) para concessão, pelo CRCBA, do auxílio vale alimentação e/ou valerefeição aos seus funcionários e estagiários, visando à aquisição de gêneros alimentícios "in natura" e/ou refeições prontas em estabelecimentos credenciados, em âmbito nacional, na forma definida pela legislação do Ministério do Trabalho que regulamenta o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 543
Mov. 57

(sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.1. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.4. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.1.5. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação; e

2.1.6. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.1.7. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor mensal da contratação é de R$ ..... (...) e o valor total anual é de R$..... (.....)

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas com a execução do presente Edital correrão à conta de recurso para contratação e o planejamento existente no protejo 2013. Conta contábil 6.3.1.1.01.03.002 – programa de alimentação do trabalhador e Rubríca: 6.3.1.3.02.01.013 – Estágios. Reserva orçamentária nº 76.

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 544
Mov. 57

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. O preço consignado no contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do IPCA acumulado no período ou outro índice oficial que vir a substituí-lo.

6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. A CONTRATADA prestará garantia no valor de R$ ..... (.....), nas modalidades previstas no art. 56 da Lei 8.666/93, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratual, no prazo de 10 (dez) dias, observadas as condições previstas no Edital, com validade de 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 545
Mov. 57

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Salvador/BA - Justiça Federal.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 546
Mov. 57

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

....., ... de..... de 20.....

_____

Representante legal da CONTRATANTE

_____

Representante legal da CONTRATADA

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

23. Outros Documentos (Edital CRTR)

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 547
Mov. 57

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
CRTR-5ª REGIÃO – SÃO PAULO
Serviço Público Federal

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 025/2019
Tipo: Menor Preço Global

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO, EMISSÃO E FORNECIMENTO DE VALE ALIMENTAÇÃO E VALE REFEIÇÃO, NA FORMA DE CARTÕES COM CHIP DE SEGURANÇA, DESTINADOS AOS FUNCIONÁRIOS DO CRTR-SP.

O **CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA 5ª REGIÃO**, pessoa jurídica de direito público, entidade de fiscalização profissional constituída na forma da Lei nº 7.394, de 29 de outubro de 1985, devidamente inscrito sob o nº de CNPJ/MF 59.575.555/0001-04, com Sede na Rua Herculano, nº 169, Sumaré, São Paulo/SP, CEP 01257-030, por intermédio de sua Pregoeira, designada na Portaria CRTR 5ª Região nº 09, de 05 de março de 2018, nos termos das disposições contidas na Lei nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/2006 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93, considerando as alterações aplicadas pela Lei Complementar nº 147/2014 e demais normas correlatas, torna público a todos os interessados a realização de **PREGÃO ELETRÔNICO**, no tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO, EMISSÃO E FORNECIMENTO DE VALE ALIMENTAÇÃO E VALE REFEIÇÃO, NA FORMA DE CARTÕES COM CHIP DE SEGURANÇA, DESTINADOS AOS FUNCIONÁRIOS DO CRTR-SP** atendendo assim, as demandas deste Conselho Regional de Técnicos em Radiologia 5ª Região, conforme condições e especificações contidas neste edital e seus Anexos.

DATA E HORA DA ABERTURA DAS PROPOSTAS: 26/06/2019, às 10:00 horas

LOCAL DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA: Exclusivamente por meio do endereço eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br

Código UASG: 927.172

LOCAIS PARA OBTENÇÃO DO EDITAL: Sítios da internet: www.crtrsp.org.br e http://www.comprasgovernamentais.gov.br

1. DO OBJETO

1.1 O objeto deste Pregão consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços de administração, emissão e fornecimento de vale alimentação e

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

vale refeição, na forma de cartões com chip de segurança, destinados aos funcionários do CRTR-SP, conforme especificações constantes no Anexo I - Termo de Referência, deste Edital.

1.2. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no sistema compras governamentais e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

1.3 Integram este edital para todos os fins e efeitos os seguintes anexos:

a. Anexo I – Termo de Referência;
b. Anexo II – Modelo de proposta de preços;
c. Anexo III – Minuta de Contrato.

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. As despesas decorrentes da contratação objeto desta licitação correrão à conta dos recursos constantes da dotação orçamentária nº 6.2.2.1.1.33.90.39.019 – Programa de Alimentação ao Trabalhador.

3. DA PARTICIPAÇÃO

3.1**.** Para a participação neste PREGÃO ELETRÔNICO a pessoa jurídica interessada, além de dispor, por seus próprios meios, dos recursos materiais e tecnológicos necessários ao acesso e operação do sistema eletrônico, deverá:

a) Atender a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos quanto ao objeto, à documentação e demais exigências;

b) Estar devidamente credenciada no sistema Comprasnet, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), do Ministério da Economia, por meio do sítio na internet http://www.comprasgovernamentais.gov.br , para acesso ao sistema eletrônico;

c) Possuir registro cadastral atualizado e regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), sendo, este registro, também obrigatório para fins de habilitação.

3.2**.** É vedada a participação e, consequentemente, conforme o caso, será recusada a proposta ou inabilitada a licitante que:

a) Esteja cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CRTR-SP ou tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação (art. 87, III e IV, da Lei nº 8.666/93);

b**)** Esteja impedida de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção;

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

c**)** For estrangeira e não estar autorizada a funcionar no País, ou consorciada, qualquer que seja a forma de constituição;

d) Integre um mesmo grupo econômico, assim entendido aquela que tenha diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, todos com vistas à promoção de fraude ou conluio, assim entendido, dentre outras, a intenção de usufruir indiretamente dos benefícios da Lei Complementar nº 123/06, situação esta que desclassificará todas as propostas assim enquadradas;

e) Cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto licitado;

f) Estiver em processo de falência, recuperação judicial, concordata ou insolvência, judicialmente decretada, ou em processo de recuperação extrajudicial, em dissolução ou em liquidação;

g) Cujo representante legal ou qualquer integrante da participação societária possua vinculação, direta ou indireta, com o CRTR-SP, a exemplo de servidores, conselheiros etc.

3.3. Esta licitação será realizada em sessão pública *online*, conforme condições estabelecidas neste Edital, na data, no horário e no endereço eletrônico indicados neste edital.

3.4. Não havendo expediente ou ocorrendo fato superveniente que impeça a abertura da licitação na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

3.5. A SLTI atuará como órgão provedor do sistema eletrônico.

3.6. Os documentos apresentados nesta licitação deverão:

a) Estar em nome da licitante, com um único número de CNPJ. Oportunamente a licitante poderá apresentar as certidões de regularidade junto ao INSS (CND) e FGTS centralizadas junto à matriz, desde que apresente documento que comprove o Reconhecimento da Centralização do Recolhimento, expedido pelo respectivo emissor, ou que conste na certidão a validade para a matriz e para as filiais;

b) Estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor;

c) Ser preferencialmente juntados ao Sistema Comprasnet, ou apresentados em original, por publicação oficial ou em cópia autenticada por tabelião ou servidor do CRTR-SP, conforme o caso.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. A licitante deverá se credenciar no sistema denominado "Pregão Eletrônico", por meio do sítio na internet http://www.comprasgovernamentais.gov.br, observadas as seguintes premissas:

a) O credenciamento far-se-á mediante atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;

b) A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema eletrônico, para imediato bloqueio de acesso;

c) O credenciamento da licitante ou de seu representante perante o provedor do sistema eletrônico implica responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico;

d) O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema eletrônico ou ao órgão promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

e) A licitante responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

5. DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA COMERCIAL

5.1. Divulgado o Edital no endereço eletrônico http://www.comprasgovernamentais.gov.br, os interessados em participar desta licitação deverão acessar no sítio em questão, mediante utilização de chave de acesso e senha privativa de licitante, o sistema denominado "Pregão Eletrônico", encaminhando a sua proposta comercial exclusivamente por meio eletrônico, onde conste obrigatoriamente, sob pena de desclassificação, as seguintes informações nos respectivos campos:

a) "Descrição detalhada do objeto ofertado": a clara indicação do objeto a que se refere, sem alternativas;

b) "Quantidade": o numeral um (1);

c) O "Valor Global": o valor global anual, assim considerado o preço total do serviço a ser prestado no período de 12 (doze) meses, indicado em moeda corrente nacional, já aplicada a taxa de administração, que poderá ser positiva, zero ou negativa. É vedada nesse momento qualquer identificação do licitante.

5.2. No valor indicado no subitem anterior deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas,

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

previdenciárias, fiscais e comerciais, etc., que eventualmente incidam sobre a operação; ou, ainda, despesas com transporte ou terceiros, que correrão por conta da Licitante Contratada, de forma que o valor proposto seja a única remuneração pela execução do objeto;

5.3. Em campo próprio do sistema Comprasnet, a licitante deverá declarar que:

a) Cumpre todos os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste Edital;

b) Inexistem fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação;

c) Não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, conforme Lei nº 9.854, de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.358, de 2002;

d) A proposta foi elaborada de forma independente.

5.4. A microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, por ocasião do envio eletrônico da sua proposta, para fins de se beneficiar do direito de preferência, deverá declarar que atende aos requisitos necessários ao seu enquadramento.

5.4.1. A eventual existência de restrição relativa à regularidade fiscal não impede que a declaração de que trata este subitem seja firmada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, aplicando-se, nessa hipótese, o procedimento previsto na fase de habilitação.

5.4.2.. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa sujeitará a Licitante às sanções previstas neste Edital e na legislação aplicável.

5.5. É vedada qualquer forma de identificação prévia da licitante, sob pena de desclassificação.

5.6. O cadastramento de propostas iniciar-se-á no momento em que for publicado o Edital no sistema Comprasnet**,** e encerrar-se-á, automaticamente, na data e hora marcada para a abertura da sessão.

5.7. Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

5.8. A proposta terá validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida nos itens deste Edital, que uma vez decorrido sem convocação para contratação, libera a licitante do compromisso assumido.

5.9. A licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema eletrônico ou de sua desconexão.

5.10. Havendo omissão de dados da licitante na sua proposta, considerar-se-ão aqueles constantes da documentação de cadastramento.

5.11**.** O valor deverá ser apresentado de forma precisa, limitado ao objeto do Edital e sem conter alternativas de preço ou condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

5.12. Os proponentes assumem todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas, incluindo as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico ou de eventual desconexão. O CRTR-SP não será responsável, em nenhum caso, pelos custos de tais procedimentos, independentemente da condução ou do resultado desta licitação.

5.13. Na apresentação da proposta, o que exceder aos requisitos mínimos estabelecidos neste Edital não será considerado como vantagem para o julgamento final. Por outro lado, em não se preenchendo os requisitos mínimos exigidos, a respectiva proponente será automaticamente desclassificada.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

6.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá, exclusivamente, mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

6.3. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, na forma eletrônica, desde a abertura até a finalização da sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou pelo Pregoeiro, bem como pela desconexão do Sistema.

7. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

7.2. A desclassificação da proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com o acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.3. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance, dando início à fase competitiva.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

8. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

7

8.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances, do tipo menor preço, por item, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

8.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

8.3. Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

8.4. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.5. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.6. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema permanecer acessível aos licitantes, os mesmos continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados e, o Pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame.

8.7. Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão, na forma eletrônica, será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

8.8. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos e aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.9. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.10 O Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste Edital.

8.11. Caso o lance vencedor esteja acima do valor estimado, a licitante será convocada, pelo "chat" do sistema, para negociar o valor do lance, e, em caso de não atendimento à convocação dentro do prazo estipulado pelo Pregoeiro, a licitante poderá ser desclassificada do certame, sendo convocada a próxima colocada para a negociação.

8.12. Após o encerramento da etapa de lances, e não tendo sido a menor proposta ou lance apresentado por microempresa ou empresa de pequeno porte, caso se verifique a ocorrência de empate ficto, será assegurada, como critério de desempate, a preferência

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

de contratação para as ME e EPP, nos termos do art. 44, da Lei Complementar nº 123/2006, atualizada.

8

8.13. Entende-se por empate ficto, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas ou lances apresentados pelas MEs e EPPs sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) e superiores à proposta ou lance melhor classificado durante a etapa de lances.

8.14. Na ocorrência de empate ficto a ME ou EPP melhor classificada no intervalo percentual de até 5% (cinco), será convocada automaticamente pelo sistema eletrônico para, desejando, apresentar nova proposta de preço inferior àquela classificada com o menor preço, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão. É de responsabilidade da licitante a sua conexão com o sistema eletrônico durante o prazo de 5 (cinco) minutos para o exercício do direito sob comento. Apresentada a proposta nas condições acima referidas, será analisada sua documentação de habilitação.

8.14.1. Não sendo declarada vencedora a ME ou EPP, na forma do subitem anterior, serão convocadas automaticamente pelo sistema eletrônico as remanescentes que porventura se enquadrem como ME ou EPP, na ordem classificatória, com vistas ao exercício do mesmo direito.

8.15. Na hipótese em que nenhuma das licitantes exerça seu direito de preferência previsto acima, prevalecerá o resultado inicialmente apurado pelo sistema eletrônico, sem prejuízo das sanções cabíveis em razão do registro de declaração/manifestação falsa.

9. DA ACEITABILIDADE E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1. Encerrada a etapa de lances e concluída a negociação, quando houver, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação.

9.2. O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar, após indicar estar *online*, no prazo de 02 (duas) horas, contado da solicitação do Pregoeiro, por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema compras governamentais, a proposta de preços adequada ao último lance, de acordo com o modelo constante no edital, juntamente com a documentação relativa Da Habilitação, do presente Edital, em arquivo único. Só será convocado Anexo para licitante que estiver *online*.

9.3. O julgamento das propostas será realizado pelo critério de menor preço, por item, observados os valores máximos de referência, constantes do Anexo III, Modelo de Proposta e aceitos pelo CRTR-SP para a aquisição dos produtos.

9.4. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital.

9.5. Será rejeitada a proposta que apresentar valores irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.

9.6. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao Quadro de Pessoal do CRTR-SP, ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

9.7. Havendo aceitação da proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade de preço, o Pregoeiro poderá promover diligência destinada a obter esclarecimentos complementares.

9.8. Se a proposta não for aceitável ou se o resultado da diligência não for satisfatório ou, ainda, se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. Para fins de habilitação ao certame, os licitantes terão de satisfazer os requisitos relativos à habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista e outras exigências complementares contidas neste Edital, logo após a aceitação da proposta.

10.2.Quanto à **HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

10.2.1. Para empresa individual: registro comercial;

10.2.2. Para sociedade comercial: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor consolidados e devidamente registrados na Junta Comercial competente;

10.2.3. Para sociedade por ações: inscrição do ato constitutivo e alterações subsequentes, acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores em exercício.

10.2.3. Para sociedade civil: inscrição do ato constitutivo e alterações subsequentes no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

10.2.4. Para empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no Brasil: decreto de autorização e ato de registro ou autorização de funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10.3. Quanto à **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

10.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

10.3.2. Prova de regularidade com a Fazenda Federal e Contribuições Previdenciárias – Certidão Negativa de RFB/PGFN;

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

10.3.3. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Fazenda Municipal do domicílio da licitante;

10.3.4. Certificado de regularidade de situação com o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), expedido pela Caixa Econômica Federal;

10.3.5. Prova de Regularidade perante a Justiça do Trabalho mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

10.4. Quanto à **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

10.4.1. Comprovação por meio de no mínimo 02 (dois) Atestados de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome do licitante, em papel timbrado do emitente, com identificação da assinatura e cargo ocupado, que comprove desempenho de atividade da mesma natureza do objeto, compatível em quantidades e prazo.

10.4.2. Poderá ser requerido à licitante que disponibilize todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentro outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e outras informações.

10.5.Quanto à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

10.5.1. Certidão negativa de pedido de falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial, emitida pelo distribuidor da sede do licitante, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias anteriores à data de abertura da Licitação.

10.5.1.1. Os Licitantes, cuja Sede não esteja localizada em São Paulo, deverão apresentar, juntamente com a(s) Certidão(ões) Negativa(s) exigida(s), declaração passada pelo Fórum de sua Sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de falência e concordata

10.5.2. **Caso não presente ou válido no SICAF**, apresentar o balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, observadas as seguintes previsões:

10.5.2.1. A empresa interessada **não obrigada** a publicar o balanço, porém obrigada à sua elaboração, deverá:
a) Apresentar cópia legível das páginas do Livro Diário, no qual tenham sido transcritos o Balanço e a Demonstração de Resultados do exercício;
b) Apresentar a documentação assinada pelos sócios e pelo contador responsável, com os respectivos termos de abertura e de encerramento do livro registrados na Junta Comercial;

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

11

c) As empresas que se enquadram nas condições previstas no art. 27 da Lei nº 123/06, combinada com o art. 65 da Resolução nº 94 do comitê Gestor do Simples Nacional e Resolução nº 1.418 do Conselho Federal de Contabilidade, poderão seguir as regras de contabilidade simplificada.

10.5.2.2. A empresa interessada **obrigada** a publicar o balanço deverá apresentar a respectiva prova e a certidão de arquivamento na Junta Comercial;

10.5.2.3. A verificação da boa situação financeira do licitante será constatada mediante obtenção dos seguintes índices:

a) ILG – ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL: igual ou superior a 1,00, obtido através da seguinte fórmula:

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}};$$

b) ILC – ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE: igual ou superior a 1,00, obtido através da seguinte fórmula:

$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}};$$

C_ GET – GRAU DE ENDIVIDAMENTO TOTAL: igual ou inferior a 0,80, obtido através da seguinte fórmula:

$$GET = \frac{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}};$$

10.5.2.4. Todos os documentos de que trata este item deverão, quando for o caso estar em plena validade na data fixada para a apresentação das propostas;

10.5.2.5. Em se tratando de documentação constante do SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, consoante os artigos 22 e 23 da IN nº 107 do DNRC c.c. Decreto nº 6.022/2007, o balanço patrimonial somente será recebido com a comprovação de validade pela existência do referido livro digital e respectivo Termo de Autenticação, encaminhando-se todas as vias ao ente licitante, salvo normatizações específicas.

10.5.3. Caso o licitante esteja com algum documento ou informação vencido ou não atualizado no SICAF, ser-lhe-á assegurado o direito de encaminhar, na própria sessão, a documentação atualizada, salvo a situação prevista a seguir:

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

12

10.5.3.1. Em se tratando de microempresas e empresas de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o Fornecedor for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, sem prejuízo do disposto no § 3º, do art. 4º do Decreto nº 6.204/2007.

10.5.3.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem acima, implicará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para exercício do mesmo direito.

10.5.4. O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação dos licitantes.

10.5.5. Os documentos que não estejam contemplados no SICAF deverão ser remetidos em conjunto com a proposta de preços, em arquivo único, por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema compras governamentais, em conformidade com o prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro no ato da licitação.

10.5.6. Os documentos remetidos por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema **compras governamentais** poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.

10.5.7. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao Conselho Regional de Técnicos em Radiologia 5ª Região – CRTR-SP, Rua Herculano, 169, Sumarezinho, CEP 01257-030, São Paulo/SP.

10.5.8. O não envio dos documentos solicitados pelo Pregoeiro, no prazo por ele estabelecido, será considerado como desistência do lance ofertado, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades constantes no art. 28 do Decreto Federal nº 5.450/2005.

10.5.9. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome do licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

10.5.10. Serão inabilitadas as empresas que não atenderem os requisitos conforme habilitação jurídica.

10.5.11. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

10.5.12. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o Pregoeiro considerará o Fornecedor inabilitado.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

10.5.13. Como condição para contratação, o licitante vencedor deverá manter as condições de habilitação.

10.5.14. Constatado o atendimento das exigências previstas neste Edital, o licitante será declarado vencedor e, após, ser-lhe-á adjudicado o objeto desta licitação, pelo próprio Pregoeiro, ou, na hipótese de existência de recursos, pela autoridade competente do CRTR-SP, a qual após julgá-los, adjudicará e homologará o objeto da licitação ao licitante vencedor.

10.5.15. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

11. DA IMPUGNAÇÃO E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

11.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública qualquer pessoa poderá impugnar o certame.

11.2. A impugnação deverá ser encaminhada via e-mail para o seguinte endereço eletrônico: compras@crtrsp.org.br .

11.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do Edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

11.4. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente, por meio eletrônico, no seguinte endereço: compras@crtrsp.org.br.

12. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, no prazo de 20 (vinte) minutos a contar da abertura da fase recursal, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

12.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do subitem retro, importará na decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

12.3. O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a em campo próprio do sistema.

12.4. As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo Pregoeiro serão apreciados pela autoridade competente.

12.5. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.6. Os autos permanecerão com vista franqueada aos interessados na sede do Conselho Regional de Técnicos em Radiologia 5ª Região – CRTR-SP, Rua Herculano, 169, Sumarezinho, CEP 01257-030, São Paulo/SP.

13. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

13.1. No interesse da Administração, o valor inicial atualizado da contratação poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), com fundamento no art. 65, § 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.

13.2. A licitante vencedora fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários;

13.3. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, exceto as supressões resultantes de acordo entre as partes.

14. DA CONTRATAÇÃO E DAS GARANTIAS

14.1. As obrigações desta licitação a serem firmadas entre o CRTR-SP e a Licitante Contratada, serão formalizadas por meio do Contrato, observando-se as condições estabelecidas neste Edital, seus Anexos e na legislação vigente.

14.2. O CRTR-SP convocará formalmente o Proponente Adjudicatário para assinar o Contrato, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data de convocação e para tanto:

a) Enviará o contrato via correio ou entrega pessoal, mediante AR, ao endereço do Proponente Adjudicatário, em atenção à pessoa de contato, ambos informados na respectiva proposta comercial;

b) O Contrato e eventuais documentos que devam seguir em anexo deverão ser devolvidos pelo convocado, devidamente assinados, no prazo máximo estabelecido, contados da data do Aviso de Recebimento (A.R.);

c) Poderá ser acrescentada ao Contrato a ser assinado qualquer vantagem apresentada pelo Proponente Adjudicatário em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

14.3. O prazo estipulado no subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez por igual período, quando solicitado pelo Proponente Adjudicatário durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e de força maior, expressamente aceito pelo CRTR-SP.

15

14.4. O CRTR-SP poderá, quando o convocado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidas por este Edital, convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, em conformidade com o ato convocatório, ou ainda, revogar esta licitação, a seu critério.

15. DOS ENCARGOS DO CRTR-SP E DA LICITANTE VENCEDORA

15.1. As obrigações desta licitação, firmadas entre o CRTR-SP e a Licitante Contratada, decorrem a partir da homologação desta licitação, observando-se as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, inclusive no Termo de Referência, minuta do Contrato, e ainda na legislação vigente.

15.2. Caberão à Licitante vencedora e ao CRTR-SP, as responsabilidades constantes do Termo de Referência e consequente Contrato, todos em anexo a este edital.

16. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:

16.1. A proposta comercial ajustada ao valor do lance final ou da negociação, bem como os demais documentos, certidões e/ou declarações e/ou atestados exigidos para habilitação da licitante, serão solicitados oportunamente pelo Pregoeiro, via chat, para serem enviados, preferencialmente via sistema Comprasnet (convocação de anexo) ou por intermédio do e-mail compras@crtrsp.org.br, no prazo de até 30 (trinta) minutos contados a partir da solicitação, podendo este prazo ser prorrogado por decisão do pregoeiro e no interesse da Administração.

a) A proposta comercial vencedora deve ser encaminhada conforme modelo constante do respectivo Anexo deste Edital, podendo haver variações desde que não prejudiquem o conteúdo e o entendimento da proposta;

b) Exclusivamente na hipótese de microempresa ou empresa de pequeno porte possuir alguma restrição relativa à regularidade fiscal, quanto à obrigatoriedade de apresentar toda a documentação exigida, considerar-se-á, para todos os efeitos, as informações constantes do SICAF;

c) Visando permitir uma rápida visualização, minimizando a possibilidade de falhas na abertura do arquivo, é recomendado que seja gerado com a extensão PDF.

16.2. Dentro dos prazos estabelecidos pelo pregoeiro poderão ser remetidos, por iniciativa da licitante ou mediante nova solicitação do pregoeiro, tantos quantos forem os documentos complementares ou retificadores afetos à sua proposta ou documentação de habilitação.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

16.3. Transcorrido o prazo sem que tenha sido eventualmente prorrogado, não será considerado, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio da proposta, documentação de habilitação ou de qualquer outro documento complementar ou retificador ou que deveria/poderia ter sido remetido tempestivamente, sendo realizado, pelo Pregoeiro, se for o caso, o registro da desclassificação ou inabilitação, e a convocação da próxima Licitante.

16.4. A Licitante é a única responsável pela integridade e pelo conteúdo do arquivo encaminhado. Na hipótese de o arquivo apresentar problemas quanto à descompactação, leitura ou compatibilidade, será reaberta pelo Pregoeiro a convocação pelo Sistema, dispondo a Licitante do prazo remanescente àquele inicialmente concedido para proceder ao reenvio do arquivo, livre das circunstâncias que impediram a sua visualização, leitura e/ou impressão.

16.5. O não envio dos documentos, ou o envio em desacordo com o Edital ou o decurso do prazo sem que tenha sido resolvido o problema de descompactação, visualização, leitura ou compatibilidade, ensejará a recusa da proposta ou a inabilitação da Licitante, conforme o caso.

16.6. A proposta comercial e os demais documentos, certidões e/ou declarações e/ou atestados exigidos para habilitação da licitante, que não forem encaminhadas via Comprasnet (convocação de anexo), mas por fax ou e-mail, deverão ser apresentados em original, por publicação oficial ou cópia autenticada por tabelião ou servidor do órgão licitador, no prazo máximo de 2 (dois) dias corridos, contados do término da fase de habilitação, que pode ser prorrogado por razões de fato ou de direito, no interesse da Administração.

16.6.1. Na eventualidade dos documentos solicitados por meio de convocação de anexo não serem enviados por meio do sistema Comprasnet, o CRTR-SP os publicará no seu sitio na internet, no endereço www.crtrsp.org.br, opção licitações, visando permitir a análise e vista dos demais licitantes.

16.7. A proposta comercial a ser enviada nos termos previstos neste item e conforme anexo deste edital, deverá conter a identificação do proponente e as seguintes informações:

a) Razão Social;

b) CNPJ;

c) Endereço completo, inclusive com o CEP;

d) Números de telefone, fax, e-mail e *homepage* (se existentes);

e) Dados da pessoa de contato (nome, RG, CPF, telefones fixo e móvel, e-mail);

f) Dados bancários para pagamento (banco, agência, operação e conta);

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

17

g) Dados do Responsável Legal que assinaria o contrato (nome, RG e CPF);

h) Identificação do objeto;

i) Preço mensal unitário e total, bem como o valor global (anual);

j) Prazo de entrega do objeto;

k) Prazo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias, no mínimo, contados da data-limite prevista para entrega das propostas, conforme art. 6º da Lei nº 10.520/02, sem prejuízo do efeito suspensivo previsto no art. 109, §2º, da referida Lei nº 8.666/1993;

16.7.1. A razão social e o número do CNPJ deverão ser os mesmos constantes da documentação de cadastro e do documento fiscal a ser emitido.

16.7.2. A proposta comercial deve ser preferencialmente apresentada em folhas sequencialmente numeradas e rubricadas, contendo o timbre ou carimbo CNPJ do licitante, impressa em meio mecânico ou eletrônico, obrigatoriamente sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, sendo a última folha datada e assinada por responsável legal da empresa, observados os demais dados exigidos neste Edital.

16.8. A proposta comercial apresentada com valor global ou unitário composto por mais de duas casas decimais, terá o valor desconsiderado no que exceder esse limite.

16.9. Será declarada vencedora a licitante que apresentar o menor preço global para o objeto licitado, e cumprir todos os requisitos de habilitação.

17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1. A adjudicação do objeto deste certame será realizada pelo Pregoeiro sempre que não houver recurso.

17.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao licitante vencedor, pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso pela própria autoridade competente.

18. DO RECEBIMENTO E PAGAMENTO

18.1. O pagamento à adjudicatária que vier a ser contratada para a execução do objeto desta licitação será feito nos termos abaixo, consoantes os percentuais estabelecidos na Proposta final após os lances. Os valores dos fornecimentos sujeitam-se às seguintes regras:

18.2. O valor dos serviços de que trata o objeto desta Licitação, compreenderá o valor dos serviços contratados pela licitante vendedora e o pagamento fica condicionado à

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

prévia certificação quanto à execução a contento dos serviços, sendo efetuado mensalmente após a emissão da nota fiscal, em até 05 (cinco) dias úteis;

18

18.3. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à CONTRATADA, ou inadimplência contratual;

18.4. A liberação do pagamento ficará condicionada à comprovação da regularidade fiscal da CONTRATADA, além da regularidade junto ao INSS, ao FGTS e a RECEITA FEDERAL e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, mediante consulta efetuada por meio eletrônico ou por meio da apresentação de documentos hábeis;

18.5. Encontrando-se a empresa contratada inadimplente na data da consulta, poderá ser concedido, a critério do CRTR-SP, prazo de até 15 (quinze) dias para que a empresa regularize a sua situação, sujeito a, não o fazendo, ter o contrato rescindido com aplicação das sanções cabíveis;

18.6. A CONTRATADA deverá apresentar em sua Nota Fiscal/Fatura exclusivamente o faturamento detalhado correspondente ao objeto desta licitação. Havendo erro ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que seja sanado o problema. Nesta hipótese, o prazo para pagamento será reiniciado após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o CRTR-SP;

18.7. O CRTR-SP reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se, no ato da atestação, a prestação dos serviços não estiver de acordo com a especificação exigida;

18.7.1. Direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, a prestação do serviço não estiver de acordo com a especificação apresentada e aceita; e

18.7.2. O CRTR-SP poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Edital.

18.8. - Será efetuada a retenção dos tributos e das contribuições federais, quando do pagamento, conforme na Instrução Normativa RBF nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

19. REAJUSTE DE PREÇOS

19.1 – Os valores dos créditos disponibilizados são variáveis, devido a inclusão ou exclusão de funcionários.

19.2 O valor percentual relativo à Taxa de Administração será fixo e irreajustável, durante a vigência do contrato e suas possíveis prorrogações.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

20. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

20.1.Para o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto, o CRTR-SP designará um servidor como fiscal, cuja atuação se dará no interesse exclusivo da Administração, conforme Termo de Referência e minuta do contrato anexo a este Edital.

20.2**.** O acompanhamento e fiscalização de que trata este item serão exercidos no interesse exclusivo do CRTR-SP e não excluem, em hipótese alguma, as responsabilidades da Licitante contratada, inclusive perante terceiros.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Se no decorrer da sessão pública da licitação ou na execução do objeto do presente Edital, ficar comprovada a existência de qualquer irregularidade ou ocorrer inadimplemento contratual pelo qual possa ser responsabilizado a Licitante Contratada, esta, sem prejuízo das demais sanções previstas nos arts. 86 a 88, da Lei nº 8.666/1993, poderá sofrer as seguintes penalidades:

21.1.1. Advertência por escrito.

21.1.2. Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento), ao dia calculada sobre o valor da parcela não cumprida, considerando a data da notificação, até que seja sanada a irregularidade.

21.1.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada fizer o ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item 23.1.

21.1.4. O licitante que, convocado no prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do objeto desta licitação, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na prestação dos serviços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, além de ser descredenciado do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital, no Contrato e das demais cominações legais.

21.1.5 As irregularidades de caráter comercial ou técnico, sujeitas às penalidades previstas neste item, serão registradas no SICAF.

21.1.6. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas na Lei nº 8.666/1993, inclusive a responsabilização do Licitante/Contratada por eventuais perdas e danos causados ao CRTR-SP.

21.1.7 As sanções previstas neste Edital são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

21.1.8. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções, serão assegurados ao Licitante/Contratada o contraditório e a ampla defesa. 20

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Esta licitação poderá ser revogada por interesse do CRTR-SP, em decorrência de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros, sem que o licitante tenha direito a qualquer indenização, obedecendo ao disposto no art. 29, do Decreto nº 5.450/2005.

22.2. Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta.

22.3. Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e em seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normais neste Conselho.

22.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública desta licitação.

22.6. As normas que disciplinam esta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da Administração, do princípio da isonomia, da finalidade e da segurança da contratação.

22.7. É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do processo licitatório, inclusive solicitar ao licitante vencedor a apresentação de amostras, protótipos e manuais, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

22.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta e o CRTR-SP não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.9. Qualquer pessoa, seja ela jurídica ou física, poderá acompanhar o desenvolvimento do pregão, na forma eletrônica, em tempo real, por meio do sítio http://www.comprasgovernamentais.gov.br.

22.10. O Edital estará disponível nos sites www.comprasgovernamentais.gov.br e www.crtrsp.org.br .

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 568
Mov. 57

CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
CRTR-5ª REGIÃO – SÃO PAULO
Serviço Público Federal

22.11. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no foro da no Foro da Justiça Federal Cível da 1ª Subseção da Capital do Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

21

São Paulo, 05 de junho de 2019.

ORIGINAL ASSINADO
TR. Guilherme Antonio Ribeiro Viana
Diretor Presidente
CRTR-SP

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
CRTR-5ª REGIÃO – SÃO PAULO
Serviço Público Federal

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2019
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 025/2019

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

O presente termo tem por objeto definir as condições de contratação de empresa especializada na prestação de serviços de administração, emissão e fornecimento de vale alimentação e vale refeição, na forma de cartões com chip de segurança, destinados aos funcionários do CRTR-SP.

2. QUANTIDADE E VALOR DO BENEFÍCIO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR MENSAL
1	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de administração, emissão e fornecimento de vale alimentação e vale refeição, na forma de cartões com chip de segurança, destinados aos funcionários do CRTR-SP, sendo: a. 54 cartões refeição com chip de segurança, crédito mensal de R$ 695,20	R$ 37.540,80
	b. 52 cartões alimentação com chip de segurança, crédito mensal de R$ 220,00	R$ 11.440,00
		VALOR TOTAL MENSAL R$ 48.980,80 (Quarenta e oito mil novecentos e oitenta reais e oitenta centavos)
		VALOR TOTAL ANUAL R$ 587.769,60 (Quinhentos e oitenta e sete mil setecentos e sessenta e nove reais e sessenta centavos)

Observações:
a) Conforme andamento nas negociações do Acordo Coletivo de Trabalho para o período de 01/05/2019 a 30/04/2020, está previsto um reajuste de 6% (seis por cento) nos valores creditados mensalmente.

b) É facultado aos funcionários optar por receber o valor do benefício somente no cartão alimentação.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

23

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

3.1. O fornecimento dos cartões eletrônicos, com chip de segurança e dos créditos a serem carregados, será de inteira responsabilidade da empresa, podendo ser utilizados para aquisição de gêneros alimentícios "in natura" e refeição pronta em estabelecimentos comerciais de rede credenciada, a critério do servidor beneficiado.

3.2. A empresa não cobrará taxa administrativa ou outro valor para substituição dos cartões eletrônicos, com chip de segurança, por vencimento do prazo de validade ou para reemissão dos mesmos (2ª. Via) em razão de extravio (perda, furto ou roubo) ou danificação.

3.3. A empresa deverá entregar as primeiras vias dos cartões eletrônicos com chip de segurança no prazo de até 10 (dez) dias corridos. Em caso de reemissão dos cartões por qualquer motivo, a CONTRATADA deverá entregar as 2ª Vias no mesmo prazo (até 10 dias corridos) contados a partir do pedido.

3.4. O número de beneficiários poderá sofrer alterações devido a inclusões ou exclusões de servidores.

3.5. Os cartões deverão ser entregues bloqueados, embalados individualmente e com identificação nominal.

3.6. A CONTRATADA deverá disponibilizar atendimento para que o beneficiário realize o desbloqueio do cartão, podendo ser através de telefone ou pela internet.

3.7. Os cartões deverão ter obrigatoriamente senha individualizada, obedecendo aos padrões técnicos e características físicas que garantam a segurança quando da distribuição e da utilização no pagamento das despesas.

3.8. As informações cadastrais dos servidores que farão jus ao cartão alimentação e cartão refeição serão fornecidas à CONTRATADA, a partir da data da assinatura do contrato.

3.9. Os cartões eletrônicos deverão conter os seguintes dados:
- Nome por extenso do beneficiário;
- Número sequencial de controle individual;
- Nome do Órgão Contratante.

3.10. A CONTRATADA deverá fornecer aos beneficiários manual de uso com esclarecimento das principais dúvidas dos cartões eletrônicos.

3.11. O sistema de cartões eletrônicos com chip de segurança deverá permitir ao beneficiário o controle de saldo, por meio da Internet, com senha numérica pessoal e intransferível.

3.12. A recarga dos créditos nos respectivos cartões deverá ser disponibilizada em até 3 (três) dias úteis após o pedido.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

3.13. A licitante vencedora deverá comprovar como condição da assinatura do contrato, que dispõe de sistema eletrônico, que possibilite à contratante e ao fiscal do contrato acesso ao sistema para a gestão dos créditos, podendo um ou mais usuários terem acesso completo ou parcial, sendo que os níveis de permissão (consulta/administração) de acesso ao sistema serão definidos pelo Gestor do Contrato.

3.14. Os créditos inseridos nos cartões eletrônicos, com chip de segurança, se não utilizados dentro do mês de competência, deverão obrigatoriamente somar-se aos próximos créditos.

3.15. Após o término do contrato, os créditos remanescentes deverão ter a validade de 90 (noventa) dias, para que o beneficiário possa utilizá-los.

3.16. Transcorrido este prazo, conforme orientação do Banco Central, eventual saldo remanescente vinculado ao CPF do beneficiário, deverá ser disponibilizado a ele, quando solicitado à CONTRATADA em qualquer tempo.

4. LOCAL DE ENTREGA DOS CARTÕES
A entrega deverá ocorrer no Departamento de Recursos Humanos, localizado na Rua Herculano, 169 - Sumaré, São Paulo/SP, CEP 01257-030.

5. DOS TIPOS E USO DOS CARTÕES
O fornecimento se compõe de créditos a serem realizados em cartões eletrônicos, com chip de segurança:
a) CARTÃO REFEIÇÃO, para aquisição de refeições prontas;
b) CARTÃO ALIMENTAÇÃO, para aquisição de gêneros alimentícios "in natura".

6. VIGÊNCIA
A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite legal de 60 (sessenta meses).

7. DA REMUNERAÇÃO
A empresa será remunerada pelo percentual indicado sobre o valor estimado para os vales alimentação e vale refeição, definido como taxa de administração, podendo ser positiva, zero ou negativa.

8. REAJUSTE DE PREÇOS
8.1. O quantitativo de beneficiários e o valor dos créditos poderão variar ao longo da vigência do contrato a ser firmado, em função das necessidades do CRTR–SP, respeitado o limite na legislação, sem que caiba à CONTRATADA qualquer reclamação ou direito à indenização.
8.2. O valor do percentual relativo à Taxa de Administração será fixo e irreajustável, durante a vigência do contrato e suas possíveis prorrogações.

9. PAGAMENTO
A CONTRATANTE efetuará o pagamento a CONTRATADA em até 05 (cinco) dias úteis do adimplemento da obrigação, ou seja, disponibilização dos créditos e emissão da Nota Fiscal.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

25

10. VALIDADE DA PROPOSTA

10.1 O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.

10.2 Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 60 (sessenta) dias, e persista o interesse do Conselho Regional de Técnicos em Radiologia 5ª Região, esta poderá solicitar prorrogação da validade por igual prazo.

11. DO NÚMERO MÍNIMO DE ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS

A empresa vencedora deverá comprovar, como condição para assinatura do contrato, em até 15 (quinze) dias da convocação a quantidade mínima de estabelecimentos credenciados e ativos conforme abaixo, o que será conferida através de diligência, a fim de constatar o exigido:

11.1 CARTÃO REFEIÇÃO:

A empresa vencedora deverá manter a quantidade mínima de 100 (cem) estabelecimentos credenciados e ativos para o cartão refeição num raio de até 1km dos seguintes endereços:
R. Herculano, 169 - Sumaré, São Paulo/SP, CEP 01257-030;
Av. São Luís, 50 – República, São Paulo/SP, CEP 01046-001

A empresa vencedora deverá manter um mínimo de estabelecimentos credenciados e ativos em quaisquer Shoppings de cada uma das regiões do Município de São Paulo listadas abaixo, admitindo-se ainda, o somatório dos quantitativos mínimos de estabelecimentos, que comprovem a simultaneidade na Região:

REGIÃO	QUANTIDADE MÍNIMA DE ESTABELECIMENTOS
Região Norte	70 (setenta)
Região Sul	190 (cento e noventa)
Região Oeste	150 (cento e cinquenta)
Região Leste	110 (cento e dez)
Região Paulista/Centro	90 (noventa)

11.2 CARTÃO ALIMENTAÇÃO:

- A empresa vencedora deverá manter a quantidade mínima de 150 (cento e cinquenta) estabelecimentos credenciados e ativos para o cartão alimentação na cidade de São Paulo;

- A empresa vencedora deverá manter a quantidade mínima de estabelecimentos credenciados e ativos para o cartão alimentação nos municípios de Bauru, Campinas, Ribeirão Preto, Santos e São José do Rio Preto, com base na tabela abaixo:

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Município	Número mínimo de estabelecimentos credenciados/conveniados e ativos
Bauru	50 (cinquenta)
Campinas	150 (cento e cinquenta)
Ribeirão Preto	100 (cinquenta)
Santos	50 (cinquenta)
São José do Rio Preto	50 (cinquenta)

- A empresa vencedora deverá manter no mínimo 3 (três) diferentes redes de Hipermercados em São Paulo.

A Comissão dará a devida publicidade, por e-mail, à relação de estabelecimentos credenciados apresentados pela licitante vencedora para o cumprimento do item XIII do Termo de Referência. Devendo as demais empresas licitantes tomarem conhecimento e, se assim quiserem, manifestarem interesse em interpor recurso administrativo, nos termos do inciso XVIII, do artigo 4º da lei federal 10.520/2002.

12. DA CENTRAL DE ATENDIMENTO:
A licitante vencedora deverá apresentar como condição para assinatura do contrato declaração informando o número da central de atendimento com custo de ligação local para cidade de São Paulo e região metropolitana e gratuita 0800 nas demais localidades, 24 horas por dia, 7 dias por semana, para que os usuários possam comunicar perda, roubo ou extravio dos cartões, com imediata solicitação de 2ª via.

A licitante vencedora deverá apresentar como condição para assinatura do contrato declaração informando o número da central de atendimento personalizada (atendimento pessoal), com ligação gratuita - 0800, com horário de funcionamento nos dias úteis, de no mínimo, das 09:00 às 18:00, para que os gestores do contrato possam solucionar as demandas decorrentes da administração e gerenciamento do benefício.

13. DO APLICATIVO SMARTPHONE:
A licitante vencedora deverá apresentar como condição para assinatura do contrato declaração informando o "APLICATIVO MOBILE - SMARTPHONE" no mínimo para os sistemas Android e IOS, (todas as versões) que será disponibilizado aos beneficiários do cartão, contendo no mínimo as seguintes funções (consulta de saldo, extrato, rede credenciada e formas de contato) e necessariamente acompanhado de detalhado prospecto que comprove cabalmente essas funcionalidades;

14. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA
Além das obrigações resultantes da aplicação do Decreto nº 5.450/05, da Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente da Lei nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, caberá à CONTRATADA:

a) Fornecer o objeto contratado, conforme especificações, prazo e local constante no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, bem como, a solucionar qualquer defeito que ocorra, resultante de má qualidade;

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

b) Cumprir as condições e prazos dispostos neste contrato;

c) Refazer, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

d) Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados ou prepostos na execução dos serviços ou na entrega dos itens licitados;

e) Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como laudos, vistorias, salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras despesas que forem devidas aos seus empregados ou prepostos, no desempenho dos serviços contratados;

f) Prestar os esclarecimentos desejados, bem como comunicar imediatamente ao CONTRATANTE quaisquer fatos ou anormalidades que por ventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços;

g) Comparecer, sempre que convocada, ao local designado pelo CONTRATANTE, por meio de pessoa devidamente credenciada, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, para exame e esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados com os serviços contratados;

h) Dispor de rede credenciada de estabelecimentos que possibilitem a aquisição de gêneros alimentícios "in natura" e refeições prontas, em todo o Estado de São Paulo.

i) Manter um elevado padrão de qualidade e segurança no processo de impressão e crédito nos cartões, a fim de evitar qualquer tipo de falsificação ou fraude;

j) Fornecer cartões eletrônicos para cada beneficiário, observando os prazos fixados, sendo a entrega do primeiro cartão e senha dos empregados, dentro de 5 (cinco) dias corridos, a contar da respectiva solicitação, na Sede da CONTRATANTE;

k) Emitir segunda via dos cartões, em caso de perda, roubo, furto ou extravio, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a solicitação, efetuando a transferência do saldo remanescente para o novo cartão;

l) Fornecer código eletrônico secreto e individualizado, para cada catão encaminhado a cada beneficiário, em envelope lacrado, constituindo sua utilização assinatura eletrônica do beneficiário;

m) Manter em funcionamento Central de Atendimento Telefônico – Serviço de Atendimento ao Cliente – SAC, 24 horas por dia, 7 dias por semana, para prestar informações, receber comunicações de interesse da CONTRATANTE e de seus beneficiários, em especial, solicitação de bloqueio dos cartões;

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

n) Efetuar o bloqueio imediato em caso de perda, roubo, furto ou extravio do cartão, por meio da Central de Atendimento 24 horas por dia;

o) Garantir que os cartões para aquisição de refeições prontas e alimentos "in natura" sejam regularmente aceitos pelos estabelecimentos credenciados;

p) Devolver os valores dos benefícios eventualmente comprados indevidamente, em até 30 (trinta) dias corridos a contar da solicitação da CONTRATANTE;

q) Manter o mais completo e absoluto sigilo sobre os dados, materiais, documentos e informações que vier a ter acesso, direta ou indiretamente, durante a execução do objeto, devendo orientar os profissionais envolvidos a cumprir esta obrigação;

r) Manter, durante o período de vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação técnica exigidas para a presente contratação;

15. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

Além das obrigações resultantes da observância da legislação vigente, são obrigações da CONTRATANTE:

a) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento do objeto desta contratação por meio de funcionário ou comissão especialmente designada para este fim, podendo recusar qualquer parcela de má qualidade ou que não esteja de acordo com as normas ou descrições;

b) Receber e conferir o objeto do contrato, conforme as disposições estabelecidas;

c) Notificar imediatamente à CONTRATADA, por escrito, sobre eventuais imperfeições, falhas e defeitos observados na execução dos serviços;

d) Prestar à CONTRATADA e seus representantes e funcionários todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados;

e) Efetuar o pagamento na forma convencionada, dentro do prazo previsto, desde que atendidas formalidades pactuadas.

f) Determinar os serviços e respectivo quantitativo a serem realizados;

g) Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato;

h) Cumprir demais obrigações que estejam vinculadas ao edital deste pregão, termo de referência e seus anexos.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
CRTR-5ª REGIÃO – SÃO PAULO
Serviço Público Federal

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2019
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 025/2019

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Ao Conselho Regional de Técnicos em Radiologia 5ª Região, Senhora Pregoeira,

1. DADOS DA PROPONENTE
RAZÃO SOCIAL:
CNPJ:
ENDEREÇO:
TEL FIXO:
CONTATO / CELULAR / EMAIL:
DADOS BANCÁRIOS:
2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL PARA ASSINATURA DO CONTRATO
RESPONSÁVEL:
CPF / RG:
CARGO / FUNÇÃO:
E-MAIL:

2. DO PREÇO OFERTADO AO OBJETO DESTE PREGÃO

2.1 Apresentamos abaixo proposta de preço para a o objeto licitado, nos moldes dos requisitos deste edital e sob as penas da lei:

ITEM	QUANT	ESPECIFICAÇÃO	VALOR ANUAL ESTIMADO	TAXA (%)	VALOR TOTAL
1	01	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de administração, emissão e fornecimento de vale alimentação e vale refeição, na forma de cartões com chip de segurança, destinados aos funcionários do CRTR-SP, sendo: a. 54 cartões refeição, crédito mensal de R$ 695,20 b. 52 cartões alimentação, crédito	R$ 587.769,60		

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

		mensal de R$ 220,00			
VALOR GLOBAL R$ (Por extenso)					

30

3. DA VALIDADE DA PROPOSTA
O prazo de validade da proposta de preços é de ___ (___) dias corridos, contados da data da abertura da licitação.

4. DECLARAÇÕES
4.1 DECLARAMOS que o preço proposto é definitivo e irreajustável e nele estão inclusos todos os custos e despesas diretos e indiretos, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, emolumentos e quaisquer despesas operacionais, despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza, fretes, seguros, etc., que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado.

4.2 DECLARAMOS que nos comprometemos a reparar qualquer vício ou substituir o(s) produto (s), no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da notificação pelo fiscal do contrato.

4.3 DECLARAMOS que tomamos conhecimento do edital e o ofertado na proposta está adequado aos termos e exigências constantes do edital e Anexos, referentes ao Pregão Eletrônico n. 001/2019. Estamos obrigados a cumprir todas as condições, prazos, especificações e demais requisitos, bem como aceitar as condições de pagamento estabelecidas neste edital, termo de referência, contrato e anexos.

Local e data

_____
Nome e assinatura do representante legal
Nome da empresa
Carimbo da empresa

Observação 1: emitir em papel que identifique o licitante ou utilizar o carimbo do CNPJ.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
CRTR-5ª REGIÃO – SÃO PAULO
Serviço Público Federal

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2019
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 025/2019

31

ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA 5ª REGIÃO E A EMPRESA _____.

Pelo presente instrumento particular de contrato, de um lado o **CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA 5ª REGIÃO**, pessoa jurídica de direito público, entidade de fiscalização profissional, constituída na forma da Lei nº 7.394, de 29 de outubro de 1985, inscrita no CNPJ/MF Nº 59.575.555/0001-04, com sede na Rua Herculano, nº 169, Bairro Sumaré – São Paulo/SP, neste ato representado por seu Diretor Presidente TR. Guilherme Antonio Ribeiro Viana, inscrito no CPF sob nº 189.312.512-20 e RG nº 2.216.712 SSP-PA, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa (razão social), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. _____, com sede em (endereço completo da empresa), por intermédio de seu representante legal, Sr(a). (nome completo), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador da Cédula de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____, denominada **CONTRATADA**, firmam o presente Contrato nos termos da Lei n. 10.520/02 e da Lei n. 8.666/93, assim como pelas condições estabelecidas no edital de pregão eletrônico n. 001/2019, objeto do processo licitatório n. 025/2019, e ainda, pelos termos da proposta da CONTRATADA, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1 Fundamenta-se o presente instrumento na proposta apresentada pela CONTRATADA, no resultado da licitação sob a modalidade pregão eletrônico n. 001/2019, devidamente homologada pelo Diretor Presidente, tudo em conformidade aos dispositivos da Lei n. 10.520/2005 e subsidiariamente pela lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de administração, emissão e fornecimento de vale alimentação e vale refeição, na forma de cartões com chip de segurança, destinados aos funcionários do CRTR-SP, conforme especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

2.2 É parte deste Contrato, independentemente de sua transcrição, o edital de Pregão Eletrônico n. 001/2019, termo de referência e seus anexos, bem como a proposta da CONTRATADA.

32

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1 O termo inicial de vigência do presente Contrato será a partir da assinatura deste instrumento e vigorará por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, a critério exclusivo da parte CONTRATANTE, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, nos termos da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1 As despesas decorrentes da contratação objeto deste Contrato correrão à conta dos recursos orçamentários da dotação n. 6.2.2.1.1.33.90.39.019 – Programa de Alimentação ao Trabalhador, aprovados no orçamento para o exercício de 2019.

4.2 A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o montante referente ao fornecimento dos benefícios alimentação e refeição discriminados abaixo, aplicada a taxa de administração de ___% (_____) sobre o valor total de cada fornecimento mensal, conforme proposta apresentada, já inclusos todos os tributos, encargos sociais, fretes, seguros e demais despesas diretas e indiretas incidentes dobre o fornecimento.
a) 54 cartões refeição com crédito mensal de R$ 695,20
b) 52 cartões alimentação com crédito mensal de R$ 220,00

4.3 O presente Contrato possui valor mensal estimado de R$ _____ (_____), e valor global para o período inicial de 12 (doze) meses de R$ ___ (___), podendo variar para mais ou para menos ao longo da vigência, em função das necessidades do CRTR–SP.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 O pagamento será feito em até 05 (cinco) dias úteis após o adimplemento da obrigação, ou seja, disponibilização dos créditos e emissão da Nota Fiscal.

5.1.1 O CRTR-SP reterá do valor faturado os tributos correspondentes ao objeto contratado e os recolherá diretamente aos cofres públicos, como determina a Lei nº 9.430/96, regulamentada pela Instrução Normativa SRF nº 1234/12 e Instrução Normativa SRF nº 1540/15, nas alíquotas constantes do Anexo I da referida Instrução Normativa.

5.2 Na hipótese de qualquer divergência na nota fiscal apresentada pela CONTRATADA, o prazo acima será suspenso até que a pendência seja resolvida.

5.3 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

inadimplência, a qual poderá ser compensada com o(s) pagamento(s) pendente(s), sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

33

5.3.1 Nenhum pagamento será efetuado enquanto o serviço recebido estiver divergente do solicitado nas especificações.

5.4 A emissão de Nota Fiscal deverá ser feita nos moldes exigidos pela legislação pertinente, devidamente preenchida, contendo a discriminação exata dos produtos entregues. Atentar-se aos descontos a serem efetuados devido aos impostos, conforme indicado por lei.

5.5 Por ocasião do pagamento a ser realizado, a CONTRATANTE exigirá a apresentação concomitante à nota fiscal/fatura, da documentação apta a comprovar a regularidade perante a Fazenda Municipal, Estadual e Federal, o Sistema de Seguridade Social (INSS) e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). A CONTRATANTE ainda poderá exigir documentos que comprovem o pagamento dos funcionários.

5.6 A Nota Fiscal apresentada deverá conter o mesmo CNPJ do Contrato. Caso haja divergência, restará frustrado o pagamento.

5.7 Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura e/ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação e/ou reapresentação do documento fiscal/trabalhista, não acarretando qualquer ônus para o CRTR-SP.

5.8 Ao CRTR-SP fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços entregues não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

Além das obrigações resultantes da aplicação do Decreto nº 5.450/05, da Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente da Lei nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, caberá à CONTRATADA:

6.1 Fornecer o objeto contratado, conforme especificações, prazo e local constante no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, bem como, a solucionar qualquer defeito que ocorra, resultante de má qualidade;

6.2 Cumprir as condições e prazos dispostos neste contrato;

6.3 Refazer, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

34

6.4 Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados ou prepostos na execução dos serviços ou na entrega dos itens licitados;

6.5 Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como laudos, vistorias, salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras despesas que forem devidas aos seus empregados ou prepostos, no desempenho dos serviços contratados;

6.6 Prestar os esclarecimentos desejados, bem como comunicar imediatamente ao CONTRATANTE quaisquer fatos ou anormalidades que por ventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços;

6.7 Comparecer, sempre que convocada, ao local designado pelo CONTRATANTE, por meio de pessoa devidamente credenciada, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, para exame e esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados com os serviços contratados;

6.8 Dispor de rede credenciada de estabelecimentos que possibilitem a aquisição de gêneros alimentícios "in natura" e refeições prontas, em todo o Estado de São Paulo.

6.9 Manter um elevado padrão de qualidade e segurança no processo de impressão e crédito nos cartões, a fim de evitar qualquer tipo de falsificação ou fraude;

6.10 Fornecer cartões eletrônicos para cada beneficiário, observando os prazos fixados, sendo a entrega do primeiro cartão e senha dos empregados, dentro de 5 (cinco) dias corridos, a contar da respectiva solicitação, na Sede da CONTRATANTE;

6.11 Emitir segunda via dos cartões, em caso de perda, roubo, furto ou extravio, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a solicitação, efetuando a transferência do saldo remanescente para o novo cartão;

6.12 Fornecer código eletrônico secreto e individualizado, para cada catão encaminhado a cada beneficiário, em envelope lacrado, constituindo sua utilização assinatura eletrônica do beneficiário;

6.13 Manter em funcionamento Central de Atendimento Telefônico – Serviço de Atendimento ao Cliente – SAC, 24 horas por dia, 7 dias por semana, para prestar informações, receber comunicações de interesse da CONTRATANTE e de seus beneficiários, em especial, solicitação de bloqueio dos cartões;

6.14 Efetuar o bloqueio imediato em caso de perda, roubo, furto ou extravio do cartão, por meio da Central de Atendimento 24 horas por dia;

6.15 Garantir que os cartões para aquisição de refeições prontas e alimentos "in natura" sejam regularmente aceitos pelos estabelecimentos credenciados;

6.16 Devolver os valores dos benefícios eventualmente comprados indevidamente, em até 30 (trinta) dias corridos a contar da solicitação da CONTRATANTE;

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

6.17 Manter o mais completo e absoluto sigilo sobre os dados, materiais, documentos e informações que vier a ter acesso, direta ou indiretamente, durante a execução do objeto, devendo orientar os profissionais envolvidos a cumprir esta obrigação;

6.18 Manter, durante o período de vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação técnica exigidas para a presente contratação;

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

Além das obrigações resultantes da observância da legislação vigente, são obrigações da CONTRATANTE:

7.1 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento do objeto desta contratação por meio de funcionário ou comissão especialmente designada para este fim, podendo recusar qualquer parcela de má qualidade ou que não esteja de acordo com as normas ou descrições;

7.2 Receber e conferir o objeto do contrato, conforme as disposições estabelecidas;

7.3 Notificar imediatamente à CONTRATADA, por escrito, sobre eventuais imperfeições, falhas e defeitos observados na execução dos serviços;

7.4 Prestar à CONTRATADA e seus representantes e funcionários todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados;

7.5 Efetuar o pagamento na forma convencionada, dentro do prazo previsto, desde que atendidas formalidades pactuadas.

7.6 Determinar os serviços e respectivo quantitativo a serem realizados;

7.7 Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato;

7.8 Cumprir demais obrigações que estejam vinculadas ao edital deste pregão, termo de referência e seus anexos.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1 O licitante vencedor que descumprir quaisquer das cláusulas ou condições do presente edital de pregão eletrônico ficará sujeito às penalidades previstas na Lei n. 8.666/93 e na Lei 10.520/2002.

8.2 Ficará impedido de licitar e contratar com o Conselho Regional de Técnicos em Radiologia 5ª Região, pelo prazo previsto, ou enquanto perdurarem os motivos

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

determinantes da punição, a pessoa física ou jurídica que praticar qualquer dos atos contemplados no Capítulo IV da Lei n. 8.666/93, assim disposto:

8.2.1 Deixar de assinar o contrato quando convocado para fazê-lo, sem justo motivo: impedimento de contratar com a Administração por 02 (dois) anos;

8.2.1.1 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se o mesmo, separada ou cumulativamente, às seguintes penalidades:
a) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida;
b) Pagamento da diferença de preço, decorrente de nova licitação para o mesmo fim, se esta se tornar necessária.

8.3 A desistência da Proposta caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, ensejando o cancelamento do contrato e a cobrança pelo CRTR 5ª Região, por via administrativa e/ou judicial, de multa no valor de 20% (vinte por cento) do valor consignado quando da adjudicação.

8.4 Salvo ocorrência de caso fortuito ou força maior, devida e formalmente justificados/comprovados, ao não cumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas, ou a infringência dos preceitos legais pertinentes, serão aplicadas, segundo a gravidade, as seguintes penalidades:

a) Advertência;
b) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93, na hipótese de recusa injustificada pela licitante vencedora em aceitar ou receber as ordens de fornecimento, bem como pelo descumprimento total ou parcial de qualquer obrigação pactuada;
c) Multa moratória de 0,5% (meio por cento por cento) do valor da nota de empenho, por qualquer ocorrência que a CONTRATADA der causa e acarretar em atraso no início do cumprimento do contrato, até o limite máximo de 10 (dez) dias;
d) Suspensão temporária do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 02 (dois) anos;
e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;
f) As demais sanções previstas no Capítulo IV da Lei n. 8.666/93, e demais normas pertinentes.

8.5 As penalidades previstas neste edital são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso de multa, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, garantida defesa prévia.

8.6 Independente das penalidades acima indicadas, a proponente ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração e decorrentes de sua inadimplência, inclusive no que diz respeito à diferença de preços verificada em nova contratação quando a classificada subsequente não aceitar a contratação nas mesmas condições fixadas pela inadimplente.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

37

8.7 A multa, aplicada após regular processo administrativo, será cobrada administrativamente deduzindo-se de eventuais importâncias a receber da CONTRATANTE, e não sendo suficiente, sem prejuízo de cobrança judicial.

8.7.1 – Previamente à aplicação da multa ou de qualquer outra sanção, poderá a licitante apresentar defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data em que for notificada a respeito.

8.8 Os atos administrativos de aplicação das sanções previstas neste edital, neste contrato e nos incisos III e IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93 e o que for aplicável da lei 10.520/2002, bem como a rescisão contratual, serão publicados resumidamente na imprensa oficial e/ou diário de grande circulação.

8.8.1 – Sem prejuízo no disposto no item 8.2, nos casos de impedimento de licitar e contratar com a CRTR 5ª Região ou de declaração de inidoneidade, a CONTRATANTE comunicará o Tribunal de Contas da União sobre a ocorrência.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.1 Constituem motivos para a rescisão deste Contrato durante sua vigência:

a) o não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas contratuais, especificações ou prazos.
b) O atraso injustificado ou não autorizado na execução do contrato.
c) A subcontratação total ou parcial do objeto.
d) A decretação de falência, concordata ou insolvência civil.
e) A dissolução da sociedade.
f) A alteração social ou a modificação da finalidade ou estrutura da empresa que prejudique a execução do contrato.
g) Razões de interesse público, justificadas e determinadas pela CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo referente a este Contrato.

9.2 Após notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, o contrato será rescindido nos moldes previstos na Seção V, Capítulo III, da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS CASOS OMISSOS

10.1 Os casos omissos nesse CONTRATO, com base na legislação vigente, serão resolvidos pela Administração Superior do Conselho Regional de Técnicos em Radiologia 5ª Região.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Justiça Federal

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA
CRTR-5ª REGIÃO – SÃO PAULO
Serviço Público Federal

Cível da 1ª Subseção da Capital do Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

11.2 E, por assim estarem justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual em 03 (três) vias de igual teor e forma, para os todos os fins de direito, na presença das duas testemunhas abaixo.

São Paulo, de junho de 2019.

CONTRATANTE:

CONSELHO REGIONAL DOS TÉCNICOS EM RADIOLOGIA 5ª REGIÃO
TR. Guilherme Antonio Ribeiro Viana
Diretor Presidente

CONTRATADA: RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
ASSINATURA DO SÓCIO PROPRIETÁRIO

TESTEMUNHAS:

1) Assinatura: _____
Nome: _____
CPF: _____

2) Assinatura: _____
Nome: _____
CPF: _____

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

24. Outros Documentos (Edital Sesi)

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 586
Mov. 57

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 587
Mov. 57

Processo 16887/2019

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL SESI / SENAI – PR Nº 2.0047/2019

A **Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP, Serviço Social da Indústria – SESI-PR, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI-PR e o Instituto Evaldo Lodi – IEL-PR, todos do Departamento Regional do Paraná**, adiante designados simplesmente **SISTEMA FIEP**, com sede na Avenida Cândido de Abreu, n° 200, Centro Cívico, Curitiba/PR, está promovendo Licitação, modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR TAXA,** conforme seu Regulamento de Licitações e Contratos, devidamente publicado no D.O.U. de 16/09/1998, com as posteriores alterações publicadas em 26/10/2001, 11/11/2002 e 24/02/2006, e com observância às condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1. OBJETO

1.1 A presente licitação tem por objeto a contratação de serviços descritos no **ANEXO I.**

1.1.1 No objeto da licitação estará (ão) contemplada (s) a (s) casa (s)**:**

- FEDERACAO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANA

- SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – SESI

- SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – SENAI

- INSTITUTO EUVALDO LODI NUCLEO REGIONAL DO PARANA

2. SESSÃO DE ABERTURA

2.1 A proposta comercial e os documentos de habilitação deverão ser entregues em envelopes fechados e separados, no endereço, data e horário especificado no **ANEXO II**, onde será realizada a abertura pública deste certame**,** coordenada pela Comissão de Licitações do Sistema FIEP.

2.2 Após o horário estabelecido no **ANEXO II**, não mais será permitida a entrada de interessados em participar da licitação, como proponentes, no recinto dos trabalhos.

2.3 O **SISTEMA FIEP** não se responsabilizará por envelopes que, remetidos pela via postal ou entregues em locais diferentes dos referidos no subitem 2.1, indicados no **ANEXO II**, não forem recebidos até a data e horário estabelecidos.

3. CONDIÇÕES GERAIS PARA CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar deste certame, as empresas do ramo pertinente ao objeto e que atenderem a todas às exigências constantes deste Edital e seus anexos.

3.2 Os documentos referentes ao credenciamento deverão ser entregues diretamente ao Pregoeiro, **NÃO DEVENDO SER INSERIDOS EM NENHUM DOS ENVELOPES**, sob pena de aplicação do **item 3.5** deste Edital, se a Comissão de Licitações do Sistema FIEP achar conveniente. Os documentos referentes ao credenciamento farão parte integrante do processo de licitação.

3.3 No dia da sessão de abertura, o representante da proponente deverá se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro, munido dos seguintes documentos:

a) Documento de identificação;

b) Procuração por instrumento público ou particular com firma reconhecida, **com poderes para formular ofertas e lances de preços, rubricar propostas das demais licitantes, assinar atas e documentos, interpor recursos e impugnações, receber notificação, tomar ciência de decisões, recorrer, desistir da interposição de recursos, acordar, transigir e praticar todos os demais atos pertinentes ao**

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

certame, por escrito ou oralmente, respondendo para todos os efeitos por sua representada.

c) Cópia do Ato Constitutivo, Registro Comercial, Estatuto ou Contrato Social.

3.4 Os proponentes poderão utilizar o modelo de Procuração de acordo com o **ANEXO III** ou, caso optem por instrumento próprio, o mesmo deverá conter, **no mínimo, a outorga dos poderes nele estabelecidos.**

3.5 A não apresentação do credenciamento, a incorreção do documento credencial ou a ausência do representante não implicará na exclusão da proposta do certame nem em inabilitação da proponente. Contudo, não serão aceitos lances verbais, nem manifestação em nome da proponente nesta disputa.

3.6 Nenhuma pessoa física, ainda que credenciada por procuração legal, poderá representar mais de um proponente, salvo quando se tratar de itens (se critério de julgamento for por itens) ou lotes (se critério de julgamento for por lotes) diferentes. O mesmo representante não poderá participar ou ser credenciado em um mesmo item/lote por mais de uma empresa proponente.

3.7 É indispensável a presença da proponente ou seu representante legal até o final da sessão pública de licitação, para que possa exercer os atos referentes ao certame.

3.8 Não poderão participar direta ou indiretamente deste certame:

3.8.1 Empresas em estado de falência, em processo de recuperação judicial, de concurso de credores, de dissolução ou liquidação;

3.8.2 Empresas que tenham sido declaradas inidôneas ou com suspensão do direito de contratar ou licitar com o Sistema FIEP.

3.8.3 Empresas inscritas no Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis), consultado no site: **http://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc** e Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça **www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;**

3.8.4 Dirigente ou empregado do Sistema FIEP.

3.9 A empresa proponente deverá, obrigatoriamente, apresentar os documentos relacionados nos **itens 3, 4 e 5**, em original, cópia autenticada ou cópia simples. No caso da cópia simples, a Comissão de Licitações do Sistema FIEP poderá autenticar o documento apresentado pela proponente, no dia da sessão de abertura dos envelopes, desde que acompanhado do documento original. Neste caso, a autenticação só será válida para efeitos da presente licitação.

4. PROPOSTA DE PREÇOS

4.1 A Proposta de Preços deverá ser apresentada no local, data e hora, indicados no **ANEXO II** deste Edital, em envelope devidamente lacrado, contendo na parte frontal externa a seguinte inscrição (sugestão):

ENVELOPE Nº. 01 – PROPOSTA COMERCIAL
PREGÃO N° XXX/20XX.
DATA E HORÁRIO DE ABERTURA: XX/XX/XXXX – XX:XX horas.
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE:
ENDEREÇO:
TELEFONE E E-MAIL PARA CONTATO:

4.2 A proposta deverá ser apresentada em língua portuguesa, obrigatoriamente em papel timbrado da empresa proponente ou com carimbo contendo o CNPJ, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devendo ser datada e

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

assinada pelo representante legal ou constituído por instrumento de mandato para tal função; contendo as seguintes informações:

a) Especificação do produto com descrição detalhada das características, conforme exigido no **ANEXO I;**

b) Proposta de preços detalhada e demais exigências complementares, nos termos do **ANEXO II;**

c) Demais documentos complementares relacionados no **ANEXO II.**

4.3 O preço cotado deverá estar expresso em moeda nacional, por valores fixos e irreajustáveis, nele embutidos os tributos municipais, estaduais e federais, taxas, emolumentos e demais encargos incidentes, inclusive a utilização de transporte(s)/frete(s) necessário ao alcance da realização do objeto do certame.

4.4 A proposta deverá ter como prazo de validade mínimo o estabelecido no **ANEXO II**, contado da data de sua apresentação.

4.5 A apresentação da proposta será considerada como evidência de que a proponente:

a) Examinou e tem pleno conhecimento de todos os documentos que instruem este edital;

b) Aceita as cláusulas e condições deste Edital, bem como eventuais retificações, esclarecimentos ou outros atos complementares ao edital;

c) Tem condições e compromete-se a fornecer o objeto deste Edital pelo valor e prazo constantes de sua proposta;

d) Tomou conhecimento dos dispositivos constantes do Regulamento de Licitações e Contratos publicado no site do **SISTEMA FIEP**, disponível no site **www.fiepr.org.br/licitacao/html**, aceitando-os de forma integral e irretratável.

4.6 A análise e o julgamento das propostas serão realizados posteriormente pela Comissão de Licitações do Sistema FIEP e por técnicos designados para tal fim.

4.7 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e Anexos, sejam omissas ou apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento e, ainda, as que apresentem valores unitários simbólicos ou irrisórios, de valor zero, excessivos ou manifestamente inexequíveis no seu todo.

4.8 Serão desclassificadas as propostas que apresentarem valor superior ao máximo estipulado no **ANEXO I** deste edital.

5. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 Os documentos de habilitação deverão ser apresentados no local, dia e hora, indicados no **ANEXO II** deste edital, em envelope devidamente fechado.

5.2 Os documentos relativos à habilitação jurídica da licitante, que já tiverem sido apresentados por ocasião do credenciamento, ficam dispensados de serem inseridos no ENVELOPE Nº 02.

5.3 O envelope deverá conter a seguinte descrição (sugestão):

ENVELOPE Nº. 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PREGÃO N° XXX/20XX.
DATA E HORÁRIO DE ABERTURA: XX/XX/XXXX – XX:XX horas.
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE:
ENDEREÇO:
TELEFONE E E-MAIL PARA CONTATO:

5.4 A proponente deverá apresentar, neste envelope, os documentos abaixo citados:

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

a) Carta (**ANEXO IV**) endereçada à Comissão de Licitação do Sistema FIEP, redigida obrigatoriamente em papel timbrado ou com carimbo oficial do CNPJ, assinada pelo representante legal ou constituído por instrumento de mandato para tal função;

b) Declaração da proponente, conforme modelo do **ANEXO V**, obrigatoriamente em papel timbrado da empresa ou com carimbo contendo o CNPJ, assinada pelo representante legal ou por constituído por instrumento de mandato para tal função;

c) Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, contemplando atividades econômicas relacionadas ao objeto da licitação;

d) Certidão Negativa Conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União, por ela administrados, no âmbito de suas competências, conforme Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de outubro de 2014 e Portaria 358/2014 do Ministério da Fazenda. Esta Certidão compreende também as contribuições previdenciárias.

e) Certidão Negativa Estadual. Caso a proponente seja inscrita na Fazenda Estadual, esta deverá contemplar também o **ICMS;**

f) Certidão Negativa Municipal compreendendo **ISS-QN**, da licitante, se for inscrita na Fazenda Municipal;

g) Para empresas sediadas em Brasília, DF, Certidão Negativa da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Governo do Distrito Federal, em substituição aos documentos exigidos no item 5.4 "**e**" e "**f**";

h) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF);

i) Certidão Negativa De Débitos Trabalhistas – CNDT;

j) Certidão negativa de pedidos de falência da empresa, expedida por distribuidor judicial localizado na Cidade sede da empresa proponente, com antecedência máxima de **60 (sessenta) dias corridos** da data de apresentação, incluído o dia da emissão da Certidão;

k) Registro Comercial, no caso de empresa individual;

l) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. **No caso do ato constitutivo, estatuto ou do contrato social terem sofrido alterações, essas deverão ser apresentadas, ao menos que os referidos documentos sejam consolidados**;

m) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

n) No caso de empresa estrangeira, a participação é permitida desde que apresente autorização oficial de seu funcionamento no Brasil, dada e passada pelo Ministério de Estado do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior.

o) Declaração subscrita pelo representante legal da licitante afirmando, sob as penas da lei, que a empresa "não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos", conforme modelo constante do **ANEXO VII;**

p) Demais documentos complementares relacionados no **ANEXO II.**

5.5 A empresa proponente deverá, obrigatoriamente, apresentar os documentos relacionados no item 5.4, em original, cópia autenticada ou cópia simples. No caso da cópia simples, a Comissão de Licitações do Sistema

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

FIEP poderá autenticar o documento apresentado pela proponente, no dia da sessão de abertura dos envelopes, desde que acompanhado do documento original. Neste caso, a autenticação só será válida para efeitos da presente licitação.

5.6 As Certidões apresentadas deverão estar em condições de aceitabilidade quanto ao "prazo de validade". Caso as validades das Certidões não estejam expressas, será considerado o prazo de validade de 60 (sessenta) dias corridos, incluído o dia da emissão da Certidão.

5.7 Os documentos de que trata o **item 5.4** devem ser da unidade da proponente, que efetivamente realizará o objeto do edital, seja sua matriz ou filial, exceto no que respeita ao documento descrito no item "**d**".

5.8 A empresa que não apresentar a documentação exigida neste Edital e que não atender as condições previstas no item 6 será considerada inabilitada como proponente.

6. PROCEDIMENTOS DO PREGÃO

6.1 O pregão será realizado em sessão pública de forma presencial conduzida por Pregoeiro.

6.2 Será permitida a participação ativa de apenas um representante de cada licitante nas reuniões da presente licitação, especificamente designado no momento do credenciamento.

6.3 Declarada aberta a sessão, não serão admitidos novos proponentes.

6.4 O Pregoeiro e sua equipe de apoio realizarão os procedimentos iniciais pertinentes, com respeito ao:

a) Credenciamento dos representantes legais das proponentes interessadas em participar deste Pregão;

b) Recebimento dos envelopes nº. 1 - Proposta de Preços e nº. 2 - Documentação de Habilitação;

c) Abertura, verificação da conformidade e rubrica dos documentos apresentados no envelope nº. 1;

d) O Pregoeiro efetuará a consulta do CNPJ da(s) proponente(s) junto ao Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis), no site: http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis/Consulta.seam e Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php. Em constando dos referidos cadastros, a(s) proponente(s) será(ão) inabilitada(s) OU/E não poderá(ão) participar do certame, haja vista a impossibilidade de participação.

e) Exame da conformidade técnica das propostas;

f) Se a análise dos documentos contidos no envelope n. 01 necessitar ser mais detalhada, a Comissão de Licitações do Sistema FIEP marcará nova data para continuidade da Licitação.

6.5 O Pregoeiro poderá inverter o procedimento, abrindo primeiramente o envelope de habilitação e posteriormente abrindo o envelope de proposta de preços, nos termos do artigo 17 do Regulamento de Licitações e Contratos publicado no site do **SISTEMA FIEP**.

6.6 O Pregoeiro classificará para a fase de lances a proponente autora da proposta de menor preço, dentro do critério de julgamento apontado no **ANEXO II**, e **todas aquelas** que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até **15% (quinze por cento)** em relação à de menor preço.

6.7 Quando não forem classificadas, no mínimo, 03 (três) propostas para a fase de lances, na forma definida no subitem 6.6, o Pregoeiro classificará a de menor preço e as duas melhores propostas de preços subsequentes, desde que atendam às demais condições definidas neste Edital.

6.8 As propostas que, em razão dos critérios definidos nos itens 6.6 e 6.7, não integrarem a lista de classificadas para a fase de lances verbais, também serão consideradas desclassificadas do certame.

6.9 No caso de empate das propostas de preços, e estas se enquadrarem no disposto dos subitens anteriores,

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

todas serão consideradas para efeito de classificação.

6.10 A classificação de apenas duas propostas de preços não inviabilizará a realização da fase de lances verbais.

6.11 As proponentes classificadas darão início à etapa de apresentação dos lances verbais, iniciando-se a partir do autor da proposta de maior preço e prosseguindo-se com os demais em ordem decrescente de classificação. Se as propostas forem iguais, o Pregoeiro procederá ao sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

6.12 O licitante que não apresentar lance numa rodada não ficará impedido de participar de nova rodada, caso ocorra.

6.13 A desistência expressa do proponente em apresentar lance verbal até o final do procedimento, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na sua exclusão da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço por ele apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

6.14 Caso não realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado para a aquisição do respectivo objeto.

6.15 Na hipótese de comparecimento de uma única empresa, que apresente proposta válida, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente, para que seja obtida proposta mais vantajosa.

6.16 Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro e a Comissão de Licitações do Sistema FIEP**,** constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital e seus Anexos, prosseguirá à abertura do envelope de habilitação da empresa que tiver ofertado o menor preço.

6.17 Se a empresa que apresentou o menor preço for inabilitada ou descumprir qualquer outra exigência do edital, caberá à Comissão de Licitações do Sistema FIEP autorizar o Pregoeiro a convocar o autor do segundo menor lance e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade, estabelecido neste edital.

6.18 O Pregoeiro, observando o motivo do desatendimento das exigências habilitatórias, poderá aplicar as penalidades previstas no item 16 deste Edital.

6.19 Nas situações acima previstas, o Pregoeiro poderá, ainda, negociar diretamente com o proponente vencedor, para que seja obtida proposta mais vantajosa.

6.20 Declarado o licitante vencedor, a Comissão de Licitações do Sistema FIEP encaminhará o processo à autoridade competente para a homologação e adjudicação.

6.21 A proponente declarada vencedora deverá confirmar a proposta de preços, no prazo máximo **de 02 (dois) dias úteis** (consideradas horas úteis das 08hs às 18hs, de segunda-feira a sexta-feira), após o encerramento deste Pregão, mediante a apresentação da proposta definitiva de preços, acompanhada da planilha com o novo valor global e os novos valores para cada um dos itens, deduzidos dos mesmos o desconto ofertado na fase de lances verbais do pregão. Para tanto, o preço global definitivo será aquele registrado na rodada final de lances verbais do certame. Em casos de lotes, a empresa declarada vencedora deverá obrigatoriamente que apresentar a dedução dos descontos ofertados proporcionalmente para cada um dos itens do lote cujo tenha sido considerada vencedora.

6.22 As decisões do Pregoeiro serão comunicadas diretamente aos interessados, durante a sessão pública e lavradas em ata, assinada por todos os participantes presentes. O resultado final do Pregão será divulgado via internet no site **www.fiepr.org.br/licitacao/html.**

7. IMPUGNAÇÃO E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS DO ATO CONVOCATÓRIO

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

7.1 Sob pena de decadência do direito, no prazo de **02 (dois) dias úteis** anteriores à data fixada para sessão de abertura (consideradas horas úteis das 08hs às 18hs, de segunda-feira a sexta-feira), qualquer pessoa, através de correspondência endereçada à Comissão de Licitações do Sistema FIEP, fax ou e-mail constantes no **ANEXO II**, poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar o presente edital.

7.2 Para efeito de contagem do prazo consignado no item 7.1, não será considerada a data de abertura do certame.

7.3 Poderá à Comissão de Licitações do Sistema FIEP decidir sobre o pedido de impugnação do Edital no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, contado de seu recebimento.

7.4 Acolhido o pedido de impugnação contra o ato convocatório, feitos os ajustes necessários, será designada nova data para a realização da presente licitação, mediante comunicação no site **www.fiepr.org.br/licitacao/html,** se a eventual alteração do edital vier a afetar a formulação das propostas.

7.5 As respostas aos pedidos de esclarecimentos e de impugnações serão partes integrantes deste edital.

8. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

8.1 Será considerada vencedora a proposta que atender às exigências deste edital e atender ao critério de julgamento estipulado no **ANEXO II**.

8.2 A Comissão de Licitações do Sistema FIEP, a qualquer tempo e a seu critério, poderá efetuar diligências, solicitando das proponentes, esclarecimentos e/ou informações complementares, apresentação de *portfolios*, prospectos, amostras, etc., dos produtos cotado(s) para melhor avaliação ou teste, antes da definição do julgamento deste certame.

8.3 O empate, entre dois ou mais proponentes somente ocorrerá quando houver igualdade de preços entre as propostas escritas e quando não houver lances para o desempate. Havendo propostas economicamente vantajosas e que estejam em equivalência de condições, o **SISTEMA FIEP** procederá ao sorteio da proposta vencedora, a ser realizado durante a sessão do Pregão.

8.4 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades estabelecidas no item 16 deste edital.

8.5 Será admitido apenas 01(um) proponente vencedor para o objeto licitado, atendendo-se ao critério de julgamento estipulado no **ANEXO II**.

8.6 Omissões ou desatendimento a exigências consideradas eminentemente formais, que sejam irrelevantes para o entendimento da proposta, não acarretarão na desclassificação da proposta, desde que não causem prejuízo para o **SISTEMA FIEP** e nem firam os direitos dos demais proponentes.

9. RECURSOS

9.1 Da desclassificação das propostas de preços, somente caberá pedido de reconsideração à própria Comissão de Licitações do Sistema FIEP, com a justificativa de suas razões, a ser apresentado, de imediato, oralmente ou por escrito, na mesma sessão pública em que vier a ser proferida.

9.2 A Comissão de Licitações do Sistema FIEP analisará e decidirá de imediato o pedido de reconsideração, sendo-lhe facultado, para tanto, suspender a sessão pública.

9.3 Da decisão da Comissão de Licitações do Sistema FIEP relativa ao pedido de reconsideração, não caberá recurso.

9.4 Caberá recurso, no prazo de **02 (dois) dias úteis**, da decisão que declarar o licitante vencedor, salvo na

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

hipótese de a inversão prevista no item 6.5 vir a ser adotada, quando também caberá recurso da decisão que inabilitar o licitante.

9.5 O licitante que puder vir a ter a sua situação prejudicada em razão do recurso interposto, poderá sobre ele se manifestar no prazo de **02 (dois) dias úteis**, que correrá da comunicação, pela Comissão de Licitações do Sistema FIEP, da interposição do recurso.

9.6 O acolhimento do recurso importará em invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.7 A petição poderá ser feita na própria sessão de recebimento, sendo levada a termo em Ata.

9.8 O recurso deve ser, obrigatoriamente, apresentado em papel timbrado da empresa e obrigatoriamente redigido em português, sem rasuras, fundamentado e assinado por representante legal, observados os prazos legais.

9.9 Os recursos serão encaminhados para a autoridade superior do **SISTEMA FIEP**, por intermédio do Pregoeiro, para serem submetidos à análise e decisão.

9.10 Os recursos poderão ser julgados no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, contados da data final para sua interposição, pela autoridade competente.

10. ADJUDICAÇÃO

10.1 O resultado deste certame será publicado no site **www.fiepr.org.br/licitacao/html**.

11. PAGAMENTO

11.1 O pagamento será realizado no prazo e condições especificadas no **ANEXO II**, a contar da data de conclusão da entrega do(s) produto(s), mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura correspondente e após a aprovação do(s) produto(s), pela Fiscalização do **SISTEMA FIEP**.

11.2 Fica **expressamente vedada** ao vencedor da licitação, a negociação de faturas ou títulos de crédito decorrentes deste certame, com instituições financeiras ou factorings.

11.3 O faturamento deverá ser feito para o **SISTEMA FIEP**, conforme dados constantes do **ANEXO II**.

11.4 A aprovação do(s) produto(s) dependerá de avaliação, que será efetuada após o processo de conferência, sendo que a assinatura do comprovante da entrega do(s) produto(s) não implica na sua aprovação.

12. PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

12.1 Ficam estabelecidos no **ANEXO II** o prazo e o local para a entrega do(s) produto(s).

13. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

13.1 O **SISTEMA FIEP** formalizará a contratação por meio de instrumento hábil informado no **ANEXO II**.

13.2 A recusa da Empresa em assinar o instrumento de contratação, ou o não aceitá-lo, dentro de **02 (dois) dias úteis** contados da data de recebimento da notificação, sem justificativa por escrito, ou com justificativa não aceita, sujeitará esta às penalidades previstas no item 16 deste Edital.

13.3 Não será possível a subcontratação total do objeto deste certame.

13.4 A subcontratação parcial dependerá de pedido expresso motivado da contratada e da prévia autorização pelo **SISTEMA FIEP**.

13.5 É expressamente proibida a subcontratação do objeto a licitante que tenha participado do procedimento licitatório ou a empresa proibida de contratar com o **SISTEMA FIEP**.

14. ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

14.1 A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) para obras, serviços ou compras e 50% (cinquenta por cento) para reforma de edifício ou equipamento, do valor inicial atualizado do instrumento contratual, sempre mediante a lavratura de Termo Aditivo, conforme previsto no artigo 30 do Regulamento de Licitações e Contratos publicado no site do **SISTEMA FIEP** do valor inicial atualizado do instrumento contratual.

15. RESCISÃO CONTRATUAL

15.1 O presente contrato poderá ser rescindido de pleno direito pelo **SISTEMA FIEP**, independentemente de interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

15.1.1 Inadimplemento parcial ou total do contrato ou cumprimento irregular de seus termos;

15.1.2 Decretação de falência, pedido de recuperação judicial, insolvência civil, liquidação judicial ou extrajudicial ou suspensão, pelas autoridades competentes, das atividades da CONTRATADA;

15.1.3 Inobservância de dispositivos normativos, contratuais e do Edital;

15.1.4 Dissolução da empresa contratada;

15.1.5 A lentidão do seu cumprimento, levando o **SISTEMA FIEP** a comprovar a impossibilidade da entrega do objeto, nos prazos estipulados;

15.1.6 O atraso injustificado no início da prestação do serviço;

15.1.7 A paralisação da prestação do objeto, sem justa causa e prévia comunicação ao **SISTEMA FIEP**;

15.1.8 A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital, no contrato ou pela Fiscalização do **SISTEMA FIEP**;

15.1.9 O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

15.1.10 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

15.1.11 A não manutenção das condições de habilitação previstas neste edital.

15.2 Nas hipóteses das alíneas “15.1.1”, “15.1.3”, “15.1.5”, “15.1.6”, “15.1.7”, “15.1.8”, e “15.1.10”, a parte inadimplente será responsável pelo ressarcimento, à outra, de eventuais prejuízos decorrentes da rescisão.

15.3 A rescisão contratual será regida pelo disposto no artigo 32 do Regulamento de Licitações e Contratos publicado no site do **SISTEMA FIEP** e pelo disciplinado no presente Edital, não prejudicando a possibilidade de aplicação das sanções previstas no item 16 deste edital, sempre assegurada a ampla defesa e o contraditório.

16. SANÇÕES E PENALIDADES

16.1 A inexecução total ou parcial do objeto contratado sujeitará a **CONTRATADA**, garantida a prévia defesa, às seguintes penalidades: **advertência, multa, rescisão e suspensão do direito de licitar ou contratar com o SISTEMA FIEP por prazo não superior a 2 (dois) anos**, nas formas adiante especificadas.

16.2 Será cabível pena de **advertência** os casos de serviços executados de maneira não conforme, não atendimento as solicitações da fiscalização do **SISTEMA FIEP** e nos casos de infrações de menor gravidade;

16.3 Será cabível pena de **multa**:

16.3.1 Nos casos de descumprimento do prazo de execução/entrega, aplicação de multa de 2% (dois por cento) e juros de 0,03% ao dia de atraso sobre o valor dos serviços efetivamente atrasados e

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

ensejando a critério do **SISTEMA FIEP**, a rescisão contratual;

16.3.2 Na hipótese de inexecução parcial, multa no percentual de 5% (cinco por cento), sobre a porção inadimplida do valor atualizado do contrato e ensejando, a critério do **SISTEMA FIEP**, a rescisão contratual;

16.3.3 Em caso de inexecução total, multa no percentual de 10% (dez por cento) do valor atualizado do objeto contratado e ensejando, a critério do **SISTEMA FIEP**, a rescisão contratual;

16.3.4 Ao proponente que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá ser aplicada a penalidade de suspensão do direito de licitar, pelo prazo máximo de 2 (dois) anos e/ou multa até o percentual de 20% (vinte por cento) do valor da proposta apresentada.

16.4 Para as ocorrências de não cumprimento das normas de segurança do trabalho, será imputada à **CONTRATADA** multa de R$ 2.000,00 (dois mil) reais por situação constatada pela Fiscalização do **SISTEMA FIEP.**

16.5 A multa poderá ser aplicada isolada ou cumulativamente com as demais sanções.

16.6 Caberá a penalidade de **suspensão do direito de licitar**, pelo prazo máximo de 2 (dois) anos, contados a partir de sua aplicação, nos casos de **inexecução total ou parcial de que decorra rescisão contratual,** a critério do **SISTEMA FIEP**.

16.7 As multas poderão ser descontadas dos recebimentos a que a contratada tiver direito ou cobradas judicialmente, caso não haja pagamento espontâneo.

16.8 As penalidades poderão ser aplicadas tantas vezes quantas forem as irregularidades constatadas.

16.9 No caso de atraso da entrega do objeto, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste instrumento, o contrato poderá ser imediatamente rescindido, a critério do CONTRATANTE. Nesta situação, o CONTRATANTE poderá convocar outro fornecedor para execução do contrato, nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos do **SISTEMA FIEP**.

16.10 Fica facultada a defesa prévia da empresa, em qualquer caso de aplicação de penalidade, no prazo de **05 (cinco) dias úteis** (consideradas horas úteis das 08hs às 18hs, de segundas-feiras a sextas-feiras), contados da intimação do ato.

17. INCIDÊNCIAS FISCAIS E DEMAIS ÔNUS

17.1 Dos valores devidos à **CONTRATADA** serão descontados os encargos sujeitos, por disposição legal, à retenção na fonte, nos percentuais discriminados no **ANEXO II**, quando for o caso.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 O objeto deste edital deverá ser executado rigorosamente dentro das especificações estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo que a inobservância desta condição implicará sua recusa, com a aplicação das penalidades previstas no item 16, deste Edital.

18.2 As proponentes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório, estando sujeitas às sanções previstas neste Edital e na legislação brasileira.

18.3 As empresas interessadas deverão manter-se atualizadas de quaisquer alterações e/ou esclarecimentos sobre

sistemafiep.org.br
Av. Cândido de Abreu, 200 | Centro Cívico
80530-902 | Curitiba PR | (41) 3271-9000

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

o edital, através da consulta permanente ao site **www.fiepr.org.br/licitacao/html**, não cabendo ao **SISTEMA FIEP** a responsabilidade pela não observância deste dispositivo.

18.4 Caso a proponente se recuse a executar o objeto deste Edital ou venha a fazê-lo fora das especificações estabelecidas, o **SISTEMA FIEP** poderá, mediante notificação, rescindir o ajuste e optar pela convocação das demais proponentes na ordem de classificação, nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos publicado no site do **SISTEMA FIEP**.

18.5 Fica assegurado ao **SISTEMA FIEP** o direito de:

a) Adiar a data de abertura do presente certame, dando conhecimento aos interessados, mediante informação no site **www.fiepr.org.br/licitacao/html**, com a antecedência de pelo menos **24 (vinte e quatro) horas**, da data inicialmente marcada;

b) Cancelar o presente certame, a qualquer tempo, desde que haja motivo que o justifique, nos termos do art. 40 do Regulamento de Licitações e Contratos publicado no site do **SISTEMA FIEP**, dando ciência aos interessados;

c) Alterar as condições deste Edital, fixando novo prazo, não inferior a **08 (oito) dias corridos**, para a abertura das propostas, a contar da publicação das alterações, se a eventual alteração do edital vier a afetar a formulação das propostas.

18.6 É facultado, ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do ato da sessão pública.

18.7 A Contratada ficará responsável por quaisquer danos que venha a causar a terceiros ou ao patrimônio do **SISTEMA FIEP**, durante a entrega do(s) produtos(s) contratados, reparando-os às suas custas, não lhe cabendo nenhuma indenização por parte do **SISTEMA FIEP.**

18.8 Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos acréscimos de valores nos contratos a qualquer título.

18.9 A proponente vencedora obriga-se a substituir ou readequar o objeto deste edital que não estejam de acordo com as especificações e padrões de qualidade exigidos, sem ônus para o **SISTEMA FIEP**.

18.10 Para efeito de contagem dos prazos estabelecidos neste edital, referentes a recursos, impugnações ou pedidos de esclarecimentos, excluir-se-á o dia do inicio e incluir-se-á o do vencimento, e serão considerados os dias consecutivos.

18.11 Os recursos orçamentários para as despesas decorrentes deste Pregão estão previstos em dotação orçamentária para o ano em curso, do **SISTEMA FIEP** conforme previsto no **ANEXO II** deste edital.

18.12 Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão de Licitações do Sistema FIEP poderá fixar às proponentes o prazo de até **05 (cinco) dias úteis** para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas, escoimadas das causas referidas neste item.

18.13 Os envelopes de habilitação ou proposta comercial das licitantes que forem desclassificadas ou em caso de inversão do procedimento sejam inabilitadas, poderão retirar os mesmos no prazo de até **30 (trinta) dias corridos**, contados da data do julgamento do edital. Decorrido esse prazo, o **SISTEMA FIEP** poderá providenciar a sua destruição.

19. FORO

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 598
Mov. 57

19.1 Para todos os efeitos legais, as partes elegem o Foro constante no **ANEXO II**, para dirimir dúvidas oriundas da aplicação deste Edital e seus Anexos.

Curitiba, 28 de março de 2019.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
SISTEMA FIEP

sistemafiep.org.br
Av. Cândido de Abreu, 200 | Centro Cívico
80530-902 | Curitiba PR | (41) 3271-9000

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 599
Mov. 57

Processo 16887/2019
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL SESI / SENAI – PR Nº 2.0047/2019

ANEXO I – ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE VALE ALIMENTAÇÃO E VALE REFEIÇÃO.

ITEM	OBJETO	TAXA DE ADMINSTRAÇÃO MÁXIMA
01	Contratação de Empresa Especializada no Fornecimento de Vale Alimentação e Vale Refeição para funcionários do Sistema FIEP.	0,00%

1. ESCOPO

1.1 Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento, implementação e administração de créditos/auxílio refeição e alimentação, na forma de cartão magnético com chip de segurança, com recarga mensal de créditos, sendo estas cumulativos, para os colaboradores, determinado, indeterminado, intermitentes, estagiários e dirigentes do Sistema FIEP, de acordo com as especificações abaixo:

1.1.1 O Vale Alimentação será disponibilizado por meio eletrônico (cartão magnético com chip de segurança), para aquisição de gêneros alimentícios e de primeira necessidade em estabelecimentos comerciais;

1.1.2 O Vale Refeição, deverá dispor por meios eletrônicos (cartão magnético com chip de segurança), para aquisição de refeições em restaurantes;

1.1.3 A exigência de "chip eletrônico de segurança" já está pacificada no âmbito do Tribunal de Contas da União – TCU, visto que "A Jurisprudência do TCU é no sentido de que tal exigência é licita, conforme Acórdão 1.22/2014 – TCU - Plenário", preferido em representação de autoria da mesma empresa que ora representa, (..) mas que "s jurisprudência deste Tribunal, já que está pacificada a respeito de não haver irregularidade na exigência de cartões magnéticos com chip para os itens licitados". (**TCU. Acórdão nº. 4674/2014 – 2ª Câmara, TC-020.023/2014-6, rel; Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, 9.92014**).

1.1.3.1 O colaborador poderá fazer a opção pelos cartões vale alimentação e vale refeição, podendo dividir o valor que será disponibilizado pela empresa conforme sua preferência, sem exigência de valor mínimo em cada cartão.

1.1.3.2 Anualmente o colaborador poderá manifestar o interesse em rever a sua opção de crédito em cada um dos cartões de vale alimentação e vale refeição.

1.1.3.3 Novas unidades de negócio poderão ser constituídas ou outras unidades de negócio poderão ser descontinuadas durante a vigência deste edital, as quais serão incorporadas ou excluídas.

1.2 Valor estimado mensal de compra:

Casa	Vale Alimentação	Vale Refeição	Valor de crédito mensal
SESI	1599	360	1.156.270,80
SENAI	1137	315	907.979,00
FIEP	37	34	43.967,77
IEL	88	45	74.018,70
TOTAL	2861	754	2.182.236,27

1.3 Os dados apresentados na tabela acima são variáveis, visto que decorre do número total de colaboradores

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

contratados e dispensados, e ainda do número de dias efetivamente trabalhados, não sendo assegurados, portanto, valor mínimo mensal.

1.4 Cada cartão magnético com chip de segurança deverá dispor, pelo menos, de números de identificação próprio e senha numérica, a ser utilizada para autorização do débito, devendo ser individual, secreta e intransferível, facultada a existência de outros caracteres. A Contratada deverá permitir que, em caso de furto, roubo, perda ou extravio dos cartões, os respectivos créditos sejam imediatamente bloqueados pela Contratada, tão logo seja feita a comunicação pelo titular do cartão. Nestes casos, o saldo remanescente somente deverá ser creditado em um novo cartão.

1.5 A Contratada deverá disponibilizar, meio eficaz e seguro para troca de senha, pelos beneficiários, quando necessário.

1.6 O vencedor do certame deverá manter ou aumentar, durante a vigência do contrato, e conforme solicitação da FIEP, o número de credenciados, principalmente nas cidades do interior.

1.7 No surgimento de novas Unidades, a CONTRATADA deverá manter ou aumentar credenciados nas proximidades para atendimento destas.

1.8 A licitante vencedora deverá comprovar, no ato da assinatura do contrato, mediante relação escrita, que possui rede de estabelecimentos credenciados, em número iguais ou superiores ao previsto no quadro abaixo:

CIDADE	VALE ALIMENTAÇÃO	VALE REFEIÇÃO
AMPERE	5	3
APUCARANA	55	35
ARAPONGAS	35	23
ARAUCARIA	140	128
ASSAI	7	1
BANDEIRANTES	12	4
BOCAIUVA DO SUL	4	4
CAMPO LARGO	100	90
CAMPO MOURÃO	39	17
CAPANEMA	20	1
CARAMBEI	6	3
CASCAVEL	110	135
CASTRO	18	7
CIANORTE	35	20
COLOMBO	150	145
CURITIBA	1780	4000
DOIS VIZINHOS	28	6
FAZENDA RIO GRANDE	95	75
FOZ DO IGUAÇU	95	75
FRANCISCO BELTRÃO	55	25
GUARAPUVA	54	50
IRATI	18	10
JACAREZINHO	20	8
JAGUARIAIVA	23	8

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

LONDRINA	280	410
MANDIRITUBA	10	4
MARECHAL CANDIDO RONDON	12	5
MARINGA	200	340
ORTIGUEIRA	8	2
PALMAS	15	4
PARANAGUA	70	75
PARANAVAI	30	23
PATO BRANCO	20	25
PINHAIS	130	200
PONTA GROSSA	130	119
QUATRO BARRAS	15	13
RIO BRANCO DO SUL	28	8
RIO NEGRO	6	3
S. MATEUS DO SUL	25	4
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	300	450
STA ANTONIO DA PLATINA	15	9
TELEMACO BORBA	45	24
TOLEDO	100	23
UMUARAMA	30	30
UNIÃO DA VITÓRIA	15	12

2. Obrigações da Contratada:

2.1 A contratada deverá garantir a disponibilidade do valor de recarga de cada cartão por prazo indeterminado.

2.2 Consulta de saldo e extrato do cartão magnético com chip eletrônico de segurança refeição e alimentação via internet.

2.3 Disponibilizar aplicativos (APP) para smartphone com intenção dos colaboradores acompanharem seus saldos e utilizações dos cartões Vale Alimentação e/ou Vale Refeição.

2.4 Prestar os serviços contratados em conformidade com o previsto na Minuta Contratual (ANEXO VI).

2.5 Permitir a escolha dos colaboradores do Sistema FIEP entre as opções de cartões alimentação e/ou refeição, bem como que os mesmos façam a divisão do total do crédito, de acordo com seus interesses.

2.6 Disponibilizar um gerente de conta, ou seja, pessoa dedicada ao atendimento do contrato do Sistema FIEP, por telefone e/ou e-mail, ou outro mecanismo que a CONTRATADA possa oferecer, na cidade de Curitiba.

2.7 Disponibilizar central de atendimento telefônico gratuito 24 (vinte e quatro) horas para informações ao BENEFICIÁRIO, sobre as coberturas contratadas, procedimentos e demais informações complementares que auxiliem o acesso ao uso dos serviços.

2.8 Satisfazer todas as exigências dos Poderes Públicos, relativa aos serviços contratado.

2.9 Manter, durante a vigência deste instrumento, atualizada a documentação exigida para habilitar-se no Cadastro de Fornecedores do Sistema FIEP, comunicando quaisquer alterações e observando a data de validade de todos os documentos exigidos a fim de proceder a sua substituição em tempo hábil.

2.10 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer prestação a que está obrigada.

2.11 O fornecimento do objeto será conforme solicitação mensal e/ou semanal do Sistema FIEP, na qual serão informados as quantidades e os valores a serem creditados em cada cartão com chip de segurança. Para tanto, a empresa vencedora do certame deverá disponibilizar *software* para a geração de todos os pedidos (vale refeição/vale alimentação), através de conexão *web* e por meio de arquivo eletrônico com layout a ser

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

definido com a empresa vencedora.

2.12 Após emissão do pedido pela CONTRATANTE, o crédito deverá estar disponível em até 05 (cinco) dias úteis de acordo com os valores repassados.

2.13 O cartão inicial deverá ser entregue na unidade de lotação do usuário final (Colaborador), no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis a partir da data da comunicação.

2.14 Os cartões emitidos deverão ser personalizados, contendo o nome completo do usuário, razão social da contratante, bem como permitir a habilitação de senha individual, de forma garantir privacidade e segurança na utilização e evitar prejuízos em caso de extravio, furto ou roubo.

2.15 Os cartões emitidos deverão ser entregues bloqueados, em envelope lacrado, e com manual básico de utilização. O desbloqueio deverá ser feito através de central de atendimento telefônico, web; e/ou outro meio disponibilizado pela Contratada.

2.16 Realizar a reposição dos cartões defeituosos, extraviados, furtados ou roubados, bem como bloquear o saldo existente logo após a devida comunicação da ocorrência, efetuada por representante indicado pelo Sistema FIEP ou pelo usuário final (funcionário), e, conforme o caso, creditá-lo a favor do Sistema FIEP ou disponibilizá-lo uma segunda via do cartão a ser entregue ao usuário final (funcionário), no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a partir da data da comunicação. Em nenhuma hipótese deverá haver cobrança de vias de cartões, nem do Sistema FIEP e nem dos colaboradores.

2.17 A Contratada se responsabilizará pelas transações não reconhecidas pelos beneficiários, nos casos de fraude e clonagem de cartões.

2.18 Manter convênio com redes de estabelecimentos comerciais (hipermercados, supermercados, restaurantes, lanchonetes, *"fast-food"*), nos padrões estabelecidos no Programa de Alimentação do Trabalhador e que estejam situados preferencialmente nas imediações das instalações deste Sistema FIEP, relacionadas no quadro acima.

2.19 Cancelar o credenciamento dos estabelecimentos comerciais que não cumprirem os padrões e exigências nutricionais, sanitárias e demais obrigações descritas na legislação pertinente; ou ainda que, por ação ou omissão, concorram para o desvirtuamento da finalidade do benefício ou para qualquer outra prática irregular, como a exigência de ágio sobre o preço de tabela (praticado para compras em espécie), a imposição de desconto sobre o valor do saldo do cartão, ou a recusa na aceitação do pagamento em cartão. É obrigatória, nesses casos, a substituição por novo estabelecimento na mesma área, modalidade de convênio e padrão do descredenciado (exceto se o descredenciamento ocorrer exatamente pelo motivo do estabelecimento estar abaixo dos padrões aceitáveis, caso em que o novo credenciado deverá respeitá-los).

2.20 Serão de exclusiva responsabilidade da contratada todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários (impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios, tarifas, licenças concedidas pelo Poder Público, etc.), seguros e outros que venham a incidir sobre os serviços supracitados.

2.21 A contratada deverá estar rigorosamente em dia com o cumprimento de toda e qualquer exigência legal inerente à prestação dos serviços em questão.

2.22 A Contratada deverá estar ciente de que, ao valor de cada encomenda, estão inclusos todos os custos diretos e indiretos para a entrega dos objetos desta contratação, inclusive as despesas com transportes, materiais, mão-de-obra especializada ou não, seguros em geral, equipamentos, ferramentas, custo de emissão dos cartões, sejam eles 1ª via e 2ª via, mudança do tipo de benefício (Vale alimentação para vale refeição ou vice-versa), custo de instalação de equipamentos de carga e descarga de créditos, encargos da legislação social, trabalhista e previdenciária, por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndio resultantes de taxas, regulamentos e impostos municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para execução total e completa do objetivo desta contratação, sem que caiba à contratada, em qualquer caso, direto regressivo em relação ao Sistema Fiep.

3. Obrigações do Sistema FIEP

3.1 Fornecer a contratada, relação inicial dos colaboradores do Sistema FIEP.

3.2 Comunicar à Contratada, relação inicial dos colaboradores e valores para emissão das cargas, conforme informações da opção do colaborador por Vale Alimentação e/ou Vale Refeição, não havendo compromisso com qualquer quantidade dos mesmos.

3.3 Elaborar, em conjunto com a contratada, layout para realizar as movimentações e cargas mensais.

3.4 Notificar, imediatamente, a contratada sobre qualquer irregularidade na prestação dos serviços contratados.

3.5 O fato de eventualmente o Sistema FIEP não exigir da contratada o cumprimento de alguma das obrigações estipuladas neste instrumento será mera liberalidade ou tolerância, não podendo, de modo algum, vir a ser considerado como renúncia do Sistema FIEP ao direito de quando julgar necessário, exigir o cumprimento deste documento ou considera-lo rescindido.

sistemafiep.org.br
Av. Cândido de Abreu, 200 | Centro Cívico
80530-902 | Curitiba PR | (41) 3271-9000

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

ANEXO II – CONDIÇÕES DO CERTAME

1. Sessão de abertura - habilitação e propostas comerciais

Sessão de abertura: dia 10 de abril de 2019 – 14:00 horas
Av. Cândido de Abreu, 200 – Centro Cívico – Curitiba-PR
Espaço de Licitações – Térreo

2. Requisitos complementares para proposta comercial

a) Declaração de disponibilidade de Central de Atendimento Telefônico gratuito 24 (vinte e quatro) horas, para informações ao BENEFICIÁRIO, sobre as coberturas contratadas, procedimentos e demais informações complementares que auxiliem o acesso ao uso dos serviços.

b) Declaração (Anexo VIII) que, se vencedor do certame, deverá comprovar, mediante relação escrita, que possui rede de estabelecimentos credenciados, em número igual ou superior ao previsto no quadro do item 1.8 do Anexo I.

c) O valor proposto será representado pela Taxa de Administração sobre o lote único, expressa em percentual a ser executado pela contratada, o qual deverá incidir sobre o valor total mensal dos créditos disponibilizados aos usuários, com no máximo 02 (duas) casas após a vírgula. O não atendimento ao solicitado acarretará a DESCLASSIFICAÇÃO da empresa participante.

d) Para fins de proposta e contratação, será admitida a oferta de taxa de administração negativa (inferior a zero por cento).

e) Caso a taxa de Administração seja negativa, o percentual incidirá sob forma de desconto, sobre o valor mensal de compra.

g) Não deverá ser cobrada taxa nos casos de recarga extra, nem qualquer outra taxa, tarifa ou comissão administrativa adicional pelo serviço efetuado.

3. Prazo de validade da proposta

No mínimo, de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de sua apresentação.

4. Requisitos complementares para habilitação

a) A empresa deverá apresentar Atestado de Capacidade técnica, em nome do proponente, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução e/ou já ter executado serviços do objeto deste edital de ao menos 50% (cinquenta por cento) da quantidade total solicitada no item 1.2 do ANEXO I.

b) A empresa deverá apresentar Capital Social igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor total da presente licitação, ou seja, Capital Social de no mínimo R$ 218.223,62 (duzentos e dezoito mil, duzentos e vinte e três reais e sessenta e dois centavos).

c) A empresa deverá apresentar prova de registro ou cadastro no Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT).

d) A empresa deverá apresentar Balanço patrimonial e demonstração do resultado do último exercício social devidamente registrado, ou balanço de abertura no caso de empresa recém-constituída, que comprovem a situação financeira da empresa e devidamente assinado pelo responsável legal da empresa e por contador habilitado. As respectivas demonstrações financeiras deverão estar acompanhadas do Termo de Abertura e Encerramento do Livro Diário do exercício correspondente, devidamente registrado no órgão competente. Para aquelas empresas com obrigatoriedade ou adesão voluntária de entrega do SPED, será aceito o Recibo de Entrega de Livro Fiscal, acompanhado das Demonstrações Financeiras geradas a partir do próprio SPED, devidamente assinadas pelo represente legal da empresa e contador, com firma reconhecida de ambos.

e) Índice de Grau de Endividamento igual ou inferior a 0,8 (zero virgula oito), mediante a aplicação da seguinte fórmula

$$IGE = \frac{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}}$$

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Os Documentos poderão ser apresentados em original, cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do original para conferência pela Comissão.

5. Endereços para Impugnações / Esclarecimentos sobre o edital

Enviar aos cuidados: **Comissão de Licitação do SISTEMA FIEP**
Título da correspondência/e-mail: **Edital de Pregão Presencial nº. 2.0047/2019**
Carta endereçada: **Avenida Cândido de Abreu, nº. 200, Centro Cívico, Cep: 80530-902 Curitiba-PR.**
E-mail: **licitacoes@sistemafiep.org.br**
Respostas para questionamentos: **disponibilizadas no site www.fiepr.org.br/licitacao/html**
Os pedidos de impugnação e esclarecimentos serão aceitos até: dia **08/04/19** (dois dias antes da abertura, exclui-se final de semana e feriado) às **18:00 horas** e as respostas poderão ser fornecidas até o dia **09/04/19** às **18:00 horas.**

6. Critério de julgamento

MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

7. Forma de pagamento

a) O pagamento será realizado em **28 (vinte e oito) dias corridos**, após recebimento da respectiva Nota Fiscal / Fatura pelo Setor de Contas a Pagar localizado em Curitiba, a qual deverá estar devidamente conferida e aprovada pela Unidade contratante. O pagamento ocorrerá exclusivamente através de depósito em conta bancária de titularidade da CONTRATADA, cadastrada no Sistema de Compras do Sistema FIEP.

b) Caso a nota fiscal/fatura apresente alguma incorreção em sua emissão ou não seja por qualquer motivo atestada a sua conformidade pela área solicitante, o documento será devolvido à CONTRATADA e o prazo de pagamento será prorrogado pelo mesmo tempo que durar a correção, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE.

c) A empresa contratada deverá encaminhar, juntamente com a Nota Fiscal / Fatura, as Certidões Negativas Federal, Estadual e Municipal e comprovantes de Regularidade junto ao FGTS e INSS, com validade no momento de sua apresentação, sob pena de retenção dos valores, até a regularização.

***EMISSÃO E ENTREGA DE NOTAS FISCAIS APENAS ENTRE OS DIAS 01 A 19 DE CADA MÊS.**

8. Dados para o faturamento

FEDERACAO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANA
AV. CANDIDO DE ABREU Nº 200, CENTRO CIVICO – CURITIBA – PR – CEP: 80.530-902
CNPJ: 76.709.898/0001-33 - IE Isento.

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – SESI
AV. CANDIDO DE ABREU Nº 200, CENTRO CIVICO – CURITIBA – PR – CEP: 80.530-902
CNPJ: 03.802.018/0001-03 - IE Isento.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – SENAI
AV. CANDIDO DE ABREU Nº 200, CENTRO CIVICO – CURITIBA – PR – CEP: 80.530-902
CNPJ: 03.776.284/0001-09 - IE Isento.

INSTITUTO EUVALDO LODI NUCLEO REGIONAL DO PARANA
AV. CANDIDO DE ABREU Nº 200, CENTRO CIVICO – CURITIBA – PR – CEP: 80.530-902
CNPJ: 75.047.399/0001-65 - IE Isento.

9. Local (ais) de entrega

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 605
Mov. 57

UNIDADES SISTEMA FIEP				
MUNICÍPIO	**ENDEREÇO**	**Nº**	**BAIRRO**	**CEP**
Ampere	RUA ERECHIM	383	RONDINHA	85640-000
Apucarana	AVENIDA MINAS GERAIS	2090	Centro	86812-500
Apucarana	AVENIDA AVIACAO	1851	VILA NOVA	86812-500
Arapongas	RUA GUARATINGA	2247	PARQUE INDUSTRIAL II	86703-010
Arapongas	RUA GUARATINGA	2247	Centro	86705-590
Arapongas	AVENIDA MARACANA	3260	VILA ARAPONGUINHA	86705-582
Araucaria	RODOVIA BR-476	5815	SABIA	83708-045
Araucaria	RUA PRESIDENTE CASTELO BRANCO	192	THOMAZ COELHO	83707-130
Araucaria	PRESIDENTE CASTELO BRANCO	192	THOMAZ COELHO	83707-130
Assai	AVENIDA RIO DE JANEIRO	SN	Centro	86220-000
Bandeirantes	BR 369 - KM 57	1	Centro	86360-000
Bandeirantes	ROD BR 369	SN	BELA VISTA	86360-000
Bandeirantes	BR 369	KM 57	BELA VISTA	86360-000
Bocaiuva do Sul	RUA BENJAMIN CONSTANT	1396	SANTA HELENA	83450-000
Bocaiuva do Sul	RUA BENJAMIN CONSTANT TEIXEIRA	1396	JARDIM SANTA HELENA	83450-000
Cambe	RUA DA LAPA	160	JARDIM MORUMBI	86191-767
Campo Largo	AVENIDA PADRE NATAL PIGATTO	2027	VILA ELIZABETH	83607-240
Campo Largo	RUA RUI BARBOSA	868	Centro	83601-140
Campo Mourao	V DO TRABALHADOR	895	PARQUE INDUSTRIAL AUGUSTO TEZELLI FILHO	87306-620
Campo Mourao	VIA DO TRABALHADOR	841	PARQUE INDUSTRIAL AUGUSTO TEZELLI FILHO	87306-620
Capanema	AV BOTUCARIS	1030	SANTA CRUZ	85760-000
Capanema	BOTUCARIS	1030	SANTA CRUZ	85760-000
CAPITAO LEONIDAS MARQUES	RUA MOURAO	329	Centro	85790-000
CARAMBEI	RUA OURO BRANCO	500	Centro	84145-000
Cascavel	RUA HEITOR STOCKLER DE FRANCA	161	MARIA LUIZA	85819-760
Cascavel	AV BARAO DO RIO BRANCO	1500	SAO CRISTOVAO	85813-170
Castro	AVENIDA NICOLAU JACOB FILHO	398	VILA SANTA CRUZ	84168-210
Castro	AVENIDA NICOLAU JACOB F	398	VILA SANTA CRUZ	84168-210
Cianorte	TRAVESSA UM	63	PARQUE INDUSTRIAL	87207-034
Cianorte	RUA JOSE ANTONIO FERRARI	63	PARQUE INDUSTRIAL	87207-030
Colombo	PREFEITO JOÃO BATISTA STOCCO	256	GUARAITUBA	83407-000
Colombo	RUA ATALAIA	1167	GUARAITUBA	83410-100
Cornelio Procopio	AVENIDA GETULIO VARGAS	750	Centro	86300-000
Curitiba	SENADOR ACCIOLY FILHO	2175	CIDADE INDUSTRIAL	81350-200
Curitiba	RUA DOUTOR HELENO DA SILVEIRA	343	BOQUEIRAO	81750-340
Curitiba	AVENIDA COMENDADOR FRANCO	1341	JARDIM BOTANICO	80215-090
Curitiba	RUA SENADOR ACCIOLY FILHO	298	CIDADE INDUSTRIAL	81310-000
Curitiba	RUA PADRE DEHON	814	HAUER	81630-090
Curitiba	AVENIDA PREFEITO LOTHARIO MEISSNER	200	JARDIM BOTANICO	80210-170
Curitiba	AV JOAO VIANA SEILER	116	PAROLIN	80220-270
Curitiba	RUA PADRE LEONARDO NUNES	180	PORTAO	80330-320
Curitiba	AVENIDA CANDIDO DE ABREU	200	CENTRO CIVICO	80530-902
Curitiba	AVENIDA NOSSA SENHORA DA PENHA	255	CAJURU	80050-550
Curitiba	RUA SENADOR ACCIOLY FILHO	250	CIDADE INDUSTRIAL	81310-000
Curitiba	RUA GENERAL CARNEIRO	216	ALTO DA GLORIA	80060-150
Curitiba	RUA PADRE DEHON	814	Centro	81630-090
Curitiba	AV JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA	11800	CIDADE INDUSTRIAL	81460-900

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 606
Mov. 57

Processo 16887/2019

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL SESI / SENAI – PR Nº 2.0047/2019

UNIDADES SISTEMA FIEP				
MUNICÍPIO	**ENDEREÇO**	**Nº**	**BAIRRO**	**CEP**
Curitiba	RUA BOM JESUS DE IGUAPE	5241	BOQUEIRAO	81730-020
Curitiba	RUA CORONEL IZALTINO PINHO	437	VILA FANNY	81030-160
Dois Vizinhos	R PEDRO ALVARES CABRAL	905	SAO FRANCISCO DE ASSIS	85660-000
Dois Vizinhos	RUA PEDRO ALVARES CABRAL	905	SAO FRANCISCO DE ASSIS	85660-000
Fazenda Rio Grande	RUA CARLOS EDUARDO NICHELE	2084	SANTA TEREZINHA	83829-004
Fazenda Rio Grande	RUA CARLOS EDUARDO NICHELE	2084	Centro	83829-004
Foz do Iguacu	RUA PERDIGAO	58	VILA A	85866-460
Foz do Iguacu	RUA PERDIGÃO	58	VILA RESIDENCIAL A	85866-460
Francisco Beltrao	RUA UNIAO DA VITORIA	66	MINIGUACU	85605-586
Francisco Beltrao	UNIAO DA VITORIA	66	MINIGUACU	85605-586
Francisco Beltrao	AVENIDA UNIAO DA VITORIA	66	MINIGUACU	85605-586
Guarapuava	RUA CORONEL LUSTOSA	1750	BATEL	85015-340
Guarapuava	RUA CORONEL LUSTOSA	1736	BATEL	85015-340
Ibipora	RUA PROENCIO DE CARVALHO	300	JARDIM PEDRO ESPLENDOR	86200-000
Irati	RUA CORONEL EMILIO GOMES	3	Centro	84500-000
Jacarezinho	R PROFESSOR RODRIGO OCTAVIO	352	Centro	86400-000
Jaguariaiva	RUA RAUL PINTO DE CASTILHO	SN	JARDIM MATARAZZO II	84200-000
Jaguariaiva	RUA RAUL PINTO DE CASTILHO	91	JARDIM MATARAZZO II	84200-000
Jaguariaiva	RUA RAUL PINTO DE CASTILHO	SN	JARDIM MATARAZZO	84200-000
Loanda	MARTIN AFONSO DE SOUZA	136	CENTRO	87900-970
Londrina	RUA BELEM	844	CENTRO	86026-000
Londrina	RUA QUINTINO BOCAIUVA	184	Centro	86020-150
Londrina	R BELEM	844	CENTRO	86026-000
Londrina	RUA AMAPA	616	VILA FILIPIN	86026-440
Londrina	DEPUTADO FERNANDO FERRARI	160	JARDIM DOS BANCARIOS	86062-030
Londrina	RUA SENADOR NEREU RAMOS	419	CAMPO BELO	86062-010
Londrina	MAESTRO EGIDIO CAMARGO DO AMARAL	130	Centro	86010-090
Londrina	RUA SENADOR SOUZA NAVES	1082	VILA IPIRANGA	86015-430
Mandirituba	RODOVIA BR 116 KM 140	67	LAGOINHA	83800-000
Marechal Candido Rondon	AVENIDA RIO GRANDE DO SUL	3085	Parque Industrial II	85960-000
Marechal Candido Rondon	AVENIDA RIO GRANDE DO SUL	3133	Parque Industrial II	85960-000
Maringa	RUA VEREADOR NELSON ABRAO	80	ZONA 05	87015-230
Maringa	RUA JOSE CORREIA DE AGUIAR	361	JARDIM LEBLON	87053-276
Maringa	RUA JOSÉ CORREIA DE AGUIAR	361	JARDIM LEBLON	87053-276
Maringa	RUA ANTONIO CARNIEL	499	ZONA 05	87015-330
Medianeira	AVENIDA BRASILIA	675	CONDA	85884-000
Ortigueira	AV PARANA	SN	PARQUE DO LAGO MUNICIPAL	84350-000
Ortigueira	FAZ APUCARANA GRANDE	SN	DISTRITO DE NATINGUI	84350-000
Ortigueira	EST MUNICIPAL LAJEADO BONITO	SN	DISTRITO DE ORTIGUEIRA	84350-000
Palmas	RUA MARECHAL DEODORO	SN	SAO JOSE	85555-000
Paranagua	RUA WASHINGTON LUIZ	1189	PORTO DOS PADRES	83221-052
Paranagua	RUA PRESIDENTE WASHINGTON LUIZ	1189	VILA PARANAGUA	83221-052
Paranavai	RUA JOSE VIRGILIO FERNANDES	S/N	JARDIM GUANABARA	87706-360
Paranavai	RUA JOSE VIRGILIO FERNANDES	SN	JARDIM GUANABARA	87706-360
Pato Branco	RUA XINGU	833	AMADORI	85502-090
Pato Branco	LIDIO OLTRAMARI	1628	FRARON	85503-381
Pinhais	R QUINZE DE OUTUBRO	1207	CENTRO	83323-040
Pinhais	AVENIDA AYRTON SENNA DA SILVA	2650	JARDIM PINHAIS	83323-290

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

UNIDADES SISTEMA FIEP				
MUNICÍPIO	**ENDEREÇO**	**Nº**	**BAIRRO**	**CEP**
Ponta Grossa	RUA JOAQUIM DE PAULA XAVIER	1050	ESTRELA	84050-000
Ponta Grossa	RUA JOAQUIM DE PAULA XAVIER	1050	VILA ESTRELA	84050-000
Ponta Grossa	R RIO DE JANEIRO	1630	NOVA RUSSIA	84070-060
Ponta Grossa	AVENIDA GENERAL CARLOS CAVALCANTI	2482	Centro	84025-000
Ponta Grossa	AVENIDA JOÃO MANOEL DOS SANTOS RIBAS	405	NOVA RUSSIA	84051-410
Ponta Grossa	RUA JOAO MANOEL DOS SANTOS RIBAS	405	RONDA	84051-410
Quatro Barras	AVENIDA DE ACESSO	740	Centro	83420-000
Rio Branco do Sul	AV INDUSTRIAL	801	TACANICA DOS FALCOES	83540-000
Rio Negro	RUA JOSE EDUARDO HENNING	50	ESTACAO NOVA	83880-000
Rio Negro	RUA SEVERO DE ALMEIDA	954	BOM JESUS	83880-000
Rolandia	R DOM PEDRO II	400	JARDIM HORACIO CABRAL	86600-000
Rolandia	RUA DOM PEDRO II	400	JARDIM HORACIO CABRAL	86600-000
Santo Antonio da Platina	RUA JOSE VIEIRA GUSMAO	850	TREVO PARA POVOADO DA PLATINA	86430-000
Santo Antonio da Platina	JOSE VIEIRA GUSMAO	900	TREVO PARA POVOADO DA PLATINA	86430-000
Sao Jose dos Pinhais	RUA MARIA HELENA	707	Centro	83005-480
Sao Jose dos Pinhais	RUI BARBOSA	5881	AFONSO PENA	83045-350
Sao Jose dos Pinhais	RUA DOUTOR MURICI	2951	COSTEIRA	83015-290
Sao Jose dos Pinhais	RUA MARIA HELENA	707	SAO PEDRO	83005-480
Sao Mateus do Sul	R MARIA PAULINA WOLTER	2050	VILA PROHMANN	83900-000
Telemaco Borba	AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY	66	CENTRO	84261-400
Telemaco Borba	RUA CHARQUEADA	SN	PARQUE LIMEIRA AREA VII	84269-080
Telemaco Borba	RUA FRANCISCO ESPINOSA	S/N	JARDIM BANDEIRANTES	84269-120
Telemaco Borba	RUA VIDAL DE NEGREIROS	225	CENTRO	84261-560
Telemaco Borba	ROD DO PAPEL PR 160	SN	ALTO DAS OLIVEIRAS	84269-090
Telemaco Borba	AV SAO SEBASTIAO	SN	SAO FRANCISCO	84261-000
Terra Roxa	AV DA SAUDADE	1093	Centro	85990-000
Toledo	RUA JULIO DE CASTILHOS	3465	VILA INDUSTRIAL	85904-175
Toledo	RUA DO CEDRO	873	VILA OPERARIA	85909-625
Umuarama	RUA CAPITAL DA AMIZADE	2635	JARDIM COLIBRI	87506-305
Umuarama	ROD PR 489	1400	CONJUNTO RESIDENCIAL CORREGO LONGE	87508-210
Umuarama	CAPITAL DA AMIZADE	2635	JARDIM COLIBRI	87506-305
Uniao da Vitoria	RUA MARECHAL DEODORO	70	Centro	84600-000
Uniao da Vitoria	RUA MARECHAL DEODORO DA FONSECA	70	Centro	84600-000

*** Novas unidades de negócio poderão ser constituídas ou outras unidades de negócio poderão ser descontinuadas durante a vigência deste edital, as quais serão incorporadas ou excluídas.**

10. Formalização da Contratação

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO (CPS), conforme MINUTA (**ANEXO VI**).

a) Em havendo contradição entre os termos do Edital e do instrumento contratual, prevalece o Edital.

11. Incidências fiscais e demais ônus

Correrão por conta exclusiva da CONTRATADA:

a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto da contratação.

b) Contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguros e acidentes pessoais, taxas, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias.

c) Para as empresas optantes pelo Simples Nacional, em conformidade com a Lei Complementar 123/2006 e suas respectivas alterações, deverão apresentar, no ato da assinatura do contrato, declaração devidamente assinada pelo representante legal, contendo nome e CPF do mesmo, conforme modelos dos Anexos II, III ou IV, de acordo com o caso, em 02 (duas) vias, através da RFB nº 1540, de 05 de janeiro de 2015 que alterou a RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. A empresa Contratada deverá informar na Nota Fiscal: Empresa Optante pelo Simples Nacional IN RFB nº 1540/2015.

12. Recursos orçamentários

Os recursos orçamentários para as despesas decorrentes deste certame estão previstos em dotação orçamentária do **SISTEMA FIEP**, para o ano em curso, previsto no processo 16887/2019.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 608
Mov. 57

13. Prazo de entrega e vigência da contratação

a) O prazo de vigência da presente contratação será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, até completar o total de 60 (sessenta) meses de vigência. O mesmo terá seu início, em até 45 dias após a data da assinatura do Termo de Início dos Serviços.

b) Os BENEFICIÁRIOS do Sistema Fiep terão direito à utilização dos serviços objeto do presente edital a partir da data de início de vigência da presente contratação.

14. Reajuste contratual

NÃO HÁ. A Taxa de Administração não sofrerá reajuste ou atualização monetária, durante toda a vigência do contrato, inclusive na hipótese de renovação do contrato.

15. Visita Técnica

A empresa vencedora do certame se disponibilizará, caso necessário, para uma visita técnica do **SISTEMA FIEP** como forma de diligenciamento do referido edital para verificação de sua capacidade de atendimento em questões de estrutura da mesma para realizar o atendimento do objeto deste edital

16. Amostras OU POC (Prova de Conceito)

NÃO HÁ.

17. Foro

Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

sistemafiep.org.br
Av. Cândido de Abreu, 200 | Centro Cívico
80530-902 | Curitiba PR | (41) 3271-9000

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 609
Mov. 57

ANEXO III – MODELO DE PROCURAÇÃO DE REPRESENTANTE LEGAL PARA CREDENCIAMENTO

PROCURAÇÃO

(Nome da empresa), com sede (endereço) e (CNPJ nº.), neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is), ao final assinado(s), nomeia e constitui seu bastante procurador, (nome), (qualificação), (RG), (CPF), (residência), ao qual outorga poderes específicos para representar a outorgante perante o **SISTEMA FIEP**, no Pregão Presencial nº. ..... cujo objeto trata da ....., **com poderes para formular ofertas e lances de preços, rubricar propostas das demais licitantes, assinar atas e documentos, interpor recursos e impugnações, receber notificação, tomar ciência de decisões, recorrer, desistir da interposição de recursos, acordar, transigir e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, por escrito ou oralmente, respondendo para todos os efeitos por sua representada**.

_____ , ___ de _____ de 201X.

Atenciosamente

_____

NOME, CARGO E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL

Observações:

Caso a procuração seja particular, deverá ter firma reconhecida.
A Procuração acima deverá ser apresentada em separado dos envelopes, diretamente ao Pregoeiro, acompanhada de documento de identificação, pelo representante designado pela proponente para a participação no referido Pregão.
Em caso de sócio administrador deverá sem entregue o registro comercial, contrato social ou ata.

sistemafiep.org.br
Av. Cândido de Abreu, 200 | Centro Cívico
80530-902 | Curitiba PR | (41) 3271-9000

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 610
Mov. 57

Processo 16887/2019
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL SESI / SENAI – PR Nº 2.0047/2019

ANEXO IV – MODELO DE CARTA DE PARTICIPAÇÃO

ILMO.SR.
Presidente da Comissão de Licitação
SISTEMA FIEP

A _____ com sede e foro na _____ (rua,etc) da cidade de _____ Estado ___ por seu _____ (cargo) Sr(a). _____, que a esta subscreve, vem solicitar a sua participação da PREGÃO PRESENCIAL **nº. XXX/201X.**

Concordamos em nos submeter a todas às disposições constantes do Edital da referida Licitação.

Outrossim, informamos o e-mail (**informar e-mail da empresa**) e o telefone **(informar telefone da empresa)** que poderá ser utilizado como canal oficial de comunicação entre o **SISTEMA FIEP** e nossa empresa, para as questões decorrentes deste certame.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos.

_____ , ___ de _____ de 201X.

Atenciosamente

_____
NOME, CARGO E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL

sistemafiep.org.br
Av. Cândido de Abreu, 200 | Centro Cívico
80530-902 | Curitiba PR | (41) 3271-9000

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 611
Mov. 57

Processo 16887/2019
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL SESI / SENAI – PR Nº 2.0047/2019

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO

(Nome da empresa), (CNPJ nº), por intermédio do seu representante abaixo assinado, DECLARA sob as penalidades legais, para fins de participação no Edital de Pregão Presencial nº ....., que:

a) Aceita participar da presente Licitação nas condições estipuladas neste Edital e, caso vencedora, assume integralmente a responsabilidade pelo fornecimento do seu objeto;
b) Nos preços contidos na proposta escrita estão inclusos todos os custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, embalagens, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucros, transportes em geral e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos;
c) Os documentos que compõem o Edital foram colocados à disposição e tomou conhecimento de todas as informações, condições locais e grau de dificuldade do cumprimento do objeto;
d) Caso a nossa proposta seja vencedora, comprometemo-nos a efetuar a completa entrega de todos os itens no prazo previsto no Edital, contado a partir da data de recebimento do instrumento contratual;
e) Concordamos em manter a validade desta proposta por um período de 60 (sessenta) dias corridos;
f) Inexistem fatos impeditivos para habilitação desta empresa na presente licitação, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ao **SISTEMA FIEP** a ocorrência de fatos supervenientes;
g) Não foi declarada inidônea e/ou nem está suspensa do direito de licitar ou contratar com nenhuma das entidades do **SISTEMA FIEP**.

Até que o instrumento contratual seja recebido, esta proposta constituirá um compromisso de nossa parte, observadas as condições do Edital e seus Anexos, bem, como o Regulamento de Licitações e Contratos publicado no site do **SISTEMA FIEP**.

_____ , ___ de _____ de 201X.

Atenciosamente

_____
NOME, CARGO E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL

sistemafiep.org.br
Av. Cândido de Abreu, 200 | Centro Cívico
80530-902 | Curitiba PR | (41) 3271-9000

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

ANEXO VI – MINUTA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

CPS Nº. XXX/20XX
PROCESSO Nº 16887/2019
EDITAL Nº 2.0047/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA FORNECIMENTO DE VALE ALIMENTAÇÃO E VALE REFEIÇÃO CELEBRADO ENTRE A FEDERAÇÃO DAS INDUSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ - FIEP, SERVIÇO SOCIAL DA INDUSTRIA – SESI-PR, SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – SENAI-PR E O INSTITUTO EUVALDO LODI – IEL-PR E A EMPRESA (NOME DA CONTRATADA).

Pelo presente instrumento, de um lado como **CONTRATANTE** o **SISTEMA FIEP,** representado pelo **FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ – FIEP**, inscrita no CNPJ 76.709.898/0001-33, **SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – SESI-PR**, inscrito no CNPJ 03.802.018/0001-03, o **SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – SENAI-PR**, inscrito no CNPJ 03.776.284/0001-09 e o **INSTITUTO EUVALDO LODI DO PARANÁ – IEL-PR**, inscrito no CNPJ 75.047.399/0001-65, com sede nesta Capital, na Avenida Cândido de Abreu n° 200, e, de outro, como **CONTRATADA**, a empresa **(nome da empresa)**, registrada no CONSELHO DE CLASSE sob **nº** ___**,** de CNPJ **nº** ____**,** com sede na **(cidade, estado, endereço e CEP)**, por seus representantes legais ao final assinados, têm justo e acordado o adiante exposto em cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Por força do presente ajuste a CONTRATADA se obriga a prestar serviço, para **FORNECIMENTO DE VALE ALIMENTAÇÃO E VALE REFEIÇÃO AOS COLOCABORADORES, ESTAGIÁRIOS E DIRIGENTES DO SISTEMA FIEP.**

A CONTRATADA deverá executar o objeto deste contrato com rigorosa observância às recomendações contidas no **Edital nº 2.0047/2019**, nos termos da proposta apresentada e demais documentos que integram este contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS RESPONSABILIDADES

COMPETE À CONTRATADA:

a) Executar, avaliar e supervisionar as atividades contratadas;

b) Manter todas as informações levantadas e analisadas sob estrito sigilo, conforme padrões éticos universalmente aceitos;

c) Informar ao CONTRATANTE sobre possíveis substituições de profissionais, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis;

d) Cumprir o programa e o cronograma apresentado/acordado entre as partes;

e) Apresentar relatórios (parcial, final e de avaliação), das atividades desenvolvidas;

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

f) Desenvolver suas atividades em conformidade com o Edital e com o escopo apresentado na proposta, devidamente aceita pelo CONTRATANTE;

g) Cumprir os prazos para execução das atividades, sob pena de aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima deste termo, sem prejuízo à retenção de pagamento da parte inexecutada;

h) Remunerar os profissionais por si contratados, não havendo qualquer vínculo específico entre o **SISTEMA FIEP** e o referido profissional;

i) As demais obrigações previstas no Edital nº 2.0047/2019.

COMPETE AO SISTEMA FIEP:

a) Disponibilizar à CONTRATADA todos os dados e informações necessários à execução das atividades ora contratadas;

b) Informar à CONTRATADA sobre eventual alteração de calendário;

c) Pagar, pontualmente, a CONTRATADA, pelos serviços prestados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

A CONTRATADA assumirá total e exclusiva responsabilidade por qualquer dano pessoal e/ou material sofrido pelo **SISTEMA FIEP** e/ou terceiros, causados por si, por seus prepostos, subempreiteiros e/ou outros que, a seu mando, estejam envolvidos na execução dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO

O objeto deste contrato passará pela ampla e direta Fiscalização do **SISTEMA FIEP**, sem que com isso fiquem diminuídas as responsabilidades da CONTRATADA.

Parágrafo Primeiro: A CONTRATADA proporcionará, sempre que solicitado, o franco acesso da Fiscalização do **SISTEMA FIEP** aos setores de trabalho, para que possa desempenhar sua missão a contento.

Parágrafo Segundo: Havendo dúvidas na interpretação correta das especificações aprovadas, deverá a CONTRATADA solicitar, por escrito, à Fiscalização do **SISTEMA FIEP**, os esclarecimentos que necessite, evitando com que se faça necessária e exigida a reexecução dos serviços.

Parágrafo Terceiro: O **SISTEMA FIEP** poderá, a qualquer momento da execução do objeto deste contrato, realizar auditoria interna sobre os apontamentos sobre sua fiscalização. No caso de caso de desvio considerado excessivo, no arbítrio da auditoria, o responsável pela fiscalização responderá na forma da lei, bem como a CONTRATADA responderá pelo desvio, oportunizado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA QUINTA– DAS MODIFICAÇÕES OU ACRÉSCIMOS

A CONTRATADA tomou amplo conhecimento de todas as condições do edital, seus anexos e documentos, e com base nessas ações planejou e orçou o objeto deste contrato, de forma que não serão concedidos aditivos contratuais.

Parágrafo Primeiro: Ficam excepcionados do disposto no caput da presente cláusula os fatos novos, comprovadamente não conhecidos pela CONTRATADA e pelo CONTRATANTE no momento da publicação do Edital, desde de que devidamente fundamentado e aceito pela Coordenação de Engenharia e Obras do

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

SISTEMA FIEP, em parecer fundamentado, atendendo, obrigatoriamente, o preço de mercado e os limites estabelecidos no Regulamento de Licitações e Contratos publicado no site do **SISTEMA FIEP**.

Parágrafo Segundo: Não haverá reajuste contratual.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

A inexecução total ou parcial do objeto contratado sujeitará a **CONTRATADA**, garantida a prévia defesa, às seguintes penalidades: **advertência, multa, rescisão e suspensão do direito de licitar ou contratar com o SISTEMA FIEP por prazo não superior a 2 (dois) anos**, nas formas adiante especificadas.

Será cabível pena de **advertência** os casos de serviços executados de maneira não conforme, não atendimento as solicitações da fiscalização do **SISTEMA FIEP** e nos casos de infrações de menor gravidade;

Será cabível pena de **multa**:

a) Nos casos de descumprimento do prazo de execução do objeto deste contrato, aplicação de multa de 2% (dois por cento) e juros de 0,03% ao dia de atraso sobre o valor dos serviços efetivamente atrasados e ensejando a critério do **SISTEMA FIEP**, a rescisão contratual;

b) Na hipótese de inexecução parcial, multa no percentual de 5% (cinco por cento), sobre a porção inadimplida do valor atualizado do contrato e ensejando, a critério do **SISTEMA FIEP**, a rescisão contratual;

c) Em caso de inexecução total, multa no percentual de 10% (dez por cento) do valor atualizado do objeto contratado e ensejando, a critério do **SISTEMA FIEP**, a rescisão contratual;

d) Ao proponente que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá ser aplicada a penalidade de suspensão do direito de licitar, pelo prazo máximo de 2 (dois) anos e/ou multa até o percentual de 20% (vinte por cento) do valor da proposta apresentada.

Para as ocorrências de não cumprimento das normas de segurança do trabalho, será imputada à **CONTRATADA** multa de R$ 2.000,00 (dois mil) reais por situação constatada pela Fiscalização do **SISTEMA FIEP.**

A multa poderá ser aplicada isolada ou cumulativamente com as demais sanções.

Caberá a penalidade de **suspensão do direito de licitar**, pelo prazo máximo de 2 (dois) anos, contados a partir de sua aplicação, nos casos de **inexecução total ou parcial de que decorra rescisão contratual,** a critério do **SISTEMA FIEP**.

As multas poderão ser descontadas dos recebimentos a que a contratada tiver direito ou cobradas judicialmente, caso não haja pagamento espontâneo.

As penalidades poderão ser aplicadas tantas vezes quantas forem as irregularidades constatadas.

No caso de atraso da entrega do objeto, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste instrumento, o contrato poderá ser imediatamente rescindido, a critério do CONTRATANTE. Nesta situação, o CONTRATANTE poderá convocar outro fornecedor para execução do contrato, nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos do **SISTEMA FIEP**.

Fica facultada a defesa prévia da empresa, em qualquer caso de aplicação de penalidade, no prazo de **05 (cinco) dias úteis** (consideradas horas úteis das 08hs às 18hs, de segundas-feiras a sextas-feiras), contados da

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

intimação do ato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

Fica estabelecido o prazo de execução de até **45 (quarenta e cinco) dias corridos** para entrega do objeto contratual, sem interrupção e prorrogação, contado a partir da data de assinatura do instrumento contratual.
O prazo de vigência da contratação será de **12 (doze) meses** a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante comum acordo entre as partes, até completar o total de 60 (sessenta) meses de vigência.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

Além das hipóteses previstas no Regulamento, este contrato será rescindido, de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, se a CONTRATADA:

a) Não iniciar ou concluir o objeto deste contrato nos prazos estabelecidos;
b) Criar dificuldades à Fiscalização do **SISTEMA FIEP**;
c) Entrar em falência, recuperação da empresa ou liquidação;
d) Ceder, transferir ou caucionar o objeto deste contrato, sem prévia autorização;
e) Não observar o recomendado nos Projetos, Minuta Contratual e especificações fornecidas.

Parágrafo Primeiro: Rescindido o contrato, a CONTRATADA será paga proporcionalmente pela execução do objeto deste contrato, devendo o **SISTEMA FIEP** ser indenizado em razão dos prejuízos sofridos, além das multas aplicáveis.
Parágrafo Segundo: Em havendo rescisão de contrato, o **SISTEMA FIEP** imitir-se-á, de imediato, no momento da execução do objeto deste contrato, independentemente de mandato, interpelação, notificação ou protesto.
Parágrafo Terceiro: Se, por motivos imperiosos e justos, o **SISTEMA FIEP** ordenar a paralisação do objeto deste contrato, este será rescindido, de pleno direito, mediante denúncia formulada por escrito com a antecedência mínima de **10 (dez) dias corridos**.
Parágrafo Quarto: Na hipótese prevista pelo parágrafo anterior, a CONTRATADA deverá ser paga, proporcionalmente, pela execução do objeto deste contrato, não tendo direito à indenização por lucros cessantes.

CLÁUSULA NONA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

Pelos serviços prestados, a CONTRATADA receberá do CONTRATANTE taxa administrativa de __ %, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura mês, com vencimento todo dia 15(quinze), subsequente ao mês da prestação do serviço, desde que apresentada com 10(dez) dias de antecedência.
Os pagamentos serão realizados, desde que o objeto deste contrato tenha sido executado e previamente aprovado pela Fiscalização do **SISTEMA FIEP**.
Os valores devidos pelo **SISTEMA FIEP** serão depositados em conta bancária cadastrada pela CONTRATADA no Sistema de Compras do Sistema FIEP – http://compras.fiepr.org.br . É de responsabilidade da CONTRATADA a atualização de dados cadastrais no Sistema de Compras do Sistema FIEP.
Caso a nota fiscal/fatura apresente alguma incorreção em sua emissão ou não seja por qualquer motivo atestada a sua conformidade pela área solicitante, o documento será devolvido à CONTRATADA e o prazo de pagamento

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

será prorrogado pelo mesmo tempo que durar a correção, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE.
Os valores devidos à **CONTRATADA** serão pagos mediante apresentação de Nota Fiscal, acompanhada de relatório dos serviços prestados e das Certidões Negativas de Débitos nas esferas federal, estadual e municipal, bem como dos Comprovantes de Regularidade junto ao FGTS e INSS. A não apresentação desses documentos importará na retenção dos pagamentos pela CONTRATANTE, até o cumprimento da obrigação.

CLÁUSULA DECIMA – INCIDÊNCIAS FISCAIS E DEMAIS ÔNUS

Correrão por conta exclusiva da CONTRATADA:
a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto da contratação.
b) Contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguros e acidentes pessoais, taxas, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias.
c) Os encargos sujeitos, por disposição legal, a retenção na fonte, serão descontados da fatura respectiva.
d) Para as empresas optantes pelo Simples Nacional, em conformidade com a Lei Complementar 123/2006 e suas respectivas alterações, deverão apresentar, no ato da assinatura do contrato, declaração devidamente assinada pelo representante legal, contendo nome e CPF do mesmo, conforme modelos dos Anexos II, III ou IV, de acordo com o caso, em 02 (duas) vias, através da RFB nº 1540, de 05 de janeiro de 2015 que alterou a RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. A empresa Contratada deverá informar na Nota Fiscal: Empresa Optante pelo Simples Nacional IN RFB nº 1540/2015.
Parágrafo Primeiro: Os encargos sujeitos, por disposição legal, a retenção na fonte, serão descontados da fatura respectiva.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DO SIGILO (dependerá do objeto licitado)

Todos e quaisquer documentos, informações e materiais de propriedade do **CONTRATANTE** que a **CONTRATADA**, seus empregados ou prepostos venham a ter acesso ou conhecimento em virtude direta ou indireta do presente contrato, deverão ser tratados com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de forma a impedir que terceiros venham a ter acesso ou conhecimento de tais documentos, informações e materiais, obrigação esta que perdurará durante toda a vigência do presente contrato e mesmo após o seu término ou rescisão, sob pena de sofrer sanções civis e penais cabíveis, pela não observância do ora pactuado.
A **CONTRATADA** obriga-se a esclarecer seus empregados e prepostos a respeito dessa obrigação, obtendo deles o comprometimento de seu fiel cumprimento e zelando para que apenas os empregados e prepostos que tenham efetiva necessidade, tenham acesso a tais documentos, informações ou materiais para a boa execução dos serviços objeto do presente contrato.

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA – DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será possível a subcontratação total do objeto deste certame.
É vedado à CONTRATADA subcontratar, parcialmente, os serviços objetivados, sem a prévia e expressa autorização do **SISTEMA FIEP.**

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Parágrafo Primeiro: Entende-se como escopo principal do objeto o conjunto de itens para os quais, como requisito de habilitação técnico-operacional, foi exigida a apresentação de atestados que comprovassem execução do objeto deste contrato com características semelhantes.

Parágrafo Segundo: A subcontratação não exclui a responsabilidade da contratada perante a CONTRATANTE quanto à qualidade técnica a ser prestada.

Parágrafo Terceiro: A CONTRATADA originária deve submeter à apreciação do CONTRATANTE o pedido expresso e motivado de prévia anuência para subcontratação, com apresentação do(s) pretendente(s) subcontratado(s) e da respectiva documentação, que deve corresponder a exigida para habilitação na licitação. A subcontratação ocorrerá somente com pessoas jurídicas devidamente constituídas, com objeto social vinculado ao serviço subcontratado e das quais não participem a que título for, dirigente ou empregados do Sistema FIEP, que tenha participado do procedimento licitatório, que se enquadram em qualquer um dos subitens mencionados no item 3.3 do preâmbulo do edital. A subcontratação depende de autorização prévia por parte do CONTRATANTE, com parecer técnico da fiscalização, ao qual cabe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução dos serviços.

Parágrafo Quarto: A(s) empresa(s) subcontratada(s), em momento prévio a execução da parcela do objeto, deve(m) apresentar os mesmos documentos previstos para a CONTRATADA quanto à habilitação jurídica, regularidade trabalhista e com o INSS e FGTS. Quanto às exigências de qualificação técnica da(s) empresa(s) subcontratada(s), estas deverão ser pertinentes à sua respectiva parcela, podendo, eventual e motivadamente, ser dispensada a sua exigência quando a parcela a ser executada não envolver uma peculiaridade técnica especial, for de vulto reduzido e baixo risco. Portanto, quando a CONTRATADA efetivamente deixar subcontratar parcela do objeto deste contrato, deve submeter o assunto ao CONTRATANTE que apontará o teor da qualificação técnica a ser apresentada.

Parágrafo Quinto: Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – DOS GESTORES DO CONTRATO

As partes designam, neste ato, o Sr. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX (**CPF nº**) pelo **SISTEMA FIEP** e o Sr. **(nome do responsável da empresa pela obra)** para atuarem na condição de gestores do CONTRATANTE e do CONTRATADO, respectivamente, que se tornam responsáveis por acompanhar a execução do objeto deste contrato e manterão, entre si, relacionamento direto.

CLÁSULA DECIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade técnica pelo conteúdo dos trabalhos prestados ao **SISTEMA FIEP**, não havendo qualquer vínculo empregatício entre CONTRATANTE e CONTRATADA, nem entre CONTRATANTE e os empregados da CONTRATADA.

A CONTRATADA autoriza o uso, pelo **SISTEMA FIEP**, do material que produzir, por período indeterminado.

A CONTRATADA autoriza a publicação, pelo **SISTEMA FIEP,** do material por si criado e colhido para as finalidades deste contrato.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 618
Mov. 57

Ao **SISTEMA FIEP** cabe o poder de fiscalizar a execução do contrato, de modo a garantir sua qualidade não podendo, porém, interferir diretamente nos trabalhos da CONTRATADA.

Os recursos orçamentários para as despesas decorrentes deste Contrato estão previstos em conta própria da dotação orçamentária do **SISTEMA FIEP** para o ano em curso, indicada no processo licitatório supra referido.

CLÁUSULA DECIMA QUINTA – DO FORO

Para dirimência de dúvidas suscitadas durante a aplicação deste contrato e não solucionadas de comum acordo, as partes elegem o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba-PR, com expressa renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que possa vir a ser.

E, por estarem assim ajustadas, as partes assinam este Contrato em suas 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo qualificadas, que a tudo assistiram e acharam conforme.

Curitiba, ... de ..... de .....

Pelo CONTRATANTE	**Pela CONTRATADA**
Autoridade com alçada do **SISTEMA FIEP**	Representante da **CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

sistemafiep.org.br
Av. Cândido de Abreu, 200 | Centro Cívico
80530-902 | Curitiba PR | (41) 3271-9000

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 619
Mov. 57

ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO NÃO EMPREGA MENOR DE 18 ANOS - SALVO NAS CONDIÇÕES DE APRENDIZ

ILMO.SR.
Presidente da Comissão de Licitação
SISTEMA FIEP

Eu _____, representante da empresa_____, CNPJ nº xxx.xxx/xxxx-xx, no qual exerço a função _____, declaro que não empregamos menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos.

_____ , ___ de _____ de 201X.

Atenciosamente

_____
NOME, CARGO E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL

sistemafiep.org.br
Av. Cândido de Abreu, 200 | Centro Cívico
80530-902 | Curitiba PR | (41) 3271-9000

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 620
Mov. 57

Processo 16887/2019
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL SESI / SENAI – PR Nº 2.0047/2019

ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO

ILMO.SR.
Presidente da Comissão de Licitação
Sistema FIEP

A _____por seu _____ (cargo) Sr(a). _____, que a esta subscreve, vem comprometer-se a, se vencedora deste certame, apresentar relação escrita da rede de estabelecimentos credenciados em números iguais ou superiores ao previsto, conforme distribuição informada no Anexo I, item 1.8, objeto solicitado deste Edital.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos.

_____ , ___ de _____ de 2019.

Atenciosamente

_____
NOME E ASSINATURA DE REPRESENTANTE LEGAL

sistemafiep.org.br
Av. Cândido de Abreu, 200 | Centro Cívico
80530-902 | Curitiba PR | (41) 3271-9000

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

25. Outros Documentos (Relatorio Administração Alelo)

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 621
Mov. 57

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO Fls. 622 Mov. 57 INTEGRADO DO ESTADO

Companhia Brasileira de Soluções e Serviços - CBSS

CNPJ nº 04.740.876/0001-25

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e societárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2017. No exercício, a Companhia Brasileira de Soluções e Serviços – "CBSS" registrou Lucro líquido de R$ 282,1 milhões, Patrimônio Líquido de R$ 1.689,7 bilhão e Ativos totais de R$ 5.836,2 bilhões. A companhia continuará buscando em 2018 o fortalecimento de sua posição em seus negócios centrais, bem como a diversificação de negócios e a manutenção de constante foco na experiência e satisfação do cliente. Ao encerrarmos o exercício social, registramos os agradecimentos da Administração aos funcionários, pela dedicação e empenho, e aos nossos clientes, fornecedores e quotistas pelo apoio e confiança que nos foram dispensados. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários. Barueri, 29/03/2018. A Administração.

Balanços patrimoniais em 31/12/2017 e 2016 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota explicativa	2017	2016
Circulante		**4.877.347**	**4.321.827**
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.740.821	2.344.471
Contas a receber	5	2.012.311	1.838.517
Imposto a recuperar	6	21.976	13.079
Despesas antecipadas	7	30.177	12.436
Outros créditos	8	72.062	113.324
Não circulante		**958.930**	**861.093**
Despesas antecipadas	7	1.269	2.114
Depósitos judiciais		27.029	5.179
Imposto de renda e contribuição social diferido	22.c	68.803	73.756
Outros créditos	8	2.576	2.838
Investimento	9	642.129	609.570
Imobilizado	10	9.595	9.803
Intangível	11	207.529	157.833
Total do Ativo		**5.836.277**	**5.182.920**

Passivo	Nota explicativa	2017	2016
Circulante		**4.101.847**	**3.605.628**
Fornecedores		13.973	9.986
Contas a pagar operacionais	12	2.217.422	1.667.507
Obrigações com portadores	13	1.591.974	1.623.708
Programa de incentivo a vendas	14	24.366	43.961
Salários e encargos	15	35.008	45.109
Impostos e contribuições a recolher	16	33.705	35.346
Passivos contingentes	20	4.337	1.065
Dividendos a pagar	21.e	67.003	89.346
Outras contas a pagar	17	114.059	89.600
Não circulante		**44.645**	**22.715**
Salários e encargos	15	1.250	-
Passivos contingentes	20	27.203	7.090
Depósito fiança		5.151	4.584
Imposto de renda e contribuição social sobre ágio	22.b	11.041	11.041
Patrimônio líquido		**1.689.785**	**1.554.577**
Capital social	21.a	735.000	511.690
Reserva legal	21.c	110.151	96.046
Reserva estatutária de expansão	21.d	836.526	948.828
Ajuste de avaliação patrimonial		8.108	(1.987)
Total do Passivo		**5.836.277**	**5.182.920**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31/12/2017 e 2016 *(Em milhares de Reais)*

				Reserva de lucros			
	Nota explicativa	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva para expansão	Lucros acumulados	Total do patrimônio
Saldos em 31/12/2015		**511.690**	**-**	**77.236**	**815.791**	**-**	**1.404.717**
Ajuste de avaliação patrimonial		-	(1.987)	-	-	-	(1.987)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	376.193	376.193
Dividendos adicionais		-	-	-	(135.000)	-	(135.000)
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	21.c	-	-	18.810	-	(18.810)	-
Dividendos propostos	21.e	-	-	-	-	(89.346)	(89.346)
Reserva para expansão	21.d	-	-	-	268.037	(268.037)	-
Saldos em 31/12/2016		**511.690**	**(1.987)**	**96.046**	**948.828**	**-**	**1.554.577**
Ajuste de avaliação patrimonial		-	10.095	-	-	-	10.095
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	282.116	282.116
Aumento de capital	21.b	223.310	-	-	(223.310)	-	-
Dividendos adicionais	21.e	-	-	-	(90.000)	-	(90.000)
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	21.c	-	-	14.105	-	(14.105)	-
Dividendos propostos	21.e	-	-	-	-	(67.003)	(67.003)
Reserva para expansão	21.d	-	-	-	201.008	(201.008)	-
Saldos em 31/12/2017		**735.000**	**8.108**	**110.151**	**836.526**	**-**	**1.689.785**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31/12/2017 e 2016 *(Em milhares de Reais)*

	Nota explicativa	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido dos exercícios		282.116	376.193
Depreciações e amortizações	24	14.227	11.868
Resultado de imobilizado e intangível baixados ou alienados	11	-	17.967
Provisão para redução do valor recuperável	5	691	6.674
Atualização programa de incentivo a vendas	14	868	11.292
Resultado com equivalência patrimonial	9	151.704	187.535
Passivos contingentes	20	23.385	7.435
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	4.774	15.273
Ajuste de avaliação patrimonial		-	(4.205)
(Aumento)/redução nos ativos e passivos operacionais			
Contas a receber	5	(174.485)	(414.372)
Imposto a recuperar	6	(8.897)	245.539
Despesas antecipadas	7	(16.896)	(7.649)
Depósitos judiciais		(21.850)	(4.780)
Outros créditos	8	41.524	(28.761)
Fornecedores		3.988	(10.065)
Contas a pagar operacionais	12	549.915	406.621
Obrigações com portadores	13	(31.734)	151.003
Programa de incentivo a vendas	14	(20.464)	19.847
Salários e encargos	15	(8.851)	13.213
Impostos e contribuições a recolher	16	(1.461)	(251.728)
Depósito fiança		567	523
Outras contas a pagar	17	18.290	(20.576)
Imposto de renda e contribuição social diferido sem ágios	-	-	4.205
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		**807.411**	**733.053**
(Aumento)/redução nas atividades de investimentos			
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aumento de capital em controladas		(168.000)	(211.720)
Alienação de investimentos		-	(9.815)
Adições/(alienações) do imobilizado e intangível		(63.715)	(2.971)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento		**(231.715)**	**(224.506)**
(Aumento)/redução nas atividades de financiamento			
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos	21.e	(179.346)	(254.052)
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	(74.060)
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamento		**(179.346)**	**(328.112)**
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		**396.350**	**180.434**
Caixa e equivalentes de caixa			
Saldo inicial		2.344.471	2.164.037
Saldo final		2.740.821	2.344.471

Demonstrações dos resultados dos exercícios - Exercícios findos em 31/12/2017 e 2016 *(Em milhares de Reais, exceto o valor por ação)*

	Nota explicativa	2017	2016
Receita operacional	23	1.261.282	1.206.303
Custo dos serviços prestados	24	(207.130)	(240.439)
Lucro bruto		**1.054.152**	**965.864**
Receitas (despesas), operacionais			
Pessoal	24	(149.356)	(151.456)
Gerais e administrativas	24	(188.148)	(128.303)
Despesas com vendas	14	(211.686)	(204.660)
Resultado com equivalência patrimonial	9	(151.704)	(187.535)
Outras receitas /(despesas)	24	(8.459)	(14.985)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		**344.799**	**278.925**
Receitas financeiras	25	408.363	584.280
Despesas financeiras	25	(257.478)	(201.558)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**495.684**	**661.647**
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	22	(208.794)	(270.181)
Diferidos	22	(4.774)	(15.273)
Lucro líquido dos exercícios		**282.116**	**376.193**
Lucro líquido por ação (em R$)		**141,06**	**188,10**

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31/12/2017 e 2016 *(Em milhares de Reais)*

	2017	2016
Resultado dos exercícios	**282.116**	**376.193**
Outros resultados abrangentes	8.108	(1.987)
Resultado abrangente total	**290.224**	**374.206**

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*:

1. Contexto operacional:
A Companhia Brasileira de Soluções e Serviços - CBSS ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil controlada pela Elo Participações S.A., que tem como acionistas controladores finais o Banco Bradesco S.A. e o Banco do Brasil S.A.. O endereço registrado do escritório da Companhia é Alameda Xingu, 512, 3° e 4° Andares, Edifício "Condomínio Evolution Corporate" - Barueri, São Paulo. A Companhia foi constituída em 17/09/2001 e iniciou suas atividades operacionais em 1º/02/2003, tendo como objetivo a emissão, administração, gestão e prestação de serviços de meios de pagamento e cartões pré-pagos, aptos a receberem carga ou recarga de valores em moeda nacional ou estrangeira incluindo, mas não se limitando, aos benefícios de alimentação e refeição, através de meios eletrônicos, tais como tarja magnética, smart cards e outros; desenvolvimento de parcerias para promoção de produtos e/ou serviços, inclusive mediante disponibilização de espaço em materiais e veículos de divulgação; a implantação; administração e prestação de serviços de programas promocionais, mediante oferecimento e administração de programas de incentivo, fidelização e/ou bonificação de vendas; e a participação em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista. Nas demonstrações financeiras da Companhia as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras consolidadas estão sendo apresentadas na controladora Elo Participações S.A.. Dessa forma, conforme artigo 4° do CPC 36_R3, a Sociedade deixou de apresentar nessas demonstrações financeiras as demonstrações consolidadas.

Controladas diretas/indiretas

Empresas	Setor	Controlada Direta/ Indireta	2017 Participação no capital social	2016 Participação no capital social
Movera Serviços do Empreendedorismo Ltda.	Serviços	Direta	100,00%	100,00%
Ibi Promotora de Vendas Ltda.	Serviços	Direta	99,99%	99,99%
Kartra Participações Ltda.	Holding	Direta	100,00%	100,00%
Livelo S.A.	Serviços	Direta	100,00%	100,00%
Stelo S.A.	Serviços	Direta	70,00%	70,00%
Farly Participações Ltda. (*)	Holding	Indireta	-	100,00%
Banco CBSS S.A. (*)	Banco	Indireta	100,00%	-

(*) Em 31/12/2016 foi aprovada a incorporação reversa da empresa Farly pelo Banco CBSS S.A..

2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **b. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **c. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas, custos e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas anualmente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas. **d. Aprovação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 29/03/2018.

3. Principais práticas contábeis: As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **a. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros que apresentam liquidez diária e vencimento de até 90 dias da data da aplicação inicial e, sem prejuízo dos rendimentos acumulados até a data do resgate se feito de forma antecipada, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados no pagamento das obrigações de curto prazo. **b. Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda. Classifica também, passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. ***b.1 Ativos e passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento:*** A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação. É desreconhecido um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. Um passivo financeiro é desreconhecido, quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***b.2 Ativos financeiros não derivativos - Mensuração:*** *Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:* Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. *Ativos financeiros disponíveis para venda:* São aqueles que não são derivativos e que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados nas categorias apresentadas anteriormente. Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária e a variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidas em rubrica específica do patrimônio líquido quando incorridas, sendo baixadas para o resultado do exercício no momento em que são realizadas em caixa ou consideradas não recuperáveis. *Empréstimos e recebíveis:* Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos. ***b.3 Passivos financeiros não derivativos - Mensuração:*** Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. Contas a pagar estabelecimentos comerciais e obrigações com portadores: possuem pagamentos fixos ou determináveis e são mensuradas pelo custo amortizado. São reconhecidas no momento em que são realizadas as capturas das operações transacionadas. As obrigações com portadores são mensuradas pelo custo amortizado e reconhecidas no momento em que é feita a carga nos cartões Alelo. ***b.4 Classificação do valor justo:*** A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo. Este CPC requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração: • *Nível 1:* Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem títulos de dívida e patrimoniais e contratos de derivativos que são negociados em um mercado ativo. • *Nível 2:* Dados observáveis que não os preços de Nível 1, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para substancialmente todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos cujo valor é determinado usando um modelo de precificação com dados que são observáveis no mercado ou - confirmados por dados observáveis, incluindo, mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio. • *Nível 3:* Dados não observáveis que são suportados por pouca ou nenhuma atividade de mercado e que sejam significativos ao valor justo dos ativos e passivos. Os ativos e passivos de Nível 3 geralmente incluem instrumentos financeiros cujo valor é determinado usando modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado, ou técnicas similares, assim como instrumentos para os quais a determinação do valor justo requer julgamento ou estimativa significativos da Administração. Esta categoria geralmente inclui certos títulos emitidos por instituições financeiras, empresas não financeiras e alguns contratos de derivativos. **c. Despesas antecipadas:** Devem ser contabilizados nesta conta os valores pagos antecipadamente, tais como prêmios de seguros, assinaturas de periódicos, contratos de manutenção e licença, campanhas por um período determinado, entre outros valores correlatados sempre que forem pagos antecipadamente. **d. Combinações de negócios:** Combinações de negócios são registradas na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para a Companhia utilizando o método de aquisição. Controle é o poder de governar a política financeira e operacional da entidade de forma a obter benefícios de suas atividades. Quando da determinação da existência de controle a Companhia leva em consideração os direitos de votos potenciais que são atualmente exercíveis. **e. Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial:** Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*). As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Uma entidade controlada em conjunto consiste em um acordo contratual através do qual a Companhia possui controle compartilhado, onde a Companhia tem direito aos ativos líquidos do acordo contratual, e não direito aos ativos e passivos específicos resultantes do acordo. Os investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Aos acionistas é garantido direito de dividendos anual de, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. **f. Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente no dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Edificações	25 anos
Instalações	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática e telecomunicações	5 anos
Software e aplicativos	5 anos
Veículos	5 anos
Benfeitoria em imóveis de terceiros	5 anos

Os métodos de depreciação e as vidas úteis são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **g. Intangível:** Representado por bens incorpóreos, separáveis ou resultantes de direitos contratuais ou de outros direitos legais. Os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo. Os métodos de amortização e as vidas úteis são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Projetos – Desenvolvimentos internos (Lei 11.638/07/CPC 04)	5 anos
Software e licenças	5 anos
Pontos comerciais	5 anos

h. Ágio *(goodwill)*: O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver. A Companhia mensura o ágio na data de aquisição como: • O valor da contraprestação transferida; • O montante reconhecido de qualquer participação não-controladora na adquirida; mas • Se a aquisição foi realizada em estágios, o valor justo de qualquer participação detida anteriormente a aquisição; menos; • O montante líquido (geralmente a valor justo) dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos. Quando o valor gera um montante negativo, o ganho com a compra vantajosa é reconhecido diretamente no resultado do exercício. Os custos de transação, que a Companhia incorre em conexão com a combinação de negócios são registrados no resultado conforme incorridos. Até 31/12/2008, os ágios fundamentados em expectativa de rentabilidade futura foram amortizados no prazo, na extensão e na proporção dos resultados projetados em até cinco anos. A partir de 1º/01/2009, os ágios não são mais amortizados, porém submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável, conforme o pronunciamento técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Em 31/12/2017 e 2016, as projeções quanto à expectativa de recuperação dos intangíveis/ágio nas operações indicam que nenhuma provisão para perda é requerida. **i. Redução ao valor recuperável do ativo: *Ativos financeiros não-derivativos:*** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de *impairment*. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que a mesma não consideraria normais; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de *impairment* inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo. A Companhia considera um declínio de 20% como significativo e o período de 9 meses como prolongado. ***Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:*** A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida através do resultado. ***Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial:*** Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida reconhecida pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. ***Ativos não financeiros:*** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos biológicos, propriedade para investimento, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O ágio de uma combinação de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **j. Benefícios a empregados:** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado dos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos que esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida, cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período, no qual o empregado presta o serviço, são descontadas aos seus valores presentes. **k. Imposto de Renda e Contribuição Social:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. ***(i) Impostos correntes:*** O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos. ***(ii) Impostos diferidos:*** O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para: • Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o contábil; • Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível; e • Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço. **l. Ativos e passivos contingentes:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25. • **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas; • **Provisões** - São constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; • **Passivos contingentes** - O termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas e; • **Obrigações legais** - As obrigações legais, cuja legalidade/constitucionalidade estejam eventualmente sendo discutidas judicialmente, são devidamente provisionadas. **m. Reconhecimento da receita operacional: *Receita emissor:*** Referem-se substancialmente a tarifas cobradas no processo de emissão de cartões e/ou na disponibilização de benefícios. ***Receita adquirente:*** É apropriada no momento em que a transação é realizada pelos usuários dos cartões. **n. Receitas e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras abrangem substancialmente: (i) receitas de juros; (ii) despesas de juros; (iii) eventuais receitas de dividendos; (iv) ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita e a despesa de juros são reconhecidos no resultado através do método dos juros efetivos. **o. Outras receitas (despesas) operacionais:** As receitas e despesas líquidas são apuradas pelo regime de competência. **p. Eventos subsequentes:** Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por: • Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e • Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras. **q. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2017 e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia: • **CPC 47/IFRS 15: Receita de Contratos com Clientes:** O IFRS 15 foi emitido em maio de 2014 e alterado em abril de 2016 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com o IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A nova norma para receita substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com o IFRS. A Companhia adotou o reconhecimento de despesas e receitas de originação associadas às operações de cartões de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (resolução 1374/11 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC). • **CPC 48: Instrumentos Financeiros:** A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, garantias financeiras e limites de crédito concedidos e não utilizados, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. O CPC 48 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituirá o CPC 38: Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A norma será aplicável a partir de 1º/01/2018. O impacto efetivo da adoção do CPC 48 nas demonstrações financeiras da Companhia em 2018 não pode ser estimado em 31/12/2017 com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Companhia detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Companhia fará no futuro. A nova norma exigirá que a Companhia revise seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros e essas alterações ainda não estão finalizadas. No entanto, a Companhia realizou uma avaliação preliminar do potencial impacto da adoção do CPC 48 com base em sua posição em 31/12/2017, conforme a seguir: ***(i) Classificação – Ativos Financeiros:*** O CPC 48 requer a classificação dos ativos financeiros em três categorias: mensurados ao valor justo através do resultado (VJR), valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e mensurados ao custo amortizado. A norma elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A determinação da classificação dos ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e a base da classificação depende do modelo de negócios da Companhia e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo CPC 38. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria Companhia é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. Com base na sua avaliação preliminar, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação, se fossem aplicados em 31/12/2017, teriam um impacto na contabilização dos ativos financeiros mensurados ao valor justo. Em 31/12/2017, a Companhia tinha investimentos em títulos de dívida privados classificados, pelos requerimentos do CPC 38, na categoria VJR. Porém, considerando os requerimentos do CPC 48, esses ativos seriam classificados como VJORA, já que são utilizados no gerenciamento de caixa da Companhia e, por isso, são vendidos de acordo com a necessidade de recursos financeiros. Na classificação como VJORA, todos os ganhos e perdas de valor justo seriam registados em outros resultados abrangentes e a provisão para perdas deve ser reconhecida em outros resultados abrangentes e não deve reduzir o valor contábil do ativo financeiro no balanço patrimonial. Na classificação como VJR, todos os ganhos e perdas de valor justo seriam reconhecidos no resultado à medida em que surjam, aumentando a volatilidade nos resultados da Companhia e não há mensuração para provisão para perdas dentro desta classificação. Como o efeito de mensuração de valor justo desses ativos não é significativo, não são esperados impactos financeiros relevantes em função da nova classificação prevista. ***(ii) Redução no valor recuperável (Impairment) – Ativos Financeiros e Contratuais:*** O CPC 48 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante quanto à forma como mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: • Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro dos 12 meses após a data de relatório; e • Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira é aplicável se o risco de crédito de um ativo financeiro na data de relatório tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses é aplicável se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. A Companhia pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data de relatório. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo; uma entidade pode optar por aplicar esta política também para contas a receber de clientes e ativos contratuais com uma componente de financiamento significativo. A Companhia acredita que as perdas por redução ao valor recuperável deverão aumentar e tornar-se mais voláteis para os ativos no modelo do CPC 48. A avaliação preliminar da Companhia indicou que a aplicação dos requerimentos de perda por redução ao valor recuperável do CPC 48 em 31/12/2017 reduziria o valor dos ativos elegíveis ao CPC 48 no valor aproximadamente de 0,16% reconhecida de acordo com o CPC 38. A Companhia está em fase de elaboração de metodologia para e definição de perda por redução ao valor recuperável, conforme o CPC 48. ***(iii) Classificação – Passivos Financeiros:*** O CPC 48 retém grande parte dos requerimentos do CPC 38 para a classificação de passivos financeiros. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria Companhia é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. Contudo, de acordo com o CPC 38, todas as variações de valor justo dos passivos designados como valor justo por meio de resultados são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com o CPC 48, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma: • O valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentado em outros resultados abrangentes; e • O valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado. A Companhia não designou ou pretende designar passivos financeiros como VJR. A avaliação preliminar da Companhia não indicou qualquer impacto material se as exigências do CPC 48 relativas à classificação dos passivos financeiros fossem aplicadas em 31/12/2017. ***(iv) Contabilização do Hedge Accounting:*** Na aplicação inicial do CPC 48, a Companhia pode escolher como política contábil continuar aplicando os requerimentos para a contabilidade de hedge do CPC 38 em vez dos novos requerimentos do CPC 48. O plano atual da Companhia é o de optar por aplicar os requerimentos do CPC 48. O CPC 48 exigirá que a Companhia assegure que as relações de contabilidade de *hedge* estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco da Companhia e que a Companhia aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do *hedge*. O CPC 48 também introduz novos requerimentos de reequilíbrio das relações de *hedge* e proíbe a descontinuação voluntária da contabilidade de *hedge*. De acordo com o novo modelo, é provável que mais estratégias de gestão de risco, particularmente as de um hedge de um componente de risco (diferente do risco de moeda estrangeira) de um item não-financeiro, possam qualificar-se para a contabilidade de hedge. Atualmente, a Companhia não realiza hedge de tais componentes de risco. Uma empresa controlada pela Companhia adota operações de hedge com o objetivo de diminuir os impactos das oscilações das taxas de câmbio, utilizando instrumentos financeiros derivativos (NDF) com objetivo de trocar a volatilidade cambial por taxa fixa, possibilitando uma gestão mais segura e previsível de seus fluxos de caixa. Uma avaliação preliminar indicou que os tipos de relações de contabilidade de hedge que a empresa controlada designa atualmente devem atender aos requerimentos da IFRS 9 se a empresa efetuar certas mudanças em seus processos internos de documentação e monitoramento. A avaliação preliminar também indicou que as alterações esperadas nas políticas contábeis teriam um impacto imaterial se a empresa tivesse aplicado a contabilidade de hedge do CPC 48 em 2017. ***(v) Divulgação:*** O CPC 48 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de hedge, risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A avaliação preliminar da Companhia incluiu uma análise para identificar deficiências em relação a informações requeridas e processos atuais e a Companhia planeja implementar mudanças nos seus sistemas e controles para atender aos novos requisitos. ***(vi) Transição:*** As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção do CPC 48 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir: • A Companhia pretende aproveitar a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção do CPC 48, serão reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º/01/2018. • Os novos requerimentos de contabilidade de *hedge* devem ser aplicados prospectivamente. • As seguintes avaliações devem ser efetuadas com base nos fatos e circunstâncias existentes na data da adoção inicial: (i) A determinação do modelo de negócio dentro do qual um ativo financeiro é mantido, (ii) A designação e revogação de designações anteriores de determinados ativos e passivos financeiros mensurados a VJR e (iii) A designação de determinados investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação como VJORA.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	2017	2016
Caixa e bancos	62.600	45.747
Aplicações financeiras		
Fundos de investimento (a)	2.449.161	2.208.465
Certificado de depósito bancário - CDB´s (b)	178.987	34.833
Operações compromissadas com lastro em debêntures (b)	50.073	55.426
	2.740.821	**2.344.471**

(a) A Companhia possui aplicação com partes relacionadas através de fundos de investimento, não exclusivos, administrados substancialmente pelos bancos Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A. que possuem liquidez diária. As cotas dos fundos de investimento foram atualizadas pelo respectivo valor da cota no último dia útil do mês. A classificação é pelo valor justo, e estão classificadas no nível 1. (b) As aplicações financeiras estão classificadas no curto prazo, uma vez que foram efetuadas com o propósito de serem ativa e frequentemente negociadas e apresentam liquidez diária, sem prejuízo dos rendimentos acumulados até a data do resgate e estão classificadas como Nível 2. Substancialmente, as aplicações financeiras foram realizadas com partes relacionadas, conforme detalhado na nota explicativa n° 18.

5. Contas a receber:

	2017	2016
Contas a receber de clientes (a)	1.679.096	1.633.193
Contas a receber partes relacionadas (b)	355.389	226.807
(-) Provisão para redução do valor recuperável	(22.174)	(21.483)
	2.012.311	**1.838.517**

(a) Referem-se a contas a receber operacional de clientes, relativas aos produtos de alimentação e refeição com vencimento no máximo de 90 dias. (b) Referem-se substancialmente a valores a receber das empresas vinculadas ao Banco do Brasil S.A. e ao Banco Bradesco S.A. referentes ao pedido de recarga de benefícios nos cartões de seus colaboradores, com vencimento máximo de 90 dias, vide nota

continua

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 623 Mov. 57

continuação

explicativa 18. A Companhia dispõe de diversos instrumentos contratuais para mitigação de risco de crédito dos clientes, com o intuito de proteger-se de eventuais riscos de "*default*" dessas instituições.

6. Impostos a recuperar:	**2017**	**2016**
Imposto de renda retido na fonte	7.788	8.562
IR sobre aplicação financeira	7.838	1.786
PIS e COFINS	6.350	2.731
	21.976	**13.079**

7. Despesas antecipadas:	**2017**	**2016**
Contratos manutenção/Assinaturas/Seguros/Custos	19.251	3.963
Descontos concedidos	6.228	5.349
Estoque de vale transporte	3.853	2.278
Incentivos de vendas	2.114	2.960
	31.446	**14.550**

	2017	**2016**
Circulante	30.177	12.436
Não circulante	1.269	2.114

8. Outros créditos:	**2017**	**2016**
Adiantamento a fornecedores (a)	67.282	103.512
Adiantamento a funcionários	4.559	9.779
Outros	2.797	2.871
	74.638	**116.162**
Circulante	72.062	113.324
Não circulante	2.576	2.838

(a) Refere-se substancialmente a adiantamento a fornecedor de seus produtos vale transporte e pré-pago.

9. Investimento: Em 31/12/2017 e 2016 os saldos contábeis das controladas diretas e indiretas apresentavam os seguintes valores.

	2017							2016	
Empresas	**Capital social**	**Patrimônio líquido**	**Resultado do exercício**	**Quantidade de ações/ quotas (mil)**	**Participação no capital social**	**Investimento**	**Resultado de equivalência patrimonial**	**Investimento**	**Resultado de equivalência patrimonial**
Movera Serviços e Promoção do Empreendedorismo	60.000	24.559	(4.122)	20.000	100%	24.559	(4.122)	13.681	(14.385)
Stelo S.A. (a)	109.100	(8.813)	(27.584)	100	70%	-	(27.584)	21.415	(26.767)
Livelo S.A.	139.100	50.930	7.364	100	100%	50.930	7.364	33.542	(70.542)
Ibi Promotora de Vendas Ltda.	30.531	6.062	(46.537)	2.000	100%	6.062	(46.537)	52.599	(5.849)
Kartra Participações Ltda. (b)	717.910	560.578	(80.825)	294.269	100%	560.578	(80.825)	488.333	(69.992)
						642.129	**(151.704)**	**609.570**	**(187.535)**

(a) O valor do investimento na empresa Stelo está registrado na rubrica de contas a pagar investimento, em razão de seu patrimônio líquido constar negativo. (b) O Banco CBSS S.A. é controlada direta da empresa Kartra.

10. Imobilizado:		2017			2016
	Taxa anual de depreciação %	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Líquido**	**Líquido**
Instalações	10	4.581	(1.143)	3.438	3.897
Móveis e utensílios	10	2.081	(479)	1.602	1.601
Equipamentos de informática e telecomunicações	20	4.560	(1.952)	2.608	1.666
Software e aplicativos	20	191	(191)	-	7
Veículos	20	-	-	-	152
Máquinas e equipamentos	10	1.416	(506)	910	1.029
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	2.032	(995)	1.037	1.451
		14.861	**(5.266)**	**9.595**	**9.803**

11. Intangível:		2017			2016
	Taxa anual de amortização %	**Custo**	**Amortização acumulada**	**Líquido**	**Líquido**
Software e licenças	20	46.128	(3.191)	42.937	10.843
Marcas e patentes	-	51	-	51	51
Ágio Smart (a)	-	37.319	(11.343)	25.976	25.976
Ágio IBI (a)	-	103.894	(16.562)	87.332	87.632
Projetos (b)	20	83.885	(33.560)	50.325	32.423
Outros intangíveis		2.722	(1.814)	908	908
		273.999	**(66.470)**	**207.529**	**157.833**

(a) O ágio fundamentado com expectativa de rentabilidade futura foi amortizado no prazo, com extensão e na proporção dos resultados projetados em até cinco anos, até 31/12/2008. A partir de 1º/01/2009, os ágios com expectativa de rentabilidade futura não são amortizados, porém submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável, conforme o CPC 01. Para o exercício findo em 31/12/2017 e 2016 foi realizado teste de *impairment,* com base em estudos técnicos e não foram identificados indícios de perda no valor recuperável. (b) Desenvolvimento de novos produtos, contabilizados de acordo com a Lei 11.638. Para o exercício findo em 31/12/2017 foi realizado teste de *impairment* e não houve perda no valor recuperável do intangível (R$ 17.967 em 31/12/2016).

12. Contas a pagar operacionais: Os valores a serem repassados aos estabelecimentos comerciais estão registrados em conta de passivo. Em 31/12/2017, o saldo corresponde a R$ 2.217.422 (R$ 1.667.507 em 31/12/2016). Após a utilização dos créditos pelos usuários os valores utilizados são repassados aos estabelecimentos comerciais, em média, em até 28 dias.

13. Obrigações com portadores: Em 31/12/2017, o saldo é de R$ 1.591.974 (R$ 1.623.708 em 31/12/2016) e corresponde às obrigações decorrentes dos benefícios creditados aos usuários dos cartões e ainda não utilizados por eles nos estabelecimentos comerciais, bem como às obrigações decorrentes dos benefícios de vale-transporte a serem entregues aos usuários.

14. Programa de incentivo a vendas: Corresponde à união de esforços entre os canais vendedores e a Companhia para o fornecimento de produtos Alelo, os quais incluem a captação, a análise, o acompanhamento da situação de crédito dos clientes e a liquidação financeira dos saldos a receber. Em 31/12/2017, a posição do Programa de incentivo a vendas é como segue:

	2017		
	Contas a pagar	**Despesas operacionais**	**(Despesas)/ Receitas financeiras**
Bancos	15.499	(207.059)	1.211
Outros canais vendedores	8.867	(4.627)	(343)
	24.366	**(211.686)**	**868**

Em 31/12/2016, a posição do Programa de incentivo a vendas é como segue:

	2016		
	Contas a pagar	**Despesas operacionais**	**(Despesas)/ Receitas financeiras**
Bancos	35.637	(139.680)	(10.328)
Outros canais vendedores	8.324	(64.980)	(964)
	43.961	**(204.660)**	**(11.292)**

O valor de despesa operacional está registrado na demonstração do resultado na linha de despesas com vendas.

15. Salários e encargos:	**2017**	**2016**
Participação nos lucros	21.318	33.396
Provisão de férias	7.242	6.831
Encargos - INSS	3.778	3.626
Encargos - FGTS	1.208	1.190
Outros	2.712	66
	36.258	**45.109**
Circulante	35.008	45.109
Não circulante	1.250	-

16. Impostos e contribuições a recolher:	**2017**	**2016**
Provisão de imposto de renda e contribuição social	10.682	14.796
COFINS	12.462	10.486
PIS	2.695	2.277
Imposto de renda retido na fonte	3.876	4.782
Outros tributos a recolher	3.990	3.005
	33.705	**35.346**

17. Outras contas a pagar:	**2017**	**2016**
Créditos a clientes (a)	32.935	49.432
Provisão de custo dos serviços prestados	23.460	15.719
Provisões gerais e administrativas	14.438	5.463
Provisão de comissionamento sobre incentivos	17.793	944
Desenvolvimento, manutenção e suporte	7.125	6.376
Contas a pagar - partes relacionadas (nota 18)	9.922	9.157
Receita diferida	3.169	-
Serviços profissionais	3.984	2.086
Outras contas a pagar	1.233	423
	114.059	**89.600**

(a) Valores recebidos de clientes e que foram estornados dos cartões dos usuários e que deverão ser abatidos em faturas futuras dos respectivos clientes, via desconto.

18. Partes Relacionadas:	2017		2016	
	Ativo (Passivo)	**Receitas (Despesas)**	**Ativo (Passivo)**	**Receitas (Despesas)**
Caixa e bancos				
Banco Bradesco S.A. - controlador indireto	51.594	-	43.978	-
Banco do Brasil S.A. - controlador indireto	10.796	-	1.504	-
Aplicações financeiras (a)				
Banco Bradesco S.A. - controlador indireto	1.929.367	156.456	1.676.946	160.333
Banco do Brasil S.A. - controlador indireto	483.683	24.111	517.347	45.799
Banco CBSS S.A. - controlada	156.985	5.238	4.262	454
Contas a receber (b)				
Banco Bradesco S.A. - controlador indireto	200.113	1.906	135.282	1.494
Banco Bradescard S.A. - controlador indireto	-	-	1.284	-
BB Cartões S.A. - controlador indireto	46.363	2.328	23.491	863
Cielo S.A.	2.491	75.746	7.924	77.816
Elo Participações S.A. - controlador direto	49	84	1.930	34
Elo Serviços S.A. - coligada	62	8.452	251	14.141
Banco CBSS S.A. - controlada	3.764	5.238	3.293	454
IBI Promotora de Vendas Ltda. - controlada	3.098	272	3.752	-
Elo Holding S.A.- coligada	-	-	-	1
Stelo S.A. - controlada	105.078	6.745	47.189	2.954
Alpha S.A. - coligada	-	-	-	7
Movera S.A. - controlada	5	148	1.943	341
Kartra Participações Ltda. - controlada	141	10	101	8
Livelo S.A. - controlada	21	1	367	26
Programa de incentivo a vendas (c)				
Banco Bradesco S.A. - controlador indireto	(2.188)	(72.155)	(4.562)	(66.114)
Banco do Brasil S.A. - controlador indireto	(1.247)	(41.894)	(15.273)	(84.008)
BB Cartões S.A. - controlador indireto	(8.051)	(31.605)	-	-
Dividendos a pagar				
Elo Participações S.A. - controlador direto	(67.003)	-	(89.346)	-
Contas a pagar				
Banco Bradesco S.A. - controlador indireto	(135)	-	(349)	-
BB Cartões S.A. - controlador indireto	(27)	-	-	-
Cielo S.A.	(344)	-	(2.000)	-
Elo Participações S.A. - controlador direto	(3.247)	-	(4.204)	-
Elo Serviços S.A. - coligada	-	-	(325)	-
Banco CBSS S.A. - controlada	-	-	(2.276)	-
Stelo S.A. - controlada	(6.169)	-	(3)	-
Outros Contas a pagar (d)				
Banco CBSS S.A. - controlada	(451.992)	-	-	-

(a) Refere-se a conta de aplicações financeiras com remuneração atreladas a taxa DI. (b) Valores a receber referentes a pedidos de recarga de cartões para os funcionários dos acionistas e valores a receber referentes à remuneração sobre faturamento com cartões da bandeira Elo. (c) Valores referentes a programa de incentivo a vendas - PIV calculado de acordo com contratos firmados entre as partes e outras contas a pagar. (d) Refere-se a contas a pagar operacionais das operações vinculadas a controlada Banco CBSS S.A..

19. Honorários dos administradores, gratificações e previdência privada: Os honorários dos administradores totalizaram R$ 2.158 (R$ 2.067 em 31/12/2016) os quais foram apropriados ao resultado na rubrica "Despesas com pessoal". Aos empregados é concedida gratificação, com base nas metas da Companhia definidas pela Presidência (Comitê de Direção), alinhada com o Conselho de Administração, e conforme regras definidas nas políticas da Companhia. Em 31/12/2017, a provisão para gratificação, não incluindo a Diretoria, é de R$ 8.976 (R$ 26.272 em 31/12/2016), apropriada ao resultado na rubrica "Despesas com pessoal". A Companhia dispõe de plano de benefício previdenciário no modelo PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre Empresarial), que objetiva complementar os benefícios de seus empregados e administradores, de acordo com um benefício-alvo estabelecido. A contribuição líquida da Companhia em 31/12/2017 é de R$ 1.702 (R$ 1.439 em 31/12/2016).

20. Passivos contingentes: A Companhia é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a empresa figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de perda. Anualmente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, 169 processos estão avaliados como de risco perda possível e seis casos como risco remoto, sendo os mesmos não reconhecidos contabilmente. A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos. A Companhia é parte em processos judiciais, perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza cível, tributária, trabalhista e previdenciária. A composição das contingências é como segue:

	2017	**2016**
Trabalhistas e previdenciárias	3.219	687
Fiscais	27.203	7.090
Cíveis	1.118	378
	31.540	**8.155**
Circulante	4.337	1.065
Não circulante	27.203	7.090

A movimentação da provisão para o exercício findo em 31/12/2017 é como segue:

	Saldo inicial	**Adições/ Líquidas das Reversões**	**Baixas/ Reversões**	**Atualizações Monetárias**	**Saldo final**
Trabalhistas e previdenciárias	687	3.496	(1.303)	339	3.219
Fiscais	7.090	18.544	-	1.569	27.203
Cíveis	378	1.075	(1.006)	671	1.118
Total	**8.155**	**23.115**	**(2.309)**	**2.579**	**31.540**

A Companhia está envolvida em outros processos tributários, cíveis, trabalhistas e previdenciários surgidos no curso normal dos seus negócios, envolvendo possível risco de perda e que, de acordo com o CPC 25 - Provisões, Ativos e Passivos Contingentes, não geram necessidade de provisionamento. Em 31/12/2017 esses processos somam R$ 3.913 (R$ 8.215 em 31/12/2016). **a. Processos trabalhistas:** Referem-se substancialmente a ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras" e "indenizações" em razão de interpretação do artigo 224 da Consolidação das leis do Trabalho. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base na média móvel apurada dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses. **b. Processos cíveis:** São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas, ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Companhia. **c. Processos fiscais:** A Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

21. Patrimônio líquido: a. Capital social: O capital social de R$ 735.000 (R$ 511.690 em 2016) é representado por 2.000.000 ações, sendo 1.000.000 de ações ordinárias e 1.000.000 de ações preferenciais. A composição acionária da Companhia em 31/12/2017 e 2016 é a seguinte:

	2017		2016	
Acionista	**Quantidade de ações**	**Participação %**	**Quantidade de ações**	**Participação %**
Elo Participações S.A.	2.000.000	100	2.000.000	100
Total	**2.000.000**	**100**	**2.000.000**	**100**

b. Aumento de capital: Em 29/04/2017, em Assembleia Geral Ordinária, os acionistas deliberaram o aumento de capital via reserva, no montante de R$ 223.310, passando de R$ 511.690 para R$ 735.000. **c. Reserva legal:** Representa os montantes constituídos à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento de cada exercício, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31/12/2017, o saldo dessa reserva é de R$ 110.151 (R$ 96.046 em 2016). **d. Reserva estatutária de expansão:** Em razão da manutenção da expectativa de crescimento da Companhia e das projeções realizadas para os negócios no corrente ano, a Companhia entende necessária a criação da reserva de expansão. A administração acredita que o fortalecimento do capital de giro proporcionado por esta retenção conferirá maior estabilidade financeira nas suas operações. Conforme determinação dos acionistas, os lucros não distribuídos a partir de 2011 são destinados à reserva de expansão, e em 2017 a reserva apresenta um saldo de R$ 836.526 (R$ 948.828 em 2016). Será proposto para a próxima assembleia geral de acionistas a adequação das reservas em vista ao enquadramento ao Art. 199 da Lei 6.404 que determina que o saldo das reservas de lucros, exceto para contingências, não podem ultrapassar o capital social. **e. Dividendos a pagar:** Aos acionistas é garantido o direito a dividendo anual de, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	2017	**2016**
Lucro dos exercícios	282.116	376.193
(-) Reserva legal	(14.106)	(18.810)
Lucro líquido ajustado	268.010	357.383
Percentual mínimo para dividendos	25%	25%
Dividendos mínimos obrigatórios	**67.003**	**89.346**

Em 31/12/2017 a Companhia possui provisão para pagamento de dividendos no montante de R$ 67.003 (R$ 89.346 em 2016), referente à destinação de parte do lucro líquido do exercício de 2017. Em 03/05/2017 a Companhia pagou dividendos no montante de R$ 179.346 (R$ 254.052 em 2016), referente ao exercício de 2016.

22. Imposto de renda e contribuição social: a. Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social.

	2017	**2016**
Lucro antes do IR (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e deduzido das participações no resultado	495.684	661.647
Alíquota vigente	34%	34%
Despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	**168.533**	**224.960**
Efeito no cálculo dos tributos:		
Contingências fiscais, trabalhistas, cíveis	7.951	(2.528)
Provisão para perdas do valor recuperavel	235	(2.269)
Equivalência patrimonial	51.579	63.762
Ativo fiscal diferido	4.774	15.273
Participação nos lucros - funcionários	(4.940)	(4.436)
Provisão para despesas de pessoal e administrativas	14.177	8.254
Incentivos fiscais	(29.508)	(9.200)
Outros valores	767	(8.362)
Imposto de renda e contribuição social	**213.568**	**285.454**
Sendo: Impostos correntes	208.794	270.181
Impostos diferidos	4.774	15.273
Despesa contabilizada	**213.568**	**285.454**

b. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social deferidos:

Descrição dos créditos diferidos	**Saldo em 2016**	**Constituição**	**Realização**	**Saldo em 2017**
Provisão para contingências fiscais	2.411	9.160	(2.322)	9.249
Provisão para contigências trabalhistas	363	1.543	(431)	1.475
Provisão fee - Visa / Elo	617	3.162	(3.409)	370
Provisão nos lucros	11.355	11.444	(16.076)	6.723
Provisão administrativa	10.927	39.636	(39.195)	11.368
Provisão para perdas do valor recuperável	7.304	384	(149)	7.539
Ágio amortização adquirido/cedido por incorporação	34.082	-	(20.448)	13.634
Outros valores	6.697	92.366	(80.618)	18.445
Total dos créditos tributários	**73.756**	**157.695**	**(162.648)**	**68.803**
Prejuízo fiscal / Base negativa	-	-	-	-
Total dos créditos tributários	**73.756**	**157.695**	**(162.648)**	**68.803**
Total dos passivos diferidos	(11.041)	-	-	(11.041)
Total líquido dos impostos diferidos	**62.715**	**157.695**	**(162.648)**	**57.763**

c. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscal:

	Diferença temporárias		Reserva especial de ágio		
	Imposto de renda	**Contribuição social**	**Imposto de renda**	**Contribuição social**	**Total**
Até 1 ano	29.980	10.983	10.024	3.608	54.595
Até 2 anos	1.385	499	-	-	1.884
Até 3 anos	1.166	421	-	-	1.587
Até 4 anos	1.005	361	-	-	1.366
Acima de 5 anos	6.891	2.480	-	-	9.371
Total	**40.427**	**14.744**	**10.024**	**3.608**	**68.803**

A constituição do crédito tributário está suportada por estudo técnico e o valor presente em 31/12/2017, calculado considerando a taxa Selic, líquido dos efeitos tributários, o saldo corresponde a R$ 61.687 (R$ 65.782 em 2016).

23. Receita operacional líquida: As receitas da Companhia são compostas substancialmente pelos seus produtos de vale alimentação, vale refeição e vale transporte.

	2017	**2016**
Receita bruta	1.413.496	1.349.275
Tributos	(152.214)	(142.972)
Receita líquida	**1.261.282**	**1.206.303**

24. Despesas por natureza:	**2017**	**2016**
Custo dos serviços prestados	(207.130)	(240.439)
Despesas com pessoal	(149.356)	(151.456)
Infraestrutura	(78.665)	(49.367)
Despesa de marketing	(28.399)	(19.485)
Honorários profissionais	(12.651)	(6.316)
Serviços de terceiros	(3.786)	(1.814)
Despesas de aluguel e manutenção	(10.853)	(8.089)
Despesas com veículos, transportes e viagens	(10.399)	(8.267)
	2017	**2016**
Depreciações e amortizações	(14.227)	(11.868)
Despesas com telefonia	(805)	(1.484)
Despesa de contribuições e doações	(16)	(14)
Despesas com material de escritório	(349)	(285)
Outras despesas administrativas	(27.998)	(21.314)
Outras receitas/(despesas)	(8.459)	(14.985)
	(553.093)	**(535.183)**

25. Resultado financeiro:	**2017**	**2016**
Antecipação de Recebiveís	164.762	310.249
Fundos de investimento	190.008	164.838
Aplicações financeiras	6.963	59.265
Programa incetivo de vendas (nota 14)	17.434	16.993
Atualizações monetárias	9.295	11.504
Variação cambial positiva	9.523	7.293
Juros e multas recebidos	9.074	13.394
Outras receitas	1.304	744
Total de receitas financeiras	**408.363**	**584.280**
Descontos concedidos	(198.123)	(98.982)
Programa incetivo de vendas (nota 14)	(16.566)	(28.285)
Atualização monetária	(5.221)	(5.024)
Variação cambial negativa	(9.042)	(6.941)
Despesas bancárias	(4.791)	(4.231)
Outras despesas	(23.735)	(58.095)
Total de despesas financeiras	**(257.478)**	**(201.558)**
Resultado financeiro	**150.885**	**382.722**

26. Gestão de Riscos: a) Contexto Operacional: O processo de gestão de riscos e controles está suportado por governança estruturada através dos fóruns e órgãos colegiados subordinados à Diretoria de Governança e à Presidência da instituição. Esse modelo é corroborado por papéis e responsabilidades definidos de maneira a firmar a segregação entre as atividades de gestão de riscos e controles que são executadas na Elopar de forma garantir a devida independência entre as áreas de negócio e de suporte das controladas. Os principais fóruns de acompanhamento e discussão dos riscos do grupo junto a alta direção são os Comitês de Gestão de Riscos de cada uma das controladas. São apresentados mensalmente nos Comitês os acompanhamentos dos resultados, comportamentos e riscos das diversas áreas e produtos da instituição. Este é o grupo que tem como responsabilidade garantir o cumprimento das Políticas de Gestão de Riscos, assegurando a efetividade do processo de seu gerenciamento. A área conta com pessoas qualificadas para mensurar os diferentes tipos de risco, a fim de que sejam devidamente identificados, medidos, avaliados, monitorados, reportados, mitigados e controlados, com o objetivo de mantê-los dentro dos padrões aceitáveis para o grupo e de acordo com as regulamentações vigentes. Em concordância com a Circular 3.681/13 do Banco Central do Brasil e a Resolução CMN nº 4.557/17, que são utilizadas como referência para a Companhia, além das boas práticas de mercado, a instituição dispõe de estrutura para o gerenciamento do risco operacional, risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e gestão de capital, que trabalha de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, a fim de desenvolver e implementar eficientes métodos de mensuração e mitigação, com o uso de sistemas, metodologias e processos. **b) Risco de Crédito:** A atividade de gerenciamento de risco de crédito é executada por uma área específica e está sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna. A missão das Diretorias de Finanças e de Governança é analisar, mensurar, aprovar e controlar os riscos de crédito de contraparte proveniente de suas operações comerciais e garantir que todos os riscos possíveis de serem considerados são conhecidos e foram mitigados da melhor forma, e são aceitáveis para o grupo. Tudo com o objetivo de salvaguardar perdas no futuro, e por consequência seu capital, fazendo com que ele seja utilizado de forma segura e rentável. A Alelo dispõe de metodologias de mensuração e controle para monitorar o risco de crédito com o intuito de proteger-se de um eventual risco de inadimplência das contrapartes. **c) Risco de Mercado e Liquidez:** A atividade de gerenciamento de risco de mercado e liquidez é executada por uma área específica e está sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna. A Companhia está exposta no risco de taxa de juros da carteira de não negociação em decorrência de suas atividades financeiras e comerciais normais. A Companhia dispõe de metodologias de mensuração e controle para monitorar os riscos de mercado e liquidez com o intuito de proteger-se de eventuais perdas que comprometam a saúde financeira da companhia, bem como o cumprimento de suas obrigações. **d) Risco Operacional:** A atividade de gerenciamento de risco operacional é executada por uma área específica e está sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna. A área tem a missão de estabelecer diretrizes, implantar metodologia e ferramentas para: identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos operacionais da instituição. A existência da Área está alinhada as melhores práticas de mercado, políticas internas da Elopar, à Circular 3.681/13 do Banco Central do Brasil e à Resolução CMN nº 4.557/17. **e) Capital de Giro:** Em cumprimento à Circular 3.681/13 do Banco Central do Brasil, a Companhia mantém, permanentemente, patrimônio líquido ajustado pelas contas de resultado correspondente a, no mínimo, o maior valor entre 2% (dois por cento) da média mensal das transações de pagamento executadas pela instituição nos últimos 12 (doze) meses ou do saldo das moedas eletrônicas por elas emitidas. Além disso, mantém recursos líquidos correspondentes aos saldos de moedas eletrônicas mantidas em contas de pagamento, acrescido dos saldos de moedas eletrônicas em trânsito entre contas de pagamento na mesma instituição de pagamento.

27. Obrigações e compromissos: a. Serviço de captura de transações: Prestação de serviços de captura de transações, afiliações a estabelecimento, prevenção à fraude, controle e liquidação financeira. O contrato tem prazo de vigência indeterminado, sendo as condições financeiras restabelecidas anualmente. **b. Serviço de processamento de transações com cartões Companhia:** Prestação de serviços de processamento e autorização das transações dos cartões Alelo. O contrato iniciou-se em 24/03/2006. **c. Serviço de emissão de cartões Companhia:** Processo de emissão e personalização dos cartões. **d. Logística de entrega e transporte de cartões Companhia:** Os serviços de transporte incluem a coleta, a entrega e o manuseio de cartões Alelo e Vale Transporte. O prazo de duração do contrato é de 12 meses contados de sua assinatura, renovado automaticamente por períodos iguais sucessivos, podendo ser rescindido a qualquer tempo, por quaisquer das partes.

28. Cobertura de seguros: A Companhia mantém política de cobertura de seguros com o objetivo de delimitar riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas contratadas pela Administração para cobrir eventuais sinistros, levando em conta a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros, são como segue:

Tipo	**Importância segurada**
Edificações	31.179
Patrimonial	15.690

29. Regulamentações do Banco Central do Brasil (BACEN): Em razão da Lei nº 12.865, publicada em 09/10/2013, as atividades exercidas pela Companhia estão sujeitas à regulação e supervisão do Banco Central do Brasil (BACEN), conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pela regulamentação complementar editada pelo próprio BACEN. Neste sentido, a Companhia deverá atentar-se ao fiel cumprimento de regras que abrangem a gestão de riscos, níveis mínimos de Patrimônio Líquido, dentre outros requisitos semelhantes aos de Instituição Financeira. A Companhia tomou todas as providências necessárias para adequação à legislação do BACEN, visando estar em plena conformidade no momento da concessão da autorização de funcionamento pelo BACEN. Em complemento às demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia estará sujeita à divulgação, a partir da autorização de funcionamento emitida pelo BACEN, das Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com o conjunto de critérios, procedimentos e regras contábeis consubstanciados no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, o qual diverge de algumas práticas adotadas atualmente. A Companhia realizou o protocolo do pedido de autorização e aguarda manifestação do BACEN.

Conselho de Administração

Marcelo de Araújo Noronha	Presidente
Marcelo Augusto Dutra Labuto	Vice-Presidente
Rogério Magno Panca	Conselheiro
Cesário Narihito Nakamura	Conselheiro
Fabiano Macanhan Fontes	Conselheiro
Vinicius Urias Favarão	Conselheiro
Carlos Renato Bonetti	Conselheiro

Diretoria

Raul Francisco Moreira	Diretor-Presidente
Danilo Ricardo Bono Zimmermann	Diretor
Valério Zarro	Diretor
Esther Dalmas	Diretora

Contadora

Diana Siqueira Rangel Gomes
CRC SP - 248851/0-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao Conselho de Administração e aos Administradores da Companhia Brasileira de Soluções e Serviços - CBSS. Barueri - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Brasileira de Soluções e Serviços - CBSS ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Brasileira de Soluções e Serviços - CBSS em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 29 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

João Paulo Dal Poz Alouche
Contador CRC 1SP245785/O-2

EM UM CENÁRIO ECONÔMICO
CADA VEZ MAIS DESAFIADOR, **DECIDA PELO DCI.**
Acesse: **dci.com.br/**publicidade**legal**
Ligue: 11 5095-5300
DCI Diário Comércio Indústria & Serviços
SK&C
DCI. EFICAZ EM PUBLICIDADE LEGAL.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

26. Outros Documentos (Relatorio Administração Sodexo)

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 624
Mov. 57

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 625 Mov. 57

Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio S.A.

CNPJ Nº 69.034.668/0001-56

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas ao período findo de 31/12/2017, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas que julgamos necessárias para melhor entendimento das presentes Demonstrações Financeiras. Permanecemos à disposição de V.Sas., para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários. São Paulo, 13 de abril de 2018. *A Administração*

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016 *(Em milhares de reais)*

Ativos	Nota	2017	2016
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		89.736	11.987
Investimentos financeiros	6	1.624.934	1.744.218
Contas a receber líquido de provisão	7	1.492.253	1.446.493
Estoques	8	2.121	1.951
Ativo fiscal corrente	9.a	39.968	28.400
Outras contas a receber		6.155	5.547
Total do ativo circulante		3.255.167	3.238.596
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Investimentos financeiros	6	649.229	600.000
Empréstimos	10	13.285	5.840
Depósitos Judiciais	17	26.858	21.927
Total do realizável a longo prazo		689.372	627.767
Investimentos		226	226
Imobilizado	12	7.217	8.394
Intangível	13	974.748	963.998
Total do ativo não circulante		1.671.563	1.600.385
Total do ativo		4.926.730	4.838.981

Passivo	Nota	2017	2016
Circulante			
Fornecedores	14	61.261	63.827
Afiliados a pagar	15	1.112.534	1.108.534
Cartões e vouchers em circulação	16	1.237.241	1.219.022
Obrigações trabalhistas		17.168	17.624
Impostos e contribuições a recolher		13.097	13.262
Imposto de renda e contribuição social		49.342	48.720
Adiantamento de clientes		437	13.219
Dividendos a pagar	18.d	-	85.807
Total do passivo circulante		2.491.080	2.570.015
Não circulante			
Provisão para contingências	17	15.092	16.676
Dividendos a pagar	18.d	4.942	-
Passivo fiscal diferido	9.b	301.949	303.235
Total do passivo não circulante		321.983	319.911
Patrimônio líquido			
Capital social	18.a	760.741	760.741
Reservas de capital	18.b	240.275	240.275
Reserva legal	18.c	90.190	90.190
Avaliação de ajuste patrimonial	18.f	17.135	8.511
Reserva de Lucros	18.e	1.005.326	849.338
Total do patrimônio líquido		2.113.667	1.949.055
Total do passivo		2.813.063	2.889.926
Total do passivo e patrimônio líquido		4.926.730	4.838.981

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 *(Em milhares de reais)*

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros a destinar	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015		**759.707**	**171.309**	**90.190**	**31.687**	**658.042**	**-**	**1.710.935**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	476.417	476.417
Outros resultados abrangentes:								
Transações com pagamentos baseados em ações	18.f	-	-	-	140	-	-	140
Variação líquida no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda, líquidos de impostos	18.f	-	-	-	(23.316)	-	-	(23.316)
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos		-	-	-	(23.176)	-	476.417	453.241
Contribuições								
Aumento de capital e reserva		1.034	68.966	-	-	-	-	70.000
Destinações								
Dividendos distribuídos e pagos (R$ 0,37 por ação)		-	-	-	-	(280.357)	-	(280.357)
Dividendos mínimos a pagar		-	-	-	-	-	(4.764)	(4.764)
Constituição de reserva de lucros a destinar		-	-	-	-	471.653	(471.653)	-
Total destinações do resultado		-	-	-	-	191.296	(476.417)	(285.121)
Saldo em 31 de dezembro de 2016		**760.741**	**240.275**	**90.190**	**8.511**	**849.338**	**-**	**1.949.055**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	472.031	472.031
Outros resultados abrangentes:								
Transações com pagamentos baseados em ações	18.f	-	-	-	3.427	-	-	3.427
Variação líquida no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda, líquidos de impostos	18.f	-	-	-	5.197	-	-	5.197
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos		-	-	-	8.624	-	472.031	480.655
Contribuições								
Aumento de capital e reserva		-	-	-	-	-	-	-
Destinações								
Dividendos distribuídos e pagos (R$ 0,37 por ação)		-	-	-	-	(311.101)	-	(311.101)
Dividendos mínimos a pagar		-	-	-	-	-	(4.942)	(4.942)
Constituição de reserva de lucros a destinar		-	-	-	-	467.089	(467.089)	-
Total destinações do resultado		-	-	-	-	155.988	(472.031)	(316.043)
Saldo em 31 de dezembro de 2017		**760.741**	**240.275**	**90.190**	**17.135**	**1.005.326**	**-**	**2.113.667**

Demonstrações de resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 *(Em milhares de reais)*

	Nota	2017	2016
Receita líquida	19	1.223.783	1.234.948
Custo das vendas	20	(170.363)	(172.357)
Lucro bruto		1.053.420	1.062.591
Despesas de vendas	21	(191.779)	(147.703)
Despesas administrativas	22	(155.583)	(191.360)
Outras despesas operacionais	23	(38.315)	(39.629)
Lucro antes das receitas financeiras líquidas e impostos		667.743	683.899
Despesas financeiras	24	(8.960)	(11.182)
Receitas financeiras	24	33.984	27.202
Receitas e despesas financeiras líquidas		25.024	16.020
Lucro antes dos impostos		692.767	699.919
Imposto corrente		(222.023)	(219.927)
Imposto diferido		1.287	(3.575)
Imposto de renda e contribuição social		(220.736)	(223.502)
Lucro líquido do exercício		472.031	476.417
Resultado por ação - básico (em R$)		0,6171	0,6233
Número médio de ações durante o ano (por lote de mil ações)		764.880	764.377

Demonstrações de resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 *(Em milhares de reais)*

	2017	2016
Lucro do exercício	472.031	476.417
Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda e contribuição social		
Transações com pagamentos baseados em ações	3.427	140
Variação líquida no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda, líquidos de impostos	5.197	(23.316)
Resultado abrangente total	480.655	453.241

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 *(Em milhares de reais)*

	Nota	2017	2016
Fluxo de caixa nas atividades operacionais			
Resultado do exercício antes dos impostos		692.767	699.919
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	12/13	11.203	11.788
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	25	18.725	19.078
Provisão para contigências	17	(746)	4.285
Baixa de imobilizado e intangível	12/13	571	2.451
Transações com base em ações		3.427	140
		725.947	**737.661**
Variações em			
Contas a receber		(64.485)	(239.449)
Estoques		(170)	(245)
Ativo fiscal corrente		(11.568)	253
Outras contas a receber		(608)	(1.169)
Depósitos judiciais		(4.931)	(5.356)
Fornecedores		(2.566)	(3.195)
Créditos e vouchers em circulação		18.219	147.386
Afiliados a pagar		4.000	(90.524)
Obrigações trabalhistas		(456)	348
Impostos e contribuições a recolher		(165)	(3.883)
Adiantamento de clientes		(12.782)	(1.058)
Pagamentos de contigências		(838)	(3.442)
Outros fluxos de caixa operacionais			
Impostos de renda e contribuição social sobre o lucro pago		(221.400)	(234.303)
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais		**428.197**	**303.024**
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Empréstimos para partes relacionadas		(7.445)	(5.840)
Resgate de investimentos financeiros	6	567.000	600.000
Aquisição/Resgate de outros investimentos financeiros		(491.748)	(439.139)
Aquisição de imobilizado	12	(1.388)	(788)
Aquisição de intangíveis	13	(19.959)	(16.933)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		**46.460**	**137.300**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Empréstimos pagos		-	(162.857)
Dividendos pagos	18.d	(396.908)	(350.000)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financimento		**(396.908)**	**(512.857)**
Redução/Aumento de caixa e equivalente de caixa		77.749	(72.533)
Caixa e quivalentes de caixa em 1° de janeiro		11.987	84.520
Caixa e quivalentes de caixa em 31 de dezembro		**89.736**	**11.987**

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio S.A ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil. A sede social da Companhia está localizada na Alameda Araguaia, 1.142 - Bloco 3, Barueri no Estado de São Paulo. A Companhia tem como principal objeto social a prestação de serviços na implantação, intermediação, administração e fiscalização de sistemas e/ou contratos de convênio de qualquer natureza, por meio de intermediação e fornecimento, às empresas clientes de cheques, cartões, vales e cupons, impressos em papel ou plástico, oriundos de tecnologia adequada, destinados à aquisição de refeições prontas ou gêneros alimentícios "in natura", combustível, vestuário e acessórios em estabelecimentos fornecedores de bens e serviços, como restaurantes, bares, hotéis, supermercados, livrarias, postos de gasolina entre outros, por seus funcionários. **Lei nº 12.865 - Regulamentação BACEN:** A Administração lançou internamente programa para implantar as adequações necessárias decorrentes da regulamentação das normas do Banco Central do Brasil - BACEN, nos termos da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, que inclui os arranjos e as instituições de pagamento no Sistema de Pagamentos Brasileiros - SPB. Em 25 de novembro de 2014, a Companhia protocolou o pedido de autorização junto ao BACEN para manter atuação como Instituição de Pagamento e Instituidora de Arranjo de Pagamento. A Administração está tomando as providências necessárias e realizando adequações visando estar em plena conformidade com a recente regulamentação a partir da concessão da autorização pelo BACEN. Até a emissão destas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017, a Companhia é considerada empresa em funcionamento e não depende de autorização prévia do BACEN. **2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 13 de abril de 2018. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo, e das transações baseadas em ações. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, expectativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **e. Julgamentos:** As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela Companhia que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritos nas seguintes notas explicativas: • **Nota 3.j.ii**: Apresentação da receita financeira decorrente de outros investimentos financeiros como receita operacional da Companhia. • **Nota 3.d. e 13**: Determinação dos projetos desenvolvidos internamente. • **Nota 5.ii e 6.c**: Determinação do valor justo dos instrumentos patrimoniais em parte relacionadas **f. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota 7:** Provisão para crédito de liquidação duvidosa. • **Nota 5.ii e 6.c**: Determinação do valor justo dos instrumentos patrimoniais em parte relacionadas. • **Nota 13:** Amortização do ativo intangível. • **Nota 17:** Provisão para contingências. **3. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **a. Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. **b. Instrumentos financeiros:** ***(i) Ativos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento:*** A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual. ***(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração:*** *Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:* Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seu valor justo. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado financeiro quando incorridos, assim como as flutuações do valor justo. Outros investimentos financeiros incluem aplicações financeiras que são classificadas como ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. *Empréstimos e recebíveis:* Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis não cotados em um mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. *Caixa e equivalentes de caixa:* Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos conta movimento e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. *Ativos financeiros disponíveis para venda:* Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados como ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, nem como ativos financeiros mantidos até o vencimento e nem como empréstimos e recebíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável (veja nota explicativa 6), são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. Outros investimentos financeiros incluem os investimentos da Companhia em títulos patrimoniais emitidos por partes relacionadas e determinados títulos da dívida pública (Letras do Tesouro Nacional), os quais são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda. ***(iii) Passivos financeiros não derivativos - reconhecimento, baixa e mensuração:*** A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia torna-se parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, créditos e vouchers em circulação, afiliados a pagar, contas a pagar a partes relacionadas, e empréstimos. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos (taxa de juros efetiva). ***(iv) Capital social:*** As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em Estatuto Social são reconhecidos como passivo. **c. Imobilizado:** ***(i) Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment)* acumuladas, quando houver. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. ***(ii) Custos subsequentes:*** Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. ***(iii) Depreciação:*** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Móveis, utensílios e instalações	5 anos
Benfeitorias	5 anos
Instalações	10 anos
Máquinas e equipamentos	5 anos
Veículos e computadores	4 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **d. Intangível:** Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, e os gerados internamente pela Companhia. Os seguintes critérios são aplicados: Adquiridos de terceiros por meio de combinação de negócios: Ágio apurado nas aquisições envolvendo combinações de negócios. Ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos perdas por redução do valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente: são reconhecidos como ativos apenas na fase de desenvolvimento desde que sejam demonstrados os seguintes aspectos: • Viabilidade técnica para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponível para uso ou venda; • Intenção de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo; • Capacidade para usar ou vender o ativo intangível; • Demonstrar a existência de mercado ou outras formas de auferir benefícios econômicos; • Disponibilidade de recursos técnicos financeiros; • Capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante o seu desenvolvimento. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida e o ágio por expectativa de rentabilidade futura não são amortizados e tem o seu valor recuperável testado, anualmente. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação as vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e os períodos comparativos são as seguintes: • Custo de desenvolvimento capitalizados 5 anos. **e. Arrendamento mercantil operacional:** Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos como despesas no demonstrativo de resultados em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento. **f. Estoques:** Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. **g. Redução ao valor recuperável (impairment):** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

27. Outros Documentos (Relatorio Administração VR)

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 626
Mov. 57

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO
Fls. 627
Mov. 57
INTEGRADO DO ESTADO

VR Benefícios e Serviços de Processamento Ltda.

CNPJ/MF nº 02.535.864/0001-33

Relatório da Administração

Srs. Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016. *A Administração*

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2017	2016
Circulante		**406.653**	**282.857**
Caixa e equivalentes de caixa	4	155.641	106.490
Contas a receber de clientes	5	238.306	167.926
Impostos a recuperar	6	11.408	7.461
Despesas antecipadas		496	273
Outras contas a receber		802	707
Não circulante		**121.941**	**107.618**
Imposto diferido	10	103.064	88.158
Depósitos judiciais	9	730	878
Investimentos		71	71
Imobilizado	7	7.788	5.381
Intangível	8	10.288	13.130
Total do ativo		**528.594**	**390.475**

Passivo	Nota	2017	2016
Circulante		**395.653**	**276.892**
Créditos em circulação	11	373.759	262.648
Fornecedores	12	5.312	3.710
Obrigações fiscais		2.010	1.049
Obrigações trabalhistas	13	12.579	8.937
Outras obrigações		1.993	548
Não circulante		**1.383**	**1.457**
Obrigações fiscais		3	18
Provisão para contingências	9	1.380	1.439
Patrimônio líquido		**131.558**	**112.126**
Capital social	14	161.112	273.953
Reservas de lucros		1.014	1.014
Prejuízos acumulados		(30.568)	(162.841)
Total do passivo e patrimônio líquido		**528.594**	**390.475**

Demonstrações dos Resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

	Nota	2017	2016
Receita operacional líquida	15	166.222	79.790
Custo dos serviços vendidos	16	(133.818)	(81.455)
Lucro (Prejuízo) operacional bruto		**32.404**	**(1.665)**
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	17	(19.551)	(17.603)
Despesas com pessoal	18	(61.301)	(43.834)
Despesas tributárias	19	(3.243)	(278)
Reversões (provisões) diversas	21	(5.966)	(548)
Outras receitas (despesas) operacionais	22	6.143	(48)
Prejuízo antes do resultado financeiro e impostos		**(51.514)**	**(63.976)**
Resultado financeiro	20	7.049	3.362
Resultado operacional		**(44.465)**	**(60.614)**
Resultado não operacional		(1.009)	(156)
Resultado antes da tributação		**(45.474)**	**(60.770)**
Imposto diferido	10	14.906	88.158
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		**(30.568)**	**27.388**
Lucro (Prejuízo) líquido por cotas		**(0,19)**	**0,10**

Demonstrações dos Resultados Abrangentes
Exercicios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(30.568)	27.388
Resultados abrangentes do exercício	**(30.568)**	**27.388**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31/12/2015	**218.953**	**1.014**	**(190.229)**	**29.738**
Aumento de capital	55.000	–	–	55.000
Lucro líquido do exercício	–	–	27.388	27.388
Saldos em 31/12/2016	**273.953**	**1.014**	**(162.841)**	**112.126**
Aumento de capital	50.000	–	–	50.000
Redução de capital	(162.841)	–	162.841	–
Prejuízo líquido do exercício	–	–	(30.568)	(30.568)
Saldos em 31/12/2017	**161.112**	**1.014**	**(30.568)**	**131.558**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2017	2016
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(30.568)	27.388
Despesas (receitas) que não afetam o fluxo de caixa:		
Depreciações e amortizações	6.016	8.119
Provisão para perda ao valor recuperável	8.136	1.840
Provisões para riscos fiscais	(59)	199
Imposto de renda diferido	(14.906)	(88.158)
Variações nos ativos e passivos operacionais:		
Aumento em contas a receber de clientes	(78.516)	(104.788)
Aumento em impostos a recuperar	(3.948)	(2.278)
Aumento em despesas antecipadas	(223)	(259)
Aumento em outras contas a receber	(95)	(157)
Redução em depósitos judiciais	148	133
Aumento em créditos em circulação	111.111	158.979
Aumento em fornecedores	1.602	795
Aumento em obrigações fiscais	947	348
Aumento em obrigações trabalhistas	3.642	1.967
Aumento em outras obrigações	1.445	465
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**4.732**	**4.593**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado de uso	(5.586)	(3.503)
Alienação de imobilizado de uso	2.257	1
Aquisição de intangível	(2.252)	–
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**(5.581)**	**(3.502)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	50.000	55.000
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	**50.000**	**55.000**
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**49.151**	**56.091**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	106.490	50.399
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	155.641	106.490

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional – Objeto social: A VR Benefícios Serviços de Processamento Ltda. ("Companhia") tem como atividade preponderante a prestação de serviços relativos à atividade de implantação e administração por conta própria ou de terceiros de sistema e/ou convênios relativos a vales-refeição, alimentação, transporte, combustível, entre outros, inclusive por meio de emissão e fornecimento de vales, cartões, cupons, ou qualquer outro meio de pagamento eletrônico, e administração dos pagamentos e recebimentos à rede de estabelecimentos credenciados, mediante captura, transmissão e processamento de dados, bem como, manutenção de agendamentos e liquidação destes reembolsos. A sede da Companhia está localizada na Alameda Rio Negro, nº 585, Bloco C – 13º andar, Alphaville – Barueri-SP. O Programa de Alimentação do Trabalhador, desenvolvido pelo Governo Federal em 1976 (Lei nº 6.321), tem como objetivo proporcionar melhores condições nutricionais aos trabalhadores, para motivar a participação das empresas, o programa concede isenção de encargos sociais sobre o valor do benefício e dedução de até 4% do Imposto de Renda devido. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, que está suportado por um plano de negócios formalizado que considera o crescimento das operações no mercado de cartões de benefícios. Com expectativa de crescimento das operações no mercado de cartões de benefícios, há expectativa de retomar em três anos parcela significativa de mercado (market-share).

2. Apresentação das demonstrações financeiras – a. Base de apresentação: As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emanadas da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 alteradas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, nos pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 27 de março de 2018. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado de outra forma nas práticas contábeis descritas a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor nominal das contraprestações pagas em troca de ativos. **c. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondas para o valor máximo mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamento:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), devidamente aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

3. Principais políticas e práticas contábeis – As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nas demonstrações financeiras. IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros – Introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018). A Companhia não tem efeitos na adoção desta norma nas Demonstrações Financeiras. IFRS 15/CPC47 – Receita de Contratos com Clientes – Introduz novas exigências para o reconhecimento da receita de bens e serviços (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018). Após as análises realizadas, a Companhia não tem efeitos na adoção desta norma nas Demonstrações Financeiras, uma vez que reconhecemos a receita na prestação de serviço. **a. Instrumentos financeiros – Não derivativos:** Os instrumentos financeiros incluem depósitos bancários, aplicações financeiras e outros recebíveis, assim como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuídos à sua aquisição ou emissão, quando aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas e características de cada tipo de ativo e passivo financeiro. ***(i) Caixa e equivalentes de caixa:*** Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa são representados por banco conta movimento e aplicações financeiras, em moeda nacional, incluídos na rubrica de disponibilidades com prazo de aplicação inferior a 90 dias quando da sua aplicação, resgatáveis a qualquer momento sem efeito de penalidades e risco insignificante de mudança de valor justo, tendo como única finalidade o gerenciamento dos compromissos de curto prazo. ***(ii) Recebíveis:*** São representados por contas a receber de empresas conveniadas por aquisição de produtos de benefícios, sem características de crédito, e registrados ao valor de face em contrapartida à rubrica de "Créditos em Circulação". A Administração adota como critério de provisão para devedores duvidosos o percentual de 50% para créditos vencidos acima de 91 dias de atraso e 100% acima de 181 dias de atraso. **b. Outros ativos e passivos:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias até a data do balanço patrimonial, cuja contrapartida é lançada ao resultado do exercício. **c. Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **d. Investimentos:** Os investimentos da Companhia são registrados pelo valor de custo, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. **e. Imobilizado de uso:** É registrado pelo valor de custo, deduzido de depreciação acumulada e da provisão para perda no valor recuperável dos bens (*impairment*), quando aplicável, conforme CPC 27, e inclui direitos que tem por objeto bens corpóreos destinados à manutenção da atividade da Companhia, decorrentes de operações que transferem à Companhia os benefícios, riscos e controle desses bens. A depreciação é calculada pelo método linear e as principais taxas anuais são: 20% para equipamentos de processamento de dados e 10% para outros bens. **f. Intangível:** Representado, principalmente por gastos com implantação e aquisição de software, os valores estão demonstrados pelo custo de aquisição, menos amortização acumulada, e provisão para perda no valor recuperável dos bens quando aplicável. A amortização é reconhecida pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada de cada ativo, os que possuem vida útil definida são amortizados em cinco anos. **g. Valor recuperável de ativos:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para redução ao valor recuperável, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas, se houver, são classificadas como outras despesas operacionais. Não houve a necessidade de constituição de provisão nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016. **h. Créditos em circulação:** Representam as obrigações decorrentes dos créditos em circulação, que se encontram em poder dos usuários e estabelecimentos credenciados, avaliados pelo valor de face dos créditos. **i. Ativos e passivos contingentes, provisão e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuadas de acordo com as determinações estabelecidas no CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **• Ativos contingentes** – não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. **• Passivos contingentes** – são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota para os processos cíveis e fiscais. Para os processos trabalhistas, é efetuada perda média histórica e aplicada para todas as causas. **• Provisões** – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseadas na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas fiscais, trabalhistas e cíveis classificadas como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da Administração, e divulgados em notas explicativas. **j. Capital social:** Representado exclusivamente por quotas. Os aumentos ou redução de capital social são definidos em assembleia e formalizados através da alteração do Contrato Social da Companhia. **k. Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda foi constituída à razão de 15% sobre o lucro real, acrescido de adicional de 10% sobre a parte desse lucro que excedeu a R$ 240 no exercício e a contribuição social calculada sobre o lucro líquido antes do imposto de renda, à alíquota de 9%. Os créditos tributários foram reconhecidos sobre os prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, com base nas alíquotas vigentes.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Bancos conta movimento	24.331	3.821
Aplicações financeiras (*)	131.310	102.669
	155.641	**106.490**

(*) Referem-se a aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários – CDBs, remunerados à taxa média de 97% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, com vencimentos entre 13 de novembro de 2020 a 28 de dezembro de 2020 (2016 – 97% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, com vencimentos entre 18 de novembro de 2019 a 16 de dezembro de 2019), sem o risco de mudança significativa do valor. Os CDBs possuem liquidez imediata podendo ser resgatados a qualquer momento sem qualquer penalidade.

5. Contas a receber de clientes

	2017	2016
Contas a receber de clientes	250.162	172.146
Contas a receber partes relacionadas	645	145
Provisão para perda ao valor recuperável	(12.501)	(4.365)
	238.306	**167.926**

Contas a receber de clientes são relativos aos produtos de alimentação e refeição com vencimento no máximo de 90 dias. A Companhia dispõe de diversos instrumentos contratuais para mitigação de risco de crédito dos clientes, com o intuito de proteger-se de eventuais riscos, conforme nota 23. O vencimento dos a receber de clientes na data das demonstrações financeiras era:

	2017	2016
A vencer		
Até 90 dias	182.931	138.512
Vencidas		
De 30 a 90 dias	48.819	29.139
De 91 a 180 dias	13.113	551
De 181 a 360 dias	5.944	4.089
Saldo no fim do exercício	**250.807**	**172.291**

A provisão para perda ao valor recuperável apresentou a seguinte movimentação:

	2017	2016
Saldo no início do exercício	4.365	2.525
(+) Adições (líquidas de reversões)	8.136	1.840
Saldo no fim do exercício	**12.501**	**4.365**

6. Impostos a recuperar

	2017	2016
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	3.966	1.848
Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ	6.878	4.483
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	563	927
PIS E COFINS	–	180
Outros	1	23
	11.408	**7.461**

7. Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	2017 Custo corrigido	2017 Depreciação acumulada	2017 Líquido	2016 Custo corrigido	2016 Depreciação acumulada	2016 Líquido
Equipamentos de informática	20%	36.349	(35.505)	844	35.940	(34.997)	943
Máquinas e aparelhos	10%	357	(335)	22	357	(326)	31
Instalações e benfeitorias	20%	1.545	(644)	901	1.545	(335)	1.210
Móveis e utensílios	10%	282	(215)	67	223	(210)	13
Obras em andamento	–	5.891	–	5.891	3.098	–	3.098
Outros	10%	258	(195)	63	257	(171)	86
		44.682	**(36.894)**	**7.788**	**41.420**	**(36.039)**	**5.381**

Movimentação do imobilizado	2017	2016
Saldo no início do exercício	5.381	3.076
(+) Adições	5.586	3.503
(-) Baixas	(2.257)	(1)
(-) Depreciação	(922)	(1.197)
Saldo no fim do exercício	**7.788**	**5.381**

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possuía um seguro patrimonial corporativo com a Chubb Seguros Brasil S.A. no valor de R$ 8.000 (R$ 8.000 em 2016).

8. Intangível

	2017	2016
Gastos de implantação de sistemas	61.811	59.560
Amortização acumulada	(51.523)	(46.430)
	10.288	**13.130**

Movimentação do intangível	2017	2016
Saldo no início do exercício	13.130	20.052
(+) Adições	2.252	–
(-) Amortização	(5.094)	(6.922)
Saldo no fim do exercício	**10.288**	**13.130**

Em 31 de dezembro de 2016 foi realizado baixas no valor de R$ 42.564 de projetos totalmente amortizados, sem efeito no resultado.

9. Ativos e passivos contingentes – A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, civil e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais. **a. Devedores por depósitos em garantia**

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2017	730	148	–	878
Baixas por pagamento	–	(148)	–	(148)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**730**	**–**	**–**	**730**

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2016	730	265	16	1.011
Baixas por pagamento	–	(117)	(16)	(133)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**730**	**148**	**–**	**878**

b. Provisão para riscos e obrigações legais por natureza: Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os processos existentes e os respectivos depósitos judiciais e provisões constituídas são resumidos a seguir:

	2017 Quantidade de Ações	2017 Provisão contábil	2017 Depósito judicial	2016 Quantidade de Ações	2016 Provisão contábil	2016 Depósito judicial
Fiscais-Remota	1	730	730	1	730	730
Trabalhistas-Provável	2	636	–	7	695	148
Cíveis-Remota	1	14	–	1	14	–
Ativo não Circulante	–	–	**730**	–	–	**878**
Passivo não Circulante	–	**1.380**	–	–	**1.439**	–

	2017	2016
Provisão para riscos fiscais	730	730
Provisão para riscos trabalhistas	636	695
Provisão para outros riscos – cíveis	14	14
Total	**1.380**	**1.439**

c. Movimentação das provisões para riscos e obrigações legais

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2016	**730**	**496**	**14**	**1.240**
Constituição	–	463	–	463
Baixas	–	(264)	–	(264)
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	**730**	**695**	**14**	**1.439**
Constituição	–	10	–	10
Baixas	–	(69)	–	(69)
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	**730**	**636**	**14**	**1.380**

No risco das reclamações trabalhistas, as ações são controladas individualmente e as provisões são constituídas com base na jurisprudência, no histórico de pagamentos realizados, inclusive nos acordos celebrados em ações trabalhistas e na fase processual de cada ação, a Companhia utiliza 25% como fator de risco para todas as ações judiciais. Nos riscos fiscais e cíveis, as ações são controladas individualmente e provisionadas de acordo com a avaliação de êxito e classificação de acordo com os assessores jurídicos e levando em consideração a situação de cada processo.

10. Imposto de renda e contribuição social – (a) Segue a demonstração do imposto de renda e da contribuição social incidente sobre as operações do exercício:

	2017	2016
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social e após as participações	(45.474)	(60.770)
Exclusões (adições):	**9.729**	**1.813**
Despesas indedutíveis	1.179	274
Provisões diversas	8.550	1.539
Prejuízo ajustado	**(35.745)**	**(58.957)**
Imposto de renda e contribuição social diferidos (b)	14.906	88.158

(b) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

Descrição	Saldos em 31/12/2016	Constituição (realização) líquidas	Saldos em 31/12/2017
Provisão para contingências	489	(20)	469
Provisão para perda ao valor recuperável	1.484	2.766	4.250
Prejuízo fiscal e base negativa	86.185	12.160	98.345
Total	**88.158**	**14.906**	**103.064**

De acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 32 foi efetuado registro contábil de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social das diferenças temporárias representadas pelas despesas apropriadas e ainda não dedutíveis para fins de imposto de renda e contribuição social oriundos de prejuízo fiscal e base negativa, considerando a expectativa de geração futura de resultados tributáveis e a consequente utilização desses créditos tributários baseado em estudo de realização preparado pela Administração. (c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias do imposto de renda e contribuição social:

Ano	2017	2016
2018	472	880
2019	3.346	3.119
2020	5.775	5.811
2021	7.666	7.440
2022	9.764	9.472
2023 a 2027	76.041	61.436
Total	**103.064**	**88.158**

A Companhia possui um estoque de credito tributário no valor de R$ 135.445, estudo realizado prevê que realizará R$ 103.064 em um prazo máximo de dez anos, ficando R$ 32.381 para os exercícios seguintes. A Administração optou por registrar apenas os créditos tributários cuja expectativa de realização seja em até 10 anos.

11. Créditos em circulação – Nessa rubrica estão registrados os valores devidos à rede credenciada de estabelecimentos comerciais, relativos aos cartões e "vouchers" apresentados para reembolso, cujo pagamento será realizado conforme prazo contratual, com prazo máximo de 28 dias. O saldo em 31 de dezembro de 2017 é no montante de R$ 373.759 (R$ 262.648 em 2016).

12. Fornecedores

	2017	2016
Fornecedores	5.127	3.431
Fornecedores VT	185	279
Total	**5.312**	**3.710**

13. Obrigações trabalhistas

	2017	2016
Participações nos lucros	7.536	4.952
Provisão de férias	3.872	3.137
Encargos sociais e outras	1.171	848
Total	**12.579**	**8.937**

A Companhia concede participação nos lucros a seus funcionários, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início do exercício, e avaliados no fim do exercício.

14. Patrimônio Líquido – Capital social: Em 31 de dezembro de 2017, o capital social subscrito e totalmente integralizado, é de R$ 161.112 (R$ 273.953 em 2016), dividido em 161.111.595 quotas (259.657.227 em 2016), de valor nominal unitário de R$ 1,00 (um real). **Movimentações ocorridas nos exercícios:** • Em 23 de novembro de 2017, os sócios aprovaram redução de capital social em R$ 162.842 com base nos prejuízos acumulados apurados pela Companhia em 31 de dezembro de 2016. • Em 14 de dezembro de 2017, com consentimento dos sócios houve aumento de capital social em R$ 50.000 totalmente integralizado, pelo Banco VR S.A., mediante a transferência de recursos à Companhia, que ora passa a integrar a Companhia na qualidade de sócio. • Em 22 de dezembro de 2016, os sócios aumentaram o capital social em R$ 55.000 totalmente integralizado. • Em 2017, não foram deliberados pagamento de dividendos com base na proposta da administração.

15. Receita operacional líquida

	2017	2016
Receita de prestação de serviço a clientes	13.802	11.223
Receita de prestação de serviço a estabelecimentos	155.828	70.202
Impostos incidentes sobre os serviços prestados	(3.408)	(1.635)
	166.222	**79.790**

16. Custo dos serviços vendidos

	2017	2016
Custo com aluguéis	(1.036)	(1.186)
Custo de amortização e depreciação	(6.180)	(6.469)
Custo de confecção de cartões	(4.395)	(4.261)
Custo de serviços de terceiros (1)	(29.388)	(20.323)
Custo de manutenção de software e máquinas e equipamentos	(8.629)	(6.926)
Custo de comunicações	(1.279)	(1.818)
Custo de serviços de processamento de dados	(11.257)	(6.326)
Custo de bonificação (2)	(71.488)	(33.924)
Outros	(166)	(222)
	(133.818)	**(81.455)**

(1) Custo de contratos firmados com prestadores de serviços tecnológicos inerentes à manutenção do negócio. (2) Bonificações concedidas a clientes, conforme contrato firmado.

17. Despesas gerais e administrativas

	2017	2016
Despesas de amortização e depreciação	(1.946)	(3.141)
Despesas de serviços de terceiros	(8.087)	(9.707)
Despesas de propaganda e publicidade	(5.347)	(1.863)
Despesas com viagens/estadias e locomoções	(2.215)	(1.844)
Outras	(1.956)	(1.048)
	(19.551)	**(17.603)**

18. Despesas com pessoal

	2017	2016
Salários	(29.980)	(23.208)
Gratificação	(434)	(68)
Encargos	(10.872)	(8.399)
Benefícios (1)	(8.753)	(6.093)
Participação nos resultados (2)	(8.432)	(4.259)
Despesas diversas de pessoal	(2.830)	(1.807)
	(61.301)	**(43.834)**

(1) A Companhia possui plano de assistência médica, seguro de vida e benefícios PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador para todos os funcionários. (2) A Companhia concede participação nos lucros a seus funcionários, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início do exercício e avaliados ao fim de cada exercício.

19. Despesas tributárias

	2017	2016
INSS sobre autônomos	(29)	(19)
PIS	(483)	–
COFINS	(2.387)	–
IOF	(32)	(13)
Contribuição sindical	(131)	(122)
Outros impostos	(181)	(124)
	(3.243)	**(278)**

20. Resultado financeiro

	2017	2016
Juros pagos ou incorridos	(35)	(18)
Juros recebidos ou incorridos	2.788	1.163
Aplicações financeiras	6.936	3.768
Remuneração de impostos a compensar	598	509
Despesas bancárias	(3.256)	(2.062)
Outras	18	2
	7.049	**3.362**

21. Reversões (provisões) diversas

	2017	2016
Reversão de provisão para perda desvalorização	2.111	1.491
Provisão para devedores duvidosos	(8.136)	(1.840)
Reversão provisões de riscos fiscais	59	(199)
	(5.966)	**(548)**

22. Outras receitas (despesas) operacionais

	2017	2016
Ressarcimento de despesas	1	15
Ganhos com créditos em circulação (1)	8.795	–
Outras receitas	–	5
Perdas em recebimento de créditos	(2.439)	–
Outras despesas	(214)	(68)
	6.143	**(48)**

(1) Receita relativa ao cancelamento de créditos em circulação pendentes de pagamento, sem utilização a mais de 180 dias e reversão de saldos a pagar aos estabelecimentos sem domicílio bancário registrados a mais de 180 dias.

23. Gerenciamento de riscos – O Comitê Financeiro tem a responsabilidade sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. O Comitê regularmente reporta à Administração sobre suas atividades. **(i) Risco de crédito e aplicação dos recursos:** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pela análise das características individuais de cada cliente, quanto à sua condição financeira, a proposta de limite de crédito e termos de pagamento. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o valor máximo exposto pela Companhia ao risco de crédito corresponde ao valor contábil das contas a receber de clientes, demonstrado na nota explicativa nº 5. **(ii) Risco de mercado e liquidez:** A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de mercado e liquidez é da Administração, que elaborou um modelo para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longos prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas e linhas de crédito bancárias por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. Para a Companhia participar de concorrência pública é necessário o cumprimento de índices financeiros iguais ou superiores a 1.0 de capital circulante liquido. O risco de mercado é gerenciado através de aplicações em papéis pós-fixados de instituições financeiras de baixo risco de crédito.

24. Transações entre partes relacionadas – Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as operações realizadas com partes relacionadas podem ser resumidas como segue:

	2017 Ativo (passivo)	2017 Receitas (despesas)	2016 Ativo (passivo)	2016 Receitas (despesas)
Banco VR S.A. (Controlador)				
Disponibilidades em conta corrente	3.260	–	42	–
Aplicações financeiras	131.310	6.936	102.669	3.768
Clientes	135	468	56	468
VR Assessoria de Investimentos Ltda. (Parte Relacionada)				
Clientes	13	–	15	–
Fornecedores	(99)	(1.200)	(99)	(1.289)
VR Prestação de Serviços Administrativos Ltda. (Parte Relacionada)				
Clientes	23	–	21	–
Fornecedores	(305)	(3.720)	(305)	(3.720)
VR Empreendimentos e Participações e Serviços Ltda. (Parte Relacionada)				
Clientes	–	–	4	–
VR Holdings S.A. (Parte Relacionada)				
Clientes	104	318	47	318
VR Aluguéis e Serviços S.A. (Parte Relacionada)				
Clientes	2	–	2	–

Remuneração da Administração: Em 31 de dezembro de 2017, a remuneração total do pessoal-chave da administração foi de R$ 1.540 (R$ 1.448 em 2.016), a qual é considerada benefício de curto prazo.

25. Eventos Subsequentes – Não houve qualquer evento subsequente que requeira ajuste ou divulgação para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2017.

26. Outros assuntos – **a. Regulamentações do Banco Central do Brasil (BACEN):** Em razão da Lei nº 12.865, publicada em 9 de outubro de 2013, a Companhia passou a estar sujeita à regulação do Banco Central do Brasil (BACEN), conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pela regulamentação editada pelo próprio Banco Central. Nesse sentido, a Companhia está sujeita à autorização de funcionamento pelo Banco Central bem como ao cumprimento de regras, que abrangem, dentre outros, gestão de risco, níveis mínimos de Patrimônio Líquido e o cumprimento de requisitos semelhantes aos de uma Instituição Financeira. A Companhia estará sujeita a divulgar também, a partir da autorização a ser concedida pelo órgão regulador, as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com o conjunto de critérios, procedimentos e regras contábeis consubstanciados no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, que diverge de algumas práticas adotadas atualmente e cujos efeitos estimados são diferentes. A Administração está tomando as providências necessárias e realizando adequações visando estar em plena conformidade com a recente regulamentação a partir da concessão da autorização pelo Banco Central. **b.** Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos.

A Diretoria

Ademar Ripke Júnior – Contador CRC 1SP 217.934/O-2

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Cotistas da
VR Benefícios e Serviços de Processamento Ltda.
São Paulo-SP.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da VR Benefícios e Serviços de Processamento Ltda. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da VR Benefícios e Serviços de Processamento Ltda. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo

continua …

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 628 Mov. 57

... continuação

VR Benefícios e Serviços de Processamento Ltda.

com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 05 de abril de 2018

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP 014.428/O-6

João Paulo Dal Poz Alouche
Contador CRC 1SP 245.785/O-2

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Prestador de Serviço Autorizado Itaú

GRUPO ARREMATE LEILÕES

FERNANDO CABEÇAS BARBOSA, leiloeiro oficial inscrito na **JUCESP nº 833** com escritório à rua Dr. Antônio Bento nº 560, conjunto 1305, Chácara Flora – São Paulo – SP; devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado VENDEDOR, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de bem imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10122904502, firmado em 30 de março de 2012, nos quais figura como Fiduciante: **Rodrigo Moreira Varges,** brasileiro, solteiro, analista programador, portador do **RG nº 32.029.477-8-SSP/SP,** inscrito no CPF sob o nº **300.818.258-54** e **Fabiana Rodrigues de Carvalho**, brasileira, solteira, empresária, portadora do **RG nº 30.938.196-4-SSP/SP**, inscrita no CPF sob o nº **314.028.908-18**, e levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo Presencial e On-line, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no dia **27 de abril de 2018**, às 14 horas, à Rua Dr. Antônio Bento nº 560, conjunto 1305, Chácara Flora – São Paulo – SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 701.198,59 (setecentos e um mil, cento e noventa e oito reais e cinquenta e nove centavos),** o imóvel abaixo descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído pelo: **APARTAMENTO-tipo nº 143**, localizado no 14º andar do empreendimento denominado **"CONDOMÍNIO ECOLIFE VERGUEIRO"** situado na Rua Vergueiro, nº 7.165, no 18º Subdistrito-Ipiranga, com a área privativa de 87,53m², a área de uso comum 68,17m², sendo a área de garagem de 16,80m², a área total de 155,70m² e o coeficiente de proporcionalidade de 0,7702%; cabendo-lhe o direito de estacionar 02 veículos do tipo passeio em 02 vagas individuais e indeterminadas, na garagem coletiva do edifício localizadas do 1º ao 3º subsolo, sujeitas ao auxílio de manobrista. O terreno, que também faz frente para a Rua dos Macaxás, no qual está construído o referido empreendimento, encerra a área de 2.597,00m². **Imóvel objeto da matrícula nº 198.451 do 6º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo – SP.** Consta ação Anulatória de Execução Extrajudicial em face do Banco credor, com julgamento improcedente do mérito, perante a 3ª Vara Cível do Foro Regional do Ipiranga, processo nº 1002755-57.2017.8.26.0010. Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **11 de maio de 2018**, no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 350.599,29 (trezentos e cinquenta mil, quinhentos e noventa e nove reais e vinte e nove centavos).** Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro **www.grupoarremateleiloes.com.br**, em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.grupoarremateleiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção **HABILITE-SE**, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do www.grupoarremateleiloes.com.br, respeitado o lance inicial e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que o imóvel se encontra, e eventual irregularidade ou necessidade de averbação de construção, ampliação ou reforma, será objeto de regularização e os encargos junto aos órgãos competentes por conta do adquirente. **Os devedores fiduciantes serão comunicados na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo os fiduciantes adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão.** O arrematante pagará no ato, à vista, o valor total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate. O edital completo encontra-se disponível no site do leiloeiro www.grupoarremateleiloes.com.br, o qual o participante declara ter lido e concordado com os seus termos e condições ali estabelecidos. O horário mencionado neste edital, no site do leiloeiro, catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação, consideram o horário oficial de Brasília/DF. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

LANCE JUDICIAL LEILÕES ELETRÔNICOS — LEILÕES ELETRÔNICOS JUDICIAIS

EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO DO DEVEDOR DA ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - DEVEDOR UILIAN AMORIM LIMA
UM APARTAMENTO - TOTAL ÁREA CONSTRUIDA DE 280,167m² – Subdistrito – Alto da Moóca/SP

O **LEILOEIRO OFICIAL JOSÉ VALERO SANTOS JÚNIOR**, matriculado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o n.º 809, devidamente autorizado pelo CREDOR **4R ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA.**, com sede na Cidade de São Paulo, Capital, na Rua Roberto Koch, 363, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.897.635/0001-82, torna pública pública o Leilão de alienação fiduciária, bem como de intimação do DEVEDOR e cientificação de terceiros interessados, para venda de imóvel garantido fiduciariamente nos termos do artigo 27 e parágrafos, da Lei nº 9.514/1.997 c/c Decreto-Lei nº 70/1.966 e, com base na **Escritura Pública de Alienação Fiduciária,** devidamente formalizado no 7º Tabelionato de Notas de São Paulo/SP, e posteriormente registrada junto a matrícula nº **70.812 do 7º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo/SP em 27/03/2018**, na qual, figura como OUTORGADO DEVEDOR **UILIAN AMORIM LIMA**, brasileiro, solteiro, maior, comerciante, portador do RG 33.270.541-9 SSP/SP e CPF nº 292.889.948-07, residente e domiciliado na Rua Pantojo, nº 150, apto. 142 - Edifício Villa Azteca - CEP 03343-000, Subdistrito Alto da Moóca, São Paulo-SP, onde, concedeu um crédito no valor principal de **R$ 510.000,00 (quinhentos e dez mil reais). CONSOLIDAÇÃO E DATAS:** Torna-se público ainda, que imóvel abaixo descrito, já encontra-se **consolidada a propriedade em nome do credor 4R ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA. e será levado** a PÚBLICO LEILÃO, para venda **no dia 25 de abril de 2018, com abertura às 08:00h e encerramento às 17:30h**, no sítio eletrônico da **Gestora de Leilões Lance Judicial (www.lancejudicial.com.br)** ou no auditório da Gestora/Leiloeiro à Av. Miguel Stefano, 3335, Enseada, Guarujá/SP, em PRIMEIRO LEILÃO, com lance mínimo igual ou superior a avaliação de **R$ 701.231.00 (setecentos e um mil e duzentos e trinta e um reais).** Caso não haja licitante seguir-se-á ininterruptamente ao SEGUNDO LEILÃO, que fica desde já designado nos termos do § 1º do art. 27 da lei 9.514/97 seu encerramento para o **dia 10 de maio de 2018 às 17:30h (todos os horários de Brasília),** em mesma **forma e local**, com lance mínimo igual ou superior ao débito de **R$ 861.542,56 (oitocentos e sessenta e um mil, quinhentos e quarenta e dois reais e cinquenta e seis centavos). DESCRIÇÃO DO IMÓVEL:** UM APARTAMENTO nº 142, localizado no 14º andar ou 17º pavimento do EDIFÍCIO VILLA AZTECA, situado à rua Pantojo, nº 150, no 33º SUBDISTRITO-ALTO DA MOÓCA, possuindo a área útil de 156,127m²., a área comum de 68,14m²., a área de garagem de 55,90m²., perfazendo a área total construída de 280,167m²., corresponde-lhe no terreno e demais coisas de uso comum, a fração ideal de 0,025702, cabendo-lhe o direito a DUAS VAGAS na Garagem, sob os nºs. 33 e 34, localizadas no 1º subsolo e UM DEPOSITO para guarda de objetos, sob o nº 11, localizado no 1º subsolo, sendo que a área do depósito, já encontra-se incluída na área útil do apartamento. Matriculado no 7º CRI de São Paulo sob o nº 70.812. Cadastrado na Prefeitura Municipal de São Paulo sob o nº 052.002.0180-2. **ONUS:** Constam na referida matrícula **R.8** ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA em favor de 4R ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA. **OBSERVAÇÕES:** Os leilões serão realizados no sítio eletrônico da Lance Judicial (**www.lancejudicial.com.br**). A descrição detalhada do imóvel, matrícula devidamente atualizada e demais documentos, estão disponíveis no site do Gestor de leilões. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra, caso o imóvel esteja ocupado, a desocupação será por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. **PAGAMENTO:** O arrematante pagará no ato o preço total da arrematação e a comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor de arremate, ambas em 24 horas após o encerramento dos leilões e diretamente na conta do Credor e Leiloeiro, qualquer proposta que não seja lançada ao portal deverá ser encaminhada exclusivamente ao Leiloeiro através do e-mail contato@lancejudicial.com.br, sendo estas condicionadas à apreciação do credor. A escritura de venda e compra será lavrada em até 60 dias da data do leilão. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. Conceder-se-ão todos os devedores da alienação fiduciária acima intimados com a devida publicação deste edital, 17 de abril de 2018, São Paulo/SP.

www.lancejudicial.com.br - info: 0800 780 8000



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE JACAREÍ – SAAE

TOMADA DE PREÇOS Nº. 003/2018.
OBJETO: Contratação de empresa de engenharia especializada na Elaboração de Projetos Executivos – Estação Elevatória, Linha de Recalque e parte da rede de esgoto do bairro Cidade Salvador e Pacote Técnico para licitação das Obras.
Visita técnica: preferencialmente 48h antes da data de abertura dos envelopes 1 e 2.
Recebimento dos envelopes: impreterivelmente até às 09h00min do dia 10/05/2018.
Sessão de Credenciamento: às 09h00min do mesmo dia e local estipulados.
Sessão de Abertura dos Envelopes: logo após o Credenciamento.
Edital: www.saaejacarei.sp.gov.br (LINK "TRANSPARÊNCIA", SUBLINK "LICITAÇÕES") ou na Gerência de Compras e Licitações - Rua Aparício Lorena, 120 – Jd. Liberdade – Jacareí - SP- das 08:30 às 16:30 – sem custo trazendo CD ou pendrive.
TELEFONE PARA INFORMAÇÕES: 12-3952-0200, Ramais 252, 214, 202 e 203.
Jacareí, 16 de março de 2018.
Nelson Gonçalves Prianti Junior - Presidente do SAAE – Jacareí.

SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE PIRACICABA

SEMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO Nº 051/2018 - PROCESSO Nº 0638/2018
RETIFICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO COM RESERVA DE COTA PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS DE REMOÇÃO DE LODO. Início da sessão pública para entrega e abertura dos envelopes: 04/05/2018 às 08h30min, NOVA DATA, na Sala de Licitações do SEMAE. Aquisição de edital: www.semaepiracicaba.sp.gov.br (gratuita) ou Setor de Protocolo (recolhimento de R$ 10,00 (dez reais)), de 2ª a 6ª feira, das 09 às 16 horas - SEMAE - Rua XV de Novembro, 2.200 - Fone (19) 3403-9614/9623 - Fax (19) 3426-9234. Piracicaba/SP, 17 de abril de 2018. José Rubens Françoso - Presidente do Semae.

Aos cofres públicos R$ 85,00

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Diretoria de Licitações e Contratos Administrativos

AVISO DE CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL

Acha-se aberto o recebimento de propostas referente à seguinte contratação emergencial:

Contratação Direta nº 005/2018 - Emergencial - Processo nº 59384/2018 – Objeto: Mão de Obra Braçal – Diversos Prédios, pelo período de até 180 (cento e oitenta) dias. Prazo para vistoria: 19 a 20/04/2018 e 23/04/2018. **Prazo máximo para entrega do envelope e abertura das propostas: dia 24/04/2018 às 14:00 horas.**

CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO: O "Aviso de Contratação Emergencial" e demais documentos para participação podem ser obtidos **gratuitamente** no site do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (http://www.tjsp.jus.br/portalscl/consultarLicitacaoEdital.do), onde serão publicados todos os avisos relativos à contratação. Informações: SAAB 7.1.2 – Serviço de Compras Diretas - e-mail: compradireta@tjsp.jus.br - Fones (11) 3258-4046 e/ou 3151-4502, das 10:00 às 18:00 horas.

PREFEITURA DE REGISTRO

AVISO DE EDITAL
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2018

ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Registro. **EDITAL:** Concorrência Pública nº 001/2018. **OBJETO:** Referente à contratação de empresa para execução de pavimentação e recapeamento asfáltico e obras complementares em várias ruas do Município de Registro. Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Obras. **ENTREGA DOS ENVELOPES** nº 01 - Habilitação e nº 02 - Proposta de Preços: até as **09h** do dia **21/05/2018**. **ABERTURA DOS ENVELOPES** nº 01 - Habilitação e 02 - Proposta de Preços às **09h05** do dia **21/05/2018**.
FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: Pelo telefone (13) 3828-1060 ou pelo e-mail licitacao3@registro.sp.gov.br.
O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados na Seção Técnica de Compras, Material e licitações, de segunda a sexta-feira, no horário de 08:30 às 17:00 horas, ou através do endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Registro www.registro.sp.gov.br, campo "Licitações" link "2018" e "Editais"

PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO, em 18 de abril de 2018
DÉBORA GOETZ ACETO
Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA DE REGISTRO

AVISO DE EDITAL
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2018

ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Registro. **EDITAL:** Concorrência Pública nº 002/2018 - **OBJETO:** Referente a contratação de empresa para execução de pavimentação e recapeamento asfáltico e obras complementares em várias ruas do Município de Registro, pagos através do Contrato de Operação de Crédito, através da Agência de Fomento do Estado de São Paulo - Desenvolve SP, para realização de Obras de infraestrutura no âmbito da linha Via SP - PVL nº 02.000435/2018-71. Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Obras. **ENTREGA DOS ENVELOPES** nº 01 - Habilitação e nº 02 - Proposta de Preços: até as **09h** do dia **21/05/2018**. **ABERTURA DOS ENVELOPES** nº 01 - Habilitação e 02 - Proposta de Preços às **09h05** do dia **21/05/2018**.
FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: Pelo telefone (13) 3828-1060 ou pelo e-mail licitacao3@registro.sp.gov.br.
O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados na Seção Técnica de Compras, Material e licitações, de segunda a sexta-feira, no horário de 08:30 às 17:00 horas, ou através do endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Registro www.registro.sp.gov.br, campo "Licitações" link "2018" e "Editais".

PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO, em 18 de abril de 2018
DÉBORA GOETZ ACETO
Secretária Municipal de Administração



Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

28. Outros Documentos (Portaria005-2019 - CPL)

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 629
Mov. 57

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 630
Mov. 57

Chamamento Público nº 001/2018 (item 6), a fim de garantir os princípios básicos da Constituição e legitimidade das propostas a serem inscritas:

RESOLVE

Art. 1º Por designar, *AD REFERENDUM*, a prorrogação do prazo e alteração do cronograma das fases do Chamamento Público nº 001/2018:

a) Entrega das propostas: até 29/03/2019 no endereço eletrônico: www.sistag.social.pr.gov.br, até as 17h00 do prazo final;

b) Fase de avaliação e classificação das propostas: 01/04/2019 à 10/05/2019;

c) Fase de verificação do cumprimento dos requisitos para celebração das OSC´s selecionadas, incluindo a incorrência dos impedimentos legais: 03/06/2019 à 05/07/2019;

d) Fase de aprovação do Plano de Trabalho apresentado e do regulamento de compras e contratações das OSC´s selecionadas: 08/07/2019 à 13/09/2019;

e) Fase de emissão de pareceres técnicos: 16/09/2019 à 18/10/2019;

f) Fase de celebração do instrumento de parceria: 21/10/2019 à 18/12/2019.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE

Curitiba, 12 de fevereiro de 2019.

José Araújo da Silva
Vice-Presidente do Conselho Estadual dos Direitos do Idoso
No exercício da Presidência

11902/2019

Secretaria de Desenvolvimento Urbano

COMEC

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DO ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO
COORDENACAO DA REGIAO METROPOLITANA DE CURITBA
PORTARIA Nº 05/2019 – COMEC

EMENTA: Designar servidor para atuar como Coordenador do Departamento de Planejamento da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba

O DIRETOR PRESIDENTE DA COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA- COMEC, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 16, incisos I e IV e o art. 33 do Decreto Estadual nº 698/1995, e o Decreto Estadual nº 060/21019,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar:

FELIPE CONSTANTINO, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.620.178-3, para atuar como Coordenador do Departamento de Planejamento da COMEC,

Art. 2º – Os efeitos da presente Portaria retroagem a data de 10/01/2019, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA Nº 08/2019 – COMEC

EMENTA: Nomeação de membros para a composição da Comissão Permanente de Procedimentos Patrimoniais – COPPA da COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - COMEC para o cumprimento do Manual de Procedimentos Contábeis Patrimoniais instituído pelo Poder Executivo do Estado do Paraná (cf. Decreto Estadual n.º 8.955/2018).

O DIRETOR PRESIDENTE DA COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA- COMEC, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 16, incisos I e IV e o art. 33 do Decreto Estadual nº 698/1995, e em cumprimento ao disposto no artigo 3º, III do Decreto Estadual n.º 8.955/2018: e o Decreto Estadual nº 060/21019;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear e constituir Comissão Permanente de Procedimentos Patrimoniais – COPPA da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC, com a competência para realizar os procedimentos contábeis estabelecidos pelo Decreto Estadual n.º 8.955/2018 e seu Anexo I (Manual de Procedimentos Contábeis Patrimoniais para o Reconhecimento, Mensuração, Evidenciação, Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável, Depreciação ,Amortização e Exaustão dos Bens Móveis, Bens Imóveis, Ativos de Infraestrutura, Bens do Patrimônio Cultural e Ativos Intangíveis), composta pelos seguintes servidores:

-PAULO MEDEIROS BARBOSA, portador da Cédula de Identidade RG n.º7.102.480-6, Presidente;

- ADÃO ROGÉRIO QUINTILIANO, portador da Cédula de Identidade RG n.º4.382.157-1, Membro titular;

- CARLA GERHARDT, portadora da Cédula de Identidade RG nº 5.924.728-0, Membro Titular;

- RUBIANE XAVIER DIAS, portadora da Cédula de Identidade RG nº 8.210.323-6, Membro Titular;

- CELESTE NAOMI INADA KIWARA, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 1.620.685-7, Membro suplente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se.

Curitiba, 12 de fevereiro de 2019.

GILSON SANTOS,
Diretor Presidente/COMEC

11975/2019

Secretaria da Cultura

Centro Cultural Teatro Guaíra

PORTARIA N°.005/2019 – DIPRE/CCTG

A Diretora Presidente do Centro Cultural Teatro Guaíra, no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto do CCTG, e art. 10, do Decreto Federal nº 5.450, de 31 de maio de 2005,

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar os servidores abaixo nominados para comporem a Comissão Permanente de Licitação desta Autarquia pelo Período de 01 (um) ano.

FUNÇÃO	NOME	R.G.
Presidente	Miriam Rocha Loures	3.397.249-0
Membro	Carlos G. dos Santos	5.799.703-6
Membro	Ronald P. Catarino	1.462.086-9
Membro	Ivan de Paula Souza	6.240.875-8
Suplente	Cesar Dias Palma	5.334.442-9

Art. 2º. Nos impedimentos do Presidente responderá o servidor Ronald Pedro Catarino.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Curitiba, 13 de fevereiro de 2019.

MONICA RISCHBIETER
Presidente

12054/2019

Secretaria da Educação

RESOLUÇÃO Nº 107/2019 - SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 – GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, considerando: a Lei nº 9394/1996, o Decreto Federal nº 5154/2004, as Deliberações nº 03/2013, 05/2013 e o Parecer nº 578/2018 - CEMEP, todos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer o Curso Técnico em Logística – Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios, concomitante ao Ensino Médio, com oferta presencial, do Colégio Estadual Professora Maria José Balzanelo Aguilera – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Tarcisa Kikuti, 55, no Município e NRE de Londrina.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 5152/2018, de 31/10/2018 e Parecer nº 3801/2018 – CEE/PR, com vigência até 09/10/2023.

§ 2º A Resolução nº 2251/2017, de 30/05/2017 e Parecer nº 158/2017 – CEE/PR, autorizaram o curso citado no art. 1º, com vigência até 01/06/2018.

§ 3º O ato de reconhecimento reporta-se ao período autorizado e o prazo de 05 (cinco) anos será contado no período de 01/06/2018 até 01/06/2023.

§ 4º A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do reconhecimento à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido no § 3º.

§ 5º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 29 de janeiro de 2019.

Maria Goreti Arantes Soares
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 108/2019 - SEED

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

29. Outros Documentos (Processo Integral_compressed (1))

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 631
Mov. 57

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 1
Fls. 632
Mov. 57

ESTADO DO PARANÁ

DIGITAL

Órgão Cadastro:	CCTG	**Protocolo:**	**Vol.:**
Em:	05/10/2018 14:23	**15.417.176-2**	**1**

Interessado 1: PALCO PARANÁ
Interessado 2: -
Assunto: PCTO **Cidade:** CURITIBA / PR
Palavras chaves: PRESTACAO DE SERVICO
Nº/Ano Documento: 14/2018 **Origem:** CCTG/PALCOPR
Complemento: CONTRATAÇÃO EMPRESA DE BENEFÍCIOS PARA FUNCIONÁRIOS.

Código TTD: -

Para informações acesse: www.eprotocolo.pr.gov.br/consultapublica

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 2
Fls. 633
Mov. 57

PALCO PARANÁ

MEMORANDO 14/2018 – DIAFI	
DA	DIAFI
PARA	DIPRE
ASSUNTO	Contratação Empresa de Benefícios para Funcionários
EXPEDIENTE	Interno
DATA	05/10/2018

À DIPRE.

Visando cumprir com as finalidades administrativas elencadas pela Lei Estadual nº 18.831/2014, o Serviço Social Autônomo PALCOPARANÁ, na figura de sua Diretoria Administrativa, identifica a necessidade de contratação de empresa especializada na prestação do serviço de vale-alimentação para os seus colaboradores, visando cumprir também com as determinações das Convenções Coletivas impostas pelo Sindicato SENALBA, a qual este serviço social estará vinculado.

MOTIVAÇÃO: Atendendo o que dispõe a lei 8666/1993, tendo em vista que o dispêndio mensal referente Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento, implantação e administração de benefício alimentação aos servidores, vimos por meio deste encaminhar processo de Licitação via pregão eletrônico. Levando-se em conta o que determina a Convenção Coletiva proposta pelo SECRASO-PR/SENALBA-PR, os funcionários do Palcoparaná tem direito ao beneficio de vale alimentação no montante de R$ 15,00 ao dia, para jornadas superiores a 4 horas trabalhadas. Considerando uma média de 20 dias uteis mensais, calcula-se um montante de R$ 24.000,00 (vinte a quatro mil reais) referente a estimativa de 80 cartões magnéticos de vale alimentação, para um quadro funcional proposto já para o ano de 2019. O Palcoparaná conta atualmente com o quadro funcional de 53 funcionários, com estimativa mensal de no valor de R$ 15.900,00 (quinze mil e novecentos reais).

A empresa deverá fornecer os créditos de vale alimentação em cartão magnético próprio, conforme descrito no termo de referencia.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 3
Fls. 634
Mov. 57

PALCO PARANÁ

TERMO DE REFERÊNCIA: Foi elaborado um Termo de Referencia que faz parte do Edital de Licitação Pregão Eletrônico conforme anexo.

Houve uma pesquisa prévia, junto as empresas que disponibilizam este serviço, através de consulta via site e e-mails trocados, para levantamento dos custos iniciais.

Foram consultadas previamente três empresas. Sodexo, VR e Ticket.

Em anexo encaminho o Mapa de Cotação referente a esta pesquisa, assim como os e-mails trocados.

PRAZOS LOCAIS E ENTREGA DOS SERVIÇOS: Os serviços serão prestados cumprindo-se, mensalmente, crédito nos cartões de refeição de cada funcionário.

CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO: Além de ser obrigada a atender a proposta enviada, a empresa interessada deverá:

(I) apresentar contrato social e última alteração;

(II) apresentar certidões que comprovem sua regularidade com o fisco, federal, estadual, municipal, com a CEF/FGTS, com a Justiça do Trabalho;

(III) demais exigências constantes no termo de referencia

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA: na qualidade de Diretora Administrativa e Financeira, declaro haver disponibilidade orçamentária para a contratação que se pretende no prazo especificado.

O Palcoparaná tem um Contrato de gestão assinado junto ao Governo do Estado do Paraná, com interveniência do Centro Cultural Teatro Guaíra. Esse Contrato disponibiliza os recursos ao Palcoparaná através da dotação orçamentária 05132.5132.13.392.15.4448.

Para atendimento de tal demanda, solicito encaminhamento do edital de pregão eletrônico a comissão de licitação do Centro Cultural Teatro Guaíra para que nos auxilie na licitação de tal serviço, conforme termo de colaboração firmado

Atenciosamente

Nicole Lemanczyk

PALCOPARANÁ

Diretora Administrativa e Financeira.

Rua XV de Novembro, 971 – Centro – Curitiba –PR – 80.060-000 – Fone (41) 33047955 –
contato@palcoparana.org

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 4
Fls. 635
Mov. 57

PALCO PARANÁ

O **SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ**, a seguir denominado **PALCOPARANÁ**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos de interesse coletivo, inscrita no CNPJ nº 25.298.788/0001-95, com sede e foro na Capital do Estado do Paraná, sita à Rua XV DE Novembro, 971, Centro, Curitiba/PR, por intermédio de seu Pregoeiro, torna público que promoverá licitação na modalidade **"PREGÃO ELETRÔNICO" - Nº 001/2018 – "MENOR PREÇO" (MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO EM PORCENTAGEM)**, a fim de Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento, implantação e administração de benefício alimentação aos servidores do **SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ**, que possibilitem a aquisição de gêneros alimentícios através da rede de estabelecimentos credenciados na forma definida na legislação do Ministério de Trabalho e Emprego que regulamenta o PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador, conforme descrito no Anexo I, que faz parte integrante deste Edital, através de cartão magnético, para contrato de 12 meses, renováveis anualmente de acordo com art.103, inciso II da Lei 15.608/2007.

A presente licitação será processada e julgada com fundamento na Constituição do Estado do Paraná, art. 27, XXI, nas disposições contidas na Lei Complementar n° 123/06, na Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto n° 3.931/01, na Lei Estadual n° 15.608/07, no Decreto Estadual nº 6.252/06, bem como, subsidiariamente e no que couberem, pelas normas contidas neste EDITAL e seus anexos, que dele fazem parte integrante, e pelas normas específicas do objeto licitado.

1. DA ABERTURA

1.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, no dia 10/11/2018, às 09:00 horas, no sistema de Pregão Eletrônico, por meio da INTERNET, na página www.licitacoes-e.com.br, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases.

1.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro, servidor do Centro Cultural Teatro Guaíra, por força do Termo de Cooperação assinado entre o PALCOPARANÁ e esta Autarquia, mediante a inserção e monitoramento de dados geradores ou transferidos para o sistema "Licitações - e" do Banco do Brasil (www.licitacoes-e.com.br).

2. DO OBJETO

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 5
Fls. 636
Mov. 57

PALCO PARANÁ

2.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento, implantação e administração de benefício alimentação aos empregados do PALCOPARANÁ, com a provisão de créditos em cartões magnéticos, que possibilitem a aquisição de gêneros alimentícios através da rede de estabelecimentos credenciados, na forma definida na legislação do Ministério de Trabalho e Emprego que regulamenta o PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador, conforme descrito no Anexo I, parte integrante deste Edital.

3. RECURSOS FINANCEIROS:

3.1. A presente despesa correrá à conta dos recursos orçamentários do Centro Cultural Teatro Guaíra, alocados na PALCOPARANÁ por força do contrato de gestão assinado com o Estado do Paraná (denominação dada pela Lei nº 18.381, de 15/12/2014), por intermédio do Centro Cultural Teatro Guaíra.

3.2. Para atendimento ao pagamento para este contrato contamos com a dotação orçamentária disponibilizada através do Orçamento do Projeto Atividade nº4448 – Gerenciamento do Contrato de Gestão com Palcoparaná, dotação 05132.5132.13.392.15.4448.

4. PRAZO DE INÍCIO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1. Os Cartões Magnéticos Alimentação deverão ser entregues no local de trabalho do beneficiário, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da assinatura do contrato, pela licitante vencedora do Pregão.

5. DA PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar da presente licitação, empresas que estejam regularmente estabelecidas no País, cujo ramo e finalidade de atuação sejam pertinentes ao objeto licitado por este EDITAL, que satisfaçam integralmente às exigências nele estabelecidas.

5.2. Não será admitida a participação de interessados que se encontrem sob as seguintes condições:

5.2.1. Que estejam constituídos sob a forma de consórcios e cooperativas.

5.2.2. Que estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária para participarem de licitação, imposta pela Administração Pública, no âmbito Estadual ou por qualquer órgão da Administração Pública, motivada pelas hipóteses previstas no

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 60
Fls. 637
Mov. 57

art. 7º da Lei nº 10.520/02 e no art. 87, inciso III da Lei nº 8.666/93.

5.2.3. Que tenham sido declarados inidôneos por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, nas hipóteses do art. 87, inciso IV da Lei n.º 8.666/93.

5.2.4. Que estejam em dissolução, liquidação, concordata, processo de falência ou recuperação judicial, nos termos da nova Lei de Falências (Lei nº 11.101/05, art. 52, II);

5.2.5. Que, direta ou indiretamente, mantenham sociedade ou participação com servidor ou dirigente ligado a qualquer um dos órgãos envolvidos no processo em análise.

5.2.5.1. Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, financeira ou trabalhista

5.2.6. . Que estejam em situação irregular perante a Fazenda Pública, em qualquer esfera da Administração, perante o INSS e o FGTS.

5.3. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos do EDITAL e da sua habilitação sujeitará o licitante às sanções previstas neste EDITAL.

6. DA RETIRADA DO EDITAL

6.1. Os interessados em participar da presente licitação poderão obter o EDITAL e seus Anexos, pela Internet, acessando o endereço Eletrônico www.licitacoes-e.com.br ou pelo endereço: administrativo@palcoparana.org

7. DO REGULAMENTO OPERACIONAL

7.1. O licitante deverá observar as datas e horários limites previstos para a realização de todos os atos da licitação.

7.2. Todas as referências de tempo no Edital, nos Avisos, no decorrer da Sessão Pública, nos registros do sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame, observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF.

7.3. O licitante, ao acessar a sala de disputa, visualizará o melhor lance ofertado, o seu lance e a relação dos lances. O Sistema apresentará apenas o melhor lance (Lance Ofertado) de cada autor da proposta. Para o autor, da proposta, visualizar essas informações deverá clicar no botão "Detalhes Disputa" que estará disponível no canto superior direito da tela, quando o lote estiver em disputa.

7.4. O tempo normal de disputa será fixado, controlado e encerrado pelo pregoeiro. Logo após, a disputa entrará na fase randômica e poderá ser encerrada a qualquer momento.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 7
Fls. 638
Mov. 57

7.5. Os autores das propostas, a qualquer momento, depois de finalizados os lotes da licitação, poderão registrar seus questionamentos para o pregoeiro via Sistema, para cada lote disputado. Essa opção estará disponível até o momento que o pregoeiro declarar o fornecedor vencedor do lote.

8. DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS DO PREGOEIRO

8.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições e competências nos termos do art. 48 da Lei Estadual 15.608/2007, a saber:

a) Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;

b) Responder as questões formuladas pelos interessados, relativas ao certame;

c) Abrir as propostas de preço;

d) Analisar a aceitabilidade das propostas;

e) Desclassificar propostas, motivadamente;

f) Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;

g) Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;

h) Declarar o vencedor;

i) Adjudicar o objeto da licitação ao vencedor;

j) Receber, examinar e decidir os recursos;

k) Elaborar a Ata da sessão pública;

l) Encaminhar o processo à autoridade competente para homologar e autorizar a contratação;

m) Encaminhar o processo devidamente instruído, após parecer jurídico, à autoridade competente para apuração de irregularidades praticadas no processo licitatório, visando à eventual aplicação de penalidades previstas na legislação.

n) Responder, auxiliado pela equipe de apoio, os questionamentos formulados pelos licitantes para cada lote disputado, sendo que todas as mensagens constarão no histórico dos Detalhes da Disputa;

o) Solicitar, quando necessário, contraproposta ao fornecedor que apresentou o melhor lance por meio de Sistema, em "contraproposta" enquanto o lote estiver arrematado.

p) Para declarar um ME ou EPP vencedora da disputa, o Pregoeiro verificará a regularidade fiscal da ME ou EPP e havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado a ME ou EPP prazo de 05 (cinco) dias úteis para

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 8
Fls. 639
Mov. 57

a devida regularização. Assim, a declaração do vencedor no Sistema será efetivada somente após essa verificação visto que, declarado o vencedor, o Sistema abre a opção para recurso.

p.1) Na hipótese da não habilitação de ME ou EPP, voltará à condição de primeira classificada a empresa autora da proposta de menor preço originalmente apresentada na sala de disputa. Para tanto, o Pregoeiro reclassificará a empresa fornecedora que ofertou o melhor lance, originalmente em sala de disputa, e demais porventura desclassificados, sobre o argumento da Lei Complementar n.º 123/06.

9. DA APLICABILIDADE DA LEI COMPLEMENTAR N.º 123/2006. DIREITO DE PREFERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO PARA AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

9.1. Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, de acordo com o Art. 44 § 1º e § 2º da Lei Complementar 123/2006.

9.2. Entende-se por empate aquela situação em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a proposta melhor classificada.

9.3. A ME ou EPP melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta após o encerramento da segunda fase de lances, e terá o prazo máximo de 5 (cinco) minutos a contar do registro da convocação e de acordo com o horário de Brasília registrado no sistema, sob pena de preclusão.

9.4. No caso de valores idênticos apresentados pelas microempresas e empresa de pequeno porte que se encontrarem nos intervalos estabelecidos no item "12.1" deste edital, será valido aquele que for oferecido antes, de acordo com a marcação do tempo e do horário identificados pelo sistema eletrônico.

9.5. A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada arrematante do certame, situação em que será declarado vencedor em seu favor o objeto licitado;

9.6. Não ocorrendo a situação prevista no parágrafo anterior, serão convocados as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item "12.1" deste edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito, na forma do inciso II do Art. 45 da Lei Complementar 123/2006;

9.7. Para exercício do direito de preferência, as licitantes que se enquadrem nesses regimes já estarão identificadas pelo sistema, a partir da informação cadastral inserida

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 9
Fls. 640
Mov. 57

no licitacoes-e, no campo de "identificação do tipo de segmento" da empresa.

9.8. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, com o fechamento do tempo randômico pelo Sistema, haverá procedimento automático de identificação de possível "empate ficto", ou seja, a existência de lances de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) classificados no intervalo de até 5% (cinco por cento) de valores superiores ao valor do lance da empresa melhor classificada, sendo esta uma empresa de regime normal ou tradicional.

9.9. Se o sistema identificar a existência de "empate", habilitará para o Pregoeiro a opção "Convocar", que permitirá a convocação da empresa nessa condição para exercer seu direito de preferência, no prazo de 5 (cinco) minutos mediante oferta de novo lance, inferior ao menor lance registrado para o lote. Durante esse período, apenas a empresa convocada poderá registrar novo lance.

9.10. O prazo estabelecido é decadencial e, não havendo manifestação da empresa, o sistema verifica se há outra empresa em situação de "empate ficto", e realizará o chamado de forma automática, para as providências descritas no subitem anterior.

9.11. Não identificada a situação de "empate", o sistema emitirá mensagem, permitindo ao Pregoeiro dar encerramento à disputa do lote.

9.12. Todos esses procedimentos acontecerão na sala de disputa e as respectivas informações estarão disponíveis para os demais participantes do pregão e também para todos os interessados.

9.13. De acordo com o Art. 43 da Lei Complementar 123, de 14/12/2006, as microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.14. De acordo com art. 43, § 1°da Lei Complementar 123, de 14/12/2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame.

9.15. A não regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 154 da Lei Estadual n° 15.608/2007 e do art. 81 da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 10
Fls. 641
Mov. 57

10. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

10.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o presente EDITAL.

10.2. Os pedidos de esclarecimentos, dúvidas ou informações, deverão ser encaminhados por meio eletrônico, via internet, através de e-mail administrativo@palcoparana.org e, obrigatoriamente, informar o e-mail do interessado, pelo qual lhe serão enviados os esclarecimentos solicitados.

10.3. Serão anexadas ao processo de licitação as cópias das mensagens enviadas aos licitantes.

10.4. O memorial da impugnação deverá ser protocolado no Serviço Social Autônomo Paraná Projetos, ou enviada via correio aos cuidados da Pregoeira.

10.5. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório.

10.6. Caberá ao PREGOEIRO, auxiliado pela equipe de apoio e pelo órgão licitante, decidir a impugnação ao EDITAL.

10.7. Qualquer modificação que sobrevier ao EDITAL, em consequência das decisões das impugnações que afetem a formulação das propostas, será definida e publicada nova data para realização do certame.

11. DO PREÇO MÁXIMO

11.1. A disputa dar-se-á através da menor taxa de administração em porcentagem, sendo a taxa máxima de administração de 1,00% (um) por cento, sobre o crédito mensal médio de R$ 24.000,00 (vinte a quatro mil reais) referente a estimativa de 80 cartões magnéticos de vale alimentação (crédito médio de R$ 300,00 por cartão, considerando-se 20 dias trabalhados), totalizando o valor máximo mensal a ser pago pela PALCOPARANÁ de R$ 24.240,00 (vinte e quatro mil, duzentos e quarenta reais), após aplicação da taxa máxima de administração de 1,00 % (um por cento). A quantidade de cartões magnéticos será atualizada de acordo com as regras do subitem 9.1 do Anexo I. O Palcoparaná conta atualmente com o quadro funcional de 53 funcionários, com estimativa mensal de no valor de R$ 15.900,00 (quinze mil e novecentos reais), com valor total, considerando a taxa administrativa de 1% , de R$ 16.059,00 (dezesseis mil e cinquenta e nove reais)

11.1.1.Não será admitida taxa de administração negativa, ou seja, a proponente deverá limitar a sua proposta a 0%, ou seja, isenção da taxa de administração.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 11
Fls. 642
Mov. 57

11.2. A despesa com objeto da presente licitação estimada para a vigência contratual de 12 meses, tendo em vista o valor mensal médio de R$ 24.240,00 (vinte e quatro mil e duzentos reais) mensais, atingindo o valor de R$ 290.880,00 (duzentos e noventa mil, oitocentos e oitenta reais), para os 80 cartões magnético, observado o inciso 11.1, acima

11.3. A proposta deverá conter o objeto e o preço, bem como estar em conformidade com as exigências contidas neste EDITAL e seus anexos.

11.4. O PREGOEIRO verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste EDITAL e seus anexos.

11.5. Todas as propostas classificadas serão consideradas para lances na fase de disputa e ordenadas por valor, de forma crescente.

11.5.1.As propostas de preços terão validade de 90 (noventa) dias.

11.6. Vigência Contratual:

11.6.1.O prazo de vigência do contrato decorrente deste procedimento inicialmente será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, prorrogado por acordo de ambas as partes em consonância com a legislação em vigor.

12. DO CREDENCIAMENTO, DOS CÓDIGOS DE ACESSO E DA PARTICIPAÇÃO

12.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas junto às Agências do Banco do Brasil S.A., sediadas no país.

12.2. Os licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor do sistema eletrônico, no prazo mínimo de 03 (três) dias úteis antes da data de realização do pregão.

12.2.1.As informações para o acesso ao Pregão Eletrônico podem ser obtidas no site www.licitacoes-e.com.br, na opção "Acesso Identificado".

12.2.2.A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer Pregão Eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou em virtude de sua inabilitação perante o cadastro de fornecedores.

12.2.3.O uso e o sigilo da senha de acesso pelo licitante são de sua exclusiva responsabilidade, bem como, qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante.

12.3. O credenciamento do licitante e de seu representante legal no sistema

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 12
Fls. 643
Mov. 57

eletrônico implica a responsabilidade legal pelos seus atos praticados e a capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico

13. DO ENVIO DAS PROPOSTAS INICIAIS

13.1. As Propostas de Preços poderão ser enviadas a partir das 9h00 do dia 10/11/2018, pelo sistema eletrônico disponível no sítio www.licitacoes-e.com.br, podendo os licitantes substituí-las ou excluí-las até a data e hora definidas para a abertura da sessão pública, quando, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

13.2. A proposta deverá conter o objeto e o preço, bem como, estar em conformidade com as exigências contidas neste edital e seus anexos.

13.3. O registro do recebimento da proposta deverá ser impresso e anexado ao processo licitatório como comprovante de entrega.

13.4. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

13.5. Todas as propostas classificadas serão consideradas para o oferecimento dos lances na fase de disputa e serão ordenadas por valor, de forma crescente.

13.6. A proposta de preços deverá ter validade de 60 (sessenta) dias.

13.7. O descritivo da proposta deverá conter as especificações técnicas do objeto, a fim de permitir a identificação e a marca do mesmo, bem como todos os seus recursos, nos termos técnicos mínimos exigidos para este certame, bem como o preço unitário do item e, se distinto, o preço arrematado pelo lote.

13.8. Serão de responsabilidade exclusiva do contratado todos os custos, tributos, encargos e contribuições que incidam ou venham a incidir sobre o fornecimento ou sobre o objeto do contrato.

14. DOS LANCES

14.1. A partir do horário e dia previsto no sistema de Pregão Eletrônico, a sessão pública será aberta por comando do pregoeiro, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

14.2. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecidos neste edital.

14.3. O licitante/proponente será responsável por todas as transações que forem

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 13
Fls. 644
Mov. 57

efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances, oferecidos durante a fase de disputa, sob pena de em não o fazendo serem aplicadas as penalidades previstas neste edital e na legislação regente dos procedimentos licitatórios.

14.4. Os licitantes e/ou seus representantes, deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances.

14.5. Aberta a etapa de competitividade/oferecimento dos lances, a proposta inicial de menor valor, será considerada como primeiro lance, podendo os licitantes encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

14.6. Caberá ao licitante remeter, exclusivamente por meio eletrônico, até o horário limite para acolhimento de propostas a sua proposta de preços bem como acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

14.7. Os lances de cada proponente deverão ser, obrigatoriamente, inferiores ao preço da sua proposta inserida no sistema, independentemente do menor valor já ofertado e registrado no sistema, conforme Art. 63 § 3º da Lei Estadual n.º 15.608/2007.

14.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

14.9. Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do autor dos lances.

14.10. A primeira etapa de lances da sessão pública, disputada em tempo normal, será encerrada pelo Pregoeiro. Neste momento o sistema informa o encerramento normal da disputa, o valor da menor proposta, e também disponibiliza aviso intermitente alertando sobre o encerramento da disputa a qualquer momento – ("tempo randômico").

14.11. Após o aviso de fechamento transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente, determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual, será automaticamente encerrada a recepção de lances.

14.12. Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta, diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como, decidir sobre sua aceitação.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 14
Fls. 645
Mov. 57

14.13. Imediatamente após o encerramento da etapa de lances, o sistema informará a proposta de menor preço ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

14.14. Ocorrendo eventual desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, caso o sistema eletrônico permaneça acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

14.15. Concluído o tempo randômico, o sistema encerra a disputa, informa sobre o tempo transcorrido, o valor da menor proposta e identifica o licitante arrematante.

15. DA HABILITAÇÃO

15.1. O classificado, detentor da melhor proposta, após o encerramento da disputa deverá, no prazo improrrogável de 03 (dias) úteis, apresentar os documentos originais relacionados no Anexo III, salientando que os demais classificados, obedecida a ordem de classificação, somente serão chamados à apresentação de seus documentos de habilitação se o classificado com o menor preço for inabilitado:

15.2. As declarações deverão ser assinadas pelo representante legal da empresa, e poderão ser objeto de diligências do pregoeiro e equipe de apoio, nos termos do § 3º do art. 85, da lei 15.608/2007.

15.3. Será declarado inabilitado e desclassificado o licitante que deixar de atender a alguma exigência deste Edital ou apresentar declaração ou documentação que não preencham os requisitos legais.

15.4. Os vícios, de ordem formal serão analisados e julgados pelo Pregoeiro, nos estritos termos art. 85 da Lei 15.608/2007, podendo ser saneados e corrigidos, se não infringirem a nenhuma norma legal ou disposição constante deste edital ou, ainda, se o licitante puder satisfazer as demais exigências editalícias no prazo fixado por este instrumento convocatório.

15.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital, ficando ciente, desde já o declarante que sua proposta será desclassificada e as irregularidades apuradas no competente processo administrativo a ser instaurado pelo pregoeiro e equipe de apoio.

16. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

16.1. Para o julgamento e classificação das propostas, nesta licitação, será adotado o critério de MENOR PREÇO - VALOR GLOBAL (LOTE ÚNICO), sendo

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 15
Fls. 646
Mov. 57

desclassificadas as propostas com valor acima do máximo definido em Edital para o lote único, assim como as propostas que preverem valores superiores para qualquer um dos itens descritos no Termo de Referência e, ainda, as que não atenderem os requisitos do Edital e de seus anexos. O PROPONENTE DEVE, OBRIGATORIAMENTE, O ITEM INTEGRANTE DO LOTE EM VALOR IGUAL OU INFERIOR AO DISCRIMINADO NO TERMO DE REFERÊNCIA.

16.2. Consoante o art. 89 da Lei Estadual nº 15.608/07, as propostas com valor global ou valor unitário superior ao limite estabelecido - (preço máximo e preço por item) -, bem como as propostas com preços inexequíveis, assim considerados como preços nos quais os licitantes não demonstrem serem viáveis, através de documentação que comprove serem fundados em custos de insumos coerentes com os praticados pelo mercado e em coeficientes de produtividade compatíveis com a execução do objeto do contrato, e ainda, aqueles preços que não atenderem as normas desse edital. Todos os proponentes que se enquadrarem nestas disposições terão suas propostas desclassificadas.

16.2.1.O Pregoeiro poderá sanear as propostas que se enquadrarem no item 16.2 de acordo com a regra constante do art. 85, no § 2º da Lei Estadual 15.608/2007.

16.3. A classificação e o julgamento das propostas são atos exclusivos do Pregoeiro, podendo desclassificar as propostas em desacordo com este Edital ou ainda, que se revelarem manifestamente inexequíveis, por fatos comprovados durante o processo de seleção, ou por motivo superveniente somente conhecido após a declaração de vencedor operada pelo Pregoeiro no sistema eletrônico.

16.4. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, se o licitante desatender às exigências da fase de habilitação ou se houver recusa da primeira classificada em confirmar sua proposta, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta, ou lance que atenda às normas do edital.

16.5. Ocorrendo as situações previstas no item anterior, o pregoeiro poderá negociar com o licitante posteriormente classificado para que seja obtido preço melhor.

16.6. No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas de caráter formal que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, adotando-se o mesmo critério estabelecido no item 16.4 retro escrito.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 16 Fls. 647 Mov. 57

16.7. Não serão aceitos valores cotados com mais de 02 (duas) casas decimais após a vírgula.

16.8. Após a análise da proposta de menor preço, comprovado o atendimento às exigências fixadas neste edital e aos requisitos da habilitação, o licitante será declarado vencedor.

17. DOS RECURSOS

17.1. Qualquer licitante poderá, após a declaração do vencedor da disputa, pelo pregoeiro, manifestar a intenção de recorrer, via Sistema, de forma motivada, em campo próprio do sistema.

17.2. O sistema aceitará as manifestações de intenção de recurso no prazo de 24 horas após a declaração do licitante vencedor.

17.3. Ao recorrente será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

17.4. Os recursos, razões e contrarrazões deverão ser protocolados na sede do PALCOPARANÁ, nos prazos previstos neste Edital.

17.5. A falta de manifestação quanto à intenção de recorrer, nos termos do item 18.1, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.

17.6. O acolhimento de recurso administrativo, interposto nos estritos termos da legislação e consoante aos dispositivos deste edital, importará tão somente na invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento nos termos do §7º do art. 94 da lei 15.608/2007.

17.7. Os recursos referentes às fases de habilitação e julgamento de propostas não terão efeito suspensivo, o tendo nos demais casos em que houver razões de interesse público, desde que devidamente justificadas e fundamentadas pela Pregoeira.

17.8. A interposição de recurso devidamente motivado, por qualquer licitante, inclusive aquele que, porventura venha a ser desclassificado antes da disputa, ocorrerá somente após declarado vencedor pelo Pregoeiro.

18. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

18.1. Verificada a aceitabilidade da proposta de menor preço, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor e decididos os recursos, a pregoeira adjudicará o

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 17
Fls. 648
Mov. 57

objeto e encaminhará o procedimento licitatório à autoridade competente para homologação.

18.2. A adjudicação de lote, com recurso interposto, só poderá ser realizada pela Autoridade Competente.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS - PENALIDADES:

19.1. - O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às seguintes sanções administrativas:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 05 (cinco) anos.

II - As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item anterior poderão ser aplicadas ao adjudicatório e ao contratado, cumulativamente com a multa.

III - Advertência será aplicada por conduta que prejudique o andamento do procedimento de licitação e de contratação.

IV - A multa, de 0,1% (zero vírgula um por cento) até 1% (um por cento) sobre o valor total do lote no qual participou, será aplicada a quem:

a) retardar ou impedir o andamento do procedimento licitatório

b) não mantiver sua proposta

c) apresentar declaração falsa

d) deixar de apresentar documento na fase de saneamento

e) apresentar documento falso;

f) de forma injustificada, deixar de assinar o contrato ou instrumento equivalente;

g) foi advertido e reincidiu pelo(s) mesmo(s) motivo(s).

V - A multa, de 1% (um por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor do faturamento mensal, será aplicada por atraso injustificado na execução dos contratos de prestação de serviços continuados ou de fornecimento parcelado de bens.

VI - A multa, de 0,1% (zero vírgula um por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, será aplicada no caso de inexecução total ou parcial do contrato.

VII - A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (dois) anos, será aplicada a

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 18
Fls. 649
Mov. 57

participante que:

a) recusar-se injustificadamente, após ser considerado adjudicatário, a assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração;

b) não mantiver sua proposta;

c) abandonar a execução do contrato;

d) incorrer em inexecução contratual.

VIII - A declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, será aplicada a quem:

a) fizer declaração falsa na fase de habilitação;

b) apresentar documento falso;

c) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o procedimento;

d) afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

e) agir de má-fé na relação contratual, comprovada em procedimento específico;

f) tenha sofrido condenação judicial definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

g) demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em especial infrações à ordem econômica definidos na Lei Federal nº 8159/91;

h) tenha sofrido condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei. IX - A autoridade máxima do órgão ou entidade é a autoridade competente para impor a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, bem como a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

X - Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com a Administração ou da declaração de inidoneidade:

a) às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

b) as pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no inciso anterior.

XI - Todas as penalidades descritas neste contrato somente serão efetivamente

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 19
Fls. 650
Mov. 57

aplicadas após instauração de regular processo administrativo com o exercício da ampla defesa e o cumprimento do princípio constitucional do contraditório.

XII - Após decisão definitiva proferida no processo administrativo, as multas aplicadas deverão ser recolhidas à conta da CONTRATANTE no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação, sob pena de seu valor ser descontado da garantia do contrato ou do documento de cobrança, na ocasião do pagamento, podendo, ainda, ser exigida judicialmente.

XIII - Nos casos não previstos neste contrato e no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observados, de forma subsidiária, as disposições da Lei Estadual nº 15608/2007 e Lei nº 8666/1993.

XIV - Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no cadastro de licitantes do Estado.

20. DA INSTRUMENTALIZAÇÃO DO CONTRATO

20.1. Será formalizado mediante contrato, de acordo com o modelo constante do Anexo VI, pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado mediante aditamento, a critério do PALCOPARANÁ, observados os limites legais estabelecidos pela Lei de Licitações.

20.2. A adjudicatária será convocada para, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da respectiva convocação, assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nas Leis Federal e Estadual de Licitações.

20.3. Esgotado o prazo estipulado no subitem "20.2" sem aposição das correspondentes assinaturas no instrumento formal do contrato, presumir-se-á desistência da licitante vencedora de celebrar o contrato.

20.4. A não assinatura do contrato por desistência, inclusive presumida, da licitante vencedora, ou por motivo a ela atribuído, acarretará as seguintes consequências:

20.4.1. Perda de todos os direitos da licitante vencedora com relação à adjudicação do objeto da presente licitação e aplicação das sanções legais cabíveis por descumprimento total da obrigação assumida;

20.4.2. Convocação das licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, sendo o contrato celebrado com a licitante que aceitar a contratação em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada – inclusive quanto ao preço, atualizado;

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 20
Fls. 651
Mov. 57

20.4.3. A licitante remanescente que não aceitar a contratação nas mesmas condições propostas pelo primeiro adjudicatário, inclusive quanto ao prazo e preço, não se aplicam as disposições do subitem "20.4".

20.5. Decorridos 60 (sessenta) dias da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

21.1. A contratada obriga-se:

21.1.1. Fornecer suporte técnico para solução de eventuais problemas constatados pela Contratante;

21.1.2. Assegurar aos usuários o crédito mensal eletrônico, bem como, o funcionamento do sistema online, com a possibilidade de contato telefônico por meio de SAC, de forma gratuita e 24h por dia;

21.1.3. Substituir, obrigatoriamente, os cartões que apresentarem qualquer tipo de defeito, sem qualquer ônus ou custo adicional ao PALCOPARANÁ ou a seu beneficiário;

21.1.4. Responsabilizar-se pelos danos ou prejuízos que venha causar ao PALCOPARANÁ ou a seus empregados, por ação ou omissão própria em razão dos serviços ora contratados;

21.1.5. Ter obrigatoriamente em sua rede conveniada estabelecimentos comerciais nas localidades indicadas nos itens 3.1.5 do Anexo I (Termo de Referência), mantendo, nos referidos estabelecimentos, em locais de fácil visualização, a indicação de adesão por meio de placas, selos identificadores, adesivos ou qualquer outro meio de identificação;

21.1.6. Providenciar o credenciamento de outros estabelecimentos, caso ocorra a alteração da rede conveniada, de forma a garantir o padrão de qualidade e atendimento, em número suficiente de estabelecimentos, durante todo o Contrato, inclusive quando solicitado pelo PALCOPARANÁ, se constatadas irregularidades no estabelecimento conveniado, tais como: má qualidade da alimentação e falta de higiene;

21.1.7. Garantir a qualidade de sua rede conveniada, fiscalizando as instalações internas e externas dos estabelecimentos conveniados, condições de higiene, bem como a qualidade da alimentação servida, de acordo com as determinações contidas no PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador) e demais legislações aplicáveis à espécie;

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 21
Fls. 652
Mov. 57

21.1.8. Cumprir rigorosamente a legislação no âmbito federal, estadual e municipal com relação ao objeto da prestação dos serviços;

21.1.9. Indicar preposto para acompanhamento dos serviços, e esclarecimentos de questões advindas do objeto contratado, isso com atendimento direto e personalizado;

21.1.10. Disponibilizar central de atendimento (24h) com serviços de comunicação de perda, roubo, extravio ou dano, bloqueio e desbloqueio e solicitação de 2ª (segunda) via de cartão magnético e/ou eletrônico e senha;

21.1.11. A Contratada permitirá o acúmulo de créditos e disponibilizará os valores remanescentes dos respectivos cartões enquanto durar a vigência do contrato;

21.1.12. O início da vigência contratual está estipulado para 01/12/2018, podendo o PALCOPARANÁ designar outra data para tanto caso o certame não reste concluído até a referida data;

21.1.13. Garantir a execução dos serviços contratados, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente, responsabilizando-se diretamente pelos serviços contratados, observando a Portaria nº 03. de 01/03/2002 do Ministério do Trabalho e Emprego ou quaisquer outros que venham a substituí-los, alterá-los ou complementá-los;

21.1.14. Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução dos serviços contratados;

21.1.15. Pagar diretamente aos estabelecimentos credenciados os valores correspondentes aos valores fornecidos, não havendo qualquer responsabilidade solidária do PALCOPARANÁ na hipótese da Contratada deixar de cumprir suas obrigações perante aqueles estabelecimentos;

21.1.16. Disponibilizar para o PALCOPARANÁ, sistema próprio para pedidos de créditos mensais, solicitação de emissão dos cartões, no prazo de 5 (cinco) dias corridos da assinatura do Contrato. Este sistema deverá possibilitar também o acompanhamento dos pedidos e consulta via WEB;

21.1.17. Manter sigilo quanto às informações dos empregados do PALCOPARANÁ contidas no banco de dados da Contratada;

21.1.18. Manter, durante toda a execução deste Contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação/qualificação na fase da licitação, mantendo atualizadas junto ao SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ as provas de sua adimplência com a Seguridade Social (Certidão Negativa de Débitos – CND), bem como da quitação de impostos e outros gravames que incidam sobre a atividade do contrato sob pena de

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 22
Fls. 653
Mov. 57

suspensão dos pagamentos a que tiver direito.

21.2. Informar à Administração sobre a ocorrência de fatos que possam interferir, direta ou indiretamente, na entrega a ser efetuada

21.3. Informar e manter atualizado(s) o(s) número(s) de telefone e/ou endereço eletrônico (e- mail), bem como nome da pessoa autorizada para contatos que se fizerem necessários por parte da Administração

21.4. Os contatos de que trata o item anterior serão formalizados pelo licitante, não sendo permitido ao licitante alegar qualquer impedimento que o desonere de cumprir com as obrigações deles decorrentes.

21.5. Prestar todas e qualquer diligencia solicitada pela contratante.

21.6. Os contatos, de que trata o item anterior, serão sempre efetivados por escrito sendo que as comunicações entre Administração e licitante vencedora comporão pasta própria no SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ.

21.7. Treinar gratuita e adequadamente, sempre que necessário, os servidores designados pelo SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ, Divisão Administrativa, para a completa execução e acompanhamento do objeto deste edital.

21.8. Supervisionar os serviços, através de pessoal próprio e especializado.

21.9. Fornecer o sistema de controle.

21.10. A licitante se obriga, por seus sócios, diretores, gerentes e empregados e prepostos, a manter absoluto sigilo dos dados e informações a que tiver acesso em decorrência dos serviços prestados, durante a execução e após o encerramento do contrato, respondendo integralmente perante a contratante pelos danos decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, sem prejuízo das demais sanções contratuais e legais cabíveis, inclusive criminais, reservando exclusivamente a contratante o direito de utilização e divulgação dos trabalhos elaborados.

22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

22.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 8.666/93, são obrigações da CONTRATANTE:

22.1.1. Exercer a fiscalização dos produtos e serviços por servidores especialmente designados e documentar as ocorrências havidas;

22.1.2. Proporcionar à CONTRATADA as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratados;

22.1.3. Prestar aos funcionários da CONTRATADA todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados;

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 23
Fls. 654
Mov. 57

22.1.4. Efetuar o pagamento a licitante vencedora, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

22.1.5. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo;

22.1.6. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

22.2. A CONTRATADA será remunerada pela Taxa de Administração proposta que será aplicada sobre o valor dos créditos da fatura mensal.

22.3. O valor de crédito médio para cada Cartão Magnético Alimentação com uso de senha para inicio do contrato será de R$ 300,00 (trezentos reais), sendo este valor composto do valor do beneficio por dia, estipulado atualmente no montante de R$ 15,00, conforme Convenção Coletiva proposta pelo SECRASO/SENALBA-PR, multiplicado pelo dias uteis dentro do mês. Para o cálculo médio, estipulou-se 20 dias uteis.

22.4. O valor atual médio de R$ 300,00 (trezentos reais), para cada cartão magnético, será reajustado em conformidade com o que determina a Convenção Coletiva proposta pelo SECRASO-PR / Senalba-PR

23. DO PAGAMENTO

23.1. O pagamento referente ao objeto desta licitação será efetuado pelo SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento da fatura/nota fiscal. O pagamento será realizado por meio de boleto bancário

23.2. O pagamento será efetivado via sistema eletrônico até a data do vencimento, à ordem do favorecido, no banco, agência e conta designados, ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, não podendo ser imposta qualquer espécie de multa moratória ou juros moratórios por demora de até 3 (três) dias úteis que ultrapassar a data do vencimento, após a data da referida Ordem Bancária, se a mesma foi emitida tempestivamente;

23.3. Na Taxa de Administração de serviços que constitui a única e completa remuneração para os serviços objeto deste contrato, estão computados todos os custos e despesas, nada mais podendo a CONTRATADA, pleitear a título de pagamento, reembolso ou remuneração em razão do contrato, de sua celebração e cumprimento.

23.4. O CNPJ constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta, sob pena de não ser efetuado o pagamento.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 24
Fls. 655
Mov. 57

23.5. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe tenha sido imposta pelo órgão contratante, em decorrência de penalidade ou inadimplência, nos termos da legislação vigente e dos termos deste EDITAL.

23.6. Os documentos de cobrança serão apresentados ao SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ, em 2 (duas) vias de igual teor, inclusive da Nota Fiscal, e deverão conter as seguintes informações: números do contrato, órgão usuário, identificação do responsável pelo recebimento; data do vencimento; descrição do fornecimento.

23.7. O SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ deverá se manifestar quanto à correção ou não dos documentos de cobrança em até 3 (três) dias úteis a partir da data de sua apresentação.

23.8. Os documentos de cobrança que contiverem incorreções serão devolvidos à origem, reiniciando- se o procedimento previsto no subitem acima, a partir da data de reapresentação do documento corrigido.

23.9. O SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ rejeitará no todo ou em parte, produtos em desacordo com o contratado.

23.10. O pagamento, mediante emissão de qualquer ordem bancária, será realizado desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias;

23.11. A critério da Contratante poderá ser utilizado o valor contratualmente devido para cobrir dívidas de responsabilidade da Contratada, para com a Contratante, relativas a multas que lhes tenham sido aplicadas em decorrência da irregular execução contratual ou para ressarcimento de eventuais danos ocasionados e assumidos pela Contratada;

23.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, por culpa da Contratante, o valor devido gera à Contratada, o direito à atualização financeira desde a data final do período de adimplemento até a data do efetivo pagamento, tendo como base a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional, pro rata tempore-die, de forma não composta, devendo os cálculos dos encargos, de cada mês, serem feitos utilizando-se a taxa do mês anterior ao da apuração desses encargos, em conformidade com o artigo 406 da Lei nº 10.406/02 - Código Civil;

23.13. A Nota Fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 25
Fls. 656
Mov. 57

de habilitação e das propostas de preços.

23.14. Será retiro na fonte o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), bem assim a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e a Contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos efetuados, utilizando-se as alíquotas previstas para o objeto desta licitação, conforme Instrução Normativa SRF nº 1234/2012

24. DA REVISÃO CONTRATUAL

24.1. Havendo necessidade de revisão contratual por eventos imprevisíveis, caso fortuito ou força maior, com vistas a restabelecer o equilíbrio econômico- financeiro do contrato, após a devida comprovação pelo interessado, a revisão poderá ser feita mediante aditamento contratual, obedecendo- se o disposto no artigo 112 da Lei n.º 15.608/07.

24.2. RECOMPOSIÇÃO/ ATUALIZAÇÃO DE PREÇOS:

24.2.1. O preço unitário dos cartões poderá ser alterado para mais, em decorrência da norma do subitem 22.4, sendo, contudo mantido o percentual da taxa de administração vencedora do procedimento licitatório.

24.2.2. Na hipótese de solicitação de revisão de taxa de administração pela CONTRATADA, esta deverá demonstrar a quebra de equilíbrio econômico- financeiro do contrato, por meio de apresentação de planilha (s) detalhada (s) de custos seguindo a mesma metodologia da planilha apresentada para assinatura do contrato e documentação correlata, notas fiscais de aquisição de produtos e/ou matérias - primas, etc) que comprovem que a contratação tornou-se inviável nas condições inicialmente avençadas.

24.2.3. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela CONTRATANTE, esta deverá comprovar o rompimento do equilíbrio econômico- financeiro do contrato, em prejuízo da Administração;

24.2.4. É facultado à contratante realizar pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos anteriores, a decisão quanto a revisão de preços solicitadas pela contratada.

24.2.5. A eventual autorização de revisão dos preços contratuais será concedida após a análise técnica e jurídica da contratante, porém contemplará as entregas realizadas a partir da data do efetivo desequilíbrio da equação econômico- financeira apurada no processo administrativo.

Os novos preços serão considerados somente após autorizados pela autoridade

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 26
Fls. 657
Mov. 57

competente.

24.2.6. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a contratada não poderá suspender o fornecimento e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes;

24.2.7. A contratante deverá, quando autorizada a revisão dos preços, lavrar Termo Aditivo com os preços revisados e emitir nota de empenho complementar, inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos fornecimentos realizados após o desequilíbrio da equação econômica financeira.

25. FISCALIZAÇÃO

25.1. O contrato será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação do SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ.

25.2. A ação fiscalizadora será realizada pelo Setor de Administrativo do SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ, que se reserva no direito de rejeitar no todo ou em par te o serviço prestado s e ele estiver em desacordo com o estabelecido no contrato.

25.3. A fiscalização será exercida no interesse da Administração, não excluindo nem reduzindo a responsabilidade da CONTRATADA perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na sua ocorrência, não implicará em co-responsabilidade do SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ ou de seus agentes e prepostos.

25.4. Toda a correspondência referente ao Contrato, exceto as de rotina, deverão ser feitas por ofício e na hipótese da CONTRATADA se negar a assinar o recebimento será feita através de carta, enviada pelo correio, registrada, considerando-se feita à comunicação para todos os efeitos.

26. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

26.1. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação ou da aquisição objeto do presente edital.

26.2. É facultado ao PREGOEIRO ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a com vistas a esclarecer a instrução do processo.

26.3. Todas as questões omissas, concernentes aos procedimentos do presente certame licitatório serão dirimidas pelo Pregoeiro, auxiliado pela Equipe de apoio

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 27
Fls. 658
Mov. 57

26.4. Havendo necessidade, O SERVIÇO SOCIAL PALCOPARANÁ poderá prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para a abertura da sessão pública.

26.5. Reserva- se à autoridade competente, o direito de revogar no todo ou em parte a presente licitação, visando preservar o interesse público; devendo anulá-la por ilegalidade, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe no art. 49 da Lei 8.666/93.

26.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

26.7. Todas as questões omissas concernentes a esta Licitação e a execução de seu objeto serão dirimidas pelo PREGOEIRO, auxiliado pela Equipe de apoio.

26.8. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

26.9. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

26.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia e incluir-se- á o do vencimento.

26.11. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nelas contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Os licitantes intimados para prestarem quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo PREGOEIRO, que não poderá exceder a 05(cinco) dias úteis a contar do recebimento da respectiva intimação, sob pena de desclassificação/inabilitação, após regular notificação e exercício do contraditório.

26.12. O desatendimento a exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

26.13. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

26.14. Quaisquer informações e dúvidas poderão ser obtidas diretamente com o

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 28
Fls. 659
Mov. 57

Pregoeiro.

26.15. As dúvidas de caráter técnico-legal na interpretação dos termos deste Edital deverão ser suscitadas por escrito, ao Pregoeiro, para os esclarecimentos necessários, até 02 (dois) dias úteis antes da data do recebimento das propostas.

26.16. Não serão atendidas solicitações formuladas após o prazo estabelecido, salvo se ocorrer fato superveniente.

26.17. As dúvidas a serem dirimidas por telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informal.

26.18. A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito a contratação do objeto licitado.

26.19. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital, será o Foro da Seção Judiciária de Curitiba, no que se refere a qualquer ação ou medida judicial originada ou referente a esta licitação.

26.20. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Estado.

26.21. A participação do licitante nesta licitação implica a aceitação de todos os termos deste EDITAL.

26.22. A contratada não poderá utilizar, sem a prévia e expressa autorização, o nome da contratante, ou sua qualidade de contratada.

26.23. A licitante vencedora se responsabilizará por seus empregados, prepostos, herdeiros e sucessores, por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que, a qualquer título venha causar ao SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ ou a terceiros, em decorrência da execução do fornecimento, objeto desta licitação desde que comprovada a sua responsabilidade, ficando também responsável por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, acidentários, civis, tributários e comerciais, bem como pela contratação de seguros e fretes em decorrência do fornecimento objeto desta Licitação.

26.24. Todas as questões omissas concernentes a esta licitação e a execução de seu objeto serão dirimidas, pelo Pregoeiro e pela Comissão de Licitação do SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ

26.25. A ata oficial somente terá validade quando o objeto já estiver adjudicado. A ata gerada imediatamente após o término da disputa contém somente os dados informativos e necessários o Pregoeiro para classificação e declaração de vencedor não se constituindo documento de adjudicação e/ou homologação, ato este privativo

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 29
Fls. 660
Mov. 57

da autoridade que instaurou o certame.

26.26. Para todos os efeitos legais, os Anexos integram este Edital, à estes ficando vinculadas as propostas vencedoras.

26.27. O licitante/proponente que deixar de atualizar e/ou informar endereços, telefones, correios eletrônicos para ser comunicado dos atos procedimentais deste certame, não poderá alegar desconhecimento destes atos e tampouco usar a ausência de comunicação como argumento de recursos administrativos.

26.28. O licitante deverá fazer constar no campo específico a marca e outras características, quando o item assim o exigir, conforme indicado no Anexo I.

26.29. Como requisito para participação no pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento, anuência e atendimento às exigências prevista no Edital e de sua habilitação. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos do Edital e da sua habilitação sujeitará o licitante às sanções previstas no item 16 deste Edital.

26.30. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro.

26.31. A participação do licitante nesta licitação implica a aceitação de todos os termos deste Edital.

27. DOS ANEXOS

27.1. Integram este EDITAL os seguintes documentos anexos:

ANEXO I – Termo de referência;

ANEXO II – Modelo da Proposta

ANEXO III – Exigências para Habilitação

ANEXO IV- Modelo de Declaração de não utilização de mão de obra de menores e de inexistência de fato impeditivo;

ANEXO V - Modelo de Declaração de cumprimento ao Decreto n.° 6.252/06;

ANEXO VI - Declaração de EPP e ME;

ANEXO VII - Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação;

ANEXO VIII - Modelo de Minuta de Contrato

CURITIBA, 11 de outubro de 2018

Equipe de Apoio

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 30
Fls. 661
Mov. 57

PALCO PARANÁ

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. ESPECIFICAÇÕES DO OBJ ETO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento, implementação e administração de benefício alimentação aos servidores do SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ, que possibilitem a aquisição de gêneros alimentícios "in natura" através de rede de estabelecimentos credenciados, na forma definida na legislação do Ministério de Trabalho e Emprego que regulamenta o PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A contratação do gerenciamento dos créditos de alimentação se faz necessário em atendimento a benefício concedido aos colaboradores no Acordo Coletivo de Trabalho - ACT 2016/2017 firmado com sindicatos laborais que representam as categorias profissionais dos empregados da Instituição, bem como, em observância à legislação trabalhista.

3. ESPECIFICAÇÕES

3.1. Os serviços a serem contratados serão prestados com as seguintes características e especificações:

3.1.1. O benefício alimentação será fornecido através de cartões eletrônicos /magnéticos em PVC, com sistema de controle de saldo e senha numérica pessoal e intransferível, para validação das transações eletrônicas, através de sua digitação em equipamento POS/PDV ou similar pelo usuário/servidor no ato da aquisição dos gêneros alimentícios nos estabelecimentos credenciados.

3.1.2. Os cartões eletrônico-magnéticos alimentação deverão ser entregues personalizados com nome do usuário, razão social da contratante e numeração de identificação sequencial.

3.1.3. Os cartões eletrônico-magnéticos alimentação deverão ser entregues em envelope lacrado, com manual básico de utilização e bloqueados. O desbloqueio dos cartões deverá ser feito através de central de atendimento telefônico.

3.1.4. Os cartões eletrônico-magnéticos alimentação deverão possibilitar a utilização do benefício alimentação convênio pelos servidores do SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ na aquisição de gêneros alimentícios "in natura", em ampla e abrangente rede de estabelecimentos afiliados (Hipermercados,

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 31
Fls. 662
Mov. 57

Supermercados, Mercados, Mercearias, Açougues, Frutarias, Peixarias, Padarias, etc), de acordo com o definido na legislação que regulamenta o PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador.

3.1.5. A rede deverá possuir no mínimo (1) um estabelecimento credenciado em 60% dos municípios a seguir relacionados, e, para Curitiba, no mínimo 5 (cinco) redes de Supermercado, Hipermercado e congêneres.

Municípios	Municípios	Municípios
Apucarana	Medianeira	Ivatuba
Arapongas	Missal	Mandaguaçu
Cambira	Ramilandia	Mandaguari
Faxinal	Santa Terezinha de Itaipu	Marialva
Jandaia do Sul	São Miguel do Iguaçu	Maringá
Marumbi	Serranópolis do Iguaçu	Paiçandu
Rio Bom	Ampere	Presidente Castelo Branco
Almirante Tamandaré	Barracão	Santo Inácio
Campina Grande do Sul	Bela Vista da Caroba	Sarandi
Campo Magro	Bom Jesus do Sul	Antonina
Colombo	Capanema	Guaraqueçaba
Itaperuçu	Francisco Beltrão	Guaratuba
Pinhais	Marmeleiro	Matinhos
Piraquara	Perola do Oeste	Paranaguá
Quatro Barras	Pinhal de São Bento	Alto Paraná
Rio Branco do Sul	Planalto	Cruzeiro do Sul
Tunas do Paraná	Pranchita	Guairaca
Agudos do Sul	Realeza	Inaja
Araucária	Salgado Filho	Jardim Olinda
Balsa Nova	Santa Izabel do Oeste	Nova Esperança
Campo Largo	Santo Antonio do Sudoeste	Paraiso do Norte
Contenda	Vere	Paranavaí
Fazenda Rio Grande	Boa Esperança	São Carlos do Ivaí
Lapa	Goioere	Tamboara
Rio Negro	Janiópolis	Terra Rica
São Jose dos Pinhais	Juranda	Uniflor
Tijucas do Sul	Moreira Sales	Chopinzinho

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 32
Fls. 663
Mov. 57

PALCO PARANÁ

Assis Chateaubrian	Ubirata	Clevelândia
Formosa do Oeste	Candoi	Coronel Domingos Soares
Jesuitas	Foz do Jordão	Coronel Vivida
Nova Aurora	Goioxim	Honorio Serpa
Tupassi	Guarapuava	Itapejara do Oeste
Araruna	Pinhão	Mangueirinha
Barbosa Ferraz	Reserva do Iguaçu	Palmas
Campina da Lagoa	Ibaiti	Pato Branco
Campo Mourão	Siqueira Campos	São João
Corumbatai do Sul	Tomazina	Saudade do Iguaçu
Engenheiro Beltrão	Fernandes Pinheiro	Boa Ventura de São Roque
Fenix	Guamiranga	Laranjal
Iretama	Inacio Martins	Mato Rico
Luiziana	Irati	Nova Tebas
Nova Cantu	Prudentópolis	Palmital
Peabiru	Rio Azul	Pitanga
Quinta do Sol	Arapua	Santa Maria do Oeste
Roncador	Ariranha do Ivaí	Carambei
Boa Vista da Aparecida	Candido de Abreu	Castro
Braganey	Grandes Rios	Imbituva
Cafelândia	Ivaipora	Ivai
Capitão Leonidas Marques	Jardim Alegre	Palmeira
Cascavel	Lunardelli	Ponta Grossa
Catanduvas	Manoel Ribas	Porto Amazonas
Ceu Azul	São João do Ivaí	Tibagi
Guaraniaçu	São Pedro do Ivaí	Curiuva
Ibema	Abatia	Imbau
Iguatu	Barra do Jacaré	Ortigueira
Lindoeste	Cambara	Reserva
Santa Lucia	Joaquim Tavora	Telemaco Borba
Três Barras do Paraná	Ribeirão Claro	Entre Rios do Oeste
Cianorte	Santo Antonio da Platina	Guaira
Indianápolis	Diamante do Sul	Marechal Candido Rondon
Rondon	Laranjeiras do Sul	Mercedes
São Manoel do Paraná	Marquinho	Nova Santa Rosa

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 33
Fls. 664
Mov. 57

Tapejara	Porto Barreiro	Palotina
Assai	Quedas do Iguaçu	Pato Bragado
Bandeirantes	Rio Bonito do Iguaçu	Santa Helena
Congonhinhas	Virmond	São Jose das Palmeiras
Cornélio Procópio	Marilena	Toledo
Itambaraca	Nova Londrina	Cruzeiro do Oeste
Jataizinho	Planaltina do Paraná	Icaraima
Leopolis	Porto Rico	Ivate
Santa Mariana	Querência do Norte	Maria Helena
Santo Antonio do Paraíso	Santa Cruz do Monte Castelo	Nova Olimpia
São Jeronimo da Serra	Santa Izabel do Ivaí	São Jorge do Patrocinio
São Sebastião da Amoreira	Cambé	Umuarama
Sertaneja	Florestópolis	Alto Paraiso
Curitiba	Ibipora	Antonio Olinto
Boa Esperança do Iguaçu	Londrina	Bituruna
Cruzeiro do Iguaçu	Porecatu	Cruz Machado
Dois Vizinhos	Prado Ferreira	Paulo Frontin
Nova Esperança do Sudoeste	Rolândia	São Mateus do Sul
Nova Prata do Iguaçu	Tamarana	União da Vitória
Salto do Lontra	Atalaia	Arapoti
Foz do Iguaçu	Florida	Jaguariaiva
Itaipulandia	Iguaraçu	Salto do Itararé
Wenceslau Braz	Senges	

3.1.6. O vencedor da licitação, terá um prazo de 60 dias após assinatura do contrato, para credenciar no mínimo 1 (um) estabelecimento no restante dos municípios em que não possuem estabelecimentos credenciados.

3.1.7. O reembolso às empresas credenciadas será efetuado pontualmente, sob inteira responsabilidade da Contratada, independentemente da vigência do contrato, ficando claro que a Contratante não responderá solidária nem subsidiariamente por esse reembolso.

3.1.8. Poderão ser exigidas cópias dos convênios celebrados com os referidos estabelecimentos a critério da Contratante.

3.1.9. A contratada deverá manter, nas empresas credenciadas e/ou afiliadas à sua

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 34
Fls. 665
Mov. 57

rede, indicação de adesão por meio de placas, selos identificadores ou adesivos.

3.1.10. Os cartões eletrônico-magnéticos alimentação deverão ser entregues no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data da solicitação pela contratante. A Segunda via do cartão eletrônico alimentação será entregue no mesmo prazo e sem ônus para contratante.

3.2. A contratada, quando solicitado pela contratante, deverá disponibilizar relatórios gerenciais com as seguintes informações mínimas:

3.2.1. Nome do usuário, número do cartão, data e valor do crédito concedido;

3.2.2. Quantidade de cartões eletrônicos/magnéticos alimentação reemitidos por usuário.

3.3. Deverá ser disponibilizado os seguintes serviços para os usuários:

3.3.1. Consulta de saldo dos cartões eletrônicos;

3.3.2. Consulta de rede via "web";

3.3.3. Comunicação de perda, roubo, extravio ou dano através de central telefônica;

3.3.4. Solicitação de Segunda via de cartão eletrônico e senha através de central telefônica;

3.3.5. No caso da contratada utilizar "off line" deverá ser disponibilizado pela contratada terminais para recarga, consulta saldo, troca de senha, onde o número de funcionários justifique, em locais a serem indicados pela contratante.

3.4. A contratada deverá disponibilizar uma Central de Atendimento.

3.5. A contratada deverá manter representante na região à disposição do SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ para solução de situações diversas que possam ocorrer ao longo do contrato.

3.6. A contratada deverá dispor de central de atendimento telefônico para atendimento do contratante.

3.7. Serão exigidas providências imediatas quanto à correção das deficiências apontadas pela Contratante, em relação à execução dos serviços contratados.

3.8. A quantidade de cartões eletrônico-magnéticos alimentação é de até 80 (oitenta) com valor de crédito mensal médio de R$ 300,00 (trezentos reais) por cartão, totalizando R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) de benefícios, que poderá ser reduzida, mês a mês, na medida em que empregados da PALCOPARANÁ forem desligados do quadro funcional.

3.9. Os pagamentos referentes aos benefícios e mais a taxa de administração, serão realizados no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da respectiva fatura à CONTRATANTE.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 35
Fls. 666
Mov. 57

3.10. A empresa vencedora do certame licitatório deverá isentar a taxa de emissão do cartão magnético, bem como a taxa de reemissão do mesmo, em caso de perda, roubo, furto ou dano.

3.11. À CONTRATANTE, dez dias antes da data da efetivação do crédito nos cartões magnéticos, que deverão ocorrer sempre no 5º (quinto) dia útil de cada mês, encaminhará uma listagem atualizada dos beneficiários que receberão estes benefícios naquele mês.

4. LOCAIS DE ENTREGA

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ, Rua XV de Novembro, 971 Centro – Curitiba/PR - 80.060-000

5. PRAZO DO CONTRATO

5.1. O contrato será celebrado pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado mediante aditivo, a critério do PALCOPARANÁ, observados os limites legais estabelecidos pela Lei de Licitações.

6. ACOMPANHAMENTO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

6.1. O funcionário do setor administrativo ficará responsável pela conferência do recebimento, controle da qualidade e prazos do serviço entregue.

7. PESQUISA DE PREÇO:

7.1. A disputa dar-se-á através da menor taxa de administração em porcentagem, sendo a taxa máxima de administração de 1,00% (um) por cento, sobre o crédito mensal médio de R$ 24.000,00 (vinte a quatro mil reais) referente a estimativa de 80 cartões magnéticos de vale alimentação (crédito médio de R$ 300,00 por cartão, considerando-se 20 dias trabalhados, com crédito diário no montante de R$ 15,00), totalizando o valor máximo mensal a ser pago pela PALCOPARANÁ de R$ 24.240,00 (vinte e quatro mil, duzentos e quarenta reais), após aplicação da taxa máxima de administração de 1,00 % (um por cento). A quantidade de cartões magnéticos será atualizada de acordo com as regras do subitem 9.1 do Anexo I do Edital de Pregão Presencia 01/2018. O Palcoparaná conta atualmente com o quadro funcional de 53 funcionários, com estimativa mensal de no valor de R$ 15.900,00 (quinze mil e novecentos reais), com valor total, considerando a taxa administrativa de 1% , de R$ 16.059,00 (dezesseis mil e cinquenta e nove reais)

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 36
Fls. 667
Mov. 57

7.1.1. Não será admitida taxa de administração negativa, ou seja, a proponente deverá limitar a sua proposta a 0%, ou seja, isenção da taxa de administração.

7.2. A despesa com objeto da presente licitação estimada para a vigência contratual de 12 meses, tendo em vista o valor mensal médio de R$ 24.240,00 (vinte e quatro mil e duzentos reais) mensais, atingindo o valor de R$ 290.880,00 (duzentos e noventa mil, oitocentos e oitenta reais), para os 80 cartões magnético, observado o inciso 11.1, do Edital de Pregão Presencia 01/2018

8. PARCELAMENTO DO PROJETO

8.1. A despesa com objeto da presente licitação estimada para a vigência contratual de 12 meses, tendo em vista o valor mensal médio de R$ 24.240,00 (vinte e quatro mil e duzentos reais) mensais, atingindo o valor de R$ 290.880,00 (duzentos e noventa mil, oitocentos e oitenta reais), para os 80 cartões magnético.

9. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO SELETIVO

9.1. Para a apresentação da proposta, a empresa concorrente deverá observar as condições previstas neste Termo de Referência, e atender o que dispõe o edital de licitação

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A contratada obriga-se:

10.1.1. Disponibilizar os créditos contratados a cada funcionário cadastrado até o 5º dia útil de cada mês;

10.1.2. Fornecer suporte técnico para solução de eventuais problemas constatados pela Contratante;

10.1.3. Assegurar aos usuários o crédito mensal eletrônico, bem como, o funcionamento do sistema online, com a possibilidade de contato telefônico por meio de SAC, de forma gratuita e 24h por dia;

10.1.4. Substituir, obrigatoriamente, os cartões que apresentarem qualquer tipo de defeito, sem qualquer ônus ou custo adicional ao PALCOPARANÁ ou a seu beneficiário;

10.1.5. Responsabilizar-se pelos danos ou prejuízos que venha causar ao PALCOPARANÁ ou a seus empregados, por ação ou omissão própria em razão dos serviços ora contratados;

10.1.6. Ter obrigatoriamente em sua rede conveniada estabelecimentos comerciais

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 37
Fls. 668
Mov. 57

nas localidades indicadas nos itens 3.1.5 deste Termo, mantendo, nos referidos estabelecimentos, em locais de fácil visualização, a indicação de adesão por meio de placas, selos identificadores, adesivos ou qualquer outro meio de identificação;

10.1.7. Providenciar o credenciamento de outros estabelecimentos, caso ocorra a alteração da rede conveniada, de forma a garantir o padrão de qualidade e atendimento, em número suficiente de estabelecimentos, durante todo o Contrato, inclusive quando solicitado pelo PALCOPARANÁ, se constatadas irregularidades no estabelecimento conveniado, tais como: má qualidade da alimentação e falta de higiene;

10.1.8. Garantir a qualidade de sua rede conveniada, fiscalizando as instalações internas e externas dos estabelecimentos conveniados, condições de higiene, bem como a qualidade da alimentação servida, de acordo com as determinações contidas no PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador) e demais legislações aplicáveis à espécie;

10.1.9. Cumprir rigorosamente a legislação no âmbito federal, estadual e municipal com relação ao objeto da prestação dos serviços;

10.1.10. Indicar preposto para acompanhamento dos serviços, e esclarecimentos de questões advindas do objeto contratado, isso com atendimento direto e personalizado;

10.1.11. Disponibilizar central de atendimento (24h) com serviços de comunicação de perda, roubo, extravio ou dano, bloqueio e desbloqueio e solicitação de 2ª (segunda) via de cartão magnético e/ou eletrônico e senha;

10.1.12. A Contratada permitirá o acúmulo de créditos e disponibilizará os valores remanescentes dos respectivos cartões enquanto durar a vigência do contrato;

10.1.13. O início da vigência contratual está estipulado para 01/12/2018, podendo o PALCOPARANÁ designar outra data para tanto caso o certame não reste concluído até a referida data;

10.1.14. Garantir a execução dos serviços contratados, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente, responsabilizando-se diretamente pelos serviços contratados, observando a Portaria nº 03. de 01/03/2002 do Ministério do Trabalho e Emprego ou quaisquer outros que venham a substituí-los, alterá-los ou complementá-los;

10.1.15. Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução dos serviços

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 38
Fls. 669
Mov. 57

contratados;

10.1.16. Pagar diretamente aos estabelecimentos credenciados os valores correspondentes aos valores fornecidos, não havendo qualquer responsabilidade solidária do PALCOPARANÁ na hipótese da Contratada deixar de cumprir suas obrigações perante aqueles estabelecimentos;

10.1.17. Disponibilizar para o PALCOPARANÁ, sistema próprio para pedidos de créditos mensais, solicitação de emissão dos cartões, no prazo de 5 (cinco) dias corridos da assinatura do Contrato. Este sistema deverá possibilitar também o acompanhamento dos pedidos e consulta via WEB;

10.1.18. Manter sigilo quanto às informações dos empregados do PALCOPARANÁ contidas no banco de dados da Contrata

10.1.19. Manter, durante toda a execução deste Contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação/qualificação na fase da licitação; mantendo atualizadas junto ao SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ as provas de sua adimplência com a Seguridade Social (Certidão Negativa de Débitos – CND), bem como da quitação de impostos e outros gravames que incidam sobre a atividade do contrato sob pena de suspensão dos pagamentos a que tiver direito.

10.1.20. Informar à Administração sobre a ocorrência de fatos que possam interferir, direta ou indiretamente, na entrega a ser efetuada.

10.1.21. Informar e manter atualizado(s) o(s) número(s) de telefone e/ou endereço eletrônico (e- mail), bem como nome da pessoa autorizada para contatos que se fizerem necessários por parte da Administração.

10.1.22. Os contatos de que trata o item anterior serão formalizados pelo licitante, não sendo permitido ao licitante alegar qualquer impedimento que o desonere de cumprir com as obrigações deles decorrentes.

10.1.23. Prestar todas e qualquer diligencia solicitada pela contratante.

10.1.24. Informar à Administração sobre a ocorrência de fatos que possam interferir, direta ou indiretamente, na entrega a ser efetuada.

10.1.25. Informar e manter atualizado(s) o(s) número(s) de telefone e/ou endereço eletrônico (e- mail), bem como nome da pessoa autorizada para contatos que se fizerem necessários por parte da Administração.

10.1.26. Os contatos de que trata o item anterior serão formalizados pelo licitante, não sendo permitido ao licitante alegar qualquer impedimento que o desonere de cumprir com as obrigações deles decorrentes.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 39
Fls. 670
Mov. 57

10.1.27. Prestar todas e qualquer diligencia solicitada pela contratante.

10.1.28. Os contatos, de que trata o item anterior, serão sempre efetivados por escrito sendo que as comunicações entre Administração e licitante vencedora comporão pasta própria no SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ.

10.1.29. Treinar gratuita e adequadamente, sempre que necessário, os servidores designados pelo SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ, Divisão Administrativa, para a completa execução e acompanhamento do objeto deste edital.

10.1.30. Supervisionar os serviços, através de pessoal próprio e especializado.

10.1.31. Fornecer o sistema de controle.

10.1.32. A licitante se obriga, por seus sócios, diretores, gerentes e empregados e prepostos, a manter absoluto sigilo dos dados e informações a que tiver acesso em decorrência dos serviços prestados, durante a execução e após o encerramento do contrato, respondendo integralmente perante a contratante pelos danos decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, sem prejuízo das demais sanções contratuais e legais cabíveis, inclusive criminais, reservando exclusivamente a contratante o direito de utilização e divulgação dos trabalhos elaborados.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 8.666/93, são obrigações da CONTRATANTE:

11.1.1. Exercer a fiscalização dos produtos e serviços por servidores especialmente designados e documentar as ocorrências havidas;

11.1.2. Proporcionar à CONTRATADA as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratados;

11.1.3. Prestar aos funcionários da CONTRATADA todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados;

11.1.4. Efetuar os pagamentos devidos;

11.1.5. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo;

11.1.6. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

11.1.7. A CONTRATADA será remunerada pela Taxa de Administração proposta que será aplicada sobre o valor dos créditos da fatura mensal.

11.1.8. O valor de crédito médio para cada Cartão Magnético Alimentação com uso

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 40
Fls. 671
Mov. 57

de senha para inicio do contrato será de R$ 300,00 (trezentos reais).

11.1.9. O valor atual médio de R$ 300,00 (trezentos reais), para cada cartão magnético, será reajustado em conformidade com o que determina a Convenção Coletiva proposta pelo SECRASO-PR / Senalba-PR

12. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

12.1. A inexecução total ou parcial dos serviços ensejará a rescisão contratual ou ajuste celebrado.

12.2. Qualquer circunstância de rescisão contratual deverá ser formalmente motivada.

12.3. Inexistindo a formalização por escrito de contrato celebrado, integra a contratação de fato contratação de empresa prestadora de serviços de gerenciamento de benefício em cartões magnéticos, para a disponibilização de créditos de natureza alimentar pelo PALCOPARANÁ de o simples ato de expedição da Ordem de Serviço, observadas as disposições deste Termo de Referência.

12.4. Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria Executiva do PALCOPARANÁ, com base nos comandos legais, regulamentos e normas técnicas que disciplinam a questão.

13. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

13.1. Menor Preço

14. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. Para atendimento ao pagamento para este contrato contamos com a dotação orçamentária disponibilizada através do Orçamento do Projeto Atividade nº 5132.13392154.448, emitido em 26/10/2016.

Curitiba, 22 setembro de 2018
Nicole Lemanczyk
Diretora Administrativa Financeira.
PALCOPARANÁ

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 41
Fls. 672
Mov. 57

PALCO PARANÁ

ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO 01/2018

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

Curitiba, de de 2018

.

Ao Serviço Social Autônomo PALCOPARANNÁ ,
Rua Sete de Setembro 5739
Curitiba–PR

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO LIC 01/2018

Prezados Senhores:
Apresentamos, a seguir, nossa proposta de preço, base OUTUBRO 2018, elaborada em conformidade com as especificações contidas no edital em referência:

1. OBJETO, ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS E PREÇO PROPOSTO- LOTE UNICO

VALOR GLOBAL(VG) = R$ xxx,xx (xxxx reais e xx centavos) Sendo VG =

Valor Mensal de Créditos (VMC)	Nº de funcionários (NF)	Meses (12)	Taxa Administrativa (TA)

TOTAL = (VMC x NF x 12) + (TA x NF x 12)

Obs: A taxa de administração deverá ser inferior 1%. Não será admitida taxa de administração negativa, ou seja, a proponente deverá limitar a sua proposta a 0%, ou seja, isenção da taxa de administração

2. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 42
Fls. 673
Mov. 57

O prazo de validade da presente proposta é de 60 (sessenta) dias contados da data da disputa.

3. IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

Nome ou razão social:
CNPJ/MF nº:
Endereço completo (logradouro, nº, bairro, cidade, Estado):
Fone/Fax Endereço eletrônico:
Nome do representante da empresa indicado para contato:
Cargo:
Fone/Fax E-mail:

A presente proposta foi elaborada com estrita observância às exigências do edital do Pregão Eletrônico em referência e seus anexos, e foram consideradas os custos diretos e indiretos inclusive frete, tributos e/ou taxas, impostos e etc.
O prazo de entrega do serviço será de no máximo 5 dia útil, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço, pela contratada, conforme as condições descritas neste Edital.

(nome da proponente e nome/RG/assinatura de seu representante legal ou de seu procurador

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 43
Fls. 674
Mov. 57

PALCO PARANÁ

ANEXO III

PREGÃO ELETRÔNICO 01/2018

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

O licitante arrematante deverá encaminhar ao Serviço Social Autônomo PALCOPARANÁ no prazo máximo de 3 dias úteis após o encerramento da disputa, com a finalidade de comprovar a habilitação jurídica, a qualificação técnica, a qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art.7º da Constituição Federal os seguintes documentos:

1. PROPOSTA:

1.1 - Planilha de custos com especificação detalhada e preço unitário, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, contendo, no máximo duas casas após a vírgula (anexo II).

2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

2.1 - Apresentar um dos documentos a seguir, de acordo com o regime jurídico da proponente:

a) registro comercial, no caso de empresa individual;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores.

A comprovação do Ato Constitutivo em vigor poderá ser feita mediante apresentação do Contrato Social, ou do Estatuto, acompanhado de todas as alterações posteriores, se houver, ou pelo Contrato Consolidado acompanhado das alterações posteriores, se houver ou, ainda, pela Certidão Simplificada da Junta Comercial.

3. REGULARIDADE FISCAL:

3.1 - Apresentar os documentos a seguir, em plena validade na data de abertura da licitação:

a) prova de regularidade para com a fazenda federal, mediante apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 44
Fls. 675
Mov. 57

b) prova de regularidade para com a fazenda estadual ou do Distrito Federal, mediante apresentação Certidão Negativa de Débitos com os Tributos e Contribuições Estaduais ou do Distrito Federal do domicílio da licitante;

c) prova de regularidade para com a fazenda municipal, mediante apresentação Certidão Negativa de Débitos com os Tributos e Contribuições Municipais (exceto Imobiliários) do domicílio da licitante;

d) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) expedido pela Caixa Econômica Federal;

e) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral ou prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ/MF da licitante;

f) prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, na forma da Lei Federal nº 12.440/11.

4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

4.1 - Certidão Negativa de Falência, ou Certidão Negativa de Insolvência Civil e/ou Execução Patrimonial Concursal, expedida pelo cartório distribuidor do domicílio da proponente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias anteriores da data fixada para abertura do presente Pregão.

4.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação econômico-financeira da empresa que será extraída do balanço patrimonial, mediante cálculo dos seguintes índices:

Índice de liquidez Corrente (ILC) igual ou superior a 1,0 (um) apurado pelo quociente:

$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Índice de liquidez Geral (ILG) igual ou superior a 1,0 (um) apurado pelo quociente:

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a longo prazo}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a longo prazo}}$$

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 45
Fls. 676
Mov. 57

Grau de endividamento(GE) igual ou inferior a 0,80[1] (zero virgula oitenta) apurado pelo quociente:

GE= Passivo Circulante + Exigível a longo prazo
Ativo Total

a) O cálculo dos índices deverão ser apresentados pela proponente por meio de declaração assinada por responsável pela empresa e pelo contador.

5. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Artigo 7° da Constituição Federal

5.1 - Declaração firmada pela proponente de que não possui, em seu quadro funcional, menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e nem menor de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos catorze anos (modelo do Anexo IV).

6. DOCUMENTO COMPLEMENTAR

6.1 - Declaração de que se encontra desimpedida de participar da licitação, obrigando-se ainda, a declarar, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo da habilitação (modelo do Anexo IV).

6.2 - Declaração de cumprimentos dos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade sócio-ambiental, de acordo com o Decreto n° 6252 de 22 de Março de 2006 (anexo V).

6.3 - Declaração de enquadramento no regime de microempresa ou empresa de pequeno porte de acordo com Modelo (Anexo VI) quando cabível.

[1] A exigência no edital de indicadores contábeis para análise da capacidade econômica dos participantes se faz pela necessidade de aferir a dependência econômica da empresa perante o capital de terceiros. Visto que na medida em que essa relação se aproxima, ou seja, o montante de capital próprio e de terceiro passa a ser equivalente (índice de endividamento igual a 1), a saúde da empresa está comprometida. No caso de fornecimento de cartão alimentação, a insolvência da empresa levaria ao colapso absoluto do serviço contratado: a empresa não poderia pagar os estabelecimentos cadastrados, o que deixariam de aceitar o cartão, prejudicando os funcionários beneficiados. Portanto de acordo com decisões proferidas pelo TC-SP (TC 002525/989-01 e 003210.989.14-01) em objetos de gerenciamento de vale-alimentação, determinou-se um índice de 0,80 devido à realidade das empresas desse segmento.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 46
Fls. 677
Mov. 57

PALCO PARANÁ

ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO 01/2018

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ARTIGO 27, INCISO V, DA LEI Nº 8.666/93

DECLARAÇÃO

A (empresa) ,inscrita no CNPJ/MF sob o nº , participante do Pregão Eletrônico 01/2018, declara para os devidos fins, sob as penas da Lei, que:

1) não utiliza mão de obra direta ou indireta de menor de 18 (dezoito) anos para realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determinação constitucional e Lei nº 9.854/99;

2) inexistem fatos impeditivos para a habilitação desta empresa na presente licitação e não pesa contra a mesma declaração de inidoneidade expedida por Órgão da Administração Pública, estando ciente da obrigatoriedade de declarar a ocorrência de fatos supervenientes, conforme art. 32, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

, de de 2018.

(nome da proponente e
nome/RG/assinatura de seu representante legal ou de seu procurador)

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 47
Fls. 678
Mov. 57

PALCO PARANÁ

ANEXO IV
PREGÃO ELETRÔNICO 01/2018

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DECRETO ESTADUAL nº 6252/2006

DECLARAÇÃO

*A (empresa)*_____,inscrita no CNPJ/MF sob o nº_____, participante do Pregão Eletrônico **01/2018**, declara para os devidos fins, sob as penas da Lei, que:

1) Atende e subordina-se aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade sócio- ambiental, previstos no Decreto Estadual nº 6252, 22/03/2006 e nas demais normas legais de proteção ao meio ambiente.

_____, de_____de 2018.

_____

(nome da proponente e
nome/RG/assinatura de seu representante legal ou de seu procurador)

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 48
Fls. 679
Mov. 57

PALCO PARANÁ

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARAÇÃO

A (empresa) _____,inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, Inscrição Estadual nº _____, com sede localizada no endereço _____, por intermédio de seu representante legal Sr(a) _____, RG _____, CPF _____, declara, sob sanções administrativa cabíveis e sob as penas da lei, ser (microempresa de pequeno porte nos termos da legislação em vigor, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no parágrafo 4º do Artigo 3º da Lei Complementar nº123/06.

1) ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER ACOMPANHADA DA CERTIDÃO EXPEDIDA PELA JUNTA COMERCIAL, conforme artigo 8º da Instrução Normativa nº103 de 30/04/2007 - DNRC - Departamento Nacional de Registro no Comercio.

, de de 2018.

(nome da proponente e
nome/RG/assinatura de seu representante legal ou de seu procurador)

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 49
Fls. 680
Mov. 57

PALCO PARANÁ

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO: 001/2018

TIPO: MENOR PREÇO

REGIME DE CONTRATAÇÃO: MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

A Empresa_____, devidamente inscrita no CNPJ sob nº.

_____, com sua sede à (endereço completo), por seu representante legal o (a) Sr (a)

_____, portador (a) do RG nº._____, e do CPF nº._____ em conformidade com o disposto no art. 4º, inciso VII, da Lei nº. 10.520/02 DECLARA que está apta a cumprir plenamente todos os requisitos habilitatórios exigidos no Edital que rege o certame acima indicado.

Local e data

Assinatura do declarante

Papel Timbrado da Empresa

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 50
Fls. 681
Mov. 57

PALCO PARANÁ

ANEXO VII

MINUTA DO CONTRATO

Contrato para fornecimento de Vale Alimentação aos Funcionários do SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ e a xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx vencedora do Pregão Eletrônico nº 001/2018,

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 25.298.788/0001-95, com sede na Rua XV de Novembro, 971, Centro, Curitiba, Paraná, Cep: 80.060-000, neste ato devidamente representado pelo sua Diretora Presidente, em pleno exercício de seu mandato e funções, **Nicole Barão Raffs de Medeiros**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG. n°. 5.425.636-1 SSP/PR e CPF sob n°. 020.621.669-66, residente e domiciliado nesta Capital, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **xxxxxxxxxxx,** estabelecida na rua xxxxxxxxxxx, nº xxx, xxxxxx, Curitiba/PR, inscrita no CNPJ sob nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, legalmente representada por **xxxxxxxxxxxxx**, brasileiro/a, estado civil, portador da cédula de identidade nº xxxxxxxxx/PR e do CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, residente e domiciliado em Curitiba/PR, daqui por diante denominada simplesmente **CONTRATADA** firmam o presente **Contrato de Serviços de Gerenciamento de Créditos em cartão alimentação,** tudo em conformidade com as especificações previamente estabelecidas no Termo de Referência do processo 13.915.452-5/2017, em decorrência de Pregão Eletrônico e proposta da Contratada, os quais desde já ficam fazendo parte integrante e inseparável desse instrumento, independentemente de transcrição, o qual obedece o preceituado pela Lei Federal nº. 8.666, de 21/06/1993 e suas alterações introduzidas posteriormente, bem como pela Lei Estadual 15.608/2007 e demais dispositivos que regem a matéria, mediante as cláusulas e condições abaixo descritas.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 51
Fls. 682
Mov. 57

PALCO PARANÁ

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTE CONTRATO

O fornecimento do Vale Alimentação, obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como as disposições constantes dos documentos adiante enumerados, que compõem o processo de Pregão Presencial e que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato:

- Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018 com todos os seus Anexos ;
- Proposta e documentos que a acompanham, firmados pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto o fornecimento de Vale Alimentação, através de créditos mensais em cartões magnéticos, para funcionários da CONTRATANTE, de acordo com as condições e especificações constantes do Edital do Pregão Eletrônico 01/2018 e conforme proposta comercial da empresa datada de.... /..... /.....

CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

a) Creditar até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, os valores correspondentes aos 80 (oitenta) cartões com tarjas magnéticas, ou a quantidade existente no mês da efetuação do crédito, conforme subitem 3.8 do Anexo I Edital de Pregão Eletrônico, referente aos vales alimentação, no valor mensal médio de R$ 300,00 (trezentos reais) cada um, variando de acordo com os dias trabalhados, sendo creditados R$ 15,00, de acordo com Convenção Coletiva proposta pelo SECRASO/SENALBA, por dias trabalhados.

b) Fornecer à CONTRATANTE nota fiscal/fatura dos valores provisionados mais taxa de administração, conforme alínea "a" acima.

c) Contar com uma rede de estabelecimentos que estejam integrados ao Sistema oferecido pela CONTRATADA, adaptando-se às necessidades da CONTRATANTE, em todos os municípios, conforme item 3.1.5 do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico 01/2018 .

d) Assegurar aos usuários do Sistema Vale Alimentação, atendimento satisfatório, através dos estabelecimentos integrantes da rede;

e) Reembolsar os estabelecimentos credenciados, no tocante ao valor do benefício contido nos cartões utilizados, na forma ajustada entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA;

f) Personalizar os cartões magnéticos a serem fornecidos, com fundo de segurança,

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 52
Fls. 683
Mov. 57

código, nome da empresa fornecedora e compradora, valor em algarismos e validade;

g) Entregar os cartões dos Vale Alimentação no local previamente ajustado pela parte CONTRATANTE;

h) As características dos cartões (formato, impressão, e outras), pertencem exclusivamente à CONTRATADA, cabendo-lhe o direito de alterá-las ou substituí-las segundo seus critérios, sem qualquer consulta à CONTRATANTE, desde que, obedeça aos critérios do item f da presente cláusula;

i) Manter a segurança nos sistemas de impressão, processamento e circulação dos Vales Alimentação;

j) Não ocorrendo o crédito nos cartões no prazo previsto no item "a" da cláusula Terceira, a CONTRATADA pagará multa de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do montante a ser suprido nos cartões magnéticos.

k) Manter atualizadas junto ao PALCOPARANÁ as provas de sua adimplência com a Seguridade Social (Certidão Negativa de Débitos – CND), bem como da quitação de impostos e outros gravames que incidam sobre a atividade do contrato sob pena de suspensão dos pagamentos a que tiver direito.

l) Proceder e atuar segundo proposta formulada no Pregão Eletrônico nº 001/2018 que com toda a documentação inserida, fazem parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

a) Encaminhar a CONTRATADA lista mensal dos beneficiários conforme subitem 11.1.3 do Anexo I;

b) Efetuar o pagamento do valor correspondente aos cartões magnéticos fornecidos pela CONTRATADA, no prazo de 05 (cinco) dias após o recebimento da nota fiscal/fatura descrita na alínea "b" da CLÁUSULA TERCEIRA;

c) Ocorrendo atraso no cumprimento do item anterior, a CONTRATANTE pagará o principal acrescido da correção oficial vigente à época;

d) A CONTRATANTE não se responsabiliza por falsificações, adulteração e outros que venham a ocorrer com os referidos cartões.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE DO GERENCIAMENTO

A CONTRATANTE gerenciará o presente contrato, através do Setor de Administrativo

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 53
Fls. 684
Mov. 57

Cumpridas as obrigações contratuais dispostas neste instrumento e no edital do Pregão Eletrônico 01/2018, o pagamento será efetuado pela CONTRATANTE em até 05 (cinco) dias após a data do protocolo de entrega da Nota Fiscal, devidamente atestada pela fiscalização competente.

Parágrafo Primeiro: O CNPJ/MF constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta, sob pena de não ser efetuado o pagamento.

Parágrafo Segundo: Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que tenha sido imposta à CONTRATADA pela CONTRATANTE, em decorrência de penalidade ou inadimplência, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo Terceiro: O pagamento somente será realizado mediante apresentação de comprovantes de não existência de débitos com a Previdência, FGTS e certidões negativas de débitos referentes a Fazenda Federal, Estadual e Municipal.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor aproximado de R$ 24.240,00 (vinte e quatro mil, duzentos e quarenta reais) correspondentes aos créditos médio de R$ 300,00 (trezentos reais) em 80 cartões magnéticos ou a quantidade existente no mês respectivo, mais taxa administrativa de 1%, de acordo com o subitem 11.1 do Anexo I e mais a taxa de administração da proposta vencedora do pregão eletrônico 01/2018.

Parágrafo Primeiro: Conforme edital do Pregão Eletrônico 01/2018, o valor dos créditos poderá ser alterado por informação da CONTRATANTE, na forma do subitem 22.4. do Edital de Licitação.

Parágrafo Segundo: Na hipótese de revisão de valor dos benefícios creditados aos funcionários da Contratante, a taxa de administração deverá ser mantida, alterando-se somente o valor dos créditos e consequentemente o valor que couber à contratada em decorrência da taxa de administração será proporcionalmente alterado.

CLÁUSULA OITAVA – DOS PRAZOS DE ENTREGA

Obriga-se a CONTRATADA a efetuar a entrega dos cartões magnéticos personalizados em até 30 (trinta) dias após a assinatura dos contratos e fornecer os créditos mensais correspondentes ao objeto da licitação em até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, conforme o subitem 3.11. do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 54
Fls. 685
Mov. 57

01/2018.

CLÁUSULA NONA – ASSINATURA DO CONTRATO

I- O contratado terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da convocação, para retirar a ordem de compra (ou documento equivalente) e/ou contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo contratado durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Contratante

II - Sempre que o primeiro classificado não atender à convocação, nos termos referidos no item anterior, é facultado à Administração, dentro do prazo e condições estabelecidas, convocar os remanescentes, observada a ordem de classificação das propostas, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições estabelecidas no § 9°do Ar t. 22 da Lei Estadual n°15.608/07, ou revogar a licitação.

IV - O contratado deverá estar em dia com a Fazenda do Estado do Paraná, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e com o Instituto de Seguridade Social, mantendo essa condição de regularidade durante toda a execução do contrato, sob pena de rescisão unilateral pela Administração Pública.

V - Independentemente de transcrição, farão par te integrante do contrato as instruções contidas neste Edital, os documentos nele referenciados, além da proposta apresentada pelo vencedor do certame e a respectiva ATA.

VI - Serão de responsabilidade exclusiva do contratado todos os custos, tributos, encargos e contribuições que incidam ou venham a incidir sobre o fornecimento ou o objeto do contrato.

VII - A recusa injustificada do primeiro classificado em retirar a ordem de compra (ou documento equivalente) dentro do prazo estabelecido, sujeitará o licitante à aplicação das sanções administrativas previstas na Cláusula Décima deste Edital.

VIII A Administração poderá, até o momento da emissão da Ordem de Compra (ou documento equivalente) ou da assinatura do instrumento contratual, desistir da contratação do objeto proposta, no seu todo ou em parte, sem que caibam quaisquer direitos ao licitante vencedor.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

O não cumprimento das obrigações contratuais ensejará a aplicação das seguintes sanções, independentemente de outras previstas em lei:

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 55
Fls. 686
Mov. 57

PALCO PARANÁ

I – Advertência;

II – Multas por inadimplência contratual: de mora de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso e compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da licitação por inadimplência total ao pactuado e ainda nos casos previstos no art. 152 – incisos I a III da lei 15.608/07.

III – Suspensão temporária do direito de licitar, de contratar com a Administração e, se for o caso, descredenciamento no CLE/SEAP, pelo prazo de até 02 (dois) anos, nos termos do art. 154 e seus incisos da Lei Estadual n.° 15.608/2007 ou enquanto perduram os motivos determinantes da punição.

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, após regular processo administrativo, onde fica garantido o direito a defesa e o exercício do amplo contraditório, conforme previsto no inciso V e VI a seguir descrito, V - As penalidades previstas nos incisos I, II, III e IV serão aplicadas mediante processo administrativo, pela autoridade competente responsável pela instauração e homologação do certame, garantindo-se o contraditório e ampla defesa ao interessado.

VI – Todas as penalidades descritas neste contrato somente serão efetivamente aplicadas após a instauração de regular Processo Administrativo com o exercício da ampla defesa e o cumprimento do princípio constitucional do contraditório.

VII - As penalidades acima previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente.

VIII - As multas aplicadas deverão ser recolhidas à conta da CONTRATANTE no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação, podendo o seu valor ser descontado do documento de cobrança, na ocasião de seu pagamento.

IX - As multas, quando não recolhidas ou descontadas no prazo descrito no item anterior deste contrato sofrerão reajuste pelo Índice Geral do Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas (IGPM/FGV).

X - Além das multas estabelecidas, a CONTRATANTE poderá recusar os bens, se sua prestação não estiver de acordo com o exigido na descrição do objeto deste contrato e demais documentos que o compõem, e não for corrigida imediatamente.

XI - A ocorrência ensejadora da recusa em aceitar os bens pela CONTRATADA pode constituir motivo para aplicação do disposto nos incisos III e IV do art. 87 da Lei n° 8.666/93 e suas alterações, sem prejuízo das demais sanções previstas neste edital.

XII - As sanções poderão ser relevadas nas hipóteses de não cumprimento das

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 56
Fls. 687
Mov. 57

obrigações por motivo de caso fortuito e de força maior, devidamente justificados e comprovados.

XIII - Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Cadastro de Licitantes do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS CASOS DE RESCISÃO

O inadimplemento, por parte da CONTRATADA, das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato as segurará à CONTRATANTE, nos termos da Seção V, do Capítulo III da Lei nº 8.666/93 em sua atual redação, o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação por escrito, através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento.

Parágrafo Primeiro: Fica a critério do representante da CONTRATANTE declarar rescindido o contrato, nos termos do "caput" desta cláusula ou aplicar as multas de que trata a cláusula décima segunda deste contrato.

Parágrafo Segundo: Fica este contrato rescindido de pleno direito pela CONTRATANTE, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, em qualquer dos seguintes casos de inadimplemento por parte da CONTRATADA:

I - Não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos.

II- Cometimento de ir regular idade grave no cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos.

III - Atraso injustificado da entrega do bem licitado.

IV - Decretação de falência, pedido de concordata ou instauração de insolvência civil da CONTRATADA.

Parágrafo Terceiro: A rescisão contratual também operar-se-á nos seguintes casos:

I - Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE, devidamente deduzidas em processo administrativo regularmente instaurado.

II - Supressão, unilateral por parte da Administração, dos quantitativos dos bens, acarretando modificação do valor inicial do contrato, além do limite permitido no artigo 65, parágrafo 1º, da Lei 8.666/93.

III - Atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes de serviços prestados, salvo em caso de calamidade pública, grave per turbação da ordem interna ou guerra.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 57
Fls. 688
Mov. 57

IV - Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

V - Descumprimento do disposto no inciso V, do art. 27 da Lei nº 8.666/93, com redação dada pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1.999.

Parágrafo Quarto: A rescisão deste contrato poderá ser:

I - Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE nos casos enumerados nesta minuta.

II - Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração.

III - Judicial, nos termos da legislação processual, vigente à época da rescisão contratual.

Parágrafo Quinto: Nos casos de rescisão administrativa ou amigável que tratam, respectivamente, os itens I e II, do parágrafo anterior, haverá precedência de autorização escrita e fundamentada da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Este contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65 da Lei n.º 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO GESTOR DO CONTRATO

O funcionário do setor administrativo ficará responsável pela conferência do recebimento, controle da qualidade e prazos do serviço entregue. Fica indicada primeiramente como gestora do presente contrato a funcionária da CONTRATANTE, a senhora Nicole Lemanczyk..

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato é regido pela Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/01, Lei Complementar nº 101/00, pelos Decretos Estaduais citados no preâmbulo do Edital da licitação referente ao objeto deste contrato, bem como, pelo Edital e seus anexos e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DISPOSIÇÃO ESPECIAL

Eventuais divergências entre o presente contrato e o Edital de Licitação nº 001/2018, prevalecerá os dispositivos do Edital nº 001/2018.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 58
Fls. 689
Mov. 57

PALCO PARANÁ

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos pela CONTRATANTE, à luz da legislação, da jurisprudência e da doutrina aplicável à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, capital do Estado do Paraná, para dirimir quaisquer questões relativas a este contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo com o ajustado e contratado, as partes, através de seus representantes, firmam o presente contrato, em três vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

Curitiba,..... de..... de 2018.

CONTRATANTE:

CONTRATADA:

Testemunhas:

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 690
Mov. 57

Assunto **RES: RES: Proposta Ticket**
De ERBR - Ticket Televendas <tickettelevendas@edenred.com>
Para 'Nicole Lemanczyk' <administrativo@palcoparana.org>
Data 2018-07-24 09:17

Nicole, bom dia!

O valor e a quantidade em sua proposta são apenas estimativas, pois podem variar de acordo com sua necessidade.

Qualquer dúvida ou informação fico a total disposição !

Atenciosamente.

Rosiane Paiva
Consultora de vendas

Tel. +55 11 3003 5333
tickettelevendas2@edenred.com

ticket.com.br

De: Nicole Lemanczyk [mailto:administrativo@palcoparana.org]
Enviada em: segunda-feira, 23 de julho de 2018 17:57
Para: ERBR - Ticket Televendas <tickettelevendas@edenred.com>
Assunto: Re: RES: Proposta Ticket

Ola Rosiane

Pela convenção coletiva, podemos considerar o valor de R$ 15,00 por dia para vale alimentação.

Att

Nicole Lemanczyk

Diretora Administrativa Financeira
Palcoparaná

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 691
Mov. 57

Em 2018-07-23 13:35, ERBR - Ticket Televendas escreveu:

Nicole, boa tarde!

Conforme solicitado segue anexo a proposta Ticket Restaurante de acordo com as informações passadas, junto a cartilha do PAT e ficha contratual. De acordo por favor preencher a ficha contratual e encaminhar neste mesmo e-mail para que assim possamos prosseguir com a nossa parceria.

Qualquer dúvida ou informação fico a total disposição !

Atenciosamente.

Ticket uma marca Edenred

Ede

Rosiane Paiva
Consultora de vendas

Tel. +55 11 3003 5333
tickettelevendas2@edenred.com

ticket.com.br

Edenred

De: Nicole Lemanczyk [mailto:administrativo@palcoparana.org]
Enviada em: segunda-feira, 23 de julho de 2018 11:44
Para: ERBR - Ticket Televendas <tickettelevendas@edenred.com>
Assunto: Re: Proposta Ticket

Boa tarde Rosiane

Estou retomando o processo para contratação de empresa para vale refeição.

Preciso que atualize sua proposta para que atenda a demanda de 75 funcionários.

Atenciosamente

Nicole Lemanczy

Diretora Administrativa Financeira

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 692
Mov. 57

Palcoparaná

Em 2017-08-08 16:46, ERBR - Ticket Televendas escreveu:

Nicole , boa tarde !

A Ticket® é uma empresa pioneira em benefícios que atua melhorando a qualidade de vida dos trabalhadores e contribui para aumento da produtividade nas empresas brasileiras há quase de 40 anos. Em nome da Ticket® lhe convido para conhecer nossos produtos.
Conforme conversamos segue anexo a proposta Ticket de acordo com as informações passadas, junto a cartilha do PAT e a ficha cadastral . De acordo, por favor preencher a ficha cadastral e encaminhar neste mesmo e-mail.
No arquivo anexo, você irá conhecer todos diferenciais da Ticket® e um pouco mais sobre nossos seus produtos e benefícios para os trabalhadores e sua empresa.

Qualquer dúvida ou informação fico total à disposição !

Atenciosamente...?
Rosiane Paiva
Consultora de vendas
Televendas
Tel: 55 11 4003-9000 | ticket televendas@edenred.com

Ticket®



Edenred

No Brasil, a Edenred integra as marcas Ticket, Ticket Log, Accentiv, Repom e Edenred Soluções Pré-Pagas

Esta mensagem pode conter informações confidenciais, somente podendo ser usada pelo indivíduo ou entidade a quem foi endereçada. É vedado a qualquer pessoa que não seja o destinatário usar, revelar, distribuir ou copiar qualquer parte desta mensagem. Ambiente de comunicação sujeito a monitoramento.

--

Nicole Lemanczyk

Diretora Administrativa Financeira

Rua XV de Novembro, 971 - Centro - 80060000 - Curitiba - PR

41 33047955

PALCO PARANÁ

--

Nicole Lemanczyk

Diretora Administrativa Financeira

Rua XV de Novembro, 971 - Centro - 80060000 - Curitiba - PR

41 33047955

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 62
Fls. 693
Mov. 57

Sempre uma boa companhia na hora de comer



EMPRESA: PALCOPARANA
CNPJ: 25.298.788/0001-95

Ticket Restaurante[MD]
uma marca Edenred

Ticket Restaurante é o jeito mais gostoso de aumentar produtividade

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 63
Fls. 694
Mov. 57

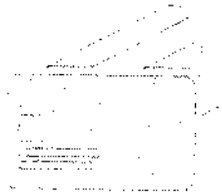
Por que somos sua melhor opção?

Amplitude da rede
Nossa rede de estabelecimentos credenciados tem 100% de abrangência no território nacional.

Inovação
Nossos serviços e produtos são desenvolvidos com inteligência. Assim, garantem maior praticidade na gestão de benefícios para sua empresa e qualidade de vida para sua equipe.

Atendimento personalizado
Oferecemos um atendimento diferenciado e total garantia de assistência aos nossos clientes.

Experiência e confiança
Estamos no mercado há mais de 40 anos, por isso a gente sabe a melhor forma de multiplicar benefícios para sua empresa.



Como Ticket Restaurante® ajuda sua empresa?

Multiplicamos benefícios para todos na nossa rede de atuação. Desde o produtor até o consumidor final, passando pelo governo, empresas, famílias... Com conhecimento e disposição, ajudamos a sua empresa a produzir mais e gastar menos.

Trabalhando juntos, vamos garantir liberdade de escolha e qualidade de vida para todo mundo.

certificações

Acima de tudo, a gente credita em promover satisfação para todos. Algumas conquistas são prova da qualidade do nosso trabalho:

ISO 9001 – Certificação voltada para a gestão da qualidade, com foco na satisfação do cliente e na melhoria de seus processos.

ISO 14001 – Norma de gestão ambiental que define os requisitos para estabelecer e operar um Sistema de Gestão Ambiental. Ela reconhece as organizações preocupadas com a gestão de impactos ambientais.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 64
Fls. 695
Mov. 57

Vantagens que multiplicam o valor do seu benefício

Cartão RH
Garantimos o benefício para os novos funcionários em uma hora, no máximo.

Indicadores Ticket
Análises inteligentes, relatórios atualizados e informações estratégicas ajudam a sua empresa na melhor gestão dos benefícios.

Pesquisa Mais Valor
Compartilhamos análises com o preço médio das refeições em sua região, dessa forma ajudamos sua empresa a oferecer um Ticket Restaurante mais justo para seu colaborador.

Mais segurança
Nossos cartões são equipados com chip que garante a segurança em cada transação.

Ticket Fit
O bem estar do seu colaborador é o bem estar da sua empresa. Com o Ticket Fit incentivamos hábitos mais saudáveis em alimentação, acompanhamento de peso e exercícios físicos. Qualidade de vida para o colaborador, melhor gestão de gastos com saúde para sua empresa.

Serviços digitais
Facilitamos a rotina de sua empresa e dos seus colaboradores com nossos serviços digitais: portal rh e aplicativos.

*Pesquisa Nacional feita pela ASSERT anualmente.

Vantagens para empresas e usuários

- Colaboradores motivados desde o primeiro dia de trabalho.
- Créditos disponíveis em até uma hora para o cartão RH.
- Controle de gastos.
- Fácil administração dos valores nos cartões.
- Segurança e praticidade para sua empresa.
- Opção entre cartões recarregáveis ou descartáveis.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 65
Fls. 696
Mov. 57

Como funciona o Ticket Restaurante®

- Cartão com chip;
- Operação 100% online; onde você pode solicitar crédito ou cartões sem saldo;
- Cartão RH:
  - A distribuição de créditos dos cartões RH são feitas de forma fácil pelo Portal de Pedidos;
  - Consulta de saldo dos cartões ativos e recolha de créditos dos cartões diretamente para a base.
- Relatórios gerenciais detalhados no Portal de Pedidos;
- Cartões são personalizados com o nome da empresa;
- Código de verificação Ticket® (CVT).



Prazos operacionais

Entrega de cartões e senhas: 5 a 7 dias úteis após a data pedido;

Reemissão de cartões e senhas: 5 a 7 dias úteis após a data do pedido;

Disponibilização do crédito no sistema: 3 dias úteis após a data do pedido;

Disponibilização do crédito nos cartões RH: em até 1 hora após o pedido.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 66
Fls. 697
Mov. 57

CONDIÇÕES COMERCIAIS:

As condições comerciais relacionadas nesta proposta são válidas para os valores de compra:

VOLUME: R$ 13,00 ao dia para cada colaborador (ESTIMATIVA)

NÚMERO DE USUÁRIOS: 75

TAXA ADMINISTRATIVA: R$ 0,00 por mês para cada crédito solicitado para os cartões Ticket Restaurante®.

EMISSÃO DE CARTÕES: R$ 0,00 por cartão emitido.

REEMISSÃO DE CARTÕES: R$ 0,00 por cartão reemitido em caso de perda, e sempre que estes apresentarem defeitos que decorram de culpa da EMPRESA ou do USUÁRIO, ou pela má utilização dos mesmos.

TAXA DE GESTÃO DE COBRANÇA: R$ 3,90 por pedido.

PAGAMENTO: Pré-Pago.

TEMPO DE CONTRATO: 24 (vinte e quatro) meses.

Esta proposta é válida por 7 (sete) dias corridos, para volume e número de usuários apresentados acima.

Agradecemos a oportunidade e desde já, estamos à disposição!

Consultor comercial: Rosiane Paiva

Mais soluções em:
ticket.com.br

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 67
Fls. 698
Mov. 57

ExpressoLivre - ExpressoMail

Remetente: "Nicole Lemanczyk" <nicole-lemanczyk@cctg.pr.gov.br>
Para: "gehad" <gehad@cctg.pr.gov.br>
Data: 25/07/2018 15:33
Assunto: Fw: PROPOSTA SODEXO CONSULTORA ANDREIA VIANA
Anexos: PALCOPARANA.pdf (4.2 MB)

---------- Mensagem encaminhada ----------
Remetente: "CENTRAL DE NEGOCIOS" <central.negocios@sodexo.com>
Data: 23/07/2018 12:13
Assunto: PROPOSTA SODEXO CONSULTORA ANDREIA VIANA
Para: "nicole-lemanczyk@cctg.pr.gov.br" <nicole-lemanczyk@cctg.pr.gov.br>

Olá Nicole

Agradeço por seu contato e pelo interesse nos produtos e serviços da Sodexo.
Possuímos um portfólio completo de cartões de benefício com ampla rede de aceitação, para ajudar sua empresa a aumentar a qualidade de vida e produtividade de seus funcionários.
Conforme conversamos, segue proposta comercial detalhada para sua análise. Envio também apresentação institucional da Sodexo Benefícios.
Fico à disposição para esclarecer qualquer dúvida.

Atenciosamente,

ANDREIA ALVES VIANA
Central de Negócios Sodexo
Tel.: 4004-4946 opção 4 (capitais de regiões metropolitanas)
0800-727-2233 (outras localidades)
e-mail: central.negocios@sodexo.com
www.sodexobeneficios.com.br
#Andreia Viana

Sodexo:
Líder mundial em Serviços para Qualidade de Vida: www.sodexo.com
Junte-se à luta contra a fome: www.stophungertoday.com
Link de pesquisa para rede credenciada:
www.sodexobeneficios.com.br/estabelecimentos/rede-credenciada

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 68
Fls. 699
Mov. 57

Cadastro no PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador): Para cadastrar sua empresa no PAT e contar com a isenção de encargos sociais sobre o valor do benefício concedido (todas as empresas) e incentivos fiscais (empresas que estão sujeitasa apuração do imposto de renda pelo regime de Lucro Real): acessar portal.mte.gov.br/pat e clique em ?PAT online ? cadastro?; Optar pela modalidade Alimentação Convênio (Sodexo Alimentação Pass) e/ou Refeição Convênio (Sodexo Refeição Pass) e informar o número do registro da Sodexo no PAT (080029457).

This e-mail, attachments included, is confidential. It is intended solely for the addressees. If you are not an intended recipient, any use, copy or diffusion, even partial of this message is prohibited. Please delete it and notify the sender immediately. Since the integrity of this message cannot be guaranteed on the Internet, SODEXO cannot therefore be considered liable for its content.

Ce message, pieces jointes incluses, est confidentiel. Il est etabli a l'attention exclusive de ses destinataires. Si vous n'etes pas un destinataire, toute utilisation, copie ou diffusion, meme partielle de ce message est interdite. Merci de le detruire et d'en avertir immediatement l'expediteur. L'integrite de ce message ne pouvant etre garantie sur Internet, SODEXO ne peut etre tenu responsable de son contenu.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 69
Fls. 700
Mov. 57

sodexo
SERVIÇOS PARA QUALIDADE DE VIDA

Barueri, 23 de Julho de 2018.

AT.: Sr(a). Nicole Lemanczyk
PALCOPARANA.

É com grande satisfação que apresentamos nossa empresa e as vantagens de ser um cliente Sodexo.

Líder mundial em serviços para qualidade de vida, o Grupo Sodexo surgiu em 1966, em Marseille, na França, e atualmente está presente em 80 países com 428.000 colaboradores trabalhando diariamente para servir 75 milhões de pessoas no mundo.

Com o compromisso de atender e superar expectativas de clientes de todos os tamanhos e segmentos, a Sodexo Benefícios e Incentivos oferece serviços que contribuem para o aumento da produtividade e da lucratividade de sua empresa, além de tornar o dia a dia das pessoas mais simples e ainda melhor.

No Brasil há mais de 15 anos, a Sodexo Benefícios e Incentivos desenha, gerencia e entrega soluções para melhorar a qualidade de vida das pessoas e contribuir para o desenvolvimento econômico, social e ambiental das cidades, regiões e países onde opera.

Atualmente atendemos aproximadamente 70 mil clientes, que representam 5,8 milhões de trabalhadores, com uma rede de 320 mil estabelecimentos credenciados em constante ampliação.

A **Sodexo** oferece as modalidades de serviços admitidos pelo PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador para os benefícios alimentação-convênio (Alimentação Pass) e refeição-convênio (Refeição Pass), complementados pelo maior portfólio do mercado em benefícios aos trabalhadores, incentivos e reconhecimento, gestão de despesas e bem-estar: Cultura Pass, o Vale-Cultura da Sodexo (Programa de Cultura do Trabalhador), Premium Pass, Gift Pass, Brinquedo Pass, Alimentação Pass Natal, VT Pass e Combustível Pass, que contribuem para o aumento do índice de engajamento e retenção dos talentos de sua empresa.

Queremos mostrar, na prática, por que somos líderes no segmento em que atuamos. Conte com a Sodexo Benefícios e Incentivos e conheça as vantagens de ter a maior do mundo como parceira, oferecendo soluções únicas para sua empresa.

Atenciosamente,

Andreia VIANA.EXT (EXTERNAL)
Consultor
Telefone: +55
E-mail: [illegible]
Sodexo Motivation Solutions
Visite nosso site: [illegible]

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 70
Fls. 701
Mov. 57

sodexo
SERVIÇOS PARA QUALIDADE DE VIDA

Vantagens únicas de ser cliente Sodexo:

• Atendimento personalizado:
A Sodexo disponibiliza uma Equipe de consultores, focados exclusivamente em entender as necessidades da sua empresa e atendê-las nas diversas regiões do país.

• Rede de Estabelecimentos:
A Sodexo disponibiliza mais de 320.000 estabelecimentos credenciados em todo o Brasil.

• Programa Viver Bem:
É um programa de saúde, bem estar e qualidade de vida, que incentiva um estilo de vida saudável para seus colaboradores, além de oferecer promoções exclusivas e dicas para o dia a dia.

• DIMA Dia Mundial da Alimentação:
Programa que celebra o Dia Mundial da Alimentação. Na semana desta data, a Sodexo envia dicas de nutrição e alimentação saudável, além de convidar seus usuários a participar de uma ação social, na qual, no dia 16 de outubro de cada ano cada transação efetuada com os cartões Alimentação Pass e/ou Refeição Pass vale uma doação da Sodexo para as entidades cadastradas. São os usuários dos cartões Alimentação Pass e Refeição Pass participando de uma ação da Sodexo que contribui com a sociedade e com o país.

• Sodexo Vida Profissional:
Através deste programa, a Sodexo divulga as melhores práticas empresariais na área de Recursos Humanos. Esta iniciativa tem identificado tendências, estudos aplicados e histórias de sucesso nas empresas de diferentes portes e segmentos.

• Guia Legal À mesa com o PAT e a Sodexo:
A Sodexo disponibiliza um Guia Legal, no qual apresenta as vantagens da participação da sua empresa no PAT Programa de Alimentação ao Trabalhador orientando o registro no Ministério do Trabalho e Emprego. O Guia Legal está disponível no site da Sodexo. Consulte e saiba mais!

• O Maior portfólio de serviços do mercado:
A Sodexo conta com o mais completo portfólio de serviços do mercado com benefícios aos trabalhadores, incentivos e reconhecimento, gestão de despesas e bem-estar, com produtos como o Refeição Pass, Alimentação Pass, Cultura Pass, o Vale-Cultura da Sodexo, Premium Pass, Gift Pass, Brinquedo Pass, Alimentação Pass Natal, VT Pass e Combustível Pass.

• Menor Prazo de Entrega dos Cartões no mercado:
Apenas cinco dias úteis após o processamento do pedido para a modalidade de pagamento pós-pago;
Apenas cinco dias úteis após a constatação do pagamento do pedido efetuado pela CONTRATANTE para a modalidade de pagamento pré-pago.

• Sodexo Club:
O Sodexo Club é um clube exclusivo de vantagens e serviços para usuários Sodexo. No site, seus funcionários aproveitam descontos especiais, festivais gastronômicos, reservas nos melhores restaurantes, comodidade com serviços de Delivery e encontram todos os estabelecimentos da rede credenciada Sodexo em uma moderna ferramenta de busca. Para fazer parte do Clube, basta acessar www.sodexoclub.com.br.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 71
Fls. 702
Mov. 57

sodexo
SERVIÇOS PARA QUALIDADE DE VIDA

Cartão Sodexo Refeição Pass

O **Cartão Sodexo Refeição Pass** é um benefício que dá acesso exclusivamente à aquisição de refeições balanceadas e de qualidade na ampla rede de estabelecimentos comerciais com os quais a Sodexo mantém convênio, proporcionando aos seus funcionários o conforto de almoçar em seus restaurantes preferidos contribuindo para sua qualidade de vida e para seu bem estar.

Vantagens do Cartão Sodexo Refeição Pass

PARA SUA EMPRESA:

• **Praticidade e redução de despesas:** Elimina a necessidade de espaço físico para realização das refeições, bem como os custos envolvidos na gestão operacional necessária para viabilizar esse serviço.

• **Economia com o PAT:** isenção de encargos sociais sobre o valor do benefício refeição concedido e dedução de incentivos fiscais limitados a até 4% no Imposto de Renda devido para as empresas sujeitas a apuração do Imposto de Renda pelo regime do Lucro Real.

• **Segurança:** cartão com chip de tecnologia EMV, que opera dentro dos padrões mundiais de segurança, entregue em envelopes de segurança. Senha pessoal e intransferível que pode ser alterada somente via central de atendimento, mediante confirmações solicitadas.

• **Menor prazo de entrega dos cartões no mercado:** em até cinco dias úteis a contar do processamento efetivo do pedido.

• **Agilidade na disponibilização do crédito no cartão:** em até três dias úteis a partir da data do processamento efetivo do pedido.

• **Moderno sistema de pedidos:** pedidos realizados em três passos, solicitações de créditos nos cartões, informações de saldos, status dos pedidos, tudo num único lugar: Sodexo Pede Fácil.

• **Gestão de RH:** relatórios gerenciais online para consulta e controle sobre o uso dos cartões: Sodexo Pede Fácil.

• **Atendimento personalizado:** equipe de consultores focada exclusivamente em entender as necessidades da sua empresa e atendê-las nas diversas regiões do país.

• **Central de Atendimento para Cliente:** disponível de segunda-feira a sexta-feira das 9h às 18h: 3003.5083 (capitais e regiões metropolitanas) e 0800.728.5083 (demais localidades)

• **Simulador Online:** www.precomediosodexo.com.br Ambiente para simulação de benefícios no qual estão disponíveis os valores médios da Refeição e da Alimentação em regiões do Brasil. (Dados obtidos por meio de resultados da Pesquisa do Preço Medio da Refeição divulgada pela Assert e da Pesquisa Nacional da Cesta Básica divulgada pelo Dieese.

• **Vantagens Exclusivas para seus funcionários:** acesso a descontos, promoções e serviços, reunidos num único ambiente: www.sodexoclub.com.br.

PARA SEUS FUNCIONÁRIOS:

• **Liberdade de escolha:** seus funcionários podem escolher os restaurantes de sua preferência, de acordo com hábitos e restrições alimentares, garantindo assim uma alimentação diária mais saudável. Com uma alimentação rica e equilibrada sua equipe fica mais motivada e produtiva.

• **Segurança e praticidade:** Cartão com chip de tecnologia EMV, que opera dentro dos padrões mundiais de segurança. Senha pessoal e intransferível que pode ser alterada somente via central de atendimento, mediante confirmações solicitadas.

• **Facilidade de uso:** cartão aceito nas maquininhas de débito online conhecidas no mercado. Na hora da compra basta conferir o valor, apresentar o cartão, digitar a senha e o total exato da compra será debitado, eliminando contravales. O saldo pode ser consultado a qualquer momento no site www.sodexobenefícios.com.br ou no comprovante emitido após a compra.

• **Ampla rede:** milhares de estabelecimentos credenciados em todo o Brasil. Além disso, a empresa e/ou seu funcionário, usuário do Cartão Refeição Pass, pode(m) indicar um estabelecimento através do site www.sodexobenefícios.com.br , desde que esteja de acordo com as regras definidas pela Sodexo.

• **Atendimento:** Central de Atendimento 24 horas disponível para atendimento ao seu funcionário (perda, roubo,extravio) – 3003-5083 (capitais e regiões metropolitanas) e 0800-728-5083 (demais localidades).

• **Vantagens Exclusivas:** acesso a descontos, promoções e serviços, reunidos num único ambiente: www.sodexoclub.com.br

PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador

É um dos programas sociais de maior alcance no Brasil. Criado em 1976 com o objetivo de incentivar as empresas a conceder alimentação para os trabalhadores, hoje viabiliza o acesso à alimentação a aproximadamente 14 milhões de trabalhadores.

Ao adquirir o benefício Cartão Sodexo Refeição Pass para seus funcionários, a Sodexo pode orientar no cadastramento de sua empresa neste programa, que garante isenção de encargos sociais sobre o valor do benefício concedido e incentivos fiscais para as empresas sujeitas a apuração do Imposto de Renda pelo regime do Lucro Real.

Ao se cadastrar no endereço **www.portal.mte.gov.br/pat**, a sua empresa deve optar pela modalidade Refeição Convênio e informar o número do registro da Sodexo no PAT, que é 080029457.

Características do Cartão Sodexo Refeição Pass

• **Cartão com chip de tecnologia EMV** , que opera dentro dos padrões mundiais de segurança, personalizado, com o nome do funcionário e a denominação social da empresa empregadora.

• A utilização do cartão é similar à de um cartão de débito.

• O saldo remanescente é acumulado para o mês seguinte.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 72
Fls. 703
Mov. 57

sodexo
SERVIÇOS PARA QUALIDADE DE VIDA

- O valor do benefício é determinado por sua empresa.
- **Envio do cartão:** cartão enviado com welcome kit contendo as informações e orientações de uso do cartão, via correio ou outro meio.
- A entrega do cartão é realizada no endereço estabelecido por sua empresa e qualquer mudança deverá ser solicitada expressamente à Sodexo.
- Para atender às necessidades específicas de sua empresa a Sodexo disponibiliza duas formas de pedido:
- **Internet** – com diversos serviços exclusivos à empresa cliente; ou
- **layout** – pedido através de arquivo padrão, sendo possível a extração para algumas empresas clientes na própria folha de pagamento.
- Por medida de segurança, caso não sejam efetuados créditos no Cartão Sodexo Refeição Pass do funcionário durante um período de até 90 dias, o mesmo poderá ser bloqueado.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 73
Fls. 704
Mov. 57

sodexo
SERVIÇOS PARA QUALIDADE DE VIDA

Cartão Sodexo Alimentação Pass

O **Cartão Sodexo Alimentação Pass** é um benefício que dá acesso exclusivamente à compra de gêneros alimentícios *in natura*, possibilitando aos seus funcionários a aquisição de alimentos saudáveis e nutritivos com liberdade de escolha.

São milhares de estabelecimentos cadastrados, como supermercados, açougues, mercearias, hortifrútis para garantir o acesso na aquisição de todos os itens, (exceto bebidas alcoólicas)até mesmo de alimentos perecíveis, como leite, ovos, frutas, verduras e legumes, itens que uma cesta básica não oferece.
O cartão Sodexo Alimentação Pass substitui a compra de cestas físicas, gerando redução de despesas com logística e praticidade para o funcionário que não precisará carregar uma cesta física para casa.

Vantagens do Cartão Sodexo Alimentação Pass

PARA SUA EMPRESA:

• **Praticidade e redução de despesas:** Substitui a compra de cestas físicas, reduzindo despesas com logística.

• **Economia com o PAT:** isenção de encargos sociais sobre o valor do benefício alimentação concedido e dedução de incentivos fiscais limitados a até 4% no Imposto de Renda devido para as empresas sujeitas a apuração do Imposto de Renda pelo regime do Lucro Real.

• **Segurança:** cartão com chip de tecnologia EMV, que opera dentro dos padrões mundiais de segurança, entregue em envelopes de segurança. Senha pessoal e intransferível que pode ser alterada somente via central de atendimento, mediante confirmações solicitadas.

• **Menor prazo de entrega dos cartões no mercado:** em até cinco dias úteis a contar do processamento efetivo do pedido.

• **Agilidade na disponibilização do crédito no cartão:** em até três dias úteis a partir da data do processamento efetivo do pedido.

• **Moderno sistema de pedidos**: pedidos realizados em três passos, solicitações de créditos nos cartões, informações de saldos, status dos pedidos, tudo num único lugar: Sodexo Pede Fácil.

• **Gestão de RH:** relatórios gerenciais online para consulta e controle sobre o uso dos cartões: Sodexo Pede Fácil.

• **Atendimento personalizado:** equipe de consultores focada exclusivamente em entender as necessidades da sua empresa e atendê-las nas diversas regiões do país.

• **Central de Atendimento para Cliente:** disponível de segunda-feira a sexta-feira das 9h às 18h: 3003.5083 (capitais e regiões metropolitanas) e 0800.728.5083 (demais localidades).

• **Simulador Online:** www.precomediosodexo.com.br Ambiente para simulação de benefícios no qual estão disponíveis os valores médios da Refeição e da Alimentação em regiões do Brasil. (Dados obtidos por meio de resultados da Pesquisa do Preço Medio da Refeição divulgada pela Assert e da Pesquisa Nacional da Cesta Básica divulgada pelo Dieese.

• **Vantagens Exclusivas para seus funcionários:** acesso a descontos, promoções e serviços, reunidos num único ambiente: www.sodexoclub.com.br.

PARA SEUS FUNCIONÁRIOS:

• **Liberdade de escolha:** seus funcionários podem escolher os melhores alimentos de acordo com hábitos e restrições alimentares, garantindo assim uma alimentação mais saudável. Com uma alimentação rica e equilibrada sua equipe fica mais motivada e produtiva.

• **Segurança e praticidade:** Cartão com chip de tecnologia EMV, que opera dentro dos padrões mundiais de segurança. Senha pessoal e intransferível que pode ser alterada somente via central de atendimento, mediante confirmações solicitadas.

• **Facilidade de uso:** cartão aceito nas maquininhas de débito online conhecidas no mercado. Na hora da compra basta conferir o valor, apresentar o cartão, digitar a senha e o total exato da compra será debitado, eliminando contravales. O saldo pode ser consultado a qualquer momento no site www.sodexobenefícios.com.br ou no comprovante emitido após a compra.

• **Ampla rede:**milhares de estabelecimentos credenciados em todo o Brasil. Além disso, a empresa e/ou seu funcionário, usuário do Cartão Alimentação Pass, pode(m) indicar um estabelecimento através do site www.sodexobeneficios.com.br , desde que esteja de acordo com as regras definidas pela Sodexo.

• **Atendimento**: Central de Atendimento 24 horas disponível para atendimento ao seu funcionário (perda, roubo,extravio) – 3003.5083 (capitais e regiões metropolitanas) e 0800.728.5083 (demais localidades).

Vantagens Exclusivas:acesso a descontos, promoções e serviços, reunidos num único ambiente: www.sodexoclub.com.br.

PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador

É um dos programas sociais de maior alcance no Brasil. Criado em 1976 com o objetivo de incentivar as empresas a conceder alimentação para os trabalhadores, hoje viabiliza o acesso à alimentação a aproximadamente 14 milhões de trabalhadores.

Ao adquirir o benefício Cartão Alimentação Pass para seus funcionários, a Sodexo pode orientar no cadastramento de sua empresa neste programa, que garante isenção de encargos sociais sobre o valor do benefício concedido e incentivos fiscais para as empresas sujeitas a apuração do Imposto de Renda pelo regime do Lucro Real.

Ao se cadastrar no endereço **www.portal.mte.gov.br/pat**, a sua empresa deve optar pela modalidade Alimentação Convênio e informar o número do registro da Sodexo no PAT, que é 080029457.

Características do Cartão Alimentação Pass

• Cartão com chip EMV, tecnologia que segue padrões mundiais de segurança.

• Cartão com senha eletrônica de quatro dígitos aleatórios.

• **Autorização das transações 100% on-line**, debitando do saldo do cartão automaticamente.

• A utilização do cartão é similar à de um cartão de débito.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Soares em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 74
Fls. 705
Mov. 57

sodexo
SERVIÇOS PARA QUALIDADE DE VIDA

- O valor do benefício é determinado por sua empresa.
- A entrega do cartão é realizada no endereço estabelecido pela sua empresa e qualquer mudança deverá ser solicitada expressamente à Sodexo.
- Para atender às necessidades específicas de cada empresa a Sodexo disponibiliza duas formas de pedido:
- **internet** – com diversos serviços exclusivos à Empresa Cliente; ou
- **layout** – pedido através de arquivo padrão, sendo possível a extração para algumas Empresas Clientes na própria folha de pagamento.
- Por medida de segurança, caso não sejam efetuados créditos no Cartão Alimentação Pass do funcionário durante um período de até 90 dias, o mesmo poderá ser bloqueado.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 75
Fls. 706
Mov. 57

1.1 Assinalar com um 'X' os serviços que há ou não intenção de contratar com a SODEXO:

Cartão Sodexo Refeição Pass



Prestação de serviços pela SODEXO à empresa CONTRATANTE no ramo de refeição, relacionada com o fornecimento de **Cartões Sodexo Refeição Pass** (documento de legitimação na modalidade cartão com chip e tarja magnética), instituído pelo PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador, cuja utilização proporciona aos funcionários da empresa CONTRATANTE, a aquisição de refeições na rede de Estabelecimentos Comerciais com os quais a SODEXO mantém convênio.

(X)Sim, temos a intenção de contratar ( )PAT (X)Não PAT
( )Não temos a intenção de contratar

Cartão Sodexo Refeição Pass Flex



Prestação de serviços pela SODEXO à empresa CONTRATANTE no ramo de refeição, relacionada com o fornecimento de **Sodexo Refeição Pass Flex** aos funcionários da empresa CONTRATANTE ou aos terceiros por ela indicados, para aquisição de refeições na rede de Estabelecimentos Comerciais com os quais a SODEXO mantém convênio, bem como a gestão pela empresa CONTRATANTE dos valores já disponíveis na BOLSA DE CRÉDITO mediante sua expressa solicitação à SODEXO.

A empresa CONTRATANTE declara ser responsável pelas informações fornecidas à SODEXO, bem como tem pleno conhecimento e cumprirá todas as obrigações determinadas pela legislação brasileira decorrentes desta proposta comercial, incluindo, mas sem limitação as normas cíveis, tributárias, trabalhistas e previdenciárias junto aos seus funcionários, terceiros ou contratados referentes aos créditos expressamente solicitados e já disponibilizados durante toda a vigência desta.

( )Sim, temos a intenção de contratar (X)Não temos a intenção de contratar

Cartão Sodexo Refeição Pass RH



Prestação de serviços pela SODEXO à empresa CONTRATANTE no ramo de refeição, relacionada com o fornecimento de **Cartões Sodexo Refeição Pass RH**(documento de legitimação na modalidade cartão com chip e tarja magnética), cuja utilização proporciona aos USUÁRIOS PORTADORES da empresa CONTRATANTE, a aquisição de refeições na rede de Estabelecimentos Comerciais com os quais a SODEXO mantém convênio.

( )Sim, temos a intenção de contratar ( )PAT (X)Não PAT
(X)Não temos a intenção de contratar

Cartão Sodexo Alimentação Pass



Prestação de serviços pela SODEXO à empresa CONTRATANTE no ramo de alimentação, relacionada com o fornecimento de **Cartões Sodexo Alimentação Pass** (documentos de legitimação na modalidade de cartão com chip e tarja magnética), instituído pelo PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador, cuja utilização proporciona aos funcionários da empresa CONTRATANTE, a aquisição de gêneros alimentícios "in natura" na rede de Estabelecimentos Comerciais com os quais a SODEXO mantém convênio.

(X)Sim, temos a intenção de contratar ( )PAT (X)Não PAT
( )Não temos a intenção de contratar

Cartão Sodexo Alimentação Pass Flex



Prestação de serviços pela SODEXO à empresa CONTRATANTE no ramo de alimentação, relacionada com o fornecimento de **Sodexo Alimentação Pass Flex** aos funcionários da empresa CONTRATANTE ou aos terceiros indicados pela empresa CONTRATANTE, para aquisição de gêneros alimentícios na rede de estabelecimentos comerciais com os quais a SODEXO mantém convênio, bem como a gestão pela empresa CONTRATANTE dos valores já disponíveis na BOLSA DE CRÉDITO mediante sua expressa solicitação à SODEXO.

A empresa CONTRATANTE declara ser responsável pelas informações fornecidas à SODEXO, bem como pelo cumprimento das obrigações definidas junto aos seus funcionários, terceiros ou contratados, bem como tem pleno conhecimento e cumprirá todas as obrigações determinadas pela legislação brasileira decorrentes desta proposta comercial, incluindo, mas sem limitação as normas cíveis, tributárias, trabalhistas e previdenciárias junto aos seus funcionários, terceiros ou contratados referentes aos créditos expressamente solicitados e já disponibilizados durante toda a vigência desta.

( )Sim, temos a intenção de contratar (X)Não temos a intenção de contratar

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:30.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 76 Fls. 707 Mov. 57

VT Pass



Prestação de serviços operacionais pela SODEXO à empresa CONTRATANTE no ramo de vales-transporte, relacionada com o fornecimento de **Vales-Transporte** das operadoras relacionadas na "Tabela de Tarifas" – (Tabela), nas modalidades papel e cartão magnético ou "smart card", bem como a respectiva disponibilização de crédito nos cartões magnéticos, respeitadas as condições estabelecidas por operadora.

A Tabela de Tarifas é documento publicado no site da SODEXO, com prazo de vigência indeterminado, uma vez que sofre alterações decorrentes da vontade de outras partes, que não se obrigam neste contrato, devendo a empresa CONTRATANTE ter conhecimento desta, observando e reconhecendo que o seu conteúdo pode sofrer alterações na medida em que se inclui nova operadora, exclui-se operadora, atualiza-se o valor de taxas e/ou tarifa cobrada pelas operadoras

( )Sim, temos a intenção de contratar (X)Não temos a intenção de contratar

Sodexo Combustível Pass



Prestação de serviços pela SODEXO à empresa CONTRATANTE, relacionados com o fornecimento do SODEXO COMBUSTÍVEL PASS, cuja utilização proporciona aos funcionários da CONTRATANTE, a aquisição predominantemente de combustíveis (gasolina, álcool, diesel, gás natural veicular autorizado o uso como combustível de veículo na forma da lei) e também de lubrificantes, autopeças, acessórios e serviços automotivos de manutenção leve na rede de estabelecimentos comerciais com os quais a SODEXO mantém convênio.

Os usuários portadores do Sodexo Combustível Pass gozarão ainda de um Seguro de Acidentes Pessoais Coletivo - Acidente Pessoal Automobilístico - e de Assistência Automobilística 24 Horas para automóvel de passeio e utilitário, de acordo com as condições gerais estabelecidas no Certificado de Seguro e disposições das Informações Gerais-Assistência Automobilística 24 Horas, disponíveis no site da SODEXO ou qualquer outro meio disponibilizado pela SODEXO.

( )Sim, temos a intenção de contratar (X)Não temos a intenção de contratar

Cheque Sodexo Brinquedo Pass



Prestação de serviços pela SODEXO à empresa CONTRATANTE, relacionados com o fornecimento de **Cheques Sodexo Brinquedo Pass** à CONTRATANTE referente ao evento comemorativo definido por esta, para aquisição de brinquedos por seus funcionários, junto à rede de estabelecimentos credenciados pela SODEXO.

( )Sim, temos a intenção de contratar (X)Não temos a intenção de contratar

Sodexo Gift Pass



Prestação de serviços pela SODEXO à empresa CONTRATANTE, relacionados com o fornecimento de **Sodexo Gift Pass** (modalidade cartão magnético) para o evento comemorativo definido pela CONTRATANTE, proporcionando aos seus funcionários, terceiros e contratados, créditos para aquisição de produtos e/ou serviços na rede de estabelecimentos credenciados pela SODEXO.

( )Sim, temos a intenção de contratar (X)Não temos a intenção de contratar

Sodexo Gift Pass Flex



Prestação de serviços pela SODEXO à empresa CONTRATANTE, relacionados com o fornecimento de **Sodexo Gift Pass Flex** (modalidade cartão magnético) para evento(s)/data(s) comemorativo(a)(s) e pontuais definido(a)(s) pela CONTRATANTE, proporcionando aos seus colaboradores, créditos para aquisição de produtos e/o serviços na rede de estabelecimentos credenciados pela SODEXO, bem como a gestão pela empresa CONTRATANTE dos valores já disponíveis na BOLSA DE CRÉDITO mediante sua expressa solicitação à SODEXO.

A empresa CONTRATANTE declara ser responsável pelas informações fornecidas à SODEXO, bem como pelo cumprimento das obrigações definidas junto aos seus funcionários, terceiros ou contratados, bem como tem pleno conhecimento e cumprirá todas as obrigações determinadas pela legislação brasileira decorrentes desta proposta comercial, incluindo, mas sem limitação as normas cíveis, tributárias, trabalhistas e previdenciárias junto aos seus funcionários, terceiros ou contratados referentes aos créditos expressamente solicitados e já disponibilizados durante toda a vigência desta.

( )Sim, temos a intenção de contratar (X)Não temos a intenção de contratar

Cartão Cultura Pass



Prestação de serviços pela SODEXO à empresa CONTRATANTE, relacionados com o fornecimento de **Cultura Pass, o Vale-Cultura da Sodexo, instituído pelo Programa de Cultura do Trabalhador (PCT)** que proporciona aos seus funcionários,aquisição de produtos e/ou serviços culturais, junto à rede de estabelecimentos credenciados pela SODEXO. Como cultura podemos entender a título exemplificativo mas não se limitando a eventos de natureza cultural como peças teatrais, espetáculos de música, de dança, mímica e congêneres, museus, cinemas, circos, zoológicos, artes plásticas e congêneres, bem como a aquisição de livros, revistas ou publicações especializadas em livrarias.

( )Sim, temos a intenção de contratar (X)Não temos a intenção de contratar

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 17
Fls. 708
Mov. 57

Cartão Sodexo Premium Pass



Prestação de serviços pela SODEXO à empresa CONTRATANTE, visando o fornecimento de **Cartões Sodexo Premium Pass** (modalidade cartão magnético), cuja utilização proporciona aquisição de produtos e/ou serviços aos funcionários, terceiros ou contratados da empresa CONTRATANTE na rede de estabelecimentos comerciais com a qual a SODEXO mantém convênio. O CARTÃO SODEXO PREMIUM PASS deverá ser utilizado exclusivamente na aquisição de produtos e/ou serviços de acordo com a política do crédito disponibilizado e na rede credenciada, que está autorizada a efetuar transações. Nenhuma transação será efetivada sem autorização do portador que deverá entregar o CARTÃO SODEXO PREMIUM PASS ao estabelecimento, para que seja processada a transação através da digitação da senha pessoal, bem como conferir o valor indicado no respectivo comprovante.

A empresa CONTRATANTE declara ser responsável pelo cumprimento das obrigações definidas na sua campanha junto aos seus funcionários, terceiros ou contratados, bem como tem pleno conhecimento e cumprirá todas as obrigações determinadas pela legislação brasileira decorrentes desta proposta comercial, incluindo, mas sem limitação as normas cíveis, tributárias, trabalhistas e previdenciárias junto aos seus funcionários, terceiros ou contratados referentes aos créditos expressamente solicitados e já disponibilizados durante toda a vigência desta.

( )Sim, temos a intenção de contratar (X)Não temos a intenção de contratar

Cartão Sodexo Premium Pass Flex



Prestação de serviços pela SODEXO à empresa CONTRATANTE, visando o fornecimento de **Sodexo Premium Pass Flex** (modalidade cartão magnético), considerando a(s) campanha(s) de incentivo ("campanha(s)") a ser(em) definida (s) previamente pela CONTRATANTE, cuja utilização proporciona a aquisição de produtos e/ou serviços aos funcionários, terceiros ou contratados da empresa CONTRATANTE na rede de estabelecimentos comerciais com a qual a SODEXO mantém convênio, bem como a gestão pela empresa CONTRATANTE dos valores já disponíveis na BOLSA DE CRÉDITO mediante sua expressa solicitação à SODEXO.

A empresa CONTRATANTE declara ser responsável pelo cumprimento das obrigações definidas na sua campanha junto aos seus funcionários, terceiros ou contratados, bem como tem pleno conhecimento e cumprirá todas as obrigações determinadas pela legislação brasileira decorrentes desta proposta comercial, incluindo, mas sem limitação as normas cíveis, tributárias, trabalhistas e previdenciárias junto aos seus funcionários, terceiros ou contratados referentes aos créditos expressamente solicitados e já disponibilizados durante toda a vigência desta.

( )Sim, temos a intenção de contratar (X)Não temos a intenção de contratar

Cartão Sodexo Brinquedo Pass



Prestação de serviços pela SODEXO à empresa contratante relacionados ao fornecimento de **Cartões Sodexo Brinquedo Pass** à CONTRATANTE referente ao evento comemorativo definido por esta, para aquisição de brinquedos por seus funcionários, junto à rede de estabelecimentos credenciados pela SODEXO.

( )Sim, temos a intenção de contratar (X)Não temos a intenção de contratar

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 78
Fls. 709
Mov. 57

1.2 Informações e condições comerciais dos serviços que a empresa CONTRATANTE tem a intenção de contratar com a SODEXO:

	Cartão Sodexo Refeição Pass	Cartão Sodexo Alimentação Pass			
Forma de Pagamento:	Pré-Pago	Pré-Pago			
Quantidade de Pontos de Entrega:	1	1			
Prazo de Pagamento (dias):					
Taxa Mensal por Cartão Ativo (por cartão e em R$):					
Quantidade Total de Funcionários/ Usuários Portadores:	25	25			
Quantidade Estimada de Cartões:					
Valor Médio do Crédito:					
Valor Médio Mensal Acondicionado na Bolsa de Crédito:					
Valor Médio do Crédito/Voucher:					
Valor médio mensal e/ou valor total da campanha por Usuário:	273,00	273,00			
Valor Médio Diário por Funcionário/Usuário Portador:					
Taxa de Administração de Serviço (%):	ISENTO	ISENTO			
Taxa de Administração da Bolsa de Crédito (%):					
Taxa de Administração (%):					
Taxa de Entrega (R$):	0,0	0,0			
Gestão de Cobrança:	0,0	0,0			
Taxa de Disponibilização de Crédito (por cartão e em R$):	0,0	0,0			
Taxa de Recarga Inteligente (%):					
Taxa de Emissão de Cartão (por cartão e em R$):	0,0	0,0			
Taxa de Reemissão de Cartão (por cartão e em R$):	10,00	10,00			
Taxa de Emissão de Cartão - 1ª Via (R$):					
Meio de Pagamento:					
Taxa de Re-emissão de Cartão (R$):					
Taxa de Cancelamento (por cartão e em R$):					
Taxa de Processamento de Pedido (R$):					
Taxa de Cancelamento (%):					
Encargos de Distribuição (R$):					
Modalidade de Serviços Vales-Transporte Personalizado:					
Manutenção de Cartão Inativo					
Modalidade de Serviços Vales-Transporte Simples:					
Nome da Campanha:					
Equipe Terceiros (Sim/Não):					
Equipe Interna (Sim/Não):					
Número Estimado de Participantes da Campanha:					
Período da Campanha (Início):					
Período da Campanha (Término):					
Taxa Roteirização por R$					
Valor Total Estimado da Premiação (em R$):					
Objetivo da Campanha:					
Área(s) Participante(s):					
Taxa de Reemissão por Cartão (Em R$)					

2.1 O(s) serviço(s) Refeição Pass, Refeição Pass Flex, Refeição Pass RH, Alimentação Pass, Alimentação Pass Flex, Brinquedo Pass, Cultura Pass, o Vale-Cultura da Sodexo, Alimentação Pass Natal, Gift Pass, Gift Pass Flex Premium Pass, Premium Pass Flex, Brinquedo Pass e Combustível Pass será(ão) prestados (s) pela empresa SODEXO PASS DO BRASIL SERVIÇOS E COMERCIO S.A., inscrita no CNPJ sob nº 69.034.668/0001-56, mediante aprovação do crédito da empresa CONTRATANTE.

2.2 O serviço VT Pass será prestado pela empresa SODEXO PASS DO BRASIL SERVIÇOS DE INOVAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 10.744.404/0001-43, mediante aprovação do crédito da empresa CONTRATANTE.

2.3 O(s) serviço(s) descrito(s) no item I acima possui(em) diferencial(is) de aplicação e operacionalidade que está(ão) detalhado(s) no(s) respectivo(s) contrato(s) registrado(s) no Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Barueri conforme relacionado(s) abaixo, e que também está(ão) disponível(is) no site da SODEXO.

Prazo de duração determinado (pré-pago)

2.3.1 Contrato(s) com prazo de duração determinado (pré-pago), inicia(m)-se a contar do aceite eletrônico deste e constatação do pagamento do pedido, conforme informado(s) abaixo:

a) Contrato de Prestação de Serviços Cartão Sodexo Refeição Pass registrado no Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Barueri – SP em 29/06/2018, sob o n.º1.402.459;
b) Contrato de Prestação de Serviços Cartão Sodexo Alimentação Pass registrado no Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Barueri – SP em 29/06/2018, sob o n.º1.402.464;

3.1 O Prazo de validade desta proposta é de 30 dia(s) úteis a partir de sua emissão, ficando a mesma sujeita a revisões, ultrapassado este período.

Este documento somente terá validade para efetivação da negociação pretendida observado os seguintes termos:

a) esta pré-proposta deverá estar dentro do prazo de validade;

b) esta negociação somente será efetivada mediante assinatura da Proposta Comercial ou do Contrato de Prestação de Serviços Sodexo; e,

c) de posse da Proposta Comercial ou do Contrato de Prestação de Serviços Sodexo assinado a SODEXO procederá à análise de seu crédito e dos seus dados, podendo aprovar ou não a contratação pretendida, sem gerar qualquer obrigação por parte da SODEXO e/ou direito a indenização à empresa CONTRATANTE pela não realização do negócio.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 710 Mov. 57

ExpressoLivre - ExpressoMail

Remetente: "Nicole Lemanczyk" <nicole-lemanczyk@cctg.pr.gov.br>
Para: vendas@vr.com.br
Data: 29/08/2018 15:49
Assunto: Fw: Re: VR Benefícios
Anexos: image_0.jpg (7 KB)
image_1.jpg (7 KB)

Ola

Estou aguardando a proposta para vale refeição ou vale alimentação para atendimento a um quadro funcional para um empresa com algo entorno de 60 funcionários.
O valor do beneficio cedido seria de R$ 15,00 ao dia trabalhado.
Gostaria de saber se há diferença entre o fornecimento de vale refeição ou vale alimentação. Se o funcionário pode escolher entre um ou outro, ou se o contrato entre o Palcoparaná e a VR já deve estar pé determinado em uma modalidade.
Como é tratado o valor do contrato? O valor do beneficio mais uma taxa administrativa? Qual a taxa média cobrada por vocês para o mercado?

Atenciosamente

Nicole Lemanczyk
Diretora Administrativa Financeira
Palcoparaná

---------- Mensagem encaminhada ----------
Remetente: "Nicole Lemanczyk" <nicole-lemanczyk@cctg.pr.gov.br>
Data: 30/07/2018 10:10
Assunto: Re: VR Benefícios
Para: "Vendas" <vendas@vr.com.br>

Bom dia

Vale alimentação ou vale refeição no valor de R$ 15,00

Att

Em 27/07/2018 às 14:16 horas, "Vendas" <vendas@vr.com.br> escreveu:
Nicole, qual seria o produto :
Vale Alimentação , Vale Refeição , Vale Trasnporte ou Vale Combústivel ?

E qual seria o valor para cada funcionário ?

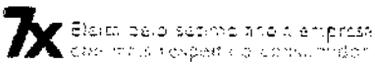
Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Débora Cordeiro
Central de Vendas VR Benefícios

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Benefícios
Tel. (11) 4004-4938 (Capitais e Regiões Metropolitanas)
Tel. 0800 596 3838 (Demais Localidades)
vendas@vr.com.br

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 80
Fls. 711
Mov. 57



Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 712
Mov. 57

Assunto **Proposta - VR Benefícios**
De admix.agora <admix.agora@uol.com.br>
Para <administrativo@palcoparana.org>
Cópia <admix.curitiba@uol.com.br>
Data 2017-10-03 12:10

roundcube

- Proposta Comercial - COT-00013517 (1).pdf (~1,5 MB)

Boa tarde Nicole,

Conforme conversamos via telefone, segue anexo proposta da VR Beneficios.
Conseguimos isentar as taxas administrativas (exceto 2ª via de cartão e taxa de rescisão de contrato, que são taxas obrigatórias) e uma condição especial (desconto) de -2% na sua fatura final.
Estamos em contato com as demais empresas do ramo (Alelo, Ticket, Sodexo...), mas a VR até o momento foi a que apresentou as melhores condições.
Estamos a sua disposição para agendarmos uma reunião e falarmos pessoalmente sobre este benefício.

Att.,

Mariana Martins
41 99704 0668

Ágora

saúde . odonto . vida . previdência agorabeneficios.com.br

Livre de vírus. www.avast.com.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO
INTEGRADO
713
57



PROPOSTA COMERCIAL
VR BENEFÍCIOS

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 83
Fls. 714
Mov. 57

A VR BENEFÍCIOS TEM **TUDO** PARA SER A SUA EMPRESA DE BENEFÍCIOS
CONTE COM UM ATENDIMENTO ÁGIL, GENTIL E PRÓXIMO À VOCÊ



40

Credibilidade e Solidez
40 anos no mercado de benefícios

24H

Crédito Rápido
Benefício disponível no cartão em até 24h.

7x

Respeito
7 vezes eleita a empresa que mais respeita o consumidor.

$

Econon
Isenção de encar
e dedução de at

ISSO TEM VALOR!

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO
715
57



Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
716
57

VR TRANSPORTE



PORTAL EXCLUSIVO
TRANSPORTE.VR.COM.BR

GESTÃO 100% ONLINE
Do pedido à entrega do benefí

INTEGRAÇÃO COM A
FOLHA DE PAGAMENTO

GESTÃO DE CARTÕES
Consultas, prazos, bloqueio, er

INFORMATIVOS
IMPORTANTES

CENTRAL EXCLUSIVA E
VISITA DE CONSULTORES.

PRESENÇA NACIONAL
Principais operadoras

DIFERENCIAIS E FUNCIONALIDADES EXCLUSI

Aproveitamento de saldo de VT não utilizado
Dedução dos saldos das recargas não realizadas em períodos anteriores.
* Disponível para Bilhete Único SPTrans, BOM e diversas operadoras.

Solução para conceder benefícios aos admitidos
Solicitação por cartão + 1º benefício em conta corrente
Conta RH - Reserva para quitar pedidos urgentes

Atendimento integral dos pedidos
Inconsistência que impossibilite crédito no cartão, notificação para crédito em conta co
do funcionário, 100% automatizado e de acordo com a Lei do Vale-Transporte.

Taxas e/ou tarifas cobradas pelas operadoras locais de vale-transpor
aplicadas (tarifas de repasse, cobranças de via do bilhete único, c

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO
717
57



Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 87
Fls. 718
Mov. 57



PRAZOS

VR

24 HORAS
DISPONIBILIZAÇÃO DOS CRÉDITOS*

4 DIAS ÚTI
ENTREGA DOS CARTÕES*

EXEMPLO: PARA RECEBER O CRÉDITO/CARTÃO NO 1º



- Cartões: prazo limite para pedido pré-pago: pagamento do boleto
- Créditos: prazo limite para pedido pré-pago: pagamento do boleto
- Disponibilização dos créditos/e cartões

* Para pré-pago, conta para o prazo informado quando pagamento realizado no mesmo dia do pedido.

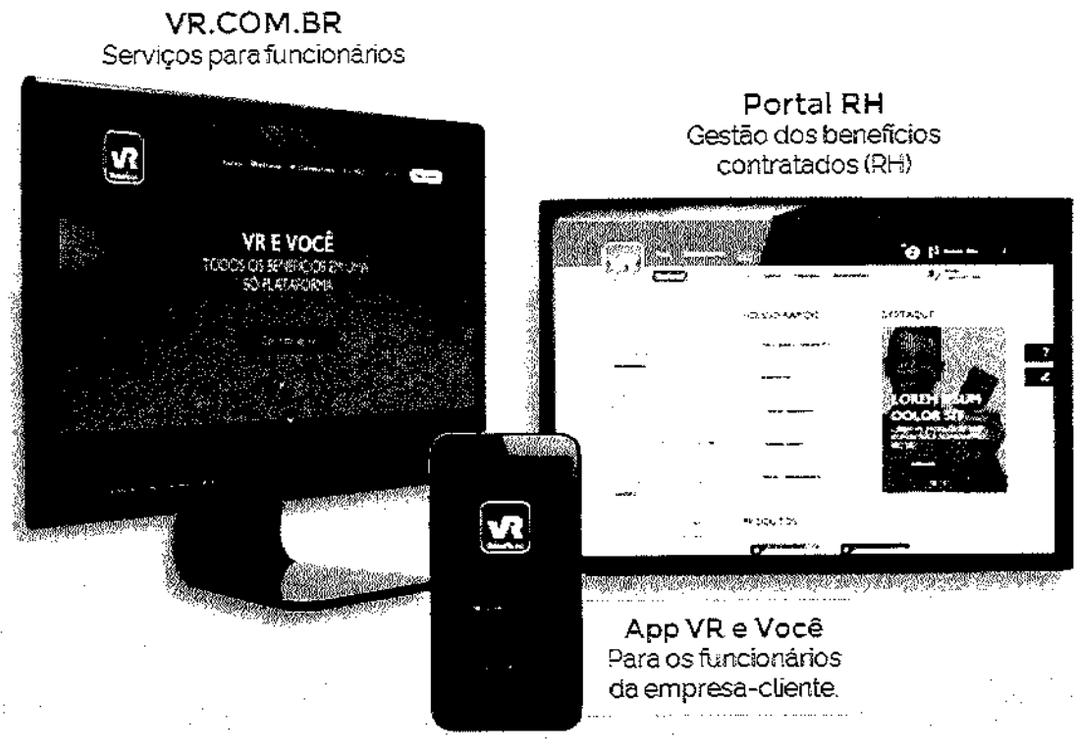
** Para Capitais São Paulo e Rio de Porto Alegre, Curitiba e Belo Hori 5 dias úteis para demais capitais e 7 dias úteis para demais regiões.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO
719
57

AUTOSSERVIÇO PARA TODOS



Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 89
Fls. 720
Mov. 57

Razão Social	PALCOPARANA
CNPJ	25298788000195
Validade da Proposta	27/10/2017

Proposta Comercial

A presente proposta* comercial estabelece, de forma exclusiva, para a PALCOPARANA as condições para os produtos abaixo:

VR Refeição

Quantidade de Funcionários: 15
Valor Crédito Mensal: R$ 273,00 por cartão
Valor Crédito Mensal Total: R$ 4.095,00
Quantidade Local de Entrega: 1

Tarifas

Item	Valores	Unid
1 - Prazo de pagamento	0	Dias
2 - Tarifa de emissão de cartões	R$0,00	R$ p
3 - Tarifa entrega região Sul	R$0,00	R$ por lo
4 - Tarifa de entrega região Sudeste, exceto SP	R$0,00	R$ por lo
5 - Tarifa de entrega região Centro-Oeste	R$0,00	R$ por lo
6 - Tarifa entrega região Nordeste	R$0,00	R$ por lo
7 - Tarifa entrega região Norte	R$0,00	R$ por lo
8 - Tarifa entrega estado SP	R$0,00	R$ por lo
9 - Tarifa Emissão do Pedido	R$0,00	R$ p
10 - Tarifa de reemissão de cartões	R$6,00	R$ p
11 - Tarifa de cobrança	R$0,00	R$ p
12 - Tarifa de rescisão de contrato dentro da sua vigência	R$2,99	R$ p
13 - Tarifa de crédito	-	R$ p
14 - Taxa de serviço	-	% por v
15 - Condições especiais (desconto)	2%	% no f
16 - Taxa Cancelamento Pedido	0%	% do v
17 - Tarifa de entrega antecipada do cartão	R$0,00	R$ p
18 - Tarifa antecipação de crédito	R$0,00	R$ por v

03/10/2017 Responsável: Subcanal Agora
Email: admix.curitiba@uol.com.br Telefone: Cidade:

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Razão Social	PALCOPARANA
CNPJ	25298788000195
Validade da Proposta	27/10/2017

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 90
Fls. 721
Mov. 57

Proposta Comercial

A presente proposta* comercial estabelece, de forma exclusiva, para a PALCOPARANA as condições para os produtos abaixo:

VR Alimentação

Quantidade de Funcionários: 42
Valor Crédito Mensal: R$ 273,00 por cartão
Valor Crédito Mensal Total: R$ 11.466,00
Quantidade Local de Entrega: 1

Tarifas

Item	Valores	Unid
1 - Prazo de pagamento	0	Dias
2 - Tarifa de emissão de cartões	R$0,00	R$ p
3 - Tarifa entrega região Sul	R$0,00	R$ por lo
4 - Tarifa de entrega região Sudeste, exceto SP	R$0,00	R$ por lo
5 - Tarifa de entrega região Centro-Oeste	R$0,00	R$ por lo
6 - Tarifa entrega reglão Nordeste	R$0,00	R$ por lo
7 - Tarifa entrega região Norte	R$0,00	R$ por lo
8 - Tarifa entrega estado SP	R$0,00	R$ por lo
9 - Tarifa Emissão do Pedido	R$0,00	R$ p
10 - Tarifa de reemissão de cartões	R$6,00	R$ p
11 - Tarifa de cobrança	R$0,00	R$ p
12 - Tarifa de rescisão de contrato dentro da sua vigência	R$2,99	R$ p
13 - Tarifa de crédito	-	R$ p
14 - Taxa de serviço	-	% por va
15 - Condições especiais (desconto)	2%	% no f
16 - Taxa Cancelamento Pedido	0%	% do v
17 - Tarifa de entrega antecipada do cartão	R$0,00	R$ p
18 - Tarifa antecipação de crédito	R$0,00	R$ por v

03/10/2017 Responsável: Subcanal Agora
Email: admix.curitiba@uol.com.br Telefone: Cidade:

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO
722
57



Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Miriam Rocha Loures em: 05/10/2018 14:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Niriane Rocha Lopes em: 05/10/2018 14:06.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PALCO PARANÁ

MAPA DE COTAÇÃO DE PREÇOS

Objeto:

Data:	CRITÉRIO DE JULGAMENTO: PREÇO GLOBAL	MAPA DE COTAÇÃO Nº ___/2017		N. TCTF		FINANCIADOR:		
N.	FORNECEDORES	CNPJ/CPF	TELEFONE	CONTATO	CONDIÇÕES PAGAMENTO	PRAZO PARA ENTREGA	VALIDADE DA PROPOSTA	OBSERVAÇÕES
1	VR	02.535.864/0001-33	4020-0185	Thais Lima	mensal			
2	Sodexo	49.930.514/0001-35	4004-4946	Lucas de Souza	mensal			
3	Ticket	47.866.934/0001-74	11 3003 5333	Rosiane Paiva	mensal			
4					mensal			
5					mensal			
6					mensal			

ITEM	QUANT.	UND	ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS/SERVIÇOS	VR		Sodexo		Ticket			
				VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	80	cartões	Valor de crédito mensal	330,00	R$ 26.400,00	330,00	R$ 26.400,00	R$ 330,00	R$ 26.400,00		
03	80	cartões	tarifa emissão de cartões	-	R$ -	-	R$ -		R$ -		
04	80	cartões	tarifa reemissão de cartões	6,00	R$ 480,00	10,00	R$ 800,00	R$ -	R$ -		
05	80	cartões	tarifa de crédito	-	R$ -	-	R$ -	R$ -	R$ -		0,00
06	80	cartões	tarifa de rescisão de contrato	-	R$ -		R$ -		R$ -		0,00
07	80	cartões	taxa administrativa		R$ -		R$ -	R$ 3,90	R$ 312,00		0,00
08	80	cartões	tarifa de entrega		R$ -		R$ -		R$ -		0,00
09					R$ -		R$ -		R$ -		0,00
10					R$ -		R$ -		R$ -		0,00
11					R$ -		R$ -		R$ -		0,00
12					R$ -		R$ -		R$ -		0,00
13					R$ -		R$ -		R$ -		0,00
14					R$ -		R$ -		R$ -		0,00
			VALOR TOTAL	R$	26.880,00	R$	27.200,00	R$	26.712,00	R$	-

OBSERVAÇÕES:

EMPRESA COM MENOR PREÇO

Empresa	Valor Total
Ticket	R$ 26.712,00

ASSINATURA DA COMISSÃO DE COMPRAS

NOME DO MEMBRO DA COMISSÃO
CPF n.º
____/____/ 2018

NOME DO MEMBRO DA COMISSÃO
CPF n.º
____/____/ 2018

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 92 Mov. 57 Fls. 223

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 724
Mov. 57

EDITAL DE LICITAÇÃO- PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO

O **SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ**, a seguir denominado **PALCOPARANÁ**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos de interesse coletivo, inscrita no CNPJ nº 25.298.788/0001-95, com sede e foro na Capital do Estado do Paraná, sita à Rua XV DE Novembro, 971, Centro, Curitiba/PR, por intermédio de seu Pregoeiro, torna público que promoverá licitação na modalidade **"PREGÃO ELETRÔNICO" - Nº 001/2019 – "MENOR PREÇO" (MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO EM PORCENTAGEM**), a fim de Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento, implantação e administração de benefício alimentação aos servidores do **SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ**, que possibilitem a aquisição de gêneros alimentícios através da rede de estabelecimentos credenciados na forma definida na legislação do Ministério de Trabalho e Emprego que regulamenta o PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador, conforme descrito no Anexo I, que faz parte integrante deste Edital, através de cartão magnético, para contrato de 12 meses, renováveis anualmente de acordo com art.103, inciso II da Lei 15.608/2007.

A presente licitação será processada e julgada com fundamento na Constituição do Estado do Paraná, art. 27, XXI, nas disposições contidas na Lei Complementar n° 123/06, na Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto n° 3.931/01, na Lei Estadual n° 15.608/07, no Decreto Estadual nº 6.252/06, bem como, subsidiariamente e no que couberem, pelas normas contidas neste EDITAL e seus anexos, que dele fazem parte integrante, e pelas normas específicas do objeto licitado.

1. DA ABERTURA

1.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, no dia XX/XX/2019, às XX:XX horas, no sistema de Pregão Eletrônico, por meio da INTERNET, na página www.licitacoes-e.com.br, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases.

1.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro, servidor do Centro Cultural Teatro Guaíra, por força do Termo de Cooperação assinado entre o PALCOPARANÁ e esta Autarquia, mediante a inserção e monitoramento de dados geradores ou transferidos para o sistema "Licitações - e" do Banco do Brasil (www.licitacoes-e.com.br).

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 725
Mov. 57

2. DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento, implantação e administração de benefício alimentação aos empregados do PALCOPARANÁ, com a provisão de créditos em cartões magnéticos, que possibilitem a aquisição de gêneros alimentícios através da rede de estabelecimentos credenciados, na forma definida na legislação do Ministério de Trabalho e Emprego que regulamenta o PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador, conforme descrito no Anexo I, parte integrante deste Edital.

3. RECURSOS FINANCEIROS

3.1. A presente despesa correrá à conta dos recursos orçamentários do Centro Cultural Teatro Guaíra, alocados no PALCOPARANÁ por força do contrato de gestão assinado com o Estado do Paraná (denominação dada pela Lei nº 18.381, de 15/12/2014), por intermédio do Centro Cultural Teatro Guaíra.

3.2. Para atendimento ao pagamento para este contrato contamos com a dotação orçamentária disponibilizada através do Orçamento do Projeto Atividade nº4448 – Gerenciamento do Contrato de Gestão com Palcoparaná, dotação 5132.448.13.392.15.33504102.00.0000000101.1.

4. PRAZO DE INÍCIO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1. Os Cartões Magnéticos Alimentação deverão ser entregues no local de trabalho do beneficiário, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da assinatura do contrato, pela licitante vencedora do Pregão.

5. DA PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar da presente licitação, empresas que estejam regularmente estabelecidas no País, cujo ramo e finalidade de atuação sejam pertinentes ao objeto licitado por este EDITAL, que satisfaçam integralmente às exigências nele estabelecidas.

5.2. Não será admitida a participação de interessados que se encontrem sob as seguintes condições:

5.2.1. Que estejam constituídos sob a forma de consórcios e cooperativas.

5.2.2. Que estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária para participarem de licitação, imposta pela Administração Pública, no âmbito Estadual ou

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 726
Mov. 57

por qualquer órgão da Administração Pública, motivada pelas hipóteses previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/02 e no art. 87, inciso III da Lei nº 8.666/93.

5.2.3. Que tenham sido declarados inidôneos por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, nas hipóteses do art. 87, inciso IV da Lei n.º 8.666/93.

5.2.4. Que estejam em dissolução, liquidação, concordata, processo de falência ou recuperação judicial, nos termos da nova Lei de Falências (Lei nº 11.101/05, art. 52, II);

5.2.5. Que, direta ou indiretamente, mantenham sociedade ou participação com servidor ou dirigente ligado a qualquer um dos órgãos envolvidos no processo em análise.

5.2.5.1. Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, financeira ou trabalhista.

5.2.6. . Que estejam em situação irregular perante a Fazenda Pública, em qualquer esfera da Administração, perante o INSS e o FGTS.

5.3. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos do EDITAL e da sua habilitação sujeitará o licitante às sanções previstas neste EDITAL.

6. DA RETIRADA DO EDITAL

6.1. Os interessados em participar da presente licitação poderão obter o EDITAL e seus Anexos, pela Internet, acessando o endereço Eletrônico www.licitacoes-e.com.br ou pelo endereço: administrativo@palcoparana.org

7. DO REGULAMENTO OPERACIONAL

7.1. O licitante deverá observar as datas e horários limites previstos para a realização de todos os atos da licitação.

7.2. Todas as referências de tempo no Edital, nos Avisos, no decorrer da Sessão Pública, nos registros do sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame, observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF.

7.3. O licitante, ao acessar a sala de disputa, visualizará o melhor lance ofertado, o seu lance e a relação dos lances. O Sistema apresentará apenas o melhor lance (Lance Ofertado) de cada autor da proposta. Para o autor, da proposta, visualizar essas informações deverá clicar no botão “Detalhes Disputa” que estará disponível no canto superior direito da tela, quando o lote estiver em disputa.

7.4. O tempo normal de disputa será fixado, controlado e encerrado pelo pregoeiro. Logo após, a disputa entrará na fase randômica e poderá ser encerrada a qualquer momento.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 727
Mov. 57

7.5. Os autores das propostas, a qualquer momento, depois de finalizado o lote único da licitação, poderão registrar seus questionamentos para o pregoeiro via Sistema. Essa opção estará disponível até o momento que o pregoeiro declarar o fornecedor vencedor do lote.

8. DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS DO PREGOEIRO

8.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições e competências nos termos do art. 48 da Lei Estadual 15.608/2007, a saber:

a) Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;

b) Responder as questões formuladas pelos interessados, relativas ao certame;

c) Abrir as propostas de preço;

d) Analisar a aceitabilidade das propostas;

e) Desclassificar propostas, motivadamente;

f) Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;

g) Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;

h) Declarar o vencedor;

i) Adjudicar o objeto da licitação ao vencedor;

j) Receber, examinar e decidir os recursos;

k) Encaminhar o processo à autoridade competente para homologar e autorizar a contratação;

l) Encaminhar o processo devidamente instruído, após parecer jurídico, à autoridade competente para apuração de irregularidades praticadas no processo licitatório, visando à eventual aplicação de penalidades previstas na legislação.

m) Responder, auxiliado pela equipe de apoio, os questionamentos formulados pelos licitantes para cada lote disputado, sendo que todas as mensagens constarão no histórico dos Detalhes da Disputa;

n) Solicitar, quando necessário, contraproposta ao fornecedor que apresentou o melhor lance por meio de Sistema, em “contraproposta” enquanto o lote estiver arrematado.

o) Para declarar um ME ou EPP vencedora da disputa, o Pregoeiro verificará a regularidade fiscal da ME ou EPP e havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado a ME ou EPP prazo de 05 (cinco) dias úteis para a devida regularização. Assim, a declaração do vencedor no Sistema será efetivada somente após essa verificação visto que, declarado o vencedor, o Sistema abre a

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 728
Mov. 57

opção para recurso.

p.1) Na hipótese da não habilitação de ME ou EPP, voltará à condição de primeira classificada a empresa autora da proposta de menor preço originalmente apresentada na sala de disputa. Para tanto, o Pregoeiro reclassificará a empresa fornecedora que ofertou o melhor lance, originalmente em sala de disputa, e demais porventura desclassificados, sobre o argumento da Lei Complementar n.º 123/06.

9. DA APLICABILIDADE DA LEI COMPLEMENTAR N.º 123/2006. DIREITO DE PREFERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO PARA AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

9.1. Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, de acordo com o Art. 44 § 1º e § 2º da Lei Complementar 123/2006.

9.2. Entende-se por empate aquela situação em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a proposta melhor classificada.

9.3. A ME ou EPP melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta após o encerramento da segunda fase de lances, e terá o prazo máximo de 5 (cinco) minutos a contar do registro da convocação e de acordo com o horário de Brasília registrado no sistema, sob pena de preclusão.

9.4. No caso de valores idênticos apresentados pelas microempresas e empresa de pequeno porte que se encontrarem nos intervalos estabelecidos no item “12.1” deste edital, será valido aquele que for oferecido antes, de acordo com a marcação do tempo e do horário identificados pelo sistema eletrônico.

9.5. A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada arrematante do certame, situação em que será declarado vencedor em seu favor o objeto licitado;

9.6. Não ocorrendo a situação prevista no parágrafo anterior, serão convocados as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item “12.1” deste edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito, na forma do inciso II do Art. 45 da Lei Complementar 123/2006;

9.7. Para exercício do direito de preferência, as licitantes que se enquadrem nesses regimes já estarão identificadas pelo sistema, a partir da informação cadastral inserida no licitacoes-e, no campo de “identificação do tipo de segmento” da empresa.

9.8. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, com o fechamento do tempo randômico pelo Sistema, haverá procedimento automático de identificação de possível

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 729
Mov. 57

"empate ficto", ou seja, a existência de lances de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) classificados no intervalo de até 5% (cinco por cento) de valores superiores ao valor do lance da empresa melhor classificada, sendo esta uma empresa de regime normal ou tradicional.

9.9. Neste caso, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada arrematante do lote, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

9.10. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

9.11. O prazo estabelecido é decadencial e, não havendo manifestação da empresa, o sistema verifica se há outra empresa em situação de "empate ficto", e realizará o chamado de forma automática, para as providências descritas no subitem anterior.

9.12. Não identificada a situação de "empate", o sistema emitirá mensagem, permitindo ao Pregoeiro dar encerramento à disputa do lote.

9.13. Todos esses procedimentos acontecerão na sala de disputa e as respectivas informações estarão disponíveis para os demais participantes do pregão e também para todos os interessados.

9.14. De acordo com o Art. 43 da Lei Complementar 123, de 14/12/2006, as microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.15. De acordo com art. 43, § 1ºda Lei Complementar 123, de 14/12/2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame.

9.16. A não regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 154 da Lei Estadual n° 15.608/2007 e do art. 81 da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

10. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

10.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 730
Mov. 57

presente EDITAL.

10.2. Os pedidos de esclarecimentos, dúvidas ou informações, deverão ser encaminhados por meio eletrônico, via internet, através de e-mail administrativo@palcoparana.org e, obrigatoriamente, informar o e-mail do interessado, pelo qual lhe serão enviados os esclarecimentos solicitados.

10.3. Serão anexadas ao processo de licitação as cópias das mensagens enviadas aos licitantes.

10.4. O memorial da impugnação deverá ser protocolado no Serviço Social Autônomo Paraná Projetos, ou enviada via correio aos cuidados da Pregoeira.

10.5. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório.

10.6. Caberá ao PREGOEIRO, auxiliado pela equipe de apoio e pelo órgão licitante, decidir a impugnação ao EDITAL.

10.7. Qualquer modificação que sobrevier ao EDITAL, em consequência das decisões das impugnações que afetem a formulação das propostas, será definida e publicada nova data para realização do certame.

11. DO PREÇO MÁXIMO

11.1. A disputa dar-se-á através da menor taxa de administração em porcentagem, sendo a taxa máxima de administração de 1,00% (um) por cento, sobre o crédito mensal médio de R$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais) referente à estimativa de 80 cartões magnéticos de vale alimentação (crédito médio de R$ 352,00 por cartão, considerando-se 22 dias trabalhados), totalizando o valor máximo mensal a ser pago pela PALCOPARANÁ de R$ 26.664,00 (vinte e seis mil, seiscentos e sessenta e quatro reais), após aplicação da taxa máxima de administração de 1,00 % (um por cento). A quantidade de cartões magnéticos será atualizada de acordo com as regras do subitem 3.8 do Anexo I. O Palcoparaná conta atualmente com o quadro funcional de 53 funcionários, com estimativa mensal de no valor de R$ 17.490,00 (dezessete mil e quatrocentos e noventa reais), com valor total, considerando a taxa administrativa de 1%, de R$ 17.664,90 (dezessete mil e seiscentos e sessenta e quatro reais e noventa centavos)

11.1.1.Não será admitida taxa de administração negativa, ou seja, a proponente deverá limitar a sua proposta a 0%, ou seja, isenção da taxa de administração.

11.2. A despesa com objeto da presente licitação estimada para a vigência contratual de 12 meses, tendo em vista o valor mensal médio de R$ 26.664,00 (vinte e seiscentos mil, seiscentos e sessenta e quatro reais) mensais, atingindo o valor de R$

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 731
Mov. 57

319.968,00 (trezentos e dezenove mil, novecentos e sessenta e oito reais), para os 80 cartões magnético, observado o inciso 11.1 acima.

11.3. A proposta deverá conter o objeto e o preço, bem como estar em conformidade com as exigências contidas neste EDITAL e seus anexos.

11.4. O PREGOEIRO verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste EDITAL e seus anexos.

11.5. Todas as propostas classificadas serão consideradas para lances na fase de disputa e ordenadas por valor, de forma crescente.

11.5.1. As propostas de preços terão validade de 90 (noventa) dias.

11.6. Vigência Contratual:

11.6.1. O prazo de vigência do contrato decorrente deste procedimento inicialmente será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, prorrogado por acordo de ambas as partes em consonância com a legislação em vigor.

12. DO CREDENCIAMENTO, DOS CÓDIGOS DE ACESSO E DA PARTICIPAÇÃO

12.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas junto às Agências do Banco do Brasil S.A., sediadas no país.

12.2. Os licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor do sistema eletrônico, no prazo mínimo de 03 (três) dias úteis antes da data de realização do pregão.

12.2.1. As informações para o acesso ao Pregão Eletrônico podem ser obtidas no site www.licitacoes-e.com.br, na opção “Acesso Identificado”.

12.2.2. A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer Pregão Eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou em virtude de sua inabilitação perante o cadastro de fornecedores.

12.2.3. O uso e o sigilo da senha de acesso pelo licitante são de sua exclusiva responsabilidade, bem como, qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante.

12.3. O credenciamento do licitante e de seu representante legal no sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos seus atos praticados e a capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico

13. DO ENVIO DAS PROPOSTAS INICIAIS

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 732
Mov. 57

13.1. As Propostas de Preços poderão ser enviadas a partir das 9h00 do dia xx/xx/2019, pelo sistema eletrônico disponível no sítio www.licitacoes-e.com.br, podendo os licitantes substituí-las ou excluí-las até a data e hora definidas para a abertura da sessão pública, quando, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

13.2. A proposta deverá conter o objeto e o preço, bem como, estar em conformidade com as exigências contidas neste edital e seus anexos.

13.3. O registro do recebimento da proposta deverá ser impresso e anexado ao processo licitatório como comprovante de entrega.

13.4. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

13.5. Todas as propostas classificadas serão consideradas para o oferecimento dos lances na fase de disputa e serão ordenadas por valor, de forma crescente.

13.6. A proposta de preços deverá ter validade de 90 (noventa) dias.

13.7. O descritivo da proposta deverá conter as especificações técnicas do objeto, a fim de permitir a identificação e a marca do mesmo, bem como todos os seus recursos, nos termos técnicos mínimos exigidos para este certame, bem como o preço unitário do item e, se distinto, o preço arrematado pelo lote.

13.8. Serão de responsabilidade exclusiva do contratado todos os custos, tributos, encargos e contribuições que incidam ou venham a incidir sobre o fornecimento ou sobre o objeto do contrato.

14. DOS LANCES

14.1. A partir do horário e dia previsto no sistema de Pregão Eletrônico, a sessão pública será aberta por comando do pregoeiro, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

14.2. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecidos neste edital.

14.3. O licitante/proponente será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances, oferecidos durante a fase de disputa, sob pena de em não o fazendo serem aplicadas as penalidades previstas neste edital e na legislação regente dos procedimentos licitatórios.

14.4. Os licitantes e/ou seus representantes, deverão estar conectados ao sistema

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 733
Mov. 57

para participar da sessão de lances.

14.5. Aberta a etapa de competitividade/oferecimento dos lances, a proposta inicial de menor valor, será considerada como primeiro lance, podendo os licitantes encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

14.6. Caberá ao licitante remeter, exclusivamente por meio eletrônico, até o horário limite para acolhimento de propostas a sua proposta de preços bem como acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

14.7. Os lances de cada proponente deverão ser, obrigatoriamente, inferiores ao preço da sua proposta inserida no sistema, independentemente do menor valor já ofertado e registrado no sistema, conforme Art. 63 § 3º da Lei Estadual n.º 15.608/2007.

14.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

14.9. Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do autor dos lances.

14.10. A primeira etapa de lances da sessão pública, disputada em tempo normal, será encerrada pelo Pregoeiro. Neste momento o sistema informa o encerramento normal da disputa, o valor da menor proposta, e também disponibiliza aviso intermitente alertando sobre o encerramento da disputa a qualquer momento – (“tempo randômico”).

14.11. Após o aviso de fechamento transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente, determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual, será automaticamente encerrada a recepção de lances.

14.12. Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta, diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como, decidir sobre sua aceitação.

14.13. Imediatamente após o encerramento da etapa de lances, o sistema informará a proposta de menor preço ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

14.14. Ocorrendo eventual desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, caso o sistema eletrônico permaneça acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 734
Mov. 57

14.15. Concluído o tempo randômico, o sistema encerra a disputa, informa sobre o tempo transcorrido, o valor da menor proposta e identifica o licitante arrematante.

15. DA HABILITAÇÃO

15.1. O classificado, detentor da melhor proposta, após o encerramento da disputa deverá, no prazo improrrogável de 03 (dias) úteis, apresentar os documentos originais relacionados no Anexo III, salientando que os demais classificados, obedecida a ordem de classificação, somente serão chamados à apresentação de seus documentos de habilitação se o classificado com o menor preço for inabilitado:

15.2. As declarações deverão ser assinadas pelo representante legal da empresa, e poderão ser objeto de diligências do pregoeiro e equipe de apoio, nos termos do § 3º do art. 85, da lei 15.608/2007.

15.3. Será declarado inabilitado e desclassificado o licitante que deixar de atender a alguma exigência deste Edital ou apresentar declaração ou documentação que não preencham os requisitos legais.

15.4. Os vícios, de ordem formal serão analisados e julgados pelo Pregoeiro, nos estritos termos art. 85 da Lei 15.608/2007, podendo ser saneados e corrigidos, se não infringirem a nenhuma norma legal ou disposição constante deste edital ou, ainda, se o licitante puder satisfazer as demais exigências editalícias no prazo fixado por este instrumento convocatório.

15.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital, ficando ciente, desde já o declarante que sua proposta será desclassificada e as irregularidades apuradas no competente processo administrativo a ser instaurado pelo pregoeiro e equipe de apoio.

16. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

16.1. Para o julgamento e classificação das propostas, nesta licitação, será adotado o critério de MENOR PREÇO - VALOR GLOBAL (LOTE ÚNICO), sendo desclassificadas as propostas com valor acima do máximo definido em Edital para o lote único, assim como as propostas que preverem valores superiores para qualquer um dos itens descritos no Termo de Referência e, ainda, as que não atenderem os requisitos do Edital e de seus anexos. O PROPONENTE DEVE, OBRIGATORIAMENTE, O ITEM INTEGRANTE DO LOTE EM VALOR IGUAL OU INFERIOR AO DISCRIMINADO NO TERMO DE REFERÊNCIA.

16.2. Consoante o art. 89 da Lei Estadual nº 15.608/07, as propostas com valor

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 735
Mov. 57

global ou valor unitário superior ao limite estabelecido - (preço máximo e preço por item) -, bem como as propostas com preços inexequíveis, assim considerados como preços nos quais os licitantes não demonstrem serem viáveis, através de documentação que comprove serem fundados em custos de insumos coerentes com os praticados pelo mercado e em coeficientes de produtividade compatíveis com a execução do objeto do contrato, e ainda, aqueles preços que não atenderem as normas desse edital. Todos os proponentes que se enquadrarem nestas disposições terão suas propostas desclassificadas.

16.2.1.O Pregoeiro poderá sanear as propostas que se enquadrarem no item 16.2 de acordo com a regra constante do art. 85, no § 2º da Lei Estadual 15.608/2007.

16.3. A classificação e o julgamento das propostas são atos exclusivos do Pregoeiro, podendo desclassificar as propostas em desacordo com este Edital ou ainda, que se revelarem manifestamente inexequíveis, por fatos comprovados durante o processo de seleção, ou por motivo superveniente somente conhecido após a declaração de vencedor operada pelo Pregoeiro no sistema eletrônico.

16.4. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, se o licitante desatender às exigências da fase de habilitação ou se houver recusa da primeira classificada em confirmar sua proposta, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta, ou lance que atenda às normas do edital.

16.5. Ocorrendo as situações previstas no item anterior, o pregoeiro poderá negociar com o licitante posteriormente classificado para que seja obtido preço melhor.

16.6. No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas de caráter formal que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, adotando-se o mesmo critério estabelecido no item 16.4 retro escrito.

16.7. Não serão aceitos valores cotados com mais de 02 (duas) casas decimais após a vírgula.

16.8. Após a análise da proposta de menor preço, comprovado o atendimento às exigências fixadas neste edital e aos requisitos da habilitação, o licitante será declarado vencedor.

17. DOS RECURSOS

17.1. Qualquer licitante poderá, após a declaração do vencedor da disputa, pelo

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 736
Mov. 57

pregoeiro, manifestar a intenção de recorrer, via Sistema, de forma motivada, em campo próprio do sistema.

17.2. O sistema aceitará as manifestações de intenção de recurso no prazo de 24 horas após a declaração do licitante vencedor.

17.3. Ao recorrente será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

17.4. Os recursos, razões e contrarrazões deverão ser protocolados na sede do PALCOPARANÁ, nos prazos previstos neste Edital.

17.5. A falta de manifestação quanto à intenção de recorrer, nos termos do item 18.1, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.

17.6. O acolhimento de recurso administrativo, interposto nos estritos termos da legislação e consoante aos dispositivos deste edital, importará tão somente na invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento nos termos do §7º do art. 94 da lei 15.608/2007.

17.7. Os recursos referentes às fases de habilitação e julgamento de propostas não terão efeito suspensivo, o tendo nos demais casos em que houver razões de interesse público, desde que devidamente justificadas e fundamentadas pela Pregoeira.

17.8. A interposição de recurso devidamente motivado, por qualquer licitante, inclusive aquele que, porventura venha a ser desclassificado antes da disputa, ocorrerá somente após declarado vencedor pelo Pregoeiro.

18. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

18.1. Verificada a aceitabilidade da proposta de menor preço, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor e decididos os recursos, a pregoeira adjudicará o objeto e encaminhará o procedimento licitatório à autoridade competente para homologação.

18.2. A adjudicação de lote, com recurso interposto, só poderá ser realizada pela Autoridade Competente.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS - PENALIDADES:

19.1. - O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às seguintes sanções administrativas:

a) advertência;

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 737
Mov. 57

b) multa;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 05 (cinco) anos.

II - As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item anterior poderão ser aplicadas ao adjudicatório e ao contratado, cumulativamente com a multa.

III - Advertência será aplicada por conduta que prejudique o andamento do procedimento de licitação e de contratação.

IV - A multa, de 0,1% (zero vírgula um por cento) até 1% (um por cento) sobre o valor total do lote no qual participou, será aplicada a quem:

a) retardar ou impedir o andamento do procedimento licitatório

b) não mantiver sua proposta

c) apresentar declaração falsa

d) deixar de apresentar documento na fase de saneamento

e) apresentar documento falso;

f) de forma injustificada, deixar de assinar o contrato ou instrumento equivalente;

g) foi advertido e reincidiu pelo(s) mesmo(s) motivo(s).

V - A multa, de 1% (um por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor do faturamento mensal, será aplicada por atraso injustificado na execução dos contratos de prestação de serviços continuados ou de fornecimento parcelado de bens.

VI - A multa, de 0,1% (zero vírgula um por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, será aplicada no caso de inexecução total ou parcial do contrato.

VII - A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (dois) anos, será aplicada a participante que:

a) recusar-se injustificadamente, após ser considerado adjudicatário, a assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração;

b) não mantiver sua proposta;

c) abandonar a execução do contrato;

d) incorrer em inexecução contratual.

VIII - A declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, será aplicada a quem:

a) fizer declaração falsa na fase de habilitação;

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 738
Mov. 57

b) apresentar documento falso;

c) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o procedimento;

d) afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

e) agir de má-fé na relação contratual, comprovada em procedimento específico;

f) tenha sofrido condenação judicial definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

g) demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em especial infrações à ordem econômica definidos na Lei Federal nº 8159/91;

h) tenha sofrido condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei. IX - A autoridade máxima do órgão ou entidade é a autoridade competente para impor a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, bem como a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

X - Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com a Administração ou da declaração de inidoneidade:

a) às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

b) as pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no inciso anterior.

XI - Todas as penalidades descritas neste contrato somente serão efetivamente aplicadas após instauração de regular processo administrativo com o exercício da ampla defesa e o cumprimento do princípio constitucional do contraditório.

XII - Após decisão definitiva proferida no processo administrativo, as multas aplicadas deverão ser recolhidas à conta da CONTRATANTE no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação, sob pena de seu valor ser descontado da garantia do contrato ou do documento de cobrança, na ocasião do pagamento, podendo, ainda, ser exigida judicialmente.

XIII - Nos casos não previstos neste contrato e no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observados, de forma subsidiária, as disposições da Lei Estadual nº 15608/2007 e Lei nº 8666/1993.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 739
Mov. 57

XIV - Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no cadastro de licitantes do Estado.

20. DA INSTRUMENTALIZAÇÃO DO CONTRATO

20.1. Será formalizado mediante contrato, de acordo com o modelo constante do Anexo VI, pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado mediante aditamento, a critério do PALCOPARANÁ, observados os limites legais estabelecidos pela Lei de Licitações.

20.2. A adjudicatária será convocada para, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da respectiva convocação, assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nas Leis Federal e Estadual de Licitações.

20.3. Esgotado o prazo estipulado no subitem "20.2" sem aposição das correspondentes assinaturas no instrumento formal do contrato, presumir-se-á desistência da licitante vencedora de celebrar o contrato.

20.4. A não assinatura do contrato por desistência, inclusive presumida, da licitante vencedora, ou por motivo a ela atribuído, acarretará as seguintes consequências:

20.4.1. Perda de todos os direitos da licitante vencedora com relação à adjudicação do objeto da presente licitação e aplicação das sanções legais cabíveis por descumprimento total da obrigação assumida;

20.4.2. Convocação das licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, sendo o contrato celebrado com a licitante que aceitar a contratação em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada – inclusive quanto ao preço, atualizado;

20.4.3. A licitante remanescente que não aceitar a contratação nas mesmas condições propostas pelo primeiro adjudicatário, inclusive quanto ao prazo e preço, não se aplicam as disposições do subitem "20.4".

20.5. Decorridos 60 (sessenta) dias da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

21.1. A contratada obriga-se:

21.1.1. Fornecer suporte técnico para solução de eventuais problemas constatados pela Contratante;

21.1.2. Assegurar aos usuários o crédito mensal eletrônico, bem como, o funcionamento do sistema online, com a possibilidade de contato telefônico por meio

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 740
Mov. 57

de SAC, de forma gratuita e 24h por dia;

21.1.3. Substituir, obrigatoriamente, os cartões que apresentarem qualquer tipo de defeito, sem qualquer ônus ou custo adicional ao PALCOPARANÁ ou a seu beneficiário;

21.1.4. Responsabilizar-se pelos danos ou prejuízos que venha causar ao PALCOPARANÁ ou a seus empregados, por ação ou omissão própria em razão dos serviços ora contratados;

21.1.5. Ter obrigatoriamente em sua rede conveniada estabelecimentos comerciais nas localidades indicadas nos itens 3.1.5 do Anexo I (Termo de Referência), mantendo, nos referidos estabelecimentos, em locais de fácil visualização, a indicação de adesão por meio de placas, selos identificadores, adesivos ou qualquer outro meio de identificação;

21.1.6. Providenciar o credenciamento de outros estabelecimentos, caso ocorra a alteração da rede conveniada, de forma a garantir o padrão de qualidade e atendimento, em número suficiente de estabelecimentos, durante todo o Contrato, inclusive quando solicitado pelo PALCOPARANÁ, se constatadas irregularidades no estabelecimento conveniado, tais como: má qualidade da alimentação e falta de higiene;

21.1.7. Garantir a qualidade de sua rede conveniada, fiscalizando as instalações internas e externas dos estabelecimentos conveniados, condições de higiene, bem como a qualidade da alimentação servida, de acordo com as determinações contidas no PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador) e demais legislações aplicáveis à espécie;

21.1.8. Cumprir rigorosamente a legislação no âmbito federal, estadual e municipal com relação ao objeto da prestação dos serviços;

21.1.9. Indicar preposto para acompanhamento dos serviços, e esclarecimentos de questões advindas do objeto contratado, isso com atendimento direto e personalizado;

21.1.10. Disponibilizar central de atendimento (24h) com serviços de comunicação de perda, roubo, extravio ou dano, bloqueio e desbloqueio e solicitação de 2ª (segunda) via de cartão magnético e/ou eletrônico e senha;

21.1.11. A Contratada permitirá o acúmulo de créditos e disponibilizará os valores remanescentes dos respectivos cartões enquanto durar a vigência do contrato;

21.1.12. O início da vigência contratual está estipulado para 01/12/2018, podendo o PALCOPARANÁ designar outra data para tanto caso o certame não reste concluído até a referida data;

21.1.13. Garantir a execução dos serviços contratados, obedecidas às

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 741
Mov. 57

disposições da legislação trabalhista vigente, responsabilizando-se diretamente pelos serviços contratados, observando a Portaria nº 03. de 01/03/2002 do Ministério do Trabalho e Emprego ou quaisquer outros que venham a substituí-los, alterá-los ou complementá-los;

21.1.14. Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução dos serviços contratados;

21.1.15. Pagar diretamente aos estabelecimentos credenciados os valores correspondentes aos valores fornecidos, não havendo qualquer responsabilidade solidária do PALCOPARANÁ na hipótese da Contratada deixar de cumprir suas obrigações perante aqueles estabelecimentos;

21.1.16. Disponibilizar para o PALCOPARANÁ, sistema próprio para pedidos de créditos mensais, solicitação de emissão dos cartões, no prazo de 5 (cinco) dias corridos da assinatura do Contrato. Este sistema deverá possibilitar também o acompanhamento dos pedidos e consulta via WEB;

21.1.17. Manter sigilo quanto às informações dos empregados do PALCOPARANÁ contidas no banco de dados da Contratada;

21.1.18. Manter, durante toda a execução deste Contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação/qualificação na fase da licitação, mantendo atualizadas junto ao SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ as provas de sua adimplência com a Seguridade Social (Certidão Negativa de Débitos – CND), bem como da quitação de impostos e outros gravames que incidam sobre a atividade do contrato sob pena de suspensão dos pagamentos a que tiver direito.

21.2. Informar à Administração sobre a ocorrência de fatos que possam interferir, direta ou indiretamente, na entrega a ser efetuada.

21.3. Informar e manter atualizado(s) o(s) número(s) de telefone e/ou endereço eletrônico (e- mail), bem como nome da pessoa autorizada para contatos que se fizerem necessários por parte da Administração.

21.4. Os contatos de que trata o item anterior serão formalizados pelo licitante, não sendo permitido ao licitante alegar qualquer impedimento que o desonere de cumprir com as obrigações deles decorrentes.

21.5. Prestar todas e qualquer diligencia solicitada pela contratante.

21.6. Os contatos, de que trata o item anterior, serão sempre efetivados por escrito sendo que as comunicações entre Administração e licitante vencedora comporão pasta própria no SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ.

21.7. Treinar gratuita e adequadamente, sempre que necessário, os servidores

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 742
Mov. 57

designados pelo SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ, Divisão Administrativa, para a completa execução e acompanhamento do objeto deste edital.

21.8. Supervisionar os serviços, através de pessoal próprio e especializado.

21.9. Fornecer o sistema de controle.

21.10. A licitante se obriga, por seus sócios, diretores, gerentes e empregados e prepostos, a manter absoluto sigilo dos dados e informações a que tiver acesso em decorrência dos serviços prestados, durante a execução e após o encerramento do contrato, respondendo integralmente perante a contratante pelos danos decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, sem prejuízo das demais sanções contratuais e legais cabíveis, inclusive criminais, reservando exclusivamente a contratante o direito de utilização e divulgação dos trabalhos elaborados.

22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

22.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 8.666/93, são obrigações da CONTRATANTE:

22.1.1. Exercer a fiscalização dos produtos e serviços por servidores especialmente designados e documentar as ocorrências havidas;

22.1.2. Proporcionar à CONTRATADA as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratados;

22.1.3. Prestar aos funcionários da CONTRATADA todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados;

22.1.4. Efetuar o pagamento a licitante vencedora, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

22.1.5. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo;

22.1.6. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

22.2. A CONTRATADA será remunerada pela Taxa de Administração proposta que será aplicada sobre o valor dos créditos da fatura mensal.

22.3. O valor de crédito médio para cada Cartão Magnético Alimentação com uso de senha para inicio do contrato será de R$ 330,00 (trezentos e trinta reais), sendo este valor composto do valor do beneficio por dia, estipulado atualmente no montante de R$ 15,00, conforme Convenção Coletiva proposta pelo SECRASO/SENALBA-PR, multiplicado pelo dias uteis dentro do mês. Para o cálculo médio, estipulou-se 22 dias uteis.

22.4. O valor atual médio de R$ 330,00 (trezentos e trinta reais), para cada cartão magnético, será reajustado em conformidade com o que determina a Convenção

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 743
Mov. 57

23. DO PAGAMENTO

23.1. O pagamento referente ao objeto desta licitação será efetuado pelo SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento da fatura/nota fiscal. O pagamento será realizado por meio de boleto bancário

23.2. O pagamento será efetivado via sistema eletrônico até a data do vencimento, à ordem do favorecido, no banco, agência e conta designados, ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, não podendo ser imposta qualquer espécie de multa moratória ou juros moratórios por demora de até 3 (três) dias úteis que ultrapassar a data do vencimento, após a data da referida Ordem Bancária, se a mesma foi emitida tempestivamente;

23.3. Na Taxa de Administração de serviços que constitui a única e completa remuneração para os serviços objeto deste contrato, estão computados todos os custos e despesas, nada mais podendo a CONTRATADA pleitear a título de pagamento, reembolso ou remuneração em razão do contrato, de sua celebração e cumprimento.

23.4. O CNPJ constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta, sob pena de não ser efetuado o pagamento.

23.5. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe tenha sido imposta pelo órgão contratante, em decorrência de penalidade ou inadimplência, nos termos da legislação vigente e dos termos deste EDITAL.

23.6. Os documentos de cobrança serão apresentados ao SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ, em 2 (duas) vias de igual teor, inclusive da Nota Fiscal, e deverão conter as seguintes informações: números do contrato, órgão usuário, identificação do responsável pelo recebimento; data do vencimento; descrição do fornecimento.

23.7. O SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ deverá se manifestar quanto à correção ou não dos documentos de cobrança em até 3 (três) dias úteis a partir da data de sua apresentação.

23.8. Os documentos de cobrança que contiverem incorreções serão devolvidos à origem, reiniciando- se o procedimento previsto no subitem acima, a partir da data de reapresentação do documento corrigido.

23.9. O SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ rejeitará no todo ou em

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 744
Mov. 57

parte, produtos em desacordo com o contratado.

23.10. O pagamento, mediante emissão de qualquer ordem bancária, será realizado desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias;

23.11. A critério da Contratante poderá ser utilizado o valor contratualmente devido para cobrir dívidas de responsabilidade da Contratada, para com a Contratante, relativas a multas que lhes tenham sido aplicadas em decorrência da irregular execução contratual ou para ressarcimento de eventuais danos ocasionados e assumidos pela Contratada;

23.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula: EM = I x N x VP, sendo: EM = Encargos moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga. I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = $\frac{(6/100)}{365}$	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%.

23.13. A Nota Fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços.

23.14. Será retido na fonte o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), bem assim a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e a Contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos efetuados, utilizando-se as alíquotas previstas para o objeto desta licitação, conforme Instrução Normativa SRF nº 1234/2012.

24. DA REVISÃO CONTRATUAL

24.1. Havendo necessidade de revisão contratual por eventos imprevisíveis, caso fortuito ou força maior, com vistas a restabelecer o equilíbrio econômico- financeiro do contrato, após a devida comprovação pelo interessado, a revisão poderá ser feita mediante aditamento contratual, obedecendo- se o disposto no artigo 112 da Lei n.º 15.608/07.

24.2. RECOMPOSIÇÃO/ ATUALIZAÇÃO DE PREÇOS:

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 745
Mov. 57

24.2.1. O preço unitário dos cartões poderá ser alterado para mais, em decorrência da norma do subitem 22.4, sendo, contudo mantido o percentual da taxa de administração vencedora do procedimento licitatório.

24.2.2. Na hipótese de solicitação de revisão de taxa de administração pela CONTRATADA, esta deverá demonstrar a quebra de equilíbrio econômico- financeiro do contrato, por meio de apresentação de planilha (s) detalhada (s) de custos seguindo a mesma metodologia da planilha apresentada para assinatura do contrato e documentação correlata, notas fiscais de aquisição de produtos e/ou matérias - primas, etc) que comprovem que a contratação tornou-se inviável nas condições inicialmente avençadas.

24.2.3. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela CONTRATANTE, esta deverá comprovar o rompimento do equilíbrio econômico- financeiro do contrato, em prejuízo da Administração;

24.2.4. É facultado à contratante realizar pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos anteriores, a decisão quanto a revisão de preços solicitadas pela contratada.

24.2.5. A eventual autorização de revisão dos preços contratuais será concedida após a análise técnica e jurídica da contratante, porém contemplará as entregas realizadas a partir da data do efetivo desequilíbrio da equação econômico- financeira apurada no processo administrativo.

Os novos preços serão considerados somente após autorizados pela autoridade competente.

24.2.6. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a contratada não poderá suspender o fornecimento e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes;

24.2.7. A contratante deverá, quando autorizada a revisão dos preços, lavrar Termo Aditivo com os preços revisados e emitir nota de empenho complementar, inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos fornecimentos realizados após o desequilíbrio da equação econômica financeira.

25. FISCALIZAÇÃO

25.1. O contrato será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação do SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ.

25.2. A ação fiscalizadora será realizada pelo Setor de Administrativo do SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ, que se reserva no direito de rejeitar no todo ou em parte o serviço prestado se ele estiver em desacordo com o estabelecido no

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 746
Mov. 57

contrato.

25.3. A fiscalização será exercida no interesse da Administração, não excluindo nem reduzindo a responsabilidade da CONTRATADA perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na sua ocorrência, não implicará em co-responsabilidade do SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ ou de seus agentes e prepostos.

25.4. Toda a correspondência referente ao Contrato, exceto as de rotina, deverão ser feitas por ofício e na hipótese da CONTRATADA se negar a assinar o recebimento será feita através de carta, enviada pelo correio, registrada, considerando-se feita a comunicação para todos os efeitos.

26. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

26.1. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação ou da aquisição objeto do presente edital.

26.2. É facultado ao PREGOEIRO ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementá-la com vistas a esclarecer a instrução do processo.

26.3. Todas as questões omissas, concernentes aos procedimentos do presente certame licitatório serão dirimidas pelo Pregoeiro, auxiliado pela Equipe de apoio.

26.4. Havendo necessidade, O SERVIÇO SOCIAL PALCOPARANÁ poderá prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para a abertura da sessão pública.

26.5. Reserva- se à autoridade competente, o direito de revogar no todo ou em parte a presente licitação, visando preservar o interesse público; devendo anulá-la por ilegalidade, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe no art. 49 da Lei 8.666/93.

26.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

26.7. Todas as questões omissas concernentes a esta Licitação e à execução de seu objeto serão dirimidas pelo PREGOEIRO, auxiliado pela Equipe de apoio.

26.8. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

26.9. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 747
Mov. 57

decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

26.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia da publicação e incluir-se- á o da abertura.

26.11. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nelas contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Os licitantes intimados para prestarem quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo PREGOEIRO, que não poderá exceder a 05(cinco) dias úteis a contar do recebimento da respectiva intimação, sob pena de desclassificação/inabilitação, após regular notificação e exercício do contraditório.

26.12. O desatendimento a exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

26.13. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

26.14. Quaisquer informações e dúvidas poderão ser obtidas diretamente com o Pregoeiro.

26.15. As dúvidas de caráter técnico-legal na interpretação dos termos deste Edital deverão ser suscitadas por escrito, ao Pregoeiro, para os esclarecimentos necessários, até 02 (dois) dias úteis antes da data do recebimento das propostas.

26.16. Não serão atendidas solicitações formuladas após o prazo estabelecido, salvo se ocorrer fato superveniente.

26.17. As dúvidas a serem dirimidas por telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informal.

26.18. A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito a contratação do objeto licitado.

26.19. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital, será o Foro da Seção Judiciária de Curitiba, no que se refere a qualquer ação ou medida judicial originada ou referente a esta licitação.

26.20. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Estado.

26.21. A participação do licitante nesta licitação implica a aceitação de todos os

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 748
Mov. 57

termos deste EDITAL.

26.22. A contratada não poderá utilizar, sem a prévia e expressa autorização, o nome da contratante, ou sua qualidade de contratada.

26.23. O licitante vencedor se responsabilizará por seus empregados, prepostos, herdeiros e sucessores, por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que, a qualquer título venha causar ao SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ ou a terceiros, em decorrência da execução do fornecimento, objeto desta licitação desde que comprovada a sua responsabilidade, ficando também responsável por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, acidentários, civis, tributários e comerciais, bem como pela contratação de seguros e fretes em decorrência do fornecimento objeto desta Licitação.

26.24. Todas as questões omissas concernentes a esta licitação e a execução de seu objeto serão dirimidas pelo Pregoeiro e pela Comissão de Licitação do SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ.

26.25. A ata oficial somente terá validade quando o objeto já estiver adjudicado. A ata gerada imediatamente após o término da disputa contém somente os dados informativos e necessários ao Pregoeiro para classificação e declaração de vencedor não se constituindo documento de adjudicação e/ou homologação, ato este privativo da autoridade que instaurou o certame.

26.26. Para todos os efeitos legais, os Anexos integram este Edital, e estes ficando vinculados as propostas vencedoras.

26.27. O licitante/proponente que deixar de atualizar e/ou informar endereços, telefones, correios eletrônicos para ser comunicado dos atos procedimentais deste certame não poderá alegar desconhecimento destes atos e tampouco usar a ausência de comunicação como argumento de recursos administrativos.

26.28. O licitante deverá fazer constar no campo específico as características, quando o item assim o exigir, conforme indicado no Anexo I.

26.29. Como requisito para participação no pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento, anuência e atendimento às exigências prevista no Edital e de sua habilitação. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos do Edital e da sua habilitação sujeitará o licitante às sanções previstas no item 19 deste Edital.

26.30. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro.

27. DOS ANEXOS

27.1. Integram este EDITAL os seguintes documentos anexos:

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 749
Mov. 57

ANEXO I – Termo de referência;
ANEXO II – Modelo da Proposta
ANEXO III – Exigências para Habilitação
ANEXO IV- Modelo de Declaração de não utilização de mão de obra de menores e de inexistência de fato impeditivo;
ANEXO V - Modelo de Declaração de cumprimento ao Decreto n.º 6.252/06;
ANEXO VI - Declaração de EPP e ME;
ANEXO VII - Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação;
ANEXO VIII - Modelo de Minuta de Contrato

CURITIBA, 15 de janeiro de 2019

Equipe de Apoio

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 750
Mov. 57

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento, implementação e administração de benefício alimentação, por meio de cartão magnético, aos servidores do SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ, que possibilitem a aquisição de gêneros alimentícios através de rede de estabelecimentos credenciados, na forma definida na legislação do Ministério de Trabalho e Emprego que regulamenta o PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A contratação do gerenciamento dos créditos de alimentação se faz necessário em atendimento a benefício concedido aos colaboradores na Convenção Coletiva do Trabalho 2017/2018, firmada pelo SECRASO/SENALBA-PR que representam as categorias profissionais dos empregados da Instituição, bem como, em observância à legislação trabalhista.

3. ESPECIFICAÇÕES

3.1. Os serviços a serem contratados serão prestados com as seguintes características e especificações:

3.1.1. O benefício alimentação será fornecido através de cartões eletrônicos /magnéticos em PVC, com sistema de controle de saldo e senha numérica pessoal e intransferível, para validação das transações eletrônicas, através de sua digitação em equipamento POS/PDV ou similar pelo usuário/servidor no ato da aquisição dos gêneros alimentícios nos estabelecimentos credenciados.

3.1.2. Os cartões eletrônico-magnéticos alimentação deverão ser entregues personalizados com nome do usuário, razão social da contratante e numeração de identificação sequencial.

3.1.3. Os cartões eletrônico-magnéticos alimentação deverão ser entregues em envelope lacrado, com manual básico de utilização e bloqueados. O desbloqueio dos cartões deverá ser feito através de central de atendimento telefônico.

3.1.4. Os cartões eletrônico-magnéticos alimentação deverão possibilitar a utilização do benefício alimentação convênio pelos servidores do SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ na aquisição de gêneros alimentícios, em ampla e abrangente rede de estabelecimentos afiliados (Hipermercados, Supermercados,

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 751
Mov. 57

Mercados, Mercearias, Açougues, Frutarias, Peixarias, Padarias, etc), de acordo com o definido na legislação que regulamenta o PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador.

3.2. A Contratada deve demonstrar uma rede ampla de estabelecimentos em Curitiba e região metropolitana. Considera-se rede ampla mínima necessária as seguintes quantidades:

3.2.1. Mínimo de 10 (dez) estabelecimentos (supermercados/mercados) e 03 (três) redes de hipermercados em toda a cidade, e, no mínimo 02 (dois) estabelecimentos num raio de 2km de distância da sede do PALCOPARANÁ.

3.2.2. A rede credenciada deverá ser demonstrada até a data de assinatura do Contrato, cujo descumprimento será motivo para desclassificação.

3.2.3. Na relação dos estabelecimentos credenciados deverá constar Razão Social, nome fantasia, número de inscrição no CNPJ, endereço e telefone.

3.3. O reembolso às empresas credenciadas será efetuado pontualmente, sob inteira responsabilidade da Contratada, independentemente da vigência do contrato, ficando claro que a Contratante não responderá solidária nem subsidiariamente por esse reembolso.

3.3.1. Poderão ser exigidas cópias dos convênios celebrados com os referidos estabelecimentos a critério da Contratante.

3.3.2. A contratada deverá manter, nas empresas credenciadas e/ou afiliadas à sua rede, indicação de adesão por meio de placas, selos identificadores ou adesivos.

3.4. Os cartões eletrônico-magnéticos alimentação deverão ser entregues no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data da solicitação pela contratante. A Segunda via do cartão eletrônico alimentação será entregue no mesmo prazo e sem ônus para contratante.

3.5. A contratada, quando solicitado pela contratante, deverá disponibilizar relatórios gerenciais com as seguintes informações mínimas:

3.5.1. Nome do usuário, número do cartão, data e valor do crédito concedido;

3.5.2. Quantidade de cartões eletrônicos/magnéticos alimentação reemitidos por usuário.

3.6. Deverá ser disponibilizado os seguintes serviços para os usuários:

3.6.1. Consulta de saldo dos cartões eletrônicos;

3.6.2. Consulta de rede via “web”;

3.6.3. Comunicação de perda, roubo, extravio ou dano através de central telefônica;

3.6.4. Solicitação de Segunda via de cartão eletrônico e senha através de central telefônica;

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 752
Mov. 57

3.6.5. No caso da contratada utilizar “off line” deverá ser disponibilizado pela contratada terminais para recarga, consulta saldo, troca de senha, onde o número de funcionários justifique, em locais a serem indicados pela contratante.

3.7. A contratada deverá disponibilizar uma Central de Atendimento.

3.8. A contratada deverá manter representante na região à disposição do SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ para solução de situações diversas que possam ocorrer ao longo do contrato.

3.9. A contratada deverá dispor de central de atendimento telefônico para atendimento da contratante.

3.10. Serão exigidas providências imediatas quanto à correção das deficiências apontadas pela Contratante, em relação à execução dos serviços contratados.

3.11. A quantidade de cartões eletrônico-magnéticos alimentação é de até 80 (oitenta) com valor de crédito mensal médio de R$ 330,00 (trezentos e trinta reais) por cartão, totalizando R$ 26.664,00 (vinte e seis mil, seiscentos e sessenta e quatro reais)de benefícios, que poderá ser reduzida, mês a mês, na medida em que empregados da PALCOPARANÁ forem desligados do quadro funcional.

3.12. Os pagamentos referentes aos benefícios e mais a taxa de administração, serão realizados no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da respectiva fatura à CONTRATANTE.

3.13. A empresa vencedora do certame licitatório deverá isentar a taxa de emissão do cartão magnético, bem como a taxa de reemissão do mesmo, em caso de perda, roubo, furto ou dano.

3.14. À CONTRATANTE, dez dias antes da data da efetivação do crédito nos cartões magnéticos, que deverão ocorrer sempre no 5º (quinto) dia útil de cada mês, encaminhará uma listagem atualizada dos beneficiários que receberão estes benefícios naquele mês.

4. LOCAIS DE ENTREGA

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ, Rua XV de Novembro, 971 Centro – Curitiba/PR - 80.060-000

5. PRAZO DO CONTRATO

5.1. O contrato será celebrado pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado mediante aditivo, a critério do PALCOPARANÁ, observados os limites legais estabelecidos pela Lei de Licitações.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 753
Mov. 57

6. ACOMPANHAMENTO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

6.1. O funcionário do setor administrativo ficará responsável pela conferência do recebimento, controle da qualidade e prazos do serviço entregue.

7. PESQUISA DE PREÇO:

7.1. A disputa dar-se-á através da menor taxa de administração em porcentagem, sendo a taxa máxima de administração de 1,00% (um) por cento, sobre o crédito mensal médio de R$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais) referente a estimativa de 80 cartões magnéticos de vale alimentação (crédito médio de R$ 330,00 por cartão, considerando-se 22 dias trabalhados, com crédito diário no montante de R$ 15,00), totalizando o valor máximo mensal a ser pago pela PALCOPARANÁ de R$ 26.664,00 (vinte e seis mil, seiscentos e sessenta e quatro reais), após aplicação da taxa máxima de administração de 1,00 % (um por cento). A quantidade de cartões magnéticos será atualizada de acordo com as regras do subitem 3.8 do deste Termo de Referência. O Palcoparaná conta atualmente com o quadro funcional de 53 funcionários, com estimativa mensal de no valor de R$ 17.490,00 (dezessete mil e quatrocentos e noventa reais), com valor total, considerando a taxa administrativa de 1%, de R$ 17.664,90 (dezessete mil e seiscentos e sessenta e quatro reais e noventa centavos)

7.1.1. Não será admitida taxa de administração negativa, ou seja, a proponente deverá limitar a sua proposta a 0%, ou seja, isenção da taxa de administração.

7.2. A despesa com objeto da presente licitação estimada para a vigência contratual de 12 meses, tendo em vista o valor mensal médio de R$ 26.664,00 (vinte e seis mil, seiscentos e sessenta e quatro reais) mensais, atingindo o valor de R$ 319.968,00 (trezentos e dezenove mil, novecentos e sessenta e oito reais), para os 80 cartões magnético, observado o inciso 11.1, do Edital de Pregão Eletrônico 01/2019

8. PARCELAMENTO DO PROJETO

8.1. A despesa com objeto da presente licitação estimada para a vigência contratual de 12 meses, tendo em vista o valor mensal médio de R$ 26.664,00 (vinte e seis mil, seiscentos e sessenta e quatro reais), para os 80 cartões magnético.

9. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO SELETIVO

9.1. Para a apresentação da proposta, a empresa concorrente deverá observar as condições previstas neste Termo de Referência, e atender o que dispõe o edital de licitação.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 754
Mov. 57

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A contratada obriga-se:

10.1.1. Disponibilizar os créditos contratados a cada funcionário cadastrado até o 5º dia útil de cada mês;

10.1.2. Fornecer suporte técnico para solução de eventuais problemas constatados pela Contratante;

10.1.3. Assegurar aos usuários o crédito mensal eletrônico, bem como, o funcionamento do sistema online, com a possibilidade de contato telefônico por meio de SAC, de forma gratuita e 24h por dia;

10.1.4. Substituir, obrigatoriamente, os cartões que apresentarem qualquer tipo de defeito, sem qualquer ônus ou custo adicional ao PALCOPARANÁ ou a seu beneficiário;

10.1.5. Responsabilizar-se pelos danos ou prejuízos que venha causar ao PALCOPARANÁ ou a seus empregados, por ação ou omissão própria em razão dos serviços ora contratados;

10.1.6. Ter obrigatoriamente em sua rede conveniada estabelecimentos comerciais nas localidades indicadas nos itens 3.1.5 deste Termo, mantendo, nos referidos estabelecimentos, em locais de fácil visualização, a indicação de adesão por meio de placas, selos identificadores, adesivos ou qualquer outro meio de identificação;

10.1.7. Providenciar o credenciamento de outros estabelecimentos, caso ocorra a alteração da rede conveniada, de forma a garantir o padrão de qualidade e atendimento, em número suficiente de estabelecimentos, durante todo o Contrato, inclusive quando solicitado pelo PALCOPARANÁ, se constatadas irregularidades no estabelecimento conveniado, tais como: má qualidade da alimentação e falta de higiene;

10.1.8. Garantir a qualidade de sua rede conveniada, fiscalizando as instalações internas e externas dos estabelecimentos conveniados, condições de higiene, bem como a qualidade da alimentação servida, de acordo com as determinações contidas no PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador) e demais legislações aplicáveis à espécie;

10.1.9. Cumprir rigorosamente a legislação no âmbito federal, estadual e municipal com relação ao objeto da prestação dos serviços;

10.1.10. Indicar preposto para acompanhamento dos serviços, e esclarecimentos de questões advindas do objeto contratado, isso com atendimento direto e personalizado;

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 755
Mov. 57

10.1.11. Disponibilizar central de atendimento (24h) com serviços de comunicação de perda, roubo, extravio ou dano, bloqueio e desbloqueio e solicitação de 2ª (segunda) via de cartão magnético e/ou eletrônico e senha;

10.1.12. A Contratada permitirá o acúmulo de créditos e disponibilizará os valores remanescentes dos respectivos cartões enquanto durar a vigência do contrato;

10.1.13. O início da vigência contratual está estipulado para xx/xx/2019, podendo o PALCOPARANÁ designar outra data para tanto caso o certame não reste concluído até a referida data;

10.1.14. Garantir a execução dos serviços contratados, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente, responsabilizando-se diretamente pelos serviços contratados, observando a Portaria nº 03. de 01/03/2002 do Ministério do Trabalho e Emprego ou quaisquer outros que venham a substituí-los, alterá-los ou complementá-los;

10.1.15. Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução dos serviços contratados;

10.1.16. Pagar diretamente aos estabelecimentos credenciados os valores correspondentes aos valores fornecidos, não havendo qualquer responsabilidade solidária do PALCOPARANÁ na hipótese da Contratada deixar de cumprir suas obrigações perante aqueles estabelecimentos;

10.1.17. Disponibilizar para o PALCOPARANÁ, sistema próprio para pedidos de créditos mensais, solicitação de emissão dos cartões, no prazo de 5 (cinco) dias corridos da assinatura do Contrato. Este sistema deverá possibilitar também o acompanhamento dos pedidos e consulta via WEB;

10.1.18. Manter sigilo quanto às informações dos empregados do PALCOPARANÁ contidas no banco de dados da Contrata

10.1.19. Manter, durante toda a execução deste Contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação/qualificação na fase da licitação; mantendo atualizadas junto ao SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ as provas de sua adimplência com a Seguridade Social (Certidão Negativa de Débitos – CND), bem como da quitação de impostos e outros gravames que incidam sobre a atividade do contrato sob pena de suspensão dos pagamentos a que tiver direito.

10.1.20. Informar à Administração sobre a ocorrência de fatos que possam interferir, direta ou indiretamente, na entrega a ser efetuada.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 756
Mov. 57

10.1.21. Informar e manter atualizado(s) o(s) número(s) de telefone e/ou endereço eletrônico (e- mail), bem como nome da pessoa autorizada para contatos que se fizerem necessários por parte da Administração.

10.1.22. Os contatos de que trata o item anterior serão formalizados pelo licitante, não sendo permitido ao licitante alegar qualquer impedimento que o desonere de cumprir com as obrigações deles decorrentes.

10.1.23. Prestar todas e qualquer diligencia solicitada pela contratante.

10.1.24. Os contatos serão sempre efetivados por escrito sendo que as comunicações entre Administração e licitante vencedora comporão pasta própria no SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ.

10.1.25. Treinar gratuita e adequadamente, sempre que necessário, os servidores designados pelo SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ, Divisão Administrativa, para a completa execução e acompanhamento do objeto deste edital.

10.1.26. Supervisionar os serviços, através de pessoal próprio e especializado.

10.1.27. Fornecer o sistema de controle.

10.1.28. A licitante se obriga, por seus sócios, diretores, gerentes e empregados e prepostos, a manter absoluto sigilo dos dados e informações a que tiver acesso em decorrência dos serviços prestados, durante a execução e após o encerramento do contrato, respondendo integralmente perante a contratante pelos danos decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, sem prejuízo das demais sanções contratuais e legais cabíveis, inclusive criminais, reservando exclusivamente a contratante o direito de utilização e divulgação dos trabalhos elaborados.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 8.666/93, são obrigações da CONTRATANTE:

11.1.1. Exercer a fiscalização dos produtos e serviços por servidores especialmente designados e documentar as ocorrências havidas;

11.1.2. Proporcionar à CONTRATADA as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratados;

11.1.3. Prestar aos funcionários da CONTRATADA todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados;

11.1.4. Efetuar os pagamentos devidos;

11.1.5. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 757
Mov. 57

Contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo;

11.1.6. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

11.1.7. A CONTRATADA será remunerada pela Taxa de Administração proposta que será aplicada sobre o valor dos créditos da fatura mensal.

11.1.8. O valor de crédito médio para cada Cartão Magnético Alimentação com uso de senha para inicio do contrato será de R$ 330,00 (trezentos e trinta reais).

11.1.9. O valor atual médio de R$ 330,00 (trezentos e trinta reais), para cada cartão magnético, será reajustado em conformidade com o que determina a Convenção Coletiva proposta pelo SECRASO-PR / Senalba-PR.

12. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

12.1. A inexecução total ou parcial dos serviços ensejará a rescisão contratual ou ajuste celebrado.

12.2. Qualquer circunstância de rescisão contratual deverá ser formalmente motivada.

12.3. Inexistindo a formalização por escrito de contrato celebrado, integra a contratação de fato contratação de empresa prestadora de serviços de gerenciamento de benefício em cartões magnéticos, para a disponibilização de créditos de natureza alimentar pelo PALCOPARANÁ de o simples ato de expedição da Ordem de Serviço, observadas as disposições deste Termo de Referência.

12.4. Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria Executiva do PALCOPARANÁ, com base nos comandos legais, regulamentos e normas técnicas que disciplinam a questão.

13. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

13.1. Menor Preço

14. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. Para atendimento ao pagamento para este contrato contamos com a dotação orçamentária disponibilizada através do Orçamento do Projeto Atividade nº4448 – Gerenciamento do Contrato de Gestão com Palcoparaná, dotação 5132.4448.13.392.33504102.00.0000000101.1.

Curitiba, 15 de janeiro de 2019

Nicole Lemanczyk

Diretora Administrativa Financeira.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 758
Mov. 57

ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO 01/2019

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

Curitiba, de de 2019

.

Ao Serviço Social Autônomo PALCOPARANNÁ ,
Rua Sete de Setembro 5739
Curitiba–PR

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO LIC 01/2018

Prezados Senhores:
Apresentamos, a seguir, nossa proposta de preço, base OUTUBRO 2018, elaborada em conformidade com as especificações contidas no edital em referência:

1. OBJETO, ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS E PREÇO PROPOSTO- LOTE UNICO

VALOR GLOBAL(VG) = R$ xxx,xx (xxxx reais e xx centavos) Sendo VG =

Valor Mensal de Créditos (VMC)	Nº de funcionários (NF)	Meses (12)	Taxa Administrativa (TA)

TOTAL = (VMC x NF x 12) + (TA x NF x 12)

Obs: A taxa de administração deverá ser inferior 1%. Não será admitida taxa de administração negativa, ou seja, a proponente deverá limitar a sua proposta a 0%, ou seja, isenção da taxa de administração

2. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 759
Mov. 57

O prazo de validade da presente proposta é de 60 (sessenta) dias contados da data da disputa.

3. IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

Nome ou razão social:
CNPJ/MF nº:
Endereço completo (logradouro, nº, bairro, cidade, Estado):
Fone/Fax Endereço eletrônico:
Nome do representante da empresa indicado para contato:
Cargo:
Fone/Fax E-mail:

A presente proposta foi elaborada com estrita observância às exigências do edital do Pregão Eletrônico em referência e seus anexos, e foram consideradas os custos diretos e indiretos inclusive frete, tributos e/ou taxas, impostos e etc.
O prazo de entrega do serviço será de no máximo 5 dia útil, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço, pela contratada, conforme as condições descritas neste Edital.

(nome da proponente e nome/RG/assinatura de seu representante legal ou de seu procurador

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 760
Mov. 57

ANEXO III

PREGÃO ELETRÔNICO 01/2019

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

O licitante arrematante deverá encaminhar ao Serviço Social Autônomo PALCOPARANÁ no prazo máximo de 3 dias úteis após o encerramento da disputa, com a finalidade de comprovar a habilitação jurídica, a qualificação técnica, a qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art.7º da Constituição Federal os seguintes documentos:

1. PROPOSTA:

1.1 - Planilha de custos com especificação detalhada e preço unitário, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, contendo, no máximo duas casas após a vírgula (anexo II).

2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

2.1 - Apresentar um dos documentos a seguir, de acordo com o regime jurídico da proponente:

a) registro comercial, no caso de empresa individual;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores.

A comprovação do Ato Constitutivo em vigor poderá ser feita mediante apresentação do Contrato Social, ou do Estatuto, acompanhado de todas as alterações posteriores, se houver, ou pelo Contrato Consolidado acompanhado das alterações posteriores, se houver ou, ainda, pela Certidão Simplificada da Junta Comercial.

3. REGULARIDADE FISCAL:

3.1 - Apresentar os documentos a seguir, em plena validade na data de abertura da licitação:

a) prova de regularidade para com a fazenda federal, mediante apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 761
Mov. 57

b) prova de regularidade para com a fazenda estadual ou do Distrito Federal, mediante apresentação Certidão Negativa de Débitos com os Tributos e Contribuições Estaduais ou do Distrito Federal do domicílio da licitante;

c) prova de regularidade para com a fazenda municipal, mediante apresentação Certidão Negativa de Débitos com os Tributos e Contribuições Municipais (exceto Imobiliários) do domicílio da licitante;

d) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) expedido pela Caixa Econômica Federal;

e) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral ou prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ/MF da licitante;

f) prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, na forma da Lei Federal nº 12.440/11.

4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

4.1 - Certidão Negativa de Falência, ou Certidão Negativa de Insolvência Civil e/ou Execução Patrimonial Concursal, expedida pelo cartório distribuidor do domicílio da proponente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias anteriores da data fixada para abertura do presente Pregão.

4.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação econômico-financeira da empresa que será extraída do balanço patrimonial, mediante cálculo dos seguintes índices:

Índice de liquidez Corrente (ILC) igual ou superior a 1,0 (um) apurado pelo quociente:

$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Índice de liquidez Geral (ILG) igual ou superior a 1,0 (um) apurado pelo quociente:

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a longo prazo}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a longo prazo}}$$

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 762
Mov. 57

Grau de endividamento(GE) igual ou inferior a 0,80[1] (zero virgula oitenta) apurado pelo quociente:

GE= Passivo Circulante + Exigível a longo prazo
Ativo Total

a) O cálculo dos índices deverão ser apresentados pela proponente por meio de declaração assinada por responsável pela empresa e pelo contador.

5. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal

5.1 - Declaração firmada pela proponente de que não possui, em seu quadro funcional, menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e nem menor de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos catorze anos (modelo do Anexo IV).

6. DOCUMENTO COMPLEMENTAR

6.1 - Declaração de que se encontra desimpedida de participar da licitação, obrigando-se ainda, a declarar, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo da habilitação (modelo do Anexo IV).

6.2 - Declaração de cumprimentos dos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade sócio-ambiental, de acordo com o Decreto nº 6252 de 22 de Março de 2006 (anexo V).

6.3 - Declaração de enquadramento no regime de microempresa ou empresa de pequeno porte de acordo com Modelo (Anexo VI) quando cabível.

[1] A exigência no edital de indicadores contábeis para análise da capacidade econômica dos participantes se faz pela necessidade de aferir a dependência econômica da empresa perante o capital de terceiros. Visto que na medida em que essa relação se aproxima, ou seja, o montante de capital próprio e de terceiro passa a ser equivalente (índice de endividamento igual a 1), a saúde da empresa está comprometida. No caso de fornecimento de cartão alimentação, a insolvência da empresa levaria ao colapso absoluto do serviço contratado: a empresa não poderia pagar os estabelecimentos cadastrados, o que deixariam de aceitar o cartão, prejudicando os funcionários beneficiados. Portanto de acordo com decisões proferidas pelo TC-SP (TC 002525/989-01 e 003210.989.14-01) em objetos de gerenciamento de vale-alimentação, determinou-se um índice de 0,80 devido à realidade das empresas desse segmento.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PALCO PARANÁ

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 763
Mov. 57

ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO 01/2019

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ARTIGO 27, INCISO V, DA LEI Nº 8.666/93

DECLARAÇÃO

A (empresa) ,inscrita no CNPJ/MF sob o nº , participante do Pregão Eletrônico 01/2019, declara para os devidos fins, sob as penas da Lei, que:

1) não utiliza mão de obra direta ou indireta de menor de 18 (dezoito) anos para realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determinação constitucional e Lei nº 9.854/99;

2) inexistem fatos impeditivos para a habilitação desta empresa na presente licitação e não pesa contra a mesma declaração de inidoneidade expedida por Órgão da Administração Pública, estando ciente da obrigatoriedade de declarar a ocorrência de fatos supervenientes, conforme art. 32, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

, de de 2019

(nome da proponente e
nome/RG/assinatura de seu representante legal ou de seu procurador)

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PALCO PARANÁ
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 764
Mov. 57

ANEXO IV
PREGÃO ELETRÔNICO 01/2019

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DECRETO ESTADUAL nº 6252/2006

DECLARAÇÃO

*A (empresa)*_____,inscrita no CNPJ/MF sob o nº_____, participante do Pregão Eletrônico **01/2019**, declara para os devidos fins, sob as penas da Lei, que:

1) Atende e subordina-se aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade sócio- ambiental, previstos no Decreto Estadual nº 6252, 22/03/2006 e nas demais normas legais de proteção ao meio ambiente.

_____, de_____de 2019.

_____

(nome da proponente e
nome/RG/assinatura de seu representante legal ou de seu procurador)

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 765
Mov. 57

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARAÇÃO

A (empresa) _____,inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, Inscrição Estadual nº _____, com sede localizada no endereço _____, por intermédio de seu representante legal Sr(a) _____, RG _____, CPF _____, declara, sob sanções administrativa cabíveis e sob as penas da lei, ser (microempresa de pequeno porte nos termos da legislação em vigor, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no parágrafo 4º do Artigo 3º da Lei Complementar nº123/06.

1) ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER ACOMPANHADA DA CERTIDÃO EXPEDIDA PELA JUNTA COMERCIAL, conforme artigo 8º da Instrução Normativa nº103 de 30/04/2007 - DNRC - Departamento Nacional de Registro no Comercio.

, de de 2019.

(nome da proponente e
nome/RG/assinatura de seu representante legal ou de seu procurador)

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 766
Mov. 57

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO: 001/2019
TIPO: MENOR PREÇO
REGIME DE CONTRATAÇÃO: MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

A Empresa_____, devidamente inscrita no CNPJ sob nº. _____, com sua sede à (endereço completo), por seu representante legal o (a) Sr (a) _____, portador (a) do RG nº._____, e do CPF nº._____ em conformidade com o disposto no art. 4º, inciso VII, da Lei nº. 10.520/02 DECLARA que está apta a cumprir plenamente todos os requisitos habilitatórios exigidos no Edital que rege o certame acima indicado.

Local e data

Assinatura do declarante
Papel Timbrado da Empresa

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 767
Mov. 57

ANEXO VII

MINUTA DO CONTRATO

Contrato para fornecimento de Vale Alimentação aos Funcionários do SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ e a xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx vencedora do Pregão Eletrônico nº 001/2019,

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 25.298.788/0001-95, com sede na Rua XV de Novembro, 971, Centro, Curitiba, Paraná, Cep: 80.060-000, neste ato devidamente representado pelo sua Diretora Presidente, em pleno exercício de seu mandato e funções, **Nicole Barão Raffs de Medeiros**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG. n°. 5.425.636-1 SSP/PR e CPF sob n°. 020.621.669-66, residente e domiciliado nesta Capital, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **xxxxxxxxxxx,** estabelecida na rua xxxxxxxxxxx, nº xxx, xxxxxx, Curitiba/PR, inscrita no CNPJ sob nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, legalmente representada por **xxxxxxxxxxxxxx**, brasileiro/a, estado civil, portador da cédula de identidade nº xxxxxxxxx/PR e do CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, residente e domiciliado em Curitiba/PR, daqui por diante denominada simplesmente **CONTRATADA** firmam o presente **Contrato de Serviços de Gerenciamento de Créditos em cartão alimentação,** tudo em conformidade com as especificações previamente estabelecidas no Termo de Referência do processo 15.417.176-2-14/2018 em decorrência de Pregão Eletrônico e proposta da Contratada, os quais desde já ficam fazendo parte integrante e inseparável desse instrumento, independentemente de transcrição, o qual obedece o preceituado pela Lei Federal nº. 8.666, de 21/06/1993 e suas alterações introduzidas posteriormente, bem como pela Lei Estadual 15.608/2007 e demais dispositivos que regem a matéria, mediante as cláusulas e condições abaixo descritas.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 768
Mov. 57

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTE CONTRATO

O fornecimento do Vale Alimentação obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como as disposições constantes dos documentos adiante enumerados, que compõem o processo de Pregão Presencial e que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato:

- Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2019 com todos os seus Anexos;
- Proposta e documentos que a acompanham, firmados pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto o fornecimento de Vale Alimentação, através de créditos mensais em cartões magnéticos, para funcionários da CONTRATANTE, de acordo com as condições e especificações constantes do Edital do Pregão Eletrônico 01/2019 e conforme proposta comercial da empresa datada de.... /..... /.....

CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

a) Creditar até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, os valores correspondentes aos 80 (oitenta) cartões com tarjas magnéticas, ou a quantidade existente no mês da efetuação do crédito, conforme subitem 3.8 do Anexo I Edital de Pregão Eletrônico, referente aos vales alimentação, no valor mensal médio de R$ 330,00 (trezentos e trinta reais) cada um, variando de acordo com os dias trabalhados, sendo creditados R$ 15,00, de acordo com Convenção Coletiva proposta pelo SECRASO/SENALBA, por dias trabalhados.

b) Fornecer à CONTRATANTE nota fiscal/fatura dos valores provisionados mais taxa de administração, conforme alínea “a” acima.

c) Contar com uma rede de estabelecimentos que estejam integrados ao Sistema oferecido pela CONTRATADA, adaptando-se às necessidades da CONTRATANTE, em todos os municípios, conforme item 3.1.5 do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico 01/2019

d) Assegurar aos usuários do Sistema Vale Alimentação, atendimento satisfatório, através dos estabelecimentos integrantes da rede;

e) Reembolsar os estabelecimentos credenciados, no tocante ao valor do benefício contido nos cartões utilizados, na forma ajustada entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA;

f) Personalizar os cartões magnéticos a serem fornecidos, com fundo de segurança,

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 769
Mov. 57

código, nome da empresa fornecedora e compradora, valor em algarismos e validade;

g) Entregar os cartões dos Vale Alimentação no local previamente ajustado pela parte CONTRATANTE;

h) As características dos cartões (formato, impressão, e outras), pertencem exclusivamente à CONTRATADA, cabendo-lhe o direito de alterá-las ou substituí-las segundo seus critérios, sem qualquer consulta à CONTRATANTE, desde que, obedeça aos critérios do item f da presente cláusula;

i) Manter a segurança nos sistemas de impressão, processamento e circulação dos Vales Alimentação;

j) Não ocorrendo o crédito nos cartões no prazo previsto no item “a” da cláusula Terceira, a CONTRATADA pagará multa de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do montante a ser suprido nos cartões magnéticos.

k) Manter atualizadas junto ao PALCOPARANÁ as provas de sua adimplência com a Seguridade Social (Certidão Negativa de Débitos – CND), bem como da quitação de impostos e outros gravames que incidam sobre a atividade do contrato sob pena de suspensão dos pagamentos a que tiver direito.

l) Proceder e atuar segundo proposta formulada no Pregão Eletrônico nº 001/2019 que com toda a documentação inserida, fazem parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

a) Encaminhar a CONTRATADA lista mensal dos beneficiários conforme subitem 11.1.3 do Anexo I;

b) Efetuar o pagamento do valor correspondente aos cartões magnéticos fornecidos pela CONTRATADA, no prazo de 05 (cinco) dias após o recebimento da nota fiscal/fatura descrita na alínea “b” da CLÁUSULA TERCEIRA;

c) Ocorrendo atraso no cumprimento do item anterior, a CONTRATANTE pagará o principal acrescido da correção oficial vigente à época;

d) A CONTRATANTE não se responsabiliza por falsificações, adulteração e outros que venham a ocorrer com os referidos cartões.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE DO GERENCIAMENTO

A CONTRATANTE gerenciará o presente contrato, através do Setor de Administrativo

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 770
Mov. 57

Cumpridas as obrigações contratuais dispostas neste instrumento e no edital do Pregão Eletrônico 01/2019, o pagamento será efetuado pela CONTRATANTE em até 05 (cinco) dias após a data do protocolo de entrega da Nota Fiscal, devidamente atestada pela fiscalização competente.

Parágrafo Primeiro: O CNPJ/MF constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta, sob pena de não ser efetuado o pagamento.

Parágrafo Segundo: Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que tenha sido imposta à CONTRATADA pela CONTRATANTE, em decorrência de penalidade ou inadimplência, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo Terceiro: O pagamento somente será realizado mediante apresentação de comprovantes de não existência de débitos com a Previdência, FGTS e certidões negativas de débitos referentes à Fazenda Federal, Estadual e Municipal.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor aproximado de R$ XXXXX,XX correspondentes aos créditos médio de R$ 330,00 (trezentos reais) em 80 cartões magnéticos ou a quantidade existente no mês respectivo, mais a taxa de administração da proposta vencedora do Pregão Eletrônico 01/2019.

Parágrafo Primeiro: Conforme edital do Pregão Eletrônico 01/2019, o valor dos créditos poderá ser alterado por informação da CONTRATANTE, na forma do subitem 22.4. do Edital de Licitação.

Parágrafo Segundo: Na hipótese de revisão de valor dos benefícios creditados aos funcionários da Contratante, a taxa de administração deverá ser mantida, alterando-se somente o valor dos créditos e consequentemente o valor que couber à contratada em decorrência da taxa de administração será proporcionalmente alterado.

CLÁUSULA OITAVA – DOS PRAZOS DE ENTREGA

Obriga-se a CONTRATADA a efetuar a entrega dos cartões magnéticos personalizados em até 30 (trinta) dias após a assinatura dos contratos e fornecer os créditos mensais correspondentes ao objeto da licitação em até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, conforme o subitem 3.11. do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico 01/2019.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 771
Mov. 57

CLÁUSULA NONA – ASSINATURA DO CONTRATO

I- A Contratada terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da convocação, para retirar a ordem de compra (ou documento equivalente) e/ou contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo contratado durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Contratante.

II- Sempre que o primeiro classificado não atender à convocação, nos termos referidos no item anterior, é facultado à Administração, dentro do prazo e condições estabelecidas, convocar os remanescentes, observada a ordem de classificação das propostas, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições estabelecidas no § 9°do Ar t. 22 da Lei Estadual n°15.608/07, ou revogar a licitação.

III- A Contratada deverá estar em dia com a Fazenda do Estado do Paraná, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e com o Instituto de Seguridade Social, mantendo essa condição de regularidade durante toda a execução do contrato, sob pena de rescisão unilateral pela Administração Pública.

IV - Independentemente de transcrição, farão parte integrante do contrato as instruções contidas neste Edital, os documentos nele referenciados, além da proposta apresentada pelo vencedor do certame e a respectiva ATA.

V - Serão de responsabilidade exclusiva da Contratada todos os custos, tributos, encargos e contribuições que incidam ou venham a incidir sobre o fornecimento ou o objeto do contrato.

VI - A recusa injustificada do primeiro classificado em retirar a ordem de compra (ou documento equivalente) dentro do prazo estabelecido, sujeitará o licitante à aplicação das sanções administrativas previstas na Cláusula Décima deste Edital.

VII A Administração poderá, até o momento da emissão da Ordem de Compra (ou documento equivalente) ou da assinatura do instrumento contratual, desistir da contratação do objeto proposta, no seu todo ou em parte, sem que caibam quaisquer direitos ao licitante vencedor.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

O não cumprimento das obrigações contratuais ensejará a aplicação das seguintes sanções, independentemente de outras previstas em lei:

I – Advertência;

II – Multas por inadimplência contratual: de mora de 0,2% (zero vírgula dois por

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 772
Mov. 57

cento) por dia de atraso e compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da licitação por inadimplência total ao pactuado e ainda nos casos previstos no art. 152 – incisos I a III da lei 15.608/07.

III – Suspensão temporária do direito de licitar, de contratar com a Administração e, se for o caso, descredenciamento no CLE/SEAP, pelo prazo de até 02 (dois) anos, nos termos do art. 154 e seus incisos da Lei Estadual n.º 15.608/2007 ou enquanto perduram os motivos determinantes da punição.

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, após regular processo administrativo, onde fica garantido o direito a defesa e o exercício do amplo contraditório, conforme previsto no inciso V e VI a seguir descrito,

V - As penalidades previstas nos incisos I, II, III e IV serão aplicadas mediante processo administrativo, pela autoridade competente responsável pela instauração e homologação do certame, garantindo-se o contraditório e ampla defesa ao interessado.

VI – Todas as penalidades descritas neste contrato somente serão efetivamente aplicadas após a instauração de regular Processo Administrativo com o exercício da ampla defesa e o cumprimento do princípio constitucional do contraditório.

VII - As penalidades acima previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente.

VIII - As multas aplicadas deverão ser recolhidas à conta da CONTRATANTE no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação, podendo o seu valor ser descontado do documento de cobrança, na ocasião de seu pagamento.

IX - As multas, quando não recolhidas ou descontadas no prazo descrito no item anterior deste contrato sofrerão reajuste pelo Índice Geral do Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas (IGPM/FGV).

X - Além das multas estabelecidas, a CONTRATANTE poderá recusar os bens, se sua prestação não estiver de acordo com o exigido na descrição do objeto deste contrato e demais documentos que o compõem, e não for corrigida imediatamente.

XI - A ocorrência ensejadora da recusa em aceitar os bens pela CONTRATADA pode constituir motivo para aplicação do disposto nos incisos III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, sem prejuízo das demais sanções previstas neste edital.

XII - As sanções poderão ser relevadas nas hipóteses de não cumprimento das obrigações por motivo de caso fortuito e de força maior, devidamente justificados e

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 773
Mov. 57

comprovados.

XIII - Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Cadastro de Licitantes do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS CASOS DE RESCISÃO

O inadimplemento, por parte da CONTRATADA, das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato as segurará à CONTRATANTE, nos termos da Seção V, do Capítulo III da Lei nº 8.666/93 em sua atual redação, o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação por escrito, através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento.

Parágrafo Primeiro: Fica a critério do representante da CONTRATANTE declarar rescindido o contrato, nos termos do "caput" desta cláusula ou aplicar as multas de que trata a cláusula décima segunda deste contrato.

Parágrafo Segundo: Fica este contrato rescindido de pleno direito pela CONTRATANTE, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, em qualquer dos seguintes casos de inadimplemento por parte da CONTRATADA**:**

I Não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos.

II Cometimento de irregularidade grave no cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos.

III Atraso injustificado da entrega do bem licitado.

IV Decretação de falência, pedido de concordata ou instauração de insolvência civil da CONTRATADA.

Parágrafo Terceiro: A rescisão contratual também operar-se-á nos seguintes casos:

I - Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE, devidamente deduzidas em processo administrativo regularmente instaurado.

II - Supressão, unilateral por parte da Administração, dos quantitativos dos bens, acarretando modificação do valor inicial do contrato, além do limite permitido no artigo 65, parágrafo 1º, da Lei 8.666/93.

III - Atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes de serviços prestados, salvo em caso de calamidade pública, grave per turbação da ordem interna ou guerra.

IV - Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 774
Mov. 57

da execução do contrato.

V - Descumprimento do disposto no inciso V, do art. 27 da Lei nº 8.666/93, com redação dada pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1.999.

Parágrafo Quarto: A rescisão deste contrato poderá ser:

I - Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE nos casos enumerados nesta minuta.

II - Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração.

III - Judicial, nos termos da legislação processual, vigente à época da rescisão contratual.

Parágrafo Quinto: Nos casos de rescisão administrativa ou amigável que tratam, respectivamente, os itens I e II, do parágrafo anterior, haverá precedência de autorização escrita e fundamentada da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Este contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65 da Lei n.º 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO GESTOR DO CONTRATO

O funcionário do setor administrativo ficará responsável pela conferência do recebimento, controle da qualidade e prazos do serviço entregue. Fica indicada primeiramente como gestora do presente contrato a funcionária da CONTRATANTE, a senhora Nicole Lemanczyk.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato é regido pela Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/01, Lei Complementar nº 101/00, pelos Decretos Estaduais citados no preâmbulo do Edital da licitação referente ao objeto deste contrato, bem como, pelo Edital e seus anexos e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DISPOSIÇÃO ESPECIAL

Eventuais divergências entre o presente contrato e o Edital de Licitação nº 001/2019, prevalecerá os dispositivos do Edital nº 001/2019.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 775
Mov. 57

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos pela CONTRATANTE, à luz da legislação, da jurisprudência e da doutrina aplicável à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, capital do Estado do Paraná, para dirimir quaisquer questões relativas a este contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo com o ajustado e contratado, as partes, através de seus representantes, firmam o presente contrato, em três vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

Curitiba,..... de..... de 2019.

CONTRATANTE:

CONTRATADA:

Testemunhas:

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 145

TEATRO GUAIRA

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Cultura

PORTARIA Nº.044/2017 – DIPRE/CCTG

A Diretora Presidente do Centro Cultural Teatro Guaíra, no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto do CCTG, e art. 10, do Decreto Federal nº 5.450, de 31 de maio de 2005,

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar os servidores abaixo nominados para comporem a Comissão Permanente de Licitação desta Autarquia pelo Período de 01 (um) ano.

FUNÇÃO	NOME	R.G.
Presidente	Carlos Alberto G. dos Santos	5.799.703-6
Membro	Ronald Pedro Catarino	1.462.086-9
Membro	Miriam Rocha Loures	3.397.249-0
Suplente	Cesar Dias Palma	5.334.442-9

Art. 2º. Nos impedimentos do Presidente responderá o servidor Ronald Pedro Catarino.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Curitiba, 10 de outubro de 2017.

MONICA RISCHBIETER
Presidente

Rua XV de Novembro, 971 | Centro | 80060 000 | Curitiba | Paraná | (41) 3304 7999 | (41) 3304 7900 | www.teatroguaira.pr.gov.br

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:44.
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 776 Mod. 57

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 146

Diário Oficial Certificado Digitalmente

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

O DIRETOR GERAL, NO USO DE SUAS ATRIBUICOES LEGAIS, RESOLVE CONCEDER DE ACORDO COM A LEI 14502 DE 17 DE SETEMBRO DE 2004 E DECRETO 5913 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2005, LICENÇA REMUNERATORIA PARA FINS DE APOSENTADORIA AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

PORTARIA N. 37 DE 09/10/2017

ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA FAMILIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

NOME	RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DATA A PARTIR
DENISE VIEIRA DE ALBUQUERQUE MARANHA	3707280	1	AGPII	14814220 3	17/10/2017

97543/2017

Secretaria da Cultura

Centro Cultural Teatro Guaíra

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

O DIRETOR DO(A) CENTRO CULTURAL TEATRO GUAÍRA,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE CONCEDER DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI Nº 6174, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, LICENÇA ESPECIAL AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS :

PORTARIA N. 42 DE 10/10/2017

ORGAO - CENTRO CULTURAL TEATRO GUAÍRA

NOME/RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERIODO AQUISITIVO	FRUIÇÃO
DEBORA MARIA DE LARA CONCEICAO 32356141	1	MAI	14861210 1	90	21/12/2002 20/12/2007	04/12/2017 03/03/2018

97319/2017

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

O DIRETOR DO(A) CENTRO CULTURAL TEATRO GUAÍRA,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE CONCEDER DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI Nº 6174, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, LICENÇA ESPECIAL AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS :

PORTARIA N. 43 DE 10/10/2017

ORGAO - CENTRO CULTURAL TEATRO GUAÍRA

NOME/RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERIODO AQUISITIVO	FRUIÇÃO
VIRGILINO BOGUS 31069230	2	MAI	14817348 6	90	21/12/2002 20/12/2007	01/11/2017 29/01/2018

97346/2017

PORTARIA Nº.044/2017 – DIPRE/CCTG

A Diretora Presidente do Centro Cultural Teatro Guaira, no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto do CCTG, e art. 10, do Decreto Federal nº 5.450, de 31 de maio de 2005,

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar os servidores abaixo nominados para comporem a Comissão Permanente de Licitação desta Autarquia pelo Período de 01 (um) ano

FUNÇÃO	NOME	R.G.
Presidente	Carlos Alberto G. dos Santos	5.799.703-6
Membro	Ronald Pedro Catarino	1.462.086-9
Membro	Miriam Rocha Lopes	3.397.249-0
Suplente	Cesar Dias Palma	5.334.442-9

Art. 2º. Nos impedimentos do Presidente responderá o servidor Ronald Pedro Catarino

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário

Curitiba, 10 de outubro de 2017

MONICA RISCHBIETER
Presidente

98004/2017

Secretaria da Educação

DESPACHO

Protocolo n.º 14.805.792-3

Assunto: Autorização de afastamento da servidora Mariane Cristina Plotchkacz para exercer suas funções na 176ª Zona Eleitoral de Curitiba/PR

1. AUTORIZO o afastamento da servidora Mariane Cristina Plotchkacz, RG n.º 6.535.480-2, detentora de um cargo de Agente Educacional II, AE02-24/LF53, 40h semanais, do Quadro de Funcionários da Educação Básica - QFEB, desta Secretaria de Estado da Educação, para prestar serviço junto à 176ª Zona Eleitoral de Curitiba/PR, **com ônus para o órgão de origem**, no período de um ano, a partir da data de publicação, atendendo à Lei Federal n.º 6.999/1982, a Resolução n.º 23.484/2016 do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, e a Resolução n.º 750/2016 do Tribunal Regional Eleitoral – TRE/PR

2. Publique-se.

Curitiba, 10 de outubro de 2017

Edmundo Rodrigues da Veiga Neto
Resolução n.º 1162/2015 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

98046/2017

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

ERRATA

Resolução n.º 4.685/2017 – GS/SEED, de 09/09/2017, publicada no Diário Oficial do Estado n.º 10.035 em 25/09/2017.

Estabelece para a rede pública estadual de Educação Básica e para a rede conveniada o Calendário Escolar a ser praticado no ano letivo de 2018.

No ANEXO da referida Resolução, em relação ao Calendário Escolar do mês de julho, semana de 15 a 21, onde se lê "14", leia-se "17"

Publique-se.

Curitiba, 11 de outubro de 2017.

Edmundo Rodrigues da Veiga Neto
Resolução n.º 1162/2015-GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

98035/2017

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

RESOLUÇÃO N.º 5.273/2017 – GS/SEED

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Resolução n.º 1.162/2015 – GS/SEED, de 15/05/2015, alterada pela Resolução n.º 3.849/2015 – GS/SEED, de 30/11/2015, e considerando os termos do Decreto Estadual n.º 3.575/2011,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar os servidores **Loraine Carlin Clemente**, CPF n.º 568.647.959-34, **Rosecler Pedrosa Ojeda**, CPF n.º 080.365.648-31, **Dilma Cardoso**, CPF n.º 024.543.329-57, **Ana Cristina Moraio de Lima Trinchim**, CPF n.º 022.697.669-62, e **Sandro Gomes Benkendorf**, CPF n.º 052.486.179-01, para, sob a presidência da primeira nominada, integrarem a Comissão Setorial da Avaliação de Documentos – CSA do Núcleo Regional de Educação de Paranaguá.

Art. 2.º Designar os servidores **Gilberto Martins Ayres**, CPF n.º 954.028.109-15, e **Denise Cristina Mansur**, CPF n.º 316.706.109-00, como membros representantes do Departamento Estadual de Arquivo Público – DEAP.

Art. 3.º A Comissão poderá convocar chefia e/ou pessoal técnico-administrativo para participarem das discussões, caso a natureza dos documentos assim o exija.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:44.
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 177 Mod. 57

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 778
Mov. 57

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Processo nº 15.417.176-2

Objeto: Contratação de empresa de benefícios para os Funcionários Palcoparaná - alimentação

Valor estimado para a contratação: R$ 319.968,00 (trezentos e dezenove mil, novecentos e sessenta e oito reais)

Rubricas orçamentárias: 3.3.90.46.00 – Auxilio Alimentação

Eu, no exercício da função de ordenadora de despesas, nos termos do § 1º do art. 80 do Decreto-Lei 200/67 e dos incisos I e II do art. 167 da CRFB/1988, bem como do inciso III do § 2º e do § 9º do art. 7º, do art. 14 e do art. 39, todos da Lei 8.666/93; ***declaro que há disponibilidade orçamentária e financeira suficiente para a cobertura da despesa que se pretende realizar***, conforme objeto, valor e rubricas orçamentárias.

Curitiba, 05 de outubro de 2018

_____

Nicole Lemanczyk
Diretora Administrativa Financeira
Palcoparaná

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:46. Assinado por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:50. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 2f49f33842fde583493bbf8488434090

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 779
Mov. 57

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Assunto: contratação empresa de benefícios para funcionários.
Protocolo: 15.417.176-2
Local Atual: PALCOPARANA - PALCOPR/DIPR
Interessado: PALCO PARANÁ

DESPACHO

A AJU para analise jurídica quanto a legalidade dos atos para o processo de licitação para disponibilização do beneficio de vale alimentação via cartão para os funcionários do Palcoparaná. O processo foi revisado pela Comissão de licitação do Centro Cultural Teatro Guaira, sendo que a versão revisada aparece nos autos incluída no dia 25 de janeiro de 2019. Disponibilizo tambem demais documentos, assim como declaração orçamentária para analise jurídica.

Assim que proferir analise, processo deverá ser encaminhado a DIPRE/PALCOPARANA para autorização e prosseguimento dos atos.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:50. Assinado por: Nicole Lemanczyk em: 25/01/2019 15:51. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 582bea3e3b1b4be0fefe5954a0e1b9cc

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 149
Mov. 8
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 780
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

INFORMAÇÃO nº 03/19-AJU

DA	ASSESSORIA JURÍDICA
PARA	DIAFI
ASSUNTO	Contratação de empresa de benefícios para funcionários
EXPEDIENTE	S.I.D. Nº 15.417.176-2
DATA	07/02/2019

Senhora Diretora,

Trata-se o presente procedimento de fase preparatória para a contratação de empresa especializada na prestação do serviço de vale-alimentação para os seus colaboradores, visando cumprir determinações das Convenções Coletivas impostas pelo SENALBA.

Instrui o mesmo (a) solicitação do setor responsável, com a justificativa da necessidade da aquisição dos serviços; (b) termo de referência; (c) orçamentos; (d) dotação orçamentária; (e) minuta do edital acompanhada dos anexos e; (f) Portaria designando os pregoeiros e a equipe de apoio.

É o relatório.

Nesse ponto, faz-se necessário averiguar o regular trâmite da fase interna. Para tanto, será utilizado como base legal o Decreto Estadual n° 4.880/2001, e de forma subsidiária e, no que couber, a Lei Federal n° 10.520/2002 e o Decreto Federal n° 5.450/2005.

A única norma do regulamento estadual a tratar da fase interna determina que cabe a autoridade competente, do órgão promotor do pregão eletrônico, providenciar o credenciamento do pregoeiro e da respectiva equipe de apoio.

Já a Lei Federal é mais detalhista, trazendo no art. 3º que:

> Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:
> I - a autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento;
> II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;
> III - dos autos do procedimento constarão a justificativa das definições referidas no inciso I deste artigo e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como o orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados; e

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Ivan de Paula Souza em: 07/02/2019 11:34. Assinado por: Ivan de Paula Souza em: 07/02/2019 11:34. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 5c562f193991cfae049f0e8c710d3ed6

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 150
Mov. 8
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 781
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

IV - a autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

Complementando as exigências acima, o Decreto nº 5.450/2005, estabelece:

Art. 9o Na fase preparatória do pregão, na forma eletrônica, será observado o seguinte:
I - elaboração de termo de referência pelo órgão requisitante, com indicação do objeto de forma precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou sua realização;
II - aprovação do termo de referência pela autoridade competente;
III - apresentação de justificativa da necessidade da contratação;
IV - elaboração do edital, estabelecendo critérios de aceitação das propostas;
V - definição das exigências de habilitação, das sanções aplicáveis, inclusive no que se refere aos prazos e às condições que, pelas suas particularidades, sejam consideradas relevantes para a celebração e execução do contrato e o atendimento das necessidades da administração; e
VI - designação do pregoeiro e de sua equipe de apoio.

Observa-se que o presente procedimento cumpriu todos os requisitos elencados na Lei e nos regulamentos, porquanto houve a nomeação do pregoeiro e de sua equipe de apoio, bem como, justificativa da necessidade do bem e do serviço, sendo especificado de forma clara pelo termo de referência. Além disso, há a minuta do edital que consta os requisitos de habilitação, julgamento, prazos, direitos e deveres das partes e as sanções aplicáveis. E, por fim, consta que o CCTG tem dotação orçamentária para adquirir os bens e os serviços solicitados.

Isto posto, após a aprovação do termo de referência, opino pelo prosseguimento deste Protocolado para o início da fase externa da licitação.

É a informação.

Ivan de Paula Souza
AJU/CCTG

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Ivan de Paula Souza em: 07/02/2019 11:34. Assinado por: Ivan de Paula Souza em: 07/02/2019 11:34. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 5c562f193991cfae049f0e8c710d3ed6

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 151
Mov. 9
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 782
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Assunto: contratação empresa de benefícios para funcionários.
Protocolo: 15.417.176-2
Local Atual: PALCOPARANA - PALCOPR/DIPR
Interessado: PALCO PARANÁ

DESPACHO

De acordo com a Informação no 03/2019 AJU/CCTG, fls. 149, "o presente procedimento cumpriu todos os requisitos elencados na Lei e nos regulamentos, porquanto houve a nomeação do pregoeiro e de sua equipe de apoio, bem como, justificativa da necessidade do bem e do serviço, sendo especificado de forma clara pelo termo de referência. Além disso, há a minuta do edital que consta os requisitos de habilitação, julgamento, prazos, direitos e deveres das partes e as sanções aplicáveis. "

Em virtude do teor da Informação citada e, levando em conta que o termo de referência foi elaborado pela própria Diretora Administrativa e Financeira da Instituição, pessoa indicada para dizer sobre a necessidade e condições da contratação do serviço objeto do certame, aprovo o Termo de Referência.

A DIAFI/PALCOPARANÁ declarou às fls. 147 a disponibilidade orçamentária e financeira.

Assim, tendo em vista a disponibilidade orçamentária e financeira declarada nos autos, com fulcro na Informação da AJU/CCTG, autorizo o prosseguimento do feito.

À DIAFI/CCTG para manifestação quanto à vigência da Portaria no 44/2017 e para que dê encaminhamento ao processo visando o cumprimento da fase externa da licitação.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em: 11/02/2019 10:38. Assinado por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em: 11/02/2019 10:38. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 4fdc9e9d869839f52a991693b7792cc9

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 152 Mov. 10

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 783 Mov. 57

PORTARIA N°.005/2019 – DIPRE/CCTG

A Diretora Presidente do Centro Cultural Teatro Guaíra, no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto do CCTG, e art. 10, do Decreto Federal n° 5.450, de 31 de maio de 2005,

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar os servidores abaixo nominados para comporem a Comissão Permanente de Licitação desta Autarquia pelo Período de 01 (um) ano.

FUNÇÃO	NOME	R.G.
Presidente	Miriam Rocha Loures	3.397.249-0
Membro	Carlos Alberto G. dos Santos	5.799.703-6
Membro	Ronald Pedro Catarino	1.462.086-9
Membro	Ivan de Paula Souza	6.240.875-8
Suplente	Cesar Dias Palma	5.334.442-9

Art. 2º. Nos impedimentos do Presidente responderá o servidor Ronald Pedro Catarino.

Art. 3°. Revogam-se as disposições em contrário.

Curitiba, 13 de fevereiro de 2019.

MONICA RISCHBIETER
Presidente

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Jose Chapulla em: 14/02/2019 13:36.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 155
Mov. 11
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 784
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Assunto: contratação empresa de benefícios para funcionários.
Protocolo: 15.417.176-2
Local Atual: CCTG - CCTG/DIAFI
Interessado: PALCO PARANÁ

DESPACHO

A CPL

Para as providências necessárias.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Jose Chapulla em: 14/02/2019 13:41. Assinado por: Jose Chapulla em: 14/02/2019 13:41. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 873a1978be11ba086e27ad9eca8cc0fe

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

Fls. 154
Mov. 12
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 785
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

PALCOPARANA

PALCOPR/ADIAF - ASSESSORIA DIAF

Protocolo:	15.417.176-2
Assunto:	contratação empresa de benefícios para funcionários.
Interessado:	PALCO PARANÁ
Data:	04/07/2019 15:36

DESPACHO

À DIPRE

Tendo em vista que o presente foi iniciado em outubro de 2018, e naquele mesmo mês o Conselho de controle das Empresas Estaduais - CCEE e a Comissão de Política Salarial - CPS autorizaram a realização de novo processo seletivo simplificado pelo PalcoParaná, visando a contratação de novos empregados, conforme autos 15.069.159-1. Estas contratações foram autorizadas pela Secretaria de Estado da Fazenda em 15/02/2019, Despacho nº 125/2019, exarado no processo 15.570.755-0.

Ainda, neste ínterim houve a majoração do benefício a ser concedido aos empregados, passando de R$ 15,00 para R$ 16,00 por dia trabalhado, por força da CCT 2018/2019, data-base de 01/11/2018.

Ante as alterações acima destacadas, optou-se por apresentar nova redação ao edital de Pregão Eletrônico e seus respectivos anexos.

Informo que em pesquisa de mercado junto a 03 (três) empresas, realizada em maio de 2019, constatou-se que não houve mudança na taxa administrativa praticada pelo mercado, a qual é de 0% sobre o valor do benefício fornecido aos empregados.

Com a readequação do valor benefício e a nova estimativa no quadro de funcionários, prevê-se que o impacto financeiro será de até R$ 25.344,00 (vinte e cinco mil, trezentos e quarenta e quatro reais) por mês, R$ 304.128,00 (trezentos e quatro mil, cento e vinte e oito reais) em doze meses, à taxa zero, com 72 empregados.

Assim, encaminho o presente à Presidência para analisar se persiste a conveniência da presente contratação.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:36. Assinado por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:36. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: f3490283efa261f2f73ca9fbe5fce88b

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 155
Mov. 13
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 786
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO - Minuta
PREGÃO ELETRÔNICO N.º xx/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO

FORNECIMENTO DE VALE-ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO ATRAVÉS DE CARTÃO COM CHIP ELETRÔNICO DE SEGURANÇA

O SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos de interesse coletivo, inscrita no CNPJ nº 25.298.788/0001-95, com sede e foro na Capital do Estado do Paraná, situado na Rua XV de Novembro, 971, Centro, Curitiba/PR, a seguir denominado PALCOPARANÁ, por intermédio do Pregoeiro, torna público que realizará Licitação na modalidade "PREGÃO ELETRÔNICO" - Nº 01/2019 – "MENOR PREÇO" (MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO EM PORCENTAGEM)", do tipo menor preço, regida pela Constituição Estadual do Paraná, art. 27, XXI, Lei Federal nº 10.520/02, Lei Complementar Federal 123/06, Lei Estadual n° 15.608/07, Decreto Estadual nº 6.252/06, pelo Decreto Federal nº 5.450/05 e, pela Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações e legislação complementar, assim como aquelas estabelecidas por este Edital e as especificações e condições do Termo de Referência constante do Anexo I, em conformidade com a autorização contida nos autos do Processo nº xx.xxx.xxx-x.

1. OBJETO

1.1.- A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento, emissão, distribuição, administração do benefício, fornecimento de documentos de legitimação, na forma de cartão Alimentação/Refeição eletrônico, magnético, ou de similar tecnologia, em PVC, com chip de segurança, com recargas mensais, sistema de controle de saldo e senha pessoal e intransferível, para validação das transações pelo usuário, na rede de estabelecimentos comerciais credenciados (que a empresa licitante mantenha convênio), no ato da aquisição dos gêneros alimentícios ou das refeições, para serem utilizados pelos empregados efetivos e comissionados do PALCOPARANÁ, em conformidade com as especificações técnicas e serviços descritos no Anexo I - Termo de Referência.

1.2.- O benefício será disponibilizado na modalidade alimentação ou refeição, conforme escolha feita pelo usuário, empregado do PALCOPARANÁ.

2. DATA, HORÁRIO E INFORMAÇÕES

2.1.- Data limite para acolhimento das propostas eletrônicas: xx/07/2019 às 14h00min.

2.2.- Abertura da sessão de disputa de preços: xx/07/2019 às 14h30min.

2.3.- Número licitacoes-e – ID: xxxxxx

2.4.- Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília – DF.

2.5.- O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da Internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases, garantidas pelo sistema licitacoes-e do Banco do Brasil S/A.

2.6.- Os trabalhos serão conduzidos por Pregoeiro, servidor do Centro Cultural Teatro Guaíra, por força do Termo de Cooperação assinado entre o PALCOPARANÁ e esta Autarquia, mediante inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 156
Mov. 13
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 787
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

aplicativo licitacoes-e constante da página eletrônica do Banco do Brasil S/A - www.licitacoes-e.com.br.

2.7.- Ocorrendo a decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes neste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil, ou de expediente normal, subsequente ao ora fixado.

2.8.- Na contagem de todos os prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

2.9.- Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente do PALCOPARANÁ.

2.10.- O Edital e seus anexos podem ser obtidos através da internet no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br ou pelo site da Instituição, www.palcoparana.org.

2.11.- Os esclarecimentos de dúvidas quanto ao Edital e seus anexos poderão ser solicitados por qualquer interessado até 02 (dois) dias úteis antes da data limite para o acolhimento das propostas, referida no item 2.1.- do Edital, exclusivamente através do e-mail administrativo@palcoparana.org e, obrigatoriamente, informar o e-mail do interessado ao qual serão enviados os esclarecimentos solicitados.

3. PARTICIPAÇÃO

3.1.- Poderão participar deste PREGÃO empresas legalmente estabelecidas no País, devidamente credenciadas junto ao provedor do sistema licitacoes-e, do ramo pertinente ao objeto desta Licitação e que atendam às exigências deste Edital.

3.2.- Não poderão participar do presente PREGÃO:

I - Consórcio de empresas ou cooperativas, sob forma alguma.

II - Empresa:

a) Declarada inidônea por órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal.

b) Suspensa de licitar ou contratar com a Administração Pública.

c) Que se encontre em falência, concurso de credores, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação.

d) Inadimplente com o PALCOPARANÁ ou cujo(s) diretor (es) tenha (m) participado de outra empresa que também se tornou inadimplente junto ao PALCOPARANÁ.

e) Que componha Grupo Econômico no qual pelo menos uma das empresas integrantes venha a participar da presente Licitação.

f) Que direta ou indiretamente, mantenham sociedade ou participação com servidor ou dirigente ligado a qualquer um dos órgãos envolvidos no processo em análise.

g) Que estejam em situação irregular perante a Fazenda Pública, em qualquer esfera da Administração, e também perante o INSS e o FGTS.

3.3.- Caso seja constatada qualquer situação irregular relativa à participação, a empresa licitante será desqualificada, ficando esta e seus representantes incursos nas sanções previstas no art. 90 da Lei n.º 8.666/93.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 157
Mov. 13
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 788
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

3.4.- A participação na presente Licitação implica para a empresa licitante a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes neste Edital e em seus Anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

4. CREDENCIAMENTO

4.1.- Somente poderão participar deste Pregão Eletrônico as licitantes devidamente credenciadas junto ao Banco do Brasil, o qual é provedor do sistema licitacoes-e, cujas informações poderão ser obtidas na página eletrônica www.licitacoes-e.com.br ou em qualquer agência do Banco do Brasil S/A sediada no País.

4.2.- As licitantes e seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor do sistema eletrônico, no prazo mínimo de 03 (três) dias úteis antes da realização do pregão.

4.3.- O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível para acesso ao sistema eletrônico.

4.4.- O uso da senha é de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao PALCOPARANÁ a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido de senha, ainda que por terceiros.

4.5.- A perda da senha ou a quebra do seu sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

4.6.- O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da licitante ou de seu representante e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.7.- Para dispor das prerrogativas estabelecidas pela Lei Complementar 123/06, as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão informar sua condição no credenciamento junto ao provedor do sistema, além de apresentar, como documento de habilitação, o Modelo do Anexo VI.

4.8.- O credenciamento no sistema licitacoes-e não dispensa a entrega dos documentos discriminados no Anexo III – Relação dos Documentos de Habilitação.

5. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

5.1.- Até 02 (dois) dias úteis antes da data limite para o acolhimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório deste pregão.

5.2.- Os pedidos de esclarecimentos ou providências deverão ser encaminhados ao e-mail administrativo@palcoparana.org.

5.3.- Serão juntadas ao processo de licitação as cópias das mensagens enviadas aos licitantes.

5.4.- O memorial da impugnação deverá ser protocolado diretamente na sede do PALCOPARANÁ, ou enviado via correios, no endereço indicado no item 9.2.-.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 158
Mov. 13
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 789
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

5.5.- A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório.

5.6.- Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, decidir sobre a impugnação apresentada.

5.7.- Acolhida a petição contra o ato convocatório, havendo modificação que importe em alteração substancial da elaboração das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

6. REMESSA ELETRÔNICA DAS PROPOSTAS

6.1.- As licitantes credenciadas deverão encaminhar as propostas exclusivamente através do sistema licitacoes-e, até a data e horário limite informados no item 2.1.- do Edital, podendo substituir ou excluí-las até a data e hora definidas para a abertura da sessão pública, quando, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

6.2.- A proposta deverá conter o objeto e o preço, conforme Anexo II deste Edital, bem como, estar em conformidade com as exigências contidas neste edital e seus anexos.

6.3.- O registro de recebimento da proposta deverá ser impresso e anexado ao processo licitatório como comprovante de entrega.

6.4.- O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de abertura da sessão de disputa de preços.

6.5.- A licitante poderá utilizar o campo “Observações adicionais” da tela ENTREGA DA PROPOSTA/DECLARAÇÕES do sistema licitacoes-e para prestar informações adicionais sobre a proposta.

6.6.- No envio da proposta, a licitante deverá declarar que cumpre plenamente todos os requisitos de habilitação além de manifestar pleno conhecimento e aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital.

6.7.- A proposta deverá compreender todos os custos, tributos, encargos que possam incidir no fornecimento ou execução do objeto, os quais são de responsabilidade exclusiva da licitante.

6.8.- Serão desclassificadas as propostas que:

a) Não atenderem às exigências do Edital e seus anexos, ou que contiverem defeitos capazes de dificultar o julgamento.

b) Apresentarem preços simbólicos ou irrisórios, ou ainda, manifestamente inexequíveis. Serão considerados inexequíveis aqueles preços cuja viabilidade não seja demonstrada pela licitante.

c) Apresentarem taxa superior à máxima admissível, definida no item 9.1.- do presente edital.

7. DA APLICABILIDADE DA LEI COMPLEMENTAR N° 123/2006

7.1.- Deverão ser observadas as disposições da Lei Complementar n° 123/2006 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

7.2.- Em relação à disputa do lote, será considerado empate quando as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5%

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 159
Mov. 13
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 790
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

(cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.2.1.- Neste caso, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada arrematante do lote, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

7.2.2.- A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

7.2.3.- Não ocorrendo a arrematação do lote pela microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma dos itens anteriores, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação de empate prevista do subitem 7.2.-, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.2.4.- No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem na situação de empate prevista do subitem 7.2.- será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.2.5.- Não existindo a situação de empate prevista do subitem 7.2.-, a licitante originalmente classificada em primeiro lugar será declarada arrematante do lote.

7.2.6.- O disposto no subitem 7.2.- somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

8. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

8.1.- Após o término do período de acolhimento de propostas, o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital.

8.2.- Todas as propostas classificadas serão consideradas para o oferecimento dos lances na fase de disputa.

8.3.- A partir da data e horário previsto no item 2.2.- do Edital, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4.- Iniciada a etapa competitiva, será considerado como primeiro lance, a proposta inicial de menor preço.

8.5.- As licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

8.6.- As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras da sua aceitação.

8.7.- A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.

8.8.- Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema eletrônico.

8.9.- Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 160
Mov. 13
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 791
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

real, do valor do menor lance registrado sem a identificação do detentor do lance.

8.10.- Os lances registrados serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante e não será possível cancelá-los ou invalidá-los.

8.11.- Serão desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista neste Edital.

8.12.- No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.

8.13.- Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do pregoeiro às participantes.

8.14.- A licitante deve acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.15.- A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro, mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual, será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.16.- Encerrada a etapa de lances, caso haja licitante que se enquadre como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que tenha apresentado lance até 5% (cinco por cento) superior ao da licitante de proposta de menor preço, desde que esta também não se enquadre como microempresa ou empresa de pequeno porte, ser-lhe-á dada oportunidade de, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos, ofertar nova proposta que deverá ser inferior à de menor preço.

8.17.- No caso de equivalência entre lances ofertados por ME e EPP que se encontrem no intervalo referido item anterior, o sistema realizará sorteio entre as empresas para identificar a que exercerá o direito de preferência para oferta de novo lance.

8.18.- Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas em ordem crescente de valor, será verificada a aceitabilidade da proposta melhor classificada.

8.19.- O Pregoeiro poderá negociar com a licitante, para que seja obtida redução de preço.

8.20.- Após a negociação com o pregoeiro e a manifestação deste, a licitante autora da melhor proposta deverá enviar, através de e-mail, no prazo de 30 (trinta) minutos, a proposta de preço atualizada, conforme modelo constante no Anexo III.

8.21.- Se a proposta mais bem classificada não for aceita, se a licitante não enviar os documentos de habilitação no prazo previsto no item 10.1.-, ou, ainda, se a licitante não atender às exigências de habilitação ou demais condições do Edital e seus anexos, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta adequada, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

8.22.- Não havendo manifestação motivada de intenção de recurso, conforme previsto no item 11.1.- e constatado o atendimento pleno às exigências Editalícias, será adjudicado o objeto licitado a licitante declarada vencedora.

8.23.- Da sessão pública eletrônica do pregão, será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das informações inseridas no sistema pelo

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 161
Mov. 13
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 792
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

Pregoeiro e pelas licitantes, das propostas apresentadas na ordem de classificação e dos eventuais recursos interpostos.

8.24.- Caso haja necessidade de suspensão da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, ficando intimadas, no mesmo ato, as licitantes participantes.

8.25.- Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste Edital e seus anexos, a proposta será desclassificada.

8.26.- Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital e seus anexos.

9. CRETÉRIO DE JULGAMENTO – TAXA ADMINISTRAÇÃO

9.1.- A Taxa de Administração máxima admissível para esta licitação é de 1,00% (um por cento), em conformidade com pesquisa de mercado realizada pelo PALCOPARANÁ, anexa ao processo.

9.2.- A proposta vencedora será aquela que oferecer a menor Taxa de Administração para o benefício, independentemente da modalidade.

9.3.- A Taxa de Administração deverá ser proposta em percentual, podendo ser positiva, zero ou negativa com duas casas decimais, que será aplicado sobre o valor que será consignado nos cartões, conforme ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO.

9.4.- O valor a ser cadastrado no sistema licitacoes-e, no campo “Valor total do lote”, deverá ser o resultado obtido da aplicação do percentual de Taxa de Administração sobre o valor hipotético de R$ 100,00. Assim, exemplificando:

a) Se a licitante ofertar 1,00% (um por cento) de Taxa de Administração, o valor a lançar no campo “Valor total do lote”, constante da tela ENTREGA DA PROPOSTA/ DECLARAÇÕES do sistema licitacoes-e, será de R$ 101,00 (cento e um reais);

b) Se a licitante ofertar 0,00% (zero) de Taxa de Administração, o valor a lançar no campo “Valor total do lote”, constante da tela ENTREGA DA PROPOSTA/DECLARAÇÕES do sistema licitacoes-e, será de R$ 100,00 (cem reais);

c) Se a licitante ofertar percentual negativo de 1,00% (um por cento) de Taxa de Administração, isto é, percentual de desconto, o valor a lançar no campo “Valor total do lote”, constante da tela ENTREGA DA PROPOSTA/DECLARAÇÕES do sistema licitacoes-e, será de R$ 99,00 (noventa e nove reais).

9.5.- Deverão estar incluídos, no valor de cada encomenda mensal, todos os custos diretos e indiretos para a entrega do objeto da contratação, inclusive as despesas com transportes, materiais, mão de obra, especializada ou não, seguros em geral, equipamentos, ferramentas, custos de emissão dos cartões, sejam eles 1ª via, mudanças de tipo de benefício (vale-alimentação para vale-refeição ou vice-versa), custo de instalação de equipamentos de carga e recarga de créditos, encargos da legislação social, trabalhista e previdenciária, por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de taxas, regulamentos e impostos municipais, estaduais e federais, entre outros que sejam necessários para a execução total e completa do objeto da contratação, sem que caiba à contratada, em qualquer caso, direito regressivo em relação ao PALCOPARANÁ.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 162
Mov. 13
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 793
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

10. HABILITAÇÃO

10.1.- Após o envio da Proposta atualizada e da manifestação do Pregoeiro, a licitante vencedora deverá enviar os documentos discriminados no Anexo III – Relação dos Documentos de Habilitação, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar do encerramento do pregão, sob pena de invalidação do respectivo ato de habilitação e a aplicação das penalidades cabíveis.

10.2.- Os documentos deverão ser encaminhados em suas vias originais ou cópias autenticadas, via correspondência ou entregue pessoalmente no seguinte endereço:

PALCOPARANÁ

A/C Sr. Pregoeiro

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2019 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Rua XV de Novembro, 971, Centro, Curitiba – PR, CEP 80060-000

(Nome da empresa licitante) (Endereço, Telefone e e-mail da empresa licitante)

10.3.- O prazo para envio dos documentos de habilitação poderá ser prorrogado a critério do Pregoeiro.

10.4.- As declarações deverão ser assinadas pelo representante legal da empresa, e poderão ser objeto de diligências do Pregoeiro e equipe de apoio, nos termos do §3º do art. 85 da Lei 15.608/2007.

10.5.- As ME e EPP, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

10.6.- Em se tratando de ME ou EPP, havendo alguma restrição na comprovação fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para o envio da documentação regularizada, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

10.7.- A não apresentação dos documentos, ou a falta de regularização implicará na declaração de inabilitado da licitante e sua desclassificação, assim como a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/02.

9.8.- Os vícios, de ordem formal serão analisados e julgados pelo Pregoeiro, nos estritos termos do art. 85 da Lei 15.608/2007, podendo ser saneados e corrigidos, se não infringirem a nenhuma norma legal ou disposição constante deste edital ou, ainda, se a licitante puder satisfazer as demais exigências editalícias no prazo fixado por este instrumento convocatório.

10.9.- As demais licitantes somente serão chamadas à apresentação de documentos de habilitação, para assinatura do contrato, na ordem de classificação, se a vencedora for declarada inabilitada.

11. RECURSOS

11.1.- Declarada a vencedora, ou se a mesma for declarada fracassada, qualquer licitante, inclusive aquelas que não participaram da disputa por desclassificação de proposta, poderão manifestar intenção de recurso através do sistema licitacoes-e no

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 163
Mov. 13
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 794
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

11.2.- Ao fornecedor que manifestou a intenção de recurso, dentro do prazo definido neste Edital, será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

11.3.- As razões e contrarrazões dos recursos deverão ser protocoladas na sede do PALCOPARANA, indicada no item 10.2.-, nos prazos previstos no Edital.

11.4.- A interposição de recurso devidamente motivado, por qualquer licitante, inclusive aquela que venha a ser desclassificada antes da disputa, ocorrerá somente depois de declarada a vencedora pelo Pregoeiro.

11.5.- A falta de manifestação motivada da intenção de recorrer por parte da licitante implicará decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da Licitação pelo pregoeiro a vencedora.

11.6.- A impugnação ou o recurso interposto em desacordo com as condições deste Edital não será conhecido.

11.7.- O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.8.- Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, atendidos os requisitos do Edital, a autoridade competente homologará a Licitação.

12. CONTRATAÇÃO

12.1.- A contratação decorrente desta Licitação será formalizada mediante assinatura de contrato, conforme minuta constante no Anexo VIII, observado o Termo de Referência, o qual terá prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado mediante aditamento, a critério do PALCOPARANÁ, observados os limites impostos no artigo 103, II da Lei Estadual 15.608/07.

12.2.- A assinatura do instrumento contratual deverá ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da data da homologação da Licitação.

12.3.- O prazo de convocação poderá ser prorrogado, uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo PALCOPARANÁ.

12.4.- É facultado ao PALCOPARANÁ, quando a vencedora não comparecer no prazo estipulado no item 12.2.-, ou não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato, ou ainda, recusar-se a assiná-lo injustificadamente, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observado o disposto no item 14 do Edital.

12.5.- Caso a licitante remanescente, observada a ordem de classificação, não aceite a contratação nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, não serão aplicadas as sanções previstas no item 14 do Edital.

12.6.- Decorrido o prazo das propostas previsto no item 6.4.- sem a convocação para a contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 164
Mov. 13
PROTOCOLO
Fls. 795
Mov. 57
INTEGRADO DO ESTADO

13. DA FONTE DE RECURSOS

13.1.- As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta do PALCOPARANÁ, cujos recursos financeiros são disponibilizados por força do contrato de gestão assinado com o Estado do Paraná (denominação dada pela Lei n.º 18.381, de 15/12/2014), tendo como intermediário o Centro Cultural Teatro Guaíra.

13.2.- Para atendimento ao pagamento para este contrato, conta-se com a dotação orçamentária disponibilizada através do Orçamento do Projeto Atividade n.º 4448 – Gerenciamento do Contrato de Gestão com PALCOPARANÁ, dotação 05132.5132.13.392.15.4448.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1.- As licitantes estarão sujeitas às penalidades administrativas consignadas na Lei 8.666/93 e na Lei Estadual 15.608/07, não obstante as sanções previstas em contrato.

14.2.- A licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida no certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o PALCOPARANÁ, sendo facultado o registro da ocorrência nos sistemas oficiais de cadastramento de fornecedores.

14.3.- Em caso de atraso na entrega ou na execução do objeto ou na hipótese de não aceitação do mesmo, poderá o PALCOPARANÁ, a seu exclusivo critério, aplicar a licitante vencedora multa de 1% (um por cento) calculada sobre o valor mensal da Ordem de Fornecimento ou do Instrumento Contratual, por dia de atraso ocorrido, até o limite máximo de 30% (trinta por cento). Na hipótese de o atraso persistir por mais de 30 (trinta) dias, poderá o PALCOPARANÁ, a seu critério, considerar cancelada a Ordem de Fornecimento ou Instrumento Contratual, sem prejuízo da multa e de ressarcimento por eventuais perdas e danos verificados.

14.4.- Sem prejuízo das penalidades legalmente previstas, o Pregoeiro poderá desqualificar a licitante ou desclassificar a proposta comercial, podendo o PALCOPARANÁ rescindir o instrumento contratual, sem que isto gere direitos indenizatórios ou de reembolso, caso tome conhecimento de fato ou circunstância que desabone a idoneidade comercial ou afete a capacidade financeira, técnica ou jurídica da licitante.

14.5.- O Pregoeiro poderá reconsiderar a punição aplicada, ou fazer subir o recurso à autoridade competente, devidamente informado, que decidirá pelo seu provimento ou não.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1.- A licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus anexos, pois a simples participação no certame implica aceitação incondicional de seus termos, bem como representa o conhecimento integral do objeto em Licitação, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.

15.2.- No caso de eventual divergência entre o Edital de Licitação e seus anexos, prevalecerão as disposições do primeiro.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 165
Mov. 13
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 796
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

15.3.- O PALCOPARANÁ reserva a si o direito de revogar a presente Licitação por razões de interesse público ou anulá-la, no todo ou em parte, por vício ou ilegalidade, nos termos do artigo 91 da Lei Estadual 15.608/07, bem como prorrogar o prazo para abertura da sessão.

15.4.- É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

15.5.- O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que sejam possíveis a aferição de sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da audiência pública do pregão. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados.

15.6.- Todas as questões omissas concernentes a esta licitação e à execução de seu objeto serão dirimidas pelo Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio.

ANEXOS:

São partes integrantes do presente Edital os seguintes Anexos:

ANEXO I – Termo de referência;

ANEXO II – Modelo da Proposta

ANEXO III – Relação dos Documentos de Habilitação

ANEXO IV - Modelo de Declaração de não utilização de mão de obra de menores e de inexistência de fato impeditivo;

ANEXO V - Modelo de Declaração de cumprimento ao Decreto n.º 6.252/06;

ANEXO VI - Declaração de EPP e ME;

ANEXO VII - Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação;

ANEXO VIII - Modelo de Minuta de Contrato.

=> O funcionário que subscreve este edital e seus anexos atesta que observou integralmente a Minuta.

Funcionário: André Luís Diener
Cargo: Assessor Técnico Especial

Curitiba - PR, xx de julho de 2019.

Equipe de Apoio

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 166
Mov. 13
PROTOCOLO
Fls. 797
Mov. 57
INTEGRADO DO ESTADO

EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO - Minuta
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO
FORNECIMENTO DE VALE-ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO ATRAVÉS DE CARTÃO COM CHIP ELETRÔNICO DE SEGURANÇA

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO N.º xx/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO

1. OBJETO:

1.1.- A contratação de Prestação serviços de empresa especializada no gerenciamento, emissão, distribuição, administração do benefício, fornecimento de documentos de legitimação, na forma de cartão Alimentação/Refeição eletrônico, magnético, ou de similar tecnologia, em PVC, com chip de segurança, com recargas mensais, sistema de controle de saldo e senha pessoal e intransferível, para validação das transações pelo usuário, na rede de estabelecimentos comerciais credenciados (que a empresa licitante mantenha convênio), no ato da aquisição dos gêneros alimentícios ou das refeições, para serem utilizados pelos empregados efetivos e comissionados do PALCOPARANÁ.

2. JUSTIFICATIVA:

2.1.- A contratação do gerenciamento dos créditos de alimentação / refeição se faz necessário em atendimento a benefício concedido aos colaboradores por força da Convenção Coletiva de Trabalho, firmada pelo SECRASO/SENALBA-PR que representam as categorias profissionais dos empregados da Instituição, bem como, em observância à legislação trabalhista.

3. CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS:

3.1.- O auxílio deverá ser fornecido por meio de cartões magnéticos e/ou eletrônicos, com tecnologia de chip e sistema de controle de saldo.

3.2.- O cartão deverá ser entregue bloqueado. O desbloqueio deverá ser efetuado pelo usuário do cartão através de central de atendimento eletrônico disponibilizado pela contratada, por meio de senha pessoal e intransferível, por questões de segurança.

3.3.- O cartão deverá ter validade mínima de 12 (doze) meses, contados de sua emissão.

3.4.- A validação das transações, realizadas pelo usuário, deverão ocorrer no ato da aquisição/efetivação da compra nos estabelecimentos comerciais credenciados.

3.5.- Os cartões deverão ser entregues personalizados aos usuários, com nome do usuário, razão social, validade, conforme disposto na legislação aplicável, (art. 17 da portaria 03 de 1º de março de 2002 do Ministério do Trabalho e Emprego) dentro de envelope lacrado, individualizado.

3.6.- Os cartões deverão possibilitar a utilização do benefício na aquisição de gêneros alimentícios, em ampla e abrangente rede de estabelecimentos afiliados (Hipermercados, Supermercados, Mercados, Restaurantes, Lanchonetes, Mercearias, Açougues, Frutarias, Peixarias, Padarias, etc), de acordo com o definido na legislação que regulamenta o PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador.

3.7.- A Contratada deverá disponibilizar um manual básico de utilização aos usuários.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 167
Mov. 13
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 798
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

3.8.- A primeira emissão de cartões deverá ocorrer em até 10 (dez) dias contados a partir da data da assinatura do contrato.

3.9.- A inclusão de novos beneficiários poderá ser efetuada a qualquer tempo pelo PALCOPARANÁ, diretamente no site da contratada ou com o arquivo de pedidos mensal, devendo em qualquer caso, as informações serem carregadas para a base de dados da CONTRATADA, de forma automática, ficando a disposição do PALCOPARANÁ consultas e ou alterações.

3.10.- A Contratada deverá disponibilizar os créditos referentes aos cartões por sistema eletrônico diretamente no cartão.

3.11.- A disponibilização dos créditos deve ocorrer de forma eletrônica, nas datas agendadas pelo PALCOPARANÁ, e a entrega dos cartões aos empregados deve ocorrer em até 05 (cinco) dias úteis após a solicitação formalizada.

3.12.- Os custos da emissão, fornecimento e entrega dos cartões, assim como os de manutenção do sistema informatizado e quaisquer outras despesas, deverão estar inclusos na taxa de administração contratada, não implicando quaisquer ônus extras para o PALCOPARANÁ ou para os beneficiários.

3.13.- A CONTRATADA deverá isentar a taxa de emissão do cartão, bem como a de reemissão.

3.14.- A CONTRATADA responsabilizar-se-á por quaisquer danos decorrentes de clonagem ou outro meio que inviabilize a utilização correta dos cartões, devendo repor os créditos existentes quando da informação e constatação do uso indevido, devendo a contratada dispor de meios tecnológicos de segurança tornando a utilização segura ao usuário.

4. DO SISTEMA INFORMATIZADO DE GERENCIAMENTO DOS BENEFÍCIOS:

4.1.- A CONTRATADA deverá disponibilizar via Internet, um sistema acessível que permita as seguintes operações:

4.1.1.- Funcionalidades ao PALCOPARANÁ:

- Inclusão/exclusão/consulta de beneficiários e seus dados (nome, CPF, tipo do benefício, número do cartão, tipo e valor do benefício).
- Alteração de cadastro da empresa.
- Alteração de cadastro do beneficiário, (nome, CPF, tipo do benefício, número do cartão, tipo e valor do benefício).
- Solicitação de cartões.
- Bloqueio de cartões.
- Solicitação de remissão de cartões.
- Envio de arquivo de pedidos de créditos, em formato.doc, .pdf, .xls, informando nome, cpf, valor, tipo de benefício.
- Solicitação de pedidos individualmente, para profissional específico e em determinado valor.
- Exclusão e alteração do benefício.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 168
Mov. 13
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 799
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

- Acompanhamento do status das solicitações.
- Reversão de créditos, sendo disponibilizados ao PALCOPARANÁ efetuar estorno de valores já creditados.
- Consulta e emissão de relação atualizada da rede de estabelecimentos conveniados.

4.1.2.- Funcionalidades a ser disponibilizadas aos usuários/beneficiários do PALCOPARANÁ:

- Alteração de senha.
- Bloqueio de cartão.
- Solicitação de remissão de cartão.
- Emissão de extrato detalhado com a data, valor dos créditos e dos débitos e locais de utilização.
- Consulta e emissão de relação atualizada da rede de estabelecimentos comerciais conveniados.

4.2.- A CONTRATADA deverá permitir a manutenção dos créditos já disponibilizados ao usuário, na hipótese dele deixar de integrar o sistema de cartão ou ter suspensa sua participação por qualquer motivo. A manutenção deverá se dar no período mínimo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da última disponibilização, não podendo haver o bloqueio do cartão.

5. SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CLIENTE:

5.1.- A contratada deverá disponibilizar serviço de atendimento ao cliente (SAC) 24 (vinte e quatro) horas por dia, por meio telefônico, para serviço de bloqueio e desbloqueio de cartões, bem como consulta de saldos. O serviço deverá ser disponibilizado através de discagem direta gratuita.

5.2.- Para atendimento, a identificação do usuário/beneficiário junto ao serviço ao Cliente, será mediante dados do cartão ou CPF do usuário/beneficiário, sem que seja necessário informar dados sobre o PALCOPARANÁ.

6. DOS ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS:

6.1.- Mínimo de 10 (dez) estabelecimentos (supermercados/mercados) e 03 (três) redes de hipermercados em toda a cidade, e, no mínimo 02 (dois) estabelecimentos num raio de 2km de distância da sede do PALCOPARANÁ (Item 2).

6.2.- A rede credenciada deverá ser demonstrada até a data de assinatura do Contrato, cujo descumprimento será motivo para desclassificação.

6.3.- A contratada deverá comprovar, sempre que solicitado pelo PALCOPARANÁ, uma lista com a rede de estabelecimentos credenciados, com respectivos endereços, razão social e telefone.

6.4.- Durante a vigência do contrato, a CONTRATADA deverá disponibilizar e manter, a rede de estabelecimentos credenciados, buscando inclusão de novos estabelecimentos, a fim de ampliar e melhorar o atendimento dos usuários do cartão-alimentação/refeição.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 169
Mov. 13
PROTOCOLO
Fls. 800
Mov. 57
INTEGRADO DO ESTADO

7. ESTIMATIVA DOS BENEFICIÁRIOS E VALORES DOS BENEFÍCIOS:

Beneficiários	Valor diário do benefício	Estimativa de beneficiários (cartões)	Valor total mensal estimado	Valor total anual estimado
Funcionários	R$ 16,00	72	R$ 25.344,00	R$ 304.128,00

7.1.- Os valores podem variar dependendo do número de beneficiários, (caso ocorra posse de novos servidores ou exonerações) e também alteração do valor do benefício fixado em Convenção Coletiva de Trabalho.

7.2.- Os Funcionários que realizam jornada de 04h/dia receberão 50% (cinquenta por cento) do valor diário do benefício.

8. PROPOSTAS:

8.1.- A taxa de administração devera ser proposta em percentual, com duas casas decimais, que será aplicada sobre o valor consignado nos cartões, conforme Anexo II deste Termo – Modelo De Proposta De Preço.

8.2.- A proposta vencedora será aquela que oferecer a menor Taxa de Administração para o benefício, independentemente da modalidade, observada a taxa máxima admissível, de acordo com o item 9 do presente termo.

8.3.- O valor a ser cadastrado no sistema licitacoes-e, no campo “Valor Total do Lote”, deverá ser aquele obtido com o resultado da aplicação do percentual referente à taxa de administração sobre o valor hipotético de R$ 100,00 (cem reais), conforme item 9.4.- do Edital.

8.4.- Não poderão ser cobradas tarifas para emissão, reemissão, entrega, ou demais taxas, devendo toda e qualquer tipo de despesa estar compreendida no valor proposto a título de taxa de administração.

8.5.- O valor da segunda via deverá estar explicitado na proposta da licitante, sob pena de não ser considerada, caso a licitante seja vencedora da licitação.

8.6.- O valor desta taxa não será julgado como vantagem, uma vez que não integra o preço dos serviços, já que quem pagará pela 2ª via será o empregado que solicitar, em caso de perda, roubo, extravio.

9. TAXA MÁXIMA ADMISSÍVEL:

9.1.- A taxa máxima admissível para esta licitação é de 1% (um por cento), em conformidade com a pesquisa de mercado realizada pelo PALCOPARANÁ, anexa ao processo.

10. HABILITAÇÃO:

10.1.- Apresentação de atestado de capacidade técnica a ser expedido por pessoa jurídica do direito público ou privado, que comprove a prestação de serviços fornecidos compatíveis ao objeto deste termo de referência.

10.2.- Certidão que comprove o devido credenciamento, em vigência, no PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), do Ministério do Trabalho.

10.3.- Apresentação de demais documentos que comprovem a regularidade jurídica,

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

fiscal, trabalhista e econômico-financeira.

Fls. 170
Mov. 13
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 801
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

11. PAGAMENTO:

11.1.- O valor referente aos benefícios pagos aos empregados do PALCOPARANÁ e a taxa de administração serão quitados em até 05 (cinco) dias após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que esta esteja de acordo com os créditos consignados e a taxa de administração/emissão estabelecida na proposta de preços.

11.2.- O PALCOPARANÁ efetuará o pagamento dos valores mencionados no item 11.1 em parcelas mensais e sucessivas ou conforme solicitação.

11.3.- A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela CONTRATADA, obrigatoriamente com o número do CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e da proposta, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo aqueles de filiais e da matriz.

11.4.- As notas fiscais deverão ser enviadas para o seguinte endereço eletrônico: administrativo@palcoparana.org ou outro endereço a ser informado pela CONTRATANTE à CONTRATADA.

11.5.- O pagamento não isentará a CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações.

11.6.- Em caso de divergência entre o objeto da presente licitação e a Nota Fiscal/Fatura, todas as responsabilidades e possíveis custos gerados com a adequação do documento ficarão a cargo da CONTRATADA, e o prazo para pagamento será interrompido, reiniciando sua contagem a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura correta, caso em que não será devida nenhuma atualização financeira.

11.7.- O valor da contratação será composto de 02 (duas) parcelas, sendo uma, referente à remuneração dos serviços prestados (taxa de emissão e taxa de administração) e outra decorrente dos repasses dos valores, por meio de créditos inseridos nos cartões emitidos aos usuários.

11.8.- O PALCOPARANÁ estará eximido de cumprir os itens relativos às compensações financeiras nos casos em que a CONTRATADA houver concorrido direta ou indiretamente para a ocorrência do atraso.

11.9.- Os tributos, contribuições fiscais e parafiscais, bem como quaisquer outras despesas necessárias à execução dos serviços são de responsabilidade da CONTRATADA, podendo o PALCOPARANÁ exigir, a qualquer tempo, a comprovação de sua regularidade.

11.10.- A presente contratação será para fornecimento, sob demanda, de acordo com a necessidade do PALCOPARANÁ, não sendo esta obrigada a adquirir o valor total estimado. Portanto a empresa CONTRATADA não terá direito adquirido sobre o fornecimento do valor total estimado mensal de crédito.

11.11.- Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção dos tributos na fonte, de acordo com a Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 171
Mov. 13
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 802
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

12. <u>PRAZO DE VIGÊNCIA</u>:

12.1.- O prazo do presente contrato de prestação dos serviços terá a vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado ou modificado através de Termo Aditivo, nos termos do Artigo 103, II da Lei 15.608/07.

12.2.- O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93.

13. <u>OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA</u>:

13.1.- A CONTRATADA deverá prestar os serviços em compatibilidade com o contrato, observada as disposições da proposta, do Edital e do Termo de Referência.

13.2.- Para a execução dos serviços, a empresa CONTRATADA deverá fornecer todos os materiais necessários ao seu atendimento.

13.3.- Atender prontamente a exigências do PALCOPARANÁ, referentes ao objeto da presente contratação.

13.4.- É de responsabilidade da CONTRATADA todos os encargos e despesas necessárias à consecução dos serviços, objeto da presente contratação, bem como obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, ficando a CONTRATANTE isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos, inclusas demais obrigações tributárias e acessórias para dar cumprimento ao Contrato. Também é de responsabilidade da CONTRATADA arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades causadas ao PALCOPARANÁ e/ou a terceiros, provocados por ineficiência, irregularidades, negligência cometidas na execução do Contrato.

13.5.- A CONTRATADA deverá manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão em hipótese alguma qualquer relação de emprego com esta instituição.

13.6.- A CONTRATADA deverá, durante toda a execução do contrato, manter a compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório, sob pena de rescisão por descumprimento contratual.

13.7.- A CONTRATADA deverá comprovar sempre que solicitado, que está cumprindo a legislação em vigor, quanto às obrigações assumidas na licitação, como encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários e fiscais.

13.8.- A CONTRATADA não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência e concordância do PALCOPARANÁ.

13.9.- Não será permitida a subcontratação.

13.10.- Será admissível a continuidade do contrato quando houver fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com outra pessoa jurídica, desde que:

a) Sejam observados pela pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original.

b) Sejam mantidas as cláusulas e condições contratuais.

c) Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência do PALCOPARANÁ.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 172
Mov. 13
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 803
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

d) A alteração subjetiva a que se refere este item deverá ser feita por termo aditivo ao contrato.

13.11.- A CONTRATADA deverá apresentar comprovante de registro no PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador (Lei nº 6.321/1976), e conformidades com as Leis Trabalhistas vigentes.

13.12.- A CONTRATADA deverá realizar a comprovação de capacidade técnica, através de atestado, onde conste o desempenho da licitante, fornecido por empresas, em papel timbrado e identificação do atestante.

13.13.- A CONTRATADA deverá realizar a manutenção de nutricionistas em seu quadro de empregados no Estado do Paraná, caso possua filial ou matriz no Paraná, com a finalidade de fiscalizar as condições dos estabelecimentos credenciados.

13.14.- A CONTRATADA deverá promover a sinalização por adesivos e selos identificadores e outros serviços de apoio e logística que otimizem e facilitem o uso pelos beneficiários da sua rede de estabelecimentos credenciados/conveniados.

13.15.- A CONTRATADA deverá garantir o sigilo das informações pessoais dos usuários sendo vedada a utilização dos dados para qualquer outro fim que não seja o previsto nesta licitação.

13.16.- O reembolso aos estabelecimentos credenciados é de inteira responsabilidade da CONTRATADA, que deverá ser feito pontualmente, durante o período da sua validade, independente da vigência do contrato, ficando claro que o PALCOPARANÁ não responderá por esse reembolso.

13.17.- O PALCOPARANÁ poderá solicitar a comprovação do reembolso à rede credenciada a qualquer momento, a partir do início da contratação. O não atendimento pela CONTRATADA poderá acarretar em penalidades contratuais.

14. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE:

14.1.- O PALCOPARANÁ, por seus representantes, deverá fornecer informações necessárias à perfeita execução do objeto contratado, bem como deverá efetuar os pagamentos nas datas e condições estabelecidas, conforme item 11.1.

15. PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO:

15.1.- A fiscalização na entrega e controle referente à quantidade e qualidade da prestação dos serviços será de competência e responsabilidade do PALCOPARANÁ.

16. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

16.1.- As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta do PALCOPARANÁ, cujos recursos financeiros são disponibilizados por força do contrato de gestão assinado com o Estado do Paraná (denominação dada pela Lei n.º 18.381, de 15/12/2014), tendo como intermediário o Centro Cultural Teatro Guaíra.

16.2.- Para atendimento ao pagamento para este contrato, conta-se com a dotação orçamentária disponibilizada através do Orçamento do Projeto Atividade n.º 4448 – Gerenciamento do Contrato de Gestão com PALCOPARANÁ, dotação 05132.5132.13.392.15.4448.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 173
Mov. 13
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 804
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

17. <u>SANÇÕES ADMINISTRATIVAS</u>:

17.1.- Pela inexecução total ou parcial do Contrato, o **PALCOPARANÁ**, poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA**, as sanções previstas no artigo 147 e seguintes da Lei 15608/07 e/ou artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

18. <u>LOCAL DA ENTREGA DOS CARTÕES</u>:

Rua XV de Novembro, 971, Centro, Curitiba – PR, CEP 80060-000.

Curitiba, xx de Julho de 2019

Nicole Lemanczyk
Diretora Administrativa Financeira
PALCOPARANA

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 174
Mov. 13
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 805
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO - Minuta
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO
FORNECIMENTO DE VALE-ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO ATRAVÉS DE CARTÃO COM CHIP ELETRÔNICO DE SEGURANÇA

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º xx/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO

Curitiba, de de 2019.

Ao Serviço Social Autônomo PALCOPARANÁ,

Rua XV de Novembro, 971, Centro,

Curitiba–PR

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO 01/2019

Prezados Senhores:

Apresentamos, a seguir, nossa proposta de preço, base JULHO 2019, elaborada em conformidade com as especificações contidas no edital em referência:

1. OBJETO, ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS E PREÇO PROPOSTO- LOTE ÚNICO

VALOR GLOBAL(VG) = R$ xxx,xx (xxxx reais e xx centavos)

Sendo VG =

Valor Mensal de Créditos (VMC)	Nº de Funcionários (NF)	Taxa de Administração (TA)	Meses (M)
R$ 352,00	72	X,XX%	12

TOTAL DO CONTRATO = VMC x NF x (1+TA) x 12

Obs.: A taxa de administração poderá ser negativa (desconto), igual a zero, ou positiva, contudo não poderá ser superior a 1%.

2. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

O prazo de validade da presente proposta é de 90 (noventa) dias contados da data da disputa.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 175
Mov. 13
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 806
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

3. <u>IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE</u>

Nome ou razão social:

CNPJ/MF nº:

Endereço completo (logradouro, nº, bairro, cidade, Estado):

Fone/Fax Endereço eletrônico:

Nome do representante da empresa indicado para contato:

Cargo:

Fone/Fax E-mail:

A presente proposta foi elaborada com estrita observância às exigências do edital do Pregão Eletrônico em referência e seus anexos, e foram considerados os custos diretos e indiretos inclusive frete, tributos e/ou taxas, impostos e etc.

O prazo de entrega do serviço será de no máximo 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço, pela CONTRATADA, conforme as condições descritas neste Edital.

Local e data

(nome da proponente e

nome/RG/assinatura de seu representante legal ou de seu procurador)

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 176
Mov. 13
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 807
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO - Minuta
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO
FORNECIMENTO DE VALE-ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO ATRAVÉS DE CARTÃO COM CHIP ELETRÔNICO DE SEGURANÇA

ANEXO III - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º xx/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO

A licitante arrematante deverá encaminhar ao Serviço Social Autônomo **PALCOPARANÁ** no prazo máximo de 03 (três) dias úteis após o encerramento da disputa, com a finalidade de comprovar a habilitação jurídica, a qualificação técnica, a qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art.7º da Constituição Federal os seguintes documentos:

1. PROPOSTA:

1.1 Planilha de custos com especificação detalhada e preço unitário, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, contendo, no máximo duas casas após a vírgula (anexo II).

2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

2.1 Apresentar um dos documentos a seguir, de acordo com o regime jurídico da proponente:

a) registro comercial, no caso de empresa individual;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores.

2.2 A comprovação do Ato Constitutivo em vigor poderá ser feita mediante apresentação do Contrato Social, ou do Estatuto, acompanhado de todas as alterações posteriores, se houver, ou pelo Contrato Consolidado acompanhado das alterações posteriores, se houver ou, ainda, pela Certidão Simplificada da Junta Comercial.

3. REGULARIDADE FISCAL:

3.1 Apresentar os documentos a seguir, em plena validade na data de abertura da licitação:

a) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

b) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual ou do Distrito Federal, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos com os Tributos e Contribuições Estaduais ou do Distrito Federal do domicílio da licitante;

c) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação Certidão Negativa de Débitos com os Tributos e Contribuições Municipais (exceto Imobiliários) do domicílio da licitante;

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 177
Mov. 13
INTEGRADO DO ESTADO
PROTOCOLO
Fls. 808
Mov. 57
INTEGRADO DO ESTADO

d) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) expedido pela Caixa Econômica Federal;

e) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral ou prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ/MF da licitante;

f) prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, na forma da Lei Federal nº 12.440/11.

4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

4.1 Certidão Negativa de Falência, ou Certidão Negativa de Insolvência Civil e/ou Execução Patrimonial Concursal, expedida pelo cartório distribuidor do domicílio da proponente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias anteriores da data fixada para abertura do presente Pregão.

4.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação econômico-financeira da empresa que será extraída do balanço patrimonial, mediante cálculo dos seguintes índices:

Índice de liquidez Corrente (ILC) igual ou superior a 1,0 (um) apurado pelo quociente:

$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Índice de liquidez Geral (ILG) igual ou superior a 1,0 (um) apurado pelo quociente:

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a longo prazo}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a longo prazo}}$$

Grau de endividamento (GE) igual ou inferior a 0,80 (zero vírgula oitenta) apurado pelo quociente:

$$GE = \frac{\text{Passivo Circulante + Exigível a longo prazo}}{\text{Ativo Total}}$$

a) O cálculo dos índices deverão ser apresentados pela proponente por meio de declaração assinada por responsável pela empresa e pelo contador.

5. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal

- Declaração firmada pela proponente de que não possui, em seu quadro funcional, menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e nem menor de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

aprendiz, a partir dos catorze anos (modelo do Anexo IV).

Fls. 178
Mov. 13
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 809
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

- DOCUMENTO COMPLEMENTAR
- Declaração de que se encontra desimpedida de participar da licitação, obrigando-se ainda, a declarar, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo da habilitação (modelo do Anexo IV).
- Declaração de cumprimentos dos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, de acordo com o Decreto nº 6252 de 22 de Março de 2006 (anexo V).
- Declaração de enquadramento no regime de microempresa ou empresa de pequeno porte de acordo com Modelo (Anexo VI) quando cabível.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 179
Mov. 13
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 810
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO - Minuta
PREGÃO ELETRÔNICO N.º xx/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO
FORNECIMENTO DE VALE-ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO ATRAVÉS DE CARTÃO COM CHIP ELETRÔNICO DE SEGURANÇA

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ARTIGO 27, INCISO V, DA LEI Nº 8.666/93
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO

DECLARAÇÃO

A (empresa) ,inscrita no CNPJ/MF sob o nº , participante do Pregão Eletrônico 01/2019, declara para os devidos fins, sob as penas da Lei, que:

1) não utiliza mão de obra direta ou indireta de menor de 18 (dezoito) anos para realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determinação constitucional e Lei nº 9.854/99;

2) inexistem fatos impeditivos para a habilitação desta empresa na presente licitação e não pesa contra a mesma declaração de inidoneidade expedida por Órgão da Administração Pública, estando ciente da obrigatoriedade de declarar a ocorrência de fatos supervenientes, conforme art. 32, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

Local e data

(nome da proponente e

nome/RG/assinatura de seu representante legal ou de seu procurador)

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 180
Mov. 13
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 811
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO - Minuta
PREGÃO ELETRÔNICO N.º xx/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO
FORNECIMENTO DE VALE-ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO ATRAVÉS DE CARTÃO COM CHIP ELETRÔNICO DE SEGURANÇA

ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DECRETO ESTADUAL nº 6252/2006
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO

DECLARAÇÃO

*A (empresa)*_ _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº___, participante do Pregão Eletrônico **01/2019**, declara para os devidos fins, sob as penas da Lei, que:

1) Atende e subordina-se aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade sócio-ambiental, previstos no Decreto Estadual nº 6252, 22/03/2006 e nas demais normas legais de proteção ao meio ambiente.

Local e data

(nome da proponente e

nome/RG/assinatura de seu representante legal ou de seu procurador)

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 181
Mov. 13
PROTOCOLO
Fls. 812
Mov. 57
INTEGRADO DO ESTADO

EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO - Minuta
PREGÃO ELETRÔNICO N.º xx/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO
FORNECIMENTO DE VALE-ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO ATRAVÉS DE CARTÃO COM CHIP ELETRÔNICO DE SEGURANÇA

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO

DECLARAÇÃO

A (empresa) _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº ___ _____, Inscrição Estadual nº _____, com sede localizada no endereço ___ _____, por intermédio de seu representante legal Sr(a) _____, RG , CPF _____, declara, sob sanções administrativa cabíveis e sob as penas da lei, ser (microempresa ou empresa de pequeno porte) nos termos da legislação em vigor, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no parágrafo 4º do Artigo 3º da Lei Complementar nº123/06.

1) ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER ACOMPANHADA DA CERTIDÃO EXPEDIDA PELA JUNTA COMERCIAL, conforme artigo 8º da Instrução Normativa nº 103 de 30/04/2007 - DNRC - Departamento Nacional de Registro no Comércio.

Local e data

(nome da proponente e

nome/RG/assinatura de seu representante legal ou de seu procurador)

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 182
Mov. 13
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 813
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO - Minuta
PREGÃO ELETRÔNICO N.º xx/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO
FORNECIMENTO DE VALE-ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO ATRAVÉS DE CARTÃO COM CHIP ELETRÔNICO DE SEGURANÇA

ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO AO PREGÃO ELETRÔNICO N.º xx/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO

PREGÃO ELETRÔNICO: xx/2019
TIPO: MENOR PREÇO
REGIME DE CONTRATAÇÃO: MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

A Empresa_____, devidamente inscrita no CNPJ sob nº. _____, com sua sede à (endereço completo), por seu representante legal o (a) Sr (a) _ , portador (a) do RG nº.___, e do CPF nº._____

em conformidade com o disposto no art. 4º, inciso VII, da Lei nº. 10.520/02 **DECLARA** que está apta a cumprir plenamente todos os requisitos exigidos no Edital que rege o certame acima indicado.

Local e data

(nome da proponente e

nome/RG/assinatura de seu representante legal ou de seu procurador)

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 183
Mov. 13
PROTOCOLO
Fls. 814
Mov. 57
INTEGRADO DO ESTADO

ANEXO VIII - MINUTA DO CONTRATO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º xx/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO

Contrato para fornecimento de Vale-alimentação/Refeição aos Empregados do SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ e a xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx vencedora do Pregão Eletrônico nº 001/2019,

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 25.298.788/0001-95, com sede na Rua XV de Novembro, 971, Centro, Curitiba, Paraná, CEP: 80.060-000, neste ato devidamente representado pela sua Diretora Presidente, em pleno exercício de seu mandato e funções, NICOLE BARÃO RAFFS, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG. n°. 5.425.636-1 SSP/PR e CPF sob n°. 020.621.669-66, residente e domiciliado nesta Capital, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa **xxxxxxxxxxxx,** estabelecida na rua xxxxxxxxxxx, nº xxx, xxxxxx, Curitiba/PR, inscrita no CNPJ sob nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, legalmente representada por xxxxxxxxxxxxxx, brasileiro/a, estado civil, portador da cédula de identidade nº xxxxxxxxx/PR e do CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, residente e domiciliado em Curitiba/PR, daqui por diante denominada simplesmente CONTRATADA firmam o presente Contrato de Prestação de Serviços de Gerenciamento de Créditos em cartão Alimentação/Refeição**,** tudo em conformidade com as especificações previamente estabelecidas no Termo de Referência do processo xx.xxx.xxx-x, em decorrência de Pregão Eletrônico e proposta da Contratada, os quais desde já ficam fazendo parte integrante e inseparável desse instrumento, independentemente de transcrição, o qual obedece ao preceituado pela Lei Federal nº. 8.666, de 21/06/1993 e suas alterações introduzidas posteriormente, bem como pela Lei Estadual 15.608/2007 e demais dispositivos que regem a matéria, mediante as cláusulas e condições abaixo descritas.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 184
Mov. 13
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 815
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

CLÁUSULA PRIMEIRA - Documentos Integrantes Deste Contrato

O fornecimento do Vale-alimentação/refeição obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como as disposições constantes dos documentos adiante enumerados, que compõem o processo de Pregão Eletrônico e que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato:

- Edital de Pregão Eletrônico nº xx/2019 com todos os seus Anexos;
- Proposta e documentos que a acompanham, firmados pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do Objeto

O presente contrato tem por objeto o fornecimento de Vale-alimentação/refeição, através de créditos mensais em cartões magnéticos, para empregados da CONTRATANTE, de acordo com as condições e especificações constantes do Edital do Pregão Eletrônico xx/2019 e conforme proposta comercial da empresa CONTRATADA datada de .... /..... /..... .

CLÁUSULA TERCEIRA - Do Preço

A CONTRATANTE se obriga a pagar à CONTRATADA os seguintes valores:

VALOR GLOBAL(VG) = R$ XXX,XX (XXXXX reais e XX centavos)

Sendo VG =

Valor Mensal de Créditos (VMC)	Nº de Funcionários (NF)	Taxa de Administração (TA)	Meses (M)
R$ xxx,xx	xx	X,XX%	12

VG = VMC x NF x (1+TA) x 12

Parágrafo Primeiro: A quantidade prevista nesta Cláusula é uma estimativa, podendo variar de acordo com a quantidade de empregados existentes na CONTRATANTE e o benefício previsto na Convenção Coletiva da Categoria, não cabendo à CONTRATADA quaisquer direitos caso referidos valores não sejam atingidos durante a vigência do Contrato.

Parágrafo Segundo: Na hipótese de alteração do valor mensal dos créditos ou do total de empregados da CONTRATANTE, o percentual da taxa de administração deverá ser mantido.

CLÁUSULA QUARTA - Do Pagamento

Cumpridas as obrigações contratuais dispostas neste instrumento e no edital do Pregão Eletrônico xx/2019, o pagamento será efetuado pela CONTRATANTE em até 05 (cinco) dias após a data do protocolo de entrega da Nota Fiscal, devidamente atestada pela fiscalização competente.

Parágrafo Primeiro: O pagamento será efetivado via sistema eletrônico até a data do vencimento, à ordem do favorecido, no banco, agência e conta designados, ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, não podendo ser

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 185
Mov. 13
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 816
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

imposta qualquer espécie de multa ou juros moratórios por demora de até 03 (três dias) úteis que ultrapassar a data do vencimento, após a data da referida Ordem Bancária, se emitida tempestivamente.

Parágrafo Segundo: Ocorrendo atraso para pagamento superior ao prazo previsto, a CONTRATANTE pagará o principal acrescido da correção oficial vigente à época, aplicada a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional, *pro rata die.*

Parágrafo Terceiro: O CNPJ/MF constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta, sob pena de não ser efetuado o pagamento.

Parágrafo Quarto: Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que tenha sido imposta à CONTRATADA pela CONTRATANTE, em decorrência de penalidade ou inadimplência, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo Quinto: O pagamento somente será realizado mediante apresentação de comprovantes de não existência de débitos com a Previdência, FGTS e certidões negativas de débitos referentes à Fazenda Federal, Estadual e Municipal.

CLÁUSULA QUINTA - Obrigações Da Contratada:

a) Fornecer a quantidade de cartões de acordo com o número atual de empregados sem ônus para a CONTRATANTE até o prazo de 10(dez) dias após assinatura deste instrumento contratual;

b) Creditar até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, os valores devidos de acordo com o solicitado;

c) Fornecer à CONTRATANTE nota fiscal/fatura dos valores provisionados mais taxa de administração;

d) Contar com uma rede de estabelecimentos que estejam integrados ao Sistema oferecido pela CONTRATADA, adaptando-se às necessidades da CONTRATANTE, conforme item 6.1 do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico xx/2019;

e) Assegurar aos usuários do Sistema atendimento satisfatório, através dos estabelecimentos integrantes da rede;

f) Reembolsar os estabelecimentos credenciados, no tocante ao valor do benefício contido nos cartões utilizados, na forma ajustada entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA;

g) Personalizar os cartões magnéticos a serem fornecidos, com fundo de segurança, código, nome da empresa fornecedora e compradora, valor em algarismos e validade;

h) Entregar os cartões de Vale-alimentação / refeição no local previamente ajustado pela parte CONTRATANTE;

i) Manter atualizadas junto à CONTRATANTE as provas de sua adimplência com a Seguridade Social (Certidão Negativa de Débitos – CND), bem como da quitação de impostos e outros gravames que incidam sobre a atividade do contrato, sob pena de suspensão dos pagamentos a que tiver direito;

j) Fornecer suporte técnico para solução de eventuais problemas constatados pela CONTRATANTE;

k) Assegurar aos usuários o crédito mensal eletrônico, bem como, o funcionamento do

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 186
Mov. 13
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 817
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

sistema online, com a possibilidade de contato telefônico por meio de SAC, de forma gratuita e 24h por dia, o qual englobe serviços de comunicação de perda, roubo, extravio ou dano, bloqueio e desbloqueio e solicitação de 2ª (segunda) via de cartão magnético e/ou eletrônico e senha;

l) Substituir, obrigatoriamente, os cartões que apresentarem qualquer tipo de defeito, sem qualquer ônus ou custo adicional;

m) Ter obrigatoriamente em sua rede conveniada estabelecimentos comerciais nas localidades indicadas nos itens 6.1 do Anexo I (Termo de Referência), mantendo, nos referidos estabelecimentos, em locais de fácil visualização, a indicação de adesão por meio de placas, selos identificadores, adesivos ou qualquer outro meio de identificação;

n) Providenciar o credenciamento de outros estabelecimentos, caso ocorra alteração da rede conveniada, de forma a garantir o padrão de qualidade e atendimento, em número suficiente de estabelecimentos, durante todo o Contrato, inclusive quando solicitado, se constatadas irregularidades no estabelecimento conveniado, tais como: má qualidade da alimentação e falta de higiene;

o) Garantir a qualidade de sua rede conveniada, fiscalizando as instalações internas e externas dos estabelecimentos conveniados, condições de higiene, bem como a qualidade da alimentação servida, de acordo com as determinações contidas no PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador) e demais legislações aplicáveis à espécie;

p) Permitir o acúmulo de créditos e disponibilizar os valores remanescentes dos respectivos cartões enquanto durar a vigência do contrato;

q) Disponibilizar a CONTRATANTE, sistema próprio para pedidos de créditos mensais, solicitação de emissão dos cartões, no prazo de 10 (dez) dias corridos da assinatura do Contrato. Este sistema deverá possibilitar também o acompanhamento dos pedidos e consulta via WEB;

r) Manter sigilo quanto às informações dos empregados do PALCOPARANÁ contidas no banco de dados da Contratada;

s) Informar à Administração sobre a ocorrência de fatos que possam interferir, direta ou indiretamente, na entrega a ser efetuada.

Parágrafo Primeiro: As características dos cartões (formato, impressão, e outras), pertencem exclusivamente à CONTRATADA, cabendo-lhe o direito de alterá-las ou substituí-las segundo seus critérios, sem qualquer consulta à CONTRATANTE, desde que, obedeça aos critérios do item “g” da presente cláusula;

Parágrafo Segundo: Não ocorrendo o crédito nos cartões no prazo previsto no item “b” desta cláusula, a CONTRATADA pagará multa de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do montante a ser suprido nos cartões magnéticos.

CLÁUSULA SEXTA - Obrigações Da Contratante:

a) Encaminhar planilha com quantitativo de empregados e informações necessárias para emissão dos cartões;

b) Efetuar o pagamento correspondente aos créditos acrescidos da taxa de administração, no prazo previsto na Cláusula 4ª;

c) Exercer a fiscalização dos produtos e serviços por servidores especialmente designados e documentar as ocorrências havidas;

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 187
Mov. 13
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 818
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

d) Proporcionar à CONTRATADA as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratados;

e) Prestar aos empregados da CONTRATADA todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados;

f) Efetuar os pagamentos devidos;

g) Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo;

h) Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.

CLÁUSULA SÉTIMA - Da Responsabilidade Do Gerenciamento

A CONTRATANTE gerenciará o presente contrato, através do Setor de Administrativo, o qual é responsável pela conferência do recebimento, controle da qualidade e prazos do serviço entregue. Fica indicada primeiramente como gestora do presente contrato a empregada da CONTRATANTE, a Sra. Nicole Lemanczyk.

CLÁUSULA OITAVA - Da Vigência

A vigência do presente instrumento será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do presente instrumento, podendo ser prorrogado, se houver interesse das partes, nos termos do art. 103, II da Lei Estadual 15.608/07.

CLÁUSULA NONA - Das Penalidades

O não cumprimento das obrigações contratuais ensejará a aplicação das seguintes sanções, independentemente de outras previstas em lei:

I – Advertência;

II – Multas por inadimplência contratual: de mora de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso e compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da licitação por inadimplência total ao pactuado e ainda nos casos previstos no art. 152 – incisos I a III da lei 15.608/07.

II – Suspensão temporária do direito de licitar, de contratar com a Administração e, se for o caso, descredenciamento no CLE/SEAP, pelo prazo de até 02 (dois) anos, nos termos do art. 154 e seus incisos da Lei Estadual n.º 15.608/2007 ou enquanto perduram os motivos determinantes da punição.

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, após regular processo administrativo, onde fica garantido o direito a defesa e o exercício do amplo contraditório, conforme previsto nos incisos V e VI a seguir descrito,

V – As penalidades previstas nos incisos I, II, III e IV serão aplicadas mediante processo administrativo, pela autoridade competente responsável pela instauração e homologação do certame, garantindo-se o contraditório e ampla defesa ao interessado.

VI – Todas as penalidades descritas neste contrato somente serão aplicadas após a instauração de regular Processo Administrativo com o exercício da ampla defesa e o cumprimento do princípio constitucional do contraditório.

VII – As penalidades acima previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 188
Mov. 13
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 819
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

isolada ou cumulativamente.

VIII – As multas aplicadas deverão ser recolhidas à conta da CONTRATANTE no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação, podendo o seu valor ser descontado do documento de cobrança, na ocasião de seu pagamento.

IX – As multas, quando não recolhidas ou descontadas no prazo descrito no item anterior deste contrato sofrerão reajuste pelo Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas (IGPM/FGV).

X – Além das multas estabelecidas, a CONTRATANTE poderá recusar os bens, se sua prestação não estiver de acordo com o exigido na descrição do objeto deste contrato e demais documentos que o compõem, e não for corrigida imediatamente.

XI – As sanções poderão ser relevadas nas hipóteses de não cumprimento das obrigações por motivo de caso fortuito e de força maior, devidamente justificadas e comprovadas.

XII – Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Cadastro de Licitantes do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA - Dos Casos De Rescisão

O inadimplemento, por parte da CONTRATADA, das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato nos termos do artigo 128 e seguintes da Lei Estadual 15.608/07, assegurará à CONTRATANTE o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação por escrito, através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento.

Parágrafo Primeiro: Fica a critério do representante da CONTRATANTE declarar rescindido o contrato, nos termos do "*caput*" desta cláusula ou aplicar as multas de que trata a cláusula décima segunda deste contrato.

Parágrafo Segundo: Fica este contrato rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, em qualquer dos seguintes casos**:**

I – Não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos.

II – Cometimento de irregularidade grave no cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos.

III – Atraso injustificado da entrega do bem licitado.

IV – se forem frequentes e fundamentadas as reclamações quanto à qualidade dos serviços;

V – Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE, devidamente deduzidas em processo administrativo regularmente instaurado.

VI – Atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes de serviços prestados, salvo em caso de calamidade pública, grave per turbação da ordem interna ou guerra.

VII – Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 189
Mov. 13
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 820
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

VIII – Decretação de falência, pedido de concordata ou instauração de insolvência civil da CONTRATADA;

IX – fusão ou incorporação à outra empresa sem prévia concordância da CONTRATANTE;

X – se a CONTRATADA revelar incapacidade, desaparelhamento ou inidoneidade durante a prestação dos serviços;

XI – Descumprimento do disposto no inciso V, do art. 73 da Lei nº 15.608/07.

***Parágrafo Terceiro*:** A rescisão deste contrato poderá ser:

I – Determinada por ato unilateral e escrito nos casos enumerados neste contrato.

II – Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração.

III – Judicial, nos termos da legislação processual, vigente à época da rescisão contratual.

Parágrafo Quarto: Nos casos de rescisão administrativa ou amigável que tratam, respectivamente, os itens I e II, do parágrafo anterior, haverá precedência de autorização escrita e fundamentada da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Das Alterações Contratuais

Este contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65 da Lei n.º 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Disposição Especial

Eventuais divergências entre o presente contrato e o Edital de Licitação nº xx/2019, prevalecerá os dispositivos do Edital nº xx/2019.

CLÁUSULA DÉCIMA TERÇA - Dos Casos Omissos

Os casos omissos serão resolvidos pela CONTRATANTE, à luz da legislação, da jurisprudência e da doutrina aplicável à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Do Foro

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, capital do Estado do Paraná, para dirimir quaisquer questões relativas a este contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo com o ajustado e contratado, as partes, através de seus representantes, firmam o presente contrato, em três vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

Curitiba, ... de..... de 2019.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 190
Mov. 13
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 821
Mov. 57

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ

CONTRATADA:

TESTEMUNHAS:

_____	_____
Nome:	**Nome:**
CPF nº	**CPF nº**

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 04/07/2019 15:38.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 191
Mov. 14
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 822
Mov. 57

PALCOPARANA

DIRETORA PRESIDENTE - PALCOPARANA

Protocolo:	15.417.176-2
Assunto:	contratação empresa de benefícios para funcionários.
Interessado:	PALCO PARANÁ
Data:	09/07/2019 09:40

DESPACHO

Tendo em vista o que dispõe a CLT e a Convenção Coletiva do Sindicato, o pagamento de vale refeição ou alimentação aos funcionários é medida que se impõe. Em sendo assim, autorizo a contratação pretendida, desde que haja disponibilidade orçamentária e financeira para fazê-la e desde que o processo respeite as exigências previstas nas legislações aplicáveis à espécie.

À Assessoria Jurídica para que informe sobre a legalidade da contratação nos termos propostos pelo requerente.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em: 09/07/2019 09:40. Assinado por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em: 09/07/2019 09:40. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 8feb67f14ed8f753f1bce17c5ba76b76

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 192
Mov. 15
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 823
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

PALCOPARANA

ASSESSORIA JURÍDICA

Protocolo:	15.417.176-2
Assunto:	contratação empresa de benefícios para funcionários.
Interessado:	PALCO PARANÁ
Data:	10/07/2019 17:37

DESPACHO

Prezada Sra. Diretora Presidente do Palcoparaná,

O presente procedimento tem por objetivo a contratação de empresa especializada "*no gerenciamento, emissão, distribuição, administração do benefício, fornecimento de documentos de legitimação, na forma de cartão Alimentação/Refeição eletrônico, magnético, ou de similar tecnologia, em PVC, com chip de segurança, com recargas mensais, sistema de controle de saldo e senha pessoal e intransferível, para validação das transações pelo usuário, na rede de estabelecimentos comerciais credenciados (que a empresa licitante mantenha convênio), no ato da aquisição dos gêneros alimentícios ou das refeições, para serem utilizados pelos empregados efetivos e comissionados do PALCOPARANÁ*".

A documentação acostada ao Protocolo nº 15.417.176-2, demonstra que o presente procedimento foi devidamente instruído com: ***(a)*** solicitação da Diretoria Administrativa Financeira do Palcoparaná, devidamente fundamentada acerca da necessidade da aquisição dos serviços - fls. 02/03; ***(b)*** minuta do edital - fls. 155/165; ***(c)*** termo de referência - fls. 166/173; ***(d)*** demais anexos (Modelo da Proposta; Relação dos Documentos de Habilitação; Modelo de Declaração de não utilização de mão de obra de menores e de inexistência de fato impeditivo; Modelo de Declaração de cumprimento ao Decreto n.º 6.252/06; Declaração de EPP e ME; Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação; e, Modelo de Minuta de Contrato) - fls. 174/190; e, ***(e)*** Portaria designando os pregoeiros e a equipe de apoio fls. 152.

Pois bem. Na análise da regularidade da **fase preparatória** da licitação na modalidade pregão, constata-se que o Decreto Estadual 4.880 /2001 não faz qualquer regulamentação, estabelece, porém, que a Lei Federal nº 10.520/2002 e pelo Decreto Federal nº 5.450/2005 devem ser aplicadas, no que couber.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Lucas Medeiros Vilches em: 10/07/2019 17:37.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

determina que a fase preparatória do pregão deverá observar as seguintes etapas:

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 193 Mov. 15
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 824 Mov. 57

Lei 10.520/2002

Art. 3º. A fase preparatória do pregão observará o seguinte:

I - a autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento;

II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;

III - dos autos do procedimento constarão a justificativa das definições referidas no inciso I deste artigo e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como o orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados; e

IV - a autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

Decreto 5.450/2005

Art. 9º. Na fase preparatória do pregão, na forma eletrônica, será observado o seguinte:

I - elaboração de termo de referência pelo órgão requisitante, com indicação do objeto de forma precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou sua realização;

II - aprovação do termo de referência pela autoridade competente;

III - apresentação de justificativa da necessidade da contratação;

IV - elaboração do edital, estabelecendo critérios de aceitação das propostas;

V - definição das exigências de habilitação, das sanções aplicáveis, inclusive no que se refere aos prazos e às condições que, pelas suas particularidades, sejam consideradas relevantes para a celebração e execução do contrato e o atendimento das necessidades da administração; e

VI - designação do pregoeiro e de sua equipe de apoio.

Logo, ao se confrontar as informações e documentos constantes no presente procedimento com a legislação acima transcrita, tem-se que o presente procedimento cumpriu todos os requisitos legais, porquanto houve a elaboração: ***(i)***da justificativa da necessidade da contratação do bem ou serviço; ***(ii)*** do edital estabelecendo os requisitos de habilitação, julgamento, prazos, direitos e deveres das partes e as sanções aplicáveis; e, ***(iii)*** do termo de referência, estabelecendo de forma precisa, suficiente e clara o objeto da contratação. Além disso, há a designação de pregoeiro e sua equipe de apoio.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Lucas Medeiros Vilches em: 10/07/2019 17:37.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Assim, ante o exposto, havendo dotação orçamentária para adquirir os bens e os serviços solicitados, o que deverá ser devidamente atestado pela DIAF, opino pelo prosseguimento do presente procedimento, para que se dê início a fase externa da licitação.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 194
Mov. 15
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 825
Mov. 57

Ao dispor para prestar esclarecimentos.

Atenciosamente,

Lucas Medeiros Vilches.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Lucas Medeiros Vilches em: 10/07/2019 17:37.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 195
Mov. 16
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 826
Mov. 57

PALCOPARANA

DIRETORA PRESIDENTE - PALCOPARANA

Protocolo:	15.417.176-2
Assunto:	contratação empresa de benefícios para funcionários.
Interessado:	PALCO PARANÁ
Data:	12/07/2019 14:25

DESPACHO

Com base na Informação Jurídica, fls. 192 a 194, evento nº 15, aprovo o termo de referência. À DIAFI para que se manifeste sobre a disponibilidade orçamentária e financeira e para que dê prosseguimento ao feito.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em: 12/07/2019 14:25. Assinado por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em: 12/07/2019 14:25. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: a28ca0e2517a75cdd9b4559402bf0a27

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 196
Mov. 17
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 827
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Processo nº 15.417.176-2

Objeto: Contratação de empresa de benefícios para os Funcionários Palcoparaná - alimentação

Valor estimado para a contratação: R$ 304.128,00 (trezentos e quatro mil, cento e vinte e oito reais)

Rubricas orçamentárias: 3.3.90.46.03 – Auxilio Alimentação - RGPS

Eu, no exercício da função de ordenadora de despesas, nos termos do § 1º do art. 80 do Decreto-Lei 200/67 e dos incisos I e II do art. 167 da CRFB/1988, bem como do inciso III do § 2º e do § 9º do art. 7º, do art. 14 e do art. 39, todos da Lei 8.666/93; ***declaro que há disponibilidade orçamentária e financeira suficiente para a cobertura da despesa que se pretende realizar***, conforme objeto, valor e rubricas orçamentárias.

Curitiba, 12 de julho de 2019

_____

Nicole Lemanczyk
Diretora Administrativa Financeira
Palcoparaná

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 14:39. Assinado por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 14:40. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 908624c30fa034388567c2bbe409b0be

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 197
Mov. 18
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 828
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

Chamamento Público nº 001/2018 (item 6), a fim de garantir os princípios básicos da Constituição e legitimidade das propostas a serem inscritas:

RESOLVE

Art. 1º Por designar, *AD REFERENDUM*, a prorrogação do prazo e alteração do cronograma das fases do Chamamento Público nº 001/2018:

a) Entrega das propostas: até 29/03/2019 no endereço eletrônico: www.sistaq.social.pr.gov.br, até as 17h00 do prazo final;

b) Fase de avaliação e classificação das propostas: 01/04/2019 à 10/05/2019;

c) Fase de verificação do cumprimento dos requisitos para celebração das OSC´s selecionadas, incluindo a incorrência dos impedimentos legais: 03/06/2019 à 05/07/2019;

d) Fase de aprovação do Plano de Trabalho apresentado e do regulamento de compras e contratações das OSC´s selecionadas: 08/07/2019 à 13/09/2019;

e) Fase de emissão de pareceres técnicos: 16/09/2019 à 18/10/2019;

f) Fase de celebração do instrumento de parceria: 21/10/2019 à 18/12/2019.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE

Curitiba, 12 de fevereiro de 2019.

José Araújo da Silva
Vice-Presidente do Conselho Estadual dos Direitos do Idoso
No exercício da Presidência

11902/2019

Secretaria de Desenvolvimento Urbano

COMEC

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DO ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO
COORDENACAO DA REGIAO METROPOLITANA DE CURITBA
PORTARIA Nº 05/2019 – COMEC

EMENTA: Designar servidor para atuar como Coordenador do Departamento de Planejamento da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba

O DIRETOR PRESIDENTE DA COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA- COMEC, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 16, incisos I e IV e o art. 33 do Decreto Estadual nº 698/1995, e o Decreto Estadual nº 060/21019,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar:

FELIPE CONSTANTINO, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.620.178-3, para atuar como Coordenador do Departamento de Planejamento da COMEC.

Art. 2º – Os efeitos da presente Portaria retroagem a data de 10/01/2019, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA Nº 08/2019 – COMEC

EMENTA: Nomeação de membros para a composição da Comissão Permanente de Procedimentos Patrimoniais – COPPA da COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - COMEC para o cumprimento do Manual de Procedimentos Contábeis Patrimoniais instituído pelo Poder Executivo do Estado do Paraná (cf. Decreto Estadual n.° 8.955/2018).

O DIRETOR PRESIDENTE DA COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA- COMEC, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 16, incisos I e IV e o art. 33 do Decreto Estadual nº 698/1995, e em cumprimento ao disposto no artigo 3º, III do Decreto Estadual n.° 8.955/2018: e o Decreto Estadual nº 060/21019;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear e constituir Comissão Permanente de Procedimentos Patrimoniais – COPPA da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC, com a competência para realizar os procedimentos contábeis estabelecidos pelo Decreto Estadual n.° 8.955/2018 e seu Anexo I (Manual de Procedimentos Contábeis Patrimoniais para o Reconhecimento, Mensuração, Evidenciação, Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável, Depreciação ,Amortização e Exaustão dos Bens Móveis, Bens Imóveis, Ativos de Infraestrutura, Bens do Patrimônio Cultural e Ativos Intangíveis), composta pelos seguintes servidores:

-PAULO MEDEIROS BARBOSA, portador da Cédula de Identidade RG n.°7.102.480-6, Presidente;

- ADÃO ROGÉRIO QUINTILIANO, portador da Cédula de Identidade RG n.°4.382.157-1, Membro titular;

- CARLA GERHARDT, portadora da Cédula de Identidade RG nº 5.924.728-0, Membro Titular;

- RUBIANE XAVIER DIAS, portadora da Cédula de Identidade RG nº 8.210.323-6, Membro Titular;

- CELESTE NAOMI INADA KIWARA, portadora da Cédula de Identidade RG n.° 1.620.685-7, Membro suplente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se.

Curitiba, 12 de fevereiro de 2019.

GILSON SANTOS.

Diretor Presidente/COMEC

11975/2019

Secretaria da Cultura

Centro Cultural Teatro Guaíra

PORTARIA Nº.005/2019 – DIPRE/CCTG

A Diretora Presidente do Centro Cultural Teatro Guaíra, no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto do CCTG, e art. 10, do Decreto Federal nº 5.450, de 31 de maio de 2005,

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar os servidores abaixo nominados para comporem a Comissão Permanente de Licitação desta Autarquia pelo Período de 01 (um) ano.

FUNÇÃO	NOME	R.G.
Presidente	Miriam Rocha Loures	3.397.249-0
Membro	Carlos G. dos Santos	5.799.703-6
Membro	Ronald P. Catarino	1.462.086-9
Membro	Ivan de Paula Souza	6.240.875-8
Suplente	Cesar Dias Palma	5.334.442-9

Art. 2º. Nos impedimentos do Presidente responderá o servidor Ronald Pedro Catarino.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Curitiba, 13 de fevereiro de 2019.

MONICA RISCHBIETER
Presidente

12054/2019

Secretaria da Educação

RESOLUÇÃO Nº 107/2019 - SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 – GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, considerando: a Lei nº 9394/1996, o Decreto Federal nº 5154/2004, as Deliberações nº 03/2013, 05/2013 e o Parecer nº 578/2018 - CEMEP, todos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer o Curso Técnico em Logística – Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios, concomitante ao Ensino Médio, com oferta presencial, do Colégio Estadual Professora Maria José Balzanelo Aguilera – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Tarcisa Kikuti, 55, no Município e NRE de Londrina.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 5152/2018, de 31/10/2018 e Parecer nº 3801/2018 – CEE/PR, com vigência até 09/10/2023.

§ 2º A Resolução nº 2251/2017, de 30/05/2017 e Parecer nº 158/2017 – CEE/PR, autorizaram o curso citado no art. 1º, com vigência até 01/06/2018.

§ 3º O ato de reconhecimento reporta-se ao período autorizado e o prazo de 05 (cinco) anos será contado no período de 01/06/2018 até 01/06/2023.

§ 4º A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do reconhecimento à SEED/CEE, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido no § 3º.

§ 5º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEE, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 29 de janeiro de 2019.

Maria Goreti Arantes Soares
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 108/2019 - SEED

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 14:48.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 198
Mov. 19
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 829
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO

FORNECIMENTO DE VALE-ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO ATRAVÉS DE CARTÃO COM CHIP ELETRÔNICO DE SEGURANÇA

O SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos de interesse coletivo, inscrita no CNPJ nº 25.298.788/0001-95, com sede e foro na Capital do Estado do Paraná, situado na Rua XV de Novembro, 971, Centro, Curitiba/PR, a seguir denominado PALCOPARANÁ, por intermédio do Pregoeiro, torna público que realizará Licitação na modalidade "PREGÃO ELETRÔNICO" - Nº 01/2019 – "MENOR PREÇO" (MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO EM PORCENTAGEM)", do tipo menor preço, regida pela Constituição Estadual do Paraná, art. 27, XXI, Lei Federal nº 10.520/02, Lei Complementar Federal 123/06, Lei Estadual n° 15.608/07, Decreto Estadual nº 6.252/06, pelo Decreto Federal nº 5.450/05 e, pela Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações e legislação complementar, assim como aquelas estabelecidas por este Edital e as especificações e condições do Termo de Referência constante do Anexo I, em conformidade com a autorização contida nos autos do Processo nº 15.417.176-2.

1. OBJETO

1.1.- A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento, emissão, distribuição, administração do benefício, fornecimento de documentos de legitimação, na forma de cartão Alimentação/Refeição eletrônico, magnético, ou de similar tecnologia, em PVC, com chip de segurança, com recargas mensais, sistema de controle de saldo e senha pessoal e intransferível, para validação das transações pelo usuário, na rede de estabelecimentos comerciais credenciados (que a empresa licitante mantenha convênio), no ato da aquisição dos gêneros alimentícios ou das refeições, para serem utilizados pelos empregados efetivos e comissionados do PALCOPARANÁ, em conformidade com as especificações técnicas e serviços descritos no Anexo I - Termo de Referência.

1.2.- O benefício será disponibilizado na modalidade alimentação ou refeição, conforme escolha feita pelo usuário, empregado do PALCOPARANÁ.

2. DATA, HORÁRIO E INFORMAÇÕES

2.1.- Data limite para acolhimento das propostas eletrônicas: **30/07/2019** às 14h00min.

2.2.- Abertura da sessão de disputa de preços: **30/07/2019** às 14h30min.

2.3.- Número licitacoes-e – ID: **772945**

2.4.- Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília – DF.

2.5.- O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da Internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases, garantidas pelo sistema licitacoes-e do Banco do Brasil S/A.

2.6.- Os trabalhos serão conduzidos por Pregoeiro, servidor do Centro Cultural Teatro Guaíra, por força do Termo de Cooperação assinado entre o PALCOPARANÁ e esta Autarquia, mediante inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 199
Mov. 19
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 830
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

aplicativo licitacoes-e constante da página eletrônica do Banco do Brasil S/A - www.licitacoes-e.com.br.

2.7.- Ocorrendo a decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes neste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil, ou de expediente normal, subsequente ao ora fixado.

2.8.- Na contagem de todos os prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

2.9.- Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente do PALCOPARANÁ.

2.10.- O Edital e seus anexos podem ser obtidos através da internet no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br ou pelo site da Instituição, www.palcoparana.org.

2.11.- Os esclarecimentos de dúvidas quanto ao Edital e seus anexos poderão ser solicitados por qualquer interessado até 02 (dois) dias úteis antes da data limite para o acolhimento das propostas, referida no item 2.1.- do Edital, exclusivamente através do e-mail administrativo@palcoparana.org e, obrigatoriamente, informar o e-mail do interessado ao qual serão enviados os esclarecimentos solicitados.

3. PARTICIPAÇÃO

3.1.- Poderão participar deste PREGÃO empresas legalmente estabelecidas no País, devidamente credenciadas junto ao provedor do sistema licitacoes-e, do ramo pertinente ao objeto desta Licitação e que atendam às exigências deste Edital.

3.2.- Não poderão participar do presente PREGÃO:

I - Consórcio de empresas ou cooperativas, sob forma alguma.

II - Empresa:

a) Declarada inidônea por órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal.

b) Suspensa de licitar ou contratar com a Administração Pública.

c) Que se encontre em falência, concurso de credores, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação.

d) Inadimplente com o PALCOPARANÁ ou cujo(s) diretor (es) tenha (m) participado de outra empresa que também se tornou inadimplente junto ao PALCOPARANÁ.

e) Que componha Grupo Econômico no qual pelo menos uma das empresas integrantes venha a participar da presente Licitação.

f) Que direta ou indiretamente, mantenham sociedade ou participação com servidor ou dirigente ligado a qualquer um dos órgãos envolvidos no processo em análise.

g) Que estejam em situação irregular perante a Fazenda Pública, em qualquer esfera da Administração, e também perante o INSS e o FGTS.

3.3.- Caso seja constatada qualquer situação irregular relativa à participação, a empresa licitante será desqualificada, ficando esta e seus representantes incursos nas sanções previstas no art. 90 da Lei n.º 8.666/93.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 200
Mov. 19
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 831
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

3.4.- A participação na presente Licitação implica para a empresa licitante a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes neste Edital e em seus Anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

4. CREDENCIAMENTO

4.1.- Somente poderão participar deste Pregão Eletrônico as licitantes devidamente credenciadas junto ao Banco do Brasil, o qual é provedor do sistema licitacoes-e, cujas informações poderão ser obtidas na página eletrônica www.licitacoes-e.com.br ou em qualquer agência do Banco do Brasil S/A sediada no País.

4.2.- As licitantes e seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor do sistema eletrônico, no prazo mínimo de 03 (três) dias úteis antes da realização do pregão.

4.3.- O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível para acesso ao sistema eletrônico.

4.4.- O uso da senha é de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao PALCOPARANÁ a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido de senha, ainda que por terceiros.

4.5.- A perda da senha ou a quebra do seu sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

4.6.- O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da licitante ou de seu representante e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.7.- Para dispor das prerrogativas estabelecidas pela Lei Complementar 123/06, as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão informar sua condição no credenciamento junto ao provedor do sistema, além de apresentar, como documento de habilitação, o Modelo do Anexo VI.

4.8.- O credenciamento no sistema licitacoes-e não dispensa a entrega dos documentos discriminados no Anexo III – Relação dos Documentos de Habilitação.

5. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

5.1.- Até 02 (dois) dias úteis antes da data limite para o acolhimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório deste pregão.

5.2.- Os pedidos de esclarecimentos ou providências deverão ser encaminhados ao e-mail administrativo@palcoparana.org.

5.3.- Serão juntadas ao processo de licitação as cópias das mensagens enviadas aos licitantes.

5.4.- O memorial da impugnação deverá ser protocolado diretamente na sede do PALCOPARANÁ, ou enviado via correios, no endereço indicado no item 9.2.-.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 201
Mov. 19
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 832
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

5.5.- A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório.

5.6.- Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, decidir sobre a impugnação apresentada.

5.7.- Acolhida a petição contra o ato convocatório, havendo modificação que importe em alteração substancial da elaboração das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

6. REMESSA ELETRÔNICA DAS PROPOSTAS

6.1.- As licitantes credenciadas deverão encaminhar as propostas exclusivamente através do sistema licitacoes-e, até a data e horário limite informados no item 2.1.- do Edital, podendo substituir ou excluí-las até a data e hora definidas para a abertura da sessão pública, quando, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

6.2.- A proposta deverá conter o objeto e o preço, conforme Anexo II deste Edital, bem como, estar em conformidade com as exigências contidas neste edital e seus anexos.

6.3.- O registro de recebimento da proposta deverá ser impresso e anexado ao processo licitatório como comprovante de entrega.

6.4.- O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de abertura da sessão de disputa de preços.

6.5.- A licitante poderá utilizar o campo “Observações adicionais” da tela ENTREGA DA PROPOSTA/DECLARAÇÕES do sistema licitacoes-e para prestar informações adicionais sobre a proposta.

6.6.- No envio da proposta, a licitante deverá declarar que cumpre plenamente todos os requisitos de habilitação além de manifestar pleno conhecimento e aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital.

6.7.- A proposta deverá compreender todos os custos, tributos, encargos que possam incidir no fornecimento ou execução do objeto, os quais são de responsabilidade exclusiva da licitante.

6.8.- Serão desclassificadas as propostas que:

a) Não atenderem às exigências do Edital e seus anexos, ou que contiverem defeitos capazes de dificultar o julgamento.

b) Apresentarem preços simbólicos ou irrisórios, ou ainda, manifestamente inexequíveis. Serão considerados inexequíveis aqueles preços cuja viabilidade não seja demonstrada pela licitante.

c) Apresentarem taxa superior à máxima admissível, definida no item 9.1.- do presente edital.

7. DA APLICABILIDADE DA LEI COMPLEMENTAR N° 123/2006

7.1.- Deverão ser observadas as disposições da Lei Complementar n° 123/2006 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

7.2.- Em relação à disputa do lote, será considerado empate quando as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5%

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 202
Mov. 19
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 833
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

(cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.2.1.- Neste caso, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada arrematante do lote, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

7.2.2.- A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

7.2.3.- Não ocorrendo a arrematação do lote pela microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma dos itens anteriores, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação de empate prevista do subitem 7.2.-, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.2.4.- No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem na situação de empate prevista do subitem 7.2.- será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.2.5.- Não existindo a situação de empate prevista do subitem 7.2.-, a licitante originalmente classificada em primeiro lugar será declarada arrematante do lote.

7.2.6.- O disposto no subitem 7.2.- somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

8. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

8.1.- Após o término do período de acolhimento de propostas, o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital.

8.2.- Todas as propostas classificadas serão consideradas para o oferecimento dos lances na fase de disputa.

8.3.- A partir da data e horário previsto no item 2.2.- do Edital, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4.- Iniciada a etapa competitiva, será considerado como primeiro lance, a proposta inicial de menor preço.

8.5.- As licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

8.6.- As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras da sua aceitação.

8.7.- A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.

8.8.- Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema eletrônico.

8.9.- Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 203 Mov. 19
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 834 Mov. 57

real, do valor do menor lance registrado sem a identificação do detentor do lance.

8.10.- Os lances registrados serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante e não será possível cancelá-los ou invalidá-los.

8.11.- Serão desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista neste Edital.

8.12.- No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.

8.13.- Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do pregoeiro às participantes.

8.14.- A licitante deve acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.15.- A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro, mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual, será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.16.- Encerrada a etapa de lances, caso haja licitante que se enquadre como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que tenha apresentado lance até 5% (cinco por cento) superior ao da licitante de proposta de menor preço, desde que esta também não se enquadre como microempresa ou empresa de pequeno porte, ser-lhe-á dada oportunidade de, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos, ofertar nova proposta que deverá ser inferior à de menor preço.

8.17.- No caso de equivalência entre lances ofertados por ME e EPP que se encontrem no intervalo referido item anterior, o sistema realizará sorteio entre as empresas para identificar a que exercerá o direito de preferência para oferta de novo lance.

8.18.- Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas em ordem crescente de valor, será verificada a aceitabilidade da proposta melhor classificada.

8.19.- O Pregoeiro poderá negociar com a licitante, para que seja obtida redução de preço.

8.20.- Após a negociação com o pregoeiro e a manifestação deste, a licitante autora da melhor proposta deverá enviar, através de e-mail, no prazo de 30 (trinta) minutos, a proposta de preço atualizada, conforme modelo constante no Anexo III.

8.21.- Se a proposta mais bem classificada não for aceita, se a licitante não enviar os documentos de habilitação no prazo previsto no item 10.1.-, ou, ainda, se a licitante não atender às exigências de habilitação ou demais condições do Edital e seus anexos, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta adequada, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

8.22.- Não havendo manifestação motivada de intenção de recurso, conforme previsto no item 11.1.- e constatado o atendimento pleno às exigências Editalícias, será adjudicado o objeto licitado a licitante declarada vencedora.

8.23.- Da sessão pública eletrônica do pregão, será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das informações inseridas no sistema pelo

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 204
Mov. 19
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 835
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

Pregoeiro e pelas licitantes, das propostas apresentadas na ordem de classificação e dos eventuais recursos interpostos.

8.24.- Caso haja necessidade de suspensão da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, ficando intimadas, no mesmo ato, as licitantes participantes.

8.25.- Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste Edital e seus anexos, a proposta será desclassificada.

8.26.- Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital e seus anexos.

9. CRETÉRIO DE JULGAMENTO – TAXA ADMINISTRAÇÃO

9.1.- A Taxa de Administração máxima admissível para esta licitação é de 1,00% (um por cento), em conformidade com pesquisa de mercado realizada pelo PALCOPARANÁ, anexa ao processo.

9.2.- A proposta vencedora será aquela que oferecer a menor Taxa de Administração para o benefício, independentemente da modalidade.

9.3.- A Taxa de Administração deverá ser proposta em percentual, podendo ser positiva, zero ou negativa com duas casas decimais, que será aplicado sobre o valor que será consignado nos cartões, conforme ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO.

9.4.- O valor a ser cadastrado no sistema licitacoes-e, no campo “Valor total do lote”, deverá ser o resultado obtido da aplicação do percentual de Taxa de Administração sobre o valor hipotético de R$ 100,00. Assim, exemplificando:

a) Se a licitante ofertar 1,00% (um por cento) de Taxa de Administração, o valor a lançar no campo “Valor total do lote”, constante da tela ENTREGA DA PROPOSTA/ DECLARAÇÕES do sistema licitacoes-e, será de R$ 101,00 (cento e um reais);

b) Se a licitante ofertar 0,00% (zero) de Taxa de Administração, o valor a lançar no campo “Valor total do lote”, constante da tela ENTREGA DA PROPOSTA/DECLARAÇÕES do sistema licitacoes-e, será de R$ 100,00 (cem reais);

c) Se a licitante ofertar percentual negativo de 1,00% (um por cento) de Taxa de Administração, isto é, percentual de desconto, o valor a lançar no campo “Valor total do lote”, constante da tela ENTREGA DA PROPOSTA/DECLARAÇÕES do sistema licitacoes-e, será de R$ 99,00 (noventa e nove reais).

9.5.- Deverão estar incluídos, no valor de cada encomenda mensal, todos os custos diretos e indiretos para a entrega do objeto da contratação, inclusive as despesas com transportes, materiais, mão de obra, especializada ou não, seguros em geral, equipamentos, ferramentas, custos de emissão dos cartões, sejam eles 1ª via, mudanças de tipo de benefício (vale-alimentação para vale-refeição ou vice-versa), custo de instalação de equipamentos de carga e recarga de créditos, encargos da legislação social, trabalhista e previdenciária, por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de taxas, regulamentos e impostos municipais, estaduais e federais, entre outros que sejam necessários para a execução total e completa do objeto da contratação, sem que caiba à contratada, em qualquer caso, direito regressivo em relação ao PALCOPARANÁ.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 205
Mov. 19
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 836
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

10. HABILITAÇÃO

10.1.- Após o envio da Proposta atualizada e da manifestação do Pregoeiro, a licitante vencedora deverá enviar os documentos discriminados no Anexo III – Relação dos Documentos de Habilitação, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar do encerramento do pregão, sob pena de invalidação do respectivo ato de habilitação e a aplicação das penalidades cabíveis.

10.2.- Os documentos deverão ser encaminhados em suas vias originais ou cópias autenticadas, via correspondência ou entregue pessoalmente no seguinte endereço:

PALCOPARANÁ

A/C Sr. Pregoeiro

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2019 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Rua XV de Novembro, 971, Centro, Curitiba – PR, CEP 80060-000

(Nome da empresa licitante) (Endereço, Telefone e e-mail da empresa licitante)

10.3.- O prazo para envio dos documentos de habilitação poderá ser prorrogado a critério do Pregoeiro.

10.4.- As declarações deverão ser assinadas pelo representante legal da empresa, e poderão ser objeto de diligências do Pregoeiro e equipe de apoio, nos termos do §3º do art. 85 da Lei 15.608/2007.

10.5.- As ME e EPP, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

10.6.- Em se tratando de ME ou EPP, havendo alguma restrição na comprovação fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para o envio da documentação regularizada, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

10.7.- A não apresentação dos documentos, ou a falta de regularização implicará na declaração de inabilitado da licitante e sua desclassificação, assim como a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/02.

9.8.- Os vícios, de ordem formal serão analisados e julgados pelo Pregoeiro, nos estritos termos do art. 85 da Lei 15.608/2007, podendo ser saneados e corrigidos, se não infringirem a nenhuma norma legal ou disposição constante deste edital ou, ainda, se a licitante puder satisfazer as demais exigências editalícias no prazo fixado por este instrumento convocatório.

10.9.- As demais licitantes somente serão chamadas à apresentação de documentos de habilitação, para assinatura do contrato, na ordem de classificação, se a vencedora for declarada inabilitada.

11. RECURSOS

11.1.- Declarada a vencedora, ou se a mesma for declarada fracassada, qualquer licitante, inclusive aquelas que não participaram da disputa por desclassificação de proposta, poderão manifestar intenção de recurso através do sistema licitacoes-e no

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 206
Mov. 19
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 837
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

11.2.- Ao fornecedor que manifestou a intenção de recurso, dentro do prazo definido neste Edital, será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

11.3.- As razões e contrarrazões dos recursos deverão ser protocoladas na sede do PALCOPARANA, indicada no item 10.2.-, nos prazos previstos no Edital.

11.4.- A interposição de recurso devidamente motivado, por qualquer licitante, inclusive aquela que venha a ser desclassificada antes da disputa, ocorrerá somente depois de declarada a vencedora pelo Pregoeiro.

11.5.- A falta de manifestação motivada da intenção de recorrer por parte da licitante implicará decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da Licitação pelo pregoeiro a vencedora.

11.6.- A impugnação ou o recurso interposto em desacordo com as condições deste Edital não será conhecido.

11.7.- O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.8.- Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, atendidos os requisitos do Edital, a autoridade competente homologará a Licitação.

12. CONTRATAÇÃO

12.1.- A contratação decorrente desta Licitação será formalizada mediante assinatura de contrato, conforme minuta constante no Anexo VIII, observado o Termo de Referência, o qual terá prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado mediante aditamento, a critério do PALCOPARANÁ, observados os limites impostos no artigo 103, II da Lei Estadual 15.608/07.

12.2.- A assinatura do instrumento contratual deverá ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da data da homologação da Licitação.

12.3.- O prazo de convocação poderá ser prorrogado, uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo PALCOPARANÁ.

12.4.- É facultado ao PALCOPARANÁ, quando a vencedora não comparecer no prazo estipulado no item 12.2.-, ou não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato, ou ainda, recusar-se a assiná-lo injustificadamente, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observado o disposto no item 14 do Edital.

12.5.- Caso a licitante remanescente, observada a ordem de classificação, não aceite a contratação nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, não serão aplicadas as sanções previstas no item 14 do Edital.

12.6.- Decorrido o prazo das propostas previsto no item 6.4.- sem a convocação para a contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 207
Mov. 19
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 838
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

13. DA FONTE DE RECURSOS

13.1.- As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta do PALCOPARANÁ, cujos recursos financeiros são disponibilizados por força do contrato de gestão assinado com o Estado do Paraná (denominação dada pela Lei n.º 18.381, de 15/12/2014), tendo como intermediário o Centro Cultural Teatro Guaíra.

13.2.- Para atendimento ao pagamento para este contrato, conta-se com a dotação orçamentária disponibilizada através do Orçamento do Projeto Atividade n.º 4448 – Gerenciamento do Contrato de Gestão com PALCOPARANÁ, dotação 05132.5132.13.392.15.4448.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1.- As licitantes estarão sujeitas às penalidades administrativas consignadas na Lei 8.666/93 e na Lei Estadual 15.608/07, não obstante as sanções previstas em contrato.

14.2.- A licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida no certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o PALCOPARANÁ, sendo facultado o registro da ocorrência nos sistemas oficiais de cadastramento de fornecedores.

14.3.- Em caso de atraso na entrega ou na execução do objeto ou na hipótese de não aceitação do mesmo, poderá o PALCOPARANÁ, a seu exclusivo critério, aplicar a licitante vencedora multa de 1% (um por cento) calculada sobre o valor mensal da Ordem de Fornecimento ou do Instrumento Contratual, por dia de atraso ocorrido, até o limite máximo de 30% (trinta por cento). Na hipótese de o atraso persistir por mais de 30 (trinta) dias, poderá o PALCOPARANÁ, a seu critério, considerar cancelada a Ordem de Fornecimento ou Instrumento Contratual, sem prejuízo da multa e de ressarcimento por eventuais perdas e danos verificados.

14.4.- Sem prejuízo das penalidades legalmente previstas, o Pregoeiro poderá desqualificar a licitante ou desclassificar a proposta comercial, podendo o PALCOPARANÁ rescindir o instrumento contratual, sem que isto gere direitos indenizatórios ou de reembolso, caso tome conhecimento de fato ou circunstância que desabone a idoneidade comercial ou afete a capacidade financeira, técnica ou jurídica da licitante.

14.5.- O Pregoeiro poderá reconsiderar a punição aplicada, ou fazer subir o recurso à autoridade competente, devidamente informado, que decidirá pelo seu provimento ou não.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1.- A licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus anexos, pois a simples participação no certame implica aceitação incondicional de seus termos, bem como representa o conhecimento integral do objeto em Licitação, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.

15.2.- No caso de eventual divergência entre o Edital de Licitação e seus anexos, prevalecerão as disposições do primeiro.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 208
Mov. 19
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 839
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

15.3.- O PALCOPARANÁ reserva a si o direito de revogar a presente Licitação por razões de interesse público ou anulá-la, no todo ou em parte, por vício ou ilegalidade, nos termos do artigo 91 da Lei Estadual 15.608/07, bem como prorrogar o prazo para abertura da sessão.

15.4.- É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

15.5.- O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que sejam possíveis a aferição de sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da audiência pública do pregão. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados.

15.6.- Todas as questões omissas concernentes a esta licitação e à execução de seu objeto serão dirimidas pelo Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio.

ANEXOS:

São partes integrantes do presente Edital os seguintes Anexos:

ANEXO I – Termo de referência;

ANEXO II – Modelo da Proposta

ANEXO III – Relação dos Documentos de Habilitação

ANEXO IV - Modelo de Declaração de não utilização de mão de obra de menores e de inexistência de fato impeditivo;

ANEXO V - Modelo de Declaração de cumprimento ao Decreto n.º 6.252/06;

ANEXO VI - Declaração de EPP e ME;

ANEXO VII - Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação;

ANEXO VIII - Modelo de Minuta de Contrato.

=> O funcionário que subscreve este edital e seus anexos atesta que observou integralmente a Minuta.

Funcionário: André Luís Diener
Cargo: Assessor Técnico Especial

Curitiba - PR, 12 de julho de 2019.

Equipe de Apoio

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 209
Mov. 19
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 840
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO
FORNECIMENTO DE VALE-ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO ATRAVÉS DE CARTÃO COM CHIP ELETRÔNICO DE SEGURANÇA

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO

1. OBJETO:

1.1.- A contratação de Prestação serviços de empresa especializada no gerenciamento, emissão, distribuição, administração do benefício, fornecimento de documentos de legitimação, na forma de cartão Alimentação/Refeição eletrônico, magnético, ou de similar tecnologia, em PVC, com chip de segurança, com recargas mensais, sistema de controle de saldo e senha pessoal e intransferível, para validação das transações pelo usuário, na rede de estabelecimentos comerciais credenciados (que a empresa licitante mantenha convênio), no ato da aquisição dos gêneros alimentícios ou das refeições, para serem utilizados pelos empregados efetivos e comissionados do PALCOPARANÁ.

2. JUSTIFICATIVA:

2.1.- A contratação do gerenciamento dos créditos de alimentação / refeição se faz necessário em atendimento a benefício concedido aos colaboradores por força da Convenção Coletiva de Trabalho, firmada pelo SECRASO/SENALBA-PR que representam as categorias profissionais dos empregados da Instituição, bem como, em observância à legislação trabalhista.

3. CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS:

3.1.- O auxílio deverá ser fornecido por meio de cartões magnéticos e/ou eletrônicos, com tecnologia de chip e sistema de controle de saldo.

3.2.- O cartão deverá ser entregue bloqueado. O desbloqueio deverá ser efetuado pelo usuário do cartão através de central de atendimento eletrônico disponibilizado pela contratada, por meio de senha pessoal e intransferível, por questões de segurança.

3.3.- O cartão deverá ter validade mínima de 12 (doze) meses, contados de sua emissão.

3.4.- A validação das transações, realizadas pelo usuário, deverão ocorrer no ato da aquisição/efetivação da compra nos estabelecimentos comerciais credenciados.

3.5.- Os cartões deverão ser entregues personalizados aos usuários, com nome do usuário, razão social, validade, conforme disposto na legislação aplicável, (art. 17 da portaria 03 de 1º de março de 2002 do Ministério do Trabalho e Emprego) dentro de envelope lacrado, individualizado.

3.6.- Os cartões deverão possibilitar a utilização do benefício na aquisição de gêneros alimentícios, em ampla e abrangente rede de estabelecimentos afiliados (Hipermercados, Supermercados, Mercados, Restaurantes, Lanchonetes, Mercearias, Açougues, Frutarias, Peixarias, Padarias, etc), de acordo com o definido na legislação que regulamenta o PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador.

3.7.- A Contratada deverá disponibilizar um manual básico de utilização aos usuários.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 210
Mov. 19
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 841
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

3.8.- A primeira emissão de cartões deverá ocorrer em até 10 (dez) dias contados a partir da data da assinatura do contrato.

3.9.- A inclusão de novos beneficiários poderá ser efetuada a qualquer tempo pelo PALCOPARANÁ, diretamente no site da contratada ou com o arquivo de pedidos mensal, devendo em qualquer caso, as informações serem carregadas para a base de dados da CONTRATADA, de forma automática, ficando a disposição do PALCOPARANÁ consultas e ou alterações.

3.10.- A Contratada deverá disponibilizar os créditos referentes aos cartões por sistema eletrônico diretamente no cartão.

3.11.- A disponibilização dos créditos deve ocorrer de forma eletrônica, nas datas agendadas pelo PALCOPARANÁ, e a entrega dos cartões aos empregados deve ocorrer em até 05 (cinco) dias úteis após a solicitação formalizada.

3.12.- Os custos da emissão, fornecimento e entrega dos cartões, assim como os de manutenção do sistema informatizado e quaisquer outras despesas, deverão estar inclusos na taxa de administração contratada, não implicando quaisquer ônus extras para o PALCOPARANÁ ou para os beneficiários.

3.13.- A CONTRATADA deverá isentar a taxa de emissão do cartão, bem como a de reemissão.

3.14.- A CONTRATADA responsabilizar-se-á por quaisquer danos decorrentes de clonagem ou outro meio que inviabilize a utilização correta dos cartões, devendo repor os créditos existentes quando da informação e constatação do uso indevido, devendo a contratada dispor de meios tecnológicos de segurança tornando a utilização segura ao usuário.

4. DO SISTEMA INFORMATIZADO DE GERENCIAMENTO DOS BENEFÍCIOS:

4.1.- A CONTRATADA deverá disponibilizar via Internet, um sistema acessível que permita as seguintes operações:

4.1.1.- Funcionalidades ao PALCOPARANÁ:

- Inclusão/exclusão/consulta de beneficiários e seus dados (nome, CPF, tipo do benefício, número do cartão, tipo e valor do benefício).
- Alteração de cadastro da empresa.
- Alteração de cadastro do beneficiário, (nome, CPF, tipo do benefício, número do cartão, tipo e valor do benefício).
- Solicitação de cartões.
- Bloqueio de cartões.
- Solicitação de remissão de cartões.
- Envio de arquivo de pedidos de créditos, em formato.doc, .pdf, .xls, informando nome, cpf, valor, tipo de benefício.
- Solicitação de pedidos individualmente, para profissional específico e em determinado valor.
- Exclusão e alteração do benefício.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 211
Mov. 19
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 842
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

- Acompanhamento do status das solicitações.
- Reversão de créditos, sendo disponibilizados ao PALCOPARANÁ efetuar estorno de valores já creditados.
- Consulta e emissão de relação atualizada da rede de estabelecimentos conveniados.

4.1.2.- Funcionalidades a ser disponibilizadas aos usuários/beneficiários do PALCOPARANÁ:

- Alteração de senha.
- Bloqueio de cartão.
- Solicitação de remissão de cartão.
- Emissão de extrato detalhado com a data, valor dos créditos e dos débitos e locais de utilização.
- Consulta e emissão de relação atualizada da rede de estabelecimentos comerciais conveniados.

4.2.- A CONTRATADA deverá permitir a manutenção dos créditos já disponibilizados ao usuário, na hipótese dele deixar de integrar o sistema de cartão ou ter suspensa sua participação por qualquer motivo. A manutenção deverá se dar no período mínimo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da última disponibilização, não podendo haver o bloqueio do cartão.

5. SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CLIENTE:

5.1.- A contratada deverá disponibilizar serviço de atendimento ao cliente (SAC) 24 (vinte e quatro) horas por dia, por meio telefônico, para serviço de bloqueio e desbloqueio de cartões, bem como consulta de saldos. O serviço deverá ser disponibilizado através de discagem direta gratuita.

5.2.- Para atendimento, a identificação do usuário/beneficiário junto ao serviço ao Cliente, será mediante dados do cartão ou CPF do usuário/beneficiário, sem que seja necessário informar dados sobre o PALCOPARANÁ.

6. DOS ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS:

6.1.- Mínimo de 10 (dez) estabelecimentos (supermercados/mercados) e 03 (três) redes de hipermercados em toda a cidade, e, no mínimo 02 (dois) estabelecimentos num raio de 2km de distância da sede do PALCOPARANÁ (Item 2).

6.2.- A rede credenciada deverá ser demonstrada até a data de assinatura do Contrato, cujo descumprimento será motivo para desclassificação.

6.3.- A contratada deverá comprovar, sempre que solicitado pelo PALCOPARANÁ, uma lista com a rede de estabelecimentos credenciados, com respectivos endereços, razão social e telefone.

6.4.- Durante a vigência do contrato, a CONTRATADA deverá disponibilizar e manter, a rede de estabelecimentos credenciados, buscando inclusão de novos estabelecimentos, a fim de ampliar e melhorar o atendimento dos usuários do cartão-alimentação/refeição.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 212
Mov. 19
PROTOCOLO
Fls. 843
Mov. 57
INTEGRADO DO ESTADO

7. ESTIMATIVA DOS BENEFICIÁRIOS E VALORES DOS BENEFÍCIOS:

Beneficiários	Valor diário do benefício	Estimativa de beneficiários (cartões)	Valor total mensal estimado	Valor total anual estimado
Funcionários	R$ 16,00	72	R$ 25.344,00	R$ 304.128,00

7.1.- Os valores podem variar dependendo do número de beneficiários, (caso ocorra posse de novos servidores ou exonerações) e também alteração do valor do benefício fixado em Convenção Coletiva de Trabalho.

7.2.- Os Funcionários que realizam jornada de 04h/dia receberão 50% (cinquenta por cento) do valor diário do benefício.

8. PROPOSTAS:

8.1.- A taxa de administração devera ser proposta em percentual, com duas casas decimais, que será aplicada sobre o valor consignado nos cartões, conforme Anexo II deste Termo – Modelo De Proposta De Preço.

8.2.- A proposta vencedora será aquela que oferecer a menor Taxa de Administração para o benefício, independentemente da modalidade, observada a taxa máxima admissível, de acordo com o item 9 do presente termo.

8.3.- O valor a ser cadastrado no sistema licitacoes-e, no campo “Valor Total do Lote”, deverá ser aquele obtido com o resultado da aplicação do percentual referente à taxa de administração sobre o valor hipotético de R$ 100,00 (cem reais), conforme item 9.4.- do Edital.

8.4.- Não poderão ser cobradas tarifas para emissão, reemissão, entrega, ou demais taxas, devendo toda e qualquer tipo de despesa estar compreendida no valor proposto a título de taxa de administração.

8.5.- O valor da segunda via deverá estar explicitado na proposta da licitante, sob pena de não ser considerada, caso a licitante seja vencedora da licitação.

8.6.- O valor desta taxa não será julgado como vantagem, uma vez que não integra o preço dos serviços, já que quem pagará pela 2ª via será o empregado que solicitar, em caso de perda, roubo, extravio.

9. TAXA MÁXIMA ADMISSÍVEL:

9.1.- A taxa máxima admissível para esta licitação é de 1% (um por cento), em conformidade com a pesquisa de mercado realizada pelo PALCOPARANÁ, anexa ao processo.

10. HABILITAÇÃO:

10.1.- Apresentação de atestado de capacidade técnica a ser expedido por pessoa jurídica do direito público ou privado, que comprove a prestação de serviços fornecidos compatíveis ao objeto deste termo de referência.

10.2.- Certidão que comprove o devido credenciamento, em vigência, no PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), do Ministério do Trabalho.

10.3.- Apresentação de demais documentos que comprovem a regularidade jurídica,

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

fiscal, trabalhista e econômico-financeira.

Fls. 213
Mov. 19
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 844
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

11. <u>PAGAMENTO</u>:

11.1.- O valor referente aos benefícios pagos aos empregados do PALCOPARANÁ e a taxa de administração serão quitados em até 05 (cinco) dias após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que esta esteja de acordo com os créditos consignados e a taxa de administração/emissão estabelecida na proposta de preços.

11.2.- O PALCOPARANÁ efetuará o pagamento dos valores mencionados no item 11.1 em parcelas mensais e sucessivas ou conforme solicitação.

11.3.- A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela CONTRATADA, obrigatoriamente com o número do CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e da proposta, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo aqueles de filiais e da matriz.

11.4.- As notas fiscais deverão ser enviadas para o seguinte endereço eletrônico: administrativo@palcoparana.org ou outro endereço a ser informado pela CONTRATANTE à CONTRATADA.

11.5.- O pagamento não isentará a CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações.

11.6.- Em caso de divergência entre o objeto da presente licitação e a Nota Fiscal/Fatura, todas as responsabilidades e possíveis custos gerados com a adequação do documento ficarão a cargo da CONTRATADA, e o prazo para pagamento será interrompido, reiniciando sua contagem a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura correta, caso em que não será devida nenhuma atualização financeira.

11.7.- O valor da contratação será composto de 02 (duas) parcelas, sendo uma, referente à remuneração dos serviços prestados (taxa de emissão e taxa de administração) e outra decorrente dos repasses dos valores, por meio de créditos inseridos nos cartões emitidos aos usuários.

11.8.- O PALCOPARANÁ estará eximido de cumprir os itens relativos às compensações financeiras nos casos em que a CONTRATADA houver concorrido direta ou indiretamente para a ocorrência do atraso.

11.9.- Os tributos, contribuições fiscais e parafiscais, bem como quaisquer outras despesas necessárias à execução dos serviços são de responsabilidade da CONTRATADA, podendo o PALCOPARANÁ exigir, a qualquer tempo, a comprovação de sua regularidade.

11.10.- A presente contratação será para fornecimento, sob demanda, de acordo com a necessidade do PALCOPARANÁ, não sendo esta obrigada a adquirir o valor total estimado. Portanto a empresa CONTRATADA não terá direito adquirido sobre o fornecimento do valor total estimado mensal de crédito.

11.11.- Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção dos tributos na fonte, de acordo com a Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 214
Mov. 19
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 845
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

12. <u>PRAZO DE VIGÊNCIA</u>:

12.1.- O prazo do presente contrato de prestação dos serviços terá a vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado ou modificado através de Termo Aditivo, nos termos do Artigo 103, II da Lei 15.608/07.

12.2.- O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93.

13. <u>OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA</u>:

13.1.- A CONTRATADA deverá prestar os serviços em compatibilidade com o contrato, observada as disposições da proposta, do Edital e do Termo de Referência.

13.2.- Para a execução dos serviços, a empresa CONTRATADA deverá fornecer todos os materiais necessários ao seu atendimento.

13.3.- Atender prontamente a exigências do PALCOPARANÁ, referentes ao objeto da presente contratação.

13.4.- É de responsabilidade da CONTRATADA todos os encargos e despesas necessárias à consecução dos serviços, objeto da presente contratação, bem como obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, ficando a CONTRATANTE isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos, inclusas demais obrigações tributárias e acessórias para dar cumprimento ao Contrato. Também é de responsabilidade da CONTRATADA arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades causadas ao PALCOPARANÁ e/ou a terceiros, provocados por ineficiência, irregularidades, negligência cometidas na execução do Contrato.

13.5.- A CONTRATADA deverá manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão em hipótese alguma qualquer relação de emprego com esta instituição.

13.6.- A CONTRATADA deverá, durante toda a execução do contrato, manter a compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório, sob pena de rescisão por descumprimento contratual.

13.7.- A CONTRATADA deverá comprovar sempre que solicitado, que está cumprindo a legislação em vigor, quanto às obrigações assumidas na licitação, como encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários e fiscais.

13.8.- A CONTRATADA não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência e concordância do PALCOPARANÁ.

13.9.- Não será permitida a subcontratação.

13.10.- Será admissível a continuidade do contrato quando houver fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com outra pessoa jurídica, desde que:

a) Sejam observados pela pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original.

b) Sejam mantidas as cláusulas e condições contratuais.

c) Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência do PALCOPARANÁ.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 215
Mov. 19
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 846
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

d) A alteração subjetiva a que se refere este item deverá ser feita por termo aditivo ao contrato.

13.11.- A CONTRATADA deverá apresentar comprovante de registro no PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador (Lei nº 6.321/1976), e conformidades com as Leis Trabalhistas vigentes.

13.12.- A CONTRATADA deverá realizar a comprovação de capacidade técnica, através de atestado, onde conste o desempenho da licitante, fornecido por empresas, em papel timbrado e identificação do atestante.

13.13.- A CONTRATADA deverá realizar a manutenção de nutricionistas em seu quadro de empregados no Estado do Paraná, caso possua filial ou matriz no Paraná, com a finalidade de fiscalizar as condições dos estabelecimentos credenciados.

13.14.- A CONTRATADA deverá promover a sinalização por adesivos e selos identificadores e outros serviços de apoio e logística que otimizem e facilitem o uso pelos beneficiários da sua rede de estabelecimentos credenciados/conveniados.

13.15.- A CONTRATADA deverá garantir o sigilo das informações pessoais dos usuários sendo vedada a utilização dos dados para qualquer outro fim que não seja o previsto nesta licitação.

13.16.- O reembolso aos estabelecimentos credenciados é de inteira responsabilidade da CONTRATADA, que deverá ser feito pontualmente, durante o período da sua validade, independente da vigência do contrato, ficando claro que o PALCOPARANÁ não responderá por esse reembolso.

13.17.- O PALCOPARANÁ poderá solicitar a comprovação do reembolso à rede credenciada a qualquer momento, a partir do início da contratação. O não atendimento pela CONTRATADA poderá acarretar em penalidades contratuais.

14. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE:

14.1.- O PALCOPARANÁ, por seus representantes, deverá fornecer informações necessárias à perfeita execução do objeto contratado, bem como deverá efetuar os pagamentos nas datas e condições estabelecidas, conforme item 11.1.

15. PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO:

15.1.- A fiscalização na entrega e controle referente à quantidade e qualidade da prestação dos serviços será de competência e responsabilidade do PALCOPARANÁ.

16. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

16.1.- As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta do PALCOPARANÁ, cujos recursos financeiros são disponibilizados por força do contrato de gestão assinado com o Estado do Paraná (denominação dada pela Lei n.º 18.381, de 15/12/2014), tendo como intermediário o Centro Cultural Teatro Guaíra.

16.2.- Para atendimento ao pagamento para este contrato, conta-se com a dotação orçamentária disponibilizada através do Orçamento do Projeto Atividade n.º 4448 – Gerenciamento do Contrato de Gestão com PALCOPARANÁ, dotação 05132.5132.13.392.15.4448.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 216
Mov. 19
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 847
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

17. <u>SANÇÕES ADMINISTRATIVAS</u>:

17.1.- Pela inexecução total ou parcial do Contrato, o **PALCOPARANÁ**, poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA**, as sanções previstas no artigo 147 e seguintes da Lei 15608/07 e/ou artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

18. <u>LOCAL DA ENTREGA DOS CARTÕES</u>:

Rua XV de Novembro, 971, Centro, Curitiba – PR, CEP 80060-000.

Curitiba, 12 de Julho de 2019

Nicole Lemanczyk
Diretora Administrativa Financeira
PALCOPARANA

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 217
Mov. 19
PROTOCOLO
Fls. 848
Mov. 57
INTEGRADO DO ESTADO

EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO
FORNECIMENTO DE VALE-ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO ATRAVÉS DE CARTÃO COM CHIP ELETRÔNICO DE SEGURANÇA

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO

Curitiba, de de 2019.

Ao Serviço Social Autônomo PALCOPARANÁ,

Rua XV de Novembro, 971, Centro,

Curitiba–PR

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO 01/2019

Prezados Senhores:

Apresentamos, a seguir, nossa proposta de preço, base JULHO 2019, elaborada em conformidade com as especificações contidas no edital em referência:

1. OBJETO, ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS E PREÇO PROPOSTO- LOTE ÚNICO

VALOR GLOBAL(VG) = R$ xxx,xx (xxxx reais e xx centavos)

Sendo VG =

Valor Mensal de Créditos (VMC)	Nº de Funcionários (NF)	Taxa de Administração (TA)	Meses (M)
R$ 352,00	72	X,XX%	12

TOTAL DO CONTRATO = VMC x NF x (1+TA) x 12

Obs.: A taxa de administração poderá ser negativa (desconto), igual a zero, ou positiva, contudo não poderá ser superior a 1%.

2. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

O prazo de validade da presente proposta é de 90 (noventa) dias contados da data da disputa.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 218
Mov. 19
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 849
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

3. <u>IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE</u>

Nome ou razão social:

CNPJ/MF nº:

Endereço completo (logradouro, nº, bairro, cidade, Estado):

Fone/Fax Endereço eletrônico:

Nome do representante da empresa indicado para contato:

Cargo:

Fone/Fax E-mail:

A presente proposta foi elaborada com estrita observância às exigências do edital do Pregão Eletrônico em referência e seus anexos, e foram considerados os custos diretos e indiretos inclusive frete, tributos e/ou taxas, impostos e etc.

O prazo de entrega do serviço será de no máximo 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço, pela CONTRATADA, conforme as condições descritas neste Edital.

Local e data

(nome da proponente e

nome/RG/assinatura de seu representante legal ou de seu procurador)

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 219
Mov. 19
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 850
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO
FORNECIMENTO DE VALE-ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO ATRAVÉS DE CARTÃO COM CHIP ELETRÔNICO DE SEGURANÇA

ANEXO III - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO

A licitante arrematante deverá encaminhar ao Serviço Social Autônomo **PALCOPARANÁ** no prazo máximo de 03 (três) dias úteis após o encerramento da disputa, com a finalidade de comprovar a habilitação jurídica, a qualificação técnica, a qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art.7º da Constituição Federal os seguintes documentos:

1. PROPOSTA:

1.1 Planilha de custos com especificação detalhada e preço unitário, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, contendo, no máximo duas casas após a vírgula (anexo II).

2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

2.1 Apresentar um dos documentos a seguir, de acordo com o regime jurídico da proponente:

a) registro comercial, no caso de empresa individual;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores.

2.2 A comprovação do Ato Constitutivo em vigor poderá ser feita mediante apresentação do Contrato Social, ou do Estatuto, acompanhado de todas as alterações posteriores, se houver, ou pelo Contrato Consolidado acompanhado das alterações posteriores, se houver ou, ainda, pela Certidão Simplificada da Junta Comercial.

3. REGULARIDADE FISCAL:

3.1 Apresentar os documentos a seguir, em plena validade na data de abertura da licitação:

a) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

b) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual ou do Distrito Federal, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos com os Tributos e Contribuições Estaduais ou do Distrito Federal do domicílio da licitante;

c) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação Certidão Negativa de Débitos com os Tributos e Contribuições Municipais (exceto Imobiliários) do domicílio da licitante;

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 220
Mov. 19
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 851
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

d) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) expedido pela Caixa Econômica Federal;

e) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral ou prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ/MF da licitante;

f) prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, na forma da Lei Federal nº 12.440/11.

4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

4.1 Certidão Negativa de Falência, ou Certidão Negativa de Insolvência Civil e/ou Execução Patrimonial Concursal, expedida pelo cartório distribuidor do domicílio da proponente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias anteriores da data fixada para abertura do presente Pregão.

4.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação econômico-financeira da empresa que será extraída do balanço patrimonial, mediante cálculo dos seguintes índices:

Índice de liquidez Corrente (ILC) igual ou superior a 1,0 (um) apurado pelo quociente:

$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Índice de liquidez Geral (ILG) igual ou superior a 1,0 (um) apurado pelo quociente:

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a longo prazo}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a longo prazo}}$$

Grau de endividamento (GE) igual ou inferior a 0,80 (zero vírgula oitenta) apurado pelo quociente:

$$GE = \frac{\text{Passivo Circulante + Exigível a longo prazo}}{\text{Ativo Total}}$$

a) O cálculo dos índices deverão ser apresentados pela proponente por meio de declaração assinada por responsável pela empresa e pelo contador.

5. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal

- Declaração firmada pela proponente de que não possui, em seu quadro funcional, menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e nem menor de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

aprendiz, a partir dos catorze anos (modelo do Anexo IV).

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 221 Mov. 19
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 852 Mov. 57

- DOCUMENTO COMPLEMENTAR
- Declaração de que se encontra desimpedida de participar da licitação, obrigando-se ainda, a declarar, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo da habilitação (modelo do Anexo IV).
- Declaração de cumprimentos dos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, de acordo com o Decreto nº 6252 de 22 de Março de 2006 (anexo V).
- Declaração de enquadramento no regime de microempresa ou empresa de pequeno porte de acordo com Modelo (Anexo VI) quando cabível.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 222
Mov. 19
PROTOCOLO
Fls. 853
Mov. 57
INTEGRADO DO ESTADO

EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO
FORNECIMENTO DE VALE-ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO ATRAVÉS DE CARTÃO COM CHIP ELETRÔNICO DE SEGURANÇA

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ARTIGO 27, INCISO V, DA LEI Nº 8.666/93
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO

DECLARAÇÃO

A (empresa) ,inscrita no CNPJ/MF sob o nº , participante do Pregão Eletrônico 01/2019, declara para os devidos fins, sob as penas da Lei, que:

1) não utiliza mão de obra direta ou indireta de menor de 18 (dezoito) anos para realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determinação constitucional e Lei nº 9.854/99;

2) inexistem fatos impeditivos para a habilitação desta empresa na presente licitação e não pesa contra a mesma declaração de inidoneidade expedida por Órgão da Administração Pública, estando ciente da obrigatoriedade de declarar a ocorrência de fatos supervenientes, conforme art. 32, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

Local e data

(nome da proponente e

nome/RG/assinatura de seu representante legal ou de seu procurador)

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 223
Mov. 19
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 854
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO
FORNECIMENTO DE VALE-ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO ATRAVÉS DE CARTÃO COM CHIP ELETRÔNICO DE SEGURANÇA

ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DECRETO ESTADUAL nº 6252/2006
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO

DECLARAÇÃO

*A (empresa)*_ _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº___, participante do Pregão Eletrônico **01/2019**, declara para os devidos fins, sob as penas da Lei, que:

1) Atende e subordina-se aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade sócio-ambiental, previstos no Decreto Estadual nº 6252, 22/03/2006 e nas demais normas legais de proteção ao meio ambiente.

Local e data

(nome da proponente e

nome/RG/assinatura de seu representante legal ou de seu procurador)

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 224
Mov. 19
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 855
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO
FORNECIMENTO DE VALE-ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO ATRAVÉS DE CARTÃO COM CHIP ELETRÔNICO DE SEGURANÇA

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO

DECLARAÇÃO

A (empresa) _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº ___ _____, Inscrição Estadual nº _____, com sede localizada no endereço ___ _____, por intermédio de seu representante legal Sr(a) _____, RG , CPF _____, declara, sob sanções administrativa cabíveis e sob as penas da lei, ser (microempresa ou empresa de pequeno porte) nos termos da legislação em vigor, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no parágrafo 4º do Artigo 3º da Lei Complementar nº123/06.

1) ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER ACOMPANHADA DA CERTIDÃO EXPEDIDA PELA JUNTA COMERCIAL, conforme artigo 8º da Instrução Normativa nº 103 de 30/04/2007 - DNRC - Departamento Nacional de Registro no Comércio.

Local e data

(nome da proponente e

nome/RG/assinatura de seu representante legal ou de seu procurador)

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 225
Mov. 19
PROTOCOLO
Fls. 856
Mov. 57
INTEGRADO DO ESTADO

EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO
FORNECIMENTO DE VALE-ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO ATRAVÉS DE CARTÃO COM CHIP ELETRÔNICO DE SEGURANÇA

ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO AO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO

PREGÃO ELETRÔNICO: xx/2019
TIPO: MENOR PREÇO
REGIME DE CONTRATAÇÃO: MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

A Empresa_____, devidamente inscrita no CNPJ sob nº. _____, com sua sede à (endereço completo), por seu representante legal o (a) Sr (a) _ , portador (a) do RG nº.___, e do CPF nº._____

em conformidade com o disposto no art. 4º, inciso VII, da Lei nº. 10.520/02 **DECLARA** que está apta a cumprir plenamente todos os requisitos exigidos no Edital que rege o certame acima indicado.

Local e data

(nome da proponente e

nome/RG/assinatura de seu representante legal ou de seu procurador)

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 226
Mov. 19
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 857
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO
FORNECIMENTO DE VALE-ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO ATRAVÉS DE CARTÃO COM CHIP ELETRÔNICO DE SEGURANÇA

ANEXO VIII - MINUTA DO CONTRATO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO

Contrato para fornecimento de Vale-alimentação/Refeição aos Empregados do SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ e a xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx vencedora do Pregão Eletrônico nº 001/2019,

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 25.298.788/0001-95, com sede na Rua XV de Novembro, 971, Centro, Curitiba, Paraná, CEP: 80.060-000, neste ato devidamente representado pela sua Diretora Presidente, em pleno exercício de seu mandato e funções, NICOLE BARÃO RAFFS, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG. n°. 5.425.636-1 SSP/PR e CPF sob n°. 020.621.669-66, residente e domiciliado nesta Capital, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa **xxxxxxxxxxxx,** estabelecida na rua xxxxxxxxxxx, nº xxx, xxxxxx, Curitiba/PR, inscrita no CNPJ sob nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, legalmente representada por xxxxxxxxxxxxxx, brasileiro/a, estado civil, portador da cédula de identidade nº xxxxxxxxx/PR e do CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, residente e domiciliado em Curitiba/PR, daqui por diante denominada simplesmente CONTRATADA firmam o presente Contrato de Prestação de Serviços de Gerenciamento de Créditos em cartão Alimentação/Refeição**,** tudo em conformidade com as especificações previamente estabelecidas no Termo de Referência do processo xx.xxx.xxx-x, em decorrência de Pregão Eletrônico e proposta da Contratada, os quais desde já ficam fazendo parte integrante e inseparável desse instrumento, independentemente de transcrição, o qual obedece ao preceituado pela Lei Federal nº. 8.666, de 21/06/1993 e suas alterações introduzidas posteriormente, bem como pela Lei Estadual 15.608/2007 e demais dispositivos que regem a matéria, mediante as cláusulas e condições abaixo descritas.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 227
Mov. 19
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 858
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

CLÁUSULA PRIMEIRA - Documentos Integrantes Deste Contrato

O fornecimento do Vale-alimentação/refeição obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como as disposições constantes dos documentos adiante enumerados, que compõem o processo de Pregão Eletrônico e que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato:

- Edital de Pregão Eletrônico nº xx/2019 com todos os seus Anexos;
- Proposta e documentos que a acompanham, firmados pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do Objeto

O presente contrato tem por objeto o fornecimento de Vale-alimentação/refeição, através de créditos mensais em cartões magnéticos, para empregados da CONTRATANTE, de acordo com as condições e especificações constantes do Edital do Pregão Eletrônico xx/2019 e conforme proposta comercial da empresa CONTRATADA datada de .... /..... /.....

CLÁUSULA TERCEIRA - Do Preço

A CONTRATANTE se obriga a pagar à CONTRATADA os seguintes valores:

VALOR GLOBAL(VG) = R$ XXX,XX (XXXXX reais e XX centavos)

Sendo VG =

Valor Mensal de Créditos (VMC)	Nº de Funcionários (NF)	Taxa de Administração (TA)	Meses (M)
R$ xxx,xx	xx	X,XX%	12

VG = VMC x NF x (1+TA) x 12

Parágrafo Primeiro: A quantidade prevista nesta Cláusula é uma estimativa, podendo variar de acordo com a quantidade de empregados existentes na CONTRATANTE e o benefício previsto na Convenção Coletiva da Categoria, não cabendo à CONTRATADA quaisquer direitos caso referidos valores não sejam atingidos durante a vigência do Contrato.

Parágrafo Segundo: Na hipótese de alteração do valor mensal dos créditos ou do total de empregados da CONTRATANTE, o percentual da taxa de administração deverá ser mantido.

CLÁUSULA QUARTA - Do Pagamento

Cumpridas as obrigações contratuais dispostas neste instrumento e no edital do Pregão Eletrônico xx/2019, o pagamento será efetuado pela CONTRATANTE em até 05 (cinco) dias após a data do protocolo de entrega da Nota Fiscal, devidamente atestada pela fiscalização competente.

Parágrafo Primeiro: O pagamento será efetivado via sistema eletrônico até a data do vencimento, à ordem do favorecido, no banco, agência e conta designados, ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, não podendo ser

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 228
Mov. 19
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 859
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

imposta qualquer espécie de multa ou juros moratórios por demora de até 03 (três dias) úteis que ultrapassar a data do vencimento, após a data da referida Ordem Bancária, se emitida tempestivamente.

Parágrafo Segundo: Ocorrendo atraso para pagamento superior ao prazo previsto, a CONTRATANTE pagará o principal acrescido da correção oficial vigente à época, aplicada a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional, *pro rata die.*

Parágrafo Terceiro: O CNPJ/MF constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta, sob pena de não ser efetuado o pagamento.

Parágrafo Quarto: Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que tenha sido imposta à CONTRATADA pela CONTRATANTE, em decorrência de penalidade ou inadimplência, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo Quinto: O pagamento somente será realizado mediante apresentação de comprovantes de não existência de débitos com a Previdência, FGTS e certidões negativas de débitos referentes à Fazenda Federal, Estadual e Municipal.

CLÁUSULA QUINTA - Obrigações Da Contratada:

a) Fornecer a quantidade de cartões de acordo com o número atual de empregados sem ônus para a CONTRATANTE até o prazo de 10(dez) dias após assinatura deste instrumento contratual;

b) Creditar até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, os valores devidos de acordo com o solicitado;

c) Fornecer à CONTRATANTE nota fiscal/fatura dos valores provisionados mais taxa de administração;

d) Contar com uma rede de estabelecimentos que estejam integrados ao Sistema oferecido pela CONTRATADA, adaptando-se às necessidades da CONTRATANTE, conforme item 6.1 do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico xx/2019;

e) Assegurar aos usuários do Sistema atendimento satisfatório, através dos estabelecimentos integrantes da rede;

f) Reembolsar os estabelecimentos credenciados, no tocante ao valor do benefício contido nos cartões utilizados, na forma ajustada entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA;

g) Personalizar os cartões magnéticos a serem fornecidos, com fundo de segurança, código, nome da empresa fornecedora e compradora, valor em algarismos e validade;

h) Entregar os cartões de Vale-alimentação / refeição no local previamente ajustado pela parte CONTRATANTE;

i) Manter atualizadas junto à CONTRATANTE as provas de sua adimplência com a Seguridade Social (Certidão Negativa de Débitos – CND), bem como da quitação de impostos e outros gravames que incidam sobre a atividade do contrato, sob pena de suspensão dos pagamentos a que tiver direito;

j) Fornecer suporte técnico para solução de eventuais problemas constatados pela CONTRATANTE;

k) Assegurar aos usuários o crédito mensal eletrônico, bem como, o funcionamento do

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 229
Mov. 19
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 860
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

sistema online, com a possibilidade de contato telefônico por meio de SAC, de forma gratuita e 24h por dia, o qual englobe serviços de comunicação de perda, roubo, extravio ou dano, bloqueio e desbloqueio e solicitação de 2ª (segunda) via de cartão magnético e/ou eletrônico e senha;

l) Substituir, obrigatoriamente, os cartões que apresentarem qualquer tipo de defeito, sem qualquer ônus ou custo adicional;

m) Ter obrigatoriamente em sua rede conveniada estabelecimentos comerciais nas localidades indicadas nos itens 6.1 do Anexo I (Termo de Referência), mantendo, nos referidos estabelecimentos, em locais de fácil visualização, a indicação de adesão por meio de placas, selos identificadores, adesivos ou qualquer outro meio de identificação;

n) Providenciar o credenciamento de outros estabelecimentos, caso ocorra alteração da rede conveniada, de forma a garantir o padrão de qualidade e atendimento, em número suficiente de estabelecimentos, durante todo o Contrato, inclusive quando solicitado, se constatadas irregularidades no estabelecimento conveniado, tais como: má qualidade da alimentação e falta de higiene;

o) Garantir a qualidade de sua rede conveniada, fiscalizando as instalações internas e externas dos estabelecimentos conveniados, condições de higiene, bem como a qualidade da alimentação servida, de acordo com as determinações contidas no PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador) e demais legislações aplicáveis à espécie;

p) Permitir o acúmulo de créditos e disponibilizar os valores remanescentes dos respectivos cartões enquanto durar a vigência do contrato;

q) Disponibilizar a CONTRATANTE, sistema próprio para pedidos de créditos mensais, solicitação de emissão dos cartões, no prazo de 10 (dez) dias corridos da assinatura do Contrato. Este sistema deverá possibilitar também o acompanhamento dos pedidos e consulta via WEB;

r) Manter sigilo quanto às informações dos empregados do PALCOPARANÁ contidas no banco de dados da Contratada;

s) Informar à Administração sobre a ocorrência de fatos que possam interferir, direta ou indiretamente, na entrega a ser efetuada.

Parágrafo Primeiro: As características dos cartões (formato, impressão, e outras), pertencem exclusivamente à CONTRATADA, cabendo-lhe o direito de alterá-las ou substituí-las segundo seus critérios, sem qualquer consulta à CONTRATANTE, desde que, obedeça aos critérios do item “g” da presente cláusula;

Parágrafo Segundo: Não ocorrendo o crédito nos cartões no prazo previsto no item “b” desta cláusula, a CONTRATADA pagará multa de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do montante a ser suprido nos cartões magnéticos.

CLÁUSULA SEXTA - Obrigações Da Contratante:

a) Encaminhar planilha com quantitativo de empregados e informações necessárias para emissão dos cartões;

b) Efetuar o pagamento correspondente aos créditos acrescidos da taxa de administração, no prazo previsto na Cláusula 4ª;

c) Exercer a fiscalização dos produtos e serviços por servidores especialmente designados e documentar as ocorrências havidas;

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 230 Mov. 19
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 861 Mov. 57

d) Proporcionar à CONTRATADA as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratados;

e) Prestar aos empregados da CONTRATADA todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados;

f) Efetuar os pagamentos devidos;

g) Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo;

h) Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.

CLÁUSULA SÉTIMA - Da Responsabilidade Do Gerenciamento

A CONTRATANTE gerenciará o presente contrato, através do Setor de Administrativo, o qual é responsável pela conferência do recebimento, controle da qualidade e prazos do serviço entregue. Fica indicada primeiramente como gestora do presente contrato a empregada da CONTRATANTE, a Sra. Nicole Lemanczyk.

CLÁUSULA OITAVA - Da Vigência

A vigência do presente instrumento será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do presente instrumento, podendo ser prorrogado, se houver interesse das partes, nos termos do art. 103, II da Lei Estadual 15.608/07.

CLÁUSULA NONA - Das Penalidades

O não cumprimento das obrigações contratuais ensejará a aplicação das seguintes sanções, independentemente de outras previstas em lei:

I – Advertência;

II – Multas por inadimplência contratual: de mora de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso e compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da licitação por inadimplência total ao pactuado e ainda nos casos previstos no art. 152 – incisos I a III da lei 15.608/07.

II – Suspensão temporária do direito de licitar, de contratar com a Administração e, se for o caso, descredenciamento no CLE/SEAP, pelo prazo de até 02 (dois) anos, nos termos do art. 154 e seus incisos da Lei Estadual n.º 15.608/2007 ou enquanto perduram os motivos determinantes da punição.

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, após regular processo administrativo, onde fica garantido o direito a defesa e o exercício do amplo contraditório, conforme previsto nos incisos V e VI a seguir descrito,

V – As penalidades previstas nos incisos I, II, III e IV serão aplicadas mediante processo administrativo, pela autoridade competente responsável pela instauração e homologação do certame, garantindo-se o contraditório e ampla defesa ao interessado.

VI – Todas as penalidades descritas neste contrato somente serão aplicadas após a instauração de regular Processo Administrativo com o exercício da ampla defesa e o cumprimento do princípio constitucional do contraditório.

VII – As penalidades acima previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 231
Mov. 19
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 862
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

isolada ou cumulativamente.

VIII – As multas aplicadas deverão ser recolhidas à conta da CONTRATANTE no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação, podendo o seu valor ser descontado do documento de cobrança, na ocasião de seu pagamento.

IX – As multas, quando não recolhidas ou descontadas no prazo descrito no item anterior deste contrato sofrerão reajuste pelo Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas (IGPM/FGV).

X – Além das multas estabelecidas, a CONTRATANTE poderá recusar os bens, se sua prestação não estiver de acordo com o exigido na descrição do objeto deste contrato e demais documentos que o compõem, e não for corrigida imediatamente.

XI – As sanções poderão ser relevadas nas hipóteses de não cumprimento das obrigações por motivo de caso fortuito e de força maior, devidamente justificadas e comprovadas.

XII – Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Cadastro de Licitantes do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA - Dos Casos De Rescisão

O inadimplemento, por parte da CONTRATADA, das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato nos termos do artigo 128 e seguintes da Lei Estadual 15.608/07, assegurará à CONTRATANTE o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação por escrito, através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento.

Parágrafo Primeiro: Fica a critério do representante da CONTRATANTE declarar rescindido o contrato, nos termos do "*caput*" desta cláusula ou aplicar as multas de que trata a cláusula décima segunda deste contrato.

Parágrafo Segundo: Fica este contrato rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, em qualquer dos seguintes casos**:**

I – Não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos.

II – Cometimento de irregularidade grave no cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos.

III – Atraso injustificado da entrega do bem licitado.

IV – se forem frequentes e fundamentadas as reclamações quanto à qualidade dos serviços;

V – Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE, devidamente deduzidas em processo administrativo regularmente instaurado.

VI – Atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes de serviços prestados, salvo em caso de calamidade pública, grave per turbação da ordem interna ou guerra.

VII – Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 232
Mov. 19
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 863
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

VIII – Decretação de falência, pedido de concordata ou instauração de insolvência civil da CONTRATADA;

IX – fusão ou incorporação à outra empresa sem prévia concordância da CONTRATANTE;

X – se a CONTRATADA revelar incapacidade, desaparelhamento ou inidoneidade durante a prestação dos serviços;

XI – Descumprimento do disposto no inciso V, do art. 73 da Lei nº 15.608/07.

***Parágrafo Terceiro*:** A rescisão deste contrato poderá ser:

I – Determinada por ato unilateral e escrito nos casos enumerados neste contrato.

II – Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração.

III – Judicial, nos termos da legislação processual, vigente à época da rescisão contratual.

Parágrafo Quarto: Nos casos de rescisão administrativa ou amigável que tratam, respectivamente, os itens I e II, do parágrafo anterior, haverá precedência de autorização escrita e fundamentada da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Das Alterações Contratuais

Este contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65 da Lei n.º 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Disposição Especial

Eventuais divergências entre o presente contrato e o Edital de Licitação nº xx/2019, prevalecerá os dispositivos do Edital nº xx/2019.

CLÁUSULA DÉCIMA TERÇA - Dos Casos Omissos

Os casos omissos serão resolvidos pela CONTRATANTE, à luz da legislação, da jurisprudência e da doutrina aplicável à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Do Foro

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, capital do Estado do Paraná, para dirimir quaisquer questões relativas a este contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo com o ajustado e contratado, as partes, através de seus representantes, firmam o presente contrato, em três vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

Curitiba, ... de..... de 2019.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 233
Mov. 19
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 864
Mov. 57

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ

CONTRATADA:

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: **Nome:**
CPF nº **CPF nº**

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 12/07/2019 17:12.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 234
Mov. 20
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 865
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

a Concessão da Licença de Operação, válida até 31/10/2019 - LO-17/0110 para o Comércio Varejista de Combustíveis situada à Rua Martim Afonso, 700 - Curitiba - PR.

66754/2019

SÚMULA DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO
AUTO POSTO COLOSSAL MERCES LTDA, CNPJ 23.859.521/0001-02 torna público que requereu à Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba - SMMA a Renovação da Licença de Operação, para o Comércio Varejista de Combustíveis situada à Rua Martim Afonso, 700 - Curitiba - PR.

66750/2019

PALCOPARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO 01/2019 ID: 772945

Protocolo: 15.417.176-2
Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de cartão alimenta/refeição, conforme *Anexo* I.
Preço Máximo da Taxa de Administração: R$ 101,00 (cento e um reais).
Tipo: Menor Preço
Limite de acolhimento propostas: 30/07/2019 Horário**:** 14h00
Data da disputa de preços: 30 de julho de 2019 Horário**:** 14h30
Local: Site: www.licitacoes-e.com.br
Mais Informações: Rua XV de Novembro, 971 – Centro – Curitiba/Pr; fones 3304-7937 ou 3304-7929 ou no site acima citado.

Curitiba, 15 de julho de 2019

66330/2019

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO
RDS INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS PLASTICAS LTDA torna público que recebeu do IAP, a Licença de Operação para fabricação de embalagens de material plástico instalada à Rua Graça Aranha, 862, Vargem Grande, Pinhais - PR, CEP 83321020.

64953/2019

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO
RI-CAO PET FOODS LTDA - CNPJ 11.220.970/0001-19 torna público que irá requerer ao IAP, a Licença de Operação para FABRICAÇÃO DE RAÇÕES BALANCEADAS E DE ALIMENTOS PREPARADOS PARA ANIMAIS instalada RUA CRISTIANO KUSSMAUL 1248 - RES INTERLAGOS - APUCARANA - PR..

66197/2019

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA
RI-CAO PET FOODS LTDA - CNPJ 11.220.970/0001-19 torna público que recebeu do IAP, a Licença Prévia para FABRICAÇÃO DE RAÇÕES BALANCEADAS E DE ALIMENTOS PREPARADOS PARA ANIMAIS a ser implantada RUA CRISTIANO KUSSMAUL 1248 - RES INTERLAGOS - APUCARANA - PR..

66181/2019

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA SIMPLIFICADA
Roga Distribuidora de Pecas e Lubrificantes LTDA torna público que irá requerer à Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Foz do Iguacu, a Licença Simplificada para Comercio Varejista de Lubrificantes a ser implantada na Avenida Republica Argentina, 5101, Vila Borges.

66524/2019

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA
ROMALIGA Indústria e Comércio de Ligas Metálicas Ltda torna público que irá requerer ao IAP, a Licença Prévia para ampliação da fundição de alumínio, recuperadora de sucatas e resíduos metálicos, a ser implantada Av. Luis Pasteur, nº 485, Cilo 3, Município de Londrina, Estado do Paraná.

66368/2019

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
BANDEIRANTES – PR

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Presencial Nº 17/2019

O SAAE – Serviço Autonomo de Água e Esgoto de Bandeirantes/PR avisa os interessados que realizará no dia 29/07/2019 às 09:00 (horário de Brasília), a licitação em referência, que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA AQUISIÇÃO DE IMPRESSORAS TERCMICAS PARA EMISSÃO DE FATURAS DO SAAE DE BANDEIRANTES PR. A retirada do edital será feita no departamento de Licitações ou através do sítio eletrônico www.saaebandeirantes.com.br. A entrega dos envelopes contendo a documentação e proposta poderá ser feita até as 29/07/2019 às 09:00 no Setor de Protocolo desta Autarquia.
Bandeirantes-PR, 12/0

CARLOS ELIAS TO
Diretor

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁG
BANDEIRANTES

AVISO DE LICITA
Pregão Presencial Nº
O SAAE – Serviço Autonomo de Água e Esgoto de Bandeirantes/PR avisa os interessados que realizará no dia 30/07/2019 às 09:00 (horário de Brasília), a licitação em referência, que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA AQUISIÇÃO DE HIDRÔMETROS PARA O SAAE BANDEIRANTES-PR. A retirada do edital será feita no departamento de Licitações ou através do sítio eletrônico www.saaebandeirantes.com.br. A entrega dos envelopes contendo a documentação e proposta poderá ser feita até as 30/07/2019 às 09:00 no Setor de Protocolo desta Autarquia.
Bandeirantes-PR, 12/07/2019.

CARLOS ELIAS TOSTES
Diretor

66407/2019

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
BANDEIRANTES – PR

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Presencial Nº 19/2019

O SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Bandeirantes/PR avisa os interessados que realizará no dia 31/07/2019 às 09:00 (horário de Brasília), a licitação em referência, que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTE PARA DIVERSOS EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS PERTENCENTES AO SAAE BANDEIRANTES-PR. A retirada do edital será feita no departamento de Licitações ou através do sítio eletrônico www.saaebandeirantes.com.br. A entrega dos envelopes contendo a documentação e proposta poderá ser feita até as 31/07/2019 às 09:00 no Setor de Protocolo desta Autarquia.
Bandeirantes-PR, 12/07/2019.

CARLOS ELIAS TOSTES
Diretor

66409/2019

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO
Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE, CNPJ: 75.624.478/0001-91 torna público que recebeu do IAP, a Licença de Operação para Estação de Tratamento de Esgoto instalada Estrada Antiga para Yara s/n - Bairro Águas das Antas, Fazenda Laranjinha - Bandeirantes/PR. Validade 04/06/2025.

65057/2019

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO
SAFRAS INSUMOS AGRÍCOLAS LTDA torna público que irá requerer ao IAP, a Renovação da Licença de Operação para POS COLHEITAS E BENEFICIAMENTODE PRODUTOS AGRICOLAS, EXCETO MOAGEM DE TRIGO E FABRICACAO DE DERIVADOS E CULTIVOS DE CEREAIS instalada NA ROD. PR 473, KM 01, S/N, MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO IGUACU, PARANA.

66687/2019

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO
SAFRAS INSUMOS AGRÍCOLAS LTDA torna público que irá requerer ao IAP, a Renovação da Licença de Operação para comercio atacadista de defensivos agricolas, adubos, fertilizantes e corretivos de solo instalada NA ROD. PR 473, KM 01, S/N, MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO IGUACU, PARANA.

66704/2019

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO
SAFRAS INSUMOS AGRÍCOLAS LTDA torna público que irá requerer ao IAP, a Renovação da Licença de Operação para comercio atacadista de defensivos agricolas, adubos, fertilizantes e corretivos de solo instalada NA ROD. PR 281, KM 01, BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA, MUNICIPIO DE DOIS VIZINHOS, PARANA.

66707/2019

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO
SAFRAS INSUMOS AGRÍCOLAS LTDA torna público que irá requerer ao IAP, a Renovação da Licença de Operação para POS COLHEITAS E BENEFICIAMENTODE PRODUTOS AGRICOLAS, EXCETO MOAGEM DE TRIGO E FABRICACAO DE DERIVADOS E CULTIVOS DE CEREAIS instalada NA ROD. PR 281, KM 01, BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA, MUNICIPIO DE DOIS VIZINHOS, PARANA.

66711/2019

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA SIMPLIFICADA
BRAS LTDA torna público que recebeu do IAP, nsporte rodoviário de cargas perigosas a ser im- 687,6, Serra do Mico, São Miguel do Iguaçu

65529/2019

O DE LICENÇA PRÉVIA
torna público que irá requerer ao IAP, a Licença , Outros Acabamentos em Peças do Vestuário e rviços de acabamento em fios, tecidos, artefatos r implantada na Rodovia PR 082, 236A, Zona

66364/2019

DOCUMENTO CERTIFICADO
CÓDIGO LOCALIZADOR: 583514119
Documento emitido em 17/07/2019 09:41:53.
Diário Oficial Com. Ind. e Serviços
Nº 10479 | 17/07/2019 | PÁG. 41
Para verificar a autenticidade desta página, basta informar o Código Localizador no site do DIOE.
www.imprensaoficial.pr.gov.br

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 17/07/2019 09:43.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 235
Mov. 21
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 866
Mov. 57

Licitações

PALCOPARANA

Licitação [nº 772945]

Opções

Cliente	PALCOPARANA / (1) PALCOPARANA		
Pregoeiro	CARLOS ALBERTO GONCALVES DOS SANTOS		
Resumo da licitação	Contratação de empresa especializada para fornecimento cartão Alimentação/Refeição.		
Edital	01/2019	Processo	15417176-2
Modalidade/tipo	Pregão	Tipo	Menor preço
Participação do fornecedor	Ampla	Prazo para impugnação até	2 dia(s)
Situação da licitação	Disputa encerrada	Data de publicação	12/07/2019
Início acolhimento de propostas	17/07/2019-08:00	Limite acolhimento de propostas	30/07/2019-14:00
Abertura das propostas	30/07/2019-14:00	Data e a hora da disputa	30/07/2019-14:30
Idioma da licitação	Português	Moeda da licitação	(R$) Real
Abrangência da disputa	Nacional	Moeda da proposta	Moeda da licitação
Forma de condução	Eletrônico	Equalização ICMS	Não
Tipo de encerramento da disputa	Randômico		

© Banco do Brasil
SAC BB - 0800 729 0722 | Ouvidoria - 0800 729 5678 | Deficientes auditivos/fala - 0800 729 0088 | Segurança | Relações com Investidores
pxl1aop00012_aop-06, 2019-06-13 14:43, Fri Aug 02 15:09:00 BRT 2019

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:10. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:14. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 3213b24fe8cb6a148c606525ebbb24fc

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 236
Mov. 22
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 867
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

Licitações

PALCOPARANA

Licitação [nº 772945]

Opções

Cliente	PALCOPARANA / (1) PALCOPARANA		
Pregoeiro	CARLOS ALBERTO GONCALVES DOS SANTOS		
Resumo da licitação	Contratação de empresa especializada para fornecimento cartão Alimentação/Refeição.		
Edital	01/2019	Processo	15417176-2
Modalidade/tipo	Pregão	Tipo	Menor preço
Participação do fornecedor	Ampla	Prazo para impugnação até	2 dia(s)
Situação da licitação	Disputa encerrada	Data de publicação	12/07/2019
Início acolhimento de propostas	17/07/2019-08:00	Limite acolhimento de propostas	30/07/2019-14:00
Abertura das propostas	30/07/2019-14:00	Data e a hora da disputa	30/07/2019-14:30
Idioma da licitação	Português	Moeda da licitação	(R$) Real
Abrangência da disputa	Nacional	Moeda da proposta	Moeda da licitação
Forma de condução	Eletrônico	Equalização ICMS	Não
Tipo de encerramento da disputa	Randômico		

Lote [nº 1]

Opções

Resumo do lote	Fornecimento de cartão Alimentação/Refeição eletrônico aos empregados do PALCOPARANA.		
Tratamento aplicado	Com tratamento diferenciado para ME/EPP/COOP ME/EPP/COOP		
Tipo de disputa	Com disputa em sessão pública	Critério de seleção	Todas as propostas
Situação do lote	Arrematado	Data e o horário	30/07/2019-15:08:07:340
Tempo mínimo entre lances	3 segundo(s)	Tempo mínimo entre o melhor lance	3 segundo(s)
Valor mínimo entre lances	R$ 0,01	Valor mínimo entre o melhor lance	R$ 0,01
CNPJ	05.989.476/0001-10		
Fornecedor	GIMAVE - MEIOS DE PAGAMENTO E INFORMACOES LTDA		
Telefone	(45) 30364326		
Nome contato	ROBERTO CARLOS PANIZIO		
Arrematado	R$ 97,19		
Tempo randômico	0 - 30 minutos		

© Banco do Brasil
SAC BB - 0800 729 0722 | Ouvidoria - 0800 729 5678 | Deficientes auditivos/fala - 0800 729 0088 | Segurança | Relações com Investidores
pxl1acp00012_aop-06, 2019-06-13 14:43, Fri Aug 02 15:09:00 BRT 2019

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:10. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:15. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 539fe59a7f9eea21800e953f0336d5b6

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 257
Mov. 23
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 868
Mov. 57

Licitação [nº 772945] e Lote [nº 1]

Lista de itens

Item	Descrição	Quantidade	Mercadoria	Ação
1	Cartão Alimentação/Refeição eletrônico, magnético, ou de similar tecnologia, em PVC, com chip de segurança, com recargas mensais, sistema de controle de saldo e senha pessoal e intransferível, para validação das transações pelo usuário, na rede de estabelecimentos comerciais credenciados, para serem utilizados pelos empregados efetivos e comissionados do PALCOPARANÁ, em conformidade com as especificações técnicas e serviços descritos no Anexo I - Termo de Referência.	72	SERVICOS >> PRESTACAO DE SERVICOS >> PRESTACAO DE SERVICOS >> FORNECIMENTO DE TICKET REFEIÇÃO/ ALIMENTAÇÃO - CARTÃO ELETRONICO	editar

Mostrando de 1 até 1 de 1 registros

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:11. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:15. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 74915efd1b5bee220b18a30288924fd7

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 238
Mov. 24
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 869
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

Licitação [nº 772945] e Lote [nº 1]

Responsável

NICOLE LEMANCZYK

Pregoeiro

CARLOS ALBERTO GONCALVES DOS SANTOS

Apoio

CARLOS ALBERTO GONCALVES DOS SANTOS

Lista de fornecedores

	Participante	Segmento	Situação	Lance	Data/Hora lance
1	GIMAVE - MEIOS DE PAGAMENTO E INFORMACOES LTDA	OE*	Arrematante	R$ 97,19	30/07/2019 15:02:12:587
2	SODEXO PASS DO BRASIL SERVICOS E COMERCIO S.A.	OE*	Classificado	R$ 99,99	30/07/2019 14:58:55:695
3	GREEN CARD SA REFEICOES COM E SERVICOS	OE*	Classificado	R$ 100,00	29/07/2019 17:35:29:845

Mostrando de 1 até 3 de 3 registros

* Tipo de segmento declarado no ato de entrega da proposta. Não necessariamente reflete o tipo de segmento atualmente declarado.

Legenda dos tipos de segmentos: OE-Outras Empresas | ME-Micro Empresa | COOP-Cooperativa | ND-Não definido

Lista de mensagens

Data e hora do registro	Participante	Mensagem
30/07/2019 14:30:41:701	SISTEMA	Começou a disputa do lote.
30/07/2019 14:30:41:701	SISTEMA	A melhor proposta foi de R$97,20, que é o menor valor ofertado para este lote
30/07/2019 14:30:41:701	SISTEMA	Existem entendimentos do Tribunal de Contas da União (TCU) de que intervalos de tempo entre lances representam mais uma solução na busca de isonomia entre licitantes.
30/07/2019 14:30:41:701	SISTEMA	Em atendimento do Acórdão do TCU nº 1216/2014 - Plenário, poderá ser demandado o preenchimento de CAPTCHA entre os lances de um mesmo fornecedor.
30/07/2019 14:30:41:701	SISTEMA	O tempo mínimo entre lances do próprio fornecedor em relação ao seu último lance deverá ser de 3 segundo(s), - quando este não for o melhor da sala.
30/07/2019 14:30:41:701	SISTEMA	O tempo mínimo entre fornecedores em relação ao melhor lance da sala deverá ser de 3 segundo(s).
30/07/2019 14:30:41:701	SISTEMA	O valor mínimo entre lances do próprio fornecedor em relação ao seu último lance deverá ser de R$0,01 - quando este não for o melhor da sala
30/07/2019 14:30:41:701	SISTEMA	valor mínimo entre fornecedores em relação ao melhor lance da sala deverá ser de R$0,01
30/07/2019 14:31:31:300	PREGOEIRO	Boa disputa a todos os participantes
30/07/2019 14:32:24:860	PREGOEIRO	Fiquem a vontade para oferecer seus lances

Mostrando de 1 até 10 de 23 registros

Legenda das cores do tipos de mensagens: recurso | chat | outras

Lista de lances

	Data/Hora lance	!	Lance	Nome do fornecedor
1	24/07/2019 15:53:15:406	---	R$ 100,00	SODEXO PASS DO BRASIL SERVICOS E COMERCIO S.A.
2	29/07/2019 15:44:24:629	---	R$ 97,20	GIMAVE - MEIOS DE PAGAMENTO E INFORMACOES LTDA
3	29/07/2019 17:35:29:845	---	R$ 100,00	GREEN CARD SA REFEICOES COM E SERVICOS
4	30/07/2019 14:58:55:695	---	R$ 99,99	SODEXO PASS DO BRASIL SERVICOS E COMERCIO S.A.
5	30/07/2019 15:02:12:587	---	R$ 97,19	GIMAVE - MEIOS DE PAGAMENTO E INFORMACOES LTDA

Mostrando de 1 até 5 de 5 registros

Importante: a coluna "!" exibe as não conformidades detectadas em relação aos "lances registrados irregularmente" que não atenderam as regras de negócios estabelecidas para a participação da fase de disputa do lote da licitação. Quando a informação exibida for "---" o registro do lance está em conformidade.

Histórico da análise das propostas e lances

Data/Hora	30/07/2019 15:08:07:340 - Arrematado
Fornecedor	GIMAVE - MEIOS DE PAGAMENTO E INFORMACOES LTDA
Arrematado	R$ 97,19

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:11. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:15. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 1654d74833350dc538a286625223e856

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 259
Mov. 25
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 870
Mov. 57

NONA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

GIMAVE – MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMAÇÕES LTDA

CNPJ 05.989.476/0001-10

NIRE 41208591315 desde 07/06/2017

JAIME LUIS DE SALLES AGOSTINHO, brasileiro, empresário, casado em regime de comunhão parcial de bens, portador do CPF: 032.961.829-69 e RG: 7.572.243-5 expedida pela SSP/PR em 16/10/2013, nascido em 22/04/1981 no Município de Santa Fé do Sul/SP, residente e domiciliado a Rua Doutor Sandino Erasmo de Amorim n. 1831, Bairro: Parque São Paulo, CEP: 85.803-710, na cidade de Cascavel/PR e **AGROPECUÁRIA CHARRUA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de São Miguel do Guaporé, Estado de Rondônia, inscrita no CNPJ 21.904.030/0001-00 e NIRE 11200647384 em 20/02/2015, sito a BR 429, s/n, Lote 05, Bairro Gleba 03, CEP: 76932-000, representada pelo sócio Administrador **ASSIS GURGACZ**, brasileiro, natural de Cruz Machado/PR., nascido em 31/05/1941, casado em regime de comunhão universal de bens, empresário, portador do RG: 424.826-0/SSP-PR., expedida em 02/07/2012 e CPF: 005.858.319-04, residente e domiciliado à Rua Hercílio Luz, nº 275, bairro Alto Alegre, CEP: 85805-290, na cidade de Cascavel – Estado do Paraná, únicos sócios da sociedade empresarial limitada que gira sob a denominação de **GIMAVE – MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMAÇÕES LTDA.** estabelecida à Rua Barão do Cerro Azul n. 359, Sala 04, Bairro Ciro Nardi, CEP: 85802-050, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 05.989.476/0001-10 com registro na Junta Comercial do Paraná NIRE 41208591315 desde 07/06/2017, assim, alterar o Contrato Social, de acordo com as cláusulas e condições a seguir.

Cláusula Primeira	ALTERAÇÃO DO OBJETO SOCIAL

Fica alterado a partir desta data, o objeto e ramo da sociedade, conforme relacionado abaixo:
EMISSÃO DE VALES ALIMENTAÇÃO, VALES TRANSPORTE E SIMILARES / CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO / DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR CUSTOMIZÁVEIS / DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR NÃO-CUSTOMIZÁVEIS / SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E OUTROS SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO / ATIVIDADES DE INTERMEDIAÇÃO E AGENCIAMENTO DE SERVIÇOS E NEGÓCIOS, EXCETO IMOBILIÁRIOS.

Cláusula Segunda	DO ENDEREÇO DA SOCIEDADE

A sociedade resolve alterar o endereço da Matriz estabelecida à Rua Barão do Cerro Azul n. 359, Sala 04, Bairro Ciro Nardi, CEP: 85802-050, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, fica alterado a partir desta data, o novo endereço da matriz será **Rua Hercílio Luz, nº 175, Bairro Alto Alegre, CEP: 85805-290 na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.**

CAMPO ABAIXO RESERVADO PARA JUNTA COMERCIAL

1º TABELIONATO DE NOTAS
Rua Souza Naves, 1755 Centro Cascavel-PR
15 JUL. 2019
A presente cópia é reprodução fiel do documento apresentado nesta data, do que dou fé. Selo de autenticidade afixado no final do ato.

CERTIFICO O REGISTRO EM 21/02/2019 18:12 SOB Nº 20190706147
PROTOCOLO: 190706147 DE 19/02/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11900836435. NIRE: 41208591315.
GIMAVE - MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMAÇÕES LTDA.

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 21/02/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

Para validar este documento acesse os respectivos portais.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:11. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:15. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 671604607fb0613abcfcb3a9143aa313

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 240
Mov. 25
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 871
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

NONA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
GIMAVE – MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMAÇÕES LTDA
CNPJ 05.989.476/0001-10
NIRE 41208591315 desde 07/06/2017

Cláusula Terceira	DO ENQUADRAMENTO DO PORTE DA SOCIEDADE

A partir desta data fica **desenquadrada de microempresa/empresa de pequeno porte**, passando para o porte de: **DEMAIS.**

Cláusula Quarta	CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

À vista da modificação ora ajustada, consolida-se o *Contrato Social*, com a seguinte redação:

CONSOLIDAÇÃO DA OITAVA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
GIMAVE – MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMAÇÕES LTDA
CNPJ 05.989.476/0001-10 NIRE 41208591315 DESDE 07/06/2017

JAIME LUIS DE SALLES AGOSTINHO, brasileiro, empresário, casado em regime de comunhão parcial de bens, portador do CPF: 032.961.829-69 e RG: 7.572.243-5 expedida pela SSP/PR em 16/10/2013, nascido em 22/04/1981 no Município de Santa Fé do Sul/SP, residente e domiciliado a Rua Doutor Sandino Erasmo de Amorim n. 1831, Bairro: Parque São Paulo, CEP: 85.803-710, na cidade de Cascavel/PR e **AGROPECUÁRIA CHARRÚA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de São Miguel do Guaporé, Estado de Rondônia, inscrita no CNPJ 21.904.030/0001-00 e NIRE 11200647384 em 20/02/2015, sito a BR 429, s/n, Lote 05, Bairro Gleba 03, CEP: 76932-000, representada pelo sócio Administrador **ASSIS GURGACZ**, brasileiro, natural de Cruz Machado/PR., nascido em 31/05/1941, casado em regime de comunhão universal de bens, empresário, portador do RG: 424.826-0/SSP-PR., expedida em 02/07/2012 e CPF: 005.858.319-04, residente e domiciliado à Rua Hercílio Luz, nº 275, bairro Alto Alegre, CEP: 85805-290, na cidade de Cascavel – Estado do Paraná, únicos sócios da sociedade empresarial limitada que gira sob a denominação de **GIMAVE – MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMAÇÕES LTDA**, estabelecida à Rua Hercílio Luz n. 175, Bairro Alto Alegre, CEP: 85805-290, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 05.989.476/0001-10 com registro na Junta Comercial do Paraná NIRE 41208591315 desde 07/06/2017, assim, consolidar o Contrato Social, de acordo com as cláusulas e condições a seguir.

CAMPO ABAIXO RESERVADO PARA JUNTA COMERCIAL

1º TABELIONATO DE NOTAS
Rua Souza Naves, 3755-Centro - Cascavel-PR
15 JUL. 2019
A presente fotocópia é reprodução fiel do documento apresentado nesta data, do que dou fé, afixado no final do ato o selo de autenticidade.

CERTIFICO O REGISTRO EM 21/02/2019 18:12 SOB Nº 20190706147.
PROTOCOLO: 190706147 DE 19/02/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11900836435. NIRE: 41208591315.
GIMAVE - MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMAÇÕES LTDA

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

LEANDRO MARCOS RAYSEL BESCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 21/02/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:11. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:15. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 671604607fb0613abcfcb3a9143aa313

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 241
Mov. 25
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 872
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

NONA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

GIMAVE – MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMAÇÕES LTDA

CNPJ 05.989.476/0001-10

NIRE 41208591315 desde 07/06/2017

Primeira	Denominação

A sociedade gira sob a denominação social **GIMAVE – MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMAÇÕES LTDA.** *(art. 997 II, CC/2002).*

Paragrafo único	Do Porte da sociedade

A sociedade fica enquadrada no porte de: **DEMAIS.**

Segunda	Matriz e Filial

A sociedade tem a sua Matriz à Rua Hercilio Luz n. 175, Bairro Alto Alegre, CEP: 85805-290, na Cidade de Cascavel – Estado do Paraná e sua filial abaixo relacionadas:

FILIAL 01 – Avenida Carnapuã, Nº 921, Sala 09, Bairro Cidade de Deus, CEP: 69099-031, Manaus, Estado do Amazonas, CNPJ 05.989.476/0002-00 e NIRE 13900247941.
FILIAL 02 – Avenida Marechal Rondon, Nº 2727, Sala 04, Bairro Dois de Abril, CEP: 76900-881, Ji-Paraná, Estado de Rondônia, CNPJ 05.989.476/0003-82 e NIRE 11900198965.

Paragrafo Primeiro – A contabilidade das filiais é centralizada na Matriz.

Paragrafo Segundo – É destacado do capital da Matriz, a importância de R$ 1.000,00 (Mil reais). para filial, para fins fiscais. (art. 997 II, CCB.).

Terceira	Capital Social

O Capital Social é de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), dividido em 1.000.000 (um milhão) de quotas no valor de R$ 1,00 (um real) cada uma, integralizadas, em moeda corrente e legal do País, distribuído entre os sócios da seguinte forma: *(art. 997 III, CC/2002) (art. 1.055, CC/2002).*

Sócios	Quotas	Valor	(%)
AGROPECUÁRIA CHARRÚA LTDA	900.000	900.000,00	90,00
JAIME LUIS DE SALLES AGOSTINHO	100.000	100.000,00	10,00
TOTAIS	**1.000.000**	**1.000.000,00**	**100,00**

CAMPO ABAIXO RESERVADO PARA JUNTA COMERCIAL

1º TABELIONATO DE NOTAS
Souza Naves, 3755-Centro - Cascavel/PR

CERTIFICO O REGISTRO EM 21/02/2019 18:22 SOB Nº 20190706147.
PROTOCOLO: 190706147 DE 19/02/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11900836435. NIRE: 41208591315.
GIMAVE - MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMAÇÕES LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 21/02/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

Cascavel, 05 AGO 2019

A presente fotocópia é reprodução fiel do documento apresentado nesta data, do que dou fé, afixado no final ato o selo de autenticidade.

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:11. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:15. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 671604607fb0613abcfcb3a9143aa313

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 242
Mov. 25
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 873
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

NONA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

GIMAVE – MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMAÇÕES LTDA

CNPJ 05.989.476/0001-10

NIRE 41208591315 desde 07/06/2017

Quarta	**Objetivo Social**

Os objetivos sociais são: EMISSÃO DE VALES ALIMENTAÇÃO, VALES TRANSPORTE E SIMILARES / CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO / DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR CUSTOMIZÁVEIS / DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR NÃO-CUSTOMIZÁVEIS / SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E OUTROS SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO / ATIVIDADES DE INTERMEDIAÇÃO E AGENCIAMENTO DE SERVIÇOS E NEGÓCIOS, EXCETO IMOBILIÁRIOS.

Quinta	**Administrador não sócio**

ASSIS MARCOS GURGACZ, brasileiro, casado pelo regime de comunhão universal de bens, empresário, nascido em 06/02/1975, portador do RG 1.950.282-1 SESP-PR, expedida em 13/11/2007 e CPF: 787.523.379-87, residente e domiciliado à Rua Souza Naves 3.495, Apto 11, Centro, CEP: 85801-120, na cidade de Cascavel – Estado do Paraná.

Sexta	**Início das Atividades e Prazo de Duração**

A sociedade iniciou suas atividades em 03 de Novembro de 2003 e seu prazo de duração será por tempo indeterminado; *(art. 997 II, CC/2002).*

Sétima	**Responsabilidade dos Sócios**

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social *(art. 1.052, CC/2002).*

Oitava	**Transferência de Quotas**

As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente *(art. 1.056, art. 1.057, CC/2002).*

Nona	**Administração da Sociedade**

A administração e o uso do nome empresarial caberá ao Administrador não-sócio, **ASSIS MARCOS GURGACZ**, com poderes e atribuições de ***Administrador***, assinando individualmente, necessário à administração e representação da sociedade, vedado, no entanto, a concessão de avais, endossos, fianças e quaisquer outras garantias em atividades estranhas ao interesse social ou assumir

CAMPO ABAIXO RESERVADO PARA JUNTA COMERCIAL

1º TABELIONATO DE NOTAS
Rua Souza Naves, 3755 Centro - Cascavel/PR
21 AGO 2019
Cascavel
A presente fotocópia é reprodução fiel do documento apresentado nesta data, ao que dou fé, afixado ao final selo de autenticidade.

CERTIFICO O REGISTRO EM 21/02/2019 12:12 SOB Nº 20190006147.
PROTOCOLO: 190706147 DE 19/02/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11900836435. NIRE: 41208591315.
GIMAVE - MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMAÇÕES LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 21/02/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:11. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:15. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 671604607fb0613abcfcb3a9143aa313

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 245 Mov. 25
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 874 Mov. 57

obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio. *(artigos 997 VI; 1.013, 1.015, 1.064, CC/2002).*

Parágrafo Primeiro – *A administração da sociedade poderá ser exercida por sócios ou não sócios;*

Parágrafo Segundo – *O Administrador poderá nomear representantes, através de procuração, outorgando-lhes poderes gerais, devendo ser observado as exceções contidas no caput deste artigo.*

Décima	**Declaração**

O sócio Administrador declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer as atividades da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade. *(art. 1.011, § 1º, CC/2002).*

Décima Primeira	**Prestação de Contas do Administrador**

Ao término de cada exercício social, em 31 de Dezembro, será levantado um balanço da sociedade. A sociedade poderá levantar demonstrações financeiras intermediárias mensais, que deverá se iniciar no 1º dia de cada período, encerrando-se no último e distribuir os lucros apurados, podendo também, a critério dos sócios, ser efetuada de forma proporcional distinta da participação do capital social, e ainda, distribuir lucros com base nos lucros acumulados ou reserva de lucros constantes do último balanço patrimonial, sendo que os prejuízos verificados serão suportados pelos sócios proporcionalmente a cada participação no capital social.

Parágrafo Primeiro – *A sociedade fica dispensada das publicações exigidas pela Lei das Sociedades Anônimas, exceto aquelas em que os sócios decidirem através de atas que deverão ser publicadas;*

Parágrafo Segundo – *As reuniões a serem realizadas, inclusive de prestação de contas anual, ficam dispensadas de lavratura do livro ata e da convocação das Reuniões;*

Parágrafo Terceiro – *A implantação ou não do conselho fiscal ficará a critério dos sócios.*

Décima Segunda	**Apreciação das Contas do Administrador**

Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios se reunirão para discutir e votar as contas do administrador *(art. 1.071 e 1.072§ 2º e art. 1.078, CC/2002).*

CAMPO ABAIXO RESERVADO PARA JUNTA COMERCIAL

1º TABELIONATO DE NOTAS
Rua Souza Naves, 2753 Centro - Cascavel-PR
15 JUL. 2019
A presente fotocópia é reprodução fiel do documento apresentado nesta data, do que dou fé, afixado no final do ato o selo de autenticidade.

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 21/02/2019 18:12 SOB Nº 20190706147.
PROTOCOLO: 190706147 DE 19/02/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11900836435. NIRE: 41208591315.
GIMAVE - MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMAÇÕES LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 21/02/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:11. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:15. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 671604607fb0613abcfcb3a9143aa313

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

NONA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
GIMAVE – MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMAÇÕES LTDA
CNPJ 05.989.476/0001-10
NIRE 41208591315 desde 07/06/2017

Décima Terceira	**Abertura de Filiais**

A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada pela maioria representativa do capital social.

Décima Quarta	**Retiradas "Pró-Labore"**

Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de Pró-Labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Décima Quinta	**Falência ou Interdição dos Sócios**

Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado;

Parágrafo Único – *O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio (art. 1.028 e art. 1.031, CC/2002).*

Décima Sexta	**Exclusão de Sócios**

A exclusão de sócios ocorrerá mediante alteração contratual assinada. Poderão ser excluídos sócios quotistas: a) Que estejam em estado de notória insolvência; b) Que sejam réus de execuções judiciais; c) Que venham a integrar sociedade de interesse concorrente; d) Que estejam em processo de interdição; e) Que manifestem incompatibilidade ou contínuas divergências com o outro quotista; f) Que, adquirindo quotas sem que o outro exerça o direito de preferência, não sejam considerados como pessoas ideais para integrar a sociedade.

Décima Sétima	**Demais Deliberações**

As demais deliberações podem ser decididas por unanimidades dos sócios, sendo dispensada a reunião nos moldes do art. 1.072, § 3º, CC/2002.

Décima Oitava	**Participações em Sociedades**

A empresa poderá participar de qualquer outro tipo de sociedade, a critério dos sócios.

Décima Nona	**Legislação Supletiva**

A sociedade será regida supletivamente pela Lei das Sociedades Anônimas *(art. 1.053, § Único, CC/2002).*

CAMPO ABAIXO RESERVADO PARA JUNTA COMERCIAL

1º TABELIONATO DE NOTAS
Rua Souza Naves, 375 Centro Cascavel PR
15 JUL. 2019
A presente fotocópia é reprodução fiel do documento apresentado nesta data, do que dou fé, anexado no final do ato o selo de autenticidade.

CERTIFICO O REGISTRO EM 21/02/2019 18:12 SOB Nº 20190706147
PROTOCOLO: 190706147 DE 19/02/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11900836435. NIRE: 41208591315.
GIMAVE - MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMAÇÕES LTDA

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 21/02/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:11. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:15. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 671604607fb0613abcfcb3a9143aa313

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 245
Mov. 25
INTEGRADO DO ESTADO
PROTOCOLO
Fls. 876
Mov. 57
INTEGRADO DO ESTADO

NONA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

GIMAVE – MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMAÇÕES LTDA

CNPJ 05.989.476/0001-10

NIRE 41208591315 desde 07/06/2017

Vigésima	Eleição do Foro

Fica eleito o foro na comarca de Cascavel – Estado do Paraná, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato. E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em única via de igual forma e teor, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Cascavel, 02 de Janeiro de 2019.

1º TABELIONATO DE NOTAS

AGROPECUÁRIA CHARRUA LTDA
Responsável Legal:
ASSIS GURGACZ
Sócio-administrador

1º TABELIONATO DE NOTAS

ASSIS MARCOS GURGACZ
Administrador Não Sócio

1º TABELIONATO DE NOTAS

JAIME LUIS DE SALLES AGOSTINHO
Sócio

Testemunhas:

DICKSON ROCHA FOGAÇA
CRC 026706/O-1 – CONTADOR
CPF 640.247.419-34
RG 17656477 SSP SP

ADEMIR ADVENTE
CPF 040.516.229-40
RG 83090502 SESP PR

1º TABELIONATO DE NOTAS
Rua Souza Naves, 3755-Centro - Cascavel-PR
Cascavel, 25 JUL 2019
A presente fotocópia é reprodução fiel do documento apresentado nesta data, do que dou fé, afixado no final do selo de autenticidade.

CAMPO ABAIXO RESERVADO PARA JUNTA COMERCIAL

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

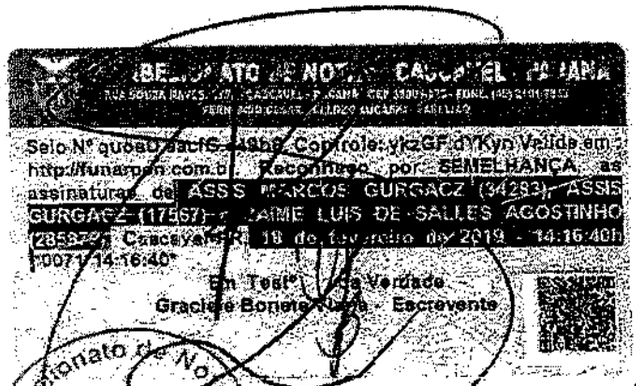
CERTIFICO O REGISTRO EM 21/02/2019 18:12 SOB Nº 20190706147.
PROTOCOLO: 190706147 DE 19/02/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11900836435. NIRE: 41208591315.
GIMAVE - MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMAÇÕES LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 21/02/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

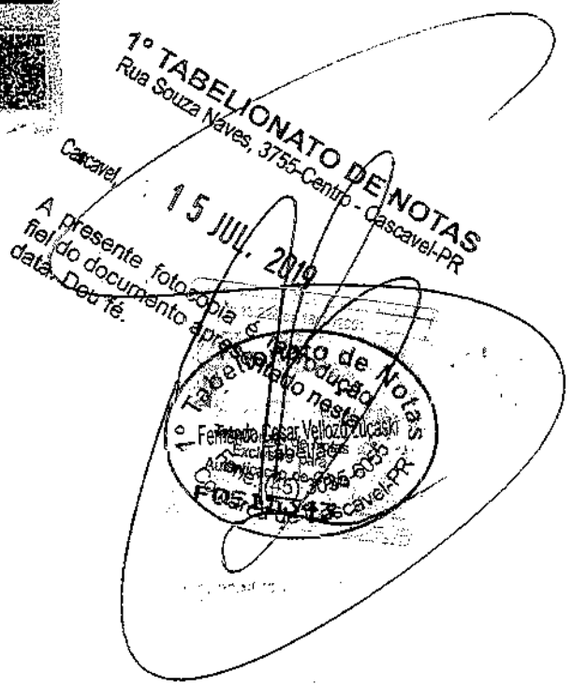
Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:11. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:15. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 671604607fb0613abcfcb3a9143aa313

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 246
Mov. 25
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 877
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO







JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 21/02/2019 18:12 SOB Nº 20190706147.
PROTOCOLO: 190706147 DE 19/02/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11900836435. NIRE: 41208591315.
GIMAVE - MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMAÇÕES LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 21/02/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:11. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:15. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 671604607fb0613abcfcb3a9143aa313

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 247 Mov. 26 PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 878 Mov. 57 PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
SERVIÇO DISTRITAL DE LINDOESTE COMARCA DE CASCAVEL - PR Heverton Luis Nonemacher Escrevente Port. 01/2018 LINDOESTE - PR

Procuração bastante que GIMAVE- MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMAÇÕES LTDA - EPP outorga a ODIR CARLOS SMANIOTTO E OUTROS, na forma abaixo:

Saibam quantos este instrumento público virem que, aos vinte e sete dias do mês de maio do ano de dois mil e dezenove (27/05/2019), neste Município de Lindoeste, Comarca de Cascavel, Estado do Paraná neste notariado, perante mim, Heverton Luis Nonemacher, Escrevente - Portaria 01/2018, compareceu como outorgante: **GIMAVE- MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMAÇÕES LTDA - EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.989.476/0001-10, com sede na Rua Barão do Cerro Azul, nº 359, Ciro Nardi em Cascavel-PR, com seu ato constitutivo registrado sob nº 4120859131-5, aos 07/06/2017, última alteração contratual (9ª) registrada sob n° 20190706147, aos 21/02/2019, e Certidão Simplificada sob n° 19/224680-1, emitida em 29/04/2019, tudo pela Junta Comercial do Estado do Paraná, cujas cópias ficam arquivadas nestas Notas às folhas 100 a 109, do livro 09, e folhas 108 à 116, do livro 13, folhas 123 a 132, livro 21, e folhas 115 a 124, do Livro 24 (arquivo de contratos sociais), neste ato representado por seu administrador não sócio: **ASSIS MARCOS GURGACZ**, brasileiro, casado, maior e capaz, empresário, portador da Cédula de Identidade RG. sob nº 1.950.282-1 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº 787.523.379-87, natural de Cascavel/PR, residente e domiciliado à Rua Souza Naves, n°3495, Cascavel-PR, ora de passagem por esta cidade; A presente reconhecida como a própria por mim, Escrevente, pelos documentos apresentados, do que dou fé. E aí, pela outorgante me foi dito que, por este mandato e nos melhores termos de direito, nomeia e constitui seus bastante procuradores: **ODIR CARLOS SMANIOTTO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG. sob nº 70.173.489.91 SSP/RS e inscrito no CPF/MF sob nº 390.298.750-20, natural de Aratiba/RS, residente e domiciliado na Rua Rio Grande do Sul, n° 1792, Cascavel-PR; **JAIME LUIS DE SALLES AGOSTINHO**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG. sob nº 7.572.243-5/SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº 032.961.829-69, residente e domiciliado em Cascavel-PR; **ROBERTO CARLOS PANIZIO,** brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG. sob nº 4.019.113-5/SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº 532.332.209-87, residente e domiciliado em Cascavel-PR; aos quais confere poderes, **sempre em conjunto de dois procuradores,** para representar a outorgante junto a estabelecimentos bancários, em qualquer agência do território nacional, especialmente junto a Caixa Econômica Federal, Banco Bradesco S/A, Cooperativas de Crédito e Instituições financeiras em geral, Banco do Brasil S/A, Cooperativas de Crédito de Livre Admissão Cataratas do Iguaçu, Banco Cooperativo Sicredi S/A, Cooperativa de Crédito mutuo dos funcionários e prestadores de serviços das empresas ligadas ao grupo Eucatur-EUCRED, podendo para tanto, movimentar contas correntes, assinar contratos em geral, inclusive contratos de derivativos, emitir e endossar cheques para recebimento de depósito, efetuar depósitos; expedir e receber ordens de pagamentos, aceitar duplicatas de giro mercantil comum ou de compra de mercadorias; solicitar saldos e extratos de contas correntes; requisitar talonários de cheques; receber valores, dar quitação, assinar cheques e recibos, efetuar

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:11. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:15. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 2cb2d178151d76b3ef578e864c48a1a3

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

pagamentos por meio eletrônico, efetuar transferências por meio eletrônico e liberar arquivos de pagamentos no gerenciador financeiro/AASP; representar a firma mencionada, perante qualquer repartição pública federal, estadual, municipal, autárquica, estatais e para-estatais, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal, Acordos Sindicais, INSS, FGTS, Juntas de Conciliação e Julgamento, Anatel, ANTT, DNIT, DER, Embratur, Cartórios de Notas e Protestos de Títulos e Documentos; podendo solicitar parcelamentos, pagar taxas, assinar requerimentos e livros fiscais, inclusive registra-los, ter vistas em processos, juntar documentos, assinar cartas de anuência para baixa de protestos, dar baixas de protestos; assinar contratos de locação de bens móveis ou imóveis, podendo também, negociar, adquirir, cancelar quaisquer produtos e ou serviços, celebrar, assinar contratos de interesse da sociedade perante a pessoas físicas ou jurídicas, protestar, dar baixa em protesto; poderes para participar de licitações, pregões chamamentos públicos ou outra modalidade de contratação com poder público em geral presenciais e/ou eletronicos, dar lances, assinar propostas, credenciamentos, retiradas de editais e todos os atos necessários à participação destes certames; praticar enfim, todos os demais atos necessários e indispensáveis ao mais amplo, cabal e fiel desempenho do presente mandato, **podendo substabelecer. O presente mandato tem validade até 31 de dezembro de 2019.** A outorgante declara que conferiu e que se responsabiliza pela veracidade dos dados fornecidos dos procuradores e do objeto utilizados para a lavratura do presente instrumento. E, assim, conforme disse e me pediu, lavrei o presente instrumento que, lido e achado em tudo conforme, aceita, outorga e assina, dispensando a presença de testemunhas pelo que lhe faculta o artigo 684 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça deste Estado.Eu, (a.), Heverton Luis Nonemacher, Escrevente - Port. 01/2018, que a escrevi, conferi, subscrevo, dou fé e assino Protocolado sob nº 0000446, nesta data. Emolumentos: R$78,09 - VRC 404,62, Funrejus: R$19,52, Selo Funarpen: R$0,80, FADEP: R$3,90 - Total: R$102,32. Selo Digital Nº FXJ68.8tCy6.zR2x7, Controle: k5MIx.T7CuG. Lindoeste-PR, 27 de maio de 2019. (aa.) GIMAVE- MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMAÇÕES LTDA - EPP, ASSIS MARCOS GURGACZ. Heverton Luis Nonemacher, Escrevente - Port. 01/2018. Nada mais. Trasladada em seguida, confere em tudo com o original, ao qual me reporto e dou fé. Eu, Heverton Luis Nonemacher, Escrevente - Port. 01/2018, que a trasladei, conferi, subscrevo, dou fé e assino em público e raso.

Em Testº_____da Verdade

Lindoeste-PR, 28 de maio de 2019

1º TABELIONATO DE NOTAS
Fernando Cesar Velozo Lucaski
Tabelião
Rua Souza Neves, 3755 - Centro - Cascavel-PR
Tabelionato de Notas Exclusivo para Autenticação de Cópia
FQS15331
A presente fotocópia é reprodução fiel do documento apresentado nesta data. Dou fé.
25 JUL. 2019

SERVIÇO DISTRITAL DE LINDOESTE
MARCOS DE CASCAVEL - PR
Heverton Luis Nonemacher
Escrevente
Port. 01/2018
LINDOESTE - PR

Heverton Luis Nonemacher
Escrevente - Port. 01/2018

FUNARPEN
SELO DIGITAL
qXJrq.MCsy6.MA2x7
k59Ix.Kk4y4
http://funarpen.com.br

Fls. 248 Mov. 26 PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 879 Mov. 57 PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:11. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:15. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 2cb2d178151d76b3ef578e864c48a1a3

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 249
Mov. 27
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 880
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: GIMAVE - MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMACOES LTDA
CNPJ: 05.989.476/0001-10

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:14:23 do dia 22/04/2019 <hora e data de Brasília>.
Válida até 19/10/2019.
Código de controle da certidão: **2D5F.ED3D.4CD2.5440**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:11. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:16. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 17b156e0dd0312069dab1ed957119a1b

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 250
Mov. 27
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 881
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Coordenação da Receita do Estado

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 019885494-04

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **05.989.476/0001-10**
Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 06/09/2019 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:11. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:16. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 17b156e0dd0312069dab1ed957119a1b

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 251 Mov. 27
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 882 Mov. 57

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS
Nº 78705/2019

A presente Certidão é VÁLIDA POR 90 (noventa) DIAS a contar da data de emissão da mesma.

[CONTRIBUINTE]

Código:	**473252430**
Nome/Razão:	**GIMAVE - MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMACOES LTDA**
CNPJ/CPF:	**05.989.476/0001-10**
Endereço:	**RUA HERCILIO LUZ, 175**
Complemento:	
Bairro:	**ALTO ALEGRE** **CEP:** 85.805-290
Cidade:	**Cascavel - PR**

[REQUERENTE]

Código:	473252430
Nome/Razão:	GIMAVE - MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMACOES LTDA
CNPJ/CPF:	05.989.476/0001-10

[FINALIDADE]

Licitação

[INFORMAÇÕES ADICIONAIS]

Certificamos que na presente data INEXISTEM débitos incidentes sobre o sujeito passivo acima identificado.

Esta certidão compreende todos os débitos imobiliários e mobiliários, tributários ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, administrados pela Secretaria Municipal de Finanças de Cascavel (SEFIN), tais como Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, Contribuição de Melhoria, Taxa de Coleta de Lixo, Contribuição de Iluminação Pública – CIP incidente sobre lotes vagos, Taxa de Proteção a Desastres, Taxas de Expediente, Multas de Regularização de Obras, Autos de Infração da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Imposto Sobre Serviços – ISS, Taxa de Verificação de Regular Funcionamento, Taxa de Licença Sanitária, Taxa de Localização e Funcionamento, Autos de Infração do PROCON e demais débitos para com esta municipalidade.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública lançar, cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas posteriormente, mesmo referentes a períodos anteriores ou compreendido nesta certidão.

Cascavel, 29 de julho de 2019.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Prefeitura:
https://cascavel.atende.net/#!/tipo/servico/valor/31/padrao/1/load/0
Código de Autenticidade: WGT211202-000-XCWLNK-302122817

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:11. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:16. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 17b156e0dd0312069dab1ed957119a1b

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 252
Mov. 27
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 883
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

Voltar | Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 05.989.476/0001-10
Razão Social: GIMAVE MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMACOES LTDA
Endereço: R BARAO DO CERRO AZUL 359 / PARQUE SAO PAULO / CASCAVEL / PR / 85802-050

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 19/07/2019 a 17/08/2019

Certificação Número: 2019071901342437952427

Informação obtida em 29/07/2019 12:07:50

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:11. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:16. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 17b156e0dd0312069dab1ed957119a1b

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 255
Mov. 27
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 884
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
05.989.476/0001-10 MATRIZ		18/11/2003

NOME EMPRESARIAL
GIMAVE - MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMACOES LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
EUCARD	DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
82.99-7-02 - Emissão de vales-alimentação, vales-transporte e similares

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
62.02-3-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis
62.03-1-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis
62.04-0-00 - Consultoria em tecnologia da informação
62.09-1-00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação
74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R HERCILIO LUZ	175	

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
85.805-290	ALTO ALEGRE	CASCAVEL	PR

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
MARCIA@ENTERPAG.COM.BR	(45) 3392-1023

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	09/10/2004

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **29/07/2019** às **12:06:11** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**

Consulta QSA / Capital Social

Voltar

Preparar Página para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, clique aqui.
Atualize sua página

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:11. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:16. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 17b156e0dd0312069dab1ed957119a1b

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 254
Mov. 27
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 885
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: GIMAVE - MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMACOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 05.989.476/0001-10
Certidão nº: 171230312/2019
Expedição: 22/04/2019, às 09:37:40
Validade: 18/10/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **GIMAVE - MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMACOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **05.989.476/0001-10, NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:11. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:16. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 17b156e0dd0312069dab1ed957119a1b

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

PÚBLICO E AVALIADOR JUDICIAL
COMARCA DE CASCAVEL - ESTADO DO PARANÁ

RODRIGO TIMÓTHEO TABORDA
DISTRIBUIDOR PÚBLICO

AVENIDA TANCREDO NEVES, 2320 - EDIFÍCIO DO FÓRUM - CEP 85805-036
FONE: (45) 3328-4479 - CNPJ: 00.322.048/0001-16

CERTIDÃO NEGATIVA JUDICIAL ESPECÍFICA

Rodrigo Timótheo Taborda, Titular do Ofício do Distribuidor, Contador, Partidor, Depositário e Avaliador Judicial da Comarca de Cascavel, Estado do Paraná, na forma da lei, etc...

CERTIFICA, atendendo a pedido verbal de parte interessada, que revendo nesse Cartório do Distribuidor Público da Comarca de Cascavel, Estado do Paraná, os registros e demais elementos componentes do arquivo, referente ao FORO JUDICIAL, neles verificou a INEXISTÊNCIA, específica de:

FALÊNCIAS OU CONCORDATAS; RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL E RECUPERAÇÃO JUDICIAL (LEI 11.101/2005), de responsabilidade de:

GIMAVE MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMACOES LTDA
CNPJ: 05.989.476/0001-10

Dado e passado nesta cidade e comarca de CASCAVEL, Estado do PARANÁ, ao(s) 08 dia(s) do mês de julho do ano de 2019. Buscas procedidas no(s) ultimo(s) vinte ano(s).

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

Bel. Rodrigo Timótheo Taborda
Oficial Titular

Bel. Lucas Tomasetto Moreira
Empregado Juramentado
Portaria nº 015/2016

ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE CASCAVEL - PR
Bel. Rodrigo Timótheo Taborda
OFICIAL TITULAR
Distribuidor, Contador, Partidor,
Avaliador, Depositário Público

1º TABELIONATO DE NOTAS
1º Fernando Cesar Vellozo Lucaski
Tabelião
Rua Souza Naves, 3755 - Centro - Cascavel-PR

Cascavel, 15 JUL. 2019

Tabelionato de Notas
Exclusivo para
Autenticação de Cópia
A presente cópia é reprodução fiel do documento apresentado nesta data. DOU FÉ.

0000000015819

EMOLUMENTOS DESTA CERTIDÃO: R$ 32,73
A presente Certidão somente terá validade com o Carimbo Oficial do Cartório Distribuidor.

NICOLE

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:11. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:16. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: d9e03c265566782092c0b6b7d6746ca

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 256
Mov. 29
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

GIMAVE Meios de Pagamentos e Informações Ltda.

1º TABELIONATO DE NOTAS
Rua Souza Naves, 3055 Centro - Cascavel-PR
Cascavel, 17 JUL 2019
A presente fotocópia é reprodução fiel do documento apresentado nesta data, do que dou fé. Impresso no final do ato o selo de autenticidade.

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2018

ATIVO	11.196.818,00
ATIVO CIRCULANTE	**10.861.122,01**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**1.486.140,07**
Numerário em Caixa	1.455.998,40
Banco conta Movimento	26.800,40
Aplicações Financeiras de Liquidação Imediata	3.341,57
CLIENTES E OPERAÇÕES A RECEBER	**9.374.981,94**
Títulos e Duplicatas a Receber	9.374.981,94
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**335.695,99**
INVESTIMENTOS	**116.500,00**
Participações Societárias	116.500,00
IMOBILIZADO	**171.029,32**
Máquinas Aparelhos e Equipamentos	55.751,19
Equipamentos de Processamentos de Dados	82.934,16
Móveis e Utensílios	48.660,66
(-) Depreciação Acumulado s/ Imobilizado	-16.316,69
INTANGÍVEL	**48.166,67**
Softwares	60.000,00
(-) Amortização sobre Intangíveis	-11.833,33

PASSIVO	11.196.818,00
PASSIVO CIRCULANTE	**8.468.567,65**
FORNECEDORES	**270.059,15**
Fornecedores Nacionais	270.059,15
OBRIGAÇÕES FISCAIS	**284.836,00**
Tributos Federais	273.548,72
Retenções Tributárias e Previdenciárias	11.216,66
Tributos Municipais	70,62
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS	**40.216,76**
Salários	26.437,00
INSS a Recolher	9.687,27
FGTS a Recolher	3.734,22
Contribuição Sindical	358,27
OUTRAS OBRIGAÇÕES	**7.873.455,74**
Contas a Pagar	7.873.455,74
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**381.947,85**
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	**348.093,32**
Empréstimos de Terceiros	288.093,32
Transações com Partes Relacionadas	60.000,00
OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	**33.854,53**
Obrigações Federais	33.854,53
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**2.346.302,50**
CAPITAL SOCIAL	**1.300.000,00**
Capital Integralizado	1.000.000,00
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	300.000,00
LUCROS / PREJUÍZOS ACUMULADOS	**131.961,76**
Lucros Acumulados	131.961,76
RESULTADO DO EXERCÍCIO	**914.340,74**
Lucro do Exercício	914.340,74

ASSIS MARCOS GURGACZ
CPF 787.523.379-87
ADMINISTRADOR

DICKSON ROCHA FOGAÇA
CPF 640.247.419-34
CRC/UF: 28706/0-1PR
CONTADOR

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:12. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:16. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 95aac095a876928570099e6d817d4309

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

TABELIONATO DE NOTAS
Rua Souza Naves, 3758 Centro - Cascavel-PR
Cascavel, 17 JUN. 2019
A presente fotocópia é reprodução fiel do documento apresentado nesta data, que dou fé, afixado no final do selo de autenticidade.
Fls. 257
Mov. 29
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 888
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

GIMAVE Meios de Pagamentos e Informações Ltda.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ENCERRADA EM 31/12/2018

RECEITA BRUTA DE SERVIÇO PRESTADO		**3.197.222,47**
Receita Pass. Cartão	158.047,44	
Receita sobre TED	50.898,00	
Receita sobre Taxa Administrativa	2.107.625,75	
Receita Taxa de Adesão	36.970,00	
Receita Tarifa Emissão de 2º Via Cartão	1.833,00	
Receita de Antecipação de Credenciado	841.848,28	
(-) **Deduções da Receita Bruta**		**-161.124,20**
(=) RECEITA LÍQUIDA DOS SERVIÇOS PRESTADOS		**3.036.098,27**
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		**-1.864.936,79**
Despesas Comerciais	-56.919,58	
Despesas Administrativas	-1.798.347,47	
Outras Receitas e Despesas Operacionais	-9.669,74	
(=) RESULTADO OPERACIONAL		**1.171.161,48**
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO		
(+) Receitas Financeiras	**8.049,16**	
Descontos Obtidos	8.049,16	
(-) Despesas Financeiras	**-106.647,15**	
IOF	-8.877,76	
Juros Passivos	-27.050,28	
Multas sobre Atrasos	-250,00	
Descontos Concedidos	-4.017,73	
Despesas Bancárias	-66.451,38	
(=) Resultado Financeiro Líquido		**-98.597,99**
(=) RESULTADO APÓS OPERAÇÕES FINANCEIRAS		**1.072.563,49**
(+/-) RECEITAS /DESPESAS NÃO OPERACIONAIS		
Receitas não Operacionais		
Comissões sobre Vale Transporte		161.893,77
(=) LUCRO ANTES DE IMPOSTO DE RENDA E CSLL		**1.234.457,26**
(-) Imposto de Renda e Contribuição s/ o Lucro Líquido		-320.116,52
(=) LUCRO DO EXERCÍCIO		**914.340,74**

ASSIS MARCOS GURGACZ
CPF 787.523.379-87
ADMINISTRADOR

DICKSON ROCHA FOGAÇA
CPF 640.247.419-34
CRC/UF: 28706/0-1PR
CONTADOR

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:12. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:16. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 95aac095a876928570099e6d817d4309

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 258
Mov. 29
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 889
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

1º ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO

Relação Capital de Terceiros (CT) / Capital Próprio (CP)

$$\frac{Passivo\ Circulante + Exigível\ a\ LP.}{Patrimônio\ Líquido} \times 100$$

%	Índice
377,21	3,77

Este índice revela o nível de endividamento (passivos) da empresa em relação a seu financiamento por meio de recursos próprios. Ou seja, para cada R$1,00 de capital próprio investido (patrimônio líquido) quanto foi levantado de capital de terceiros (dívidas).

Relação Capital de Terceiros (CT)/Ativo Total (AT)

$$\frac{PC + EXLP}{Ativo\ Total} \times 100$$

%	Índice
79,04	0,79

Este índice mede a porcentagem dos recursos totais da empresa (ativo total) que se encontra financiada por capital de terceiros. Ou seja, para cada R$1,00 de recurso investido pela empresa em seus ativos, quanto provêm de fontes de financiamento não próprias.

Composição do endividamento

$$\frac{Passivo\ circulante}{Capital\ de\ Terceiros} \times 100$$

%	Índice
95,68	0,96

Este índice mostra, do total de capital de terceiros, qual é o percentual das dívidas a curto prazo, que estão representadas pelo Passivo Circulante, em outras palavras: do total que a empresa tomou de capital de terceiros, qual o percentual de dívidas que vencem a curto prazo logo. quanto menor ela for, melhor.

Imobilização do Patrimônio Líquido

$$\frac{Investimento + Imobilizado + Intangível}{Patrimônio\ Líquido} \times 100$$

%	Índice
14,31	0,14

Este índice mostra qual o percentual de comprometimento do capital próprio no investimento, imobilizado e intangível. O capital próprio corresponde ao valor que o acionista investiu na empresa e é representado pelo Patrimônio Líquido); assim, quanto menor for o indicador, melhor.

$$\frac{Investimento + Imobilizado + Intangível}{Patrimônio\ Líquido + Exigível\ a\ longo\ prazo} \times 100$$

%	Índice
14,00	0,14

Este índice mostra a utilização de recursos não correntes na aquisição de investimento, imobilizado e intangível. Recursos não correntes são recursos a longo prazo, quer por meio do capital próprio (Patrimônio Líquido), quer por meio do capital de terceiros (Exigível a Longo Prazo); assim, quanto menor for esse índice, melhor.

Recursos correntes são as contas do Ativo Circulante e do Passivo Circulante, utilizados no dia a dia da empresa; já as não correntes fazem parte das contas a Longo Prazo (Realizável a Longo Prazo, Investimento, Imobilizado e Intangível, Exigível a Longo Prazo e Patrimônio Líquido)

1º TABELIONATO DE NOTAS
Fernando Cesar Veliozo Lucaski
Tabelião
Fone: (45) 3035-6055
Comarca de Cascavel-PR
1º TABELIONATO DE NOTAS
Rua Souza Naves, 3755 - Cascavel - PR
Exclusivo para Autenticação de Cópia
Cascavel, 17 JUN. 2019
EQW45126
A presente fotocópia é reprodução fiel do documento apresentado nesta data. Dou fé.

2º ÍNDICES DE LIQUIDEZ

Liquidez Seca — CURTO PRAZO

$$\frac{Ativo\ circulante - Estoques}{Passivo\ circulante} \times 100$$ **1,25**

$$\frac{Disponível}{Passivo\ Circulante}$$ **0,14**

Liquidez Corrente — MÉDIO PRAZO

$$\frac{Ativo\ circulante}{Passivo\ circulante}$$ **1,25**

Liquidez Geral — LONGO PRAZO

$$\frac{Ativo\ circulante + Realizável\ a\ longo\ prazo}{Passivo\ circulante + Exigível\ a\ longo\ prazo}$$ **1,19**

ASSIS MARCOS GURGACZ
CPF 787.523.379-87
ADMINISTRADOR

DICKSON ROCHA FOGAÇA
CPF 640.247.419-34
CRC/UF: 28706/0-1PR
CONTADOR

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:12. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:16. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 95aac095a876928570099e6d817d4309

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 259 Mov. 30
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 890 Mov. 57

CAPACIDADE FINANCEIRA

Declaramos que as demonstrações abaixo correspondem à real situação da empresa. Esses índices foram obtidos no balanço do último exercício social, conforme segue:

Tipo de índice	Valor em reais	Índice
Liquidez geral (LG) LG = (AC + RLP) /(PC + ELP)	(10.861.122,01 + 0,00) / (8.468.567,65+ 381.947,85)	1,23
Liquidez corrente (LC) LC = AC/PC	10.861.122,01 / 8.468.567,65	1,28
Solvência Geral (SG) SG = AT / (PC + ELP)	11.196.818,00 / (8.468.567,65 + 335.695,99)	1,27
Endividamento (E) E = (PC + ELP) / (AC + RLP + AP)	(8.468.567,65+ 381.947,85) / (10.861.122,01 + 0,00 + 335,695,99)	0,79

AC	- ativo circulante;	RLP	- realizável a longo prazo;
AP	- ativo permanente;	ELP	- exigível a longo prazo;
PC	- passivo circulante;	AT	- ativo total.

OBS.: Os índices deverão ser apresentados com no máximo 2 (duas) casas decimais, desprezando-se as demais.

1º TABELIONATO DE NOTAS

Assinatura devidamente identificada do **representante legal da empresa** proponente (apontado no contrato social ou procuração com poderes específicos).

Cascavel 08 ,de Maio de 2019

1º TABELIONATO DE NOTAS

Contador
Nome DICKSON ROCHA FOGAÇA
CRC nº 28706/0-0 **PR**
Assinatura.....

1º TABELIONATO DE NOTAS
Rua Souza Naves, 3755 Centro - Cascavel-PR
Cascavel, 1º MAIO 2019
Fone: (45) 3035-6005 Cascavel-PR
O presente fotocópia de documento

+55 (45) 3036-4321
contato@gimave.com.br
Rua Barão do Cerro Azul, 359 - Centro

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:12. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:16. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: d11e845530d578db328f887898b3fc94

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

TABELIONATO DE NOTAS DE CASCAVEL PARANÁ
RUA SOUZA NAVES, 1755 - CASCAVEL - PARANÁ - CEP: 85801-120 - FONE: (45) 2101-7863
FERNANDO CESAR VELOZO LUCASKI - TABELIÃO

Selo Nº akopx.PZlarz.22k, Controle: rEROX.6XyF4 Valide em : http://funarpen.com.br. Reconheço por SEMELHANÇA as assinaturas de ASSIS MARCOS BURGACZ (34283) e DICKSON ROCHA FOGAÇA (29532). Cascavel-PR, 15 de maio de 2019 "0071*03:19:02"

Em Test° da Verdade
Graciele Sonete Viana - Escrevente

1º Tabelionato de Notas
Fernando César Veloso Lucaski
Tabelião
Fone (45) 3035-6055
Comarca de Cascavel-PR

Fls. 260
Mov. 30
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

Fls. 891
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:12. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:16. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: d11e845530d578db328f887898b3fc94

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 261
Mov. 31
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 892
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO FORNECIMENTO DE VALE-ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO ATRAVÉS DE CARTÃO COM CHIP ELETRÔNICO DE SEGURANÇA

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DECRETO ESTADUAL nº 6252/2006
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO

DECLARAÇÃO

A empresa Gimave – Meios de Pagamento e Informações Ltda., inscrita no CNPJ n.º 05.989.476/0001-10, por intermédio de seus representantes legais Srs JAIME LUIS DE SALLES AGOSTINHO, portador(a) do documento de identidade RG nº 7.372.243-5, emitido pela SSP/ PR , e do CPF nº 032.961.829-69, e ROBERTO CARLOS PANIZIO, portador(a) do documento de identidade RG nº 4.019.113-5, emitido pela SSP/ PR, e do CPF nº 532.332.209-87, participante do Pregão Eletrônico **01/2019**, declara para os devidos fins, sob as penas da Lei, que:

1) Atende e subordina-se aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade sócio- ambiental, previstos no Decreto Estadual nº 6252, 22/03/2006 e nas demais normas legais de proteção ao meio ambiente.

Cascavel, 31 de julho de 2019.

JAIME LUIS DE SALLES AGOSTINHO
RG 7572243-5 SSP-PR
CPF 032.961.829-69
PROCURADOR

ROBERTO CARLOS PANIZIO
RG 4019113-5 SSP-PR
CPF 532.332.209-87
PROCURADOR

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:12. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:17. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 24075b522ecd59dcd7f22b9bfd4ce34

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 262
Mov. 32
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 893
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

Cascavel, 10 de junho 2019.

Ao
Prefeitura Municipal de Diamante D` Oeste
Pregão Nº 055/2019

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos a quem interessar possa, que a empresa GIMAVE – Meios de Pagamentos e Informações LTDA, inscrita no CNPJ 05.989.476/0001-10, com sede na Rua Barão do Cerro Azul, nº 359, bairro Ciro Nardi, em Cascavel – PR, presta a empresa Eucatur – Empresa União Cascavel Transporte Turismo Ltda inscrita no CNPJ 76.080.738/0001-78, com sua sede na Av. Tancredo Neves Nº 2222, Bairro Alto Alegre, serviços de fornecimento e administração de cartões alimentação, conforme contrato Nº 8 firmado em 28 de Dezembro de 2017, por prazo indeterminado.

Atualmente são 172 trabalhadores atendidos, desta forma a empresa Eucatur - Empresa União Cascavel Transporte Turismo Ltda, atesta o reconhecimento dos serviços prestados pela Gimave – Meios de Pagamentos e Informações LTDA, demonstrando plena satisfação.

Resumo das atividades executadas pela GIMAVE – Meios de Pagamentos e Informações LTDA:

Sistema on-line via web, fazer pedido de crédito
Emitir boleto do pedido
Solicitação de novos cartões
Pedido da Segunda via do Cartão
Consulta os extratos de pedido
Consulta o extrato dos colaboradores
Emitir protocolo do crédito para cada funcionário
Alterar sua senha
Cadastrar novo funcionário
Inativar funcionário
Relação dos funcionários.
Portador Acesso web
Consulta credito disponível
Consultar locais para consumo
Consultar os locais que ele teve consumo.

1º TABELIONATO DE NOTAS

Lenoir Tadeu Pozzobon
Gerente Administrativo

1º TABELIONATO DE NOTAS

Jaqueline A. Franceschini Ribeiro
Gerente Financeiro

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:12. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:17. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: df5152b155f54f3b3f6c86b20a0ef74d

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

1º TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE CASCAVEL - PARANÁ
AV. SOUZA NAVES, 3253 - CASCAVEL - PARANÁ - CEP 85.812-160 - FONE: (45) 3035-6055
INTERNET: WWW.CARTORIO1CASCAVEL.COM.BR

Selo Nº aD6A4.tqyz8:P3E2, Controle: wPv4y.u97rE Valide em : http://funarpen.com.br. Reconheço por SEMELHANÇA, as assinaturas de [redacted] (71390), JAQUELINE APARECIDA FRANCESCHINI RIBEIRO (224151). Cascavel-PR, 11 de junho de 2019. *0093*15:36:31*
Em Testemunho da Verdade
Graciele Bonete Vilma - Escrevente

1º Tabelionato de Notas
Cascavel-PR
Fone (45) 3035-6055

Fls. 263
Mov. 32
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

Fls. 894
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:12. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:17. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: df5152b155f54f3b3f6c86b20a0ef74d

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 264
Mov. 33
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 895
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO FORNECIMENTO DE VALE-ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO ATRAVÉS DE CARTÃO COM CHIP ELETRÔNICO DE SEGURANÇA

ANEXO VII
DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO AO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO

PREGÃOELETRÔNICO: 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO
REGIME DE CONTRATAÇÃO: MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

A empresa Gimave – Meios de Pagamento e Informações Ltda., inscrita no CNPJ n.º 05.989.476/0001-10, por intermédio de seus representantes legais Srs JAIME LUIS DE SALLES AGOSTINHO, portador(a) do documento de identidade RG nº 7.372.243-5, emitido pela SSP/ PR , e do CPF nº 032.961.829-69, e ROBERTO CARLOS PANIZIO, portador(a) do documento de identidade RG nº 4.019.113-5, emitido pela SSP/ PR, e do CPF nº 532.332.209-87 em conformidade com o disposto no art. 4º, inciso VII, da Lei nº. 10.520/02 **DECLARA** que está apta a cumprir plenamente todos os requisitos exigidos no Edital que rege o certame acima indicado.

Cascavel, 31 de julho de 2019.

JAIME LUIS DE SALLES AGOSTINHO
RG 7572243-5 SSP-PR
CPF 032.961.829-69
PROCURADOR

ROBERTO CARLOS PANIZIO
RG 4019113-5 SSP-PR
CPF 532.332.209-87
PROCURADOR

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:12. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:17. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 6b516ea80e0ef723be8f04fbd410f08a

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 265
Mov. 34
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 896
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO - SIT
DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO - DSST
Coordenação do Programa de Alimentação do Trabalhador - COPAT
Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT
(Lei nº 6.321/76)

COMPROVANTE DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA FORNECEDORA

Registro no PAT:	170612948
Data do Registro:	12/12/2017
CNPJ:	05.989.476/0001-10
Razão Social:	GIMAVE - MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMAÇÕES LTDA - EPP

Endereço:	RUA BARAO DO CERRO AZUL
Bairro:	CIRO NARDI
Município/UF:	Cascavel/PR
Cep:	85.802-050
Telefone:	(45) 33921075

Identificação do Serviço de Alimentação

Tipo de Serviço:
Cesta de Alimentos

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:12. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:17. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 8f0181335aeed931aa56196ab2283d0

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 266
Mov. 35
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 897
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO FORNECIMENTO DE VALE-ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO ATRAVÉS DE CARTÃO COM CHIP ELETRÔNICO DE SEGURANÇA

ANEXO IV –
DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ARTIGO 27, INCISO V, DA LEI Nº 8.666/93
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO

DECLARAÇÃO

A empresa Gimave – Meios de Pagamento e Informações Ltda., inscrita no CNPJ n.º 05.989.476/0001-10, por intermédio de seus representantes legais Srs JAIME LUIS DE SALLES AGOSTINHO, portador(a) do documento de identidade RG nº 7.372.243-5, emitido pela SSP/ PR , e do CPF nº 032.961.829-69, e ROBERTO CARLOS PANIZIO, portador(a) do documento de identidade RG nº 4.019.113-5, emitido pela SSP/ PR, e do CPF nº 532.332.209-87, participante do Pregão Eletrônico **01/2019**, declara para os devidos fins, sob as penas da Lei, que:

1) não utiliza mão de obra direta ou indireta de menor de 18 (dezoito) anos para realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determinação constitucional e Lei nº 9.854/99;

2) inexistem fatos impeditivos para a habilitação desta empresa na presente licitação e não pesa contra a mesma declaração de inidoneidade expedida por Órgão da Administração Pública, estando ciente da obrigatoriedade de declarar a ocorrência de fatos supervenientes, conforme art. 32, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

Cascavel, 31 de julho de 2019.

JAIME LUIS DE SALLES AGOSTINHO
RG 7572243-5 SSP-PR
CPF 032.961.829-69
PROCURADOR

ROBERTO CARLOS PANIZIO
RG 4019113-5 SSP-PR
CPF 532.332.209-87
PROCURADOR

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:13. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:18. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 4830fc66561224a1da07ff3386089c64

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 267
Mov. 36
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 898
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

ExpressoLivre - ExpressoMail

Remetente:	"Jonas dos Santos Nascimento" <jonas-nascimento@cctg.pr.gov.br>
Para:	"Nicole Lemanczyk" <administrativo@palcoparana.org>
Com Cópia:	"Carlos Alberto Goncalves dos Santos" <carlosalbertogds@cctg.pr.gov.br>, "Andre Luis Diener" <andre-diener@cctg.pr.gov.br>
Data:	02/08/2019 14:51 (53 minutos atrás)
Assunto:	Re: Fwd: Documentos de Habilitação
Anexos:	5d6ce8df.png (cid:5d6ce8dfb2bb277bf315874be920e9bd@palcoparana.org) (9 KB)

Prezada Nicole, boa tarde.

Em analise, com base nos números apresentados no balanço verifica-se que os índices são, de:

Liquidez corrente: Ativo circulante/Passivo circulante = 1,28.

Liquidez seca: Ativo circulante - estoque/Passivo circulante = 1,28.

Liquidez geral: Ativo circulante + realizável a longo prazo/passivo circulante +exigível a longo prazo = 1,22

É de se considerar que os índices estão maior que os apresentados pela empresa, bem como maiores que os exigidos no edital, no entanto é algo bom, já que demonstra maior liquidez na empresa.

Grau de endividamento: Passivo circulante + exigível a longo prazo/ativo total = 0,79.

O edital exigia 0,80 ou menos, logo esta dentro do solicitado.

Att,
Jonas
PalcoParana

Em 01/08/2019 às 18:01 horas, "Nicole Lemanczyk" <administrativo@palcoparana.org> escreveu:

> Oi Jonas
> Consegue dar uma olhada contábil nisto por favor.
> São os documentos que a vencedora do pregão do vale alimentação nos
> encaminhou
> Att
> -------- Mensagem original --------
> ASSUNTO:
> Documentos de Habilitação
>
> DATA:
> 2019-08-01 17:27
>
> DE:
> Carlos Alberto Goncalves dos Santos <carlosalbertogds@cctg.pr.gov.br>
>
> PARA:
> administrativo@palcoparana.org
>
> Boa tarde, Nicole!
> Analisei a documentação recebida e não encontrei fatos contrários à

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:13. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:18. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: e500f1aee1296ce459352b92c34bc727

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 268 Mov. 36
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 899 Mov. 57

aprovação. Porém, não possuo conhecimentos contábeis para analisar
Balanços e Índices de Endividamento. Desta feita, seguem anexos os
documentos da empresa Arrematante no Pregão Eletrônico nº 01/2019. Favor
analisá-los e comunicar este Pregoeiro sobre alguma falha encontrada.
Não havendo falha(s) retornar este e-mail afirmando a autenticidade da
referida documentação. Em tempo: o edital pede índice de 0,80 e a proponente apresenta cálculo
com Índice de 0,79.
No aguardo!
Att,
Carlinhos Centro Cultural Teatro Guaíra Departamento de Materiais/DMA
Fone: (41) 3304-7929
Rua XV de Novembro, 971 - sala 208 - CEP: 80.060-000
Centro - Curitiba/PR
CNPJ: 76.695.204/0001-56   -   Insc. Est.: Isento

-- NICOLE LEMANCZYK
DIRETORA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA
RUA XV DE NOVEMBRO, 971 - CENTRO - 80060000 - CURITIBA - PR
41 33047955

Oi Jonas

Consegue dar uma olhada contabil nisto por favor.

São os documentos que a vencedora do pregão do vale alimentação nos encaminhou

Att

-------- Mensagem original --------

Assunto: Documentos de Habilitação
Data:2019-08-01 17:27
De: Carlos Alberto Goncalves dos Santos <carlosalbertogds@cctg.pr.gov.br>
Para:administrativo@palcoparana.org

Boa tarde, Nicole!

Analisei a documentação recebida e não encontrei fatos contrários à aprovação. Porém, não possuo conhecimentos contábeis para analisar Balanços e Índices de Endividamento. Desta feita, seguem anexos os documentos da empresa Arrematante no Pregão Eletrônico nº 01/2019. Favor analisá-los e comunicar este Pregoeiro sobre alguma falha encontrada. Não havendo falha(s) retornar este e-mail afirmando a autenticidade da referida documentação. Em tempo: o edital pede índice de 0,80 e a proponente apresenta cálculo com Índice de 0,79.

No aguardo!

Att,

Carlinhos
Centro Cultural Teatro Guaíra
Departamento de Materiais/DMA
Fone: (41) 3304-7929
Rua XV de Novembro, 971 - sala 208 - CEP: 80.060-000
Centro - Curitiba/PR
CNPJ: 76.695.204/0001-56   -   Insc. Est.: Isento

--

Nicole Lemanczyk

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:13. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:18. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: e500f1aee1296ce459352b92c34bc727

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Diretora Administrativa Financeira

Rua XV de Novembro, 971 - Centro - 80060000 - Curitiba - PR

41 33047955

PALCO PARANÁ

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 269 Mov. 36

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 900 Mov. 57

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:13. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:18. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: e500f1aee1296ce459352b92c34bc727

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 270
Mov. 37
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 901
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

ExpressoLivre - ExpressoMail

Remetente:	"Jonas dos Santos Nascimento" <jonas-nascimento@cctg.pr.gov.br>
Para:	"Nicole Barao Raffs de Medeiros" <nicolemedeiros@cctg.pr.gov.br>
Com Cópia:	"Carlos Alberto Goncalves dos Santos" <carlosalbertogds@cctg.pr.gov.br>, "Andre Luis Diener" <andre-diener@cctg.pr.gov.br>, "Nicole Lemanczyk" <nicole-lemanczyk@cctg.pr.gov.br>, "Lucas Medeiros Vilches" <lucas-vilches@cctg.pr.gov.br>
Data:	02/08/2019 15:17 (29 minutos atrás)
Assunto:	Representação TCE PR - Licitação - Vale alimentação
Anexos:	Processo Total em 02.08.19.pdf (6.1 MB)

Prezados, boa tarde.

Para ciência, enviamos anexo processo completo até a presente data, referente a licitação da empresa responsável pelo fornecimento/administração do vale alimentação.

Trata-se de processo junto ao Tribunal de Conta do Estado do Paraná, pela empresa Biq Benefícios Ltda, alegando irregularidades no processo licitatório, a Representante pede que de forma cautelar seja:

- Alterado o índice de endividamento de 0,80 para 1,00;
- Concedido um prazo de 20 dias para apresentação de rede credenciada após a assinatura do contrato;
- Caso fosse de interesse público, republicação do edital.

Em análise, o relator do processo indeferiu o pedido liminar, no entanto solicitou que apresentemos, no prazo de 15 dias, esclarecimentos em relação as alegações da Representante, bem como a juntada de cópia da integralidade do processo.

Deste modo, solicitamos que todos envolvidos tomem ciência do processo.

Att,
Jonas
PalcoParana

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:13. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:18. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 9d5245ca7498c02676993c8a2e9fa668

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 271
Mov. 38
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 902
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

PROPOSTA COMERCIAL

Proponente: GIMAVE MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMAÇÕES LTDA
CNPJ: 05.989.476/0001-10
Inscrição Estadual: isento
Endereço: Rua Hercilio Luz, Bairro: Alto Alegre,
Município: Cascavel-PR.
Email: licitacao@cartaoeucard.com.br
CEP: 85801-290
Fone: 45 3036 – 4326
Banco: Credisis BANCO: 097 AG: 18 C/C: 70900-0
Validade da Proposta: 90 dias contados da data da disputa

Apresentamos nossa proposta para fornecimento do objeto do Pregão eletrônico nº 01/2019, acatando todas as estipulações consignadas no Edital, conforme abaixo:

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	VALOR CREDITO MENSAL	MARCA	TAXA ADMINISTRATIVA	PREÇO GLOBAL MENSAL	PREÇO GLOBAL ANUAL
01	72	Und.	A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento, emissão, distribuição, administração do benefício, fornecimento de documentos de legitimação, na forma de cartão Alimentação/Refeição eletrônico, magnético, ou de similar tecnologia, em PVC, com chip de segurança, com recargas mensais, sistema de controle de saldo e senha pessoal e intransferível, para validação das transações pelo usuário, na rede de estabelecimentos comerciais credenciados (que a empresa licitante mantenha convênio), no ato da aquisição dos gêneros alimentícios ou das refeições, para serem utilizados pelos empregados efetivos e comissionados do PALCOPARANÁ, em conformidade com as especificações técnicas e serviços descritos no Anexo I - Termo de Referência.	R$ 352,00	EUCARD	- 2,81%	R$ 24.631,92	R$ 295.583,04

VALOR TOTAL DA PROPOSTA MENSA: R$ 24.631,92 (vinte e quatro mil seiscentos e trinta e um reais e noventa e dois centavos)
VALOR TOTAL DA PROPOSTA PARA CONTRATO DE 12 MESES: 295.574,40 R$ duzentos e noventa e cinco mil quinhentos e oitenta e três reais e quatro centavos).

CNPJ: 05.989.476/0001-10
GIMAVE Meios de Pagamentos e Informações LTDA - EPP

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:14. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:18. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 3da884a2a18b4e1dfa02f5b6bf07bfe8

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 272
Mov. 38
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 903
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

A licitante declara que:

a) os valores apresentados englobam todos os custos operacionais da atividade, incluindo, além do lucro, fretes, seguros, tributos incidentes, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, inclusive com eventuais serviços de terceiros, incidentes e necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus anexos, sem que caiba ao proponente direito de reivindicar custos adicionais.

b) concorda com todas as condições do Edital e que os itens acima estão de acordo com o Termo de Referência (Anexo *II*).

c) condições de pagamento em conformidade com o disposto neste Edital.

d) Em caso de perda, extravio a segunda via terá um custo de R$ 8,50 (oito reais e cinquenta centavos).

e) O prazo de entrega do serviço de no máximo 05 (cinco) dias uteis a contados do recebimento da Ordem de Serviço, pela contratada, conforme condições descritas no edital.

Cascavel, 31 de julho de 2019.

JAIME LUIS DE SALLES AGOSTINHO
RG 7572243-5 SSP-PR
CPF 032.961.829-69
PROCURADOR

CNPJ: 05.989.476/0001-10
GIMAVE Meios de Pagamentos e Informações LTDA - EPP

ROBERTO CARLOS PANIZIO
RG 4019113-5 SSP-PR
CPF 532.332.209-87
PROCURADOR

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:14. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 05/08/2019 09:18. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 3da884a2a18b4e1dfa02f5b6bf07bfe8

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 273
Mov. 39
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 904
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

Situação do lote [1] da licitação [772945] alterada com sucesso. X

Licitações

PALCOPARANA

Licitação [nº 772945]

Opções

Cliente	PALCOPARANA / (1) PALCOPARANA		
Pregoeiro	CARLOS ALBERTO GONCALVES DOS SANTOS		
Resumo da licitação	Contratação de empresa especializada para fornecimento cartão Alimentação/Refeição.		
Edital	01/2019	Processo	15417176-2
Modalidade/tipo	Pregão	Tipo	Menor preço
Participação do fornecedor	Ampla	Prazo para impugnação até	2 dia(s)
Situação da licitação	Disputa encerrada	Data de publicação	12/07/2019
Início acolhimento de propostas	17/07/2019-08:00	Limite acolhimento de propostas	30/07/2019-14:00
Abertura das propostas	30/07/2019-14:00	Data e a hora da disputa	30/07/2019-14:30
Idioma da licitação	Português	Moeda da licitação	(R$) Real
Abrangência da disputa	Nacional	Moeda da proposta	Moeda da licitação
Forma de condução	Eletrônico	Equalização ICMS	Não
Tipo de encerramento da disputa	Randômico		

Lote [nº 1]

Opções

Resumo do lote	Fornecimento de cartão Alimentação/Refeição eletrônico aos empregados do PALCOPARANA.		
Tratamento aplicado	Com tratamento diferenciado para ME/EPP/COOP ME/EPP/COOP		
Tipo de disputa	Com disputa em sessão pública	Critério de seleção	Todas as propostas
Situação do lote	Declarado vencedor	Data e o horário	05/08/2019-09:29:39:947
Tempo mínimo entre lances	3 segundo(s)	Tempo mínimo entre o melhor lance	3 segundo(s)
Valor mínimo entre lances	R$ 0,01	Valor mínimo entre o melhor lance	R$ 0,01
CNPJ	05.989.476/0001-10		
Fornecedor	GIMAVE - MEIOS DE PAGAMENTO E INFORMACOES LTDA		
Telefone	(45) 30364326		
Nome contato	ROBERTO CARLOS PANIZIO		
Arrematado	R$ 97,19		
Tempo randômico	0 - 30 minutos		

© Banco do Brasil
SAC BB - 0800 729 0722 | Ouvidoria - 0800 729 5678 | Deficientes auditivos/fala - 0800 729 0088 | Segurança | Relações com Investidores
pxl1aop00014_aop-32, 2019-06-13 14:43, Mon Aug 05 09:28:10 BRT 2019

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 06/08/2019 18:36. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 06/08/2019 18:39. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 3b8ec6610d924dcaf4bc9f1ebf535709

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 274
Mov. 40
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 905
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

Licitação [nº 772945] e Lote [nº 1]

Detalhes do lote

Resumo do lote	Fornecimento de cartão Alimentação/Refeição eletrônico aos empregados do PALCOPARANA.
Situação do lote	Declarado vencedor
Fim de acolhimento	06/08/2019-09:29:39
Fornecedor vencedor	GIMAVE - MEIOS DE PAGAMENTO E INFORMACOES LTDA
Valor	R$097,19

Histórico de recurso

Data/Hora	Emitente	Descrição	Ação
06/08/2019 15:19:24	Pregoeiro	Os MOTIVOS apresentados não são congruentes, a Proposta contempla 90 dias item 6.4. e Documentação recebida no prazo, item 10.1. Cartão refeição e Cartão com chip são objetos do contrato. Documentação jurídica comprovada em análise.	
06/08/2019 08:29:21	SODEXO PASS DO BRASIL SERVICOS E COMERCIO S.A.	Manifestamos a intenção de recurso ao não atendimento do item 6.4 e 10.1 do Edital, pela ausência de comprovação do cartão refeição e também não atesta a comprovação de cartão com chip de segurança e ainda, pela ausência de regularidade jurídica.	

Mostrando de 1 até 2 de 2 registros

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 06/08/2019 18:37. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 06/08/2019 18:39. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: bddc8496c0e3b8cc0e3f016ff0e68058

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 275
Mov. 41
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 906
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

Licitações

PALCOPARANA

Licitação [nº 772945]

Opções

Cliente	PALCOPARANA / (1) PALCOPARANA		
Pregoeiro	CARLOS ALBERTO GONCALVES DOS SANTOS		
Resumo da licitação	Contratação de empresa especializada para fornecimento cartão Alimentação/Refeição.		
Edital	01/2019	Processo	15417176-2
Modalidade/tipo	Pregão	Tipo	Menor preço
Participação do fornecedor	Ampla	Prazo para impugnação até	2 dia(s)
Situação da licitação	Disputa encerrada	Data de publicação	12/07/2019
Início acolhimento de propostas	17/07/2019-08:00	Limite acolhimento de propostas	30/07/2019-14:00
Abertura das propostas	30/07/2019-14:00	Data e a hora da disputa	30/07/2019-14:30
Idioma da licitação	Português	Moeda da licitação	(R$) Real
Abrangência da disputa	Nacional	Moeda da proposta	Moeda da licitação
Forma de condução	Eletrônico	Equalização ICMS	Não
Tipo de encerramento da disputa	Randômico		

Lote [nº 1]

Opções

Resumo do lote	Fornecimento de cartão Alimentação/Refeição eletrônico aos empregados do PALCOPARANA.		
Tratamento aplicado	Com tratamento diferenciado para ME/EPP/COOP ME/EPP/COOP		
Tipo de disputa	Com disputa em sessão pública	Critério de seleção	Todas as propostas
Situação do lote	Adjudicado	Data e o horário	06/08/2019-16:05:46:460
Tempo mínimo entre lances	3 segundo(s)	Tempo mínimo entre o melhor lance	3 segundo(s)
Valor mínimo entre lances	R$ 0,01	Valor mínimo entre o melhor lance	R$ 0,01
CNPJ	05.989.476/0001-10		
Fornecedor vencedor	GIMAVE - MEIOS DE PAGAMENTO E INFORMACOES LTDA		
Telefone	(45) 30364326		
Nome contato	ROBERTO CARLOS PANIZIO		
Arrematado	R$ 97,19		
Tempo randômico	0 - 30 minutos		

© Banco do Brasil
SAC BB - 0800 729 0722 | Ouvidoria - 0800 729 5678 | Deficientes auditivos/fala - 0800 729 0088 | Segurança | Relações com Investidores
pxl0caop0003_aop-15, 2019-06-13 14:43, Tue Aug 06 16:03:50 BRT 2019

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 06/08/2019 18:37. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 06/08/2019 18:39. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 6aca26a8bff9cedecfa13f1802d86fa

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 276
Mov. 42
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 907
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

INSTRUÇÕES PARA HOMOLOGAÇÃO/PALCOPARANÁ

Protocolo nº 15.417.176-2

Ao

PALCOPARANÁ

Senhora diretora,

Após a edição do processo de licitação no sítio www.licitacoes-e.com.br, do Banco do Brasil, o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2019-PALCOPARANÁ** foi publicado e realizado o acolhimento e abertura das propostas previamente classificadas para o pleito eletrônico. Encerrada a disputa, com designação da triunfante, a empresa arrematante foi Declarada Vencedora após análise e detalhamento da proposta para o Lote Único. Comprovada a regularidade fiscal e jurídica da arrematante, e expirado o prazo recursal e não havendo manifestação de intenção de recurso com motivação consistente, o referido lote foi adjudicado pelo pregoeiro oficial à proponente **GIMAVE - MEIOS DE PAGAMENTO E INFORMACOES LTDA**, com deságio de 2,81% (dois vírgula oitenta e um por cento) sobre a Taxa Administrativa. Assim, o custo total mensal das despesas será de **R$ 24.634,92** (vinte e quatro mil, seiscentos e trinta e quatro reais e noventa e dois centavos), totalizando em um montante de **R$ 295.583,04** (duzentos e noventa e cinco mil, quinhentos e oitenta e três reais e quatro centavos) para o período dos 12 (doze) primeiros meses de contrato.

1 - Seu conhecimento;
2 - Encaminhamento à Assessoria Jurídica para parecer;
3 - Sua tomada de decisão para homologação ou outras instruções;
4 - Retorno a este Pregoeiro para publicar a Ata.

Em, 06 de agosto de 2019.

Carlos A G dos Santos
Pregoeiro

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 06/08/2019 18:39. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 06/08/2019 18:40. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 79d41929e93205d488a773e16a364d04

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 277
Mov. 43
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 908
Mov. 57

PALCOPARANA

DIRETORA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA - PALCOPARANA

Protocolo:	15.417.176-2
Assunto:	contratação empresa de benefícios para funcionários.
Interessado:	PALCO PARANÁ
Data:	09/08/2019 15:04

DESPACHO

A Assessoria Administrativa

Como membro da Comissão de licitação, peço que acompanhe o processo, quanto aos tramites.

Atenciosamente

Nicole Lemanczyk

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 09/08/2019 15:04.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 278
Mov. 44
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 909
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

DESPACHO nº 11/2019 – DIPRE/PALCOPARANÁ

DA	DIPRE/PALCOPARANÁ
PARA	AJU/PALCOPARANÁ
ASSUNTO	LICITAÇÃO pregão eletrônico nº 01/2019 – vale-refeição
EXPEDIENTE	15.417.176-2
DATA	12/08/2019

Na data de 09/08/2019 o Palcoparaná e a sua representante legal foram citados para, querendo, apresentarem ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná razões de contraditório no processo 499779/19, em atenção ao que dispõe o artigo 35, II, "a" da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Lei Complementar nº 113/2005.

O processo 499779/19 trata de Representação formulada por BIQ BENEFÍCIOS LTDA., com pedido cautelar, noticiando irregularidades no Edital de Pregão Eletrônico nº 01/2019, do Palcoparaná. O pedido cautelar não foi deferido pelo Tribunal de Contas. Entendeu o Tribunal de Contas do Estado do Paraná que:

> *"(...) Veja-se que, dos termos acima destacados, é impossível concluir se a Representante busca a suspensão do certame ou a liminar determinando que a Representada promova alterações no edital de licitação, sendo que a concomitância de tais pontos é logicamente impossível.*
> *Ainda que se ignore tais aspectos, depreende-se que a proximidade da data de abertura das propostas (30/07/19), por si só, não é elemento suficiente para amparar o receio de que o responsável possa agravar a lesão ou tornar difícil ou impossível a sua reparação, especialmente se considerado que não há notícias de que a Representante tenha impugnado administrativamente Edital em estudo."*

Em que pese o pedido de cautelar não ter sido deferido, o Conselheiro Relator, Dr. Artagão de Mattos Leão, recebeu a Representação, afirmando verificar indícios das inconformidades narradas pelo Representante.

Assim, em atenção à manifestação do Sr. Pregoeiro às fls. 276, movimento 42 dos autos, antes do processo ser enviado à Assessoria Jurídica para análise e parecer sobre a fase externa do processo licitatório, faz-se indispensável dar notícias nos autos sobre este fato novo.

Diante do fato novo, há que se considerar a possibilidade de o Tribunal de Contas do Estado entender pela presença de irregularidades no edital, o que não se espera. Porém, caso isto ocorra, os atos até então

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em: 13/08/2019 18:09. Nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. Assinado por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em 13/08/2019 18:10. Para mais informações acesse: https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 7c4b31345a4fb1085e1a2700c1ad98ae

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

praticados durante o processo licitatório deverão ser revistos, o que poderá trazer como consequência a revogação ou a anulação de algum ato.

O objetivo principal de uma licitação é selecionar a melhor proposta para um negócio desejado pela Instituição que está a deflagá-la, porém, o processo licitatório não chega ao final face a ocorrência, em seu bojo, de eventual ilegalidade. O Palcoparaná é equiparado à Administração Pública quanto ao dever de licitar, e por isso tem a obrigação de zelar pela legalidade de seus atos e condutas e pela adequação dos mesmos ao interesse público, em respeito ao Princípio da Autotutela.

Assim, diante do exposto e, considerando:

(i) que um ato administrativo viciado contamina os atos subseqüentes;

(ii) que a licitação que não se desenvolve em estrita consonância com a legalidade, pode ferir, não só o interesse público como também o dos particulares envolvidos, desrespeitando, assim, princípios normativos, como o da segurança jurídica e o da boa-fé dos administrados.

(iii) que a Instituição deve zelar pela estabilidade e pela ordem nas relações jurídicas como condição para que se cumpram as finalidades superiores do ordenamento;

(iv) que a adjudicação do objeto da licitação ao vencedor confere mera expectativa de direito de contratar ((TCU – Acórdão 868/2006 – Segunda Câmara, Processo 019.755/2005-2, Ministro Relator LINCOLN MAGALHÃES DA ROCHA, Aprovação 17/04/2006; RMS 22447 / RS, relator Ministro LUIZ FUX, Julgamento: 18/12/2008, Publicação: DJe 18/02/2009; RMS 23.402/PR, SEGUNDA TURMA, DJ 02.04.2008; MS 12.047/DF, PRIMEIRA SEÇÃO, DJ 16.04.2007 e MC 11.055/RS, PRIMEIRA TURMA, DJ 08.06.2006); determino o envio dos autos à Diretoria Administrativa e Financeira para que, antes da homologação, tome ciência do fato novo, manifeste-se e dê ciência ao Pregoeiro sobre os fatos narrados para que o mesmo possa cientificar a empresa GIMAVE – MEIOS DE PAGAMENTO E INFORMAÇÕES LTDA.

Após, à Assessoria Jurídica para que atenda as “Instruções para Homologação”, fls. 276, movimento 42 dos autos e para que informe sobre a possibilidade de a Gestora, com fulcro na motivação aqui exposta, declarar a suspensão do processo licitatório, na fase em que se encontra, até ulterior decisão do TCE nos autos de Representação 499779/2019.

Fls. 279 Mov. 44 PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 910 Mov. 57 PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em: 13/08/2019 18:09. Nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. Assinado por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em 13/08/2019 18:10. Para mais informações acesse: https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 7c4b31345a4fb1085e1a2700c1ad98ae

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 280
Mov. 45
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 911
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR CONSELHEIRO PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ.

PREGÃO ELETRÔNICO - DATA DE ABERTURA: 30/07/2019, às 14:30h.

BIQ BENEFÍCIOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.878.237/0001-19, estabelecida na Rua Vergueiro, nº 3185, Cj. 123, Vila Mariana, São Paulo/SP, CEP: 04101-300**,** por sua advogada infra-assinado, (Docs. 01, 02 e 03) vem, mui respeitosamente, perante V. Exa., com fulcro no artigo 113 da Lei 8.666/93, para apresentar

REPRESENTAÇÃO (Exame Prévio do Edital)

Em face da **SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ -** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 25.298.788/0001-95, representada pela Ilma. Sra. Nicole Lemanczyk, Diretora Administrativa Financeira, estabelecida na Rua XV de Novembro 971, Curitiba/PR, CEP 80060-000, e-mail: administrativo@palcoparana.org, fazendo-o em consonância com os fatos e fundamentos a seguir delineados.

I – O Serviço Social Autônomo PALCOPARANA, publicou um edital de Pregão Eletrônico, a ser realizado no próximo dia 30/07/2019 às 14:00h, cujo objeto consiste em:*" **A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento, emissão, distribuição, administração do benefício, fornecimento de documentos de legitimação, na forma de cartão Alimentação/Refeição eletrônico, magnético, ou de similar tecnologia, em PVC, com chip de segurança, com recargas mensais, sistema de controle de saldo e senha pessoal e intransferível, para validação das transações pelo usuário, na rede de estabelecimentos comerciais credenciados (que a empresa licitante mantenha convênio), no ato da aquisição dos gêneros alimentícios ou das***

Rua Francisco Marengo, nº 189, 10º and. Sala 104, Tatuapé, São Paulo/SP – Cep: 03313-000 Tel: (11) 2638-6484
E-mail: marcio@pereiraemazzucato.com.br

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em: 13/08/2019 18:10. Nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. Assinado por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em 13/08/2019 18:11. Para mais informações acesse: https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 12a3f4bf4faef6da8a517297d7901905

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 281
Mov. 45
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 912
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

refeições, para serem utilizados pelos empregados efetivos e comissionados do PALCOPARANÁ, em conformidade com as especificações técnicas e serviços descritos no Anexo I - Termo de Referência." como se observa do edital anexo, (Doc.04).

II – Ao analisar o edital com vistas à participação no certame, foi observado que existem exigências que restringirão o caráter competitivo, contrariando os principais princípios legais das licitações, devendo o mesmo ser corrigido para que tais princípios sejam verificados, e haja ampla participação das empresas do ramo, favorecendo a necessária competitividade e a chance de obtenção de uma proposta efetivamente vantajosa.

DA COMPROVAÇÃO DE ÍNDICES FINANCEIROS

III – Urge primeiramente esclarecer, que a previsão contida no artigo 31, § 5º, da Lei 8.666/93, tem sido interpretada tanto pela doutrina quanto pela Jurisprudência, no sentido de que os índices exigidos devem ser aqueles usualmente adotados em determinado segmento comercial, não podendo haver um índice comum a todo e qualquer segmento. Esse entendimento guarda liame com o próprio dispositivo citado, ao mencionar que: ***"(...) vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação".***

IV – O grau de endividamento exigido no presente edital, conforme seu item 4.2 deve ser igual ou menor que 0,80. Embora em um primeiro momento pareça ser um índice alto e razoável em comparação ao comumente adotado em outros segmentos, que é entre 0,5 e 0,6, é certo que se não for modificado, irá impedir a participação da maioria das operadoras de cartões, haja vista que grande parte das mesmas operam com índices de endividamento entre 0,8 e 1,0. Como é sabido, as operadoras de cartões operam basicamente gerenciando recursos de terceiros. Assim, ainda que movimentem valores expressivos, a receita é diminuta em relação aos valores que administram, redundando em um grau de endividamento mais elevado que os demais segmentos. A título de comparação, podemos observar os índices de endividamento de algumas instituições financeiras

Rua Francisco Marengo, nº 189, 10º and. Sala 104, Tatuapé, São Paulo/SP – Cep: 03313-000 Tel: (11) 2638-6484
E-mail: marcio@pereiraemazzucato.com.br

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em: 13/08/2019 18:10. Nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. Assinado por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em 13/08/2019 18:11. Para mais informações acesse: https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 12a3f4bf4faef6da8a517297d7901905

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 282
Mov. 45
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 913
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

conhecidas: Caixa Econômica: 0,90, Banco Itaú: 0,95, Banco do Brasil: 0,94. Isso ocorre igualmente com a maioria das operadoras de Cartões corporativos.

V - O TCU já reconheceu tal característica dentre as empresas operadoras de cartões corporativos, ao esmiuçar a forma de operação de tais empresas, e reconhecer a dinâmica e peculiaridade desse mercado, como se pode conferir, por exemplo, no Acórdão 354/2016 **–** Plenário, além do seguinte Acórdão 932/2013 e Súmula 289:

> ***"O fato de a lei não fixar o limite do índice a ser adotado não afasta a responsabilidade do gestor por sua definição, que não pode ser aleatória, nem depender de simples 'palpite' do administrador público."*** (TCU. Acórdão nº 932/2013 **–** Plenário)

> ***"A exigência de índices contábeis de capacidade financeira, a exemplo dos de liquidez, deve estar justificada no processo da licitação, conter parâmetros atualizados de mercado e atender às características do objeto licitado, sendo vedado o uso de índice cuja fórmula inclua rentabilidade ou lucratividade".*** (Súmula 289 TCU)

VI – Da mesma forma, a título de exemplo sobre o entendimento dos Tribunais de Contas Estaduais sobre o tema, o E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, já analisou vários casos análogos, tais como: TC-16544/026/113, 35418/026/104, 1695/989/135 e 905/989/136, e ordenou a suspensão e retificação dos editais, para aumentar o índice de endividamento, como se pode conferir também pelos autos do processo 00002525.989.14-1, onde se entendeu que o índice deve se adequar ao segmento, assim, como no TC 000021617.989.18-1, de relatoria do Exmo. Conselheiro Marcio Martins de Camargo, que consignou que deveria ser republicado o edital, com o índice de endividamento de 1,0, após a seguinte análise:

Rua Francisco Marengo, nº 189, 10º and. Sala 104, Tatuapé, São Paulo/SP – Cep: 03313-000 Tel: (11) 2638-6484
E-mail: marcio@pereiraemazzucato.com.br

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em: 13/08/2019 18:10. Nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. Assinado por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em 13/08/2019 18:11. Para mais informações acesse: https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 12a3f4bf4faef6da8a517297d7901905

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 283
Mov. 45
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 914
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

> ***"De forma breve, reclamou do grau de endividamento menor ou igual a 0,40, sustentando que o seu patamar restringe a competitividade. Tendo em vista o índice eleito, ao menos aparentemente, ser considerado incomum quanto a este segmento de mercado, concedi a liminar pleiteada, conforme decisão publicada no DOE de 20/10/2018, com o recebimento da matéria na via processual do Exame Prévio de Edital. Regularmente acionada, a Origem informou que providenciará a retificação do edital, para que conste como Índice de Endividamento menor ou igual a 1,00. Ao ser ouvido, o Procurador de Contas opinou pela procedência do pedido."***
>
> ***"(...)No caso, à míngua de maiores estudos, penso que <u>a alteração prenunciada pela Origem – aumentando o patamar de 0,40 para 1,00 - atende a contento esta intelecção</u>. Permito-me este raciocínio ao lembrar que quanto maior o Índice de Endividamento eleito, menos restritivo será."*** (g.n)

VII – Em recente Acórdão do mesmo E. Tribunal, nos TC-006509.989.19-0 e TC-006685.989.19-6, pode-se conferir um precedente esclarecedor:

> ***"2.4. <u>O índice de endividamento exigido pelo edital, de até 0,80, está em patamar distinto daquele comumente praticado no mercado</u>, e dificilmente será atendido pelas principais empresas do segmento, consoante a análise apresentada pela Unidade de Economia da Assessoria Técnica.***
>
> ***Muito embora a jurisprudência desta Corte tenha considerado razoável a sua fixação entre 0,3 e 0,5 para a maior parte dos segmentos da atividade***

Rua Francisco Marengo, nº 189, 10º and. Sala 104, Tatuapé, São Paulo/SP – Cep: 03313-000 Tel: (11) 2638-6484
E-mail: marcio@pereiraemazzucato.com.br

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em: 13/08/2019 18:10. Nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. Assinado por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em 13/08/2019 18:11. Para mais informações acesse: https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 12a3f4bf4faef6da8a517297d7901905

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 284
Mov. 45
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 915
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

econômica e mercantil, tem-se que tais índices devem ser compatíveis e adequados ao ramo de atividade ou ao segmento de mercado das possíveis interessadas em participar do certame, por imposição do artigo 31, §5º, da Lei 8.666/93. No presente caso, para preservar a ampla competitividade do certame, os índices de endividamento exigidos para fins habilitatórios demonstram merecer reavaliação pela Origem, em função da dinâmica natural e peculiar do mercado de vales de benefícios, que faz com que grande parte das empresas que atuam no setor opere com índices superiores aos patamares médios de outros setores de atividade econômica.

Neste panorama, é certo que esta Corte vem aceitando a adoção de índices de endividamento mais elásticos para este segmento de mercado, diante da exigência de elevados investimentos e pelo atual comportamento das empresas do ramo, que estão considerando ser mais viável a participação de capital de terceiros em seus negócios do que o investimento de seu próprio capital. A questão trazida pela Representante demonstra merecer o mesmo tratamento atribuído por esta Corte quando do julgamento dos processos TC-16544/026/113 , 35418/026/104 , 1695/989/135 e 905/989/136 , este último de minha relatoria. Assim, face aos precedentes jurisprudenciais desta Corte e diante das peculiaridades do mercado de vales de benefícios, a exigência de índice de Grau de Endividamento Geral (IEG) menor ou igual a 0,80 se revela restritiva à competitividade e não se mostra adequada à verificação da boa situação financeira das proponentes, assim entendida como aquela suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes do contrato.

E decidiu.....

Rua Francisco Marengo, nº 189, 10º and. Sala 104, Tatuapé, São Paulo/SP – Cep: 03313-000 Tel: (11) 2638-6484
E-mail: marcio@pereiraemazzucato.com.br

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em: 13/08/2019 18:10. Nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. Assinado por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em 13/08/2019 18:11. Para mais informações acesse: https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 12a3f4bf4faef6da8a517297d7901905

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 285 Mov. 45
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 916 Mov. 57

> ***2) redefinir o índice máximo de endividamento exigido para fins de habilitação, tornando-o compatível com o segmento de mercado das empresas que atuam no ramo de vales de benefícios"*** (g.n)

VIII – Ademais, a Lei traz como subsidio, e não como principal, a exigência de índices financeiros, como comprovação de qualificação econômico-financeira do proponente, sendo certo que de acordo com o artigo 31 da Lei 8.666/93, poderá ser exigida a comprovação de capital social ou patrimônio líquido como comprovação da qualificação econômico-financeira, podendo ainda ser exigida garantia contratual. No entanto, o presente edital exige apenas a Certidão de Falência e concordata e os índices financeiros. Desta forma, pode ocorrer que uma empresa com índice de endividamento de 0,8 e capital social ou patrimônio de R$ 10.000,00 seja contratada, em detrimento de uma empresa com capital social ou patrimônio líquido de milhões de reais, que não comprove o índice de endividamento de 0,8, em total falta de razoabilidade.

DO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DA REDE CREDENCIADA

IX – No item 6.1 e 6.2 do Termo de Referência é estabelecido a quantidade de estabelecimentos, bem como, o prazo para a apresentação da rede credenciada, senão vejamos:

> ***6.1.- Mínimo de 10 (dez) estabelecimentos (supermercados/mercados) e 03 (três) redes de hipermercados em toda a cidade, e, no mínimo 02 (dois) estabelecimentos num raio de 2km de distância da sede do PALCOPARANÁ (Item 2).***
>
> ***6.2.- A rede credenciada deverá ser demonstrada até a data de assinatura do Contrato, cujo descumprimento será motivo para desclassificação***

Rua Francisco Marengo, nº 189, 10º and. Sala 104, Tatuapé, São Paulo/SP – Cep: 03313-000 Tel: (11) 2638-6484
E-mail: marcio@pereiraemazzucato.com.br

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em: 13/08/2019 18:10. Nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. Assinado por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em 13/08/2019 18:11. Para mais informações acesse: https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 12a3f4bf4faef6da8a517297d7901905

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 286
Mov. 45
PROTOCOLO
Fls. 917
Mov. 57
INTEGRADO DO ESTADO

X – Note-se que a licitante que for declarada vencedora e que não opere atualmente na região, não terá tempo suficiente para providenciar o credenciamento de toda rede exigida. Ocorre que o prazo previsto é absolutamente exíguo e insuficiente, demandando ao menos 20 dias para apresentação da mesma, sob pena de beneficiar diretamente as empresas que já operam na região, em flagrante conflito com o princípio da isonomia entre os licitantes, previsto no artigo 37, XXI, da Constituição Federal, o qual prevê que deverá ser assegurado igualdade de condições a TODOS os concorrentes.

XI – Ao analisar um caso similar, com a diferença que se exigia a rede credenciada na fase de habilitação, o TCU alertou para o fato de ter que haver tempo suficiente e razoável para o credenciamento da rede, onde estivessem lotados os usuários, como se infere:

> ***"(...) Assim sendo, nos termos do voto do relator, decidiu o Plenário revogar a medida cautelar e, já com vistas ao novo certame, determinar à entidade que faça constar a exigência de comprovação de rede credenciada apenas na fase de contratação, com estabelecimento de um prazo razoável para que a vencedora da licitação credencie os estabelecimentos comerciais das localidades onde os empregados da estatal estejam lotados."*** *(*g.f) (Acórdão n.º 3156/2010-Plenário, TC-028.280/2010-5, rel. Min. José Múcio Monteiro, 24.11.2010.)

XII - A mesma Corte de Contas já se manifestou outras vezes sobre a necessidade de concessão de prazo razoável para apresentação da rede credenciada, como se infere do TC 001820/006/10:

> ***"No mérito, em que pese ter sido adequadamente motivado o juízo discricionário que fixou o número de 250 (duzentos e cinquenta) estabelecimentos a serem credenciados, remanesce o vício presente nas cláusulas editalícias que estabeleceram o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para a adjudicatária credenciar esses 250 (duzentos e cinquenta) estabelecimentos na localidade da execução contratual, como condição para a assinatura do***

Rua Francisco Marengo, nº 189, 10º and. Sala 104, Tatuapé, São Paulo/SP – Cep: 03313-000 Tel: (11) 2638-6484
E-mail: marcio@pereiraemazzucato.com.br

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em: 13/08/2019 18:10. Nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. Assinado por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em 13/08/2019 18:11. Para mais informações acesse: https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 12a3f4bf4faef6da8a517297d7901905

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 287
Mov. 45
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 918
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

> ***contrato.(...) <u>E a jurisprudência desta Corte tem reiteradamente condenado essa espécie de insuficiência de prazo para adjudicatárias apresentarem a rede local credenciada,</u> a exemplo do que já fora decidido pelo E. Plenário nos processos TC -000706/989/13 - 4 6, TC - 001293.989.12 - 5 7, TC - 000854.989.12 - 6 8 e TC - 001098.989.12 - 2 9"*** (TC-001820/006/10 – 26/10/2016)

XIII - De acordo com os entendimentos doutrinário e jurisprudencial, deve haver parcimônia e razoabilidade nas cláusulas editalícias, de modo a não criar restrições à participação de potenciais licitantes, como se observa:

> ***"A licitação tornou-se a maneira mais segura de fraudar a Administração, porque é perfeitamente possível manipular qualquer licitação, mediante requisitos de participação, características do produto ou critérios de julgamento injustificados e injustificáveis. (...) Ninguém poderia ser alijado do procedimento licitatório pelo não atendimento de algum requisito injustificado, irrelevante***." (Adilson Abreu Dallari, cit. in Aspectos Jurídicos da Licitação, Ed. Saraiva, pág. 88)

> ***Licitação. Edital. Anulação. Exigência violadora do princípio da igualdade, restringindo o caráter competitivo do procedimento. Cláusula discriminatória. Artigos 37, inciso XXI, da Constituição da República. A regra geral na licitação é a participação do maior número possível de licitantes, devendo o edital ser parcimônio e criterioso ao fixar requisitos, pois são proibidas as condições impertinentes, inúteis ou desnecessárias.*** (TJ/SP, Ap. Civ. Nº 225-567-1, Des. Alfredo Migliore)

> ***"As regras do procedimento licitatório devem ser interpretadas de modo que, sem causar qualquer prejuízo à administração e aos interessados no***

Rua Francisco Marengo, nº 189, 10º and. Sala 104, Tatuapé, São Paulo/SP – Cep: 03313-000 Tel: (11) 2638-6484
E-mail: marcio@pereiraemazzucato.com.br

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em: 13/08/2019 18:10. Nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. Assinado por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em 13/08/2019 18:11. Para mais informações acesse: https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 12a3f4bf4faef6da8a517297d7901905

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 288
Mov. 45
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 919
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

certame, possibilitem a participação do maior numero de concorrentes, a fim de que seja possibilitado se encontrar, entre várias propostas, a mais vantajosa." (STJ - MS 5.606/DF, rel.min. José Delgado)

Pelo exposto, requer-se a V. Exa., seja acatada a presente Representação, para ordenar CAUTELARMENTE a suspensão do Pregão que está na iminência de ocorrer, para o fim de determinar:

1) Que seja modificado o índice de endividamento para 1,0, e que sejam exigidas outras comprovações de qualificação econômico-financeira a rigor do previsto no artigo 31, § 2º, da Lei 8.666/93.

2) Que seja concedido um prazo de 20 dias para apresentação da rede credenciada após a assinatura do contrato, de acordo com decisões outrora dos Tribunais de Contas, por ser absolutamente razoável e ampliativo da competitividade

3) – Caso seja de interesse da Administração a continuidade da contratação, que se republique o edital, a rigor do disposto no artigo 21, § 4º, da Lei 8.666/93.

Desta forma, estará sendo perpetrada a mais salutar JUSTIÇA, com a verificação dos princípios legais mais comezinhos, tais como o da legalidade, impessoalidade e isonomia!

Termos em que,
P. Deferimento.

São Paulo, 25 de julho de 2019.

CRISTIANE MAZZUCATO FLOR
OAB/SP 212.005

Rua Francisco Marengo, nº 189, 10º and. Sala 104, Tatuapé, São Paulo/SP – Cep: 03313-000 Tel: (11) 2638-6484
E-mail: marcio@pereiraemazzucato.com.br

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em: 13/08/2019 18:10. Nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. Assinado por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em 13/08/2019 18:11. Para mais informações acesse: https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 12a3f4bf4faef6da8a517297d7901905

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 289 Mov. 46

PROCESSO Nº: 499779/19
ENTIDADE: PALCOPARANA
INTERESSADO: **BIQ BENEFICIOS LTDA**
PROCURADORES: CRISTIANE MAZZUCATO FLOR
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993
DESPACHO: 1026/19

I - Trata-se de Representação formulada por **BIQ BENEFICIOS LTDA.**, que noticia supostas irregularidades no Edital de Pregão Eletrônico n.º 01/2019, do **PALCOPARANÁ**[1], que tem como objeto:

> "*A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento, emissão, distribuição, administração do benefício, fornecimento de documentos de legitimação, na forma de cartão Alimentação/Refeição eletrônico, magnético, ou de similar tecnologia, em PVC, com chip de segurança, com recargas mensais, sistema de controle de saldo e senha pessoal e intransferível, para validação das transações pelo usuário, na rede de estabelecimentos comerciais credenciados (que a empresa licitante mantenha convênio), no ato da aquisição dos gêneros alimentícios ou das refeições, para serem utilizados pelos empregados efetivos e comissionados do PALCOPARANÁ, (...)*".

O Representante alega que:

a) O índice de endividamento de 0,80, previsto no item 4.2 do Edital implica em impedimento da participação da maioria das operadoras de crédito;

b) É possível a exigibilidade de outras comprovações de qualificação econômico-financeira;

c) "*(...) pode ocorrer que uma empresa com índice de endividamento de 0,8 e capital social ou patrimônio de R$ 10.000,00 seja contratada, em detrimento de uma empresa com capital social ou patrimônio líquido de milhões de reais, que não comprove o índice de endividamento de 0,8, em total falta de razoabilidade.*";

[1] Pessoa jurídica de direito privado, sob a modalidade de serviço social autônomo, organização sem fins lucrativos, de interesse coletivo, com a finalidade de desenvolver e fomentar atividades dirigidas à produção de espetáculos e concertos e à prestação de serviços relacionados às expressões artísticas e culturais, instituída pela Lei Estadual n.º 18.831/2014

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em: 13/08/2019 18:11. Nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. Assinado por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em 13/08/2019 18:11. Para mais informações acesse: https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: c4f07dd6ef312849577307a2ebd27e7d

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 290 Mov. 46

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 290
Mov. 46

d) Considerando o teor dos itens 6.1 e 6.2, não há prazo razoável para que a licitante vencedora, que não opere na região, promova o credenciamento da rede exigida.

Por fim, requer, cautelarmente, a suspensão do procedimento licitatório, ante a iminência de sua efetivação.

É o breve relato.

II - Compulsando os autos, observa-se que estão presentes os requisitos de admissibilidade dos artigos 30 e seguintes da Lei Complementar nº 113/2005, bem como dos artigos 275 e 277 do Regimento Interno, merecendo ser **RECEBIDA** a Representação, pois se verificam indícios das inconformidades narradas, tendo sido acostada documentação comprobatória. Salienta-se que a conclusão quanto à efetiva irregularidade será constatada somente após a fase instrutória.

Já quanto ao pleito cautelar, não se confirma o *periculum in mora*, nem o *fumus boni iuris* a embasar o pedido de suspensão do certame.

Cumpre destacar que a Representante formulou pedido de forma superficial, sem tratar dos requisitos do art. 400 do Regimento Interno desta Corte de Contas, limitando-se a requerê-lo nos seguintes termos:

> *"Pelo exposto, requer-se a V. Exa., seja acatada a presente Representação, para ordenar CAUTELARMENTE a suspensão do Pregão que está na iminência de ocorrer, para o fim de determinar:*
>
> *1) Que seja modificado o índice de endividamento para 1,0, e que sejam exigidas outras comprovações de qualificação econômico-financeira a rigor do previsto no artigo 31, § 2º, da Lei 8.666/93.*
>
> *2) Que seja concedido um prazo de 20 dias para apresentação da rede credenciada após a assinatura do contrato, de acordo com decisões outrora dos Tribunais de Contas, por ser absolutamente razoável e ampliativo da competitividade*
>
> *3) – Caso seja de interesse da Administração a continuidade da contratação, que se republique o edital, a rigor do disposto no artigo 21, § 4º, da Lei 8.666/93."*

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em: 13/08/2019 18:11. Nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. Assinado por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em 13/08/2019 18:11. Para mais informações acesse: https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: c4f07dd6ef312849577307a2ebd27e7d

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 291
Mov. 46

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 291
Mov. 46

Veja-se que, dos termos acima destacados, é impossível concluir se a Representante busca a suspensão do certame ou a liminar determinação para que a Representada promova as alterações no edital de licitação, sendo que a concomitância de tais pontos é logicamente impossível.

Ainda que se ignore tais aspectos, depreende-se que a proximidade da data da abertura das propostas (30/07/19), por si só, não é elemento suficiente para amparar o receio de que o responsável possa agravar a lesão ou tornar difícil ou impossível a sua reparação, especialmente se considerado que não há notícias de que a Representante tenha impugnado administrativamente Edital em estudo.

III - Diante do exposto, **RECEBO** a presente Representação e **INDEFIRO** o pedido liminar, ante a ausência dos requisitos legais.

IV – Encaminhe-se à **Diretoria de Protocolo,** para que adote as seguintes medidas:

a) Inclusão na autuação como interessados **CARLOS ALBERTO GONCALVES DOS SANTOS;** e **NICOLE LEMANCZYK**, CPF 153.525.894-2;

b) Expedição, por via postal, mediante ofício registrado com aviso de recebimento, nos termos dos artigos 278, II e 380-A, I, ambos do Regimento Interno, das **CITAÇÕES** da **PALCOPARANÁ**, por meio de seu representante legal, bem como de sua Diretora, **NICOLE LEMANCZYK,** e de **CARLOS ALBERTO GONCALVES DOS SANTOS,** Pregoeiro, para que apresentem, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme artigo 35, II, alínea "a", da Lei Orgânica deste Tribunal, esclarecimentos quanto aos fatos narrados pela Representante, além da juntada de cópia da integralidade do processo licitatório.

Alerto que a procedência da Representação poderá ensejar a aplicação das sanções previstas na Lei Orgânica desta Casa.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em: 13/08/2019 18:11. Nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. Assinado por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em 13/08/2019 18:11. Para mais informações acesse: https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: c4f07dd6ef312849577307a2ebd27e7d

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 292
Mov. 46

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: André Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 292
Mov. 46

V - Transcorrido o prazo para apresentação de defesa, encaminhe-se o presente à **Sétima Inspetoria de Controle Externo** e ao **Ministério Público junto ao Tribunal de Contas**, para suas respectivas manifestações.

VI – Após, voltem-me conclusos.

Curitiba, 26 de julho de 2019.

ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO
Conselheiro Relator

RTR

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em: 13/08/2019 18:11. Nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. Assinado por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em 13/08/2019 18:11. Para mais informações acesse: https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: c4f07dd6ef312849577307a2ebd27e7d

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 293
Mov. 46

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 293 Mov. 46

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Diretoria de Protocolo

PROCESSO Nº: 499779/19
ASSUNTO: Representação da Lei Nº 8.666/1993
ENTIDADE: PALCOPARANA
INTERESSADO: BIQ BENEFICIOS LTDA, CRISTIANE MAZZUCATO FLOR (OAB/SP 212005), CARLOS ALBERTO GONCALVES DOS SANTOS, NICOLE BARAO RAFFS DE MEDEIROS, NICOLE LEMANCZYK, PALCOPARANA
RELATOR: ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO

Ofício nº 2345/19-OCN-DP Curitiba, 5 de agosto de 2019.

Ref.: *CONCESSÃO DE CONTRADITÓRIO*

Prezada Senhora,

Em cumprimento ao Despacho nº 1026/2019, fica CITADA a PALCOPARANÁ, CNPJ nº 25.298.788/0001-95, na pessoa de seu representante legal, para, querendo, no prazo improrrogável de **15 (quinze) dias**, contado da juntada do aviso de recebimento aos autos digitais, apresentar ao Tribunal as razões de contraditório no processo acima citado, em atenção ao disposto no artigo 35, II, "a" da Lei Orgânica (Lei Complementar nº 113, de 15/12/2005).

A não apresentação do contraditório poderá resultar na adoção de medidas previstas na Lei Complementar nº 113, de 15/12/2005, e no Regimento Interno do Tribunal.

Conforme o disposto no § 4º, do art. 380, do Regimento Interno, presumem-se válidas as citações e intimações dirigidas ao endereço declinado nas manifestações das partes e interessados, cumprindo-lhes atualizar o respectivo endereço, sempre que houver modificação temporária ou definitiva.

E ainda conforme o disposto no art. 383, também do Regimento Interno, após a citação da parte e interessados, se houver, as intimações realizar-se-ão da seguinte forma: I – por meio eletrônico à parte ou ao seu procurador, se houver, e desde que regularmente credenciado; II – por publicação, no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, dos despachos e decisões do Relator ou dos órgãos colegiados.

A íntegra do processo eletrônico, com o seu andamento em tempo real, está disponível às partes, interessados e procuradores, desde que credenciados no portal *e-Contas-PR*, acessível no *site* do Tribunal e com o uso do certificado digital[1], no seguinte caminho:

1. Inserir o certificado digital
2. Acesse o site do Tribunal em www.tce.pr.gov.br
3. Clicar na opção ***Portal e-Contas Paraná*** *no menu à esquerda*
4. Clicar no ícone *Acessar processo eletrônico*

[1] *Certificado digital – veja onde adquirir no site* http://www.iti.gov.br/twiki/bin/view/Certificacao/CertificadoObterUsar

Tribunal de Contas do Estado do Paraná
Praça Nossa Senhora de Salete s/nº - Centro Cívico
Curitiba – PR
CEP: 80.530-910

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR P0OV.5MJY.Y8ZJ.KR5X.7

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em: 13/08/2019 18:11. Nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. Assinado por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em 13/08/2019 18:11. Para mais informações acesse: https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: c4f07dd6ef312849577307a2ebd27e7d

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 294
Mov. 46

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Diretoria de Protocolo

Não havendo o credenciamento das partes, interessados e procuradores, a cópia do processo, com o seu andamento processual até a fase de expedição deste ofício, está disponível no *site* do Tribunal, pelo prazo de **90 (noventa) dias**, no seguinte caminho:

1. Acesse o site do Tribunal em www.tce.pr.gov.br
2. Clicar na opção ***Portal e-Contas Paraná*** *no menu à esquerda*
3. Selecionar a opção ***Cópia de Autos Digitais***
4. Indicar o número do processo 499779/19
5. Indicar o número do Cadastro CNPJ nº 25.298.788/0001-95
6. Clicar em Exibir cópia

Os números do processo e deste ofício deverão ser indicados na resposta ao Relator, que deverá ser apresentada ao Tribunal, preferencialmente, por peticionamento eletrônico, com o uso do certificado digital.

Informações adicionais poderão ser obtidas junto à Diretoria de Protocolo, e o andamento processual está acessível no *site* do Tribunal www.tce.pr.gov.br, **Consulta Processual**.

Atenciosamente,

PAULO SERGIO MOURA SANTOS

Diretor

TC 51.560-4

Senhora
NICOLE BARÃO RAFFS DE MEDEIROS
PALCOPARANÁ
Rua XV de Novembro, 971
CURITIBA-PR
CEP 80.060-000

Tribunal de Contas do Estado do Paraná
Praça Nossa Senhora de Salete s/nº - Centro Cívico
Curitiba – PR
CEP: 80.530-910

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR P0OV.5MJY.Y8ZJ.KR5X.7

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em: 13/08/2019 18:11. Nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. Assinado por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em 13/08/2019 18:11. Para mais informações acesse: https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: c4f07dd6ef312849577307a2ebd27e7d

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 295

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

Fls. 295
Mov. 47
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 926
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

PALCOPARANA

DIRETORA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA - PALCOPARANA

Protocolo:	15.417.176-2
Assunto:	contratação empresa de benefícios para funcionários.
Interessado:	PALCO PARANÁ
Data:	14/08/2019 09:49

DESPACHO

À CPL

Vimos por meio deste encaminhar despacho expedido pela DIPRE para sua ciência e para que tome as ações devidas junto ao processo de licitação de pregão inicial, como inclusão da documentação acostada pela DIPRE ao sistema de licitação, assim como informação aos interessados.

Pedimos que assim que tomar ciencia e ações devidas, retorne o processo a Assessoria Juridica do Palcoparaná para que esta proceda com a defesa do Palcoparana junto ao TCE.

Atenciosamente

Nicole Lemanczyk
Diretora Administrativa Financeira

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 14/08/2019 09:49. Nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. Assinado por: Nicole Lemanczyk em 14/08/2019 09:50. Para mais informações acesse: https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 72d34d7c048e21f3a2d41042eebce454

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 296
Mov. 48
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 927
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

Licitação [nº 772945]

Lista de interessados na licitação

Nome	Documento	Contato
Nenhum registro encontrado		

Mostrando 0 até 0 de 0 registros

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 14/08/2019 16:54. Nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em 14/08/2019 16:56. Para mais informações acesse: https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 947e00e1dd2c6118cbc7fa4f3abe00d6

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 297
Mov. 49
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 928
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

ExpressoLivre - ExpressoMail

Remetente:	"Carlos Alberto Goncalves dos Santos" <carlosalbertogds@cctg.pr.gov.br>
Para:	licitacao@cartaoeucard.com.br
Data:	14/08/2019 16:22 (agora)
Assunto:	Pregão eletrônico nº 01/2019
Anexos:	2 arquivos :: Baixar todos de uma vez 15.Biq Bennefícios.pdf (3.6 MB) 16.Despacho TCE.pdf (2.0 MB)

Boa tarde!

Encaminhamos, em anexo, cópia dos arquivos referentes à Representação da empresa Biq Benefícios e do Despacho 1026/19-TCE, para seu conhecimento. Informamos que o PALCOPARANÁ não homologará o referido processo de licitação ficará enquanto não houver pronunciamento oficial do TCE com as devidas instruções.

Solicitamos a gentileza de conformar o recebimento desta mensagem.

Sem mais.

Att,

Carlinhos
Centro Cultural Teatro Guaíra
Departamento de Materiais/DMA
Fone: (41) 3304-7929
Rua XV de Novembro, 971 - sala 208 - CEP: 80.060-000
Centro - Curitiba/PR
CNPJ: 76.695.204/0001-56 - Insc. Est.: Isento

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 14/08/2019 16:54. Nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em 14/08/2019 16:57. Para mais informações acesse: https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: a866df9c9bf78228c624a6bb6012e8fd

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 298
Mov. 50
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 929
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

CENTRO CULTURAL TEATRO GUAÍRA
COMISSÃO PERMANENTE LICITAÇÃO

Protocolo:	15.417.176-2
Assunto:	contratação empresa de benefícios para funcionários.
Interessado:	PALCO PARANÁ
Data:	14/08/2019 16:56

DESPACHO

INFORMAÇÃO

O processo seguiu os trâmites legais da disputa até a data de 30/07/19, marcada para o pleito, não havendo qualquer manifestação de impugnação ao edital de que este Pregoeiro viesse a ter conhecimento. Assim, o processo seguiu seus trâmites normais e culminou com o pleito ocorrido em 30 de julho de 2019, no horário 14h e 30 minutos.

Após a contenda na Sala de Disputa do sítio www.licitacoes-e.com.br, do Banco do Brasil, foi conhecida a arrematante.

Na data de 02 (dois) de agosto recebi um e-mail da Administração do Palcoparaná informando sobre o processo junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, peticionado pela empresa Biq Benefícios Ltda., alegando irregularidades no processo licitatório. Diante do comunicado, indaguei pelo mesmo veículo, na mesma data, se aquilo representaria que deveríamos paralisar momentaneamente os ritos do procedimento licitatório. Em resposta fui informado que o relator do TCE/PR havia indeferido o pedido da representante da requerente.

Desta feita, nos deveres de Pregoeiro Oficial, dei seguimento às minhas atribuições na condução dos trabalhos inerentes ao processo de licitação protocolado sob o nº 15.417.176-2. E após análise dos documentos de habilitação da arrematante que comprovaram sua regularidade fiscal e jurídica, inclusive demonstrando Grau de Endividamento de 0,79 (zero vírgula setenta e nove), ou seja, ficando abaixo do índice 0,80 (zero vírgula oitenta), com conhecimento expresso da Administração do Palcoparaná, Declarei Vencedora do Lote Único a empresa GIMAVE Meios de Pagamento e Informações Ltda., em 05 de agosto de 2019 documento encartado à folha 273 do referido processo.

Decorrido o prazo recursal e após negar Intenção de Recurso por falta de Motivação, este Pregoeiro Adjudicou à empresa GIMAVE o Lote Único do Edital da Licitação nº 01/2019-PALCOPARANÁ no dia 06/08/2019. Em ato contínuo documentei e encaminhei as Instruções para Homologação por parte das autoridades do SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ, conforme encarte à folha 276 do susodito processo.

Na data de hoje, tomei conhecimento, por meio do supracitado processo de licitação, do Despacho nº 1026/19, emitido pelo Conselheiro

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 14/08/2019 16:56. Nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em 14/08/2019 16:57. Para mais informações acesse: https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 7a4826102079b6e7fd4caec6809a3d4

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

(páginas 289-292) e Ofício 2345/19-OCN-DP, expedido em 05 de agosto de 2019 (páginas 293-294) - Concessão de Contraditório - assinado pelo Diretor Paulo Sérgio Moura Santos. Pelo mesmo instrumento recebi também as instruções exaradas no Despacho da Direção do PALCOPARANÁ, página 295, para que eu inclua da documentação ao Sistema de Licitação e dê informação aos interessados.

Tentei a inclusão dos arquivos da Representação da empresa Biq Benefícios e do Despacho 1026/19-TCE, porém o Sistema de Licitação do Banco do Brasil informa: “Não é permitido enviar arquivos maiores que 1024 KB (1 Mega Bytes)”. Desta feita, este procedimento não foi possível de realizar.

Haja vista este pregoeiro não ter encontrado os contatos das interessadas no processo após busca pelo Sistema de Licitação do Banco do Brasil, pois as interessadas não tiveram acesso ao edital por meio deste sistema, mas muito provável por outros meios, conforme comprovação de cópia encartada à página 296. Assim, somente a empresa adjudicada, GIMAVE Meios de Pagamento e Informações Ltda., pode ser comunicada do fato através de e-mail, página 297, encaminhado nesta data.

É a informação, em 14 de agosto de 2019.

Carlos A G dos Santos
Pregoeiro Oficial

Fls. 299
Mov. 50
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 930
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em: 14/08/2019 16:56. Nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. Assinado por: Carlos Alberto Goncalves dos Santos em 14/08/2019 16:57. Para mais informações acesse: https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 7a4826102079b6e7fd4caec6809a3d4

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 930 Mov. 51
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 931 Mov. 57

PALCOPARANA

DIRETORA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA - PALCOPARANA

Protocolo:	15.417.176-2
Assunto:	contratação empresa de benefícios para funcionários.
Interessado:	PALCO PARANÁ
Data:	14/08/2019 17:33

DESPACHO

A AJU

Para que atenda o que esta disposto no despacho 11/2019 da DIPRE, acostado neste processo a partir da folha 278, noque se refere a informação juridica.

Atenciosamente

Nicole Lemanczyk

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Lemanczyk em: 14/08/2019 17:33. Nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. Assinado por: Nicole Lemanczyk em 14/08/2019 17:33. Para mais informações acesse: https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 57a2fc5b3322e8c2bb946f3d4183160c

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 301
Mov. 52
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 932
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

INFORMAÇAO nº 04/19-AJU

DA	ASSESSORIA JURÍDICA
PARA	DIAFI
ASSUNTO	Contratação de empresa de benefícios para os empregados – Vale Alimentação ou Refeição
EXPEDIENTE	15.417.176-2
DATA	29/08/2019

I – PREGÃO ELETRÔNICO – FASE EXTERNA – CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS

Por meio do despacho de fls. 300, a Sra. Diretora Administrativa Financeira do PALCOPARANÁ encaminhou a esta Assessoria o Processo Licitatório na modalidade "Pregão Eletrônico n.º 001/2019" para que preste as informações jurídicas e atenda ao disposto no despacho 11/2019/DIPRE, a fim de que os procedimentos até então realizados sejam analisados sob o enfoque da legislação pertinente, mais especificamente das determinações dispostas nas Leis Federais n.º 8.666/1993 e 10.520/2002, no Decreto Federal nº 5.450/2005 e na Lei Estadual 15.608/2007.

Contudo, antes de prestar a presente informação, cabe esclarecer que os procedimentos de processos licitatórios são divididos, basicamente, em duas fases: a **fase interna** e a **fase externa**.

A **fase interna** é aquela que se inicia com a solicitação da Unidade Requisitante (fls. 2/3) e se encerra na elaboração do edital (fls. 155/190). Esta fase já foi objeto de análise por esta Assessoria, que, através do Parecer Jurídico anexado às fls. 192/194 do presente protocolo, confirmou o cumprimento de todos os requisitos legais e, portanto, a obediência à legalidade.

Já a **fase externa**, nos termos do art. 17, *caput* e inciso I, do Decreto 5.450/2005, tem início com a convocação das empresas interessadas em participar do processo licitatório, através da publicação do aviso do edital no Diário Oficial da União, bem como sua divulgação via internet, senão vejamos:

> *"Art. 17. **A fase externa do pregão, na forma eletrônica, será iniciada com a convocação dos interessados por meio de publicação de aviso**, observados os valores estimados para contratação e os meios de divulgação a seguir indicados:*
> *I - até R$ 650.000,00 (seiscentos e cinqüenta mil reais):*
> *a) Diário Oficial da União; e*
> *b) meio eletrônico, na internet;" (grifo nosso)*

E é a **fase externa** que será objeto da presente análise.

Pois bem. Com a confirmação da regularidade da fase interna, a Diretora Presidente do Palcoparaná aprovou o Termo de Referência e encaminhou o protocolo a Diretora Administrativa Financeira, que às fls. 196 declarou a disponibilidade orçamentária financeira para cobertura da presente despesa e enviou o procedimento para que a comissão de licitação desse início à fase externa do certame, nos moldes estipulados nos artigos 4º, incisos I a IV da Lei nº 10.520/02 e 17, inciso I do Decreto 5.450/20052.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Lucas Medeiros Vilches em: 29/08/2019 10:38. Nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. Assinado por: Lucas Medeiros Vilches em 29/08/2019 10:38. Para mais informações acesse: https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: b77834ef3a670a05a012c3f8783a30aa

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 302
Mov. 52
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 933
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

A comissão de licitação, por sua vez, no dia **17/07/2019**, providenciou a publicação do aviso do resumo do edital no Diário Oficial do Paraná (fls. 234), convocando os interessados a apresentarem suas propostas. A cópia do Edital e seus anexos foram disponibilizados na internet, por meio dos seguintes endereços eletrônicos: ***(i)*** www.licitacoes-e.com.br; e, ***(ii)*** www.palcoparana.org.

Saliente-se que, em estrita observância ao regramento disposto no art. 17, §§ 2º e 4º, do Decreto 5.450/2005, o aviso de licitação respeitou o prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis entre a publicação e a apresentação das propostas, bem como dispôs de forma clara e precisa as informações sobre o objeto licitado, os critérios de avaliação, as datas, horários e local do acolhimento das propostas.

De igual maneira, o Edital do Pregão Eletrônico (fls. 198/208) detalhou a definição precisa, suficiente e clara do objeto licitado, bem como o endereço eletrônico onde ocorreria a sessão pública, a data e hora de sua realização e a indicação de que o pregão, na forma eletrônica, seria realizado por meio da internet. O Edital cumpriu ainda com a previsão disposta no §5º do dispositivo de lei acima mencionado.

O ato convocatório do pregão eletrônico **não** foi impugnado, assim como **não** foi efetuado qualquer pedido de esclarecimento referente ao processo licitatório.

Diante desse fato, no dia **30/07/2019** às **14h00** o Sr. Pregoeiro realizou a **abertura das propostas** previamente classificadas para o pleito eletrônico, momento em que se constatou a participação de 03 (três) empresas, quais sejam: GIMAVE – Meios de Pagamento e Informações Ltda, SODEXO PASS do Brasil Serviços e Comércio S/A e GREEN CARD S/A Refeições e Com e Serviços.

Com a abertura das propostas, foi disposto no Sistema algumas explicações sobre como se daria o procedimento, tendo o Sr. Pregoeiro possibilitado, às 14:31:31:300, que as empresas previamente habilitadas dessem seus lances.

Conforme se verifica às fls. 238 do presente protocolo, o último e menor lance foi ofertado às 15:02:12:587 pela empresa **GIMAVE - Meios de Pagamento e Informações LTDA,** com deságio de 2,81% (dois vírgula oitenta e um por cento) sobre a Taxa Administrativa, o que representa um custo mensal de despesas de ***R$ 24.634,92 (vinte e quatro mil, seiscentos e trinta e quatro reais e noventa e dois centavos)***, totalizando um montante de ***R$ 295.583,04 (duzentos e noventa e cinco mil, quinhentos e oitenta e três reais e quatro centavos)***, para o período dos 12 (doze) primeiros meses de contrato.

Após a apuração do menor lance, a comissão de licitação passou a analisar a documentação de habilitação apresentada pela arrematante (fls. 239/266), a qual, segundo atestado pelo Sr. Pregoeiro às fls. 276, comprova sua regularidade fiscal e jurídica, inclusive demonstrando Grau de Endividamento de 0,79 (zero vírgula setenta e nove), valor este inferior ao índice exigido de 0,80 (zero vírgula oitenta).

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Lucas Medeiros Vilches em: 29/08/2019 10:38. Nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. Assinado por: Lucas Medeiros Vilches em 29/08/2019 10:38. Para mais informações acesse: https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: b77834ef3a670a05a012c3f8783a30aa

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 303
Mov. 52
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 934
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

No dia **05/08/2019**, após a constatação do atendimento das exigências fixadas no edital, o Sr. Pregoeiro declarou a empresa **GIMAVE - Meios de Pagamento e Informações LTDA** vencedora do Lote Único do Edital da Licitação nº 01/2019-PALCOPARANÁ (fls. 273/274).

No dia **06/08/25019**, com o decurso do prazo para apresentação de recurso e após ser negada a Intenção de Recurso formulada pela empresa SODEXO por falta de motivação, o Sr. Pregoeiro Adjudicou o objeto da licitação a empresa vencedora, tendo documentado tais atos nos autos e encaminhado o protocolo para autoridades do Serviço Social Autônomo Palcoparaná com as Instruções para Homologação.

Posto isto, nota-se que os procedimentos e atos adotados pelo Sr. Pregoeiro e a sua equipe obedeceram a todos os princípios legais, tendo o certame licitatório decorrido com regularidade e legitimidade nos termos das Leis Federais n.º 8.666/1993 e 10.520/2002, do Decreto Federal nº 5.450/2005 e da Lei Estadual 15.608/2007, razão pela qual esta Assessoria Jurídica manifesta-se favoravelmente pela Homologação do Processo Licitatório na modalidade "Pregão Eletrônico n.º 001/2019" e contratação do licitante vencedor.

II – DA SUSPENSÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

Conforme disposto no despacho de fls. 278/279, no dia **09/08/2019** (após a adjudicação realizada pelo pregoeiro) "*o Palcoparaná e a sua representante legal foram citados para, querendo, apresentarem ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná razões de contraditório no processo 499779/19*", no qual a empresa BIQ Benefícios Ltda. formula uma Representação, alegando irregularidades no Edital de Pregão Eletrônico nº 01/2019.

A documentação acostada ao protocolo, em especial a r. decisão de fls. 289/292 demonstra que o d. Tribunal de Contas **recebeu** a Representação, sob o fundamento de que há indícios das inconformidades narradas pela Representante, tendo, contudo, indeferido o pedido cautelar de suspensão do certame, ante a ausência dos requisitos legais.

Diante desse fato, e com base na fundamentação disposta às fls. 278/279, a Sra. Diretora Presidente do Palcoparaná requereu que esta Assessoria Jurídica apresente informação acerca da possibilidade de se declarar a suspensão do processo licitatório na fase em que se encontra (após a adjudicação e antes da homologação), até ulterior decisão do TCE nos autos de Representação 499779/2019.

Quanto ao tema, importante esclarecer inicialmente que a possibilidade de se suspender uma licitação não está prevista na legislação vigente, mas o órgão licitante poderá realizá-la como ato administrativo discricionário, desde que preencha os requisitos da "*finalidade*" e da "*motivação*".

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Lucas Medeiros Vilches em: 29/08/2019 10:38. Nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. Assinado por: Lucas Medeiros Vilches em 29/08/2019 10:38. Para mais informações acesse: https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: b77834ef3a670a05a012c3f8783a30aa

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

Fls. 304
Mov. 52
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 935
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

A **motivação** é a situação, o fato que deu ensejo a essa suspensão, isto é, o órgão licitante deverá motivar a suspensão informando a todos os interessados por qual razão está suspendendo a licitação. A **finalidade**, por sua vez, é o resultado que o órgão licitante deseja atingir com a prática do ato.
No particular, vale frisar que a Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito federal, através dos artigos 2º e 50, estabelece que a "*Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, **motivação**, **razoabilidade**, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, **interesse público e eficiência***", devendo motivar suas decisões com indicação dos fatos e dos fundamentos que importem na **suspensão** do ato administrativo. De acordo com os dispositivos legais acima mencionados a "***motivação deve ser explícita, clara e congruente***".

Observa-se, portanto, que, para que se legitime a suspensão de determinado ato administrativo, mais especificamente de determinado certame licitatório é inafastável que reste demonstrado o interesse e a conveniência do ato a ser suspenso.

Pois bem. No presente caso, a Sra. Diretora Presidente do Palcoparaná argumenta que "*o objetivo principal de uma licitação é selecionar a melhor proposta para um negócio desejado pela Instituição que está a deflagá-la*" e que o Palcoparaná tem "*a obrigação de zelar pela legalidade de seus atos e condutas e pela adequação dos mesmos ao interesse público, em respeito ao Princípio da Autotutela*".

Em razão disso, entende pela necessidade de se suspender o certame licitatório, dada a superveniência de fato novo, qual seja, a apresentação de Representação perante o e. TCE pela empresa BIQ benefícios Ltda., a qual foi recebida pelo d. Relator sob o fundamento de que há indícios das inconformidades (motivação).

Logo, a suspensão do certamente teria por finalidade precípua a observância dos princípios da segurança jurídica, interesse público, eficiência, ampla defesa e contraditório, posto que eventual reconhecimento pelo d. Tribunal de Contas do Estado do Paraná (o que não se espera) de existência de qualquer irregularidade acarretaria a nulidade dos atos até então praticados.

Assim, ante o acima exposto, o despacho de fls. 278/279 e documentação acostada às fls. 280/294, resta claro o preenchimento dos requisitos da "*finalidade*" e da "*motivação*", razão pela qual essa Assessoria Jurídica **não vislumbra qualquer óbice** para que seja determinada pelas autoridades do Palcoparaná a suspensão do certame licitatório até posterior decisão do e. TCE, ressalvado é claro o juízo de mérito, e os aspectos técnicos econômicos financeiros que escapam a análise jurídica.

É o parecer que submetemos a análise da autoridade superior para deliberação.

Lucas Medeiros Vilches
Assessoria Jurídica

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Lucas Medeiros Vilches em: 29/08/2019 10:38. Nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. Assinado por: Lucas Medeiros Vilches em 29/08/2019 10:38. Para mais informações acesse: https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: b77834ef3a670a05a012c3f8783a30aa

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

DESPACHO nº 13/2019 – DIPRE/PALCOPARANÁ

DA	DIPRE/PALCOPARANÁ
PARA	AJU/PALCOPARANÁ
ASSUNTO	LICITAÇÃO pregão eletrônico nº 01/2019 – vale-refeição
EXPEDIENTE	15.417.176-2
DATA	29/08/2019

Fls. 935
Mov. 53
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 936
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

Na data de 09/08/2019 o Palcoparaná e a sua representante legal foram citados para, querendo, apresentarem ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná razões de contraditório no processo 499779/19, em atenção ao que dispõe o artigo 35, II, "a" da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Lei Complementar nº 113/2005.

O processo 499779/19 trata de Representação formulada por BIQ BENEFÍCIOS LTDA., com pedido cautelar, noticiando irregularidades no Edital de Pregão Eletrônico nº 01/2019, do Palcoparaná. O pedido cautelar não foi deferido pelo Tribunal de Contas. Entendeu o Tribunal de Contas do Estado do Paraná que:

> *"(...) Veja-se que, dos termos acima destacados, é impossível concluir se a Representante busca a suspensão do certame ou a liminar determinando que a Representada promova alterações no edital de licitação, sendo que a concomitância de tais pontos é logicamente impossível.*
> *Ainda que se ignore tais aspectos, depreende-se que a proximidade da data de abertura das propostas (30/07/19), por si só, não é elemento suficiente para amparar o receio de que o responsável possa agravar a lesão ou tornar difícil ou impossível a sua reparação, especialmente se considerado que não há notícias de que a Representante tenha impugnado administrativamente Edital em estudo."*

Em que pese o pedido de cautelar não ter sido deferido, o Conselheiro Relator, Dr. Artagão de Mattos Leão, recebeu a Representação, afirmando verificar indícios das inconformidades narradas pelo Representante.

Diante do fato novo, há que se considerar a possibilidade de o Tribunal de Contas do Estado entender pela presença de irregularidades no edital, o que não se espera. Porém, caso isto ocorra, os atos até então praticados durante o processo licitatório deverão ser revistos, o que poderá trazer como consequência a revogação ou a anulação de algum ato.

O objetivo principal de uma licitação é selecionar a melhor proposta para um negócio desejado pela Instituição que está a deflagrá-la, porém, o processo licitatório não chega ao final face a ocorrência, em seu bojo, de eventual ilegalidade. O Palcoparaná é equiparado à Administração Pública

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em: 29/08/2019 12:00. Nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. Assinado por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em 29/08/2019 12:01. Para mais informações acesse: https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: a475b2d2a37b43f1cb90a85f138f546c

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

quanto ao dever de licitar, e por isso tem a obrigação de zelar pela legalidade de seus atos e condutas e pela adequação dos mesmos ao interesse público, em respeito ao Princípio da Autotutela.

Assim, diante do exposto e, considerando:

(i) que um ato administrativo viciado contamina os atos subseqüentes;

(ii) que a licitação que não se desenvolve em estrita consonância com a legalidade, pode ferir, não só o interesse público como também o dos particulares envolvidos, desrespeitando, assim, princípios normativos, como o da segurança jurídica e o da boa-fé dos administrados.

(iii) que a Instituição deve zelar pela estabilidade e pela ordem nas relações jurídicas como condição para que se cumpram as finalidades superiores do ordenamento;

(iv) que a adjudicação do objeto da licitação ao vencedor confere mera expectativa de direito de contratar ((TCU – Acórdão 868/2006 – Segunda Câmara, Processo 019.755/2005-2, Ministro Relator LINCOLN MAGALHÃES DA ROCHA, Aprovação 17/04/2006; RMS 22447 / RS, relator Ministro LUIZ FUX, Julgamento: 18/12/2008, Publicação: DJe 18/02/2009; RMS 23.402/PR, SEGUNDA TURMA, DJ 02.04.2008; MS 12.047/DF, PRIMEIRA SEÇÃO, DJ 16.04.2007 e MC 11.055/RS, PRIMEIRA TURMA, DJ 08.06.2006); com fulcro na Informação Jurídica acostada às fls. 301, movimento nº 52, suspendo o processo licitatório objeto do presente até ulterior decisão do Tribunal de Contas do Estado, nos autos 499779/19.

Fls. 306
Mov. 53
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 937
Mov. 57
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em: 29/08/2019 12:00. Nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. Assinado por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em 29/08/2019 12:01. Para mais informações acesse: https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: a475b2d2a37b43f1cb90a85f138f546c

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

30. Informação

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 938
Mov. 57

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 939
Mov. 57

PROCESSO N º : 499779/19
ORIGEM : PALCOPARANA
INTERESSADO : BIQ BENEFICIOS LTDA, CARLOS ALBERTO GONCALVES DOS SANTOS, NICOLE BARAO RAFFS DE MEDEIROS, NICOLE LEMANCZYK, PALCOPARANA
ASSUNTO : REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993
INFORMAÇÃO : 6637/19

Em que pese a devolução do Ofício nº 2348/19 (peça 16), destinado ao Sr. CARLOS ALBERTO GONCALVES DOS SANTOS, nota-se que o interessado apresentou resposta por meio do Recibo de Petição Intermediária nº 582331/19 (peça 17).

Assim, encaminham-se os autos para regular trâmite.

DP, em 29 de agosto de 2019.

MARCEL EDUARDO CUNICO BACH
Técnico de Controle
51.415-2
DP

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR 3SSV.RMJZ.WEOL.DWAA.9

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

31. Instrução

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 940
Mov. 57

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 941
Mov. 57

PROCESSO Nº: 499779/19
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993
ENTIDADE: PALCOPARANA
INTERESSADO: **BIQ BENEFICIOS LTDA, CARLOS ALBERTO GONCALVES DOS SANTOS, NICOLE BARAO RAFFS DE MEDEIROS, NICOLE LEMANCZYK, PALCOPARANA**

INSTRUÇÃO Nº 58/19

REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº8.666/1993. IMPROCEDÊNCIA. VALE ALIMENTAÇÃO/VALE REFEIÇÃO. CLAUSULAS COMPATÍVEIS À CONSECUÇÃO DO CONTRATO.

Trata o presente expediente de Representação da Lei nº 8.666/93, com pedido de medida cautelar, formulada, em 25 de julho de 2019, pela empresa **BIQ BENEFÍCIOS LTDA**, em face do Serviço Social Autônomo PALCOPARANÁ, relativamente ao Edital de Pregão Eletrônico nº 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO FORNECIMENTO DE VALE-ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO ATRAVÉS DE CARTÃO COM CHIP ELETRÔNICO DE SEGURANÇA, que tem por objeto específico a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento, emissão, distribuição, administração do benefício, fornecimento de documentos de legitimação, na forma de cartão Alimentação/Refeição eletrônico, magnético, ou de similar tecnologia, em PVC, com chip de segurança, com recargas mensais, sistema de controle de saldo e senha pessoal e intransferível, para validação das transações pelo usuário, na rede de estabelecimentos comerciais credenciados (que a empresa licitante mantenha convênio), no ato da aquisição dos gêneros alimentícios ou das refeições, para serem utilizados pelos empregados efetivos e comissionados do PALCOPARANÁ em conformidade com as especificações técnicas e serviços descritos no Anexo I - Termo de Referência.

A sessão de disputa de lances foi realizada em data de 30 de julho de 2019.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR I3LD.M2K0.M8B4.CN42.P

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 942
Mov. 57

A Representante apontou, em breve síntese, a ocorrência das seguintes possíveis irregularidades:

O grau de endividamento exigido no presente edital, conforme seu item 4.2 deve ser igual ou menor que 0,80. Embora em um primeiro momento pareça ser um índice alto e razoável em comparação ao comumente adotado em outros segmentos, que é entre 0,5 e 0,6, é certo que se não for modificado, irá impedir a participação da maioria das operadoras de cartões, haja vista que grande parte das mesmas operam com índices de endividamento entre 0,8 e 1,0. Como é sabido, as operadoras de cartões operam basicamente gerenciando recursos de terceiros. Assim, ainda que movimentem valores expressivos, a receita é diminuta em relação aos valores que administram, redundando em um grau de endividamento mais elevado que os demais segmentos.

Alega que o índice deve se adequar ao segmento de mercado, pois quanto maior o índice de endividamento eleito, menos restritiva será a participação no certame.

Que a exigência de índices financeiros como comprovação de qualificação econômico-financeira é salutar, mas a “dinâmica natural e peculiar do mercado de vales de benefícios, que faz com que grande parte das empresas que atuam no setor opere com índices superiores aos patamares médios de outros setores de atividade econômica”.

Ainda, que a PALCOPARANÁ concedeu prazo exíguo à apresentação da rede credenciada, qual seja até assinatura do contrato, o que redundará na impossibilidade da empresa declarada vencedora, mas que não opere atualmente na região, ter tempo suficiente para providenciar o credenciamento de toda rede exigida.

Destarte requer:

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR I3LD.M2K0.M8B4.CN42.P

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 943
Mov. 57

1) Que seja **modificado o índice de endividamento para 1,0**, e que sejam exigidas outras comprovações de qualificação econômico-financeira a rigor do previsto no artigo 31, § 2º, da Lei 8.666/93;

2) Que seja **concedido um prazo de 20 dias** para apresentação da rede credenciada após a assinatura do contrato, de acordo com decisões outrora dos Tribunais de Contas, por ser absolutamente razoável e ampliativo da competitividade

3) – Caso seja de interesse da Administração a continuidade da contratação, que se **republique o edital**, a rigor do disposto no artigo 21, § 4º, da Lei 8.666/93.

Após análise preliminar, o Ilustre Relator, através do Despacho n°1026/19 - GCAML (peça 9), deixou de acolher a medida cautelar pleiteada, eis que não se confirma o *periculum in* mora, nem o *fumus boni iuris* a embasar o pedido de suspensão do certame.

Ato contínuo, tendo em vista que as irregularidades relatadas, em tese, poderiam ensejar a aplicação das sanções previstas no artigo 85 da Lei Orgânica deste Tribunal, e considerando o preenchimento dos requisitos constantes nos artigos 275 a 277 do Regimento Interno, recebeu a presente Representação, determinando a citação da princípios do contraditório e ampla defesa.

Regularmente expedido os ofícios de contraditório, os Interessados PALCOPARANÁ, por intermédio de sua Diretora Presidente, Nicole Barão Raffs de Medeiros, Nicole Lemanczyk, Diretora Administrativa e Financeira e Carlos Alberto Gonçalves dos Santos, Pregoeiro, apresentaram uma única defesa (peça 18), anexando documentação (peças 19 a 29).

A PALCOPARANÁ aduziu inicialmente, quanto ao grau de endividamento exigido nas condições editalícias, os dispositivos constantes da Lei nº15.608 de 16 de

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR I3LD.M2K0.M8B4.CN42.P

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 944
Mov. 57

agosto de 2007 [1] e Decreto nº4993 de 31 de agosto de 2016 [2] , notadamente quanto à documentação exigida à qualificação econômico-financeira da licitante, nos termos do artigo 77 da lei referenciada. Vale dizer que possui a obrigação de exigir dos licitantes "que estão em boa situação financeira". Ainda, que estabeleceu critérios objetivos à apuração desse índice, uma vez que pesquisou junto a outros estabelecimentos comerciais e que estão na mesma atividade econômica, por intermédio da publicação de relatórios de administração, onde se apuraram índices de 0,57(zero vírgula cinquenta e sete) a 0,71 (zero vírgula setenta e um), o que justificaria a grau de endividamento fixado no edital, igual ou menor que 0,80 (zero vírgula oitenta).

Finalmente, que o índice exigido, está presente em outros pregões realizados com o mesmo objeto, razão pela qual requer a improcedência do pedido.

Quanto à alegação da exiguidade do prazo para comprovação da rede credenciada, ora impugnado pela Representante, a PALCOPARANÁ alega que a exigência só seria implementada na assinatura do contrato, que tal condição se encontra inserida no poder discricionário da Administração, uma vez que "motivado e razoável." Assim alega que o número de estabelecimentos solicitados é baixo o que justificaria o prazo estabelecido.

Requereu a total improcedência da Representação.

Posteriormente, a PALCOPARANÁ, em data de 04 de setembro de 2019, publicou no Diário Oficial do Paraná, edição 10514, página 37, **COMUNICADO DE SUSPENSÃO** do Edital 01/2019 Pregão Eletrônico Palcoparaná, suspendendo o ato licitatório até "ulterior decisão do Tribunal de Contas do Estado, nos autos 499779/19." (documento junto – 1)

[1] Estabelece normas sobre licitações, contratos administrativos e convênios no âmbito dos Poderes do Estado do Paraná.

[2] Estabelece regras e critérios para aquisição de bens e contratação de serviços continuados e não continuados, excluídos os serviços de engenharia e as contratações de soluções na área de tecnologia da informação e comunicação, pelos órgãos da Administração Direta, pelas autarquias, inclusive as em regime especial, pelas fundações públicas e pelos fundos especiais, não personificados, e dá outras providências. (Redação dada pelo Decreto 8943 de 06/03/2018)

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR I3LD.M2K0.M8B4.CN42.P

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 945
Mov. 57

Processado regularmente o feito, os autos foram remetidos a esta 7ª Inspetoria de Controle Externo – ICE, para manifestação, por força do item V do Despacho n. º1026/19-GCAML (peça 9).

É o relato.

NO MÉRITO

Inicialmente, o processo de Representação em julgamento atende aos dispositivos da Lei 8.666/1993, in verbis:

> Art. 113. O controle das despesas decorrentes dos contratos e demais instrumentos regidos por esta Lei será feito pelo Tribunal de Contas competente, na forma da legislação pertinente, ficando os órgãos interessados da Administração responsáveis pela demonstração da legalidade e regularidade da despesa e execução, nos termos da Constituição e sem prejuízo do sistema de controle interno nela previsto.

Da análise do edital em comento, ora impugnado, constata-se que a escolha dos parâmetros de habilitação está intrinsicamente relacionada ao objeto licitado, sendo, portanto, afeta ao interesse e às necessidades do órgão requisitante, ao seu planejamento e à esperada execução físico-orçamentária.

Não por outro motivo, o Decreto Estadual n.º 4.993/2016 estabelece que o Termo de Referência que precede e instrui a aquisição e as contratações de serviços deve conter, no mínimo, os requisitos de habilitação:

> *Art. 6.º O termo de referência que precede e instrui a aquisição e as contratações de serviços deverá conter, no mínimo:*
> *(...)*
> *X - Requisitos de habilitação;*

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR I3LD.M2K0.M8B4.CN42.P

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 946
Mov. 57

No caso em tela, o Termo de Referência, no qual são delineados os requisitos e especificações técnicas necessárias à consecução do objeto, dentre os quais se incluem os parâmetros de qualificação técnica a serem respeitados pelas empresas licitantes, assim dispõe:

> **EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO**
> **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO**
> **FORNECIMENTO DE VALE-ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO ATRAVÉS DE CARTÃO COM CHIP ELETRÔNICO DE SEGURANÇA**
>
> **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**
> **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2019 TIPO: MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO**
>
> **ANEXO III - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**
>
> **4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**
>
> **4.2** Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação econômico-financeira da empresa que será extraída do balanço patrimonial, mediante cálculo dos seguintes índices:
>
> Índice de liquidez Corrente (ILC) igual ou superior a 1,0 (um) apurado pelo quociente:
>
> $$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$
>
> Índice de liquidez Geral (ILG) igual ou superior a 1,0 (um) apurado pelo quociente:
>
> $$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a longo prazo}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a longo prazo}}$$
>
> **Grau de endividamento (GE) igual ou inferior a 0,80 (zero vírgula oitenta) apurado pelo quociente**:
>
> $$GE = \frac{\text{Passivo Circulante + Exigível a longo prazo}}{\text{Ativo Total}}$$

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR I3LD.M2K0.M8B4.CN42.P

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 947
Mov. 57

> **a)** O cálculo dos índices deverá ser apresentado pela proponente por meio de declaração assinada por responsável pela empresa e pelo contador.

Considerando que, a Representante impugnou inicialmente o **grau de endividamento** conforme disposto no Termo de Referência pela Contratante PALCOPARANÁ, necessário que se teçam alguns comentários sobre o tema.

O Índice de Endividamento Geral ou Grau de Endividamento, como indicador, tem como função calcular a proporção de endividamento de uma entidade, ou seja, o quanto dos ativos da entidade está sendo financiada por recursos de terceiros. Dessa forma o endividamento geral de uma companhia é representado pelo cálculo dos compromissos perante terceiros (passivo circulante e não circulante) sobre os bens e direitos que a entidade possui, ou seja, o seu ativo total. Assim quanto menor o endividamento de uma entidade, menor o risco e maior a proteção contra prejuízos e a garantia dos serviços a serem prestados para a administração. Para melhor entendimento, quanto mais próximo de 1 (um) pior a situação financeira da companhia.

O dispositivo legal que regulamenta a utilização de índices para avaliar a condição financeira da licitante, encontra-se no artigo 31, § 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e demais alterações posteriores:

> "§ 5º A comprovação da boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no edital e devidamente justificados no processo administrativo da licitação que tenha dado início ao certame licitatório, vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para a correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação."

O critério de julgamento dos índices sempre deverá estar expresso no edital de forma clara e objetiva, não restando dúvidas ou omissões. Qualquer critério

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR I3LD.M2K0.M8B4.CN42.P

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 948
Mov. 57

subjetivo de julgamento será de pronto afastado e declara inválido. Também é vedada a exigência de faturamento mínimo anterior, índices de rentabilidade ou lucratividade (§ 1º do artigo 31)

Os cálculos deverão estar claros no instrumento convocatório indicando as fórmulas e definições. A Administração, para que seja legal a exigência de índices, deverá justificar nos autos do processo que instrui o procedimento licitatório, a razão e fundamento para utilização dos índices, usando apenas aqueles compatíveis com o segmento das licitantes.

Os índices são aqueles que refletem a saúde financeira de um segmento do mercado, ou seja, se a licitação se refere a obras e serviços de engenharia, a Administração deverá utilizar os índices que demonstram a boa situação das empresas de engenharia ou correlatas. Não poderá usar os índices de laboratórios ou empresas farmacêuticas.

Geralmente, os índices que refletem a boa situação financeira de empresas de diversos segmentos de mercado encontram-se nas revistas ou informativos especializados em matérias econômicas: Revista Conjuntura Econômica, Jornal Gazeta Mercantil, Jornal O Valor, etc.

Portanto, o atendimento aos índices estabelecidos no Edital, demonstrará uma situação equilibrada da licitante. Caso contrário, o desatendimento dos índices, revelará uma situação deficitária da empresa, colocando em risco a execução do contrato.

Da análise das demonstrações contábeis apresentadas na peça de defesa, verificou-se que os cálculos de endividamento geral das empresas ali citadas, estão corretos e pode-se aferir o índice de 0,67 na média da amostra, inferindo-se, portanto, que na média 67% do ativo das entidades da amostra, está comprometido para custear suas dívidas perante terceiros. Ademais, as demonstrações contábeis e financeiras apresentadas como parâmetro para efeito comparativo do índice de

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR I3LD.M2K0.M8B4.CN42.P

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 949
Mov. 57

endividamento, representam parcela significativa do mercado de vale alimentação), e na média atendem aos quesitos estipulados.

No presente certame participaram três empresas da fase de lances (fls. 237, peça 29), SODEXO PASS DO BRASIL SERVIÇOS E COMERCIO S.A.; GIMAVE – MEIOS DE PAGAMENTO E INFORMACOES LTDA e GREEN CARD AS REFEICOES COM E SERVICOS.

A GIMAVE foi a empresa que ofertou o menor valor.

Somente a empresa vencedora apresentou os índices contábeis (fls. 257 da peça 29) sendo o IGE de 0,79. Não há comprovação dos índices das demais empresas em virtude de haver inversão da fase de habilitação conforme cláusula 10.1 do edital. A empresa BIQ não participou da licitação.

Ante o exposto, a exigência do Edital nada mais fez que traduzir em critérios objetivos o disposto no art. 37, XXI, da Constituição Federal [3], uma vez que a contratação de empresas em situação EQUILIBRADA é o mínimo que o SESI deve cercar-se para assegurar o integral cumprimento do contrato. Ademais, os índices escolhidos foram democráticos, na medida em que estabelecem um "mínimo" de segurança na contratação. Destarte, não prosperam os argumentos da Impugnante de que os índices teriam sido discrepantes em relação ao objeto licitado.

[3] **Constituição Federal**
Art. 37. A administração pública direta, indireta e fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, eficiência, motivação, economicidade e, também o seguinte:

[...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam as obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, a qual permitirá somente as exigências de qualificação técnico - econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações;

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR I3LD.M2K0.M8B4.CN42.P

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 950
Mov. 57

Ademais, a boa situação financeira exigida no artigo 31 não deixa margem a permitir índices que refletem situação financeira deficitária, como é o caso do presente edital.

A doutrina, assim se posiciona:

> "Vale rememorar, também, que a legislação veda a exigência de índices e valores não usualmente adotados para correta avaliação de situação financeira e essa exigência deve ser tão somente suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.
> É dizer: em qualquer hipótese, a Administração Pública somente poderá exigir índices contábeis compatíveis com o que é usual para as empresas que compõem o setor econômico em que ocorrerá a contratação. Assim, caso, por alguma razão técnica justificável, os índices contábeis das empresas do ramo sejam diminutos, a Administração Pública não poderá exigi-los tal como o faria em um mercado cujos índices contábeis são usualmente dilatados" [4]

De outro lado, também impugna o Representante, o prazo para apresentação da rede credenciada, nos termos do disposto no item 6.1 e 6.2 do Termo de Referência:

> **6.1.- Mínimo de 10 (dez) estabelecimentos (supermercados/mercados) e 03 (três) redes de hipermercados em toda a cidade, e, no mínimo 02 (dois) estabelecimentos num raio de 2km de distância da sede do PALCOPARANÁ (Item 2).**
>
> **6.2.- A rede credenciada deverá ser demonstrada até a data de assinatura do Contrato, cujo descumprimento será motivo para desclassificação**

Da análise das razões da PALCOPARANÁ em cotejo com as alegações da Representante, observa de pronto que a quantidade exigida de estabelecimentos credenciados é relativamente pequena, se considerarmos que a cidade de Curitiba é

[4] **A exigência de índices contábeis como condição de habilitação em licitações públicas,** Schiefler, Gustavo Henrique, Informativo de licitações e Contratos, Zênite, 2015.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR I3LD.M2K0.M8B4.CN42.P

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 951
Mov. 57

bem abastecida desses estabelecimentos e que o número de beneficiários com vale/auxílio refeição/alimentação não atinge 100 funcionários (72 empregados).

O prazo estabelecido não impediria que outras empresas fora da região participassem da licitação, até porque a apresentação da citada rede credenciada, somente se daria por ocasião da assinatura do contrato, que entendemos ser um prazo razoável para o atendimento, se levarmos em consideração a data da publicação do edital em 17 de julho de 2019, com acolhimento de propostas em 31 de julho de 2019, prazo que, em nosso entendimento é razoável à prospecção de estabelecimentos que poderiam compor a rede credenciada, então exigida.[5]

Ademais, a Representante teve tempo hábil para impugnar as cláusulas editalícias junto à administração pública, mas assim não procedeu, somente representando contra a Administração, neste Tribunal em data de 25 de julho de 2019, o que também não impediria sua participação no certame, o que se evidencia, no mínimo, ausência de interesse em participar do processo licitacional.

Isto posto, opinamos pela improcedência da presente Representação, uma vez que as cláusulas, ora impugnadas, não colocam em risco a competitividade do certame licitatório, uma vez que as mesmas evitam que a PALCOPARANÁ coloque em risco a contratação de empresa inadequada à consecução da prestação pleiteada.

É a instrução.

7ª ICE, em 16 de setembro de 2019.

SOLANGE SA FORTES FERREIRA ISFER
Analista de Controle - Jurídica

[5] Observamos que a empresa ganhadora da licitação também não tem sede na região de Curitiba, mas sim em Cascavel-Paraná, o que confirma a inexistência de direcionamento para beneficiar empresas da região.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR I3LD.M2K0.M8B4.CN42.P

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 952
Mov. 57

De acordo, encaminhem-se ao Ministério público junto a este Tribunal.

MARCIO JOSE ASSUMPÇÃO
Inspetor de Controle

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR I3LD.M2K0.M8B4.CN42.P

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

32. Parecer

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 953
Mov. 57

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 954
Mov. 57

PROTOCOLO Nº: 499779/19
ORIGEM: PALCOPARANA
INTERESSADO: **BIQ BENEFICIOS LTDA, CARLOS ALBERTO GONCALVES DOS SANTOS, NICOLE BARAO RAFFS DE MEDEIROS, NICOLE LEMANCZYK, PALCOPARANA**
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993
PARECER: 831/19

Ementa: *Representação da Lei de Licitações. Pela improcedência, conforme opinativo da 7ICE.*

Trata o presente de Representação da Lei nº 8.666/93, com pedido de medida cautelar, proposta pela empresa BIQ BENEFÍCIOS LTDA, em face do Serviço Social Autônomo PALCOPARANÁ, relativamente ao Edital de Pregão Eletrônico nº 01/2019, tipo menor preço - lote único fornecimento de vale-alimentação / refeição através de cartão com chip eletrônico de segurança.

A Representação foi admitida pelo Despacho n° 1026/19-GCAML (peça 09), sem a concessão da liminar suspensiva.

Conforme descrito na Instrução n° 58/19-7ICE (peça 31), a empresa Representante aponta as seguintes possíveis irregularidades:

> *(...) O grau de endividamento exigido no presente edital, conforme seu item 4.2 deve ser igual ou menor que 0,80. Embora em um primeiro momento pareça ser um índice alto e razoável em comparação ao comumente adotado em outros segmentos, que é entre 0,5 e 0,6, é certo que se não for modificado, irá impedir a participação da maioria das operadoras de cartões, haja vista que grande parte das mesmas operam com índices de endividamento entre 0,8 e 1,0. Como é sabido, as operadoras de cartões operam basicamente gerenciando recursos de terceiros. Assim, ainda que movimentem valores expressivos, a receita é diminuta em relação aos valores que administram, redundando em um grau de endividamento mais elevado que os demais segmentos.*

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR N8VW.IZK1.0IF4.YV96.D

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 955
Mov. 57

> *Alega que o índice deve se adequar ao segmento de mercado, pois quanto maior o índice de endividamento eleito, menos restritiva será a participação no certame.*
>
> *Que a exigência de índices financeiros como comprovação de qualificação econômico-financeira é salutar, mas a "dinâmica natural e peculiar do mercado de vales de benefícios, que faz com que grande parte das empresas que atuam no setor opere com índices superiores aos patamares médios de outros setores de atividade econômica".*
>
> *Ainda, que a PALCOPARANÁ concedeu prazo exíguo à apresentação da rede credenciada, qual seja até assinatura do contrato, o que redundará na impossibilidade da empresa declarada vencedora, mas que não opere atualmente na região, ter tempo suficiente para providenciar o credenciamento de toda rede exigida.*

Ainda de acordo com a Instrução n° 58/19-7ICE, em 04.09.2019 a PALCOPARANÁ anunciou a suspensão do certame até ulterior decisão do Tribunal nestes autos.

Após análise da defesa e documentação apresentada pela PALCOPARANÁ (peça 18 a 29) em cotejo com as razões apresentadas pela Representante, o opinativo conclusivo da 7ª Inspetoria de Controle Externo sustenta a legalidade do Edital de Pregão Eletrônico nº 01/2019.

Para tanto, afirma, em apertada síntese, que o índice de endividamento previsto na licitação impugnada não é discrepante em relação ao objeto licitado.

Sobre o prazo para apresentação da rede credenciada, sublinha que quantidade exigida na licitação é relativamente pequena, se considerarmos que a cidade de Curitiba é bem abastecida desses estabelecimentos e que o número de beneficiários com vale/auxílio refeição/alimentação não atinge 100 funcionários (72 empregados).

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR N8VW.IZK1.0IF4.YV96.D

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 956
Mov. 57

Acrescenta que o prazo estabelecido não impediria que outras empresas fora da região participassem da licitação, vez que a apresentação da citada rede credenciada somente se daria por ocasião da assinatura do contrato.

Ao final, por não vislumbrar qualquer risco à competividade nas cláusulas questionadas, opina pela improcedência da Representação.

É o **relatório**.

Por entender que a análise conclusiva da Instrução n° 58/19-7ICE (peça 31) esgotou as questões em debate nestes autos, ao demonstrar a compatibilidade das cláusulas editalícias impugnadas como os princípios e regras esculpidos na Lei n° 8.666/93; este Ministério Público de Contas acompanha, em sua integralidade, o opinativo pela **improcedência** desta Representação.

É o parecer.

Curitiba, 26 de setembro de 2019.

Assinatura Digital

GABRIEL GUY LÉGER

Procurador do Ministério Público de Contas

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR N8VW.IZK1.0IF4.YV96.D

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

33. Acórdão

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 957
Mov. 57

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO
Fls. 958
Mov. 57
INTEGRADO DO ESTADO

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO Nº:	499779/19
ASSUNTO:	REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993
ENTIDADE:	PALCOPARANA
INTERESSADO:	BIQ BENEFICIOS LTDA, CARLOS ALBERTO GONCALVES DOS SANTOS, NICOLE BARAO RAFFS DE MEDEIROS, NICOLE LEMANCZYK, PALCOPARANA
ADVOGADO / PROCURADOR	CRISTIANE MAZZUCATO FLOR
RELATOR:	CONSELHEIRO ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO

ACÓRDÃO Nº 3424/19 - Tribunal Pleno

Representação. Índice de endividamento. Compatibilidade com o nicho de mercado. Prazo para demonstração da rede credenciada. Momento da assinatura do contrato. Razoabilidade. Ausência de prejuízo para licitantes de outras regiões. Improcedência.

I – RELATÓRIO

Trata-se de Representação formulada por **BIQ BENEFICIOS LTDA.,** que noticia supostas irregularidades no Edital de Pregão Eletrônico n.º 01/2019, do **SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ**[1], que tem como objeto:

> "*A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento, emissão, distribuição, administração do benefício, fornecimento de documentos de legitimação, na forma de cartão Alimentação/Refeição eletrônico, magnético, ou de similar tecnologia, em PVC, com chip de segurança, com recargas mensais, sistema de controle de saldo e senha pessoal e intransferível, para validação das transações pelo usuário, na rede de estabelecimentos comerciais credenciados (que a*

[1] Pessoa jurídica de direito privado, sob a modalidade de serviço social autônomo, organização sem fins lucrativos, de interesse coletivo, com a finalidade de desenvolver e fomentar atividades dirigidas à produção de espetáculos e concertos e à prestação de serviços relacionados às expressões artísticas e culturais, instituída pela Lei Estadual n.º 18.831/2014.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR OG7R.KGK2.EFCW.R098.D

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 959
Mov. 57

> *empresa licitante mantenha convênio), no ato da aquisição dos gêneros alimentícios ou das refeições, para serem utilizados pelos empregados efetivos e comissionados do PALCOPARANÁ, (...)*".

O Representante alega que:

a) O índice de endividamento de 0,80, previsto no item 4.2 do Edital implica em impedimento da participação da maioria das operadoras de crédito;

b) É possível a exigibilidade de outras comprovações de qualificação econômico-financeira;

c) "*(...) pode ocorrer que uma empresa com índice de endividamento de 0,8 e capital social ou patrimônio de R$ 10.000,00 seja contratada, em detrimento de uma empresa com capital social ou patrimônio líquido de milhões de reais, que não comprove o índice de endividamento de 0,8, em total falta de razoabilidade.*";

d) Considerando o teor dos itens 6.1 e 6.2, não há prazo razoável para que a licitante vencedora, que não opere na região, promova o credenciamento da rede exigida.

Por fim, requer, cautelarmente, a suspensão do procedimento licitatório, ante a iminência de sua efetivação.

Admitida a Representação e indeferido o pedido cautelar (peça n.º 9), foram encaminhados os ofícios de contraditório (peças n.º 10/12).

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ, CARLOS ALBERTO GONCALVES DOS SANTOS, NICOLE BARAO RAFFS DE MEDEIROS e **NICOLE LEMANCZYK** apresentam defesa (peça n.º 18), sustentando que:

a) Inexiste restrição no certame quanto ao grau de endividamento, já que três licitantes foram habilitados;

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR OG7R.KGK2.EFCW.R098.D

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 960
Mov. 57

b) O índice de endividamento igual ou menor a 0,8 é compatível ao praticado pelo mercado, verificando-se sua adoção em outras licitações no Brasil;

c) A comprovação da existência de rede credenciada foi estabelecida para o momento da assinatura do contrato;

d) A quantidade de estabelecimentos exigidos é pequena, tendo como base o número de empregados da Representada a serem atendidos;

e) O prazo estabelecido para tanto é suficiente, considerando a possibilidade de credenciamento em redes de mercados.

A **Sétima Inspetoria de Controle Externo**, mediante Instrução n.º 58/19 (peça n.º 31), opina pela IMPROCEDÊNCIA da Representação, ao destacar que:

a) os cálculos utilizados para se auferir a média do endividamento das empresas do nicho econômico licitado foram corretos e alcançaram o índice de 0,67;

b) em razão da inversão da fase de habilitação, apenas a empresa vencedora apresentou os índices contáveis, a citar, 0,79;

c) considerando o número de funcionários da Representada a serem atendidos, bem como a existência de diversos estabelecimentos passíveis de credenciamento, o prazo previsto para a comprovação deste não resulta em impedimento para empresas de outras regiões participarem;

d) embora tenha tido tempo para impugnar o edital, a Representante não o fez.

Por sua vez, o **Ministério Público junto ao Tribunal de Contas,** por meio do Parecer n.º 831/19 (peça n.º 32), manifesta-se no mesmo sentido da **Unidade de Controle Externo**.

É o relatório.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR OG7R.KGK2.EFCW.R098.D

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 961
Mov. 57

II – VOTO

Cinge-se a controvérsia à legalidade do Edital de Pregão Eletrônico n.º 01/2019, do **SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ**, no que tange a exigência de índice de endividamento de 0,80 das licitantes, bem como do prazo para a prova da rede credenciada mínima.

Do índice de endividamento

O art. 31, §5º, da Lei n.º 8.666/93 disciplina os parâmetros da demonstração da situação financeira das licitantes, redação esta reprisada no art. 77 da Lei Estadual n.º 15.608/07[2]:

> "*Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:*
>
> *(...)*
>
> *§ 5º A comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no edital e devidamente justificados no processo administrativo da licitação que tenha dado início ao certame licitatório, vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.*"

Reforçando, a Súmula n.º 289 do Tribunal de Contas da União prevê que a exigibilidade de tais índices deve estar amparada em justificativa prevista no edital, a partir de parâmetros atualizados de mercado:

> "*A exigência de índices contábeis de capacidade financeira, a exemplo dos de liquidez, deve estar justificada no processo da licitação, conter parâmetros atualizados de mercado e atender às características do objeto licitado, sendo vedado o uso de índice cuja fórmula inclua rentabilidade ou lucratividade.*"

[2] Estabelece normas sobre licitações, contratos administrativos e convênios no âmbito dos Poderes do Estado do Paraná.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR OG7R.KGK2.EFCW.R098.D

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 962
Mov. 57

No presente, o Edital prevê em seu item n.º 4.2 a exigência de grau de endividamento menor ou igual à 0,80, estabelecendo objetivamente a forma de cálculo para tanto:

> **4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**
>
> **4.1** Certidão Negativa de Falência, ou Certidão Negativa de Insolvência Civil e/ou Execução Patrimonial Concursal, expedida pelo cartório distribuidor do domicílio da proponente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias anteriores da data fixada para abertura do presente Pregão.
>
> **4.2** Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação econômico-financeira da empresa que será extraída do balanço patrimonial, mediante cálculo dos seguintes índices:
>
> Índice de liquidez Corrente (ILC) igual ou superior a 1,0 (um) apurado pelo quociente:
>
> ILC= Ativo Circulante
> Passivo Circulante
>
> Índice de liquidez Geral (ILG) igual ou superior a 1,0 (um) apurado pelo quociente:
>
> ILG= Ativo Circulante + Realizável a longo prazo
> Passivo Circulante + Exigível a longo prazo
>
> **Grau de endividamento (GE) igual ou inferior a 0,80 (zero vírgula oitenta) apurado pelo quociente**:
>
> GE= Passivo Circulante + Exigível a longo prazo
> Ativo Total

Referido grau é o mesmo utilizado em outros certames semelhantes, conforme a Representante faz prova às peças n.º 21/24, a citar, Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná – CODAPAR, Conselho Regional de Contabilidade do Estado da Bahia – CRCBA, Conselho Regional de Técnicos em Radiologia – CRTR e Federação das Indústrias do Estado do Paraná – FIEP.

Outrossim, empresas do ramo do objeto licitado possuem média inferior a prevista no edital, como a Representada faz prova às peças n.º 25/29, a citar SODEXO PASS DO BRASIL SERVIÇOS E COMÉRCIO S/A: 0,57; VR BENEFÍCIOS E SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO LTDA.: 0,75; COMPANHIA BRASILEIRA DE SOLUÇÕES E SERVIÇOS - ALELO: 0,71; e

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR OG7R.KGK2.EFCW.R098.D

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 963
Mov. 57

GIMAVE - MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMACOES LTDA.: 0,79. Neste sentido, confirmou a Sétima Inspetoria de Controle Externo:

> "*Da análise das demonstrações contábeis apresentadas na peça de defesa, verificou-se que os cálculos de endividamento geral das empresas ali citadas, estão corretos e pode-se aferir o índice de 0,67 na média da amostra, inferindo-se, portanto, que na média 67% do ativo das entidades da amostra, está comprometido para custear suas dívidas perante terceiros. Ademais, as demonstrações contábeis e financeiras apresentadas como parâmetro para efeito comparativo do índice de endividamento, representam parcela significativa do mercado de vale alimentação), e na média atendem aos quesitos estipulados.*"[3]

Dentro deste contexto, denota-se que o índice de endividamento máximo de 0,80, estipulado no item 4.2 do instrumento convocatório, é regular, não sendo passível de reparos.

Do Prazo para Promoção do Credenciamento

Outrossim, não assiste razão à Representante no que diz respeito à inexequibilidade do prazo para comprovação da rede credenciada.

Depreende-se do item 6 e subitens, que cabe ao vencedor do certame demonstrar, quando da assinatura do contrato, o atendimento à rede credenciada mínima:

> "*6. DOS ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS:*
>
> *6.1.- Mínimo de 10 (dez) estabelecimentos (supermercados/mercados) e 03 (três) redes de hipermercados em toda a cidade, e, no mínimo 02 (dois)*

[3] Peça n.º 31, fls. 08/09.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR OG7R.KGK2.EFCW.R098.D

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 964
Mov. 57

> *estabelecimentos num raio de 2km de distância da sede do PALCOPARANÁ (Item 2).*
>
> *6.2.- A rede credenciada deverá ser demonstrada até a data de assinatura do Contrato, cujo descumprimento será motivo para desclassificação.*
>
> *6.3.- A contratada deverá comprovar, sempre que solicitado pelo PALCOPARANÁ, uma lista com a rede de estabelecimentos credenciados, com respectivos endereços, razão social e telefone.*
>
> *6.4.- Durante a vigência do contrato, a CONTRATADA deverá disponibilizar e manter, a rede de estabelecimentos credenciados, buscando inclusão de novos estabelecimentos, a fim de ampliar e melhorar o atendimento dos usuários do cartão-alimentação/refeição.*"

Veja-se que não há razões para que tal prazo seja ampliado para vinte dias, tal como alegado, já que a quantidade de estabelecimentos que a licitante deve comprovar em sua rede de credenciamento é ínfima se considerada a localidade em que se insere o âmbito de atuação a que se refere o objeto licitado, qual seja, Curitiba, município este que possui inúmeros mercados, não representando, portanto, um fator impeditivo para empresas de outras regiões que busquem participar do certame.

Seguindo esta linha de raciocínio, bem destacou a Sétima Inspetoria de Controle Externo:

> "*Da análise das razões da PALCOPARANÁ em cotejo com as alegações da Representante, observa de pronto que a quantidade exigida de estabelecimentos credenciados é relativamente pequena, se considerarmos que a cidade de Curitiba é bem abastecida desses estabelecimentos e que o número de beneficiários com*

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR OG7R.KGK2.EFCW.R098.D

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 965
Mov. 57

> *vale/auxílio refeição/alimentação não atinge 100 funcionários (72 empregados).*
>
> *O prazo estabelecido não impediria que outras empresas fora da região participassem da licitação, até porque a apresentação da citada rede credenciada, somente se daria por ocasião da assinatura do contrato, que entendemos ser um prazo razoável para o atendimento, se levarmos em consideração a data da publicação do edital em 17 de julho de 2019, com acolhimento de propostas em 31 de julho de 2019, prazo que, em nosso entendimento é razoável à prospecção de estabelecimentos que poderiam compor a rede credenciada, então exigida.*"[4]

Igualmente, corrobora o **Ministério Público junto ao Tribunal de Contas**:

> "*Por entender que a análise conclusiva da Instrução n° 58/19-7ICE (peça 31) esgotou as questões em debate nestes autos, ao demonstrar a compatibilidade das cláusulas editalícias impugnadas como os princípios e regras esculpidos na Lei n° 8.666/93; este Ministério Público de Contas acompanha, em sua integralidade, o opinativo pela improcedência desta Representação.*"[5]

Logo, o Edital de Pregão Eletrônico n.º 01/2019, do **SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ** não padece das alegadas irregularidades, motivo pelo qual não merece reparos.

III – CONCLUSÃO

[4] Peça n.º 31, fls. 10/11.
[5] Peça n.º 32, fls. 03.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR OG7R.KGK2.EFCW.R098.D

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 966
Mov. 57

Diante do exposto, **VOTO** pela **IMPROCEDÊNCIA** da presente Representação, nos termos da fundamentação.

Após trânsito em julgado, autoriza-se o encerramento e arquivamento dos autos junto à Diretoria de Protocolo.

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO, por unanimidade, em:

I – Conhecer a Representação da Lei nº 8.666/1993, uma vez presentes os pressupostos de admissibilidade, para, no mérito, julgá-la **improcedente**, nos termos da fundamentação;

II – determinar, após trânsito em julgado, o encerramento e arquivamento dos autos junto à Diretoria de Protocolo.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO, IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL e IVENS ZSCHOERPER LINHARES e os Auditores THIAGO BARBOSA CORDEIRO e TIAGO ALVAREZ PEDROSO.

Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, FLÁVIO DE AZAMBUJA BERTI.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2019 – Sessão nº 39.

ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO
Conselheiro Relator

NESTOR BAPTISTA
Presidente

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR OG7R.KGK2.EFCW.R098.D

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

34. Certidão de Publicação DETC

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 967
Mov. 57

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 968
Mov. 57

PROCESSO Nº: 499779/19
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993
ENTIDADE: PALCOPARANA
INTERESSADO: BIQ BENEFICIOS LTDA, CARLOS ALBERTO GONCALVES DOS SANTOS, NICOLE BARAO RAFFS DE MEDEIROS, NICOLE LEMANCZYK, PALCOPARANA

CERTIDÃO AUTOMÁTICA DE PUBLICAÇÃO

Certifica-se que o(a) Acórdão nº 3424/2019 – Tribunal Pleno, proferido(a) no processo acima citado, foi disponibilizado(a) no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná nº 2181, do dia 07/11/2019, considerando-se como data de publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização no Diário, conforme o disposto nos §§ 3º e 4º, do art. 386, do Regimento Interno.

Curitiba, 08/11/2019

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR CXIQ.QDK2.PUWM.Z11K

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Andre Luis Diener em: 08/11/2019 17:16.

PROTOCOLO
Fls. 969
Mov. 58
INTEGRADO DO ESTADO

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

PALCOPARANA
ASSESSORIA JURÍDICA

Protocolo:	15.417.176-2
Assunto:	contratação empresa de benefícios para funcionários.
Interessado:	PALCO PARANÁ
Data:	08/11/2019 18:24

DESPACHO

Prezada Sra. Diretora Presidente,

Conforme disposto no despacho de fls. 309, no dia 08/11/2019 foi publicado o r.decisumproferido pelo egrégio Tribunal de Contas do Estado do Paraná, através do qual julgou improcedente a Representação apresentada pela BIQ BENEFÍCIOS LTDA. e autuada sob o nº 499779/19.

Diante da r. decisão proferida pelo e. TCE, o Assessor Técnico Especial, após juntar cópia integral da Representação n.º 499779/19, encaminhou o protocolo a essa Assessoria Jurídica para que informe quanto a possibilidade de ser retomado o presente processo licitatório.

Pois bem! Conforme se verifica Informação 04/2019 AJU, esta Assessoria Jurídica, ao analisar os cumprimentos da fase externa do Processo Licitatório na modalidade "Pregão Eletrônico n.º 001/2019", entendeu que "os procedimentos e atos adotados pelo Sr. Pregoeiro e a sua equipe obedeceram a todos os princípios legais, tendo o certame licitatório decorrido com regularidade e legitimidade nos termos das Leis Federais n.º 8.666/1993 e 10.520/2002, do Decreto Federal nº 5.450/2005 e da Lei Estadual 15.608/2007". Com efeito, manifestou-se "favoravelmente pela Homologação do Processo Licitatório na modalidade "Pregão Eletrônico n.º 001/2019" e contratação do licitante vencedor".

Destaca-se que no mesmo ato, em observância a solicitação formulada pela Sra. Diretora Presidente do PALCOPARANÁ, esta Assessoria Jurídica também informou que não vislumbrava qualquer óbice para que fosse determinada pelas autoridades do PALCOPARANÁ a suspensão do certame licitatório até posterior decisão do e. TCE, posto que ela teria como "finalidade precípua a observância

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Lucas Medeiros Vilches em: 08/11/2019 18:24. Nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. Assinado por: Lucas Medeiros Vilches em 08/11/2019 18:24. Para mais informações acesse: https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 5190ab3b88bf316aab37c7af77d57c1f

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 970
Mov. 58

dos princípios da segurança jurídica, interesse público, eficiência, ampla defesa e contraditório, posto que eventual reconhecimento pelo d. Tribunal de Contas do Estado do Paraná (o que não se espera) de existência de qualquer irregularidade acarretaria a nulidade dos atos até então praticados".

Assim, levando-se em consideração a r. decisão proferida pelo egrégio Tribunal de Contas do Estado do Paraná, bem como todas as alegações constantes da Informação 04/2019 AJU, esta Assessoria Jurídica, uma vez mais, manifesta-se favoravelmente pela Homologação do Processo Licitatório na modalidade "Pregão Eletrônico n.º 001/2019", dando-se prosseguimento ao procedimento, para efetiva contratação do licitante vencedor.

É a manifestação que submetemos a análise da autoridade superior para deliberação.

Lucas Medeiros Vilches
Assessoria Jurídica

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Lucas Medeiros Vilches em: 08/11/2019 18:24. Nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. Assinado por: Lucas Medeiros Vilches em 08/11/2019 18:24. Para mais informações acesse: https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 5190ab3b88bf316aab37c7af77d57c1f

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 971
Mov. 59

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

PALCOPARANA

DIRETORA PRESIDENTE - PALCOPARANA

Protocolo:	15.417.176-2
Assunto:	contratação empresa de benefícios para funcionários.
Interessado:	PALCO PARANÁ
Data:	13/11/2019 11:50

DESPACHO

Com base nas informações e declarações acostadas nos autos pela Comissão Permanente de Licitação e pelo Sr. Pregoeiro, que adjudicou o objeto do certame ao vencedor, GIMAVE MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMAÇÃO LTDA., bem como, seguindo as orientações da Assessoria Jurídica, FLS. 192/194, 302 E MOV 58, homologo o certame.

Inserido ao protocolo 15.417.176-2 por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em: 13/11/2019 11:50. Nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. Assinado por: Nicole Barao Raffs de Medeiros em 13/11/2019 11:50. Para mais informações acesse: https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código: 56c19415df02cf7179daa22fea1a905f